

CAMARA DOS DEPUTADOS

ANNAES

DO

CONGRESSO CONSTITUINTE DA REPUBLICA

SEGUNDA EDIÇÃO, REVISTA

VOLUME III



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1926

INDICE GERAL DAS SESSÕES

CONGRESSO NACIONAL

HISTORICO DAS SESSÕES.....	PAGS. 1
QUADRAGESIMA SESSÃO.....	59

A. demissão do Ministerio (considerações, do deputado Garcia Pires, sobre a suggestão do deputado Zama para que os ministros se justificassem perante o Congresso), 60.— Discussão do projecto de Constituição, 66.—A inscripção é aberta na occasião de iniciar-se o debate (questão regimental; decisão do Presidente), 66.—Emendas, 70.— A constituição do Supremo Tribunal Federal e os juizes e tribunales de primeira e segunda instancia (justificação de uma emenda, pelo deputado Amphilophio), 123.— A demissão do Ministerio; justificação de emendas; a discriminação das rendas; a divida dos estados; os impostos de importação; a pena de morte; o arbitramento; a elegibilidade dos ministros de religião para o Congresso Nacional; os bancos emissores; a União e os estados; o jogo da Bolsa; a Federação (discurso do deputado Serzedello), 124.—Justificação de emendas; a divida dos estados; as terras devolutas; a União e os estados; a inelegibilidade de presidentes e directores de bancos; a separação da Igreja do Estado; unidade judiciaria; colonização; o parlamentarismo (discurso do senador Theodoro Souto), 142.—A Republica; dualidade da magistratura e diversidade de legislação; a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica por suffragio directo (discurso do deputado Pereira da Costa), 153.—Quadro demonstrativo das rendas da Republica (justificação de emenda, pelo deputado Otizica), 156.—O fallecimento do General Benjamin Constant (homenagem do Club Militar), 161.

QUADRAGESIMA PRIMEIRA SESSÃO.....	161
-----------------------------------	-----

O fallecimento do General Benjamin Constant (convite ao Congresso, para uma visita ao tumulo), 162.— A proclamação da Republica (resposta a um aparte do deputado Aristides Lobo, pelo deputado João de Siqueira), 162.—A proclamação da Republica (replica do deputado Aristides Lobo ao deputado João de Siqueira, contestando que tivesse sido feita a proclamação no dia 15 de Novembro, por quem quer que fosse), 164.—A creação do Tribunal de Contas (reclamação do senador José Hygino, contra a não inserção, na redacção do projecto para a 2ª discussão, da emenda approvada), 166.—Discussão do projecto de Constituição, 166.—Emendas, 166.—O uso da palavra (reclamação do deputado Otizica), 188.—O goso

do direito civil ás mulheres, não o exercício do direito politico de votar (rectificação, do deputado Epitacio Pessoa), 139.—Codificação das emendas (proposta do deputado Matta Machado, em nome da Mesa), 190.—Analyse de questões constitucionaes; a discriminação das rendas; a diversidade de legislação; o casamento civil; os bancos emissores; a mudança da Capital; justificação de emendas; a demissão do Ministerio (discurso do deputado Corrêa Rabello), 190.—A demissão do Ministerio; divergencia com a bancada paulista na questão de impostos; a Monarchia federativa, propugnada pelo senador Ruy Barbosa, antes da Republica; apoio á bancada do Rio Grande do Sul, em sua attitudo sobre a discriminação das rendas; a responsabilidade do chefe de Estado nas concessões e garantias de juros; os bancos emissores (discurso do deputado Carlos Garcia), 200.—Considerações sobre o projecto de Constituição; o exercício dos cultos religiosos; o suffragio universal; a grande naturalização; a pena de morte; voto ás mulheres (discurso do deputado Costa Machado), 206.—O exercício dos cultos religiosos; questões historicas e principios attinentes á Republica; a organização dos estados; a mudança da Capital; voto ás mulheres; a elegibilidade dos ministros de religião para o Congresso Nacional; a prostituição; a queda da Monarchia e suas causas (discurso do deputado Pedro Americo), 225.—A emenda do senador José Hygino sobre a unidade do Direito (declaração dos deputados Lopes Chaves e Feliciano Penna), 234.

QUADRAGESIMA SEGUNDA SESSÃO..... 235

O fallecimento do General Benjamin Constant (officio do Ministerio do Interior), 236.—Considerações a proposito dos quadros sobre a discriminação das rendas, etc.; os impostos de importação e de consumo (discurso do deputado Otitica), 236.—A proclamação da Republica (testemunho do deputado Oliveira Valladão), 241.—Justificação de emendas, pelo deputado Alexandre Stockler, 242.—O fallecimento do General Benjamin Constant e a conservação do seu nome, perpetuamente, entre os generaes de brigada, no *Almanach Militar* (indicação do deputado Dionisio Cerqueira e outros), 243.—O nome do congressista em emenda (que não assignára reclamação do senador Tavares Bastos), 243.—Discussão do projecto de Constituição, 244.—Emendas, 244.—O Senado da Republica comparado com o da Monarchia; os oradores na discussão da Constituição; a dívida dos estados; a discriminação das rendas; impostos; o adicional de 15 %, o de captação, o de industrias e profissões; a União e os estados; a incompatibilidade dos governadores e a eleição do chefe do Governo Provisorio para o cargo de Presidente da Republica (discurso do senador Gil Goulart), 259.—A pena de morte (discurso do deputado João Vieira), 276.—A Republica, o Exercito e a Armada; as relações da representação paulista com o Governo; a discriminação das rendas e a emenda rio-grandense; Federação e soberania; Norte e Sul; a organização dos estados (discurso do deputado Costa Junior), 293.—A organização do Poder Judiciario (declaração do deputado Badaró), 305.

QUADRAGESIMA TERCEIRA SESSÃO.....

Posse e compromisso do deputado Barão de Santa Helena, 307.— A promulgação da Constituição pela Mesa do Congresso Constituinte; uma Comissão, tirada da Comissão Especial dos 21, para encarregar-se da redacção final do projecto de Constituição (indicações do deputado Francisco Veiga), 307.— A unidade do Direito (declaração, do deputado Gonçalves Chaves, sobre a emenda do senador José Hygino), 312.— Discussão do projecto de Constituição, 313.— Emendas, 313.— A discriminação das rendas; Norte e Sul; a autonomia dos estados e a Federação; a unidade nacional; a dívida dos estados; o casamento civil; a organização do Poder Judiciário; o Supremo Tribunal Federal (discurso do deputado Augusto de Freitas), 316.— A autonomia dos estados; o exercício dos cultos religiosos; a unidade nacional; o ensino: a iniciativa particular e o Estado; a educação religiosa; a pena de morte (discurso do deputado Santos Pereira), 332.— O adiamento da discussão (requerimento do senador Almeida Barreto, não votado, por falta de numero), 338.— Justificação de emendas apresentadas na 1ª discussão; a naturalização; a igualdade de representação dos estados no Congresso; a discriminação das rendas; o casamento civil; o arbitramento (discurso do deputado Epitácio Pessoa), 338.— A redução do mandato presidencial e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica por suffragio directo; a Mesa do Senado e o Vice-Presidente da Republica; a renovação do Senado: o terço, a renovação integral, a duração do mandato por seis annos; as attribuições do Congresso; a posse e compromisso da Presidente da Republica; o parlamentarismo; responsabilidade dos ministros de Estado; o ensino livre; a separação da Igreja do Estado; a organização dos estados; a Monarchia: o Imperador e o conde e a condessa d'Eu; a proclamação da Republica; a candidatura do Generalissimo Deodoro á presidência da Republica (discurso do deputado Zama), 346.— O Generalissimo Deodoro e a proclamação da Republica; os systemas propostos no Congresso Constituinte, para a eleição do Presidente da Republica; o exercício dos cultos religiosos; o casamento civil; a organização dos estados; dualidade de magistratura e diversidade de legislação; a discriminação das rendas (discurso do deputado Cassiano do Nascimento), 372.— A navegação de cabotagem (declaração, do deputado França Carvalho, sobre a emenda do deputado Baptista da Motta e outros), 333.

QUADRAGESIMA QUARTA SESSÃO.....

333

A abolição das loterias (representação do Montepio dos Servidores do Estado, sobre a emenda apresentada), 384.— A demissão dos funcionarios publicos; voto aos estudantes; estados grandes e estados pequenos; Norte e Sul; a mudança da Capital; a constituição do antigo município neutro em Estado autonomo, mudada a Capital (discurso do deputado Thomaz Delfino), 386.— Discussão do projecto de Constituição, 392.— Emendas, 392.— Sobre

a proclamação da Republica; o Generalissimo Deodoro e a suprema responsabilidade nos acontecimentos de 15 de novembro; a questão militar de 1889 (discurso do deputado Thomaz Flores), 396.—O encerramento da discussão, 402.—O numero das emendas apresentadas na 2.^a discussão; a redacção final do projecto de Constituição, o parecer sobre as emendas, e a Comissão proposta pelo deputado Francisco Veiga; indicação do deputado Frões da Cruz, propondo sejam as emendas classificadas pelo Presidente do Congresso e mais dois congressistas; a classificação das emendas feita pelo director da Secretaria, sob a fiscalização do Presidente do Congresso; adiamento da votação; prejudicada a indicação Frões da Cruz, 402.—As homenagens à memoria do General Benjamin Constant (agradecimento do deputado Marciano de Magalhães, em nome da viúva, filhos e mais parentes), 404.

QUADRIAGESIMA QUINTA SESSÃO..... 405

O encerramento da 2.^a discussão do projecto de Constituição (declaração, do deputado Aristides Milton, contra o encerramento, por não ter sido exgotada a lista dos congressistas inscriptos), 407.—O attentado à *Tribuna*: a attitudo desta folha e a liberdade de imprensa (discurso e moção, do deputado Zama, pedindo a procura e punição dos auctores do attentado), 407.—O Exército e os actos do Governo Provisorio; espirito politico em o discurso e moção do deputado Zama sobre o attentado à *Tribuna*; defesa do Generalissimo Deodoro; a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica (considerações do deputado Jacques Ourique), 424.—O attentado à *Tribuna*: approvação da moção Zama, 427.—O attentado à *Tribuna*: a moção Zama considerada assumpto extranho à uma Constituinte; a discussão da moção e o Regimento (declaração e protesto do deputado Justiniano de Serpa), 427.—O attentado à *Tribuna*: a discussão da moção Zama (explicação do Presidente), 428.—A perpetuidade do nome do General Benjamin Constant no *Almanach Militar* (pedido de informação, do senador Americo Lobo, sobre si o Governo teve conhecimento da resolução do Congresso), 429.—Adiamento da votação do projecto de Constituição com as emendas, por falta de numero, 429.

QUADRIAGESIMA SEXTA SESSÃO..... 430

O clero e a instituição do casamento civil (restabelecimento de um aparte, do deputado Couto Cartaxo, não publicado), 431.—Attentado contra o jornalista dr. Oscar de Macedo Soares (requerimento de informações, do deputado Nilo Pecanha), 434.—Votação, do projecto de Constituição, em globo, e de emendas, do art. 1.^o até o n. 4 do art. 7.^o—*Correios e Telegraphos Federaes*; requerimento, do deputado José Marianno, para que fosse votada com as emendas ao art. 9.^o a que se refere ao imposto adicional de 15% sobre os direitos de importação, rejeitado. Pedido de verificação da votação: incidente; suspensão e reabertura da sessão; explicação do incidente, pelo Presidente; requerimento de prorrogação da sessão, rejeitado, 435.—Declarações de voto, 445.

QUADRAGESIMA SETIMA SESSÃO..... 446

O encarecimento dos géneros alimentícios no começo da Republica, pelos negociantes estrangeiros do commercio a retalho; a fome, nas classes pobres, provocada pela exploração commercial; o imposto em ouro e a lei Torrens obrigatória; o ex-Ministro da Fazenda; o proletariado; appello aos poderes publicos (discurso do deputado Vinhaes), 447.—O incidente na votação das emendas ao art. 9º (rectificação, do deputado José Marianno, a proposito de palavras suas referentes ao deputado Vinhaes), 453.—Votação (continuação), das emendas ao artigo 9º, até as emendas ao art. 26 — *inelegibilidade para o Congresso Nacional*, 454.—Declarações de voto, 463.

QUADRAGESIMA OITAVA SESSÃO..... 465

A perpetuidade do nome do General Benjamin Constant no *Almanach Militar* (officio do Ministerio do Interior), 467.—Preterição de oradores na discussão do projecto de Constituição; a discriminação das rendas e o Estado do Pará; a União e os estados (discurso do deputado Cantão), 467.—A incompatibilidade do deputado ou senador para ser presidente de banco ou companhia que gosar de favores do Governo Federal; os financeiros e plutocratas no Congresso Nacional (considerações e requerimento, do senador Ubaldino do Amaral, pedindo seja declarado pelo Congresso si o art. 24 da Constituição se applica aos actuaes congressistas), 473.—Reforma do Regimento, para que seja reduzido o expediente a um quarto de hora, durante as sessões cinco horas, e para ser permitida a apresentação de emendas, na occasião da 2ª discussão das emendas offerecidas em 2ª discussão (indicações do deputado José Marianno, com requerimento de urgencia, para serem as mesmas incluídas em ordem do dia), 478.—Votação, da emenda referente ao imposto adicional de 15% sobre os direitos de importação, rejeitada, e das emendas ao art. 27 — *fixação do numero de deputados pelo Congresso*, etc., até o substitutivo do deputado Leovigildo Filgueiras sobre a unidade do Direito, rejeitado o substitutivo do senador José Hygino, 480.—Declarações de voto, 489.

QUADRAGESIMA NONA SESSÃO..... 490

A incompatibilidade do deputado ou senador para ser presidente de banco ou companhia que gosar de favores do Governo Federal (resposta do deputado Espirito Santo, ao senador Ubaldino do Amaral), 492.—O tratado de commercio com os Estados Unidos da America (apreciação e protesto do deputado Otílica), 493.—A redução do expediente a um quarto de hora, etc., e a apresentação de emendas na 2ª discussão das emendas offerecidas em 2ª discussão (rejeição do requerimento de urgencia, do deputado José Marianno), 499.—O art. 24 da Constituição e os membros do Congresso Constituinte (votação do requerimento do senador Ubaldino do Amaral: approvado), 501.—O tratado de commercio com os Estados Unidos da America (indicação, do deputado Otílica, propondo o adiamento das

disposições approvadas sobre a discriminação das rendas, para ser feita essa discriminação na primeira sessão ordinaria), 501. — Votação, da emenda suppressiva dos ns. 25 e 26 do art. 33 — *uniformização das leis sobre naturalização e definição e punição dos crimes políticos, etc.*, até o additivo, do deputado Barbosa Lima, sobre o *adiamento, ou dissolução do Congresso pelo Presidente da Republica*, 501. — Declarações de voto, 510.

QUINQUAGESIMA SESSÃO..... 511

Rectificação, reparo e protesto sobre o incidente entre o deputado Demetrio Ribeiro e representantes do Rio Grande do Sul; o tratado de commercio com os EE. UU. da America; a attribuição ao Generalissimo Deodoro da publica administração (discurso do deputado Antão de Faria), 512. — Sessão na terça-feira de carnaval (requerimento, do deputado Zama, rejeitado), 518. — A dualidade das camaras (explicação, do deputado Cantão, a proposito da declaração de voto sobre sua emenda), 518. — A incompatibilidade do deputado ou senador para fazer parte de companhia ou empresa que gozar de favores do Governo Federal; discussão da indicação Ubaldo do Amaral: substitutivos, do deputado Justiniano de Serpa, determinando que a disposição do art. 24 não se entende com os membros do Congresso Constituinte; indicação, do deputado Serzedello, propondo só tenha execução o art. 24 depois que lei ordinaria estabelecer a natureza dos favores que possam ser causa de incompatibilidade; approvação da indicação Serzedello, prejudicando o substitutivo Justiniano de Serpa; declarações de voto, 521. — Votação, das emendas e substitutivos ao art. 46 — *eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica*, até a emenda, do senador Campos Salles, ao art. 49 — *não accumulção, pelos ministros de Estado, de outro emprego ou função publica, etc.*, 531. — Declarações de voto, 537.

QUINQUAGESIMA PRIMEIRA SESSÃO..... 538

O tratado do commercio com os EE. UU. da America (considerações do deputado Vinhaes), 540. — A informação, pela Mesa, de incongruencias ou contradicções entre emendas novas e emendas approvadas na 1ª e 2ª discussões (indicação do deputado Serzedello), 544. — Votação, da emenda, do deputado Julio de Castilhos, á ultima parte do art. 50 — *serem os relatorios dos ministros dirigidos ao Presidente da Republica e distribuidos aos membros do Congresso*, até o additivo, do deputado Fróes da Cruz, ao Título II — *Dos estados, e, depois, até a emenda*, do deputado Barbosa Lima — *extincção da Guarda Nacional*, 544. — Declarações de voto, 554.

QUINQUAGESIMA SEGUNDA SESSÃO..... 566

O systema indirecto para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica; o comparecimento dos ministros de Estado ao Congresso (reclamação do deputado Tosta sobre suas duas declarações de voto), 557. — Os bens ecclesiasticos outr'ora pertencentes aos jesuitas (pedido, do

deputado Badaró, ao Ministerio do Interior, de cópia das deliberações tomadas pelos governadores dos estados), 559. — Liberdade de Imprensa (requerimento, do senador Urbano Marcondes e outros, sobre violencias soffridas pela imprensa do Estado do Rio), 559. — O tratado de commercio com os EE. UU. da America (Moção, do deputado Demetrio Ribeiro e outros, para que o Congresso recomende ao "chefe provisorio do Governo" faça suspender em seus effeitos o tratado, até que sobre elle decida a representação nacional), 559. — Tratados: moção, do deputado Assis Brasil e outros, para que o Governo Provisorio nenhum tratado assigne sem a clausula de referenda do Poder Legislativo, exigindo a mesma clausula para o tratado de commercio com os EE. UU. da America, 560. — Urgencia, requerida pelo deputado Erico Coelho, e approvada, para entrarem em 1.ª discussão, na proxima sessão, as moções dos deputados Demetrio Ribeiro e outros, e Assis Brasil e outros, 563. — Votação, da emenda, do deputado Adolpho Gordo, substitutiva do § 21 do art. 33 — *mobilização da milícia civil dos estados*, etc., até a emenda, do deputado Aristides Milton, ao § 12 do art. 71 — *manifestação das opiniões, pela imprensa, ou pela tribuna*, 563. — Declarações de voto, 572.

QUINQUAGESIMA TERCEIRA SESSÃO..... 574

Os tratados e, principalmente, o tratado de commercio com os EE. UU. da America; discussão das moções Demetrio Ribeiro e outros, e Assis Brasil e outros; defesa do tratado, pelo deputado Seabra; requerimento, do deputado Nilo Pecanha, para que o Governo, em sessão secreta do Congresso, explique em que condições celebrou o tratado; requerimento do senador Amaro Cavalcanti, propondo o adiamento da discussão: votação empatada; considerações, do deputado Aristides Lobo, apoiando a idéa da sessão secreta; adiamento da discussão, 575. — Votação, do additivo, do deputado Viriato de Medeiros, ao n. 11 do art. 71 — *inviolabilidade do domicilio*, até o additivo, dos deputados Oliveira Valladão e Gabino Bezouro, ao art. 76 — *Suprema Tribuna Militar*, 586. — Declarações de voto, 590.

QUINQUAGESIMA QUARTA SESSÃO..... 591

O attentado à *Tribuna* (officio do Ministerio do Interior sobre a resolução do Congresso), 592. — O tratado de commercio com os Estados Unidos da America (telegrammas, do Rio Grande do Sul, lidos pelo deputado Assis Brasil), 593. — A separação da Igreja do Estado e a tabella de continencias, guardas de honra e salvas, do Exercito, ao Santissimo Sacramento em procissão, ao Sagrado Viatico, á Reliquia do Santo Lenho, ás imagens de Jesus Christo e da Virgem Maria, decretada pelo Governo Provisorio (protesto do deputado Baptista da Motta), 594. — Quaes as distincções, estabelecidas pelos regulamentos, entre jornalheiros chamados empregados do quadro (requerimento do deputado Barbosa Lima), 595. — Accitação, em 3.ª discussão, de emendas restrictivas, ou ampliativas, das approvadas em 2.ª discussão e contidas nas Disposições transitorias (indicação do deputado Laurq Müller), 596. —

Votação, do artigo additivo, do deputado Alexandre Stockler, à Secção II do Título IV — *equiparação dos jornalistas aos empregados do quadro*, até o additivo, do senador José Hygino e outros, ao art. 7.º das Disposições transitorias — *vigorar nos estados a classificação das rendas estabelecida na Constituição*, 597. — Os tratados e, especialmente, o tratado de commercio com os EE. UU. da America: discussão das moções Demetrio Ribeiro e outros e Assis Brasil e outros; moção, do deputado José Avelino, solicitando ao Governo a correspondencia e documentos relativos ao tratado de commercio com os EE. UU. da America, 605. — Declarações de voto, 605.

QUINQUAGESIMA QUINTA SESSÃO..... 607

O exercicio dos cultos religiosos (representação do pastor da Igreja Evangelica Brasileira, sobre a redacção do § 3.º do art. 71 da Constituição), 609. — A organização dos estados e as eleições do Estado de Minas Geraes (declaração do deputado Jacob da Paixão e outros), 610. — Votação, da emenda, do deputado Feliciano Penna, ao art. 8.º das Disposições transitorias — *nomeações para a magistratura federal e para os estados*, até a ultima das offerecidas ao projecto em 2.ª discussão, 614. — Os tratados e, especialmente, o tratado de commercio com os Estados Unidos da America: discussão das moções Demetrio Ribeiro e outros, e Assis Brasil e outros; considerações dos deputados Sampaio Ferraz e Lapér; adiamento da discussão, 619. — Declarações de voto, 622. — Confrontação das emendas approvadas em 2.ª discussão com o projecto, 625.

QUINQUAGESIMA SEXTA SESSÃO..... 679

O prolongamento da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Itabira do Matto Dentro (requerimento, do deputado Badaró, pedindo ao Governo informações sobre a suspensão dos trabalhos), 630. — O imposto adicional de 15% aos direitos de importação (indicação, do deputado Ivo do Prado, mandando collocar nos termos do art. 64 do Regimento a emenda do deputado Lauro Müller e outros), 632. — Incidente entre os deputados Zama e Seabra (pedido, do deputado Zama, para que não figure nos *Anuaes* o que se passou); 636. — Incidente entre o deputado Bevilacqua e os representantes do Rio Grande do Sul (explicação do deputado Bevilacqua), 636. — A demissão do Ministerio (rectificação, do senador Quintino Bocayuva, á affirmação, do deputado João de Siqueira, de que os ministros demissionarios haviam pedido ao Barão de Lucena para organizar o novo Ministerio), 637. — Terceira discussão das emendas approvadas na 2.ª discussão do projecto de Constituição, 637. — Os limites entre os estados; a autonomia dos estados: os pequenos e os grandes estados; os limites historicos do Estado de Sergipe; os limites entre Paraná e Santa Catharina; o imposto adicional de 15% aos direitos de importação; a Federação (discurso do deputado Felisbello Freire), 637. — As emendas referentes á nacionalização e elegibilidade de estrangeiros, a navegação de cabotagem, ao imposto adicional de 15% sobre

os direitos de importação; a emenda, do deputado Epitacio Pessoa, ao § 4º do art. 68 (discurso do deputado Bernardino de Campos), 695.—O Governo Provisorio e o Congresso Constituinte; a organização do novo Ministerio; o decreto do Governo relativo ás sociedades anónimas; o jogo da Bolsa; os bancos emissores; a Guarda Nacional e a milicia civil dos estados; motivos da participação do Exército no movimento de 15 de Novembro; a incompatibilidade dos ministros de Estado para exercerem outro emprego ou função publica; reforma da Constituição; o imposto adicional de 15% aos direitos de importação; o imposto ouro (discurso do deputado Serzedello), 705.—A emenda, do deputado Leovigildo Filgueiras, ao n. 24 do art. 33; Federação e Confederação; a organização dos estados; a unidade de legislação; a locação de serviços; os actos do Governo Provisorio; a diversidade de legislação (discurso do deputado Leopoldo de Bulhões), 715.—Adiamento da discussão, 721.—Os tratados e, especialmente, o tratado de commercio com os Estados Unidos da America; discussão das moções Demétrio Ribeiro e outros, Assis Brasil e outros, e José Ave-lino; discurso do deputado Garcia Pires; adiamento da discussão, 721.—A emenda sobre a equiparação dos jornaleiros aos empregados do quadro (declaração do deputado Vinhaes), 730.—A demissão do Ministerio (contestação, dos senadores Eduardo Wandenkolk, Campos Salles e Ruy Barbosa, e do deputado Francisco Glicerio, á affirmação do deputado João de Siqueira), 731.

QUINQUAGESIMA SETIMA Sessão..... 731

A unidade do Direito e a redacção definitiva do n. 24 do art. 33 (requerimento do deputado Leovigildo Filgueiras, 732.—A unidade do Direito; Federação e Confederação; a organização do Poder Judiciario (rectificação e explicação, do senador José Hygino, a proposito de apartes seus ao discurso do deputado Leopoldo de Bulhões), 733.—Pro-testo, do Partido Teuto-Brazileiro, de S. Paulo, contra a votação do Congresso sobre a nacionalização dos estrangeiros residentes no Brasil a 15 de novembro de 1889, e contra a nacionalização da cabotagem (telegramma, e considerações do deputado Moraes Barros, 737.—O tratado de limites com a Republica Argentina (proposta, do senador Quintino Bocayuva, para que o novo Ministerio entregue o caso ao estudo do Congresso, em sessão especial, 740.—Terceira discussão das emendas approvadas em 2ª discussão, 742.—A nacionalização da cabotagem; a organização dos estados e a mudança da Capital; revisão da Constituição; a Monarchia; o ensino primario no Districto Federal; a politica do Districto Federal no periodo da Constituinte; a organização judiciaria no Districto Federal (discurso do deputado Thomaz Delfino), 743.—O Congresso Constituinte e a Constituição; a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica; critica ao chefe do Governo Provisorio (resalva de um discurso do deputado Lopes Trovão), 749.—O encerramento da discussão (requerimento do deputado Serzedello; approvado),

749. — Adiamento da votação (requerimento do deputado Zama; rejeitado), 750. — Votação, da emenda, do deputado Lacerda Coutinho, ao art. 1.^o — *organização federal*, até a emenda, do deputado Augusto de Freitas, ao n. 16 do art. 33 — correios e telegraphos, 750. — Os tratados e, especialmente, o tratado de commercio com os Estados Unidos da America; discussão das moções Demetrio Ribeiro outros, Assis Brasil e outros, e José Avelino; discurso e moção do senador Pinheiro Guedes, propondo que o Governo suspenda, de accordo com o Governo dos Estados Unidos da America, a execução do tratado, submettendo-o, após a approvação da Constituição, ao Congresso Nacional, reunido, para esse fim, extraordinariamente; discurso do deputado Barão de Villa Viçosa, defendendo o tratado; adiamento da discussão, 752. — Declaração de voto, 771.

QUINQUAGESIMA OITAVA SESSÃO.....

771

O tratado de commercio com os Estados Unidos da America (discurso do deputado Antão de Faria), 733. — O fallecimento do General Benjamin Constant; o decreto concedendo honras militares a imagens do culto catholico e a separação da Igreja do Estado; o novo Ministerio; os actos do Governo Provisorio (discurso do deputado Marciano de Magalhães), 732. — Votação da emenda, do deputado Adolpho Gordo e outros, ao § 21 do art. 33 — *mobilização da milícia civil dos estados*, até o fim; vae, o projecto, com as emendas approvadas, á Commissão Especial de Redacção Final, 735. — Os tratados e, especialmente, o tratado de commercio com os Estados Unidos da America; discussão das moções Demetrio Ribeiro e outros, Assis Brasil e outros, José Avelino e Pinheiro Guedes; discurso e leitura de dois telegrammas, pelo deputado Gitiçica; adiamento da discussão, 793. — A demissão do Ministerio (declaração do senador Cesario Alvim, de que appellára para o Barão de Lucena, induzindo-o a formar o novo Ministerio), 814. — Declarações de voto, 814.

QUINQUAGESIMA NONA SESSÃO.....

817

O imposto adicional de 15% sobre os direitos de importação (reclamação do deputado Casemiro Junior, sobre a não inclusão de seu nome entre os que votaram — não), 818. — O tratado de commercio com os Estados Unidos da America (reclamação de industriaes), 818. — A greve na Estrada de Ferro Central do Brasil; os actos do Governo Provisorio; a ilha de Fernando de Noronha (discurso do deputado Vinhaes), 818. — O contrabando e interesses do Rio Grande do Sul; titulos e condecorações; o imposto ouro; a candidatura do Generalissimo Deodoro á presidencia da Republica; os actos do Governo Provisorio; a questão Porto das Torres (discurso do deputado Victorino Monteiro), 824. — Discussão da redacção final, do projecto de Constituição, 828. — Emendas, 828. — A unidade do Direito (proposta do senador José Hygino, para que não seja submettida á discussão a emenda pedindo a supressão do n. 23 do art. 35, por incidir sobre o vencido;

attendida pela Mesa), 832.—A organização dos estados; resposta ás considerações do deputado Thomaz Delfino sobre a Capital Federal relativamente ao Estado do Rio de Janeiro; a cidade do Rio de Janeiro essencialmente fluminense; o auctor do primeiro aprisionamento de navio negreiro—Jacintho José Coelho; reminiscencias da propaganda republicana; o Supremo Tribunal Militar e a revisão dos processos findos (discurso do deputado Erico Coelho), 835.—A unidade do Direito (discurso e requerimento do deputado Leovigildo Filgueiras, para que seja a respectiva disposição redigida de accôrdo com o vencido quanto á organização do Poder Judiciario federal, nos termos do n. 24 do art. 33 do projecto primitivo; retirada da emenda anterior), 842. — Encerramento da discussão, 848.—Remessa das emendas á Comissão Especial de Redacção Final, para dar immediatamente parecer, e inversão da ordem do dia (requerimento do senador Amaro Cavalcanti; approvado), 848.—Os tratados e, especialmente, o tratado de commercio com os Estados Unidos da America; discussão das moções Demetrio Ribeiro e outros, Assis Brasil e outros, José Avelino e Pinheiro Guedes; discurso do deputado Barbosa Lima; representação de industriaes, apresentada pelo deputado Assis Brasil; considerações dos deputados Zama e Jacques Ourique, e do senador Ramiro Barcellos; encerramento da discussão, 849. — Prorogação da sessão, para dar tempo a que a Comissão Especial de Redacção Final apresente seu parecer (requerimento do senador Rosa Junior; approvado), 863. — As moções sobre o tratado de commercio com os Estados Unidos da America (requerimento do deputado João de Siqueira, para que as moções não sejam votadas numa prorogação de sessão pedida para apressar o parecer da Comissão de Redacção; não votado, por falta de numero), 863. —Parecer da Comissão Especial de Redacção Final sobre as emendas á redacção final do projecto de Constituição, 864.—Immuniidades parlamentares (reclamação, do deputado Antonio Euzebio, sobre a sua emenda á redacção do art. 20; justificação do parecer, pelo senador Ubaldino do Amaral; replica do deputado Antonio Euzebio), 866.—Votação do parecer, em globo, e da emenda do deputado Antonio Euzebio, que é approvada, 868.—Votação da redacção final do projecto de Constituição, 869.—O Presidente do Congresso declara adoptada a Constituição, 869.—Impressos da Constituição, tendo as folhas numeradas e rubricadas com a assignatura dos membros do Congresso, considerados autographos authenticos, 869.—Designação de um membro da Comissão Especial de Redacção Final, para fazer a revisão do impresso da Constituição na Imprensa Nacional, 869.—O dia da promulgação da Constituição considerado dia de festa nacional (requerimento do deputado Serzedello; approvado), 869.—As moções sobre o tratado de commercio com os Estados Unidos da America (requerimento, do deputado Zama, para serem votadas, prorogando-se a sessão; não votado, por falta de numero; adiamento da votação), 869.—O imposto adicional de 15% sobre os direitos de im-

portação (declaração do deputado Lamounier Godofredo), 369. —

SEXAGESIMA SESSÃO..... 870

A unidade do Direito e o regimen federativo (considerações do deputado Leopoldo de Bulhões sobre a reclamação do senador José Hygino, relativa á emenda do orador e outros membros da Commissão), 871 — O fallecimento do General Benjamin Constant (mensagem de pesar, mandada de Paris por brasileiros e estrangeiros, e assignada por *P. Laffite*, lida pelo deputado Urbano Marcondes), 874. — Convite ao Governo. para a solennidade da promulgação da Constituição (pergunta do deputado Gonçalo de Lagos), 874. — Votos pela obediencia e respeito á Constituição; voto de solenne reconhecimento á Mesa do Congresso pelo modo por que dirigiu os trabalhos da Constituinte (requerimento do senador Amaro Cavalcanti; approvado), 874. — Assignatura e promulgação da Constituição, 878.

SEXAGESIMA PRIMEIRA SESSÃO..... 913

A Constituição, em autographo, recebida pelo chefe do Governo Provisorio, 914. — Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica, 914. — Declarações de voto, 917. — Renuncia de mandato, do deputado Assis Brasil, 919.

SEXAGESIMA SEGUNDA SESSÃO..... 913

Posse do Presidente e do Vice-Presidente da Republica, 921. — Encerramento do Congresso Constituinte.

INDICE ALPHABETICO DAS MATERIAS

A

APOSENTADORIA — 247.

ARBITRAMENTO — 130, 150, 170.

B

BANCOS EMISSORES — 113, 120, 123, 137, 174, 194, 205, 250, 445; 465, 510, 708.

C

CADOTAGEM (A navegação de) — 175, 383, 404, 702, 737, 748, 760, 771.

CASAMENTO CIVIL (O) — 102, 122, 176, 181, 183, 193, 321, 344, 375, 432, 567, 846.

CEMITERIOS — 74, 160, 182, 573.

COLONIZAÇÃO — 150.

COMISSÕES (a dos 21) — 311, 402, 833 (Especial de Redacção Final), 863, 864, 871.

CONGRESSO CONSTITUINTE (O) — 259.

CONSTITUIÇÃO (Reforma da) — 173, 184, 308, 497, 605, 712, 744, 810, 873.

CHUMES políticos e contra a Fazenda nacional — 95.

CULTOS RELIGIOSOS (Exercício dos) — 100, 102, 105, 122, 148, 166, 173, 179, 185, 212, 228, 333, 350, 375, 568; 600; 783.

D

DEBODORO (Candidatura do generalissimo á presidencia da Republica) — 367, 825, 854, 857, 870.

DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS — 98, 115, 116, 120, 129, 131, 133, 150, 171, 182, 185, 191, 201, 225, 238, 249, 255; 261; 262; 296; 315; 317; 343, 379, 394, 441, 456, 463, 499, 635, 761; 873.

DIVIDA DOS ESTADOS (A) — 73, 85, 122, 133, 143, 260, 270, 320, 445.

DIVIDA PUBLICA.

E

Eleições — (do systema eleitoral), 213, 245, 383, 492; (elegibilidade e inelegibilidade; incompatibilidades), 86, 90, 109, 137, 147, 177, 227, 228, 252, 521, 529, 537, 558, 572, 573; (do suffragio universal); 213; (nullidade, quando intervier qualquer poder governamental), 105.

Ensino — 111, 122, 251, 335, 358, 747, 792.

Executivo (O Poder) — 78, 354; (Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica), 93, 95, 102, 107, 121, 155, 244, 251, 254, 258, 259, 313, 314, 347, 360, 374, 531, 538, 554, 706; (duração do periodo presidencial), 187; (do Vice-Presidente da Republica); 348, 349, 360, 455, 490; (do julgamento do Presidente da Republica pelo Congresso), 247, 349, 483; (criminalidade do Presidente ou do Vice-Presidente da Republica, e pena, por adiamento ou dissolução do Congresso), 393, 537; (da posse do Presidente da Republica), 187, 244, 254, 258, 259, 352; (da substituição do Presidente da Republica), 180; (dos ministros de Estado), 81, 97, 99, 100, 106, 112, 117, 118, 174, 250, 254, 258, 393, 537, 545, 554, 633, 711, 782, 815, 816; (da sanção e veto), 91, 100, 106, 257, 352, 865; (a eleição do primeiro Presidente da Republica), 825, 854, 857, 876.

Exercito e a Armada (O) — 168, 177, 292, 426, 459, 751, 798; (o Exercito e a Republica), 242, 709; (o voluntariado e o serviço militar obrigatorio), 111 114, 315, 599, 605, 606, 632, 815; (o commando das forças de terra e mar), 788.

F

FEDERAÇÃO (A) — 121, 129, 146, 297, 324, 695, 717, 735, 750, 842, 873.

FERNANDO DE NORONHA (A ilha de).

FUNCIONALISMO PUBLICO — 113, 114, 120, 253, 386; (a equiparação dos jornalheiros aos empregados do quadro), 593, 605, 606, 730, 853.

G

GOVERNO PROVISORIO (O) — 124, 514, 577, 706, 709, 719, 749, 784, 798, 824, 826, 850, 860.

GUARDA NACIONAL (A) — 111, 112, 167, 181, 551, 552, 553, 565, 786.

H

HABEAS-CORPUS.

I

IMIGRAÇÃO — 506.

IMPERADOR D. PEDRO II (O Ex-) — 362, 854, 860.

IMPOSTOS — 116, 132, 233, 263, 294; (de 15 % adicional ao de importação), 113, 170, 174, 233, 260, 263, 269, 457, 463, 480, 489, 498, 510, 633, 712, 714, 790, 796, 815, 816, 818, 869; (sobre dividas federaes), 120; (em ouro), 705, 714, 825.

IMPrensa (Liberdade de) — 94, 100, 231, 245, 407, 426, 434, 550.

ISABEL (A Princeza) — 245.

J

JUDICIARIO (O Poder) — 70, 81, 123, 305, 323, 547, 555, 749, 755, 842; (as primeiras nomeações para a magistratura), 245, 632; (da unidade judiciaria), 572; (da dualidade judiciaria), 380; (do jury), 183, 315; (o Supremo Tribunal Federal), 74, 82, 103, 111, 170, 313, 329; (o Supremo Tribunal Militar), 97, 163, 554, 793, 831, 841.

L

LEGISLATIVO (O Poder) — 77, 87, 102, 111, 181, 192, 249, 393, 510, 519, 828; (do numero de deputados e senadores), 103, 116, 188, 249, 490, 752; (immunidades parlamentares), 120, 187, 248; (da prisão e processo de congressistas), 867; (das attribuições do Congresso), 352, 752; (a duração do mandato de deputados e senadores), 246, 247, 255, 350; (incompatibilidade do deputado ou senador para ser presidente de companhia ou empresa que receba favores do Governo), 147, 177, 473, 490, 492, 510; (da dissolução do Congresso), 393, 537, 795; (o subsídio e ajuda de custo aos deputados e senadores), 78, 181, 463.

LIBERDADE DE TESTAR — 95, 114, 251.

LIMITES ENTRE OS ESTADOS — Paraná e Santa Catharina — 752.

LUTERIAS — 163; (abolição das), 607.

M

MINAS (a propriedade das), 85, 550, 786, 789, 792; (exploração), 110, 169; (ao Congresso o legislar sobre), 193.

MINISTROS DE ESTADO — 81, 100; (responsabilidade dos ministros), 99, 106, 117, 355, 543; (incompatibilidade do cargo de Ministro com outra qualquer função publica), 117, 182, 393, 537, 633, 711, 789, 815, 816; (comparecimento dos ministros ao Congresso), 97, 119, 174, 254, 554; (dos relatorios dos ministros), 117, 250, 253, 544.

MONARCHIA (A) — 232, 361, 745, 755, 757.

MONTPIO DOS SERVIDORES DO ESTADO — 602.

MUDANÇA DA CAPITAL — 115, 116, 180, 185, 197, 226, 246, 255, 387, 395, 744, 750, 831, 835, 836; (incorporação do Districto Federal ao Estado do Rio de Janeiro, pela mudança da Capital), 104; (mudança da Capital para Petropolis), 395, 747.

N

NACIONALIZAÇÃO — 93, 110, 213, 338, 696; (a grande), 737.

NORTE E SUL — 301, 337.

O

OPERARIADO (O) — 452, 764, 771.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS — 70, 105, 148, 180, 226, 247, 274, 305, 313, 360, 397, 610, 638, 717, 730, 744, 755, 835.

P

PARLAMENTARISMO (O) — 152, 174, 355.

PENA (A) de morte — 134, 213, 249, 277, 335; (a abolição da pena de morte nos crimes políticos), 118.

PENSÕES — 180.

PORTO DAS TORRES (A questão) — 822.

PRIVILEGIOS — 121.

R

REGIMENTO — 67, 478, 685, 764, 791, 833.

REGISTRO (O) CIVIL — 114, 345.

S

SEPARAÇÃO (A) da Igreja do Estado — 183, 558, 572, 573, 594, 617, 681, 783.

SOBERANIA (A) — 77, 105, 111, 298.

T

TERRENOS REVOLUTOS (Os) — 85, 118, 119, 145, 176, 250, 395, 548, 551, 617, 623, 634, 780, 789.

TÍTULOS E CONDECORAÇÕES (Os) — 169, 178, 574, 792, 793, 825.

U

UNIÃO E OS ESTADOS (A) — 77, 98, 105, 107, 147, 185, 318, 381, 405, 445, 746, 750.

UNIDADE DO DIREITO — 96, 103, 149, 234, 261, 312, 503, 715, 718, 720, 733, 735, 736, 738, 828, 831, 832, 842, 884, 872.

UNIDADE NACIONAL (A) — 127, 319, 324, 334, 776.

V

VOTO AOS ESTUDANTES — 113, 566, 590, 792, 814, 815, 816, 817.

VOTO ÀS MULHERES — 75, 76, 124, 100, 206, 214, 223, 227, 259, 356, 566.

INDICE ONOMASTICO DOS CONGRESSISTAS

A

ABREU (Joaquim Francisco de A.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 98, 168, 175, 249, 251, 464, 538, 563, 572, 634, 910.

ADOLPHO GORDO (A. Affonso da Silva G.) (*) — Deputado. São Paulo — 87, 96, 107, 111, 112, 123, 167, 469, 464, 634, 645, 659, 789, 789, 910.

ALCIDES LIMA (A. de Mendonça L.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 98, 178, 249, 251, 255, 464, 538, 563, 572, 606, 634, 771, 909.

ALCINDO GUANABARA (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 109, 113, 121, 123, 255, 394, 560, 607, 814, 906.

ALEXANDRE STOCKLER (A. S. Pinto de Menezes) (*) — Deputado. Minas Geraes — 168, 188, 242, 243, 246, 252 — 54, 394, 562, 569, 606, 614, 630, 636, 637, 750, 814, 907, 916.

ALFREDO ELLIS (*) — Deputado. S. Paulo — 314, 394, 463, 464, 573, 908, 916.

ALMEIDA BARRETO (José d'A. B.) (*) — Senador. Parahyba — 96, 97, 98, 169, 178, 180, 181, 184, 243, 251, 314, 333, 394, 396, 402, 510, 548, 569, 632, 674, 750, 795, 902.

ALMEIDA CASTRO (Miguel Joaquim de A. C.) (*) — Deputado. Rio Grande do Norte — 71, 96, 109, 167, 256, 314, 467, 468, 537, 573, 902.

ALMEIDA NOGUEIRA (José Luiz de A. N.) (*) — Deputado. São Paulo — 96, 107, 111, 112, 123, 167, 183, 314, 439, 463, 464, 634, 645, 736, 908, 916.

ALMEIDA PERNAMBUCO (Joaquim José de A. P.) (*) — Deputado. Pernambuco — 73, 96, 174, 175, 178, 184, 243, 313, 390, 394, 395, 411, 450, 463, 573, 606, 822, 824, 903.

ALMIRÃO AFFONSO (A. Alvares A.) (*) — Deputado. Rio Grande do Norte — 73, 106, 167, 175, 246, 314, 394, 395, 436, 437, 439, 460, 535, 536, 568 — 69, 573, 633, 638, 902.

ALVARO BOTELHO (A. A. de Andrade B.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 168, 188, 246, 252 — 54, 395, 533, 314, 815, 907.

AMARO CAVALCANTI (*) — Senador. 3º Secretario do Senado. Comissão Especial des. 21, Rio Grande do Norte — 71, 96, 114, 115, 197,

175, 256, 265, 394, 446, 465, 582, 640, 735, 751, 780, 828, 843, 866;
874 — 78, 902.

AMÉRICO LOBO (A. L. Leite Pereira) (*) — Senador. Minas Geraes
— 115 — 19, 175, 187, 188, 222, 246, 283, 313, 429, 436, 439, 569, 610,
614, 634, 907, 916, 917.

AMORIM GARCIA (Antonio de A. G.) (*) — Deputado. 4.^o Secretario
da Camara. Rio Grande do Norte — 71, 96, 167, 175, 179, 255, 394,
405, 572, 815, 902.

AMPHILOPHIO (A. Botelho Freire de Carvalho) (*) — Deputado.
Bahia — 60, 71, 73, 96, 97, 100, 110, 111, 112, 123 — 24, 167, 394,
435, 545 — 46, 547, 572, 639, 715, 716, 723, 781, 905, 917.

ANDRÉ CAVALCANTI (A. C. de Albuquerque) (*) — Deputado. Per-
nambuco — 73, 96, 174, 175, 246, 313, 314, 463, 828, 903.

ANFRISIO FIALHO (*) — Deputado. Piahy — 73, 87, 97, 175, 314,
394, 827, 902.

ANGELO PINHEIRO (A. Gomes P. Machado) (*) — Deputado. São
Paulo — 463, 464, 510, 634, 908, 916.

ANNIBAL FALCÃO (*) — Deputado. Pernambuco — 109, 113, 120,
246, 500, 606, 632, 750, 903, 916, 918.

ANTÃO DE FARIAS (A. Gonçalves de F.) (*) — Deputado. Rio Grande
do Sul — 71, 88, 98, 113, 119, 168, 243, 246, 269, 397, 512 — 18, 500,
593 — 94, 606, 629, 632, 633, 634, 761, 766, 767, 768, 770, 773 —
82, 814, 909, 916, 917.

ANTONIO AZEREDO (A. Francisco de A.) (*) — Deputado. Matto
Grosso — 95, 242, 246, 254, 394, 532, 606, 641, 664, 678, 757, 792,
796, 814, 909, 916.

ANTONIO BAENA (A. Nicoláo Monteiro B.) (*) — Senador. Pará
— 73, 120, 243, 394, 483, 468, 470, 605, 607, 815, 901.

ANTONIO EUSEBIO (A. E. Gonçalves de Almeida) (*) — Deputado.
Vice-Presidente do Congresso Constituinte. Bahia — 213, 445, 832,
866, 867 — 68, 900.

ANTONIO OLINTHO (A. O. dos Santos Pires) (*) — Deputado. Mi-
nas Geraes — 121, 122, 168, 175, 188, 246, 395, 555, 607, 614, 634,
614, 815, 907, 916, 917.

AQUILINO DO AMARAL (*) — Senador. Comissão Especial dos 21.
Matto Grosso — 66, 175, 313, 304, 395, 830, 866, 908.

ARGOLLO (Francisco de Paula A.) (*) — Deputado. Bahia — 71,
97, 167, 169, 246, 555, 572, 606, 804.

ARISTIDES LOBO (A. da Silveira L.) (*) — Deputado. Ex-Ministro
do Interior. Districto Federal — 71, 164 — 60, 174, 175, 184, 246, 526,
583 — 85, 607, 634, 814, 816, 906, 915.

ARISTIDES MAIA (A. de Araujo M.) (*) — Deputado. Minas
Geraes — 112, 155, 168, 174, 175, 188, 246, 304, 309, 347, 392, 395,
445, 534, 563, 606, 607, 610, 612, 613, 614, 634, 814, 815, 907, 919, 917.

ARISTIDES MILTON (A. Augusto M.) (*) — Deputado. Bahia —
71, 73, 74, 87, 167, 244, 313, 394, 407, 572, 573, 664, 668, 792; 823; 904.

ARTHUR RIOS (A. Cesar R.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 88, 184, 321, 394, 438, 440, 443, 445, 458, 461, 480, 635, 636, 689, 642, 645, 654, 750, 751, 752, 788, 832, 904.

ASSIS BRASIL (Joaquim Francisco de A. B.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 158, 249, 251, 255, 439, 464, 537, 560 — 62, 572, 585, 634, 803, 804, 855, 910, 919.

ASTOLPHO PIO (A. P. da Silva Pinto) (*) — Deputado. Minas Geraes — 64, 65, 66, 74, 96, 108, 168, 256, 257, 394, 395, 532, 579, 815, 907, 917.

AUGUSTO DE FREITAS (José A. de F.) (*) — Deputado. Bahia — 73, 87, 98, 99, 100, 101, 102, 135, 313, 315, 316 — 32, 445, 509, 616; 619, 637, 644, 652, 676, 734, 735, 750, 752, 788, 789, 795, 904.

ATHAYDE JUNIOR (Antonio Borges d'A. J.) (*) — Deputado. Espirito Santo — 71, 75, 76, 96, 175, 176, 177, 178, 243, 314, 316, 394, 538, 572, 606, 638, 751, 814, 905, 916.

AVELLAR (João Antonio de A.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 75, 76, 175, 246, 608, 607, 614, 634, 814, 815, 907, 916, 917.

B

BADARÓ (Francisco Coelho Duarte B.) — Deputado. Minas Geraes — 71, 167, 188, 175, 246, 305, 313, 395, 558 — 59, 607, 614, 634, 680 — 82, 696, 917.

BAPTISTA DA MOTTA (João B. da M.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 169, 175, 181, 188, 243, 246, 255, 313, 394, 425, 483, 549, 559, 583, 576, 594 — 95, 607, 632, 634, 638, 700, 743, 751, 775, 816, 817, 861, 918.

BARÃO DE SANTA HELENA — Deputado. Bahia — 395.

BARÃO DE S. MARCOS (*) — Deputado. Bahia — 73, 87, 167, 169, 175, 313, 314, 445, 572, 905.

BARÃO DE VILLA VIÇOSA (*) — Deputado. Bahia. 71, 73, 75, 76, 167, 175, 246, 445, 446, 572, 573, 727, 759 — 71, 780, 849, 905.

BARBOSA LIMA (Alexandre José B. L.) (*) — Deputado. Ceará — 109, 119, 120, 134, 135, 136, 168, 169, 172, 178, 243, 246, 277, 313, 393, 394, 441, 442, 509, 531, 532, 533, 537, 552, 560, 561, 572, 576, 595 — 96, 597, 602, 606, 614, 619, 675, 729, 764, 765, 795, 814, 827, 848 — 55, 862, 902, 916, 918.

BELFORT VIEIRA (Manoel Ignacio B. V.) (*) — Deputado. Amazonas — 96, 169, 175, 243, 246, 394, 395, 468, 490, 606, 634, 684, 695, 689, 769, 828, 901, 916.

BELLARMINO CARNEIRO (*) — Deputado. Pernambuco — 73, 87, 95, 174, 175, 184, 246, 313, 314, 394, 463, 573, 591, 634, 903, 916.

BELLARMINO DE MENDONÇA (B. Augusto de M. Lobo) (*) — Deputado. Paraná — 69, 70, 96, 493, 600 — 601, 909.

BERNARDINO DE CAMPOS — Deputado. Comissão Especial dos 21. S. Paulo — 87, 96, 107, 111, 112, 123, 167, 180, 183, 203, 243, 256, 267, 214, 463, 464, 553, 573, 634, 645, 652, 676, 676, 695 — 705, 718, 719, 786, 788, 795.

BEZERRA D'ALBUQUERQUE (Manoel B. d'A.) (*) — Senador. Ceará — 71, 73, 87, 97, 169, 243, 314, 902, 916.

BEZERRIL FONTENELLE (José Freire B. F.) (*) — Deputado. Ceará — 96, 97, 109, 175, 314, 394, 606, 902, 916.

BEVILAQUA (José B.) (*) — Deputado. Ceará — 169, 175, 243, 246, 314, 394, 445, 606, 689 — 87, 768, 769, 770, 771, 814, 822, 902, 916, 918.

BORGES DE MEDEIROS (Antonio Augusto B. de M.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 249, 251, 464, 538, 563, 572, 607, 634, 909.

BRAZ CARNEIRO (B. C. Nogueira da Gama) (*) — Senador. Rio de Janeiro — 97, 112, 175, 313, 905.

BUENO DE PAIVA (Francisco Alvaro B. de P.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 74, 163, 175, 180, 245, 395, 908.

C

CANTANO DE ALBUQUERQUE (C. Manoel de Faria e A.) (*) — Deputado. Matto Grosso — 175, 313, 394, 395, 606, 909.

CAMPOS SALLES (Manoel Ferraz de C. S.) (*) — Senador. Ex-Ministro da Justiça. S. Paulo — 63, 129, 167, 183, 243, 290, 299, 301, 324, 330, 393, 428, 461, 463, 464, 521, 634, 639, 655, 670, 701, 712, 781, 749, 751, 789, 793, 908, 915.

CANTÃO (José Ferreira C.) (*) — Deputado. Pará — 67, 68, 69, 73, 106, 120, 167, 243, 403, 467 — 73, 518 — 21, 605, 607, 649, 814, 815, 901, 916.

CARLOS DE CAMPOS (C. Augusto de C.) (*) — Deputado. Santa Catharina — 75, 97, 103, 169, 174, 175, 243, 252, 314, 394, 573, 909, 916.

CARLOS CHAGAS (C. Justiniano das C.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 87, 168, 313, 634, 907.

CARLOS GARCIA (C. Augusto G. Ferreira) — Deputado. S. Paulo — 167, 200 — 96, 256, 298, 393, 394, 443, 463, 485, 510, 573, 617, 634.

CARVALHAL (João Thomaz C.) (*) — Deputado. S. Paulo — 87, 107, 112, 183, 243, 394, 463, 464, 675, 795, 903.

CASIMIRO JUNIOR (C. Dias Vieira J.) (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Maranhão — 71, 75, 76, 96, 175, 246, 394, 606, 607, 814, 818, 828, 829, 866, 901, 916.

CASSIANO DO NASCIMENTO (Alexandre C. do N.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 98, 175, 188, 249, 251, 255, 298, 304, 314, 372 — 82, 464, 538, 551, 563, 572, 608, 607, 634, 910.

CESARIO ALVIM (J. C. de Faria A.) (*) — Senador. Ex-Ministro do Interior. Minas Geraes — 175, 253, 518, 613, 814, 910.

CHAGAS LOBATO (João das C. L.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 75, 76, 88, 175, 246, 313, 316, 392, 393, 395, 531, 537, 555, 567, 606, 614, 634, 796, 907, 917.

COELHO BASTOS (Manoel C. B. do Nascimento) (*) — Deputado. Ceará — 73, 96, 243, 786, 902.

CONILHO E CAMPOS (José Luiz C. e C.) — Senador, Sergipe — 73, 167.

CORREIA RABELO (Francisco C. Ferreira R.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 87, 88, 112, 168, 183, 185, 188, 190 — 200, 246, 257, 907.

COSTA JUNIOR (Antonio José da C. J.) (*) — Deputado. S. Paulo — 62, 64, 86, 167, 203 — 305, 393, 411, 443, 468, 464, 514, 515, 518, 520; 573, 828, 908.

COSTA MACHADO (José da C. M. e Souza) — Deputado. Minas Geraes — 66, 71, 75, 76, 83, 97, 100, 112, 168, 175, 180, 206 — 25, 395, 507, 588.

COSTA RODRIGUES (Manoel Bernardino da C. R.) (*) — Deputado. Maranhão — 96, 901.

COSTA SENNA (José Candido da C. S.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 163, 175, 188, 313, 558, 907.

COUTO CARTAXO (Antonio Joaquim do C. C.) (*) — Deputado. Paraíba — 71, 73, 96, 97, 167, 178, 180, 181, 184, 185, 251, 314, 345, 431 — 23, 458, 459, 510, 828, 909.

CUNHA JUNIOR (Francisco Manoel da C. J.) (*) — Senador. Maranhão — 394, 901, 916.

CUSTODIO DE MELLO (C. José de M.) (*) — Deputado. Bahia — 71, 73, 96, 93, 109, 167, 169, 175, 243, 246, 254, 394, 425, 445, 555, 560, 573, 606, 641, 700, 701, 703, 752, 904, 916, 917.

CYRILLO DE LEMOS (C. de L. Nunes Fagundes) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 175, 246 — 48, 255, 483, 503, 908.

D

DEMETRIO RIBEIRO (D. Nunes R.) (*) — Deputado. Ex-Ministro da Agricultura, Industria e Commercio. Rio Grande do Sul — 98, 109, 113, 121, 172, 246, 394, 412, 560, 768, 770, 910, 915, 917, 918.

DIONISIO CERQUEIRA (D. Evangelista de Castro C.) (*) — Deputado. Bahia — 73, 169, 243, 573, 641, 814, 904, 916.

DOMINGOS DE MORAES (D. Corrêa de M.) (*) — Deputado. São Paulo — 96, 107, 111, 112, 167, 183, 314, 463, 464, 573, 634, 645, 786, 908, 916.

DOMINGOS POUTO (D. da Silva P.) — Deputado. Minas Geraes — 168, 175, 313.

DOMINGOS ROCHA (D. José da R.) — Deputado. Minas Geraes — 168, 175, 180, 314.

DOMINGOS VICENTE (D. V. Gonçalves de Souza) (*) — Senador. Espírito Santo — 71, 96, 176, 177, 178, 254, 314, 394, 535, 633, 751, 814, 816, 905.

DUTRA NICACIO (Antonio D. N.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 240, 313, 395, 568, 696, 697, 694, 814, 907, 917.

E

EDUARDO GONÇALVES (E. Mendes G.) (*) — Deputado. 4º Secretario do Congresso Constituinte. Paraná — 174, 534, 550, 581, 766, 906.

EDUARDO WANDENKOLK (*) — Senador. Districto Federal — 87, 96, 169, 175, 394, 396, 731, 906.

ELYSEU MARTINS (E. de Souza M.) (*) — Senador. 1º Secretario do Senado. Piauí — 96, 175, 313, 441, 442, 810, 852, 903.

EPITACIO PESSOA (E. da Silva P.) (*) — Deputado. Parahyba — 73, 75, 76, 96, 97, 175, 178, 180, 181, 184, 188, 189 — 90, 338 — 46, 431 432, 481, 537, 538, 570, 604, 701, 903.

ERICO COELHO (E. Marinho da Gama C.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 71, 75, 76, 120, 174, 175, 181, 246, 438, 482, 559, 560, 622, 817, 829, 825 — 41, 906, 916, 917.

ESPIRITO SANTO (Vicente Antonio do E. S.) (*) — Deputado. Pernambuco — 67, 71, 97, 113, 115, 121, 122, 169, 175, 201, 210, 243, 302, 303, 312, 349, 355, 366, 367, 568, 394, 440, 463, 474, 475, 488, 492 — 93, 496, 497, 501, 502, 529, 530, 537, 571, 572, 573, 580, 606, 607; 658, 903.

ESTEVES JUNIOR (Antonio Justiniano E.) (*) — Senador. Santa Catharina — 75, 97, 103, 174, 175, 246, 252, 314, 573, 766, 769, 814, 909, 916.

F

FELIPE SCHMIDT (*) — Deputado. Santa Catharina — 75, 97, 103, 119, 174, 175, 243, 253, 394, 563, 573, 606, 814, 909, 916.

FELICIANO PENNA (F. Augusto de Oliveira P.) (*) Deputado. Minas Geraes — 168, 175, 180, 183, 234, 245, 313, 549, 550, 614, 634, 661, 790, 907.

FELISBELLO FREIRE (F. Firmo de Oliveira F.) (*) — Deputado. Sergipe — 73, 175, 178, 246, 314, 394, 445, 490, 644, 687 — 95, 572, 904, 916.

FERNANDO AROTT (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 249, 251, 254, 404, 538, 568, 572, 607, 634, 910.

FERNANDO SIMAS (F. Machado de S.) (*) — Deputado. Paraná — 175, 246, 510, 909.

FERREIRA PIRES (José Carlos F. P.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 75, 76, 168, 207, 246, 395, 606, 614, 634, 814, 908, 910, 917.

FERREIRA RABELLO (José Joaquim F. R.) (*) — Deputado. Minas Geraes (Francisco Corrêa F. R., no II volume) — 74, 75, 76, 88, 175, 188, 313, 395, 634, 715, 908.

FLEURY CURADO (Sebastião F. C.) (*) — Deputado. Goyaz — 175, 180, 246, 314, 908.

FLORIANO PINOTO (*) — Senador. Alagoas — 97, 169, 175, 245, 606, 731, 903, 910.

FONSECA HERMES (João Severiano da F. H.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 97, 175, 188, 434, 514, 905.

FONSECA E SILVA (Francisco Victor da F. e S.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 97, 175, 905.

FRANÇA CARVALHO (Carlos Augusto da F. C.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 174, 188, 313, 383, 389, 390, 395, 448, 483, 504, 505, 559, 606, 634, 661, 789, 836, 837, 838, 906.

FRANCISCO AMARAL (F. de Paula A.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 168, 175, 313, 395, 572, 634, 919.

FRANCISCO GLICERIO (*) — Deputado. Ex-Ministro da Agricultura. S. Paulo — 87, 314, 463, 464, 573, 634, 731, 908, 915.

FRANCISCO SODRÉ (F. Maria S. Pereira) (*) — Deputado. Bahia — 573, 905.

FRANCISCO VEIGA (F. Luiz V.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 71, 87, 89 — 94, 96, 97, 108, 110, 111, 163, 172, 173, 175, 180, 188, 196, 219, 245, 307 — 12, 403, 473, 482, 506, 510, 531, 589, 590, 615, 649, 651, 653, 681, 700, 710, 787, 788, 907.

FREDERICO BORGES (F. Augusto B.) (*) — Deputado. 3º Secretário da Câmara. Ceará — 99, 100, 153, 175, 246, 255, 257, 376, 377, 487, 490, 554, 555, 604, 816, 910, 916, 918.

FREDERICO SERRANO (F. Guilherme de Souza S.) (*) — Deputado. Pernambuco — 175, 910.

FRÓES DA CRUZ (Luiz Carlos F. da C.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 97, 112, 120, 174, 246, 256, 313, 315, 336, 403, 458, 462, 537, 548, 559, 606, 607, 632, 634, 685, 816, 906, 916.

FURQUIM WERNICK (Francisco F. W.) (*) — Deputado. Distrito Federal — 120, 188, 246, 606, 634, 614, 906.

G

GABINO BEZOURO (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Alagoas — 164, 169, 170, 175, 178, 179, 243, 273, 286, 287, 293, 295, 296, 303, 305, 335, 394, 555, 571, 601, 606, 629, 653, 669, 670, 711; 788, 793, 814, 830, 904.

GABRIEL DE MAGALHÃES (G. de Paula Almeida M.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 168, 175, 185, 186, 482, 503, 550, 634, 641, 642, 752, 842, 907, 917.

GARCIA PIRES (G. P. de Carvalho) (*) — Deputado. Bahia — 60, 66, 71, 96, 167, 188, 174, 138, 246, 394, 721 — 30, 777, 904.

GENEROSO MARQUES (G. M. dos Santos) — Senador. Paraná — 246.

GIL GOULART (G. Diniz G.) (*) — Senador. Comissão Especial dos 21. Espírito Santo — 71, 96, 176, 177, 178, 188, 259 — 75, 313, 326, 538, 572, 573, 638, 751, 814, 816, 830, 866, 905.

XXVIII

GOMENSORO (José Secundino Lopes G.) (*) — Senador. Maranhão — 71, 96, 99, 100, 901.

GOMES DA SILVEIRA (Francisco G. da S.) (*) — Senador. Paraíba — 71, 96, 97, 178, 180, 181, 314, 394, 510, 572, 838, 902.

GONÇALO DE LAGOS (G. de L. Fernandes Bastos) (*) — Deputado. Ceará — 71, 75, 76, 175, 243, 246, 874, 902.

GONÇALVES CHAVES (Antonio G. C.) (*) — Deputado. Presidente da Câmara. Minas Geraes — 175, 193, 194, 216, 230, 312, 587, 595, 910.

GONÇALVES FERREIRA (Antonio G. F.) (*) — Deputado. Pernambuco — 73, 107, 175, 246, 903.

GONÇALVES RAMOS (Joaquim G. R.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 184, 188, 246, 563, 607, 614, 634, 814, 815, 907, 916, 917.

GUIMARÃES NATAL (Joaquim Xavier G. N.) (*) — Deputado. Goyaz — 181, 246, 255, 538, 634, 814, 903.

H

HENRIQUE DE CARVALHO (H. Alves de C.) (*) — Deputado. Maranhão — 71, 96, 97, 112, 113, 168, 175, 246, 314, 621, 901.

HOMERO BATTISTA (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 249, 251, 254, 394, 464, 538, 563, 607, 634, 814, 815, 910.

I

INDIO DO BRASIL (Arthur I. do B. e Silva) (*) — Deputado. Pará — 72, 75, 76, 87, 97, 98, 243, 395, 445, 463, 901, 916.

IVO DO PRADO (I. do P. Montes Pires da Franca) (*) — Deputado. Sergipe — 175, 234, 243, 246, 314, 394, 606, 682 — 86, 904, 916.

J

JACON DA PAIXÃO (Antonio J. da P.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 75, 76, 175, 246, 607, 610 — 14, 634, 907.

JACQUES OURIQUE (Alfredo Ernesto J. O.) (*) — Deputado. Distrito Federal — 175, 246, 314, 394, 410, 411, 424 — 27, 439, 860 — 62, 906.

JESUINO DE ALBUQUERQUE (Domingos J. de A. Junior) (*) — Deputado. Distrito Federal (Domingos J. de A. O., I volume) — 245, 394, 634, 907.

JOÃO BARBALHO (J. B. Uchoa Cavalcanti) (*) — Deputado. Pernambuco — 175, 903.

JOÃO LOPES (J. L. Ferreira Filho) (*) — Deputado. Ceará — 96, 314, 902, 916.

JOÃO LUIZ (J. L. de Campos) (*) — Deputado. Minas Geraes — 74, 168, 175, 245, 257, 313, 395, 634, 910.

JOÃO NUNYA (J. Soares N.) (*) — Senador. 4º Secretario do Congresso Constituinte. Comissão Especial dos 21. Parahyba — 96, 175, 180, 181, 251, 304, 828, 866, 980.

JOÃO PEDRO (J. P. Belfort Vieira) (*) — Senador. Maranhão — 71, 96, 175, 184, 188, 606, 684, 901, 916, 917.

JOÃO PINHEIRO (J. P. da Silva) (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Minas Geraes — 180, 612, 910.

JOÃO DE SIQUEIRA (J. de S. Cavalcanti) (*) — Deputado. Pernambuco — 73, 129, 162 — 64, 165, 167, 174, 175, 237, 233, 239, 241, 242, 314, 344, 350, 357, 366, 367, 370, 394, 439, 463, 494, 495, 498, 510, 524, 529, 811, 812, 815, 819, 820, 831, 855, 856, 859, 860, 869, 903.

JOÃO VIEIRA (J. V. de Araujo) (*) — Deputado. Pernambuco — 96, 169, 174, 179, 276 — 92, 653, 788, 903.

JOAQUIM BREVES (J. José de Souza B.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 88, 168, 175, 188, 395, 906.

JOAQUIM CRUZ (J. Antonio da C.) (*) — Senador. Piauí — 96, 167, 573, 901.

JOAQUIM FELICIO (J. F. dos Santos) — Senador. Presidente do Senado. Minas Geraes — 121, 175, 246, 614.

JOAQUIM MURTINHO (J. Duarte M.) (*) — Senador. Matto Grosso — 243, 246, 606, 908.

JOAQUIM SARMENTO (J. José Paes da Silva S.) (*) — Senador. Amazonas — 87, 96, 174, 246, 255, 313, 395, 490, 828, 901.

JOSÉ AVELINO (J. A. Gurgel do Amaral) (*) — Deputado. Ceará — 166, 175, 314, 394, 442, 583, 586, 605, 721, 745, 902.

JOSÉ BERNARDO (J. B. de Medeiros) (*) — Senador. Rio Grande do Norte — 167, 175, 255, 579, 902.

JOSÉ HYGINO (J. H. Duarte Pereira) (*) — Senador. Comissão Especial dos 21. Pernambuco — 71, 73, 96, 97, 109, 110, 111, 112, 113, 166, 175, 179, 180, 188, 198, 313, 376, 377, 379, 462, 463, 464, 482, 505, 507, 510, 519, 520, 521, 528, 545, 550, 551, 573, 589, 635, 639, 646, 650, 667, 668, 674, 715, 716, 717, 718, 733 — 37, 751, 786, 787, 792, 793, 794, 822, 828, 829, 832 — 34, 566, 903.

JOSÉ MARIANNO (J. M. Carneiro da Cunha) (*) — Deputado. Pernambuco — 73, 88, 96, 113, 174, 175, 314, 394, 434, 437, 442, 443, 444, 453 — 54, 456, 457, 460, 463, 477 — 79, 480, 485, 488, 499, 500, 501, 504, 508, 532, 538, 567, 570, 601, 790, 809, 903.

JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA (*) — Senador. Goyaz — 908.

JOSÉ RODRIGUES FERNANDES — Deputado. Maranhão — 175, 246.

JOSÉ SIMEÃO (J. S. de Oliveira) (*) — Senador. Pernambuco — 71, 96, 98, 169, 175, 243, 246, 394, 463, 560, 573, 606, 607, 634, 903, 916, 917.

JULIO DE CASTILHOS (J. Prates de C.) (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Rio Grande do Sul — 249, 251, 254, 464, 583, 583, 572, 606, 607, 634, 655, 661, 666, 789, 790, 792, 830, 886, 909.

XXX

JULIO FROTA (J. Anacleto Falcão da F.) (*) — Senador. Rio Grande do Sul — 249, 251, 254, 316, 464, 538, 563, 572, 673, 794, 909.

JUSTINIANO DE SERPA (*) — Deputado. Ceará — 175, 314, 427 — 23, 445, 459, 464, 482, 489, 521 — 25, 573, 603, 902.

JUVENCIO D'AGUIAR (João J. Ferreira d'A.) (*) — Deputado. Pernambuco — 96, 167, 175, 246, 394, 903.

K

KATUNDA (Joakim d'Oliveira K.) (*) Senador. Comissão Especial dos 21. Ceará — 902.

L

LACERDA COUTINHO (José Candido de L. S.) (*) — Deputado. Santa Catharina — 75, 97, 103, 119, 174, 175, 243, 252, 314, 433, 573, 635, 750, 814, 909, 916.

LAMOUNIER GODOFREDO (Antonio Affonso L. G.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 74, 75, 76, 108, 175, 433, 530, 576, 577, 578, 634, 654, 870, 907.

LAPÊR (João Baptista L.) (*) — Senador. Comissão Especial dos 21. Rio de Janeiro — 138, 256, 621 — 32, 866, 905, 916.

LAURO MÜLLER (L. Severiano M.) (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Santa Catharina — 75, 97, 103, 133, 169, 174, 252, 314, 351, 372, 457, 463, 485, 516, 551, 563, 573, 596 — 97, 678, 689, 783; 785, 786, 791, 796, 830, 866, 909.

LAURO SODRÉ (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Pará — 97, 120, 243, 246, 394, 403, 607, 830, 866, 901, 915.

LEONEL FILHO (Joaquim L. de Rezende F.) — Deputado. Minas Geraes — 175, 246, 563, 606, 607, 614.

LEOPOLDO DE BULHÕES (José L. de B. Jardim) (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Goyaz — 75, 76, 178, 179, 246, 255, 437, 487, 533, 606, 634, 645, 659, 665, 669, 715 — 21, 733, 735, 786, 789, 792, 793, 814, 866, 871 — 74, 898.

LEOVIGILDO COELHO (Joaquim L. de Souza C.) (*) — Senador. Amazonas — 37, 395, 490, 828, 901.

LEOVIGILDO FILGUEIRAS (L. do Ipyranga Amorim F.) (*) — Deputado. Bahia — 73, 87, 101, 102, 103, 104, 113, 303, 314, 445, 454, 486, 487, 534, 536, 493, 615, 645, 670, 733, 793, 831, 843 — 47, 905.

LOPES CHAVES (Joaquim L. C.) (*) — Deputado. S. Paulo — 96, 107, 111, 112, 167, 183, 234, 256, 275, 314, 464, 634, 645, 661, 783; 908.

LOPES TROYÃO (José L. da Silva T.) (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Districto Federal — 63, 75, 76, 175, 208, 209, 219, 215, 216, 218, 232, 246, 362, 394, 425, 452, 453, 469, 475, 606, 907; 634 739, 749, 814, 821, 866, 906.

LUIZ DE ANDRADE (*) — Deputado. Pernambuco — 73, 96, 114, 115, 174, 175, 243, 314, 463, 510, 615, 815, 903.

LUIZ DELFINO (L. D. dos Santos) (*) — Senador. Santa Catharina — 75, 97, 193, 174, 175, 252, 314, 573, 909, 916.

LUIZ MURAT (L. Barreto M.) — Deputado. Rio de Janeiro — 256, 645, 786, 814.

M

MANEABES BARRETO (Dionisio M. B.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 75, 76, 88, 113, 175, 255, 313, 815, 483, 906.

MANUEL BARATA (M. de Mello Cardoso B.) (*) — Senador. Pará — 120, 395, 463, 607, 901.

MANOEL FRANCISCO MACHADO (*) — Senador. Comissão Especial dos 21. Amazonas — 71, 87, 96, 246, 313, 395, 490, 632, 866, 901.

MANOEL FULGENCIO (M. F. Alves Pereira) (*) — Deputado. Minas Geraes — 74, 87, 88, 113, 168, 175, 245, 313, 634, 819, 907.

MARCIANO DE MAGALHÃES (M. Augusto Botelho de M.) (*) — Deputado. Paraná — 175, 394, 404, 460, 782 — 85, 314, 909.

MARCOLINO MOURA (M. M. Albuquerque) (*) — Deputado. Bahia — 69, 71, 73, 96, 174, 445, 861, 904.

MARTINHO PRADO JUNIOR (M. da Silva P. J.) — Deputado. São Paulo — 75, 76, 98, 246, 394, 395, 463, 485, 537, 555, 634.

MARTINHO RODRIGUES (M. R. de Souza) — Deputado. Ceará — 175.

MATTA BARCELLAR (José Ferreira da M. B.) (*) — Deputado. Pará — 71, 73, 75, 76, 120, 243, 246, 394, 395, 463, 605, 607, 814, 815; 901, 915.

MATTA MACHADO (João da M. M.) (*) — Deputado. 1º Secretario da Camara e 1º Secretario do Congresso Constituinte. Minas Geraes — 57, 168, 175, 274, 900, 910.

MAYRINK (Francisco de Paula M.) (*) — Deputado. Districto Federal — 175, 394, 906.

MEIRA DE VASCONCELLOS (José Vicente M. de V.) (*) — Deputado. Pernambuco — 71, 96, 113, 114, 115, 120, 121, 122, 183, 186, 187, 188, 246, 374, 441, 481, 487, 490, 538, 606, 640, 816, 829, 830, 831; 903, 912.

MEYNA BARRETO (Antonio Adolpho da Fontoura M. B.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 97, 169, 175, 180, 183, 243, 249, 251, 255, 401, 464, 538, 563, 572, 634, 910.

MONIZ FREIRE (José de Mello Carvalho M. F.) (*) — Deputado. Espirito Santo — 265, 266, 271, 272, 560, 814, 905, 916, 918.

MONTENHO DE BARROS (José Cesario de Miranda M. de B.) (*) — Senador. Espirito Santo — 71, 96, 176, 177, 178, 180, 188, 314, 572, 573, 638, 751, 816, 905.

MORAES BARROS (Manoel de M. E.) (*) — Deputado. S. Paulo — 314, 393, 394, 456, 464, 479, 508, 573, 627, 628, 634, 698, 737 — 40, 781, 790, 908.

MOREIRA DA SILVA (Antonio M. da S.) (*) — Deputado. S. Paulo — 65, 87, 107, 111, 112, 167, 183, 243, 314, 404, 573, 634, 645, 786; 908, 916.

MURSA (Joaquim de Souza M.) (*) — Deputado. S. Paulo — 87, 107, 167, 175, 183, 243, 256, 314, 394, 463, 573, 675, 795, 908, 915.

N

NELSON DE ALMEIDA (N. de Vasconcellos A.) (*) — Deputado. Piahy — 97, 98, 114, 122, 123, 175, 243, 246, 314, 394, 673, 796, 902, 915.

NILÓ PEÇANHA (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 62, 73, 75, 76, 136, 168, 175, 246, 308, 309, 394, 434 — 35, 582, 606, 785, 795, 905, 916, 918.

NINA RIBEIRO (Raymundo N. P.) (*) — Deputado. Pará — 73, 120, 246, 395, 605, 607, 828, 901, 915.

NOGUEIRA PARANAGUÁ (Joaquim N. P.) (*) — Deputado. Piahy — 73, 175, 313, 902.

O

OTTICICA (Francisco de Paula Leite O.) (*) — Deputado. Alagoas — 71, 96, 99, 156 — 60, 175, 188 — 89, 205, 236 — 41, 246, 299, 360, 361, 392, 320, 486, 492 — 99, 501, 544, 576, 606, 696, 697, 698, 703, 704, 705, 766, 715, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 438; 739, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 770, 498 — 814, 830 904, 917.

OLIVEIRA GALVÃO (José Pedro de O. G.) (*) — Senador. Rio Grande do Norte — 73, 175, 255, 314, 394, 902.

OLIVEIRA PINTO (Augusto d'O P.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 75, 76, 87, 97, 112, 113, 168, 175, 188, 255, 315, 388, 412, 507; 508, 519, 520, 825, 906.

OLIVEIRA VALLADÃO (Manoel Prisciliano de O. V.) (*) — Deputado. Comissão Especial dos 21. Sergipe — 73, 97, 169, 170, 175, 178, 179, 241 — 42, 243, 394, 463, 502, 606, 645, 658, 670, 788, 793, 814, 866, 904, 916.

P

PACIFICO MASCARENHAS (P. Gonçalves da Silva M.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 168, 175, 313, 395, 563, 907.

PAES DE CARVALHO (José P. de C.) (*) — Senador. 2º Secretario do Congresso Constituinte. Pará — 73, 87, 188, 463, 605, 607, 814, 900, 915.

PALETTA (Constantino Luiz P.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 112, 175, 183, 243, 246, 395, 563, 573, 607, 610, 614, 634, 814, 907, 916, 917.

PAULA GUIMARÃES (Francisco P. de Oliveira Guimarães) (*) — Deputado. Bahia — 71, 73, 87, 167, 169, 174, 175, 445, 573, 830, 964.

PAULINO CARLOS (P. C. de Arruda Botelho) (*) — Deputado. São Paulo — 96, 107, 112, 107, 256, 314, 463, 464, 573, 634, 908, 916.

PEDRO AMÉRICO (P. A. de Figueiredo) (*) — Deputado. Parahyba — 71, 73, 87, 97, 98, 100, 175, 178, 180, 181, 184, 225 — 34, 246, 387, 394, 448, 510, 572, 782, 903.

PEDRO CHERMONT (P. Leite C.) (*) — Deputado. Pará — 120, 175, 394, 463, 607, 901, 916.

PEDRO PAULINO (P. P. da Fonseca) (*) — Senador. Alagoas — 96, 97, 175, 246, 394, 904.

PEDRO VELHO (P. V. d'Albuquerque Maranhão) (*) — Deputado. Rio Grande do Norte — 175, 235, 902.

PEREIRA DA COSTA (Joaquim P. da C.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 98, 121, 153 — 56, 249, 251, 464, 538, 563, 634, 909.

PEREIRA DE LIRA (Antonio Alves P. de L.) (*) — Deputado. Pernambuco — 903, 917.

PINHEIRO GUEDES (Antonio P. G.) (*) — Senador. Mato Grosso — 66, 67, 75, 76 — 35, 168, 169, 175, 243, 246, 290, 314, 394, 395, 454, 56, 733 — 59, 814, 909.

PINHEIRO MACHADO (José Gomes P. M.) (*) — Senador. Rio Grande do Sul — 98, 249, 251, 254, 464, 538, 607, 634, 909.

PIRÊS FERREIRA (Francisco P. F.) (*) — Deputado. Piauí — 87, 97, 175, 257, 313, 314, 394, 574, 591, 902.

PONTES DE MIRANDA (Joaquim P. de M.) (*) — Deputado. Alagoas — 904.

PRISCO PARAYSO (Francisco P. de Souza P.) (*) — Deputado. Bahia — 71, 73, 87, 88, 96, 107, 169, 174, 175, 246, 313, 394, 445, 573, 828, 905.

PRUDENTE DE MORAES (P. José de M. Barros) (*) — Presidente do Congresso Constituinte. S. Paulo — 489, 900.

Q

QUINTINO BOCAIUYVA — Senador. Ex-Ministro das Relações Exteriores. Rio de Janeiro — 163, 243, 469, 461, 551, 563 — 64, 565, 588, 657, 740 — 42, 915.

R

RAMIRO BARCELLOS (R. Fortes de R.) (*) — Senador. Rio Grande do Sul — 120, 168, 188, 249, 251, 255, 464, 500, 523, 527, 528, 530, 563, 570, 572, 607, 634, 713, 790, 815, 815, 862 — 63, 909.

XXXIV

PAULINO HORN (R. Julio Adolpho H.) — Senador. Santa Catharina — 175, 294.

RAYMUNDO BANDEIRA (R. Carneiro de Souza B.) (*) — Deputado. Pernambuco — 121, 246, 254, 394, 606, 634, 814, 903, 916.

RETOMBA (João da Silva R.) (*) — Deputado. Parahyba — 71, 73, 87, 96, 97, 126, 169, 175, 178, 180, 181, 273, 314, 367, 368; 394; 403, 464, 474, 538, 574, 599, 609, 672, 700, 701, 702, 703, 739, 794; 831, 841 — 903.

ROCHA OSÓRIO (Mancel Lauz da R. O.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 464, 518, 607, 634, 910, 916, 917.

RODOLPHO MIRANDA (R. Nogueira da Rocha M.) (*) — Deputado. S. Paulo — 167, 183, 250, 314, 463, 464, 634, 908, 916.

RODRIGUES ALVES (Francisco de Paula R. A.) (*) — Deputado. S. Paulo — 96, 107, 111, 112, 183, 394, 463, 464, 573, 645, 786, 908.

ROSA JUNIOR (Mancel da Silva R. J.) (*) — Senador. Sergipe — 73, 87, 169, 314, 316, 369, 394, 403, 445, 630, 857, 858, 860, 863; 904.

ROSA E SILVA (Francisco de Assis R. e S.) (*) — Deputado. Pernambuco — 73, 96, 112, 113, 174, 445, 656, 714, 903.

RUBILÃO JUNIOR (João Alvares R. J.) — Deputado. S. Paulo — 96, 107, 111, 112, 175, 183, 314, 443, 463, 464, 573, 634, 645, 786.

RUY BARBOSA (*) — Senador. Ex-Ministro da Fazenda. Bahia — 445, 526, 731, 814, 904, 916.

S

SÁ ANDRADE (João Baptista de S. A.) (*) — Deputado. Parahyba — 75, 76, 178, 181, 184, 903.

SALDANHA MARINHO (Joaquim S. M.) (*) — Senador. Distrito Federal — 75, 76, 175, 246, 396, 606, 906, 915.

SAMPAIO FERRAZ (João Baptista de S. F.) (*) — Deputado. Distrito Federal — 169, 175, 188, 246, 303, 562, 598, 604, 607, 619 — 20, 634, 861, 906, 916, 917.

SARAIVA (José Antonio S.) — Deputado. Bahia — 246, 634.

SANTOS ANDRADE (José Pereira S. A.) (*) — Senador. Paraná — 314, 909, 916.

SANTOS PEREIRA (Francisco dos S. P.) (*) — Deputado. Bahia — 71, 73, 75, 76, 88, 96, 167, 168, 175, 183, 246, 332 — 38, 394, 445, 573; 609, 634, 904, 916, 917.

SEABRA (José Joaquim S.) (*) — Deputado. Bahia — 73, 87, 174, 175, 271, 313, 348, 394, 399, 445, 451, 453, 515, 576, 577, 578, 579; 580, 581, 582, 686, 828, 904.

SEBASTIÃO MEDRADO (S. Landolpho da Rocha M.) (*) — Deputado. Bahia — 73, 87, 213, 314, 445, 905.

SERZEDELLO (Innocencio S. Corrêa) (*) — Deputado. Pará — 73, 37, 96, 124 — 42, 163, 169, 170, 175, 189, 202, 203, 213, 320, 243, 246; 331, 394, 395, 445, 463, 499, 525 — 29, 547, 553, 569, 600, 602, 605, 606, 607, 705 — 15, 752, 783, 814, 825, 830, 861, 869, 901, 916.

SEVERIANO DA FONSECA (João S. da F.) (*) — Senador. Districto Federal — 75, 76, 96, 97, 169, 175, 246, 906.

SILVA CANEDO (Antonio Amaro da S. C.) (*) — Senador. Goyaz — 175, 246, 334, 908.

SILVA PARANHOS (Antonio da S. P.) (*) — Senador. Goyaz — 75, 76, 180, 246, 908.

T

TAVARES RASTOS (Cassiano Candido T. B.) — Senador. Alagoas — 96, 175, 183, 243, 246, 293, 444, 563, 567.

THEODORO PACHECO (T. Alves P.) (*) — Senador. Comissão Especial dos 21. Piauhhy — 175, 313, 860, 901.

THEODURETO SOUTO (T. Carlos de Faria S.) (*) — Senador. 2º Secretario do Senado. Ceará — 71, 85 — 37, 142 — 53, 184, 246, 440, 552, 902, 916.

THEOPHILO FERNANDES (T. F. dos Santos) (*) — Deputado. Alagoas — 904.

THOMAZ CRUZ (T. Rodrigues da C.) (*) — (Rodrigues da Cruz no II volume) — Senador. Sergipe — 910.

THOMAZ DELFINO (T. D. dos Santos) (*) — Deputado. Districto Federal — 96, 113, 174, 175, 178, 184 — 23, 246, 254, 313, 386 — 92, 439, 454, 506, 606, 607, 615, 634, 638, 742 — 49, 796, 828, 830, 907, 917.

THOMAZ FLORES (T. Thompson F.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 249, 251, 255, 295, 396 — 402, 464, 538, 563, 572, 606, 607, 634, 814, 815, 910.

TOLENTINO DE CARVALHO (José Nicolau T. de C.) (*) — Deputado. Bahia — 96, 121, 174, 246, 457, 525, 538, 903.

TOSTA (Joaquim Ignacio T.) (*) — Deputado. Bahia — 71, 73, 87, 167, 183, 175, 179, 313, 445, 553, 557, 571, 572, 573, 587, 617 — 18, 904.

U

UBALDINO DO AMARAL (U. de A. Fontoura) (*) — Senador. Comissão Especial dos 21. Paraná — 263, 440, 473 — 77, 493, 501, 837, 866 — 67, 368, 909.

UCHÔA RODRIGUES (Manoel U. R.) (*) — Deputado. Amazonas — 168, 169, 174, 175, 184, 243, 246, 253, 267, 268, 269, 271, 273, 313; 395, 445, 490, 537, 606, 633, 830, 900, 916.

URBANO MARCONDES (U. M. dos Santos Machado) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 75, 76, 88, 168, 174, 175, 181, 188, 243, 246, 265, 313, 519, 559, 563, 817, 874, 905, 916, 918.

V

VICTORINO MONTEIRO (V. Ribeiro Carneiro M.) (*) — Deputado. Rio Grande do Sul — 98, 175, 249, 251, 255, 464, 572, 596, 607, 634, 814, 815, 824 — 28, 909, 916, 917, 918.

VINHABO (José Augusto V.) (*) — Deputado. Districto Federal — 75, 76, 113, 246, 313, 394, 442, 444, 447 — 53, 517, 518, 540 — 44, 597, 606, 607, 730, 775, 776, 778, 780, 814, 818 — 24, 837, 859, 907.

VIOTTI (Polycarpo R. V.) (*) — Deputado. Minas Geraes — 74, 168, 174, 175, 188, 246, 395, 563, 814, 907, 917.

VIRGILIO DAMASIO (V. Climaco D.) (*) — Senador. Comissão Especial dos 21. Bahia — 73, 173, 186, 185, 570, 601, 673, 676, 689, 794, 795, 866, 904.

VIRGILIO PESSOA (V. de Andrade P.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 71, 75, 76, 88, 97, 112, 168, 175, 188, 245, 255, 257, 315, 530; 537, 622, 627, 906.

VIRIATO DE MEDEIROS (José Gonçalves V. de M.) (*) — Deputado. Rio de Janeiro — 88, 97, 120, 168, 245, 257, 313, 537, 572, 906.

Z

ZAMIA (Anisídes Spinola Cesar Z.) (*) — Deputado. Bahia — 60, 67, 71, 75, 76, 88, 126, 132, 135, 136, 152, 154, 167, 175, 178, 246, 257 — 59, 277, 280, 285, 286, 287, 294, 395, 305, 313, 314, 315, 334, 342, 345, 346 — 72, 395, 400, 407 — 24, 479, 508, 509, 518, 533, 564, 587, 603, 606, 607, 666, 682, 684, 686, 750, 792, 814, 825, 827, 855 — 69, 862, 869, 904, 916.

(*) Indica os congressistas que assignaram a Constituição.

CONGRESSO NACIONAL

HISTORICO DAS SESSÕES DE 26 DE JANEIRO A 26 DE FEVEREIRO DE 1891

Aberta a sessão do dia 26, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão precedente.

Na hora do expediente oram os Srs. Amphilophio e Garcia Pires: este sobre assumptos politicos e aquella sobre um substitutivo, que pretende offerecer relativamente á organização judiciaria.

Passando-se á ordem do dia, o Sr. Presidente consulta o Congresso sobre si dispensa a leitura do projecto de Constituição, uma vez que já foi impresso e distribuido. — o que é concedido.

Entra em 2ª discussão o projecto.

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão varias

Emendas

Aberta a sessão do dia 27, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr., 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Expediente

Officio, datado de 26 do corrente, dos cidadãos Dr. Vicente de Souza, Capitão Thomaz Cavalcanti e Capitão Saturnino Cardoso, convidando os representantes do Congresso Nacional a comparecerem á visita que será feita ao tumulo do General Benjamin Constant, no dia 28 do corrente.

Dão explicações pessoais os Srs. João de Siqueira e Aristides Lobo.

Passando-se á ordem do dia, continúa a segunda discussão do projecto de Constituição, com as emendas apresentadas.

Vol. III

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão varias

Emendas

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações

Declaramos que fazemos nossa a emenda apresentada pelo Sr. Senador José Hygino e outros representantes, sobre a unidade do Direito.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Lopes Chaves.*
— *F. Penna.*

Declaro que, por motivos de molestia, não compareci á sessão de 24 de janeiro corrente, e que, si a ella houvesse comparecido, teria votado a favor de todas as indicações que foram apresentadas como homenagem á memoria do illustre fundador da Republica Brasileira, o immortal Dr. Benjamin Constant.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Ivo do Prado.*

Aberta a sessão do dia 28, é lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Expediente

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 27 do corrente, communicando que foi presente ao chefe do Governo a resolução do Congresso Nacional, approvada em sessão de 24 deste, relativa ás homenagens que deveriam ser prestadas á memoria do General Benjamin Constant, e declarando que o Governo, antecipando-se ao conhecimento official dessa resolução, e solicito em traduzir logo em acto o patriótico pensamento do Congresso, expediu o decreto n. 1.320, de 24 do corrente, e a resolução da mesma data, nos quaes procurou concretizar toda a gratidão nacional de que é credor o egregio cidadão, cuja morte a Patria deplora. — Fica o Congresso inteirado.

Na hora do expediente oram os Srs. Oiticica, Valladão, Alexandre Stockler e Dionisio Cerqueira; vem á Mesa é lida, apoiada, posta em discussão e approvada, sem debate, a seguinte

Indicação

Para celebrar o 7º dia do passamento do benemerito patriarcha, fundador da Republica Brasileira, Dr. Benjamin Constant, propomos se indique ao Governo Provisorio, como justa homenagem ao patriota General-cidadão, que seja perpetuamente conservado no Almanak Militar, no lugar que lhe competia entre os generaes de brigada, o seu nome immortal, de sorte a moralmente não ser preenchida sua vaga.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891, 3º da Republica. — *Florian Peixoto.* — *Quintino Bocayuva.* — *José Simeão.*

Almeida Barreto. — Lauro Sodré. — Nelson de Vasconcellos. — Urbano Marcondes. — M. Bezerra. — Uchôa Rodrigues. — Manoel Coelho Bastos do Nascimento. — Custodio de Mello. — Baptista da Motta. — M. Valladão. — Almeida Pernambuco. — A. Stockler. — C. Paletta. — Índio do Brasil. — Malta Baccellar. — Antonio Buena. — Cantão. — G. Besouro. — F. Schmidt. — Lacerda Coutinho. — Gonçalo de Lagos. — Mursa. — Carvalho. — S. Campos. — A. Moreira da Silva. — Campos Salles. — Dr. Pinheiro Guedes. — Barbosa Lima. — A. Azevedo. — Joaquim Murtinho. — Menna Barreto. — Athayde Junior. — Serzedello Corrêa. — Dionisio Cerqueira. — Ivo do Prado. — Carlos Campos. — Antônio de Faria. — Belfort Vieira. — Luiz de Andrade. — Espirito Santo. — José Bevilacqua.

Ora, ainda, o Sr. Tavares Bastos.

Passando-se á ordem do dia, continúa a 2ª discussão do projecto de Constituição, com as emendas apresentadas.

Vêm á Mesa varias

Emendas

Aberta a sessão do dia 29, é lida, posta em discussão e approvada a acta da sessão antecedente.

COMPROMISSO REGIMENTAL

E' introduzido no recinto o Sr. Barão de Santa Helena, representante reconhecido pelo Estado de Minas Geraes, que presta o compromisso regimental.

Na hora do expediente, o Sr. Francisco Veiga justifica a seguinte

Indicação

Indico que seja modificado o artigo 67 do Regimento, no sentido de ser a promulgação e publicação da Constituição feita pela Mesa do Congresso, conforme este decidiu.

Fica sobre a mesa para ser tomada opportunamente em consideração.

E', igualmente, apoiada, sendo adiada a sua discussão, por haver pedido a palavra o Sr. Aristides Maia, a seguinte

Indicação

Indico que da Comissão Especial dos 21 seja tirada uma outra, composta do Presidente da mesma e de mais dous membros, de sua escolha, para encarregar-se da redacção final do projecto de Constituição, devendo a mesma Comissão, antes de votarem-se as emendas offercidas em segunda discussão, dar seu parecer sobre quaes das emendas que, em seu conceito, devam ou não ser approvadas.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Passando-se á ordem do dia, continúa a 2ª discussão do projecto de Constituição, com as emendas apresentadas.

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão varias

Emendas

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Faço meu o seguinte additivo ao art. 3º, do Sr. Baptista tivamente ao alistamento eleitoral e á eleição de deputados e senadores — *França Carvalho*.

Faço meu o seguinte additivo ao art. 3º do Sr. Baptista da Motta e outros — devendo, porém, a navegação de cabotagem ser feita em navios nacionaes.

Aberta a sessão do dia 30, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Expediente

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 29 do corrente, transmittindo, por cópia, o seguinte officio, de 29 tambem do corrente, da directoria do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Secretaria de Estado dos Negocios do Interior — 3ª secção.

Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, 26 de janeiro de 1891.

Exmo. Sr. Ministro do Interior — A directoria do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, reunida hontem, resolveu dirigir-vos esta representação no intuito de chamar a vossa attenção e a do Governo para a critica situação em que os ultimos acontecimentos collocaram esta associação de beneficencia.

O Montepio foi creado por decreto do governo, de 10 de janeiro de 1835, para o fim de «beneficiar, sem gravame do Thesouro Nacional, as familias dos empregados publicos, que fallecessem sem lhes deixar meios de honesta subsistencia»; e no longo periodo de mais de 50 annos nunca desmentiu a sua instituição; e, graças ao poderoso auxilio que lhe deram os altos poderes do Estado, conseguin possuir, hoje, um fundo capital de 7.000:000\$, sem embargo de pagar, sempre pontualmente, a avultadissimo numero de pensionistas, que, actualmente excedem de 6.000 em todos os Estados Unidos.

Nestas circumstancias, lembrou-se o Ministro da Fazenda de expedir o decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, creando o Montepio obrigatorio para os seus empregados, com o fim «de prover a subsistencia das familias dos mesmos empregados, quando estes fallecessem», tornando-se, posteriormente, extensivo aos empregados civis dos outros ministerios.

Cessaram, pois, com essa criação, duas das principaes fontes de receita do Montepio Geral de Economia dos Servidores de Estado, quaes eram as joias e annuidades de novos contribuintes, porquanto ninguem mais se inscrevera como socio do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, pagando elevadas joias e annuidades, quando pôde conseguir o mesmo fim, que é deixar amparada a familia, por sua morte, concorrendo para o montepio obrigatorio com o pagamento de joias e annuidades insignificantes.

Abalados por esse modo os fundamentos da nossa instituição, e quando a directoria cogitava seriamente nos meios de conjurar a crise que se preparava, foi surprehendida com a approvação de uma emenda, ultimamente apresentada no Congresso Constituinte, durante a 1.^a discussão da Constituição da Republica. Essa emenda, breve na expressão (ficam abolidas todas as loterias), é, contudo, de effeitos desastrosos e aniquiladoras para o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado e para outras associações de caridade e beneficencia, que tinham no beneficio das loterias do Estado o seu principal elemento de vida.

Attendendo ás difficuldades financeiras do paiz e não desejando aggraval-as por meio da concessão de subvenções pecuniarias, o Poder Legislativo adoptou, ha muitos annos, a pratica de applicar o beneficio das loterias ás associações de beneficencia e caridade, que mais precisavam de auxilio para poder cumprir a sua missão humanitaria. E que melhor applicação poderia ter o dinheiro proveniente dessa origem? Assim, tornava-se fertilizante e moralizador um capital adquirido á custa da exploração de uso e costume do povo.

Mas o Congresso Nacional entendeu que era materia constitucional a extinção desse costume do povo, e aboliu todas as loterias, sem, talvez, lembrar-se de que os costumes de um povo não se transformam de repente, e sim gradualmente, e que as loterias do Estado podem, talvez, ser substituidas por vicios peores, taes como o abuso das rifas e das *poúles* nas corridas de cavallos, e o excesso desordenado e perigoso dos jogos de azar, da Bolsa, etc.

Bem fiscalizadas as loterias, como são em Portugal, na França, Italia, Hespanha e em outras nações da Europa, satisfazem a indole do povo e não offerecem perigo algum á communhão social.

A directoria do Montepio Geral dos Servidores do Estado, no desempenho dos seus deveres, limita-se a dirigir-vos esta representação, não como protesto, porque ella se considera incompetente para fazel-o, visto que esta instituição, creada pelo Governo e mantida sempre pelos poderes publicos no decurso de tantos annos, poderia ser taxada de ingrata si levantasse protestos contra os actos do Governo ou do Congresso Nacional: não como protesto, mas como lamentoso echo da sentida voz de milhares de pensionistas, cujo instincto os faz prever o triste desfecho que, em futuro proximo, está reservado para uma associação que, por mais de meio seculo, não deu senão provas de patriotismo e de honestidade.

Saude e fraternidade. — Exmo. Sr. Ministro do Interior. — *Marquez de Paranaguá*, Presidente. — *Antonio Luiz Fernandes da Cunha*, Secretario.

Conforme. — O director, *Pedro Guedes*.

Confere: — *Carvalho e Souza*.

Na hora do expediente, ora o Sr. Thomaz Delfino sobre uma emenda ao projecto de Constituição.

Passando-se á ordem do dia, continúa a 2ª discussão do projecto de Constituição, com as emendas apresentadas.

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão varias

Emendas

Tendo o Sr. Almeida Barreto requerido, verbalmente, o encerramento da discussão, o Congresso approva este requerimento.

O Sr. Relumba faz algumas observações sobre o numero immenso de emendas que se acham sobre a mesa, e declara que lhe parece conveniente que seja adiada a votação dellas, para domingo proximo, ou segunda-feira.

O Sr. Presidente declara que o numero dessas emendas excede a 600, sendo algumas dellas substitutivas, pelo seu tamanho, do projecto que se discute.

Essas emendas foram impressas e distribuidas, mas, na ordem de sua apresentação, não guardam a ordem dos artigos do projecto que se discute; de modo que será muitissimo difficil dirigir a votação, mesmo colleccionar de momento todas as emendas referentes a cada um dos artigos.

Parece-lhe, conseguintemente, que o Congresso utilizará melhor o seu tempo, si consentir que a votação dessas emendas fique adiada para o tempo sufficiente de que a Secretaria precisa para completar o trabalho, que já iniciou, e redigir o projecto, tendo ao lado de cada artigo as emendas respectivas.

Esse trabalho poderá ser impresso, distribuido aos membros do Congresso, que lerão um roteiro para guiar-se na votação de cada uma das emendas.

E acrescenta:

Entretanto, esta é a occasião de submeter á deliberação do Congresso a indicação que o Sr. representante Francisco Veiga offereceu, na sessão de hontem.

S. Ex. apresentou a seguinte

Indicação

"Indico que da Comissão Especial dos 21 seja tirada uma outra, composta do Presidente da mesma e de mais dous membros, de sua escolha, para encarregar-se da redacção final do projecto de Constituição, devendo a mesma Comissão, antes de votarem-se as emendas offerecidas em segunda discussão, dar seu parecer sobre quaes das emendas que, em seu conceito, devam ou não ser approvadas".

Em relação á nomeação da Comissão Especial, parece-lhe que esta indicação está prevenida pelo Regimento.

O Regimento dispõe, no art. 63, que, terminada a discussão do projecto constitucional, seja enviado a Comissão Especial, para redigil-o, de accordo com o vencido.

Mas o Sr. representante Francisco Veiga propõe que a Comissão seja, tambem, encarregada de examinar e dar parecer sobre as emendas

Submette á deliberação do Congresso esta indicação, — si julga conveniente que as emendas vão á Comissão dos 21 para redigil-as, ou si satisfaz-se com o trabalho que a Secretaria pôde preparar, coordenar e distribuir com as emendas.

Vem á Mesa, é lida, apoiada e posta em discussão a seguinte

Indicação

“O Presidente do Congresso e dous membros do Congresso por elle designados classificarão as emendas apresentadas em 2.^a discussão. — *Fróes da Cruz*”.

Depois de algumas observações dos Srs. Fróes da Cruz e José Marianno, o Sr. Presidente expõe o seguinte:

O trabalho da classificação das emendas, como informei ha pouco, está, apenas, iniciado. O seu numero é muito superior a 600.

Esse trabalho está se fazendo agora, como se fez na 1.^a discussão, pelo Director da secretaria do Congresso, sob a sua fiscalização.

Actualmente, está assim iniciado, mas, segundo lhe informa o Director da Secretaria, só poderá estar concluida amanhã, e a hora tardia.

Esse trabalho deve ser impresso, distribuido, portanto, para que tenha logar a classificação, a impressão, a distribuição, de modo que os Srs. membros do Congresso possam receber cada um seu exemplar, examinando-o e estudando-o, embora ligeiramente, não sendo possível proceder-se á votação, com conhecimento de causa senão na segunda-feira.

Consequentemente, si não ha opposição da parte do Congresso, marcarei o dia de segunda-feira para esse trabalho.

Fica, portanto, prejudicada a indicação do Sr. Fróes da Cruz.

Vem á Mesa a seguinte

Declaração

Declaro que votei a favor do requerimento, hoje feito, para encerramento da segunda discussão do projecto constitucional, por julgal-o debatido devidamente, proficientemente, no Congresso Constituinte.

Achava-me inscripto para tomar parte no debate, não porque tivesse a velleidade de illustral-o, mas no intuito exclusivo de justificar, quanto em mim coubesse, emendas que tive a honra de apresentar, no tocante á autonomia dos estados.

Sobreleva que, ante a preciosidade do tempo, subindo ella do ponto, e elevado alcance no grande movimento deste seculo, para a Republica Brasileira, não me era lieito adoptar outro alvitro.

Na impossibilidade da alludida justificação, limito-me á presente declaração motivada de voto — facultada pelo Regulamento.

Sala das sessões do Congresso Nacional, 30 de janeiro de 1894. — *A. de Amorim Garcia*.

O Sr. Presidente dá para ordem do dia 2 de fevereiro proximo:

Votação do projecto de Constituição e das emendas respectivas; e levanta a sessão.

Aberta a sessão do dia 2 de fevereiro, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão de 30 de janeiro.

O Sr. Milton justifica a razão por que votou contra o pedido de encerramento do projecto constitucional, e aproveita a occasião para fazer uma declaração, concebida nos termos seguintes:

“Declaro que votei contra o requerimento, em que se propoz o encerramento desta 2ª e ultima discussão.”

Ora em seguida o Sr. Zama, que trata, largamente, de um numero da *Tribuna*, distribuido na vespera, trazendo a data de 10 de janeiro, em que o seu proprietario e redactor principal, Sr. Antonio de Medeiros, expõe, minuciosamente, os factos occorridos antes do assalto feito áquelle jornal no dia 29 de novembro de 1890, e ao mesmo assalto dado na noite daquelle dia.

Vem á Mesa, é lida, apoiada e posta em discussão a seguinte

Moção

O Congresso Constituinte espera e conta que o Governo da Republica não descansará enquanto não forem descobertos os auctores do attentado, no dia 29 de novembro do anno passado, contra a typographia da *Tribuna*.

Outrosim: conta o Congresso que, uma vez reconhecidos os criminosos, sejam elles punidos com todo o rigor das leis, e de modo que a sua punição sirva de exemplo a todos e prove ao Mundo que a Republica Brasileira em tempo algum pactua com os crimes e com os criminosos.

Sala das sessões, 2 de fevereiro de 1891. — Cesar Zama.

Ora ainda o Sr. Jacques Ourique, que defende muitos actos do Governo Provisorio.

Submettida a votos, é approvada a moção.

Em seguida, ora o Sr. Justiniano de Serpa, requerendo que se consigne na acta que votou contra a moção, por considerar o assumpto inteiramente extranho á esphera de accção de uma Constituinte no momento actual e, em segundo logar, para declarar que, fiscal da lei, julga que a discussão da moção não correu os tramites regimentaes, porquanto, ao passo que o Sr. Presidente annunciava a discussão da moção, um representante pediu a palavra para negocio urgente, afim de fazer uma declaração pessoal, não para discutir a moção, mas para tratar de assumpto inteiramente diverso, o que fez sem que, entretanto, fivesse fallado sobre a moção.

O Sr. Presidente declara que será satisfeito o desejo do nobre representante: e observa que quanto a ser a materia da moção extranha ao objecto para que se reuniu a Constituinte, como disse o orador, os precedentes da Casa, que não foram estabelecidos por elle, auctorizam-na, e não é a primeira vez que questões desta ordem se discutem neste Congresso.

Quanto a não ter corrido regularmente o processo da discussão da moção, chama a atenção do nobre representante para o art. 38 do Regimento, que, declarando em discussão a moção, o Sr. representante Jacques Ourique pediu a palavra, ao que lhe disse que estava adiada a discussão, por haver S. Ex. pedido a palavra, que é como determina o Regimento votado.

O mesmo Senhor requereu 16 minutos de urgencia, que lhe foram concedidos, e subiu á tribuna e discutiu a moção.

Depois de outras considerações, accrescentou S. Ex. :

Depois que o Sr. Jacques Ourique acabou de fallar, declarou bem alto que, si não havia mais quem quizesse a palavra, encerraria a discussão da moção.

Portanto, não houve infracção alguma do Regimento. E si o nobre representante, ou outro qualquer collega, não fallou sobre a moção, foi porque não quiz.

Isto é muito claro, porque declarou, alto e bom som, que, si não havia mais quem pedisse a palavra, encerraria a discussão.

Assim, em relação ao modo por que procedeu a Mesa, é impropriedade a reclamação do nobre representante.

O Sr. Americo Lobo, pela ordem, diz que o Congresso votou, unanimemente, na sessão de 28, que ficasse para sempre gravado no *Almanak Militar* essa gloria immortal (o Sr. General Benjamin Constant), porque, sem contestação nenhuma, é o pai da Republica Brasileira.

Pergunta si o Governo já teve conhecimento dessa votação unanime, que tanto honra a Nação Brasileira, e no caso affirmativo, si a Mesa já recebeu alguma resposta consoante ao grande acto que accentua.

O Sr. Presidente responde que já foi remettida ao Governo a communicação, mas que ainda não veio resposta.

Passando-se á ordem do dia — votação do projecto de Constituição com as emendas apresentadas —, indo proceder-se á votação, reconhece-se não haver numero, pelo que o Sr. Presidente manda fazer a chamada; e reconhecendo-se não haver numero legal, fica adiada a votação.

Aberta a sessão do dia 3, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Couto Cartaxo observa que alguns dos apartes que deu quando orava o Sr. Epitacio Pessoa, em uma das sessões passadas, não foram publicados, e discorre sobre outros assumptos.

Depois de orar o Sr. Nilo Pecanha, é lido e posto em discussão, que fica adiada, por haverem pedido a palavra os Srs. José Marianno e João de Sequeira, o seguinte:

Requerimento

"Requeiro, por intermedio do Sr. Ministro da Justiça, informações sobre as providencias que tomou o Poder publico em face do attentado de que foi victima o jornalista Dr. Oscar de Macedo Soares. — *Nilo Pecanha.*"

Requerendo o Sr. Americo Lobo cinco minutos de prorrogação da hora, para justificar uma indicação relativa ao projecto de Constituição, e, consultado o Congresso, não concede a prorrogação pedida.

Passando-se á ordem do dia — votação do projecto de Constituição —, o Sr. Presidente observa que o projecto será votado em globo, salvas as emendas, que serão votadas acompanhando os respectivos artigos. Mas entre as emendas ha uma, do Sr. Pinheiro Guedes, que lhe parece um verdadeiro substitutivo a todo o projecto. Consequentemente, si a approvação do projecto constitucional não prejudica as outras emendas, parece-lhe que prejudica esta; portanto, os Srs. membros do Congresso que derem preferencia aos substitutivos devem votar contra o projecto, para votar, em seguida, a favor dos mesmos substitutivos. De modo que, si for approved o projecto, considera prejudicado esse substitutivo.

E' submettido a votos e approved o projecto de Constituição, salvas as emendas, sendo considerado prejudicado o substitutivo do Sr. Pinheiro Guedes.

Posto a votos o preambulo proposto pelo Sr. Americo Lobo para a Constituição, é rejeitado.

Continúa a votação de outras emendas ao projecto.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Declaramos que votámos a favor dos additivos, assignados pelos Srs. Arthur Rios e Theodureto Souto, que transferiam para a União a divida dos estados.

"Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Ruy Barbosa.* — *Arthur Rios.* — *Barão de S. Marcos.* — *S. L. Medrado.* — *Prisco Paraizo.* — *Paula Guimarães.* — *Marcolino Moura.* — *Barão de Villa Viçosa.* — *Ignacio Tosta.* — *A. Milton.* — *Filgueiras.* — *J. J. Seabra.* — *Augusto de Freitas.* — *A. Euzebio.* — *Felisbello Freire.* — *Ivo do Prado.* — *Rosa Junior.* — *Santos Pereira.* — *Custodio de Mello.*"

"Declaro que votei contra as emendas dos Srs. Meira de Vasconcellos, Espirito Santo, Arthur Rios e Theodureto Souto ao art. 5º, e que se referem ao pagamento, pela União, das dividas dos estados.

"Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues.*"

"Requeiro que se consigne na acta a declaração, que faço, de que, hontem, quando o Sr. Presidente explicava um acto da Mesa, que motivava uma reclamação, não pedi a palavra, como entendeu S. Ex. e consta do *Diario Official* de hoje.

"S. R. — *J. de Serpa.*"

"Declaramos que votámos contra a emenda dos Srs. Rosa e Silva e Annibal Falcão, por não considerar os bancos de credito real, como bancos de emissão, únicos exceptuados pelo n. 6 do art. 7º. — *Serzedello Corrêa.* — *J. J. Seabra.*

"Não foi dado por mim o aparte que me é attribuido no discurso do Sr. Martinho Prado, publicado no *Diario Official* de 30 de janeiro.

"Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *F. A. Rosa e Silva.*"

"Declaro que, mesmo pela circumstancia occasional de não ter divida alguma o Estado do Ceará, que tenho a honra de representar, votei *a favor* da emenda que consignava á União o pagamento das dividas de todos os estados, e dei preferencia á do cidadão Senador Theodureto Souto, por ser a mais ampla.

"Sala das sessões. — *José Bevilacqua.*"

"Declaro que, si estivesse presente á sessão de 30 de janeiro, votaria contra o encerramento da 2ª discussão da Constituição, por ter sido combinado que essa discussão seria larga, afim de que pudessem ser ouvidos os membros deste Congresso, que, como eu, foram privados de falar, em virtude dos repetidos encerramentos votados na 1ª discussão.

"Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Barão de Villa Viçosa.*"

"Votei pela emenda substitutiva ao art. 5º, assignada pelo representante Almino Affonso.

"Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Amaro Cavalcanti.*"

Aberta a sessão do dia 4, lê-se e approva-se, sem debate, a acta da sessão antecedente.

O Sr. Vinhaes trata, extensamente, do estado de cousas que opprime os habitantes da Capital da Republica, e da carestia dos generos de primeira necessidade, que augmentaram de 50%.

O Sr. José Marianno reclama contra o seguinte aparte, publicado no *Diario Official*, o que lhe é attribuido: — Quem é V. Ex.? — quando o aparte foi dado do seguinte modo: — Não é com V. Ex.

Quando respondia a um aparte, que lhe fôra dado por um digno representante de S. Paulo, o honrado representante pela Capital Federal, por um equívoco, julgou que o orador se referisse a elle; o que deu logar a um incidente.

Na ordem do dia, continúa a votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição, na 2ª discussão.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Declaramos ter votado contra a emenda, do Sr. Lauro Müller e outros, que estabelece a taxa adicional de 15% sobre o valor da importação, em favor dos estados.

"Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *B. Campos. — A. Gordo. — Domingos de Moraes. — Almeida Nogueira. — Francisco Glicerio. — Costa Junior. — Alfredo Ellis. — Paulino Carlos. — Rodolpho de Miranda. — Angelo Pinheiro. — A. Moreira da Silva. — Carvalhal. — Campos Salles. — M. Prado Junior. — Rubião Junior. — Carlos Garcia. — Rodrigues Alves.*"

"Declaramos ter votado contra a emenda que estatuiu, em beneficio dos estados, a cobrança, durante cinco annos, de 15% additionaes aos impostos de importação cobrados em cada um delles, por preferirmos a emenda que deixava fa-

cultativa essa taxaçaõ, o que melhor consultava os interesses dos estados.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Lauro Sodré.* — *Serzedello Corrêa.* — *Cantão.* — *Antonio Baena.* — *Matta Bacellar.* — *Manoel Barata.* — *Pedro Chermont.* — *Paes de Carvalho.*”

“Declaramos ter votado a favor do § 1º da emenda, do Sr. Lauro Müller e outros, que isenta o Rio Grande do Sul dos 15 % addicionaes.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Luiz de Andrade.* — *João de Siqueira.* — *Espirito Santo.* — *José Marianno.* — *André Cavalcanti.* — *José Hygino.* — *Antonio de Carvalho.* — *José Simeão.* — *Almeida Pernambuco.* — *Belarmino Carneiro.*”

“Declaramos que, si demos os nossos votos ao principio de egualdade de subsidio para as duas camaras, foi no sentido de não haver augmento algum no subsidio que corresponde aos deputados.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Joaquim Valadão.* — *Ivo do Prado.*”

“Declaramos que votámos contra a emenda que estatue a arrecadação de 15 % addicionaes ao imposto de importação: 1º, porque julgamos essa medida summamente prejudicial aos interesses da União, pesando sobre sua principal fonte de receita e tirando-lhe a possibilidade de procurar nella recursos para os casos necessarios; 2º, porque, posta ella em pratica, mais difficil se tornará a vida do povo, já gravado por impostos pesadissimos; 3º, porque julgamos tal disposição perturbadora do systema federativo, marcando aos estados materia tributavel, evidentemente da exclusiva competencia da União. Declaramos, mais, que votámos a favor da excepção quanto ao Estado do Rio Grande do Sul, além de muitas outras razões, por julgarmos impossivel a repressão do contrabando, desde que se eleve extraordinariamente o imposto de importação.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Pereira da Costa.* — *Thomaz Flores.* — *Abreu.* — *Alcides Lima.* — *Victorino Monteiro.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Ramiro Barcellos.* — *B. Osorio.* — *Menna Barreto.* — *Julio Frota.* — *Assis Brasil.* — *Fernando Abbott.* — *Pinheiro Machado.* — *Julio de Castilhos.* — *Borges de Medeiros.* — *Homero Baptista.*”

“Declaramos que votámos contra a emenda que supprime a liberdade da navegação de cabotagem, entendendo que em lei ordinaria devem ser equiparadas as condições da navegação, nacional e estrangeira. — *Julio de Castilhos.* — *Homero Baptista.* — *Julio Frota.* — *Pereira da Costa.* — *Pinheiro Machado.* — *Borges de Medeiros.* — *Thomaz Flores.* — *Fernando Abbott.* — *Assis Brasil.* — *Alcides Lima.* — *R. Osorio.*”

Os representantes de S. Paulo votaram contra a emenda, do Sr. Baptista da Motta e outros, que supprimiu a liberdade da navegação de cabotagem, exigindo que só seja feita por navios nacionaes.

“Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *B. de Campos.* — *A. Gordo.* — *Moraes Barros.* — *A. Moreira da*

Silva. — *Campos Salles.* — *G. Garcia.* — *Angelo Pinheiro.* — *Costa Junior.* — *Carvalho.* — *Paulino Carlos.* — *Rodrigues Alves.* — *Almeida Nogueira.* — *Rubião Junior.* — *Alfredo Ellis.* — *Domingos de Moraes.* — *Lopes Chaves.* — *Glicerio.* — *Rodolpho Miranda.*"

"Declaro que votei a favor da emenda ao § 13 do projecto de Constituição, para que a navegação de cabotagem seja puramente nacional, comquanto me opponha, como demonstrarei em sessão ordinaria, a qualquer monopolio de navegação nacional, como agora succede com a Companhia Lloyd Brasileiro, que reúne em si cinco companhias de navegação subvencionadas, percebendo todas essas subvenções, que montam quasi a 3.000:000\$000.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *J. Retumba.*"

"Requeiro que se consigne na acta que, tendo assignado a emenda dos Srs. Baptista da Motta e outros, ao art. 13, tive, depois, de votar contra, por verificar, por um estudo accurado do assumpto, que visava tal emenda um privilegio insustentavel. — S. R. — *J. de Serpa.*"

"Declaro que votei contra a emenda, do Sr. Serzedello, ao art. 1º do projecto, bem como contra as emendas, dos Srs. Arthur Rios e A. Stockler, aos ns. 3 e 4 do art. 7º.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *José Hygino.*"

"Declaro que votei pela emenda dos Srs. Baptista da Motta e outros, redigida nestes termos: — devendo, porém, a navegação de cabotagem ser feita por navios nacionaes.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*"

"Declaro que votei contra as emendas ao art. 24 do projecto de Constituição, em 2ª discussão, assignadas pelos representantes Gil Goulart, Theodoreto Scuto, A. Azeredo, e a favor da emenda ao mesmo artigo, do representante Meira de Vasconcellos.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Americo Luz.*"

"Declaramos, para evitar duvidas, que as expressões — liberdade bancaria — empregadas na emenda ao art. 33, § 8º, significam — pluralidade bancaria, isto é, que, embora regulados por lei federal sómente, haja no paiz tantos bancos emissores quantos forem precisos, segundo o desenvolvimento economico deste, e dentro dos limites e condições legais estabelecidas.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *A. Cavalcanti.*"

Aberta a sessão do dia 5, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O SR. 2º SECRETARIO (*servindo de 1º*) procede á leitura do seguinte

Expediente

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 3 do corrente, communicando que na presente data se transmite ao Ministerio da Guerra a resolução do Congresso Nacional,

approvada em sessão de 28 do mez findo, propondo fosse indicada ao Governo Provisorio a conservação perpetua do nome do fallecido Dr. Benjamin Constant no *Almanack Militar*, no lugar que lhe competia entre os generaes de brigada. — Fica o Congresso inteirado.

Sobe á tribuna o Sr. Cantão, que trata, extensamente, de negocios do Pará.

Estando terminada a hora do expediente, o Sr. Ubaldino do Amaral requer prorrogação por 10 minutos, para tratar de negocios urgentes.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O mesmo Sr. representante trata do art. 24 do projecto de Constituição, que, sendo approvado em 1ª discussão, não está, portanto, sujeito á 3ª, o que colloca muitos dos membros do Congresso em uma situação esquerda, sendo o orador um delles.

Vem á Mesa, é lido, apoiado, posto em discussão e adiado, por ter pedido a palavra o Sr. Justiniano de Serpa, o seguinte

Requerimento

"Requeiro que o Congresso declare si o art. 24 da Constituição se applica aos actuaes membros do Congresso. — *U. do Amaral.*"

Requerendo o Sr. José Marianno prorrogação, por 5 minutos, da hora do expediente, e sendo consultado o Congresso, é approvado o requerimento.

Depois de orar o mesmo Sr. representante, vêm á Mesa, são lidas e apoiadas as seguintes

Indicações

"Proponho que o Regimento seja reformado, para o fim de ficar limitada a um quarto de hora a meia hora do expediente, e as sessões durarem cinco horas.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *José Marianno.*"

"Proponho que se reforme o art. 58 do Regimento, para o fim de ser permittido que, por occasião da 2ª discussão das emendas apresentadas em 2ª discussão do projecto constitucional, possam ser offerecidas emendas, que terão uma só discussão, ampliativas, restrictivas, modificativas, ou suppressivas, e, bem assim, additivos contendo materia nova, devendo, neste caso, o Congresso, por votação prévia, considerar os importantes e urgentes para poderem ser acceitos.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *José Marianno.*"

O Sr. Presidente annuncia que vai pôr em discussão a moção do Sr. José Marianno, relativa á diminuição da meia hora e prorrogação da sessão por mais uma hora.

Depois de algumas observações de varios Srs. representantes, o Sr. José Marianno requer que seja votada urgencia para ser incluída a indicação na ordem do dia de amanhã, caso o Congresso julgue conveniente não a votar hoje.

Postos a votos este requerimento, fica empatada a votação.

Na ordem do dia continúa a votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

“Si não estivesse presidindo a sessão do Congresso, votaria, hontem, contra a emenda dos Srs. Lauro Müller e outros, estabelecendo o imposto adicional de 15 % sobre a importação, em beneficio dos estados; 1º, porque S. Paulo não precisa desse augmento de imposto; 2º, porque, determinando a emenda que o producto dos 15 % additionaes arrecadados na Alfandega da Capital seja repartido entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e Goyaz, dará em resultado que S. Paulo contribuirá com o imposto, e o Thezouro daquelle Estado não receberá dous terços do seu producto correspondente á importação, que, para aquelle Estado, é feita por intermedio da Alfandega desta Capital, visto que só um terço de sua importação é feita directamente, por Santos.

“Votaria egualmente contra a emenda dos Srs. Baptista da Motta e outros, que supprime a liberdade de cabotagem, que representa uma conquista liberal, feita ha cerca de 30 annos.”

“Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Prudente de Moraes.*”

“Declaro que, si estivesse presente, na sessão de hontem, votaria contra a emenda dos representantes José Marianno e Lauro Müller, dos 15 % additionaes, porque os estados pequenos, como Sergipe, que não têm importação directa, nada liberam com a emenda. Ao contrario, ella é inconveniente, porque sobrecarrega o contribuinte e auxilia sómente os grandes estados vizinhos, para onde vêm, directamente, as mercadorias.

“Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Felisbello Freire.*”

“Declaro que votei a favor da emenda do Sr. Gil Goulart, e outros, suppressiva da incompatibilidade estabelecida no art. 24 do projecto de Constituição, relativa aos membros de directorias de bancos, companhias ou empresas.

“Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891.” (1)

“Votei contra o artigo ao projecto de Constituição que dispõe — será o Vice-Presidente da Republica *ipso facto* Presidente do Senado; e, bem assim, votei contra a disposição do projecto de Constituição que estabelece a regra de ser o Senado presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando deliberar como tribunal de justiça, e que este

(1) No *Diario Official* não se encontra o nome do signatario desta declaração. (N. da 1ª edição.)

não proferirá sentença condemnatoria senão por dous terços dos membros presentes.

"Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges.*"

Declaro que votei pela emenda do Sr. Arthur Rios, que manda supprimir a palavra — igual — do art. 22 do projecto de Constituição, redigido em 2ª discussão.

"Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*"

"Declaramos que votámos contra a emenda ao art. 27 do projecto de Constituição, apresentada pelo Sr. Gabriel de Magalhães, no sentido de auctorizar o Congresso Nacional a regular, por lei ordinaria, o numero de deputados.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Manoel Francisco Machado.* — *Joaquim Sarmiento.* — *Uchôa Rodrigues* — *Belfort Vieira.*

Aberta a sessão do dia 6, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

Na hora do expediente, o Sr. Espirito Santo dá algumas explicações sobre o seu procedimento quando, na sessão antecedente, orava o Sr. Ubaldino do Amaral.

O Sr. Oiticica refere-se ao tratado de commercio, publicado hoje, no *Diario Official*, que foi celebrado entre o Governo Provisorio e dos Estados Unidos da America do Norte.

Em seguida, o Sr. Presidente annuncia a votação do requerimento de urgencia, do Sr. José Marianno, afim de que as duas moções para a reforma do Regimento sejam dadas para ordem do dia da sessão de amanhã.

Consultado, o Congresso rejeita a urgencia pedida.

Vem á Mesa e é lido o seguinte

Requerimento

«Requeiro urgencia para ser votado amanhã o meu requerimento de hontem.

"Em 6 de fevereiro de 1891. — *Ubaldino do Amaral.*"

Submettido á votação, é approvado este requerimento.

E' lida e fica sobre a mesa, aguardando pedido de urgencia, para ser discutida, a seguinte

Indicação

"Indico que o Congresso, aguardando o conhecimento do tratado celebrado entre o Governo Provisorio e o dos Estados Unidos da America e publicado hoje, no *Diario Official*, o tendo em consideração a diminuição dos direitos de importação, base da receita da União, pelo projecto de Constituição, adie as disposições approvadas sobre discriminação das rendas, para ser feita esta discriminação, em lei organica, na 1ª sessão ordinaria, quando serão conhecidos dados certos

sobre a diminuição dos impostos de importação, trazida por este tratado; reformado para isto o regulamento do Congresso.

Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Leite Otílica*."

Passando-se á ordem do dia, continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Declaramos que votámos contra a emenda do Sr. Cantão, ao art. 36, depois do § 3º do projecto, visto como essa emenda é offensiva do principio da dualidade das camaras e tende a annullar o Senado. — *José Hygino*. — *Almeida Barreto*. — *Firmino da Silveira*. — *Pedro Americo*. — *Couto Cartazo*. — *Luz de Andrade*. — *João de Siqueira*."

"Declaro ter votado pelo substitutivo do § 8º, apresentado pelos Srs. Julio de Castilhos e outros.

"Sendo vencido este substitutivo, votei pela emenda dos Srs. Amaro Cavalcanti e outros, que extinguiu o monopólio bancario.

"Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Angelo Pinheiro*."

"Declaramos que votamos a favor das emendas dos Srs. Julio de Castilhos e Amaro Cavalcanti, que combatiam o monopólio de emissão.

"Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Carlos Garcia*. — *Domingos de Moraes*."

"Communico ao Congresso que por incommodo de saúde deixei de comparecer ás sessões ultimas, desde o dia 29 de janeiro até 5 do corrente.

"Aproveito o ensejo para declarar que, si estivesse presente á sessão do dia 4, em que se votou a emenda de 15 % additionaes aos impostos de importação, teria votado contra ella.

"Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Fernando M. de Simas*."

"Declaro que votei a favor da emenda apresentada pelo Sr. Theodureto Souto, mandando que uma lei do Congresso ordinario marcasse as incompatibilidades eleitoraes e parlamentares, e isto não só por me parecer injusta a incompatibilidade dos directores de bancos e companhias, como por julgar a materia impropria da Constituição.

"Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Francisco Veiga*."

Aberta a sessão do dia 7, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Antão de Faria pede a palavra para fazer uma rectificação, formular um reparo e levantar um protesto, e, neste sentido, discorre largamente.

O Sr. Zama requer que se consulte o Congresso sobre si convém que não se trabalhe na terça-feira, terceiro dia do carnaval.

Posto a votos o requerimento, é rejeitado.

O Sr. Cantão requer a urgencia de 10 ou 15 minutos, para dar uma explicação pessoal.

Consultado o Congresso, é concedida a urgencia pedida.

O mesmo Sr. representante trata da declaração de voto sobre uma emenda, que offereceu ao art. 36 do projecto de Constituição, em que lhe parece haver uma insinuação, senão directa, ao menos indirecta, ás intenções que teve com a apresentação de sua emenda.

Passando-se á primeira parte da ordem do dia — discussão da indicação do Sr. Ubaldino do Amaral —, o Sr. Presidente diz que a Mesa marcou uma hora para a discussão da mesma indicação; mas o Congresso, concedendo a urgencia requerida pelo Sr. Cantão, inutilizou a primeira parte. Como não pôde ficar preterida a primeira parte da ordem do dia, põe em discussão a indicação do Sr. Ubaldino.

Ora o Sr. Justiniano de Serpa.

Vem á Mesa, é lido, apoiado e entra conjunctamente em discussão o seguinte

Substitutivo

“O Congresso Nacional declara que a disposição do art. 24 não se entende com os actuaes membros do Congresso, cabendo á Comissão de Redacção harmonizar todas as disposições sobre incompatibilidades com o art. 26 do projecto de Constituição.

“Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Justiniano de Serpa.*”

E' lida, apoiada e entra conjunctamente em discussão a seguinte

Indicação

“Considerando que o art. 26 confere ao Congresso, em lei ordinaria, a determinação dos casos de incompatibilidade eleitoral;

“Considerando mais que o art. 24 estabeleceu uma excepção, que, para não ser antinómica ao art. 26 e para não attingir odiosamente uma classe numerosa de cidadãos, precisa, para ter execução, que uma lei ordinaria determine claramente a natureza dos favores que constituem motivo de incompatibilidade;

“Considerando que essa disposição não pôde ter por fim, neste regimen de liberdade e de tolerancia, quando o deputado e o senador são apenas legisladores, afastar do seio da representação nacional os directores e guias das classes industriaes, hoje que o ideal é a concorrência e a intervenção de todas as actividades competentes para a confecção das leis;

“Considerando, finalmente, que a palavra — favores — não pôde ter sentido dubio e só poderá referir-se a clausulas que transformem os bancos ou empresas em prolongamentos da administração publica, de modo que os directores sejam, pela

natureza mesma dos favores, por suas dependencias do Executivo, especies de funcionarios publicos —, resolve este Congresso declarar que o art. 24 só poderá ter execução depois que uma lei ordinaria precisar e determinar claramente a natureza dos favores que serão causa de incompatibilidade. — *Serzedello.*"

O Sr. Presidente declara encerrada a discussão, pela hora.

O Sr. João de Siqueira requer prorogação da hora, por cinco minutos, para continuação da discussão da indicação do Sr. Ubaldino do Amaral.

Consultado, o Congresso concede a prorogação pedida.

O Sr. Presidente diz que continúa a discussão.

O Sr. João de Siqueira requer o encerramento da discussão.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O mesmo Sr. representante requer preferencia, na votação, para a indicação do Sr. Serzedello.

O Sr. Virgilio Pessoa requer que a votação seja nominal.

Oram, ainda, os Srs. Espirito Santo, Justiniano de Serpa e Ramiro Barcellos.

Consultado o Congresso, é rejeitado o requerimento.

Depois de algumas observações, é posta á votação a indicação do Sr. Serzedello, que é approvada.

O Sr. Presidente declara que fica prejudicada a indicação do Sr. Justiniano de Serpa.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, continúa a votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Declaramos que votámos contra o § 6º do art. 47, que confere ao Presidente da Republica a faculdade de dispensa na lei, pelo indulto e pela commutação.

"Para corrigir os erros possiveis da justiça ordinaria, é preferivel investir os tribunaes superiores, ou o Supremo Tribunal Federal, da attribuição de rever os processos, mediante pedido da parte, e nos casos e fórmás expressamente taxados em lei.

"O contrario é injusto e perturbador da independência e harmonia que deve reinar entre os tres poderes.

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Assis Brasil.* — *Ernesto Alves.* — *M. Prado Junior.*"

"Declaro que votei contra a emenda do Sr. Campos Salles e outros sobre incompatibilidade dos ministros do Estado.

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Epitacio Pessoa.*"

"Declaro que votei contra a indicação, do Sr. Serzedello Corrêa, relativa ás incompatibilidades entre os presidentes dos bancos e emprezas, e os membros do Congresso.

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Espirito Santo.*"

"Declarámos que votámos contra a indicação do Sr. Serzedello, relativa á incompatibilidade de presidentes e directores de bancos, que gozarem de favores do Governo, por ser contrario ao que já decidiu o Congresso.

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Viriato de Medeiros.* — *Miguel de Castro.* — *Fróes da Cruz.* — *Virgílio Pessôa.*"

"Declaro que votei por todas as emendas que consignavam poder o Ministro ser eleito senador ou deputado, ou qualquer destes poder ser Ministro.

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues.*"

"Votámos contra a indicação do Sr. Serzedello, como votariámos contra as mocções dos Srs. Ubaldino e Serpa, por nos parecer que, tratando-se de materia já vencida, não podiam ter cabimento emendas que levam o Congresso a reconsiderar sobre assumptos áccrea dos quaes deliberou, opportunamente, de modo irretractavel, nem, tão pouco, interpretações de leis que ainda não existem.

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Barbosa Lima.* — *Chagas Lobato.*"

"Declarámos que votámos contra o additivo do Sr. Barbosa Lima ao art. 45 considerando crime a dissolução do Congresso pelo Presidente da Republica, sómente porque consideramos ociosa essa medida, já comprehendida no artigo 53, § 3".

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Epitacio Pessôa.* — *J. Retumba.*"

"Declarámos que votámos contra a indicação do Sr. Serzedello, relativa ao art. 24 da Constituição. Assim procedemos porque, entre outros motivos, julgamos absurdo votar indicações que interpretam disposições constitucionaes, antes de estar votada a Constituição.

"S. R. — Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Julio de Castilhos.* — *Julio Tosta.* — *Menna Barreto.* — *Pereira da Costa.* — *Homero Baptista.* — *Alcides Lima.* — *Abreu.* — *Thomaz Flores.* — *Fernando Abbott.* — *Pinheiro Machado.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Alvaro Botelho.* — *José Marianno.* — *Guimarães Natal.* — *L. de Bulhões.* — *Borges de Medeiros.* — *Tolentino de Carvalho.* — *J. Meira de Vasconcellos.*"

"Declarámos haver votado a favor da emenda do Sr. Alcides Barreto e outros, que equalava o eleitorado dos estados na eleição do Presidente da Republica.

"Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Athayde Junior.*"

Aberta a sessão no dia 9, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

Na hora do expediente, ora o Sr. Vinhaes sobre o tratado commercial feito com os Estados Unidos da America do Norte.

O Sr. Oiticica requer prorogação da hora do expediente por 10 minutos, para apresentar uma moção relativa á celebração do tratado de commercio entre o Brasil e os Estados Unidos da America do Norte.

Consultado, o Congresso não concede a urgencia pedida.

E' lida, apoiada e fica sobre a mesa, aguardando pedido de urgencia para ser discutida, a seguinte

Indicação

"Por occasião de serem impressas as emendas que devam soffrer nova discussão, ficará a Mesa autorizada a indicar os artigos, ou emendas que, tendo passado em 1.^a e 2.^a discussão, encerrem, todavia, incongruencias, ou contradicções, afim de serem, *sem discussão*, sujeitas a uma nova votação, que os eliminará, ou manterá definitivamente. — *Serzedello Corrêa.*"

Passando-se á ordem do dia, continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição, offerecidas na 2.^a discussão.

Depois de algumas observações de varios Srs. representantes, o Sr. Presidente declara que aproveita a oportunidade para informar ao Congresso que, tendo mandado indagar si terça-feira havia conducção regular de bondes, o fiscal da Companhia respondeu que para vinda era possível haver conducção, mas que para a volta a Companhia não podia comprometter-se a ter conducção regular.

Era, por conseguinte, occasião do Congresso determinar si devia ou não haver sessão terça-feira.

Os Senhores que approvam a prorogação da sessão de hoje por mais uma hora, queiram levantar-se.

Consultado, o Congresso approva o requerimento de prorrogação da sessão.

Vem á Mesa a seguinte

Declaração

"Declaro que votei contra a disposição constitucional que transferiu da União para os estados o dominio das terras devolutas. Não sendo esta a unica divergencia do meu voto, com referencia a outras disposições, assignalo-a, comtudo, pela excepcional gravidade dessa deliberação, segundo a minha humilde opinião.

"Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — Q. Baccayra."

O Sr. Presidente, antes de proseguir, deseja que o Congresso se manifeste com relação á sessão de amanhã. Si não houver reclamação, dará ordem do dia para depois de amanhã.

O Congresso manifesta-se neste sentido.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Declaro que votei contra o art. 55 do projecto de Constituição, que estabelece o modo de organização do Supremo Tribunal Federal, preferindo nesta parte as idéas contidas nos substitutivos offerecidos pelos Srs. Amphilóquio, Botelho e Leovigildo Filgueiras, assim como em uma emenda do Sr. Serzedello Corrêa, que, incontestavelmente, consultam melhor, não só os interesses dos estados da União, que teriam representantes seus no primeiro tribunal do paiz, como as justas aspirações da classe da magistratura.

"Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges.*"

"Declaro ter votado contra todas as emendas que transferem para os estados o dominio das terras e proprios nacionaes e minas.

"Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Ruy Barbosa.*"

"Declaro que votei a favor da emenda que mandava estabelecer as disposições dos arts. 44, 45 e 46 do projecto primitivo, que prescreviam o systema eleitoral indirecto para a escolha do Presidente e Vice-Presidente da Republica, pelas seguintes razões:

"1ª, porque a eleição do primeiro magistrado da Republica, directamente, pelo povo, poderá occasionar, nas épocas eleitoraes, perturbações de ordem publica, *maxime* neste paiz, onde a instrução não está generalizada, e os galopins eleitoraes facilmente arrastam as massas populares;

"2ª, porque um eleitorado escolhido pelo povo, do qual sejam excluidos os cidadãos que exerçam cargos retribuidos, e, consequentemente, suspeitos de dedicação e reconhecimento para com o chefe da Nação, poderá com mais calma, isenção, independencia e acerto escolher o Presidente da Republica e seu substituto, que devem ser cidadãos notaveis pelo talento, saber, virtudes civicas e experiencia dos negocios publicos;

"3ª, finalmente, porque a França, os Estados Unidos e a Suissa, republicas modelos, onde a instrução está mais generalizada entre as diversas classes sociaes, adoptaram e mantiveram até hoje o systema da eleição indirecta, e a experiencia ainda não lhes aconselhou as substituições pela directa. — *Ignacio Tosta.*"

"Declaramos que votámos a favor da emenda do representante Aristides Lobo, que dava entrada aos ministros no seio do Congresso para responderem por seus actos á requisição de qualquer representante da Nação, votado pelo Con-

gresso, não podendo em caso algum terminar a discussão parlamentar por moção, ou acto, que determinasse a retirada do Ministro, pelas razões que se seguem:

"1^a. Somos um povo de hábitos parlamentares, acostumado a ver os actos mais importantes da administração examinados e discutidos no seio da representação nacional. A transição rápida, sem gradação, do regimen parlamentar para o presidencial, chocará inevitavelmente, a maneira de pensar geral da Nação e trará consequências diferentes, que poderão ser perigosas, conforme a capacidade e a índole do Presidente da Republica;

"2^a. Não sendo a escolha dos ministros dependente de approvação do Senado, o que, aliás, é exigido pela Constituição da America do Norte, a possibilidade das interpellações levaria o Presidente, zeloso de seu prestigio, a não collocar á frente das repartições ministeriaes, por mero patronato, individuos inhabeis, pouco aptos para o bom desempenho das arduas funções do cargo;

"3^a. O receio de que as interpellações se succedam frequentemente e caprichosamente, desviando o Ministro dos trabalhos de sua repartição, com o fim de desacreditá-lo, desmoralizá-lo e forçá-lo a pedir exoneração, desapareceria, desde que as interpellações só fossem admissíveis á requisição de qualquer representante, votada pelo Congresso. Com esta limitação, a presença do Ministro só seria exigida quando se tratasse de materias importantes;

"4^a. Finalmente, a experiencia dos povos cultos. Na Alemanha, o Conselho Federal, cujo Presidente — o Chanceller — é funcionario da confiança immediata do Imperador, tem entrada no Reichstag para discutir e dar explicações, apesar de não poderem seus membros fazer parte do parlamento.

"Na Suissa acontece o mesmo com os membros do Conselho Federal.

"Nos Estados Unidos da America do Norte a Constituição não dá aos ministros o direito da palavra no Congresso, mas não ha lei que o prohiba, e cada Camara póde convidar qualquer delles a assistir ás sessões, si deseja ouvil-o sobre tal ou tal questão, como observam Adams e Cunningham na sua notavel obra — *A Confederação Suissa*.

"Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Ignacio Tosta*. — *Frederico Borges*.

"Declaramos que votámos pelo substitutivo do Sr. representante Amphilophio, á secção 3^a do projecto de Constituição.

"S. R. — Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Antonio Olyntho*. — *Chagas Lobato*."

"Declaramos que votámos pela emenda do Sr. Amphilophio sobre o Poder Judiciario.

"Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Santos Pires*. — *Custodio de Mello*. — *Paula Argollo*. — *Henrique de Carvalho*. — *Garcia Pires*."

"Declaro que, si estivesse presente, votaria contra a indicação do Sr. Serzedello. Em primeiro lugar, por julgar ex-

travagante e extemporanea a interpretação de uma disposição tão recentemente votada e com conhecido intuito. Em segundo lugar, porque queria manter o meu voto anterior. Sem querer offender aos mais collegas do Congresso, declaro que votei pelas incompatibilidades, afim de segregar os representantes do povo de qualquer dependencia do Governo.

"A subserviencia e corrupção politica neste paiz tomam taes proporções, que urgem medidas daquella natureza. — *Martinho Prado Junior.*"

Aberta a sessão do dia 11, é lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente.

Em seguida o Sr. Tosta pede a palavra para fazer uma pequena reclamação a respeito de duas declarações que teve a honra de apresentar á Mesa, na sessão anterior, relativamente a duas questões importantes, agitados neste Congresso, sobre a eleição presidencial e sobre o regimen parlamentar.

Conclue pedindo ao Sr. Presidente que, visto terem sahido algumas incorrecções na publicação, S. Ex. as mande rectificar, no dia seguinte, com as razões que particularmente dará, para não roubar tempo ao Congresso, cujos trabalhos devem quanto antes ser concluidos.

Não havendo mais quem peça a palavra sobre a acta, é dada por approvada.

O Sr. Badaró justifica o seguinte

Requerimento

"Requeiro que, pelo Ministerio do Interior, se remetta ao Congresso cópia das deliberações tomadas pelos governadores dos estados a respeito dos bens ecclesiasticos, outr'ora pertencentes aos jesuitas. — *F. Badaró.*"

E' apoiado e fica adiado, por ter pedido a palavra o Sr. João de Siqueira, o seguinte

Requerimento

"Requeremos, por intermedio da Mesa do Congresso, ao Governo, providencias para obstar as violencias de que está sendo victima a imprensa do Estado do Rio, como ainda hontem se deu em Macahé. — *Urbano Marcondes.* — *Erico Coelho.* — *França Carvalho.* — *Frões da Cruz.* — *Baptista de Motta.*"

E' tambem lida, apoiada, ficando adiada, por ter sobre ella pedido a palavra o Sr. João de Siqueira, a seguinte

Moção

"Considerando que o Governo, isto é, o depositario da força social, para exercel-a legitimamente, só deve applical-a no sentido do bem publico;

"que deste preceito se afastou a Dictadura assistindo na convenção commercial resolvida entre o representante do

Brazil e o dos Estados Unidos do Norte, e confirmada por decreto n. de do corrente;

“que essa convenção ou tratado golpeia profundamente a iniciativa individual, bem como muitas das industrias nascentes, uma e outras, incontestavelmente, em franco periodo de desenvolvimento em nosso paiz;

“que contra um tal desacerto estão a protestar os interesses todos das classes productoras da Nação;

“que os deputados e senadores, aqui reunidos em Assembléa Constituinte, não corresponderiam á confiança publica e mal comprehenderiam os deveres superiores da função que desempenham silenciando sobre acto tão inconveniente e não impedindo as suas prejudicialissimas consequências;

“O Congresso resolve recomendar ao chefe provisório do Governo que faça immediatamente declarar suspensos em seus effeitos o referido tratado, até que sobre elle decida a representação nacional. — *Demetrio Ribeiro.* — *Erico Coelho.* — *Custodio de Mello.* — *José Simeão.* — *Antão de Faria.* — *Muniz Freire.* — *Annibal Falcão.* — *Alcindo Guanabara.* — *Barbosa Lima.*”

Ora o Sr. Assis Brasil que justifica, largamente, uma moção assignada por elle e outros representantes.

E' lida, apoiada e fica adiada, por ter pedido a palavra o Sr. João de Siqueira, a seguinte

Moção

“O Congresso Nacional conta que o Governo Provisorio não assignará tratado algum internacional, sem a clausula da referenda do Poder Legislativo, e, quanto ao recente convenio com os Estados Unidos da America, si não contiver tal clausula, espera que o Governo providenciara no sentido de ser admittida e de não ter execução o dito convenio antes de pronunciar-se a respeito o Congresso ordinario.

“Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Assis Brasil.* — *Julio Frota.* — *Borges de Medeiros.* — *Thomaz Flores.* — *Menna Barreto.* — *Pereira da Costa.* — *Julio de Castilhos.* — *C. Paletta.* — *Gonçalves Ramos.* — *Alcides Lima.* — *Casiano do Nascimento.* — *L. Müller.* — *Abreu.* — *Tavares Bastos.* — *F. Schmidt.* — *A. Stockler.* — *F. Viotti.* — *Dutra Nicacio.* — *Ferreira Pires.* — *Leonel Filho.* — *Pacifico Mascarenhas.* — *Urbano Marcondes.* — *Ramiro Barcellos.* — *Baptista da Motta.* — *Aristides Maia.* — *Pinheiro Machado.* — *Homero Baptista.* — *Fernando Abbott.* — *Ernesto Alves.*”

O Sr. Erico Coelho requer que as moções apresentadas pelos dignos representantes do Rio Grande do Sul Demetrio Ribeiro e Assis Brasil sejam dadas para a discussão na primeira parte da ordem do dia da proxima sessão, visto conterem materia identica.

O Congresso, sendo consultado, concede a urgencia pedida.

Passando-se á ordem do dia, continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição.

O Sr. Quintino Bocayuva justifica a seguinte

Indicação

"Indico que, além das emendas de que trata o artigo do Regimento, sejam postos, também, a votos, em 3ª discussão, os artigos do projecto a que essas emendas se referem. — *Quintino Bocayuva.*"

O Sr. Presidente diz que esta indicação importa numa reforma do Regimento. E acrescenta:

Pela disposição do art. 58, § 2º, do Regimento, na 3ª discussão são consideradas unicamente as emendas approvadas em 2ª discussão. Essas emendas, ou são approvadas, ou rejeitadas nessa 3ª discussão, sem sub-emendas.

Quanto ás incoherencias e contradicções que, porventura, se notem entre as diversas disposições da Constituição, na redacção final, o art. 64 do Regimento auctoriza a Comissão de Redacção a indicá-las, submettendo-as ao Congresso, que, neste caso, mediante discussão, poderá corrigir as incoherencias que se notem no projecto.

A' vista das judiciosas observações do Sr. Presidente, o Sr. Quintino Bocayuva pede que se consulte ao Congresso si consente na retirada da sua indicação.

Consultado, o Congresso consente na retirada da indicação.

Continúa a votação das emendas.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Declaramos que votámos pela suppressão do n. 4 do § 1º do art. 69, negando aos religiosos os direitos politicos, por encerrar grande attentado á liberdade espirital."

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Borges de Medeiros.* — *Fernando Abbott.* — *Assis Brasil.* — *Cassiano da Nascimento.* — *Julio de Castilhos.* — *Julio Fróta.* — *Thomaz Flores.* — *Menna Barreto.* — *Homero Baptista.* — *Abreu.* — *Alcides Lima.* — *Ramiro Barcellos.* — *Victorino Monteiro.*"

"Declaro que votei para que fosse supprimido o n. 4 do § 1º do art. 69 do projecto de Constituição, porque entendo que todos os religiosos devem exercer o direito de voto, mesmo os cidadãos mendigos e analfabetos; pelo que também votei pela suppressão dos ns. 1 e 2 dos referidos paragraphos e art. 69.

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Francisco Amaral.*"

"Declaramos haver votado pelas emendas que estabelecem a unidade da magistratura em todos os estados da União."

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Barão de Villa Viçosa.* — *Firmino da Silveira.* — *Pedro Americo.* — *Barão de S. Marcos.* — *Amorim Garcia.* — *A. Milton.* — *Gil*

Goulart. — Athayde Junior. — Monteiro de Barros. — Domingos Vicente. — R. Guimarães. — Espirito Santo. — Tosta. — J. Bernardino.

"Declaramos ter votado pela emenda do Sr. Dr. Milton ao § 2º do art. 71 do projecto de Constituição, em que mandou respeitar os direitos adquiridos. — *Francisco Argollo. — Espirito Santo. — Rosa Junior.*"

"Declaro que votei pela emenda suppressiva do § 4º do art. 69, e, bem assim, pela emenda do Sr. A. Azeredo reconhecendo o direito de voto aos alumnos das escolas superiores."

"Em 11 de fevereiro de 1891. — *J. de Serpa.*"

"Declaramos que votamos a favor da emenda do Sr. Milton que mandava respeitar a propriedade dos cemiterios actualmente existentes, construidos por quaesquer irmandades ou associações religiosas."

"Em 11 de fevereiro de 1891. — *Ignacio Tosta. — Santos Pereira.*"

"Declaramos ter votado contra as emendas do Sr. representante Epitacio Pessoa aos §§ 4º e 5º do art. 68, porque ellas importam a annullação de uma conquista liberal — a naturalização tacita — obtida através de uma propaganda altamente conveniente aos interesses nacionaes.

"Ellas importam a destruição de uma das mais gloriosas e liberaes reformas instituidas após o advento da Republica; difficultam o povoamento do solo nacional e tornam estrangeiros cidadãos que já são, por lei, brasileiros e como taes votaram na eleição que compoz o Congresso.

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Laurio Müller. — Esteves Junior. — Lacerda Coutinho. — F. Schmidt. — Carlos Campos. — B. de Campos. — Glicerio. — A. Ellis. — Paulino Carlos. — Domingos de Moraes. — Rubião Junior. — Rodrigues Alves. — Mursa. — Garcia. — Costa Junior. — Luiz Delfino. — Moraes Barros. — A. Moreira da Silva.*"

"Declaro que votei pelas emendas que mantinham á União o dominio sobre as terras devolutas.

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *José Hygino.*"

"Declaro que votei contra a emenda que confere aos estudantes das escolas superiores, maiores de 18 annos, o direito de voto.

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *José Hygino.*"

"Declaramos que votámos pela suppressão da disposição que se contém no art. 69, § 1º, n. 4, a qual exclue do direito de voto os membros de ordens religiosas.

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Amphiloquio. — Santos Pereira. — B. Carneiro. — Custodio de Mello. — Almeida Pernambuco. — José Simeão. — Gil Goulart. — Monteiro de Barros. — Domingos Vicente. — Paulo Guimarães. — Prisco Paraizo. — Almino Alves Affonso. — Tho-*

maz Coelho. — Paletta. — Ignacio Tosta. — Barão de Villa Viçosa. — A. Milton. — Miguel Castro."

"Declaramos que, si estivessemos presentes quando foi votada a secção 3ª do projecto de Constituição, teríamos votado a favor do substitutivo dos Srs. Amphiphilio e outros.

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Joaquim da Cruz. — F. Sodré. — Prisco Paraíso.*"

"Declaramos que votámos contra a emenda que fez os militares perdessem as condecorações ganhas com os sacrificios proprios á profissão militar.

"Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Coronel Pires Ferreira. — J. Retumba.*"

Aberta a sessão do dia 12, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

Na 1ª parte da ordem do dia entram em discussão as moções apresentadas pelos Srs. Assis Brasil e outros, e Demétrio Ribeiro, relativamente ao commercio entre o Brasil e os Estados Unidos da America do Norte.

Ora o Sr. Seabra.

O Sr. Nilo Peçanha declara ao Sr. Presidente que vai o Congresso no sentido de votar uma sessão secreta, nos dous dias de intersticio da discussão do projecto de Constituição, afim de resolver-se a proposito do contracto, que não é tratado, e que é uma simples convenção aduaneira, que não foi assignada pelo Sr. Ministro dos Negocios Exteriores, e sim pelo Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Presidente chama a attenção do Sr. Nilo Peçanha para o art. 40 do Regimento, que diz:

"O representante que pedir sessão secreta deve dirigir ao Presidente proposta assignada por elle e por mais sete representantes, á vista da qual o Presidente, consultado o Congresso e depois de deliberação affirmativa deste, declarará que a sessão secreta terá logar no dia util seguinte, segundo lhe houver sido pedido pelos proponentes, cujos nomes ficarão secretos.

O Sr. Nilo Peçanha declara ao Presidente que vai remetter á Mesa a proposta.

O Sr. Presidente dá a palavra pela ordem ao Sr. Amaro Cavalcanti, enquanto o Sr. Nilo Peçanha prepara a sua proposta.

O Sr. Amaro Cavalcanti propõe que a discussão fique adiada para quando o Congresso Constituinte julgar mais opportuno.

Depois de algumas observações do Sr. José Avelino, o Sr. Presidente submette á votação do Congresso o requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti, de preferencia ao do Sr. Nilo Peçanha, que ficará prejudicado si o primeiro for approvado.

Posto a votos o requerimento, manifestam-se a favor 82 e contra 82.

O Sr. Presidente declara que está empatada a votação, e que continúa a discussão.

Oram os Srs. Aristides Lobo e Assis Brasil.

O Sr. José Avelino limita-se a pedir que se lhe conceda na 1ª parte da ordem do dia seguinte 1/2 hora para que possa entrar neste debate.

Pronunciando-se algumas vozes para que o nobre representante o faça já, o Sr. José Avelino requer prorrogação da hora por 30 minutos.

Sendo consultado, o Congresso não concede a prorrogação pedida.

O Sr. José Avelino requer urgencia para que a materia continue, amanhã, na 1ª parte da ordem do dia.

O Sr. Tolentino de Carvalho faz algumas observações, ás quaes responde o Sr. Presidente, declarando que lhe parece que não procede o que allega o nobre representante: o Congresso pôde não conceder para hoje e conceder para amanhã ser tratada a questão na 1ª parte da ordem do dia.

E' uma questão de ordem dos trabalhos, que o Congresso resolverá.

Posto a votos, o requerimento é approvado.

O Sr. Presidente diz que a ordem do dia da sessão de amanhã será invertida: a 1ª parte constará da votação das emendas ao projecto da Constituição e a 2ª discussão das moções dos Srs. Demetrio Ribeiro e Assis Brasil, relativas ao tratado de commercio com os Estados Unidos da America do Norte.

Passando-se á 2ª parte da ordem do dia, continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Declaro que votei pela adopção das emendas que concediam direito de voto aos estudantes das escolas superiores, inclusive as militares, e pelas emendas suppressivas do § 1º do art. 70, na parte em que suspende direitos de cidadão por incapacidade physica ou moral.

"Declaro, outrosim, que votei pela manutenção dos §§ 2º e 4º do art. 71 e contra todas as disposições restrictivas da liberdade espirital e da responsabilidade individual.

"Sala das sessões, 12 de fevereiro de 1891. — *Bellarmino Carneiro.*"

"Declaro que mais uma vez votei contra a pena de morte no Exército e na Armada, mesmo em tempo de guerra. — *Coronel Pires Ferreira.*"

Aberta a sessão do dia 13, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Expediente

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 11 do corrente, declarando que na mesma data foi transmittida ao da Justiça cópia da resolução do Congresso Nacional relativamente ao attentado da *Tribuna*. — Fica o Congresso inteirado.

O Sr. Antão de Faria communica ao Congresso que recebeu de S. Leopoldo, que, por assim dizer, é o centro da região colonial, um telegramma de applauso á iniciativa que tomou sobre o convenio ou tratado commercial realizado entre o Governo do Brasil e o dos Estados Unidos da America do Norte, e, posteriormente, outros telegrammas da praça do commercio da Capital vieram reforçar a reclamação constante do primeiro.

Os seus illustres comprovincianos general Osorio e Dr. Demetrio Ribeiro receberam, como elle orador, telegrammas nos mesmos termos.

A praça do commercio de Porto Alegre dirige-se ao Congresso e, por intermedio do orador, tambem se dirige ao Governo.

Em seguida lê os telegrammas a que se referiu.

O Sr. Baptista Machado trata de um decreto do Governo, que passa a ler, para que o Congresso fique perfeitamente habilitado a julgar dos actos do Governo.

Tabella das continencias, guardas de honra e salvas que se devem observar no Exercito

De dia ou de noite

"Ao Santissimo Sacramento, em procissão, Sagrado Viatico, Reliquia do Santo Lenho, imagens de Jesus Christo e da Virgem Maria, em procissão de culto catholico.

"§ 1.º As guardas e as tropas deverão abrir fileiras, perfilar as armas, tirar as barretinas, pôr os joelhos em terra, abatendo-se as bandeiras horizontalmente, e as musicas, cornetas e tambores baterão a marcha.

"Aos symbolos de correspondente significação de culto religioso seguido por povos civilizados:

"2.º As guardas e as tropas deverão abrir fileiras, perfilar as armas, tirar barretinas, e as musicas, cornetas e tambores baterão a marcha.

"A's imagens dos santos e aos terços ou comunidades religiosas do culto catholico, quando passarem precedidas da cruz alçada:

3.º Tirar barretinas, continencias de espada e marcha batida; as armas ficarão no braço.

"A's procissões de qualquer culto seguido por povo civilizado, quando precedidas de symbolos correspondentes.

§ 4.º Quando as procissões passarem por qualquer guarda, o commandante destacará uma parte da sua força, da qual lhe seja possivel dispôr, para as acompanhar; mas, si a procissão já vier acompanhada, não deverá então destacar força alguma para aquelle fim. Si passar o Sagrado Viatico, não em procissão, ou a Santa Uncção, os mandará acompanhar até ao primeiro posto militar, por uma força menor."

O Sr. Barbosa Lima justifica e manda á Mesa um requerimento, que é lido, apoiado e approved sem debate.

Requerimento

"Requeiro que sejam pedidas ao Governo as seguintes informações:

"1.º Qual o numero de operarios empregados nas repartições e officinas mantidas pela Republica?

"2.º Quaes as distincções creadas pelos regulamentos entre esses operarios e os chamados empregados do quadro?

"S. R. — *Barbosa Lima.*"

Annunciando o Sr. Presidente que estava dada a hora do expediente, o Sr. Lauro Müller requer prorrogação da hora por cinco minutos.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

Em seguida o mesmo Sr. representante justifica e manda á Mesa a seguinte

Indicação

"Indico que a Mesa do Congresso seja auctorizada a modificar o art. 58 e seus paragraphos, no sentido de poderem ser acceitas emendas em 3ª discussão, restrictivas ou ampliativas das approvadas em 2ª discussão do projecto e contidas nas disposições transitorias, sem que por isso haja 4ª discussão.

"Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Lauro Müller.*"

E' apoiada.

O Sr. Presidente diz que, na fórma do Regimento, entrará em discussão quando algum Sr. representante requerer e for concedida urgencia para entrar na 1ª parte da ordem do dia.

O Sr. Lauro Müller requer urgencia para que a indicação seja discutida amanhã.

Consultado, o Congresso não concede a urgencia.

Na 1ª parte da ordem do dia continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição..

A votação fica adiada, pela hora.

Passando-se á 2ª parte da ordem do dia, continúa a discussão das moções apresentadas.

Ora o Sr. José Avelino, que apresenta a seguinte

Moção

"O Congresso recommenda ao Governo a conveniencia de trazer ao seu conhecimento, na sua proxima reunião ordinaria, a correspondencia e documentos relativos ao convenio aduanciero celebrado com a Republica dos Estados Unidos da America do Norte, afim de que em devido tempo sejam apreciadas e estudadas as vantagens do dito convenio."

! Vêm à Mesa as seguintes

Declarações de voto

"Votámos pelas emendas dos Srs. Stokler, Vinhaes e outros, propondo que os operarios empregados no serviço da União ou dos estados gozem de todas as vantagens conferidas aos empregados publicos.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891.—*Serzedello. — Paes de Curvatho. — Antonio Baena. — Matta Bacellar., — Cantão, — Nina Ribeiro.*"

"Declaramos que votámos contra a emenda do Sr. General Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, Julio Frota, estabelecendo, para preenchimento das fileiras do Exército, o voluntariado *sem premio*, de preferencia ao sorteio, por julgar-o de nenhum resultado pratico, contrario ás boas regras de organizações militares, perigoso á propria composição do Exército, e por ter tido o inconveniente de substituir a ultima parte do artigo, em que era prohibida a isenção pecuniaria.

"Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *G. Bezouro. — M. Valladão. — Paula Argolo. — Barbosa Lima. — Espirito Santo. — Ivo do Prado. — Joaquim da Cruz. — Athayde Junior. — Serzedello Corrêa. — José Bevilacqua. — Cunha Junior. — Caetano de Albuquerque. — F. Schmidt. — Bezerril.*"

"Declaro que votei contra a 1ª parte da emenda do Sr. Reimbo, substitutiva do art. 86, porque faz depender a composição do Exército do fornecimento de contingentes pelos estados, o que, além de attentatorio dos direitos da União, desde que o Exército é uma instituição puramente nacional, pôde acarretar sérias difficuldades á formação do mesmo Exército.

"Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*"

"Declaro que votei contra a emenda do Sr. Virgilio Damasio, que distingue as disposições da Constituição em *constitucionaes e não constitucionaes*, para o effeito de serem estas alteradas, ou reformadas pelos tramites ordinarios.

"Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*"

"Declaro ter votado em favor das emendas dos Srs. Stokler e Vinhaes, conferindo aos operarios em serviço da União e dos estados os mesmos direitos de que gozam os empregados publicos."

"Tambem votei, porém contra, as emendas tendendo a abolir as isenções pessoal e pecuniaria, contra a primeira parte da do Sr. Frota, tirando o premio ao voluntario do Exército e Armada, e a favor da dos Srs. Gil Goulart e M. de Barros ao § 6º do art. 1º das Disposições transitorias.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues.*"

«Declaramos ter votado a favor da emenda do Sr. Stockler, e, em seguida, pela do Sr. Vinhaes, extinguindo as distincções entre jornalheiros e empregados do quadro.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Barbosa Lima.* — *Chagas Lobato.* — *França Carvalho.* — *José Augusto Vinhaes.* — *Cezar Zama.* — *Annibal Falcão.* — *José Simeão.* — *Almeida Pernambuco.* — *João Pedro.* — *Custodio de Mello.* — *Santos Pereira.* — *Lopes Trovão.* — *Aristides Maia.* — *Leonel Filho.* — *J. Avellar.* — *Ferreira Pires.* — *Dr. Furquim Werneck.* — *Thomaz Delfino.* — *Serzedello Corrêa.* — *Belfort Vieira.* — *Cunha Junior.* — *Casimiro Junior.* — *Caetano de Albuquerque.* — *Julio de Castilhos.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Alcides Lima.* — *Thomaz Flores.* — *Saldanha Marinho.* — *Nilo Pecanha.* — *L. Bulhões.* — *P. Peizoto.* — *A. Azeredo.* — *Joaquim Martinho.* — *Raymundo Bandeira.* — *Antão de Faria.* — *A. Stockler.* — *Victorino Monteiro.* — *Leite Otlicica.* — *Dutra Nicacio.* — *Frões da Cruz.* — *C. Paletta.*»

«Nós, abaixo-assignados, declaramos que votamos para que não fosse considerada prejudicada a emenda do Sr. Dr. Gil Goulart ao art. 76 do projecto constitucional, visto como entendemos que a incompatibilidade absoluta entre as funções dos tres poderes attende melhor ás aspirações geraes do pensamento republicano, com a vantagem suprema da boa marcha e da regularidade em todos os ramos de administração.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Sampaio Ferraz.* — *Julio de Castilhos.* — *Ramiro Barcellos.* — *Pinhoeiro Machado.* — *Victorino Monteiro.* — *Gonçalves Ramos.* — *Antonio Olyntho.* — *Aristides Maia.* — *Leonel Filho.* — *J. Avellar.* — *C. Paletta.* — *Paizão.* — *Dutra Nicacio.* — *Aristides Lobo.* — *Thomaz Delfino.* — *R. Osorio.* — *Lopes Trovão.* — *Thomaz Flores.* — *Cezar Zama.* — *José Simeão.* — *Baptista da Motta.* — *Frões da Cruz.* — *Alcindo Guanabara.* — *J. Augusto Vinhaes.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Fernando Abbott.* — *Borges Medeiros.* — *Homero Baptista.*»

«Declaramos que votamos contra a emenda suppressiva do art. 89, que determinava a abolição das loterias.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Manoel Barata.* — *Motta Bucellar.* — *Nina Ribeiro.* — *Lauro Sodré.* — *Casimiro Junior.* — *Pedro Chermont.* — *Serzedello Corrêa,* por preferir que ficasse o art. 89, com a emenda que mandava respeitar os direitos adquiridos por certas instituições. — *R. Osorio,* idem. — *Antonio Baena,* idem. — *Camão.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Victorino Monteiro.* — *F. Budaró.* — *Espirito Santo.* — *Baptista da Motta.* — *Pacs de Carvalho.*»

Aberta a sessão do dia 14, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Expediente

Officio do Pastor da Igreja Evangelica Brasileira, enviando a seguinte

Representação

«Ao Congresso:

Como cidadão brasileiro, e cuja vida tem sido, até hoje,

e continuará a ser, de um combate firme a favor da liberdade e das garantias individuaes e sociaes, permittir-me-eis que chame a vossa illustrada e patriótica attenção para o art. 71, § 3º, da Constituição, cuja redacção precisa tornar-se mais clara, para que seja impossível toda e qualquer má interpretação futura.

No tempo da Monarchia, um senador, confundindo egreja com irmandade, e mal interpretando leis bem claras, apesar de ser legista, accusou-me perante o Senado, sem que nem uma voz se erguesse em defesa da lei, do direito ultrajado e da justiça torturada, de ser eu pastor de uma egreja sem que previamente constituisse uma associação munida de estatutos approvados pelo Governo, e sob pena de prisão, multa e fechamento da egreja, que, aliás, estava garantida pela velha Constituição; e estando eu, além disso, reconhecido pelo Governo imperial, pelo registro igualmente feito no Ministerio do Imperio.

A esdruxula hermeneutica de um senador advogado deu-me um anno e tanto de horrivel, atroz e iniqua perseguição, que percorreu todos os seus tramites, desde a policia subalterna até o Conselho de Estado, succumbindo, finalmente, á força da verdade levada á evidencia.

A Republica deve offerecer perfeita garantia em tudo, e, por isso mesmo, torna-se indispensavel não só a confecção de boas leis, mas, tambem, que sejam redigidas de modo a não deixar margem a hermeneuticas obtusas, capciosas ou apaixonadas.

Pego venia para transcrever o artigo como se acha formulado, e, em seguida, apresentar-vos como penso dever ser redigido para traduzir fielmente o vosso pensamento. Não discuto.

Art. 71, § 3º da Constituição: «Todos os individuos e confissões religiosas *podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim*, e adquirindo bens, observados os limites postos pelas leis de mão-morta e guardadas as leis criminaes.» Eu supprimiria as palavras: observados, etc.

O grypho é meu. A redacção deve ser: Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto; reuñir-se, associando-se ou não, para esse fim; e adquirir bens, observados os limites postos pelas leis de mão-morta e guardadas as leis criminaes.

Saude e fraternidade.

Capital Federal, aos 12 de fevereiro de 1891.—*Dr. Miguel Vieira Ferreira*, pastor da Egreja Evangelica Brasileira.»

O Sr. Jacob da Paixão trata extensamente dos factos illegaes e arbitrarios commettidos no Estado de Minas a proposito da eleição realzada, e conclue remettendo á Mesa a seguinte

Declaração

«Nós, abaixo-assignados, declaramos ter votado contra a emenda suppressiva do art. 2º das Disposições provisórias, por entendermos que as eleições para a organização dos estados não deviam effectuar-se senão depois de approvada a Constituição Federal e quando o paiz tivesse já entrado no regimen legal, sendo irregulares as feitas anteriormente áquella approvação e realzadas no intuito de falsear a von-

tade popular, como aconteceu em Minas, em que a compressão e a fraude foram a mola predominante, apesar da abstenção, quasi em massa, dos republicanos sinceros.

Sala das sessões, em 14 de fevereiro de 1891. — *Aristides Maia.* — *Paletta.* — *J. Avellar.* — *Paizão.* — *F. Badaró.* — *Gonçalves Ramos.* — *A. Olyntho.* — *Ferreira Pires.* — *A. Stockler.* — *Leonel Filho.* — *J. Felício.* — *Americo Lobo.* — *Chagas Lobato.*»

Passando á 1ª parte da ordem do dia, continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição, na 2ª discussão.

O Sr. Presidente declara que está terminada a votação das emendas ao projecto de Constituição votado em 2ª discussão.

Na fórma do Regimento, as emendas approvadas em 2ª discussão soffrem uma terceira. Estão dadas as providencias, afim de que os Srs. membros do Congresso recebam amanhã, com o *Diario Official*, um novo impresso, onde vem o projecto de Constituição, segundo o vencido, tendo á margem as emendas approvadas. Consequentemente, na segunda-feira, será iniciada a 3ª discussão.

Na 2ª parte da ordem do dia continúa a discussão das moções dos Srs. Assis Brasil e Demetrio Ribeiro, sobre o tratado com os Estados Unidos da America do Norte.

Oram os Srs. Sampaio Ferraz, Henrique de Carvalho e Laper, que lê um resumo da exportação de café nos ultimos 25 annos, de 1 de janeiro a 31 de dezembro, do porto do Rio de Janeiro, e sobre a exportação do café de Santos, em saccas de 60 kilogrammas.

Vêm a Mesa as seguintes

Declarações de voto

«Declaro que votei pela approvação da emenda do Sr. representante B. de Campos, considerando approvadas as nomeações feitas para a justiça federal.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Rosa Junior.*»

«Declaramos que votamos a favor da emenda do Sr. Martinho Prado Junior, que dava aos estados faculdade de rescindirem as concessões de terras devolutas.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Baptista da Motta.* — *Fróes da Cruz.* — *Antão de Faria.*»

«Declaro que votei contra a emenda do Sr. representante General Julio Frota, em que estabelece o voluntariado sem premio, para preenchimento das fileiras do Exército, de preferencia ao sorteio, por ser positivamente nullo o seu resultado pratico, e o julgar contrario ás boas regras da organização militar.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Rosa Junior.*»

«Declaro que votei a favor da emenda dos Srs. Gil Goulart e Monteiro de Barros, que propunha a dissolução do considerei o presente Congresso como uma Constituinte cuja considerei o presente Congresso como uma Constituinte cuja missão devia terminar pela promulgação da Constituição e

eleição do Presidente e Vice-Presidente da Republica, mas nunca com poderes de camaras ordinarias.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Almeida Barreto.*»

«Declaramos que votamos em favor dos additivos ao projecto de Constituição assignados pelos Srs. F. Veiga e Martinho Prado Junior, fazendo depender da approvação do Congresso todas as concessões do Poder Executivo que importam em augmento de despesa e diminuição de receita, assim como as de garantias de juros e auctorizando os estados a rescidirem os contractos de concessões de terras, mediante determinadas indemnizações.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Manoel Francisco Machado.* — *Almino Affonso.* — *Uchôa Rodrigues.*»

«Declaro que votei contra a emenda do Sr. Bernardino Campos e outros, pela qual o Congresso, em vez de encetar suas funcções ordinarias logo após a promulgação da Constituição, só as encetará a 15 de junho.

Julgo inconveniente esta emenda, porque das concessões feitas pelo Governo, muitas que agora podiam ser annulladas sem onus para o Thesouro, só o poderão ser mais tarde, mediante indemnização aos concessionarios.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Antão de Faria.*»

«Para evitar duvidas, que se queiram suscitar sobre a verdadeira intelligencia a dar-se ás emendas approvadas pelo Congresso aos arts. 49 e 78 da Constituição, os abaixo-assignados, como auctores das mesmas emendas, apresentam a seguinte declaração:

No art. 49, conforme dispõe o texto, tratava-se, particularmente, de incompatibilizar o *exercicio simultaneo* do cargo de *Ministro de Estado* com o de outro emprego ou funcção publica.

A emenda approvada, ampliando essa disposição, estatuiu que a incompatibilidade resultará, não do exercicio sómente, mas do simples facto da accumulção desse cargo com algum emprego publico. Assim, o cidadão que acceitar o cargo de Ministro de Estado perderá, *ex-vi* desse preceito, o emprego ou funcção publica em que se achar investido.

O art. 78, abrangendo a generalidade dos casos, dispunha sobre a incompatibilidade, relativa aos cidadãos investidos em funcções de qualquer dos tres poderes, sem cogitar do caso particular relativo ao Ministro de Estado, pois que este já ficára previsto e regulado pelo art. 49.

A emenda, corrigindo o rigor do texto (em virtude do qual, nem sequer, o deputado ou senador poderia ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Republica), estabeleceu simplesmente a incompatibilidade do *exercicio simultaneo* das funcções.

Em conclusão, dos preceitos constitueionaes consagrados em virtude da approvação das emendas, resulta que:

1.º O cidadão que acceitar o cargo de Ministro de Estado perderá, só por esse facto, o emprego publico em que se achar investido.

2.º O cidadão que, estando investido em funcções de qualquer dos tres poderes federaes, acceitar outro emprego

publico que não seja o cargo de Ministro de Estado, sómente deixará o exercício daquellas funções.

«Não existe, portanto, antinomia, nem contradicção, entre as disposições das duas emendas: ao contrario, dispondo sobre hypotheseas diversas, ellas se harmonizam perfeitamente, restabelecendo, com a propria letira, o systema do projecto de Constituição apresentado pelo Governo Provisorio.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — Campos Salles. — B. de Campos. — Carlos Garcia. — A. Moreira da Silva. — Moraes Barros. — Lopes Chaves. — Paulino Carlos. — Domingos de Moraes. — Rodolpho Miranda. — A. Gordo. — Almeida Nogueira. — Glicerio. — J. A. Rubião Junior. — A. Pinheiro.»

«Declaramos que votamos a favor das additivos do Sr. Martinho Prado Junior, já tornando dependentes de approvação do Congresso ordinario as garantias de juros concedidas pelo Governo Provisorio e não auctorizadas por lei, já concedendo aos estados a faculdade de rescindirem os contractos de cessões de terras devolutas, situadas nos mesmos estados, sem outra indemnização aos concessionarios que o preço da aquisição, juros de 5 % ao anno sobre o capital empregado, e despesas de medição.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — Homero Baptista. — Cassiano do Nascimento. — Thomaz Flores. — Borges de Medeiros. — Menna Barreto. — Pereira da Costa. — Ramiro Barcellos. — Assis Brasil. — Dutra Nicacio. — Abreu. — Antonio Olyntho. — C. Paletta. — F. Pires. — Paixão. — J. Avellar. — F. Badaró. — Sampaio Ferraz. — Abott. — Pinheiro Machado. — Julio de Castilhos.»

«Declaramos ter votado a favor do additivo do Sr. F. Veiga, que torna dependente de approvação do Congresso, todas as concessões que importarem em augmento de despesa ou diminuição de receita.»

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — Aristides Maia. — Goncalves Ramos. — Antonio Olyntho. — J. Avellar. — Aristides Lobo. — Dutra Nicacio. — Furquim Werneck. — Jesuino de Albuquerque. — Thomaz Delfino. — Sampaio Ferraz. — R. Osorio. — Homero Baptista. — Victorino Monteiro. — Alcides Lima. — Abreu. — Ramiro Barcellos. — Lopes Troad. — C. Paletta. — F. Badaró. — F. Pires. — Paixão. — Martinho Prado Junior. — Cassiano do Nascimento. — Borges de Medeiros. — Thomaz Flores. — Julio de Castilhos. — Menna Barreto. — Pinheiro Machado. — Bulhões. — Natal. — Canedo. — Francisco Amaral. — João Luiz. — Manoel Fulgencio. — Ferreira Rabello. — Gabriel de Magalhães. — Carlos Chagas. — F. Penna. — Lamounier Godofredo. — Americo Lobo. — Baptista da Motta. — Fróes da Cruz. — Belfort Vieira. — Santos Pereira. — Saraiva. — Raymundo Bandeira. — José Simões. — Bellarmino Carneiro. — João Pedro. — Serzedello Corrêa. — Antão de Faria. — Chagas Lobato. — França Carvalho.

O Sr. Presidente designa para 16 do corrente a seguinte ordem do dia:

1ª parte — Discussão das emendas ao projecto de Constituição, approvadas na 2ª discussão, até 3 ¼ horas.

2ª parte — Continuação da discussão das indicações sobre o tratado de commercio americano.

Confrontação das emendas approvadas em 2ª discussão com o projecto approvado na mesma discussão.

Aberta a sessão do dia 16, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

Na hora do expediente o Sr. Badaró trata da construção do prolongamento do ramal da estrada de ferro de Ouro Preto a Itabira de Matto Dentro.

Vem á Mesa, é lido e apoiado o seguinte

Requerimento

«Requeiro que, pelo Ministerio da Agricultura, se remetta ao Congresso cópia das razões em que se fundou o Governo para suspender a construção do prolongamento do ramal da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Itabira de Matto Dentro.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *F. Badaró.*»

Posto a votos, é rejeitado o requerimento.

O Sr. Ivo do Prado justifica, largamente, a seguinte indicação, que é lida, apoiada e fica sobre a mesa, para ser discutida quando for concedida urgencia.

Indicação

«O Congresso Nacional:

«Considerando que o systema da discriminação de rendas entre os estados e a União, approvado ultimamente, tem todas as probabilidades de se tornar o definitivo;

«Considerando que este systema só poderá produzir os seus bons effeitos depois de um periodo de tempo mais ou menos longo;

«Considerando que os estados federados, com raras excepções, não têm, actualmente, os recursos precisos para se tornar effectivo o mesmo systema, sem grave desequilibrio entre as respectivas receitas e despesas;

«Considerando que a emenda relativa aos 15 % addicionaes aos impostos de importação, assignada pelos Srs. Lauro Müller e outros, não satisfaz os interesses de todos os estados, e, ao contrario, levanta grandes difficuldades á economia de muitos, attendendo ao modo por que é feito o nosso commercio interno:

«Resolve collocar a referida emenda nos termos do art. 64 do Regimento, por encontrar-se nella "absurdo manifesto", e admitir outras emendas que tenham "exclusivamente por fim" substitui-la; podendo conter, cada uma dellas, systema radicalmente differente do proposto pelos Srs. Lauro Müller e outros.

«Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *Ivo do Prado.*

O Sr. Zama trata de um desagradavel incidente, que se deu no começo da semana transacta, entre elle e outro representante pelo Estado da Bahia. E porque não aproveitaria a ninguém constar que entre os dous deputados se trocassem semelhantes palavras, pede ao Congresso que auctorize o Sr. Presidente a mandar supprimir nos *Annaes* a parte relativa a esse incidente.

O Sr. Seabra declara que não só não se oppõe ao requerimento do nobre representante, como não alterou o seu discurso, que foi publicado tal como se acha nas notas tachygraphicas.

O Sr. Presidente pede ao Sr. Zama que faça o seu requerimento por escripto.

Submettido a votos o requerimento do Sr. Zama para ser retirado dos *Annaes* o incidente havido entre o mesmo Sr. representante e o Sr. Seabra, é approvado.

O Sr. Bevilacqua trata, tambem, de um pequeno incidente desagradavel, por occasião das discussões vehementes entre os illustres representantes do Rio Grande do Sul, e explica o sentido em que deixou escapar uma palavra bem adequada ao momento, mas que, de sua parte, não visava a minima offensa aquelles illustres representantes.

O Sr. Quintino Bocayuva declara que não é exacto que os ministros demissionarios do Governo Provisorio houvessem solicitado do Sr. Barão de Lucena que accettasse a incumbencia de organizar o novo Ministerio.

Na 1ª parte da ordem do dia o Sr. Presidente annuncia a 3ª discussão das emendas approvadas na 2ª discussão do projecto de Constituição, e declara que a discussão deverá ser restricta ás emendas approvadas, não podendo nenhum orador apresentar sub-emendas.

Entram em 3ª discussão as emendas ao projecto de Constituição, approvadas em 2ª discussão.

Na 2ª parte da ordem do dia continúa a discussão das mocções dos Srs. Assis Brasil e Demétrio Ribeiro, sobre o tratado de commercio entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte.

E' lida e apoiada e entra conjuntamente em discussão a seguinte

Mocção

«O Congresso recommenda ao Governo a conveniencia de trazer ao seu conhecimento, na sua proxima reunião ordinaria, a correspondencia e documentos relativos ao convenio aduaneiro celebrado com a Republica dos Estados Unidos da America do Norte, afim de que, em devido tempo, sejam apreciadas e estudadas as desvantagens do dito convenio.

«Sala das sessões, 12 de fevereiro de 1891. — José Ave-lino.»

Ora o Sr. Garcia Pires, ficando a discussão adiada, pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações

«A emenda relativamente a funcionarios publicos e operarios do quadro e jornaleiros foi assignada pelos cidadãos Demétrio Ribeiro, Annibal Falcão, Antônio de Faria, Alcindo Guanabara, Barbosa Lima e eu.

«A estes cidadãos cabe em grande parte a iniciativa de tal emenda, pois fizeram-n'a chegar ao conhecimento da Commissão dos 21.

«O cidadão Demétrio Ribeiro, quando Ministro da Agricultura, chegou a esboçar decreto consagrando a idéa nella contida. Ao mesmo cidadão devem os operarios a licença annual de 15 dias, sobremodo altruista e hygienica.

«Apresso-me, portanto, a fazer tal declaração, pois desejo que todos os operarios conheçam os que pugnam pelos seus interesses e bem estar.

«Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891.—*José Augusto Vinhaes.*»

«Não tendo estado presentes na occasião em que o Sr. João de Siqueira, digno representante de Pernambuco, disse, em aparte, «que os ministros demissionarios instaram para que o nobre Barão de Lucena fizesse parte do novo Ministerio», cumpre-nos declarar que não intervimos de modo algum, directa ou indirectamente, na organização que succedeu ao Ministerio de 15 de novembro, do qual fizemos parte.

«Devemos egualmente, declarar, em contestação ao referido aparte, que a proposito de tal organização não tivemos a honra de formular pedidos ou indicações ao nobre marechal Deodoro, nem a qualquer dos honrados cavalheiros que actualmente occupam as pastas de Ministros.

«Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *F. Peixoto. — Wandenkolk. — Glicerio. — Campos Salles. — Ruy Barbosa.*»

Aberta a sessão do dia 17, é lida, posta em discussão e sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Leovigildo Filgueiras fundamenta um requerimento, que julga estar nos termos do art. 37 do Regimento, visto como se refere á materia do projecto de Constituição.

Vem á Mesa o seguinte

Requerimento

«Tendo sido o encarregado de restaurar a disposição do n. 24 do art. 33 do primitivo projecto de Constituição, substituindo a expressão *codificar* pela expressão *legistar*, o pensamento, que presidiu á emenda que offerci, na 2ª discussão do mesmo projecto, ao correspondente n. 24 do art. 33, requiro, para evitar-se incoherencia entre os termos dessa emenda approvada e o systema de organização do Poder Judiciario federal, adoptado pelo Congresso, que seja auctorizada a Comissão encarregada da ultima redacção da Constituição a redigir nos seguintes termos, ou nos que melhores lhe parecerem, a disposição do n. 24 do art. 33, si for de novo approvada aquella emenda:

«Legistar sobre o Direito Civil, Commercial e Criminal da Republica, e o Processual da justiça federal.»

«S. R.—Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891.—*Leovigildo Filgueiras.*»

O Sr. José Hygino contesta varios pontos do discurso do Sr. Leopoldo de Bulhões, a elle referentes.

O Sr. Moraes Barros communica ao Congresso um telegramma, que acaba de receber de S. Paulo, e que demonstra que a população toda, nacional e estrangeira, se interessa pelas deliberações do mesmo Congresso.

Diz assim o telegramma (lé) :

«Partido leuto-brazileiro levanta protesto solenne por intermedio de V. Ex., contra resolução do Congresso, exigindo dos estrangeiros residentes no paiz antes de 15 de novembro, declaração formal de adoptar nacionalidade brazileira, pois em virtude da lei de 14 de dezembro, effectivamente, são brazileiros. Da mesma fórma protesta contra a suppressão de cabotagem livre, por ser anti-liberal. Pedimos levar nossos protestos ao conhecimento do Congresso, defendendo direitos adquiridos. — *Burchard. — Heinritz. — Gerke.*»

O Sr. Quintino Bocayuva assignala, largamente, que o tratado com o Governo dos Estados Unidos da America do Norte foi feito *ad referendum* da Assembléa Constituinte, com a clausula de só ter valor e efficacia depois de approvado pelo corpo legislativo, sem o que esse tratado não terá valor, nem effeito algum.

Na 1ª parte da ordem do dia entram em 3ª discussão as emendas ao projecto de Constituição.

O Sr. Presidente observa ao Congresso que na collecção das emendas publicadas deu-se uma omissão relativa á que o Sr. Schmidt offereceu ao n. 4 do art. 34; mas isso já foi rectificado, hoje, no *Diario Official*.

Oram os Srs. Thomaz Delfino e Lopes Trovão, justificando com largas razões o seu silencio, e discute alguns artigos, ainda por approvar da Constituição.

O Sr. Serzedello pede ao Sr. Presidente que consulte ao Congresso sobre si consente no encerramento da discussão.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O Sr. Zama requer que se adie para a sessão do dia seguinte a votação das emendas ao projecto de Constituição, propondo tambem para esse dia o encerramento das moções sobre o tratado feito com os Estados Unidos da America do Norte.

Consultado, o Congresso rejeita o adiamento; submittidas, successivamente, a votos, são approvadas varias emendas ao mesmo projecto.

Na 2ª parte da ordem do dia continúa a discussão das moções sobre o tratado feito com os Estados Unidos da America do Norte.

Oram os Srs. Pinheiro Guedes e Barão da Villa Viçosa. Fica adiada a discussão, pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

«Declaro que votarei, sempre, systematicamente por todas as emendas tendentes ao beneficio das classes proletarias, assim como fiz por todas aquellas que garantiam a plena liberdade e independencia espirituaes.

«Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *José Bevilacqua.*»

«Declaro que votei contra a emenda do Sr. Baptista da Motta, propondo que a navegação de cabotagem seja feita por navios nacionaes.

«Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *Alcides Lima.*»

Aberta a sessão do dia 18. é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

OSr. Antão de Faria trata, longamente, do convenio feito com os Estados Unidos da America do Norte.

Em seguida, o Sr. Marciano de Magalhães requer que se prorogue por dez minutos a hora do expediente, affirm de lhe ser dada a palavra.

Consultado, o Congresso concede a prorrogação pedida.

O mesmo Sr. representante, depois de varias considerações, trata do decreto dando honras militares aos santos do Catholicismo.

Passando-se á 1ª parte da ordem do dia — votação das emendas ao projecto de Constituição — o Sr. Nilo Peçanha requer a inversão da mesma ordem do dia.

Consultado, o Congresso rejeita o requerimento.

Requerendo o Sr. Lauro Müller que se lhe concedam 10 minutos de prorrogação da hora do expediente, o Sr. Presidente declara que já havia annunciado a ordem do dia.

Procede-se á votação das emendas ao projecto de Constituição.

Na 2ª parte da ordem do dia continúa a discussão das mocções dos Srs. Assis Brasil, Demetrio Ribeiro e José Avelino, sobre o tratado de commercio americano.

Ora, o Sr. Otlicica, e a discussão fica adiada, pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações

« Acompanhando os meus illustres collegas do Ministerio, que se demittiu, na declaração de que nenhuma parte tivemos na organização do que nos succedeu, devo, entretanto, acrescentar, a bem da verdade, que, conversando por vezes com o digno Sr. Barão de Lucena sobre a possibilidade de nos retirarmos antes de concluída a obra da organização legal da Republica, appellei sempre para o seu patriotismo, affirm de induzil-o a não recusar o seu concurso ao nobre chefe do Governo. caso, como a todos nós parecia, delle carecesse e o existisse no governo.

« Sala das sessões, 17 de fevereiro de 1891. — *Cesario Alvim.* »

« Declaro ter votado em favor da emenda, do Sr. Campos Salles e outros, substitutiva do art. 49, por parecer-me illicito e immoral que ministros e secretarios da Presidencia da Republica pretendam accumular as funções de juizes desta auctoridade, quando é certo que aquelles serventuarios participam sempre da responsabilidade dos actos porventura delictuosos sobre que hajam de decidir quando trasladados do Gabinete ministerial para o Tribunal Federal.

« Sala das sessões, 19 de fevereiro de 1891. — *Barbosa Lima.* — *Marciano de Magalhães.* »

« Declaramos que votámos a favor da emenda do Sr. A. Azeredo, ao art. 69, que concede o direito de voto aos estudantes maiores de 18 annos, das academias superiores, por acreditarmos que na mocidade das escolas ha competencia

bastante para o exercício desse direito, e como uma homenagem aos seus grandes serviços á causa da liberdade.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Serzedello Corrêa*. — *José Augusto Vinhaes*. — *Fleury Curado*. — *Alexandre Stockler*. — *Aristides Lobo*. — *Furquim Werneck*. — *Lopes Trovão*. — *Polycarpo Viotti*. — *C. Paletta*. — *Pedro Chermont*. — *Alberto Brandão*. — *Dutra Nicácio*. — *Ferreira Pires*. — *J. Avellar*. — *E. Ramos*. — *Aristides Maia*. — *Moniz Freire*. — *Alvaro Botelho*. — *Thomas Flores*. — *Homero Baptista*. — *Ramiro Barcellos*. — *Guimarães Natal*. — *Leopoldo de Bulhões*. — *Victorino Monteiro*. — *Rocha Osorio*. — *Antonio Olyntho*. — *Schmidt*. — *Esteves Junior*. — *S. Pinheiro Guedes*. — *Lacerda Coutinho*. — *Matta Bacellar*. — *Cesar Zama*. — *José Bevilacqua*. — *Antão de Faria*. — *F. Peixoto*. — *G. Besouro*. — *A. Azeredo*. — *Manoel Valladão*. — *Casimiro Junior*. — *Ruy Barbosa*. — *A. Guanabara*. — *Reymundo Bandeira*. — *Fonseca Hermes*. — *Luiz Murat*. — *Dionísio Cerqueira*. — *Cantão*. — *Paes de Carvalho*.»

«Declaro que votei contra a emenda suppressiva do art. 82 do projecto constitucional, approvado em 2ª discussão.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *A. Garcia*.»

«Declaro que votei contra a emenda do Sr. Lauro Müller, estabelecendo a taxa adicional de 15 % sobre os direitos de importação, porque convenci-me de que a medida consignada nessa emenda atacava de frente os interesses da maioria dos estados do Norte, em lugar de favorece-los, como supuz, quando subscrevi a referida emenda.

«Sala das sessões, 19 de fevereiro de 1891. — *F. Schmidt*.

«Declarámos haver votado contra a emenda, do Sr. Bulhões e outros, ao art. 70, § 26, porque ella favorece aos brasileiros perderem sua qualidade de cidadãos brasileiros para se libertar do serviço militar obrigatorio e de outros deveres civicos. — *Gil Goulart*. — *Domingos Vicente*. — *Athayde Junior*. — *Thomas Cruz*.»

«Declarámos ter votado a favor da emenda que concede o direito de voto aos estudos das academias superiores, maiores de 18 annos.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Aristides Maia*. — *Homero Baptista*. — *Thomas Flores*. — *Ramiro Barcellos*. — *Antonio Olyntho*. — *J. Avellar*. — *Alvaro Botelho*. — *Gonçalves Ramos*. — *Victorino Monteiro*.»

«Votámos contra a emenda, do Sr. Leovigildo Filgueiras, supprimindo o art. 82.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Antonio Baena*. — *Matta Bacellar*. — *Cantão*.»

«Declarámos que votámos a favor da emenda dos Srs. Campos Salles e outros, ao art. 49 do projecto de Constituição, estabelecendo a incompatibilidade do cargo de Ministro com quaesquer outros, e contra a emenda do mesmo senhor, ao art. 78.»

«Sala das sessões, 17 de fevereiro de 1891. — *Astolpho Pio*. — *Ferreira Rebello*.»

«Declaramos ter votado pela emenda do Sr. A. Azeredo dando aos alumnos das academias superiores, maiores de 18 annos, o direito de voto.»

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Luiz de Andrade.* — *João de Siqueira.*»

«Declaro que votei contra os 15 %, por ter a emenda prendido a cobrança deste imposto, no prazo de cinco annos.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Aristides Lobo*»

«Declaro que votei pela emenda do Sr. Azeredo, que reconhece o direito de voto aos estudantes das academias superiores, maiores de 18 annos.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *J. V. Meira de Vasconcellos.*»

«Declaro, ainda uma vez, que votei contra a emenda do Sr. Virgilio Damasio, pela qual se distinguem em constitucionaes e não constitucionaes as disposições da Constituição, para o efeito de serem as ultimas reformadas pelos tramites ordinarios.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *J. V. Meira de Vasconcellos.*»

«Declaramos haver votado contra a emenda ao art. 13, por entendermos que não era materia constitucional nem liberal.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Thomaz Cruz.* — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.*»

«Declaro que, tendo votado na 1ª discussão contra a emenda que concedia aos estados 15 % additionaes aos impostos de importação, votei, agora, a favor da emenda dos Srs. Lauro Muller e outros, por não se ter conseguido dar á questão outra solução mais vantajosa, e ser essa dos 15 %, ainda que defeituosa, a unica que restava aos estados do Norte.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *J. V. Meira de Vasconcellos.*»

«Declaro que votei contra as emendas suppressivas dos arts. 2º e 3º das Disposições transitorias, por ter sido signatario dos additivos approvados em 1ª discussão.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges.*»

«Declaramos ter votado a favor da emenda, dos Srs. Campos Salles e outros, apresentada ao art. 49.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Baptista da Motta.* — *Próes da Cruz.*»

«Declaro que votei pela emenda que douo o direito de voto aos estudantes das academias superiores, maiores de 18 annos.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges.*»

«Declaramos ter votado pela emenda do Sr. A. Azeredo, dando aos alumnos das academias superiores, maiores de 18 annos, o direito de voto.

«Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Luiz de Andrade. — João de Siqueira.*»

Em seguida o Sr. Presidente declara que só marcará sessão pelo *Diário Official*, quando a Comissão Especial tiver concluido o seu trabalho sobre o projecto de Constituição.

Aberta a sessão do dia 23, é lida e posta em discussão a acta da ultima sessão.

O Sr. Casimiro Junior reclama contra a exclusão de um dos que votaram sobre os 15 % additionaes. Esteve presente e respondeu — não; — entretanto, não vê o seu nome na acta publicada.

Ninguém mais fazendo observações, é dada a acta por approvada.

O S. 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Expediente

Representação dos industriaes brasileiros contra o convenio commercial celebrado entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte.

Ora o Sr. Vinhaes.

O Sr. Victorino Monteiro pede que seja consultado o Congresso, afim de ver si este concede cinco ou dez minutos de urgencia para que o orador justifique a sua posição no Congresso.

Consulado o Congresso, é concedda a urgencia pedida.

O mesmo Sr. represenante trata, desenvolvidamente, de diversos assumptos e do contracto, como concessionario do Porto das Torres.

Passando-se á 1ª parte da ordem do dia, o Sr. Presidente declara que entra em discussão a redacção de Constituição.

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão varias

Emendas

Oram os Srs. José Hygino, Erico Coelho, Leovigildo Filgueiras e é encerrada a discussão.

O Sr. Amaro Cavalcanti diz que, sendo innumer as emendas offerecidas á redacção do projecto, requer ao Sr. Presidente que submeta ao Congresso o seguinte: que as mesmas emendas sejam, desde logo, remettidas á Commissão de Redacção, a qual, recolhendo-se a uma das ante-salas, poderá dar, desde logo, seu parecer, sendo invertida a ordem do dia.

Assim, haverá tempo para que a mesma Commissão dê o seu parecer, e o Congresso approve, hoje mesmo, a redacção definitiva.

O Sr. Presidente diz que o Sr. representante Amaro Cavalcanti acaba de fazer o requerimento que o Congresso ouviu.

Ha sobre a mesa mais de 20 emendas. Muitas dessas emendas versam sobre o mesmo assumpto, ou procuram corrigir os mesmos defeitos da redacção. Nenhuma dellas está impressa, tendo sido todas apresentadas hoje.

Parece-lhe que o Congresso procederia acertadamente constituindo em tribunal das emendas a Comissão de Redacção. Esta examinará as emendas, e as que forem por ella aceitas, serão attendidas e a redacção será logo alterada de accôrdo.

Desta maneira, ainda hoje, talvez com o intervalo de uma hora, a Comissão de Redacção possa apresentar o seu trabalho reflectido, e o Congresso tomará em consideração, e approvará, as emendas aceitas pela Comissão, definitivamente, evitando o processo, aliás inconveniente e que póderá produzir máo resultado, de se votar uma por uma as vinte e tantas emendas offerecidas.

Interpretando, neste sentido, o requerimento do Sr. representante Amaro Cavalcanti, vai submittel-o á votação.

Consultado, o Congresso approva o requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti.

O projecto com as emendas é remettido á Comissão de Redacção.

Na 2ª parte da ordem do dia continúa a discussão das moções apresentadas sobre o convenio celebrado na Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

Ora o Sr. Barbosa Lima.

O Sr. Assis Brasil, occupando-se das moções, pede ao Congresso que sobre ellas decida hoje mesmo.

Faz varias considerações sobre as mesmas, e apresenta uma representação de muitos industriaes com relação ao tratado.

Discorda, em alguns pontos, da representação, e dá as razões por que assim o faz.

Oram, ainda os Srs. Zama, Jacques Ourique e Ramiro Barcellos, o qual, depois de outras muitas considerações com referencia ao assumpto, conclue dizendo que vota pela moção do Sr. Assis Brasil.

O Sr. Presidente diz que a discussão das moções está encerrada, por não haver mais orador inscripto.

O Sr. Rosa Junior requer que o Sr. Presidente consulte o Congresso sobre si conceda prorogação, por meia hora, tempo sufficiente para que a Comissão de Redacção apresente seu trabalho.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O Sr. Presidente declara que se vão votar as moções apresentadas sobre o tratado com os Estados Unidos da America do Norte, na ordem em que foram apresentadas.

O Sr. João de Siqueira diz que o requerimento que acaba de ser votado em relação á prorogação da hora, foi feito no intuito de poder a Comissão de Redacção apresentar, hoje mesmo, o seu trabalho, afim de ser votado pelo Congresso, e não para a votação das moções apresentadas sobre o convenio americano.

O orador chama a attenção do Sr. Presidente para esse ponto, e pede que seja consultado o Congresso, afim de ver se este consente que taes moções sejam votadas desde logo,

O Sr. Presidente diz que, effectivamente, a prorrogação da hora pedida foi para dar tempo a que o Congresso pudesse tomar conhecimento da redacção final do projecto de Constituição. Este trabalho, porém, ainda não está concluído, se-gundo informação que acaba de receber. Para não ficar o Congresso paralyzado, entende que podia pôr a votos o assumpto, cuja discussão ficou encerrada.

Em todo o caso, e á vista da reclamação do nobre re-presentante, consultará o Congresso. Si, porventura, o Con-gresso não consentir que sejam votadas agora as moções, suspenderá a sessão por meia hora, até que a Comissão apresente o seu trabalho.

Ao ser consultado o Congresso, reconhece-se não haver numero para votar, pelo que o Sr. Presidente declara sus-pensa a sessão, até que seja apresentado pela Comissão Especial o parecer sobre as emendas offerecidas á redacção do projecto de Constituição.

Suspende-se a sessão ás 4 horas e 5 minutos.

A's 5 horas e 15 minutos reabre-se a sessão.

Vem a Mesa e é lido o seguinte

PARECER

«A Comissão Especial, a que foram presentes diversas emendas offerecidas á redacção da Constituição, adoptou as seguintes, que submete á deliberação do Congresso.» (Se-guem-se as emendas).

O Sr. Presidente diz que a discussão das emendas apre-sentadas ficou encerrada.

Ora o Sr. Antonio Euzebio, que trata de uma emenda que apresentou á redacção do art. 20.

Responde-lhe o Sr. Ubaldino do Amaral, replicando o Sr. Antonio Euzebio.

O Sr. Presidente diz que o Congresso acaba de ouvir a reclamação do nobre representante pela Bahia e a resposta, que deu o Presidente da Comissão de Redacção.

Submetterá a votos o parecer da Comissão, em globo, si não houvesse reclamação; e, adoptado o projecto, consi-deraria prejudicada as outras emendas. Tendo, porém, havido reclamação, submetterá a votos o parecer da Comissão, com prejuizo de todas as emendas, excepto a do Sr. Antonio Eu-zebio, que terá votação especial.

Posto a votos, é unanimemente aprovado o parecer da Comissão de Redacção.

Em seguida é posta a votos e approvada a seguinte emenda do Sr. Antonio Euzebio:

«Art. 20. Os deputados e os senadores, desde que ti-verem recebido diploma, até a nova eleição, não poderão ser presos nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Camara, salvo caso de flagrancia, em crime inaffiançavel. Neste caso, levado o processo», etc.

Tendo sido enviados á Comissão Especial, composta dos Srs. Ubaldino do Amaral, Lauro Sodré, Lauro Müller, Leo-poldo de Bulhões, Julio de Castilhos, José Hygino, Theodoro Pacheco, Manoel Valladão, Lopes Trovão, Amaro Cavalcante, Manoel Francisco Machado, João B. Lapér, João Soares Neiva,

Gabino Bezouro, Virgílio Damazio, Aquilino do Amaral, Gil Goulart e Casimiro Junior, o parecer e a emenda approvados, afim de serem tomados em consideração, é, depois, offerecida pela mesma Comissão a redacção final, que, posta a votos, é approvada.

O Sr. Presidente diz que, na fórma do Regimento, estando definitivamente approvada a redacção, declara adoptada a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

A Comissão de Redacção vai incorporar, agora, a emenda do Sr. Antonio Euzebio, e vão ser preparados os autographos que têm de servir de base para a promulgação. Sobre isto desejava ouvir a opinião do Congresso. A Secretaria informa que seria difficil preparar tres autographos de modo a servirem amanhã. Lembra o recurso de serem impressos.

Ha na nossa historia politica um precedente neste sentido, que se realizou com o Codigo Criminal. Desde que as folhas do impresso sejam numeradas e rubricadas e tenha cada impresso a assignatura de todos os membros do Congresso, pensa que de tal modo ficará firmada a authenticidade.

Em todo caso, não quer assumir a responsabilidade desse procedimento, e pede ao Congresso que resolva a questão.

Consultado, o Congresso resolve que a promulgação se faça por meio de impressos.

O Sr. Presidente pede á Comissão de Redacção que destaque de seu seio um ou dois membros para fazer, hoje, a revisão do impresso da Constituição, na Imprensa Nacional.

O Sr. Serzedello requer que seja consultado o Congresso sobre si deve ser declarado de festa nacional o dia da promulgação da Constituição; e que a sessão de amanhã seja solennemente destinada a este acto.

O Sr. Zama requer prorrogação da hora, para serem votadas as moções sobre o tratado americano.

O Sr. João de Siqueira pede que sejam, successivamente, postos a votos os requerimentos dos Srs. Serzedello e Zama.

Consultado, o Congresso approva o requerimento do Sr. Serzedello.

Ao ser consultado o Congresso sobre o requerimento do Sr. Zama, verifica-se não haver numero para se votar, pelo que o Sr. Presidente declara adiada a votação das moções sobre o tratado americano.

Vem á Mesa a seguinte

Declaração de voto

«Declaro que votaria contra o additivo do Sr. Laura Müller e outros — mandando cobrar, em beneficio dos estados, 15 % addicionaes aos impostos de importação — si estivesse presente á sessão de 18 do corrente.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Lamounier Godofredo.*»

Aberta a sessão do dia 24, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

Ora o Sr. Leopoldo de Bulhões, que trata de uma emenda, assignada por elle, pela maioria da Comissão Especial e por outros membros do Congresso.

Em seguida o Sr. Urbano Marcondes diz que muitos cidadãos, estrangeiros e brasileiros, residentes em Paris, en-

viaram ao Congresso, por seu intermedio, uma mensagem de pesar pelo passamento prematuro do Sr. Benjamin Constant. Pede licença para lê-la, antes de a enviar á Mesa.

Mensagem

«A messieurs les membres du Congrès National de la République du Brésil, à Rio de Janeiro — Paris, 29 de janvier 1891 (1^{er} Homère 103).

Messieurs — Nous venons nous associer aux regrets qu'a dû nécessairement inspirer la mort prématurée, et pour nous si imprévue, de l'un des plus éminents fondateurs de la République du Brésil.

Adhérents d'une doctrine qui a pris pour devise: *Ordre et Progrès*, nous avons été tous frappés de la manière si remarquable dont s'est accomplie, non pas votre révolution, mais votre évolution. Pour la première fois, peut-être, dans l'histoire une transformation politique du premier ordre s'est accomplie sans convulsion violente. Vous avez lentement préparé le passage capital du régime monarchique au régime républicain; vous l'avez accompli quand il était opportun et non moins nécessaire pour l'ordre que pour le progrès.

Suivant notre belle formule, le progrès n'a été pour vous que le développement même de l'ordre.

Nous sommes glorieux de penser que c'est un positiviste, M. Benjamin Constant qui a été un des principaux agents d'une transformation ainsi opérée, et que, placé au point de vue relatif en conservant la plénitude de ses opinions systematiques, il a surtout cherché à en appliquer ce qui était opportun et possible.» (Seguem-se as assignaturas).

O Sr. Gonçalo de Lagos pergunta — si, tendo S. Ex. designado o dia de hoje para a promulgação da Constituição que nos ha de reger, votada por este Congresso, a Mesa fez convite ao Governo, para que esse acto tivesse a maior sollemnidade.

O Sr. Presidente responde que ainda não fôra feito convite.

Ora, ainda, o Sr. Amaro Cavalcanti.

Vem á Mesa, é lido, apoiado e, sem debate, approved o seguinte

Requerimento

«Requeiro que se consigne na acta de hoje um voto de solenne reconhecimento ao Presidente e mais membros da Mesa deste Congresso, pelo modo condigno, leal e patriótico por que esta soube dirigir os nossos trabalhos, facilitando-os sobremaneira, pelas suas deliberações e expedientes da maior ponderação, imparcialidade e justiça.

Sala das sessões, 24 de fevereiro de 1891. — *Amaro Cavalcanti.*»

Passa-se á ordem do dia — assignatura e promulgação da Constituição.

O Sr. Presidente convida os Srs. representantes a assignarem os tres autographos da Constituição.

São assignados os autographos pela Mesa e pelos membros do Congresso presentes.

O Sr. Presidente (*levantando-se, e com elle todo o Congresso e todos os espectadores*) proferi as seguintes palavras:

"Nós, os representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte para organizar um regimen livre e democratico, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição."

Segue-se a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, assignada por todos os membros do Congresso presentes.

O Sr. Presidente, continuando: Está promulgada a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil (*Muito bem!*); e a nossa Patria, após 15 mezes de um Governo revolucionario, entra, desde este momento, no regimen da legalidade.

E é força confessar que, graças aos esforços e á dedicação deste Congresso, legitimo representante da Nação (*Apoiados*), aliás recebido com desfavor e prevenção pela opinião, que conseguiu vencer, e que termina os seus trabalhos rodeado da estima e consideração publica, o Brazil, a nossa Patria, de hoje em diante, tem uma Constituição livre e democratica, com o regimen da mais larga Federação (*Muito bem! Muito bem!*), unica capaz de mantel-a unida, de fazer com que possa desenvolver-se, prosperar e corresponder, na America do Sul, ao seu modelo da America do Norte. (*Muito bem! Muito bem!*)

Saudemos, meus concidadãos, ao Brazil e a Republica Brasileira.

Rompem vivas á Nação Brasileira. (*Applausos prolongados do recinto, das tribunas e das galerias.*)

UMA VOZ — Viva o Presidente do Congresso! (*Applausos.*)

OUTRA VOZ — Viva a Republica!

VOZES — Viva! Viva!

UMA VOZ DAS GALERIAS — Viva o cidadão Prudente de Moraes!

VOZES — Viva! Viva!

OUTRA VOZ — Viva o Congresso Nacional!

VOZES — Viva! Viva!

Ora o Sr. Serzedello, que acredita interpretar os sentimentos deste Congresso pedindo a S. Ex., o Sr. Presidente, que sujeite á votação a indicação, que hontem apresentou e que é a seguinte

Indicação

«O Congresso Nacional, hoje unico Poder soberano, porque cessou a Revolução, porque cessou a Dictadura, porque tudo desapareceu deante da Nação, aqui reunido, decreta que é um dia de festa nacional o dia de hoje, 24 de fevereiro, o mais extraordinario de nossa Patria. (*Numerosos apoiados; muito bem; muito bem.*)

O Sr. Zama, obtendo a palavra pela ordem, diz que promete por sua honra defender, á custa da propria vida, a Constituição que acaba de ser votada.

VOZES — Todos nós.

O Sr. Presidente diz que o Congresso acaba de ouvir o requerimento do Sr. representante Serzedello. S. Ex., na sessão de hontem, propôz que o dia da promulgação da Constituição fosse pelo Congresso considerado dia de festa nacional. Na hora em que foi apresentada a proposta, não pôde ser submettida á deliberação do Congresso. Agora, S. Ex. requer que o dia de hoje, em que se promulgou a Constituição, o Congresso o declare, por deliberação sua, dia de festa nacional. Está em discussão a indicação.

VOZES — Votos ! Votos !

O Sr. Meira de Vasconcellos propõe que a proposta do Sr. Serzedello seja votada por aclamação.

VOZES — Votos ! Votos !

O Sr. Presidente encerra a discussão e declara:

Os Senhores que entendem que o dia 24 de fevereiro deve ser considerado dia de festa nacional do Brazil, por ser o dia da promulgação da Constituição da Republica Brasileira, queiram levantar-se.

O Congresso approva unanimemente o requerimento do Sr. Serzedello.

O Sr. Presidente diz que a ordem do dia de amanhã será a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Republica.

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a sessão.
(*Applausos prolongados. Vivas á Republica, dados do recinto e das galerias.*)

Aberta a sessão do dia 25, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Expediente

Offícios:

Do chefe do Governo Provisorio, datado de 25 do corrente, declarando ter recebido o autographo da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, promulgada em sessão do Congresso Nacional Constituinte. — Fica o Congresso inteirado.

Do chefe do Governo Provisorio, de igual data, declarando estar sciente de que a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil foi promulgada pela Mesa do Congresso Nacional. — Fica o Congresso inteirado.

Passando-se á ordem do dia — eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica —, o Sr. Presidente diz que vai se proceder á eleição do Presidente e Vice-Presidente da Republica.

Em attenção á importancia desta eleição, a Mesa do Congresso, para obviar qualquer irregularidade, que, porventura, se possa dar, estabeleceu o seguinte processo: será feita a eleição mediante chamada nominal, e cada um dos membros do Congresso terá o trabalho de vir á Mesa depositar a cedula na urna, entrando pela direita e sahindo pela esquerda.

O Sr. Zama pergunta si a cedula é fechada.

O Sr. Presidente responde que o Regimento nada dispõe sobre a fórmula da cedula; esta pôde ser fechada ou aberta; é indifferente.

Ora o Sr. Quintino Bocayuva.

Vem á Mesa, é lida, apoiada e, sem debate, approvada unanimemente a seguinte

Moção

«Considerando que a veneração pelos grandes patriotas fallecidos é um sentimento que concorre para a elevação moral do homem e aperfeiçoamento dos costumes publicos, tanto é verdade que «somos sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos»;

Considerando que as maiores homenagens rendidas aos que bem mereceram da Patria e da Humanidade, em nada, absolutamente, destuam o brilhantismo dos feitos que assignalam de modo glorioso aquelles que ainda estão servindo objectivamente;

Considerando que, ao contrario, estas homenagens dignificam aos que as tributam, e constituem o melhor estímulo a novas e crescentes benemerencias;

«Considerando, finalmente, que este pensamento synthetiza os justos sentimentos e as manifestações unanimes externadas nesta Casa e no paiz em geral;

«O Congresso Nacional constituinte, consubstanciando nesta moção a gratidão devida a todos os patriotas que pugnam pela Republica, resolve lançar na acta da sessão solemne de hoje o seguinte:

«O fundador da Republica Brasileira, Benjamin Constant Bolelho de Magalhães, passou da vida objectiva para a immortalidade a 22 de janeiro de 1891, tendo nascido a 18 de outubro de 1837.

«O Povo Brasileiro, pelos seus representantes no Congresso Nacional Constituinte, se desvaneca de lhe ser facultada a gloria de apresentar este bello modelo de virtudes aos seus futuros presidentes.

«Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1891, 3^a da Republica.
— Quintino Bocayuva. — Aristides Lobo. — Campos Salles.
— Saldanha Marinho. — Francisco Glycerio. — Demetrio Ribeiro. — Mursa. — Lauro Sodré. — Paes de Carvalho. — Nina Ribeiro. — Matta Bacellar. — Nelson de Vasconcellos Almeida. — Rodolpho Miranda. — Angelo Pinheiro. — Alfredo Ellis. — Paulino Carlos. — Almeida Nogueira. — Domingos de Moraes. — A. Azeredo. — Ivo do Prado. — Serzedello Corrêa. — R. Osorio. — Victorino Monteiro. — Anibal Falcão. — Alcindo Guanabara. — Ruy Barbosa. — Sampaio Ferraz. — Urbano Marcondes. — Moniz Freire. — Cantão. — Nilo Pecanha. — Bellarmino Carneiro. — Indio do Brasil. — Esteves Junior. — F. Schmidt. — Lucerda Coutinho. — Carlos de Campos. — Felisbello Freire. — Luiz Delfino. — A. Moreira da Silva. — Manoel Bezerra de Souza — Athayde Junior. — Baptista da Motta. — José Simeão de Oliveira. — Custodio de Mello. — João Pedro. — Cunha Junior. — Barbosa Lima. — Bezerril. — Manoel Uchôa Rodrigues. — Antonio Olyntho. — Casimiro Junior. — Erico

Coelho. — Gonçalves Ramos. — Alexandre Stockler. — Joaquim Avellar. — Fróes da Cruz. — Raymundo Bandeira. — Floriano Peixoto. — Antão de Faria. — Theodureto Souto. — Américo Lobo. — Aristides Maia. — Dionísio Cerqueira. — João Lopes. — Pedro Chermont. — Constantino Palletta. — Ferreira Pires. — C. Zama. — Lapér. — Santos Andrade. — Belfort Vieira. — Santos Pereira. — M. Valladão. — Frederico Borges. — José Bevilacqua.

O Sr. Presidente diz que vai se proceder á eleição do Presidente da Republica.

Procede-se á chamada dos Srs. membros do Congresso, os quaes, successivamente, depositam na urna as suas cedulas.

O Sr. Presidente declara que votaram 234 Srs. representantes; vai-se abrir a urna para se verificar o numero das cedulas. (*Depois da verificação.*) Estavam na urna 234 cedulas e accrescenta:

Apezar de não ter sido candidato á eleição a que o Congresso vai proceder, constando-lhe que o seu nome está envolvido nessa eleição, convida o Sr. Vice-Presidente do Congresso a occupar esta cadeira.

VOZES — Confiamos em V. Ex.: temos a mais plena confiança.

OUTRAS VOZES — E' correcto o procedimento de V. Ex.

O Sr. Vice-Presidente (*depois de occupar a cadeira*) declara que vai-se proceder á apuração.

Apuradas as 234 cedulas; é obtido o seguinte resultado:

	Votos
Manoel Deodoro da Fonseca.	129
Prudente José de Moraes Barros.	97
Floriano Peixoto.	3
Joaquim Saldanha Marinho.	2
José Hygino Duarte Pereira.	1
Cedulas em branco.	2

O Sr. Presidente diz: Está eleito Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil o Sr. Marechal Deodoro da Fonseca. (*Applausos prolongados e vivas de muitos dos Srs. representantes e das galerias.*)

Vai-se proceder á eleição para Vice-Presidente da Republica. (*O Sr. Prudente de Moraes reassume a cadeira da presidencia, e este acto é acolhido com salvas prolongadas de palmas e vivas de grande numero de membros do Congresso e dos espectadores.*)

Procede-se á eleição do Vice-Presidente da Republica, e recolhem-se 232 cedulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Floriano Peixoto.	153
Eduardo Wandenkolk.	57
Prudente José de Moraes Barros.	12
Coronel Piragibe.	5
José de Almeida Barreto.	4
Custodio José de Mello.	1

O Sr. Presidente diz que, em virtude do resultado da eleição, proclama Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil o Sr. Floriano Peixoto. (*Aplausos dos Srs. representantes e vivas das galerias.*) Na fórma do disposto na Constituição, o Presidente e o Vice-Presidente eleitos devem tomar posse dos seus cargos perante o Congresso.

Amanhã, á 1 hora da tarde, reunir-se-á o Congresso em sessão solenne para empossar o Presidente e o Vice-Presidente da Republica, e encerrar-se.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

«Declaramos ter votado para Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil no Dr. Prudente de Moraes.

«Rio. 25 de fevereiro de 1891. — *José Simeão. — R. Osorio. — Victorino Monteiro. — Sampaio Ferraz. — Antão de Faria. — João Pedro. — Alcides Lima. — Santos Pereira. — Amphilônio. — Leite Otícica. — Alcindo Guanabara. — Demetrio Ribeiro. — Custodio de Mello. — Pereira de Lyra.*

«Nós, representantes do Rio Grande do Sul, declaramos que votámos no Dr. Prudente José de Moraes Barros, para Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

«Rio de Janeiro. 25 de fevereiro de 1891. — *Victorino Monteiro. — R. Osorio. — Alcides Lima. — Antão de Faria. — Demetrio Ribeiro.*

«Declaramos haver dado os nossos votos para o elevado cargo de primeiro Presidente da Republica Brasileira ao cidadão Dr. Prudente José de Moraes Barros.

«Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1891. — *F. Badaró. — Dutra Nicácio. Alvaro Botelho. Gabriel de Paula Almeida Magalhães. — Astolpho Pio. — Polycarpo Rodrigues Viotti. — J. Avellar. — Antonio Olyntho. — Chagas Lobato. — Aristides Maia. — Ferreira Pires. — C. Paletta. — Gonçalves Ramos. — Americo Lobo. — Erico Coelho. — Thomaz Delfino.*»

«Tendo sempre pugnado pela conducta *ds claras*, devo declarar que votei para Presidente da Republica no cidadão Prudente de Moraes, e para Vice-Presidente no cidadão Floriano Peixoto.

«Quem me conhece sabe que o sentimento de ingratidão não se aninha em meu coração. e, portanto, só o dever cívico, em face dos acontecimentos, poderia ter sobrepujado a gratidão pessoal que nunca desconheci a quem devo.

«Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte, 25 de fevereiro de 1891, 3º da Republica. — *José Bevilacqua.*»

«Declaramos que votámos no Sr. Prudente José de Moraes e Barros para Presidente da Republica do Brazil.

«Sala das sessões. 25 de fevereiro de 1891. — *Nilo Peçanha. — Urbanus Marcondes.*

«Declaro que votei para Vice-Presidente da Republica no Dr. Prudente de Moraes.

«Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1891. — *Victorino Monteiro.*»

«Declaramos que votámos no Generalissimo Deodoro da Fonseca para o cargo de Presidente da Republica, em que elle acaba de ser investido pela maioria dos suffragios do Congresso, levados pelas seguintes razões:

1^a. Para a verdade da installação do regimen republicano, tal como elle deve ser, pela intuição scientifica de sua organização, e tal como ficou estabelecido na lei fundamental do paiz, o chefe da Nação precisa impor-se ás opiniões como o chefe real e effectivo do Governo, pela sua superioridade moral e intellectual, tomando sempre a iniciativa do conselho, a parte mais energica na acção e a mais directa nas responsabilidades. Sem estas condições, o Governo republicano será uma ficção perfeitamente congenere das monarchias constitucionaes, que se caracterizam por uma direcção nominal attribuida á maior somma de poder;

«2^a. Para honra da Republica Brasileira, e para gloria das classes armadas da Nação, que tomaram a si o papel culminante e decisivo da Revolução, por uma fatalidade historica apenas, cuja confissão, que mais as ennobrece, porque liberta a Historia do feito revolucionario da injustiça, que se lhe faz, pintando-o como uma surpresa armada, imposta á passividade do espirito nacional, parece que o nosso dever seria testemunhar á Nação e ao Mundo as exuberancias de uma organização politica forte, francamente apoiada na confiança irreductivel de todas as classes, extreme de todas as oppressões internas, aceita como uma condição de progresso e não como uma transacção humilhante com o espirito de manutenção da ordem material, e, sobretudo, assente no magnanimo desinteresse das classes armadas, que tinham o direito de exigir de nós esse tributo de justiça historica, que seria o melhor penhor de sua gloria, do seu civismo e do seu incomparavel patriotismo. — *Montez Freire.* — *Barbosa Lima.* — *Frederico Borges.* — *Annibal Falcão.* — *Demetrio Ribeiro.*»

Declaração de resignação de mandato

«Declaro que não votei no Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca para Presidente da Republica.

«Pessoalmente lhe devo provas de affecto e distincções muito acima do meu merecimento.

«Patriota e amigo, propagandista da Republica federativa, devo-lhe immensa gratidão, por haver contribuido decisivamente, para a definitiva destruição da Monarchia.

«Estes sentimentos, porém, não me tiram á razão a sua natural serenidade e inteireza para reconhecer, auxiliado pela observação de longa série de factos, que faltam a tão digno cidadão as qualidades elementares de homem de governo.

«A convicção, que tenho — de que a sua administração será funesta, só é igualada pelo intimo e patriótico desejo, que alimento — de que o futuro não dê razão ás minhas preocupações.

« Não se pagam dividas de gratidão, nem se servem sentimentos pessoais, por nobres que sejam, com o sagrado interesse da Patria.

« Nem me impressiona a supposta necessidade de evitar possiveis exhibições de força, legalizando-se com o voto o que se teria de impôr pelas armas.

« Si o despotismo militar existe, de facto, elle que se implante sem a capa mal cosida de suffragios extorquidos ao temor e á Nação, deante da evidencia, que se disponha a ser livre ou escrava.

« Mas antes de tudo, faço idéa bastante justa e digna do Exército brasileiro, para crer que elle, em qualquer emergencia, saberá conservar-se o que sempre foi — nobre instrumento da soberania nacional.

« Declaro, mais, que, sendo representante de eleitores que em tempo acceitaram a candidatura que agora repudio, corri-me o dever de honra de resignar, como resigno, o meu mandato.

« Si não observei esse procedimento antes da votação, foi por estar firmemente persuadido de que agi de conformidade com os verdadeiros sentimentos de quem me elegeu.

« E, si ficar demonstrado que assim não foi, espero que não me negarão a justiça de reconhecer que agora, como sempre, fui superior a toda e qualquer consideração que não fosse o bem da Patria e da Republica.

« Sala das sessões do Congresso Nacional, 25 de fevereiro de 1891. — *R. F. de Assis Brasil.* »

Aberta a sessão do dia 26, é lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

Segue-se a ordem do dia — posse dos Presidente e Vice-Presidente da Republica.

Achando-se na ante-sala os Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica, o Sr. Presidente nomêa para recebêl-os as seguintes commissões:

Para receber o Sr. Presidente da Republica, os Srs.: Campos Salles, Cesario Alvim, Quintino Bocayuva, Amaro Cavalcanti, José Segundino, Elyseu Martins, Arthur Rios, Retumba e Indio do Brasil.

Para receber o Sr. Vice-Presidente da Republica, os Srs. Almeida Barreto, Ruy Barbosa, Luiz Delfino, Bezerra de Albuquerque Junior, Rosa Junior, Glicerio, Gonçalves Chaves, Serzedello e Astolpho Pio.

Sendo introduzidos no recinto, pelas commissões acima nomeadas, os Srs. Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente eleito da Republica, e Floriano Peixoto, Vice-Presidente eleito da Republica, tomam assento á mesa, o primeiro á direita e o segundo á esquerda do Sr. Presidente do Congresso.

Prestada a affirmação pelos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica, o Sr. 1º Secretario procede á leitura do seguinte

Termo de posse e affirmação do primeiro Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil

« Aos 26 dias do mez de fevereiro de 1891, 3º da Republica, reunido o Congresso Nacional, em numero de 235 representantes da Nação, na sala de suas sessões; no palacio da Quinta

da Boa Vista, da Capital da União, sob a presidência do Sr. Prudente José de Moraes e Barros, á 1 hora da tarde, perante o mesmo Congresso compareceram os cidadãos Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca e General Floriano Peixoto, eleitos por maioria absoluta na sessão de assemblea geral realizada aos 25 do corrente mez e anno, o primeiro Presidente da Republica e o segundo Vice-Presidente, para servirem no primeiro periodo presidencial, na forma do art. 43 da Constituição promulgada, foi pelos referidos cidadãos proferida a seguinte affirmação, constante do art. 44 da Constituição:

«Prometto manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da Republica, observar as suas leis, sustentar-lhes a união, a integridade e a independencia.»

«E, para constar, a todo o tempo, lavrou-se esse Termo, que vai assignado pelos membros da Mesa do Congresso Nacional. — *Manoel Deodoro da Fonseca.* — *Floriano Peixoto.* — *Prudente J. de Moraes e Barros,* Presidente. — *Dr. João da Matta Machado,* 1º Secretario. — *Dr. José de Paes Carvalho,* 2º Secretario. — *Tenente-coronel João Soares Neiva,* 3º Secretario. — *Eduardo Mendes Gonçalves,* 4º Secretario.»

O SR. PRESIDENTE — Estão empossados os dous primeiros magistrados da Nação, eleitos pelo Congresso Nacional Constituinte, na forma da Constituição promulgada.

Neste momento solenne, eu, fiel interprete do Congresso Nacional, legitimo representante da Nação, faço os mais fervorosos votos pela felicidade da Patria, e pela felicidade dos mesmos elevados magistrados deste paiz, certo de que cumprirão seus deveres, procurando fazer com que a Patria caminhe para a construcção de seus altos destinos. (*Applausos geraes.*)

Convido as commissões a acompanharem os Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica.

Os Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica retiraram-se, acompanhados das respectivas commissões.

O Sr. Presidente suspende a sessão, até ser lavrada a acta.

A' 1 hora e 20 minutos reabre-se a sessão.

E' lida e approvada esta acta.

O SR. PRESIDENTE — Meus collegas, deixamos, ao retirarmos, promulgada a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Esta Constituição, elaborada durante o periodo de tres mezes e alguns dias, com trabalho assiduo, naturalmente terá defeitos, porque não ha obra humana perfeita; entretanto, é força reconhecer que o Congresso Brasileiro esforçou-se por conseguir, e conseguiu, consignar no pacto fundamental com que dotou o paiz todos os principios cardeaes da Republica federativa.

E elles ahi ficam bem claramente consignados; a pratica poderá desenvolvê-los, e trará ao nosso paiz a prosperidade e a felicidade de que é digno.

Cumprimos o nosso dever. O Congresso pôde retirar-se satisfeito, porque, como tive occasião de dizer deste mesmo logar, este Congresso, recebido com desfavor pela opinião publica, com muita prevenção, procedeu de modo a destruir, a

combater, pelo menos, essa prevenção, e a ganhar prestígio e confiança na estima pública, que o rodeia ao terminar os seus trabalhos. (*Muito bem; muito bem.*)

Entretanto, não está tudo feito: é preciso que todos os poderes estabelecidos pela Constituição que o Congresso promulgou colloquem-se na altura de seus deveres, procurem cumpril-os fiel e religiosamente, afim de que as idéas cardeaes alli consignadas sejam praticamente realizadas, como é necessario para a felicidade da Nação. (*Muito bem; muito bem.*)

São estes, meus collegas, os votos que externo, em nome do Congresso, ao encerrar os seus trabalhos.

... Por minha parte, ainda uma vez tenho de agradecer-vos, penhoradissimo, a posição em que me collocastes, sem me-recimento. (*Não apoiados.*)

VOZES — Com muito merecimento honrou a cadeira.

O SR. PRESIDENTE — Como vos disse, ao assumir esta cadeira, nunca me passou pelos meus sonhos de propagandista a idéa de, um dia, caber-me a extraordinaria honra de ser o Presidente do Congresso Constituinte da Republica Brasileira; e, si aceitei o posto, apesar de que era extraordinariamente superior ás minhas forças...

VOZES — Occupou-o brilhantemente.

O SR. PRESIDENTE — ...foi contando, como disse entao, com o vosso concurso, com o vosso auxilio, que, felizmente, nunca faltaram-me durante o periodo da sessão.

VOZES — Era o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço, ainda uma vez, este testemunho de estima e consideração.

Si, em uma ou outra occasião, usei de alguma phrase um pouco energica ou impertinente, desculpai-me; ella tinha por movel o fiel cumprimento do dever, tinha por unico fim fazer que o Congresso não se afastasse de sua linha de conducta, fazer com que o Congresso trabalhasse com calma e reflexão, para chegar ao resultado a que chegou, de dotar nosso paiz com uma Constituição cujo confronto faz honra com as dos paizes mais adeantados. (*Muito bem; muito bem.*)

Assim, reiterados os meus agradecimentos do alto desta cadeira, que vossa generosidade me confiou, tenho a honra de declarar concluidos os trabalhos do Congresso Brasileiro, no seu caracter de Constituinte. Está encerrada a sessão. (*Applausos; palmas e vivas prolongados.*)

40ª Sessão, em 28 de janeiro de 1891

Presidencia do Sr. Antonio Eusebio

(Vice-Presidente)

Ao meio-dia faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Antonio Eusebio, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, João Pedro, Cunha Junior, José Segundinho, Manoel Barata, Antonio Baena, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Frederico Serrano, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Campos Salles, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Afonso, Pedro Velho, Miguel Castro, Amorim Garcia, Epitacio, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenio d'Aguiar, André Cavalcante, Raymundo Bandedeira, Annibal Falcão, Meira de Vasconcellos, Pereira de Lyra, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Bezouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphilio, Dionysio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Medrado, Barão de Villa Vigosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Pecanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, França Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabará, Erico Coelho,

Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Del-fino, Antonio Olyntho, Badaró, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Americo Luz, Lamounier, Alvaro Botelho, Feliciano Penna, Viotti, Dutra, Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Costa Machado, Paletta, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, João Luiz, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Azeredo, Bellarmino de Mendonça, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cas-siano do Nascimento, Fernando Abott e Demetrio Ribeiro.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Prudente de Moraes, João Barbalho, Saraiva, Generoso Marques, Raulino Horn, Julio da Frota, Joaquim de Souza, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Barão de S. Marcos, Conde de Figueiredo, Leonel Filho, Ferreira Brandão, Domingos Porto, Gonçalves Chaves, Francisco Amaral, João de Avelar, Cesario Motta Junior, Alfredo Ellis, Caetano de Albuquerque, Marciano de Magalhães e Ernesto de Oliveira, e, sem causa, os Srs.: Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Saldanha Marinho, Bernardo de Mendonça, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Luiz Murat, Sampaio Ferraz, João Pinheiro, Domingos Rocha, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Moraes e Barros, Antonio Prado e Assis Brasil.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Amphilophio, tendo obtido a palavra, começa a fazer algumas considerações a respeito de um substitutivo que pretende offerecer sobre a parte do projecto constitucional relativa á organização judiciaria; deixa, porém, de proseguir, por ter o Sr. Presidente observado que, sendo aquella hora do expediente, não poderá o orador occupar-se do assumpto a que alludiu, devendo aguardar occasião opportuna.

O SR. GARCIA PIRES — Pego a palavra.

O SR. ZAMA — Peço a V. Ex. que me conceda a palavra, quando entrar a ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Garcia Pires.

O Sr. Garcia Pires — Sr. Presidente, em uma das ultimas sessões da semana que findou, o meu illustre amigo, representante da Bahia, Sr. Dr. Zama, trouxe ao seio do Congresso Nacional os boatos, que circulavam, de uma profunda des-harmonia no seio do Governo Provisorio.

Estes boatos, Sr. Presidente, traduziram-se em factos: os membros do Governo Provisorio abandonaram a seu chefe as

posições que a Revolução de 15 de novembro lhes havia assignalado na direcção do paiz.

Comprehende V. Ex., Sr. Presidente, comprehende o Congresso Constituinte a gravidade deste facto. (*Apoiados.*)

A consequencia a tirar-se é que os membros do Governo Provisorio que se demittiram das suas posições, crearam um regimen novo neste paiz, crearam uma dictadura, que não havia, que a Revolução de 15 de novembro não havia constituido, que a Nação não havia proclamado e que o benemerito chefe do Governo Provisorio não havia assumido. (*Apoiados e apartes.*)

Immensa, portanto, Sr. Presidente, é a responsabilidade dos illustres cidadãos que abandonaram a posição que lhes havia designado a Revolução; a posição que a Nação lhes tinha confiado (*Apartes*): faltaram, portanto, elles, ao seu dever, trahindo os deveres de patriotismo. (*Apoiados e não apoiados.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Sahiram pela moralidade; sahiram brillantemente. (*Ha outros apartes.*)

O SR. GARCIA PIRES — Elles subiram pelos mesmos degrãos por onde subiu o chefe do Estado; por consequencia, não era nas mãos do chefe do Estado que elles deviam entregar aquelles deveres, mas nas mãos da Nação.

VOZES — E' outra questão. (*Apartes.*)

O SR. GARCIA PIRES — Por consequencia, bem vê V. Ex., Sr. Presidente, e o Congresso, que os membros do Governo Provisorio, que abandonaram as suas posições, faltaram ao cumprimento do dever de patriotismo. (*Muitos apoiados; muitos não apoiados e apartes.*)

Senhores, deante a gravidade deste facto, o Congresso Nacional, reunido por uma convenção desse Governo Provisorio para votar a Constituição da Republica, parece-me que tem o direito de conhecer, de inquirir dos membros demittidos do Governo Provisorio quaes os motivos por que abandonaram o Poder. (*Apoiados e não apoiados.*)

UMA VOZ — Já sabemos; os jornacs o disseram; o proprio chefe do Governo o disse.

OUTRA VOZ — Não lhe serve o testemunho do chefe do Governo Provisorio? (*Ha outros apartes.*)

O SR. GARCIA PIRES — E' pelo testemunho do chefe do Estado, para quem V. Ex. appella, que eu desejo, e exigi, em nome de um dos mais importantes estados da Republica, uma explicação franca da parte dos membros do Governo Provisorio demittidos.

VOZES — V. Ex. não pôde fazer isso. (*Ha outros apartes.*)

O SR. GARCIA PIRES — Como não o posso fazer?

O SR. CAMPOS SALLES — V. Ex. não precisa perguntar-nos uma cousa que o paiz todo já sabe; isto não é digno nem nobre. (*Ha outros apartes.*)

O SR. GARCIA PIRES — V. Ex. ha de permittir que eu não acceite lições de dignidade de V. Ex., e menos, absolutamente, que seja V. Ex. quem m'as queira dar. (*Trocam-se muitos apartes.*)

Si tenho estado calado até agora, como ouço um Sr. re-

presentante dizer, é porque não me foi possível obter a palavra, apesar de me haver inscripto por mais de uma vez.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não negou a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GARCIA PIRES — Nunca pude obter a palavra, foi o que eu disse; e de nunca poder obter a palavra para dizer que me foi negada vai grande diferença.

O SR. PRESIDENTE — Ah! bem.

O SR. GARCIA PIRES — Sr. Presidente, ouço dizer: Os motivos são conhecidos. E um dos nobres representantes acaba de perguntar-me: Não lhe basta o testemunho do chefe do Estado?

Inquestionavelmente, Senhores, o testemunho do chefe do Estado é muito valioso; mas vou lê-lo, e os nobres representantes verão, nas phrases deste testemunho, que outros motivos havia que actuavam para a retirada dos membros do Governo Provisorio.

UM SR. REPRESENTANTE — Isso compete ao chefe do Estado, ou a alguém que fallou por elle, não aos ministros demissionarios.

O SR. PIRES GARCIA — Então peço ao nobre representante que me diga qual a posição dos membros demittidos, porque não os chamarei ministros. A Revolução de 15 de novembro destruiu o antigo regimen; mas não construiu o Poder que se organizou, nem o que dirigiu e administrou o paiz. O Governo Provisorio não foi nomeado, não foi eleito por ninguém, foi imposto pela posição que cada um de seus membros tinha tomado antes da Revolução. (*Diversos apartes.*)

Compreende-se, portanto, que o Governo Provisorio era antes uma commissão administrativa que um governo organizado.

UMA VOZ — Dado o conflicto entre os ministros e o chefe do governo, elles retiraram-se.

O SR. GARCIA PIRES — Faltaram ao seu dever, si em maioria abandonaram o Poder.

O SR. COSTA JUNIOR — E V. Ex. ignora que os ministros foram demittidos?

O SR. GARCIA PIRES — Para que V. Ex. insiste em dar-lhes a posição de ministros, quando elles eram membros do Governo Provisorio, cada um delles dirigindo um departamento da administração?

O SR. COSTA JUNIOR — Mas nomeados pelo chefe do governo.

O SR. GARCIA PIRES — Não foram nomeados.

O SR. COSTA JUNIOR — Pois, não?

O SR. NILO PEÇANHA — Foram, até, demittidos por elle, que nomeou outros.

O SR. GARCIA PIRES — Vejo no *Diario Official* accetta a exoneração, mas não a demissão. (*Cruzam-se numerosos apartes.*)

O Governo Provisorio era uma commissão administrativa

imposta pelos acontecimentos de 15 de novembro, não era um governo constituído.

UMA VOZ — Deste modo, o Sr. Aristides Lobo não devia ter-se retirado do Governo.

O SR. GARCIA PIRES — O Sr. Dr. Aristides Lobo retirou-se isoladamente do Governo, ficando todos os outros membros. *(Cruzam-se muitos apertes, e o Sr. Presidente reclama atenção.)*

O SR. LOPES TROVÃO — Senhores, nós não estamos em um club; estamos em um Congresso.

O SR. GARCIA PIRES — Sr. Presidente, sinto que a primeira vez que subisse a esta tribuna, provocasse estas questões tão ardentes.

Isso não estava na minha intenção, posso afirmar ao Congresso.

Queria, simplesmente, estudar um facto, que reputava e continuo a reputar serio na marcha dos negocios publicos do meu paiz.

Entendia, Sr. Presidente, que, constituído o Governo Provisorio como uma commissão revolucionaria e administrativa, o seu papel não deveria ser outro senão o de continual-a, appellando immediatamente para a Nação, afim de que esta pudesse determinar a marcha a seguir nos negocios publicos.

UM SR. REPRESENTANTE — E isso já está feito.

O SR. GARCIA PIRES — Mas, Sr. Presidente, o que tenho visto é que cada um dos Srs. membros do Governo Provisorio, desviando-se do verdadeiro caminho, destruiu tudo quanto havia e nada reconstruiu. E' assim, Sr. Presidente, que no Ministerio da Fazenda deu-se uma modificação extraordinaria, profunda no nosso systema economico. *(Apartes.)* E' assim, Sr. Presidente, que no Ministerio da Agricultura fizeram-se concessões extraordinarias, tornando-se cada vez mais graves os compromissos do paiz.

E' assim que no Ministerio a cargo do nobre Senador por S. Paulo, no Ministerio da Justiça, deram-se os mesmos factos anormaes.

O SR. CAMPOS SALLES — Mas V. Ex. não disse nada disso antes. Esta é que é a questão.

UM SR. REPRESENTANTE — Seria por ter medo?

OUTRO SR. REPRESENTANTE — O nobre representante deveria accusar os ministros quando elles estavam no Poder.

O SR. GARCIA PIRES — Dizem os nobres representantes que não dirigi accusações aos ministros quando elles estavam no Poder. Pergunto: Que mal me podia vir dahi? Absolutamente nenhum, Sr. Presidente; porque não preciso do Governo; não dependo do Governo. Consequentemente, os Srs. Ministros não me podiam fazer nem bem nem mal. Tendo-se dado, porém, Sr. Presidente, um facto desta ordem, julguei estar no meu direito vindo, em nome do Estado que represento, perguntar as razões de semelhante modificação, os motivos pelos quaes os membros do Governo se demittiram. Acho, Sr. Presidente, que é de algum modo uma inconveniencia collocar certas questões no terreno pessoal, porque muitas vezes aquelle que com alguma desidia enfrenta certos factos, articula palavras que desejaria não proferir. *(Apartes.)*

O nobre representante que se mostra tão massado e a quem não tenho o prazer de conhecer, assim como penso que não me conhece, pessoalmente, está perfeitamente enganado.

O SR. COSTA JUNIOR — Infelizmente, não.

O SR. GARCIA PIRES — Pois bem! Si me conhecesse saberia que nenhum interesse particular me move.

Por consequência, os Senhores comprehendem perfeitamente que quem está aqui procedendo com menos critério, felizmente, não é o humilde orador que occupa a tribuna neste momento.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, que o que me parecia era que os Srs. membros do Governo Provisorio deviam ter pautado o seu procedimento no Governo com a maior prudencia e cautella, nada movendo, aguardando a reunião da Assembléa geral, da Constituinte, afim de que a Nação se pronunciasse sobre a fórma de governo a adoptar, sobre a direcção que se devia dar aos negocios publicos. Em contrario, tudo foi alterado e modificado, tudo completamente mudado: o Poder legislativo, absorvido por cada um dos membros do governo no seu departamento; o Poder Judiciario, completamente inutilizado, as suas decisões desrespeitadas, os cidadãos presos, julgados e condemnados ás mais graves penas, sem nenhuma das fórmãs salutaras do processo. Vimos tudo isso.

Vimos, porém que, reunido o Congresso Constituinte, no projecto de Constituição apresentado por todos os membros do Governo Provisorio, havia uma disposição, isto é, o Congresso tomava sobre si, encampava todos os actos do Governo Provisorio; transformando-os em lei.

Senhores, nós estamos no seio do Congresso, e a votação foi do Congresso. Os motivos dessa votação estão na consciencia de todos. O Congresso procedeu com a maior prudencia e o maior patriotismo, afastando de si, como Constituinte, a responsabilidade de actos que elle não conhecia.

Vimos que foi eliminado do projecto de Constituição o art. 2.^o das Disposições Provisorias, que era como que uma *canuda de água benta* lançada sobre os actos do Governo Provisorio...

UM SR. REPRESENTANTE — Uma especie de benzedura.

O SR. GARCIA PIRES — ... e poucos dias depois, quasi immediatamente, apresenta-se a idéa da retirada dos membros do Governo Provisorio. Retiram-se definitivamente.

Pergunto agora: Quem é o responsavel perante a sociedade, perante a Republica dos Estados Unidos do Brazil pelos actos praticados durante este periodo pelo Governo Provisorio?

O SR. COSTA JUNIOR — Quem assumiu a responsabilidade de demittir os ministros?

O SR. GARCIA PIRES — Perdõe-me; ninguém demittiu os ministros...

O SR. ASTOLPHO PIO — Os ministros não podem fugir a esta responsabilidade, nem fogem. (*Ha outros apartés.*)

O SR. GARCIA PIRES — ... os membros do Governo Provisorio retiraram-se.

UM SR. REPRESENTANTE — E' a mesma cousa.

O SR. GARCIA PIRES — Ha, meu nobre collega, differença entre uma demissão que parte do chefe do Governo e uma retirada pedida pelos membros do Governo Provisorio.

O SR. MOREIRA DA SILVA — Mas pediram por uma causa; quem deu razão á causa? quem creou essa causa, essa razão pela qual elles se demittiram? O nobre Deputado por ahí encontra o responsavel.

O SR. GARCIA PIRES — Não comprehende V. Ex. que, na situação gravissima em que se acha o paiz, quando nós temos de reconstruir-o, é um passo de gravidade tal a retirada dos membros do Governo, que um motivo qualquer, uma pequena divergencia sobre a fórma, quasi sobre o modo de fazer-se uma obra, não póde influir em cidadãos patriotas, para abandonarem o Poder.

O SR. ASTOLPHO PIO — Mas, perdõe-me V. Ex. uma observação: estabelecida a divergencia nas circumstancias em que se estabelece, qual a solução a não ser a retirada do Ministerio? Havia de sujeitar-se o Ministerio á vontade exclusiva do chefe do Poder?

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex. não póde encontrar uma solução a não ser essa que se deu, salvo si quera que o ministerio accceitasse o porto das Torres.

O SR. GARCIA PIRES — Não quero que se accceite o porto das Torres, nem me importo com o porto das Torres.

O SR. PRESIDENTE — Observo ao nobre representante que está finda a meia hora do expediente.

O SR. GARCIA PIRES — Vou já terminar.

Pergunta-me o nobre representante, dada a divergencia — qual o meio de solvel-a?

O SR. ASTOLPHO PIO — Nos termos em que ella se deu, absoluta.

O SR. GARCIA PIRES — Senhores, parece que entre homens collocados naquella posição, todos interessados pelo desenvolvimento do paiz, pela boa marcha dos negocios publicos, a solução não seria tão difficil si entre elles se dêsse um accordo, o adiamento da questão.

O SR. ASTOLPHO PIO — Essa conclusão foi impossivel.

O SR. GARCIA PIRES — A questão foi unicamente de acceitação ou recusa.

O SR. ASTOLPHO PIO — Sobre a fórma por que se havia de effectuar esse serviço.

O SR. GARCIA PIRES — Enfim, Sr. Presidente, V. Ex. me adverte que está findo o tempo em que posso tratar do assumpto, e vou concluir dizendo ao Congresso Constituinte: Os factos que se vão desenrolando trazem-me taes apprehensões, que, Senhores, receio muito da sorte da Federação, que vamos organizando.

O SR. ASTOLPHO PIO — Não ha de ser nada, ha de arranjar-se tudo.

O SR. GARCIA PIRES — Não sei si será com essa facilidade.

O SR. ASTOLPHO PIO — Devemos contar com a nossa dedicação, o nosso patriotismo, e, também, com o nosso bom senso e prudência.

O SR. GARCIA PIRES — Temos em jogo interesses de toda a ordem.

O SR. ASTOLPHO PIO — Creio que o patriotismo do Congresso será superior a todos esses interesses.

O SR. GARCIA PIRES — Sou dos que fazem mais justiça a este Congresso: pela minha parte, aliás insignificante, mesmo pelo silêncio que guardei, entendo que o Congresso soube collocar-se na altura dos acontecimentos; e, si eu não estivesse convicto disso, não viria apresentar o facto e pedir uma explicação, que é necessaria, que é indispensavel para a garantia do futuro.

O SR. COSTA JUNIOR — Acho dispensavel e inconveniente.

O SR. GARCIA PIRES — Julgue V. Ex. como quizer; tive necessidade de incorrer em seu desagrado, sobretudo a respeito desse acontecimento (ha tantos factos desta ordem na vida do homem!); mas ha de permittir que não acceite seu conselho.

Vim, Senhores, apresentar essas idéas e pedir uma explicação que sirva de salva-guarda para o futuro. Vi que o Governo, que marchava regularmente, segundo o pensamento da Revolução, transformou-se de repente; vi que uma comissão unicamente revolucionaria, destruidos os intuitos da gloriosa Revolução de 15 de novembro, transformou-se em uma dictadura; e julguei necessario prevenir o futuro.

Cabe-me pedir aos nobres membros do Congresso que me desculpem; não tive o pensamento de levantar uma celeuma no seio do Congresso; apenas quiz esclarecer-me sobre um facto, porque este facto ainda está dependente de explicação.

O SR. AQUINO DO AMARAL — A explicação é facil: o Ministerio todo naufragou no porto das Torres.

ORDEM DO DIA

SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

O SR. PRESIDENTE — Consulto o Congresso si dispensa a leitura do projecto, uma vez que já foi impresso e distribuido a todos.

VOZES — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE — Entra em 2ª discussão o projecto de Constituição.

MUITAS VOZES — Peço a palavra. Peço a palavra. (*Grande sussurro.*)

O SR. COSTA MACHADO pede a palavra.

O SR. PINHEIRO GUEDES (*pela ordem*) — V. Ex. acaba de pôr em discussão o projecto: o Senador Pinheiro Guedes pede a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Não ha duvida, mesmo porque muitos já o fizeram.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Antes não o podia fazer. (*Apartes.*)

O SR. PRESIDENTE — Vai-se ler a lista dos Srs. representantes inscriptos.

O SR. ESPIRITO SANTO — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Depois de ler-se a lista dos Srs. inscriptos.

O SR. ESPIRITO SANTO — Peço a palavra pela ordem sobre a lista que se vai ler.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra pela ordem.

O SR. ESPIRITO SANTO (*pela ordem*) — Pedi a palavra para chamar a atenção de V. Ex. para o facto que acaba de dar-se neste momento.

Na penultima sessão o Sr. Presidente, ao terminal-a, declarou que estava aberta a 2ª discussão.

VOZES — Annunciada.

O SR. CANTÃO — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Ha outro representante com a palavra.

O SR. ESPIRITO SANTO — Chegando á Mesa, vi muitos representantes inscrevendo-se; nesse momento vi que fôra postergado o meu direito, por isso que eu havia pedido a palavra com antecedencia.

Entendo, Sr. Presidente, que aqui não deve haver parcialidades (*Não apoiados*); agora acabo de ver que, por uma combinação, fica annullada a inscripção que anteriormente se fez.

VOZES — Não era tempo de fazer-se inscripção alguma.

O SR. ESPIRITO SANTO — A anterior inscripção contava 10 representantes; agora a que avisto conta 40.

Parece-me que este systema não é o mais correcto, o mais sério, quando a imparcialidade é que devia presidir á direcção dos trabalhos do Congresso; em lugar de progredirmos nos habitos, retrogradamos.

Peço a V. Ex. que se annulle essa inscripção, prevalecendo a primeira.

Si V. Ex. não acceder ao meu pedido, dando-me o lugar que a primeira inscripção me assignava, ahí fica o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante labora em equivoco. A inscripção é aberta na occasião de iniciar-se o debate (*Apoiados*), e não quando ella é annunciada.

Não havia lista alguma; havia uma nota a lapis, que a ninguém podia obrigar.

O SR. ZAMA — Apoiado.

O SR. PRESIDENTE — Si alguns Srs. representantes pediram a palavra e não foram inscriptos, não devem attribuir esta falta á Mesa, mas sim porque pedem a palavra ao mesmo tempo. (*Apartes.*)

A Mesa não faz combinação alguma para dar primeiro a palavra a este ou áquelle. (*Apartes.*)

Ao concluir estas observações, chamo a atenção do Congresso para o que diz o art. 22 do nosso Regimento, no seu paragrapho: (*Lé*)

« Quando muitos pedirem a palavra... (e foi o que se deu hoje), o Presidente dará a precedencia a quem lhe parecer, ficando, porém, a sua decisão sujeita á approvação do Congresso, si algum representante o requerer. »

Portanto, já vê o Congresso, que a Mesa, quando se tratar de negocios de importancia, póde dar a palavra, de preferencia, a este ou áquelle orador.

Mas devo declarar que, como Presidente da Mesa do Congresso, ainda não usei deste direito que me dá o Regimento; e o Sr. 1º Secretario, quando fez a inscripção, prestou a attenção, como costuma prestar a todos os serviços a seu cargo.

O SR. CANTÃO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, é exacto que na penultima sessão, quando o Sr. Presidente do Congresso declarou qual era a ordem do dia seguinte, muitos Srs. representantes pediram a palavra; e creio que se fez uma tal ou qual lista de inscripção. (*Apartes.*)

Eu vinha disposto, si V. Ex. fizesse prevalecer essa inscripção, a reclamar contra ella, porque foi feita em occasião inoportuna, e, portanto, illegalmente (*Apoiados*), porque a inscripção não se faz quando se dá a ordem do dia da sessão seguinte, mas quando é pelo Sr. Presidente posta a materia em discussão. (*Apoiados e apartes.*)

E' essa a occasião, repito, em que devem os Srs. representantes pedir a palavra, ser feita a inscripção.

Portanto, a inscripção feita na penultima sessão, não póde vigorar, porque não foi feita de accôrdo com o Regimento, não é legal.

Eu creio, que o art. 22 do nosso Regimento dá ao Presidente do Congresso o arbitrio de conceder a palavra, de preferencia, aos senadores e deputados que entender, quando muitos simultaneamente a pedem. Mas, parece-me que essa disposição do Regimento deve ser entendida em trechos que o procedimento do Presidente na hypothese deve ser pautado pela justiça e pela razão, não deve ser tão arbitrario de modo a prejudicar os direitos de alguns senadores e deputados. Na inscripção que se fez parece estarem nos primeiros logares muitos Srs. Senadores e Deputados que já fallaram duas, tres e quatro vezes na 1ª discussão. Entretanto, ha outros que ainda não conseguiram fallar nenhuma, não obstante haverem-se inscripto.

Ora, Senhores, isso me parece uma injustiça, porque todos nós tomos aqui o direito de manifestar as nossas opiniões.

Não ponho em duvida que a inscripção seja legal, porque foi feita de accôrdo com o Regimento. Mas parece-me que não é justa, porque não attende aos direitos que deviam assisir aos membros do Congresso que ainda não tiveram ensejo de emitir suas opiniões sobre a Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Exigir que o Presidente faça mais do que aquillo que dispõe o Regimento, parece-me impossivel.

O SR. CANTÃO — E tanto esse arbitrio do Presidente deve ser limitado, quando o mesmo art. 82 do Regimento dá direito ao representante para reclamar, appellando para o Congresso.

O SR. PRESIDENTE — Estou satisfeito com o meu procedimento.

O SR. CANTÃO — E eu com o meu protesto

O SR. MARCOLINO DE MOURA — Sr. Presidente, sinto que pela primeira vez que tenho a honra de occupar a attenção do Congresso, venha reclamar contra o modo por que acaba de fazer-se a inscripção.

Desde que o Presidente do Congresso tem o direito de inscrever e dar a palavra aos seus amigos, não ha mais liberdade.

Achava-me inscripto em quinto lugar, e appello para o Sr. 2º Secretario. S. Ex. disse-me que para que a palavra me fosse concedida e a minha inscripção mantida era necessario que eu a pedisse da bancada.

Fil-o; e o meu nome não figura na lista dos inscriptos.

Faço este protesto não porque o Congresso tenha muito a lucrar com as minhas palavras, mas sim porque tenho o dever de dar uma satisfação áquelles que me elegeram.

Terminando, repito o que ainda ha pouco disse: desde que a Mesa tem o arbitrio de inscrever os seus amigos, não ha mais liberdade.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante declarou que o Regimento dava ao Presidente o direito de fazer a lista da inscripção á vontade dos seus amigos.

O SR. MARCOLINO DE MOURA — E' o que se acaba de fazer.

Appello para V. Ex. mesmo e para a Mesa. (*Ha outros apartes no mesmo sentido.*)

O SR. PRESIDENTE — Mas o nobre representante fique certo de que os representantes que estão inscriptos, si são meus amigos é porque são meus collegas aqui no Congresso, onde vim conhecê-los, mas não dei preferencia a nenhum. (*Continuam as reclamações.*)

O SR. BELLARMINO DE MENDONÇA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, respeito muito a honrada palavra de V. Ex. e as affirmações da Mesa, mas vou apresentar um requerimento para resolver esta questão.

O Regimento, quando muitos Srs. Congressistas podem a palavra ao mesmo tempo, dá ao Presidente a faculdade de deliberar sobre a ordem da inscripção ou de submeter ao Congresso a decisão a respeito.

O SR. PRESIDENTE — Para isto não é preciso o nobre representante requerer nada.

O SR. BELLARMINO DE MENDONÇA — V. Ex. me permitta continuar, porque a sua interrupção me obriga a dizer que contra factos não ha argumentos.

Eu deixei de seguir para S. Paulo hontem, como tinha dito a V. Ex. e a alguns membros da Mesa, para poder, hoje, aqui inscrever-me.

Já estava numa lista, não a lapis, como V. Ex. disse ainda ha pouco, mas numa lista a tinta, organizada pelo Sr. 2º Secretario, tinha nella o 12º lugar.

Porém V. Ex. disse ainda ha pouco que só daria a palavra áquelles que a pedissem depois que a materia entrasse em discussão; eu pedi a palavra logo que V. Ex. annunciou a ordem do dia; fui até a Mesa, proximo da qual

não havia nem dez membros, e, entretanto, já estavam inscriptos 35 Srs. representantes. (*Apoiados e diversos apertes.*)

O SR. PRESIDENTE — Para se fazer a lista de inscrição não é preciso que os Srs. representantes estejam em volta da Mesa.

Mas, em summa, qual é o requerimento do nobre representante?

O SR. BELLARMINO DE MENDONÇA — E' para que cada um dos Srs. representantes que queira usar da palavra se inscreva no livro com a propria letra.

O SR. PRESIDENTE — Devo lembrar ao nobre representante que seria isso fazer uma alteração no Regimento. (*Apoiados.*)

O SR. BELLARMINO DE MENDONÇA — Mas, que significa inscreverem-se os representantes e, afinal, não serem inscriptos?

O SR. PRESIDENTE — Peço ao nobre representante que leia o art. 22 do Regimento, e verá que segundo elle a inscrição é feita pela Mesa.

E, depois, para que estão os nobres representantes com estas questões, quando a lista da inscrição vai ser submettida á approvação do Congresso?

São lidas, apoiadas, e entram conjunctamente em discussão as seguintes

Emendas

Substitutivo á secção 3ª do projecto de Constituição e emendas approvadas na primeira discussão desta parte do mesmo projecto:

Art. O Poder Judiciario será regulado por lei do Congresso e pelas dos estados na parte que a estes competir, tendo por órgãos de acção:

Um Supremo Tribunal com séde na Capital da Republica e jurisdicção em todo o paiz, tribunaes de appellação distribuidos pelos estados e Districto Federal, na razão de um tribunal para cada uma destas secções do territorio nacional, e os juizes ou tribunaes da 1ª instancia que cada Estado crear para si, e o Congresso para o Districto Federal.

Art. E' mantida a instituição do jury, nos casos e pela fórma que a lei determinar.

Art. O Supremo Tribunal será mantido pelos cofres da União e composto de um numero de juizes que seja igual aos dos tribunaes de appellação augmentando de um terço, sendo seus membros em parte tirados de todos os tribunaes de appellação, por proposta desses tribunaes e nomeação do Presidente da Republica, em parte nomeados livremente por este, com approvação do Senado, de entre os cidadãos, magistrados ou não, que reunirem as condições de idoneidade exigidas na lei.

Art. Sempre que, verificada uma vaga no Supremo Tribunal, ella referir-se a juiz tirado de algum dos tribunaes de appellação, a substituição recahirá em juiz do mesmo tribunal, de onde houver sahido aquelle cuja vaga tratar-se de preencher, de modo que nunca deixe de haver entre os membros do Supremo Tribunal um juiz tirado de cada tribunal de appellação.

Art. Cada Estado nomeará e manterá a expensas proprias seus juizes e tribunaes, assim da primeira como da segunda instancia: estabelecerá as condições de idoneidade para a respectiva investidura, e proverá sobre tudo mais que fôr attinente ao assumpto, guardados os princípios e regras da lei federal.

Paragrapho unico. Uma lei do Congresso organizará as Justicas da primeira e segunda instancias do Districto Federal, ficando a cargo da União as despesas respectivas.

Art. Os juizes do Supremo Tribunal e os dos tribunaes de appellação serão vitalicios, só por sentença poderão perder o cargo ou soffrer suspensão, e terão vencimentos que, uma vez fixados em lei, não poderão ser diminuidos.

Paragrapho unico. O Senado julgará os membros do Supremo Tribunal, e este os dos tribunaes de appellação, os quaes, por sua vez, julgarão os juizes da 1ª instancia, assim nos crimes communs como nos de responsabilidade.

Art. O Presidente da Republica designará, de entre os membros do Supremo Tribunal, o Procurador Geral da Republica, e, de entre os membros de cada tribunal de appellação, um delegado daquelle funcionario com as attribuições que forem definidas em lei.

Art. Ao Supremo Tribunal compete:

1.º Processar e julgar, originaria e definitivamente:

a) o Presidente da Republica nos crimes communs, e os ministros de Estado nos casos do art. 51 do projecto de Constituição;

b) os ministros diplomaticos, nos crimes communs e nos de responsabilidade;

c) as causas e conflictos entre a União e os estados, ou entre estes uns com os outros;

d) as reclamações entre nações estrangeiras e a União ou os estados;

e) os conflictos dos tribunaes da 2ª instancia entre si, e entre elles e as auctoridades administrativas federaes, ou os governos dos estados;

2.º Julgar, em gráo de revista, as causas decididas definitivamente pelos tribunaes de juizes inferiores, segundo a alçada e regras que a lei prescrever, sempre que houver violação do Direito, pela não applicação deste, ou por essa falsa ou indevida applicação.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Amphiphio*. — Garcia Pires. — Paula Argollo. — Domingos Vicente. — Francisco Veiga. — Antão de Faria. — Costa Machado. — Barão de Villa Viçosa. — Prisco Paraizo. — Virgilio Pessôa. — M. Bezerra. — Manoel Francisco Machado. — Couto Cartazo. — S. Pereira. — Matta Bacellar. — Aristides Lobo. — José Hygino. — Leite Otticica. — Zama. — Pedro Americo. — Marcolino Moura. — João Pedro. — Custodio José de Mello. — Ignacio Tosta. — J. Retumba. — Amaro Cavalcanti. — A. Milton. — Gonçalo de Lagos. — F. Bastos. — Costa Junior. — Casemiro Junior. — Miguel de Castro. — Badaró. — Firmino da Silveira. — P. Guimarães. — Henrique de Carvalho. — Gommensoro. — Monteiro de Barros. — Amorim Garcia. — Espirito Santo. — Meira de Vasconcelos. — Gil Goulart. — Athaide Junior. — Theodorico Souto. — Erico Coelho. — José Simeão.

Substitutivo da secção 3ª e arts. 54 a 64

DO PODER JUDICIARIO

Art. O Poder Judiciario da União tem por órgão um tribunal, com sede na Capital da Republica, sob a denominação de Tribunal Federal de Justiça, o composto, além de um Procurador Geral da Republica, de tantos juizes quantos os estados federados e mais um, que representará o Districto Federal.

Esses juizes serão eleitos pelas legislaturas dos estados dentre magistrados ou jurisconsultos de notavel saber e reputação, elegiveis para o Senado, de maneira que cada Estado seja representado por um juiz no seio do Tribunal.

O Procurador Geral da Republica será nomeado pelo Presidente da Republica dentre jurisconsultos notaveis do paiz, e exercerá no Tribunal as attribuições definidas em lei do Congresso.

O juiz representante do Districto Federal será eleito pelo Senado.

§ 1.º Os juizes do Tribunal Federal de Justiça são vitalicios e só por sentença poderão perder o cargo, ou soffrer suspensão.

§ 2.º Seus vencimentos, assim como os do Procurador Geral da Republica, serão determinados em lei do Congresso, que os não poderá diminuir.

§ 3.º O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal serão annualmente eleitos por maioria de votos dos membros do mesmo Tribunal.

§ 4.º Os membros do Tribunal serão processados e julgados pelo Senado, quer por crimes communs, quer nos de responsabilidade.

Art. Ao Tribunal Federal de Justiça compete:

I. Processar e julgar, originaria e privativamente:

- a) o Presidente da Republica, pelos crimes communs;
- b) os ministros do Poder Executivo pelos crimes de responsabilidade não connexos com os do Presidente da Republica;
- c) os ministros diplomaticos, por qualquer crime;
- d) os juizes de ultima instancia das justicas dos estados, quer pelos crimes communs, quer pelos de responsabilidade;
- e) as causas e conflictos entre a União e os estados, ou entre estes uns com os outros;
- f) os conflictos entre os tribunaes de ultima instancia dos estados e os respectivos governos.

II. Rever os processos criminaes findos, nos termos do art. 80.

III. Decidir, em gráo de recurso necessario, das sentenças dos tribunaes de ultima instancia dos estados:

- a) as causas em que algumas das partes tiver estribado a acção ou defesa em disposição da Constituição Federal;
- b) os processos por crimes politicos;
- c) os pleitos entre estados estrangeiros e cidadãos brasileiros;
- d) as acções de divorcio ou de nullidade de casamento civil;

e) as questões de Direito Criminal ou Civil Internacional.

IV. Julgar, em gráo de recurso voluntario, como tribunal de ultima instancia do paiz:

a) as causas em que se tiver questionado sobre a validade ou applicabilidade de tratados e leis federaes;

b) as causas em que se tiver contestado a validade de leis dos estados ou de actos de seus governos em face da Constituição Federal, ou do Direito geral da União;

c) os litigios entre um Estado e cidadãos de outro;

d) as questões de Direito Maritimo e navegação;

e) os processos por crimes de natureza militar;

f) as causas em que se tiver arguido nullidade insanavel, ou incompetencia de juizo ou fóro, qualquer que seja a sentença do tribunal de ultima instancia do Estado;

g) o *habeas-corpus*, quando negado pelo tribunal do Estado ao paciente;

h) as questões de espolio de estrangeiro, quando a especie não estiver prevista em convenção ou tratado.

§ 1º. Os arestos do Tribunal Federal de Justiça terão força de leis para os casos da especie por elle resolvida, quer originariamente, quer por via de recurso das decisões dos tribunaes de ultima instancia dos estados.

§ 2º. O Congresso Nacional poderá conferir a esse Tribunal, por uma lei, outras attribuições que tenham por fim assegurar a applicação uniforme das leis geraes da Republica.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Emenda additiva

Accrescento-se onde convier:

Art. A União avoca a si a divida fundada dos estados, inscripta até 15 de novembro de 1890, ficando para esse fim auctorizado o Governo federal a fazer as operações de credito necessarias.

S. R. — Arthur Rios. — Santos Pereira. — Augusto de Freitas. — Barão de S. Marcos. — J. Rctumba. — Custodio José de Mello. — Prisco Paraiso. — J. Seabra. — Couto Cartaco. — Epitacio Pessoa. — Felisbello Freire. — Virgilio Damasio. — Sebastião Medrado. — Oliveira Galvão. — Paula Guimarães. — Almino Alvarès Affonso. — Rosa Junior. — Barão de Villa Viçosa. — Dr. Nogueira Paranaquá. — Leovigildo Filgueiras. — João de Siqueira. — M. Valadão. — Serzedello Corrêa. — Bellarmino Carneiro. — Nina Ribeiro. — M. Bezerra. — Marcolino Moura. — Anfrísio Fialho. — Amphilophio. — Dionísio Cerqueira. — Matta Bacellar. — Nilo Peçanha. — Cantão. — Antonio Baena. — J. L. Coelho e Campos. — Pedro Americo. — Ignacio Costa. — A. Milton. — Thomaz Cruz. — Indio do Brasil. — Paes de Carvalho. — Rosa e Silva. — André Cavalcanti. — Gonçalves Ferreira. — Almeida Pernambuco. — José Hygino. — Luiz de Andrade. — José Marianno.

Ao art. 57, § 1º:

Redija-se assim:

Nestas, a nomeação e demissão dos empregados, bem com o provimento dos officios de justiça nas respectivas circumscripções judicarias, compete aos presidentes dos tribunaes.

Ao art. 68, paragrapho primeiro:

Supprima-se, por ser a repetição do que está consignado em o n. 25 do art. 33.

Ao art. 71:

No segundo periodo do § 2º, acrescente-se, depois da palavra — extingue, — estas outras: respeitados, entretanto, os direitos adquiridos.

No § 3º, substituam-se as palavras — cuja celebração será gratuita — pelas seguintes: por cuja celebração os juizes não poderão receber emolumento algum.

No § 5º, *in fine*, acrescente-se: — Fica entendido que é respeitada a propriedade dos cemiterios actualmente existentes, construidos por quaesquer irmandades, ou associações religiosas.

No § 12, supprimam-se as palavras — não sendo admitido o anonymato.

Ao art. 89:

Supprima-se.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — A. Milton.

Ao art. 47, n. 12:

Supprimam-se as palavras — os membros do Supremo Tribunal Federal.

Substitutivo

Ao art. 47, n. 12:

Art. 55. O Supremo Tribunal Federal compor-se-á de tantos juizes quantos forem os estados da Federação e mais o Districto Federal.

§ Os membros do Supremo Tribunal Federal serão tirados, por antiguidade absoluta, de entre os magistrados dos estados, sempre de maneira a serem estes representados.

§ Em caso de vaga, será esta preenchida pelo magistrado mais antigo do Estado a que ella corresponder.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Buena de Paiva*. — *Lamounier Godofredo*. — *Polycarpo Rodrigues Viotti*. — *João Luiz*. — *Astolpho Pio*. — *Manoel Fulgencio*. — *Ferreira Rabello*.

Ao art. 32:

§ 2º. Em vez de — 2/3 dos membros prese. diga-se: maioria dos seus membros.

Ao art. 33:

Ns. 10 e 11. — Sejam substituidos pelo n. 10 do projecto.

N. 14 — Diga-se: mudar — em vez de — designar.

N. 17 — Transfira-se para o Cap. 3º da Secção 2ª, conforme o vencido em 1ª discussão.

N. 33 — Redija-se assim: Legislar sobre terras e minas pertencentes á União.

Ao art. 34:

N. 4 —

Supprimam-se as palavras — primeira e — secção 2º.

Ao art. 47:

N. 11 — Diga-se: mediante proposta — em vez de — mediante aprovação.

Ao art. 58:

Supprima-se o n. 1, d.

Sala das sessões. 26 de janeiro de 1891. — *Schmidt*. — *Müller*. — *Lacerda Coutinho*. — *Carlos de Campos*. — *Luiz Delfino*. — *Esteves Junior*.

Secção II

Declaração de direitos

O art. 71 seja substituído pelo seguinte:

A Constituição assegura a todos os habitantes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade nos termos seguintes:

§ 1º. Ninguém pôde ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude de lei;

§ 2º. Todos são eguaes perante a lei;

§ 3º. Fica conferido o direito politico ás mulheres diplomadas com titulos scientificos e de professora de qualquer instituto de ensino da União ou dos estados, ás que estiverem na posse e administração de seus bens, ás que exercerem qualquer cargo publico e ás casadas, nos termos da lei eleitoral.

Sala das sessões. de janeiro de 1891. — *Saldanha Marinho*. — *Ferreira Pires*. — *Costa Machado*. — *Cesário Zama*. — *J. Avellar*. — *Nilo Peçanha*. — *Urbano Marcondes*. — *Eutácio Pessoa*. — *Oliveira Pinto*. — *Virgílio Pessoa*. — *Erico Coelho*. — *Sá Andrade*. — *Indio do Brasil*. — *Lopes Tróvão*. — *Casemiro Junior*. — *Paizão*. — *L. Bulhões*. — *Sá Paranhos*. — *Pinheiro Guedes*. — *Ferreira Rabello*. — *Athayde Junior*. — *Matta Bacellar*. — *Nascimento*. — *Manhães Barreto*. — *José Augusto Vinhaes*. — *Barão de Villa Viçosa*. — *Santos Pereira*. — *Chagas Lobato*. — *Lamounier Godofredo*. — *Gonçalo de Lagos*. — *Hermes da Fonseca*. — *Martinho Prado Junior*.

Ao art. 59:

Accrescente-se á disposição da letra a do art. 59:

I. Julgar todas as causas propôstas contra o Governo da União, ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis, regulamentos do Poder Executivo, em contractos celebrados com aquelle Governo.

II. Julgar as causas provenientes de compensações, reivindicações, indemnização de prejuizos, ou quaesquer outras, propostas pelo Governo da União contra particulares, ou vice-versa.

Sala das sessões, 20 de janeiro de 1891. — *Leopoldo de Bulhões.*

São eleitores e elegiveis, nos termos da lei eleitoral, para os cargos municipaes, as mulheres diplomadas com titulos scientificos e professoras de qualquer instituto de ensino da União ou dos estados, as que estiverem na posse e administração de seus bens, as que exercerem qualquer cargo publico, e as casadas.

Sala das sessões, de janeiro de 1891. — *Saldanha Marinho.* — *Ferreira Pires.* — *Costa Machado.* — *J. Avellar.* — *Nilo Peçanha.* — *Urbano Marcondes.* — *Epitacio Pessoa.* — *Oliveira Pinto.* — *Virgilio Pessoa.* — *Erico Coelho.* — *Sá Andrade.* — *Indio do Brasil.* — *Lopes Trovão.* — *Casemiro Junior.* — *Paixão.* — *L. Bulhões.* — *S. Paranhos.* — *Pinheiro Guedes.* — *Ferreira Rabello.* — *Cesar Zama.* — *Athayde Junior.* — *Matta Bacellar.* — *Nascimento.* — *Manhães Barreto.* — *José Augusto Vinhaes.* — *Barão de Villa Viçosa.* — *Santos Pereira.* — *Chagas Lobato.* — *Lamounier Godofredo.* — *Gonçalo de Lagos.* — *Hermes da Fonseca.* — *Martinho Prado Junior.*

Emendas ao Projecto de Constituição, offerecidas para a 2ª discussão

Ao tit. 1º. Disposições preliminares:

Sob estes qualificativos devem figurar, e invertidas, as secções do Tit. 4º, cuja materia é preliminar.

Aos arts. do Tit. 1º. Organização Federal. Toda a materia deste titulo deve passar para o 2º.

Artigos. Substituam-se pelos seguintes: Secção 1ª — Organização federal:

Art. 1º. A Nação Brasileira, no exercicio pleno de sua soberania, por consenso unanime de seus povos, adotta para forma de governo a Republica federal representativa, e constitua-se em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º. A sede do Governo Federal sera no centro do territorio nacional, occupando a area, para esse fim determinada pelo Congresso Nacional, quanto a zona e extensao, e constituirá o Municipio Federal.

Art. 3º. O territorio nacional será dividido em tantas porções quantas sejam precisas para que cada Estado tenha approximadamente a mesma extensão e limites naturaes.

§ 1º. Ficam constituindo territorios, annexos aos estados, dentro de cujos limites actuaes se acharem comprehendidas, as zonas pouco ou nada povoadas.

§ 2º. As zonas que contiverem população regular, passarão a categoria de estados autonomos.

Art. 4º. Cada uma das antigas provincias constitue um Estado, com a mesma denominação actual; sendo, porém, os respectivos territorios delimitados, nos termos do art. 3º e paragraphos.

Art. 5º. É attribuição da soberania nacional regular, para uniformidade, toda a sorte de relações, quer dos estados entre si, como individualidades separadas, quer como a Republica, como entidade distincta, resultante da federação dos estados.

§ A Republica possui, pois, virtualmente, todo o territorio do Brazil, e não uma fracção deste, que pertence, de direito, completamente ao Estado, pela mesma razão porque o corpo pertence á alma.

Art. 6º. Cabe á Republica o direito de crear fontes de renda geral, sobre todas as funcções productivas dos órgãos de sua vida propria.

§ Aos estados, conformando-se cada um com as regras e preceitos geraes, compete o mesmo direito, na esphera de actividade peculiar a cada qual.

Ao art. 7º. — É dever da Republica, como tambem dos estados, prover cada qual, a expensas proprias, as necessidades de sua administração e governo, cumprindo á União subsidiar os estados, no caso de calamidade publica, quando solicitem.

§ 1º. Incumbe aos estados, como membros autonomos e solidarios da Federação, concorrer cada qual com uma quota proporcional ás suas rendas, para a manutenção da União.

§ 2º. O Congresso Nacional fixará annualmente a importancia dessa quota.

Secção 2ª

Dos poderes

Art. 8º. O Poder federal, instituido por livre consenso dos estados, representa, no limite de suas attribuições internas e nas relações internacionaes, a unidade e soberania da Nação Brasileira.

Art. 9º. O Poder, encarnação da soberania nacional, tem por órgãos de sua manifestação: o que elabora e formula a lei; o que julga do accôrdo da lei, com os principios de justiça e as regras do Direito, e applica-a; finalmente, o que executa as leis.

§ 1º. O primeiro é o que se denomina Poder Legislativo; o 2º, Poder Judiciario e o 3º, Poder Executivo; todos solidarios, mas independentes, harmonicos e autonomos.

Do Poder Legislativo

Art. 10. O Poder Legislativo é exercido pelos representantes da Nação, divididos em dous grupos: um composto dos enviados do povo, chamados deputados; outro dos delegados dos estados, denominados senadores, constituindo ambos o Congresso Nacional.

Art. 11. O Congresso Nacional funcçãoará, ordinariamente, em assembléas separadas, sob o nome de Camara para os enviados do povo, e Senado para os delegados dos estados.

§ 1º. As duas assembléas, porém, sempre que a necessidade o exigir, se fundirão em uma só, e funcçãoarão como Congresso Federal ou Constituinte.

§ 2º. Este facto pôde realizar-se em virtude de deliberação, iniciada em uma das assembléas e approvada pela outra, quer por convocação pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ou pelo Presidente da Republica.

Art. 12. O art. 17 e seus paragraphos da redacção para a 2ª discussão diz: Supprimido o final, e funcionará até o fim —, completado com o seguinte: em qualquer tempo e local, dadas as condições dos paragraphos do art. 11.

Art. 13. Cada legislatura durará tres annos para o deputado e nove para o senador.

§ 1º. As sessões serão publicas ou secretas, quando a necessidade o exigir e fôr deliberado; durarão quatro mezes a contar de 3 de maio; poderão ser prorogadas, mas nunca adiadas.

§ 2º. O paragrapho e os itens do art. 18 da emenda para a 2ª discussão.

Art. 14. O § 3º do art. 16.

§ 1º. O art. 19.

§ 2º. O art. 20.

Art. 15. Os deputados e senadores, além da ajuda de custo para transporte, vencerão um subsidio pecuniario, fixado pelo Congresso, no fim de cada legislatura.

§ 1º. A ajuda de custo será igual para deputados e senadores, dependendo o *quantum* da distancia entre o Estado e a Capital Federal; o subsidio, porém, será, para o senador, o do deputado augmentado de um terço, o que é conforme á natureza do Senado, á maior complexidade de suas funções, e ao menor numero de seus membros.

Art. 16. O art. 23 e paragrapho da redacção para 2ª discussão.

Art. 17. O art. 24.

Art. 18. São elegiveis os cidadãos brasileiros que, além dos requisitos do artigo (direitos politicos), apresentem as condições de capacidade moral e intellectual, e residam ou tenham residido no municipio ou, ao menos, no Estado, por espaço de 4 annos, para ser deputado, e 3 para ser senador.

Art. 19. São inelegiveis aquelles que não preencherem todos os requisitos do artigo anterior.

Art. 20. As eleições para membros do Congresso Nacional se effectuarão no mesmo dia em toda a Republica.

§ 1º. Os deputados serão eleitos pelo povo, mediante o suffragio directo.

§ 2º. Os senadores serão eleitos pelas municipalidades..

§ 3º. Cada Estado terá numero igual de representantes tanto senadores como deputados.

§ 4º. O Congresso regulará o processo eleitoral em um e outro caso.

Da Camara

Art. 21. O art. 28 da redacção para a 2ª discussão.

Do Senado

Art. 22. O art. 32 da redacção para a 2ª discussão, supprimindo o § 1º.

Das attribuições do Congresso

Art. 23. O art. 33 e seus paragraphos, com as modificações indicadas.

§ 2º. Auctorizar o Poder Executivo a realizar todas as operações de credito indispensaveis á gestão dos negocios publicos, menos a de emprestimos, que só se fará com audiencia do Congresso.

Art. 24. O art. 34 e paragraphos com as modificações aqui indicadas.

§ 1º. Supprima-se.

§ 2º. Passa a ser 1º.

§ 3º. Crear instituições de assistencia publica e de ensino superior e profissional, ou auxiliaes.

§§ 3º e 4º. Supprimam-se.

Das leis e resoluções

Art. 25. O art. 35 da redacção para a 2ª discussão.

Art. 26. O art. 36, assim modificado:

O projecto de lei, adoptado em uma das assembléas, será submellido á outra, e, sendo approvedo, a Mesa o remetterá ao Supremo Tribunal Federal, para receber a sanção necessaria, sendo então remettido ao Poder Executivo que o promulgará.

§ 1º. Substitua-se — o Presidente da Republica — por o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º. Supprima-se.

§ 3º. Passa a ser 2º.

§. A sanção e a promulgação effectuam-se por estas formas: O Congresso Nacional decretou, o Supremo Tribunal Federal sancionou, eu promulgo, a seguinte...

Art. 27. O art. 38, substituidas as palavras Camara por — Assembléa — e — Poder Executivo por — sanção —

Art. 28. O art. 39.

Secção 2ª

Do Poder Executivo

Art. 29. O Poder Executivo será exercido pelo Presidente da Republica, como primeiro magistrado — chefe supremo do Governo, auxiliado por cinco ministros e tantos secretarios do Governo quantos sejam precisos para velar pelas funções geraes em que se manifesta a vida de um povo.

§ 1º. Substitue o chefe do Governo, nos caso de impedimento, e succede-lhe no de falta, o Presidente do Supremo Tribunal Federal; no impedimento, ou falta, deste, o Presidente do Senado, e na falta, ou impedimento deste, o Presidente da Camara.

§ 2º. São requisitos essenciaes para ser eleito Presidente da Republica, chefe supremo do Governo:

1º. Ser brasileiro;

2º. Estar no gozo pleno de todos os direitos;

3º. Ter dado provas de capacidade moral e intellectual.

Art. 30. O chefe supremo do Governo occupará o cargo exercendo suas funcções, por espaço de cinco annos, e não poderá ser reeleito antes do decurso de dous periodos eguaes.

§ 1º. O Vice-Presidente que occupar o cargo por mais de tres annos, sem interrupção, não poderá ser eleito para occupal-o no periodo immediato.

§ 2º. O Presidente da Republica deixará o cargo, passando o exercicio das funcções para o seu successor, impreterivelmente, no mesmo dia em que terminar o prazo do seu mandato.

§ 3º. Na falta ou impedimento do eleito, a substituição se fará nos termos do § 1º, do art. 29.

Art. 31. O art. 42.

Art. 32. O art. 43, supprimida a palavra Vice-Presidente.

Da eleição presidencial

Art. 33. O Presidente da Republica será escolhido por eleição directa e escrutinio secreto, sendo eleitores: os governadores dos estados, os membros das respectivas assembléas, os magistrados, os officiaes de terra e mar, os professores de todas as faculdades e escolas de todos os grãos, os medicos e pharmaceuticos, os advogados, os engenheiros, os industriaes, os fazendeiros, os commerciantes matriculados, os banqueiros, os empregados publicos e os membros do Congresso.

§ 1º. Servirão de titulos de eleitor: os diplomas, as patentes, os titulos de nomeação e de propriedade, e as declarações das mesas das assembléas, que serão apresentadas pelos proprios, por occasião de se proceder ao alistamento para esse fim.

§ 2º. A eleição se effectuará, em todo o territorio da Republica, no dia 15 de julho do ultimo anno do periodo presidencial, perante as mesas das camaras municipaes.

§ 3º. Cada um eleitor votará em dous nomes, um dos quaes filho de outro Estado, em cedulas e urnas separadas: um para Presidente da Republica, e o outro para Vice-Presidente; este será o presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 4º. O § 3º do projecto, com este acrescimo — devendo ficar um no archivo do municipio, outro remettido ao governador do Estado, e o 3º á mesa da Assembléa, para proceder á apuração.

§ 5º. Feita a apuração pelas mesas das assembléas dos estados, observarão o mesmo processo que as municipalidades, e enviarão copias authenticas das actas de apuração, uma ao Archivo Publico nacional, outra ao do Estado, e a 3º ao Supremo Tribunal Federal, para apuração final; o que deverá realizar-se um mez antes de findar o mandato presidencial.

§ 6º. A sessão de apuração no Supremo Tribunal Federal será publica, e revestida de solennidade excepcional; sendo proclamado immediatamente, pelo presidente do Tribunal, chefe supremo do Governo e Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, o cidadão que tiver alcançado maior numero de suffragios; e acto continuo será proclamado Vice-Presidente da Republica e Presidente do Supremo

Tribunal Federal o cidadão que para isso tiver obtido o maior numero de votos.

§ 7º. O § do projecto.

§ 8º. Em caso do empate, decidirá a sorte.

Attribuições do Poder Executivo

Art. 34. O art. 47 do projecto, com as modificações indicadas.

§ 1º. Supprima-se a palavra — sancionar.

§ 2º. Supprima-se a palavra — demittir.

§ 3º. Acrescente-se: ou designar quem o exerça.

§ 12. Substitua-se a palavra — approvação por esta proposla.

Dos ministros

Art. 35. Os ministros do Estado, em numero de cinco — o do Exterior, o do Interior, o da Justiça, e das Finanças e o da Milicia — são auxiliares do chefe do Governo, que presidem cada um a uma das funções geraes em que se divide a administração da Republica.

Art. 36. Os ministros, como auxiliares da immediata confiança do chefe do Governo, occuparão os seus cargos enquanto a merecerem; não podendo, entretanto, ser exonerados senão mediante processo pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 37. Compete-lhes informar sempre, com a maior isenção e fidelidade, ao chefe do Governo, oriental-o sobre a marcha dos negocios, aconselhal-o sobre a melhor norma a seguir, e referendar-lhe os actos.

Art. 38. Os ministros são responsaveis por seus actos, quer perante o Congresso Nacional, quer perante os tribunaes.

Art. 39. O art. 49 do projecto.

Art. 40. O art. 50 do projecto.

Art. 41. O art. 51 do projecto.

Da responsabilidade do Presidente

Art. 42. O art. 52 do projecto e paragrapho unico.

Art. 43. O art. 53 da redacção para a segunda discussão.

Do Poder Judiciario

Art. 44. O Poder Judiciario é o órgão da soberania nacional, a que incumbe distribuir justiça, de accordo com os direitos do homem, sancionar e applicar as leis, e velar pela guarda da Constituição.

Art. 45. Compõe-se de um Supremo Tribunal, com séde na Capital Federal e jurisdição em todo o paiz, e tantos tribunaes federaes quantos forem os estados, e tantos tribunaes municipaes quantos forem os municipios, e mais os juizes de Direito especiaes, e outros necessarios no municipio, tantos quantos forem os termos judiciarios em que

este se divida, para que a distribuição da justiça seja prompta e inteira.

Art. 46. O Tribunal Supremo se comporá de tantos membros quantos forem os tribunaes federaes, e mais um largo de membros livres, escolhidos: os primeiros de entre os membros dos tribunaes federaes, um de cada um, mediante eleição entre os que tiverem mais de cinco annos de exercicio; os segundos de entre cidadãos distinctos, um de cada Estado, que tenham se tornado notaveis por seus talentos e moralidade, tendo de idade quarenta annos.

Art. 47. A organização se realizará por meio de relações completas e explicitas em informações, feitas nos actuaes tribunaes dos estados, contendo os nomes de todos os seus membros que satisfaçam os requisitos, e mais o de um cidadão nas condições indicadas; as quaes serão enviadas ao Presidente do Tribunal Supremo.

Com estas relações, o Presidente do Tribunal, em conferencia com os membros do Governo, organizará duas listas, uma dos nomes dos membros dos tribunaes federaes (um de cada tribunal) e outra do terço dos cidadãos propostos pelos estados; todos os quaes serão approvados pelo Governo.

§ 2º. As vagas que se derem serão preenchidas mediante o mesmo processo, excepto a conferencia com os membros do governo.

Art. 48. Os membros dos tribunaes federaes serão tirados de entre os juizes especiaes de um e outro fóro, com mais de tres annos de exercicio; dos advogados distinctos, com mais de quatro annos de pratica, e dos jurisconsultos notaveis, um de cada municipio, escolhidos segundo o mesmo processo anterior, e approvados pelo Governo do Estado.

§ O art. 57 do projecto.

Art. 49. Em cada municipio haverá um tribunal para julgamento e decisão das questões em primeira instancia.

Os cargos de juiz de Direito e de juiz municipal serão obtidos por concurso, perante o Tribunal Federal, sendo nomeados aquelles que derem melhores provas.

Atribuições do Tribunal Supremo

Art. 50. O art. 58 do projecto e seus paragraphos, com as seguintes alterações:

- 1ª. A sanção das leis;
- 2ª. Processar, etc., — *a, b, c, d, e*, accrescente-se: *b, c, d, f, g, h* — do art. 59.
- 3ª. O II do projecto.
- 4ª. O III do projecto.

Atribuições dos tribunaes federaes

Art. 50. O art. 59 e seus *itens*, menos *b, c e d*.

Disposições geraes

Art. 52. O Poder Judiciario será regulado por leis do Congresso Nacional e das assembleas dos estados, na parte que a estes competir.

Art. 53. Os membros do Tribunal Supremo serão julgados pelo Senado, os dos tribunaes federaes pelas assembleas dos estados, e os dos tribunaes municipaes, bem como os juizes avulsos, serão julgados pelos tribunaes federaes.

§ Os magistrados são inamoviveis, e só perderão os seus cargos em virtude de sentença.

§ Vencerão subsidio determinado: a) pelo Congresso, e pago pela Republica aos membros do Tribunal Supremo; b) pelas assembleas dos estados, e pago pelo seu governo aos membros dos tribunaes federaes e juizes avulsos; c) pelas camaras municipaes, e pagos por sua administração aos membros do tribunal municipal.

Art. 54. O art. 60 do projecto.

Art. 55. Na organização do primeiro Tribunal Supremo poderão ser admittidos os membros do Supremo Tribunal de Justiça que, achando-se nas condições exigidas, o queiram.

Titulo II

Dos estados

Art. 56. O Estado, como a personificação de um povo, de um membro real que se crea no seio da Nação Brasileira, tem existencia propria, autonoma.

Art. 57. Cada Estado, etc., o art. 62 da redacção para a 2ª discussão.

Art. 58. Cada Estado tem o direito de formar uma brigada de tropas regulares; e aquelles que confinam no mar poderão apparellhar, pelo menos, um navio armado.

Art. 59. O Estado, no exercicio da sua soberania, tem o direito de crear os orgãos necessarios, as funcções que têm por fim manter a vida interna somente, porque as da vida de relação nos estados federaes são as dos membros de uma familia.

Art. 60. Os estados têm o dever de respeitar e cumprir as regras e preceitos da Constituição Nacional, adoptando os principios nella estatuidos.

Paragraphos. Art. 65 e seus paragraphos.

Titulo 3º, que passou para 4º

Do municipio

O municipio é para o Estado o que a familia é para a sociedade.

Art. . O municipio é o inicio da vida social: deve ser livre e autonomo no exercicio das funcções que lho são peculiares.

Deve ter um orgão da sua vontade — é a Camara Municipal, que deve ser electiva e se dividirá em duas partes: uma provedora e outra executora.

A primeira cabe o direito de inquirir das necessidades municipaes — manutenção da vida dos municipios, meios de vida, cooperação — instrucção, viação — policiamento; a segunda compete pôr em execução os preceitos da primeira.

Creação, percepção e applicação das rendas.

EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Título 1º (título 4º do projecto)

Disposições preliminares

Art. 1º. A Republica constitue-se no Brazil sob o regimen da liberdade, egualdade e fraternidade, que garante a todos os habitantes do territorio nacional o exercicio pleno de sua actividade, assegurando-lhes a inviolabilidade dos direitos concernentes á pessoa e aos bens.

Secção primeira

Declaração de direitos

Art. A conservação da vida, sendo, mais do que um direito, um dever imposto á creatura, e, além disso, uma condição para a realização do progresso, não é licito extinguil-a.

§ 1º. Incumbe ao Estado: resguardar, defender e amparar a vida aos incapazes, desde o embrião ao decrepito.

§ 2º. Ninguém pôde ser condemnado á morte.

§ 3º. São prohibidos os combates singulares.

§ 4º. Todas as questões internas, quer entre estados quer entre individuos, que se não resolvam amigavelmente, serão decididas pelos tribunaes.

§ 5º. Nas externas só se recorrerá ás armas depois de esgotados todos os recursos, inclusive o arbitramento.

Art. A familia é a base da sociedade; compete, por isso, ao Estado regular a sua formação.

§ 1º. Estabele-se a familia por meio do consorcio voluntario entre um homem e uma mulher, celebrado pela auctoridade civil, perante testemunhas.

§ 2º. O casamento estabelece um laço de união vitalicia, perpetua e indissolvel entre o homem e a mulher, e crea direitos e deveres reciprocos para os conjugues..

§ 3º. A quebra sciente e consciente desses direitos e deveres pôde determinar a ruptura do laço nos casos e pela forma previstos em lei.

Art. Aos que o quizerem, é livre o direito de dar ao casamento civil a sancção religiosa, bem como aos outros actos civis da vida social.

Direitos politicos

Art. São eleitores os cidadãos brasileiros, emancipados ou que se mantêm a expensas proprias, no gozo pleno de todos os direitos, e que pagam qualquer contribuição directa.

Deveres dos cidadãos

1º. Acatar a Constituição.

2º. Manter a forma do Governo.

3º. Cumprir as leis e obedecer ás autoridades legitimas.

- 4º. Exercer com inteireza os cargos de eleição popular.
- 5º. Prestar-se ao serviço militar, de terra e mar.
- 6º. Honrar os princípios da fraternidade universal, sendo severo comsigo e tolerante para com os outros.

Título quinto

Disposições geraes

As do projecto emendado.

Disposições transitorias

Idem, idem.

Dr. Pinheiro Guedes.

Art. 63. Substitua-se-o pelos seguintes:

Art. As terras devolutas são do dominio da União, que por lei do Congresso distribuirá aos estados, dentro dos seus limites, certa extensão dellas, sob a clausula de as demarcarem, povoarem e colonizarem em determinado prazo, devolvendo-se, quando esta resalva se não cumprir, á União a propriedade cedida.

Paragrapho unico. Os estados onde não existirem terras devolutas serão compensados pelo modo que o Congresso ordinario determinar em lei especial.

Art. As minas situadas nas terras devolutas pertencem a União; as situadas nas terras dos estados ou dos particulares, pertencem aos proprietarios da superficie.

Paragrapho unico. Uma lei especial regerá toda a materia das concessões e explorações.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto.*

Disposições transitorias

Art. O Governo Federal pagará as dividas contrahidas pelos estados (antigas provincias) até o dia 15 de novembro de 1890, podendo desde já realizar quaesquer operações para isso necessarias, e ficando os estados exonerados de toda a responsabilidade.

Paragrapho unico. Não se comprehendem nas dividas a saldar as garantias de juros, subvenções e outras obrigações vencidas até esse dia.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto.*

ADDITIVO

Art. 62. Acrescente-se: "Aos estados compete, exclusivamente, determinar nas suas constituições e leis as incompatibilidades eleitoraes para o cargo de governador e quaesquer outros relativos á sua administração interna.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto.*

Disposições transitórias

Arts. 2º e 3º

Supprima-se.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto*.

ADDITIVO

Art. O Governo Federal resgatará, ou converterá toda a dívida externa consolidada proveniente dos diversos empréstimos contrahidos na Europa até o dia 15 de novembro de 1889, data da fundação da Republica, ficando desde já auctorizado a realizar quaesquer operações que julgar necessarias para a extincção das respectivas obrigações, ou para a sua conversão ao mais favoravel typo.

Sala das sessões. 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto*.

Emenda substitutiva

Aos arts. 24 e 26

Substituam-se pelo seguinte:

Art. O Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral e parlamentar.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto*.

Emenda

Ao art. 28

Supprimam-se as palavras:

Da discussão dos projectos offerecidos pelo Poder Executivo.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto*.

Substitutivos

Ao art. 33, § 12

Auctorizar o Governo a declarar a guerra, si não preferir o arbitramento.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodoreto Souto*.

Ao art. 33, §§ 24, 25 e 26

Substitua-se pelo seguinte:

§ 24. Decretar as leis civis, criminaes, commerciaes e processuaes da justiça federal, assim como sobre a naturalização e immigração.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Theodureto Souto*.

Emendas ds Disposições transitorias

Ao art. 1º, § 6º

Onde se diz: ~~+~~ e separando-se —, etc. até o fim, diga-se: e aguardando a constituição dos estados, encetará o exercício de suas funções ordinarias no dia 15 de julho de 1891

Substitua-se o art. 2º pelo seguinte:

As assembléas constituintes dos estados reunir-se-ão quarenta dias, pelo menos, depois de promulgada a Constituição Federal.

Supprima-se o art. 3º.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Arthur Rios*. — *Paula Guimarães*. — *Oliveira Pinto*. — *Barão de S. Marcos*. — *B. de Campos*. — *Paulino Carlos*. — *Corvalhal*. — *Mursa*. — *A. Moreira da Silva*. — *Augusto de Freitas*. — *Glicerio*. — *E. Wandenkalk*. — *Prisco Paraiso*. — *Rosa Junior*. — *S. Medrado*. — *J. Retumba*. — *Francisco Veiga*. — *Manoel Fulgencio*. — *Francisco Rabello*. — *Carlos Chagas*. — *Paes de Carvalho*. — *Serzedello Corrêa*. — *Bellarmino Carneiro*. — *M. Bezerra*. — *J. J. Seabra*. — *Leovigildo Filgueiras*. — *Anfriso Fialho*. — *Matta Machado*. — *Pires Ferreira*. — *Pedro Americo*. — *Ignacio Posta*. — *J. L. de Souza Coelho*. — *Manoel Francisco Machado*. — *Joaquim Sarmiento*. — *A. Milton*. — *Adolpho Gordo*. — *Indio do Brasil*.

O art. 2º seja assim redigido:

Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo Municipio Neutro constituirá o Districto Federal, que passará á categoria de Estado, logo que o Congresso julgue opportuna a transferencia da Capital da Republica.

Paragrapho unico. Logo que essa transferencia for deliberada, será a capital estabelecida no planalto central da Republica, para o que fica pertencendo á União uma área de 400 leguas quadradas nelle situada.

Supprima-se o art. 3º.

Ao art. 7º, § 3º

Accrescente-se:

Nos actos e negocios da União.

Ao art. 9º

Accrescente-se:

§ 5.º Taxas de sello nos actos emanados e em negocios de sua economia.

Ao art. 17

Onde se diz: podendo ser prorogado, — accrescente-se: adiado.

Accrescente-se no fim do artigo: a prorrogação e o adiamento da sessão do Congresso só poderão ser determinados por deliberação do mesmo Congresso.

Ao art. 22

Supprima-se a palavra — igual.

Ao art. 28

Depois da palavra — iniciativa — accrescente-se: do adiamento da sessão legislativa — e o mais como está no projecto.

Art. 33, paragrapho

Prorogar suas sessões.

Art. 47, n. 10

Supprimam-se as palavras — e prorogar-lhe as sessões ordinarias.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Arthur Rios.*

Emenda

Ao art. 33, n. 24

Accrescente-se o seguinte:

Codificar as leis civis, commerciaes e criminaes da Republica.

§ 1.º Nas leis processuaes da justiça federal, e nas dos estados, será mantida a instituição do jury, a cujo julgamento serão submettidos os crimes communs, pela forma e exceptuados os casos que as leis determinarem.

§ 2.º A Assembléa Legislativa de qualquer dos estados poderá requisitar ao Congresso Nacional as modificações que julgar necessario fazerem-se nos codigos que se organizarem.

O Congresso, tomando conhecimento da requisição, resolverá como entender mais conveniente.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Viriato de Medeiros.* — *Virgilio Pessoa.* — *Manoel Fulgencio.* — *Ferreira Rebello.* — *Prisco Paraiso.* — *Antão de Faria.* — *Chagas Lobato.* — *Urbano Marcondes.* — *Cezar Zama.* — *Corrêa Rebello.* — *Costa Machado.* — *Santos Pereira.* — *D. Manhães Barreto.* — *Joaquim Breves.* — *José Marianno.*

Ao art. 6º

Modifique-se assim o art. 6º:

O Governo Federal só poderá intervir nos Estados: 1º, 2º, 3º e 4º; como está no projecto, acrescentando-se o seguinte:

Paragrapho unico. Em caso algum, porém, intervirá o mesmo Governo nas questões peculiares dos estados.

(Pelo modo por que está redigido o art. 6º do projecto, parece que, nos casos nelle previstos, o Governo Federal pôde intervir até mesmo nas questões *peculiares* dos estados, o que, penso, não lhe deve ser permitido, em hypothese alguma).

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 7º

No n. 1 supprimam-se (por inuteis) as palavras — de procedencia estrangeira.

Supprima-se tambem o § 2º do mesmo art. 7º.

(Tratando-se da União, não pôde haver importação senão de mercadorias estrangeiras; parece, pois, desnecessaria a declaração. Quanto ao que é determinado no § 2º, parece impraticavel, a menos que a União tenha espalhado por todas as localidades do paiz um exercito de funcionarios administrativos judiciarios.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 16

Depois das palavras — Congresso Nacional — acrescente-se — em regra.

(Havendo casos em que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso, independentemente da sancção do Presidente da Republica, parece conveniente a limitação proposta).

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 18

Redija-se do modo seguinte:

A Camara e o Senado trabalharão separadamente e em sessões publicas, quando o contrario não resolverem.

Só funcionarão comparecendo a maioria absoluta de seus membros, sendo todas as deliberações tomadas pela maioria dos presentes.

Ao paragrapho unico, n. 2

Depois das palavras — a sua Mesa — acrescente-se as seguintes: guardada, quanto ao Senado, a limitação do art. 31. (Na redacção do art. 18 houve manifesto engano.

Segundo ella, casos haveria em que a mais simples decisão precisaria da unanimidade dos votos presentes para prevalecer.

Segundo o art. 31, o Presidente do Senado é o Vice-Presidente da Republica; ao Senado, pois, não cabe eleger o seu Presidente, e dahi a 2ª emenda).

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 20

Redija-se a primeira parte do modo seguinte:

Os deputados e senadores, desde que tiverem recebido diploma até nova eleição, não poderão ser presos nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel. (O mais como está.)

(Houve tambem na redacção deste artigo manifesto engano. Basta lê-lo, para se comprehender. A emenda procura restabelecer o verdadeiro sentido da disposição.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 25

Redija-se o n. 2 do modo seguinte:

Para o Senado, ser maior de 35 annos e ter mais de seis de cidadão brasileiro; e para a Camara, mais de quatro.

Esta disposição, quanto ao tempo de cidadão brasileiro, não comprehende os cidadãos a que se refere o n. 4 do art. 68.

(Tratando-se no art. 25 das condições de elegibilidade para o Congresso, parece natural que nelle esteja incluída a de idade maior de 35 annos, exigida para senador, e que está mencionada no art. 29, menos razoavelmente.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 27

Modifiquem-se os §§ 1º e 2º do modo seguinte:

§ 1.º O numero de deputados será fixado pelo Congresso, tendo por base o recenseamento da população feito em 31 de dezembro de 1890, em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse numero ser inferior a quatro por Estado.

§ 2.º Salvo deliberação do Congresso em contrario, proceder-se-á decennialmente ao recenseamento da população da Republica; e, só á vista d'elle, poderá ser augmentado o numero de deputados; o qual, entretanto, nunca será maior de 250.

(Parece-me exaggerado o numero de deputados, maximé depois que o Congresso resolveu que nenhum Estado dê menos de quatro. Entretanto, como o assumpto pôde ser resolvido

pelo Congresso em sessão ordinaria, não insiste na emenda que apresentei em 1.^a discussão elevando a proporção de 70 para 100 mil habitantes.

Estando já feito o recenseamento da população, não me parece regular recomendar-se que elle se faça já. Já temos precedente de adiar-se o recenseamento por difficuldades financeiras do Thesouro. E' possível, senão provavel, que do futuro tenhamos eguaes difficuldades, impondo a mesma medida; e, por isso, consigno na emenda o direito ao Congresso de espaçar mais o recenseamento. A limitação do numero maximo de deputados parece fundar-se em razões de ordem politica e economica da maior importancia.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 29

Redija-se assim o art. 29:

O Senado compõe-se de cidadãos nas condições do art. 25, em numero de 3 por cada Estado e pelo Districto Federal, eleitos do mesmo modo por que o são os deputados.

(A emenda proposta a este artigo é consequencia da proposta ao art. 25.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Aos artigos 33 e 34

No art. 33 supprima-se a palavra — *privativamente*. Supprima-se tambem o n. 25, por inutil, á vista no n. 26.

No art. 34 substituam-se as palavras — mas não *privativamente* — pelas seguintes: *cumulativamente* com os poderes dos estados e com a auctoridade municipal no Districto Federal.

(As attribuições enumeradas no art. 33 não são *privativas* do Congresso, mas sim delle e do Presidente da Republica, que sanciona ou não as deliberações do mesmo Congresso.

Parece, pois, não ter applicação o *privativamente* do projecto, que, em outros logares, emprega essa palavra para significar exclusão.

(A emenda proposta ao art. 34 é consequencia da da anterior.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao § 4.^o do art. 36

Redija-se o mencionado § 4.^o do art. 36 do modo seguinte:

§ 4.^o A *sancção*, *veto*, promulgação e publicação effectuam-se por estas fórmulas:

1.^a *Sancção* — «Sanciono, e publique-se como lei (ou resolução)». Assignatura do Presidente da Republica.

2.^a *Vêto* — «Volte ao Congresso Nacional»; impondo em seguida o Presidente da Republica, sob sua assignatura, as razões em que funda o seu acto.

3.^a *Promulgação e publicação* — «F... Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei (promulguei, no caso do § 3.^o deste artigo) a lei (ou resolução) seguinte: (integra da lei ou resolução).

O Ministro da (repartição competente) o faça publicar e executar.

F. (Assignatura do Presidente da Republica).

F. (Assignatura do respectivo ministro).

(As fórmulas do projecto, sendo só de promulgação e publicação e não de sancção, excluem o Presidente da Republica, que, entretanto, é a quem compete a attribuição de promulgar e fazer publicar as leis e resoluções; e isto privativamente, conforme o disposto no art. 47, n. 1.^o. Parece-me, portanto, que a emenda proposta pôde merecer approvação.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 37

Modifique-se o art. 37 do modo seguinte — Não sendo a lei promulgada pelo Presidente da Republica nos casos dos §§ 2.^o e 3.^o do art. 36, dentro de 48 horas, o Presidente do Senado, e si este não o fizer em igual prazo, o Vice-Presidente, a promulgará usando da seguinte fórmula: «F., Presidente ou Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decretou e promulgou a lei ou resolução seguinte.»

(Dada a hypothese, prevista pelo projecto, de negar-se o Presidente da Republica a promulgar uma lei approvada pelo Congresso nos termos dos §§ 2.^o e 3.^o do art. 36, nada é mais possivel do que negar-se egualmente o Vice-Presidente, em regra, representante das mesmas idéas do Presidente.

Assim, parece-me justificada a emenda que auctore o Vice-Presidente do Senado a promulgar a lei, desde que, no prazo de 48 horas, tambem, o Presidente dessa Camara (que é Vice-Presidente da Republica) não o tenha feito.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 43

Depois das palavras — em sessão — diga-se: — do Congresso, e si este não estiver reunido. — O mais como está no projecto.

(Sendo o Congresso Nacional o immediato representante da Nação, parece que perante elle deve, de preferencia, o primeiro magistrado da Republica fazer a promessa de que trata o artigo.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 45

Redija-se do modo seguinte:

O Presidente e o Vice-Presidente da Republica serão eleitos pelos membros do Congresso e por maioria absoluta de votos. Uma lei, que será decretada na primeira reunião ordinaria do Congresso, determinará o processo da eleição.

(Em paizes de educação politica muito mais adeantada do que o Brazil o suffragio universal, qual o temos, tem sido excellente instrumento e poderoso auxiliar do cesarismo.

O bom senso dos americanos do Norte tem até hoje, impedido que o chefe da Nação seja directamente eleito por ella; e nós brasileiros, em tudo muito mais atrasados do que elles, não podemos ter fundadas esperanças de bom exito no systema de eleição adoptado no art. 46.

O que proponho na emenda supra está longe de satisfazer completamente, eu o reconheço, mas parece-me que por muitos annos ainda será menos máo.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 56

Supprima-se o § 1º do art. 56.

(A primeira parte da disposição é ociosa, pois que é uma das attribuições do Congresso (art. 33, n. 26) estipular os vencimentos de todos os empregados federaes. A ultima, sobre parecer attentatoria da soberania do Congresso, abre uma excepção que em caso de apuros financeiros, de que, infelizmente, não estamos livres, pôde ser inconveniente, o tornar-se odiosa).

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 68

No n. 4, depois das palavras — de 1889 — diga-se: manifestarem por qualquer modo authentico o animo de adquirir a nacionalidade brasileira —, supprimindo-se o restante.

No n. 5, depois da palavra — Brazil — diga-se: declarem querer adquirir a nacionalidade brasileira —, supprimindo-se as palavras restantes.

(Por mais que se deva facilitar a naturalização dos estrangeiros, penso que se não deve ir ao ponto de dal-a em consequencia de uma simples omissão, que muitas vezes pôde ser involuntaria. Desde que o estrangeiro não praticou acto algum pelo qual claramente manifestasse o desejo de mudar de nacionalidade, embora adquira a brasileira, não perde a de sua origem, pois, sendo a materia regida pelo estatuto pessoal de cada cidadão, o Poder Legislativo brasileiro parece que não pôde impôr aos estrangeiros a perda da nacionalidade delles, só porque não declararam querer conserval-a.

A prevalecer a disposição do projecto, teremos estrangeiros naturalizados que serão brasileiros *si et in quantum*, dispostos sempre, á primeira contrariedade, a abandonar a patria que adquiriram, sem ao menos dizer que a queriam.

Assim, ficarão os naturalizados pela forma indicada no projecto, de facto, com duas patrias, contra a velha regra de direito internacional: *Duarum civitatum nemo esse potest.*)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 71

No § 12 do art. 71, supprimam-se as seguintes palavras: Não sendo admittido o anonymato.

(A disposição do projecto, além de parecer ser mais propria de uma lei regulamentar da liberdade de imprensa, não julgo seja liberal. A extinção do anonymato não extinguirá o *testa de ferro* e peiará inutilmente a liberdade do cidadão.

O anonymato não protege só o fraco e opprimido contra os fortes e oppressores; muita gente honesta, independente e digna, por isso mesmo que o é, serve-se d'elle para defender, sem poder ser suspeitada, a leve causa quando identificado com os grandes e poderosos. Em França, no tempo do segundo Imperio, como é sabido, foi abolido o anonymato na imprensa, mas a lei cahiu em completo desuso, com applausos dos melhores amigos da liberdade. Demais, um poder legislativo que, para garantir a liberdade e independencia de seus membros, convoca o escrutinio secreto, que é uma especie de anonymato, não parece o mais proprio para abolil-o para o povo.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Additivo, para ser collocado onde convier nas Disposições transitórias

Todos os recursos que, conforme a legislação vigente, tiverem sido interpostos para o Supremo Tribunal de Justiça, até a data da publicação desta Constituição e por elle não forem decididos, sel-o-ão pelo Supremo Tribunal Federal, do que trata o art. 58.

(Uma vez interpostos regularmente os recursos, como que as partes adquirem o direito de serem os mesmos decididos. Demais, custam elles tempo, trabalho e dinheiro, e, portanto, parece justo que no periodo de transição em que vamos entrar, quanto á organização judiciaria, alguma providencia se adopte no intuito de salvaguardar os direitos dos interessados em pleitos ainda não findos.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 69

Depois das palavras — na forma das leis —, acrescente-se: e os estudantes das academias superiores maiores de 18 annos. — *A. Azeredo.*

Ao art. 71

Accrescente-se o seguinte paragrapho, onde convier:

É livre o direito de testar desde que se garanta a subsistencia dos pais, das filhas, das esposas e dos filhos menores de 21 annos. — *A. Azeredo.*

Supprima-se o art. 24, por achar-se comprehendido nos arts. 23 e 26. — *A. Azeredo.*

Substitua-se o § 2º do art. 46 pelo seguinte:

Si nenhum dos votados houver alcançado a maioria absoluta, o Congresso dentro de oito dias, procederá á nova eleição entre os tres candidatos mais votados.

§ Si no primeiro escrutinio o Presidente ou o Vice-Presidente, não alcançar maioria absoluta, proceder-se-á a novo escrutinio, entre os dois candidatos mais suffragados.

§ Para este effeito o Congresso, que deve estar reunido em Assembléa geral das duas camaras, será presidido pelo Presidente do Senado, ou, da Camara dos Deputados, em sua falta, que proclamará Presidente e Vice-Presidente da Republica os cidadãos que tiverem obtido a maioria dos suffragios. — *A. Azeredo.*

Ao art. 67

Accrescente-se o seguinte:

Paragrapho unico. Nas eleições municipaes serão eleitores e elegiveis os estrangeiros residentes, segundo as condições que a lei de cada Estado prescrever. — *A. Azeredo.*

Ao art. 59

Substitua-se a expressão — decidir — por esta — processar e julgar.

Ao mesmo artigo (letra g)

Accrescente-se ás palavras — Crimes politicos — as seguintes: contra (1) a independencia, integridade e dignidade da Patria e segurança interna da Republica federativa; (2) a constituição e leis federaes, tratados e Direito das Gentes; (3) os poderes e auctoridades federaes e livre exercicio de suas attribuições, inclusive conspiração, sedição, resistencia, desacato e desobediencia; (4) os estados, quando taes crimes forem a causa, ou consequencia de perturbações que determinem a intervenção do Governo Federal.

Crimes de responsabilidade das auctoridades federaes, cujo conhecimento não fôr expressamente reservado a outro poder.

Contrabando, moeda falsa, e qualquer falsificação de actos dos poderes federaes, de titulos da divida nacional, de papéis de credito e valores da Nação, ou de banco auctorizado pelo Governo Federal; interceptação, ou subtracção de correspondencia postal ou telegraphica do mesmo Governo; falsidade de depoimento ou de outro genero de prova em juizo federal; subtracção, destruição ou falsificação de documentos depositados em archivos ou cartorio publico da Nação; e

qualquer crime contra a Fazenda e propriedade nacional. — *A. Gordo.* — *Almeida Nogueira.* — *B. de Campos.* — *Rodrigues Alves.* — *Domingos de Moraes.* — *Paulino Carlos.* — *Lopes Chaves.* — *Rubião Junior.*

Ao art. 33, n. 24

Diga-se: legislar sobre o Direito Civil, commercial e criminal da Republica.

Nesta disposição não se comprehendem as contravenções policiaes ou de disposições regulamentares nas materias que forem da competencia dos estados, nem a locação de serviços domesticos ou agricolas, salvo quanto a colonos contractados pela União, nem o que disser respeito ao penhor agricola, á caça e á pesca, nas terras e nas aguas interiores de cada Estado, e á industria pastoril.

Sala das sessões, 24 de janeiro de 1891. — *José Hygino.* — *Miguel Castro.* — *Custodio de Mello.* — *Bezerril.* — *Bellarmino Mendonça.* — *J. Retumba.* — *I. G. G. Serrano.* — *Serzedello Corrêa.* — *Henrique A. de Carvalho.* — *Manoel Francisco Machado.* — *Thomas Delfino.* — *Monteiro de Barros.* — *Astolpho Pio.* — *Meira de Vasconcellos.* — *Domingos Vicente.* — *José Simeão.* — *Athayde Junior.* — *Casemiro Junior.* — *Amphilophio.* — *A. Cavalcanti.* — *João Neiva.* — *Gomesoro.* — *Couto Cartaxo.* — *João Lopes.* — *Prisco Paraizo.* — *Theophilo dos Santos.* — *Santos Pereira.* — *Firmino da Silveira.* — *Tolentino de Carvalho.* — *Elyseu Martins.* — *Amorim Garcia.* — *Tavares Bastos.* — *Pedro Paulino.* — *Joaquim Surmento.* — *Garcia Pires.* — *Belfort Vieira.* — *João Pedro.* — *Eduardo Wandolkolk.* — *José Mariano.* — *João Severiano.* — *Leite Otlicica.* — *Epitacio Pessoa.* — *Luiz de Andrade.* — *Almeida Barreto.* — *Joaquim Cruz.* — *Zama.* — *Juvencio d'Aguir.* — *Francisco Veiga.* — *Gil Goulart.* — *Bellarmino Carneiro.* — *André Cavalcanti.* — *J. Vieira.* — *Marcolino Moura.* — *Rosa e Silva.* — *Almeida Pernambuco.* — *Henrique de Carvalho.* — *Augusto de Freitas.* — *P. Guimarães.* — *Costa Rodrigues.*

A's Disposições transitorias

Supprima-se o art. 2º das Disposições transitorias.

(O Governo Provisorio, no exercicio do Poder Legislativo, que tinha e ainda tem, decretou que os governadores ficavam auctorizados a promulgar provisoriamente a Constituição dos estados.

Usando dessa attribuição varios governadores, no patriotico intuito de adeantarem a organização dos estados confiados á má administração, decretaram as respectivas constituições.

Nestas, como é sabido, ha um ponto que tem força de lei, e é aquelle que se refere á eleição das legislaturas constituintes. Não parece, portanto, regular que, intervindo em questões peculiares aos estados e que a elles cabiam já, quando simples provincia, o Congresso adopte a disposição contida no artigo cuja suppressão proponho. Esta disposição

peccou, tambem, por dar effeito retroactivo á lei, contra os bons principios do Direito Publico.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga*.

Additivo, para ser collocado depois do art. 34, ou onde convier:

A Camara dos Deputados, bem como o Senado, poderá requisitar a presença de qualquer dos secretarios de Estado para dar informações verbaes sobre assumpto previamente annuciado. — *Oliveira Pinto*. — *Braz Carneiro Nogueira da Gama*. — *Costa Machado*. — *José Hygino*. — *Amphilophio*. — *Virgilio Pessoa*. — *Viriato de Medeiros*. — *Fróes da Cruz*. — *Henrique de Carvalho*.

Substitutivo ao art. 75

A sentença condemnatoria por crimes infamantes, previstos nos codigos militares, faz perder a patente.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Retumba*. — *Fonseca Hermes*. — *Luiz Delfino*. — *C. de Campos*. — *Schmidt*. — *L. Müller*. — *L. Coutinho*. — *Esteves Junior*. — *Bezerril*. — *Almeida Barreto*. — *Manoel Bezerra*. — *Epitacio Pessoa*. — *Firmino da Silveira*. — *Pedro Americo*. — *Conto Cartaxo*. — *Nelson de Vasconcellos Almeida*. — *M. Valladão*. — *Lauro Sodré*. — *Floriano Peizoto*. — *Paula Argollo*. — *Fonseca e Silva*. — *Espirito Santo*. — *M. Barreto*. — *João Severiano*. — *Pedro Paulino*. — *Anfriso Fialho*. — *Pires Ferreira*. — *Indio do Brasil*.

Ao art. 74, § 2º

Depois da palavra — lei — accrescente-se: e esta nunca terá effeito retroactivo.

(A Constituição, firmando alguns principios que parecem mais proprios de leis ordinarias, omittiu a declaração, que julgo essencialmente constitucional, de que a lei não terá effeito retroactivo. A emenda proposta visa sanar a lacuna apontada.)

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga*.

Onde fôr mais conveniente

Art. Haverá um Supremo Tribunal militar, com as seguintes attribuições:

1.º Julgar em ultima instancia, de accôrdo com as leis em vigor, os crimes de natureza militar.

2.º Emitter parecer acerca de assumptos submettidos a seu exame, tendo as suas decisões execução, depois do — *Cumpra-se* — do Presidente da Republica.

§ 1.º Este Tribunal compôr-se-á de 12 membros militares, como actualmente, e mais quatro desembargadores de notavel saber, todos nomeados pelo Presidente da Republica, sujeita a nomeação á approvação do Senado.

§ 2.º Os membros militares serão officiaes generaes effectivos do Exercito e Armada, na proporção que hoje existe,

e tanto estes como os civis só perderão o lugar por effeito de sentença.

§ 3.º Em regulamento especial, sujeito á approvação do Congresso, o Governo estabelecerá o meio pelo qual este Tribunal deverá funcçãoar, conferindo-lhe outras attribuições que julgar conveniente, dentro dos limites das leis.

§ 4.º Respeitam-se os direitos adquiridos pelos actuaes conselheiros de guerra. — *José Simeão*. — *Almeida Burreto*. — *Alcides Lima*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Indio do Brasil*. — *Abreu*. — *Custodio de Mello*. — *Victorino Monteiro*. — *Nelson de Vasconcellos Almeida*. — *M. Prado Junior*. — *Pinheiro Machado*. — *Pereira da Costa*. — *Antão de Faria*. — *Augusto de Freitas*. — *Demetrio Ribeiro*.

Aos arts. 7º, 9º, 10, 11 e 12

Art. 6.º E' da competencia exclusiva da União decretar:

- 1º, impostos sobre a importação de procedencia estrangeira;
- 2º, direitos sobre entrada, sabida e estada de navios;
- 3º, taxas de sello;
- 4º, contribuições postaes e telegraphicas.

Art. 7.º Aos estados compete tributar, em geral, qualquer outra fonte de renda possivel de augmentar a sua receita.

Art. 8.º E' livre o commercio de costegem para as mercadorias nacionaes, bem como para as estrangeiras que já tenham pago o imposto de importação.

Art. 9.º A arrecadação de todos os impostos compete aos estados, como os arrecadados na Capital Federal, ao Governo da União.

§ 1.º Essa arrecadação será feita nas repartições dos estados, como nas do Municipio Federal, segundo os regulamentos que o Congresso Nacional adoptar para estas, e as assembleas dos estados para aquellas.

§ 2.º O Governo Federal terá, nas repartições arrecadoras dos estados, empregados de sua nomeação afim de arrecadarem a parte que á União pertence do imposto recebido, segundo as determinações legais.

§ 3.º A' proporção que forem sendo arrecadados os impostos, será reduzida para a caixa da União, a cargo e sob a fiscalização desses empregados, a quota pertencente á União e determinada pelo Congresso Nacional ao votar os orçamentos annuaes.

§ 4.º A proporcionalidade dessas quotas será determinada pelo Congresso Nacional á vista dos orçamentos dos estados e tendo em consideração a população, a riqueza e as necessidades de cada um, bem como a cifra das despesas da União votada na mesma sessão.

Art. 10. As despesas da União serão cobertas:

- 1º, pela totalidade das rendas da alfandega federal e mais instituições na Capital existentes e do dominio federal;
- 2º, pela totalidade das receitas das estradas de ferro federaes, como dos estabelecimentos de caracter federal nos estados, e pela União sustentados;
- 3º, pelas rendas dos bens federaes, entre os quaes não estão comprehendidos os edificios publicos, nos estados, de

que o Governo Federal não houver necessidade para serviço publico;

4.º Pela totalidade da receita dos correios, telegraphos, e da contribuição do sello;

5.º Pela totalidade da receita proveniente dos seguintes impostos:

- a) alcool;
- b) bebidas espirituosas;
- c) objectos de luxo;
- d) fumo.

6.º Por uma quota proporcional da renda de todos os impostos percebidos pelas repartições arrecadadoras dos estados, na forma dos §§ do art. 9º, extinta a distincção entre impostos geraes e provinciaes, anteriormente estabelecida, e a dualidade de repartições arrecadadoras.

Art. 11. Os actuaes empregados das repartições geraes continuarão addidos ás repartições arrecadadoras dos estados, continuando a perceber todos os seus vencimentos pelo cofre da União, até entrarem para o quadro das repartições dos estados, que os preferirão, sempre que se der vaga de equal categoria em repartição sua, supprimida então, do orçamento da União, a despesa com os empregados aproveitados.

Art. 12. Sob a representação do Poder Executivo pôde o Congresso Nacional examinar e revogar as disposições de lei das assembléas locaes, quando essas disposições digam respeito á suppressão ou diminuição de alguma fonte de renda que venha prejudicar ao total da receita do Estado, affectando a contribuição percebida pela União, de accordo com os artigos antecedentes.

Art. 13. As taxas determinadas pelo Congresso Nacional serão uniformes para toda a Republica.

Art. 14. O Congresso Nacional determinará, na sua primeira sessão ordinaria, o tempo em que deverá ter começo de execução o systema consagrado pelos artigos antecedentes, quanto á arrecadação dos impostos.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leite e Oiticica.*

Ao art. 50

Supprima-se.

S. R. — *Frederico Borges — Gomensoro.*

Ao art. 51 e seus paragraphos

Substituam-se pelo seguinte:

Os ministros de Estado são responsaveis pelos conselhos que derem ao Presidente da Republica e pelos actos que referendarem, respondendo por elles perante a auctoridade competente para julgamento do Presidente da Republica.

S. R. — *Frederico Borges. — Gomensoro.*

Supprima-se o art. 89.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Frederico Borges.*

O § 12 do art. 71, *in fine*, redija-se assim:

1.º Não é admittido o anonymato; e ajunte-se:

2.º Toda a aggressão pessoal impressa e publicada em diario, ou periodico, dá direito ao aggredido, para que se defenda, a um espaço duplo, no mesmo diario, ou periodico, daquelle que occupou a aggressão.

S. R. — *Pedro Americo*.

Ao art. 49 é paragrapho unico

Substituam-se pelo seguinte:

Os ministros de Estado podem ser eleitos deputados ou senadores, assim como estes podem ser nomeados ministros, sem-perda de seus respectivos mandatos.

S. R. — *Frederico Borges*. — *Gomensoro*.

Ao art. 26

Ajunte-se: Não inquirindo jámais para isso da crença ou função religiosa do cidadão. — *Pedro Americo*.

Ao § 3º, art. 36, cap. 5º do projecto de Constituição

Substitua-se pelo seguinte:

Devolvido o projecto á Camara iniciadora, por convite desla se reunirão ambas, e ali, si passar por 2/3 dos votos presentes, será promulgado pelo respectivo Presidente, como lei federal.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Costa Machado*.

Substitua-se, no n. 11 do art. 47, a palavra — aprovação — por — proposta. — *Augusto de Freitas*.

Substitua-se a disposição do n. 24 do art. 33 pela disposição do n. 24 do projecto de Constituição. — *Augusto de Freitas*.

Accrescentem-se ao n. 16 do art. 33 as palavras — da União. — *Augusto de Freitas*.

Supprima-se o § 1º do art. 9º por estas palavras — Comprehendida a sua disposição no n. 1 do mesmo artigo, e no art. 11, n. 1.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

Substitua-se o § 4º do art. 71 pelo § 4º do art. 72 do projecto de Constituição. — *Augusto de Freitas*.

Supprima-se a segunda parte do n. 2 do art. 25. — *Augusto de Freitas*.

Accrescente-se ao art. 9º o seguinte:

§ 3.º Fica salvo aos estados o direito de estabelecerem linhas telegraphicas entre os diversos pontos de seus territorios, e entre estes e os de outros estados, que se não acharem

actualmente servidos; taxar as contribuições; podendo a União desapropriar-as, sempre que for de interesse geral.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

Ao art. 7.º

Supprima-se o § 2º, ficando o § 1º como parographo unico.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 82

Supprima-se este artigo, por envolver materia administrativa.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Supprimam-se os arts. 2º e 3º das Disposições transitorias.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 76

Accrescentem-se ás palavras — poderes — as seguintes palavras: estabelecidos nesta Constituição.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 71, § 15

Intercale-se entre as palavras — anterior — e na fórmula — a palavra — ao delicto.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 71, § 3º

Supprimam-se as palavras — associando-se para esse fim e adquirindo bens —, etc., até o final.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Substitua-se o art. 78 das Disposições geraes pelo art. 76 do projecto de Constituição.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

Supprima-se o parographo unico do art. 2º, por desnecessaria a sua disposição, em vista do art. 3º.

Accrescente-se ao art. 3º:

Parographo unico. Realizada a mudança da capital, passará o actual Districto Federal a constituir um Estado.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

Ao art. 6º

Em vez de — sentenças federacs, diga-se: sentenças e decisões do Tribunal Federal de Justiça.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 80

Supprima-se a palavra — Supremo.

Substitua-se, no § 1º, a expressão — povo — pela palavra — cidadão.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Substitutiva aos §§ 26 e 27 do art. 71:

Substituam-se pelo seguinte paragrapho:

Por motivo de crença religiosa nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e politicos, assim como não poderá recusar-se ao cumprimento de qualquer dever civico ou a qualquer onus que as leis da Republica estabeleçam.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 71, § 4º

Substitua-se o texto pelo seguinte:

O casamento é um contracto civil e, como todos os actos concernentes ao estado civil das pessoas, é da competencia exclusiva de funcionarios e auctoridades da ordem civil, nos termos da lei que regular a sua celebração, e com a força e validade que ella attribuir-lhe.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 46

Substitua-se o art. 46 pelas disposições dos arts. 44, 45 e 46 do projecto constitucional primitivo, e transfira-se para o art. 42 a materia do § 4º do art. 46 do projecto redigido para a 2ª discussão.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Substitua-se o § 2º do art. 46 pelo seguinte:

Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta de votos, o Congresso escolherá entre os dous mais votados para cada um dos cargos.

Em caso de empate, considerar-se-á eleito o mais velho.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

Título 1º

Ao art. 1º

Accrescente-se, depois da palavra — Federativa — o seguinte: — proclamada a 15 de novembro de 1889.

Ao art. 2º

Paragrapho unico. Supprimam-se as palavras — esco-
lhido... — até — desmembrar-se.

Secção 1ª

Ao art. 24

Supprimam-se as palavras — nem ser Presidente... —
até final.

Ao art. 27

§ 1.º Em vez de — setenta mil, diga-se: com mil.

Em vez de — não devendo esse numero ser inferior a 4
por Estado — diga-se: não devendo esse numero ser superior
a 25, nem inferior a 4 por Estado.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Lacerda Cou-
tinho*. — *F. Schmidt*. — *L. Müller*. — *Carlos de Campos*.
— *Luiz Delfino*. — *Esteves Junior*.

Ao art. 41

Supprima-se o art. 41.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leo-
vigildo Filgueiras*.

Ao art. 33

Supprimam-se do n. 1º as palavras — e fixar as despesas

Substitua-se o n. 24 pelo seguinte 24: Legislar sobre o
Direito Civil, Criminal, Commercial e Processual da Repu-
blica.

Supprimam-se os ns. 25 e 26.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leo-
vigildo Filgueiras*.

Ao art. 18

Em vez de — As deliberações serão tomadas por maioria
absoluta de seus membros — diga-se: Cada uma das camaras
só funcionará, comparecendo a maioria absoluta de seus
membros, sendo suas deliberações tomadas pela maioria dos
presentes, salvos os casos em que por esta Constituição se
exige a maioria dos dous terços.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leo-
vigildo Filgueiras*.

Ao art. 24

Supprima-se.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 30

Accrescentem-se as seguintes palavras: na forma determinada por lei do Congresso.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 25

Supprimam-se as palavras finais — esta disposição não comprehende os cidadãos a que refere-se o n. 4 do art. 68.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 47

Supprima-se o n. 11 do art. 47, e, bem assim, do n. 12 do artigo as palavras: — os membros do Supremo Tribunal Federal e.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 49

Supprima-se o paragrapho unico do art. 49, por ser antinômico com o art. 78.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Substitua-se o art. 8º das Disposições transitorias pelo seguinte:

Art. 8º Os membros do Supremo Tribunal de Justiça, os desembargadores e os juizes de Direito que, por effeito da nova organização do Poder Judiciario federal e do dos estados, perderem os seus logares, perceberão, emquanto não forem empregados, os seus vencimentos actuaes pagos pelo Governo Federal.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Emendas ao projecto de Constituição

Ao art. 1º

A Nação Brasileira, para promover e consolidar o bem geral dos brasileiros, augmentar a sua prosperidade commum, assegurando a felicidade do povo á luz dos principios da liberdade, adopta, como forma de governo, a Republica Federal Constitucional e Representativa, e constitue com suas antigas provincias, por livre União, entre si, os Estados Unidos do Brazil.

Ao art. 2º

Cada uma das vinte provincias fórma na União um Estado autónomo e indissolúvel.

Paragrapho unico. O Municipio Neutro fica sendo o Districto Federal, e capital da União; si o Congresso escolher outra de accôrdo com os estados, voltará o dito municipio a incorporar-se ao Estado do Rio de Janeiro, ou formará, por sua vez, Estado autónomo.

Ao art. 3º

Sómente os estados de grande territorio, mediante prévia acquiescencia popular, e deliberação das assembléas legislativas dos mesmos, em quatro annos consecutivos, com approvação do Congresso Nacional, poderão dividir-se para constituir novos estados; salvo a cessão de territorio para nova Capital Federal.

Ao art. 4º

Incumbe a cada Estado prover a expensas proprias as necessidades e encargos de sua administração e governo, ficando a União obrigada a subsidial-o nos casos de força maior, ou calamidade publica, bem como quando assim o exigir a impossibilidade reconhecida pelo Congresso de melhorar e prosperar o Estado pelos seus unicos recursos.

Ao art. 11, § 2º (Para ser incluído onde mais convier) :

A União reconhece e garante a mais plena liberdade espiritual e de cultos religiosos.

§ 1.º E' livre o casamento civil, ou religioso, ficando obrigados os interessados, neste ultimo, a fazer immediatamente o registro civil.

§ 2.º E' igualmente livre a cada culto religioso ter o seu cemiterio, sujeito á fiscalização municipal, sem prejuizo dos cemiterios seculares, administrados pela auctoridade publica.

Ao art. 15

São órgãos da soberania nacional, que reside no povo, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciario, harmonicos e independentes entre si, como verdadeiras e directas delegações da Nação.

Art. 16 (Para serem collocados entre os §§ 2º e 3º, ou onde mais convier)

§ A Constituição declara absolutamente nulla toda a eleição, em que intervier, directa ou indirectamente, o Poder administrativo ou governamental da Federação ou Estado.

§ A União reconhece e garante a representação das minorias, que regulará por lei.

Aos arts. 31 e 32 e § 1º

Supprimam-se,

Artigo additivo

O Senado elegerá dentre os seus membros o seu Presidente.

Art. 33. (Para serem collocados onde convier):

§ Fazer leis, interpretal-as, suspendel-as e revogal-as.

§ Instituir exame da administração que acabou, e reformar os abusos nella introduzidos.

Art. 48. O Presidente é auxiliado pelos ministros e secretarios de Estado, que lhe referendam os actos, e presidem cada um a uma das secretarias em que se divide a administração federal.

Art. 49. Supprimam-se as palavras — deputado ou senador.

Paragrapho unico. O deputado ou senador que aceitar o cargo de Ministro de Estado, continuará a exercer o seu mandato electivo, sem dependencia da nova eleição.

Art. 50. Os ministros de Estado poderão comparecer ás sessões do Congresso, e discutir, quando convidados, ou espontaneamente, embora não sejam representantes da Nação.

Art. 51. Os ministros de Estado são individualmente responsaveis perante o Congresso e tribunaes, pelos actos que referendarem, e, solidariamente, pelos actos resolvidos em conselho.

Modifiquem-se os artigos referentes, de conformidade com vencido.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Almino Alvares Affonso*.

Additivos

Art. 36, depois do § 3º — accrescente-se:

§ 4.º Si na outra Camara o projecto não fôr approvedo pelos dois terços dos membros presentes, reunir-se-ão as duas camaras em Congresso Nacional, e ahi erá submettido a uma só discussão.

Si fôr approvedo pela maioria de dois terços, será considerado como lei, e de novo enviado ao Poder Executivo, para promulgal-o.

Si, porém, não obtiver aquella maioria, entender-se-á que foi rejeitado.

§ 5.º Ainda quando na Camara iniciadora o projecto não seja approvedo pelos dois terços de seus membros presentes, será remettido á outra Camara.

Si nessa tambem não fôr approvedo por aquelle numero de votos, será julgado rejeitado; mas si o fôr, reunir-se-ão as duas camaras em Congresso Nacional, para proceder-se na fórma do paragrapho antecedente.

§ 6.º A reunião das duas camaras em Congresso Nacional será solicitada por aquella em que fôr iniciado o projecto.

O § 4º do artigo do projecto passará a ter a numeração de 7º.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Cantão*.

Disposições transitórias

Art. 2º

Supprima-se. — *B. de Campos.* — *Carvalho.* — *Mursa.* — *A. Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Adolpho Gordo.* — *Domingos de Moraes.* — *Lopes Chaves.* — *Rodrigues Alves.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Substitua-se o § 21 do art. 33 pelo seguinte:

Mobilizar e utilizar a guarda ou milícia cívica dos estados, nos casos taxados na Constituição — *A. Gordo.* — *B. de Campos.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Ao art. 71, § 18

Supprimam-se as palavras — postal e telegraphica. — *B. de Campos.* — *Carvalho.* — *Mursa.* — *Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Adolpho Gordo.* — *Domingos de Moraes.* — *Lopes Chaves.* — *Rodrigues Alves.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Disposições transitórias

Ao art. 8º, depois das palavras — serão preferidos, acrescente-se — tanto quanto for possível. — *B. de Campos.* — *Carvalho.* — *Mursa.* — *A. Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *A. Gordo.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Ao art. 47, § 3º

Em vez de — policia local, diga-se: da guarda cívica ou milícia cívica.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *B. de Campos.* — *Carvalho.* — *A. Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Adolpho Gordo.* — *Domingos de Moraes.* — *Lopes Chaves.* — *Rodrigues Alves.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Disposições transitórias

Ao art. 8º

Accrescente-se:

Ficam approvadas as nomeações feitas para a justiça federal.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *B. de Campos.* — *Carvalho.* — *Mursa.* — *A. Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Adolpho Gordo.* — *Domingos de Moraes.* — *Lopes Chaves.* — *Rodrigues Alves.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Ao art. 86

Supprimam-se as palavras finais deste artigo — não se admitindo a isenção pecuniaria.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891.— *B. de Campos.* — *Carvalhal.* — *Mursa.* — *A. Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Adolpho Gordo.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Ao art. 1º, § 6º

Accrescente-se o seguinte, ao final:

No dia 15 de junho do corrente anno.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891.— *B. de Campos.* — *Carvalhal.* — *Mursa.* — *A. Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Adolpho Gordo.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Ao art. 46

Substitua-se o § 2º pelo seguinte:

Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá, por maioria dos votos presentes, um, dentre os que tiveram alcançado as duas votações mais elevadas, na eleição directa.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891.— *B. de Campos.* — *Carvalhal.* — *Mursa.* — *A. Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Disposições transitorias

Ao art. 2º

Si fôr approvedo o art. 2º das Disposições transitorias, supprimam-se do mesmo as palavras — ficando sem effeito as eleições que antes tiverem sido realizadas em alguns dos estados.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891.— *Astolpho Pio.* — *Lamounier Godofredo.* — *Francisco Veiga.*

Ao art. 71, § 3º

Em lugar das palavras — observados os limites... até final — diga-se: sem outra restricção que não seja resultante do disposto na legislação commum.

Ao art. 70

No § 1º, letra *a*, supprima-se.

Art. 70, § 8º

Accrescente-se, depois da palavra — policia — senão á requisição dos convocadores, para manter a ordem publica.

Ao art. 71, § 21

Supprimam-se as palavras — reservadas as disposições... até final.

Ao art. 71, § 24

Accrescente-se: independente de títulos, ou diplomas de qualquer natureza, abolidos desde já todos os privilegios que a elles se liguem.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Alcindo Guanabara*. — *Demetrio Ribeiro*. — *Annibal Falcão*. — *Barbosa Lima*.

Ao art. 20

Supprima-se o paragrapho unico.

Ao art. 19

Supprima-se.

Ao art. 26

Supprima-se.

Accrescente-se o seguinte artigo:

São inelegíveis para o Congresso Nacional:

- 1º, os governadores;
- 2º, os chefes de policia;
- 3º, os commandantes das armas, bem como os demais funcionarios militares que exercerem commando de forças de terra e mar, equivalentes ou superiores;
- 4º, os commandantes de corpos policiaes;
- 6º, os funcionarios administrativos que forem demissiveis independentemente de sentença.

Ao art. 69

Supprima-se o n. 4. — *Alcindo Guanabara*. — *Demetrio Ribeiro*. — *Annibal Falcão*. — *Barbosa Lima*.

Ao art. 14

Supprima-se a ultima parte deste artigo, que começa pelas palavras — dentro dos limites da lei.

(Esta ultima parte não contém materia constitucional e envolve um contrasenso nas palavras — *dentro dos limites da lei é obrigada a sustentar as instituições constitucionaes*). — *José Hygino*. — *Custodio de Mello*. — *Miguel Castro*. — *Amphilophio*.

Additivo ao art. 71, para ser collocado depois do n. 17.

As minas pertencem aos proprietários do sólo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de industria. — *José Hygino.* — *Amphilophio.* — *Francisco Veiga.*

Ao art. 7º das Disposições transitórias

Accrescente-se ao final deste artigo: depois de votada a lei do orçamento federal.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 53

Supprima-se o n.º 8, cuja disposição está, evidentemente, comprehendida no n.º 7. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 68, n.º 5

Depois das palavras — residam no Brazil, — diga-se: e manifestem, perante a auctoridade competente, a intenção de mudar de nacionalidade.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 34, n.º 4

Supprimam-se as palavras — instrução primaria, pois que esta é encargo municipal, e não da União.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 32, § 3º

Diga-se: Imporá as penas que estiverem estabelecidas em lei penal anterior ao delicto.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 27

Diga-se:

A Camara dos Deputados se compõe de representantes do povo, eleitos directamente por este em circumscripções que não poderão ultrapassar os limites de um Estado, e garantida a representação das minorias. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 18

Substituam-se as palavras — As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros — por estas: As deliberações serão tomadas por maioria de votos, achando-se presentes em cada uma das camaras a maioria absoluta dos seus membros. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 55

O numero e os requisitos dos membros do Supremo Tribunal serão determinados por lei do Congresso.

Additivos

Ao art. 71 (para serem collocados depois do § 25)

§ Aos auctores de obras literarias e artisticas é garantido o direito de reproduzi-las pela imprensa ou por qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos auctores gosarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

§ A lei assegurará, tambem, a propriedade das marcas de fabrica. — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 88, n. 4

Supprima-se, por offensivo da soberania nacional — *José Hygino.* — *Amphilophio.*

Ao art. 71, § 13

Em vez das palavras — auctoridades competentes — diga-se: auctoridade judiciaria. — *José Hygino.*

Ao art. 29

Substituam-se as palavras — eleitos pelo mesmo modo por que o são os deputados — por estas: eleitos por Estado, mediante suffragio directo. — *José Hygino.*

Ao art. 33, § 21

Em vez de — força policial — diga-se: milicia civica —
Substitua-se o § 21 do art. 33 pelo seguinte:

Mobilizar e utilizar a Guarda Nacional ou milicia civica dos estados, nos casos taxados na Constituição. — *A. Gordo.* — *B. de Campos.* — *A. Moreira da Silva.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Additivo

Ao art. 62

A milicia civica ou Guarda Nacional é uma instituição dos estados.

Ao Congresso Nacional compete sómente legislar sobre a organização da milicia civica, e ao Presidente da Republica, mobilizar-a nos casos declarados nesta Constituição. — *José Hygino.* — *Amphilophio.* — *Francisco Veiga.*

Emendas

Ao art. 51

Supprima-se a 1ª parte deste artigo, para que os secretarios de Estado fiquem sujeitos ás regras de Direito commum quanto á criminalidade resultante de conselhos. — *Oliveira Pinto*. — *Braz Carneiro Nogueira da Gama*. — *Costa Machado*. — *José Hygino*. — *Amphilophio*. — *Virgílio Pessoa*. — *Fróes da Cruz*. — *Henrique de Carvalho*.

Ao art. 58

Depois do n. 3, § 1º, e antes da letra a, diga-se: quando as causas se regerem pelos codigos ou leis da Republica e tiverem o valor ou importancia determinada por lei federal. — *José Hygino*. — *Amphilophio*.

Ao art. 50

Accrescente-se:

Os secretarios de Estado poderão ser admittidos a justificar perante uma ou outra Camara as propostas do Poder Executivo, quando o requererem. — *Oliveira Pinto*. — *Braz Carneiro Nogueira da Gama*. — *Paletta*. — *C. Rabello*. — *Aristides Maia*. — *José Hygino*. — *Amphilophio*. — *Rosa e Silva*. — *Virgílio Pessoa*. — *Fróes da Cruz*. — *Henrique de Carvalho*.

Ao art. 22

Substitua-se pelo seguinte:

Durante as sessões vencerão os senadores e deputados um subsidio pecuniario, além da ajuda de custo, fixado pelo Congresso, no fim de cada legislatura, para a seguinte.

Ao art. 33, § 111

Accrescente-se:

E entre os Estados entre si.

Ao art. 47, § 2º

Accrescente-se:

Ficando a nomeação dependente da approvação do Senado.

Ao art. 47, § 3º

Em vez de policia local, diga-se: da Guarda Nacional ou civica, ou milicia civica. — *B. de Campos*. — *Carvalho*. — *A. Moreira da Silva*. — *Paulino Carlos*. — *A. Gordo*. — *Domingos de Moraes*. — *Lopes Chaves*. — *Rodrigues Alves*. — *Rubião Junior*. — *Almeida Nogueira*.

Ao art. 69. Additivo

São eleitores os estudantes das faculdades e escolas superiores.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Thomas Delfino*.

Additivos, onde couberem:

Art. Os empregos publicos civis ou militares, serão considerados como legitima propriedade dos respectivos serventuários que os houverem adquirido na fórma das leis, e que não poderão ser delles desprovidos senão nos casos restrictos que a legislação determinar, e depois de ouvir a sua defesa.

Art. Ficam supprimidas as distincções entre jornaleiros e empregados de quadro para o fim de todos os cidadãos estipiendiados pelo Erario publico gozarem das mesmas immuniidades, regalias e favores. — *José Augusto Vinhaes*. — *Alcindo Guanabara*. — *Antão de Faria*. — *Demetrio Ribeiro*. — *Annibal Falcão*.

Art. É garantida a liberdade de testar e adoptar, mediante as condições que a legislação civil determinar.

Art. Ficam extinctos os privilegios relativos quer ao serviço funerario, quer ás instituições hospitalares. — *Demetrio Ribeiro*. — *Alcindo Guanabara*. — *Antão de Faria*. — *Annibal Falcão*.

Os cargos publicos civis ou militares são accessiveis a todos os brasileiros, quaesquer que sejam as suas opiniões, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, independentemente de diplomas, e sem outra differença que não seja a dos serviços prestados, ou que possam prestar, e das virtudes e talentos.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Demetrio Ribeiro*. — *Alcindo Guanabara*. — *Antão de Faria*. — *Annibal Falcão*.

Additivo ás Disposições provisórias.

Pertence aos estados, por espaço de 10 annos, a quota de 15 % sobre os impostos de importação de mercadorias estrangeiras destinadas ao consumo no respectivo territorio. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Couto Cartaxo*.

Ao art. 33.

Substitua-se o § 8º pelo seguinte:

Legislar sobre as condições de instituições de bancos de emissão.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *Espirito Santo*. — *José Hygino*.

Additivo

Ao art. 7º, n. 6º, accrescente-se: não comprehendidos os de credito real. — *F. A. Rosa e Silva*. — *Annibal Falcão*.

Ao art. 3º das Disposições transitorias: supprima-se.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Oliveira Pinto*. — *D. Manhães Barreto*. — *Leovigildo Filgueiras*. — *Henrique de Carvalho*. — *José Marianno*. — *Manoel Fulgencio*.

Ao § 4º do art. 71, additivo

a) Será garantida a nacionalidade a todos os nascidos no Brazil, ou, em situação equivalente, mediante o registro civil de filiação, o qual será gratuito.

b) E' garantida a plena liberdade de adopção, segundo as condições que a lei determinar.

c) E' garantida a plena liberdade de testar, salva-guardada a existencia dos paes, da mulher, das filhas solteiras, ou viúvas, e dos filhos menores de 21 annos.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Nelson de Vasconcellos*.

Ao art. 81

Accrescente-se:

a) Ficam abolidas todas as distincções entre os empregados publicos de quadro e jornaleiros, extendendo-se ao proletariado ao serviço da União ou dos Estados as vantagens de que gozarem os demais funcionarios.

Ao art. 86

Accrescente-se:

epois da palavra — compôr-se-hão — de voluntarios, e só na falta destes de sorticados, até o limite proposto pelo Governo e acceto pelo Congresso.

Este sorteio, mediante prévio alistamento, se fará entre os cidadãos solteiros, e só na falta destes, entre os casados, recorrendo-se primeiro aos cidadãos maiores de 21 annos e menores de 28; si estes não chegarem, serão chamados os maiores de 28 e menores de 35, e assim por diante, até 42 annos, "não se admittindo a isenção pecuniaria."

Paragrapho unico. O serviço militar obrigatorio durará no maximo sete annos.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Nelson de Vasconcellos*.

Ao art. 24

Em vez das palavras — ser nomeado — diga-se: aceitar nomeação.

Accrescente-se ao final do mesmo artigo o seguinte: — sob pena de perda do mandato.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *A. Cavalcanti*.

Additivo ao art. 1º

Depois da palavra — Federativa — accrescente-se: proclamada a 15 de novembro de 1889. — *Luiz de Andrade*.

Additivo

Ao art. 41 das Disposições transitórias.
Depois da palavra — será — acrescente-se: assignada pelos representantes que o quizerem fazer e. — *Luiz de Andrade*.

Art. 17

Substitua-se a palavra — immediatamente — pelas seguintes: com a possível brevidade.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *A. Cavalcanti*.

Art. 12

Supprima-se.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *Espirito Santo*.

Art. 9º

Substitua-se esse art. pelo seguinte:

Art. Salvas as restricções desta Constituição, é da exclusiva competencia dos estados lançar quaesquer impostos não comprehendidos no art. 7º.

§ 1º. As mercadorias de procedencia estrangeira só poderão ser oneradas, com impostos, pelos estados, depois de entregues ao consumo em seus respectivos territorios.

§ 2º. E' isenta de impostos no Estado por onde se exportar a producção dos outros estados.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *Espirito Santo*.

Arts. 2º e 3º

O art. 3º passará a constituir o § 1º do art. 2º e o paragrapho unico do mesmo art. 2º passará a constituir § 2º, assim modificado.

§ 2º. Tanto no caso de effectuar-se a mudança da Capital, de accôrdo com o paragrapho antecedente como no de operar-se essa mudança para outro local escolhido, med ante o consenso do Estado ou estados de que elle houver de desmembrar-se, passará o actual Districto Federal, de per si, a constituir um Estado.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Preambulo

Nós, os representantes dos Estados Unidos do Brazil, reunidos em Congresso Nacional para decretarmos nossa Constituição politica e elegermos o Presidente e o Vice-Presidente da Republica, declaramos solemnemente que approvamos e

sanccionamos a incruenta Revolução de 15 de novembro de 1889 e, tendo em mira firmar, para nossa juvenil e vigorosa nacionalidade, o gozo da justiça e da liberdade, o exercicio de todos os direitos, o bem individual e publico, a paz e a segurança interna e externa, a ordem e o progresso, votamos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição:

Ao art. 2º e seu paragrapho

Substitua-se:

Cada uma das antigas provincias formam um Estado e outro o antigo Municipio Neutro, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra cousa não deliberar o Congresso.

Ao art. 4º

Substituam-se as palavras — *em dois annos successivos* por — *em duas legislaturas successivas*.

Ao art. 7º

Accrescentem-se a *alinea* e os paragraphos seguintes:

7º, impostos de transitio de passageiros nas estradas de ferro que subsidiar.

Paragrapho. A União não poderá recusar, na percepção de qualquer imposto, sua moeda corrente.

Paragrapho. A decima parte das rendas da União e dos estados é destinada ao resgate do papel-moeda e á amortização e pagamento de juros da divida da União.

Ao art. 9º, § 2º

Substitua-se:

Os estados não podem tributar a importação de mercadorias estrangeiras, sejam ou não sejam destinadas a consumo em seu territorio.

Ao art. 13

Accrescente-se:

Paragrapho unico. A União não poderá conceder subvenção, privilegio de zona, ou qualquer favor a empresas de viação ferrea; contudo, poderá lhes conceder garantias de juros até o prazo maximo de 10 annos.

Supprima-se o art. 12.

Ao art. 23, paragrapho unico

Accrescente-se: salvo a excepção do art. 49.

Ao art. 27, § 1º

Substituam-se as palavras — *setenta mil* — por — *cento e trinta mil* — e supprimam-se as seguintes: *não devendo esse numero ser inferior a quatro por Estado*.

Ao art. 28

Substituam-se as palavras — *connezos com os do Presidente da Republica* — pelas seguintes: *de responsabilidade*.

Ao art. 33, § 34, e ao art. 34, § 4º

Accrescente-se a palavra — *futuro* — antes das seguintes — *Districto Federal*.

Ao art. 35

Accrescentem-se as seguintes palavras: *ou proposta do Poder Executivo*.

Ao art. 48

Substitua-se a palavra — *subscrevem* — por esta — *refendam*.

Ao art. 49

Supprimam-se as palavras finais — *deputado ou senador* — e substitua-se o parographo unico.

O deputado que aceitar o cargo de Ministro do Estado, perderá o mandato, procedendo-se, immediatamente, á nova eleição, na qual poderá ser reeleito.

Ao art. 50

Substitua-se:

Os ministros de Estado poderão comparecer ás sessões do Congresso, discutir suas propostas, e, até, si forem senadores ou deputados, dar-lhes seus votos.

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Congresso, bem assim o balanço geral da receita e da despesa do Thesouro Federal, do anno antecedente, e, egualmente, o orçamento geral de todas as despesas publicas do anno futuro, e da importancia de todas as contribuições e rendas publicas.

Ao art. 5

Substitua-se:

Os ministros de Estado respondem solidariamente, perante o Congresso, pela politica geral do Governo, e individualmente por seus actos individuaes.

Capitulo V

Da responsabilidade do Presidente — accrese — *e-se: e dos ministros de Estado*.

Ao art. 52

Substitua-se:

Em vez de — *será submettido* — e os ministros de Estado serão submettidos.

Ao art. 53

Substitua-se as palavras: *Presidente da Republica* — por estas — *do Presidente da Republica e dos ministros de Estado.*

Ao art. 63

Substitua-se:

Uma lei do Congresso Nacional distribuirá aos estados certa extensão de terras devolutas, demarcadas á custa delles, áquem da zona da fronteira da Republica sob a clausula de as povoarem e colonizarem dentro em determinado prazo, devolvendo-se á União, quando essa condição se não cumprir, a propriedade cedida.

Ao art. 66

Antepondo-se a palavra — futuro — a— Districtos —, e diga-se: será — em vez de: é.

{ Supprima-se o paragrapho unico,

Ao art. 67

Accrescente-se ao paragrapho unico:

Uma lei do Congresso organizará o municipio do futuro Districto Federal.

Ao art. 71

§ 3º. Supprimam-se as seguintes palavras: observados os limites postos pelas leis de mão-morta.

§ 21. Substitua-se:

E' abolida, egualmente, a pena de morte em crimes politicos.

Accrescente-se ao § 29:

A cada cidadão ficará garantida, mediante registro especial, a propriedade livre de uma certa extensão de terreno que possuir, necessario para o domicilio seu e de sua familia, extensão essa que será fixada pela legislatura do Estado a que elle pertencer, ouvida a Camara municipal do logar sobre as circumstancias especiaes do valor, qualidade e outras do predio.

Essa propriedade será isenta dos onus de dividas fiscaes ou particulares, contrahidas depois da data do registro.

Ao art. 76

Substitua-se:

O cidadão investido em funcões de qualquer destes poderes não poderá exercer as de outro, salva a excepção do art. 49, paragrapho unico.

Ao art. 86

Supprimam-se as palavras finais — não se admittindo a isenção pecuniaria.

Ao art. 1.º das Disposições transitorias, §§ 7.º, 8.º e 9.º

Substituam-se:

No primeiro anno da primeira legislatura, o Senado sorteará o primeiro e o segundo terço de seus membros que deverão ser substituídos, mas de fórma que sómente seja desfalcado de um voto, por triennio, a representação de cada Estado.

Ao art. 32

Acrescente-se:

Assim como os membros do Congresso Nacional nos crimes commettidos ou processados durante o mandato.

Sala das sessões, 24 de janeiro de 1891. — *Americo Lobo.*

Ao art. 31

Supprima-se.

Ao art. 32

§ 1.º Supprima-se.

§ 2.º Antes da palavra — não — diga-se: o Senado.

Secção II

Ao art. 40

§ 2.º Diga-se: Presidente do Senado — em vez de — Vice-Presidente do Senado.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Schmidt.* —
Dr. Lacerda Coutinho.

Supprimam-se, do § 2.º do art. 34 do projecto modificado, as palavras — a immigração, a agricultura.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Antão de Faria.* —
Barbosa Lima.

Supprima-se o n. 31 do art. 33. por ser contrario á disposição do art. 63. que transferiu para os estados o dominio sobre terras devolutas e minas.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Antão de Faria.*
Barbosa Lima.

Capitulo IV

Supprima-se o n. 33 do art. 33.

Disposições geraes

Substitutivo ao art. 82:

Nenhum funcionario poderá ser demittido a bem do serviço publico sem que se especifiquem, com a maxima clareza, as razões de ordem publica que determinarem a exoneração.

S. R. — Sala das sessões, 20 de janeiro de 1891. — Antonio Baena. — Camião. — Matta Bacellar. — Lauro Sodré. — Manoel Barata. — Pedro Chermont. — Nina Ribeiro.

Ao art. 7.º Depois do n. 4.º deste artigo, acrescentem-se os seguintes:

N. 5.º Impostos sobre titulos de dividas federaes e sobre serviços creados e mantidos pela União, bem como sobre estabelecimentos ou associações fundadas por auctoridade da mesma União;

N. 6.º Impostos de capitação.

O n. 5.º passará a ser 7.º.

Substitua-se o n. 6.º, que passará a ser 8.º, pelo seguinte:

A regulamentação das condições em que devam ser instituidos os bancos de emissão.

Depois do § 1.º acrescentem-se o seguinte:

§ 2.º Farão parte da receita da União o producto da renda e os rendimentos de qualquer especie dos bens de seu dominio privado e, bem assim, as contribuições ou vantagens que, por clausulas expressas de contractos, lhe sejam garantidas.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — Meira de Vasconcellos.

Artigo additivo ao Tit. 2.º — Dos estados:

Os representantes dos estados gosarão das prerogativas e immunidades decretadas nos arts. 19 e 20. — Fróes da Cruz. — Viriato de Medeiros.

Ao art. 20:

Em vez de — salvo o caso de flagrante delicto em crime inafiançavel — diga-se: salvo o caso de flagrante delicto em crime de homicidio aggravado. — Fróes da Cruz. — Viriato de Medeiros.

Secção II

Art. 71, § 8.º — Supprimir as palavras — e sem armas.

Juntar á mesma secção o seguinte paragrapho:

E' livre a todo o cidadão o uso e o porte de armas. — Ramiro Barcellos. — Furquim Werneck. — Barbosa Lima. — Lauro Sodré. — Erico Coelho.

Ao art. 71, § 24

Accrescente-se: independente de títulos ou diplomas de qualquer natureza, abolindo-se, desde já, todos os privilegios que a elles se liguem, ou delles dimanem.

Sala das sessões: 26 de janeiro de 1891. — *Alcindo Guanabara*. — *Raymundo Bandeira*. — *Annibal Falcão*. — *Demetrio Ribeiro*.

Disposições geraes

Art. 89

Supprima-se.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Tolentino de Carvalho*.

No 4 do art. 9º

Supprima-se a ultima parte do § 3º.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Tolentino de Carvalho*.

Art. 78

Substitua-se pelo seguinte:

O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes não poderá accumular as de outro.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Tolentino de Carvalho*. — *Pereira de Lyon*.

Capitulo II da secção II

Art. 46, § 2º. Si nenhum dos votados houver alcançado a maioria absoluta, o Congresso procederá a nova eleição entre os tres mais votados, para cada um dos cargos, sendo declarados eleitos os dous cidadãos que tiverem obtido maioria relativa.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Antonio Olyntho*. — *Joaquim Felício*.

Art. 1º

Substitua-se pelo seguinte:

O povo brasileiro, reconhecendo como livre manifestação de sua vontade a proclamação da Republica Federativa, feita a 15 de novembro de 1889, constitue-se, por união de suas antigas provincias e sob a fórma representativa, em Estados Unidos do Brasil.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *Espirito Santo*.

Ao art. 71, § 4º

Accrescente-se, depois da palavra — gratuita, na organização da família brasileira — cuja base é a monogamia — o que não exclue a consagração anterior, ou consecutiva, conforme a vontade dos nubentes, de qualquer igreja, por meio de cerimonia religiosa respectiva.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Nelson de Vasconcellos*.

Art. 5.º

Accrescente-se a este artigo os seguintes:

§ 1.º O Governo Federal tomará a seu cargo o pagamento da dívida dos estados, contrahida até 15 de novembro de 1890.

§ 2.º Uma lei ordinaria regulará a fórma desse pagamento.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *Espirito Santo*,

Art. 6.º

Na primeira parte deste artigo, em vez das palavras — não poderá intervir — diga-se: não intervirá, em caso algum, nos...

Supprima-se a palavra — salvo.

Antes do n. 1º, accrescentem-se as seguintes palavras: A bem dos interesses da União, porém, cumpre-lhe:

Nos ns. 1º e 2º supprima-se a palavra — Para —

No n. 3º supprimam-se as palavras — Para e — nos estados — accrescentem-se, depois da palavra — governos — as seguintes: ou das respectivas assembléas legislativas, quando estiverem estas funcionando.

No n. 4.º supprima-se a palavra — Para — e accrescentem-se, depois de, — Congresso — a palavra — nacional — e depois de — sentenças — as palavras — e de quaesquer outros actos.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 71

§ 3.º Substitua-se pelo seguinte:

Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens sob a garantia do Direito commum, e observadas as prescripções das respectivas confissões.

§ 6.º Substitua-se pelo seguinte:

Será livre o ensino em toda a Republica.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Santos Pires*.

Substitua-se o § 8º do art. 33, pelo seguinte:

Legislar sobre bancos de emissão. — *A. Gordo.* — *B. de Campos.* — *Rodrigues Alves.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.*

Additivo às Disposições transitórias

Art. Será adquirida a casa em que falleceu o Dr. Benjamin Constant, na qual se collocará uma lapide em homenagem á memoria do grande patriota — o fundador da Republica.

Paragrapho unico. A' viuva será concedido o uso-fructo durante a sua vida, passando, ao depois, para a Nação, como propriedade nacional.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Nelson de Vasconcellos.*

Emenda á Constituição

Ao art. 71

No § 21 supprimam-se as palavras — reservadas as disposições — — é final.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Alcindo Guanabara.*

SR. AMPHILOPHIO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, usando da palavra, que V. Ex. acaba de conceder-me, vou dar ligeira noticia ao Congresso de uma emenda que formulei com outros representantes sobre a parte do projecto de Constituição, que é referente á organização judiciaria. E si, mandando esta emenda á Mesa, tenho necessidade de dizer algumas palavras que deem a conhecer o sentido della, é sómente porque seu assumpto não é reproducção completa da primeira emenda que tive a honra de apresentar, quando o projecto do Governo passava pelos tramites da sua primeira discussão, nesta Casa.

Rejeitada a minha primeira emenda, Sr. Presidente, varios membros do Congresso, senadores e deputados, tiveram, a bondade de dizer-me que, si eu fizesse naquella emenda algumas alterações, que deixassem aos estados livre a organização de seus tribunaes de 1ª e 2ª instancia, elles dariam seu voto a essa emenda, que poderia dest'arte merecer a approvação do Congresso.

Attendendo a esta circumstancia, eu, que considero a Constituição do Supremo Tribunal, pelos moldes da minha primeira emenda, a questão capital nesta materia de organização judiciaria, desde que vamos voltar ao systema da unidade de legislação, não hesitei, não podia hesitar, na accusação do concurso que me era assim offerecido; e dahi a elaboração desta segunda emenda, que, concedendo aos estados os juizes e tribunaes da primeira e segunda instancia, mantem o Supremo Tribunal com a constituição que dava a primeira emenda, formado de juizes na sua maior parte tirados dos tribunaes de appellação dos estados.

Assim, virá cada Estado a ter um representante seu naquelle Tribunal, que em si concentre a maior somma do Poder politico, na forma do governo federativo, e que é o encarregado de dirimir as questões que mais interessam á vida autonoma dos estados e a sua independencia: as questões entre estados, as questões entre a União e os estados, os actos dos governos dos estados, as leis de seus parlamentos.

Assim, cessará o arbitrio que o projecto governamental concede ao Presidente da Republica na nomeação dos membros de tal Tribunal.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre representante que não é occasião de discutir a sua emenda.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Si é permittido discutir pela ordem, eu peço a palavra para responder ao nobre representante.

O SR. AMPHILOPHIO — Em obediencia á advertencia de V. Ex., mando á Mesa a minha emenda.

Eu tenho o maximo interesse nesta questão, porque desejo que haja garantia para os direitos dos cidadãos e para a autonomia dos estados; não tenho interesse particular nella, nem meu, nem de classe.

Si não tivermos um Poder Judiciario regularmente constituido, não teremos Federação.

O Sr. Serzedello (*Movimento de grande attenção*)—Sr. Presidente, não pretendia, absolutamente, começar as ligeiras observações que vou fazer ao projecto de Constituição do modo por que sou obrigado a fazer; mas ao discurso do nobre representante pela Bahia, Sr. Garcia Pires, a respeito do incidente entre o chefe do Governo e os ministros demissionarios, julgo necessario oppôr algumas considerações. Agradeço, Senhores, a S. Ex. ser-me proporcionada occasião de praticar, como homem publico e como republicano, um dos melhores actos de minha vida, um acto de justiça para com o patriótico Governo de 15 de novembro. (*Apoiados.*)

Está, Senhores, no dominio publico, por motivos que não indago, que não pretendo inquirir si de character politico ou administrativo, si liga-se a questões de alta importancia ou de minucias, a divergencia entre o benemerito marechal Deodoro e os seus companheiros de governo. Não serei eu quem venha aqui interrogar a quem quer que seja sobre os motivos que levaram os ministros revolucionarios a deixar o Poder e o chefe do Governo, a quem, neste regimen, cabem todas as responsabilidades. (*Apoiados; muito bem*), a consentir nisso; mas a verdade, Sr. Presidente, é que o Governo que cahiu não é semelhante ao governo que subiu (*Muitos apoiados e apartes*); a verdade é que o governo que cahiu representava em larga parte a Revolução de 15 de novembro (*Apoiados*); a verdade é que o governo que cahiu tinha um passado na propaganda, tinha-se identificado com a Revolução, exprimia, inegavelmente, o sentimento republicano. (*Muitos apoiados e apartes.*)

Os nomes desses ministros são perfeitamente conhecidos na opinião publica; poderia dispensar-me de fazer referencias pessoasas; mas todo o mundo sabe que o ex-Ministro do

Interior representava o espírito ativo do Estado de Minas (Apoiados), o espírito de resistência á prepotência, e que muitas vezes seu nome fôra suffragado, com honra para o povo mineiro, apesar da opposição dos poderosos. (Apoiados.) S. Ex. entrou no Partido Republicano como uma força; S. Ex. entrou para a Republica já republicano. (Apoiados e apartes.)

O ex-Ministro da Justiça, Sr. Campos Salles, era um propagandista tenaz, demolidor audacioso que destroe mas indica logo como construir. (Bravos; apoiados.) Nome celebre que não representa uma força mas uma legião — essa heroica maioria paulista. (Apoiados.)

O ex-Ministro da Agricultura, Sr. Francisco Glicerio, talvez o chefe mais operoso e mais habil do Partido Republicano paulista, gloria de seu Estado, de quem se pôde dizer que, si teve a franqueza de deixar que outros se enriquecessem, sahio julgado, ha dias, pela revolução sanguinaria, pela bocca do Sr. Martinho Prado, illustre paulista, como um homem cuja probidade não se discute. (Apoiados; muito bem), como um homem cuja pobreza ninguém põe em duvida. (Apoiados; apartes.)

Eu não estou tratando do modo por que sahiram os ministros revolucionarios. Estou mostrando que esses homens têm um passado que incarna as tradições e a gloria da Republica, e que, por isso, o governo que cahiu não é igual ao governo que sobe.

O ex-Ministro do Exterior, Sr. Quintino Bocayuva, o chefe do Partido Republicano, revolucionario com Aristides Lobo (Apoiados), é um dos homens mais acatados: sereno deante da injuria, como calmo deante do perigo! Para nós, militares, S. Ex. o ex-Ministro do Exterior incarnou sempre a chefia do Partido Republicano; S. Ex. agitou a bandeira revolucionaria, em torno da qual nos agremiámos (Apoiados). O Sr. ex-Ministro do Exterior tem para o Exercito apenas isto: S. Ex. foi um amigo dedicado que tivemos, um defensor das classes militares na imprensa; S. Ex. sustentou sempre o principio de que o Exercito era e havia de ser a alma da Patria (Bravos; apoiados), de que elle não representava o janisaro que obedece e não reflecte, mas o cidadão armado que defende e garante as liberdades publicas. (Apoiados; muito bem.)

O ex-Ministro da Marinha, Sr. Eduardo Wandenkolk, é o representante da esquadra no Governo, e nos dias da Revolução o representante da Esquadra revolucionaria (Apoiados); o braço forte que, apoiado em seus camaradas, nos guardou do bombardeio, que nos livrou do mar revoltado e das coleras do oceano (Apoiados e bravos), e que nos fez ver o marinheiro, sempre meigo, generoso e carinhoso, conduzir indifferente a um velho rei e algumas loursas criancinhas para fóra da Patria. (Applausos e apoiados.) Eu tive a honra de convidar a V. Ex. para a Revolução, e rendo, hoje, esse culto a sua classe, agradecendo-lhe da tribuna os seus serviços. (Apoiados e muito bem.)

O ex-Ministro da Guerra, Sr. Floriano Peixoto, quasi que me poderia considerar suspeito. S. Ex. sabe a admiração profunda que sempre consagrei a seu nome. S. Ex. não é só um general, é tambem um heroe. (Apoiados e muito bem.) S. Ex. foi o anjo da prudencia junto ao Visconde de Ouro

Preto. S. Ex. evitou que se derramasse o sangue brasileiro. (*Apoiados.*) S. Ex. cahiu, mas dentro de cada coração tem erguido um monumento de gratidão, e pôde mesmo morrer, porque sobre seu tumulo se ha de escrever: "Nos campos do Paraguay eram inimigos; alli, vamos combater com brasileiros — são nossos irmãos. (*Apoiados e applausos.*)"

Nada posso dizer sobre o ex-Ministro da Instrução, que exprima a veneração que consagro á sua memoria. Morreu. Mas S. Ex. foi o educador da mocidade, o san o da nossa fé, o pregador, o Saulo, o verdadeiro santo que agitou todos os espiritos, que moveu todas as consciencias (*Apoiados geraes*), que, pelo seu trabalho perseverante de todos os dias e de todas as horas, conseguiu plantar a fé republicana no coração de todos os seus discipulos, de todos que o ouviram; e já começam a reverenciar a sua memoria (*Apoiados geraes, muito bem*). Foi o organizador da Revolução.

UM SR. REPRESENTANTE — E o fundador da Republica.

O SR. ZAMA — Não tem nada para o Sr. Ministro das Finanças ?

O SR. SERZEDELLO — Peço desculpas ao nobre representante da Bahia por já não ter fallado no nome do meu illustre amigo Dr. Ruy Barbosa.

Eu não podia esquecel-o, porque S. Ex. foi a *alma mater* deste Governo (*Apoiados*), por que S. Ex. é o cerebro mais poderoso da nossa geração; S. Ex. foi o organizador de reformas importantes do Governo Provisorio; finalmente, com sua palavra de fogo, era um demolidor; com sua pena adamantina, no *Diario de Noticias*, S. Ex. escrevia todos os dias o evangelho das escolas e dos quartéis. (*Numerosos apoiados.*)

O SR. RETUMBA — O esquecimento veio a proposito.

O SR. SERZEDELLO — Já vê o Congresso que não é tão facil fazer apreciações desfavoraveis ao Governo de 15 de novembro, demissionario, porque esbarra-se logo com a imagem da Republica; e é por isso que eu — revolucionario, e revolucionario que foi ao campo da lucta antes da Federação e da autonomia dos estados, antes, mesmo, da Republica com o ideal da justiça e da moralidade — não posso deixar de agradecer a esses homens que, ao lado do benemerito Marechal, vi asoherbados pelos mesmos perigos, unidos pelas mesmas aspirações, ligados com a argamassa das mesmas dores e dos mesmos infortunios. (*Apoiados; muito bem.*)

E, por isso, repito, os ministros que sobem não são semelhantes aos ministros que cahem. (*Apoiados.*)

Estou, mesmo, plenamente certo de que o benemerito e immortal Sr. Marechal Deodoro, chefe do Governo Provisorio, havia de ter assistido com pesar á retirada de seus amigos, de seus collaboradores de todas as horas, de todos os momentos, e que com elle consolidaram a Republica, mantendo a ordem e a integridade da nossa Patria.

O SR. ZAMA — Não é isto o que se depreheende da carta do Marechal.

O SR. SERZEDELLO — Peço licença ao illustre representante pela Bahia para não responder ao seu aparte; mas S. Ex. pôde estar certo de que faz uma injustiça aos sentimentos generosos do Marechal Deodoro (*Muitos apoiados;*

muito bem), si acaso pensa que elle esqueceu esses compa-
nheiros, que sabem bem quanto apreço e estima elle lhes
consagra.

Não esperava, Sr. Presidente, ter de começar pelas pa-
lavras que acabo de proferir. Pretendia, antes, a exemplo de
muitos collegas, perguntar si era necessario justificar a minha
posição nesta tribuna, — si era necessario dizer que estou aqui
em nome da Republica e pela Republica, em nome da Fe-
deração e da autonomia dos estados; que estou aqui para
consagrar a plena liberdade espirital; finalmente, que estou
aqui para consignar em nossa Constituição os meios que
possam crear uma ante-mural aos abusos, de modo que se
firme em nossa Patria o regimen da justiça e da moralidade.

Por outro lado, eu preciso corresponder á confiança do
Estado do Pará, que deu-me a honra de eleger-me, dizendo
com franqueza o que penso a respeito da lei que vai presidir
os destinos da Republica, lei que, apesar das divergencias,
espero, sahirá desle Congresso perfeita, harmonica, capaz de
resistir ás revoluções e ao tempo, como esses monolithos
sempre os mesmos, sempre admirados! (*Apoiados; muito
bem.*)

UMA VOZ — Não com a rolha. (*Riso.*)

O SR. SERZEDELLO — Sr. Presidente, começarei as minhas
observações pelo art. 1º, onde passou o substitutivo da Com-
missão. Nelle está consignado o regimen representativo e a
forma republicana federativa; nelle se diz que a união dos
estados será indissolúvel e perpetua, exprimindo, assim, as
aspirações e o desejo ardente de nossa geração, de que se
consERVE a nossa Patria una no territorio, una como naciona-
lidade, — aspiração, que recebemos dos nossos maiores e que
transmittiremos com o mesmo amor e o mesmo zelo aos
nossos vindouros.

São estas palavras um protesto a esses exaggeros de se-
paração que de tempos a tempos surgem como bandeira de
exploração. (*Muito bem; muito bem.*)

Mas, Sr. Presidente, ficou esquecido neste artigo o facto
grandioso da proclamação da Republica.

VOZES — Foi uma injustiça.

O SR. SERZEDELLO — Senhores, a consagração dessa data
gloriosa em nosso Codigo organico é necessaria: o seu es-
quecimento é uma injustiça e um erro.

Antes de qualquer consideração, é uma prova de gratidão
aos brasileiros que tiveram a coragem civica de romper com
o despotismo, que quebraram as cadeias da corrupção, que
levantaram um punhado de soldados e marinheiros e vieram
evangelizados pela propaganda, sacrificando o lar e a familia,
proclamar a Republica como uma reivindicação dos bríos do
povo brasileiro. (*Apoiados.*)

Mas deixemos de lado a gratidão, que nada vale para os
que sabem cumprir o seu dever: é necessario dar a essa
Revolução, origem e ponto de partida do novo regimen, essa
anterioridade na Historia e esse valor moral, que ninguém possa
acreditar a um motim de quartel, mas sim a consequencia
fatal da marcha evolutiva de nossa sociedade, corollario de
nossos antecedentes historicos. (*Apoiados.*)

Ha dias tratou-se de uma moção de agradecimento ao
Exercito e á Armada por esse glorioso acontecimento; e não

compreendendo meio mais digno de honrar essas classes, corporificação da dignidade nacional, cuja gloria está em não ser o escravo que obedece, mas a força que garante a liberdade. do que consagrar essa data em nossa Carta constitucional, mostrando que esse dia o povo brasileiro, em alma e coração, em corpo e em espirito, esteve connosco, mostrando, assim, que o Exército e a Armada só foram grandes porque souberam ser o instrumento da alma e da vontade nacionaes! (*Apoiados geraes; muito bem.*)

Por outro lado, essa data de 89 tem coincidência tal, que só por si explica o facto: ella nos liga á Revolução franceza, nos mostra como as grandes lições e os grandes exemplos nos vêm dos mortos que governam os vivos; nos liga ao occidente da Europa, de onde nos veio a civilização; nos liga ao povo francez, a quem devemos, em grande parte, os beneficios da nossa propria civilização.

Eis porque proponho que ao art. 1.^o accrescente-se — proclamada a 15 de novembro de 1889.

E a proposito da Revolução, preciso referir-me ao venerando Sr. Senador Saraiva.

S. Ex. não tomará as minhas palavras como falta de consideração e de respeito.

S. Ex. é um homem que teve a rara felicidade de occupar todas as altas posições do Imperio, de ser, até, uma especie de oraculo, a que se consultava, e de poder vir até os arraiaes republicanos, onde foi recebido sem suspeição, porque S. Ex., antes de tudo, é um character, S. Ex., antes de tudo, é uma honestidade!

Mas S. Ex. disse que a Monarchia nos podia dar todas as reformas, nos podia dar a Federação, e que, depois, podia vir a Republica. podia rolar a pedra da montanha, porque encontrava o leito preparado, de modo a evitarmos os inconvenientes da Dicladura.

Discordo completamente de S. Ex., porque a Monarchia foi sempre habil em sophismar todas as grandes reformas. (*Apoiados; muito bem.*)

E si isso é verdade, ninguem é mais culpado que o proprio Senador Saraiva; a esse respeito preciso fazer um pouco de historia velha.

Quando cahiu o Partido Conservador, quando ruiu por terra o Ministerio João Alfredo, chamado para consagrar a Revolução abolicionista, feita pelos abolicionistas e pelo Exército, foi logo chamado o Sr. Senador Saraiva.

S. Ex. nos contou no Senado brasileiro que havia descripto ao velho Imperador a situação do paiz; que nada havia occultado; que lhe havia feito sentir a necessidade de amplas e largas reformas; e accrescentou: «Sua magestade tudo aceitou.»

No entanto, S. Ex. não nos explicou a razão por que não foi encarregado do Poder, e por que foi chamado o Sr. Visconde de Ouro Preto, inquestionavelmente, pelo seu temperamento e energia, o homem mais proprio para a reacção.

E a verdade é que S. Ex. trouxe enrolada a bandeira da Federação, e; melhor, querendo servir as instituições, S. Ex. trouxe desfaldadas as bandeiras do anniquilamento do Partido Republicano e da dissolução do Exército. (*Apoiados geraes; muito bem.*)

Os acontecimentos precipitaram-se; e essa desconfiança que os homens politicos manifestavam contra o Exército e

as escolas que pediam justiça e moralidade, fez ruir por terra esse velho throno quasi secular, cheio de mais respeito e veneração dos que o derrubaram do que de dedicação e de amor dos que á sombra delle tinham vivido. (*Apoiados; muito bem.*)

Disse S. Ex. que a Monarchia nos podia dar todas as reformas; e eu discordei de S. Ex., já porque isso se oppõe á indole do systema, já porque, si homens bem intencionados, como S. Ex., cooperavam para isso, outros, ou quasi todos, pelo instincto de conservação, luctavam e illudiam.

Em que pese ao illustre representante de S. Paulo, o Sr. Martinho Prado, a Republica devia vir como veio, e o maior serviço do Exercito foi contribuir para fazel-a sem derramamento de sangue, sem perturbação da ordem, sem violação de direitos, sem sangue brasileiro derramado. (*Muito bem; muito bem.*)

A Monarchia ruir por terra, ruir, silenciosa e podre; e si os homens politicos foram os responsaveis pelos seus erros, não sei o que mais admirar, si a paciencia do velho e venerando Rei, cujas provas de honestidade e pobreza respeito, deixando-se sempre illudir, si a covardia desses que o cercavam e que o abandonaram na hora da expiação de seus proprios erros. (*Bravos; apoiados.*)

Não! A Republica devia vir como veio: calma, silenciosa, de modo que as tropas percorreram as ruas em triumpho e as criancinhas continuavam a brincar nos collos de suas mães. (*Apoiados; muito bem.*)

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Apoiadissimo! Abandonaram-o.

O SR. SERZEDELLO — Sr. Presidente, o segundo ponto com o qual pretendo occupar-me é o que diz respeito á discriminação de rendas. Começarei pedindo desculpa á illustrada bancada rio-grandense por ter de referir-me, especialmente, a SS. EEx., que têm, com calor, com rara energia e grande habilidade — é preciso confessal-o — defendido as emendas que apresentaram.

Desde o Sr. Dr. Julio de Castilho, SS. EEx. todos sustentaram e affirmaram que a Federação era a discriminação de rendas, que a Federação era a discriminação de impostos! Sem duvida, Sr. Presidente, que a discriminação de rendas tem grande importancia para a conservação da vida autonoma dos estados, mas jámais se encontrará em publicista algum tal affirmação, e o proprio Sr. Dr. Assis Brasil, em sua obra *Republica Federativa*, não nos ensinou semelhante cousa.

Acho amesquinhado o principio federativo, acho que é fomal-o rachimico, fazendo-o depender de uma questão de mais dinheiro ou de menos dinheiro. (*Apoiados; muito bem.*)

O SR. CAMPOS SALLES — Apoiado.

O SR. SERZEDELLO — A meu ver, o principio federativo é muito mais amplo; elle gira, especialmente, em torno da independencia, da autonomia dos poderes locais; elle depende mais dessa questão de magistratura do que dessa questão de rendas (*Apoiados e não apoiados*), que não ataca a sua essencia. O meu illustre amigo Senador Ramiro Barcellos chegou a affirmar, aqui, nesse assumpto, que não deviamos olhar para a Suissa nem para os Estados Unidos, mas resolvermos nós as nossas questões, attendendo, apenas, ao nosso meio, como si em um facto desta ordem, todo de politica experimental, fôsse possivel abandonar as lições fecundas dos

grandes exemplos, e deixar de recorrer á experiência cômio meio de evitar os grandes escolhos onde outros naufragaram e poderiam ter desaparecido! S. Ex., medico, medico distincto, habituado, em sua sciencia, a experimentações *in anima vili*, e a obter bons resultados, poderia nos arrastar aos mesmos processos perigosos para as sociedades, e sempre inefficazes. Talvez, partilhando as mesmas idéas, o illustre Dr. Assis Brasil, mais eloquente do que logico, nos campos evangelizados por sua palavra, encontrou, até, Senhores, um gaúcho que comprehendesse essa discriminação, que é para SS. EEx. a Federação, e que é para mim a ruina para o nosso credito, o anniquilamento da grande Patria. (*Apoiados e não apoiados.*)

Sr. Presidente, a começar do discurso pronunciado pelo illustrado ex-Ministro da Fazenda, tem-se trazido aqui, frequentemente, a comparação da União, na sua vida de relação com os estados, a um organismo vivo, a um organismo superior ás partes que o compõem.

Não sei, Senhores, si os que procuram essa approximação no dominio da biologia aceitam em todas as consequencias a doutrina bio-social. Realmente, grandes dependencias existem entre os factos da vida social e o da vida individual; grandes pontos de contacto entre o organismo social e o organismo individual.

Nesse grande aggregado que se chama a sociedade, nesse organismo vivo, o individuo é uma molecula operosa, agindo, actuando e recebendo sobre si, pela cooperação e pela solidariedade, todos os beneficios que lhe vêm do trabalho de todas as jutras; lá, como aqui, tudo se agita, tudo converge.

A natureza moral e intellectual, como a natureza physica do homem, está submettida a leis fataes de desenvolvimento, resultando, sempre, o progresso da substituição successiva das vontades altruistas ás egoistas, da liberdade individual á auctoridade. A sociedade humana é sem duvida um organismo; ella é um conjuncto de forças e funções; e, como os organismos, as sociedades nascem, declinam e morrem.

E', pois, natural a comparação da União e estados a um organismo e suas partes; apenas não tem havido verdade nas illações que se têm tirado dessa approximação.

Nos organismos superiores, como naquelles mais simples em relação á estrutura e á função, não ha, Senhores, centralização; o que se observa é que, á proporção que o organismo se complica, cada uma de suas partes adquire papel mais especial, mais determinado em relação ás outras; o que se nota não é uma concentração, é, antes, uma intima solidariedade e uma verdadeira autonomia, uma verdadeira divisão do trabalho, tornada proveitosa pela cooperação — um para todos, todos para cada um.

Para que, pois, este grande organismo a que chamamos Federação — União federativa — se mantenha, basta que os estados tenham autonomia e que esta se exerça dentro da grande lei da convergencia, da solidariedade.

Não ha superioridade dos estados sobre a União, como desta sobre aquelles. Da harmonia, da solidariedade, entre os interesses dos estados e a União resultará a estabilidade. Isso não quer dizer que todos os estados devam ter recursos eguaes, e o nosso mal está, aqui, em querer estabelecer uniformidade em tudo, quando, a meu vêr, nesta desigualdade está, justamente, a harmonia. (*Apoiados.*)

A questão pratica está, pois, em saber como se poderá manter o equilibrio, de modo que, podendo, a União ter largos meios de attender ás multiplas eventualidades da vida da Nação, possam os estados exercer as suas funcções com ordem e moralidade, e não viver no regimen do *deficit* e do calote. (*Apoiados; muito bem.*) Ha exaggero nos que tudo querem para a União, como nos que, partidarios de Jefferson, tudo querem para os estados. Os primeiros nos conduziriam ao regimen passado: o Centro, o grande polvo, tudo absorvendo. Os segundos esquecem-se de que os extremos do federalismo tocam ao separatismo; não vêem que viemos de uma concentração absoluta e que é preciso seindir toda uma série de ligações, é preciso destruir quasi tudo, e si a destruição é facil, a substituição, construindo, é difficil, porque é preciso coordenar, e uma coordenação destas não se faz de um jacto.

Para os radicalistas eu lembro que somos um paiz unitario em muitos pontos: está ahí a unidade da raça, a unidade de costumes, a unidade de origem, a unidade de linguagem, como em nenhum outro. Entre nós o que justifica a Federação é a extensão do territorio, e, mais do que isso, é que, projectados sobre o meridiano, a geographia nos deu climas differentes: aqui a montanha, ali a planicie, aqui o rio caudaloso, lá a immensidade dos campos, aqui a palmeira, lá a floresta dos pinheiros. (*Muito bem.*)

Vejamos, porém, Sr. Presidente, o que ha sobre discriminação de rendas. Ha dois systemas: o do projecto constitucional, que dá á União, exclusivamente, os impostos do art. 6º, aos estados os do art. 9º, e, cumulativamente, ou não, á União e aos estados os do art. 12.

O systema rio-grandense dá á União os do art. 6º, e todos os mais aos estados, e para prover os recursos da União em caso de calamidade publica ou de insufficiencia dos impostos do art. 6º, o direito ao Governo da União de taxar, permanentemente, a renda dos estados.

Sr. Presidente, que o systema rio-grandense é mais simples que o do projecto do Governo, não pouho duvida em o affirmar; que se approxima mais do ideal federalista, ou, antes, que é quasi radical, tambem o affirmo. SS. EEx., para serem logicos, deveriam provar: 1º, que o systema do projecto não permite a Federação; 2º, que a Federação só é possivel com o systema que SS. EEx. apresentam; 3º, que o systema de SS. EEx. resolve a questão do presente e de futuro. Dahi a preferencia. Mas, não: SS. EEx. apenas apresentaram dois argumentos: 1º, o nosso systema é mais federalista, é mais simples, está mais de accôrdo com o ideal federativo; logo, deve ser preferido.

Senhores, este argumento não procede: mais federalista e mais simples do que o systema rio-grandense é o que dá aos estados o direito de taxar e arrecadar tudo, dando uma quarta parte á União, de accôrdo com as suas despesas; e SS. EExs. apressaram-se em declarar que este systema, prenhe de inconvenientes, é impraticavel, — o que prova que nem sempre a solução mais de accôrdo com o ideal federalista é a que convém.

A segunda razão apresentada por SS. EExs. é que os impostos cumulativos do art. 12 têm grande inconveniente.

Apparece uma industria nova, começa a desenvolver-se, e Estado põe nella as suas esperanças; lá vem a União, taxa-a: mata-a e anniquila a industria.

Senhores, ainda não procede este argumento, porque os impostos serão estabelecidos pelo Congresso, e, ali, os representantes de cada Estado farão ouvir a sua palavra, e dirão, quando se tratar de qualquer industria, até que ponto ella poderá supportar impostos; e si as razões forem ponderosas, o Governo da União, que vive da vida dos estados, ha de ter o bom senso de attender.

Mas accresce que, devido aos esforços do illustrado Dr. Lauro Sodré, representante do Pará, pertencem já aos estados os impostos de industrias e profissões, e cahe, desapparece o argumento. (*Apoiados; muito bem!*)

Por outro lado, contra o systema de SS. EEExs., ha uma série de argumentos contrarios:

1º, esse systema cercêa os recursos da União, que é a Patria commun, que tem todas as grandes responsabilidades collectivas, desde a defesa nacional até a manutenção do nosso credito;

2º, reduz a União quasi que exclusivamente aos impostos de importação, em uma época em que os compromissos cresceram;

3º, colloca o credito da União na dependencia dos estados, o que difficultará todas as nossas operações externas;

4º, em caso de recusa por parte dos estados, ou de alguns, apenas, teremos o conflicto; e esse conflicto pôde dar-se, porque, em muitos estados, é inadmissivel a taxa sobre a sua renda, já mesquinha e insufficientissima para os seus recursos;

5º, não resolve a questão de presente, antes a complica, porque deante do *deficit* que temos, a União começará tando a renda dos estados.

Prefiro, pois, o systema do projecto de Constituição, apresentado pelo Governo Provisorio; mas, não me illudo, elle não resolve a questão para a vida dos estados nestes primeiros annos: os impostos concedidos aos estados quasi nada dão — o de transmissão de propriedade é insignificante, porque ha meio de illudil-o, apesar das verificações que se poderão estabelecer nas partilhas, nos alugueis, etc.

O imposto territorial não poderá tão cedo ser estabelecido no Norte, e terá por base o capital, isto é, o valor venal das terras, e ha de dar, por conseguinte, muito menos do que se suppõe.

Fica, apenas, o de industrias e profissões, que dará alguma cousa.

Fôra dahi não vejo que novos impostos se poderão estabelecer em Pernambuco, Bahia, Paraná, etc.; porque novas industrias não se criam da noite para o dia.

E, no entanto, Pernambuco concorre para a União com mais de 12 mil contos, e ficará sem meios de vida, e o mesmo acontecerá ao Estado do Paraná, cujo sólo uberrimo, e cujo clima adoravel, dão-lhe proporção para ser um dos principaes estados do Sul, e que, apesar disso, terá duzentos contos de receita para uma despesa de mais de 900, e isso quando o malte não supporta mais impostos, a industria do pinho apenas começa, e a pastoril precisa de protecção.

O SR. ZAMA — Si V. Ex. quer saber do Estado da Bahia, pergunte ao Sr. Barão de Villa Viçosa.

O SR. SERZEDELLO — O que o bom senso nos aconselha é procurar uma solução, com a qual, sem desfalcas as rendas

da União permanentemente, sem, muito principalmente, cercar-lhe o campo de suas attribuições, possamos dar os meios de manterem os estados equilibrados os seus orçamentos, de modo que, desassombrados, possam entrar na lucta pela vida e corrigir-se dos erros e abusos que herdaram da Monarchia. (*Apoiados.*)

Para auxiliar a organização financeira dos estados, resolvi, pois, restabelecer a emenda do Sr. Saraiva sobre a divisão dos estados e, como medida transitória, o imposto adicional de 15 % sobre a importação.

Eu sei, Senhores, que alguns estados não têm divida, mas é este um dos meios de estabelecer a egualdade.

O SR. LAURO MULLER — Praticando uma injustiça.

O SR. SENADELLO — Entretanto todos os estados no novo regimen desembaraçados e sem os compromissos adquiridos no regimen passado pela incuria dos governos geraes e locaes. (*Apoiados.*)

Senhores, é preciso que eu repita aqui que não estou advogando interesses do Estado do Pará, não são considerações de interesse local que me levam a acceitar estas emendas.

O Estado do Pará, ou fique consignado o systema do projecto, ou fique o rio-grandense, ou passem medidas de caracter transitorio ou não: o Estado do Pará tem amplas condições de vida, e largos annos que dá sempre mais do que recebe.

E' exacto que tem uma divida, mas já em 1883 para 1884 dava um saldo que, por si, bastava para pagar os *deficits* de Sergipe, do Piahy, da Parahyba, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, do Paraná e de Matto Grosso. (*Apoiados calorosos dos representantes paraenses; apartes.*)

De modo que S. Ex., o ex-Ministro da Fazenda, tinha razão quando, em 89, apresentara com saldos, apenas, o Pará e S. Paulo, e nos dizia que viviam os outros pela cooperação. (*Apoiados; apartes e não apoiados.*) Pernambuco dava em 83 a 84 um grande saldo; e si dahi para cá decresceu a ponto de em 89 apresentar um *deficit*, foi isso devido ao Governo geral, que tudo lhe tirava, sem cuidar dos meios de desenvolver novas industrias. (*Apoiados.*) Com estas duas medidas, segundo um calculo que vi nas mãos de meu collega o illustre representante pelo Pará, major Baena, os estados terão condições de vida. Fóra dahi, teremos a anarchia, teremos a desordem, teremos a Constituição violada: porque Pernambuco, onde a energia de seus filhos só é comparavel á resistencia desse bello arrecife habituado a vencer as coleras do oceano. — Pernambuco ha de ter o patriotismo de arrombar essa Constituição, que tudo lhe tira e nada lhe dá. O mesmo fará a Bahia, que não desmintira suas tradições gloriosas. Alagoas, Ceará: e nós teremos todo o Norte violando essa Constituição. (*Apoiados e apartes.*)

Reflectam, pois, os dignos representantes de S. Paulo, Minas e Rio Grande do Sul: e não se esqueçam de que o sacrificio que fazem é um acto de justiça para com os seus irmãos do Norte; e, por isso, appello para o patriotismo de SS. EEs.

Sei, Sr. Presidente, que este imposto de importação, como todo o imposto, é sempre vexatorio; mas a verdade é que de

todos os impostos, como bem diz o Duque de Broglie, é o mais equitativo; e si cahe directamente sobre o povo, é esse notavel publicista quem nos diz ainda — não ha nada mais vñ do que indagar sobre que classe de cidadãos cahe tal ou qual imposto, porque, em ultima analyse, elle cahe sempre sobre o povo, que é o consumidor. (*Apoiados e apartes.*)

De passagem, Sr. Presidente, preciso referir-me a dous pontos, que repuo de alta importancia e que, na minha opinião, foram com grande sabedoria resolvidos por este Congresso. Refiro-me ao voto, ao direito do voto ás mulheres, e á abolição da pena de morte.

Não nego, Sr. Presidente, o direito de voto ás mulheres por uma questão de falta de capacidade intellectual, ou porque supponha que não possam ter ellas a aptidão para exercel-o. Não me preoccupa essa questão de direito, como essa cura de estarem ellas sujeitas ás mesmas leis criminaes que nós. Para mim a questão é de conservação da familia, e, por conseguinte, da sociedade; para mim, a questão é de estabilidade social. Já se disse aqui que a sociedade é um organismo superior, caracterizado por este facto, que tanto mais perfeito é elle quanto mais especializadas são suas funcções.

Nos organismos superiores, quer da vida animal, quer da vida vegetal, os aggregados de cellulas, constituindo órgãos são destinados a certas funcções especiaes e sem desorganizar tudo, sem produzir graves lesões e profundas perturbações, não podem ser desviados de sua missão. Ora, no organismo social, ao passo que o homem consagra-se e, de dia para dia, pelo exercicio e herança, aperfeiçoa-se, a actividade externa, ao passo que elle, pelo trabalho, é obrigado a prover a familia de todos os meios materiaes para que, na tranquillidade, ella possa cumprir sua missão, a mulher — pela delicadeza dos affectos, pela sublimidade dos sentimentos, pela superioridade do amor, é destinada a ser o anjo tutelar da familia, a educadora do coração; a inspiradora do aperfeiçoamento humano e o apoio moral mais solido do proprio homem. (*Apoiados; muito bem.*) Jogal-a no meio das paixões politicas, atiral-a ás luctas da industria e tirar-lhe essa santidade que é a sua força, essa delicadeza que é a sua graça, esse recato que é o seu segredo; é destruir, é desorganizar a familia. (*Apoiados; muito bem.*)

O segundo ponto é relativo á pena de morte sustentada aqui com grande talento, discutida com rara e superior proficiencia pelo meu amigo Dr. Barbosa Lima. Mas, permita S. Ex. que eu faça ligeiros reparos.

S. Ex., que é positivista, soccorreu-se, nesta questão, da doutrina evolucionista — do transformismo — mais precisamente, do Darwinismo.

O SR. BARBOSA LIMA — Perdoe-me: não me apoiei nessas bases.

O SR. SERZEDELLO — Sr. Presidente, pareceu-me que S. Ex. havia sustentado a pena de morte como uma consequencia das doutrinas de Lombroso, Garofalo e outros, que fazem a sua exposição como uma consequencia ou uma applicação dessas doutrinas.

Senhores, diversos philosophos e homens de sciencia se têm occupado da Anthropologia criminal; não só na Italia;

como na Allemanha e na França. Diversas escolas se têm creado, affirmando umas a existencia do typo criminoso, outras negando-o.

Ha um grupo numeroso, a que pertencem Lombroso, Garofalo, Marro, de Corre, Le Bon e outros, que explicam o typo criminoso pelo atavismo exclusivamente, ou pelo atavismo e pela molestia, ou pela coexistencia destes dous factores.

Todos estes auctores vêm no typo criminoso um abaixamento do typo humano ao bestial. Garofalo define-o, depois de estudar os caracteres morphicos e physiologicos um monstro na ordem physica com caracteres da animalidade inferior.

Sergi, partidario desta doutrina, diz que ella assenta sobre a concepção darwinista que é, hoje, verdade que não se discute. Esta me pareceu a escola de meu illustre amigo.

O SR. BARBOSA LIMA — Não me apoiei nestas bases.

O SR. SERZEDELLO — Si não se apoiou nestas bases, terá de acceitar a escola pathologica -- a escola de Morel, que apresenta o typo criminoso como um degenerado que degrada a especie. Mas S. Ex. não póde acceital-a, porque Morel admite o degenerado como um desvio de um typo primitivo de perfeição, — o que é uma concepção theologica e, hoje, em desacordo com a Sciencia!

OS SRS. BARBOSA LIMA E ZAMA dão apartes.

O SR. SERZEDELLO — Mas V. Ex. me perdoará trazer aqui as differentes escolas que tratam do assumpto, porque V. Ex. o fez tambem, considerando a escola scientifica e a escola theologica — uma, que affirmava a existencia do typo criminoso, outra, que a negava, e nessa occasião o nosso collega Dr. Lauro Müller deu um aparte, dizendo que combatia a pena de morte fundado em escola que não era theologica.

Ha, finalmente, uma terceira escola que nega a existencia do typo criminoso. E' assim que Lacassagne nos diz que as sociedades têm os criminosos que merecem, que Tarde nega todos esses caracteres morphicos e physiologicos e acceita o criminoso como um producto do meio.

O SR. ZAMA — Essa é a verdadeira.

O SR. SERZEDELLO — Mas a verdade é que estes estudos de craneologia e craneometria são ainda completamente rudimentares. (*Apoiados*). O meu illustre amigo sabe que esta questão de capacidade craneana, como a do volume e peso do cerebro, dependem da raça, do sexo, da idade, da estatura, do peso do corpo, da educação, finalmente, de muitos factores de difficil apreciação, porque as proprias medidas do volume do craneo, directas e indirectas, são preliminares, de modo que essas estatisticas são ainda imperfeitas e não auctorisam a indução positiva. (*Apoiados; muito bem*). Nestas condições, a que fica reduzido o apoio daquelles que sustentam a necessidade da pena de morte como meio, justamente, de eliminar da sociedade esses degenerados?

O SR. ZAMA — O maior defeito da pena é ser inutil.

O SR. BARBOSA LIMA — O facto é este: fatalmente, existem assassinos; portanto, convém que estes degenerados da raça humana, da sociedade, sejam suprimidos. (*Apoiados*).

O SR. SERZEDELLO — Fatalmente, existem hoje morpheuticos, thysicos, que são degenerados da raça humana, logo, devem ser também suprimidos!

UMA VOZ — Mas estes não fazem mal á sociedade, á especie.

VOZES — Oh! oh!

O SR. SERZEDELLO — Outro ponto de que preciso tratar aqui é o que se refere ao arbitramento, sustentado, com grande calor, com grande brilho e animação, pelo illustre representante pelo Rio de Janeiro, o Dr. Nilo Peçanha. Si nesta questão de arbitramento S. Ex. entende, como o ex-Ministro de Extrangeiros, o Sr. Quintino Bocayuva, que todas as questões devem ser, absolutamente, sujeitas ao arbitramento, declaro do alto desta tribuna, com todas as energias de minha alma, que voto contra. E voto contra porque entendo que em questões de aggressão á honra não se legisla para o individuo, e muito menos se póde e deve fazer para a honra de uma nação.

O SR. NILO PEÇANHA — V. Ex. está atrasado da Sciencia um seculo.

O SR. SERZEDELLO — Sr. Presidente, não sei a que sciencia se refere o nobre representante, mas á verdade é que não pretendo acompanhar S. Ex. nos seus devaneios poeticos ás regiões do espiritismo e da poesia. S. Ex. nos descreveu com côres poeticas a paz universal, as grandes delicias desse tribunal inspirado na justiça e no amor, resolvendo todas as questões; mas não acompanhei S. Ex. apesar de ter tido, no tempo de estudante, essas mesmas phantasias, quando me mandavam discorrer sobre as vantagens da guerra. Essas doutrinas são encantadoras, são, realmente, capazes de elevar a alma e a humanidade, mas por ora constituem uma utopia scientifica; no campo da politica experimental, da pratica, estão longe de ser adoptadas na Europa, e si na America foram consignadas no Congresso de Washington, tiveram o protesto do Chile. O que o bom senso nos aconsella é que não a consagremos já em nossa Constituição, sob a fórmula em que está redigida a emenda, porque isso póde levar algum governo pusillamíne e covarde a sujeitar-nos a humilhações.

Isso é uma questão para tratados. Quando uma das partes viola, todas as outras ficam desobrigadas. E' por isso que apresento a seguinte emenda, que concilia as opiniões: Auctorisar o Governo a declarar a guerra si não tiver logar ou não puder produzir seus effeitos, o recurso do arbitramento, e fazer a paz.

O SR. ZAMA — Está bom; isso concilia; gosto desse espirito conciliador.

O SR. SERZEDELLO — Peço ainda, Sr. Presidente, que seja suprimido o artigo que estabeleceu a incompatibilidade para os frades, para os religiosos que têm voto de obediencia. (*Apoiados; muito bem.*) E peço, porque elle é inutil na nossa

Constituição (*Apoiados*), revela, apenas, uma restrição ao principio da liberdade espirital, sem vantagem alguma, porque, pelo proprio voto que fazem, pelo caracter dessas instituições, elles renunciam o direito de votar e de ser votados. (*Apoiados; muito bem.*)

Senhores, não comprehendendo nada mais elevado do que a consagração da liberdade de consciencia, da liberdade espirital, do que a liberdade, no seio da nossa Patria, de poder ter o cidadão, sem onus para si, sem prejuizo para os seus direitos, e sem excepção para os seus deveres, a crença que quizer. (*Apoiados.*)

Considero esse principio superior á propria forma republicana: porque, si não fosse essa condição substancial da democracia, eu repelliria a Republica, — prefereria a forma tyrannica onde me fosse garantida essa liberdade, que é a geradora de todas as outras, e que é a base de toda a sociedade. Não! Que cada um adore seu Deus, que cada um accete a religião que entender divina em sua origem, mais moralizadora em seus principios, mais augusta e veneranda em seus sacrificios, como entender, sem prejuizo de direitos, sem isenção de deveres! (*Apoiados; muito bem.*)

Eis-me, Sr. Presidente, chegado á questão bancaria, em relação á qual tenho compromisso solenne com este Congresso, sentindo que o tempo não permita occupar-me da questão judiciaria.

Senhores, eu não tenho duvida em affirmar que, a respeito da importante questão de que ora me occupo, o que se passou na 1.^a discussão, e se achava no projecto governamental, é o fructo da sabedoria, do estudo, e da profunda meditação. (*Apoiados e apartes.*) Realmente, com grande criterio e segura certeza, não se consignou a adopção deste ou daquelle systema, deixando-se, sempre, ao Governo a adopção do systema que as circumstancias aconselharem. Sr. Presidente, sabem todos os membros deste Congresso que varios systemas se apresentam sobre bancos de emissão. O direito de emittir bilhetes á vista e ao portador pôde ser dado a qualquer casa bancaria ou a um certo numero de bancos privados que apresentem as condições exigidas por lei. E' o systema da concorrência — ha pluralidade de bancos de emissão e, por consequente, liberdade, que pôde ser limitada ou absoluta. Ha o systema de um banco nacional — é o systema da unidade, e ora o banco é uma instituição privada sob a immediata fiscalização e protecção do Estado, ora é erigido em administração publica, é um verdadeiro banco de estado. E' o systema do monopolio. Ha, finalmente, o systema composto — de um banco nacional e de um certo numero de bancos privados investidos do direito de emissão.

Todos estes systemas, Senhores, se acham espalhados entre os povos cultos. O systema da pluralidade figurou mais de meio seculo na Escossia, encontra-se nos Estados Unidos e na Suissa, onde a experiencia da liberdade foi sempre mediata fiscalização e protecção do Estado, ora é erigido desde que ali o encaixe metallico excede sempre o importe das emissões. Na Escossia, a rede estende-se por todo o territorio e, apesar do perto de 700 succursaes, as notas são, apenas, conversíveis nos bancos mões. Até 1845 não havia limite para emissão, que era feita sobre depositos em conta

corrente, base fragilissima e que produziu sempre optimos resultados, pelos habitos de honestidade desse povo. De 1845 para cá é que se limitou a emissão a uma somma invariavel.

Nos Estados Unidos os bancos de emissão estão ainda collocados em um theatro mais vasto.

Aos primeiros bancos privilegiados succedeu o Banco Nacional, de 1790, tendo liquidado o ultimo banco nacional em 1836, dando lugar a uma regulamentação que dependia do Estado. Houve então a maior diversidade.

Na Carolina do Sul bancos de Estado. Em outros estados do Sul bancos privilegiados. Nos estados de leste Nova-York e Pennsylvania bancos em numero illimitado.

Como consequencia, a crise de 1838 e 1839, onde o credito retrahiu-se, a circulação dos bilhetes desceu de 150 milhões de dollars a 60 milhões; dando-se 33.000 fallencias, os descontos desceram de 492 a 286, e perderam-se 500 milhões de dollars.

Julgou-se, então, que a constituição dos bancos de emissão fosse obra da legislação federal. Vieram as leis de 1863, de 1865, 1873 e 1875. Não ficou abolida a concorrência, mas as restricções foram rigorosas, e muitos bancos deixaram de emittir.

E' assim que, antes de emittir, o banco deve obter fundos publicos dos Estados Unidos — *bonds* — correspondentes ao terço do capital realizado.

Esses *bonds* são depositados no Thesouro, e o fiscal da circulação entrega bilhetes a vista para 90 % do valor corrente das obrigações depositadas.

E', como diz um economista notavel, o amocedamento da divida publica, e que teve a vantagem, sem a unidade bancaria, de uniformizar a circulação dos bilhetes. Além disso, devem ter 5 % no Thesouro em moeda legal, ao menos do importe das emissões de 15 % em especies dos depositos que recebem.

A tendencia, pois, dessas leis restrictivas parece ser para diminuir a concorrência; estabelecer a unidade.

O systema do monopolio está estabelecido em França, onde desde 1860 desapareceram os bancos departamentais, e apesar dos potestos de Lavergne e Baudrillart estabeleceu-se com a palavra auctorizada de Thiers o monopolio do Banco de França.

O systema composto, de um banco nacional e de bancos privados, existe na Inglaterra, na Allemanha, onde o Banco do Imperio foi auctorizado a annexar todos os outros, e onde só as suas notas têm curso em todo o paiz; na Italia, na Suissa e na Hespanha, o que a experiencia nos ensina é que nada ha de positivo a respeito do systema preferido, a não ser uma tendencia para a unidade.

E', pois, segundo os habitos nacionaes, a extensão do paiz, a sua constituição economica, o estado de constituições de credito existentes, que a preferencia deve ser dada a este ou áquelle systema. (*Apoiados; muito bem!*)

Nenhum systema se impõe universalmente por motivos de superioridade absoluta. (*Apoiados.*)

O que é necessario é dar á União a attribuição de crear, legislar e tributar os bancos de emissão com o fim de regularizar a circulação e uniformizar a moeda. Si só ella é que

póde cunhar a moeda e dar-lhe, nas occasiões de crise, o succedaneo, só ella deve crear os bancos de emissão, cujos bilhetes devem circular em todo o paiz. Dar á União o direito de crear, e aos estados o de tributar, como capciosamente deixava entrever a emenda da Commissão, é dar a um o direito de crear, ao outro de destruir. (*Apoiados; muito bem.*)

Sahindo um pouco do assumpto constitucional, preciso referir-me ao ultimo decreto do ex-Ministro da Fazenda e abordar o assumpto de frente; porque estou convencido que aquillo que se fez não é um erro — não é a ruína, mas sim o que era, de facto, aconselhado pela experiencia de todos os tempos. (*Apoiados e não apoiados.*)

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante está com a hora já concluida.

O SR. SERZEDELLO — Ainda ha poucos dias o notavel representante de Goyaz, Dr. Bulhões, dizia que S. Ex. devia ter feito a conversão do nosso meio circulante, e atacava as emissões do ultimo decreto, como ruina, dizendo que S. Ex. devia ter estabelecido a circulação metallica.

Mas, Sr. Presidente, depois da Revolução, quando a Republica teve de enfrentar os capitaes que não tinham confiança na Republica, e olhavam com desprezo para ella por ter sido organizada no Exercito; quando os homens do antigo regimen, apeados de suas posições politicas, encontravam os bancos abertos e o que não era presidente era director; quando havia a conspiração surda dos capitaes internos contra o Ministro da Republica; quando o nosso credito externo estava abalado; quando a Inglaterra não nos reconhecia; quando os bancos não podiam continuar a emittir; — querer a conversão do nosso meio circulante, é querer cousa superior ao esforço humano, e que outros não conseguiram em época normal! Querer a circulação metallica é querer o que se póde dar a riqueza e o desenvolvimento das industrias e das grandes fontes de produção, e não a vontade de um homem! (*Apoiados; muito bem.*)

A Italia só depois da Triplice Alliança, poudes cuidar na conversão do papel-moeda; a lei do *consortium*, em 1875, foi o primeiro passo, mas só em 1881 Magliani poudes propôr, depois de largos annos desse regimen, a lei suspendendo o curso forçado.

Só conheço o exemplo dos Estados Unidos, depois da guerra da seccessão, mais especialmente o da França em 1870, da conversão rapida do papel-moeda.

Mas, o que se deu em França, Senhores, é simples.

De 1874 em diante o cambio conservou-se favoravel: era uma exportação de metaes preciosos que havia dado lugar ao papel-moeda; foi um movimento inverso, que facilitou a abolição do curso forçado.

Isto é fóra de duvida, Senhores: si o curso do cambio é favoravel, o affluir do ouro trazido pelas relações internacionaes, reconstitue, pouco a pouco, o *stock* metallico, e permite a substituição do papel-moeda; si o cambio é desfavoravel, o curso forçado é imprescindivel, porque dá-se a emigração do ouro. (*Apoiados; muito bem. Apartes.*)

Para S. Ex. o regimen do ultimo decreto é o do papel-moeda, é o regimen do curso forçado, é o regimen do papel

absolutamente inconvertível; mas S. Ex. esquece que o papel-moeda do Estado é uma moeda falsa, não tem valor algum, denota apenas uma dívida do Estado, e nunca é conversível; ao passo que o papel-moeda do banco é conversível em certas e determinadas condições, não é uma dívida para o Estado, tem o terço de seu valor em ouro e fundos publicos, e o resto garantido pelos títulos, pelas acções que constituem a carteira do banco.

S. Ex. não vê nesse papel senão a ruína, e esquece que elle salvou a Inglaterra na guerra da coalisção, a Russia na guerra da Criméa, a Austria em 1859 e 1866, a França em 1870, e que Leroy Beaulieu tem razão quando diz que sempre que um povo tiver em perigo os seus destinos, ver-se-á obrigado a proclamar o curso forçado. (*Apoiados e apartes.*)

E' verdade que o nobre representante do Rio Grande do Sul, Dr. Ramiro Barcellos, nos disse que preferia a esse papel acima descripto o papel-moeda do Governo, porque tem atraz de si a honra nacional e a fortuna publica, esquecido de que S. Ex. atacava a emissão sobre apolices, que é um titulo official, que tem por traz de si a honra do Governo e a fortuna publica. (*Apoiados.*)

Os nobres representantes que se têm occupado deste assumpto, têm sempre affirmado: — Esse papel é a ruína, porque não é conversível.

O SR. OLIVEIRA PINTO — Estamos condemnados a não ter a conversão, porque é necessario cambio ao par por um anno.

O SR. SERZEDELLO — Eu sei, Senhores, que o caracter essencial do bilhete é a convertibilidade, isto é, o reembolso immediato em moeda metallica, e que Molien tem razão quando diz que um banco deve estar sempre prompto a liquidar. Sei, mesmo, que ha certo perigo em acreditar que o bilhete do banco possa fazer função de moeda si tiver como garantia cousa diversa de metal; sei que o erro maior da constituinte franceza foi a garantia territorial dos bilhetes; mas em um paiz como o nosso, onde não ha circulação metallica, onde não havia mais quem quizesse emittir sobre apolices, como fazer emissões com a metade ou o terço em ouro e a convertibilidade absoluta da nota com o cambio abaixo do par? Qual o banco capaz de fazel-o? Qual o que tentasse esse absurdo que não fosse logo aniquilado pela troca das notas? Seria preferivel dizer ao banqueiro que fabricasse ouro. (*Apoiados; muito bem.*)

Si não é assim, eu desafio a S. Ex., eu desafio o genio mais poderoso em finanças, eu desafio o actual Ministro da Fazenda a vir estabelecer um banco com a convertibilidade immediata.

Nas condições em que nos achamos, pois, a convertibilidade só póde ser estabelecida quando o cambio ao par durante algum tempo assegurar-nos a importação do ouro, isto é, a circulação metallica. Fóra dahi são situações ficticias que valorizam o papel durante uns mezes, para, depois, a emigração do ouro nos reduzir novamente ao curso forçado.

Que se ataca, pois? E' a emissão tendo como reserva o terço em ouro e em fundos publicos?

Mas é o que se dá na Inglaterra, na Austria, na Italia, na Allemanha, onde a lei do terço como dado de experiencia está consagrada!

Na Belgica vai-se, mesmo, abaixo, e acceita-se, até, o quarto. E' facto sabido, Senhores, que, ao passo que o

currency principle, accetto na Inglaterra, na Allemanha, etc., limita ao triplo a emissão — limite accetto depois que se verificou que a lei de 1844, de que o *bill* de Robert Peel era a mais completa consagração, não tinha a elasticidade precisa. Em França o principio accetto é o do *banking principle*, que deixa ao banco o privilegio de regular a emissão segundo a situação do mercado financeiro.

S. Ex. não fez, pois, nada mais do que accectar os dados que a experiencia em toda parte tem sancionado. (*Apoiados.*)

Mas, não é só isto: S. Ex. estabeleceu o deposito em fundos publicos e em ouro, e com tal habilidade, que 150.000:000\$ ficaram sobre base de apolices, 450.000:000\$ em ouro, e, com o resgate do papel-moeda, ficará a emissão reduzida a pouco mais de 450.000:000\$, muito abaixo de 600.000:000\$, a que o decreto de 24 de novembro de 1888 permittiu emissão, conservando os 190.000:000\$ de papel-moeda.

Tem-se aqui procurado attribuir esse jogo desenfreado da bolsa ao plano financeiro. Quizera que aquelles que assim pensam me dissessem até onde vão as ligações entre o plano financeiro e esse jogo.

UM SR. REPRESENTANTE — E' a emissão.

O SR. SERZEDELLO — Sobre apolices? São inconsequentes os que isso affirmam, porque, quando o Visconde de Ouro Preto estabeleceu a emissão sobre base metallica e produziu a valorização ficticia do papel, essa jogatina ascendeu a grandes proporções, — essa jogatina, que reputo immoral, Sr. Presidenté, porque comprehendendo que um titulo de 200\$, que, hoje, dá 6 %, si, melhorando a empresa, der 12 %, ache quem o compre por 400\$; mas o que não comprehendendo é que se jogue contra o que não se sabe, que se saque contra o futuro; porque, amanhã, quando esses titulos se localizarem e derem, por exemplo, juros correspondentes a 50\$, ao passo que foram comprados por conto de réis, verão, então, os seus possuidores que em vez de 1.000:000\$ têm cinco ou dez. (*Apoiados; muito bem.*)

O que ha ahi, pois, Senhores, é a esperteza de meia duzia e a ignorancia de muitos. (*Apoiados; muito bem.*)

UMA VOZ — O que faz e alimenta o jogo é a emissão em excesso.

O SR. SERZEDELLO — Senhores, não é exacto isso. Desde a origem da Economia Politica que Quesnay entreviu, Adam Smith sustentou, e Say desenvolveu a seguinte verdade: os habitos de um mercado não empregam senão certa somma de moeda, ainda que se lhe forneça mais. Basta ver que cada individuo guarda apenas o dinheiro que precisa para suas permutas; si tem de mais, aliena-o, dando emprestado e effectuando compras; si tem de menos, procura-o por meio de vendas ou tomando emprestado. E a razão é simples: a moeda não dá por si goso algum. Ora, a sociedade que não tem outra moeda senão a somma das que possuem os particulares, está, pois, reduzida a uma somma limitada. E' exacto que quando um banco começa a emittir, augmenta a somma dos capitães disponiveis: dahi a baixa temporaria na taxa do juro, e estabelecem-se novas operações industriaes, que podem ser mal succedidas e conduzir a perdas; mas isso é devido á má collocação, ao má emprego dos capitães, e não á existencia da emissão. Si, pois, alguém póde ser responsabilizado, é o

ex-Ministro da Agricultura, que forneceu as concessão e o emprego para esses capitães. (*Apoiados; apartes; não apoiados.*)

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. já excedeu de muito a sua hora.

O SR. SERZEBELLO — Vou terminar, Sr. Presidente, fazendo um appello ao Congresso, afim de não sacrificar por exaggero de federalismo os altos interesses da Patria. E' necessario que constituamos a grande Patria forte e digna. (*Apoiados.*)

Senhores, sabe perfeitamente o Congresso o que se passou com os estados da America do Norte.

A principio constituiram uma Confederação, em 1877, e delegaram os estados, em 20 artigos, algumas attribuições a um Congresso. Cada Estado conservou a sua soberania, e eram taes os exaggeros de soberania, que cada Estado pagava o seu delegado ao Congresso. Cada Estado tinha um voto em todas as deliberações. Mas em breve reconheceram que era fragil essa União, e que, si não se fortificassem os laços, seria impossivel a vida da grande Patria, — cahiriam na anarchia, na ruina e na miseria.

Foi, pois, deante do grande perigo, quando não havia Poder Executivo respeitado, sem Poder Judiciario, quando o Exercito ameaçava revoltar-se, porque não recebia soldo — foi então deante da bancarrota, que reuniu-se essa grande Assembléa, em 1887, e architectou a obra colossal da qual tantas vezes desesperou Washington.

Apesar dos grandes erros, apesar dos abusos na administração, confio nos principios, mantenho viva a crença de que a Revolução foi a aurora de nossa liberdade, o inicio da nossa regeneração. (*Apoiados; muito bem.*)

Façamos a Federação, e deixemos tranquillos que a ordem permittirá o desenvolvimento de todas nossas grandes forças.

Acredito que, grandes como esse rio que no meu Estado sabe avassallar o oceano, sereno e calmo como o nosso céu estrellado, será o progresso da Republica Federativa — eterna em sua existencia, fecunda em seus beneficios. (*Numerosos apoiados; muito bem; muito bem. O orador é felicitado e abraçado por todos os seus collegas presentes.*)

O Sr. Theodureto Souto (1) (*Movimento de attenção*) — Sr. Presidente, é difficil succeder a um orador como o illustre representante do Estado do Pará; S. Ex. collocou-se sempre em uma tão elevada esphera no exame e apreciação dos diversos pontos sobre que versam as suas emendas, que só um dos *novos* representantes, um dos da legião aqui numerosa da mocidade, um daquelles que constituem a brilhante vanguarda da Republica lhe podia succeder, e não eu (*Não apoiados*), embora não me considere inteiramente um *antigo*; mas, como não tive parte directa no trabalho inicial da declaração e organização da instituição republicana, julgava que a responsabilidade da direcção dos acontecimentos, e não a responsabilidade de todas as idéas que fossem aqui trazidas e debatidas á luz da inspiração dos mais nobres e dignos sentimentos que devem formar o tecido ou trama vivente da

(1) Este discurso, publicado no Appendice do terceiro volume da primeira edição, substitue o resumo que aqui se achava.

Constituição federal, devia pertencer, exclusivamente, áquelles a quem eu chamo os *novos*.

E' verdade, Sr. Presidente, que eu poderia, talvez, voltando ao meu passado, deparar idéas e factos, que serviriam para mostrar que eu tambem tive intervenção no movimento liberal da minha Patria; mas isso era meramente um ponto de vista pessoal, e eu não quero collocar-me nelle.

E, pois, o que me trouxe a esta tribuna foi justificar algumas emendas pelas quaes me manifestei em alguns debates, e votações incidentaes, que se deram no Congresso.

A primeira emenda que apresentei versa sobre pagamento da divida dos estados; e folgo de ver que ella é apoiada por um tão distincto campeão como o nobre representante do Pará.

Senhores, as dividas dos estados foram contrahidas em um regimen diverso, quando as finanças do Imperio estavam confundidas com as finanças dos estados, cuja direcção suprema corria por conta dos delegados que eram os chefes das assembleas provinciaes organizadoras dos orçamentos; quando reinava uma desordem tão grande em relação ás rendas das provincias do Imperio; e, até, das municipalidades, que debalde mais de uma vez o governo central tentou introduzir a luz nesse chaos.

As dividas dos estados vêm de uma época longinqua; e profundamente separadas da actual nasceram e cresceram sob um systema diverso, politico e economico; assentavam nas bases de uma organização orçamentaria e financeira que não deve ser identica á que ora se instaura sob o dictame de novos principios.

As dividas dos estados, muitas vezes, se constituíram com uma certa responsabilidade e, até, com a fiança do Governo central, e, pois, virtualmente, com a responsabilidade solidaria da Nação inteira; tinham, mesmo, por causa determinante o enorme erro da centralização administrativa, que absorvia todas as forças vivas das antigas provincias, cujos elementos materiaes e moraes, em toda a sua complexidade de relações, soffriam a acção directa, inevitavel, exorbitante, indisputada, invencivel dos presidentes, que os perturbavam, encaminhavam, faziam e desfaziam, a cada passo, sem systema, sem unidade de vistas e da maneira mais incoherente, ás mais das vezes.

Hoje, como hontem, e ainda por muito tempo, temos de viver sob o prolongamento dessa situação anterior; as condições financeiras da União e dos estados estão inteiramente ligadas; não se póde, nem se deve desde já romper o vinculo dos interesses communs na administração da fazenda nacional; não é o momento ainda de uma separação completa da divida federal da dos estados, ou de fazer-se a partilha do acervo hereditario do regimen monarchico sob o dictame absoluto do estricto direito.

Senhores, o pagamento das dividas dos estados pela União me parece um principio de harmonia, de fraternidade, de apaziguamento e de reciproca bemquerença; um elemento poderoso de consolidação para o credito interior e exterior; uma força de attracção para todos os órgãos da sociedade politica, suffocando no berço as tendencias particularistas, que no principio são mais que um erro, pois são um crime de lesa-patriotismo. (*Apoiados.*)

Incorporemos, portanto, a divida dos estados ao passivo federal; é uma idéa nobre, fecunda, generosa, que só póde ter

dous inimigos — o egoismo dos estados que não têm dívida e os sentimentos anti-federalistas, que não posso comprehender que aqui existam, no seio deste Congresso, cujo supremo esforço é integrar e não desintegrar e pulverizar a Pátria.

Razões de toda ordem — moraes, materiaes, politicas, sociaes, economicas, financeiras — nos aconselham a solver a dívida dos estados, libertando-os dessa especie de escravidão, que os opprime e quasi esmaga, diminuindo-lhes a intensidade das suas energias autonomicas e das suas sympathias federaes.

Nesse intuito, formulei a minha emenda de accordo com as idéas que, aliás, aqui já revelei. Ella estabelece, em termos claros, qual a dívida a pagar. Já o disse aqui, e repito, Senhores: o Estado do Ceará nada deve. Sou insuspeito, portanto, nesta questão, e posso dizer que, procedendo assim, só obedego ás suggestões elevadas de amor á unidade nacional, da dedicação á causa da communhão republicana.

E quizera mais, ainda: quizera que a União empregasse todos os seus esforços, lançasse mão de todos os seus recursos, para extinguir, ou diminuir, uma responsabilidade maior — a da dívida externa.

Os effeitos economicos e moraes dessa grande medida seriam incalculaveis; e para accentuar o maximo, o culminante interesse della, em ordem a fazer convergir os esforços da administração para esse ponto, traduzi a minha idéa, que, pelo menos, é uma aspiração elevada, em uma emenda que apresentei.

Senhores, vós deveis ter ainda bem viva a recordação dos factos, não só os de longa data, como os recentes, da vespera, do dia, posso dizel-o. A especulação illicita arroja, quando lhe convem, nas praças estrangeiras, o nosso credito, como si fôra cousa vil, aos azares de um jogo miseravel, quasi sempre dirigido e determinado pelos boatos, que repercutem no mercado monetario de Londres, fazendo baixar os titulos de nossa dívida, perturbando o desenvolvimento normal das relações internacionaes, e causando os mais graves prejuizos aos capitães que repousam sobre a garantia de nossa probidade, como dos nossos grandes e invejaveis recursos materiaes.

No dia em que nós nos pudessemos emancipar dessa forma de servidão, e conquistar o inestimavel direito da equaldade, restabelecido o equilibrio das nossas condições economicas, estanke a fonte dos prejuizos que a dívida externa nos acarreta por tantos modos, assegurada a immigração regular dos capitães pelas forças do nosso commercio, pelas relações da permuta internacional, pela *drainage* natural dos capitães europeus, que demandam novos centros de reprodução da riqueza, eu vos garanto, no dia em que conseguissemos esse *desideratum*, teriamos tomado uma posição verdadeiramente superior, e os nossos elementos de riqueza, os nossos meios de intercambio, os nossos valores, os nossos factores economicos, o nosso commercio, as nossas industrias, — tudo attingiria a um grão de segurança e de prosperidade, de maneira que nada teriamos a invejar dos Estados Unidos do Norte. (*Apoiados.*)

Vêde, Senhores, que, apesar deste exemplo unico na Historia, de ter-se feito uma revolução politica, vencendo-se todas as difficuldades com os sós recursos internos do paiz; que, a despeito disso, especuladores vis e criminosos batem moeda sobre o nosso credito; e dizel-me si não estariamos a cavalleiro

de todas essas difficuldades si não nos achassemos em uma situação, que a Monarchia nos legou, formada com empréstimos sobre empréstimos, ou, antes, com empréstimos para pagar dividas e, até, serviços ordinarios?

Um outro assumpto, sobre o qual tambem enviei uma emenda, é, me parece, de alta gravidade, e se refere á questão dos terrenos devolutos, que, por uma emenda bruscamente apresentada, passaram a pertencer aos estados.

Ora, isso é absolutamente impossivel e absurdo (*Não apoiados e apoiados*), contra o Direito e a justiça, contra as leis fundamentaes e a razão.

Senhores, vós estabeleceis na Constituição, — e este é um principio essencial, é um direito, que faz parte da Declaração dos Direitos; é uma das theses iniciaes, que se chamava no tempo da Revolução franceza o “grande vestibulo das cartas constitucionaes”, — vós estabeleceis que a propriedade é sagrada, mantida em sua plenitude, ou integralidade juridico-moral, e, pois, não póde ser, absolutamente, retirada nem ao individuo, nem a uma collectividade! (*Apoiados*.)

Mas as terras devolutas, em virtude de todas as leis anteriores, pela occupação secular, por todos os principios de Direito, já pertencem á União: logo, vós não podeis tiral-as da União para entregar-as aos estados.

Senhores, peço-vos que consulteis a Sciencia e a Historia, o Direito e a Philosophia, e vos asseguro que não achareis nada equal.

O principio cardeal é este: pertencem á União, isto é, ao Estado em sua collectividade, em sua unidade superior, moral e politica, as terras que ninguem poude occupar; pertencem-lhe as terras que deixaram de ser occupadas; pertencem-lhe as terras que ainda não estão occupadas; é uma triplice categoria.

E' por isso que as terras que ainda não estão occupadas em razão de uma grande difficuldade ou impossibilidade, assim como os lagos, os rios, as florestas, os mares interiores, pertencem ao Estado soberano; é por isso que as terras que ainda não foram occupadas, não porque seja impossivel, mas porque não as invadiram elementos de colonização ou de immigração para roteal-as, ainda pertencem ao Estado, e não se acham na posse particular; é assim que, ainda por um principio de Direito, que rege todas as relações em materia dos bens dos ausentes e das heranças jacentes, as terras que deixaram de ser occupadas e não encontraram pessoa apta pela lei para herdar-lhes a propriedade, passam a pertencer ao Estado.

Esta trilogia é inconcussa no ponto de vista do Direito publico e privado, na relação complexa que se estabelece, absolutamente, entre o territorio e a soberania do Estado.

Senhores, que fica sendo a União brasileira sem o seu territorio? que fica sendo, por exemplo, essa porção de terreno das Missões, objecto de um litigio internacional? Respondei-me: A quem fica pertencendo essa zona chamada das Missões, quando nós todos queremos que se respeite nos limites da nossa propriedade, e não queremos que nella se toque, pelo principio superior da indivisibilidade do territorio nacional?

Fica pertencendo a um Estado? Qual é elle? Mas a questão é internacional, collocada de governo a governo, e vós todos partis do dogma supremo, que o territorio, elemento concreto, base da soberania, é sagrado, é uno, indivisivel

(*Apoiados*), como o corpo em que vive a alma da Patria na sua mais bella e mais real concepção, tão indivisivel como a toga inconsutil da erença christã.

Senhores, eu poderei estar em erro, mas parece-me que a disposição da emenda approvada contém o maior de todos os absurdos. Pretende-se fazer uma patria sem territorio, uma patria abstracta, sem elementos materiaes, sem dominio nacional, que é a maior forga de um povo, porque é a sua maior riqueza no presente e no futuro.

Vozes — Todo o territorio é nacional.

UM SR. REPRESENTANTE — E' falso o ponto de vista de V. Ex.

O SR. THEODURETO SOUTO — Sinto não ter órgão vocal bastante energico, para melhor exprimir o meu pensamento; estou falando com esforço, neste recinto, onde só se podem ouvir os grandes tribunos.

O que se pôde fazer, Senhores, é declarar na Constituição, — e neste sentido eu mando uma emenda, — determinando que a União cederá aos estados uma certa porção de terras devolutas, e estabelecendo os limites dellas. Mas deveis reconhecer que é esse o direito base, o direito fundamental, pois sem territorio não ha soberania. Soberania sem territorio é uma abstracção inane, é uma idéa oca, é um sonho; só o federalismo, levado até a altura do separatismo, pôde chegar até ahí. (*Muitos não apoiados.*)

A soberania territorial entra no Direito Publico, ao mesmo titulo que a propriedade no Direito Privado; na concepção do mundo moderno, o Estado é e deve ser o proprietario de todo o territorio não occupado; e a União brasileira, a Nação, o Poder central, que synthetisa todas as forças constituintes da vida federal; o povo brasileiro, a Patria, no conceito elevado da philosophia politica, da sciencia social, do Direito, da vida real, complexa, harmonica da communhão, é o unico proprietario das terras devolutas, propriedade collectiva, dominio nacional, dominio eminente, preexistente ás constituições escritas de 1824 e á actual, e que é tão sagrado, tão absoluto como a propriedade singular. (*Diversos apartes.*)

Senhores, devo fallar-vos com toda a franqueza: esse federalismo *ultra*, que aqui se alardêa, me enche de apprehensões; e si eu tivesse de escolher um chefe, um director neste Congresso, esse seria o distincto e modesto representante, que tantas vezes aqui falla quantas aviva em mim, e creio que em todos, os mais altos sentimentos de culto da Patria unida e indissolvel: refiro-me ao digno representante do Paraná, neste momento ausente, o Sr. Dr. Ubaldino do Amaral, que teve a coragem de vir aqui dizer: A União não tem advogados; eu vou ser advogado da União.

Vozes — Todos nós o somos.

O SR. THEODURETO SOUTO — Si o Sr. representante do Paraná estivesse aqui, eu o convidava, desde já, para meu chefe, ainda que ficasse sendo o seu unico soldado.

Senhores, os pontos de vista, como os argumentos de ordem moral e juridica, como todos os intuitos do federalismo *ultra*, que é o particularisimo isolador, são falsos.

Nós emergimos do seio de uma Patria una, indivisivel, indissolvel, integral, fortemente centralizada; não podemos

dar salto mortal para uma federação extrema; havemos de passar por diversas phases intermediarias, de transição, de evolução, de differenciação crescente; e as normas constitucionaes que adoptarmos actualmente não levantam, não devem levantar, uma muralha eterna contra as aspirações dos Estados; traduzem, hoje, concessões ao principio unitario, amanhã, ao federal, até, por um processo de diversificação normal, alcançaremos os limites.

Assim, pouco a pouco, chegaremos ao ponto a que devemos chegar, em que os poderes se congracem, se reunam, se concretizem em uma harmonia superior, mantendo a sua autonomia no maximo grão admissivel.

UM SR. REPRESENTANTE — Nessa questão de terras, V. Ex. está mais atrozado do que a Monarchia, que nos havia dado a importancia da venda.

O SR. THEODURETO SOUTO — Parto da unidade da Patria; desço da concepção superior do Estado, da União, da Republica representando a integridade nacional, ainda mais forte do que foi sob a Monarchia, da Nação em sua formação, em sua organização central, moral e politica.

Senhores, nós eramos um Estado constituido, formando uma grande personalidade juridica, com uma grande complexidade de relações politicas, sociaes, economicas, financeiras; pois bem, parto da idéa geral da Nação, com o seu poder, com a sua soberania; trago o conceito do povo brasileiro, e não do povo paulista, ou do povo cearense, e cogito dos meios moraes e materiaes do governo da Nação soberana, no aspecto da vida internacional, e no da vida privada.

Nós não podemos fazer tudo quanto fizeram os Estados Unidos do Norte, no dia em que se organizaram.

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex. está querendo uma Republica sem Federação.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Então votemos, já, contra o art. 1º.

O SR. THEODURETO SOUTO — Outro ponto sobre o qual mandei uma emenda (preciso passar rapidamente sobre todos estes topicos) foi o das incompatibilidades eleitoraes e politicas; não só das incompatibilidades eleitoraes em relação aos cargos federaes, mas de incompatibilidades eleitoraes em relação aos cargos internos de quaesquer dos estados; e aqui, neste terreno, desafio quem seja mais federalista do que eu, pois entendo que a Federação se ha de fazer, não só com os meios economicos e financeiros, senão também com todos os elementos materiaes, moraes, politicos e sociaes da Patria Brasileira.

Passou aqui uma emenda em relação á incompatibilidade de banqueiros e directores de companhias, que recebam favores do Governo, materia que não tenho receio de discutir, ainda que minha pessoa esteja em causa. Declaro que não conheço nada mais injusto do que exarar em uma Constituição uma disposição que vai entender com a vida intima das sociedades anonymas, ao ponto de excluir do parlamento aquelles que as dirigirem. As incompatibilidades politicas, assim como as incompatibilidades parlamentares que se referem á accumulção de cargos ou ao exercicio simultaneo das

funções de senador e de diplomata, por exemplo, comprehendendo que façam parte das disposições constitucionaes. As incompatibilidades eleitoraes devem ser decretadas por leis especiaes, votadas pelo Congresso ordinario; leis que devem amoldar-se ás circumstancias politicas do paiz, adaptando-se ás suas modalidades sociaes.

Por que principio se ha de excluir da representação nacional aquelles que occupam na sociedade uma posição financeira ?

Quando se tratou de reunir este Congresso, permittiu-se que viessem aqui representantes de todas as classes sociaes. banqueiros, advogados, medicos, militares de terra e mar, industriaes, commerciantes; apenas vedou-se que fosse representada a classe sacerdotal; e neste ponto divirjo inteiramente do pensamento constitucional.

Senhores, o Estado moderno é essencialmente inter-confessional, elle paira sobre todas as profissões religiosas; é esta a fórmula estabelecida por publicistas eminentes; mas é necessario que o Estado não se despoje de certa faculdade superior, para que, em momento dado, possa impedir que os interesses e paixões perigosas, á sombra de crencas mais ou menos respeitaveis, ou que as diversas fórmulas, do culto, em agitações externas, venham a perturbar a vida regular do governo civil.

E' um principio de defesa social, uma fórmula de tutela juridica, que é um direito essencial do Estado, um attributo irrecusavel do Poder publico; mas delle não se podia tirar tal consequencia, neste momento.

Ainda sobre incompatibilidades, penso que não deve ficar na Constituição essa medida excepcional, anomala e odiosa, pela qual são excluidos das eleições de governadores dos estados, os cidadãos que hajam sido governadores quatro mezes antes da Constituição.

Senhores, isto não é um ataque ao principio federal. São as constituições dos estados que hão de determinar quaes os cidadãos elegiveis, quaes não. (*Apoiados.*) Um acto qualquer do Congresso contra o principio, é um attentado contra a soberania dos estados.

Voto contra semelhante disposição, sobretudo quando, ao que me parece, ella se reveste de caracter singular, ou pessoal, além de antagonico com o direito dos estados, e ainda porque vai arredar, injustamente, do pleito eleitoral, aquelles que assumiram a grande responsabilidade da organização inicial da vida nova dos estados até o momento presente, lutando com as maiores difficuldades, contra a reacção dos partidos não extinctos, victimas de todos os odios não apagados das antigas facções.

Mas não é só isto, Sr. Presidente. o projecto constitucional emendado, ainda nas mesmas Disposições transitorias, vai annullar as eleições a que se procedeu nos estados, revogando actos perfectos e acabados, retroagindo contra direitos adquiridos, e lançando por toda a parte a semente da discordia. Os estados, na sua collectividade politica e moral, na sua soberania reconhecida, têm o direito do voto, quer se considere um direito natural, quer uma função social. Como, pois, ides attentar com aquella medida accidental, ephemera nos seus effeitos immediatos, mas de um alcance funesto, um direito fundamental dos estados ? (*Apoiados.*) Si demorardes

as eleições tres mezes, vindes fazel-as coincidir com os nossos trabalhos ordinarios, perturbando e desorganizando a funcção eleitoral dos estados soberanos desde o acto inaugural da fórma republicana federativa.

Eu aqui, Senhores, passo, naturalmente, a uma questão, para mim capital. Sustento, contra o voto do Congresso, com todas as forças da convicção, e de accordo com as idéas que tenho bebido na Sciencia e na pratica, a unidade de legislação. Quero que o paiz tenha unidade de legislação civil, commercial, marítima, criminal e processual. (*Muito bem! Apoiados.*)

A hora está quasi terminada; vou, por isso, resumir as considerações que tenho a fazer sobre a materia: enuncial-as-ei em fórma synthetica. Senhores, em todas as épocas os estados civis e politicos são formados no seio do povo, pelo povo e para o povo; os estados não são reuniões de homens indeterminados e independentes da unidade nacional, nem a sua creação é um acto das vontades individuaes, ou o effeito de um contracto, como entendiam Rousseau e os convencionaes. Tanto em face dos principios da escola chamada historica, como das theorias divergentes, nas suas diversas manifestações doutrinarias, o elemento formador e individual das organizações dos estados não é um acto arbitrario da vontade humana. Quer se considere o povo a unidade natural, no seio da qual o Estado nasce, desenvolve-se e perpetua-se de geração em geração; quer uma reunião de contemporaneos, encerrada em uma época determinada; quer a assembléa de cidadãos onde reside a soberania; quer, ainda, uma fusão forçada de elementos ethnologicos diversos, como nos casos de conquistás e desmembramentos: é o povo, é tal e determinado povo, que é o sujeito activo do Direito, e seu creador, o objecto, ao mesmo tempo, concreto, real das infinitas applicações das instituições juridicas, quer nas suas fórmulas expressas, quer nas suas fórmulas latentes. (*Savigny e Ihering.*)

As relações de Direito têm uma natureza organica; e cada relação de Direito tem uma instituição que a domina, lhe fixa o quadro da sua evolução, e lhe imprime o cunho, dando-lhe o typo.

Ora, Senhores, o povo brasileiro, uno, indivisivel, identico nos seus elementos de formação, tem o seu Direito, que sahe do espirito geral, que paira sobre todas as funcções juridicas da Nação, que se filia á tradição historica, que é a força maxima da sua organização social. O povo brasileiro é uma communhão de relações intellectuaes, moraes, juridicas; é um todo vivente, do qual emerge a criação do Direito.

Os principios novos que presidirão á deliberação do Congresso, si fôr objecto de legislação uma sómente o Direito Processual, sem que acompanhe oCodigo Civil e Commercial, são de uma alta incoherencia.

Não devo, e nem aqui é o lugar proprio para uma dissertação juridica. Todos sabem que a materia processual é mixta. De um lado, está ligada ao Direito Publico, ao Poder Judiciario, pelas suas diversas fórmulas de funcionamento normal, por outro lado, está ligado ao Direito Privado, desde o systema da prova até a jurisdição voluntaria, o arbitramento e todas as outras relações que lhe pertencem nesta esphera. Ora, si o Congresso destaca o Direito Processual do Direito

Privado, por que razão não estabeleceu também o Código Civil *uno*, bem como o Código Commercial?

O Direito do processo, diz Jitta, tem dois elementos, que se entavam constantemente um no outro.

O Direito Privado, das partes, sahindo do repouso para o movimento, arrasta uma serie de relações, das quaes uma prende no Direito Publico, pois que a ordem social torna necessaria a intervenção da auctoridade para a administração da justiça, sendo a organização do Poder Judiciario attribuição da soberania, e a auctoridade do julgamento e a sua sanção demandando a acção do Poder Publico; e a outra prende no Direito Privado, como sejam, por exemplo, a eleição do domicilio, a nomeação dos peritos, a capacidade, a questão da prova, que fórma a irradiação exterior do Direito.

Si, pois, a legislação processual deve pertencer á competência federal, porque relaciona-se com o Direito Publico, por força das cousas, pela natureza das instituições, essa legislação vinculando-se, necessariamente, no Direito Privado, no Direito Civil, no Direito Commercial, é logico, é inevitavel que o Direito Privado entre, também, no quadro das attribuições federaes, que os estados não podem invadir sem quebrar a unidade nacional e derrubar todo o edificio do nosso Direito Publico, como o estamos formando, como devemos formal-o, pela Constituição.

Senhores, a unidade do Direito Processual, não só não é sufficiente por si só, como seria uma abstracção sem vida, um puro *nominalismo*, para fallar a linguagem da escola, sem a unidade do Direito Civil e Commercial.

A unidade juridica é, hoje, um principio fundamental, o ideal de todos os povos; a unidade juridica no paiz representa a força moral do povo brasileiro; torna uma realidade vivente toda uma serie de relações que se crearam com o tempo, de accordo com as condições geraes do povo brasileiro, e o povo brasileiro é um só.

Como, pois, estabelecer diversos codigos para as diversas circumscripções que formam os estados?

O Brazil é um paiz novo, que deve attrahir e assimilar as forças do Velho Mundo, e si vós investis cada Estado nesse supremo attributo da decretação de codigos particulares, em poucos annos, com a immigração italiana para S. Paulo, a allemã para o Sul, e outra e outra paja este e aquelle Estado, tereis perdido a nacionalidade brasileira, porque estes codigos irão formando outras tantas nacionalidades.

E' contra isso que me levanto, e hei de empregar todos os esforços; devemos formar a unidade juridica, de modo que a nossa legislação represente sempre todas as energias contraes e indestructiveis do paiz.

Vós sabeis que a colonização é um elemento permanente de differenciação; e si o povo brasileiro não fôr uma unidade sempre fortemente constituída pela sua legislação, como pela sua força moral, como pelas suas instituições juridicas, em pouco tempo será uma nacionalidade dispersa e extincta.

Senhores, ainda um outro ponto em que estou em completo accordo com o orador que me antecedeu na tribuna e ao qual tão mal estou succedendo (*Não apoiados*), é o que se refere ao arbitramento.

Sei que o arbitramento é um principio americano; elle tem sido, mesmo, levado até a altura da obrigatoriedade, com

um supremo tribunal ou alla commissão, a cujas decisões sejam sujeitas todas as nações que adherirem a um codigo internacional; e espero, em logar e tempo opportunos, discutir as questões que se ligam a tão culminante assumpto.

O que neste momento quero dizer, sómente, é que a condição preliminar e indispensavel para realizar tal *desideratum* será o desarmamento das nações, não só da America, como da Europa.

Então, sim. O que me parece, entretanto, é que será um erro inserever-se em um artigo da Constituição o principio da obrigatoriedade ou quasi obrigatoriedade do arbitramento, cujo recurso será exgotado em todos os seus tramites e phases, antes da declaração de guerra.

Isto não se póde conseguir senão por meio de alguma convenção, em congresso internacional, e ficando o principio estabelecido em um Codigo de Direito Internacional Privado, o que, creio, será, ainda por muitos annos, um simples ideal.

O mais que podemos fazer é render uma homenagem á idéa, — e isto creio que está na emenda do nobre representante pelo Pará e em uma outra, que apresentei, estatuinto que o Congresso auctorizará o Governo a declarar a guerra si não preferir o arbitramento.

Sr. Presidente, muitas outras materias pretendia debater neste momento, mas considero desnecessario.

A Constituição que votamos está mais ou menos vasada em moldes superiores; contém os dogmas e doutrinas mais adeantados; a pratica leal do systema republicano federativo depara ahí todos os elementos theoricos, e não será por falta de uma boa organização que o paiz deixará de entrar francamente em uma nova vida politica e administrativa.

O que é preciso é ir, desde já, atirando á margem uma grande parte das idéas que constituem a nossa velha educação politica, e procurando, não só ter a intuição perfeita do systema novo, como a crença viva da sua efficacia moral, a fé nos destinos da Republica.

Estamos fazendo um Direito Publico novo ou quasi inteiramente desconhecido; não é o que apprendemos nas escolas onde predominavam o racionalismo e o unitarismo francez; é outro, todo outro. Assim o entendamos bem e o pratiquemos melhor.

Todos esperam que, depois de feita a nossa Constituição, não deixará de ser considerada pelos mais eminentes publicistas como uma obra digna de um povo americano, em plena civilização.

No que diz respeito, principalmente, ao systema da discriminação de rendas, questão nossa, questão pratica, que não póde ser resolvida senão tendo-se em vista as nossas condições economicas peculiares, muito, certamente, teremos que remanejar ainda.

O systema da discriminação de rendas, complexo como é, será mais a tarefa dos congressos ordinarios.

O mais que podemos fazer agora, e talvez eu o requeira, é eleger do seio do Congresso uma commissão numerosa, que, com outros auxiliares externos, notoriamente competentes em materia financeira, reunam-se e, no intervallò que vai daqui ao Congresso ordinario, organizem um plano de accòrdo com as necessidades dos estados, porque nós temos discutido aqui muito, mas no campo das abstracções.

Eu desejaria que esse estudo se fizesse no terreno pratico, porque os representantes dos diversos estados reconhecem bem as suas forças financeiras, os recursos de que elles podem dispôr, e sabem qual a materia que pôde ser tributada, e qual a que não comporta tributos, quaes as indústrias, as fontes de produção, os elementos de riqueza particular dos estados.

Apenas lançamos, agora, as bases, ou traçamos as grandes linhas.

Ainda em relação á discriminação de rendas, os nobres representantes sabem que, em um regimen de plena descentralização, é preciso attender, não só aos estados, mas, tambem, aos municipios e, até, á parochia. E eu poderia, caso quizesse prolongar o meu discurso, referir-me, neste ponto, não só ao *Self government*, mas ao que alguns publicistas chamam a *self administration*, fundamento de todas as liberdades practicas, de toda a pujança da vida economica e politica, de toda a rica expansão material e moral da Inglaterra, segundo Rudolf de Gneist, e dos Estados Unidos.

Já se vê, Sr. Presidente, que a questão de discriminação de rendas é extraordinariamente complexa, e, sobretudo, experimental; deve ser estudada sob aspectos variadissimos.

Não quero roubar mais tempo ao Congresso.

Antes de concluir, porém, peço permissão para manifestar um voto, e é que, si nós não pudermos um dia tirar da existencia de um governo anti-parlamentar ou presidencial os elementos de consolidação da ordem e desenvolvimento da liberdade; havemos de, necessariamente, voltar ao antigo regimen parlamentar.

O SR. ZAMA — Escreva isso.

O SR. THEODURETO SOUTO — Esse regimen tem sido a base de toda a grandeza dos povos de raça anglo-saxonia, mas adapta-se tambem, admiravelmente, ás raças latinas, apesar dos que o malsinam e condemnam como causa de decadencia politica e moral.

A propria França, que atravessou enormes difficuldades, desde a guerra de 1870 até hoje, tem-se abrigado das tempestades á sombra desse maravilhoso mecanismo, que mais que nenhum outro possui todas as valvulas, todas as forças de resistencia contra o despotismo, todos os instrumentos da grandeza social.

Elle é o unico em que não é preciso recorrer a vias de facto, á força bruta, como está acontecendo no Chile, para resolver crises simplesmente ministeriaes. (*Apoiados; muito bem.*)

Senhores, não nos iludamos; não foi o regimen parlamentar que nos prejudicou; foi o parlamentarismo levado ás suas ultimas e tristes consequências (*Apoiados*), foi o viciamento do systema parlamentar.

Mas, o regimen parlamentar é e será essa secular instituição que tem as suas raizes na velha Inglaterra, asylo das liberdades politicas, couro da foragida liberdade, na phrase do poeta, onde se pregam principios que tenho visto aqui contestar, como o da soberania absoluta deste Congresso, porque vós sabeis que pelo systema parlamentar inglez as suas camaras têm, absoluta e illimitadamente, todos os poderes da soberania (*Muitos apoiados; muito bem*), e tudo podem fazer.

E nós — é preciso que fique isto accentuado, — nós somos, necessariamente, uma irradiação desses principios, que são, tambem, os da Revolução franceza; e, seja qual for a doutrina originaria, a theoria fundamental, o Direito organico, la-

tinio ou anglo-saxonio, somos um parlamento com poderes soberanos, absolutos, illimitados, salvos os direitos anteriores e superiores do cidadão, que não delegámos a ninguém, pois que o Governo que existe é um governo de facto, e nós somos a Assembléa constituinte, representante de todas as forças soberanas da Nação, que aqui está organizando a sua Constituição, e que não póde ser dissolvida, em condições nenhuma, a não ser pela força. (*Muito bem! muito bem!*)

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Fechou com chave de ouro.

(*O orador é felicitado e abraçado por muitos Srs. representantes.*)

O SR. PEREIRA DA COSTA (1) (*Muita attenção*) — Sr. Presidente, meus concidadãos: chamado para dirigir-vos a palavra em hora tão adeantada, não sei como começar as humildes considerações que vou ter a honra de apresentar ao Congresso. Procurarei, todavia, synthetizar, o mais que for possível, aquillo que tinha de dizer, e, assim, pretendo ser muito breve na exposição de meu pensamento, que outro intuito não tem senão o do restricto cumprimento de um dever.

Antes de tudo, detenho-me um momento ante o sublime acontecimento da proclamação da Republica no Brazil, voltado para outros tempos e olhando para o futuro que nos aguarda e vai julgar.

De um lado estão ainda, frementes de enthusiasmo, cheios de grande valor e nobre coragem, os mais insignes apóstolos da Republica em nossa Patria, pregando que a Republica no dia de seu triumpho será a paz, a concordia, a economia da fortuna publica, o regimen da liberdade, da justiça, e do reconhecimento do legitimo merito. (*Muito bem.*)

O SR. FREDERICO BORGES — E da moralidade.

O SR. PEREIRA DA COSTA — Vejo-os proclamando que a Republica será o governo do bem, o governo do povo pelo povo. (*Muito bem.*)

Do outro lado estão aquelles que adheriram á causa victoriosa e santa, sem nenhum pensamento occulto, com suas bandeiras de vencidos desfraldadas. Digo — de vencidos — e fallo sem offensa, Senhores, pois é facto que, outr'ora, com programmas diversos, em acampamentos diversos, dous exercitos agiam para o mesmo fim supremo — a felicidade da Patria; duas linhas de combatentes iam por caminhos oppostos; e aqui se dizia: a Republica, a melhor forma de governo, é o summo bem para a Patria; alli, o povo brasileiro ainda não está preparado para a Republica. (*Muito bem.*)

Esses dous grupos tinham, como affirmei, um alvo unico, digno de todos os elogios e louvores, que era o da grandeza do Brazil, que era o da felicidade da nossa Patria, no seio da America democratica e livre. Vejo, por isso, ainda, de um lado, os *sonhadores*, e do outro aquelles que diziam que a Republica não tinha razão de ser, e todos, hoje, reunidos sob a mesma bandeira victoriosa, que não é a bandeira de um partido, mas a da propria civilização, como já a classificou alguem.

(1) Este discurso, publicado em appendice na primeira edição, substitue o resumo que aqui se achava.

Achamo-nos, por fim, neste recinlo sob o peso da mais melindrosa responsabilidade — a de lançar os fundamentos das futuras instituições da nacionalidade, que, no conceito de Gladston, parecia isolada em um recanto do Mundo, longe do progresso, e que, no entanto, acaba de dar á Humanidade, realizando uma revolução incruenta, glorioso exemplo cheio das mais consoladoras esperanças. (*Muito bem.*)

Perante isto, que a mais fraca razão pôde recordar, para os representantes do povo, repito, grave é a responsabilidade, grande é o peso que lhes cabe sobre os hombros. Si cumprirmos a nossa missão, sahiremos desta Casa com a alegria serena daquelles que satisfazem o cumprimento de um dever; si deixarmos de cumpril-o, sahiremos daqui cobertos de ignominia. Mas, meus Senhores, eu acredito que este Congresso permanecerá na altura da sua grande missão, porque creio muito na força incontestavel das idéas e dos acontecimentos. A mesma força que immortalizou Tiradentes, o padre Caneca e fez de Benjamin Constant um idolo, esse mesmo poder invencível ha de guiar-nos, quer queiram quer não os despotas, na larga estrada do progresso.

O SR. ZAMA — Ah, muito apoiado.

O SR. PEREIRA DA COSTA — Meus Senhores, vencedora a causa republicana, como está, o que aqui devemos estabelecer é preciso que seja, legitimamente, um Governo democratico. (*Apoiados.*)

Cumpre que o nosso Governo seja, como dizia Wilson — o patriota norte-americano — semelhante a uma pyramide, com uma differença, que na pyramide politica, geralmente, o cumo esmaga a base, enquanto que entre nós uma corrente de vida popular deve circular da base ao vertice, o Poder deve sahir das mãos do povo e voltar para o povo.

O SR. ZAMA — Muito bem; nada de autocracia.

O SR. PEREIRA DA COSTA — Achamo-nos incumbidos de elaborar uma Constituição; mas que vem a ser uma Constituição? Não é, simplesmente, um código de leis sabias e justas, uma Constituição precisa estar também de accordo com os sentimentos populares, immediatamente, afim de que seja querida, amada pelo povo, tornando-se cada cidadão, della um defensor.

Por isso, ouso dizer a este Congresso, infelizmente, eu, seu membro mais obscuro (*Não apoiados*), que, si a Constituição Brasileira não ficar na altura do nosso tempo e das aspirações do povo que representamos, essa obra será obra perdida. Nella é necessario que fiquem claramente consignados os grandes principios da Republica federativa, sem transigencia de ordem alguma. — quanto á divisão das rendas; quanto á organização judiciaria, que não pôde deixar de basear-se na dualidade da magistratura e diversidade de legislação; quanto ao Poder Legislativo, que, cumpre cereal-o de todas as garantias possiveis, e, finalmente, com relação ao Poder Executivo, cujo campo de acção deve ficar visivelmente traçado, afim de que, um dia, em nome da ordem mal entendida, não se vá sacrificar a liberdade nas aras desse Poder.

Para não sujeitar o Estado á União nem esta ao Estado, claro é o que ensina illustre publicista, fallando a proposito:

“O systema federal é aquelle em que os diversos grupos humanos, sem perder a sua autonomia no que lhes é proprio, se associam e subordinam ao conjunto dos de sua especie para os fins que lhes são communs.”

Sem temer, meus Senhores, a applicação dos principios mais liberaes, pelo que acabo de dizer, por tudo, em nome das minhas velhas e queridas crenças, penso tambem, e commigo meus companheiros de deputação, que não pôde prevalecer o que estabelece o projecto, nem a emenda da Comissão dos 21, quanto á eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica, e nesse sentido já foi sustentada aqui uma emenda. Queremos que o Presidente e o Vice-Presidente sejam eleitos pelo suffragio directo da Nação e maioria absoluta de votos, por ser o meio mais natural, mais logico e mais republicano.

Muito se tem debatido esta questão.

De que fórma pôde ser eleito o Presidente da Republica ? Quantos processos ha ? Differentes.

Apontarei apenas o systema adoptado nos Estados Unidos, na França, o consignado na emenda da Comissão dos 21, o apresentado pelo nobre representante paulista, Sr. Adolpho Gordo, todos de eleição indirecta, e o processo que sustentámos, os meus companheiros e eu, da eleição directa.

Nos Estados Unidos o Presidente é escolhido por eleitores especiaes nomeados expressamente para isso, havendo tantos eleitores presidenciaes quantos são os deputados e senadores de cada Estado.

Contra esse processo da eleição indirecta, apenas apresentarei um argumento, que é, para mim, capital, conforme a doutrina geral dos publicistas que o repellem.

Ou o povo, dizem, renuncia o exercicio integral do seu direito de voto, convencido da incapacidade de eleger, e incumbe um certo numero de eleitores especiaes para o desempenho dessa função, ou, sem renunciar esse direito, sem collocar-o nas mãos de um pequeno numero de privilegiados, elle apenas incumbe a estes de depositar na urna *tal ou tal nome*, segundo sua vontade soberana: no primeiro caso, domina a vontade de uma insignificante minoria; no segundo, em que o eleitor especial nada mais é do que puro intermediario, existe apenas uma superfluidade; no primeiro caso, quer dizer — a eleição do Presidente é a expressão da vontade de uma minoria absoluta da Nação; no segundo, em que o povo, exercendo a sua acção, diz aos eleitores especiaes: Vós, que sois meus representantes neste pleito, deveis depositar na urna ~~ESTE NOME~~ —, nesta hypothese, repito, ha verdadeira superfluidade, porque quem elege o Presidente da Republica é o proprio povo, onde os directores da politica, como se dá nos Estados Unidos, agitam muito ante as candidaturas presidenciaes, sujeitam-nas a accordos, a transacções, onde o resultado da eleição é conhecido já muito antes do pleito, superfluidade sem grandeza para o eleitorado, que se sujeita a laes transacções, sacrificando, muitas vezes, nomes estimados, sem grandeza para aquelles que vão ás urnas depositar cédulas sem liberdade de escolha.

O SR. ARISTIDES MAIA — Meros portadores.

O SR. PEREIRA DA COSTA — Meros portadores.

Vicio semelhante nota-se no processo adoptado na França, porque o Presidente eleito pela Assembléa ainda é a expressão da vontade de um pequeno numero de privilegiados, com o defeito de tornar de alguma fórma o Poder Executivo dependente do Legislativo, como sua emanação; vicio semelhante nota-se no systema lembrado pela Comissão dos 21 e pelo collega cujo nome citei.

A eleição indirecta é um mal, e falta-me tempo, absolutamente, para apontar os seus defeitos em plena Republica democratica.

Não sinto isto, porque estou demasiadamente convencido de que o reconhecimento de taes defeitos está na consciencia esclarecida de todos vós.

Senhores, quem diz — Republica, diz — vontade popular, diz — soberania do povo, e ha um unico meio dessa vontade imperar, tornar-se clara realidade — é pela eleição directa. (*Apoiados.*)

E' o cidadão exercendo directamente o seu direito de suffragio, direito sacratissimo, que ninguém lhe pôde negar; não ha outro meio, outro caminho a seguir, em principio, e só como recurso extremo, afim de não appellar para uma segunda eleição, quando nenhum dos candidatos obtenha maioria absoluta, é possível tolerar, com restricção, o outro processo. Neste sentido irá uma emenda á Mesa, accetando a eleição do Presidente pelo Congresso dentre os dous candidatos mais votados na eleição pelo suffragio directo.

Mal e rapidamente pronunciado, é este o meu modo de ver. Penso que a eleição do Presidente deve ser pelo suffragio directo. Dir-me-ão: E' um mal. Si é um mal, pôde ser no terreno dos factos, mas não no dos principios; si elle é um mal não é tão grande como se suppõe: tem muitas vantagens, entre outras, primeiro, a de consagrar o verdadeiro principio democratico, depois, sendo o Presidente eleito pela maioria de seus concidadãos, fica cercado de maior força e prestigio moral para dirigir os negocios publicos, além de que nada conheço de mais nobre, alevantado e digno do que um povo que se reúne, agita-se, para eleger o seu primeiro magistrado.

Meus concidadãos, vou terminar; não devo mesmo ir além, abusando da benignidade dos que me ouvem em hora tão adeantada; vou terminar dizendo que espero, tenho fé illimitada na energia de nossas livres aspirações, e creio profundamente na realisação dellas ainda, custe o que custar. Si assim não succeder, mais uma prova dolorosa se patenteará a favor da reflexão desconsoladora de um publicista:

“O homem tem sempre amor á justiça e á liberdade, mas transige sempre com o erro, dizendo: Desejava ser inteiramente justo, mas não posso; desejava viver sempre ao lado da liberdade, mas a liberdade não passa de um ideal no Mundo.”

Modo funesto de ver as cousas, que, em dias amargos, tem crusado, criminosamente, os braços de tantos combatentes e entibiado o espirito de reconhecidos amigos da democracia. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado.*)

O Sr. Otílica diz que comprehende o desanimo que o domina ao tomar a palavra em hora tão adeantada, quando as cadeiras estão vazias e quasi que não tem para quem fallar senão para poucos collegas, de cuja benevolencia vai abusar.

Entretanto, sabe que estamos ameaçados de um encerramento da discussão, e precisa, quanto antes, por todos os motivos, expôr ao Congresso o plano que se comprometteu a apresentar em um requerimento que fez e que teve a grande honra de ser approved pela quasi unanimidade do Congresso.

Si apresentou esse requerimento, si o Congresso o accitou, si se comprometteu, naquella occasião, a apresentar um plano sobre a discriminação das rendas, porque em sua opinião aquella que o projecto consagra é prejudicial, quer para os estados, quer para a União, vê o orador que está na dura con-

tingencia de fallar, embora nada desenvolva sobre esse plano, no pouco tempo que lhe resta.

Não ha sangue frio que o anime a abusar da benevolencia dos poucos collegas que lhe dão a honra de o ouvir, para cangal-os, ainda mais com a explicação, necessariamente longa, de um plano como este.

Assim, não se alongará em explicações. Apenas, mandará á Mesa a emenda que o consagra. Si algum dos seus collegas quizer fazer a lineza de ceder-lhe a palavra amanhã, então explicará o systema e as suas idéas.

Apresenta, portanto, a emenda a que se refere, e fará publicar os dados que tem e que julga satisfactorios para comprovar a vantagem da sua adopção. Publicará tambem os dados organizados para estudo, e que paxovam a procedencia do systema.

O orador diz que esta emenda envolve em si um plano completo de organização financeira, de discriminação das rendas.

Tem organizado um trabalho muito sério em relação a isto. Pediu os dados, e o Governo não lhos forneceu, porque desejava argumentar com elles, mas não vieram, e então, teve necessidade de procurar outros.

Conclue o orador, referindo-se a um quadro da renda dos diversos estados, organizado com o orçamento de 1890 e 1888, e com a exposição feita aqui pelo Ministro da Fazenda.

Quadro demonstrativo das rendas da Republica, organizado com a base do orçamento feito para 1890 e corrigido com a renda conhecida já de diversos estados, conforme publicações no — Diario Official.

ESTADOS	MEDIA DOS EXERCICIOS DE 1888-89-90	MEDIA DE 1888 — 1889 E ARRECADADA EM 1890
1 Amazonas	1.298:385\$223	
2 Pará	9.095:028\$106	8.861:939\$206
3 Maranhão.	2.504:448\$583	2.286:748\$540
4 Piauhv	389:385\$614	
5 Ceará	2.175:292\$023	2.695:489\$749
6 Rio Grande do Norte	217:913\$811	301:362\$090
7 Parahyba	786\$558\$921	
8 Pernambuco.	11.667:570\$310	
9 Alagoas.	1.262:265\$296	1.353:425\$523
10 Sergipe	217:485\$312	
11 Bahia.	11.658:706\$663	
12 Espirito Santo	349:704\$045	402:175\$802
13 Rio de Janeiro.	1.153:943\$199	
14 Minas.	1.785:449\$262	
15 Paraná	876:755\$639	
16 S. Paulo	15.664:403\$546	
17 Santa Catharina.	844:612\$654	1.066:298\$081
18 Goyaz.	55:308\$367	
19 Rio Grande do Sul.	7.019:086\$771	
20 Matto Grosso	476:865\$882	

Tabella demonstrativa da totalidade das rendas da Republica, discriminadas as
deverão ser deixadas aos estados, com a quota de

NUMEROS	ESTADOS	RECEITA GERAL — (Media dos tres ultimos exercicios)	RECEITA DO ESTADO — (Orçamento de 1889 ou de 1890)	TOTAL
1	Amazonas.....	1.208:385\$223	2.503:270\$000 (Arrec. em 90)	3.801:655\$223
2	Pará.....	8.861:949\$206	3.895:131\$000 (Orç. de 1890)	12.756:070\$206
3	Maranhão.....	2.585:748\$540	852:665\$000 (Orç. de 1890)	3.439:413\$540
4	Ceará.....	2.905:489\$749	1.065:200\$000 (Orç. de 1890)	3.760:689\$749
5	Piauhv.....	389:385\$614	238:920\$337 (Orç. de 1888)	628:305\$951
6	Rio Grande do Norte	301:362\$090	410:281\$039 (Orç. de 1888)	711:643\$039
7	Parahyba.....	786:558\$921	539:000\$000 (Orç. de 1890)	1.325:558\$921
8	Pernambuco.....	11.667:570\$310	2.125:589\$581 (Arrec. em 89)	13.793:159\$891
9	Alagoas.....	1.353:425\$523	784:000\$000 (Orç. de 1890)	2.137:425\$523
10	Sergipe.....	787:674\$702	323:154\$541	1.110:829\$243
11	Bahia.....	11.658:705\$663	3.858:600\$000 (Tabella junta)	15.517:306\$663
12	Espirito Santo.....	349:704\$045	618:170\$000	967:174\$045
13	Rio de Janeiro.....	1.298:385\$223	6.526:380\$000	7.824:765\$223
14	Minas.....	1.785:449\$262	4.020:130\$000	5.811:579\$262
15	Paraná.....	876:755\$639	827:820\$000	1.704:585\$639
16	S. Paulo.....	15.664:403\$546	6.223:802\$000	21.908:205\$546
17	Santa Catharina...	1.066:298\$081	469:120\$000	1.535:418\$081
18	Goyaz.....	55:308\$367	410:830\$000	466:138\$367
19	Rio Grande do Sul.	7.019:865\$882	3.276:600\$000	10:296\$465\$882
20	Matto Grosso.....	476:865\$882	347:980\$800	826:845\$882

geraes e as dos estados, para ser conhecida a que pertence a União e as que 50 %, e com quotas proporcionaes á receita de cada um

QUOTA DE 50 %	QUOTA PROPORCIONAL	RECEITA DA UNIÃO	RECEITA DO ESTADO
1.900:827\$616	30 % á União, 7 % ao Estado.....	1.140:496\$569	2.661:158\$664
6.378:035\$153	60 % á União, 40 % ao Estado.....	7.653:642\$123	5.102:428\$083
1.719:706\$770	50 %	1.719:706\$770	
1.880:344\$874	50 %	1.880:344\$874	
314:152\$975	40 % á União, 60 % ao Estado.....	251:482\$115	376:983\$480
355:821\$519	40 % á União, 60 % ao Estado.....	214:657\$215	496:985\$824
662:779\$460	50 %	662:779\$460	
6.896:579\$945	60 % á União, 40 % ao Estado.....	8.275:895\$935	5.517\$263\$956
1.068:712\$761	50 %	1.068:712\$761	
555:414\$621	50 %	555:414\$621	
7.758:653\$331	60 % á União, 40 % ao Estado.....	9.310:383\$998	6.206:922\$665
483:587\$022	30 % á União, 70 % ao Estado.....	290:152\$213	677:021\$832
3.912:382\$611	30 % á União, 70 % ao Estado.....	2.347:424\$565	5.477:335\$666
2.905:789\$631	30 % á União, 70 % ao Estado.....	1.743:437\$778	4.068:105\$484
852:287\$819	40 % á União, 60 % ao Estado.....	681:830\$255	102:745\$384
10.954:152\$778	50 %	10:954:152\$773	
767:700\$040	50 %	767:709\$040	
233:069\$183	20 % á União, 80 % ao Estado.....	93:227\$673	372:910\$604
5.148:232\$941	50 %	5.148:232\$941	
413:422\$941	40 % á União, 60 % ao Estado.....	330:738\$352	496:107\$530
		55.000:458\$032	

RENDA DA UNIÃO, SEGUNDO O PROJECTO

Alfandega da Capital Federal.....	88.046:933\$758
Quota dos estados.....	55.090:458\$032
	<hr/>
	143.137:391\$790

RENDA, SEGUNDO O PROJECTO

Renda orçada, segundo a exposição Ruy :

De 1889.....	160.000:000\$000
--------------	------------------

A deduzir :

Exportação.....	16.500:000\$000
Transmissão de pro- priedade.....	5.800:000\$000
	<hr/>
	22.300:000\$000

Renda, pelo projecto.....	137.700:000\$000
---------------------------	------------------

Saldo a favor do systema.....	5.437:391\$790
-------------------------------	----------------

Adicione-se á renda :

- a) Todos os impostos sobre fumo ;
- b) Idem sobre objectos de luxo ;
- c) Idem sobre alcohol ;
- d) Idem sobre bebidas espirituosas ;
- e) Idem dos correios e telegraphos.

A diminuição certa dos seguintes serviços, pelo orçamento para 1890, augmentada essa diminuição, com o grande augmento de despesa, pelo Governo Provisorio, que estas verbas tiveram :

Interior :

a) Governadores (ex-presidentes)...	268:703\$000	
b) Ajuda de custo.....	26:000\$000	
c) Culto publico.....	789:000\$000	
d) Seminarios.....	110:000\$000	1.193:703\$000

Justiça :

e) Relações.....	634:000\$000	
f) Juntas commerciaes.....	86:504\$000	
g) Justiça de 1ª instancia.....	3.151:100\$000	
h) Pessoal da policia (1).....	730:938\$667	
i) Novos termos e comarcas.....	373:480\$000	4.976:028\$667

Agricultura :

Instituto Bahiano de Agricultura....	20:000\$000	
Instituto Fluminense.....	24:000\$000	
Catechese.....	220:000\$000	264:000\$000

Caixa de Amortização.....	184:862\$000	
Thesourarias de Fazendas.....	1.032:310\$000	
Alfandegas.....	4.499:904\$000	
Recebedorias.....	470:308\$000	
Mesas de rendas e collectorias.....	1.480:953\$000	7.687:437\$000

21.539:610\$457

(1) Exposição Ruy.

Recapitulação

Renda á União segundo o systema.....	143.137:391\$000
Saldo acima, idem	21.538:610\$000
	<hr/>
Receita reservada á União.....	164.766\$001\$000

Fica adiada a discussão, pela hora.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Continuação da 2ª discussão do projecto de Constituição.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 25 minutos da tarde.

Por omissão deixou de figurar no expediente da sessão de 24 do corrente, o officio da directoria do Club Militar, datado do mesmo dia, associando-se a todas as manifestações do Congresso Nacional ao immortal patriota Benjamin Constant, fundador da Republica Brasileira.

41ª SESSÃO, EM 27 DE JANEIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Antonio Eusebio (Vice-Presidente)

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs: Antonio Eusebio, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmento, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Manoel Antonio Baena, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodoreto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Campos Salles, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio da Frota, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Belfort Vieira, Nina, Uchôa Rodrigues, Indio do Brazil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Baccellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaçu, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Pedro Velho, Miguel Castro, Amorim Garcia, Epitacio, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Meira de Vasconcellos, Pereira de Lyra, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Otlicica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa,

Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peganha, Manhães Barreto, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgílio Pessôa, França Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Werneck, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Gabriel de Magalhães, Pacifico Mascarenhas, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Asolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, João Luiz, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Azeredo, Lauro Müller, Carlos Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs: Prudente de Moraes, Frederico Serrano, Generoso Marques, Raulino Horn, Saldanha Marinho, Joaquim de Souza, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Leonel Filho, João Avelar, Cesario Motta Junior, Alfredo Ellis, Cactano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Fernando Simas, Ernesto de Oliveira e Demétrio Ribeiro, e, sem causa, os Srs: Joakim Katunda, Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Almino Affonso, Bernardo de Mendonça, Zama, Santos Vieira, Amphilophio, Alberto Brandão, Cyrilo de Lemos, Alcindo Guanabara, Luiz Murat, Domingos Jesuino, Vinhaes, Barão de Santa Helena, Martinho Prado Junior, Luiz Barreto, Moraes Barros e Antonio Prado.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O SR. 1.º SECRETARIO procede á leitura do seguinte

Expediente

Officio, datado de 26 do corrente, dos cidadãos Dr. Vicente de Souza, Capitão Thomaz Cavalcanti e Capitão Saturnino Cardoso, convidando os representantes do Congresso Nacional a comparecerem á visita que será feita ao tumulo do general Benjamin Constant, no dia 28 do corrente.

O Sr. João de Siqueira — Sr. Presidente, pedi a palavra para responder a um aparte do nobre representante do Rio de Janeiro, Sr. Aristides Lobo, dado quando orava o nobre representante da Bahia, e a proposito de apartes por mim dados. Dizem as gazetas que S. Ex. perguntára onde é que eu estava por occasião da Revolução, tendo com isso o fim de

dizer que eu nada podia affirmar sobre o movimento revolucionario, e porquanto não o havia presenciado.

Antes de restabelecer a verdade dos factos, cumpre que diga ao illustre representante que tenho particular estima e veneração a todos aquelles que, como S. Ex., o nobre ex-Ministro do Exterior, Sr. Quintino Bocayuva, Benjamin Constant, o honrado ex-Ministro da Guerra, General Floriano Peixoto, o illustre ex-Ministro da Marinha, e tantos outros, que, patrioticamente, concorreram com a sua vida para a victoria da causa republicana.

Disse-me S. Ex., hoje, pela manhã, que, segundo suas notas, achava-me dentro do quartel-general, junto do 7º batalhão de infantaria. Sr. Presidente, naquelle momento, vim de minha casa, fardado, prompto para a lucta, desde pela manhã, muito antes das forças irem para o campo.

O SR. SERZEBELLO — Si V. Ex. estivesse ao lado do 7º, estaria perfeitamente collocado.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Estaria perfeitamente collocado ao lado desse batalhão, com o qual convivi nas margens do Rio Paraguay e em Matto Grosso, e não conheço officialidade mais distincta e patriótica. (*Apoiados.*)

Dada esta pequena explicação, tenho a dizer a V. Ex., Sr. Presidente, e ao Congresso, que jámais concorri, quer nos cargos publicos que tenho tido a honra de occupar, quer com minha palavra e voto, para arrastar o Governo da Revolução ao desprestigio.

E não o fiz, Sr. Presidente, porque tinha conhecimento do modo de proceder dos homens que figuraram nos partidos do regimen passado, e porque vi que o systema do *bota abaixo*, tantas vezes empregado pelos partidos da Monarchia, trouxe-a como resultado a queda do throno, levando a praticar-se a grande ingratidão, porque o patriotismo assim o exigia, de expatriar-se aquelle que tanto amava sua Patria, o velho Imperador.

Tenho o direito de dizel-o, sem receio de que se me acoime de suspeito, porque ninguem pôde duvidar dos meus sentimentos republicanos. (*Apertes.*)

Disse que o patriotismo assim o exigia.

E, si me fallasse esse conhecimento da nossa passada politica, eu appellaria para a Historia, e viria os effeitos beneficos que produziram na França em 1815, dando os seus representantes ao Governo Provisorio, depois da batalha de Waterloo, todos os poderes, e esse Governo, que teve todo o apoio da sua Patria, reconquistou-lhe o prestigio que perdera.

Vejamos agora o reverso da medalha.

Em 1848, é justamente este o exemplo que se applica ao presente — aclamado pelo povo, o Governo Provisorio para consolidar a regencia da duqueza de Orléans, depois de longo debate, determinou proclamar a Republica.

As reformas, exigidas pela opinião e pelo seculo, foram realizadas, apesar das agitações populares oriundas da Revolução.

Convocada e reunida a Assembléa constituinte, apesar de ter baixado um decreto que dizia muito haver merecido da Patria o Governo da Revolução nomeou, no entretanto, uma commissão composta de antigos membros do partido da Monarchia, para analysar os actos do Governo patriótico.

O SR. QUINTINO BOCAJUVA — E' verdade.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Resultou disto ter-se a opinião publica afastado de seus representantes, e todos sabem qual a sorte da joven Republica, nascida no meio de tão vivas esperanças. Tendo deante mim estes factos e o modo de proceder irreprehensivel dos ministros que deixam o Poder (*Apoiados*), jámais concorri para lançar no desprestigio os membros do Governo revolucionario, que tão relevantes serviços prestaram a esta Patria, e tão grandes foram, que entram para a Historia mais engrandecidos do que quando assumiram o Governo, no momento revolucionario, apesar de já laureados pela Revolução.

Cumpro, por ser esta a occasião, o meu dever, rendendo homenagem a esses distinctos cidadãos. (*Apartes*.)

Fique, portanto, bem accentuado este facto: não fui daquelles que se esconderam dentro do Quartel-General, ao lado das forças do Governo da Monarchia, para depois de decidida a victoria, ver de que lado deviam pender, no desenlace dos acontecimentos; e para com o Governo da revolução não fui um demolidor.

Fui ao Campo de Sant'Anna, estive ao lado do Sr. General Almeida Barreto, que pôde dar disto testemunho, muito antes de alli comparecer o fundador da Republica, Sr. General Deodoro e as suas forças.

O SR. GARINO BESUORO — V. Ex. não deve fazer allusão; deve ter coragem para dizer quem foi que se escondeu.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Tenho essa coragem, e V. Ex. vai ver.

Nessa occasião o 7º e o 1º batalhões estavam dispostos a bater-se pela causa da Republica; mas, tambem, já alli estava um contingente de policia, do lado esquerdo do Quartel-General, que decidiu-se no ultimo momento, porque viu-se deante do argumento irrespondivel dos canhões.

UM SR. REPRESENTANTE — Os canhões não tinham fallado.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — E o que ia V. Ex. fazer lá?

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Respondo: fui cumprir o dever do brasileiro; e logo que principiou o movimento, de que tinha sciencia, corri para o campo, porque julguei que era o momento da lucta e chegada a occasião de offerecer a minha vida em nome da causa republicana, pela qual tantas vezes bateram-se os meus conterraneos pernambucados. (*Trocam-se muitos apartes*.)

Mas venho sómente restabelecer a verdade, porque tenho como uma grande gloria, como um grande thesouro, que desejo passar a meus filhos, o facto de ter estado, na occasião em que se proclamou a Republica, no campo de Sant'Anna (*Apartes*); direi mesmo, muito antes de ser proclamada a Republica, por amor da qual dava a propria vida.

E praza aos céos, Sr. Presidente, que a ingratidão dos homens para com aquelles que foram os maiores factores da realização da idéa Republicana, não cave o tumulo da grande e joven Republica Brasileira. (*Apoiados*.)

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem*.)

O SR. Aristides Lobo (*pela ordem*) — Não tenho, Sr. Presidente, o menor interesse em collocar o meu collega em má posição perante o facto dado em 15 de novembro. Contesto que tivesse havido a proclamação de quem quer que

fosse como dada daquelle dia, e pergunto a S. Ex. em que lugar elle se achava, porque, effectivamente, não o vi.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Estava, não no Quartel General, mas do lado de fóra, com as forças revolucionarias, fardado e prompto para a lucta.

O SR. ARISTIDES LOBO — Mas as informações que tive foram outras: tive em minhas mãos as listas de todos os officiaes que concorriam para aquella jornada, e o nome de S. Ex. não figurava nellas.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Não, porque sou formado em Direito: eu era capitão graduado, por ser auditor de guerra das forças expedicionarias de Matto Grosso. *(Ha outros apartes.)*

O SR. ARISTIDES LOBO — Explica-se, pois, perfeitamente, a minha pergunta a S. Ex. dirigida. Ella não tem por fim, nem o teve, collocar-o, sequer de leve, em uma posição esquerda em relação a esses acontecimentos; mas era preciso fazer uma reivindicação historica que era a seguinte: o Governo revolucionario impoz-se pela força das circumstancias, não houve, pois, aclamação de quem quer que fosse; o que houve foi aclamação popular ao acontecimento que se acaba de realizar. *(Apoiados e muitos apartes.)*

Era este facto politico que eu queria e procuro firmar: o Governo Provisorio não foi proclamado por ninguém, nós decidimos em torno de uma mesa, por accordo commum; não houve outro processo. O General Deodoro, como era muito natural, sendo mais velho de que nós, tendo assumido a responsabilidade da ultima hora, devia, naturalmente, ter o primeiro logar. *(Apoiados. Trocam-se muitos apartes.)*

Portanto, é um facto natural, que nasceu do proprio acontecimento. *(Trocam-se outros apartes.)*

Esse Congresso investiu de auctoridade, não ao Generalissimo Deodoro da Fonseca, mas ao Governo Provisorio. Esta é que é a verdade historica, que ha de ficar. Nós confiavamos nos homens que fizeram a Revolução, porque, além de tudo, elles haviam tomado a responsabilidade do Poder e a responsabilidade politica do paiz. A verdade historica foi, é e será esta.

Não avango esta proposição porque queira, porventura, pôr em duvida, ou desconhecer, quer os meritos do chefe do Governo Provisorio, quer os serviços por S. Ex. prestados.

(Trocam-se diversos apartes, e o Sr. Presidente reclama a attenção.)

A bandeira da Revolução serve para cobrir a todos. *(Apartes.)*

O SR. PRESIDENTE — Attenção. Quem tem a palavra é o Sr. representante Aristides Lobo.

O SR. ARISTIDES LOBO — Senhores, eu vim, apenas, fazer esta rectificação. Não tenho outro empenho.

UM SR. REPRESENTANTE — O melhor seria requerermos o encerramento da discussão e votarmos a Constituição.

O SR. RETUMBA — Isto é um Congresso e não um Instituto Historico. *(Ha outros apartes.)*

O SR. ARISTIDES LOBO — Portanto, o meu nobre collega fique tranquillo. Não tive, absolutamente, a intenção de

offendel-o, de aborrecel-o. Perguntei onde estava, porque não o vi.

Dou por findo este debate, Sr. Presidente, e declaro que não tenho em vista embarçar a marcha da Constituição.

O Congresso tem sido testemunha de que raras vezes occupo a tribuna; poucas vezes tenho chamado a sua attenção, e essas mesmas com observações muito breves, porque não disponho das luzes necessarias para esclarecer os meus collegas. (*Numerosos não apoiados.*)

Havia necessidade de fazer esta rectificação historica, de tocar em um ponto de nosso Direito politico, que estava sendo adulterado.

Restabelecido isso, peço a V. Ex., Sr. Presidente, que continue com seus trabalhos. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. JOSÉ HYGINO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, a Commissão dos 21 approvou uma emenda ao art. 51 do projecto de Constituição, propondo a criação de um Tribunal de Contas, e providenciando sobre a nomeação de seus membros.

Tenho perfeita lembrança de que essa emenda da Commissão foi approvada pelo Congresso, e isto mesmo consta do *Diário Official* de 3 de janeiro deste anno: entretanto, ella não figura na redacção do projecto para a 2ª discussão.

Por isso, peço a V. Ex. que providencie no sentido de ser a emenda restabelecida.

O SR. PRESIDENTE — É verdade que deu-se, na redacção, a falta a que se referiu o Sr. Senador, mas já está corrigida.

ORDEM DO DIA

SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a 2ª discussão do projecto de Constituição, com as emendas apresentadas.

O SR. JOSÉ AVELINO, obtendo a palavra pela ordem, requer que seja dada para a ordem do dia a moção, que apresentou com outros Srs. representantes, afim de ser mudado o local das reuniões do Congresso.

O SR. PRESIDENTE declara ao nobre representante que já está annunciada a ordem do dia, e só na seguinte sessão poderá ser tomado em consideração o seu requerimento.

São lidas, apoiadas e entram, conjunctamente, em discussão as seguintes

Emendas

Ao art. 11

Supprima-se o n. 2, por ser contrario á autonomia dos estados.

Ao art. 71, § 3º

Substitua-se pelo seguinte:

Não só os individuos, como as confissões religiosas, podem exercer livre e publicamente seus cultos, adquirir

e possuir bens sob a garantia do Direito commun, observadas as prescripções das respectivas confissões.

§ 5º

Substitua-se pelo seguinte:

Os cemiterios terão character secular e serão administrados pela auctoridade municipal, ficando, porém, livre ás confissões religiosas fundarem e administrarem seus cemiterios e observarem, em relação aos seus crentes, os respectivos ritos, desde que não offendam á moral publica.

§ 6º

Substitua-se pelo seguinte:

O ensino será livre em toda a Republica.

§ 7º

Supprimam-se as palavras — ou o dos estados — por ser esta restricção contraria á autonomia dos estados e ao principio fundamental do regimen republicano federativo, consoante o qual «a independencia de cada Estado não deve ser diminuida senão tanto quanto é necessario á existencia da liga, e quanto é vantajoso fazel-o nas questões de interesse commun».

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Ignacio Tosta.* — *Amphilophio.* — *F. Badaró.* — *Santos Pereira.* — *Couto Cartazo.* — *Barão de Villa Viçosa.* — *Thomaz Lemos.* — *A. Cavalcanti.* — *J. L. Coelho e Campos.* — *A. Milton.* — *Prisco Paraizo.* — *Gonçalves Ferreira.* — *Paula Guimarães.* — *Cesar Zama.* — *Juvencio d'Aguilar.* — *Almino Alvares Affonso.* — *Joaquim Cruz.* — *Garcia Pires.* — *Paula Argollo.* — *Miquel Castro.* — *Cantão.* — *Amorim Garcia.* — *João de Siqueira* (sómente quanto aos §§ 3º e 5º do art. 71. — *Custodio de Mello.* — *Barão de S. Marcos.* — *José Bernardo.*

Accrescente-se, onde convier:

Art. E' da competencia dos estados a organização da Guarda Nacional em seus respectivos territorios.

§ 1.º Uma lei do Congresso Federal determinará os casos em que o Governo da União poderá requisitar o concurso da Guarda Nacional dos estados.

§ 2.º E' da competencia dos poderes federaes a organização da Guarda Nacional do districto da Capital da Republica.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Campos Salles.* — *B. de Campos.* — *Almeida Nogueira.* — *Mursa.* — *Jones Chaves.* — *Carvalho.* — *A. Cavalcanti.* — *Adolpho Miranda.* — *Gosta Junior.* — *Carlos Garcia.* — *Domíngos de Moraes.* — *Paulino Carlos.* — *A. Moreira da Silva.* — *A. Gordo.*

Additivo ao art. 74, para ser collocado depois do n. 17

As minas existentes em terrenos particulares pertencem aos proprietários do sólo, e estes poderão, livremente, aproveitá-las, sem limitação alguma.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Feliciano Penna*. — *Astolpho Pio*. — *Costa Machado*. — *Costa Senna*. — *Bueno de Paiva*. — *Aristides Maia*. — *Francisco Amaral*. — *Antonio Olyntho*. — *Polycargo Viotti*. — *A. Stockler*. — *Ferreira Pires*. — *Pacifico Mascarenhas*. — *Corrêa Rabello*. — *Gabriel de Magalhães*. — *Domingos Porto*. — *João Luiz*. — *F. Badaró*. — *Manoel Fulgencio*. — *Barbosa Lima*. — *Virgílio Pessoa*. — *Viriato de Medeiros*. — *Alvaro Botelho*. — *J. Breves*. — *Urbano Marcondes*. — *Nilo Peganha*. — *Antão de Faria*. — *Oliveira Pinto*. — *Carlos Chagas*. — *Domingos Rocha*. — *Santos Pereira*. — *Ignacio Tosta*. — *Henrique de Carvalho*. — *Uchôa Rodrigues*. — *Garcia Pires*. — *Ramiro Barcellos*. — *Abreu*. — *Pinheiro Guedes*. — *Chaves*. — *Americo Luz*. — *Matta Machado*.

Ao art. 89

Supprima-se este artigo.

Si não passar a suppressão proposta, accrescente-se ao referido artigo — sem prejuizo das já concedidas por lei ao Montepio dos Servidores do Estado, Santa Casa da Misericórdia, Hospicio de Alienados e outras instituições pias.

(O artigo cuja suppressão proponho, sem extinguir o jogo da loteria, pois que os estados continuarão a decretá-las, e as estrangeiras inundarão todos os mercados do paiz, priva o Thesouro da União de recursos não pequenos e as instituições pias apontadas, e outras de valioso auxilio, de que talvez não possam prescindir sem graves inconvenientes.)

Assim, si passar a suppressão, que está no artigo, parece justo que seja sem prejuizo das loterias concedidas.)

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga*.

Ao art. 75

Supprima-se.

Ao art. 76

Substitua-se.

Art. 76. Os militares de terra e mar terão fôro especial, constituído por tribunaes militares, para delictos militares.

Ao art. 86

Substitua-se.

Art. 86. O Exercito federal compor-se-á de contingentes que os estados e o Districto Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei annua de fixação de forças.

§ 1.º Uma lei federal determinará a organização geral do Exercito, de accôrdo com o § 19 do art. 33.

§ 2.º A União se encarregará da instrução militar dos corpos e armas, e da instrução militar superior.

§ 3.º Fica abolido o recrutamento militar forçado.

O Exército e a Armada nacionaes compor-se-ão por sorteio, mediante prévio alistamento, não se admitindo a isenção pecuniaria, nem substituição pessoal.

§ 4.º As patentes, os postos, e os cargos inamovíveis são garantidos em toda a sua plenitude.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *José Retumba.* — *Eduardo Wandenholt.* — *Floriano Peixoto.* — *Dionísio Cerqueira.* — *José Simeão.* — *João Severiano.* — *M. Bezerra.* — *Paula Argollo.* — *Barão de S. Marcos.* — *Belfort Vieira.* — *Serzedello Corrêa.* — *Dr. Pinheiro Guedes.* — *Besouro.* — *Carlos Campos.* — *Paula Guimarães.* — *O. Valladão.* — *Menna Barreto.* — *João Vieira.* — *Almeida Barreto.* — *L. Müller.* — *Rosa Junior.* — *Uchôa Rodrigues.* — *Prisco Paraíso.* — *Espírito Santo.* — *Baptista da Motta.* — *José Bevilacqua.* — *Barbosa Lima.* — *Bezerril.* — *Custodio de Mello.* — *Sampaio Ferraz.*

Ao art. 71, § 2º

Accrescente-se ás palavras — foros de nobresa — titulos nobiliarchicos, não crêa condecorações honorificas e extingue as existentes, respeitando, todavia, as que até então foram conferidas.

Ao art. 76

Accrescente-se:

§ 1.º Este foro compôr-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalicios, e dos conselhos necessarios para a formação da culpa e julgamento dos crimes.

§ 2.º O Congresso, por lei ordinaria, regulará a composição do Supremo Tribunal Militar, suas attribuições e outras circumstancias inherentes ao foro de que se trata.

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *M. Valladão.* — *G. Besouro.*

Ao art. 24

A's palavras — commando militar — accrescente-se — que o prive do exercicio legislativo.

Ao art. 33, n. 33

A's palavras — sobre terras — accrescente-se — minas de propriedade da União.

Ao art. 47, n. 11

Em lugar de — mediante a approvação — diga-se — mediante proposta.

Ao art. 58

I (d) Em vez de — nações estrangeiras e a União — diga-se — entre cidadãos estrangeiros e nacionaes, ou entre a União e os estados.

Ao art. 59

(c) Em lugar de — estados estrangeiros — diga-se — cidadãos estrangeiros.

Ao art. 63

Ao final do paragrapho, accrescente-se — ficando, entretanto, reservado á União o direito de havel-as quando se tornem necessarias ao seu serviço.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *M. Valladão.*
— *G. Besouro.*

Ao art. 1º

Accrescente-se, depois da palavra — federativa — proclamada a 15 de novembro de 1889. — *Serzedello Corrêa.*

Ao art. 33, n. 12

Substitua-se pelo seguinte:

Autorizar o Governo a declarar a guerra, si não tiver lugar, ou não puder produzir seus effeitos o recurso do arbitramento, e a fazer a paz. — *Serzedello Corrêa.*

Ao art. 47, n. 12

Supprima-se. — *Serzedello Corrêa.*

Art. 55

Substitua-se pelo seguinte:

O Supremo Tribunal Federal compor-se-á de 21 juizes, correspondendo um a cada Estado e um ao Districto Federal.

Paragraho unico. Quando tiver lugar alguma vaga, será ella preenchida pelo individuo eleito pelos tribunaes superiores e pelos juizes de 1ª instancia do Estado a que pertencer a mesma vaga.

A eleição poderá recahir em qualquer magistrado, ou em qualquer cidadão que seja reputado de notavel saber e alto espirito de justiça. — *Serzedello Corrêa.*

Ao art. 69, n. 4

Supprima-se. — *Serzedello Corrêa.*

Disposições Transitórias

Accrescente-se, artigo additivo:

Para auxiliar a organização financeira dos estados, poderão estes estabelecer sobre a importação dos generos destinados ao consumo até 15 % additionaes. — *Serzedello Corrêa.*

Ao art. 6º do projecto

Substitua-se pelo seguinte:

E' da competencia exclusiva da União decretar:

1º, direitos de entrada, sahida e estada de navios, sendo livre o commercio de costeagem ás mercadorias nacionaes, bem como ás estrangeiras que já tenham pago imposto de importação;

2º, taxas de sello em documentos de character federal;

3º, contribuições postaes e telegraphicas de character federal;

4º, criação e manutenção de alfandegas ou instituição do systema fiscal que melhor substitua o aduaneiro.

E' ainda da competencia da União:

5º, decretar impostos sobre a importação de procedencia estrangeira;

6º, resolver sobre a instituição de bancos emissores, cessando todo o regimen de privilegios.

Paragranho unico. As leis, actos e sentenças das auctoridades da União, executar-se-ão, em todo o paiz, por funcionarios federaes.

Ao art. 8º do projecto

Substitua-se pelo seguinte:

E' da competencia exclusiva dos estados:

1º, decretar impostos sobre a exportação de mercadorias que não sejam de outros estados;

2º, decretar impostos sobre a propriedade territorial, sobre a transmissão de propriedade e sobre industrias, profissões e predios;

3º, autorizar a fundação dos bancos de credito real, excluido todo o privilegio;

4º, instituir taxas de sello em documentos de character peculiar ao Estado;

5º, estabelecer contribuições postaes e telegraphicas de character peculiar ao Estado.

§ 1.º Só é licito a um Estado tributar a importação de mercadorias estrangeiras quando destinadas a consumo no seu territorio.

§ 2.º E' isento de imposto, no Estado por onde se exportar, a producção dos outros estados.

E' ainda da competencia dos estados:

6º, decretar qualquer imposto que não esteja comprehendido nas attribuições exclusivas conferidas á União e que não seja contrario ás disposições da Constituição.

Ao art. 12

Substitua-se pelo seguinte:

Para prover as despesas, extraordinarias ou não, de character federal, superiores aos recursos da União, mas consideradas necessarias pelo Congresso, a este incumbe providenciar como melhor julgar, respeitadas as disposições constitucionaes.

Ao art. 9º do projecto

Substitua-se pelo art. 10 do projecto, em 2ª redacção.

Ao art. 11 do projecto

Mantenha-se a suppressão deste artigo.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Demetrio Ribeiro.* — *Barbosa Lima.* — *Antão de Faria.*

Ao art. 47, ns. 4 e 9

Ao n. 4 do art. 47 — accrescente-se — O exercicio destas attribuições fica sujeito ás seguintes restricções:

a) o Presidente não conservará qualquer contingente de forças federaes nos estados, desde que contra isso representem os respectivos governos;

b) removerá, mediante representação dos mesmos poderes, os commandantes de taes forças.

Ao n. 9. Depois das palavras — uma mensagem — accrescente-se — que perante o mesmo lerá, na sessão da abertura —, supprimindo-se as palavras restantes.

(As emendas supra estão amparadas pela auctoridade dos Srs. Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Americo Brazilianense e mais distinctos membros da Commissão encarregada de organizar o projecto de Constituição, em o qual ellas foram consignadas. Estão na memoria de todos os repetidos e lamentaveis conflictos que se têm dado entre forças do Exercito e de policia local, em varios estados; elles se podem reproduzir, e desde que os governadores deixam de ser delegados do Governo central e não têm gerencia alguma, nem a menor inspecção sobre as forças federaes, que estiverem em seus estados, parece conveniente a medida da illustrada Commissão, a qual, em caso dado, será salvadora da paz e da ordem.)

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Additivo ás Disposições Geraes

Para ser collocado onde convier:

Art. Todas as concessões do Poder Executivo que importarem em augmento de despesa ou diminuição da receita da União, dependerão de approvação do Congresso Nacional.

(O principio consignado na emenda supra é fundamental no regimen representativo, e, por isso, ella seria desnecessaria si não a justificasse inteiramente a historia dos nossos governos.)

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Accrescente-se, como penultimo artigo das Disposições geraes:

Art. São constitucionaes tão sómente as disposições que se referem a attribuições e limites dos poderes politicos e aos direitos individuaes e politicos dos cidadãos.

Paragrapho. As disposições desta Constituição que não estiverem nestas incluídas, poderão ser alteradas ou reformadas pelos tramites e com as formalidades das leis ordinarias. — *Virgílio Damasio.*

Ao art. 71 § 27

Supprime-se o § 27 do art. 71.

(Firmado, no § 26 do art. 71, o principio de que nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos politicos e civis, por motivo de crença ou funecção religiosa, não se comprehende que logo no paragrapho seguinte, o 27, estabeleça-se, para aquelles que alleguem motivo crença religiosa, para se isentarem de algum onus, a gravissima pena de perda de todos os direitos politicos ! E isto no titulo que se inscreve — *Declaração de direitos* ! A disposição me parece de uma iniquidade clamorosa.

Ao cidadão que negar-se a um onus qualquer sem para isso allegar motivo algum justificativo, pura e simplesmente declarando que não se sujeita ao serviço d'elle reclamado, applicar-se-á a legislação commum. Si, porém, elle fundar sua negativa em motivos de crença religiosa, é eliminado da sociedade politica ! Figure-se a hypothese no serviço do jury: quem não o prestar por não querer prestal-o pagará uma multa de 10\$ a 20\$ por sessão; quem, porém, allegar e provar que tem motivos de crença religiosa para não servir de jurado, deixará de ser brasileiro !

Note-se que a Constituição que se discute, no art. 70, só cogitou de dous casos em que se póde perder os direitos de cidadão brasileiro. Por mais grave e infame que seja o crime e sua consequente condemnação, esta *só interrompe* em suspender os direitos dos cidadãos *pelo tempo de sua duração*. Si o cidadão, porém, tem uma crença religiosa e ousa allegar-a para isentar-se de algum onus, está irremessivelmente perdido ! E' singular.)

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Additvo, para ser collocado onde convier, nas Disposições Transitórias

Art. O actual Congresso, na terceira sessão da legislatura ordinaria, poderá, independentemente dos tramites do art. 85, modificar esta Constituição, si assim aconselhar a experiencia e for requerido por alguma das Camaras.

(Nas condições excepcionaes em que está sendo discutida e votada a Constituição, é de prever-se que ella sahirá com mais de uma lacuna. Tendo o actual Congresso recebido poderes especiaes para decretar a Constituição, parece haver vantagem em autorizar-se sua revisão depois de dous annos de experiencia, si esta assim o aconselhar.)

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Additiva das Disposições Transitorias

Art. A União cobrará durante cinco annos, em beneficio dos estados, 15 % additionaes aos impostos de importação que em cada um delles for cobrado.

§ 1.º Fica exceptuado desta disposição o Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2.º O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a quota que deve pertencer a cada um dos estados de Minas Geraes, Goyaz e Rio de Janeiro, do que for arrecadado na Alfandega da Capital Federal, em virtude destas disposições.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *L. Müller.* — *José Marianno.* — *Luiz de Andrade.* — *Luiz Delfino.* — *Eduardo Gonçalves.* — *Rosa e Silva.* — *Tolentino de Carvalho.* — *André Cavalcanti.* — *Prisco Paraíso.* — *Joaquim Sarmento.* — *Uchôa Rodrigues.* — *João de Siqueira.* — *Paula Guimarães.* — *Esteves Junior.* — *Schmidt.* — *Lacerda Coutinho.* — *Carlos Campos.* — *João Vieira.* — *J. J. Seabra.* — *Marcolino Moura.* — *Almeida Pernambuco.* — *Bellarmino Carneiro.*

Ao art. 50

Accrescente-se entre as palavras do — Congresso — e — só se communicarão — o seguinte:

Salvo tendo de responder por seus actos á requisição de qualquer representante da Nação e mediante votação do Congresso e fóra deste caso.

E depois do 1º periodo, accrescente-se o seguinte:

§ 1.º Em caso algum a discussão parlamentar terminará por moção ou acto que possa determinar a retirada do Ministro.

O 2º periodo passe a ser o § 2º.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Aristides Lobo.* — *Urbano Marcondes.* — *França Carvalho.* — *Garcia Pires.* — *Erico Coelho.* — *Fróes da Cruz.* — *Polycarpo Viotti.* — *Aristides Maia.* — *Thomaz Delfino.* — *Almeida Pernambuco.*

Ao art. 6º, n. 6

Art. Os bancos de emissão serão creados pelos estados, dentro das condições previamente estabelecidas pela União, até ao maximo do capital fixado pelo Congresso para cada Estado.

§ 1.º O deposito ou garantia da emissão será realizado no Thesouro Federal, que emitirá bilhetes de differentes valores mas de typo uniforme, e os entregará aos bancos emissores, preenchidas as condições legais, até a importancia a que tiverem direito.

§ 2.º Para a execução destas disposições será reduzida a importancia da emissão dos actuaes bancos emissores na quota computada para o respectivo Estado, mediante indemnisação de 2 % da sua emissão, embora não effectuada.

§ 3.º Uma lei do Congresso estabelecerá o modo pratico de se effectuar o deposito das emissões, a sua uniformidade

e a substituição dos bilhetes já emitidos pelos diversos bancos.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Oliveira Pinto*. — *Viriato de Medeiros*.

Ao art. 13

Propomos que se acrescente — devendo, porém, a navegação de cabotagem ser feita por navios nacionaes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Baptista da Motta*. — *Nilo Peçanha*. — *Floriano Peixoto*. — *Urbano Marcondes*. — *D. Manhães Barreto*. — *J. Bevilacqua*. — *M. Valadão*. — *Bezerril*. — *A. Olyntho*. — *Aristides Maia*. — *Frederico Borges*. — *Martinho Rodrigues*. — *Francisco Badaró*. — *João Avellar*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Paixão*. — *Ferreira Rabello*. — *Manoel Fulgencio*. — *Gonçalves Chaves*. — *F. Penna*. — *C. Senna*. — *Domingos Porto*. — *F. G. de Souza Serrano*. — *Bueno de Paiva*. — *Chagas Lobato*. — *Leonel Filho*. — *João Luiz*. — *C. Palleta*. — *Americo Luz*. — *L. D. Rocha*. — *J. Felício*. — *Viotti*. — *Gonçalo de Lagos*. — *Esteves Junior*. — *Coutinho*. — *R. Horn*. — *Luiz Delfino*. — *Felippe Schmidt*. — *Pinheiro Guedes*. — *Cunha Junior*. — *João Pedro*. — *Pedro Chermont*. — *Belfort Vieira*. — *Victorino Monteiro*. — *Thomaz Delfino*. — *Lopes Trovão*. — *Severiano da Fonseca*. — *J. Marianno*. — *Pedro Paulino da Fonseca*. — *Custodio José de Mello*. — *J. Retumba*. — *G. Be-seuro*. — *Santos Pereira*. — *Athayde Junior*. — *Fonseca e Silva*. — *Uchôa Rodrigues*. — *Almeida Pernambuco*. — *Amaro Cavalcanti*. — *André Cavalcanti*. — *Epitacio Pessoa*. — *Pedro Americo*. — *Luiz de Andrade*. — *Mursa*. — *Caetano de Albuquerque*. — *Erico Coelho*. — *Americo Lobo*. — *Costa Machado*. — *Menna Barreto*. — *Abreu*. — *Sampaio Ferraz*. — *Figueiredo*. — *Zama*. — *Aristides Lobo*. — *J. Ourique*. — *Henrique de Carvalho*. — *José Rodrigues Fernandes*. — *Anfriso Fialho*. — *Cesario Alvim*. — *E. Wandenkolk*. — *Bel-larmino Carneiro*. — *Nelson de Vasconcellos*. — *Theodoreto Alves Pacheco*. — *Nogueira Paranaguá*. — *Pires Ferreira*. — *Francisco Mayrink*. — *Juvencio de Aguiar*. — *Gonçalves Ferreira*. — *José Joaquim de Souza*. — *S. Fleury Curado*. — *Paula Guimarães*. — *João Neiva*. — *Barão de Villa Viçosa*. — *J. J. Seabra*. — *Lamounier Godofredo*. — *Pacifico Mascarenhas*. — *J. Breves*. — *Tavares Bastos*. — *Serzedello Corrêa*. — *José Simeão de Oliveira*. — *João Barbalho*. — *Espírito Santo*. — *J. de Serpa*. — *Prisco Paraíso*. — *Matta Machado*. — *Casemiro Junior*. — *Elyseu Martins*. — *João de Siqueira*. — *Gabriel de Magalhães*. — *J. Bernardo*. — *Amorim Garcia*. — *Pedro Velho*. — *Oliveira Galvão*. — *Rosa Junior*. — *Barão de S. Marcos*. — *Ignacio Tosta*. — *Ivo do Prado*. — *Braz Carneiro Nogueira da Gama*. — *Felisbello Freire*. — *Carlos de Campos*. — *Cyrillo de Lemos*. — *Almino Alvares Affonso*. — *Fernando M. de Simas*. — *Marciano de Magalhães*. — *Silva Canedo*. — *J. Saldanha Marinho*. — *Aquilino do Amaral*. — *J. Hygino*. — *José Avelino*. — *Virgilio Pessoa*. — *Francisco Yerga*. — *Oliveira Pinto*. — *Fonseca Hermes*. — *Leite Oiticica*. — *F. Amaral*.

Aos arts. 2º e 3º das Disposições Transitorias

Supprimam-se. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente* (com restrição). — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior* (com restrições).

Ao art. 1º § 6º das Disposições Transitorias

Redija-se assim:

Concluída ella, o Congresso dará por terminada a sua missão constituinte, e se dissolverá, para proceder-se a nova eleição da Camara e Senado, que deverão funcionar em circumstancias normaes.

S. R. — *Gil Goulart.* — *Monteiro de Barros.*

Ao art. 89

Supprima-se pelo seguinte:

São prohibidos todos os jogos de azar. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 76

Redija-se assim:

O cidadão investido em funcções de qualquer dos tres poderes — perderá os direitos inherentes ao cargo, ou funcção, sempre que for nomeado ou eleito para as de outro e optar pelo ultimo. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 71

No periodo final do § 2º, depois da palavra — conselho — accrescente-se — respeitados os direitos adquiridos e sem prejuizo das medalhas de merito e bravura. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Athayde Junior.*

No § 4º do mesmo artigo, eliminem-se as palavras — cuja celebração será gratuita. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 79

Supprima-se o n. 4 do § 1º. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.*

Ao art. 63

Uma lei do Congresso Nacional distribuirá aos estados certa extensão de terras devolutas, demarcadas á custa delles, áquem da zona da fronteira da Republica.

Paragrapho unico. Os estados poderão transferir essas terras por qualquer titulo de direito, oneroso ou gratuito, a

indivíduos, ou associações que se proponham povoal-os, e a colonizal-os. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Aos arts. 44 a 46

Declare-se, onde convier que: para Presidente e Vice-Presidente, cada eleitor votará sempre em dous nomes um de cidadão residente e outro de cidadão não residente no respectivo Estado.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 38

Onde se encontra a palavra — volverá — diga-se: voltará.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 31

Substitua-se pelo seguinte: O Senado elegerá o seu Presidente e Vice-Presidente.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 32

Elimine-se o § 1º.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 14

Elimine-se a palavra — permanentes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Accrescente-se no final deste artigo:

Os officiaes da Armada e classes annexas terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exército, nos casos de igual categoria.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart.* — *Domingos Vicente.* — *Monteiro de Barros.* — *Athayde Junior.*

Ao art. 24

Supprimam-se no final deste artigo, as palavras — nem ser Presidente, ou fazer parte da directoria de bancos, com-

panhias ou empresas que gosem de favores do Governo Federal.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart*. — *Domingos Vicente*. — *Monteiro de Barros*. — *Athayde Junior*.

Secção II (Declaração de direitos)

Altere-se a 2ª parte do § 2º do art. 71, da maneira seguinte:

A Republica não admite privilegios de nascimento, desconhece toros de nobresa e não crea titulos nobiliarios e de conselho, nem condecorações.

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Almeida Barreto*. — *João Neiva*. — *Epitacio Pessoa*. — *Pedro Americo*. — *Sá Andrade*. — *J. Retumba*. — *Couto Cartaxo*. — *Firmino da Silveira*.

Ao art. 70

São eleitores:

1.º Os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem na forma da lei;

2.º Os cidadãos, solteiros ou viuvos, que são diplomados em Direito, medicina ou pharmacia e os que dirigirem estabelecimentos docentes, industriaes ou commerciaes.

Paragraphe unico. Não gosam dos direitos eleitoraes:

1.º As mulheres casadas;

E o mais como no projecto.

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Sá Andrade*. — *Zama*.

O § 1º, do art. 33, que trata das attribuições do Congresso, substitua-se pelo seguinte: Compete, privativamente, ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os limites dos estados entre si, os de Districto Federal e os de territorio nacional, com as nações limitrophes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Felisbello Freire*.

Ao art. 71 § 13

Accrescente-se — e no theatro.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Thomaz Delino*. — *Almeida Pernambuco*.

Ao art. 36 § 3º

Onde se diz — dous terços — diga-se: ainda maioria.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leopoldo de Bulhões*. — *M. Valladão*. — *G. Besouro*. — *Alcides Lima*. — *Barbosa Lima*.

Art. 70 § 2º b

Supprimam-se as palavras — condecorações ou título estrangeiro.

Ao art. 71 § 27

Accrescente-se: assim como os que acceitarem condecorações ou títulos nobiliarios ou estrangeiros.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leopoldo de Bulhões*. — *G. Besouro*.

Art. 47, n. 3

Redija-se assim:

Exercer, ou designar quem deva exercer o commando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brazil, quando chamadas ás armas em defeza interna ou externa da União.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *João Vieira*. — *Dr. Valladão*. — *G. Besouro*.

Supprima-se o art. 3º das Disposições transitorias.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *A. de Amorim Garcia*.

Ao art. 64

Accrescente-se:

3.º As clausulas, de que trata o n. 2 deste artigo, poderão ser ampliadas, desde que forem favoraveis aos estados.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *A. de Amorim Garcia*.

Accrescente-se onde for conveniente:

Art. Aos actuaes serventuarios, da Egreja Catholica é garantida a congrua que lhes cabia por lei.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Ignacio Tosta*.

Ao art. 71, § 3º

Accrescente-se, depois da palavra — bens — as seguintes: de accôrdo com as prescripções das respectivas confissões — e supprimam-se as palavras — e guardadas as leis criminaes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Ignacio Tosta*.

Ao art. 41

Em vez de — dous terços — diga-se: metade. — *José Hygino*.

Ao art. 71 § 21

Supprimam-se as palavras — em tempo de guerra. — *Menna Barreto.*

Ao art. 33, n. 27

Supprima-se o numero 27, cuja disposição está comprehendida na do numero 28. — *José Hygino.*

Ao art. 1º das Disposições Transitorias

Supprimam-se a 1ª parte e o § 1º deste artigo, porque estão prejudicados.

Modifique-se o § 2º do seguinte modo:

Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em Assembléa Geral, elegerá... O mais como está. — *José Hygino.*

Ao art. 2º, paragrapho unico

Supprimam-se as palavras — escolhido para esse fim o territorio, mediante o consenso do estado ou estados de que houver de desmembrar-se — (para que o mesmo paragrapho se harmonise com o art. 3º.) — *José Hygino.*

Ao art. 27, § 1º

Accrescente-se as palavras — nem superior a vinte e cinco — depois da palavra — quatro.

S. R. — *Epitacio Pessoa.* — *Almeida Barreto.* — *João Neiva.* — *Couto Cartaxo.* — *Pedro Americo.* — *J. Retumba.* — *Firmino da Silveira.*

Ao art. 32, § 1º. — Supprima-se. — *Epitacio Pessoa.* — *Almeida Barreto.* — *Pedro Americo.* — *João Neiva.* — *Couto Cartaxo.* — *Sá Andrade.* — *Firmino da Silveira.* — *J. Retumba.*

Ao art. 2º das Disposições Transitorias:

Substituam-se as palavras — ficando sem effeito — etc., até final — pelas seguintes: — vigorando, porém, as eleições que antes tiverem sido realizadas em alguns dos estados.

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *D. Rocha.* — *Fleury Curado.* — *João Pinheiro.* — *Felicianno Penna.* — *Costa Machado.* — *V. Damasio.* — *Silva Paranhos.* — *Bueno de Paiva.* — *Monteiro de Barros.* — *Francisco Veiga.* — *B. Campos.*

Ao art. 40, § 2º:

Substituam-se as palavras — o Vice-Presidente... Federal — pelas seguintes: os presidentes do Senado, da Camara e do Supremo Tribunal Federal. — *Epitacio Pessoa.* — *Almeida Barreto.* — *Couto Cartaxo.* — *João Neiva.* — *Sá Andrade.* — *Pedro Americo.* — *Firmino da Silveira.* — *J. Retumba.*

Ao art. 22:

Altere-se do seguinte modo:

Durante as sessões vencerão os senadores e deputados um subsidio pecuniario, além da ajuda de custo fixados um e outra pelo Congresso, no fim de cada legislatura para a seguinte. — *Almeida Barreto.* — *João Neiva.* — *Couto Cartaxo.* — *Epitacio Pessoa.* — *Pedro Americo.* — *Sá Andrade.* — *J. Retumba.* — *Firmino da Silveira.*

Ao § 4º do art. 71:

Accrescente-se: e que precederá sempre as cerimoniaes religiosas de qualquer culto.

S. R. — *Almeida Barreto.* — *João Neiva.* — *Pedro Americo.* — *Epitacio Pessoa.* — *Sá Andrade.* — *Firmino da Silveira.* — *J. Retumba.*

Accrescente-se ás Disposições Geraes:

Art. Fica abolida a Guarda Nacional, devendo, em substituição, ser creadas as reservas do Exercito. — *Barbosa Lima.* — *G. Besouro.* — *Serzedello Corrêa.* — *M. Vasconcellos.*

Supprima-se o art. 3º das Disposições Transitorias. — *Epitacio Pessoa.* — *Almeida Barreto.* — *João Neiva.* — *Pedro Americo.* — *Sá Andrade.* — *Couto Cartaxo.* — *J. Retumba.* — *Firmino da Silveira.*

Ao art. 72:

Accrescente-se: — em empregos de character permanente. — *Almeida Barreto.* — *João Neiva.* — *Pedro Americo.* — *Couto Cartaxo.* — *Sá Andrade.* — *J. Retumba.* — *Epitacio Pessoa.* — *Firmino da Silveira.*

Ao art. 31:

Supprima-se, para vigorar em toda a sua plenitude, a disposição do art. 18.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Firmino da Silveira.* — *Epitacio Pessoa.* — *Almeida Barreto.* — *João Neiva.* — *Pedro Americo.* — *Couto Cartaxo.* — *Sá Andrade.*

Ao art. 59:

Substitua-se a disposição inscripta sob a letra — a — pela seguinte:

As questões de natureza contenciosa, fundadas na Constituição, actos do Poder Legislativo, — exceptuadas as pensões — regulamentos do Poder Executivo e contractos com o governo da União.

Sala das sessões, 24 de janeiro de 1891. — *Guimarães Natal.*

Emenda suppressiva:

Supprima-se o paragrapho unico do art. 2º, visto como a materia não é constitucional e vai em contrario ao disposto no art. 4º.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Erico Coelho.* — *Urbano Marcondes.* — *Baptista da Motta.*

Substitutivo ao § 5º do art. 71:

Os cemiterios terão character secular, e serão administrados pelas auctoridades municipaes, ficando, porém, o direito ás differentes confissões religiosas de possuir e administrar os seus, respeitadas as leis da moral e da hygiene.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Santos Pereira*.

Ao § 2º do art. 56:

Supprima-se a ultima parte — e este os juizes federaes inferiores, disposição que será substituida pela seguinte, para ser collocada no n. 1 do art. 58, onde convier: julgar os membros do Supremo Tribunal Federal nos crimes communs, e juizes federaes inferiores nos crimes communs e de responsabilidade.

Ao § 14 do art. 71:

Substitua-se pelo seguinte: A' excepção do flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronuncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei, e mediante ordem escripta da auctoridade competente.

Ao § 18:

Accrescente-se — nos casos definidos em lei.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Chaves*. — *Lamounier*. — *João Luiz*. — *Francisco Amaral*. — *Bueno de Paiva*. — *Cezario Alvim*. — *Matta Machado*.

Additamento

Ao art. 5º:

Seja incluído no projecto, com a numeração do art. 6º, o seguinte:

Art. 6.º Os estados contribuirão para a União com 70 % da totalidade das rendas arrecadadas em seu territorio, reservando os 30 % restantes para as suas despesas particulares.

Paragrapho unico. A competencia para a decretação dos impostos será determinada nos artigos seguintes.

Ao art. 40, § 3º, n. 1:

Supprima-se a palavra — nato.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Almeida Nogueira*.

Ao art. 78:

Depois da palavra — poderes, — accrescente-se — federaes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Bernardino de Campos*. — *A. Gordo*. — *Antonio Moreira da Silva*. — *Almeida Nogueira*. — *Domingos de Moraes*. — *Rubião Junior*. — *Costa Junior*. — *Carvalho*. — *Mursa*. — *Rodolpho Miranda*. — *Rodrigues Alves*. — *Lopes Chaves*.

Ao art. 78:

Substitua-se:

O cidadão investido em funcções de qualquer dos tres poderes federaes não poderá exercer as de outro.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Campos Salles*. — *B. de Campos*. — *Rubião Junior*. — *Lopes Chaves*. — *A. Moreira da Silva*. — *Almeida Nogueira*. — *Rodrigues Alves*. — *Domingos de Moraes*. — *Carvalho*. — *Rodolpho Miranda*. — *Mursa*.

Ao art. 63:

Redija-se deste modo:

As terras devolutas e as minas nestas existentes são do dominio dos estados.

O mais como está no artigo.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Feliciano Penna*. — *Chaves*.

Ao n. 33 do art. 33: |

Supprima-se por ser inconciliavel com a disposição do art. 63.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Feliciano Penna*. — *Chaves*.

Ao art. 69:

Supprima-se o § 4º.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Suppressiva ao § 2º do art. 11:

Supprima-se o § 2º do art. 11.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Santos Pereira*.

Substitutiva ao § 7º do art. 71:

Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia com o Governo da União.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Santos Pereira*.

Ao art. 25:

Supprima-se o n. 2, e redija-se o artigo na conformidade dessa supressão.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Almeida Nogueira*.

Ao § 4º do art. 71:

Accrescente-se:

E que precederá sempre ás ceremonias religiosas de qualquer culto.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Corrêa Rabello*.

Additivo ao § 1º do art. 27:

Accrescente-se ao final do paragrapho:

Nem superior a vinte e cinco.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues*.

Ao art. 10 das Disposições Transitorias:

Supprima-se.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Almeida Pernambuco*. — *Bellarmino Carneiro*. — *Sá Andrade*. — *Aristides Lobo*. — *Gonçalves Ramos*. — *Thomaz Delfino*.

Alterem-se os §§ 4º e 5º do art. 68 do seguinte modo:

Os estrangeiros que, achando-se no Brazil no dia 15 de novembro de 1889, declararem, dentro de seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de adoptarem a nacionalidade brasileira.

Os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brazil e forem casados com brasileiras, ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brazil, si manifestarem a intenção de adquirir a nacionalidade brasileira.

S. R. — *Epitacio Pessoa*.

Ao art. 89:

Supprima-se, por não tratar de materia constitucional. — *Almeida Barreto*. — *Pedro Americo*. — *Theodoreto Souto*. — *Epitacio Pessoa*. — *Couto Cartazo*. — *A. Rios*. — *Sá Andrade*. — *João Pedro*.

Ao art. 27:

Em vez de — por estados — diga-se: pelos estados.

Accrescente-se o seguinte:

Paragrapho unico. O numero de deputados e a fórma da eleição serão regulados por lei ordinaria do Congresso Nacional.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gabriel Magalhães*.

Ao § 3º do art. 70:

Supprima-se, por inutil, em vista do § 1º do art. 25.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Costa Rabello*.

Accrescente-se, como penultimo artigo das Disposições Geraes:

Art. São constitucionaes tão sómente as disposições que se referem a attribuições e limites dos poderes politicos dos cidadãos.

§ As disposições desta Constituição que não estiverem nesta incluídos, poderão ser alteradas ou reformadas pelos rancites e com as formalidades das leis ordinarias.

No artigo ultimo, modifique-se o principio do seguinte modo:

Art. Nas disposições de ordem constitucional, sómente poderá ser reformada a Constituição mediante, etc.

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Virgilio Damasio*.

Ao art. 3º das Disposições Transitorias:

Supprima-se.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*. — *V. Damasio*.

Substitutivo ao art. 20:

Os deputados e senadores, desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Camara, nem presos, salvo o caso de flagrancia em crime inafiançavel.

Neste caso, siga-se o que está no artigo.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Corrêa Rabello*.

Ao art. 33, § 33, supprimam-se as palavras — e minas.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Corrêa Rabello*.

Ao art. 3º:

Esse territorio situado no planalto central da Republica não excederá a 25 leguas quadradas, e será opportunamente demarcado para nelle estabelecer-se a futura Capital Federal.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Corrêa Rabello*.

Substitutivo ao art. 10:

Substitua-se pelo seguinte:

Art. E' prohibido aos estados tributar bens, rendas e serviços a cargo da União, reciprocamente.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gabriel de Magalhães*.

Ao § 2º do art. 11 e §§ 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 71:

Substituam-se pela seguinte disposição:

A Republica, reconhecendo a Religião Catholica, Apostolica, Romana, como a da maioria dos brasileiros, respeita e garante os demais cultos, que não repugnam a moral e a razão natural.

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Couto Cartaxo*.

Ao art. 9º:

§ 2º. Substituam-se as expressões — e sobre predios — pela palavra — e prediaes.

§ 1º. Supprima-se, por superfluo.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gabriel de Magalhães*.

Ao art. 6º:

§ 2º. Substitua-se a palavra — estrangeira — pela palavra — extranha —, e supprimam-se as palavras que se lhe seguem.

§ 3º. Supprimam-se as palavras — nos estados.

§ 4º. Depois da palavra — sentenças — acrescente-se — e actos.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gabriel de Magalhães*.

Ao art. 67:

Substitua-se pelo seguinte:

Os municípios organizar-se-ão de accordo com as constituições dos estados respectivos, observadas as seguintes bases:

1º. Completa autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse;

2º. Electividade da administração local;

3º. Faculdade de celebrarem com um ou mais municípios do mesmo Estado os ajustes, ou convenios necessários para a realização de obras e serviços de interesse commum e que sejam da competencia de cada um em seu respectivo territorio.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 64:

§ Regular as condições e o processo da eleição, tanto de seus representantes nas assembléas legislativas locais e no Congresso Nacional, como de seus governadores e quaesquer outros de seus funcionarios electivos, ficando salvo ao Congresso mencionado o direito de alterar a competente lei ou regulamento no que disser respeito á eleição de seus membros.

Ao § 2º:

Depois das palavras — não for negado, acrescentem-se as seguintes: ou concedido á União —, ficando o mais como está.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 71:

Acrescente-se, onde couber, o seguinte:

§ Respeitadas a ordem publica e a moral, é garantida em sua plenitude a liberdade de contractar.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 65:

Accrescente-se o seguinte:

§ Alterar, ou annullar as clausulas de seus contractos, sem accordo da outra parte contractante.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 63:

Supprima-se, com o seu paragrafo unico.

Restabeleça-se o art. 63 do projecto primitivo, sendo eliminado o paragrafo unico.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 42:

Substitua-se pelo seguinte:

Art. O Presidente exercerá o cargo por seis annos, e não poderá ser reeleito.

Sala das sessões 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 33:

Substitua-se o § 1º pelos seguintes:

§ Orçar a receita e fixar a despesa da União, para o que uma lei dividirá uma e outra em permanente e annual, sendo sómente essa ultima votada annualmente, sem que deixe a primeira de ser incluída no orçamento, até que uma lei especial a revogue ou modifique para os devidos effeitos.

§ 2º. Tomar, annualmente, as contas da receita e despesa do exercicio anterior.

Substitua-se o § 33 pelo seguinte:

§ Legislar sobre terras devolutas, minas e outros bens do dominio da União.

Supprima-se o § 36 no caso de passarem as emendas que propõe a unidade da legislação e da magistratura.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 29:

Substitua-se pelo seguinte:

Art. O Senado compõe-se de cidadãos que, tendo os requisitos do art. 25 e sendo maiores de 35 annos de idade, são eleitos em numero de tres, pelas assembléas legislativas de cada Estado, e pelos representantes do municipio no Districto Federal.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 1º, § 4º, das disposições provisórias:

Accrescente-se:

E ao empossar-se do cargo, pronunciará o Presidente, em sessão publica, ante o Congresso Nacional, a affirmação constante do art. 43.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Americo Lobo*.

Na secção III — Do Poder Judiciario:

Accrescente-se, onde convier:

Art. Será mantida a instituição do jury.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *França Carvalho*. — *Urbano Marcondes*. — *João Pedro*. — *Garcia Pires*. — *Joaquim Breves*. — *Costa Senna*. — *Furquim Werneck*. — *Francisco Veiga*. — *Tavares Bastos*. — *Paes de Carvalho*. — *Pinto da Cruz*. — *Oliveira Pinto*. — *Fonseca Hermes*. — *Monteiro de Barros*. — *Aristides Maia*. — *Polycarpo Viotti*. — *A. Olyntho*. — *Baptista da Motta*. — *Alvaro Botelho*. — *C. Palletta*. — *Corrêa Rabello*. — *Americo Lobo*. — *Lapér*. — *Assis Brasil*. — *C. do Nascimento*. — *Gil Goulart*. — *Ferreira Rabello*. — *Gonçalves Ramos*. — *Ramiro Barcellos*. — *M. Barreto*. — *Virgílio Pessoa*. — *Sampaio Ferraz*. — *A. Stockler*.

Ao art. 27:

§ 1.º O numero dos deputados não excederá de 205, emquanto não se formarem novos estados, e, neste caso, nunca excederá de 250, devendo a sua distribuição entre os estados e o Districto Federal ser feita pelo Congresso Nacional, proporcionalmente á população de cada um e de modo que nenhum Estado, nem o Districto Federal, tenha menos de dous deputados.

Accrescente-se ao artigo acima o seguinte:

E enquanto não estiver concluido o recenseamento, e não houver sido fixado de accordo com elle o numero dos deputados de cada Estado e do Districto Federal, observar-se-á o seguinte:

O Amazonas elegerá dous deputados; o Pará, dez; o Maranhão, sete; o Piauí, cinco; o Ceará, dezeseis; o Rio Grande do Norte, cinco; a Parahyba, oito; Pernambuco, vinte e tres; Alagoas, sete; Sergipe, cinco; Bahia, vinte e oito; Espirito Santo, dous; Rio de Janeiro, vinte; Districto Federal, dez; São Paulo, vinte e dous; Paraná, quatro; Santa Catharina, quatro; Rio Grande do Sul, dezeseis; Minas Geraes, quarenta; Goyaz, tres; e Matto Grosso, dous.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *José Hygino*. — *Bellarmino Carneiro*.

Já se tendo feito o recenseamento, altere-se o § 2º do art. 27, do seguinte modo:

Para este fim o Governo Federal fará réver de dez em dez annos, o recenseamento da população da Republica.

S. R. — *Epitacio Pessoa*.

O Sr. Oiticica (*pela ordem*) — E' para fazer uma reclamação, Sr. Presidente. Meu direito de fallar foi hontem violentado pelo Sr. 1º Secretario, que, presidindo a sessão, na ausencia de V. Ex., deu-me a palavra ás quatro horas da tarde, hora de encerrar-se a sessão.

Fiquei surprehendido, reclamei contra o facto de — em um debate amplo como este, quando eu me tinha compromettido perante o Congresso a discutir a questão financeira, a mais importante de todas — me ser dada a palavra

a essa hora, contra o Regimento e quando a Casa estava vazia, porque quasi todos se tinham retirado, em consequencia da proximidade do encerramento da sessão; entretanto, o Sr. Secretario declarou que a sessão tinha começado cinco minutos depois do meio-dia, e, assim, obrigou-me a subir á tribuna, visivelmente contrariado. Ora, eu vejo, na acta publicada hoje no *Diario Official*, que a sessão foi aberta ao meio-dia, e si isto é verdade, não se me podia dar a palavra ás quatro horas da tarde.

O SR. SERZEDELLO — A verdade é que um quarto de hora depois do meio dia a sessão não estava aberta.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante devia ter reclamado na hora do expediente.

O SR. OITICICA — Reclamo agora o direito de fallar; quero que me seja mantida a palavra hoje, visto não ter podido fallar hontem, por me ter sido dada a palavra fóra da hora da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A reclamação não tem razão de ser; e, ainda quando fosse procedente, não ha remedio a dar.

O SR. OITICICA — O remedio é V. Ex. manter-me a palavra, que me foi dada illegalmente.

O SR. PRESIDENTE — A reclamação do nobre representante não tem razão de ser; quem presidiu a sessão fui eu, e foi aberta 20 minutos depois do meio dia.

O SR. OITICICA — Não diz isso a acta approvada pelo Congresso; está aqui a acta (*mostrando o "Diario Official"*).

O SR. PRESIDENTE — Dá licença? Não me interrompa.

O SR. OITICICA — Sim, Senhor.

O SR. PRESIDENTE — Quando o Sr. Matta Machado deu a palavra a V. Ex., faltavam cinco minutos para as quatro horas.

O SR. OITICICA — Quando subi á tribuna eram quatro horas.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Matta Machado não podia proceder de outra fórma, tendo a sessão começado 20 minutos depois do meio dia.

O SR. OITICICA — Permitta V. Ex. que eu repita que a sessão foi aberta ao meio dia, segundo a acta approvada pelo Congresso.

O SR. PRESIDENTE — O *Diario Official* diz que ao meio dia se fez a chamada; e a sessão não se abre na hora de fazer a chamada: a hora de abrir-se a sessão é aquella em que se reconhece que ha numero.

O SR. OITICICA — Minha reclamação, em todo o caso, affica como um protesto contra a violencia que soffreu o meu direito. Entretanto, si V. Ex. quizesse, podia consultar o Congresso sobre si consentia que eu continuasse com a palavra. Parecé que ha um proposito de privar-se da palavra áquelles que têm mantido posição independente desde o principio. (*Muito bem.*)

O SR. EPITACIO PESSÔA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, ha alguns dias foi solicitada minha assignatura para uma

emenda em que se concedia ás mulheres a plenitude dos direitos civis e o politico eleitoral.

Concorri com a minha assignatura, tão sómente com relação á primeira parte; e no *Diario Official* veio a emenda publicada com o meu nome, sem restricções.

Nessa occasião reclamei perante o Congresso, afim de que se mandasse declarar, no mesmo *Diario*, que eu dera á emenda a minha assignatura só quanto á primeira parte.

Entretanto, com surpresa, vejo a mesma emenda de novo publicada no *Diario*, na redacção de projecto para segunda discussão, ainda com aquelle engano, contra o qual protesto.

Assim, peço novamente a V. Ex. a fineza de mandar rectificar esse erro, porquanto, si reconheço na mulher o pleno gozo do direito civil, nego-lhe, entretanto, o exercicio do direito politico de votar.

O Sr. MATTA MACHADO (*pela ordem*) — Senhores do Congresso, desejando que o estudo das emendas, apresentadas em segunda discussão, seja feito com mais ordem e methodo pelos Srs. representantes, julguei conveniente adoptar um systema de codificação das mesmas. São tantas, tão numerosas as emendas, que, si este trabalho não for feito com o maximo cuidado, os Srs. representantes ver-se-ão em grandes embarços na discussão.

Para realizar o plano da Mesa, é conveniente que os Srs. membros do Congresso que têm emendas a apresentar, as mandassem hoje ou no mais breve lapso de tempo possível, para haver tempo de codificar-as, imprimil-as e serem distribuidas, ainda que a justificação dessas emendas fique reservada para quando o representante occupar a tribuna.

O systema seguido até aqui é o representante justificar a emenda, ou emendas, remettendo-as, depois, á Mesa. Mas a pratica tem demonstrado o inconveniente, em vista de grande numero de emendas, quando encerrada a discussão, ficarem fóra da codificação das primeiras.

Eu peço, para melhor ordem dos trabalhos, que os dignos membros do Congresso queiram attender a este pedido, que faço em nome da Mesa. (*Muito bem.*)

O Sr. Corrêa Rabello — Sr. Presidente, sómente uma necessidade imperiosa, de cumprimento do dever, obriga-me a vencer a timidez, de que sempre me acho possuido, quando falo deante deste illustre Congresso.

A obrigação, em que nos achamos todos, de expender, quando haja oportunidade, as nossas opiniões sobre os assumptos mais importantes que têm agitado a opinião no Congresso e no paiz; o desejo, que têm, de procurar, tambem, contribuir, os operarios humildes, como eu, com a sua pequena pedra para a construcção do grande edificio social que se chama a Constituição da Republica; a necessidade de combater, vencendo, talvez, sentimentos de sympathia e respeito, certas medidas que nos parecerem oppostas e fataes ao interesse geral, — são motivos de bastante força para obrigar-nos a occupar este posto difficil, que, em taes circumstancias, só poderia ser bem desempenhado por aquelles que, reunindo a erudição e o dom da eloquencia a uma reputação anteriormente adquirida, não se vissem, em caso algum, tolhidos, como tantas vezes acontece a nós outros os desconhecidos (*Não apoiados*); porque, Senhores, temos receio de

estar em erro, ainda quando a verdade se nos manifesta patente, visto que a desconfiança de nós mesmos nos é imposta pela nossa posição de representante obscuro. (*Não apoiados.*)

Sr. Presidente, eu analysei succintamente os assumptos mais importantes discutidos neste Congresso, e sobre elles emittirei a minha sincera opinião, apresentando, tambem, algumas emendas, que julgo convenientes ao projecto.

O primeiro assumpto que agitou as opiniões aqui foi a discriminação das rendas dos estados.

Vimos de todas as partes levantarem-se illustres representantes, que vieram disputar, palmo a palmo, neste terreno, com toda a convicção, coragem e eloquencia, os impostos que elles julgavam dever pertencer aos estados e não á União.

Vimos que na discriminação de rendas e impostos, a imprensa, e talvez todo o paiz acompanhando o enthusiasmo que se manifestou neste Congresso, acreditou que essa questão era a mais importante que aqui se tratava, e que de uma perfeita discriminação dos impostos da União e dos estados dependia a excellencia da Constituição.

Ouvi todos os discursos e reclamações dos representantes dos diversos estados, e procurei saber o que se havia feito a este respeito no paiz que nos serve de norma para o estabelecimento da Republica federativa. Sahindo d'aqui, Sr. Presidente, muitas vezes, impressionado e talvez indignado contra a União, pelo ardor das reclamações dos estados, relia a Constituição da America do Norte, relia todas as emendas a ella incorporadas e procurava, cuidadosamente, um traço, um vestigio dessa exigencia que entre nós appareceu com tanta energia, reclamando uma completa separação das rendas da União, com a clausula de não poder ella tributar as materias que não lhe fossem especialmente designadas.

Nada encontrei; e, pelo contrario, o que vi na Constituição Americana foi a prohibição aos estados de tributarem certas materias, como a exportação e importação, nada havendo nella sobre discriminação de rendas.

Este facto excitou fortemente a minha attenção, e, meditando sobre elle, parece-me que cheguei, Sr. Presidente, a descobrir a razão pela qual nos Estados Unidos não se deu na Constituição, importancia á discriminação das rendas, apesar de lá ter havido um partido federalista forte, mais forte e extremado do que entre nós.

A razão torna-se clara, desde que se pense um pouco sobre ella.

Senhores, quem é essa União, que, para as suas necessidades, vai tributar os estados de que se compõe a Republica Brasileira?

Que poder extranho é esse, que tanto nos amedronta? Que terrivel inimigo, cujas garras tememos que se enterrem nas entranhas dos estados, e contra o qual devemos estar constantemente prevenidos?

Esse poder extranho, essa União, esse inimigo, no fim de contas, quem é senão nós mesmos? Nós mesmos que, daqui a pouco, em maio talvez, reunidos em outra parte, iremos examinar com cuidado quaes são os meios de que precisa a União para viver, quaes as despesas imprescindiveis que tem de fazer, e então em discussão calma e amigavelmente trataremos de lançar os impostos necessarios.

E o que vai dar-se daqui a pouco, dar-se-á sempre.

Todos os annos será feito o orçamento da receita e despesa da União por seus representantes, que são eleitos pelos estados, e, então, para lançar os impostos, elles terão de escolher as materias mais convenientemente tributaveis, lamentando, talvez, nessa occasião, o cerceamento que faz a Constituição de sua liberdade de tributar com a descriminação das rendas dos estados.

E' por esta razão, Sr. Presidente, que nos Estados Unidos não se tratou, na Constituição, da descriminação de impostos: comprehenderam lá, desde logo, que os estados não eram entidades differentes da União, quando esta tratasse de lançar impostos para satisfação de suas necessidades.

Sr. Presidente, a respeito da descriminação das rendas houve neste Congresso renhido debate, e muitos discursos eloquentes foram pronunciados; mas eu peço licença para dizer aos meus honrados collegas que me parece que em toda esta questão houve um mal entendido, nós julgavamos a União, quando tributa, um poder diverso do dos estados; mas na realidade elles se confundem.

Si o auctor do projecto constitucional, em lugar de lançar nelle a descriminação de rendas, se tivesse limitado, como fez a Constituição Americana, a declarar quaes as materias que os estados não poderiam tributar, talvez se tivesse evitado a grande disputa que tem havido a tal respeito.

Ha um outro ponto, tambem importante, sobre que vou emittir brevemente a minha humilde opinião. E' sobre a diversidade de legislação.

Senhores, o mesmo espirito federalista que aqui se manifestou na descriminação das rendas, tratou de manifestar-se tambem quando se pediu a diversidade de legislação para cada um dos estados.

Ha estados federados, a quem se dá essa diversidade de legislação, e aos quaes, com effeito, póde ella aproveitar; mas no pacto fundamental desses estados o que se faz então é respeitar aquillo que já existia, como um mal que não pudesse ser immediatamente removido ou obviado: a diversidade de legislação só admittre em Federação onde entram estados que a tinham diversa uns dos outros.

Porque todos vós comprehendéis que, quando se trata de uma Republica federativa, cujos membros se coadjuvam tanto quanto possivel para estreitarem os laços que mutuamente os prendem, afim de que possam marchar fortes e firmes, não se deve procurar motivos de divergencias e dissensões para o futuro, que, pelo contrario, será conveniente, sempre, que sejam removidos e combatidos.

Nós sabemos que nos estados federados, onde existe essa diversidade de legislação, a tendencia é para a unificação, por ser um bem; e como, pois, nós, que nenhuma necessidade temos dessa diversidade, nós, que fomos creados ha longos annos debaixo do mesmo systema de legislação, da mesma lei civil, da mesma lei criminal, nós que já temos em nosso favor o costume, que devemos aproveitar-nos dessa circumstancia especialissima e favoravel em que nos achamos para manter a unidade da legislação, que concorre para estreitar mais os laços da União, — porque havemos de querer perder esse regimen benefico, para estabelecer o regimen de legislações diversas? (*Apoiados e apartes.*)

E', Sr. Presidente, por esta ordem de considerações que acabo de expender, que tambem me declaro favoravel á uni-

dade de legislação, entendendo que ella deve ser adoptada para o Brasil, onde não ha obstaculo algum a que se realize.

Servirá para unir mais o laço que prende os estados uns aos outros, servirá para facilitar mais as transacções commerciaes e as relações civis de uns com os outros, visto que o conhecimento da legislação de um será o conhecimento da legislação dos outros, e são vantagens estas que saltam aos olhos, e não devem ser desprezadas.

Eis a razão por que voto contra a diversidade de legislação.

Em terceiro logar temos o casamento civil.

Sr. Presidente, contra o meu voto, declaro que elimino-se deste artigo a clausula que obrigava a preceder o casamento civil ao casamento religioso.

Senhores, nós sabemos que na formação das leis que devem reger um povo, as theorias completamente abstractas não entram como elemento exclusivo e unico (*Apoiados*); nós sabemos que a experimentação feita é uma garantia efficaz para a boa exequibilidade das leis, e não deve ser de modo algum desprezada pelo legislador.

Uma Constituição tirada de theorias e concepções puramente philosophicas, não pôde medrar: os nobres representantes sahem que duas constituições feitas por dois philosophos illustres do seculo passado não poderam servir para os paizes que as encommendaram.

Já nós vimos que no decreto que estabeleceu o casamento civil o que figurava era o pensamento vencedor em primeira discussão, isto é, o casamento civil era puramente facultativo quanto a proceder ou a seguir-se ao casamento religioso. Dahi, Senhores, os inconvenientes manifestaram-se, immediatamente. O clero moveu logo guerra declarada e viva ao casamento civil, e aconselhou a todos aquelles que o quizeram ouvir que não celebrassem tal casamento. (*Apoiados*.) Dahi começaram a realizar-se casamentos religiosos catholicos, unicamente, com prejuizo das familias futuras, das familias daquelles que, não tendo sufficiente conhecimento das obrigações que lhe são impostas e das consequencias que podem derivar-se dessas obrigações, vão sacrificar prole que para o futuro ficará sem familia e sem os direitos mais importantes ligados a esta.

Ora, em tal caso, é dever do legislador prevenir quanto possivel para que taes factos, taes abusos não se deem. O digno ex-Ministro da Justiça viu-se por esse motivo obrigado a alterar o seu decreto e declarou a obrigatoriedade do casamento civil antes do religioso.

Sr. Presidente, eu acredito, sinceramente, que, si fôr mantido o artigo da Constituição tal qual se acha emendado, dentro em pouco, a mesma guerra se dará por parte do clero contra o casamento civil...

O SR. GONÇALVES CHAVES — Não; pôde-se corrigir, na legislação ordinaria.

O SR. CORRÊA RABELLO — ... e dahi a pouco as mesmas consequencias resultarão. Ora, para prevenir tudo isto, eu tomei a ousadia de apresentar ao projecto tal qual se acha vencedor, a seguinte emenda (*Lê*): Ao § 4º do art. 71: «Accrescente-se: «e que precederá sempre ás ceremonias religiosas de qualquer culto.»

O SR. GONÇALVES CHAVES — A disposição do projecto constitucional não embaraga que se estabeleça o correctivo, na lei ordinaria.

O SR. CORRÊA RABELLO — Desde que o correctivo estava no artigo constitucional e foi aqui rejeitado, é claro que o Poder constituinte declara a impossibilidade de ser elle restabelecido pela lei ordinaria; é preciso que seja restabelecido pelo Congresso.

O SR. GONÇALVES CHAVES — A Constituição estabelece a these de que só reconhece o casamento civil, e, depois, o legislador ordinario fará a disposição que fôr mais conveniente ás circumstancias do paiz.

O SR. CORRÊA RABELLO — Mas o legislador ordinario ver-se-á embaraço desde que aqui no Congresso Constituinte cabiu a disposição que mandava que o casamento civil precedesse as ceremonias de qualquer culto. Portanto, é conveniente que esta condição passe no Congresso, porque, si não passar, ficará o casamento civil puramente facultativo.

O SR. GONÇALVES CHAVES — Mas, no emtanto, que a disposição constitucional não embarece isso.

O SR. CORRÊA RABELLO — Sr. Presidente, o outro ponto sobre o qual me vejo forçado a fallar é um ponto importantissimo e de inteira actualidade: é sobre bancos e sobre a faculdade de emissão das sociedade anonymas.

O SR. GONÇALVES CHAVES — E' muito melindroso, é muito importante.

O SR. CORRÊA RABELLO — Senhores, hontem, o sympathico patriota Sr. Dr. Serzedello, occupando esta tribuna, quiz mostrar que a instituição do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil era uma instituição proveitosa e da qual proviriam grandes vantagens para o paiz. Por minha parte, eu me confesso um grande admirador dos talentos, da illustração, do patriotismo e da dedicação do Sr. ex-Ministro da Fazenda, mas, dizendo o que sinto a respeito da instituição desse Banco, acredito (não sei se me engano) ser o eco do pensamento de muitos e, talvez, da opinião publica.

Sr. Presidente, o Banco da Republica acha-se munido de um privilegio enorme, immenso, e que considero será prejudicial, terrivelmente prejudicial, ás nossas finanças e ao desenvolvimento do commercio. (*Apoiados.*)

O Banco da Republica acha-se, nada mais nada menos, investido do privilegio da emissão do papel-moeda, isto é, de papel com curso forçado, por 60 annos.

UM SR. REPRESENTANTE — Que horror!

O SR. CORRÊA RABELLO — E do monopolio exclusivo dessa emissão. Ora, Sr. Presidente, quando o pensamento geral do paiz, quando a aspiração do Brasil inteiro é a extinção do papel-moeda, como ha muitos annos se falla, o nobre e illustre Sr. ex-Ministro da Fazenda, procurando remediar esse mal, veio produzir um mal muito maior, veio estabelecer o papel-moeda permanente por espaço de 60 annos!

Si analysarmos o decreto de 7 de dezembro de 1890, que declarou fundidos o Banco Nacional e o Banco dos Estados Unidos do Brasil formando o Banco da Republica, veremos ali disposições que trazem como resultado o que acabo de affirmar. Assim é que primeiro se estabelece que o prazo

de duração do banco será de 60 annos, podendo ser prorogado quando assim convier; e estabelece-se depois, que as notas emitidas pelo banco serão convertidas em especie metallica, si no decurso de um anno o cambio se conservar ao par. Creio que não ha ninguem que deixe de reconhecer que essa clausula quer dizer papel-moeda permanente, quer dizer que o banco pode declarar ao Mundo inteiro, que nesse prazo de 60 annos suas notas, si elle não as quizer pagar, constituirão papel inconvertivel, porque pela propria organização e privilegio do Banco é difficil, difficilissimo, que o cambio suba ao par: é isso quasi impossivel, e, ainda quando se dê esse phenomeno durante os 60 annos, nada mais facil do que o Banco conseguir por um dia ou por horas fazer cahir o cambio ao menos meio penny.

O nobre ex-Ministro da Fazenda, para justificar a instalação desse Banco, fez uma longa exposição de motivos, em que mostrou, como sempre, sua vastissima erudição, e, com effeito, essa exposição de motivos é um repertorio de informações muito uteis; mas, examinando-a bem, vereis que o nobre ex-Ministro da Fazenda concluiu de um modo muito diverso do que suas premissas estabeleciam. Vemos que S. Ex., procurando exemplos nos Estados Unidos e na Suissa, para fundar esse Banco, apenas mostrou que as tendencias nesses dois paizes eram para a unificação da emissão bancaria: mas não mostrou que banco algum dessa natureza se tivesse estabelecido, ou se tentasse estabelecer em qualquer dos dois paizes.

Acredito que impulsos do patriotismo mais sincero levaram o Sr. ex-Ministro a fundar esse estabelecimento de credito, que, em minha humilde opinião, é um grande erro.

Mas dirão: «O beneficio que vai prestar esse Banco ao paiz é enorme, vale mais do que todas as concessões por grandes que sejam, que lhe tenha feito o Estado; o Banco vai resgatar, gratuitamente, dois terços do papel-moeda do Estado.»

Vou agora, Senhores, reduzir a operações arithmeticas a negociação feita, para julgarmos com segurança suas vantagens ou desvantagens.

O nosso papel-moeda, segundo declaração do mesmo Sr. Ministro da Fazenda, sóbe, hoje, á importancia de réis 171.000:000\$000. Dois terços desta quantia são representados por 114.000:000\$000. Eis ahi a obrigação que o Banco assume, ou o que elle dá ao Estado: 114.000:000\$ de resgate do papel-moeda, operado dentro de cinco annos.

Em troca (examinemos a questão como negocio, pela arithmetica), o Banco vai emittir a descoberto, 300.000:000\$: é o que declara, a exposição de motivos do Sr. Ministro. Diz ella (16):

«Concedendo-se ao nosso estabelecimento a emissão no triplo sobre a parte do seu capital, ainda não empenhada na emissão sobre apolices, elevar-se-á a sua circulação, no todo a:

Sobre apolices, 50.000:000\$000.

Sobre ouro, 450.000:000\$000.

Quer dizer, sendo o lastro em ouro a terça parte de 450.000:000\$, ou 150.000:000\$, a emissão a descoberto é de 300.000:000\$, com curso forçado, notai bem, durante 60 annos.

Sr. Presidente, desses 300.000:000\$, 114.000:000\$ são destinados ao resgate do papel-moeda. Fica ao Banco uma emissão de 186.000:000\$ a descoberto, com curso forçado, pelo prazo de 60 annos, que produz este resultado: os juros a 5 % ao anno (sabeis que todos os bancos, hoje, pagam a 5 ½ % as lettras de anno) produzem, em 60 annos, 558.000:000\$; desta quantia deduzimos 114.000:000\$ para o resgate do papel-moeda, havendo o lucro, para o Banco de 444.000:000\$000.

Já se vê, pois, que a operação é inteiramente ruinosa para a Nação.

Senhores, sinto profundamente não poder estar de accôrdo com todos os decretos do Governo Provisorio, dos quaes nenhum como este me impressionou tão vivamente, a ponto de não poder, de modo algum, dar-lhe o meu apoio, como daqui me corre o dever de declarar.

Mas, Senhores, ha um facto ainda, na actualidade, que deve excitar a nossa attenção, pois que parece estar em des-harmonia com tudo que ha sido decretado a respeito de emissão bancaria.

Sr. Presidente, o decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, que reformou a lei das sociedades anonymas, declara, no art. 32, o seguinte: (lê).

«E' permittido ás sociedades anonymas contrahir empréstimos em dinheiro, dentro ou fóra do paiz, emitindo para esse fim obrigações ao portador.

§ 1.º A importancia de taes empréstimos não póde exceder o valor do fundo social na sua totalidade.

§ 2.º Essas obrigações terão por fiança todo o activo e bens da sociedade, preferindo a quaesquer outros titulos de divida.»

Disto tem-se tirado uma consequencia sobre a qual eu desejo que seja emittido parecer pelo Governo, porque é uma questão que vai affectar profundamente interesses sociaes e commerciaes, principalmente nos estados.

O Sr. FRANCISCO VEIGA — No Estado de Minas já estão emittindo papel-moeda.

O Sr. CORRÊA RABELLO — Dos artigos deste decreto que acabo de lêr, tem-se tirado a illação de que as companhias ou sociedades anonymas podem emittir obrigações de qualquer valor ao portador, que correm como notas: de 5\$, 2\$, 1\$, etc. Essas obrigações ao portador, que são verdadeiras notas, têm curso como moeda, conquanto não tenham curso forçado.

O Congresso sabe que no interior dos estados os signatarios de documentos desta natureza, si inspiram fé pela sua posição e pela sua probidade, dão-lhe o curso ao modo de moeda, desde que estabeleçam o troco destes titulos á vontade dos portadores.

Eis o teor dessas obrigações: — «O portador desta, emprestou á sociedade tal a quantia de tanto, que será paga á vista»; — e citam-se nellas as disposições do decreto que acabo de lêr.

No interesse do paiz, desejo que o Sr. Ministro da Fazenda actual, declare si essas notas estão no espirito e letra do decreto.

Consta-me que o Sr. ex-Ministro da Fazenda, sendo consultado particularmente, dissera que as sociedades anonymas estavam autorizadas a fazer essas emissões pelos artigos do decreto.

Ora, é preciso que as sociedades anónimas, acreditando estarem no gozo desses direitos e tendo feito emissões de papel, não se vejam, de repente, suspensas delles, porque, si forem de um momento para outro declaradas illegaes as emissões já feitas, ver-se-ão em difficuldades no recolhimento repentino de tudo quanto hajam emitido; e já varias sociedades anónimas tratam de lançar as suas emissões de papel.

Mas noto uma singularidade no decreto:

o seu art. 1.^o diz (*lê*): "As companhias ou sociedades anónimas, seja civil ou commercial o seu objecto, podem estabelecer sem auctorização do Governo.

umas e outras regem-se por este decreto.

§ 1.^o Dependem, porém, de auctorização do Governo, para se organizarem: 1.^o os bancos de circulação."

Logo, a *contrario sensu*, bancos que não são de circulação não precisam de auctorização do Governo para se organizarem; e, portanto, organizando-se como sociedades anónimas, que são, ficam com a faculdade de emitir, ao passo que os bancos de emissão precisam de auctorização para estabelecer-se, e para emitir precisavam depositar o lastro em ouro ou apolices.

Não sei como explicar estas disposições.

Sabe-se e está no decreto que o valor do fundo social de uma companhia ou sociedade anónima, não consistente em dinheiro, é determinado por tres louvados, nomeados pela assembléa geral; sabe-se que bastam sete individuos para constituir uma sociedade anónima, ou essa assembléa geral, e que esses individuos, que se reúnem, parentes ou não, sendo os que escolhem arbitrariamente os louvados, são, afinal, os que determinam o valor do fundo social da companhia, até cuja importancia pôde ser feita a emissão de papel.

Sr. Presidente, eu acho em tudo isto uma grande confusão, porque, ao passo que por um lado monopoliza-se a emissão do papel-moeda, por outro lado dá-se a mais franca e illimitada liberdade de emissão de papel.

Visto como o Poder Legislativo ordinario não se acha reunido, torna-se necessaria uma declaração do actual Sr. Ministro da Fazenda, declaração publica, por um aviso ou acto qualquer, em que elle declare si é ou não legal a emissão do papel das sociedades anónimas.

Senhores, parece que não disponho de muito tempo mais para occupar a vossa attenção, e eu tenho necessidade de apresentar ainda algumas emendas ao projecto, tal qual se acha vencido em 1.^a discussão.

A segunda emenda que tenho a honra de offerecer é esta: o art. 3.^o do vencido diz (*lê*):

"Fica pertencendo á União uma zona de 400 leguas quadradas, situada no planalto central da Republica, a qual será opportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal.

Ora, parece-me que este artigo está em completa des-harmonia com o paragrapho unico do art. 2.^o, que estatuê (*lê*):

"Si o Congresso resolver a mudança da Capital, esco-lhido para esse fim o territorio mediante o consenso do Estado ou estados de que houver de desmembrar-se, passará o actual Districto Federal, de per si, a constituir um Estado."

Este parágrafo, que acabo de ler, faz depender de uma condição a escolha do território, que é o accordo com o Estado ou estados a que elle pertença, ao passo que o art. 3º determina o territorio imperativamente e sem dependencia de condição alguma.

Ora, isto não estará bem na lei organica de uma sociedade civilizada, representada por um Congresso tão illustre como este.

A correção deve ser feita; e acredito que si substituir-se este art. 3º pela emenda que offereço, desaparecerá o defeito.

Mas tomei a liberdade de reduzir a extensão do territorio pedido no art. 3º, porque me parece ser extraordinariamente exaggerada.

Senhores, os Estados Unidos, quando trataram de formular o seu pacto fundamental, pensaram na mesma cousa: determinaram o territorio para ser a Capital da União, e vós sabeis que foram apenas designadas 10 milhas quadradas.

Sem duvida, para isso influuiu no animo daquelle povo o conceito então dominante, de que uma grande Capital excessivamente commercial é perigosa á liberdade politica; sabemos que Saint Just chegou, até, a aconselhar aos americanos que não edificassem cidades marítimas.

Eu, pois, proponho a redução das 400 leguas, que foram votadas, a 25 leguas quadradas.

UM REPRESENTANTE — Isso é uma insignificancia.

O SR. CORRÊA RABELLO — Proponho a substituição do artigo por este outro:

“Art. 3º Esse territorio, situado no planalto central da Republica, não excederá a 25 leguas quadradas, e será opportunamente demarcado, para nelle estabelecer-se a futura Capital Federal.”

Si, porventura, os nobres Deputados não concordarem com a redução da extensão do territorio, deverão apresentar uma emenda, de modo que, por causa disso, não fiquem os dous artigos desharmonicos.

O SR. JOSÉ HYGINO — Eu tambem apresentei uma emenda a esse repeito.

O SR. CORRÊA RABELLO — Sr. Presidente, outra emenda que apresento é ao parágrafo 33 do art. 33, onde proponho que se supprimam as palavras — e minas. Ora, entre as resoluções do Congresso, ficou vencido que tivesse elle a faculdade de legislar sobre minas, e, entretanto, passou que as minas de terrenos devolutos ficassem pertencendo aos estados. Sendo assim, acho de todo o ponto conveniente que se supprimam estas palavras.

O SR. JOSÉ HYGINO — Mas parece-me que as minas devem pertencer ao dono do solo.

O SR. CORRÊA RABELLO — E as que existem em terras devolutas? Segundo o que foi vencido, pertencem aos estados.

O SR. JOSÉ HYGINO — Mas as que existirem em terrenos particulares devem pertencer aos donos desses terrenos.

O SR. CORRÊA RABELLO — Em todo o caso, parece-me que do § 33 devem ser supprimidas estas palavras — e minas — porque, nello vencido, estão ellas sob a attribuição legislativa dos congressos dos estados. (Apartes).

Outra emenda é uma que calhiu em primeira discussão e que, hoje, restabeleço. Esta emenda propõe a supressão do § 3º do art. 70, por inutil.

A outra emenda é simplesmente de redacção.

Parecerá, talvez, a alguns que esta emenda, que tem por fim, unicamente, alterar a redacção de um artigo, é de pouca importância.

VOZES — Não, Senhor.

O SR. CORRÊA RABELLO — Mas creio que em uma lei como esta, que ha de ser lida pelos publicistas eruditos dos paizes estrangeiros, todo o cuidado deve ser empregado, não só no fundo, como, também, na forma.

O defeito de redacção em uma lei fundamental, ou, mesmo, uma inadvertencia de grammatica, não é desculpavel. (*Apoiados.*)

Nós todos temos em mente que as leis são feitas com tal cuidado e precisão, attendendo-se nellas ás regras da lingua em que são escriptas, que as tomamos por norma de boa e pura linguagem.

Assmí, todos nós acreditamos que é portuguez classico o das Ordenações do Reino, porque presumimos que os seus auctores eram pessoas muito competentes e versados na lingua em que escreveram.

O artigo que trato de substituir tem um pequeno defeito de redacção; si o Congresso entender que é adoptavel a emenda substitutiva, adoptal-a-á.

Diz o art. 20 (*lé*):

“Os deputados e os senadores, desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Camara. E, neste caso, levado o processo até pronuncia exclusiva, a auctoridade processante remetterá os autos á Camara respectiva, para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato.”

UM REPRESENTANTE — Houve engano manifesto na redacção.

O SR. CORRÊA RABELLO — Eu proponho emenda que conserva o mesmo sentido, alterando apenas a redacção.

Diz a emenda (*lé*): “Art. 20. Os deputados e senadores, desde que tiverem recebido diploma até á nova eleição, não poderão ser processados criminalmente, sem prévia licença de sua Camara, nem presos, salvo o caso de flagrancia em crime inafiançavel. Neste caso,”... — (siga o que está no artigo.)

Sr. Presidente, termino assim a ordem de considerações que julguei de meu dever apresentar ao Congresso, fazendo uma violencia a mim mesmo, isto é, vencendo a minha natural timidez deante de tão illustre Assembléa.

Senhores, a nossa Constituição, dizem alguns, é viciosa, não é federal; ella contém antes uma concentração de poderes em nome da União, do que uma distribuição delles, equitativa para os estados.

Não posso entender semelhante modo. Em geral, digo que acho-a boa.

Entendo que nós não podíamos, quando vamos fazer experiencia e tentativa de uma forma de governo inteiramente nova, atirar-nos desassombradamente aos azares do

desconhecido (*Apoiados*), e que, pelo contrario, seria de muito melhor alvitre tomarmos por norma e guia aquillo que está estabelecido em paizes onde os mais beneficos fructos têm sido colhidos.

A nossa Constituição, si algum defeito tem, é de ser allem tanto casuistica. Esta qualidade na lei fundamental gera, para o futuro, inconvenientes, e, no presente, dissensões, que poderiam ser completamente removidas. (*Apoiados*).

Si nós tivessamos condensado as disposições della de um modo mais approximativo daquillo que se acha estabelecido nos Estados Unidos da America, talvez tivessamos conseguido melhores resultados; mas, em geral, o pensamento que presidiu á sua confecção foi, sempre, um pensamento patriotico e, principalmente, prudente.

O seu auctor não se atirou ao mar das aventuras e do desconhecido, procurou em toda a parte exemplo em que se pudesse firmar; e nisso deu elle a melhor prova do seu patriotismo. Retirando-me, pois, desta tribuna, eu não posso deixar de render o meu preito de admiração e de gratidão, em nome do paiz que represento, ao Governo Provisorio, cujos ministros abandonaram a sua posição ha poucos dias.

Os nobres ex-ministros trabalharam quanto foi possivel para consolidar a grande obra, que, em nome da Nação, elles tinham feito, e nelles todos nós podemos divisar sempre a boa fé, as boas intenções, o verdadeiro patriotismo; e si alguns erros, porque o errar é dos homens e ninguem está isento delles, — si alguns erros appareceram, ficaram tão altamente cobertos pelos grandes beneficios que elles fizeram, que nós não poderemos deixar de consideral-os como benemeritos da Patria. (*Muito bem. O orador é felicitado.*)

O Sr. Carlos Garcia (*atenção*) — Sr. Presidente, comprehendendo, ao subir a esta tribuna, qual a anxiedade que tem este Congresso de ver concluido o seu trabalho, qual a anxiedade que tem o paiz em que no mais breve tempo possivel lhe entreguemos o pacto fundamental da Republica dos Estados Unidos do Brazil; comprehendendo perfeitamente que é preciso sahir deste momento politico. E porque tenho uma parcella de responsabilidade no movimento revolucionario, porque só haseei uma bandeira, a bandeira da Republica, é que vejo a necessidade urgente, é que vejo a necessidade eminente de que saiamos deste estado de cousas, para que não se faça uma outra revolução, para que, mesmo, não se reproduza o facto de 21 de janeiro de 1891, em que aquelles nossos companheiros de luta viram-se forçados a deixar as culminancias do Poder, para de novo juntarem-se connosco neste Congresso e trabalharem em beneficios da Patria, dando-lhe uma Constituição. (*Apoiados.*)

Senhores do Congresso, tenho necessidade de dizer porque anseio, e anseio desde muito tempo, para que acabemos com isto.

O Governo revolucionario de 15 de novembro, quasi que está desaparecendo da opinião publica; o Governo revolucionario de 15 de novembro está desmembrado, e não sei si antes de nós completarmos a obra grandiosa da Constituição da nossa Patria não tenhamos de ver, tambem, que, com o Governo revolucionario, naufragarem as nossas idéas, em algum porto fatidico!

VOZES — Deus nos livre!

O SR. ESPIRITO SANTO — Isso é muita descrença.

O SR. CARLOS GARCIA — Tenho descrença, diz o meu illustre collega; mas, para que vem com isso?

O SR. BARBOSA LIMA — Vai dizendo muito bem e com muito patriotismo.

O SR. CARLOS GARCIA — Si tenho coragem para enfrentar todas as difficuldades, si represento um Estado como São Paulo, onde a lucta não amendronta, pelo contrario revivifica sempre, porque vem V. Ex. dizer que é descrença, quando o que desejo, simplesmente, é pressa, muito trabalho, para evitar catastrophes maiores? (*Apoiados.*) Não é descrença, é a necessidade; e eu por descrença não subiria a esta tribuna, por necessidade é que aqui estou.

Senhores, lango um voto de pesar pela quêda dos ministros de 15 de novembro, dos ministros da Revolução.

O SR. ESPIRITO SANTO — Si fez tantas accusações a elles, não sei como isso pesa tanto a V. Ex.

O S. CARLOS GARCIA — V. Ex. já me ouviu aqui nesta tribuna?

O SR. ESPIRITO SANTO — O Congresso inteiro tem sempre lançado as maiores incriminações. (*Não apoiado.*)

O SR. CARLOS GARCIA — Senhores, é preciso que se note, o Congresso pôde reprovar os actos do Ministerio, como faço, mas tem obrigação de respeitar os ministros da Revolução de 15 de novembro (*Apoiados*): é preciso distinguir a administração da politica; é preciso que digamos bem alto que o Governo revolucionario devia permanecer até que o Congresso entregasse a Constituição ao paiz. (*Apoiados.*)

Elles retiraram-se, e não vou por isso dizer-lhes que fizeram mal.

Tambem não quero accusar, nem defender o marechal Deodoro; fique elle com a responsabilidade do seu proceder; quando vim para o Congresso, não vim resolvido a tratar de seus actos, e sim a tratar da discussão da Constituição. Eis porque prestarei meu apoio ao Marechal Deodoro, muito embora se tivessem retirado os membros do Ministerio, porque antes de tudo está a Patria.

Não vejo o Marechal Deodoro, nem nenhum dos ministros de 15 de novembro, vejo, simplesmente, a Patria e a necessidade urgente que tem o Congresso de deixar o Marechal Deodoro e os ministros, para tratar da Constituição.

Faço estas referencias, porque estive arredado da tribuna, e si subo a ella é para defender uma idéa que julgo capital, uma questão magna.

Sr. Presidente, em nome da bancada paulista têm fallado diversos oradores, e de entre elles destacou-se o Sr. Bernardino de Campos, o qual disse que fallava em nome da maioria da bancada.

E' verdade, Senhores, que sobre o assumpto a que elle se referiu, eu e alguns companheiros eramos minoria. Não vai nisso divergencia capital, são modos de entender questões, que, talvez, affectem o organismo da Constituição, mas que de maneira alguma podem traduzir-se em divergencia de altas questões politicas.

Dirijo da bancada paulista, e venho sustentar desta tribuna a emenda dos Srs. representantes riograndenses na questão de impostos, no que estou mais com a doutrina fe-

derativa do que meus illustres chefes e amigos. (*Não apoiados.*) Tenho o dever de dizer isto, porque nos momentos extremos da lucta, não deixarei de reconhecer nos meus chefes muita dedicação, porque foram propagandistas republicanos.

Sr. Presidente, de entre aquelles que combateram a emenda riograndense salientou-se o ex-Ministro da Fazenda e S. Ex. o fez com um brilhantismo extraordinario; mas a argumentação de S. Ex. pecca pela origem, e, aqui, é preciso que a historia antiga não seja esquecida, porque vem determinar a posição daquelles que querem a Republica federativa com todas as suas consequencias e a daquelles que julgavam ser possivel no Brazil a Monarchia federativa.

Disse S. Ex. o Sr. Conselheiro Ruy Barbosa que antes de ser republicano era federalista, porque S. Ex. sustentou, nos ultimos dias do Imperio, a Monarchia federativa. Dahi, pois, parte nossa divergencia; para elle é possivel a Monarchia federativa, e para nós a Monarchia federativa era uma illusão.

Si para elle era possivel a Monarchia federativa, comprehendendo que viesse estabelecer no projecto de Constituição um regimen de impostos que se podia coadunar com aquella fórma de governo; mas para nós, que sustentámos a Republica federativa, não.

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex. labora em um equivoco: o Sr. Ruy Barbosa nunca sustentou a Monarchia federativa.

O SR. CARLOS GARCIA — Disse elle: "Eu era federalista antes de ser republicano, não me fiz republicano senão quando a evidencia irrefragavel dos acontecimentos me convenceu de que a Monarchia se enrustara, irreductivelmente, na resistencia á Federação."

O SR. SERZEDELLO — A Federação dentro da Monarchia.

O SR. CARLOS GARCIA — Justamente.

O SR. SERZEDELLO — O Sr. Assis Brasil era da mesma opinião. (*Apartes.*)

UMA VOZ — Não: si tem até um livro impresso *A Republica Federal...* (*Outros apartes.*)

OUTRA VOZ — Não fazia questão de fórma de governo.

O SR. CARLOS GARCIA — Sem duvida, porque desde que sustenta a Federação, entende-se que é com a ausencia da centralização, que havia no regimen decahido. (*Apoiados.*)

Mas, Sr. Presidente, tenho notado que ha duas correntes de opiniões: a daquelles que sustentavam a Monarchia federativa, e, assim, a possibilidade de um systema de impostos como o da Constituição, e a dos verdadeiros federalistas republicanos, que querem a completa discriminação das rendas.

UMA VOZ — Não apoiado. Os federalistas sustentam o projecto do Governo.

O SR. CARLOS GARCIA — Eis porque vim á tribuna: pretendo mostrar que é o contrario do que V. Ex. affirma.

S. Ex. o Sr. Conselheiro Ruy Barbosa disse nesta tribuna, bem como o illustre representante do Paraná, que acreditava na impossibilidade da existencia da União sem a discriminação de rendas por elles estabelecida, e, para fundamentarem o asserto, apresentarem o organograma da Monar-

chia, que não pôde prevalecer, pois que foi feito em condições outras, em um regimen diverso. Não é possível amoldar a Constituição pelas circumstancias que rodeiam os factos; é preciso amoldar-a aos principios que sustentámos e as necessidades fataes do novo regimen.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Por isso propuz que se confiasse a discriminação ao Legislativo ordinario.

O SR. CARLOS GARCIA — Mas não posso acceitar essa doutrina. No tempo da Monarchia sustentavamos que mesmo em tal regimen era necessario fazer completa discriminação, como é que, hoje, que somos Republica, vamos deixar para mais tarde, e não cuidamos disso logo, nos primeiros passos?

O SR. SERZEDELLO — Desejo que V. Ex. demonstre o seguinte: com o systema riograndense podemos ter Federação e com o do projecto não podemos.

O SR. CARLOS GARCIA — V. Ex. disse hontem que nem o projecto do Governo, nem a emenda riograndense resolvem a questão. Digo que esta ultima emenda resolve, e provarei que, quanto ao systema do Governo, já V. Ex. confessou que não.

Mas, segundo o orçamento, base do Sr. Conselheiro Ruy Barbosa, a despesa monta a 200.000:000\$, e a receita a réis 170.000:000\$000. Daqui, tirando aquillo que passa aos estados, e outras rendas que desapparecem com a organização nova, fica a União reduzida a 89.000:000\$ de importação e mais alguns impostos, sommando tudo 104.200:000\$, segundo S. Ex.

Mas o argumento de S. Ex., si prova, prova de mais. Si a despesa da União é de 200.000:000\$, pergunto onde Sua Ex. procurando todos os systemas e regras, pôde encontrar um que satisfaça o caso?

VOZES — O da Constituição, art. 12.

O SR. CARLOS GARCIA — Este Congresso tem a obrigação de saber quaes as fontes do art. 12.

Quero ver, além das rendas dos arts. 6º e 8º, da União e dos estados, que outras fontes de receita existem?

VOZES — Muitas outras.

UM SR. REPRESENTANTE — E' por isso que os riograndenses fazem questão de seu systema.

O SR. CARLOS GARCIA — Fazemos questão por outros motivos.

Não queremos a engrenagem da Monarchia, a confusão das attribuições da União e dos estados.

Não prevalece o argumento do Sr. Ruy Barbosa, porque todas as rendas do art. 12 são imaginarias: porque o Norte não tem materia tributavel, e o Sul tambem ainda não a tem.

S. Ex. citou o alcool, o fumo e outros productos, que são de industrias nascentes no paiz e que não podem ser já sobrecarregados de impostos. E ainda que o fossem, pergunto a quanto montam essas rendas? A 200.000:000\$? Não: as rendas dos arts. 6º e 8º do projecto montam a 160.000:000\$, e tudo isso não basta, só para a União.

Neste caso, attendendo-se a ser o orçamento de caracter transitorio, porquanto a Revolução obrigou o Governo a

grandes despesas, como vem se dizer que não bastam, para a União, os impostos que estão consignados na emenda?

Nós, quando fallavamos ao povo, quando suggeriamos a necessidade da Federação, estabeleciamos nos programmas politicos o seguinte: que admittiamos uma restricção aos estados em relação á materia de impostos. Referiamos-nos á importação.

Si pregavamos esta doutrina, como sustentar neste Congresso doutrina diversa? (Programma dos candidatos.)

Pela minha parte, continuo a sustentar — além dos impostos do art. 6º, nenhum mais podemos conceder á União; e não podemos porque tinhamos estabelecido no nosso programma politico que era preciso a Federação com a discriminação das rendas. (Apoiados.)

O Sr. Conselheiro Ruy Barbosa disse que os Estados Unidos têm impostos de exportação e importação.

Nos Estados Unidos, sabe-se que o imposto de exportação é muito pequeno, e os americanos procuram ver si o fazem desaparecer. Resta o imposto de importação. Mas para que procurar analogia onde não ha?

Os Estados Unidos se formaram de estados poderosos, que vieram para União, e nós partimos da União centralizadora para os estados empobrecidos.

Não ha, portanto, necessidade de procurarmos em paiz estrangeiro aquillo que sustentámos quando eramos opposição, como cousa necessaria.

Sr. Presidente, julgo desnecessaria esta questão de orçamento quando se discute a Constituição dos Estados Unidos do Brazil, porquanto ninguém, quando se trata de organizar uma lei, uma lei geral, de principios, vai restringil-a, justamente quando este ponto é que affecta a organização do proprio systema.

Eu desejaria perguntar ao Sr. ex-Ministro da Fazenda si póde continuar de pé o seu argumento, depois do ultimo acto do chefe do Estado, quando suggeriu a idéa de revogação de todas as concessões, de todas as garantias de juro.

Eu desejaria perguntar si póde continuar a servir de argumento a seu favor esse orçamento problematico, que póde o Congresso approvar ou não.

Aqui cabe um parenthesis. Disse o Sr. Marechal Deodoro que podem ser revogados estes actos, como que censurando os ex-Ministros. Mas S. Ex. é tão responsavel como os Srs. Ministros. Eu não o isento da responsabilidade; S. Ex. é tão responsavel como o ex-Ministro da Justiça, como o Sr. Glicério, pelas concessões que fez... (Apoiados.)

UM SR. REPRESENTANTE — A responsabilidade do Marechal Deodoro é maior.

O SR. CARLOS GARCIA — Aceito: é maior a responsabilidade delle, principalmente agora, que assumiu o governo absoluto, porque tornou-se dictador e escolheu os seus ministros. (Apoiados e apartes.)

Assim, pois, como republicano que sustentei a necessidade da Republica federativa, não posso deixar de acompanhar os meus collegas da bancada rio-grandense na emenda que apresentaram.

Não temo, como o ex-Ministro da Fazenda, o desmembramento da Patria (Apartes); não comprehendendo o desmembramento da Patria, quando a emenda dos illustres representantes do Rio Grande é a consequencia do primeiro decreto do Go-

verno Provisorio, quando ella é a consagração do principio da Federação. (*Apoiados.*)

Mas, si disse nesta tribuna que o que ha a temer é a recusa do pagamento das quotas; como se póde temer essa recusa si a União somos nós, si o Congresso é que tem de determinar-a? (*Trocam-se muitos apartes.*)

A União não póde subsistir desde que se queira reduzir os estados a viver sem recursos.

UMA VOZ — Isso não se póde fazer. (*Ha outros apartes.*)

O SR. CARLOS GARCIA — Por isso é que quero dar força aos estados, é que quero que os estados prosperem para que a União tenha prosperidade. (*Apoiados. Trocam-se muitos apartes.*)

Tem-se visto, claramente, que nenhum Estado tem fugido, até agora, ao cumprimento dos seus deveres. (*Apoiados e apartes.*) Mas, que é a soberania da União senão a somma da soberania dos estados aqui reunidos, representando todos os interesses nacionaes? (*Apartes.*)

A União precisa dos estados, como os estados da União. Não se póde, pois, dizer que se quer collocar a União no caso de pedinte. (*Apartes.*)

Para impedir a confusão de attribuições, ouço dizer, mas a confusão é o que está disposto no art. 12, que colloca a União fiscalizando os estados e os estados fiscalizando a União, para verem quem póde cobrar mais.

Disse o nobre ex-Ministro da Fazenda que os credores viriam bater-nos á porta quando passasse a emenda dos representantes do Rio Grande do Sul; mas não sei que haja um credor imbecil, e as nacionalidades estrangeiras que reconheceram a Republica federativa, certamente, sabem quaes as consequencias desse principio. (*Apoiados e apartes.*)

Qual é o credor que póde duvidar de nosso credito? O credito do nosso paiz depende, muito e principalmente, do modo por que seja elle administrado. (*Muitos apoiados.*) Depende, principalmente, da moralidade da administração (*Muitos apoiados*); depende, principalmente, em se collocar o Estado em posição tal que não seja especulador na praça (*Muitos apoiados*); que não conceda emissões e favores exagerados a bancos, que em parte alguma são bancos de especulação quando da sua má gestão póde produzir funestas consequencia ao Estado, que tem interesses ligados aos dos bancos.

O SR. OTICICA — Com o systema actual, já o credito está abalado.

O SR. CARLOS GARCIA — Sr. Presidente, tenho justificado o meu voto e tenho dado a razão por que divirjo da bancada paulista, sem que nisso affecte a união que deve sempre reinar entre os diversos representantes que têm assento nesta Casa, — união que julgo necessaria, principalmente quando nós estamos deante de uma crise proxima e para terminar os nossos trabalhos.

Devo, portanto, dizer aos meus collegas que, embora tenha muita descrença, tenha, mesmo, muitos escrúpulos pelo que se está passando nas altas regiões politicas do paiz, todavia, ainda não deseri da nacionalidade brasileira e do patriotismo do nosso povo.

Temos visto que este Congresso tem sabido firmar-se no conceito publico, tem-se mantido independente (*Apoiados*); e

não ha facto de ordem politica, moral e social que o venha anedroniar. Inspirado no bem da Patria, Senhores, muito espero do primeiro Congresso Constituinte da Republica, e creio, mesmo, que as questões que se agitam nos estados não podem vir perturbar a ordem que convém seja perfeitamente mantida. Tenho a convicção de que todos nós saberemos cumprir o nosso dever: e começo por mim, não abusando de vossa attenção, dizendo que sómente subi a esta tribuna para dar uma explicação; e ao descer deste logar, que occupo por benevolencia vossa, peço permissão para dizer que si o Sr. Ministro da Fazenda terminou o seu discurso recordando a memoria de Washington, o pai da União Americana e o grande patriota, eu, sem precisar ir tão longe, me satisfaço em ir bem perto e em pequena romaria visitar o tumulto ainda quente de Benjamin Constant e a elle pedir inspirações. *(Muito bem; muito bem. O orador é abraçado por grande numero de Srs. representantes.)*

O Sr. Costa Machado (*Movimento de attenção*) — Sr. Presidente, subindo a esta tribuna, acho-me contente e muito satisfeito, porque sinto que é-me chegada a hora de fallar ao meu paiz uma linguagem despretenciosa, simples e quasi humilde, mas convicção, sincera e energica, pugnando perante este Congresso a favor da causa nobre, justa e santa dos direitos da mulher, direitos esquecidos e conculcados em todos os tempos, jámais comprehendidos, acceitos e consagrados em um só código, em uma só Constituição dos povos cultos, ainda daquelles que são considerados os mais livres, os mais adiantados.

Tal é a fatalidade ou a desgraça que pesa sobre os homens, que, para darem um passo progressivo e fazerem um avanço nos dominios da moral e do Direito, gastam largos annos e, ás vezes, muitos seculos, ao contrario daquillo que se dá nas sciencias positivas e naturaes, onde os progressos são rapidos e successivos.

Qual a razão disso?

Parece que o homem, levado pelos sentidos, absorvido por todos os encantos, deleites e prazeres que encontra no mundo externo, como que esquece a seu eu, e procura ter uma vida completamente objectiva.

Estas duas ordens de factos são de todas os tempos e dignos de toda a attenção e exame; entretanto, reconheço que estou digressionando em rumo diverso do que me traz á tribuna, estou me afastando para ponto differente do meu objectivo, e, por isso, volto ao ponto do qual desviei-me, para proseguir.

Senhores, a inercia é a morte, o movimento é a vida de todos os seres (*Apoiados*); e em toda a universalidade de relações isto se dá, porque do equilibrio final resulta a harmonia, que ainda é a vida. (*Apoiados*.)

As ondas chocam-se, batem-se, no seu fluxo e refluxo, previnem a putrefacção das aguas.

A sociedade se move, agita-se; no fluxo e refluxo de suas idéas, no combate constante pela vida, ha o choque das suas paixões e o embate dos seus interesses contra o dever.

Mas, para que haja nesta lucta um resultado feliz e salutar, que é preciso mais, Senhores? E' preciso que tenhamos um ponto de attracção moral para o qual convirjam todas as nossas idéas, todos os nossos anhelos, todos os nossos intuitos, todas as nossas aspirações.

Esse ponto que significa ? E' o que chamamos um idéal. Nós elaboramos uma Constituição: qual deve ser o nosso ideal ? Deve ser, tão sómente, a idéa democratica. Em que consiste ella ? Em darmos a todos os mesmos direitos que queremos para nós, em querermos para os outros o que cada um quer para si: é a traducção do grande principio moral — amar ao proximo como a nós mesmos.

Sendo assim, que deve significar a nossa Carta constitucional ? Que devemos fazer sobre ella ? Desenvolver ahi os grandes principios da escola republicana, de modo que appareça na sociedade como uma synthese de todos os direitos; ao contrario, falseando os nossos principios, faltando aos nossos compromissos, teremos trahido a nossa missão.

Neste intuito é que eu e diversos collegas apresentamos duas emendas, das quaes em breve me occuparei.

Essas emendas consagram certos direitos para a mulher. Senhores, a historia da mulher é immensa, desde os tempos primitivos até hoje, desde essa época em que ella era considerada uma besta de carga até o momento actual, em que se colloca sobre um throno, para governar um sem numero de habitantes.

Ea poderia tirar da sua immensa jornada através dos seculos, cheia de dôres, lagrimas e desalentos, só arrimada na esperança, grandes argumentos para tocar vossos corações; mas o meu terreno é diverso: venho discutir para convencer-vos, e não enternecer-vos para dissuadir.

Entretanto, boia sobre o accumulo de todas as suas desgraças e infortúnios a seguinte verdade: no seu caminho vagaroso e ascensional para a sua completa emancipação, ella não tem retrogradado, não tem perdido o terreno conquistado: e por que ? Porque, na lucta do homem, com suas paixões, caprichos, prepotencia, egoismo, contra a Natureza, esta ha de sempre vencer, porque é mais forte.

Ea poderia, meus Senhores, convidar-vos para, mentalmente, irmos a essa grande patria, os Estados Unidos da America, onde existe uma Constituição decantada e tantas vezes invocada neste recinto, mas que não é uma Constituição verdadeiramente republicana.

Essa Constituição divide a sociedade em duas partes: de um lado ha bastante luz, de outro ha bastantes trevas.

O SR. FERREIRA PIRES — Apoiado.

O SR. COSTA MACHADO — E si essas sombras immensas não produzem um eclipse completo da liberdade, pelo menos empanam muito o seu brilho.

Alli, eu poderia demonstrar-vos que ha um grande partido que de dia a dia cresce, que ha de assoberbar e riscar dessa grande Carta essas sombras de que vos fallo; alli, eu poderia chamar a vossa attenção para o facto que se dá em certos estados, onde já se tem reconhecido o direito da mulher, o direito do voto e de elegibilidade para os conselhos municipaes.

Ea poderia, Sr. Presidente, convidar o Congresso para ir comigo á Inglaterra, esse paiz que de dia em dia conquista todas as liberdades, — os seus actos são sellados por bom senso admiravel, um povo que respeita, como uma religião, as tradições do passado, mas que, entretanto, teve bastante virilidade, força e coragem para levantar, um dia, o cadafalso e decepar a cabeça de um rei, provando ao Mundo que o povo tem o direito de revolução. (*Muito bem.*)

Alli, poderia demonstrar ao Congresso que existe uma opinião grande, pujante e poderosa a favor dos direitos da mulher, e tão grande, que já apresentou ao parlamento, por diversas vezes, um *bill* concedendo á mulher o direito politico, e que, si não tem passado, tem sido por uma minoria relativamente insignificante.

Poderia, Sr. Presidente, convidar o Congresso para irmos a Vienna d'Austria, que não é um governo nem ao menos constitucional representativo, nem republicano.

Em cretas provincias ha curias, e nessas curias já a mulher tem o direito politico do voto, com esta differença, Sr. Presidente — é que lá o direito não é fundado sobre a personalidade humana, mas, tão sómente, fundado nas rendas que essas mulheres pagam.

Poderia, Sr. Presidente, convidar o Congresso para lançar um olhar sobre os paizes civilizados, e alli notar o seguinte facto: a mulher se apresenta como émula, como rival do homem em todos os misteres da vida.

Si tiram os homens fortes para o Exercito, os claros são preenchidos pelas mulheres; nos trabalhos pesados da vida, ellas se ostentam por toda a parte, tratando convenientemente, como se fossem homens, de todos os officios sociaes.

A mulher se revela grande nas sciencias, nas artes, nas bellas-artes, nas industrias, no commercio, na imprensa e até na polemica.

Poderão me dizer: mas a mulher ainda não se exhibiu, não mostrou o que é na tribuna, nem na guerra.

Meus Senhores, como ella póde se revelar na tribuna, quando esta se acha fechada para a mulher? (*Apoiados.*)

O Sr. LOPES TROVÃO — Pego uma excepção para a Sra. Luiza Michel.

O Sr. COSTA MACHADO — Lembro-me das palavras celebres de uma mulher — Olympia de Guerres — que em 93 foi levada ao cadafalso; em poucas palavras ella concretizou, e com muita razão, este brado da consciencia contra o despotismo dos homens, dizendo: "Si nós temos o direito de subir ao cadafalso, devemos ter tambem o direito de subir á tribuna."

Na guerra, meus Senhores, ahí está a Historia, para protestar contra semelhante affirmativa, desde tempos immemoriaes, desde os tempos de Esparta e de Roma, desde essa guerra de 200 annos, que ensanguentou a Europa e esterilizou o solo e toda cultura do espirito. Senhores, o que seria o Christianismo no Mundo, si não fosse a palavra de S. Paulo, chamando para seu lado todos os fracos e todas as mulheres? Terra, porventura, triumphado? Não.

Mas, si isto não é bastante, meus Senhores, eu vos convido neste momento a acompanhar-me e irmos a esse grande palz, á Russia contemporanea.

O que vemos alli? Nós vemos lá este grande espectáculo: uma lucta de exterminio incessante e cruel, um duello de morte, que não se acaba entre o espirito antigo, que não quer cahir, e o espirito moderno, que quer derruir para construir.

UMA VOZ — E que ha de vencer.

O Sr. COSTA MACHADO — Ha de vencer, porque a sua tendencia é humana, e tudo que é humano é que ha de triumphar no Mundo.

O que observamos, Senhores, nessa trama urdida nas trevas, nessas conspirações subterraneas?

Qual é, alli, o papel da mulher?

É sempre saliente: e o mais admiravel, Senhores, é que a moça donzella, deslemburada do seu futuro e esquecida de sua fraqueza, arrosta, impavida, os gelos da Siberia, e enfrenta o cadafalso, com uma coragem tão desusada, com um heroismo tão descommunal e desinteressado, que se impõe ao respeito e admiração do Mundo, fazendo gotejar do coração humano lagrimas de compaixão e piedade; e, mais, provocando da consciencia universal um brado de maldição contra a manopla de ferro do despotismo, que não poupa a innocencia, os dictames da consciencia e seus direitos, e que em seu phrenesi diabolico parece lançar um cartel de desafio contra a propria Providencia, que creou os homens para amarem-se e não para devorarem-se. (*Muito bem.*)

Passo a outra ordem de considerações de subida importancia, e, chamando vossa attenção para ellas, invocarei, depois, um juiz cujas decisões são inilludiveis; invocarei para o triumpho ou derrota de minhas emendas a decisão de um tribunal, perante o qual todos vós haveis de curvar-vos, é o tribunal de vossa consciencia.

UM SR. REPRESENTANTE — Si vai para ali, está mal; ha muita consciencia estragada.

O SR. COSTA MACHADO — Meus Senhores, não ha discurso nenhum que desperte a attenção dos ouvintes desde que não se baseie em principios inconcussos, dos quaes consequencias rigorosas sejam tiradas.

Vou estabelecer os principios de minha escola republicana, porque ha diferentes matizes, diferentes escolas republicanas.

Ha, por exemplo, a escola que, na sua constituição scientifica, corôa seu monumento com a dictadura republicana.

Esta escola chamarei — escola republicana-philosophica.

O SR. LOPES TROVÃO — Positivista.

O SR. COSTA MACHADO — Ha outra escola, a daquelles que foram adeptos da Republica e que, empregando a grande palavra magica — liberdade, adquiriram proselytos, mas que no dia do triumpho procuraram moldar os grandes principios, vencedores, ás conveniencias particulares de seus amigos e de seus adeptos, e que, assediando o Poder, no qual têm correligionarios que quasi symbolizam uma bandeira, empregam, consciente ou inconscientemente, todos os meios de comprometter-os em suas posições, compromettendo, ao mesmo tempo, a grande causa.

Esses republicanos pertencem á escola que chamarei — utilitaria.

UM SR. REPRESENTANTE — São os mais numerosos.

O SR. COSTA MACHADO — Ha outros, mais numerosos: ha os republicanos que querem que o passado continue com outro nome, republicanos que querem crear um monstro, uma instituição hybrida, combinar a liberdade com o privilegio; fingem que caminham, mas olham para traz com saudades do passado. Esses são semelhantes á escola do paganismo, que absorveu, outr'ora, a religião christã; a estes chamarei — republicanos da escola das transacções. A escola philosophica não é humana, pouco viverá; a utilitaria se desacreditará facilmente; a das transacções é a peor. Mas qual é a minha escola?

VOZES — E' o que desejamos saber.

O SR. COSTA MACHADO — Tenham paciencia, não posso emittir todos os meus pensamentos em um momento. Pertengo á escola do Direito, dos republicanos que querem o Direito com todas as suas consequencias; pertengo á escola daquelles que não trepidam deante dos prejuizos, deante do passado, para tirar todas as consequencias. Meus Senhores, ainda não cheguei ao ponto a que desejo chegar.

UMA VOZ — Está bordejando.

UM SR. REPRESENTANTE — Isso é proprio de quem é habil.

O SR. COSTA MACHADO — Não fallo bem; não tenho verbosidade. (*Muitos não apoiados.*)

VOZES — Falla perfeitamente.

UM SR. REPRESENTANTE — Tem até reputação de ser grande orador.

O SR. COSTA MACHADO — Meus collegas, a idade de 61 annos não dá mais nada. (*Não apoiados.*)

O SR. COSTA MACHADO — Ha certas proposições que, repetidas de bocca em bocca, depois de muitos annos apresentam-se na sociedade com os fóros de axioma, mas que estudadas de perto envolvem absurdo. Assim, diz-se, e daqui da tribuna foi affirmado, que todas as fórmulas de governo são boas.

O SR. LOPES TROVÃO — Bella theoria para facilitar as apostasias.

O SR. COSTA MACHADO — Que então significariam essas luctas tremendas da Historia para mudarem os governos? Que quer dizer essa gloriosa Revolução de 15 de novembro?

Muda-se a fórmula de governo só pelo prazer de ver a sociedade inverter-se e operar a transformação social? A Historia seria a grande comedia dos loucos.

As instituições são feitas para o homem e não o homem para as instituições; as constituições são para as nações, e não as nações para as constituições! Logo, carecemos procurar a base fundamental do systema.

Conhecemos por intuição, e distinguimos, um objecto de outro. Será pela analyse de sua natureza? Não. E' pela sua fórmula. Fórmulas diversas indicam entidades diversas. E ninguem pôde dizer que a fórmula de governo pela qual o Poder está nas mãos de uma familia é a mesma que aquella em que o povo é o governador de si mesmo.

Mas, si assim é, qual a fórmula melhor? E' a que está de harmonia com a natureza humana, que respeita as suas faculdades, auxiliando o seu desenvolvimento. A natureza humana não se muda, é a mesma em todos os tempos, e está apenas sujeita á evolução do progresso.

O homem ignorante tem a mesma natureza do sabio; apenas este tem suas faculdades cultivadas.

Mas dizem: Não, a fórmula de governo é boa relativamente ao estado de moralidade, progresso, civilização e costumes de um povo.

Não ha tal: a verdade é absoluta, não ha verdade relativa.

NUMEROSISSIMAS VOZES — Oh! oh!

O SR. ESPIRITO SANTO — V. Ex. está atrasado dez. seculos!

O SR. COSTA MAGNADO — Vou mostrar, e servir-me-ei de uma comparação, para elucidar o debate e aclarar o meu pensamento. Supponde, Senhores, a Humanidade dividida, como se achá, em nações, e apparecesse a idéa, em cada uma, de formar-se um grande instituto de educação para a mocidade, em cujos estatutos estabelecessem alguns povos o seguinte: para que o menino se desenvolva, seus sapatos devem ser pequeninos, apertados, o corpo exprimido em acanhadas roupas, e a cabeça comprimida pelo chapéo. Como a Natureza não pôde ser sacrificada, desenvolver-se-á, apesar disso, o menino, mas o homem nunca sahirá robusto, são, bello, quando se foi de encontro á mesma.

Supponham outra nação, outro povo, que tenha instituição contraria, auxiliando o desenvolvimento de todas as faculdades.

Tereis o homem forte, robusto, cheio de vida e talento, porque o cerebro desenvolveu-se.

O que ha de verdade relativa e absoluta nas duas hypótheses? Na primeira, a Natureza não foi completamente sufocada, deu alguma cousa, é o governo do privilegio; confundem os empiricos o desenvolvimento da Natureza com a forma de governo; na segunda, a Natureza não foi comprimida absolutamente, e ahí está o governo da liberdade.

Enganam-se aquelles que ligam ás fórmulas de governo um tal ou qual progresso.

O caminho pelo qual deve seguir uma sociedade lhe é indicado pela Natureza, e não por systemas artificiosos.

O indio e o chim não podem deixar de progredir com o systema de livre expansão, porque são auxiliados, no seu desenvolvimento, pela Natureza.

Sob a forma de um governo de privilegio, a sociedade não pôde caminhar como deve. Eis explicada a razão do equívoco, attribuindo-se á forma de governo o que é da Natureza.

No systema republicano o desenvolvimento é completo.

Tenho ouvido dizer que os povos têm sempre o governo que merecem.

Isso é uma inexactidão: os povos nunca conseguirão o governo que merecem, porque elles merecem uma forma de governo adaptada á dignidade humana, e essa nunca obtiveram.

Senhores, a observação é a base da Sciencia. A natureza humana é semelhante e egual, não fallamos de uma grande egualdade absoluta, dessa que se pôde medir e pesar: a experiencia, auxiliada pelo raciocinio, e fundada no principio de causa e effeito, no principio de causalidade, conclue si são semelhantes e eguaes os homens, segue-se que devem ter o mesmo pae, ou a mesma mãe.

Eis o principio da fraternidade.

Todos os homens têm a consciencia que podem fazer ou deixar de fazer uma cousa; que podem optar, escolher, deliberar de um ou outro modo na pratica de suas acções; a esta faculdade é que chamamos liberdade.

As tres verdades — liberdade, igualdade e fraternidade — até aqui, como que se conservam em um estado crepuscular.

Apparece, não sabemos como, no mundo subjectivo da consciencia, uma luz: um novo sol, para vivificar o com seus luminosos raios: esse astro é o que chamamos — razão.

Immediatamente, por um processo desconhecido, ella conhece o bem, o justo, e, então, traça regras e preceitos á liberdade, os quaes chamamos direitos e obrigações.

Como os homens são eguaes, segue-se que todos os seus direitos e obrigações são eguaes.

Do limbo — a egualdade, a liberdade e a fraternidade, — passam para a moral: e como a moral é a base de toda a boa politica,ahi se implantam os tres principios circumdados de toda a luz da razão.

Vêde bem: os tres grandes principios compendiados na moral são transplantados para a politica, e, então, dahi começa a grande jornada do homem, e todas as suas grandezas, porque apparece a sua responsabilidade, e, por conseguinte, o merito e demerito de suas acções.

Mas, si, pela Natureza, somos irmãos temos as mesmas obrigações e direitos, seguindo-se que nas relações sociaes devem ter todos as mesmas obrigações e direitos.

Em politica, hoje, é um dogma — a liberdade, a egualdade e a fraternidade —, e digo dogma, porque tem alguma semelhança com o dogma religioso: no dogma religioso são tres pessoas distinctas e um só Deus verdadeiro, aqui é a liberdade, a egualdade e a fraternidade, tres revelações distinctas, e uma só verdade, — a liberdade.

O dogma religioso, este não se discute: é imposto pela implacabilidade da fé; o dogma politico, tambem, não se discute; lá não concebemos; e muito menos comprehendemos a verdade que, porisso, é indiscutivel: aqui não se discute, porque não se questiona o que se sente, nem se contesta a evidencia com seus resplendores. Nesta phase psychologica a liberdade torna-se o piloto, e passa a dirigir a personalidade humana, como si fosse uma náó, no oceano tempestuoso da vida, tão cheio de cachopos, arrecifes e baixios!

Estabelecidos estes principios, passaremos á parte mais interessante da discussão.

Um homem é um ser complexo, tem duas naturezas — a natureza physica e moral. O homem tem as mesmas aptidões, as mesmas faculdades. O homem tem em sua natureza dous principios, ou dous instinctos salientes: o de sociabilidade, e o religioso; por isso, alguém já definiu o homem — um animal religioso. Contemplando a Natureza e todos os phenomenos que se desdobram ante os seus olhos, elle procura assignar-lhes uma causa, e por um meio incomprehensivel conhece Deus, põe-se de joelhos, na consciencia, e adora o seu creador, origem de todas as cousas: eis o culto interno formado.

Como é de seu instincto dar uma forma extrema a seus sentimentos e idéas, logo que os homens, levados pelo principio de sociabilidade se reúnem, reciprocamente communicam seus affectos, idéas e sentimentos, convencionam sobre os meios de objectivamente adorarem o Ser Supremo: d'aqui provém a diversidade de cultos e religiões. Si os direitos são eguaes — segue-se que, em todas as constituições livres a liberdade de cultos e o direito de reunião devem ser consagrados.

A palavra foi dada ao homem para que estes dous direitos sejam effectivos: logo, tambem, a palavra deve ser garantida e sagrada.

E como esta não póde ser ouvida ao longe e rapidamente, a intelligencia humana creou a imprensa e o telegrapho; estes verdadeiros conductores do pensamento devem ser proclamados como um direito em toda Constituição republicana.

Temos, pois, a liberdade de reunião, da palavra, da im-

prensa e dos cultos, como direitos basicos das sociedades, e eguaes.

Bem andou o Governo Provisorio decretando a separação da igreja do Estado, logo após a Revolução de 15 de novembro; porque na Republica não se protege prejudicando aquelles que têm egual direito.

Vêde bem, Senhores, como tudo isto é deduzido dos principios por mim estabelecidos, ou pela minha escola.

Continuemos nas deducções.

Os homens sentem necessidade de se congregar, para que o fraco não seja esmagado, e o Direito seja uma realidade; então combinam, harmonizam-se sobre os meios de levar avante o seu intento; é, portanto, um contracto tacita ou reciprocamente consentido, a origem das sociedades; do que conclue-se que uma Constituição, para ser legitima e verdadeira, deve exprimir a vontade da maioria dos associados, e, por isso, as constituições outorgadas ou de *Direito divino* são verdadeiras pulhas. (*Risadas.*)

Nas sociedades assim constituidas sobresahe logo a necessidade de um poder que conceba e pense e de outro que execute, e, por isso, formam-se os poderes legislativo e executivo.

Mas, para serem legitimos esses poderes, é preciso que exprimam a vontade de todos os associados sem o que uma nação constituida não poderá merecer os applausos de ninguém. A consequencia exacta que se tira deste principio é esta: que em uma sociedade todos devem concorrer para a sua manutenção. Entretanto, meus Senhores, não é possivel que o suffragio universal seja uma realidade. Ha de ser para o futuro, mas não pôde ser no estado actual. Todos têm o mesmo direito, mas nem todos têm a capacidade para exercel-o. O Direito é uma arma, e nem todos podem maneja-la.

O governo republicano, coherente com estes principios, tem applicado á Constituição do nosso paiz todas as consequencias destes principios democraticos.

Senhores, ha outra consequencia forçada: si o homem é o mesmo em toda a parte, pouco importa que elle tenha nascido na Turquia, na China ou no Brasil. Em qualquer parte do Mundo, elles são irmãos; logo, devem ter todos os direitos politicos e exercel-os em toda a parte.

Senhores, o Governo andou bem avisado quando decretou a grande naturalização, porque deste modo approximou-se tanto quanto possivel do verdadeiro ideal republicano — uma só familia humana, uma só patria.

UM SR. REPRESENTANTE — E a grande naturalização foi contestada pelo Sr. Silveira Martins.

O SR. COSTA MACHADO — Preciso, agora, Senhores, fazer uma pequena referencia a um dos artigos da Constituição. Antes de tudo, quero ser coherente, manifestando-me contra a pena de morte.

O SR. SERZEDELLO — Estou de accôrdo com V. Ex. em tudo, excepto no que diz respeito ao direito de voto concedido ás mulheres.

O SR. COSTA MACHADO — Sou daquelles que quando chegam a couclusão não voltam atraz, ainda que lhes pareça um abysmo.

Si a vida é a primordial base do Direito, e direitos não se cream, entendo que a sociedade não pôde dispôr della.

Este ponto prestar-se-ia a grande desenvolvimento. Mas occupo-me delle de passagem, porque o tempo é pouco para mim.

UM SENHOR REPRESENTANTE — V. Ex. tem se occupado de diversas materias, mas ainda não se occupou do ponto principal do projecto.

O SR. COSTA MACHADO — Chegarei lá. Sr. Presidente, estabelecidos os principios precedentes, dos quaes até aqui tenho deduzido, como consequencia, todas as idéas capitaes exaradas no projecto de Constituição que discutimos, e que são acceitas sem contestação dos illustres representantes que me honram com seus apartes, a logica nos diz o seguinte: em qualquer logar que appareça um ente que tenha a mesma natureza do homem — natureza physiologica e psychologica, — tenha, enfim, as mesmas faculdades, os mesmos instinctos, as mesmas aptidões, deve ter direitos eguaes aos do homem.

A questão está collocada no terreno do Direito: ou estes principios são falsos e então desmorona-se toda a civilização do Mundo, ou são verdadeiros, e a consequencia é que as mulheres, tendo a mesma natureza, devem ter os mesmos direitos. (*Apartes.*)

Em primeiro logar devo notar aos meus illustres collegas o seguinte: é que se tem fallado muito nesta tribuna a respeito do voto como uma função social.

Mas ha um equívoco verdadeiro. Não distinguem que ha voto e direito de voto. O direito de voto não é função, o voto, sim, é uma função. (*Trocam-se diversos apartes.*)

Ah! Sr. Presidente, como lamento que o Congresso me não preste attenção! Pois, ha pouco, não vos disse que o direito de voto soffre a restricção da incapacidade?

O SR. LOPES TROVÃO (*para alguns Srs. representantes*) — Os Senhores não ouvem o orador!...

UMA VOZ — Vá por ahi, vai muito bem.

O SR. COSTA MACHADO — Meus Senhores, tenho deduzido esta consequencia rigorosa dos direitos naturaes, e ninguém pôde contestar que as mulheres têm estes direitos. Nesta tribuna tem se fallado de interesses e conveniencias em relação á actual Constituição da familia, e só; mas hei de mostrar como o Direito é grande e conciliador.

UMA VOZ — Ninguém nega a questão de Direito

O SR. COSTA MACHADO — Mas, que aparte é este de V. Ex., de que ninguém nega o Direito?

A MESMA VOZ — Os que têm tratado d'este assumpto não o negam; a questão é da função social, que V. Ex. não quer encarar. V. Ex. é quem está ladeando o argumento da escola positivista.

O SR. COSTA MACHADO — Eu não tenho o *fiat lux* nos meus labios (*Riso*); hei de fazer como os nobres representantes; e quando chegar ao fim, si os não tiver satisfeito, então me objectem.

Vencedora a causa das mulheres perante seus antagonistas, porque elles já confessam que ella tem o direito, mas não convem...

UMA VOZ — O que elles affirmam é que ellas não têm capacidade. Quanto ao direito, têm tanto como o homem.

OUTRA VOZ—Não têm capacidade nem direito.

OUTRA VOZ—O que ha ahi é receio de concurrencia.

O SR. COSTA MACHADO—A questão é de justiça e de Direito.

Meus Senhores, eu vos digo uma cousa, e desculpai-me essa franqueza da tribuna.

Vi tocar nesta questão de relance o nobre representante do Espirito Santo, que muito prezo. Que diz S. Ex. ? "Esta tendencia para dar direito a mulheres é desmoralizadora, é corruptora".

O Congresso ha de permittir que diga o seguinte: que eu e meus companheiros devolvemos o presente ao illustre representante do Espirito Santo. (*Riso.*) S. Ex. que conserve nos seus thesouros essas perolas, que são dignas de todo o cabedal de sua benemerencia. (*Ha um aparte.*)

Podia responder a S. Ex. com as palavras de Mirabeau ao Conde de Portalis, na sua celebre causa do divorcio; mas não o faço, porque costumo ver a offensa na intenção e não nas palavras...

Os outros que apresentaram-se na tribuna, que fizeram ? O Sr. Lauro Sodré fallou bonito, não ha a menor duvida; mas sobre esta questão, que elle disse ? Afinal de contas, que a mulher, por outras palavras, era um traste de casa (*Riso e contestação*), que era uma especie de machina de chocar ovos (*Hilaridade*), e que a sociedade o que devia fazer era levantar-lhe seu nivel moral. Para que ? Pois si a sua missão é restricta ?

O SR. LOPES TROVÃO—Elles fallam assim, porque a raça das amazonas desapareceu. (*Riso.*)

O SR. COSTA MACHADO—O illustre representante de Santa Catharina, meus Senhores, fallou de relance e entendeu que tinha esmagado a causa. Elle disse o seguinte: "O direito do voto é uma função, e a mulher não a tem".

UMA VOZ—Ella tem outras funções.

O SR. COSTA MACHADO—Perdoe-me, quero dar a resposta.

Mas, de que tratamos nós ? Si ella tivesse essa função, nós não teríamos apresentado a emenda. Que grande argumento ! (*Riso.*)

Ante o segundo argumento, meus Senhores, eu quasi que sahi d'aqui a correr pela cidade inteira gritando: Eureka ! Eureka ! (*Riso.*) Qual foi elle ? Disse o illustre representante: "Como é que isto póde ser admissivel, quando nação nenhuma ainda o fez ? !" Nesse momento eu fiquei de bocca aberta, e disse commigo que seria uma felicidade para a Humanidade si a esse illustre representante fosse dado governar o Mundo, e eu, até, votava isso, porque não precisavamos trabalhar mais, era só esperarmos pelo que os outros fizessem para pormos em pratica; a consequencia seria a Humanidade parar, e a consciencia petrificar-se.

Senhores, que é o progresso senão a novidade ?

Pois, então, antes da decantada Republica dos Estados Unidos proclamar a Republica federal, já existia essa forma de governo ? Pois só este facto não immortalizou a União Americana ?

Pois havemos nós de ter a infelicidade de passar á posteridade como méros e ruins copistas ?

Pois não teremos cabedal bastante para adeantar um passo na civilização ?

O SR. GONÇALVES CHAVES — Mas é uma inovação, que não foi acceita em nenhum paiz.

O SR. COSTA MACHADO — Logo, não se deve admittir por todo o Mundo um progresso, porque é uma novidade.

(Cruzam-se apartes, que interrompem o orador.)

Sr. Presidente. V. Ex., por equidade, ha de tomar nota destes apartes, que me interrompem, para descontal-os da minha hora. *(Riso.)*

Ha um quarto de hora que estão fallando, e eu quieto. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. tem mais um quarto de hora para terminar o seu discurso.

Pego-lhe, portanto, que não preste attenção aos apartes.

UMA VOZ — V. Ex. deve notar que é o orador quem os provoca.

O SR. COSTA MACHADO — Subam á tribuna e façam a réplica.

Eu apresentei a minha emenda, VV. EEx. combateram, e eu os ouvi sem dar apartes.

Mas, Sr. Presidente, a generosidade do Congresso é tão grande que ha de permittir que eu acabe o meu discurso.

UMA VOZ — Apoiado. Estamos ouvindo-o com muito gosto.

O SR. GONÇALVES CHAVES — A questão é muito importante.

O SR. COSTA MACHADO — Ah ! Agora é que o estão reconhecendo ?

O SR. GONÇALVES CHAVES — Não, Senhor; sempre a considerei assim.

O SR. COSTA MACHADO — A principio procuraram tratá-la com verdadeiro desprezo.

Sr. Presidente, vou satisfazer aos nobres representantes. Elles collocam a questão no terreno dos interesses, das convenientes sociaes, quando nós tratamos de Direito; nossa emenda foi apresentada ao art. 71 — Declaração de direitos. Mas vejamos si a razão está do meu lado ou do lado dos meus nobres collegas.

A primeira objecção (com toda a lealdade vou collocar-as em ordem de batalha) é que a mulher tem uma função especial, elevada, nobre, augusta — a da maternidade, da criação da familia.

UM SR. REPRESENTANTE — Por ahi vai bem.

O SR. COSTA MACHADO — Mas, aqui, vai a resposta: si a missão da mulher é procrear, os animaes irracionais tambem procream.

VOZES — NÃO ! NÃO !

UM SR. REPRESENTANTE — O argumento é irrespondivel.

O SR. LOPES TROVÃO — Eu o applaudo com todas as mãos de Briareu.

O SR. COSTA MACHADO — Logo, não é a função especial que engrandece a mulher; si isto não é logico, não sei o que

seja logica: então para vós as trevas são luzes. (*Cruzam-se muitos apartes.*)

Estou estabelecendo principios, para delles serem deduzidas as consequencias; entendo que o Congresso sabe mais logica do que eu.

UM SR. REPRESENTANTE — A consequencia que V. Ex. deduziu não foi logica.

OUTRO REPRESENTANTE — O racional tambem tem amor materno.

O SR. COSTA MACHADO — Mas dizem: Não é só o parto que ennobrece; a mulher fica ennobrecida pela educação dos filhos. Distingo; vejam como sou rigoroso na dialectica. A educação não consiste em dar aos filhos, simplesmente, leite, mingau, laval-os e vestil-os. (*Cruzam-se muitos apartes.*)

Tenham paciencia; vou por partes.

O SR. PRESIDENTE — Peço ao nobre Deputado que não responda aos apartes; não posso permittir que exceda a hora.

UM SR. REPRESENTANTE — Peça prorogação da hora.

O SR. COSTA MACHADO — Não estou respondendo, interromperam-me.

O SR. GONÇALVES CHAVES — Cedo a minha vez de fallar.

O SR. COSTA MACHADO — Meus Senhores, a principal parte dessa educação, qual é? E' aquella em que uma boa mãe de familia trata de injectar no cerebro de seu filho principios bons e sociaes.

UM SR. REPRESENTANTE — Veja a differença do animal. (*Cruzam-se outros apartes.*)

VOZES — Assim, é impossivel que o orador continue.

UM SR. REPRESENTANTE — O orador não se perturba.

O SR. COSTA MACHADO — Não me perturbo, mas não posso fallar no meio desta confusão; porque quero ser ouvido.

Senhores, essa circumstancia vem a favor de nossa emenda; porque, si quereis que a mulher em certa época da vida dê ao filho essa educação que não morre, que nos acompanhe em todas as peripecias, então deveis querer que uma mulher entre para a sociedade afim de conhecê-la e amá-la.

UM SR. REPRESENTANTE — As verdades não se apprendem com theorias, apprendem-se na pratica.

O SR. COSTA MACHADO — Ha outra objecção: que seria desta sociedade si na familia a mulher tivesse direitos eguaes aos do homem?

Seria a anarchia, a confusão; a mulher sahiria a cabalar.

UM SR. REPRESENTANTE — Ellas já cabalam.

O SR. COSTA MACHADO — Meus Senhores, declaro que hei de fallar nesta tribuna, ainda que ninguem me ouça, para mostrar, á evidencia, que pertenco á verdadeira escola republicana.

Pois, Senhores, é esse o grande argumento?

A mulher tem tempo para ir á missa, ao theatro, ao baile, aos passeios, para cuidar dos filhos, e não terá um momento para ir dar o seu voto uma vez no anno? (*Apartes.*)

E' da conveniencia da propria mulher a acquisição dos direitos politicos: porque deixará essas futilidades de que se vê cercada, nas quaes vive engolfada, sem encarar a vida pelo lado serio, e, sempre, em condição subalterna? (*Riso.*)

A Humanidade vindoura póde rir-se de nossa ineptia e dizer: — Como é que os homens desprezaram essa grande força, que é a metade do genero humano, a mulher? Ella, tão cheia de vigor, enthusiasmo e devotamento?!

E' do interesse da familia, porque crea o principio da egualdade entre o pae e a mãe, fazendo com que os filhos respeitem igualmente a ambos, e não mais ao pae do que á mãe. (*Apertes.*)

Então devemos ser consequentes.

Si se faz argumentos com a paz domestica, deveis negar o direito de voto tambem aos filhos, porque sobre estes se exerce a suggestão paterna.

Em segundo logar, si essa paz e concordia é perturbada com o exercicio do direito politico do voto, o qual produz, entre os homens, luctas, inimizades, odios, rancores, vinganças e o derramamento de sangue, então é o governo absoluto o melhor, porque faz emmudecer a todos.

E' o combate entre o homem e a mulher—dizem. (*Grande hilaridade.*) Os nobres representantes, meus contendores, querem a harmonia da familia fundada nas relações que ha entre o amo e a creada, entre a escrava e o senhor, entre a victima e seu algoz (*Muito bem*); como quereis, Senhores, fazer um monumento bello, solido, duradouro, si falha é a base? Vosso edificio perderá o prumo e rolará por terra! (*Muito bem.*)

A mulher vai anarchizar a sociedade. — diz-se. A experiencia protesta contra isso. No logar em que encontramos a mulher somos mais commedidos nas palavras e actos; ha como que um respeito instinctivo da nossa parte para com ella: é um elemento de ordem nos bailes, nos theatros e em todas as reuniões publicas e que comparecem. A sua emancipação é de grande alcance para os chefes da familia, porque lhes poupará muitas despesas com a satisfação de necessidades e exigencias creadas por sua imaginação distrahida dos assumptos mais importantes na sociedade. Ella, por si, terá recursos que facilitem o casamento, evitando quedas e deliquios para a immoralidade. E a sociedade? Oh! esta é que mais lucra, porque receberá em seu seio forças até aqui esterilizadas.

A mulher não anarchiza.

UM SR. REPRESENTANTE — A mulher votante não desperta estes sentimentos.

O SR. COSTA MACHADO — A minha emenda é um protesto a favor da victima. Desenganem-se, meus Senhores, porque as excepções ou privilegios não de durar pouco.

O SR. LOPES TROVÃO — A mulher cabala, e é preciso dar-lhe responsabilidade.

O SR. COSTA MACHADO — Sr. Presidente, quando levantou-se a idéa da emancipação dos escravos: que se dizia? Esta medida é um cataclysmo para toda a sociedade brasileira: o seu credito perecerá, e teremos a bancarrota.

O SR. LOPES TROVÃO — Entretanto, temos passado por tudo isto sob o governo dos homens.

O SR. COSTA MACHADO — A idéa da emancipação foi vencedora no paiz: e aquelles que impugnavam a emancipação dos escravos diziam afinal: Isto já devia ter-se acabado a mais tempo (*Riso*); porque confesso que eu era mais captivo do que os meus escravos, e a minha lavoura, agora, vai prosperando bem.

Eis o triumpho da verdade.

A Republica... oh! aqui está uma victima (*Riso*). Quantas vezes eu, discutindo com os que não acreditavam na Republica, vi olhar para mim com uma certa compaixão! A Republica — diziam os monarchistas, não apparecerá, é uma utopia. Entretanto, meus Senhores, a idéa foi caminhando, caminhando, tanto que transformou-se em uma força, e essa força conquistou a sociedade, conquistou o Exército e a Armada, e, no momento dado, o Exército e a Armada, que sabem pertencer a uma sociedade livre, prezando os seus deveres, não esqueceram-se de que acima delles havia a Patria. (*Muito bem.*) Estou certo de que ha no Exército grandes cabeças e denodados patriotas, o que depois de terem levantado tão alto esta Nação, não deixarão de cooperar para que a Republica se mantenha; nisto está a sua honra, a sua gloria. (*Apoiados.*) Eu jámais regatearei para o Exército e Armada admiração, honras e proventos: esta Nação tinha descido tanto que, sem a força auxiliando o direito, teria apodrecido.

Entretanto, Senhores, aquelles que não acreditavam na Republica, hoje estão reunidos aos republicanos, e no dia seguinte ao da proclamação da Republica appareceram tantos republicanos, que pareciam gotas de agua caindo do céu em dia chuvoso (*Riso*): eu olhava para elles, ria-me contente, porque não fizemos a Republica para um grupo, mas para todos os nossos concidadãos. (*Muito bem.*)

A propria Natureza era republicana para mim, ostentava-se tão bella!

Parecia que tinha existido uma Monarchia sem monarchistas.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Não apoiado. Houve muitos, e ainda os ha. O Sr. Carlos de Laet e outros não são republicanos.

O SR. COSTA MACHADO — Estou convencido que esses que contestam o direito das mulheres na vida publica, quando vencidos, farão melifluos discursos e dirão: Sempre fui partidario da mulher; sempre combati para que ella tivesse na direcção do paiz o mesmo direito que os homens (*Riso*): como poderia consentir que verdadeiros anjos tivessem uma posição subalterna!

O SR. PRESIDENTE — Pego licença para advertir a V. Ex. que a hora está esgotada.

O SR. COSTA MACHADO — Pego a V. Ex. que não seja tão rigoroso, que mostre que é filho de Minas.

O SR. PRESIDENTE — Não faço mais do que observar o Regimento.

O SR. COSTA MACHADO — Mas um filho de Minas, nesta terra livre, não corta o pensamento de outrem; e eu só peço a sua generosidade. (*Apartés.*)

Posso requerer a prorrogação de hora?

O SR. PRESIDENTE — O Regimento não cogita do caso.

O SR. COSTA MACHADO — Oh, que fatalidade ! Oh, que Regimento fatal ! Deixe-me ao menos V. Ex. acabar o meu pensamento.

VOZES — Continúe, continúe.

OUTRA VOZES — E, depois, o orador tem sido muito interrompido.

O SR. COSTA MACHADO — Mas, meus Senhores, como a consciencia deste Congresso póde admittir o seguinte...

UMA VOZ — Não passe para outro assumpto.

O SR. COSTA MACHADO — A mulher é dotada de intelligencia, ella ama este paiz, ella é instruida, ella paga imposto, e, entretanto, não póde votar, não póde exercer o direito do voto, qua é tão pequenino e mesquinho, ao passo que um homem, que só tem a enxada, que apenas sabe ler e escrever um bocadinho, póde votar e ser votado ! (*Apartes.*)

Eu não quero que toda a mulher vote. (*Apartes.*)

Quero fazer uma transacção: faça-se a experiencia; e si ella mostrar que as mulheres não são dignas de exercer o direito do voto, então seja elle cassado. (*Apartes.*)

Si dependesse de mim, a mulher teria todos os direitos. (*Apartes.*)

Mas, qual a razão, meus Senhores, por que os homens não se importam com as mulheres ?

UMA VOZ — Importam-se demais.

O SR. COSTA MACHADO — Senhores, eu estou fallando do Direito; estou fallando em uma assemblea composta de homens illustrados, não trato dos costumes humanos, do respeito, das delicadezas, attensões e carinhos, que prodigalizamos ás mulheres; eu fallo da lei, que a colloca em plano subserviente. Como podeis consentir que ellas tenham obrigações, carreguem com o pezo de todas as penas do Codigo Criminal, e não tenham os direitos relativos ? Tudo provém dos preconceitos; a deducção é clara: é porque não ha aqui um homem, por mais illustrado que seja, que tenha uma grande capacidade — que tambem não seja victima dos prejuizos do passado.

Quereis saber qual a origem desse preconceito ? E' que ainda estamos sob o dominio da legislação romana.

Os padres, fundados no peccado original, condemnaram a mulher a não poder dar um só passo na estrada de civilização. (*Apartes.*)

Eu digo tudo. Que é o Christianismo ? Não é mais do que uma mistura de tradições semiticas e idéas platonicas.

UM SR. REPRESENTANTE — Isso é com o Sr. Badaró.

O SR. COSTA MACHADO — Não é com o Sr. Badaró, é com a Historia. Fallo com os padres da Igreja, com Santo Ignacio, o martyr, S. Jeronymo, S. João Chrisostomo, Tertuliano e outros.

O SR. SERZEDELLO — Santo Agostinho tambem é competente na materia.

O SR. COSTA MACHADO — Hoje, porém, Sr. Presidente, que a sociedade vai se formando sob outros moldes; quando tanto se falla em liberdade, não vejo motivo para abandonarmos inteiramente a mulher, desprezando a sua emancipação.

Devemos ver si a reforma é boa ou não, si aproveita ou não á sociedade.

A respeito da emancipação da mulher e do seu direito de voto, disse-se aqui que isso viria anarchizar a familia. Mas isso sem um só argumento que justificasse um systema. Sei que a minha doutrina vai modificar a familia. Mas esta tende a ser modificada, principalmente quando estamos sob o regimen republicano.

A minha escola é a unica que pôde realizar o idéal da verdadeira Republica, o idéal do governo do povo pelo povo e para o povo.

O SR. PRESIDENTE — Observo a V. Ex. que já são decorridos dez minutos depois de passada a sua hora.

O SR. COSTA MACHADO — V. Ex. sabe que tenho sido muito interrompido. Não posso ser responsavel por estas interrupções. Entretanto, procurarei resumir tanto quanto me for possível.

O SR. PRESIDENTE — Note V. Ex. que tenho de dar ainda a palavra a outro orador.

O SR. COSTA MACHADO — Sr. Presidente, estou cortando o fio das minhas idéas, para obedecer a V. Ex.

Como podeis, Senhores, conceber que o ex-escravo, que não se educou, vote, e a sua ex-senhora, que paga impostos, que tem interesse nos negocios publicos, não vote?

Como justificaremos a negação do voto politico ás doutoras em Direito, em Medicina, ás professoras publicas, e áquellas que vivem do seu emprego, do commercio e dos rendimentos dos seus bens, dos quaes pagam pesados impostos?

Pretendereis porventura, justificar os direitos politicos das rainhas e princezas, pelo acaso do seu nascimento (*Apartes.*)

O SR. PRESIDENTE — Reitero ao nobre orador que o seu tempo ha muito expirou.

O SR. COSTA MACHADO — V. Ex. me interrompeu, os meus contedores tambem me interrompem.

Meus Senhores, eu vou só apresentar um argumento para os Senhores apreciarem, — argumento tão grande que me acho muito pequenino deante delle; mas, enfim, elle appareceu na minha consciencia, e é tão formidavel que é irresponsivel.

Quero demonstrar que o systema republicano por nós idealizado, e que faz objecto dos nossos sonhos e amor, é o governo do povo pelo povo.

E qual é o systema do governo do povo pelo povo?

E' o governo da maioria.

Mas, quando é possível que os nobres representantes cheguem á realização deste ideal? Nunca.

Porque supponde a Nação Brasileira, que tem 12 milhões de habitantes, dividida em seis milhões de homens e seis milhões de mulheres.

Uma voz — O numero de mulheres é maior.

O SR. COSTA MACHADO — Mas, que sejam seis milhões. O systema republicano, que deve fazer a felicidade publica, deve tratar de educar o homem, deve chegar a um ponto que até os mendigos possam votar; estamos de accordo.

Mas a Natureza é contra a vossa doutrina, porque os menores do sexo masculino nunca poderão votar; portanto, nós teremos estes seis milhões de habitantes reduzidos a quatro milhões, mais ou menos, o que vem a ser a terça parte de 12; quando, pois, se realizará a vossa aspiração do governo do povo pelo povo? A vossa Republica, delineada segundo os moldes do absurdo, é o governo de um eleitorado limitado, oligarchico, aristocratico, é uma mentira convencional; nós estamos nos illudindo e illudindo a sociedade. O governo republicano não consiste em uma classe de eleitores, consiste no suffragio de todos os seus habitantes, uma vez que tenham capacidade.

Agora, lá vai a prova de que a minha escola chega a este resultado. Tratem de educar as mulheres de sorte que quatro milhões de mulheres com quatro milhões de homens façam oito milhões de habitantes com direito ao voto; eu formulo uma hypothese, que talvez possa ser applicada para mais: teremos realizado o systema do governo do povo pelo povo. (*Alguns apartes.*)

O que digo é que o meu systema póde trazer a verdade de democracia representativa, e pelo vosso é impossivel, absolutamente, conseguil-a. Vejo que V. Ex., Sr. Presidente, está magoado commigo.

UMA VOZ — Não é o Sr. Presidente, é o Deputado que tem de succeder a V. Ex.

O SR. COSTA MACHADO (*para o Sr. Pedro Americo*) — V. Ex., meu amigo, venha em meu soccorro.

O SR. LOPES TROVÃO — Elle é artista, e, naturalmente, deve estar apreciando as suas bellezas de fórma.

O SR. COSTA MACHADO — O Sr. Presidente me chama ordem, porque V. Ex. tem de fallar.

O SR. PRESIDENTE — E depois d'elle ha uma série.

O SR. COSTA MACHADO — Sr. Presidente, quando as convicções são sinceras e leaes, como a minha, commettemos um erro em não acreditar que os outros nos acompanham.

E' o que me acontece neste momento. Acredito que o Congresso me ha de acompanhar, para dar triumpho á minha emenda relativa ao art. 91.

Este artigo diz: A brazileiros e estrangeiros residentes no paiz, a Constituição assegura a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual, e á propriedade etc. A nossa emenda substitue as palavras — *brazileiros e estrangeiros* — por habitantes do paiz, como faz a Constituição Suissa no referido estado. Esta primeira parte da nossa emenda, não a deixará o Congresso de approvar, salvo si não quizer que tão fortes e naturaes direitos pertençam a todos os seres racionaes.

UM SR. REPRESENTANTE — Nessas palavras estão comprehendidas as mulheres.

O SR. COSTA MACHADO — As palavras têm significações proprias e independentes da nossa vontade; *brazileiros e estrangeiros*, referem-se ao sexo masculino e não ao feminino.

Ha pouco tempo algumas senhoras requereram, entre nós, a inclusão dos seus nomes no numero dos eleitores, e, não

sendo prohibido por lei, ellas deviam votar; mas, por exclusão, como a Constituição não fallava em mulheres, o direito lhes foi negado.

E o que é admiravel, Sr. Presidente, é o seguinte: quando se dava esse facto em meu paiz, em Vienna d'Austria suscitava-se uma grande questão; as mulheres, que votavam por procuração, apresentaram-se na eleição, votando pessoalmente; os chicanistas, esses triqueiros de eleições (*Risos*), recorreram para o Imperador: e sabem qual foi a decisão do governo absoluto? Foi esta: que nenhuma lei naquella paiz fazia depender o voto do sexo.

Entretanto, o Sr. Cesario Alvim, meu illustre amigo, representante de Minas, ao mesmo tempo, não admittia que a mulher votasse neste paiz! Mas, si não havia uma lei que o prohibisse; si o nosso Direito Publico estabelecia o seguinte: que tudo aquillo que a lei não prohibe, o cidadão póde fazer; e si o Governo, uma entidade politica, não póde fazer senão o que a lei manda, S. Ex. seria um verdadeiro liberal si, porventura, admittisse o voto da mulher.

Isfo foi apenas para responder ao aparte do meu collega. E' preciso legislar com toda a clareza: está se tratando de Direito Publico.

Quanto á segunda parte, eu restringi quanto possivel.

Ha uma outra emenda, ainda mais restricta, assignada por 32 representantes ao Congresso, e dando á mulher esse direito relativamente aos negocios municipaes. Não preciso discutir mais esta questão; a mesma discussão geral autoriza a tirar-se uma conclusão applicavel ao facto.

Eu dizia que estou convencido de que o Congresso vai votar commigo; e si, porventura, um vidente me viesse segredar aos ouvidos que a minha emenda não passaria, diria a esse propheta: Não acredito.

Onde estão os representantes do Pará e do Amazonas, dessas terras gigantes, de natureza immensa? Querem elles, porventura, realizar o aphorismo que os extremos se tocam achando-se?

Onde estão os representantes descendentes dos heroes da Confederação do Equador em 1824?

Que é dos filhos dessa terra abençoada, que regou com sangue o solo da Patria em favor a liberdade? Onde estão os filhos desse heroico Pernambuco, desse Estado, que tem nas paginas da sua historia fundamental um facto importantissimo. Foi alli que appareceu a grande revolta do Senado da Camara contra a imposição de Pedro I, quando elle mandou votar uma Constituição, e esse Senado, capitaneado pelo padre Caneca e outros patriotas, por unanimidade, a repelliram. Onde estão os filhos dessa terra, os coevos de Nunes Machado e de Pedro Ivo?

Onde estão os filhos da heroica Bahia, onde parece que de momento sahem da terra inexaurivel os grandes homens do paiz? dessa terra que a Patria agradecida deve ter em toda a consideração, porque na guerra do Paraguay foi a que sempre esteve na deanteira?

Onde estão que não apparecem nesta Casa para fazerem triumphar os bons principios da sociedade brasileira?

Onde estão os paulistas, os filhos da terra de Amador Bueno, dos Andradas, dos Feijós, dos Tobias, dos Rodrigues dos Santos? Onde estão esses meus companheiros de lucta?

Elles não estão aqui, mas não podem abandonar a causa do Direito.

Onde estão, Senhores, os filhos da grande terra do Rio Grande, solo abençoado, de coragem inexcedível? desses cavalleiros, intrepidos, e sempre heroicos, nas batalhas e nas pugnas da liberdade? desses heróes de Piratinim, de Bento Gonçalves e de Felix da Cunha? Que é dessa mocidade, tão correctã, que tanto nos ajudou a levantar a bandeira da Republica? Por vós... o tempo rasgar as paginas do seu passado e calcar a sua bandeira? Não.

Estou respondendo ao propheta sinistro, que me dissesse aquillo.

Oh! Senhores, onde estão os filhos do Rio de Janeiro, os filhos desta Capital, que têm sido como que a cabeça pensante desta paiz?

Que é feito dos mineiros, dos filhos da minha terra, cujas tradições honrosas devem servir de orgulho, de enthusiasmo e coragem para os grandes commettimentos? Filhos de Minas! Sereis surdos ao direito dos fracos que vos pedem protecção? O-vidaes porventura, o drama da Inconfidencia Mineira, o mais glorioso facto da nossa historia patria? Inconfidencia... confesso que neste momento assaltam o meu espirito tristes recordações; esta palavra desperta em meu coração extranhos sentimentos! Permitti, Senhores, que elles rolem dos meus labios. Ha 100 annos existiu em Minas um homem, que chamarei providencial, e outros chamarão louco. Sim, Senhores, ha idéas que enlouquecem, ha paixões que matam! Elle seria um doido cheio de luzes. Esse homem, rodeado de outros cidadãos distinctos, viu no horizonte de sua consciencia a estrella da esperanza para a Patria; elle quiz tornal-a independente e livre, e, caminhando attrahido pelos seus raios, não viu que no Mundo ha abysmos: precipitou-se e desapareceu!... Desappareceu? Não. Elle foi preso, levantou-se o patibulo, o seu corpo oscillou na corda e cahiu no chão! O nome, porém, de Tiradentes cahiu nos braços da gloria para resurgir 100 annos depois, resplendente, nas culminantes alturas da Historia! (*Apoiados; muito bem.*)

O seu corpo foi completamente esquartejado, sua familia infamada, seus bens confiscados, sua casa demolida, e o solo salgado!...

Sabeis dizer-me o que significa o solo salgado? Que irrisão bravia! O solo salgado! !

Pois bem, Senhores, o destino crêa muitas vezes uma entidade nova, para mostrar á posteridade quanto ella deve amar á liberdade; essa entidade foi o polvo do ridiculo abraçado com aquillo que houve de mais tetrico, de mais sombrio e cruel na fereza da dynastia portugueza; Pedro I commetteu o mesmo crime para com sua patria, para com seu proprio pae; entretanto, o primeiro teve o cadafalso pelo crime de ter amado a Patria e tudo quanto acabo de enumerar; o segundo teve um throno, gosou todas as vantagens dessa posição e finalmente, levantaram-lhe uma estatua a perpetuar a sua memoria no mesmo lugar onde o primeiro foi enforcado! Que triste contradição da sorte, que pungente ironia do destino! Muitos commettem os mesmos crimes; a uns o cadafalso, a outros uma corôa de louros.

Mas, Senhores, não ha nada para vingar a verdade como o tempo: cem annos depois triumphou a Republica; ella é o

governo da justiça, das reparações; os brasileiros saberão honrar a memoria do grande homem e dos seus illustres companheiros, victimas, tambem, — o despotismo, — o que revelará ao Mundo que a Patria tem filhos dignos della. (*Apoiados.*)

Senhores, aproveitemos o momento que passa; elle não volta. para immortalizar-se esta Constituinte, basta o Congresso aceitar uma só das nossas emendas. O progresso caminha, e as sociedades modernas procuram assentar em bases certas, em solidos fundamentos, suas instituições; a equidade não é mais um problema a resolver-se. Mostremos que passamos por sobre os prejuizos, em beneficio da Patria.

Sr. Presidente estou, fatigadissimo. Estou fazendo um verdadeiro sacrificio para tirar de meu cerebro, que fraguea com o peso de 61 annos (*Não apoiados*), de minha organização nervosa, que fallece (*Não apoiados*), recursos para auxiliar a minha intelligencia posta ao serviço do verdadeiro, do bem, do bello e do justo. (*Muito bem.*)

Vou terminar. Ha um momento na successão dos dias e das noites que não é luz e nem é trevas: chama-se lusco-fusco; é o momento em que os christãos, ao ouvir as badaladas do sino, que chamam os fieis á oração, dirigem sua saudação á Mãe de Deus, rezando a Ave-Maria. Vem logo a noite, e depois, o dia.

Estamos neste momento, meus Senhores. Esta Constituinte não é luz, nem é trevas, nem deixa de ser uma cousa e outra: é o lusco-fusco da sua elaboração.

Da vossa decisão depende a continuação da noite em que tem vivido a mulher, ou o raiar de um novo dia. Sou profano, mas rendo, tambem, culto á liberdade; e, coherente com os principios da escola republicana, a que pertenco, faço votos para que o Congresso, bem inspirado, dê uma patria á nossa mãe, á nossa esposa, á nossa filha e á nossa irmã; os escravos, as manadas de irracionaes, não têm patria: não ha patria sem liberdade, não ha liberdade sem direitos.

Termino saudando a liberdade — *Ave libertas!* (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado e abraçado por muitos representantes.*)

O Sr. Pedro Americo — Sr. Presidente, Srs. membros da Constituinte (*Attenção*), receoso de fazer nesta tribuna o effeito de um camponez, que deante de uma assemblea de pintores proveytos pegasse em um pincel para esboçar de improviso um grande quadro, mas, sobretudo, convencido, que fôra pueril eu tentar modificar o vosso esclarecido juizo a respeito da Constituição que se discute, serei breve na exposição das duvidas que esse documento deixa no meu espirito, e das apprehensões que gera no animo nacional.

Demais, reconhecendo a necessidade de encurtar a minha allocução, por ver que o illustre auditorio está cansado e a hora vai por demais adeantada, truncarei a cada passo o meu discurso, renunciando aos desenvolvimentos que exigiriam os diversos assumptos de que vou tratar, para serem convenientemente comprehendidos.

O primeiro ponto de reparo, que se me offerece ao espirito, é relativo ás rendas dos estados.

Sem ser mais timorato que qualquer outro, entendo que alguma medida deveria ser adoptada pelo Congresso para

tranquilizar a opinião publica nas antigas provincias, hoje Estados autonomos, deante das ameaças do futuro; e eis por- que levei á Mesa uma emenda, que não foi approvada, ao passo que o foi logo depois um artigo do primitivo projecto, de sentido congenere, porém confuso e escusado, no qual o legislador parece desconhecer, systematicamente, a differença que ha evidentemente e real, entre os estados fracos e pobres e os fortes e ricos, que têm de formar a Federação.

Tambem julgo injustas e inopportunas essas moções, pretendendo suspender as eleições já começadas, ou annullar as effectuadas em diversos Estados.

Taes votos do Congresso, mas, principalmente, o additivo apresentado pelo muito distincto representante do Rio de Janeiro, Sr. Dr. Nilo Peçanha, além de attentatorios da autonomia pregada nos successivos decretos da Republica, e expressa no art. 5.^o da Constituição — artigo approvado antes dessas disposições repressoras e retrogadas — provam que a Federação ainda é uma cousa puramente theorica, e que a centralização continua a existir no espirito de muitos, tão forte e real como no tempo da Monarchia.

Vozes — Apoiado; é assim mesmo.

Sr. PEDRO AMÉRICO — Colocando-me no ponto de vista particular de representante do pequeno, mas nobilissimo Estado da Parahyba, cumpre-me leclerar que a noticia da approvação — que eu creio provisoria—do additivo incompatibilizando os actuaes governadores, não podia deixar de ser alli recebida sem geral desagrado.

E, com effeito, foi uma verdadeira decepção, um amargo desengano.

O Estado caminhava perfeitamente sob a direcção que lhe imprimira o illustre cidadão que se achá á testa dos negocios publicos; e, pois, estava longe de esperar que o legislador central, retrocedendo aos tempos idos, e sahindo das suas attribuições constituintes (*Apoiados*), tentasse entorpecer-lhe a marcha ascendente para as conquista a que tem direito como membro autonomo da Federação brasileira.

Creio, porém, que ninguem considerará definitivo um documento da ordem de uma Constituição politica, enquanto a fórma desse documento não parecer perfeitamente correcta.

A respeito da mudança da Capital da União tambem creio que se poderia tratar do assumpto de modo menos vago do que até aqui se tem feito, pelo menos quanto ao prazo concedido para essa mudança. É absolutamente necessario supprir-se, quanto antes, a malefica influencia desta terrivel cidade, tão saturada de elementos nocivos á vida moral da Nação, que acostumou-se á continua absorpção, á endosmose intellectual do que de si expande a antiga Capital do Imperio. Esses elementos influem, igualmente, sobre o Governo da União, pela pressão constante dos interesses puramente individuaes, e sobre todo o paiz, pela expansão incessante da corrupção em todos os sentidos.

Que o phenomeno da immoralidade publica no Rio de Janeiro não é sómente devido ao acaso, e que, pelo contrario, parece ser o effeito de um plano preconcebido para enfraquecer a austeridade nacional dos costumes, disse-o eu em um opusculo estampado em 1882, cujo trecho relativo não ousarei ler para não abusar da vossa benevolencia.

Vozes — Ouviriamos com muito prazer.

O SR. PEDRO AMERICO — Também não discutirei a proposta, que por ahí ainda lateja, e tão brilhantemente foi sustentada nesta tribuna pelo denodado e venerando campeão da causa republicana, o Sr. Dr. Costa Machado, de se conferirem direitos políticos ás mulheres. Deixo a outros a gloria de arrastarem para o turbilhão das paixões politicas a parte serena e angelica do genero humano. A observação dos phenomenos affectivos, physiologicos, psychologicos, sociaes e moraes não me permite erigir em regra o que a Historia consigna como simples...., ainda que insignes excepções. Pelo contrario, essa observação me persuade que a missão da mulher é mais domestica do que publica, mais moral do que politica. Demais, a mulher, não direi ideal e perfeita, mas, simplesmente normal e typica, não é a que vai ao fóro, nem á praça publica, nem ás assembléas politicas defender os direitos da collectividade, mas a quem fica no lar domestico* exercendo as virtudes femininas, base da tranquillidade da familia, e, por consequencia, da felicidade social. (*Muitos apoiados.*)

E' estusado dizer-vos, Senhores, que em politica, como na Arte e na Literatura, não sou partidario da immobildade, cuja maliciencia a historia do nosso e dos outros paizes ahí está condemnando. O que eu sou é cauteloso e tão observador da lei natural da progressão humana, que em uma questão, allás secundaria na Constituição da Republica, como a da intervenção da mulher nos negocios publicos, divorcio-me daquelles que não receiam tirar da nossa bandeira a palavra -- ordeni, precipitando-se para abraçar aquillo que ainda está indeciso, como um ideal, um esboço, no horizonte das mentes sonhadoras. (*Muito bem. Ha diversos apartes.*)

Seja-me permittido dizer duas palavras acerca de um assumpto em que não vejo o necessario accordo: o da intelligibilidade dos padrs, assumpto para cuja solução tentei concorrer, mandando á Mesa uma emenda, que ainda não foi posta em discussão.

Parece-me que o legislador receia ver consagrado na Constituição, toda liberal e democratica, que estamos confeccionando, o principio em virtude do qual o Poder Executivo, e, mesmo, as futuras assembléas legislativas ordinarias, não poderão pôr em duvida — a liberdade de consciencia.

Este curioso phenomeno no seio de uma assembléa tão douta e democratica, é em parte devido ao methodo que presidiu aos estudos dos nossos principaes jurisconsultos, cuja maneira de pensar domina actualmente.

Até bem pouco tempo, com effeito, as nossas escolas de Direito tinham o que quer que fosse do santuario. Neellas ensinava-se a *interpretar a lei escripta, e a conservar intacta essa lei.*

Os bachareis faziam como seus mestres, ou por outra, como verdadeiros geometras: de alguns principios immutaveis, tirados em geral do Direito Romano e consagrados em compendios, como em verdadeiros catechismos, desciam ás applicações praticas, ás consequencias de occasião, em vez de procederem como os historiadores e os naturalistas, que do estudo dos factos remontam, por um processo a um tempo inductivo e racional, á descoberta das leis naturaes.

A critica historica, a longa analyse dos factos justificados da codificação dos principios e dos processos legais, com

suas investigações, suas incertezas, suas hypotheses e seus lampejos, nada tinha que ver com um methodo a que appellidarei de — *tyrannia cathedratice*.

Além disso, as nossas faculdades eram destinadas, antes de tudo, a fornecer diplomas, e jámais a representar o papel de escolas de sciencias sociaes e politicas, como o são hoje as da Prussia, da França e da Italia, onde ao lado do Direito propriamente dito, ha tanto logar para o estudo dos phenomenos sociaes, da sua historia e das suas leis. (*Muito bem.*) Era este, entretanto, o sonho da Revolução franceza.

As nossas escolas, ao contrario, parecem ter sido moldadas, como o eram as de Coimbra, Pisa, Bolonha e Pariz, pelo idéal do Consulado, o qual consistia em fornecer á sociedade *homens da lei*, em vez de *pesquisadores das leis das sociedades*.

O resultado foi crearem-se excellentes juristas, applicadores ou adaptadores da lei, aliás muito illustrados, que se criam investidos, como a propria lei, de uma especie de immutabilidade dogmatica. Dahi o antigo espirito e o antigo modo de encarar a sociedade como materia bruta, sobre a qual se podia livremente applicar o cunho da lei, por mais enferrujado e gasto que estivesse. (*Ha diversos apartes.*)

Eis porque muitos de entre nós ainda creem que a materia constitucional se possa maleabilizar *a priori*, e julgam, que na época actual e no estado em que se acha a mentalidade brasileira, se possa outorgar á Nação um código contradictório com certos interesses desta.

Eis ainda porque desconhecem factos evidentes como o grande apego das populações ás praticas religiosas, e offendem a crencas e principios ao ponto de arrancar protestos.

UMA VOZ — Mas o legislador deve dirigir.

O SR. PEDRO AMÉRICO — Dirigir não é desconhecer, nem supprimir o que é manifesto.

Sr. Presidente, eu creio que uma Constituição politica não deve nem pôde ser uma imposição do legislador, nem mesmo uma concessão da sabedoria e do Poder, como as antigas *cartas* constitucionaes; mas é, ao contrario, um pacto celebrado em nome de todos os cidadãos, para manutenção das liberdades, dos direitos e da felicidade sociaes, que constituem o patrimonio inalienavel das gerações successivas.

Por consequencia, não deve conter disposições attentatorias dessas liberdades, que ella proclama, desses direitos, que ella garante, dessa felicidade, que é o fim supremo de todos os grandes compromissos sociaes. (*Muito bem.*)

Ora, si isto assim é, como é que em diversos dos seus artigos ella confere aos estrangeiros o direito de representarem nas assembléas legislativas a Nação Brasileira, ao passo que nega esse direito a cidadãos que nunca deixaram de colaborar com o estadista e o soldado na obra da civilização nacional? (*Apoiados; muito bem.*)

Como é que se quer excluir da representação popular, ou dos Estados, onde já deviam estar defendendo os seus e os nossos direitos os prelados brasileiros, pelo simples facto de exercerem um sacerdocio, que nunca deixou de ser um dos principaes factores da unidade nacional?

Pois não vemos neste Congresso, e com prazer, distinctos sectarios do Positivismo, que sustentam idéas tendentes á instituição de um novo *sacerdocio*, fundadas em concepção phi-

philosophica completamente ignorada do nosso povo, embora essa concepção encerre uma capital official, Pariz, um pontifice maximo, Augusto Comte, uma nova divisão popular, e, até, a instituição de um governo dictatorial permanente?

A legislação, como bem o dizem, tem por fim systematizar *as condições naturaes* de ordem e progresso de cada povo, e não o lançar moldes legislativos, desconhecendo as fórmas da realidade.

Cultor de uma arte liberal, educado em uma Universidade, que é, justamente, considerada na Europa como a mais formosa criação do partido progressista belga, auctor de uma longa these ardentemente favoravel ao livre ensino das sciencias naturaes, sociaes e philosophicas, e, mais que tudo, representante, embora obscuro e deslocado (*Não apoiados*), de um Estado que tanto carece de liberdade effectiva e real para se erguer á altura dos seus nobres destinos, eu não posso deixar de fallar em nome da liberdade, que sempre constituiu o maior thesouro e o maior encanto da minha modesta existencia.

Portanto, não poderei passar por suspeito declarando sentir que a hora tardia em que comecei a minha fraca allocução não me permitta ler nesta tribuna um trecho, sequer, da reclamação que tão respeitosa e dirigi em 6 de agosto ultimo ao chefe do Governo Provisorio o episcopado brasileiro, e que nos foi endereçada posteriormente pelos distinctissimos prelados.

Senhores membros do Congresso, entendo que o Estado não deve ser *theista*, nem *atheu*; mas que difficilmente leis atheisticas se applicarão a povos crentes.

Demais, a consciencia humana e como o thalamo conjugal: o Estado nada tem que ver com ella; e si tivesse, era, justamente para consagrar o reconhecimento publico aos directores de um culto, que sempre foi no Brazil, enquanto reinou sobre as consciencias, o maior obstaculo opposto á dissolução dos laços da familia e á invasão gradual da immoralidade no coração da juventude.

DIVERSOS SRs. REPRESENTANTES — Apoiado; apoiado.

O SR. PEDRO AMERICO — Proponho, pois, que o art. 26. que estatue que — *o Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral* — ajunte-se: *não se inquirindo jamais, para isso, da crença ou função religiosa do cidadão.*

Tal qual se acha actualmente, a nossa Constituição é dubia relativamente á liberdade religiosa, e contém, até, aquillo que os clericaes appellidam — *desacato ao clero*. Ora, esta expressão, e a idéa que ella exaggera, poderá soar no Velho Mundo, de onde nos vêm os melhores colonos, com repercursões ainda mais injustas, e, por consequencia, muito favoraveis ao nosso paiz, que começará a figurar na imaginação do proletario como uma terra de impios.

Deverei acrescentar que o clero italiano, que se acha em condições muito diversas do nosso para com o Estado — porque representa uma reacção tremenda, localizada em um foco brilhante e tantas vezes secular — não tem sido afastado das urnas pelo legislador civil, mas pelo proprio chefe da Igreja, e por motivos que fóra deslocado expôr aqui. Descontente, porém, ferido na sua dignidade e nos seus interesses

temporaes, procura fundar na America catholica centros de fé religiosa, e de actividade industrial, como pequenas mas esperançosas patrias do catholicismo deslerrado na propria séde de sua intiga e incontestada dominação; e nesse intuito exhortam as populações para que emigrem, e apontam o Brazil como a Terra da Promissão, deslinhada, por todos os seus dotes naturaes e, ainda, pelas qualidades dos seus habitantes, pela indole das suas leis, e pela identidade de crenças, a lançar sobre as tristezas e a saudade do infeliz emigrante todo o balsamo confido nas consolações do trabalho convenientemente remunerado.

Nestas circumstancias, não seria mais prudente abandonarmos todas as nossas preocupações anti-catholicas, e animar o esforço do clero italiano?

Vozes — Sem duvida; sem duvida.

O SR. PEDRO AMERICO — Em todo caso, a imparcialidade e a tolerancia são as virtudes que carecem de mais continua consagração em uma sociedade que se está organizando, e para a qual são necessarias todas as sympathias. Senhores legisladores, a vossa obra actual — grandioso monumento, do qual nenhum angulo deverá assentar sobre terreno meos solidido — ha de ser contemplada por mais um povo e por mais de uma geração: fazei-a ampla, cheia de luz, justa e generosa, para que todos a amem, e a invoquem, como se invoca uma grande protectora nos momentos de crise para os nossos direitos e a nossa liberdade.

Finalmente, considerai esta lei, a que se não poderá furtar nenhum importante phenomeno de ordem social: *A toda a injustiça, porventura praticada contra um homem util ou uma classe importante, corresponde na Historia uma serie de consequencias mais ou menos funestas ao progresso.*

UM SR. REPRESENTANTE — Parece-me que V. Ex. está enganado ácerca da opinião do Congresso. Não ha preocupação anti-religiosa, nem injustiça a uma classe qualquer.

O SR. PEDRO AMERICO — Eu tenho a prova do contrario na suppressão dos conventos, por exemplo. Qual foi a intenção dos auctores do projecto de Constituição supprimindo os institutos monasticos? Seria, porventura, o amor do proximo, ou o desejo de poupar á sociedade o espectaculo da degradação physica e moral daquelles que voluntariamente se offerrecem em holocausto ás praticas de taes instituições? Não, porque, si tal fosse, essa intenção, nada mais penoso á contemplação de uma sociedade joven e sã, nem, portanto mais digno de cahir sob a acção de uma lei repressora, do que a prostituição escandalosa e torpe, que se ostenta acintosa nesta Capital, dando á mocidade tão funestos exemplos, e aos estrangeiros uma idéa tão triste dos nossos costumes.

Ao passo que para os conventos — pela maior parte desertos e em ruinas — niguem olhava, e que alguns delles nos recordavam a antiga eloquencia sagrada, como frei Mari'Alverne e frei Sampaio, ou as sciencias naturaes, como frei Velloso, ou a illustração e o civismo, como tantos outros, e ainda, com os actuaes beneditinos, a quem a Nação deve um dos primeiros exemplos de libertação incondicional de centenares de escravos, e a instituição de escolas gratuitas para os filhos do povo (*Apoindados*); ao passo, dize, que esses modestos e quasi ermos edificios, longe de offenderem o sentimento nacional, trazem-nos á alma algum conforto ante

o espectáculo da immoralidade ostensiva e impune, que fere a sensibilidade mental, e exige, inconteavelmente, medidas de caracter repressivo. (*Apoiados, muito bem.*)

A prova, porém, de que esse triste espectáculo cada vez mais avulta no palco da vida fluminense, eil-a em uma pagina devida á penna de um dos nossos escriptores, cujas impressões se referem aos progressos da prostituição *das claras*, durante alguns annos de ausencia de sua patria natal, do autor a que me refiro:

“Levado, assim, por natural curiosidade, como pelo desejo de interpretar a physionomia, por ventura nova, da Capital do meu paiz, internei-me na populosa cidade, cujo aspecto interior, architectonicamente mudado por uma circumstancia sem igual em parte nenhuma do mundo, e cuja evidencia era tão offensiva da decencia e do pudor publicos, que ninguém a aquilataria sem constrangimento e desconforto.

“Uma multidão de meretrizes de nacionalidades, linguas e raças differentes, desde a loura dinamarqueza até a adusta moçambique, debruçadas ás janellas, recostadas ás varandas dos sobrados, ou assentadas ás portas dos bolequins, das casas de pasto e de outras sem classificação determinada no systema da civilização fluminense, trajadas e adornadas a um tempo com excentricidade carnavalesca e impudencia babilonica, e provocando, com gestos indecorosos e diclos obscenos em diversas linguas, os homens que passavam, zombando e rindo em altas vozes para que todos as ouvissem e vissem, e redobrando de cynismo ao perpassar das senhoras honestas, prestavam a multas das principaes ruas e praças do Rio de Janeiro o aspecto de vastissimos prostibulos, apenas separados entre si por uma ou outra morada de gente honrada.

“Exaggeradamente decoladas, e trazendo aos pulsos, ao collo e aos cabellos aljofares, coraes e ramalhezes de forma e grandeza proprias para realçarem-lhes os dois physicos, a maior parte dessas barragens foram importadas das ilhas portuguezs, da França, da Hungria, da Bohemia, da Italia, da America do Norte, de onde, enfim, as havia mais formosas, aventureiras ou facéis de serem illudidas, por aenriquecerem, na Capital do Brazil, a cusados especuladores, corrompendo, ao mesmo tempo, os costumes, o coração e a saude dos filhos deste paiz, e demonstrando, assim, ao Mundo que as nossas liberdades não admittem exclusão nem mesmo para os dissolventes da honra e do Poder publicos.”

E, pois, si a suppressão das ordens monasticas fosse devida á intenções humanitarias, sem preoccupações anti-religiosas, eu não sei por qual razão esqueceu o legislador um assumpto que tanto interessa á pureza dos costumes a saude publica, e, por consequencia, o futuro da raça brazileiral (*Muitos apoiados.*)

Srs. representantes, na minha fraca opinião, o nosso pacto fundamental não deveria abranger minucias a ponto de se tornar um verdadeiro repertorio de leis; como, porém, desce, em alguns pontos, a confundir-se com simples regulamentos, ousarei levar á Mesa um additivo á disposição relativa ao anonymato na imprensa.

Todos sabem das difficuldades com que luta entre nós qualquer cidadão aggreddido nas columnas de um diario, quero dizer, das despesas a que o obriga uma defesa de

honra, muitas vezes de proposito provocada com intuios extranhos ao amor da verdade.

O SR. COSTA SENNA — Isso é uma realidade.

O SR. PEDRO AMERICO — As diversas redacções dos nossos principaes periodicos são em geral cordatas e antipathicas aos ataques pessoais; mas ainda admittem, ás vezes, as collaborações interessadas na derribada de reputações erectas; e um desses ensaios de jornal systematicamente aggressor, que tem desapparecido depois de dar tantos fructos maleficos, poderia renovar-se ao lado daquelles que se acolhem ás columnas dos melhores órgãos da imprensa, para invectivar contra nomes e caracteres respeitaveis. Ora, é reconhecendo a conveniencia de refreiar taes abusos, que eu proponho o seguinte additivo ao § 12 do art. 71:

“Toda a aggressão pessoal impressa em diario, ou periodico, dá direito ao aggredido, para que se defenda, a um espaço duplo, no mesmo impresso, daquelle que occupou a aggressão.”

Não quizera concluir a minha fraca allocução sem tocar em um ponto de historia contemporanea, sobre o qual não tenho ouvido opinião isenta de parcialidade, e que, mal comprehendido, justificaria futuros erros na politica que devemos adoptar na obra, apenas encetada, da regeneração patria.

Quero fallar das causas geraes, remotas ou immediatas, da quéda da Monarchia.

A vehemencia do enthusiasmo com que foi acolhida, geralmente no Brazil a noticia da proclamação da Republica federativa, desde muito desejada e prophetizada como o unico systema consentaneo com as aspirações nacionaes, ainda não permite julgar com a necessaria isenção de animo o quanto se possa dizer sobre o assumpto. Não obstante, releve-me o Congresso que eu lhe diga que a Monarchia teve o triplice merito de unificar a Nação, acostumar-a á liberdade...

UMA VOZ — No excesso da liberdade.

OUTRA VOZ — No abuso.

O SR. PEDRO AMERICO — ... e finalmente, ás virtudes pacificas. A este ultimo facto, tanto quanto á indole de suas origens, attribuo a salutar antipathia dos brasileiros, comprehendidos os illustres auctores da Revolução, ás violencias, mesmo moraes.

Si a Monarchia cahiu, foi porque já não correspondia ao ideal da Nação, demasiado depauperada, descontente e desganhada, para não perceber a necessidade de uma mudança qualquer... não, porém, por falta de liberdade...

O SR. AMERICO LOBO — Si o Imperio amasse a liberdade, não teria mantido durante tantos annos a instituição do cativo.

O SR. PEDRO AMERICO — São modos de encarar. V. Ex. sabe, como os grandes romancistas, que ha lugar para todas as contradições no espirito humano.

Pois as antigas republicas não tinham escravos, e não os houve nos Estados Unidos, sob o regimen democratico como, outrora, nas republicas aristocraticas e olygarchicas?

Desses monstruosos consorcios nasceu, na Idade Média, a coexistencia da caridade christã, a mais admiravel, e os autos de fé, acompanhados das maiores crueldades de que ha memoria.

As causas, remotas ou immediatas, geraes ou especiaes, da queda da Monarchia foram as seguintes:

A ausencia entre nós de tradições medievaes, que pudessem tornar popular um systema de governo contrario a indole republicana dos brasileiros; o progresso do espirito nacional sob a influencia da irradiação universal das idéas tendentes a augmentar a nossa natural antipathia ao principio da hereditariiedade do privilegio; a influencia da litteratura franceza, que nos fez conhecer Voltaire, Rousseau, Diderot e os grandes pensadores da Revolução, inimigos, como Augusto Comte e todos os demolidores do passado, de todas as fórmas mais ou menos feudaes de governo; o espectáculo da grandeza norte-americana, o qual, com a visinhança das republicas do Rio da Prata, augmentava aquella antipathia; o progresso do espirito democratico, accelerado pelo gradual descontentamento de todas as classes; a propaganda da imprensa republicana, lenta, tenaz, ininterrupta, que converteu os seus auctores em guarda avançada da republica legal, ou de facto; a corrupção em todos os sentidos, progenitora do scepticismo politico, que admittia a queda do regimen com a mesma indifferença com que admittia a queda de um Ministerio; a preocupação exclusiva dos chefes politicos, que sacrificavam a Patria aos interesses muitas vezes injustos dos partidos; a imprevidencia dos proprios monarchistas, que collaboravam, inconscientemente, com os republicanos, sagrando o empenho, o desprezo á justiça, e a dissolução dos costumes, como auxiliares da perpetuidade do systema; as resistencias do Governo contra as aspirações da democracia, resistencias manifestadas por occasião de se discutirem na imprensa e nas praças publicas as reformas de que dependia a prosperidade do paiz; a intervenção de uma senhora na direcção dos negocios publicos, contemporaneamente á influencia de um Ministro que os acontecimentos foram tornando impopular; o despeito dos que se creiam lesados nos seus interesses materiaes pela abolição da escravatura; o profundo descontentamento do Exercito e da Marinha, a quem se negavam preitos merecidos; a demasiada centralização politica, que, monopolizando o emprego da seiva nacional, com prejuizo da vida do paiz inteiro, convencia o sertanejo da necessidade de uma mudança qualquer no modo de dirigir os negocios publicos; e, finalmente, a decrepidez precoce do chefe do Estado, o qual já por ultimo não podia exercer sobre o cidadão a antiga fascinação da sabedoria e das virtudes pessoasas...

VOZES — Muito bem; eis um quadro de mestre.

De modo que, virtualmente contidas em todas as previsões, a Republica democratica era uma *aspiração nacional*, como o havia sido a abolição da escravatura.

E' claro, porém, que essa aspiração não passaria de um *voto platónico*, de um desejo impotente e mental, si as injustiças praticadas para com o Exercito não viessem apressar a solução do problema.

O SR. THOMAZ DELFINO — E não havia o Partido Republicano, para apressar-a egualmente?

O SR. PEDRO AMERICO — Havia de esperar pela Providencia...

VOZES — Oh! oh!

O SR. PEDRO AMERICO — Com esta palavra quero apenas exprimir as conjecturas complexas, indefiníveis. Propagandistas, Exercito, Armada, eis a triade gloriosa e viril, a quem se deve a mais pasmosa e immaculada revolução de que resa a Historia. (*Muito bem; muito bem.*)

Aquelles que sentirem saudades do passado, retrocedam pela memoria aos tempos em que as seguintes phrases — “Este pobre paiz, este desgraçado paiz, esta costa da Africa, havemos de ser governados por um syndicato anglo-portuguez; isto é um Imperio em liquidação, etc.” — esclavam em moda; e reflictam na impossibilidade de formar-se uma Republica impoluta e sã com os elementos constitutivos de semelhante ruina.

O Imperio foi, a Republica é e ha de ser.

Mas para isso é necessario que ella não seja a sophisticação dos seus proprios principios; que não signifique, sómente, uma mudança na fórma da mesma substancia, mas a abdição de todos os odios e a demissão de todos os resentimentos; que a Constituição — completamente conciliadora e todos os interesses nacionaes — seja uma realidade viva e palpitante; que a virtude, o talento, a illustração e o heroismo sejam justamente considerados; que as paixões politicas não obscureçam a mente dos homens summos; que se honre o cultor da Sciencia e o cultor da Arte; que haja logar para todas as expansões intellectuaes no templo da democracia; que sejam proscriptos dos nossos costumes os vicios publicos insolentes; e que, finalmente, dando os varões collocados á testa do Governo o constante exemplo da abnegação e do patriotismo, acabem por sagrar a Revolução brasileira — um pacto solenne de concordia, celebrado no altar da Patria. (*Muito bem; muito bem. O orador é rodeado pelos Srs. membros do Congresso, que o cumprimentam e abraçam.*)

Fica a discussão adiada, pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações

Declaramos que fazemos nossas a emenda apresentada pelo Sr. senador José Hygino e outros representantes, sobre a unidade do Direito.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Lopes Chaves.*
— *F. Penna.*

Declaro que por motivos de molestia não compareci á sessão de 24 de janeiro corrente, e que si a ella houvesse comparecido, teria votado a favor de todas as indicações que foram apresentadas como homenagem á memoria do illustre fundador da Republica brasileira — o immortal Dr. Benjamin Constant.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Ivo do Prado.*

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Continuação da 2ª discussão do projecto de Constituição.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 20 minutos da tarde.

42ª SESSÃO, EM 28 DE JANEIRO DE 1891

Presidência do Sr. Antonio Eusebio (Vice-Presidente)

Ao meio-dia faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Antonio Eusebio, Malta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmento, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Manoel Barata, Antonio Baena, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Campos Salles, Ubaldo do Amaral, Santos Andrade, Eslevs Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio da Frota, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murfínho, Pinheiro Guedes, Belfort Vieira, Uchda Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Canião, Pedro Chermont, Malta Barcellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, José Avelino, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Bevilagua, Goncalo do Lagos, Nascimento, Pedro Velho, Miguel Castro, Amorim Garcia, Epitacio, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Relumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Meira de Vasconcellos, Pereira de Lyra, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Olílica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felishello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argello, Tosia, Seabra, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Figueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Prisco Paraiso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Leovigildo Pessoa, Franca Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanahara, Luiz Murat, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Teovão, Aristides Lobo, Jacques Ourique, Furquim Werneck, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Vioti, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, João Luiz, Paletta, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Mursa, Angelo Pinheiro, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Fleury

Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Azeredo, Fernando Simas, Lauro Muller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Ozorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Prudente da Moraes, Frederico Serrano, Generoso Marques, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Amphiphilio, Francisco Sodré, Barão de Villa Viçosa, Conde de Figueiredo, Leonel Filho, Ferreira Brandão, João de Avelar, Cesario Motta Junior, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Ernesto de Oliveira e Demetrio Ribeiro; e, sem causa, os Srs.: Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Saldanha Marinho, Almino Affonso, Annibal Falcão, Santos Vieira, Nilo Peçanha, Alberto Brandão, Mayrink, Domingos Jesuino, Vinhaes, Dutra Nicacio, Moraes Barros, Rodrigues Alves, Antonio Prado, Almeida Nogueira e Rubião Junior.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O SR. 1º SECRETARIO procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 27 do corrente, communicando que foi presente ao chefe do Governo a resolução do Congresso Nacional, approvada em sessão de 24 deste, relativa ás homenagens que deveriam ser prestadas á memoria do general Benjamin Constant, e declarando que o Governo, antecipando-se ao conhecimento official dessa resolução e solicito em traduzir logo, em acto o patriotico pensamento do Congresso, expediu o decreto n. 1.320, de 24 do corrente, e a resolução da mesma data, nos quaes procurou concretizar toda a gratidão nacional de que é credor o eggregeo cidadão, cuja morte a Patria deplora. — Inteirado.

O Sr. Oitica — Sr. Presidente, o *Diario Official* publicou, hoje, os quadros que tive a honra de offerecer á apreciação do Congresso, demonstrando as vantagens do systema por mim apresentado para a discriminação das rendas, segundo a emenda que tambem tive a honra de sujeitar á mesma apreciação do Congresso.

Delles se observa que a União ficaria, pelo systema da minha emenda, com a quantia, já, immediatamente, sem accrescimento de um real de imposto, de 164.676 contos, tomando por base as médias dos tres ultimos exercicios, segundo todas as demonstrações que fiz.

Preciso fazer uma rectificação a este quadro, visto que me passou incluir nesta receita uma verba que já está conhecida pelos orçamentos anteriores e mesmo, pela exposição aqui feita pelo Sr. ex-Ministro da Fazenda, a verba da receita das taxas postaes e telegraphicas, que está em branco, no addicionamento sob a letra E, e uma que não está incluída alli — a venda do sello

O Sr. ex-Ministro da Fazenda declarou ao Congresso que a verba — Correios e Telegraphos — montava a cinco mil contos, e a do — Sello — a mil contos, perfazendo ambas seis mil contos, quantia que deve ser addicionada á receita, que eu, pelo systema, reservava á União, segundo os orçamentos ultimos.

De modo que, pelos dados estatísticos que organizei, a União fica, immediatamente, com a renda de 170.676 contos, sem augmentar um real de impostos, ao passo que, pelo projecto de Constituição, o Sr. ex-Ministro da Fazenda declarou, desta tribuna, que apenas se poderiam reunir 136 mil contos, havendo um *deficit* superior a 60 mil contos.

Pergunto, á vista disto, ao Congresso: Qual dos *deficits* será maior? O do primeiro systema ou o do segundo? Qual o systema que deverá ser preferido? Julgo que deve ser preferido aquelle que menor *deficit* consignar; esse deve ser o adoptado.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Conforme os encargos.

O SR. OTTICICA — Os encargos são menores pelo systema que apresento do que pelo da Constituição; basta considerar que, com o systema feerativo, a maior parte dos encargos. antigos encargos provinciaes, passa para os estados, aliviada delles a União. Já que estou com a palavra, V. Ex. ha de permittir-me que eu apresente aos membros do Congresso os dous systemas a que me refiro, collocando eu em face do outro.

O SR. PRESIDENTE — Prvino ao Nobre representante que a occasião não é priipria

O SR. OTTICICA — Mas, V. Ex. considere que vou justificar o systema federativo, sobre o qual peço a rectidão.

UM SR. REPRESENTANTE — Assim como, em identicas circumstancias, justificou o Sr. Amphilophio a sua emenda.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. aguarde a discussão do projecto de Constituição.

O SR. OTTICICA — Desde que V. Ex não consente que justifique o meu projecto, limito-me a dizer apenas algumas palavras mais. Senhores, este plano da Constituição já está condemnado. Peço aos illustres membros do Congresso que procurem lêr a exposição feita pela Commissão nomeada pelo Governo da Monarchia para estudar a questão de rendas. Essa Commissão deu o seu parecer, condemnando *in limine*, como absolutamente impossivel, o projecto estabelecido hoje pela Constituição da Republica.

Si já no tempo da Monarchia este projecto era considerado como leonico, e a discriminação das rendas impossivel, inaceitavel pelo proprio regemen decahido, onde a centralização era necessaria, essa lição deve aproveitar-nos, hoje, para a Republica, governo democratico onde a centralização é prejudicialissima.

UM SR. REPRESENTANTE — Regeitaram o systema por ser adeantado.

O SR. OTTICICA — Está enganado. Condemnaram-no por ser a morte dos estados.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — As rendas dos estados foram augmentadas pelo projecto.

O SR. OTTICICA — Ora, S. Ex., que é representante de Pernambuco, ha de permittir-me que lhe diga que foram tirados os impostos de importação.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Pernambuco não tem impostos de importação.

O SR. OTTICICA — Mas tem o imposto de consumo, que é de importação e que o Estado perde no regimen do projecto.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Os impostos de consumo foram cassados pelo Ministerio Paranaçuá.

O SR. OTTICICA — Não o foram: appello para os nobres representantes. Elles existem alli, na Bahia, em Alagoas e, em geral, nos estados que não possuem alfandegas. (*Apartes.*)

Pois V. Ex., representante de Pernambuco, cuja alfandega rende treze mil e tantos contos, ha de querer que esse Estado dê para o Governo toda essa renda, ficando apenas com mil e tantos contos. O Estado da Bahia, cuja alfandega rende quinze mil e tantos contos, sujeitar-se-á a ficar sómente com mil e tantos contos?

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Os estados ficam com os 15 %.

O SR. OTTICICA — Permitta-me V. Ex. que diga que não conheço maior disparate economico do que essa emenda dos 15 % sobre o imposto de importação.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. OTTICICA — Discuto com os algarismos, não faço rethorica, porque entendo que ella, agora, não tem logar aqui.

A Bahia tem actualmente (*lendo*):

"Impostos provinciaes: 3.850:000\$000. Dá para a União: 11.658:000\$000; perde 1.000 e tantos contos do imposto de importação, tonelagem e outros, e esses não são compensados mesmo com os taes 15 % additionaes, que tiram á União direito de lançar os para augmentar a sua receita já confessada insufficiente. Perde, ainda, os impostos de costeagem, importante para ella, que fornece mercadorias aos estados de Sergipe e Alagoas."

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Os 15 % são um auxilio.

O SR. OTTICICA — V. Ex. não conta com o imposto de catotagem e outros, que a Bahia perde na transacção feita por esse auxilio de 15 %. (*Apartes.*)

Pergunto: Onde vão a Bahia e os outros estados buscar receita para satisfazer as despesas que lhes advêm com os serviços de que ficam onerados com a Republica federativa: administração, justiça e outros?

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. OTTICICA — A Bahia não terá, talvez, 1.500:000\$ de exportação. Não estou fazendo um discurso para responder com precisão ao nobre representante: tenho aqui as notas para isto, mas não posso consultal-as. Sei, porém, que a Bahia está mudando as suas industrias: o assucar e o algodão não suportam impostos, como o não supportam as industrias nascentes — o cacáo, o fumo e outras. A Bahia póde unicamente, contar com os impostos de exportação para fazer face aos serviços muitos que lhe hão de caber.

Pergunto a V. Ex.: Bastam-lhe esses impostos?

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Tem outros impostos.

O SR. OTICICA — Os impostos de profissão, de indústrias e de transmissão não dão quasi nada.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Não de dar, para o futuro.

O SR. OTICICA — V. Ex. esquece-se de que, desde que o projecto de Constituição estabelece, como direito da União, tributar, cumulativamente com os estados, todas as fontes de rendas, o resultado é que a União, que é mais forte, virá a absorver a maior parte de qualquer imposto que o estado tribute.

Tendo feito sempre, fal-o-á de ora em diante.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. OTICICA — Estou fazendo uma exposição proveitosa para a discussão, discutindo assumpto pratico.

Os meus collegas devem observar que tenho sempre evitado, nesta Casa, discussões politicas; entendo que ellas são da maior inconveniencia, agora, quando nós, chamados a elaborar nossa lei fundamental, devemos, antes de outro qualquer assumpto, occupar-nos da reconstrucção da Patria, dando-lhe uma Constituição de accôrdo com as condições em que ella se acha.

Nunca trouxe para esta tribuna assumptos de interesse local: nao é porque elles me falem, mas é pela imperiosa necessidade, imposta pelo patriotismo, de calar todas as queixas nas condições melindrosissimas em que está o paiz.

Como não é rhetorica o que estou fazendo, julgo que os nobres representantes não têm direito de protestar.

Si estivesse aqui discutindo questões de roupa suja, admitto que houvesse protestos; mas estou discutindo assumpto de maxima importancia. — assumpto que não foi ainda discutido com os algarismos em que elle se funda (*Apoiados.*)

Sr. Presidente, ha um erro de apreciação nos casos homens de Estado, quando querem estabelecer para o nosso paiz o que se passa em outros paizes que não tem nesta questão de rendimentos, absolutamente, paridade com o nosso.

Nós pedimos exemplos á Suissa, á Republica Argentina aos Estados-Unidos; mas eu pediria aqui aos nobres representantes um pouco de lembrança historica.

A Suissa, os Estados-Unidos e a Republica Argentina constituíram-se como estados independentes no tempo em que não havia vapores nem estradas de ferro, facilidade, portanto, de communicacão e de troco dos seus productos. Não tinham costas de mar, e, portanto, a elles não podiam chegar facilmente, quer a Suissa, quer á Republica Argentina, quer aos Estados-Unidos, os generos de producção dos outros paizes, a ser trocados pelos da producção indigena.

Esses povos aggremiaram-se em centros quasi isolados e precisaram trabalhar para produzir todo o necessario ás suas necessidades; o superfluo sabia com a maior difficuldade, com grandes despesas de conducção para a importação do ostrictamente necessario ás suas indústrias; tudo quanto tinha de ser conduzido para fóra ou dentro desses paizes trazia consigo o peso enorme das despesas com a conducção dos generos.

Isto se dá no nosso proprio paiz.

Residi em Minas Geraes, ao tempo em que não estava tão cruzada de estradas de ferro, e pude presenciar que a população prescindia do pão, de carne secca e de outros generos, porque a farinha de trigo, o xarque e outros chegavam lá com uma despesa enorme.

E a população vivia, subsistindo com os generos da produção propria, sem importar esses que os estados do littoral julgam imprescindiveis á subsistencia quotidiana.

E' o que aconteceu com aquelles paizes, que nos querem dar como exemplo: precisavam trabalhar para produzir o necessario.

Quando elles se declararam independentes não tinham ainda facilidades de condução, e, portanto, viviam no regimen do trabalho insano para produzir o necessario e satisfazer as suas necessidades, unicamente com a troca de productos de Estado a Estado.

Declarou-se a independencia destes e entraram para a União, podendo prescindir de toda a navegação externa; porque a não tinham.

As estradas de ferro e os vapores são deste seculo, e já elles eram independentes, já tinham prescindido para a União dos impostos de importação e exportação, que nada eram, ou quando alguma coisa valessem equilibravam-se pela troca motivada como excesso da produção de um lado, com a importação do necessario ás suas industrias do outro, convindo lembrar que era, até, da sua economia tributar pouco esse commercio.

Mas nós, que somos um paiz de costa enorme, que temos quasi todos os estados com portos de mar, que fomos uma colonia de uma metropole centralizadora que mandava, unicamente, povoar o nosso littoral, nós, que nos acostumamos desde logo a importar tudo quanto precisavamos, tanto que ainda não prescindimos da importação do arroz, da farinha de trigo, de quasi todos os cereaes, de tudo enfim, não podemos comparar-nos com estes paizes, que produzem tudo do que precisam para a subsistencia dos seus habitantes, e ainda têm o superfluo para o commercio internacional.

A nossa vida acostumou-nos a importar tudo, e é esta a razão por que quando nesses outros paizes, com o desenvolvimento do commercio pela facilidade do transporte, a importação e a exportação, hoje, augmentada quasi na mesma proporção, sendo quasi equilibrados os direitos de importação e exportação, nós temos uma importação superior a 90.000:000, ao passo que a exportação mal chega a 30.000:000\$000.

E' possível que a União deixe aos estados apenas 30 mil contos, reservando para si 90 mil?

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre representante que não é possível discutir o projecto de Constituição nas horas do expediente.

O SR. OFFICIA — Eu estava fallando nisto, porque os nobres representantes me animaram a proseguir.

Si V. Ex. entende que não deve continuar, não continuarei.

UM SR. REPRESENTANTE — Foi um pequeno engano que encontrou no *Diario Official*...

O SR. OFFICIA — Eu estava para deixar a tribuna, quando os meus nobres collegas pediram explicações sobre uma ma-

teria constitucional que não foi discutida pelo lado pratico, e perdi-me nas observações que fazia; V. Ex. me desculpará.

O SR. PRESIDENTE — A hora está acabada.

O SR. OTTICHA — Neste caso, desço da tribuna, obedecendo á exigência de V. Ex., mas permita que eu conclua, pedindo ao Congresso que considere o systema synthetizado na emenda que tive a honra de apresentar, e compare-o com o do projecto da Constituição que eu continuo a declarar: é prejudicial á União, como aos estados, deixando continuar a lucta entre uma e os outros, produzindo a desconfiança, o ciúme, os desejos de separatismo, tão prejudiciaes, hoje mais do que nunca.

Não me é dado justificar essa emenda; estou satisfeito com o ter cumprido o meu dever de representante da Nação.

O SR. OLIVEIRA VALLADÃO — Sr. Presidente; sou do numero daquelles que lastimam sempre o tempo perdido nas discussões que não entendem directamente com o projecto de Constituição: e lastimo, Sr. Presidente, porque estou compenetrado da urgencia de tirar o paiz deste estado provisorio, em que se acha, e de que a Nação já vai sentindo-se cansada, não só a Nação, como os illustres cidadãos que dirigem o Poder. Entretanto, tenho necessidade de ir hoje de encontro ao meu modo de pensar.

Si eu, hontem, estivesse na Casa, quando fallou o illustre representante de Pernambuco, Sr. Dr. João de Siqueira, teria, agora poupado ao Congresso este tempo perdido com assumpto que não entende com o projecto de Constituição.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Não me referi a V. Ex., referi-me aos sitiados.

O SR. OLIVEIRA VALLADÃO — S. Ex., respondendo ao Sr. Aristides Lobo, disse: "Nessa occasião, o 7º e o 1º batalhões estavam dispostos a bater-se pela causa da Republica, mas, tambem, já ali estava um batalhão de policia, ao lado esquerdo do Quartel General o qual, decidiu-se no ultimo momento, porque viu-se diante do argumento irrespondivel dos canhões".

Sr. Presidente, tive a felicidade de no dia 15 de novembro de 1889 conduzir o corpo policial desta Capital para o theatro das operações. Elle não vinha disposto, é certo, a fazer a Republica; mas vinha disposto a confraternizar com os seus companheiros do Exercito, acompanhando o Marechal Deodoro, fosse qual fosse o terreno.

Chegado ao quartel do Campo de Sant'Anna, dividiu-se o corpo em duas alas, ficando uma no recinto e a outra fóra sob o meu commando, fazendo parte da brigada entregue ao Marechal Almeida Barreto, para ir ao encontro do Sr. Marechal Deodoro; e, quando este, á testa de uma brigada do Exercito, desfilava á frente desses homens, foi a força policial a primeira que fez continencia ao illustre Marechal. Neste ponto não me limito á responsabilidade do meu, appello para o testemunho do proprio Marechal e dos officiaes que formavam seu estado maior...

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Já vê que não me referi a V. Ex.

O SR. VALLADÃO — ...e appello, mesmo, para o illustre
Vol. III

Marechal que dirigiu o movimento revolucionário de 15 de novembro. O procedimento do corpo policial foi o mais correcto que se pôde imaginar. Quero assignalar o bem isto, afim de ficar mais uma vez provado que não teve a menor razão de ser a censura levantada a essa corporação pelo honrado Deputado representante de Pernambuco.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Eu não fiz censuras.

O SR. VALLADÃO — Fica, pois, provado que não teve a menor razão de ser a censura, repito, levantada pelo honrado respresentante por Pernambuco.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. VALLADÃO — Foi sómente para isto, Sr. Presidente, que tomei a palavra, e não para deixar transparecer que tivesse tomado parte directa no movimento revolucionario.

A Revolução estava no espirito, é certo, de uma parte do Exército e de uma parte da Marinha; mas estava no espirito da totalidade, que accitou a revolução como um facto consummado

Foi sómente para isso que tomei a palavra.

O SR. Alexandre Stockler — Sr. Presidente; Srs. membros do Congresso Constituinte Brasileiro, levado pelo amor que todos nós devemos consagrar á Republica — amor que se funda na liberdade, tomei a palavra neste momento, não para dirigir qualquer censura ao Governo constituído a 15 de novembro de 1899 para honra e gloria da Patria, mas, simplesmente para apresentar ligeiras emendas ao projecto de Constituição.

Não farei um discurso para justificar-as, e muito menos para convencer os honrados representantes: que me ouvem neste momento: primeiro, porque parece-me que não ha necessidade dessa justificação; segundo, porque não tenho a velleidade de vir trazer luz a um Congresso composto, em sua totalidade, de cidadãos muitos mais illustrados, muito mais intelligentes, muito mais preparados do que o humilde orador que ora occupa a attenção da Casa.

Nas circumstancias, Sr. Presidente, deixearei essas emendas ao criterio dos meus honrados collegas, e estou certo que elles as tomarão na devida consideração.

Attendendo a que as emendas que vou apresentar são puramente constitucionaes, porque consagram os direitos dos cidadãos, ponto de onde emanam os poderes que se vão estabelecer, de accordo com os affirmações que acabo de fazer, mando á Mesa as minhas emendas, que, espero passarão por unanimidade, porque estão de accôrdo com a lei organica do partido a que tenho a honra de pertencer.

Desse modo rendemos homenagem ás almas generosas que primeiro sonharam com o Brasil livre e independente, e glorificamos a todas as forças, a todos os espiritos alevantados, e todos os corações generosos que concorreram para o engrandecimento da nossa querida Patria.

E havemos de fazel-o, custe o que custar, em virtude da sublimidade e pureza do regimen republicano, e concorreremos, assim, para a elevação, progresso, engrandecimento e glorificação da heroica nacionalidade a que temos orgulho de pertencer, dando um passo que representará um progresso real sobre o passado, e um motivo de esperança para o futuro!

VOZES — Muito bem! Muito bem!

O SR. PRESIDENTE annuncia a ordem do dia.

O SR. DIONYSIO CERQUEIRA (*pela ordem*) requer urgencia para apresentar uma indicação relativa á celebração do 7º dia do passamento do fundador da Republica Brasileira, Benjamin Constant.

O SR. PRESIDENTE — Já declarei a ordem do dia, V. Ex. mande a sua indicação á Mesa e amanhã fallará.

ALGUNS SRS. REPRESENTANTES — Mas deve ser hoje.

O SR. DIONYSIO CERQUEIRA — Peço a V. Ex. que consulte a Casa si me concede a urgencia pedida.

Consultado o Congresso concede a urgencia.

Vem á Mesa, é lida, apoiada, posta em discussão e approvada sem debate a seguinte

Indicação

Para celebrar o 7º dia do passamento do benemerito patriarcha fundador da Republica Brasileira, Dr. Benjamin Constant, propomos se indique ao Governo Provisorio, como justa homenagem ao patriota General-cidadão, que seja perpetuamente conservado no Almanack Militar, no logar que lhe competia entre os generaes de brigada, o seu nome immortal, de sorte a moralmente não ser preenchida sua vaga.

Sala das sessões. 28 de janeiro de 1891, 3º da Republica.
— Floriano Peixoto. — Quintino Bocayuva. — José Simeão.
— Almeida Barreto. — Lauro Sodré. — Nelson de Vasconcellos. — Urbano Marcondes. — M. Bezerra. — Uchôa Rodrigues. — Manoel Coelho Bastos do Nascimento. — Custodio de Mello. — Baptista da Motta. — M. Valladão. — Almeida Pernambuco. — A. Stockler. — C. Paletta. — Indio do Brasil. — Matta Bacellar. — Antonio Baena. — Cantão. — G. Besouro. — F. Schmidt. — Lacerda Coutinho. — Gonçalo de Lagos. — Mursa. — Carvalhal. — B. de Campos. — A. Moreira da Silva. — Campos Salles. — Dr. Pinheiro Guedes. — Barbosa Lima. — A. Azeredo. — Joaquim Murtinho. — Menna Barreto. — Athayde Junior. — Serzedello Corrêa. — Dionisio Cerqueira. — Ivo do Prado. — Carlos de Campos. — Antão de Faria. — Belfort Vieira. — Luiz de Andade. — Espirito Santo. — José Bevilacqua.

O SR. TAVARES BASTOS (*pela ordem*) — Sr. Presidente, na sessão de 15 do corrente, sabendo que alguns collegas se haviam inscripto para fallar na segunda discussão, apressei-me em inscrever-me, e o pedi ao Sr. Secretario Senador Paes de Carvalho, que ficou de tomar o meu nome.

Hontem fui verificar a lista dos inscriptos, e não vi nella o meu nome incluído.

Assim, peço a V. Ex. haja de inscrever-me novamente, e no logar que me competeria, por me haver inscripto desde o referido dia 15, e quando ainda estavamos na primeira discussão da Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Será attendida a reclamação do pobre representante.

O Sr. TAVARES BASTOS — Aproveito a occasião para fazer uma rectificação.

Nas emendas apresentadas á Constituição, e que foram publicadas no *Diario Official* de hoje, vejo tres em que estou assignado. Entretanto, não assignei essas emendas, mas sim o Sr. General Almeida Barreto.

Entre essas emendas vejo uma ao § 4º do art. 71 da Constituição, que manda preceder o casamento civil ás ceremonias religiosas de qualquer culto, quando, no entretanto, sou contrario ao casamento civil como obrigatorio, tanto assim que já apresentei uma emenda no sentido de considerar valido tão sómente o casamento que fôr inscripto no registro civil, porque entendo que para garantir os effeitos civis do casamento basta o registro civil, cujo regulamento estabelece todas as declarações exigidas pela lei que prescreveu o casamento civil.

Por consequencia, aproveito a occasião para fazer a V. Ex. esta declaração.

O Sr. PRESIDENTE — O Sr. representante mandará á Mesa sua reclamação, por escripto, para ser inserta na acta.

ORDEM DO DIA

SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a 2ª discussão do projecto de Constituição com as emendas apresentadas.

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão as seguintes

Emendas

Ao art. 71, § 18

Eliminem-se as palavras — postal e telegraphica.

Ao art. 78

Substitua-se pelo seguinte:

O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes não poderá exercer as de outro.

A's Disposições transitorias

Accrescente-se, onde convier:

Perante o Congresso reunido em sessão publica, será feita pelo primeiro Presidente eleito para a Republica a solenne affirmação a que se refere o art. 43 desta lei.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — A. Milton.

Ao art. 39

Accrescente-se o seguinte:

Paragrapho unico. Sendo, porém, reproduzidos em outra legislatura, e de novo rejeitados, ou emendados, a Camara

iniciadora, si não conformar-se com a rejeição ou emendas, requisitará a fusão, que não poderá ser-lhe recusada pela Camara revisora; e caso sejam os projectos approvados por maioria de dois terços de votos, subirão á sanção.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Viriato de Medeiros*. — *Francisco Veiga*. — *Virgílio Pessoa*.

Ao art. 71, § 12

Supprimam-se as palavras — não sendo admittido o anonymato —, e accrescente-se o seguinte:

N. 1. A lei ordinaria providenciará de modo que se torne effectiva a responsabilidade do auctor do escripto incriminado, não sendo permittido a quem o assignar substituir-se por outrem.

N. 2. Os crimes por abuso da liberdade da imprensa serão da competencia do jury.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Viriato de Medeiros*. — *Francisco Veiga*. — *Virgílio Pessoa*.

Ao art. 8º

Das Disposições transitórias:

Nas primeiras nomeações para a magistratura federal e para as dos estados serão preferidos os magistrados actuaes.

Os que não forem admittidos na nova organização judiciaria e tiverem mais de 30 annos de exercicio, serão aposentados com todos os vencimentos.

Os que tiverem mais de 10 annos de exercicio, enquanto não forem providos em outro emprego, perceberão ordenado proporcional ao tempo de exercicio, conforme a lei que regula as aposentadorias.

As despesas com os magistrados aposentados ou postos em disponibilidade serão pagos pelo Governo Federal.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Feliciano Penna*. — *João Luiz*. — *Bueno de Paiva*. — *Manoel Fulgencio*.

A's Disposições transitórias

Accrescente-se, onde couber:

Art. Nas eleições que se tenham de proceder de hoje em diante, quer para preenchimento de qualquer vaga que se dê no seio do Congresso, quer para constituir as assembléas legislativas dos estados, bem como para eleger seus governadores, enquanto para ellas não estabelecerem os estados processo especial, continúa em vigor o decreto n. 511, de 23 de junho de 1890, com as seguintes alterações:

§ 1.º O processo de alistamento eleitoral, salvas as condições de capacidade para exercer o direito politico do voto, que continuam: a ser as do decreto n. 511, de 23 de junho de 1890, se regerá pelo art. 6º e seguintes da lei n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881, exceptuado o art. 7º, que não é applicavel.

§ 2.º Na eleição de deputados e senadores, bem como para a legislatura dos estados e camaras ou intendencias municipales, serão observadas as disposições dos paragraphos do artigo 15 da lei n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881.

§ 3.º A eleição dos senadores continúa a ser regulada, nesta parte, pelo decreto n. 511, de 23 de junho de 1890.

Sala das sessões do Congresso Nacional, 4 de janeiro de 1891. — Alexandre Stockler. — Aristides Lobo. — Demetrio Ribeiro. — João Avellar. — Gonçalves Ramos. — José A. Vinhaes. — C. J. de Mello. — A. Azeredo. — Urbano Marcondes. — Fróes da Cruz. — Rodrigues Fernandes. — Erico Coelho. — Nilo Pecanha. — J. Albuquerque Junior. — Casemiro Junior. — Nina Ribeiro. — C. Rabello. — Gonçalves Ferreira. — Juvenio d'Aguar. — Ferreira Pires. — Leopoldo de Bulhões. — Annibal Falcão. — H. Rodrigues. — Henrique de Carvalho. — Barão de Villa Viçosa. — Belfort Vieira. — M. Uchôa. — Ivo do Prado. — Meira de Vasconcellos. — Pedro Paulino da Fonseca. — Generoso Marques. — Silva Paranhos. — Furquim Werneck. — José Joaquim de Souza. — Paizão. — Alvaro Botelho. — Antônio de Faria. — Joaquim Felício. — Bellarmino Carneiro. — Santos Pereira. — Joaquim Murinho. — Almeida Pernambuco. — Baptista da Motta. — Chagas Lobato. — Tavares Bastos. — Aristides Maia. — Lopes Troad. — Zama. — F. Badaró. — Barbosa Lima. — Raymundo Bandeira. — Tolentino de Carvalho. — Serzedello Corrêa. — Polycarpo Viotti. — Guimarães Natal. — Leonel Filho. — José Rodrigues Fernandes. — Manoel Francisco Machado. — Joaquim Sarmiento. — Felisbello Freire. — José Simeão. — M. Prado Junior. — Nelson de V. Almeida. — Pinheiro Guedes. — Americo Lobo. — Prisco Paraíso. — Thomaz Delfino. — Silva Canedo. — Fernando Simas. — Pedro Americo. — Matta Bacellar. — Gonçalves do Lago. — Garcia Pires. — Esteves Junior. — Antonio Olyntho. — Frederico Borges. — Fleury Curado. — Leite Otizica. — J. Ourique. — Honorio Brandão. — José Antonio Saraiva. — José Bevilacqua. — Lauro Sodré. — Almino A. Affonso. — André Cavalcanti. — Francisco de Paula Argollo. — Sampaio Ferraz. — C. Paletta. — Theodoro Souto. — Cunha Junior. — Saldanha Marinho. — Dutra Nicacio. — Dr. João Severiano.

Emendas á redacção para a 2ª discussão:

Ao art. 2º

Depois de — desmembrar-se — diga-se: voltará o actual Districto Federal a incorporar-se ao Estado do Rio de Janeiro.

(O Municipio Nentro, actualmente Districto Federal, foi destacado do Rio de Janeiro para ser a séde do Governo geral. Cessando a razão, deve cessar a separação, e voltarem as cousas ao que antes eram, como é de direito e justiça, e já se praticou com a cidade de S. Salvador da Bahia.)

Ao art. 17, § 1º

Em vez de — tres — diga-se: quatro.

(Sendo de quatro annos o periodo presidencial (art. 42), também de quatro annos deve ser a legislatura, afim de re-

presentarem ambos os poderes a opinião actual do paiz, e haver, portanto, perfeita harmonia de vistas e de acção.)

Ao art. 29.

Em vez de — tres — diga-se: quatro.

Ao art. 30

Redija-se assim:

O mandato do senador durará oito annos, renovando-se o Senado pela metade, de quatro em quatro annos.

(Esta emenda é consequencia da antecedente, e ambas justificam-se com a mesma razão apresentada para a do art. 17, § 1º.)

Ao art. 32

Supprimam-se as palavras — o Presidente da Republica, — e redija-se em consequencia.

(O chefe da Nação deve ser julgado pela Nação; e esta não é representada sómente pelo Senado, mas, tambem, pela Camara. Esta disposição, pois, deve passar para o artigo seguinte, porque é, incontestavelmente, uma attribuição do Congresso.)

Ao art. 33

Accrescente-se:

Julgar o Presidente da Republica.

(Neste caso, fundidas as duas camaras e eleito o Presidente por maioria absoluta de votos, funcionará o Congresso como Tribunal de Justiça, e observará o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo antecedente.)

Ao art. 73

Supprima-se.

(Não ha uma unica razão de conveniencia publica, ou mesmo de justiça e, até, de equidade, que justifique a aposentadoria, comprehendidas nesta denominação a jubilação e a reforma. Tão servidor do Estado é o cidadão que contribue apenas com o imposto, como aquelle que dá directamente o seu trabalho e recebe o ordenado ou remuneração correspondente. Si o Estado não protege o primeiro quando, por infelicidade ou imprevidencia, chega á invalidez sem recursos, exigem a justiça e a egualdade que tambem não proteja o segundo.)

Ao art. 1º, §§ 7º e 8º das Disposições transitorias.

Redija-se de conformidade ás emendas aos arts. 29 e 30.

Ao art. 2º

Supprima-se.

(Não ha conveniencia em demorar-se a organização dos estados.)

Ao art. 3º

Supprima-se.

(Si não ha incompatibilidades para o chefe do Governo Provisorio, ainda menos deve haver para os seus delegados. Demais, aos estados independentes e autonomos, e não á Constituição Federal, compete a especificação e decretação das suas incompatibilidades.)

Ao art. 8º

Supprima-se tudo quanto diz respeito á aposentadoria. (Não ha direito contra direito. Quando a conveniencia publica exige a extincção de um cargo qualquer, o cidadão que o exercia não adquire direito a uma indemnização.)

Ao art. 10

Supprima-se.

(Si não ha razão alguma de conveniencia publica, que justifique a conservação das aposentadorias já creadas por lei e consagradas pelo uso, motivos muito mais fortes ha para não ser instituida a aposentadoria imperial, que é uma novidade. Ainda quando fosse possível admittir que no coração do homem livre, pudesse aninhar-se a gratidão ao usurpador dos seus direitos, áquelle que consente por privilegio de nascimento, sempre injustificavel, durante longos annos se considerou superior a todos os seus concidadãos, e, progresso e á prosperidade do paiz pelos manejos de uma polittica mesquinha e acanhada — ainda assim, não deixaria, de ser uma verdade que não com o coração, mas com a razão se deve legislar. O dinheiro publico, producto da contribuição de todos os cidadãos, só deve ser gasto em serviços exigidos por necessidade publica, e não em applicações suggeridas por um sentimentalismo doentio.)

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Cyrillo de Lemos.*

Substitua-se o art. 19 pelo seguinte:

Art. 19. Fóra do Congresso ou da respectiva Camara, nenhum membro será responsavel por seus votos ou opiniões no exercicio do mandato.

Supprima-se o n. 32 do art. 33.

O n. 36 do art. 33, redija-se assim:

N. 36. Regular o processo da requisição, prisão e entrega de criminosos entre os estados.

Supprima-se o n. 6 do art. 47.

O principio do n. 4 do art. 65, redija-se assim:

N. 4. Denegar a missão e entrega de criminosos... (o mais como está).

Ao art. 65, accrescente-se o seguinte numero:

N. 5. Perdoar ou commutar penas impostas por crimes communs ou de responsabilidade.

Substitua-se o § 21 do art. 71, pelo seguinte:

§ 21. A pena de morte nunca será comminada aos crimes políticos.

O § 1º do art. 80, redija-se assim:

§ 1.º A lei marcará os casos e a forma da revisão, que deverá ser requerida pelo condemnado. — *João Vieira*.

Ao art. 6º

Substitua-se, assim:

Compete, exclusivamente, aos estados lançar impostos, cuja decretação não seja da privativa competencia da União.

Ao art. 12

Substitua-se:

Poderá o Governo da União taxar a renda de cada um dos estados, nos casos extraordinarios de calamidade publica, hebre como no caso de insufficiencia da renda dos impostos consignados no art. 6º para o custeio dos serviços federacs.

Paragrapho unico. No Estado ou estados, cujo governo recusar entregar a importancia da referida taxa, o Governo Federal tornará effectiva a contribuição, lançando e arrecadando um imposto que produza uma renda correspondente.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Julio de Castilhos*. — *Pinheiro Machado*. — *Homero Baptista*. — *Assis Brasil*. — *Julio Frota*. — *Alcides Lima*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Fernando Abbott*. — *Pereira da Costa*. — *Menna Barreto*. — *Ramiro Barcellos*. — *Borges de Medeiros*. — *Victorino Monteiro*. — *Thomas Flores*. — *Abreu*. — *Ernesto Alves*.

Ao art. 16

Substitua-se:

O Poder Legislativo é exercido por uma Camara de representantes, eleita por suffragio directo, com a sancção do Presidente da União.

Supprimam-se os §§ 1º, 2º e 3º.

Ao art. 25

Substitua-se:

São elegiveis representantes os que tiverem mais de seis annos de cidadão brasileiro e estiverem no gozo das funções de eleitor.

Ao art. 27

Substitua-se:

O numero de representantes será de um por cem mil habitantes.

Aos arts. 29, 30 e 31

Supprimam-se e modifiquem-se os demais no sentido da emenda ao art. 16, estabelecendo a unidade de camara.

Ao art. 32

Inscрева-se no capitulo 4º, feita a supressão do § 1º.

Ao art. 33

Substitua-se o n. 8:

Legislar sobre bancos emissores de moeda papel convertivel sem monopolio, nem curso forçado.

Transfiram-se para o capitulo 3º os ns. 5, 16, 17 e 20 do art. 33.

Substitua-se o n. 33 do art. 33:

Legislar sobre bens do dominio nacional.

Ao art. 34, n. 3

Substitua-se:

Auxiliar o ensino superior e secundario instituido pelos governos dos estados.

Ao art. 35

Substitua-se:

A iniciativa das leis compete ao Poder Legislativo, conforme o art. 28 e ao Poder Executivo, que publicará o projecto de lei que houver de offerecer ao Poder Legislativo, com antecedencia de 90 dias.

Ao art. 50

Substitua-se a ultima parte:

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica, e distribuidos por todos os membros do Congresso.

Ao art. 63

Substitua-se:

Pertencem aos estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios, cabendo á União sómente a porção de territorio que for indispensavel para a defesa da fronteira, para fortificação, construcção militar e estradas de ferro federaes.

Conserve-se o paragrapho unico.

Ao art. 65, n. 2

Substitua-se :

Embaraçar ou impedir o curso da moeda legal.

Ao art. 68, paragrapho unico

Supprima-se, por já estar consignada disposição identica no n. 25 do art. 33.

Ao art. 69

Substitua-se:

Exercem a funcção eleitoral os cidadãos brasileiros maiores de 21 annos, alistados conforme a lei.

§ 1º. Não são alistaveis eleitores os mendigos e as praças de pref, com excepção dos alumnos das escolas militares de ensino superior.

Conservem-se os §§ 2º e 3º.

Ao art. 71, § 6º

Depois de — leigo — acrescente-se — e livre o ensino — etc.

Ao art. 71

Accrescente-se:

Em lei ordinaria se regulará o exercicio da liberdade de testar e de adoptar.

Ao § 5.º do art. 1º das Disposições transitorias accrescente-se, depois da palavra — normaes — no dia 15 de junho.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Julio de Castilhos.* — *Fernando Abbott.* — *Julio Frota.* — *Homero Baptista.* — *Borges de Medeiros.* — *Victorino Monteiro.* — *Ramiro Barcellos.* — *Pinheiro Machado.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Abreu.* — *Thomaz Flores.* — *Aleides Lima.* — *Menna Barreto.* — *Assis Brasil.* — *Pereira da Costa.* — *Ernesto Alves.*

Substitua-se o art. 46, §§ 1º e 2º pelo seguinte:

Art. O Presidente e o Vice-Presidente da Republica serão eleitos por suffragio indirecto da Nação, dando cada Estado mil eleitores, e considerando-se eleitos os dous cidadãos que obtiverem maior numero de votos.

§ 1.º A eleição primaria terá logar no dia 10 de janeiro do ultimo anno do periodo presidencial, e a secundaria no dia 30 de abril seguinte, procedendo-se, na Capital Federal e nas dos estados, á apuração dos votos recebidos nas respectivas circumscripções.

O Congresso fará a apuração final até o dia 1 de junho.

§ 2.º Si houver empate na votação, o Congresso elegerá o Presidente e o Vice-Presidente, tendo cada Estado um voto, que será o da maioria de sua representação.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Almeida Barreto.* — *João Neiva.* — *Couto Cartaxo.*

TITULO III

DO MUNICIPIO

Ao art. 67

Accrescente-se:

§ 1.º Nas eleições municipaes serão eleitores e elegiveis os extrangeiros residentes, segundo as condições que a lei de cada Estado prescrever.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Lauro Müller. Carlos de Campos. — Schmidt. — Esteves Junior. — Lacerda Coutinho. — Luiz Delfino.*

Ao art. 7.º

Accrescente-se:

Ao n. 1. Salvo quando destinados a consumo no territorio do Estado.

Ao n. 3. Nos documentos de caracter federal.

Ao n. 4. Nos correios e telegraphos federaes.

Ao n. 6. Supprima-se.

Ao art. 9.º

Accrescente-se:

Ao n. 5. Taxas de sello sobre documentos do mesmo Estado.

Ao n. 6. Contribuições postaes e telegraphicas nos correios e telegraphos do Estado.

§ 2.º Supprimam-se as palavras — revertendo os productos do imposto —, etc., até o fim do paragrapho, e accrescente-se — e não for tributada pela União.

Ao art. 33

Supprima-se o n. 8.

Ao n. 12 accrescente-se — salvo o caso de aggressão immediata.

Ao n. 16 accrescente-se — o que não exclue que os estados estabeleçam taes serviços dentro dos limites de seus respectivos territorios, si o julgarem conveniente.

Ao n. 34 supprima-se — ensino superior.

Ao n. 33 supprima-se — e minas.

Ao art. 34

Supprima-se a palavra — immigração.

Ao n. 3. Supprima-se.

Ao n. 4. Supprima-se.

Accrescente-se:

Paragrapho unico. Todas as despesas de caracter local na Capital da Republica incumbem, exclusivamente, á auctoridade municipal.

Ao art. 68

Aos ns. 4 e 5. Supprimam-se.
Ao n. 6. Supprimam-se as palavras — por outro modo.

Ao art. 69

Aos ns. 1º, 2º e 4º do § 1º. Supprimam-se.

Accrescente-se:

§ 4.º São eleitores os estudantes das academias superiores; qualquer que seja a sua idade.

Ao art. 70

Supprima-se no § 1º — disposição sob a letra a.

Ao art. 71, § 2.º

Accrescente-se:

A União, porém, como os estados, poderão instituir medalhas humanitarias, industriaes, ou de campanha, sem que dahi resulte nenhum privilegio especial.

Ao art. 71, § 54

Accrescente-se — independente de qualquer titulo de habilitação official.

Accrescente-se:

§ 28. Os cargos publicos civis serão preenchidos, no gráo inferior, por concurso, ao qual serão admittidos, indistinctamente, todos os brazileiros, sem que se possa exigir diploma algum de habilitação official.

Ao § 4º

Accrescente-se — e que terá sempre por base a monogamia.

Ao § 29

A todos os nascidos no Brazil será garantida a nacionalidade, mediante o registro civil de filiação.

Ao art. 74

Accrescente-se — e bem assim.

Os demais funcionarios publicos só poderão ser privados de seus empregos por sentença passada em julgado.

Accrescente-se na secção II:

Art. Os operarios empregados no serviço da União ou dos estados gozarão de todas as vantagens conferidas aos empregados publicos.

Art. 88, § 4º. Supprima-se.

Sala das sessões, 25 de janeiro de 1891. — *Alexandre Stockler*. — *Alvaro Botelho*.

Substitua-se o art. 50 pelo seguinte :

Os ministros de Estado serão ouvidos quando qualquer das camaras o exigir, depois de approvada a exigencia por um terço, pelo menos, dos membros respectivos.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Custodio de Mello*. — *Santos Pereira*.

Accrescente-se ao art. 24 o paragrapho seguinte :

Para cargo diplomatico e commando militar, em caso de guerra ou naquelles em que se ache compromettida a honra e integridade da União, poderá ser nomeado senador ou deputado e independentemente de licença da respectiva Camara.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Custodio de Mello*. — *A. Azeredo*. — *Dionisio Cerqueira*.

Accrescente-se ao n. 1 do art. 5º:

No caso de um Estado invadir outro, pagará quaesquer despesas para repellir a invasão o Estado invasor, a menos que o Congresso da União não decida de outro modo, em consideração a circumstancias particulares.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Custodio de Mello*. — *A. Azeredo*. — *Raymundo Bandeira*. — *Dionisio Cerqueira*.

Disposições transitorias

Ao art. 11.

Substitua-se :

Approvada que seja a Constituição, será assignada pelos representantes, e promulgada pela Mesa do Congresso.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Thomaz Delfino*. — *A. Azeredo*.

Ao § 13 do art. 71

Accrescente-se á palavra — competente: e no caso de flagrante delicto ninguem poderá ser preso senão para ser, em acto successivo, conduzido perante a mesma auctoridade.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Custodio de Mello*.

Ao § 2º do art. 64

Substitua-se: Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá entre os dous mais votados para cada um os cargos.

S. R. — *Julio Frota*. — *Pinheiro Machado*. — *Fernando Abbott*. — *Julio de Castilhos*. — *Homero Baptista*. — *Vi-*

ctorinõ Monteiro. — Menna Barreto. — Cassiano do Nascimento. — Ramiro Barcellos. — Alcides Lima. — Assis Brasil. — Alvim. — Ernesto Alves. — Thomaz Flores.

As § 8º do art. 33

Accrescente-se — guardando, quanto a esta, o regimen da liberdade bancaria. — *A. Cavalcanti. — J. Bernardo. — Amorim Garcia. — Oliveira Galvão. — Pedro Velho.*

Sendo da competencia privativa do Congresso Nacional — art. 33, § 5º — propomos que sejam alfandegados os portos do Estado do Rio de Janeiro seguintes: Gargahú, S. João da Barra, Macahé, Busios, Nictheroy e Angra dos Reis.

Sala das sessões, 28 de Janeiro de 1891. — *D. Manhães Barreto. — Urbano Marcondes. — Baptista da Motta. — Oliveira Pinto. — Cyrillo de Lemos. — Alcindo Guanabara.*

Disposições transitórias. Art. No primeiro anno da 2ª legislatura ordinaria do Congresso, este, reunido em Assembléa Geral, reverá a divisão das rendas constantes dos artigos 6º, 8º e 12 da Constituição, caso, na pratica, se tenha verificado a sua inconveniência; e feita ou não, a revisão prevista, não se poderá voltar posteriormente á materia, a não ser pelo meio de reforma constitucional.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Amaro Cavalcanti.*

Substitua-se o art. 2º pelo seguinte:

Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo Municipio Neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a Capital da União emquanto não se construir a nova capital.

Paragraphe unico. Mudada a Capital, o actual Districto Federal passará a constituir de per si um Estado.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Guimarães Natal. — Leopoldo de Bulhões.*

Ao art. 17, § 1º

Em vez de — tres — diga-se: quatro annos.

S. R. — *Frederico Borges.*

Ao § 1º do arft. 47

Substitutivo:

Cada legislatura durará quatro annos.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues. — Sarmiento.*

Supprima-se o art. 3º das Disposições transitórias. — *A. Guanabara. — Virgílio Pessoa. — Cyrillo de Lemos.*

Ao § 2º do art. 51

Accrescente-se, depois da palavra — responsabilidade — definida em lei especial. — *Lupér.*

Ao final do § 2º do art. 71, accrescente-se:

Ficam também substituídas as honras, direitos e isenções ligadas aos títulos e condecorações concedidas no regimen anterior, que forem compatíveis com o regimen actual.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Miguel Castro.*

Ao § 4º do art. 71

Substitua-se pelo seguinte:

A Republica garante a liberdade matrimonial, sem mais dependência que a observancia dos impedimentos estabelecidos em lei, e authenticação e registro do acto religioso ou do contracto civil perante official publico.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Miguel Castro.*

Ao art. 9º

Accrescente-se:

Os estados determinarão e cobrarão o sello devido nas causas judicarias que correrem perante os juizes e tribunaes pagos pelos mesmos estados. — *Fróes da Cruz.*

Disposições transitórias

Para se collocar onde convier:

Ao art. 37

Ficam confirmadas as nomeações já feitas para cargos, cujo provimento depender da approvação do Senado, segundo a Constituição. — *B. de Campos.* — *Astolpho Pio.* — *L. Chaves.* — *Carlos Garcia.* — *Rodolpho Miranda.* — *Mursa.* — *Paulino Costa.*

Ao art. 33

Accrescente-se ao n. 26 do art. 33 (*in fine*):

E os de contrabando.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Luiz Murat.*
— *L. de Bulhões.*

Ao art. 1º das Disposições transitórias:

§ 7º A primeira legislatura durará quatro annos.

Ao § 7º do art. 1º, depois da palavra — primeiro —, accrescente-se a palavra — quadriennio e em vez de — triennios — diga-se: triennio.

Em logar dos §§ 7º, 8º e 9º do art. 1º, diga-se: 8º, 9º e 10º.

S. R. — *Frederico Borges.* — *Corrêa Rabello.* — *Virgilio Pessoa.* — *Viriato de Medeiros.* — *João Luiz.* — *Astolpho Pio.* — *Pinheiro Guedes.* — *Pires Ferreira.*

Secção 1ª, capítulo 3º

Ao art. 30

Redija-se este artigo pela forma seguinte:

O mandato de Senador durará seis annos, renovando-se integralmente o Senado no fim deste praso.

Supprimam-se os §§ 1º, 2º e 3º.

Ao art. 31

Supprima-se este artigo.

Ao art. 32

Supprima-se o § 1º deste artigo.

Ao art. 33

Supprima-se o adverbio — privativamente.

Ao art. 36

Substitua-se o § 3º deste artigo pelo seguinte:

Sobre o projecto de lei, ou resolução, não sancionado, resolverão os dous ramos do Poder Legislativo reunidos, sob a presidencia do Presidente da Camara iniciadora da proposta; si o projecto for approvado ainda uma vez pelos dous terços dos membros presentes, voltará ao Poder Executivo, para a solemnidade da promulgação.

a) A fusão das camaras terá logar no edificio da Camara dos Deputados, e presidil-a-á o Presidente da Camara iniciadora.

b) O Presidente, 1º e 2º secretarios da outra Camara terão assento na Mesa.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Zama.*

Secção 2ª, Capitulo I

Ao art. 40

No § 2º do art. 40 diga-se: Presidente do Senado — ~~suppressa a palavra~~ — **Vice.**

Ao art. 43

Accrescente-se a seguinte disposição:

Si por qualquer circumstancia achar-se funcionando o Congresso Nacional, o Presidente eleito pronunciará sempre a sua affirmação perante as camaras reunidas.

Ao art. 46

Em vez de — maioria absoluta — diga-se: maioria relativa.

Supprima-se o § 2°.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Zama*.

Secção 2ª, Capitulo IV

Ao art. 48

Onde se lê — subscvem — diga-se: referendam.

Ao art. 49

Supprimam-se as palavras — deputado ou senador.

No paragrapho unico periodo final, supprima-se o adverbio — não.

Ao art. 50

Substitua-se pelo seguinte:

Os ministros que não forem deputados ou senadores, poderão comparecer ás sessões, quando discutir-se o orçamento da pasta, que dirigirem, ou quando qualquer das duas camaras entender necessaria a presença de algum delles sobre qualquer assumpto, e poderão communicar-se pessoalmente, ou por escripto, com as commissões do parlamento.

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica e ao Congresso Nacional.

Ao art. 51:

Supprima-se, na primeira linha, a palavra — não.

No § 1º do mesmo art. 51, substitua-se a palavra — ainda.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Zama*.

Secção 2ª. Capitulo 5º:

Ao titulo deste capitulo, depois da palavra — Presidente — acrescentem-se as seguintes: e dos ministros de Estado.

Ao art. 53:

Depois da phrase — no Presidente da Republica — accrescente-se — e nos ministros de Estado.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Zama*.

Ao final do art. 69, título 4º, secção 1ª:

Accrescente-se a seguinte disposição:

Inclusive as mulheres casadas, as viúvas, que dirigirem estabelecimentos commerciaes, agricolas ou industriaes, as que exercerem o magisterio, ou outros quaesquer cargos publicos, e as que tiverem titulo literario ou scientifico por qualquer dos estabelecimentos de instrucção publica da União ou dos estados.

Ao § 1º do mesmo artigo:

Supprimam-se as palavras que se seguem depois das palavras — praças de pret.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — Zama.

Ao § 3º, secção 2ª (Declaração de direitos):

Supprimam-se as palavras — observados os limites postos pelas leis de mão morta —, que serão substituidas pelas seguintes: observadas as disposições do Direito commun.

Supprimam-se, igualmente, as palavras — guardadas as leis criminaes.

Ao § 6º:

Substitua-se a palavra — leigo — por — livre.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — Zama.

Ao § 1º do art. 1º (Disposições transitorias):

Depois da palavra — Vice-Presidente — acrescente-se— provisorios.

Ao § 2º:

Faça-se a mesma coisa.

Ao art. 1º:

Addicione-se mais, sob o n. 4º, o paragrapho seguinte:

O Presidente provisorio, e em sua falta o Vice-Presidente, exercerá as suas funcções até que, constituidos os estados, o Congresso decreta a lei eleitoral, pela qual devem reger-se as eleições federaes.

Decretada a lei, no mais breve espaço possivel, proceder-se-á á eleição directa do Presidente e Vice-Presidente effectivo, pelo corpo eleitoral da União.

Supprimam-se os §§ 4º e 5º do mesmo artigo.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — Zama.

Accrescente-se ainda a seguinte disposição transitoria:

Nas eleições das constituintes dos estados, vigorarão as disposições da lei de 9 de janeiro de 1891 na parte relativa á organização das mesas, recebimento das cedulas, apuração de votos e juntas apuradoras.

Salas das sessões, 28 de janeiro de 1891. — Zania.

O Sr. Gil Goulart — Sr. Presidente, meus collegas. Hesitei muito antes de occupar este honroso posto, porque, si bem que novel nas lidas da tribuna, todavia, sei que é ella cheia de arrastamentos e perigos para aquelles que encetam a carreira parlamentar; hesitei ainda porque diz-me a consciencia que o meu cabedal scientifico não está na altura deste

primeiro e illustre Congresso da Republica (*Não apoiados*); hesitei, finalmente, porque vi, pela opinião quotidiana da imprensa, que são considerados importunos os oradores que discutem a Constituição decretada e procuram emendal-a, não se prestando a votal-a silenciosamente tal qual foi confeccionada pelo patriótico e benemerito Governo Provisorio. Igual censura já foi feita á Comissão dos 21, que, aliás, chegou a trabalhar 12 horas consecutivas, em alguns dias, exactamente quando se perguntava, pela imprensa, onde estava o Congresso.

UM SR. REPRESENTANTE — E' erro da imprensa.

O SR. GIL GOULART — Entretanto, antigo e conceituado orgão dessa mesma imprensa affirmou, em retrospecto politico de 1890, que este Congresso, digo mal, que o actual Senado está abaixo do Senado dos tempos monarchicos.

Em que dados, pergunto eu, se baseou o escriptor politico para julgar um Senado, cujos membros, em sua maioria, não tiveram ainda ensejo de occupar a tribuna, nem de revelar, em legislatura ordinaria, sua competencia em materia legislativa?

A verdade é que a imprensa se mostra inconsequente consigo mesma, quando reclama o encerramento de discussões apenas encetadas, de materias da maior transcendencia.

Não é razoavel que se faça pressão sobre este Congresso para impedir que os representantes dos estados analysem e modifiquem o projecto constitucional como lhes parecer mais conveniente aos interesses dos estados que vão formar a futura Republica federativa do Brazil.

Basta ponderar que se trata de votar um pacto fundamental, isto é, uma Constituição, que, para ser fecunda e recomendar os que a approvarem, carece ser irretractavel e perdurar intacta por dilatados annos.

Não se desdourará este Congresso si não fizer uma obra duradoura e que sirva tambem para as gerações futuras?

Sr. Presidente, representante de um Estado pequeno e pouco populoso, o Espirito Santo, não posso deixar que se encerre esta segunda discussão sem justificar emendas que, conjunctamente com outros collegas, representantes do mesmo Estado, offerecemos a alguns artigos do projecto, approvado em 1ª discussão.

Mais imperioso se torna o nosso dever em face de duas emendas, que carecemos combater, porque sua approvação por este Congresso muito prejudicaria aos pequenos e, até, a alguns dos grandes estados da Republica. Refiro-me ás emendas que mandam pagar as dividas dos estados até 15 de novembro de 1890, e cobrar 15 % addicionaes nos impostos de importação, em favor dos estados em que forem pagos.

Sr. Presidente por mais que acatemos a opinião da imprensa não podiamos, principalmente eu, que represento, mas não sou natural do Espirito Santo, facilitar em assumpto de tanta magnitude, votando silenciosamente disposições que poderiam ser approvadas sem protesto por parte daquelles a quem vão prejudicar, e para quem constituem clamorosas injustiças.

Os meus constituintes podiam e deviam tomar-me severas contas si vissem o Estado do Espirito Santo prejudicado em seu desenvolvimento politico e industrial em beneficio de alguns grandes e populosos estados da União.

Venho, pois, cumprir um imperioso dever, definindo perante o Congresso, e constatando nos *Annaes* deste parlamento o nosso modo de encarar estas graves questões constitucionaes. Teremos, assim, liquidado a quota de responsabilidade que aos representantes do Espirito Santo deve caber na confecção da magna lei que regulará, em breves dias, os grandes e levantados designios da nossa *Patria communis*.

Entrando na materia, procurarei resumir os meus pensamentos, para não ser colhido pela hora fatal, e, principalmente, para não abusar da benevolencia dos que me honram com sua attenção.

Sr. Presidente, não concordo com os que sustentam que os principios republicanos federativos serão sacrificados, pelo simples facto de não existir na Constituição, uma completa e absoluta discriminação de rendas entre a União e os estados.

Tambem não concordo com os que tiram a mesma conclusão, si adoptar-se na Constituição o principio da unidade da legislação e da magistratura em todos os estados da Republica. É geralmente sabido que os povos mais felizes e adeantados em civilização não são os que têm constituições e leis mais aperfeiçoadas, mas os que têm a ventura de ser governados por estadistas bem intencionados, dotados de espirito recto, pratico e conciliador.

O que mais interessa a uma nação, não é possuir boas leis, mas ter quem as saiba executar (*Apoiados*); o essencial é que os governos sejam moralizados, e saibam respeitar e guiar a opinião publica. (*Muitos apoiados*.) Por isso, digo, si conseguirmos votar uma Constituição adaptada ás circumstancias actuaes do nosso paiz, que seja uma photographia do que a nossa sociedade tem de bom, de útil, de assimilavel, encaminhando-a para o bem e para o seu aperfeiçoamento moral, teremos feito melhor obra do que si subordinarmos essa mesma Constituição a qualquer systema scientifico ou philosophico, por mais aperfeiçoado que seja.

Si esta Constituição respeitar o que de bom nos legou a Monarchia, e encaminhar a Republica para a pratica das virtudes publicas e privadas, que se baseam nos principios de tolerancia, liberdade e altruismo, teremos conseguido imitar aquelle grande povo americano, que é o exemplo e a admiração de todas as nações e a quem não cessamos de invocar e elogiar desta tribuna.

Mas peço licença para dizer que não imitariamos o povo americano, a quem me refiro, si fizéssemos uma Constituição calcada nos moldes da Constituição dos Estados Unidos, da Suissa, ou de qualquer outra Republica; porque as nossas condições sociais e ethnologicas são outras e muito diversas.

Eles fizeram obra perfeita em relação ao seu estado social do então; como elles, devemos ter, principalmente, em vista o estado actual do povo para quem vamos legislar, o meio em que vivemos, respeitando todos os direitos adquiridos e, até mesmo, certos preconceitos, como, por exemplo, as crenças religiosas, arraigadas na maioria da população, em nome de quem agimos como mandatarios, e para quem vamos decretar a lei regulamentadora de todos os direitos e deveres.

Si affrouxarmos, o mais que for possível, os laços centralizadores do ex-Governo monarchico em todas as relações do Governo central com os estados, sem prejudicar os laços politicos da grande Patria communis; si cortarmos todos os abusos

que perturbavam a independencia dos governos das provincias, e dos grandes orgãos do Poder publico; si dermos vida autonoma aos estados e, principalmente, aos municipios, que são a base cardial de todos os governos democraticos, — teremos conseguido o nosso *desideratum*, que deve ser reformar systematicamente, mas conservar, melhorando, o que de bom existe, e reformar prudentemente o que for incompativel com a nova fórma de governo e as aspirações do povo.

Senhores, não poderemos passar rapidamente de um máo systema de governo para outro superior, fazendo logo obra perfeita e de accordo com todos os principios sociologicos e scientificos; porque estes só são fecundos quando abraçados sem repugnancia pelo povo para quem se legisla.

Applicando, agora, estes principios ao projecto constitucional começarei pelo que é relativo a diminuição dos impostos, no que concerne aos direitos tributarios da União e dos estados.

Tendo feito parte da Commissão dos 21, apoiei alli uma emenda, que apresentou o illustrado representante do Rio Grande do Sul, Sr. Julio de Castilhos, e pela qual se estatua que, respeitadas os impostos sobre a importação, os direitos sobre a navegação, as taxas do sello e as contribuições postaes e telegraphicas, unicas rendas que ficariam pertencendo á União, seria da competencia exclusiva dos estados decretar todos os outros impostos que não fossem contrarios á Constituição Federal.

Pareceu-me que esse systema era o mais simples e perfeito, e que, como hom republicano, devia adoptal-o, porque era elle consoante com o mais adeantado federalismo.

Mas, encetados os debates neste Congresso, ouvi, entre outros, o discurso do ex-Ministro da Fazenda, por onde me convenci de que os encargos do Thesouro Federal, mesmo em circumstancias ordinarias, eram muito superiores aos recursos que, tambem em circumstancias ordinarias, podem produzir para a União, uma das quaes — a contribuição postal e telegraphica — pôde-se dizer que é negativa, porque o custeio do serviço excede a sua renda. Convenci-me tambem de que a recacção da emenda produzia o grande inconveniente de abalar o credito do paiz, principalmente nas praças estrangeiras, onde temos collada a nossa divida externa: e entendi que deviamos procurar um meio pelo qual garantissimos aos estados a mesma liberdade de tributar que era o objectivo da emenda da representação do Rio Grande do Sul, sem expormos o credito da União, que, afinal, é o credito dos estados, a uma depreciação rapida nos mercados financeiros da Europa, onde estão os credores do Brasil, e onde sempre inspiramos a mais illimitada confiança.

Esse meio conciliador dos direitos da União e dos direitos dos estados foi-nos proporcionado na emenda, que foi approvada, do illustre representante pelo Pará, o Sr. Lauro Sodré — emenda, que transferiu para os estados o direito exclusivo de tributare sobre as industrias e profissões.

Sr. Presidente, penso que, com esta modificação, o projecto constitucional concilia perfeitamente os interesses reciprocos da União e dos estados, sem que, absolutamente, se sacrifiquem os principios federalivos.

O principal argumento dos que sustentavam a emenda da representação do Rio Grande do Sul era que, subsistindo para

a União o direito de tributar, cumulativamente com os estados, sobre tudo aquillo que não fosse exclusivo dos estados, teria sempre a União motivo para invadir os direitos dos estados, taxando sobre as industrias que fossem creadas e protegidas pelos estados no interesse do seu desenvolvimento progressivo.

Convencido do argumento, apoiou a emenda na Comissão dos 21: mas, a aprovação da emenda do Sr. Lauro Sodré resolveu a questão por fórma a resguardar os direitos dos estados respeitando-se os principios federativos.

Sr. Presidente, desde que a União póde tributar sobre industrias e profissões nos estados, não vejo a possibilidade de lançar impostos prejudiciaes aos estados, senão em uma hypothese — a de crear o imposto de captação. Mas, esse imposto é um recurso extremo de que só se deve lançar mão para acudir a graves compromissos da União, recurso de que, amanhã, e em caso tambem extremo, ella, e só ella, deverá usar.

O SR. URALDINO DO AMARAL — Este amanhã, deve se dizer — já.

O SR. GIL GOULART — Sr. Presidente, tinham os estados razão de impugnar o modo por que foi, no projecto constitucional, feita a distribuição das rendas, porque nenhum dos impostos reservados exclusivamente para os estados garantia renda certa e ponderavel para todos.

Esse inconveniente não se dá com o imposto que lhes foi cedido — de industrias e profissões que constitue uma fonte certa de renda em todos os municipios da Republica. Importo já conhecido e aceito pelo povo póde ser facilmente augmentado na proporção da população e riqueza de cada municipio: porque mais facilmente se tolera a elevação de um tributo com que estamos acostumados do que a criação de imposto novo, por minimo que seja. (Apoiados.)

Tambem é este o imposto que mais interessa aos estados reservar exclusivamente para si, porque é o mais apropriado para ser transferido aos municipios, que sobre elles devem basear seus orçamentos.

Não conheço outro imposto de renda tão certo para os municipios, que são os competentes para tributar as industrias locais na proporção de seu desenvolvimento e lucros. Só as municipalidades podem com exactidão e justiça fazer o lançamento do imposto sobre industrias e profissões, muitas das quaes precisam ser protegidas com a isenção de tributos e, até, com subvenções.

Sr. Presidente, não ha, no meu modo de pensar, argumento que justifique a adopção da emenda que autoriza os estados a taxar com mais 15 % o imposto de importação, do que resultaria uma imaginaria vantagem sómente para alguns estados, em prejuizo de outros. (Apoiados; muito bem.)

Os defensores da emenda sustentam que alguns estados cobram presentemente imposto addicional sobre a sua importação, sendo essa a sua principal fonte de receita, de que não podem prescindir, exactamente quando vão assumir novos encargos com o systema republicano federativo.

Sr. Presidente, o argumento tem mais apparencia do que realidade, visto que não prohibe o projecto constitucional que, sob outra fórma, os estados continuem a cobrar da população essa ou maior quota de imposto, de que careçam para equilibrar os seus orçamentos.

Pelo regimen antigo, que ainda vigora, não podiam as provincias taxar sobre a importação; mas algumas provincias, hoje estados, cobravam certa percentagem sobre a importação, com a denominação de imposto de consumo, de transito ou de giro. Quem pagava esse imposto? Quem deve continuar a pagal-o, na hypothese da approvação da emenda?

Incontestavelmente, os habitantes de cada Estado onde for elle cobrado. (*Apoiados.*)

Si aceitam a conclusão, vou, agora, concluir o meu pensamento. Si a população do Estado em que for cobrada a taxa addicional é quem tem de supportar a elevação do imposto, deve-se respeitar o systema do projecto, deixando á União o direito exclusivo de tributar a importação, e ir pedir a essa mesma população a somma de impostos correspondentes aos 15 %, por acrescimo nos impostos de industrias e profissões.

Acho isto razoavel e, até, facil. Basta que os legisladores de cada Estado, os chefes politicos e directores da opinião publica aconselhem o povo, pela imprensa, pela tribuna, por todos os meios de propaganda, a pagar, sob outra fórma, os mesmos impostos que já estão pagando. Desde que o contribuinte se convence que um imposto não é novo, nem foi agravado, desde que sabe que apenas foi deslocado, facilmente se conforma com elle.

Não ha, pois, razão para se admittir taxa addicional sobre a importação em favor dos estados, — o que acarretaria o gravissimo inconveniente de perturbar, confundir e baralhar principios constitucionaes. (*Apoiados.*)

Os estados podem ir buscar nas mesmas fontes a quota que agora tiram disfarçadamente da importação; e essa quota, unida aos impostos que já lhe estão reservados pelo projecto approved em primeira discussão, deve ser sufficiente para fazer face ás despesas, si estas não forem desordenadas. (*Apoiados.*)

Senhores, esta emenda constitue uma clamorosa injustiça aos estados pequenos, e, por isso, tambem a tenho combatido, desde que foi apresentada pela primeira vez na Commissão dos 21, de que fiz, immerceidamente, parte. (*Muitos não apoiados.*)

Muitos estados, e o Espirito Santo é um delles, não mantêm commercio directo de importação e exportação, si bem que tenham portos e, até, alfandegas. (*Apoiados.*)

O Estado que represento faz todo o seu commercio de importação e exportação, indirectamente, por intermedio da Capital Federal. Esta circumstancia tem sido sempre omitida, ou esquecida, pelos que têm discutido a materia, inclusive o ultimo orador que occupou a tribuna, o Sr. Otícioa.

O ex-Ministro da Fazenda, Sr. Ruy Barbosa, os Srs. Serzedello, Otícioa e Espirito Santo, todos apontaram o Estado do Espirito Santo como uma carga pesada aos cofres geraes; e pareciam ter razão, porque argumentaram sobre calculos, baseados em dados officiaes.

A verdade, porém, é que taes dados, apesar de officiaes, envolvem grosseiros erros, e não merecem a menor fé. (*Apoiados.*)

Basta ponderar que elles não declaram que a renda geral de importação e exportação da alfandega do Rio de

Janeiro comprehende tambem toda a renda pertencente ao Espirito Santo, como comprehende a de Minas e grande parte da do Paraná e Santa Catharina.

Si a importação total do Espirito Santo é feita pela Alfandega do Districto Federal, e é impossivel discriminá-la, qual será a quota que caberá ao Espirito Santo, nos 15 % additionaes, que como consumidor será obrigado a pagar, si fôr approvada a emenda? O Espirito Santo, como outros pequenos estados tributarios de estados visinhos, será onerado com esses 15 %, mas nada receberá. (*Apoiados.*)

O SR. MONIZ FREIRE — E' uma aggravação de imposto sem vantagem alguma.

O SR. GIL GOULART — A quota que irá sobrecarregar o consumidor do Espirito Santo, ficará na Alfandega do Rio de Janeiro, e, portanto, nos cofres da União.

Ainda que em menor escala isso venha a succeder com os contribuintes do Paraná e de Santa Catharina, que muita coisa importam por intermedio do mercado do Rio de Janeiro, o mesmo succederá com o Rio Grande do Norte e Sergipe, cujo commercio de exportação e importação se faz quasi todo pelo porto de Pernambuco.

O SR. AMARO CAVALCANTI — E com a Parahyba, tambem.

O SR. GIL GOULART — Logo, é evidente que essa emenda, além de não ser necessaria, perturba o systema do projecto, e dá em resultado a exploração dos estados pequenos pelos grandes, beneficiando aquelles em detrimento destes.

Sr. Presidente, farei ainda uma referencia a essas tabellas aqui lidas e publicadas em documentos officiaes que apresentam o Espirito Santo com uma renda geral apenas de cento e tantos contos no exercicio de 1888 a 1889.

Si toda a renda annual fosse apenas essa, certamente o Estado que represento seria um encargo, um verdadeiro pesadelo para os cofres geraes; mas já provei que nella não está incluída a renda proveniente da importação e exportação, que se fazem na sua quasi totalidade pelo porto do Rio de Janeiro, e que se póde calcular, no minimo, em mil contos de réis annualmente: porque só o imposto geral de exportação sobre o café do Espirito Santo excede de réis 600:000\$000.

Neste caso, si, pelos calculos baseados nas celebres tabellas officiaes, o Espirito Santo concorre com 44 % das suas rendas geraes — figurando com cento e tantos contos de réis —, incluindo-se mais mil contos de réis da renda da exportação e importação, que não é considerada nas tabellas, virá a concorrer com mais de 300 %, quando a média exigida é apenas de 89 %. Em vez de deficit, teria o Espirito Santo a seu favor um grande saldo.

Ainda uma vez fica demonstrado que a posição dos fracos e dos pequenos é quasi sempre muito precaria, principalmente nos congressos onde preponderam as compactas e numerosas representações dos estados ricos e populosos (*Apoiados*): isto vem provar que desde longa data o Espirito Santo, como os outros estados pequenos, tem sido sempre tratado com injustiça, nos parlamentos da Nação.

Sr. Presidente, desde longa data, ouço dizer que os estados pequenos não merecem certos melhoramentos, não ca-

recem, sobre tudo, de estradas de ferro. Singular theoria esta!

O SR. MONIZ FREIRE — Apoiado; muito bem.

O SR. GIL GOULART — Sr. Presidente, o Espirito Santo, que é um territorio fertilissimo, proximo desta Capital, e nas divisas do Rio de Janeiro e de Minas, com um clima benigno e uma extensa costa de mar, dotada de muitos e bons portos, ainda se conserva estacionario e, relativamente, despovoado, porque não possui um kilometro, sequer, de via-ferrea construida com o auxilio, directo ou indirecto, dos cofres geraes. A privação desse beneficio, não prejudica só ao Espirito Santo, mas, indirectamente, a todo o paiz, e mais particularmente ao Estado de Minas, cuja numerosa representação, nos parlamentos do antigo Imperio, esqueceu-se daquelle pequeno territorio, por onde hoje poderia todo o norte de Minas fazer seu commercio directo de importação e exportação. Senhores, um natural pendor do espirito humano nos conduz a zelar mais do proprio do que do alheio interesse, mas quasi sempre succede que o egoismo, a simples indiferença vem mais tarde a prejudicar tambem aos que se mostram possuidos de taes sentimentos. (*Cruzam-se diferentes apartes.*)

Perdão! Pergunto: Qual a provincia que prosperou e floresceu antes de gosar largamente de certos subsidios do Governo geral?

UM SR. REPRESENTANTE — São Paulo, por exemplo.

O SR. GIL GOULART — Nenhuma, digo eu; porque, antes de aherias ao trafego as estradas de ferro D. Pedro II e de Santos a Jundiahy, nem Minas nem S. Paulo constituíam territorios florescentes e cubiqados, como se foram tornando posteriormente.

Sem querer offender as susceptibilidades dos representantes de nenhum Estado, digo que antes das grandes despesas geraes com estradas de ferro e navegação, só prosperaram, á custa de elementos proprios e como receptaculos do commercio com o interior, as cidades do littoral. (*Cruzam-se apartes.*)

Peço licença para desviar-me dos apartes e voltar ao meu proposito, porque sou um fraco orador, fraco pelo phisico adoentado, e fraco pelos recursos intellectuaes de que disponho.

VOZES — Está dando provas do contrario.

O SR. GIL GOULART — O povo de Minas, encerrado entre montanhas, como o da Suissa, acostumou-se, desde os primitivos tempos, a viver independente. Mas, para conseguil-o, adoptou os mais severos habitos de economia, chegando a privar-se de certos gosos (*Não apoiados*), para conseguir sobras orçamentarias.

Perdê-me o nobre representante que disse — não apoiado.

Para se poder crear um capital, para se acauteelar o futuro, é indispensavel sacrificar, até certo ponto, o presente, impondo-se, o cidadão como as sociedades, á privação de certas commodidades e vantagens que podem ser adiadas.

Sr. Presidente, sem o auxilio das estradas de ferro, principalmente da Estrada de Ferro Central, o lavrador do

territorio mineiro desanimava de exportar os productos de sua lavoura, porque as despesas de transporte reduziam-lhe consideravelmente os lucros, quando não eram elles totalmente absorvidos.

O mesmo succedia na terra paulista. Vou narrar um facto, que bastará para provar o que affirmei.

Em 1864, já era conhecida a proverbial fertilidade das terras paulistas e a amenidade de seu clima: por isso, foram explorar o interior alguns norte-americanos sulistas, e entre elles um general, que acabava de ser vencido na Guerra da Seccessão, e quizera expatriar-se. Chegaram até Jaboticabal, onde ficaram admirados da fertilidade do solo, vendo um vigoroso pé de milho plantado cinco palmos abaixo da superficie da terra, no fundo de um vallo.

Essas terras, que eram ainda devolutas, podiam ser adquiridas a preço infimo. Perguntando-se a um desses americanos, por que não iam explorar essas terras, respondeu elle immediatamente:— E o transporte?

Ora, ahí está a prova de que o aproveitamento do solo paulista dependeu da sua viação ferrea, que não poudo ser desenvolvida senão depois que, com o auxilio dos cofres geraes, inaugurou-se a estrada de ferro de Santos a Jundiahy, passando pela Capital. Mais tarde ainda, o Estado de S. Paulo conseguiu ligar sua Capital com esta cidade do Rio de Janeiro, pela Estrada de Ferro do Norte, construida com capitães garantidos pelos cofres geraes, e agora encampada pela Republica, para alargar-lhe a bitola.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — E apesar de eguaes circumstancias, em outros estados não se operou igual desenvolvimento.

UM SR. REPRESENTANTE — Quando se fez a estrada de Santos, S. Paulo já tinha lavoura prospera.

O SR. GIL GOULART — Peço aos nobres collegas que não me desviem do meu proposito, que é justificar algumas emendas e combater outras.

Sr. Presidente, quero apenas deixar consignado que não basta o espirito de iniciativa para fazer prosperar, mesmo, a territorios fortes, quando elles são extensos, pouco populosos e afastados dos mercados consumidores. E' indispensavel uma benefica e efficaç protecção do Governo, e essa, ao menos nos tempos da Monarchia, foi inteiramente negativa para as provincias pequenas ou pouco populosas.

Sinto não ver aqui alguns representantes do Pará e do Amazonas, principalmente o meu distincto collega Sr. Serzedello, que hontem disse nesta tribuna: "— o Pará, com o excesso de sua renda geral, paga o deficit do Espirito Santo".

UM SR. REPRESENTANTE — Ha um representante do Amazonas ouvindo a V. Ex.

O SR. GIL GOULART — Estimo, muito me honra.

Pergunto: O que eram o Amazonas e o Pará antes do Governo geral subvencionar as companhias de paquetes do Norte e do Amazonas?

O SR. UCHÔA RODRIGUES — O Amazonas tem vivido das subvenções, que dá mesmo a Companhia Brasileira, que para estender suas viagens até Manáus exige subvenção. Subvenciona tambem companhias que viajam para o estrangeiro.

O SR. GIL GOULART — O Amazonas e o Pará são dous estados que só começaram a prosperar depois que os cofres geraes deram grande subvenção á Companhia do Amazonas para navegar, com numerosos vapores, esses admiraveis rios que são preferiveis a estradas de ferro. Antes disso, os orgamentos desses estados não apresentavam saldos.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — Eu direi a V. Ex. que ha muito tempo, desde 1852, o orçamento do Amazonas dá saldos para o Centro.

UM SR. REPRESENTANTE — Tambem temos dado saldos, no balanceamento da despesa e receita geral, e, no entanto, figuramos com *deficit*.

O SR. GIL GOULART — Mas o meu collega não confunda renda geral com a renda provincial.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — Refiro-me á renda geral.

A provincial tem fornecido recursos para aquelle Estado prosperar sem o auxilio do Centro, que sempre o abandonou.

O SR. GIL GOULART — E eu fallo da renda local, com a qual o Estado possa viver independente.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — Ainda neste ponto, as rendas do Amazonas têm augmentado muito, e chegam para attender aos sreviços até agora pagos pelo Estado.

O SR. GIL GOULART — O que é devido em grande parte á subvenção que o Governo geral tem pago á Companhia de Navegação entre o Pará e o Amazonas.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — O Governo nunca deu subvenção ao Amazonas.

O SR. GIL GOULART — Refiro-me á Companhia de Navegação do Amazonas, primitivamente incorporada pelo finado Visconde de Mauá.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — A Companhia do Amazonas tem larga subvenção do Amazonas e do Pará; o Amazonas subvenciona, até, a Companhia do Lloyd, já subvencionada pelo Governo central.

O SR. GIL GOULART — Peço licença para concluir este incidente com uma declaração que não desagradará ao meu illustrado interlocutor, é a seguinte: depois que o Governo subvencionou a Companhia do Amazonas, a prosperidade dos estados do Pará e do Amazonas chegou a tal ponto, que, como acaba de referir o illustre collega já não precisam de subvenções do Governo central.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — Si fossem esperar os recursos do Centro, não estariam muito adeantados.

O SR. GIL GOULART — Vejamos, agora, o que tem succedido com o Espirito Santo. Não ha alli estrada de ferro construida, directa nem indirectamente, com o auxilio dos cofres geraes; até hoje não conseguimos ver construido um engenho central que pudesse minorar os males que atrophiam uma outrora florescente lavoura de canna, hoje quasi extincta.

Um verdadeiro máo fado persegue aquelle Estado. O Governo central não se tem limitado a negar esses melhoramentos de ordem mais elevada e que têm sido concedidos a outros estados; vai além: retira algumas concessões já feitas,

sacrificando, de envolta com os interesses do Espirito Santo, servigos já organizados, e, tambem, os cofres publicos.

Citarei dous factos.

Concedida e contractada a estrada de ferro da Victoria a Natividade, o Governo annullou o contracto depois de feitos os estudos necessarios, pagando aos concessionarios Waring, Brothers & Comp. uma indemnisação de mil e tantos contos, que, provavelmente, será, em documentos officiaes, levada á conta das despesas gernas no Espirito Santo.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — O Amazonas soffreu desse mal; ultimamente, já foram dadas terras devolutas a particulares.

O SR. GIL GOULART — O desamor do Centro para com os estados pequenos foi, até aqui, proverbial; apontarei segundo facto, em relação ao Espirito Santo:

Existia alli uma Companhia de Apprendizes Marinheiros, que prosperava, achando-se quasi sempre com a lotação completa, e constituindo um abundante viveiro de marinheiros para a nossa Armada, — o que não succedia em outros estados, grandes. Repentinamente, o Governo mandou extinguir alli a Companhia de Apprendizes Marinheiros, com o que sacrificou interesses geraes e, tambem, prejudicou aquelle pequeno Estado, que já contava com aquelle recurso para diversos fins de conveniencia local, dos quaes o mais importante era o constituir um bom e proveitoso asylo para a infancia desamparada que se encontra nas povoações de beiramar, na extensa costa do Espirito Santo.

Cingindo-me, agora, ao assumpto, penso ter demonstrado que não devo apoiar esse imposto addicional de 15 %, porque não é necessario, perturba a discriminação constitucional das rendas, e sacrifica os pequenos e alguns dos grandes estados.

O SR. ANTÃO DE FARIA — E aggravaria enormemente os impostos de importação em ouro, influindo para a queda do cambio.

O SR. GIL GOULART — O aparte de V. Ex. obriga-me a insistir nesta materia. Effectivamente, os impostos que indirectamente pagamos como consumidores pelos artigos que importamos do estrangeiro são elavadissimos. Regra geral, excedem 50 % o valor, mesmo em generos de primeira necessidade; em muitos casos eleva-se e, até, excede o custo dos objectos na mão dos productores. Como esse imposto deve ser pago em ouro, é claro que os 15 % additionaes corresponderão a mais 20 ou 22 %. Neste caso, teremos um imposto quasi prohibitivo para os artigos de importação, o que pôde conduzir o povo ao desespero, e, até, prejudicar o Thezouro publico na diminuição do commercio de importação.

Para a aggravação deste imposto influe, directamente, a baixa do cambio, e quem faz a baixa do cambio é principalmente o Governo, exigindo que o imposto seja pago em ouro em todas as alfandegas da Republica.

E' certo que o Governo, actualmente, não vai ao mercado comprar ouro, nem tomar cambiaes, mas obriga os particulares, só para o pagamento dos direitos de importação, a comprar o triplo, ou o quadruplo, da moeda metallica que elle costumava comprar, e, por esta fórma, coage o consumidor dos artigos estrangeiros a pagar, na actualidade, mais 40 ou 50 % do que pagava pelos mesmos artigos seis mezes antes.

Imagine-se, agora, o augmento deste imposto, de mais 15 % em ouro, e isto em proveito sómente de alguns estados e com sacrificio de todos os outros.

Sr. Presidente, a elevação excessiva do preço dos artigos de consumo nos conduzirá ao resultado de estancar a imigração para o Brazil, podendo, mesmo, coagir o trabalhador estrangeiro que temos no paiz a delle retirar-se. E' o que já está succedendo no Rio da Prata. Alli o operario ganha um salario correspondente a 10\$ diarios e a mais; porém tal é a carestia da vida, que, no fim de cada dia, elle vem a gastar mais do que ganha, e, por isso, muitos operarios têm abandonado a Republica Argentina, vindo para o Brazil ganhar menor salario, mesmo na lavoura, porque entre nós o operario e o trabalhador rural ainda podem ganhar mais do que o necessario para as despesas que não podem evitar.

Mas, si continuar essa elevação geral nos preços de tudo quanto é necessario para a vida, ao lado da baixa, cada vez mais pronunciada, no cambio, a nossa situação será em breve a mesma dos estados platinos. Em vez dessa febre de industrias gigantescas que ora se desenvolve no paiz, teremos o aniquillamento e o desaparecimento de todas as nossas antigas fontes de renda.

Sr. Presidente, passo, agora, a tratar da emenda que manda a União pagar a divida dos estados até o dia 15 de novembro de 1890.

Pergunto aos defensores desta emenda: O que é que tiveram em vista com adopção dessa medida? (*Apartes.*)

Bem; procuram uma egualdade relativa para salvar os estados das dividas contrahidas e habilital-os a principiar vida nova; ou, por outra, pretendem pôr em pratica, em relação aos estados, um principio socialista que os sectarios desta escola proclamam como applicavel aos individuos.

Os que assim pensam illudem-se. Não cuidem os reformadores que basta collocar em solidas bases a egualdade dos haveres e das posições, para conseguir-se a verdadeira egualdade.

Muitas circumstancias influem sempre para destruir as egualdades convencionaes.

A emenda é inconvenientissima. (*Apoiados.*)

Sua adopção viria sobrecarregar a União com uma divida immediata, nunca inferior a cem mil contos de réis, cuja amortização e juro importariam um accrescimo de despesa, nos orçamentos ordinarios, de cerca de seis mil e quinhentos contos em cada anno.

Si as circumstancias do Thesouro Federal já são difficeis, o que todos reconhecem, como pretender-se que elle, ainda, seja sobrecarregado com um accrescimo de divida, excedente a cem mil contos?

Robert Peel dizia: Quando a besta está muito carregada, em vez de augmentar, é preciso diminuir a carga, para que ella se não deite. (*Riso e apartes.*)

Encaremos, agora, a emenda pelo lado da justiça.

Si alguns estados estão responsaveis por grandes dividas, outros nada devem, ou pouco devem; nestas condições tão diversas, não é possivel que os estados desempenhados, ou os que têm pequena divida e contam com os seus proprios recursos para honrar o seu credito, queiram sujeitar-se a uma responsabilidade egual e collectiva no pagamento de dividas maiores, ou de alheias dividas, como succederá si a responsabilidade passar para a União, porque a União são os estados

todos. Não ha, não póde haver, uma mais injusta pretensão. (*Apoiados.*)

O SR. UCHOA RODRIGUES — Cada um pague o que gastou.

O SR. GIL GOULART — Aqui nos disse o honrado Senador pela Bahia, Sr. Saraiva, que a divida dos estados não procedia de desperdícios, mas que foram contrahidas para realizar melhoramentos publicos, reaes, que correspondiam a estradas de ferro e a outros serviços organizados nos estados. Si assim é, não ha maior injustiça do que lançar á responsabilidade da União dividas correspondentes a melhoramentos realizados em alguns estados que agora se acham em certo gráo de adiantamento e prosperidade, para serem pagas tambem á custa dos outros estados, que ainda se acham privados de eguaes beneficios. (*Apoiados, muito bem.*)

O SR. MONIZ FREIRE — E estados que não têm divida.

UM SR. REPRESENTANTE — E' um argumento egoista.

O SR. GIL GOULART — Egoista é aquelle que, durante uma sociedade, gasta desordenadamente os capitães do patrimonio commum e, quando se procede á liquidção, recusa-se a repór o que a mais gastou e exige que se lhe paguem as dividas particulares á custa do monte social, para, afinal, exigir, ainda, um quinhão egual, ou melhor: que os dos outros socios, quando se tratar da partilha final. (*Apoiados; muito bem, e muitos aprates.*)

O SR. SEABRA — A doutrina de V. Ex. é, até, separatista.

VOZES — Oh! Oh!

O SR. GIL GOULART — Si eu tiver tempo de justificar todas as emendas que apresentei, convencerei o nobre Deputado (que é um adversario para temer-se)...

O SR. SEABRA — Muito obrigado.

O SR. GIL GOULART — ... de que não só não sou separatista, como, tambem, nutro taes sentimentos unionistas, que posso me tornar suspeito aos republicanos federalistas.

Sr. Presidente, não posso acceitar essa emenda, porque ella pretende uma iniquidade: sobreccarregar as bestas de carga, que, neste caso, são os estados pequenos. (*Apoiados; muito bem.*)

Trata-se de votar uma Constituição, e todos proclamam os mais adiantados principios de fraternidade; entretanto, querem alguns fazer vingar uma disposição que obrigará os pequenos estados, mais sobrios, mais economicos e, tambem, mais pobres, a pagar parte das dividas de estados grandes, ricos e dotados de grandes obras, taes como estradas de ferro, engenhos centraes e outros serviços creados, e, até aqui, mantidos pelos cofres geraes. (*Apoiados; muito bem.*)

Sr. Presidente, o Estado do Espirito Santo não imitou a maioria dos outros estados, que, durante o ultimo anno, da Monarchia, augmentaram enormemente suas dividas, contrahindo novas; ao contrario, economizou, cortou pelas despesas, e, até, amortizou parte de sua pequena divida.

Fez mais, quando se operou a transformação politica do Brazil: o primeiro governador do Estado, que foi o illustado, o probo, o immaculado republicano espirito-santense Dr. Afonso Claudio de Freitas Rosa, luctou com os mais serios embaraços financeiros, porque estava-se em fins de exercicio, e

elle encontrou os cofres provinciaes inteiramente esgotados. Recorreu ao ex-Ministro da Fazenda, pedindo um auxilio de noventa contos de réis, que, effectivamente, foi concedido ao Estado.

Pois bem, logo que se iniciou o exercicio de 1890 e começou-se a arrecadar a receita, o integro governador, zelando pelo credito do Estado, mandou pagar aos cofres geraes trinta contos, por conta do adiantamento feito ao Espirito Santo.

E aqui chamo a attenção do meu illustrado collega, e distincto mestre nestes assumptos, Sr. Ubaldino do Amaral. Este facto justifica o meu voto divergente do seu, na Comissão dos 24, quando entendi, com o Sr. Julio de Castilhos, que não era licito aos estados recusar o pagamento á União daquillo a que se compromettessem pelo pacto constitucional, não sendo mesmo para suppôr que, em um regimen serio e moralizador, como deve ser o dos governos republicanos federativos, nenhum Estado deixe de ser escrupuloso no cumprimento de seus deveres pactuados, seja com a União, seja com os outros estados.

O SR. MUNIZ FREIRE — Muito bem.

UM SR. REPRESENTANTE — O egoismo tambem impera. (*Ha outros apartes.*)

O SR. GIL GOULART — Sr. Presidente, ainda proclamo aqui a inutilidade destas duas emendas: porque, apresentadas pelo illustre Senador Sr. Saraiva, declarou elle, ao terminar seu discurso, que, achando-se alguns estados em difficuldades financeiras, era necessario auxilia-los por dous ou tres annos.

S. Ex. assim terminou:

“E’ preciso estabelecer-se um *modus vivendi*.”

Pois bem, nas Disposições transitorias do projecto constitucional está esboçado esse *modus vivendi*, e não ouvi ainda um só orador contestar a obrigação em que fica a União de auxiliar os estados que se achem em difficuldades financeiras, até a sua definitiva organização.

O SR. PRESIDENTE — Já terminou a hora.

O SR. GIL GOULART — Confesso, Sr. Presidente, que fui surprehendido pelo tempo; apenas combati, por ora, duas emendas alheias, e, pelas minhas notas, devia, ainda, justificar quatorze emendas, que apresentei ao projecto constitucional: entretanto, obedecerei a V. Ex.

UM SR. REPRESENTANTE — Cedo a palavra a V. Ex.

O SR. GIL GOULART — Sr. Presidente, não tenho a honra de conhecer pessoalmente o illustre representante da Nação que tão gentilmente acaba de ceder-me a sua vez de fallar, o que ainda mais me obriga, pela fineza recebida.

Pego, portanto, licença aos collegas que me honraram com sua attenção, para continuar com a minha fraca critica ao projecto constitucional.

Sr. Presidente, o art. 14 do projecto está redigido por fórma que me parece inconveniente. Diz elle:

“As forças de terra e mar são instituições nacionaes permanentes, destinadas á defesa da Patria no exterior, e á manutenção das leis no interior.”

A palavra — permanentes — é uma redundancia, porque basta declarar na Constituição que as forças de terra e mar são instituições nacionaes, para que sejam ellas permanentes, tão permanentes como a propria Constituição, enquanto não for reformada.

O caracteristico de uma Constituição é, sempre, uma relativa permanencia, e enquanto ella vigorar, é obvio que serão permanentes o Exercito e a Armada, porque nella são considerados instituições nacionaes.

Por outro lado, a palavra permanentes, consignada na nossa Constituição, faz suppôr que queremos imitar a Europa armada conservando grandes exercitos, sempre em pé de guerra, e constituindo uma ameaça ás nações vizinhas.

Devemos supprimir palavras inuteis que nos façam presumir com velleidades guerreiras.

A feição caracteristica da nossa Constituição deve ser antes, a de uma paz permanente, como pensa, e bem, o Sr. Nilo Peçanha.

A retirada da palavra — permanentes — não altera o sentido do artigo a que me refiro; o pensamento dos auctores do projecto fica respeitado em sua integra.

O Exercito e a Armada são indispensaveis á Republica, como os braços fortes do Governo para os fins que lhes são traçados na mesma Constituição.

UM SR. REPRESENTANTE — Por menor que seja o numero de soldados, um exercito nunca deixa de ser permanente.

O SR. UCHÔA RODRIGUES — E' para distinguir o exercito moderno das levas de homens armados da antiguidade.

O SR. GIL GOULART — Ainda assim, a palavra — permanente — é, na hypothese, um pleonasmio: referindo-se a exercitos, é geralmente motivo de prevenções entre povos civilizados e pacificos.

Não insistirei neste assumpto.

Sr. Presidente, com os meus companheiros de representação, offereci a este artigo o seguinte additivo:

“Os officiaes da Armada e classes annexas terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exercito, nos cargos de igual categoria.”

Fomos informados de que a alguns cargos da Armada, de igual categoria a outros do Exercito, não correspondem as mesmas honras e vantagens — o que não se compadece com os principios de justiça e relativa egualdade que devem ser a base de todas as leis da Republica.

Parece-me que, egualados, como foram, os vencimentos das duas nobilissimas classes a quem a Republica e a Patria devem os mais immorredouros serviços, devem ser egualados tambem as honras e os postos para aquelles servidores do paiz que occuparem posições eguaes e correlatas.

O SR. RETUMBA — Apoiado. E' simplesmente um principio de equidade e de justiça.

O SR. GABINO BESOURO — Essa egualdade não pôde existir: as unidades commandadas não são as mesmas. E essa mesma egualdade hoje proclamada entre os generaes, não ha de persistir.

O SR. RETUMBA — Mas, enquanto não forem decretados esses côrtes, é uma iniquidade manter essa desigualdade entre duas classes militares.

O SR. GIL GOULART — O aparte do Sr. Retumba dispensa-me de responder ao Sr. Besouro.

O SR. PRESIDENTE — Lembro a V. Ex. que a hora está terminada, ha muito.

O SR. GIL GOULART — Julguei que estava usando da palavra por prorrogação da hora, que me fôra cedida por um honrado collega; peço, apenas, licença para justificar, rapidamente, uma das emendas que apresentei, sacrificando todas as outras, em numero de 12.

A emenda a que me refiro manda supprimir dous artigos que foram incluídos, na primeira discussão, nas Disposições transitórias: um, que manda adiar as eleições dos estados, e outro, que declara incompatíveis os actuaes governadores.

O SR. MATTA MACHADO — São medidas odiosas.

O SR. GIL GOULART — Sr. Presidente, é da competencia exclusiva dos estados organizar e regular os seus negocios internos. O Governo Provisorio auctorisou os governadores a decretarem as respectivas constituições, também provisórias, como se fez com a da Republica.

Assim como na Constituição geral se determinou que, nas primeiras eleições, não haveria incompatibilidades, nem para o presidente da Republica, nem para os membros deste Congresso, assim também parece-me que nas constituições dos estados deve-se declarar que para as primeiras eleições não haverá incompatibilidades.

Quando, porém, quizessem os estados ser mais rigorosos do que o Governo Provisorio, em todo o caso, a competencia para decretar incompatibilidades e adiar eleições, como para tudo mais que for relativo á formação dos congressos dos estados, deve ser da exclusiva competencia dos governadores.

Penso que nem mesmo em disposições transitórias podemos intervir naquillo que é exclusivamente dos governos dos estados, si queremos desde já respeitar os principios federativos, que serão falseados sempre que o Congresso Nacional votar disposições para vigorarem nos estados, influindo ellas na posição dos partidos locais, protegendo a certos grupos politicos, em detrimento de outros.

Si é da nossa competencia decretar a incompatibilidade dos governadores dos estados, então sejamos logicos: decretemos, também, a incompatibilidade do actual Presidente da Republica, de quem os governadores são simples mandatarios.

A Comissão dos 21 e, posteriormente, este Congresso, em primeira discussão, decidiram que as incompatibilidades deviam ser reguladas por lei ordinaria, visto que não constituíam materia constitucional; si isso procede com relação aos poderes geraes da União, como não procederá em relação aos poderes dos estados?

Os que se mostram tão inconsequentes, parece que não toam ao serio a Republica federativa. (*Apoiados.*)

O fundamento dessa incompatibilidade é, dizem, uma medida de moralidade; mas, então, sejam logicos: que a moralidade venha de cima: proponham a incompatibilidade do chefe do Estado, que é quem resume em si todos os poderes dictatoriaes.

Para que essas meias medidas, odiosas e injustas, que só alcançam os governadores, simples delegados do dictador, que é o verdadeiro responsavel pelos actos de seus representantes nos estados?

O SR. LOPES CHAVES — Apoiado; esta é a verdadeira doutrina.

O SR. GIL GOULART — Esta incompatibilidade é uma *capitis diminutio* dos delegados do chefe do Governo; mas a incompatibilidade que fere os governadores reflecte sobre o Presidente da Republica e sacrifica a independencia dos estados, que nos mostramos tão empenhados em garantir na Constituição, para que, de facto, sejam nella consagrados os principios republicanos federativos.

Sr. Presidente, o adiamento das eleições dos estados por deliberação deste Congresso é, tambem, uma invasão de attribuições que competem aos governos, geral e dos estados.

A materia já foi regulada pelas constituições dos estados, de accordo com os decretos promulgados pelo Governo Provisorio; não podemos agora, ir perturbar o trabalho já muito adiantado, dos diversos governadores, para a reorganização dos estados. Em uns a eleição dos congressos já está concluida, em outros já não é possível impedir que se realize — nos dias fixados.

São eleições renhidas e do maior alcance politico; fariam desmoralizadas com as annullações e adiamentos successivos, conduzindo o povo á descrença.

Demais, o Congresso não se mostra coherente mandando adiar eleições e annullando as já feitas, desde que recusou-se á approvar a moção do Sr. Erico Coelho, sob o fundamento de que não convinha demorar a reorganização dos estados.

Si os governadores annullarem eleições já feitas com toda a regularidade, affrontarão a opinião publica dos estados, manifestada pelas urnas. Nem pôde caber nas attribuições de nenhum governador annullar eleições populares para assembleas legislativas: só estas são as competentes para conhecer da validade de eleições feitas, por convocação dos poderes competentes e de accordo com leis que regulam a materia. E' mesmo possível que alguns governadores, de accordo com o Governo central, se recusem a decretar a nullidade de eleições já concluidas pacificamente; é, tambem, possível que os eleitos se reunam em congresso constituinte, não obedecendo á decretação da nullidade da eleição. Em qualquer dessas hypotheses, a União — invadirá os estados com força armada, ou cruzará os braços?

São de tanta gravidade estas hypotheses, que me parece mais acertado, e de summa prudencia, não se envolver este Congresso com as eleições dos congressos dos estados, que devem ser, de ora avante, autonomos e independentes.

O SR. PRESIDENTE — Lembro que a hora já foi de muito excedida.

O SR. GIL GOULART — Sr. Presidente, obedego a V. Ex., e termino com estas phrases de um notavel economista: "Para que uma nação possa attingir o mais alto grão de opulencia, bastam tres cousas: paz, tributos moderados e boa administração da justiça." São estas tres cousas que peço para o meu paiz a este Congresso e aos governos da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

VOZES — (Muito bem; muito bem. O orador é abraçado e felicitado.)

O SR. JOÃO VIEIRA (*Movimento de Atenção*) — Sr. Presidente, antes de apresentar algumas emendas ao projecto de Constituição, que ora se discute, sinto a necessidade de justificá-las. Esta necessidade tornou-se, para mim, mais imperiosa depois de haver eu dado alguns apartes, quando, em uma das sessões passadas, fallava o illustre representante pelo Estado de Santa Catharina, o Sr. Lacerda Coutinho. Mas preciso de toda benevolencia do Congresso, porque não sou orador, tenho difficuldade em exprimir-me, e os que me conhecem de perto sabem da minha timidez, natural e habitual, quando fallo em publico. Além disto, vou occupar-me de assumptos aridos por sua natureza, e receio que só faça considerações muito desalinhas, não podendo revestir a expressão do meu pensamento de uma belleza de forma tal, como seria para de-sejar, que possa attenuar essa aridez da materia a que alludo.

Não me occuparei, Sr. Presidente, da questão economico-financeira, da discriminação das rendas, nem, tão pouco, tratarei dos problemas relativos á organização dos poderes publicos. Os illustres oradores que me precederam na tribuna trataram desses assumptos sob todos os aspectos por que podiam ser considerados, e alguns o fizeram de modo brilhante e satisfactorio, neste Congresso.

Minha tarefa é mais modesta e restricta. Vou occupar-me de questões que considero simplesmente sociaes, e que, si ao menos não apaixonam como as politicas, tambem não irritam como estas, e só devem ser resolvidas com o criterio dos estudos sérios e meditados, com toda serenidade, na maior calma possivel.

Penso, digo-o com a franqueza com que devo fallar ao Congresso e á Nação, de que sou representante, que a Constituição Federal —, consagrando, como consagrou, o direito de graça, isto é, a attribuição do Congresso Nacional commutar e perdoar as penas impostas por crimes de responsabilidade aos funcionarios federaes e a attribuição de indultar e commutar, o Presidente da Republica, as penas nos crimes sujeitos á jurisdicção federal, salvo nos casos a que se referem os arts. 33, n. 32, e 51, § 2º, conforme o mesmo n. 32, do art. 33 e n. 6 do artigo 47, do projecto; deixando, além disto, a mesma faculdade aos governos dos estados em relação aos crimes communs e aos de funcção ou responsabilidade, dependentes das jurisdicções nelles instituidas, como se evidencia da redacção do art. 65 do projecto; estabelecendo, ainda, no art. 80. uma revisão incondicional, quasi *ex-officio*, dos processos criminosos findos, o que equivale a uma amnistia geral dos criminosos, e, finalmente, consignando a abolição da pena de morte no art. 71. § 21, além de outras disposições relativas á extradicação —, a Constituição Federal, repito, tal qual foi votada em 1ª discussão, contendo semelhantes disposições, alterou, radicalmente, as bases sobre que devem assentar os principios cardeaes da nossa legislação penal, desarmando, por isso, a sociedade, e não garantindo de modo algum a segurança publica, a manutenção da ordem, nem, tão pouco, os direitos dos individuos pacificos e honestos contra os ataques dos malfeitos e deshonestos.

Seria melhor, Sr. Presidente, que a Constituição não tivesse estatuido cousa alguma com relação a este assumpto, guardando sobre elle o mais absoluto silencio: porque nas le-

(1) Este discurso publicado em appendice na primeira edição, substitue o resumo que aqui se achava.

gislaturas ordinarias, quando se eivessem de organizar os nossos institutos penaes, poderíamos instituir um exame serio sobre todos estes problemas, e, convenientemente, discutir com largueza todas as questões que a elles se prendem.

A Constituição, como foi votada em 1.^a discussão, na parte relativa a toda sua materia penal, não satisfaz, absolutamente, quer com relação ao direito de graça, que eu não admitto, quer e principalmente, em relação á abolição da pena de morte. Nesta parte então, não tem ella justificação possível. (*Apertes.*)

Deante mesmo do exemplo ou, si quizerem, da legislação comparada dos outros povos cultos, a questão torna-se muito séria e complexa.

Vou, portanto, occupar-me, antes de tudo, dessa momentosa questão da abolição da pena de morte.

Quando orava, em uma das sessões passadas, o illustre representante do Estado de Santa Catharina, a quem me referi, tive occasião de dizer a S. Ex. que esta questão já estava fóra da moda. Ainda hoje, repito a mesma cousa: quero dizer que esta questão da pena de morte foi muito debatida e já se fez uma grande propaganda para a abolição do cadafalso; mas essa propaganda, como os nobres representantes sabem, já vai arrefecendo muito, e ha tempos que se observa esse phenomeno.

UM SR. REPRESENTANTE — Pela victoria que obteve a idéa.

O SR. JOÃO VIEIRA — Não ha tal. Que vemos nos outros paizes? Na America, onde neste momento só existem republicas, persiste a pena de morte, e na Republica Argentina, por exemplo, conforme o art. 18 da sua constituição, ella só foi abolida em relação aos crimes politicos.

"Ficam abolidas (diz a citada disposição) a pena de morte por causas politicas, toda a especie de tormentos, e os açoites."

E, por isso, ao art. 71, § 21, offereço a seguinte emenda substitutiva:

"A pena de morte nunca será comminada aos crimes politicos".

O SR. ZAMIA — Mas, no tempo da Monarchia nós a tínhamos abolido de facto.

O SR. BARBOSA LIMA — Não pelo jury.

O SR. JOÃO VIEIRA — Sr. Presidente, não ha prova maior do carneirismo humano— permitta-me a expressão — phenomeno, aliás, explicavel pelas leis psychologicas da imitação, do que esta que se refere á propaganda contra a pena de morte.

Em 1848 foi justamente a época em que a propaganda a favor da abolição da pena de morte attingiu seu maior gráo de expansão, tanto assim que conseguiu abolil-a em tres ducados allemães e em dous cantões suissos: nos ducados de Oldenburgo, Anhalt e Nassau; no cantão de Friburgo e, depois, no de Neuf-Chatel.

Em 1865 a propaganda appareceu na Allemanha, e á frente della se achou um convertido, Mittermeyer, que, como quasi todos os convertidos, mais exaggerado e entusiasta se mostrou pela propaganda da idéa, do que o havia sido contra a abolição.

E tem-se observado como uma contradicção, como uma antithese amarga, e, mesmo, irrisoria na historia contemporanea, que essa propaganda ganha mais força e extensão justamente nos periodos em que se tem pelas guerras e revoluções derramado mais sangue na Europa, nos combates travados nas luctas intestinas ou nas formidaveis batalhas internacionais.

Assim, na Italia — á qual os seus proprios criminalistas dão o primado da criminalidade, onde ha annualmente, mesmo, uma riqueza de homicídios — se fundava em 1860, quando uma conflagração geral ameaçava toda a Europa, uma revista, sómente para sustentar a necessidade da abolição da pena de morte.

Na Belgicá, em 1963, formava-se, tambem, uma sociedade com o mesmo intuito exclusivo. Na Belgica porém, isto não era de admirar, porque, alli, si por um lado a criminalidade é pequena em relação á de outros paizes da Europa, es seus costumes são pacíficos.

Na propria Suissa a abolição é votada por uma das camaras em 1862, mas em 1867, sendo a questão reproduzida, e sempre com o voto contrario da Camara Alta, a Camara Baixa vota ainda a favor, votando contra no anno seguinte, embora fosse ella composta ainda dos mesmos membros, — que mostra a versatilidade das assembléas, mesmo septentrionaes; sendo o caso do prologoio popular — cá e lá más fadas ha.

Esta foi, mais ou menos, a marcha da questão na imprensa e nos parlamentos da Europa, isto é, em resumo, porque eu não posso alongar-me muito neste ponto.

Mas é innegavel e visivel que a propaganda declinou de 1870 para cá.

Nós estamos, neste momento, quanto ás sciencias penaes, em uma phase de verdadeiro equilibrio instavel.

Quando, em 1888, se tratava de votar o Codigo Criminal Italiano, que está hoje em vigor, alguns criminalistas oppunham-se á unidade da codificação da legislação penal, e o deputado Enrico Ferri, na sua Camara, sómente porque, dizia, no meio de todas as correntes da opinião acerca da criminalidade, era impossivel crystalizar uma só para ella formar a base de um codigo penal.

Ora, nós não podemos resolver uma questão da ordem da que se debate neste momento, por sentimentos de simples philantropia.

Na lucta pela existencia, neste combate, que constitue mesmo a vida social, nós observamos duas correntes de actividade individual: uma actividade normal, a actividade economica e juridica do individuo que está subordinada ao Direito ou ás sciencias juridicas e economicas; a outra, a actividade anormal, anti-economica, anti-juridica, a actividade criminosa do individuo.

Esta outra actividade está subordinada ás sciencias penaes, e essas sciencias hoje têm uma grande amplitude porque constituem o Direito Criminal, fundado sobre bases não theologicas, nem metaphysicas, mas sobre factos colhidos pela observação e aferidos pela experiencia, — factos, que são do dominio da Anthropologia e de todas as sciencias que lhe são correlatas.

E de tudo, afinal, resulta que o individuo, ou se adapta ou não se adapta ao meio social, em que, indubitavelmente, deve viver.

O individuo, pela sua conducta, que não é mais do que uma coordenação de meios e fins, ou uma adaptação de actos a fins, deve adaptar essa mesma conducta, que é uma resultante, ou lado pratico do caracter, aos escopos sociais.

Mas, Senhores, si o individuo, em vez de adaptar a sua conducta aos fins sociais, faz o contrario; si as suas acções, em vez de corresponderem aos escopos sociais, mostram, ou revelam, ao contrario, uma natureza anti-juridica, anti-economica é, portanto, anti-social; si elle, por exemplo, mata com premeditação ou de um modo insidioso, com ferocidade, ou por motivo perverso, ou deleitando-se com os soffrimentos crueis que inflige á victima até nas contorsões da agonia; si elle é um typo como o de Jacques Lantier na *Bête Humaine*, de Zola — estudo acurado e profundo de anthropologia criminal; si elle, ainda, por exemplo, para satisfazer violentamente a sua sensualidade, mata, no acto sexual, a mulher que é victima da sua concupiscencia; si é um individuo cuja insensibilidade moral é tal que mata por dinheiro (já não digo que mata por dinheiro sordida e brutalmente, mas é um individuo habil, um criminoso intelligente que aparelha o homicidio por meios adequados para d'elle tirar um proveito pecuniario ou qualquer outra vantagem); si se trata, por exemplo, de um parricida, ou semelhantes: nestas condições, fallando-se de taes individuos, não sei que pena se ha de applicar a criminosos desta ordem a não ser a pena de morte.

UM SR. REPRESENTANTE — Uma pena que possa corrigir. (*Apoiados.*)

O SR. JOÃO VIEIRA — A correção do criminoso é uma chimera.

No dizer dos mais modernos criminalistas, dos publicistas mais notaveis, de individuos mesmo, que, por sua competencia, dirigem penitenciarias, todos os systemas de correção e emenda, hoje, estão completamente desmoralizados para os criminosos habituaes, ou de profissão.

Já não fallo do criminisio instinctivo, porque creio que está fóra de questão.

Não vejo um meio de livrar a sociedade dessa especie de criminosos, senão privando-os da vida.

UM SR. REPRESENTANTE — A cadeia.

O SR. JOÃO VIEIRA — Cadeia, para que? Para elle evadir-se e commetter novos crimes?

O MESMO SR. REPRESENTANTE — Cadeia segura.

O SR. JOÃO VIEIRA — Não ha cadeias seguras: mesmo na Europa, as evasões são frequentes. Ora, si esse criminoso póde evadir-se e commetter novos crimes, si póde reproduzir-se, isto é, ter filhos assassinos, criminosos, eguaes a elle, como abolir a pena de morte?

Todas as escolas, ainda mesmo aquellas que não admittem que o criminoso possa ser conhecido por certos caracteres, admittem a distincção do criminoso accidental do criminoso incorrigivel.

Contra o criminoso habitual, contra o criminoso incorrigivel, como a propria expressão está dizendo, não ha outro meio de segurança senão a morte; quando se trata de assassino:

O SR. ZAMA — Basta a sequestração da sociedade.

O SR. JOÃO VIEIRA — Como a sequestração da sociedade, si elle pôde evadir-se, si pôde matar o proprio guarda, o proprio director, o medico que o trata, etc.?

UM SR. REPRESENTANTE — Mas não mata a sociedade que tem obrigação de conservar-lhe a vida.

O SR. JOÃO VIEIRA — A sociedade só seria obrigada a garantir-lhe a vida sob a condição de não prejudicar outras mais preciosas, o que é, simplesmente, impossivel.

O SR. ZAMA — A sociedade, que dispõe de todos os recursos, não tem o direito de suprimir um homem em nome da justiça social, não precisa. (*Ha outros apartes.*)

O SR. JOÃO VIEIRA — Alguns lembram a relegação para paizes longinquos, para colonias afastadas do meio social em que foi praticado o crime. Mas, o que se consegue com a relegação?

O individuo vai viver entre criminosos, alguns menos criminosos do que elle, na multipla variedade das levas da criminalidade, e pôde, lá, praticar os mesmos crimes, porque nos presídios elles são também praticados. Depois, para taes criminosos não ha absolutamente, outra pena que possa corresponder á pena de morte.

O SR. GONÇALVES CHAVES — Mas essa é, simplesmente, cruel, e mais nada. (*Ha outros apartes.*)

O SR. JOÃO VIEIRA — Senhores, a theoria que tem piedade do criminoso, que tem commiseração pelo assassino, esquece a victima, esquece, ainda, o sentimento que affecta a familia da victima, o sentimento que se irradia naquella parte da sociedade onde o crime foi praticado.

Não se diz: Matei qualquer criminoso —, porque isso seria, simplesmente, absurdo, uma crueldade; mas, sim: Inflingi a pena de morte aos individuos que se revelem, pelos seus instinctos, extraordinariamente anti-sociaes e anti-juridicos, desnudados de todo sentimento de piedade, e sejam impossiveis de adaptação ao meio social.

Diz-se: Executae em taes circumstancias, isto é, a um individuo, por exemplo, que mata o pae sem motivo extraordinario para fazel-o; porque, não sendo eu metaphysico, rejeito todas as soluções absolutas, e, por isso, não digo simplesmente: Matai o parricida; porque pôde haver uma circumstancia tão extraordinaria que leve o filho, no auge da paixão não perversa, a matar o proprio pae.

Esse individuo, collocado em taes circumstancias, pôde não manifestar instinctos perversos, que é o que caracteriza o louco moral, o assassino nato ou instinctivo.

UM SR. REPRESENTANTE — Os annaes das execuções estão cheios de erros judiciarios.

O SR. JOÃO VIEIRA — Não ha tal. Em 1875, na Italia, Musio, Presidente da commissão do Senado, que revia o projecto de Código Penal, procedeu a uma inquerito sobre erros judiciarios, e só descobriu um, que remontava a 1840.

Mas devo ponderar que toda vez que ha duvida na apreciação dos factos feita no julgamento, meus nobres collegas comprehendem perfeitamente que não se applica a pena capital.

Os erros que se têm notado nos annaes judiciarios, quasi exclusivamente, são os que dão em resultado a condemnação á prisão, temporaria ou perpetua.

E depois, Senhores, toda pena, debaixo de certo ponto de vista, é irreparavel. Fallam contra a irreparabilidade da pena de morte, mas a irreparabilidade é o melhor característico que ella tem, porque é a condição da segurança que della se espera.

UM SR. REPRESENTANTE — Isso é um horror

O SR. JOÃO VIEIRA — Com as outras penas, quando injustamente applicadas, o individuo não soffre, ao menos moralmente? O problema, porém, tem uma comprehensão mais geral.

Depois da ferocidade da justiça, das crueldades praticadas nas execuções e dos julgamentos deshumanos e iníquos da Idade Media, a tendencia de todos os publicistas e dos criminalistas metaphysicos e classicos, tendo Beccaria á frente, como patriarcha, não foi senão para diminuir as penas, estudando os crimes como entes juridicos abstractos; hoje, porém, estuda-se o crime como acção humana, estuda-se o homem criminoso, seus sentimentos, seus antecedentes, enfim, sua indole ou natureza, com todos os seus caracteres somaticos e psychicos, afim de que se possa adaptar o genero de defeza social á variedade da offensa individual. O fim das instituições penaes, notai bem, não é diminuir as penas, é diminuir os crimes, isto é, empregar penas tão efficazes, tão promptas, tão seguras, que dominem essa onda de criminalidade que assoberba todos os paizes civilizados.

UM SR. REPRESENTANTE — O argumento é contraproducente: a pena de morte existe desde o principio do Mundo, e não tem diminuido o numero de crimes.

O SR. JOÃO VIEIRA — Quem nos diz que esse numero não seria muito maior si não existisse a pena de morte? Um sabio, Lombroso, teve a coragem de dizer que, si se ataca a caridade christã por concorrer para o abastardamento da raça pela conservação e reproducção de entes rachiticos, enfermos e parasitas, seria louvar a crueldade da antiga justiça criminal que fez verdadeiras hecatombes judicarias, porque a ella se deve que o numero de criminosos seja menor do que, por inducção, devemos crer que seria, tendo concorrido, assim, poderosamente para o saneamento moral dos povos.

E não trato somente de opiniões de escriptores: tenho aqui umas palavras do Ministro da Justiça ao Presidente da Republica Franceza, em 1885 (16):

“A inefficacia da pena sob o triplice aspecto da correcção, da intimidacção e da emenda resalta cada vez mais das indicações da estatística; a onda da deincidência avoluma-se cada vez mais.”

E' o Ministro da Justiça, em França que se dirige ao Presidente da Republica, mostrando que é impossivel a correcção, a emenda e a intimidacção dos delinquentes, afim de que, por meio da relegação, a que já me referi, e que sob outros aspectos considerada é peor do que a morte, mas é usada, hoje, alli, se possa livrar a sociedade franceza dos criminosos de todo genero, que a infestam, inclusive dos grandes assassinos que escapam á guilhotina. Citarei a proposito, e inte-

gralmente, no meu discurso outras palavras do deputado portuguez Azevedo Castello Branco, sub-director da Penitenciaria central de Lisboa, neste ponto de accordo com Ribot e todos os criminalistas modernos (18):

“Ha criminosos que se assemelham ao homem primitivo, e que constituem a anthithese do homem civilizado.

Alguns sabios explicam este facto pelo alavismo, outros pela degenerencia, outros pela pathologia; mas si ha divergencia na explicação, ha accordo no reconhecimento da existencia destes *typos anormaes*.

E' delles que se occupa a Anthropologia criminal, apontando-os á sociedade como seres contra os quaes a penalidade é inutil como elemento de moralização e como ameaça de soffrimento. Contra estes, que constituem, felizmente, uma excepção, a legislação penal é de um effeito illusorio, quando confia na corrigibilidade do condemnado, e é insensata quando admite que um destes entes phenomenaes pela deformidade moral possa, sem perigo, ser restituído á sociedade, depois de um certo periodo de encarceramento.

No organismo moral, diz Ribot haver lacunas, semelhantes á privação de um membro ou orgão: são entes que a Natureza ou as circumstancias têm *deshumanizado*. Estas lacunas não se preenchem com as disposições dos codigos penaes, e não ha regimen penitenciario que consiga emendar os defeitos organicos, quando constituem as anomalias dos grandes criminosos; anomalias, que são, na phrase de Ribot, um *lusus naturae*.

O Direito de punir, ou repressivo, exercicio pela sociedade contra esta classe de delinquentes, deverá limitar-se á defeza; porque, visar com applicação da pena a outro fim, seria um erro de consequencias frequentemente funestas”.

A lei deve limitar-se unicamente á defeza, porque o contrario acarretará as mais funestas consequencias, tratando-se dos assassinos natos.

Entrando, agora, um pouco pelo dominio da estatistica, notarei que a Toscana ha um seculo não tem pena de morte, á excepção de um curto periodo, e, por isso, é trazida sempre como exemplo de paiz em que, dada a absolvição dessa pena, os crimes não augmentaram, sendo a segurança publica, alli, maior do que em todo o resto da Italia.

Mas parece que os abolicionistas, entre elles Olivecrona, criminalista sueco, se limitam a citar como prova incontestada a Toscana, quando mesmo alli diversos factores podem ter concorrido para diminuir ou, pelo menos, tornar estacionaria a criminalidade.

Do mesmo modo direi, com toda a lealdade, que si, abolida a pena de morte em nosso paiz, a criminalidade augmentar, não se poderá *a priori* dizer que esse augmento será devido ao facto unico da abolição, e apenas será isso presumivel, salvo o estudo muito sério, e talvez mesmo improficuo, para dar-nos como resultado uma verificação tranquillizadora, por falta de dados estatísticos, que absolutamente não temos.

Em outros paizes, mesmo onde os ha, são elles incompletos e de difficil interpretação para o caso que nos occupa justamente a attenção.

Mas os abolicionistas citam, ainda, dous estados americanos onde a pena de morte foi supprimida.

Mittermeyer, abolicionista, confessa que no Rhode-Island a criminalidade augmentou depois da abolição; mas que no

de Michigan não se deu o mesmo phenomeno, ficando estacionaria a criminalidade.

Esta observação de Mittermeyer, porém, é contestada por um correspondente americano da *Société Générale des Prisons*, que, em 1886, disse que o facto não era real, porque o numero de condemnações por crimes ia augmentando; mas como esse correspondente era abolicionista tambem, não attribuiu á abolição o facto do augmento da criminalidade.

Mittermeyer refere, tambem, que em dous ducados allemães, que aboliram a pena de morte, a criminalidade não augmentou, e, assim tambem succedeu nos cantões suissos.

Mas, Senhores, até o anno passado, oito cantões suissos haviam restabelecido a pena de morte.

E porque foi ella restabelecida? Porque os effeitos deplo-raveis da suppressão foram da maior evidencia. Foram commettidos os mais horrendos e repugnantes assassinatos; e a opinião publica, que alli é poderosa e vivaz, manifestou-se pelo restabelecimento da pena abolida.

Que vemos na America do Norte?

Apezar da manutenção da pena de morte, os criminosos, alli, muitas vezes são lynchados, porque não ha força que contenha o povo em suas explosões de odio, quando individuos salientam-se pela sua ferocidade commettendo um crime; no momento deste, ou no caso de absolvição ou condemnação insufficiente pelo jury, a vindicta popular é terrivel.

Tambem na Finlandia a pena de morte foi abolida, mas a experiencia não deu bom resultado, pelo que foi restabelecido, segundo o juizo insuspeito de Olivecrona, abolicionista.

Tem-se adduzido, como argumento serio, que a pena de morte, a mais terrivel das sanções penaes, não intimida; e citam-se factos de individuos que, depois de terem assistido á execução de um criminoso, commettem crimes no proprio lugar da execução, ou nas mesmas circumstancias, ou em circumstancias nas quaes se reproduzem os mesmos episodios do facto praticado pelo criminoso punido pelo cadafalso.

Entre esses varios factos cita-se a execução do bandido Rocchini, no mesmo lugar e dia em que era assassinado um velho na communa de Zigliara. Verificado o facto, o que tinha succedido, simplesmente, era que o velho assassinado, accusado de homicidio, havia sido absolvido injustamente pelo jury, e o assassino quiz fazer justiça por suas proprias mãos, exercendo uma vingança, o que, aliás, é muito commum na Corsega, de onde era o criminoso; como, tambem, não é menos na America do Norte, como disse, o facto de serem lynchados os criminosos quando o jury não os pune convenientemente.

A lição a tirar do facto é que mais uma execução teria evitado mais um assassinato.

Outro facto expressivo me fornece Tarde, que renovou o estudo desta questão.

Na Belgica, em 1843, depois de estar abolida de facto a pena de morte, surgiu uma verdadeira epidemia de incendios e assassinatos. Refere Bravay, antigo Procurador Geral, que essa epidemia não cessou enquanto um certo numero de assassinos e incendiarios não foram guilhotinados.

Vós sabeis que a questão da abolição da pena de morte é muito complexa, porque joga, não só com os principios philosophicos e religiosos, como tambem, com o sentimento, e basta isso para tornar difficil a sua solução.

Em todo o caso, devemos notar que a penna de morte inspira repugnancia, porque se dramatiza a execução, cercando-a de lugubre apparatus, deante das multidões, quando urge abolir essa exaggerada publicidade, e empregar como meio de tirar a vida ao condemnado a fulminação chimica ou electrica, estando este ultimo meio já consignado no excellent e novo projecto deCodigo Militar para o Exercito.

Não se pôde comparar com a simples fulguração electrica no recinto de uma prisão o hediondo spectaculo dos supplicios actuaes na praça publica.

Os adeptos da abolição da pena de morte chegam a dizer que ella só deverá ser effectuada quando as prisões offerecerem tal segurança que seja quasi impossivel uma evasão; elles dizem, ainda, que, apesar de abolida essa pena, devem ser executados os piratas e os marinheiros que se amotinam a bordo dos navios, porque só esta pena os poderá conter.

Holtzsendoff, celebre criminalista allemão, vai mais adiante. Diz elle: Devemos condemnar á morte os espiões e traidores. Elle não se refere aos espiões e traidores estrangeiros, ou aos que exerçam este officio contra a sua propria bandeira: refere-se a individuos que, por fanatismo (na phrase delie), isto é. por patriotismo, tornam-se espiões do seu paiz contra um exercito invasor!

Demais, os proprios abolicionistas reconhecem que a pena de morte é mais efficaz contra o homicidio por cobiça do que contra o homicidio por vingança.

Mas não haja duvida ou questão alguma sobre isso; põha-se mesmo de parte o homicidio por vingança, que, rigorosamente, pôde não ser um motivo perverso, mas o homicidio por cobiça, que, como bem diz Tarde, é muito commum em nossas sociedades modernas.

Depois, esse enfraquecimento da applicação da pena de morte tem uma causa mais geral: é o enfraquecimento que resulta deste periodo de transição das formulas metaphysicas e theologicas para as formulas scientificas; de modo que, si chegarmos ao momento de condemnar todas aquellas antigualhas, veremos que o objectivo dos institutos penaes racionais não é que haja diminuição de penalidade, mas que haja uma diminuição de crimes produzida pela applicação de penas adequadas e efficazes.

E' certo que em alguns paizes o jury mostra-se avesso á pena de morte: condemna raras vezes o assassino convencido, apesar de instinctivo; mas o jury que assim procede está muito longe de accordo com outras decisões que profere, e estabelece a mais absurda contradicção nos seus *verdictums*.

O jury não condemna á morte o individuo, por exemplo, que mata para roubar, mas absolve o homem diffamado, ou a mulher trahida, os quaes se vinguem a tiros de revólver; isto é: o jury, que reflecte os sentimentos do publico a que pertence, absolve aquelles que assumem o papel de carrasco, esse terrivel funcionario da sociedade, mas não quer que elle funcione, que desempenhe o seu triste officio.

Permitti, tambem, que não deixe esquecido um argumento em relação aos erros judiciarios.

Os erros judiciarios são muito menores condemnando do que absolvendo contra os interesses sociaes: muito menores, em geral,, do que, por exemplo, os erros chirurgicos, no dizer de Vera. A's vezes, uma amputação é feita inutil-

mente, é sempre irreparavel e dolorosa e, por vezes, mortal: por isso devemos abolir a cirurgia?

O SR. ZAMA — As operações chirurgicas são feitas para dar a vida.

O SR. JOÃO VIEIRA — Mas o erro judiciario é muito mais raro, e a sociedade mata um dos seus membros para garantir a vida de todos os outros, isto é, do organismo social todo, tal como faz a cirurgia, que pôde matar o individuo innocente, muito maior numero de vezes do que a sociedade, por isso que são rarissimos os erros judicuarios funestos, ou fataes.

Mas, ao passo que se levanta esta propaganda contraria á pena de morte, as guerras não são abolidas, nem, tão pouco, a colonização pelo modo por que é feita na Africa, na Oceania e na America, com as raças indigenas, que são dissolvidas e esmagadas pelas raças civilizadas europeas e americanas.

Nota-se, tambem, um verdadeiro contraste entre a historia moderna e a antiga, com relação a este ponto, que discuto.

Nos tempos antigos nós encontramos verdadeiras hecatombes judicarias, pelo numero prodigioso de execuções capitales, mas as guerras de outr'ora nada são em relação ás de hoje.

Entretanto que as guerras modernas são muito mais mortíferas, disputa-se, como um bem precioso, a vida de um malfeitor.

Fazem perder a vida, aos milhares, na guerra aos individuos mais validos, que são arrancados ao trabalho e á producção, assim como á reproducção, porque, segundo as leis naturaes, devem ter filhos robustos e fortes, ao passo que, Senhores, se tem escrupulo de matar um malfeitor da peor especie.

Mas, que pena poderá ser applicada ao criminoso que passa por ser extraordinariamente temivel, como o assassino instinctivo?

Não se applica a pena de morte por um sentimento que eu chamarei de philantropia mal entendida.

Não se explica senão por sentimentos analogos, que os povos galantes, como o hespanhol e o italiano, sempre tenham repellido a idéa de applicar a pena de morte ás mulheres, quando a excepção não poderia ter uma explicação racional.

E, meus Senhores, o legislador deste periodo que vai findar, foi mais adeante: aboliu, no novo Código Penal, até, a prisão perpetua.

O criminoso, pelas instituições vigentes no nosso paiz, o maior criminoso, o assassino instinctivo, o mais que pôde soffrer é 30 annos de prisão cellullar. Isso, trate-se do parricida, do reincidente, do individuo que mata por paga, tendo em vista uma recompensa, do individuo que mata com credulidade, delectando-se com os soffrimentos da victima, enfim, de todos esses typos de ferocidade de que nos dão noticia os annaes do crime. É e necessario dar-se, no caso, ainda, o concurso de certas circumstancias aggravantes para que o individuo seja condemnado a 30 annos de prisão cellullar. Além disto, este individuo condemnado pôde, decorrido certo tempo (metade da pena), ir viver em uma penitenciaría agricola. Consequente, a pena é attenuada, mesmo durante a chamada prisão cellullar, onde os rigores possiveis serão por um tempo relativamente curto. Trata-se de uma fêra com fôrma humana,

que, não podendo ser executada, porque a pena de morte não existe no nosso novo código, em vez de ser encerrada em uma jaula para sempre, conforme merecia pelas devastações que fez pelos enormes attentados criminosos que praticou, irá, simplesmente, para uma penitenciaria agricola. (Cod. Pen., art. 50).

E' um individuo nestas condições, um perverso, um homem cruel e que, logo que possa, ha de aproveitar a occasião de praticar os mesmos crimes, desde que no fim de dois annos cessa o isolamento cellular e elle trabalhará em commum. (Cod. Pen., art. 45.)

Depois de certo tempo, o condemnado, ainda, pôde obter o livramento condicional. (Cod. Pen., art. 50.) Ora, deste livramento condicional não foi exceptuado nem o criminoso reincidente, nem o habitual!

Depois, tenho a triste experiencia, pelo conhecimento dos factos observados e estudados nos outros paizes, dos resultados que pôde apresentar, na pratica, um Código com a penalidade attenuada, como está o nosso, em que não figura a pena de morte, ainda para os maiores crimes, nem tambem a prisão perpetua.

Digo que tenho uma triste experiencia e, agora, me refirirei ao nosso paiz, onde não ha systema de repressão racional organizada, quanto mais regimen penitenciario regular.

Assim, a pena de galés, tambem agora abolida, já o estava quasi de facto, e ha tempos, porque muitos criminosos a ella condemnados não soffriam essa pena, talvez só por excepção os ferros piciassem.

Homens da competencia de Beaurepaire Rohan, Souza Bandeira, e outros de igual honorabilidade, já disseram, em documentos officiaes, o que era o presidio de Fernando de Noronha. Alli não ha sombra de disciplina, não ha força sufficiente...

O SR. ZAMA — Agora, vai ficar muito bom, com o juiz de Direito que para lá mandaram.

O SR. JOÃO VIEIRA — ... não ha meio de conter os criminosos, e uns são obrigados a conter os outros, entretendo-se a rivalidade entre elles para enfraquecel-os, e formando-se, até, verdadeiros partidos para apoio das auctoridades.

Ao criminoso que ia para Fernando de Noronha facultavam-lhe levar a mulher e os filhos, morar em casa separada, negociar e divertir-se, o que é, simplesmente, subverter completamente as regras da disciplina e, por via de consequencia, as normas da conducta no meio social.

O individuo só deve temer a pena pelo isolamento a que ficará sujeito, pelas privações que terá de soffrir; mas, si elle vai para o carcere ou para um presidio como quem vai fazer uma viagem de recreio, como um *touriste*, si fica no seio de sua familia, si se alimenta e veste-se como quer, essa penalidade não será uma verdadeira irrisão?

Nas condições em que ainda se acha o nosso paiz, si ha pena que possa intimidar os grandes criminosos, é certa e unicamente a pena de morte, e isto os proprios abolicionistas, em geral, reconhecem.

O SR. GABINO BESOURO — Elles não pensam na morte quando commettem o crime.

O SR. JOÃO VIEIRA — Depois, é natural que, si a morte não intimida, muito menos intimidarão as sanções moraes e religiosas.

O SR. GABINO BESOURO — A cadeia sempre mette mais medo que o Inferno.

O SR. JOÃO VIEIRA — Tem-se notado, a proposito e com razão, que os codigos dos bandidos são draconianos, só figura nelles a pena de morte, e não ha codigos mais respeitados por elles mesmos do que os seus.

Em conclusão, por duas razões principaes e decisivas nós devemos resolver esta questão pelos principios da Sciencia, e não pelo sentimentalismo.

Ao assassino instinctivo, isto é, ao que matou, provada que a sua natureza é tal, deve applicar-se unicamente, a pena de morte, porque é a unica pena efficaz em tal caso, a que tem por effeito toda a segurança para a sociedade, a que inspira toda a tranquillidade aos pacificos e honestos; ao mesmo tempo que o grande criminoso, não só não fica a seu favor com a possibilidade de se evadir, como tambem porque não póde reproduzir-se, isto é, não póde ter filhos assassinos como elle.

O SR. ZAMA — Já assistiu a alguma execução ?

O SR. JOÃO VIEIRA — Não assisti, nem assistiria.

O SR. ZAMA — Ah !

O SR. JOÃO VIEIRA — Os abolicionistas não suspeitam, talvez, na solução desta questão, uma consequencia logica que a ella se prende — a applicação mais extensa da pena que combatem.

Os que sustentam a manutenção da pena de morte e os que seguem as doutrinas darwinistas e spencereanas, em sua maioria, como mostrou o Congresso de Roma, não querem simplesmente que não seja abolida essa pena. Não, elles querem que ella seja mantida, e que seja applicada devidamente, isto é, que, em vez de se executar por anno dez ou doze individuos, se executem cem ou mais que estiverem nas mesmas condições, porque, hoje, ha completa injustiça na applicação da pena de morte. Depois eu direi a razão que se prende a outros pontos da Constituição de que ainda me occuparei offerecendo emendas.

A propaganda contra a pena de morte, como eu disse, está em declínio, e a prova, nós a temos nos seguintes factos :

Na America haverá, talvez, duas nações que não tenham a pena de morte em seus codigos; na Europa as grandes nacionalidades não a aboliram; ella foi abolida na Hollanda, em Portugal, em alguns cantões da Suissa, quando oito delles já a têm restabelecido, e só uma grande nacionalidade, a Italia, acabou de abolil-a.

O SR. GABINO BESOURO — Apesar da propaganda em contrario.

O SR. JOÃO VIEIRA — Sim, Senhor; mas foi um grande erro.

O SR. GABINO BESOURO — Um grande erro ? !

O SR. JOÃO VIEIRA — Consequentemente, parece-me que a abolição da pena de morte é, simplesmente, a realização de

uma idéa philantrópica, mas não corresponde ás exigências sociaes; que, ao contrario, essas exigências sociaes pedem a sua manutenção.

O SR. AMERICO LOBO — E' a carta de corso dada aos assassinos.

O SR. JOÃO VIEIRA — Depois, um outro instituto, a que já alludi e que concorre para que a pena de morte seja applicada desigualmente, é justamente o chamado — direito de graça.

Em um paiz dado, criminosos, nas mesmas circumstancias, nas mesmas condições, são condemnados á morte; mas o uso discretionario do direito de graça faz com que alguns, ou muitos desses malfelizes, não sejam executados, e dahi vem a desigualdade que, certamente, não é compativel com a egualdade que impõem a Sciencia e a Justiça e seria para desejar.

Não fallo do jury, porque não é o melhor tribunal para applicar penas, e meenos a pena de morte; é uma instituição simplesmente politica, não é uma instituição propriamente judiciaria, faltam-lhe para isso todos os requisitos.

UM SR. REPRESENTANTE — Quem applica a pena é o juiz.

O SR. JOÃO VIEIRA — O juiz não faz mais do que homologar as decisões do jury; o executor é o carrasco.

UM SR. REPRESENTANTE — Outro assassino.

O SR. JOÃO VIEIRA — Na actualidade o jury não tem explicação; mantel-o, isto é, arrolar indistinctamente individuos que, todos os annos, façam as vezes de juiz é o mesmo que, todos os annos, arrolar individuos para servirem de alfaiates, sapateiros, etc., sem que elles nunca tenham exercido esses officios. (*Não apoiados.*)

A função de jurado exige certa cultura, ao menos certos conhecimentos geraes: exige uma attenção reflectida, o exercicio da reflexão.

UM SR. REPRESENTANTE — Basta o bom senso.

O SR. JOÃO VIEIRA — Da reunião de individuos de bom senso se póde ter uma corporação sem senso commun.

Todos que servem no jury estão nas condições de desempenhar este mistér? E' muito facil o exame das provas do crime, quasi sempre factos muito complexos? Por consequente, de accordo com uma boa organização judiciaria, a instituição do jury é inaceitavel, é, mesmo, irracional.

O senador hespanhol Silvela, quando, em 1883, se discutia a instituição do jury, e Garofalo, Presidente do Tribunal de Napoles, o chrisnaram de Guarda Nacional do Direito.

O jury está para uma organização judiciaria racional, assim como a Guarda Nacional para uma organização militar regular.

«A Guarda Nacional, diz o sabio magistrado italiano, foi abolida como um não-senso, e, entretanto, ella era, pelo menos, inoffensiva; o jury tambem é um não-senso, mas é extremamente perigoso.»

Os proprios defensores do jury querem, hoje, aristocratizar-o, porque reconhecem que elle commette erros deploraveis, ou prejudicando o accusado, ou prejudicando a sociedade.

Entre nós ha, talvez, mais correctivos na legislação para os abusos do jury do que em qualquer dos paizes estrangeiros; temos as *appellações ex-officio*, em casos especiaes, e recursos, desconhecidos em outras legislações. (*Ha um aparte.*)

O juiz que prepara quesitos de proposito para o jury responder de modo que elles não exprimam a verdade e a justiça, não é digno de ser juiz, nem mesmo deste nome; mas o que póde succeder em taes casos é que a organização dos quesitos, sendo uma funcção muito complexa, porque é, realmente, difficil discriminar as questões de Direito das de facto, dahi resulta que nem sempre podem ser muito claros os quesitos, e o jury é o menos proprio e competente para interpretal-os e responder-os convenientemente, como reconhecem os grandes processualistas, entre elles o professor Ferdinando Puglia.

Mas uma outra instituição que tem feito muito mal ás sociedades actuaes, que é mantida nas monarchias e, o que é peor, também nas republicas, contra todos os principios de uma organização regular da repressão, é o intitulado direito de graça, com a extensão e a força que admira ainda conservar.

Comprehende-se perfeitamente que em certa época fosse uma prerogativa do Poder soberano, do principe, ou do rei, o direito de graça, como consequencia dos poderes magestáticos, até attribuidos aos imperantes por delegação da divindade.

Mas não se compadece, absolutamente, e isto é sem duvida innegavel, com uma organização democratica, seja uma Monarchia representativa ou seja uma Republica, o direito de graça.

É um acto de Poder Judiciario o que pratica o Poder Legislativo ou o Executivo agraciando.

E onde quer que os poderes se achem, na evolução dos governos que attingiram a phase representativa, perfeitamente differente, nenhum delles deve ter, a não ser por abuso, occasião de invadir a esphera de qualquer dos outros, usurpando-lhe funcções, sem prejudicar a divisão, ou separação, que deve subsistir entre todos, porque importa uma garantia do livre exercicio daquellas mesmas funcções autonomas e da propria liberdade politica.

Isto acarretaria as mais desastradas e prejudiciaes consequencias, pois é, em taes condições, que assenta o desejado equilibrio dos poderes publicos, harmonicos, mas independentes.

Assim, si o direito chamado de graça, por sua mesma natureza e consequencias, é um acto puramente judiciario; é impossivel e, até, absurdo, ante todos os principios, que possa elle ser conferido, já ao Poder Executivo, já ao Congresso, como está declarado no art. 33, n. 32, e art. 47, n. 6, do projecto de Constituição, — aos quaes vou mandar emendas suppressivas, propondo, ao mesmo tempo, que se addite á disposição do art. 65, n. 5, que é também defeso aos estados: «perdoar, ou commutar penas impostas por crimes communs, ou de responsabilidade.»

Sem sahír da esphera da organização judiciaria e, portanto, da alçada do mesmo Poder Judiciario, a reforma e melhoramento da legislação pódem facultar a adopção de in-

stitutos para supprir a abolição do direito de graça, como sejam o da sentença condicional, o do livramento condicional, o da revisão dos processos, de que trata o art. 58, n. 3, e o art. 80 do projecto, em summa; o mesmo se obterá pela organização de um systema de repressão regular e racional.

Já o mesmo não direi, e isto sem incoherencia e contradicção, como vereis, em relação á amnistia, que é um acto de natureza puramente politica, de que, infelizmente, em circumstancias difficeis e melindrosas, é mister lançar mão, em casos extraordinarios, para os quaes, por isso mesmo, não se póde prescrever normas, como são os de explosões partidarias, os de commoções publicas.

Ahi a amnistia produz, mulla vez, resultados beneficos, quando a punição não os produziria, ou produziria justamente effeito contrario ao que se tinha em vista.

Neste ponto devo tambem dizer: Penso que a pena de morte nunca deverá ser comminada nos codigos aos crimes politicos; e neste sentido apresento, de accôrdo com o art. 18 da Constituição argentina, uma emenda substitutiva do § 21 do art. 71 do projecto.

Os criminosos politicos são réos por paixão.

O Sr. PINHEIRO GUEDES — Mas commetteram o crime.

O Sr. JOÃO VIEIRA — ... com escopos altruisticos, sendo o delicto, para elles, meio de realização de altos idéaes, meio que, ás vezes, lhes repugna e não raro condemnam, como reconhece Lombroso; e não é possivel convir que se entreguem as suas cabeças a um jury fanatico, ou ao partido de um vencedor.

A lei, não impondo a pena de morte, respeita a nobreza das paixões, a sinceridade dos erros, mesmo a belleza sombria da alma, no dizer de Tarde: a utilidade social é, aqui, immolada á esthetica social.

Outras emendas que vou apresentar se referem á redacção dos arts. 33, n. 63, e 65, n. 4, e tratam do que o projecto denominou extradicção.

Penso que no art. 33, n. 36, se deve dizer: «regular o processo da requisição, prisão e entrega de criminosos entre os estados», e no art. 65, n. 4, é mister declarar: «denegar a prisão e entrega de criminosos», etc.

Do modo por que estão redigidas taes disposições no projecto da Constituição, parece que se trata do instituto juridico da extradicção propriamente dita, tomada esta palavra no sentido technico-politico, que tem.

Ora, conforme o art. 65 do projecto, os estados não podem celebrar entre si ajustes e convenções de caracter politico.

Mas a extradicção é um acto de caracter essencialmente politico, só podendo ter logar por via diplomatica, e nós não teremos relações de natureza diplomatica entre os nossos diferentes estados. E' preciso, pois, allerar a redacção de taes disposições, e neste sentido offereço as alludidas emendas.

Neste ponto a Constituição argentina, embora empregue a mesma palavra, não dá nenhum logar á duvidas, no seu art. 8º, quando diz: «a extradicção dos criminosos é de obrigação reciproca entre todas as provincias.»

A Constituição americana, porém, não falla de extradicção, dizendo, simplesmente, no art. 4º, § 2º, n. 2: «todo

indivíduo accusado, em qualquer Estado, de traição, felonía ou outro crime, que escapar das mãos da justiça e fôr encontrado em outro Estado, será, á requisição da auctoridade executiva do Estado onde se tiver refugiado, preso e entregue ao Estado que tenha jurisdicção sobre o crime».

A Constituição suíça é que declara, no art. 67, que — «a legislação federal estatue sobre a extradicção dos accusados de um cantão para outro; todavia, a extradicção não pôde tornar-se obrigatoria para os delictos políticos e os de imprensa.»

Mas, além de que os nossos delictos políticos são da alçada da justiça federal, accresce que os canhões suíços podem concluir tratados, excepcionalmente (art. 9º da Constituição Federal), de caracter politico com estados estrangeiros, o que não permite o projecto em discussão.

Consequentemente, não podemos ter, no caso, extradicção no uso commum da linguagem juridica.

A ultima emenda, que offereço é ao § 1º do art. 80 do projecto, é a seguinte:

«A lei marcará os casos e a fórma da revisão que deverá ser requerida pelo condemnado.»

Ella se refere á revisão dos processos criminaes findos que se quer permittir, a requerimento do sentenciado, de qualquer do povo, e até *ex-officio* do Procurador Geral da Republica. Essa revisão é uma amnistia geral, outorgada aos malleitores.

Como conceder-se ao Supremo Tribunal Federal a faculdade de rever os processos findos, já não digo a requerimento do criminoso ou de quem quer por elle requeira em seu nome, como advogado ou procurador, mas a requerimento do Procurador Geral da Republica, não podendo o Tribunal aggravar as penas?

Oh! que importancia tem este direito, si muitos negam ao criminoso direitos? Esta disposição é uma exaggeração, um refinamento injustificavel, por parte do Poder Judiciario, do direito de graça.

Creio, tambem, que esta disposição equivale perfeitamente a uma terceira instancia, porque tornará a revisão uma regra, em vez de excepção, contra o — *res judicata pro veritate habetur* e todos os institutos que nelle se firmam.

Não admitto que o supposto direito do criminoso seja mais respeitado do que o verdadeiro direito de qualquer cidadão que não está sujeito aos effeitos de uma sentença criminal condemnatoria.

Estes direitos, que, exaggeradamente, em seu complexo, constituem o individualismo, são anti-democraticos.

E' preciso substituir esta disposição pelo reconhecimento dos direitos respeitaveis da sociedade, que constituem o — Socialismo, na boa accepção do termo.

Ninguém ainda sustentou, que me conste, a doutrina concretizada nesse art. 80 do projecto, que não permite aggravar as penas da sentença revista, quando provocada a revista por qualquer cidadão ou pelo Procurador Geral da Republica.

Publicistas modernos eminentes defendem a opinião diametralmente opposta, mesmo quando se trata de processo que não está findo.

Georges Vidal, espiritalista, e, por issô, insuspeito de rigorismo, em livro recente, cujas palavras inserirei no meu discurso, não vai tão adeanta.

«A opinião dos novos criminalistas, tendendo a aucto-
rizar a aggravação da sorte do accusado por occasião da sua
appellação, ou do seu recurso de revista, é a subversão dos
principios juridicos mais racionaes e da noção, conforme o
bom senso, do effeito devolutivo dessas vias de recurso; os
juizes superiores não podem estatuir senão sobre o que lhes
é submettido; e o silencio do Ministerio Publico prova bem
que a penalidade pronunciada é sufficiente, senão exagge-
rada: o representante da sociedade tem um meio muito facil
de evitar o inconveniente assignalado, appellando, ou recor-
rendo, elle mesmo, para que seja necessario introduzir uma
modificação contraria á razão e á equidade.

«E' verdade que nossas legislações modernas consagram
o principio de que o recurso da revista não pôde ter logar
em caso de livramento pelo jury, senão no interesse da lei,
sem prejudicar ao accusado livrado, e que a revista não é
concedida senão em proveito dos condemnados, e não contra
os accusados livrados em consequencia de um erro de facto.

«Ferri e Garofalo querem, em falta de melhor, conceder
á sociedade o direito de submeter a novos debates o accusado
livrado por erro de direito ou de facto, citando em apoio o
exemplo da Austria e da Allemanha, ainda que as legislações
destes paizes, a segunda, sobretudo, ultrapassando, é verdade,
as da Italia e da França, vão, entretanto, menos longe que
a sua doutrina.»

Desprezamos rigores salutaes, e, exaggerando as ten-
dencias espiritalistas, chegamos a pôr a serviço dos con-
demnados todos os cidadãos e o Ministerio Publico, fazendo
da justiça, que deve ser inexoravel e inflexivel, uma obra
de caridade ou um officio de assistencia publica.

Portanto, aqui o repito, nós devemos nos guiar, na so-
lução destas momentosas questões, pelos principios scienti-
ficos e pelos exemplos de outros paizes de cultura intellectual
mais adeantada do que a nossa, e não, simplesmente, por um
inexplicavel sentimentalismo.

E agradecendo a benevolencia do Congresso, não poderia,
ao menos, terminar melhor do que recordando as bellas e
convincentes palavras de um sabio jurista allemão, Rudolf
von Ihering:

No Mundo, todo direito foi adquirido pela lucta; a lucta
impôz todos os principios de Direito que hoje vigoram
áquelles que não os queriam; e todo direito, o de um povo
ou o de um individuo, presuppõe que ha alguém prestes a
defendel-o.

O Direito não é uma idéa de logica. é uma idéa de
força: é a razão, porque a justiça, que suspende em uma
das mãos a balança em que pesa o Direito, empunha na
outra a espada que serve para fazel-o valer. A espada sem
a balança é a força brutal; a balança sem a espada é o
Direito impotente. Ellas se completam mutuamente; e, real-
mente, o Direito só reina quando a habilidade que a justiça
emprega para manear a balança corresponde á força por
ella dispendida para sustentar a espada.

Vozes — Muito bem; muito bem! (O orador é cumprimentado.)

O Sr. Costa Junior (*Movimento de attenção*) — Sr. Presidente, Senhores do Congresso Nacional, bem sei que é temeridade subir as escadas da tribuna deste Congresso. Eu o faço por entender que é um dever, do qual eu não posso me eximir.

Eleito pelo Estado de S. Paulo, que me honrou elevando-me á altura de seu representante neste Congresso, tenho necessidade de justificar o voto que vou dar em relação á materia constitucional, que discutimos.

Meus Senhores, antes de entrar propriamente na questão constitucional, peço licença para em nome do povo brasileiro, levantar um protesto contra uma malversação que se quer crear para a historia da Republica de 15 de novembro.

Quasi que quotidianamente, meus Senhores, neste Congresso, se faz, na hora do expediente, um pouco de historia em relação aos acontecimentos de 15 de novembro, e quasi todos os dias eu ouço vozes, neste Congresso, attribuindo a victoria da Republica, a quêda da Monarchia, exclusivamente, ao Exército e á Armada.

Ainda hontem, ouvi de um General de brigada o seguinte aparte:

«A Republica não se teria feito, si não fosse o Exército e a Armada; si ella se fizesse pela evolução natural, ella só teria logar daqui ha 100 annos.»

Eu comprehendo que os inimigos da Republica, porque, infelizmente, ella os tem, avancem semelhante proposição.

O Sr. TAVARES BASTOS — Só foi o Exército e a Armada.

O Sr. COSTA JUNIOR — Só foi o Exército e a Armada — repete o nobre representante pelas Alagoas.

Eu penso que essa declaração, perante a Nação, é deprimidamente ao caracter nacional.

O Sr. GABINO BESOURO — De modo nenhum, ao contrario: o Exército e a Armada são parte do povo.

O Sr. COSTA JUNIOR — O Exército e a Armada representam uma parte da Nação, mas dizer-se que o Exército e a Armada foram os unicos factores da Republica é fazer côro com os inimigos da Republica, que attribuem a sua proclamação a uma simples insubordinação de quartel.

O Sr. GABINO BESOURO — Não queremos essa gloria exclusiva, mas, tambem, não queremos que seja attribuida a uma insubordinação de quartel.

O Sr. COSTA JUNIOR — V. Ex., ouvindo-me, ha de comprehender que ninguém mais do que eu rende homenagem ao Exército e á Armada.

Mas eu não quero que fique consignado nos *Annaes* deste Congresso e nas paginas da nossa historia que a Republica Brasileira é, simplesmente, a consequencia de um movimento militar. A Republica é a victoria de idéas, e não a victoria da espada. A Republica brasileira venceu porque havia contaminado a alma do povo brasileiro. A Republica, portanto, não sahio dos quartéis, veiu de regiões mais elevadas.

O Sr. GABINO BESOURO — Si não fosse a propaganda, não teriamos vencido, ainda mesmo que se triplicassem as bayonetas.

O Sr. CARLOS GARCIA — E' assim que se deve escrever a Historia.

O SR. COSTA JÚNIOR — O Exército não foi, como se diz, um instrumento para a Revolução.

A parte pensante do Exército grandemente concorreu, não no dia 15, apparecendo formada em parada, mas, antes dessa época, fazendo a propaganda da Republica. Eis a verdade historica.

Senhores, desde 1831 que implantou-se nesta Patria o espirito republicano.

Por circumstancias que não vêm, agora, ao caso discutir, como que ficou adormecido, depois dessa época, o espirito republicano.

Em 1870, Senhores, um grupo de verdadeiros patriotas, com sacrificios de futuro, futuro que lhes era garantido na Monarchia, — lançaram ao paiz um Manifesto, que é conhecido de todos.

Collocada a questão neste pé, não tenho o menor escrupulo em dizer que os factores da Republica foram os auctores desse Manifesto: foi Benjamin Constant, que fez da Escola Militar uma escola de heróes; foi a mocidade academica de S. Paulo e de outras partes, as quaes nunca arrefeceram na propaganda.

A Republica, portanto, Senhores, não representa a conquista da espada, mas a conquista do talento e da propaganda tenaz. (Apoiados.)

UM SR. REPRESENTANTE — Não se esqueça da Escola Militar.

O SR. COSTA JÚNIOR — Eu já disse que Benjamin Constant havia feito desta Escola uma escola de heróes, e que grandemente concorrera para a victoria da Republica, collocando-se em pé de igualdade, na propaganda, com os civis.

O SR. ZAMA — Quem fez a Republica foi Benjamin Constant com a rapaziada.

O SR. COSTA JÚNIOR — Dizer-se, porém, que o povo brasileiro aceitou a Republica porque estava bestializado, é uma enorme injustiça.

O SR. ARISTIDES LOBO — O acontecimento deu-se no meio de uma população surpresa pela oscillação revolucionaria. Este é o aspecto natural da questão.

O SR. COSTA JÚNIOR — Estimo muito ouvir de V. Ex. essa declaração, porque, como brasileiro zeloso dos direitos desta Nação, não queria que em tempo algum se dissesse que a Republica tinha vindo de surpresa para este Continente.

O SR. ZAMA — Só sei de uma cousa: é que não suppunha que fosse tão facil banir um rei.

O SR. COSTA JÚNIOR — Era facilimo: é porque V. Ex. não prestava attenção ao estado dos espiritos, não via que a idéa republicana havia avassalado todos os espiritos, que a existencia de um rei era já um absurdo nesta America republicana.

Desta verdade é V. Ex. mesmo uma prova: porque, sendo uma das glorias do Partido Liberal bahiano, chefe prestigioso, acostumado a dirigir o povo de sua terra com sua palavra brilhante, que o electriza, em vez de concital-o para a resistencia, em vez de defender o rei, não o fez, e, acto continuo, nas praças publicas da Bahia, aceitava o novo regimen, pondo á disposição da Republica o seu talento e o seu grande prestigio. (Muito bem.)

· O que se depreheende disto ?

E' que a Republica tinha conquistado todas as consciências, e estava victoriosa (*Apoiados; muito bem e muitos apartes*); é que a propaganda tinha feito ruir todos os alicerces da Monarchia (*Apoiados*); é que a Monarchia era já uma instituição condemnada, e que a Republica uma idéa vencedora. (*Apoiados; muito bem.*)

O SR. ZAMA — Estou gostando muito deste capitulo da Historia. Ha de me servir. (*Riso.*)

O SR. ESPIRITO SANTO — E o obriga a fazer tambem um capitulo de Historia, amanhã. (*Riso.*)

O SR. COSTA JUNIOR — O Sr. Capitão Espirito Santo...

VOZES — Major.

O SR. COSTA JUNIOR — O Sr. Major Espirito Santo, distinctissimo militar, e que grandemente concorreu para a Revolução (*Apoiados*), não se deve deixar levar tanto pelo espirito de classe; não deve querer que as glorias desta grande Revolução sejam devidas exclusivamente a uma classe que chegou á ultima hora para atacar reductos já conquistados, não pela espada, mas pela propaganda da tribuna da imprensa.

O SR. THOMAZ FLORES — O Exercito foi o condensador do sentimento nacional, das velhas aspirações republicanas.. (*Muitos apoiados.*)

O SR. ESPIRITO SANTO — Garanto ao orador que o Exercito não agiu pelos republicanos, mas sim por suas proprias aspirações.

O SR. COSTA JUNIOR — O aparte do Sr. Major Espirito Santo, querendo defender uma classe, que não accuso, que admiro, respeito e considero, é, antes, contrario aos brios do proprio Exercito. (*Apoiados e apartes.*)

Diz o Sr. Major Espirito Santo que o Exercito brasileiro não foi conquistado...

O SR. PRESIDENTE — Pego ao nobre representante para não se dirigir individualmente aos seus collegas.

O SR. COSTA JUNIOR — *Mutatis mutandis*, o nobre representante por Pernambuco diz que o Exercito brasileiro não foi catechizado pela propaganda.

Pergunto a V. Ex.: Que papel fez, então, o Exercito a 15 de novembro, para declarar a Republica ?

O SR. THOMAZ FLORES — Obedeceu ao sentimento nacional. (*Apoiados e outros apartes.*)

O SR. COSTA JUNIOR — O Exercito brasileiro, que synthetiza o patriotismo, não podia apresentar-se em praça publica para defender uma idéa, si não fosse sua.

O SR. THOMAZ FLORES — Apoiado; perfeitamente.

O SR. COSTA JUNIOR — A verdade historica é que o Exercito brasileiro estava já conquistado pela propaganda (*Apoiados*): nas academias, nos clubs, em toda a parte, havia distinctissimos militares sectarios da Republica, que catechizavam o Exercito. (*Apoiados e apartes.*)

O SR. GABINO BESOURO — Aqui está um.

O SR. THOMAZ FLORES — Aqui está outro. Fui tambem conquistado pela propaganda republicana. (*Ha outros apartes.*)

O SR. PRESIDENTE — Pego ao nobre orador que cinja-se á materia em discussão.

O SR. COSTA JUNIOR — Está terminado o incidente, meus Senhores. Abusei da attenção dos meus collegas (*Não apoiados*), com materia extranha; mas vou entrar, desde já, na questão propriamente constitucional.

Seria impossivel, meus Senhores, em hora tão adeantada, occupar-me de todos os assumptos relativos á Constituição, para a qual estamos trabalhando.

Começo, pois, o meu discurso fazendo a seguinte declaração: em segunda discussão, com muito poucas e pequeninas excepções, eu sustento o projecto approved em primeira discussão.

Até ha pouco estava no Poder o Ministerio de 15 de novembro, e alguém fazia a injustiça de dizer que nós, da bancada paulista, eramos simples janizaros do Governo, que votavamos por obediencia ao Poder, rasgando a bandeira, o programma do velho Partido Republicano.

O SR. CAMPOS SALLES — Isso nem precisa resposta. (*Apoiados*.)

UM SR. REPRESENTANTE — E' uma injustiça clamorosa.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Talvez fosse um gracejo.

O SR. COSTA JUNIOR — Felizmente, Senhores, o glorioso Ministerio de 15 de novembro não está mais nas cumiadas do Poder; os seus membros são, hoje, simples cidadãos....

O SR. CAMPOS SALLES — E representantes de um Estado.

O SR. COSTA JUNIOR — ... representantes da Nação; mas, é preciso dizer, os seus nomes são credores da gratidão nacional. (*Muitos apoiados*.)

Os gloriosos ministros de 15 de novembro, quasi todos antigos propagandistas e todos bons e leaes republicanos, fizeram, em pouco mais de um anno, reformas, que muitas nações, em um século, não têm conseguido. (*Numerosos apoiados, muito bem*.)

O glorioso Ministerio de 15 de novembro tem para si, e ninguém lhe póde roubar, a gloria de ter elevado os creditos desta Nação, de ter constituído a Republica, respeitando quasi que absolutamente todos os direitos da velha Monarchia.

O SR. GABINO BESOURO — Ainda bem que o Senhor diz — quasi.

O SR. COSTA JUNIOR — Nem póde ser de outro modo.

O SR. GABINO BESOURO — Está bem; vamos adeante.

O SR. COSTA JUNIOR — Eu venho, pois, sustentar o projecto, — não projecto do Governo, como se dizia; e como é preciso que se lhe mude o nome, eu digo que, em relação á questão de rendas, venho defender o projecto da Commissão genuinamente republicana: porque, meus Senhores, na discriminação de rendas, o projecto, que se chamava do Governo, é, justamente, a synthese de todas as idéas apresentadas ao Governo Provisorio pela Commissão de distinctissimos republicanos, escolhida para a sua confecção.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Apoiado.

O SR. COSTA JUNIOR — Sobre a discriminação de rendas, Senhores, incontestavelmente a mais importante das questões,

ha, além do projecto da Commissão, a emenda que se diz — emenda rio-grandense.

E peço licença para accrescentar que esta questão é, de todas as questões constitucionaes, a mais importante; porque a nobre bancada rio-grandense quiz della fazer os alicerces para a criação de um novo partido, ou para a discriminação dos partidos da Republica.

O projecto da Constituição — disse o Sr. Julio de Castilhos — é um projecto anarchico e anti-federalista: quem defender o projecto renegará seu passado de republicano; quem defender as idéas do projecto deixará rôta no chão a bandeira da Republica e da Federação; quem defender o projecto — disse ainda o Sr. Julio de Castilhos — não será um federalista, será um separatista.

Apesar, meus Senhores, da importancia politica do representante da Nação que se chama Julio de Castilhos, uma das glorias republicanas deste paiz (*Apoiados*); apesar de sua emenda ser assignada por distinctissimos collegas e pela totalidade da bancada rio-grandense, que, na expressão feliz do Sr. Aristides Lobo, constituem uma constellação de talentos, peço licença para discordar completamente de suas idéas, e ter, mesmo, a audacia — permittam-me a expressão — de vir, neste Congresso, dizer que os nobres Srs. representantes do Rio Grande do Sul fizeram uma deploravel confusão entre Poder central da Monarchia e Poder da União; que os nobres representantes, sustentando sua emenda, sustentam uma emenda anarchica e anti-federalista.

VOZES — Vamos ver a demonstração.

O SR. COSTA JUNIOR — Si o testemunho, si a respeitabilidade de nomes importantes da Republica brasileira podem servir de egide para as idéas federalistas do projecto, bastava citar o velho Saldanha Marinho, o chefe querido do Partido Republicano nesta parte da America (*Apoiados*), seus illustres e distinctos companheiros de Commissão — os nomes de Campos Salles, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos e tantos outros distinctissimos republicanos; que acatam as idéas do projecto e, meus Senhores, não é crível que espiritos elevados como esses homens, que levaram sua vida, sempre, a combater pela victoria da Republica federativa...

UM SR. REPRESENTANTE — Educados na adversidade.

O SR. COSTA JUNIOR — ... educados na adversidade e na verdadeira escola republicana, viessem a este Congresso sustentar projecto que fosse contrario á verdadeira Federação. (*Muitos apoiados.*)

O projecto antigo, que chamo, hoje, projecto da Constituição republicana, é o que mais respeita e concretiza a verdadeira idéa de federação.

Não quero, em hora tão adeantada, entrar nessas abstracções philosophicas, sempre metaphysicas, para demonstrar o que seja soberania, qual o papel que representa ella na Constituição dos estados federados.

Os publicistas da escola allemã, os unitaristas, sustentam que na Federação só é soberana a União, que a soberania é indivizivel, que não pôde residir nos estados e ao mesmo tempo na União. Não sigo, não admitto outra doutrina. Para mim, é mais corrente, mais acceitavel, mais de accordo com os principios scientificos, a opinião geral dos publicistas americanos, que só admittem Federação perfeita existindo sobe-

ranía dupla — isto é, soberania na União, soberania nos estados.

Os estados devem ser independentes, devem ter independencia dentro do circulo de sua competencia; e desde que isto se realize, eis ali a soberania dos estados; porque, como a definiu o Sr. Campos Salles, — a soberania é a independencia, é a ausencia da subordinação.

A independencia que devem ter os estados deve ter, tambem, a União; dentro dos dominios da competencia da União não é licita a intervenção dos estados.

Eis como entendo a Federação.

O projecto, que sustento, no art. 6º discrimina as rendas que devem pertencer á União, no art. 8º especifica quaes as que devem ser dos estados, e, prevendo a hypothese da falta de rendas para os estados ou para a União, no art. 12 concede poderes tanto aos estados como á União, para, cada um por si, independentemente de subordinação de qualquer especie, poder tributar as fontes de renda que julgarem conveniente á sua existencia.

Este plano, estatuido no projecto, é o que respeita o verdadeiro principio da Federação; elle dá a cada um dos poderes, isto é, aos estados e á União os meios de vida propria, sem que a soberania de um seja invadida, ou offendida, pela soberania do outro.

Isto, Senhores, não se dá com o plano apresentado pela bancada rio-grandense.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Não apoiado; havemos de mostrar o contrario.

O SR. COSTA JUNIOR — O plano rio-grandense colloca a União na dependencia dos estados.

O SR. COSTA JUNIOR — Só são dados á União os impostos que os estados, absolutamente, não lhe podem tirar; só se lhe dão impostos de natureza internacional — a importação, correios e telegraphos, que, visivelmente, não bastam para a vida regular da União.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — *Quod est probandum.* Com um orçamento perfeitamente organizado, bastam. (*Outros apartés.*)

O SR. COSTA JUNIOR — Tomando por base, meus Senhores, o orçamento da Monarchia, incontestavelmente muito mais diminuto que o da Republica, já está, evidentemente, provado com dados officiaes, que a receita do antigo Imperio é insufficiente para as despesas actuaes.

O SR. CARLOS GARCIA — Despesa que não está verificada.

O SR. COSTA JUNIOR — Estou tomando por base o orçamento antigo; e o meu nobre collega não pôde pôr em duvida que, por circumstancias naturaes, em uma Nação nova, que se reorganiza, as despesas da Republica subiram muito mais.

O SR. CARLOS GARCIA — Logo, é orçamento provisorio.

O SR. COSTA JUNIOR — O nobre collega, para afirmar isso — peço licença para dizel-o — precisa não ter prestado attenção ao projecto do Governo.

Esse projecto dá á União os impostos de importação, industrias e profissões, correios e telegraphos.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Todos os que nós outros damos!

O SR. COSTA JUNIOR — O Governo não cogitou que os impostos do art. 8º fossem sufficientes para a União.

UMA VOZ — Mas devia.

O SR. COSTA JUNIOR — Não podia: porque o orçamento não é infallivel. E' preciso, para dar vitalidade á Nação e ao seu credito, dar certo elastério á União, no modo de fazer suas rendas.

UMA VOZ — A confusão...

OUTRA VOZ — O falseamento dos principios federalistas. (*Outros apartes.*)

O SR. COSTA JUNIOR — Ha qualquer cousa de original no modo de meu collega por S. Paulo e meus collegas do Rio Grande do Sul encararem a Federação. Os nobres representantes, verdadeiros idolatras da Federação, pregam doutrinas que a ferem de morte.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — *Quod est probandum.* O argumento produzido nunca pôde prevalecer: porque o orçamento é de caracter transitorio, substituiavel de um para outro anno, e, além disso, si o orçamento da Monarchia era de 150.000:000\$, as rendas do art. 6º não bastam, porque muitos servicos que competiam á União passam para os estados, e, por consequencia, essa despesa diminue em 22.000:000\$000.

O SR. CAMPOS SALLES — Esse calculo não é exacto.

O SR. OTICICA — Por este lado é que quero ver combalido o projecto.

O SR. COSTA JUNIOR — E' facilimo combater o systema dos nobres representantes. O nobre representante é signatario da emenda rio-grandense. V. Ex. sustentou na tribuna que julgava preferivel o plano da bancada rio-grandense, e, entretanto, está agora em desacordo.

O SR. OTICICA — Por que?

O SR. COSTA JUNIOR. — O argumento da bancada rio-grandense é que as rendas são mais que sufficientes para a vida da União.

O SR. OTICICA — Si fizerem um orçamento republicano cortando as despesas. Tu disse, pela exposição do Sr. ex-Ministro da Fazenda, que a União ficava reduzida a uma receita de 130.000:000\$ para fazer face a uma despesa de 200.000:000\$000.

O SR. COSTA JUNIOR — Neste caso, está em contradicção, porque reconhece que as rendas do art. 6º não bastam á União, — justamente o contrario do que afirma o Rio Grande, cuja emenda V. Ex. assignou.

O SR. OTICICA — Digo — pela exposição.

O SR. COSTA JUNIOR — V. Ex. não pôde contestar; porque a verdade vai além do que disse o Sr. ex-Ministro da Fazenda.

O SR. OTICICA — Nego. O Sr. ex-Ministro da Fazenda tomou para base de seus calculos o orçamento de 1888, quando devia ter tomado a média dos tres ultimos exercicios.

O SR. COSTA JUNIOR — Seria interminavel si eu quizesse responder a todos os apartes.

Creio que é federalista o projecto do Governo, e anti-federalista o projecto da bancada rio-grandense, principal-

mente porque a União fica na dependência dos orçamentos dos estados.

O SR. OTTICICA — Não ha tal.

O SR. COSTA JUNIOR — No caso de guerra, de peste, de augmento de despesa, tem a União necessidade de recorrer aos estados; e desde que a União é soberana, que não tolera, que não admitte subordinação, não pôde procurar por si elementos de vida; desde que precisa depender do orçamento dos estados, a União estará subordinada aos estados, e, desde que está subordinada, a Federação fica ferida de morte.

Os nobres representantes pelo Rio Grande do Sul estão como que tomados de pavor por esta entidade que elles federalistas diziam defender, mas que, infelizmente, parece que temem, tendo della receio. (*Apartes.*)

Os nobres representantes, parece que temem a União, esquecendo-se de que a União é a synthese da propria Federação. (*Apartes.*)

SS. EEX. têm dito e repito muitas vezes que o projecto do Governo é inacreditavel, porque a União armada pela faculdade do art. 12 pôde ir aos estados matar, abafar as suas industrias nascentes. (*Apartes.*)

Isto não é, absolutamente, aceitavel; porque a União republicana não é a mesma entidade que o Poder Central no tempo da Monarchia. No tempo da Monarchia o Poder Central tinha necessidade de centralizar, para viver. (*Apartes.*) Podia atrophiar as provincias, porque atrophizadas as provincias mais vitalidade teria o Centro, e do Centro é que vivia a Monarchia. Mas, meus Senhores, quem representa perante a Nação é a União? Não são os proprios estados. Os representantes da União no Congresso não são os proprios representantes dos estados?

Que receio, pois, é esse dos nobres representantes, que, obstinadamente, querem considerar a União como inimiga dos estados, quando não é mais do que uma entidade politica cuja prosperidade depende, exclusivamente, da prosperidade dos estados?

Julgar-se possivel que a União possa matar as industrias nascentes dos estados, lançando sobre ellas os impostos que o art. 12 autoriza é, meus senhores, um receio infundado, é uma apprehensão absurda.

Além do interesse proprio, que tem a União, pela prosperidade dos estados, porque da vitalidade das industrias dos estados depende a sua propria prosperidade, é preciso não esquecer que o Congresso da União se comporá de cidadãos dos estados, e estes não permitirão que se decrete a morte de suas industrias, com impostos exaggerados, ou mal applicados.

Meus Senhores, eu desejava bater, um a um todos os argumentos apresentados pela bancada rio-grandense. Infelizmente, em interrupções quasi constantes de apartes... infelizmente, os apartes transviaram-me, e só agora é que eu posso passar a outro assumpto.

O SR. OTTICICA dá um aparte.

O SR. COSTA JUNIOR — O nobre representante obriga-me a voltar a esta questão de eterna choradeira, como eu a chamo. Aqui, todos os dias, Senhores, levanta-se a questão de estados pobres e estados ricos, como si, porventura, estes tivessem a culpa da pobreza dos outros.

Senhores, todos os estados do Brazil (esta é que é a verdade) dispõem de elementos naturaes para a sua riqueza. Todas as terras brazileiras são, quasi que sem excepção, fertilissimas; todas produzem esta ou aquella industria. Os estados do Sul, e principalmente o do S. Paulo, têm a felicidade de ter filhos de incontestavel competencia para fazer prosperar a sua riqueza.

O SR. OTTICICA — E têm a felicidade de ter o monopolio do café.

O SR. COSTA JÚNIOR — Senhores, a verdade é esta.

Estados ricos, ou estados pobres, são phrases que não deviam ser pronunciadas neste Congresso, principalmente agora que o Brazil se constitue em Republica federaliva. Devia ser um *desideratum* para todos, que cada um de nós pudesse tratar de se enriquecer pelo trabalho e pelo esforço. Si S. Paulo é rico, é preciso que o nobre representante saiba que isso é devido aos esforços de seus filhos.

Tenho ouvido mais de uma vez dizer-se aqui, que São Paulo é um tutelado dos cofres da Monarchia.

O SR. OTTICICA — Não se disse isso.

O SR. COSTA JÚNIOR — Tenho ouvido dizer que S. Paulo deve a sua prosperidade á garantia de juros.

O SR. CAMPOS SALLES — E' preciso acrescentar que só em um organamento, S. Paulo votou sete mil contos para imigração.

O SR. COSTA JÚNIOR — S. Paulo possui uma larga extensão kilometrica de estradas de ferro, subvencionadas pelo mesmo Estado e todas ellas estão em tal pé de prosperidade que já vão dispensando as subvenções.

O nobre representante tem talvez o defeito, — permita que lh'o diga, — muito commum em quasi todos os brazileiros do norte. Com excepção de um ou outro, os brazileiros do Norte prestam pouca attenção ás riquezas naturaes dos seus estados. O brazileiro do Norte, em regra, si é rico, dedica-se ao estudo de Direito, e si é pobre e só sabe ler e escrever, tem um ideal, que é o maldicto funcionalismo publico, e a exploração da industria extractiva, si são meros trabalhadores.

Meus Senhores. A riqueza, a prosperidade dos estados consegue-se regando o solo com suor, cultivando a terra, construindo machinas, condemnando a ociosidade, estimulando o amor pelo trabalho. Façam isto os nobres representantes, e a pobreza desaparecerá.

Esse defeito não o tem S. Paulo, e eu quero, hoje, estabelecer a posssa superioridade sobre isto.

O SR. OTTICICA — São modos de apreciação..

O SR. COSTA JÚNIOR — V. Ex. fez bem em chamar a minha attenção, porque queria dizer qu eV. Ex. estava incluído na regra geral, visto que, como se deprehende do seu aparte, não conhece, absolutamente, a zona cafeeira da Republica do Brazil.

O SR. OTTICICA — Conheço.

O SR. COSTA JÚNIOR — Não é licito que um brazileiro, que deve conhecer as riquezas naturaes do nosso paiz, venha dizer,

neste Congresso, que só o Estado de S. Paulo tem terrenos de café.

O SR. OTICICA — Não disse isto.

O SR. COSTA JUNIOR — V. Ex. disse; mas V. Ex. deve saber que na serra de Baturité e na Bahia ha zonas importantissimas, eguaes, talvez, ás zonas paulistas.

O SR. OTICICA — Sim, Senhor.

O SR. COSTA JUNIOR—Então, como V. Ex. attribue a prosperidade de S. Paulo, tão sómente, ao facto de possuir café? *(Ha diversos apartes.)*

VV. EEX. do Norte hão de permittir que o deputado do Sul lhes diga: O Norte, si está pobre, deve, quasi que exclusivamente, a sua ruina ao pouco cuidado de seus filhos *(Apartes)*, porque os Srs. representantes do Norte não desenvolvem as riquezas naturaes dos seus estados.

O SR. ESPÍRITO SANTO — E' porque não têm a felicidade de receber do Thesouro milhares e milhares de contos para a immigração.

O SR. COSTA JUNIOR — O nobre representante por Pernambuco, como que representa sempre um circulo vicioso.

Eu acabarei de provar, e ninguem contestou que a prosperidade de S. Paulo era devida, exclusivamente á competencia de seus filhos; acabei por provar que S. Paulo devia as suas riquezas ao seu proprio esforço, dispensando o auxilio dos cofres publicos; mas vem o nobre representantes dizer que o Norte não está prospero porque o Thesouro não lhe fornece milhares de contos para a immigração. *(Numerosos apartes.)*

O SR. PRESIDENTE reclama a attenção.

A verdade, meus Senhores, é que os estados do Norte não têm razão, nesta como que prevenção contra os estados do Sul. *(Não apoiados e apartes.)*

Porque, tanto não é o café tão sómente o thermometro da riqueza do Sul, que nós temos o exemplo no Estado de Minas.

Minas é um Estado montanhoso; não se cultivava alli o café até pouco tempo, e V. Ex. vê quanto está prospero o Estado de Minas.

O SR. OTICICA dá um aparte: dizendo que os estados do Norte não têm prosperado por se terem dedicado á cultura do assucar.

O SR. COSTA JUNIOR — Isso não é real. O Estado de Pernambuco não está enormemente rico porque, infelizmente, a sua lavoura é rotineira, e não tem preparado os machinismos que fazem na cultura do assucar a felicidade do agricultor. *(Apartes.)*

O municipio de Campos, do Rio de Janeiro, municipio velho e de terras gastas, é, inquestionavelmente, inferior em uberidade aos terrenos da Bahia e de Pernambuco. *(Ha um aparte.)*

O municipio de Campos dispunha de um numero enorme de escravos; era, na antiga provincia do Rio de Janeiro, o que mais capitães tinha empregados nessa maldicta mercaderia.

Pois bem; veio a lei de 13 de maio que a nenhum de nós causou abalo, apesar de termos sido os compradores dos escravos do Norte... *(Apoiados.)*

O SR. SAMPAIO FERRAZ — E S. Paulo foi a primeira das antigas províncias que cercaram a escravidão. (*Apoiados.*)

O SR. COSTA JUNIOR — ... veio a lei de 13 de maio, o município de Campos perdeu enormíssimos capitaes, e, entretanto a produção do assucar, em Campos, proseguiu sem oscillação, e é, hoje, um dos municípios mais ricos, onde se acham agglomeradas as maiores fortunas. (*Apoiados.*)

E quereis saber a razão disto? E' porque o campista não faz como o pernambucano, que pede garantia de juros para os seus engenhos; é porque o campista, imitando o genio paulista, por si, com seus esforços, com os seus capitaes, prepara as proprias machinas para aquella cultura.

E' assim que no município de Campos, segundo me dizem, ha 38 engenhos modernos, feitos com capitaes particulares.

O SR. SAMPAIO FERRAZ — E é preciso dizer que S. Paulo já teve a lavoura da canna, e a abandonou. (*Apoiados.*)

O SR. COSTA JUNIOR — E abandonou-a, é verdade.

Mas veja V. Ex., Sr. Presidente, como a verdade dos factos esmaga: á proporção que Campos, um município velho, tendo tido um prejuizo enorme pela lei de 13 de maio, segue, sem interrupção, na senda da prosperidade, e os grandes estados do Norte — Pernambuco e Bahia — vêem sua lavoura definhando, os mesmos estados de Pernambuco e da Bahia têm, ainda, o desgosto, o profundo desprazer, de ver os seus representantes, nesta tribuna, sustentarem que os seus estados não podem viver na União, porque não têm, absolutamente, renda.

O SR. ESPIRITO SANTO — Não apoiado; quando fui á tribuna, provei o contrario: mostrei que Pernambuco é tão rico como S. Paulo.

UM SR. REPRESENTANTE — Façamos a Federação, porque todos elles podem viver por si. (*Ha outros apartes.*)

O SR. COSTA JUNIOR — Meus Senhores, já estou além da hora regimental, e é-me impossivel continuar, mesmo porque já sois por demais generosos em ouvir-me. (*Não apoiados.*)

Por consequencia, dou por finda a questão de rendas.

O SR. SAMPAIO FERRAZ — Está discutindo brilhantemente, menos quanto á Federação; porque sou federalista, e acceito a emenda rio-grandense. (*Ha outros apartes.*)

O SR. COSTA JUNIOR — Eu tinha, tambem, necessidade de tocar, ainda que de leve, em outras questões que dizem respeito á Constituição.

Não o farei...

VOZES — Faça; deve fazer.

O SR. COSTA JUNIOR — ... porque seria por abusar.

VOZES — Não apoiado; não apoiado.

O SR. COSTA JUNIOR — Então faço, em dois minutos.

O SR. GABINO BESOURO — Não Senhor: tem ainda meia hora para fallar.

O SR. COSTA JUNIOR — Dá-se, Senhores, um facto, que eu

ainda reputo digno de reparo: ha como que um enthusiasmo, uma cegueira, para se sustentar uma Federação ideal. Os sustentadores desta these ideal de Federação, pouco se importando com a sorte da União, não toleram que ella, ainda que de leve, intervenha na vida dos estados; e no entanto, na primeira discussão, passou uma emenda, assignada por grande parte dos Srs. rio-grandenses, emenda, que, peço licença para dizel-o com a minha linguagem rude, é um verdadeiro attentado contra a Federação mais vulgar.

UM SR. REPRESENTANTE—Neste ponto, estou de accôrdo com V. Ex.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Comprometto-me a provar o contrario, si não arrolharem, amanhã, a discussão.

O SR. COSTA JUNIOR—Refiro-me á emenda, votada como de afogadilho, á última hora, determinando que a União considere nullas todas as eleições feitas pelos estados, e que só daqui a tres mezes... sejam feitas essas eleições.

Si estamos aqui reunidos para votar uma Constituição Federal, não comprehendendo que interesses particulares deste ou daquella Estado venham influir, de modo a se votar uma these daquellas, que, como disse, é um verdadeiro attentado contra a Federação. (*Apoiados e não apoiados.*)

Meus Senhores, o ideal da Federação é a independencia, é a soberania dos estados: com que direito, pois, os Srs. federalistas, hoje representantes da União, com mão profana—permitta-se-me dizer assim—, attentam contra a dignidade dos estados, legislando em materia que deve ser, exclusivamente, da competencia delles? (*Cruzam-se differentes apurtes.*)

UM SR. REPRESENTANTE—Não ha Constituição.

O SR. COSTA JUNIOR—Não ha Constituição, mas ha um projecto de Constituição, votado em primeira discussão pelos dignos representantes que se dizem federalistas; e quem se diz federalista não pôde ser incoherente, assignando emendas daquella ordem.

UM SR. REPRESENTANTE—As constituições estaduais têm de ser modeladas pela Constituição Federal.

O SR. COSTA JUNIOR—O argumento de alguns, que sustentam essa emenda, é que a eleição já vem perturbar a vida dos estados, porque não pôde cada um delles votar sua respectiva Constituição sem que esteja definitivamente votada a Constituição Federal; mas, Senhores, ha uma confusão entre a eleição e reunião dos congressos dos estados.

E' absolutamente preciso que os estados só votem suas leis organicas, depois de votada a Constituição Federal; mas, Senhores, que tem de prejudicial o facto de fazer-se desde já a eleição?

O SR. AMSTIDES MAIA—Faremos a revolução.

O SR. COSTA JUNIOR—Eis o caso a que ha pouco me referia: a provincia de Minas vai fazer uma revolução, diz o nobre representante. Senhores, si o nobre representante não está satisfeito com a administração mineira, si S. Ex. que representa minoria, se julga superior á maioria de seu Estado, só lhe resta um direito: o direito de revolução. E'

muito mais louvavel que S. Ex. arvore a bandeira da revolução em seu Estado, para corrigir abusos que julga nelle existirem, do que vir ao Congresso apresentar emendas que feren de frente os principios republicanos, os principios federalistas. (*Muitos apoiados; cruzam-se differentes apurtes; rumor.*)

Senhores, tenho sido infeliz na enunciação de minhas idéas, parece que só escolhi para esta discussão materias inflammaveis...

VOZES — Vai muito bem.

O SR. COSTA JUNIOR — ... contribuindo cada uma dellas para que se insuflam os espiritos de meus collegas.

UM SR. REPRESENTANTE — A eleição, agora, vai precipiar os acontecimentos. (*Continuam os apurtes e o rumor.*)

O SR. COSTA JUNIOR — Meus Senhores, não comprehendendo o patriotismo dos nobres representantes que, esquecendo-se da necessidade, que temos, de respeitar principios elevados, por interesses particulares de seus estados, vêm, como já disse o repito, ferir de frente os principios constitucionaes.

Penso que é preocupação de todos os brasileiros, na actualidade, apressar a organização dos estados (*Numerosos apoiados*), porque dahi depende a effectividade da Republica, a vida e prosperidade deste grande paiz. (*Muito bem.*) E nem comprehendendo que, devendo ser esta a nossa preocupação, um brasileiro por sentimentos que não conheço, possa oppôr-se a esta idéa, perturbando-a ou retardando-a. (*Apoiados.*)

Meus Senhores, todo orador, ao retirar-se da tribuna, serve-se de um nariz de cera, que, providentemente, trouxe de casa (*Riso*), para concluir.

O SR. ZAMA — Gosto da franqueza.

O SR. COSTA JUNIOR — Quero sabir dessa praxe.

O SR. GABINO BESOURO — Isso já é nariz de cera. (*Riso.*)

O SR. COSTA JUNIOR — Arranjado de momento. Quero pedir-vos que apressemos o mais possivel a decretação da Constituição e a organização dos estados; que, em maio, como Poder ordinario, cada um de nós tenha bastante coragem, como representante da soberania, para encetar-se uma politica de paz e moralidade administrativa. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. ZAMA — Acabou com um nariz de nova especie. (*Hilaridade.*) (*O orador é muito felicitado e abraçado.*)

Fica a discussão adiada, pela hora.

Vem á Mesa a seguinte

Declaração

Declaro que á minha assignatura na emenda apresentada pelo deputado Amphiphio, sobre a organização do Poder Judiciario, deve-se acrescentar — com restricções —, como se lê na emenda offerecida na 1ª discussão.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — F. Badaró.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Continuação da 2ª discussão do projecto de Constituição.

Levantam-se a sessão ás 4 horas e 25 minutos da tarde.

43ª SESSÃO, EM 29 DE JANEIRO DE 1891

Presidência do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Francisco Machado, Leovegildo Coelho, Joaquim Sarmento, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Manoel Barata, Antonio Baena, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodoreto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Campos Salles, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio da Frola, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Eduardo Wandenkolck, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaçuá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilagua, Gonçalo do Lago, Nascimento, Pedro Velho, Miguel Castro, Amorim Garcia, Epitacio, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Meira de Vasconcellos, Pereira de Lyra, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Otício Gabino Bezouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peçanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, França Car-

valho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ouirique, Aristides Lobo, Furquin Werneck, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Asolpho Pio, Aristides Maia, Carlos Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, João Luiz, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Azevedo, Marciano de Magalhães, Lauro Müller, Carlos Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto e Martinho Prado Junior.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, em causa, os Srs.: Joaquim Kallunda, Frederico Serrano, Raulino Horn, Generoso Marques, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Amphiphilopho, Conde de Figueiredo, Leonel Filho, Ferreira Brandão, João de Avelar, Cesario Motta Junior, Caetano de Albuquerque e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs.: Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Almino Afonso, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Alberto Brandão, Luiz Murat, Mairynck, Domingos Jesuino, Jacob da Paixão, Luiz Barreto, Antonio Prado, Bellarmino de Mendonça, Eduardo Gonçalves e Fernando Simas.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

Achando-se na ante-sala o Sr. Barão de Santa Helena, representante reconhecido pelo Estado de Minas Geraes, o Sr. Presidente nomêa os Srs. Aristides Maia, Chagas Lobato e Monteiro de Barros para introduzir no recinto o mesmo Sr. representante, que, junto á Mesa, presta o compromisso regimental.

O Sr. Francisco Veiga—Sr. Presidente. pedi a palavra para enviar á Mesa duas indicações, que, acredito, si forem devidamente attendidas pelo Congresso, merecerão a sua approvação.

A primeira, pôde-se dizer que já foi decidida pelo Congresso.

Como sabe V. Ex., em uma das sessões passadas, foi approvada pelo Congresso uma emenda ás Disposições tran-

sitorias do projecto, determinando que a Constituição depois de approvada fosse promulgada pela Mesa do mesmo Congresso.

Esta decisão, Sr. Presidente, unica que podia ser adoptada pelo Congresso, e que se coaduna com a sua missão constituinte (*Apoiados*), está de encontro ao que diz o Regimento, o qual, no art. 67, determina que a Constituição, depois de approvada, seja remettida ao Governo Provisorio, para fazel-a publicar.

Só este facto, Sr. Presidente, de estar regulada a questão no Regimento, e a propria natureza della, mostra que a disposição approvada pelo Congresso é, puramente, uma questão regimental, que não pôde figurar em uma Constituição, embora nas Disposições transitorias, porque diz respeito ao modo de fazer a lei. Seria o mesmo que dizer que a Constituição passaria por duas ou tres discussões.

O fim, portanto, da minha indicação é que se modifique o Regimento no art. 67, no sentido de ser a promulgação feita pela Mesa do Congresso, conforme este já decidiu, e conforme é o Direito.

Por esta occasião, Sr. Presidente, V. Ex. permittirá que eu diga alguma coisa em relação a essa emenda. Houve quem visse na apresentação e approvação da emenda a que me refiro, como que uma especie de vaidade do Congresso, em querer chamar a si...

O SR. NILO PEÇANHA — Compenetração do seu dever.

O SR. FRANCISCO VEIGA — ... uma attribuição gloriosa. Outros, mais malevolos, quizeram ver nisso uma desconsideração ao Governo Provisorio.

A verdade, porém, é a que foi referida, em aparte, pelo nobre representante do Rio de Janeiro, o Sr. Nilo Peçanha; o Congresso procedeu baseado nos bons principios, compenetrado do seu dever, como constituinte soberano, que de modo algum podia admittir a intervenção de qualquer poder, ainda mesmo que fosse poder legalizado.

E tanto isto é verdade, que o proprio Governo Provisorio, no projecto que offereceu ao nosso estudo, quando trata da reforma da Constituição, estabelece que, decretada esta reforma, será publicada pela Mesa do Congresso, sem intervenção do Presidente da Republica, que, então, será um Presidente legal.

Fica assim demonstrado que o Congresso, approvando a emenda a que me refiro, não fez mais do que dar uma prova solenne de que tem nitida comprehensão dos seus deveres. (*Muito bem.*)

A minha indicação a este respeito está nestes termos. (*Lê*).

E' uma materia decidida, e apenas, trato de collocar-a onde deve estar, para evitar contradicções.

A outra indicação é relativa aos trabalhos do Congresso.

V. Ex. sabe, Sr. Presidente, que as assembléas numerosas, como este Congresso, têm, em toda parte do Mundo, mostrado que participam muito da natureza e desvantagens de um *meeting*. Por mais illustrados, por mais adeantados, por mais sensatos e reflectidos que sejam seus membros, o

grande numero delles faz com que se torne impossivel que as leis sejam decretadas com a calma, com a reflexão, estudo e attenção que são indispensaveis para que uma lei preencha a sua elevada missão.

O SR. ARISTIDES MALA — Não apoiado. O Congresso tem dado as maiores provas de patriotismo e criterio.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Nem estou contestando. Ouça-me o nobre representante, e verá que não ha censura nas minhas palavras.

Sr. Presidente, já tinha dito que não é só no nosso paiz que se notam estes inconvenientes. Elles são communs em muitos povos, e, até, naquelle que tanto admiramos, mas que ainda não podemos imitar.

O Congresso dos Estados Unidos e todas as assembléas numerosas do Mundo resentem-se deste mal, e entre elles tem-se procurado um meio de diminuil-o, ou sanal-o. As camaras inglezas o conseguiram com o systema parlamentar, que alli adoptam e seguem. Sabe V. Ex. que os numerosos membros da Camara dos Communs não são como os membros deste Congresso, cada um dos quaes está cioso da sua independencia e liberdade; mas que todos não têm um chefe, um partido, não têm ainda o nucleo, de modo que cada um de nós forma opinião por si mesmo, o que um escriptor classificou de individualismo parlamentar.

Eu disse que na Inglaterra este inconveniente está sanado pelo systema adoptado pela abdicacão individual dos membros da Camara dos Communs. Assim é que os *lords*, actualmente, segund o que pensa o Presidente do Conselho de Ministros, e, por sua vez, os liberaes acompanham a opinião de Gladstone. Deste modo, torna-se muito simples e facil a missão daquelle parlamento, e por isto promulgam-se, alli, todos os annos, dezenas e dezenas de leis criteriosas e sabias.

O SR. NILO PEÇANHA — A reforma da lei dos cereaes demorou mais de quatro annos.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Os Estados Unidos, devido ao genio pratico e, sobretudo, ao proverbial bom senso daquelle povo, adoptaram outro systema: o das commissões.

Como V. Ex. sabe, Sr. Presidente, o Congresso dos Estados Unidos perde muito poucos instantes nas discussões.

Entre nós gastam-se horas e horas para que um projecto passe pelos tercos regimentaes até converter-se em lei.

Nos Estados Unidos os projectos de leis são estudados por uma das commissões em que se divide aquelle Congresso, e, com a calma e reflexão que só podem ter os que trabalham no remanso do gabinete, as commissões trazem para o Congresso o fructo dos seus estudos, das suas ponderações, tornando, assim, muito mais facil, efficaç e util a missão do mesmo Congresso, de votar as leis.

Si não fosse este systema preconizado por publicistas dos mais conceituados, o Congresso dos Estados Unidos estaria condemnado á esterilidade, ou, então, o que seria peor, estaria fazendo leis contradictorias e incoherentes, como fez nas suas primeiras sessões.

Nestas condições e no intuito de concorrer quanto puder para que a Constituição do nosso paiz saia daqui espolmada de faltas, incoherencias e contradicções, e attendendo mesmo a que estamos na segunda discussão, que esta é decisiva, que não teremos outra...

UM SR. REPRESENTANTE — Ainda ha uma terceira discussão, que é a das emendas.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Teremos outra discussão, limitada, sómente, ás emendas approvadas; mas isto não quer dizer que o que fôr approved forme um todo methodico e harmonico.

Pela primeira votação, que já tivemos do projecto, V. Ex. póde calcular o que será a votação em segunda discussão. Votamos com toda a attenção; todos os illustrados membros desta Casa estudaram, e deram á Constituição a importancia que merecia. Entretanto, V. Ex. e o Congresso conhecem as incoherencias e contradicções palpaveis que votamos. Cumpre, pois, procedermos com toda a prudencia e reflexão na votação da segunda discussão, que é decisiva, para não haver os mesmos inconvenientes, pelo menos para não termos de voltar atraz, reconsiderando o que foi feito, e rasgando o nosso regimento.

Pelo numero de emendas offerecidas em segunda discussão, o que não censuro, nem era capaz de censurar aos collegas que mostram com isto muito zelo... (*Ha diversos apartes.*)

UMA VOZ — V. Ex. mesmo apresentou muitas.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Eu já o ia confessar; não digo a culpa, porque, assim, não considero o apresentar emendas: penso, antes, ter cumprido o meu dever, offerecendo á Constituição as emendas que julguei acertado apresentar. (*Apotados.*)

Acho que cumpri o meu dever, como cumpriram o seu os nobres representantes. Mas a verdade é que estamos deante de centenares de emendas; o volume é muito maior do que o da Constituição, que está ameaçada de ser como a não de Pedro — o Grande, que se diz, á força de ser concertada, já não tinha uma cavilha da primeira estrutura.

Isto é de que estamos ameaçados; não será um mal, desde que seja para melhorar a Constituição. (*Ha diversos apartes.*)

Estou em um terreno em que posso, e espero, ser apoiado por todos; tudo quanto fôr para melhorar a Constituição será bom; si os nobres representantes provarem que as emendas a melhoram, o paiz e o proprio Governo Provisorio, que offereceu o projecto, ficarão muito satisfeitos; mas, si a Constituição fôr substituida por emendas que a tornem peor, ficaremos em uma posição muito pouco agradavel; e o povo está no direito de tomar contas áquelles cujo primeiro dever era empregar todos os seus esforços para fazerem uma lei harmonica, clara, concisa...

UM SR. REPRESENTANTE — Pelo menos, o Congresso tem boas intenções.

O SR. FRANCISCO VEIGA — De boas intenções o Inferno está calçado.

Sr. Presidente, foi nomeada uma Comissão de 21 membros, para estudar o projecto de Constituição. Essa Comissão houve-se com todo o zelo e solicitude, trabalhando assiduamente...

UMA VOZ — Não adeantou nada.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Ao contrario, adeantou muito; e o Congresso já deu uma prova solenne disso, approvando quasi todas as emendas por ella propostas. (*Apoiados.*)

Essa Comissão foi eleita pelo Congresso, sendo cada um dos estados nella representado. Consequentemente, Sr. Presidente, a Comissão dos 21 é genuina representante do Congresso e, bem assim, dos differentes estados. Elegeu ella um dos seus membros para presidil-a; e me parece que este illustre cidadão, que é o distincto representante do Paraná, concentra em si a confiança do Congresso e a confiança dos estados. Nestas condições, não será, sem duvida, extraordinario que o Congresso encarregue o digno Presidente da Comissão dos 21, de, com mais dois membros, de sua escolha, formar uma Comissão de tres membros, que se encarregue da redacção final da Constituição.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas já ha uma Comissão de Redacção.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Encarregar toda a Comissão dos 21 de semelhante trabalho, não me parece o mais acertado, por quanto essa Comissão, por muito numerosa, é como que uma Assembléa. (*Apartes.*) Entretanto, escolhendo o Congresso, pelo modo indicado ou por outro, uma Comissão de tres membros, essa poderá dar a sua opinião sobre as emendas apresentadas, antes da votação del'as, dizendo quaes as que, em seu conceito, devem ser approvadas, e quaes as que nareçam dever ser rejeitadas.

V. Ex. comprehende, Sr. Presidente, que nenhum de nós, depois da discussão que aqui foi aberta sobre a Constituição, depois da immensidade de emendas que foram apresentadas, poderá votar com pleno conhecimento. Pelo menos, fallo por mim, que tenho procurado acompanhar a discussão com todo cuidado e zelo.

Sinto-me embaraçado, e não sei mesmo como hei de votar grande numero dessas emendas. Conscienciosamente, posso votar pelo projecto e por uma duzia de emendas, sobre a conveniencia e vantagem das quaes não tenho duvida.

Mas o mesmo não acontece com relação a todas. (*Apartes.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Mas, isso, sem prejuizo da discussão.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Perfeitamente. Aquelles dos nobres representantes que confiam no criterio, no patriotismo da Comissão dos 21, creio que podem descansar nella. (*Apartes.*) Os outros, procedam como julgarem mais acertado.

Nestas circumstancias, Sr. Presidente, tendo expendido a minha opinião, apresento á consideração do Congresso a indicação, só no intuito de lhe facilitar sua ardua e nobre missão, que é votar uma Constituição digna deste povo. (*Muito bem!*)

E' lida, apoiada e fica sobre a Mesa, para ser tomada opportunamente em consideração, a seguinte

Indicação

Indico que seja modificado o art. 67 do Regimento, no sentido de ser a promulgação e publicação da Constituição feita pela Mesa do Congresso, conforme este decidiu.

S. R. — Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga*.

E', igualmente, lida, sendo adiada a sua discussão, por haver pedido a palavra o Sr. Aristides Maia, esta outra

Indicação

Indico que da Comissão Especial dos 21 seja tirada uma outra, composta do Presidente da mesma e de mais dous membros, de sua escolha, para encarregar-se da redacção final do projecto de Constituição, devendo a mesma Comissão, antes de votarem-se as emendas offerecidas em segunda discussão, dar seu parecer sobre quaes das emendas que, em seu conceito, devam ou não ser approvadas.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga*.

O SR. ESPÍRITO SANTO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do expediente. Por este motivo, não posso dar a palavra a dous Srs. representantes, que se acham inscriptos.

O SR. ESPÍRITO SANTO — Eu pedia a palavra sobre uma das indicações que foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE — A primeira das indicações está adiada, por terem sobre ella pedido a palavra; a segunda fica sobre a mesa, para ser tomada em consideração, amanhã.

O SR. ESPÍRITO SANTO — Então, pedirei a palavra quando a indicação entrar em discussão.

O SR. GONÇALVES CHAVES (*pela ordem*) — Sr. Presidente, por motivo independente da minha vontade, não me achava no Congresso quando o honrado Senador por Pernambuco formulou e mandou á Mesa uma emenda relativa á unidade do Direito.

Tendo conhecimento dessa emenda, eu e o meu distincto collega Sr. Dr. Feliciano Penna mandamos uma declaração á Mesa...

O SR. GABRIEL DE MAGALHÃES — E eu tambem.

O SR. GONÇALVES CHAVES — ...dizendo que a faziamos nossa.

Esta declaração foi publicada no *Diario Official*; mas o meu nome ali está substituido por outro de um digno representante de S. Paulo.

Ligo o maximo interesse a essa emenda, que desejaria sustentar da tribuna. Por isso, o Congresso desculpe-me fazer

esta reclamação; não tenho por habito tomar tempo á Casa, principalmente com questões de ordem.

Assim, peço a V. Ex., Sr. Presidente, que, verificando a minha allegação, ordene que se faça a indispensavel correção.

O Sr. PRESIDENTE — O pedido do nobre representante será attendido.

ORDEM DO DIA

SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a 2ª discussão do projecto de Constituição, com as emendas apresentadas.

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão as seguintes

Emendas

Ao art. 55:

Substitua-se pelo seguinte:

O Supremo Tribunal Federal compor-se-á de 15 membros, sendo dous terços destes tirados, por antiguidade, dos juizes federaes inferiores, e um terço nomeado na fórma do art. 47, n. 12, de entre os cidadãos de notavel saber e reputação, elegiveis para o Senado.

Parapho unico. A nomeação dos juizes federaes far-se-á mediante concurso, nos termos e pela fórma que lei especial estabelecer.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Chaves*. — *Francisco Amaral*. — *Chagas Lobato*. — *F. Penna*. — *Ferreira Rabello*. — *Mamoel Fulgencio*. — *Pacifico Mascarenhas*. — *Carlos Chagas*. — *Domingos Porto*. — *João Luiz*. — *Costa Senna*. — *Zama*.

Acrescente-se ás Disposições Transitorias:

Art. Em seguida á eleição do Presidente e Vice-Presidente da Republica, os membros do Congresso elegerão o governador e vice-governador dos seus respectivos estados, os quaes servirão até a definitiva organização dos mesmos estados.

S. S. — *Augusto de Freitas*. — *S. Medrado*. — *J. J. Seabra*. — *A. Eusebio*. — *A. Milton*. — *Prisco Paraiso*. — *Aquilino do Amaral*. — *Cactano de Albuquerque*. — *Urbano Marcendes*. — *José Hyggino*. — *Barão de S. Marcos*. — *Bellarmino Carneiro*. — *Ignacio Tosta*. — *Leonigildo Filgueiras*. — *Mamoel Francisco Machado*. — *Joaquim Sarmento*. — *Uchôa Rodrigues*. — *J. J. A. Pernambuco*. — *André Cavalcanti*. — *D. Manhães Barreto*. — *Americo Lobo*. — *Braz Carneiro N. da Gama*. — *Frães da Cruz*. — *Viriato de Medeiros*. — *Francisco Badaró*. — *Dutra Nicacio*. — *Baptista da Motta*. — *França Carvalho*. — *José Augusto Vinhaes*. — *Thomas Delino*. — *Gil Goulart*. — *Pires Franco*. — *Theodoro Pacheco*. — *Elyseu Martins*. — *Nogueira Paranaguá*. — *Barbosa Lima*.

— *Bezerril.* — *J. de Serpa.* — *Francisco S. Borges.* — *Domingos Vicente.* — *Athayde Junior.* — *Felisbello Freire.* — *Ivo do Prado.* — *Pinheiro Guedes.* — *Nelson de Vasconcellos Almeida.* — *Monteiro de Barros.* — *Anfrísio Fialho.*

Substitutivo ao art. 11 das Disposições transitórias:

Art. A presente Constituição, depois de votada, será promulgada pela Mesa do Congresso, assignando-a todos os representantes presentes, e, em seguida, remetida ao chefe do Governo, para fazel-a executar.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *José Marianno.* — *J. Retumba.* — *Almeida Barreto.* — *L. Müller.* — *José Ave-lino.* — *Santos Andrade.* — *João de Siqueira.* — *João Lopes.* — *Bezerril.* — *Barão de S. Marcos.* — *S. L. Medrado.* — *Couto Cartaxo.* — *Leovigildo Filgueiras.* — *André Caval-canti.* — *Bellarmino Carneiro.* — *Luiz de Andrade.* — *Luiz Delfino.* — *Carlos de Campos.* — *Lacerda Coutinho.* — *Es-teves Junior.* — *Jacques Ouriques.* — *Henrique de Carvalho.* — *Firmino da Silveira.* — *Miguel Castro.* — *José Bevilacqua.* — *P. Ferreira.* — *D. Rocha.* — *Almino.* — *Rosa Junior.* — *Oliveira Galvão.* — *Bezerra de Albuquerque.* — *J. de Serpa.* — *C. do Nascimento.*

Ao principio do art. 46 e §§ 1º e 2º:

Sejam substituidos pelo seguinte:

O Presidente e Vice-Presidente serão escolhidos pelo povo, mediante eleição indirecta, para a qual cada Estado, bem como o Districto Federal, constituirá uma circumscripção, com eleitores especiaes em numero duplo do da respectiva representação no Congresso.

§ 1º. Não podem ser eleitores especiaes os cidadãos que occuparem cargos retribuidos, de caracter legislativo, judiciario, administrativo ou militar, no Governo da União, ou nos dos estados.

§ 2º. Essa eleição realizar-se-á no dia 1 de março do ultimo anno do periodo presidencial.

§ 3º. No dia 1 de maio seguinte se celebrará em todo o territorio da Republica, a eleição do Presidente e Vice-Presidente.

O § 3º passará a ser 4º, e o 4º a ser 5º, e accrescente-se:

§ 6º. Si nenhum dos candidatos votados obtiver maioria absoluta de votos, o Congresso elegerá o Presidente e o Vice-Presidente, por maioria absoluta, de entre os tres cidadãos mais votados.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Almeida No-queira.* — *Rubião Junior.* — *Glicerio.* — *Rodrigues Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Alfredo Ellis.* — *Lopes Chaves.* — *Moreira da Silva.* — *Paulino Carlos.* — *Moraes Barros.* — *Re-tumba.* — *Rodolpho Miranda.* — *Mursa.* — *B. de Campos.*

Ao art. 69:

Supprima-se o n. 4 do § 4º.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Zama.*

Ao art. 70:

Diga-se, no § 2º deste artigo:

a) em vez de — incapacidade physica ou moral — incapacidade civil.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Zama*.

Aos arts. 6º e 8º:

As disposições dos arts. 6º e 8º sejam substituídas pela seguinte:

É da exclusiva competencia da União a decretação das contribuições indirectas; pertencem aos estados as directas, bem como os direitos da exportação sobre mercadorias, cada um sobre as que forem produzidas em seu territorio.

Uma lei do Congresso classificará as contribuições.

Paragrapho unico. A disposição deste artigo relativa á discriminação das verbas só começará a vigorar no anno de 1895; até lá os estados continuarão a perceber e a legislar sobre os direitos de que estão de posse e sobre os de transmissão de propriedade, que lhes são transferidos.

Sala das sessões, 16 de dezembro de 1890. — *Chagas Lobato*.

O estrangeiro é obrigado ao serviço do jury, mas não poderá funcionar no julgamento dos crimes políticos. — *Fróes da Cruz*. — *Oliveira Pinto*. — *D. Manhães Barreto* — *Virgílio Pessôa*.

Ao art. 24:

Supprimem-se as palavras — *nem ser Presidente* — e seguintes.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

O serviço do jury, na Capital Federal e nos estados que adoptarem essa Constituição, é obrigatorio para todos os cidadãos alistados eleitores, e nenhum prejuizo poderá advir a seus vencimentos aos que, por officio ou emprego, receberem vencimentos do Governo Federal. — *Fróes da Cruz*.

Emenda substitutiva ao art. 86:

O Exercito e Armada compor-se-ão pelo voluntariado, sem premio, e, em falta deste, pelo sorteio, previamente organizado.

Concorrem, para o pessoal da Armada, as escolas navaes, aprendizes marinheiros, e o sorteio na marinhagem mercante.

O sorteio, adoptado como systema, não ha duvida, é o ideal da organização dos exercitos; mas é preciso ter em consideração a civilização do povo, sua situação geographica, o espirito militar nelle desenvolvido, attento o constante e imminente perigo de invasão do solo da Patria, como acontece nas nações da Europa, que, ha longos seculos, vivem na especulativa armada, excepção da Inglaterra, de cuja defesa a força principal é a Marinha, e adopta para organização do Exercito o voluntariado. Barão Colmar assim pensa — competente general do estado maior do exercito allemão.

O sorteio, applicado aos exercitos europeus, não poderá

ainda ser, unicamente, estatuido entre nós, que mendigamos braços para a lavoura á velha Europa.

O sorteio pôde dar em resultado a privação ás vocações, e a obrigação aos que não têm aptidão, que deve ser, lenta e gradualmente, desenvolvida. Sinto discordar de muitos distinctos camaradas, que opinam pelo sorteio, como principio unico, e tanto mais sinto, porque, por occasião da 1ª discussão, prestaram-me suas assignaturas a uma emenda substitutiva, que ora reproduzo e que foi rejeitada, — cousa original, com votos de muitos signatarios, o que só posso attribuir a ser mal ouvida a leitura, pois o mesmo quasi me aconteceu.

Si me loear a vez de fallar, pela inscripção, desenvolverei as ligeiras considerações que acima exponho.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Julio Frota*.

Additivo

Cada vez que a população de qualquer Estado attingir a 5.000.000 de habitantes, esse Estado dividir-se-á em dois novos estados federados.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Athayde Junior*.

Disposições Transitorias (Redacção para a 2ª discussão).

Ao art. 10:

Supprima-se, por não conter materia puramente constitucional.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Rosa Junior*.

Ao art. 5º. Substituam-se as palavras — em negocios peculiares aos estados — por estas outras — no territorio dos estados.

Substitua-se o § 4º pelo seguinte — Para assegurar o cumprimento das leis da União e a execução das sentenças dos tribunaes federaes, nos termos em que uma lei especial regular essa intervenção.

Sala das sessões, 13 de dezembro de 1890. — *Chagas Lobato*.

Ao art. 4º:

Substitutivo do Sr. representante Amphilophio.

Os tribunaes de appellação serão de organização dos estados, assim tambem as nomeações dos seus juizes e sustentação, tudo de accordo com as leis.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — *Chagas Lobato*.

O Sr. Augusto de Freitas (*Monimento de attenção*) — Sr. Presidente, a natureza especial desta discussão impõe rigorosas obrigações aos representantes da Nação.

Não venho, neste momento, pretender fores que não possuo, nem fazer rhetorica nesta tribuna; venho, Sr. Presidente, obedecer a exigencias imperiosas, exigencias que chamarei dictatorias, da consciencia perfeita, que tenho, do exacto cumprimento dos meus deveres.

Não preciso fazer profissão de fé, não preciso declarar as idéas que abraço, porque alistei-me sob a bandeira francamente federalista, desde o primeiro momento, em que tive a honra de dirigir a palavra a este Congresso.

Disse, Sr. Presidente, que um dever trazia-me a esta tribuna, a despeito da convicção, que tenho, de que nenhum serviço melhor se pôde prestar ao paiz, neste momento, do que dar-lhe a sua Constituição politica, já e já. (*Apoiados.*)

De facto, coherente com a orientação democratica, que tem dictado todo o meu procedimento, defendi o systema de organização judiciaria, adoptado no projecto de Constituição, quando era Ministro da Justiça o nobre representante de São Paulo; sendo, talvez, a minha palavra, a primeira que se fez ouvir neste recinto em defesa desse projecto, unico compativel com o regimen de Federação, que se quer fazer passar para as instituições do paiz, devo defendel-o com a mesma dedicação, hoje, que já não é Ministro o honrado representante Sr. Campos Salles, para que não pareça a certos espiritos, que pouco cultivam o respeito á honra alheia, que eu rendia homenagem a um projecto do Governo, e não a um projecto, que traduz um principio — o principio federalista. (*Muito bem.*)

«O Sr. Rosa? — O carecter de V. Ex. está acima de qualquer suspeita.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Antes, porém, de enfrentar esta magna questão, que reputo a de maior transcendencia de todo o projecto de Constituição, porque affecta a organização de um poder, — e transigir na organização dos poderes publicos é sacrificar a nacionalidade, é faltar ao patriotismo — devo, aproveitando-me do momento, em que me é permittido fazer a analyse dos pontos capitaes do projecto de Constituição, dizer algumas palavras sobre a discriminação das rendas da União e dos estados.

Não venho, Sr. Presidente, nesta occasião, levantar systemas, nem discutil-os.

Tenho assistido, desde o dia em que se iniciaram os trabalhos do Congresso Constituinte, aos maiores debates, ás maiores elucidações de todos os systemas lembrados para a organização financeira do paiz.

Ouvi debaterem-se interesses chamados do Norte, contra os interesses do Sul, ouvi dizer-se que os estados do Norte são pobres, e que os estados do Sul são ricos — falsa asserção deante das finanças que nos legou o regimen passado, porque hei de mostrar que os estados do Sul, em grande parte, viveram sempre a expensas da União (*Apoiados e não aporados*): e que resultou de todo esse debate, de toda essa luminosa discussão de systemas?

Os proprios defensores do systema francamente federalista, daquelle que eu tive occasião de dizer que abraçaria si, porventura, encontrasse nas finanças do paiz, nos esclarecimentos, que solicitei do Governo, um fio por onde pudesse guiar toda a minha attenção para dirigir o meu voto, si não enfrentasse com as finanças malbaratadas, legado dos governos passados, si não encontrasse um verdadeiro barathro, onde impossivel é penetrar, porque, ao passo que o nobre e honrado ex-Ministro da Fazenda, com a auctoridade de sua palavra, veiu dizer ao paiz, representado por este Congresso, que as despesas da União sobem a cerca de 200.000:000\$, sem poder,

indicar-nos, todavia, quaes as fontes extraordinarias de receita com que deve contar a União para solver todos estes compromissos, sem perturbar a marcha regular da administração, asserção contestada pelo honrado Senador pela Bahia, o Sr. conselheiro Saraiva, quando affirmou que as despesas da União elevam-se a 240.000:000\$, — os proprios secretarios do systema federalista, dizia eu, Sr. Presidente, reuam deante da impossibilidade de traçar o limite até onde se deve estender o poder da União, sem sacrificios dos direitos e da autonomia dos estados, deante da inconveniencia, que resultaria da adaptação, neste momento, dos preceitos absolutos e rigorosos de um systema politico á organização financeira, o que traria como resultado immediato a tutela dos estados sobre a União, com a fatal consequencia do nosso abatimento como nacionalidade, da quebra do nosso credito como nação. (*Muito bem; apoiados e não apoiados.*)

Senhores, é preciso não esquecer, neste instante, que temos um passado cheio de embaraços para a vida economica do paiz e que deve servir-nos de lição severa; é preciso não esquecer que até hontem era negada a autonomia dos estados, que todas as suas forças vitaes eram absorvidas por este minotauro chamado Governo central, que não devemos saccar de um modo precipitado e irreflectido sobre o futuro deste grande paiz, cujo desenvolvimento economico não deve ficar á mercê de um systema financeiro, inconveniente por não ser opportuno, condemnado por não assentar em um estudo positivo, em uma observação exacta da nossa situação economica. (*Apoiados.*)

Hoje nós vimos romper estes laços de centralização, firmar a autonomia dos estados pelo reconhecimento de sua soberania, traçar os limites do poder da União e dos direitos dos estados, mas não cheguemos ao extremo de sacrificar a independencia e a soberania da Nação por uma falsa homenagem á autonomia dos estados que a compõem.

Aqui, Sr. Presidente, e sómente na questão financeira, é que é licito transigir, deante das difficuldades do momento, até que a experiencia adquirida pelo estudo das forças productivas da Nação, neste periodo que se inaugura, nos aconselhe o melhor systema de organização financeira. (*Muito bem; muito bem.*)

Neste recinto, Sr. Presidente, têm dito os que defendem a emenda apresentada pelos dignos representantes do Rio Grande do Sul, que são federalistas, que querem o reconhecimento dos direitos dos estados; mas SS. EExs. esqueceram-se de apresentar, como cumpria-lhes, um plano de organização financeira, que satisfizesse ás necessidades da Nação.

Podiam dizer-nos que compete, privativamente, ao Estado decretar todos os impostos, haurir todas as fontes de receita, que não estiverem contempladas no art. 6º do projecto de Constituição; mas, para que este systema, democratico em-hora, pudessa ser acceito, fazia-se necessario que SS. EExs. demonstrassem que as rendas reservadas para a União no art. 6º eram sufficientes para a satisfação das exigencias de sua vida normal, para a satisfação dos compromissos de honra da Nação Brasileira.

Reservar, porém, para a União, sómente as rendas do artigo 6º, claramente insufficientes, por isso que, segundo os dados estatísticos, aqui apresentados pelo honrado ex-ministro da Fazenda, elevam-se a cerca de 160.000:000\$, quando a des-

pesa sobre, na melhor hypothese, a 200.000:000\$, é decretar, desde já, a autonomia absoluta dos estados, e a negação da soberania da União, é firmar a dependencia desta, a quem se impõe a obrigação de pedir auxilio aos estados para a satisfação do quanto exige a sua complexa organização administrativa e economica, e do quanto impõe o dever de salvar o seu credito empenhado. (*Apoiados e não apoiados.*)

Senhores, si tratarmos de procurar as fontes de renda, para que os estados possam ter uma vida autonómica, não devemos esquecer a União.

Um dos maiores publicistas do seculo, sectario decidido da Federação, o illustre Py e Margall, referindo-se á questão da discriminação das rendas, diz-nos que é necessario dar á União os meios de uma vida independente, é preciso não escravizar a União aos estados, nem estes á União.

E' este, Sr. Presidente, o pensamento que traduz o projecto de Constituição, na parte relativa á organização financeira.

E não pense o Congresso que não serei capaz de retirar, amanhã, o voto que, hoje, dou.

Quando, reunidos em sessão ordinaria, tivermos de discutir os actos do Governo passado, julgar dos compromissos contrahidos, poderemos restringir a esphera de acção, do Governo central, quanto ao direito de decretar impostos, ou seremos obrigados a impor sacrificios aos estados, para salvar a União, porque, devo declarar que apesar das idéas que defendo, no dia em que vir compromettida a nacionalidade brasileira, deixarei de ser federalista, para defender a Republica unitaria. (*Apoiado; muito bem.*)

Não comprehendendo vida, autonomia e soberania nos estados sem independencia e soberania da União.

Querer o engrandecimento dos estados com a asphyxia da União, que é a grande Patria, é querer aniquillar o Brazil, é alimentar falsas esperanças de uma vida abundante e de progresso em um regimen de Federação. (*Muito bem; diversos apertes.*)

Senhores ! Não nos iludamos: nós só seremos fortes emquanto formos unidos. (*Apoiados.*)

Comprehendo, Sr. Presidente, que, com o systema de organização financeira adoptado pelo projecto de Constituição, todos os estados não podem, de prompto, encontrar as necessarias fontes de receita para fazerem face ás despesas imprescindiveis, que lhes traz a nova organização administrativa, no regimen da Federação.

Pensar na possibilidade de uma tal organização, em um periodo de transição, como este, quando nos assoberba uma enorme divida para com o estrangeiro, quando sómente os juros dessa divida, da divida interna e outros encargos inadivels, elevam-se a cerca de 75.000:000\$, é deixar-se seduzir pela supposta prosperidade parcial dos estados, esquecendo os direitos da União, sem a qual arrastarão uma vida ingloria, é adaptar ao preceito constitucional os principios de theoria politica, esquecendo-se a nossa situação economica.

O Brazil, Senhores, é grande hoje, e será enorme quando todas as suas fontes de riqueza estiverem exploradas, quando tiverem desaparecido todos estes encargos, que nos trouxeram os erros dos governos passados.

Os estados sacrificados pela centralização monarchica, regimen de liberdade em que vão entrar, desenvolverão as

suas industrias, augmentando a sua riqueza, para garantirem a vida autonómica e independente. (*Apoiados.*)

Não receemos do futuro. Senhores, em um regimen livre, quando a acção dos governos locais é ampla, quando a centralização desaparece; e lembremo-nos da grande União Americana, onde a salvação das finanças da Nação trouxe consigo o desenvolvimento e o progresso dos estados.

Defendo, Sr. Presidente, a emenda que tive a honra de assignar, relativa ao pagamento da divida consolidada dos estados pela União.

E' mais um encargo que pesa sobre a União, sem duvida; mas, si temos o direito de julgar todos os actos do Governo Provisorio, de decretar os meios necessarios para a satisfação dos compromissos contrahidos, poderemos adiar o que fôr adiante, auctorizando o Governo as operações financeiras que se tornem precisas para o pagamento dessas dividas, libertando-se, destarte, os estados, habilitando-os para uma vida de propriedades. (*Apoiados.*)

O Sr. OTTICICA — E' o systema de novos empréstimos.

O Sr. AUGUSTO DE FREITAS — Não será o systema de novos empréstimos.

Seja, porém, qual for o systema que o Congresso adopte, seja qual for a operação financeira que elle auctoreze, certo é que, neste momento, não poderão os estados, sem grandes difficuldades, desenvolver-se e organizar-se, sem, primeiramente, afastar de si a responsabilidade desses grandes encargos; e si a Constituição auctORIZA a União, pelo poder competente, a abrir creditos especiaes aos estados neste periodo de organização, mais justo parece que esta avoque a si o pagamento das dividas.

Ouvi, Sr. Presidente, ha dias, dizer um digno representante, que os estados do Norte viriam com suas dividas sobre-carregar a União.

Ea poderia mostrar ao Congresso, que muitos dos estados, quer do Norte, quer do Sul, viveram sempre á custa de outros, por isso que eram subsidiados pela União.

O illustre representante das Alagoas que apresentou um projecto de organização financeira, esqueceu-se de que o Estado que tão dignamente representa mandara apenas para o Centro 105.000:000\$, média dos tres ultimos exercicios.

O Sr. OTTICICA — Mil seicentos e tantos contos é o que está na exposição do Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. AUGUSTO DE FREITAS (*revendo uns papeis*) — 105:080\$ foi a media da quantia enviada pelo Estado das Alagoas nos tres ultimos exercicios financeiros.

O Sr. OTTICICA — Saldo entre a receita e a despesa.

O Sr. AUGUSTO DE FREITAS — Os estados de Sergipe, Ceará, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, assim como Santa Catharina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas e outros sempre tiveram receita inferior ás suas despesas, sempre foram auxiliados pela União. (*Apoiados e não apoiados.*)

Os algarismos não falham (*mostrando uns papeis*), e nem isto é assumpto que permita diversidade de opiniões.

Entretanto, Sr. Presidente, o Estado da Bahia, que tenho a honra de representar neste Congresso, acceitando-se a mesma base dos tres ultimos exercicios para o calculo, compre-

hêndidos todos os impostos geraes, rendeu cerca de réis 17.000:000\$, consumiu 11.000:000\$, concorrendo, dest'arte, com cerca de 6.000:000\$, para as despesas de outros estados e da União.

O SR. ARTHUR RIOS — E' exacto.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Não serei, porém, eu que levante a voz neste recinto para resolver esta grave questão financeira, collocando-me no ponto subjectivo do meu Estado.

Deixo de parte, Sr. Presidente, a questão da discriminação das rendas, e dirijo, especialmente, neste momento, a minha attenção para o art. 71 do projecto de Constituição, onde está decretado que a Republica só reconhece o casamento civil, permitindo-se por tal forma a precedencia da cerimonia religiosa á realização do acto civil.

Preciso, neste instante, Sr. Presidente, de toda a attenção dos dignos representantes da Nação, porque venho defender os sagrados direitos, os nobres interesses da familia brasileira. (*Muito bem.*)

Admittir a liberdade de precedencia da cerimonia religiosa ao contracto civil, qualquer que seja o culto, é comprometter a familia, e sacrificar a nacionalidade brasileira, é esquecer aquelles que precisam da mão protectora da lei, do amparo do Poder publico. (*Apoiados; não apoiados; muito bem.*)

Quereis ver, Senhores?

Lançai as vossas vistas para os paizes civilizados. A Belgica, que nos primeiros dias deste seculo limitava a liberdade dos padres quanto á celebração do casamento, prohibindo a benção nupcial aos que não justificassem terem-se casado perante o funcionario civil, a 7 de março de 1815 revogava tal disposição de lei, firmando a plena liberdade, permitindo a precedencia da cerimonia religiosa.

Taes foram, Senhores, os abusos, que succederam taes as reclamações que o proprio Governo recebia dos magistrados que vinham dizer-lhe que a familia estava desorganizada, que as viúvas não tinham garantias, que os orphãos não tinham direitos de successão, que os contractos estavam abalados em suas relações juridicas, porque os pobres camponezes, ignorantes, limitavam-se á cerimonia religiosa, persuadidos da legitima constituição de uma familia perante a lei, — que, menos de dous annos depois, a 10 de janeiro de 1817, diante de tão graves inconvenientes, foi revogado o decreto de 7 de março de 1815, firmando-se de novo a obrigação da precedencia do acto civil.

Não ficou, porém, ali.

Dava-se isso em 1817, e, quando, em 14 de outubro de 1830, o governo provisório da Belgica, decretando reformas liberaes, extinguiu todas as medidas repressivas da liberdade de consciencia, abolindo as leis que impediam a livre manifestação e propagação de doutrinas pela palavra ou pela imprensa, o clero julgou immediatamente revogado o decreto de 10 de janeiro, e o bispo de Namur (peço para este facto a attenção daquelles, que neste recinto, representam o Partido Catholico), — quando o Governo da Belgica, inspirado nos principios democraticos, taes reformas decretava, fazia baixar uma pastoral ao clero, em 22 de outubro, seis dias apenas depois, na qual dizia-lhe: Estaes livres, podeis reali-

zár a seremonia religiosa do casamento, independente do contracto civil.

De tal natureza, Senhores, foram os inconvenientes, que succederam a esse acto do representante da Igreja, de expressa revogação da lei civil, tal foi o sacrificio dos direitos, determinado pela persuasão daquelles que, constituindo familia perante Deus pela realização do casamento religioso, acreditavam tel-a constituido perante a sociedade, independente do contracto civil, que o art. 16 da Constituição politica da Belgica veiu restabelecer a disposição do decreto de 10 de janeiro, prescrevendo que o casamento civil precederá sempre as ceremonias religiosas, garantindo, dest-arte, a tranquillidade da familia e a condição dos filhos. (*Muito bem; muito bem; apoiados.*)

E para que Senhores, esses preceitos da lei politica fosse observado em toda sua plenitude, para que não fossem illudidos os efeitos de tão salutar disposição, o Codigo Criminal da Belgica estatuiu que seria punido com a multa de 50 a 500 francos o ministro de qualquer religião que concedesse a benção nupcial antes de exhibidas as provas da celebração do casamento civil; e decorridos são já 60 annos sem que uma reforma se tenha dado nessa legislação, porque vêm todos em lacs prescripções a mais legitima garantia, senão a unica da familia e da sociedade. (*Apoiados.*)

Não é, Sr. Presidente, sómente a lição da historia de um paiz adeantado, como é a Belgica, que nos deve inspirar neste momento.

Quando reflicto sobre o assumpto dessa emenda, que o Congresso votou na primeira discussão do projecto da Constituição, em um desses momentos de exaltação em que a razão fica obscurecida pela homenagem prestada a um falso principio de liberdade, quando penso que, da permissão de precedencia da cerimonia religiosa, a Historia o diz, podem resultar os maiores males pela desorganização da familia, ao passo que, da precedencia obrigatoria do contracto civil, nenhum mal advem, nenhuma coacção resulta á liberdade de crenças, pois que, cumprindo o preceito da lei, garantidor da legitima constituição da familia, dos direitos da esposa e dos filhos, póde o cidadão realizar a cerimonia religiosa pelas leis do culto que adoptar, convenco-me, Sr. Presidente, de que o Congresso reformará o voto dado, acceitando a emenda que tive a honra de apresentar, e pela qual fica restabelecida a obrigatoriedade da precedencia do casamento civil. (*Apoiados; muito bem; apertes.*)

Os meus receios sobem de ponto, Sr. Presidente, quando lembro-me de que a Belgica, admittindo esta medida garantidora da liberdade de consciencia, — a Belgica, onde a instrução publica não é um mytho, como é no Brasil, onde a instrução civica é uma realidade —, fel-o para salvar a organização da familia, sacrificada pela ignorancia e pelo fanatismo dos camponezes; entretanto que no Brasil, paiz essencialmente catholico, onde a escola rareia em todos os centros, onde o cidadão desconhece os seus direitos, e mal comprehende os seus deveres, onde a lei civil não é conhecida do povo, que não sabe ler, onde a crença religiosa toca ás raizas do fanatismo, onde o cidadão curva-se deante de um templo, mais pelo temor que por homenagem a uma crença, — no Brasil, Sr. Presidente, é que se quer dar a liberdade de reali-

zar o casamento religioso antes do casamento civil! (*Muito bem.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Os padres hão de sempre prégar contra o casamento civil. (*Ha outros apares.*)

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Ouvi, Sr. Presidente, ha dias, por occasião da primeira discussão do projecto de Constituição, o nobre representante pela Bahia, o Sr. Conselheiro Saraiva, a quem devo o maior respeito, cuja palavra acostumei-me a ouvir e admirar desde os primeiros dias da minha vida publica, dizer desta tribuna: Quereis a precedencia do casamento civil para manter a legitima organização da familia, porque receaes que aquelles que se casam religiosamente não vão celebrar o contracto civil; deveis então evitar e impedir o concubinato.

Não tivessem, Sr. Presidente, partido estas palavras do honrado Senador, a quem admiro pelo seu caracter sem macula, eu não occuparia a attenção do Congresso em ouvir a resposta a argumento que reputo, releve-me S. Ex., da maior fragilidade.

Quereis saber por que, Senhores?

O que o Congresso propõe-se a fazer, neste momento, é estender a mão protectora da lei civil áquelle que manifesta a intenção pura de constituir uma familia, áquelle que, por falsa convicção, sem pensar no sacrificio dos direitos dos filhos, dominados pelas crenças religiosas, ignorante da lei civil, realiza o casamento religioso, julgando dispensavel o contracto civil.

Este precisa da protecção do poder civil, protecção que se torna effizaz pela prohibição da precedencia da cerimonia religiosa, ao passo que aquelle, que vive em concubinato, tem manifestado, por um facto positivo, pela dispensa, mesmo, do acto religioso, o desejo de não constituir uma familia, a intenção de não proteger os direitos dos filhos, não tendo, pois, neste circulo em que vive, direitos nem deveres. (*Apoiados; muito bem.*)

Bem vedes, Senhores, que são diversas as situações, e que o argumento apresentado pelo honrado representante pela Bahia só poderia provar a necessidade da precedencia do contracto civil, para que não fossem equiparados aos que vivem em concubinato, aquelles que contraem casamento, observando as leis do culto que adoptam. (*Apoiados.*)

Tenho, Sr. Presidente, o compromisso, contrahido com um honrado collega da representação rio-grandense, de não exceder o tempo que me concede o Regimento, para que S. Ex. possa, hoje, justificar as emendas que apresentou ao projecto de Constituição.

Devo, pois, limitar as minhas considerações, e dirigir as vistas para um ponto, que reputo capital no projecto, e sobre o qual já pronunciei-me, na primeira discussão.

O SR. ROSA — E brillantemente. (*Apoiados.*)

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Refiro-me á organização judiciaria; e peço aos illustres representantes da Nação toda a sua generosa attenção.

Creio, Sr. Presidente, e não o digo por vaidade, sentimento que desconheço, e sim por uma profunda convicção da verdade das doutrinas que defendo, que conseguirei provar ao Congresso que a emenda apresentada pelo nobre representante da Bahia o Sr. Amphilophio; substitutiva da que

apresentou S. Ex. por ocasião da primeira discussão do projecto de Constituição — emenda que se acha apoiada pelos representantes de alguns estados — e, permitta-se-me a expressão, peor que o soneto; porque, sem traduzir um systema de organização politica, sacrifica os principios capitães do regimen federativo, a cujos preceitos deve obedecer a Constituição politica da nova Nação Brasileira.

Vejo, Sr. Presidente, essa emenda assignada por distintos representantes da Nação, amigos, aos quaes devo as maiores attensões; e peço a SS. EEx. que se colloquem neste plano, que permittam aquelle que, neste Congresso, tem-se batido pela verdade do regimen federativo, que, á semelhança do nobre representante pelo Paraná, quando occupou-se da questão da discriminação das rendas, tambem propheteze que si a Constituição politica que se vai decretar não obedecer aos principios democraticos, si a soberania dos estados não for reconhecida, a propaganda em favor desta causa santa se estenderá por todo o paiz, e a consequencia... não sei qual será.

O SR. CAMPOS SALLES — A consequencia será a separação, o desmembramento (*Apoiados.*) E' preciso dizel-o com franqueza.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Começo, Sr. Presidente, a analyse do projecto de organização judiciaria enviando desta tribuna parabens ao nobre Ministro da Justiça do Ministerio decahido.

S. Ex. que, no Governo passado, pelo concurso prestado para a confecção dessa parte do projecto de Constituição, symbolisava o verdadeiro regimen federativo; S. Ex. que deixou, neste projecto de organização judiciaria, uma perfeita definição de suas idéas, uma exacta codificação de seus principios, deve estar, hoje, inteiramente satisfeito pela victoria que vai alcançando este systema no seio do Congresso Constituinte. (*Apoiados.*)

E tanto maior deve ser a gloria daquelles que defendem a dualidade da magistratura no regimen de Federação, quanto o projecto hoje apresentado pelo nobre Deputado pela Bahia da-nos o direito de dizer ainda uma vez a S. Ex., bem como aos honrados signatarios dessa emenda: Vós não tendes um systema procurais, apenas, accomodar as cousas, não estaes legislando para um paiz cuja forma de governo é a Republica federativa; vós acceptais o regimen republicano, lembrando-vos, porém, sempre da Monarchia, que cabiu. (*Apoiados; muito bem; muito bem.*)

Desço, Sr. Presidente, á analyse da emenda.

Começa o nobre Deputado pela Bahia dizendo (16):

“O Poder Judiciari³ terá por órgãos de acção: um supremo tribunal, com sede na Capital e jurisdicção em todo o paiz; tribunaes de appellação, distribuidos pelos estados e Districto Federal, na razão de um tribunal para cada uma destas secções do territorio nacional, e os juizes ou tribunaes da 1ª instancia que cada Estado crear para si e o Congresso para o Districto Federal.”

Primeira violação do regimen federativo; e peço para este ponto, especialmente, a attenção do meu honrado amigo, o

nobre representante do Maranhão, um dos mais illustros magistrados deste paiz. (*Apoiados*), signatario da emenda.

Primeiro ataque a Federação: dá-se aos estados o direito de organizar o seu poder judiciario na primeira, como na segunda instancia; dá-se-lhes o direito de firmarem regras absolutas, reguladoras da competencia scientifica; dá-se-lhes o direito de estabelecerem preceitos, que, attestando a idoneidade, garantam a independencia absoluta dos magistrados; dá-se-lhes, finalmente, o direito de organizarem a magistratura de primeira instancia, com juizes unicos ou com tribunaes; mas viola-se o regimen politico, fazendo intervir o Poder central na vida intima dos estados, para dizer-lhes: Haveis, forçosamente, de ter um tribunal de segunda instancia; haveis todos de obedecer ao mesmo padrão de organização do Poder Judiciario, quando se lhes deu toda liberdade para a organização do Poder Legislativo e Executivo, quando, Senhores, a Federação é a unidade na variedade! (*Muito bem; muito bem.*)

E é a isto que se quer chamar autonomia dos estados; e é a isto que se chama regimen de liberdade em um governo federativo!

Mas o nobre auctor da emenda precisava preparar o manancial donde, mais tarde, iria tirar os membros do Supremo Tribunal Federal.

Eis porque eu disse, Sr. Presidente, que a emenda, não obedecendo ás leis de um systema, traduz, simplesmente, uma cortezia feita a uma classe, que eu muito respeito, em cujo seio encontro os mais dedicados amigos, mas cujos interesses não se podem collocar acima da salvação de um principio politico, que deve ficar consignado na Constituição de uma Republica federativa. (*Apoiados; muito bem.*)

Não parou ahi o nobre auctor da emenda.

Hontem, S. Ex., de par com o honrado representante por Pernambuco, dizia, no voto em separado, por este assignado que, pelo projecto de Constituição, a magistratura estava morta neste paiz, que estava reduzida a condições precarias, que os estados, definhando pelo decrescimento de suas rendas, não poderiam manter uma magistratura em condições de independencia necessaria, que não poderiam assumir a responsabilidade de tão pesados encargos, e, em sustentação de tal asserção, para remover esses embaraços, que iam tolher a vida progressiva dos estados, SS. EExs. queriam que os tribunaes de 2ª instancia fossem compostos de membros tirados da magistratura de 1ª instancia dos estados, mediante concurso e por nomeação do Governo da União, sendo mandados estes tribunaes pelos cofres geraes, attentas as razões offerecidas.

Hoje, a nova emenda, apresentada em segunda discussão do projecto de Constituição, esquece as condições precarias dos estados, e affirma que estes podem manter a magistratura de 1ª instancia, como os tribunaes de appellação! (*Apoiados.*)

E' isto, Senhores, um resultado seguro do estudo da nossa situação financeira, é isto firmeza de convicções?

Um systema só cede deante da razão logica de um outro systema, ou deante das imposições do desenvolvimento economico.

UM SR. REPRESENTANTE. — A contradicção é manifesta.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Prosigo, Sr. Presidente. Os honrados signatários da emenda apresentada em primeira discussão diziam: Destes tribunaes de appellação sairão, por antiguidade absoluta, os membros que vão compôr o Supremo Tribunal Federal.

Attendei, Senhores: quando, desta tribuna, tive a honra de dirigir a palavra ao Congresso, — e mostrava com os factos, os effeitos desastrosos da lei da antiguidade neste paiz — o meu honrado collega de deputação, auctor da emenda, dizia-nos: Está sanado o mal, porque esses membros dos tribunaes de appellação, que têm de subir, por antiguidade ao Supremo Tribunal Federal, entrarão para aquelles tribunaes por concurso, attentando a sua competencia scientifica.

Não destruiu, Senhores, tal razão os argumentos com que eu repellia a lei da antiguidade.

Entretanto, hoje, os nobres signatarios da emenda já não estabelecem o concurso para a composição dos tribunaes de 2ª instancia, porque a União não pôde intervir na vida intima dos estados, preservando regras para a melhor composição de seus poderes, e para maior garantia da capacidade scientifica daquelles que os representam, e SS. EEXs. renegam, egualmente, a lei da antiguidade.

Vede, Senhores, o que resta da primeira emenda.

SS. EEXs. esquecem a homenagem prestada á velhice, aos serviços que revelam dedicação á causa publica, e querem plantar a cabala no seio dos tribunaes: querem que estes apresentem ao chefe da Nação o nome daquelle que, sahido do seu seio, deverá fazer parte do Supremo Tribunal Federal!

Mas, Senhores,izei-me: esse magistrado, que é apresentado pelos tribunaes de 2ª instancia nos estados para fazer parte do Supremo Tribunal Federal — a mais elevada corporação do paiz, pelas funcções que vai exercer no systema republicano federativo —, exhibiu provas reaes da sua capacidade scientifica?

Porventura, têm os defensores da emenda a certeza de que todos os estados obedecerão ao mesmo criterio scientifico na composição desses tribunaes, exigirão as mesmas rigorosas provas de capacidade intellectual para que o cidadão possa ser investido das funcções do Poder Judiciario?

O SR. GIL GOULART — Deve-se presumir.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Deve-se presumir, diz-nos o honrado representante pelo Espirito Santo.

Já um dos signatarios da emenda, Sr. Presidente, concorda, em que os membros dos tribunaes de appellação, que vêm para o Supremo Tribunal, pelo systema imaginado pelo honrado representante da Bahia, não deram provas de sua capacidade scientifica, capacidade que pôde, apenas, ser presumida.

Em primeiro logar, Sr. Presidente, fundar um systema, empossar um cidadão das mais altas funcções, firmado em mera presumpção de sua competencia intellectual e scientifica, não é adoptar um systema politico baseado na razão e inspirado no interesse social.

O SR. GIL GOULART — E a nomeação livre do Govetno não se funda, também, em presumpção?

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Provarei a V. Ex., que, com as garantias de que está cercado o exercício dessa attribuição, dada ao chefe da Nação, não é uma presumpção.

Em conclusão, Sr. Presidente, a emenda apresentada dá entrada no Supremo Tribunal a magistrados tirados dos tribunaes de appellação dos estados, cuja competencia intellectual e scientifica não poderá ser regulada por lei da União, e sim por leis particulares dos estados, que, variaveis de ponto a ponto, não serão modeladas, talvez, pelos mesmos preceitos do Direito Publico moderno, pela mesma observação criteriosa que, inspirada na Historia e na vida dos povos, aconselha a melhor organização do Poder Judiciario.

Quando ainda, Sr. Presidente, os signalarios da emenda reconhecem a autonomia, deixem-me chamar assim — para não offender a soberania da União, ou't'ora lão defendida por SS. EEExs. — quando proclamam a autonomia amplíssima dos estados para a organização do Poder publico na sua triplice manifestação, quando dão ao Estado o direito de compor o seu Poder Legislativo com uma ou duas camaras, como entender conveniente á sua vida interna; quando conferem ao Estado a faculdade de organizar o seu poder executivo, attendendo, simplesmente, aos interesses da administração publica; quando reconhecem nessa mesma emenda, o direito de organizar o Estado o seu poder judiciario, firmando regras para a investidura, regulando a composição dos tribunaes de appellação e creando novas garantias, para a independencia dos magistrados: SS. EEExs., quando tratam da União, a soberania sobre tudo, aquella que representa a nacionalidade brasileira, depois de reconhecerem o direito, que lhe cabe, de organizar o seu poder legislativo, estabelecendo regras de capacidade para o exercicio do mandato, de regular o exercicio do poder executivo, negam-lhe a soberania, contestando o direito de exigir provas de competencia, de impôr condições, para o exercicio do mais importante dos poderes sociaes, o Poder Judiciario, porquanto fazem-no ser representado pelos magistrados retirados dos tribunaes dos estados, sem que a União possa julgar de suas habilitações. (*Apoiados.*)

Senhores, si isso não é escravizar a União; si não é mutilar a sua soberania; si não é confundir a orbita de acção dos estados com a esphera que gira a União; si não é comprometter a Federação, não sei o que seja organização democratica, em um paiz que se rege pelas leis deste systema politico.

O honrado auctor da emenda, Sr. Presidente, esquecido, por um instante, do que seja o regimen republicano federativo, embala-se nas idéas unionistas do regimen passado, vendo ainda neste paiz um todo homogeneo, quando S. Ex. deveria ver um composto de diversas parcelas do territorio nacional, que, constituindo estados, têm autonomia, têm independencia, limitada embora pelo pacto da Federação.

Ao passo que os verdadeiros democraticas, votando medidas garantidoras das liberdades publicas, rendem preito ao direito dos estados, sem sacrificio da soberania da União, SS. EEExs. esquecem as relações juridicas, que surgem da nova forma de governo. SS. EEExs. sacrificam as obrigações que dimanam das leis federaes reguladoras da paz e da harmonia entre os estados, e creatu um Tribunal Federal com

séde na Capital da Republica, unico representante do Poder Judiciario da União.

Vêde, porém, Senhores, as fataes consequencias desse plano de organização judiciaria.

Imaginal um pleito entre um Estado e um cidadão de outro Estado, pelo projecto do honrado representante da Bahia: ou este cidadão terá de propor a sua demanda perante o Supremo Tribunal, ou perante o juiz de um dos estados: na primeira hypothese, ha um verdadeiro sacrificio, e o direito perigará pela difficulade, senão impossibilidade da defesa; no segundo caso, a emenda offerecida vai conferir a um magistrado do Estado, que não representa o espirito, a soberania da nacionalidade brasileira, porque exerce apenas um dos ramos do Poder publico do seu Estado, a um magistrado — cuja jurisdicção é limitada ao territorio estreito de uma comarca, a attribuição de julgar demandas, em que entram, não raras vezes, em jogo interesses politicos, a attribuição de applicar leis differentes, leis que, muitas vezes affectam os laços da Federação, quando, Senhores, qualquer das partes contendoras tem o direito de suspeitar desse magistrado, cuja investidura não foi regulada por uma lei confeccionada pelos representantes da Nação. (*Muito bem.*)

Dizer, Senhores, que se deve dar a um magistrado em taes condições tal attribuição, que se estende até o julgamento das questões de Direito Civil, Criminal e internacional, é querer confundir, no regimen federativo, a vida da União com a vida interna dos estados, nas questões de ordem constitucional e politica, que assentam sobre os principios de Direito, codificados na Constituição politica da Nação, e que envolvem os laços da Federação com as questões de Direito Privado, que affectam, simplesmente, os interesses particulares do cidadão.

Entretanto, Senhores, com a criação da justiça seccional, á semelhança da America do Norte, com os tribunaes de primeira instancia da justiça federal, distribuidos por todo o paiz, attendendo-se á extensão territorial, ao crescimento da população e á multiplicidade dos pleitos, tendes feito desaparecer todos esses inconvenientes, que se traduzem pela competencia do magistrado do Estado, cuja jurisdicção é limitada, cuja capacidade scientifica é regulada por lei do proprio Estado, para o julgamento de questões de ordem diversa, tendes creado a legitima representação do Poder Judiciario da União, a quem cabe manter o principio de unidade da Nação Brasileira, pela exacta observancia das leis federaes, pela applicação inteira dos preceitos de ordem constitucional e politica. (*Apoiados.*)

E' isso, Senhores, o que admitta o projecto de Constituição, é isso o que reclama o systema republicano federativo.

Como logica consequencia, Sr. Presidente, os honrados defensores dessa emenda esquecem os crimes de ordem politica, — crimes que, não affectando direitos privados, attentam contra o regimen federativo, contra a vida da União brasileira, e deixam a iniciativa da punição dos seus auctores aos encarregados do ministerio publico nos estados, quando a União deve ter o seu representante, a quem caiba velar pelo respeito ás leis de caracter federal, a quem caiba promover a punição daquelles, que attentam contra essas leis, pondo em risco a vida regular da nacionalidade brasileira.

Em que pese, Sr. Presidente, aos honrados signatarios da emenda, por maior que seja o respeito que eu preste ao merecimento, á illustração de todos, devo dizer que SS. EExs. sacrificaram todas as leis possiveis de um systema racional, indo ao ponto de firmar privilegios incompativeis com o espirito de justiga, que deve presidir a todas as deliberações deste Congresso, incompativeis com as leis de interesse social.

Quereis, Senhores, uma prova de que aqui (*mostrando um papel, em que está impressa a emenda*) não ha um systema e muito menos um systema democratico?

Depois de conferirem ao Estado a faculdade de organizar a sua magistratura de primeira instancia, e da mesma sorte o tribunal de appellação, vem dizer-nos os auctores da emenda que os membros do tribunal de segunda instancia serão vitalicios!

Mas, si a competencia do Estado para a organização do Poder Judiciario, para a decretação das regras reguladoras da investidura, é ampla, em face da propria emenda, que pôde justificar essa intervenção da União decretando a vitaliciedade dos membros do tribunal de segunda instancia?

E por que a vitaliciedade na segunda instancia, e não tambem na primeira? (*Muito bem.*)

Por que esquecer os pobres magistrados de primeira instancia, proclamando, somente, a vitaliciedade dos membros dos tribunaes de appellação, interrompendo-se, talvez, por tal systema, algum plano de organização racional dos tribunaes superiores nos estados, como acontece em relação áquelle que está acceito pela Constituição da Bahia?

Si os dignos defensores da emenda não respeitam as leis do systema federativo e vão decretar a vitaliciedade de alguns dos representantes do Poder publico dos estados, então sejam ao menos, coherentes firmando a vitalidade dos representantes do Poder Judiciario, na primeira, como na segunda instancia, sacrificando por uma vez todas as esperanças de uma organização politica vasada sob os moldes da Republica federativa. (*Apoiados.*)

SS. EEx., Sr. Presidente, foram ainda além.

Estabelecendo a competencia do Supremo Tribunal Federal disseram:

“Ao Supremo Tribunal cabe:

“2º. Julgar, em gráo de revista, as causas decididas definitivamente pelos tribunaes e juizes inferiores, segundo a alçada e regras que a lei prescrever, sempre que houver violação do Direito pela não applicação deste, ou por sua falsa ou indevida applicação.”

Sr. Presidente, ou eu não comprehendo todo o alcance deste preceito legislativo, ou é verdade que os auctores da emenda admittiram uma terceira instancia para o julgamento dos pleitos.

Quando, Senhores, a tendencia moderna, enter os povos livres, é para a unificação das instancias (*Apoiados*), como vai succedendo na Suissa, onde os cantões de Genebra e Zurich têm os seus tribunaes commerciaes unicos (porque a Suissa comprehende que, á medida que augmenta a responsabilidade do representante do Poder Judiciario, desenvolve-se o estimulo para o exacto cumprimento dos deveres, pelo

desaparecimento desta subordinação hierarchica), os nobres signatarios da emenda vêm dar-nos tres instancias!

Não comprehendo, Sr. Presidente, hypothese de uma decisão proferida que não possa ser suspeita de erro, ou injustiça, porque as partes contendoras terão o direito de dizer, sempre, que o julgamento não se baseou nas provas produzidas, que o Direito foi violado, que o Direito foi falsamente applicado.

E' ainda, Senhores, em nome da uniformidade da jurisprudencia, que se pretende crear essa terceira instancia, á qual competirá proferir o julgamento definitivo!

Já vos disse, Senhores, que essa uniformidade, além de ter sido irrealizavel em todos os paizes, a despeito da criação de tribunaes semelhantes a esse que se projecta na emenda, só pôde ser legitima, só pôde assenlar na razão quando ella for o resultado verdadeiro do fiel, do exacto cumprimento da lei, — o que se conseguirá, necessariamente, com uma judiciosa organização do Poder Judiciario nos estados, independente da existencia deste tribunal superior. (*Apoiados.*)

Ocorre-me, ainda, Sr. Presidente, uma consideração, que repulso do mais alto valor.

Ou os nobres defensores da emenda hão de admittir o recurso de revista, para esse tribunal, de todas as demandas, qualquer que seja a natureza dellas, qualquer que seja o seu valor, para que possa ser perfeita e completa essa supposta unificação da jurisprudencia, e então, Senhores, por uma falsa esperanza, si votardes essa emenda, tereis eternizado os pleitos de importancia somenos, tereis sacrificado o direito individual pela impossibilidade da defesa; ou SS. EEExs. hão de crear alçada para esse tribunal, como já está feito na emenda a que me refiro, hão de definir as causas que poderão subir ao seu julgamento pelo recurso de revista, e então, votando essa emenda, repito-vos, tereis, Senhores, na melhor hypothese, que, por momentos, vos concedo, uniformizado apenas uma parte da jurisprudencia, deixando que, em relação a causas de certo valor e de natureza diversa, vigore o principio da diversidade de julgamentos proferidos pelos tribunaes dos estados, subsista a diversidade da jurisprudencia, mal que vos propondes evitar. (*Muito bem.*)

O SR. CAMPOS SALLES — E' irrespondivel este argumento.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Perfeitamente.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Eu disse, Sr. Presidente, que o auctor da emenda não nos apresentou um Poder Judiciario organizado pelas leis de um systema, e hei de proval-o antes de deixar esta tribuna.

S. Ex. quiz tirar dos tribunaes de segunda instancia dos estados, os membros que devem compôr o Supremo Tribunal Federal.

Admitto, por instantes, que essa presumpção de capacidade, de que nos fallou o nobre representante pelo Espirito Santo, cujos talentos eu tanto admiro, seja uma base segura para a composição do mais importante poder publico da União.

Dizei-me, porém, Senhores, o que significa este augmento de um terço dos membros do Tribunal Federal, cuja nomea-

ção, diz o auctor da emenda, deve competir ao chefe da Nação, mediante approvação do Senado?

Vejo, neste momento, Sr. Presidente, reunido neste recinto grande numero de representantes da Nação, e por tal motivo peço permissão para reproduzir uma consideração, que sujeitei á illustrada apreciação do Congresso, quando estava em primeira discussão o projecto de Constituição.

Ou os nobres representantes concordam que estes magistrados, que sahem, forçosamente, dos tribunaes de appellação dos estados, têm competencia scientifica para o exercicio de todas as attribuições conferidas ao Supremo Tribunal Federal, e, neste caso, não tem justificação possível esse augmento de um terço de membros extranhos á magistratura, de livre nomeação do chefe da Nação; ou SS. EEEx. declaram que é necessario, para a garantia das funções politicas, das attribuições excepcionaes que a esse tribunal cabem por sua propria natureza, dar ao chefe da Nação o direito de nomear livremente essa terça parte dos membros do tribunal, e, nesse caso ainda, nada pôde justificar a composição desse tribunal com dous terços de membros retirados dos tribunaes dos estados. (*Apoiados; muito bem.*)

O que seria logico, Senhores, seria dar ao chefe da Nação o direito de nomear todos os membros do tribunal superior, sob a fiscalização do Senado, como quer o projecto de Constituição, ou compor esse tribunal com 21 membros apenas, sahidos dos tribunaes dos estados, por antiguidade, como queria, hontem, o auctor da emenda primitiva, ou por proposta como quer hoje, S. Ex. nesta sub-emenda. (*Apoiados.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Isso é que poderia chamar-se um systema.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — O meu honrado collega de representação, o Sr. Amphilophio, cuja ausencia lamento profundamente neste instante, disse, Sr. Presidente, em um discurso que aqui tenho á vista, quando procurava justificar a emenda que offerecia á apreciação do Congresso, referindo-se á entrada obrigatoria dos magistrados da segunda instancia dos estados no Supremo Tribunal (*lendo*):

«Assim, cessará o arbitrio, que o projecto governamental concede ao Presidente da Republica, na nomeação dos membros de tal tribunal.»

O nobre representante da Nação, ao mesmo tempo que quer evitar esse arbitrio, cujas consequencias fataes S. Ex. desde já deplora, a despeito da attribuição que tem o Senado de fiscalizar o exercicio do Direito dado ao chefe da Nação, e negar a sua approvação ás nomeações inconvenientes e que possam não traduzir uma fiel observancia do preceito constitucional: consagra esse mesmo arbitrio, dando ao Presidente da Republica o direito de nomear livremente um terço dos membros do Tribunal Federal. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. SERZEDELLO — Essa organização proposta na emenda é hybrida e perigosa.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — E' isso, Sr. Presidente, uma systematização de idéas, uma uniformidade de vistas, um systema de organização politica?

Devo, Sr. Presidente, pôr termo ás considerações que suggeriu-me o estudo da emenda apresentada pelo honrado representante da Bahia; e sinto deixar de emittir a minha opi-

não sobre outros pontos do projecto de Constituição, para satisfazer o compromisso que contrahi com o meu digno collega, representante do Rio Grande do Sul, que deseja, hoje, defender as emendas que apresentou.

Um distincto representante de S. Paulo, disse hontem, ao proferir um brilhante discurso, que ia sendo norma de conduta nesta Casa procurarem os oradores expressões com que ao terminar impressionassem o auditorio.

S. Ex. não o fez, e eu tambem não o farei.

Como, porém, é esta a ultima vez que fallo neste Congresso Constituinte, em nome do Estado da Bahia, que tenho a honra de representar, permita-me V. Ex., Sr. Presidente, dizer que empenhei quanto foi possivel, na razão de minhas forças, para defender o principio federalista na confecção do pacto constitucional.

Não consegui, talvez, o meu intento; resta-me, porém, a consciencia de que, com a sinceridade de uma crença, com a convicção perfeita do cumprimento de um dever, sem curvar-me em homenagem a mal entendidos interesses de classes, obedeci a um principio superior, — o da salvação da Patria pela inauguração do regimen federalitivo, unico capaz de engrandecer este paiz.

VOZES — Muito bem; muito bem. (*O orador é muito felicitado por grande numero de Srs. representantes.*)

O Sr. Santos Pereira (*Movimento de attenção*) — Sr. Presidente, Srs. do Congresso, conheço quão difficil é vir a esta tribuna depois do brilhante discurso que acaba de proferir o meu illustrado collega e amigo Sr. Augusto de Freitas. Difficuldade tanto maior, quando S. Ex., pro-recto na tribuna parlamentar, conhecido pelos seus talentos, jámais poderá ser seguido por quem embora tirando forças da sua propria fraqueza, sobe a esta tribuna, pela primeira vez, para dirigir a palavra a tão illustrado Congresso.

Sr. Presidente, no correr da 1ª discussão tive occasião de inscrever-me para externar algumas considerações sobre o assumpto que nos occupa.

Não ia nisto a pretensão de quem queria exhibir-se de-ante de tão illustrada assembléa, era, antes, o cumprimento de um dever, a realização de um compromisso, que vinha aqui satisfazer, principalmente para com aquelles que o honram dando-lhe o mandato de representante da Nação.

Sr. Presidente não farei largas considerações a respeito das differentes questões que se prendem ao assumpto que ora se discute: a questão magna da Carta constitucional que procuramos confeccionar para garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros; hei de esforçar-me por não tomar senão o minimo do tempo preciso, para cumprir um dever, que me impuz, de defender idéas e crenças, que embora não sejam as da maioria deste Congresso, todavia, são da grande maioria do paiz; e com a convicção e franqueza com que costume externar-me, procurarei defender direitos de uma classe a que eu estou preso pelas minhas convicções.

Sr. Presidente, sou novo em politica, e não sou um partidario, não trago rancores, não trago odios, não trago preocupação de especie alguma. Não tenho mesmo a pretensão de vir occupar um logar saliente no seio do Con-

gresso Nacional: porque estou habituado a viver na obscuridade. Não aspiro subir ás alturas politicas, porque não disponho do talento e da illustração de que tantas provas brilhantes têm dado os meus honrados collegas.

Mas, Sr. Presidente, devo fazer uma declaração franca á V. Ex., neste momento, em que occupo a tribuna.

Estive, por idéas, ligado sempre ao Partido Conservador, mas, hoje, depois da transformação de nossas instituições, abraçei-me com a bandeira federalista, acceitando desde os seus principios até as suas ultimas consequencias.

Não admitto, pois, absolutamente, que se pretenda crear difficuldades a qualquer das manifestações da liberdade.

E' assim que desejo que cada Estado mantenha a sua autonomia, que se não creem entraves de especie alguma, quer ao seu aperfeiçoamento moral, quer ao seu desenvolvimento material. E é só assim, Sr. Presidente, que eu admitto a Federação.

Sr. Presidente, quando por este Congresso foi nomeada a Comissão dos 21 para rever e estudar o projecto constitucional, tive occasião de enviar algumas emendas, que julguei necessarias.

Mas, não sei si pela obscuridade do meu nome, ou por qualquer outra circumstancia, ellas não mereceram a attenção dos honrados membros dessa Commissão. (*Apartes*).

Por mais de uma vez inscrevi-me para fallar, mas, infelizmente, a discussão era sempre encerrada antes de tocar-me a palavra.

Agora, porém, que tive a felicidade de obtel-a, peço permissoão a V. Ex., Sr. Presidente, e ao Congresso, para justificar-as, si bem que ligeiramente.

A primeira foi offerecida ao § 2º do art. 10 (hoje 11, segundo a nova redacção que soffreu o projecto), concebida nos seguintes termos (*lê*):

Supprima-se o n. 2º do art. 10.

Este artigo prohibe aos estados estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercicio de cultos religiosos.

Lamento, Sr. Presidente, que entre nós se tivesse fallado tanto e constantemente na America do Norte, e não se tivesse ido lá buscar inspirações; que se tivesse fallado constantemente na Suissa, e não se tivesse lá ido buscar, tambem, os moldes largos, que são os que deviam figurar na Constituição do nosso paiz, onde só pôde medrar tudo quanto haja de mais livre, tudo quanto haja de mais radical em materia de federalismo.

Sr. Presidente, si cada Estado, como dizia ainda ha pouco o illustre representante que me precedeu, deve ter a sua soberania, como é que em relação á questão moral, á questão propriamente de crenças se vão estabelecer péas á sua consciencia?

Não posso crêr que, querendo admittir-se como base geral a liberdade plena em todas as suas manifestações, se pretenda estabelecer esta coarctação relativamente ao culto, que queira admittir este ou aquelle Estado.

Não fallo aqui como representante desta ou daquella escola, desta ou daquella religião, desta ou daquella seita: fallo aqui em nome da liberdade; e uma vez que nós a admittimos, uma vez que a queremos em toda a sua extensão, uma vez que defendemos a autonomia de cada Estado, não devemos, ab-

solutamente, estabelecer restrições de qualquer ordem em relação ao modo por que cada cidadão ou Estado se queira manifestar em materia e pratica de crenças.

J SR. ZAMA — Muito bem!

O SR. SANTOS PEREIRA — Eu sigo, portanto, a escola da America do Norte, de que tanto se falla, e para a qual se deve olhar, sempre como modelo; quero a liberdade plena, quero que cada communa, tenha a sua manifestação livre em relação a esta ou aquella crença, a esta ou aquella seita, a este ou aquelle modo de manifestar as suas opiniões. Não quero, absolutamente, péas de ordem alguma, quero a liberdade plena, plenissima, de modo que cada cidadão possa dizer: eu sou no Estado o representante da liberdade (*Apoiados; muito bem.*)

Esta é a idéa que predomina na Suissa, na America do Norte; estes são os modelos que devemos tomar, e não este acanhado, que vejo no projecto de Constituição.

UMA VOZ — O projecto já está convenientemente emendado neste ponto. (*Apoiados e outros apartes.*)

O SR. SANTOS PEREIRA — VV. EExs. não são capazes, de me apresentar nada que se possa contrapor a esta idéa radical e predominante que estabeleço; não são capazes de me apresentar um só acto, quer da Republica da Suissa, quer da Republica norte americana, capaz de derrocar estas considerações que acabo de fazer, e que possa corroborar as idéas coercitivas e improprias de uma Constituição para um paiz que acaba de sahir das péas da Monarchia, que se considerava como que incompativel com o desenvolvimento moral e intellectual do paiz.

Depois destas rapidas observações sobre a autonomia dos estados, deixando de lado a questão financeira, questão que, aliás, tem sido brilhantemente discutida aqui, mas para a qual não vejo solução possível, porque, si olho para um lado, vejo a União querer concentrar todas as forças, deixando axangues os estados, si olho para outro lado, vejo os estados quererem absorver tudo e não permittir meios de vida para a União.

Não posso, absolutamente, alistar-me nem de um lado, nem de outro e, com a franqueza que me é peculiar, sou o primeiro a confessar que não acho solução possível, a não ser no patriotismo, quer do Governo da União, quer do governo dos diferentes estados, quando estes, por acaso, se tenham organizado.

Querer que a União dê toda a força e recursos aos estados, querer que os estados dêem toda a força e recursos à União, é estabelecer um circulo vicioso, do que, ou hade resultar a centralização e o governo da unidade, á imitação do da Republica franceza, ou, então, havemos de ter o desmembramento, o que será um grande mal para este paiz.

Consequentemente, eu acho que, na época actual, antes que os estados se tenham organizado, esta solução, absolutamente, se não pôde dar e que só depende do patriotismo do Governo da União, como dependerá do patriotismo dos diferentes estados, a solução futura deste problema.

Sr. Presidente, ainda uma outra questão me prende por algum tempo a esta tribuna, para a qual não tenho, absolutamente, grande aptidão... (*Não apoiados.*)

Ô SR. GABINO BESOURO — Não está mostrando isso:

O SR. SANTOS PEREIRA — ... mas é um compromisso de honra, que devo cumprir.

Quando se discutiu o art. 72 do projecto de Constituição, transformado, hoje, na 2ª discussão, em art. 71, eu tive, também, como disse, ocasião de apresentar algumas emendas. Uma dellas teve a honra de ser contemplada: foi a relativa á pena de morte. E, realmente, Sr. Presidente, vejo plenamente satisfeita esta aspiração nacional e humanitaria, por ter esta mancha negra desaparecido do projecto de nossa Constituição. (*Muito bem.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Para mais tarde voltar.

O SR. SANTOS PEREIRA — Sr. Presidente, a pena de morte, como todas as penas estabelecidas nos codigos penaes, tem por fim corrigir os individuos, corrigir a sociedade. Ora, pode-se admitir que qualquer outra pena poderá corrigir, mas a de morte, não, absolutamente: será, pelo contrario, um allivio para o criminoso, torturado pelo remorso constante, si acaso este já não era um enfermo; e hastava o facto de um só innocente, que tivesse sido arrastado ao tribunal e que tivesse sido contemplado no meio das victimas do erro dos tribunaes humanos, para que a sociedade nunca mais tivesse a lembrança de assignal-a. (*Muito bem.*) Isto é uma cousa revoltante.

Ha uma outra questão, Sr. Presidente, para a qual peço um pouco de benevolencia, ao illustrado Congresso: é a questão do ensino.

Diz o art. 72, § 6º: "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos."

Sr. Presidente, eu não sei o que é ensino leigo (*Apoiad-os*), nem posso admittil-o em gráo algum, nem no primario e secundario nem no superior.

E' uma questão esta que interessa não só ao Estado como á Egreja, e, portanto, nem um nem outro poderão ser indifferentes.

Em um paiz, como o nosso, em que estes dous poderes sempre viveram unidos, não é bruscamente que se hão de alterar costumes arraigados, sem grande perturbação social.

Deixe-se a cada um o direito que lhe compete.

O que convém determinar-se é a esphera de acção de cada um.

Nosso paiz é, e será sempre catholico, em sua grande maioria, e, portanto, não se poderá contestar á Egreja catholica o direito que tem em relação ao ensino.

Sou o primeiro a reconhecer que a instrucção civil é um dos primeiros meios da civilização de um povo, e que todos os governos são obrigados a promovê-lo.

Mas sou daquelles que entendem que o Estado não tem por missão substituir-se aos cidadãos e concentrar em suas mãos seus direitos e seus deveres pessoaes, e sim favorecer e proteger, unicamente, a obra de seu aperfeiçoamento intellectual, physico e moral; que em questão de ensino a iniciativa deve pertencer á liberdade individual; e que elle só preste sua co-operação positiva quando for necessaria, ou reclamada pela insufficiencia de estabelecimentos livres ou particulares.

Sou, Sr. Presidente, devo declarar, membro de uma corporação scientifica, sou membro do magisterio, sou medico, e, portanto, deveria ser mais inclinado ás idéas racionalistas, ao

materialismo, do que ao espiritualismo; mas não fallo aqui como representante de scita, nem de religião alguma: fallo como legislador, e, portanto, com a franqueza com que devo externar-me perante o Congresso.

Que quer dizer ensino leigo?

Ensino leigo, absolutamente, não se póde dar.

Si fosse possível esperar-se o ensino civil do ensino religioso, o ensino scientifico, litterario, do ensino moral, nada seria mais facil, do que organizar a instrucção publica na sociedade sob esta fórma.

Entretanto, não vejo nada mais difficil, senão impossivel, do que esta separação que o espirito da época pretende realizar.

Isso é uma utopia, senão o atheismo, que se quer implantar no seio da nossa mocidade.

Portalis, quando foi encarregado pelo primeiro Consul, em 13 Germinal, do anno 10º da Republica, de dar parecer sobre o ensino em França, dizia, no relatorio que dirigiu ao corpo legislativo:

«E' tempo das theorias calarem-se deante dos factos. Não ha instrucção sem educação, nem educação sem moral e sem religião.

«Os professores têm ensinado no deserto. A instrucção é nulla ha dez annos; é preciso tomar a religião por base da educação.

«Assim, toda a França appella para a religião. em soccorro da moral e da sociedade.»

Dizia da mesma fórma Guisot, na Camara dos Deputados, em 1833:

«E' preciso que a atmosphera geral da escola seja moral e religiosa; trata-se aqui da educação ainda mais do que do ensino. A instrucção religiosa se associa á instrucção inteiramente, a todos os actos do mestre e das crianças.

Senhores, attendei a um facto, que nunca irrompeu talvez com tanta evidencia, como em nosso tempo: o desenvolvimento intellectual quando é unido ao desenvolvimento moral e religioso é excellente, mas o desenvolvimento intellectual só, separado do moral e religioso, torna-se um principio de orgulho, de insubordinação, de egoismo, e, por conseguinte, de perigo para a sociedade.»

Na Camara dos Pares, Cousin, que estava de accôrdo com os chefes do movimento liberal da Restauração, exprimia-se assim:

«A auctoridade religiosa deve ser representada officialmente na educação da mocidade, tanto quanto a auctoridade civil.

Não queremos, absolutamente, immiscuir a religião nas cousas terrenas; mas trata-se, aqui, da causa religiosa propriamente. Somos os primeiros a querer que a religião fique no sanctuario; mas a escola publica é um sanctuario tambem, e a religião ahí está com o mesmo titulo que na igreja ou no templo.»

E, entretanto, nós queremos implantar em nossa Constituição principios subversivos da moral social, desprezando as sãs doutrinas.

Queremos imital áquelles que se deixam arrastar pelo espirito das novidades, ou pela extravagancia das idéas disseminadas pelo ultimo livro que o ultimo vapor traz.

Senhores, é preciso dizer a verdade. Quando ellas, quaes mercadorias avariadas, estão já abandonadas na velha Europa, são para aqui transportadas e incutidas no espirito da mocidade. (*Apoiados e não apoiados.*)

Ainda farei algumas outras considerações, com que terei, Sr. Presidente, de abusar da benevolencia do illustre Congresso. (*Não apoiados.*)

VOZES — E tem fallado perfeitamente.

UM SR. REPRESENTANTE — Parece que passou uma emenda: Substituir as palavras — ensino leigo — por — ensino livre.

O SR. SANTOS PEREIRA — Aqui está ensino leigo.

Eu disse que chegava ás ultimas consequencias. disse que era radical e queria a liberdade plena; só admitto que o Estado possa intervir onde o cidadão não póde chegar.

Quero que o ensino seja livre, derramado profusamente no seio das populações; não admitto que o Estado queira usurpar os direitos da paternidade, nem tomar a direcção da familia e incutir no seio da mocidade, que vem a ser a base da sociedade, elementos dissolventes, em vez de sementes fecundantes da moral social e christã.

UM SR. REPRESENTANTE — desde que se impõe o ensino religioso, não ha ensino livre.

O SR. SANTOS PEREIRA — Eu apresentei uma emenda dispondo que o ensino seja livre, e, ao mesmo tempo, ao projecto se diz que o ensino será leigo nos estabelecimentos publicos.

Eis os verdadeiros principios que são adoptados na Belgica, Suissa e Estados Unidos, isto é, em todos os paizes em que a liberdade tem um verdadeiro culto e não é simples ficção.

Em relação ao direito de associação, não posso admitir — desde que a Igreja está separada do Estado, e este nada tem com as confissões religiosas, e estas constituem personalidades moraes, cujos direitos devem ser garantidos pela lei — fique na Constituição, como borrão indeleavel, essa obsoleta e vetusta lei de mão morta, que era digna de figurar na Monarchia, onde havia o direito do padroado. Como representante do federalismo radical, e um dos ultimos da Republica (*Não apoiados*), acceito o principio com todas as suas consequencias, e não posso pactuar com essa como excepção odiosa, desde que está estabelecida a liberdade de cultos.

Huje, que tanto se condemnann os erros da Monarchia, que separou-se a Igreja do Estado, e se extinguiu o padroado, como manter-se uma lei em contradicção com esses principios adoptados?

Já tive occasião de apresentar uma emenda, que está impressa e corre pelas mãos dos Srs. congressistas, em que se faz essa suppressão. Espero que em nome da liberdade de crenças, em nome da garantia social, e porque os bens da Igreja são dados por nós fideis e cidadãos brasileiros, que

para manutenção de nosso culto nos despimos do que podemos dispensar, seja approvada a minha emenda, extinguindo semelhante disposição, incompativel com o espirito democratico de nossas instituições. (*Muito bem.*)

Sr. Presidente, vou terminar as poucas considerações que entendi fazer sobre o projecto, esperando de V. Ex. e do Congresso toda a benevolencia por haver roubado algum tempo aos trabalhos do dia. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado pelos Srs. representantes.*)

O Sr. ALMEIDA BARRETO requer o adiamento da discussão.

VOZES — Não ha numero.

O Sr. PRESIDENTE — A votação verificará si ha numero.

Votaram a favor do requerimento, 85, e contra, 44. Portanto, não ha numero; e continúa a discussão. Tem a palavra o Sr. Epitacio.

O Sr. Epitacio Pessoa (*Movimento de attenção*) — Sr. Presidente, Senhores do Congresso, deveis comprehender, certamente, a má posição em que me acho collocado nesta tribuna, depois da votação a que acabamos de assistir, quando parte do Congresso se suppõe bastantemente esclarecida sobre os assumptos em debate.

E' uma dúp.a ousadia da minha parte, pela incompetência para proporcionar novos esclarecimentos, e pela difficuldade de despertar o interesse dos illustres representantes, já tão fatigados, o vir occupar a vossa attenção (*Não apoiados*); entretanto, julgo-me no cumprimento de um dever, e isto me anima a expender algumas considerações.

Senhores, por occasião da primeira discussão do projecto submittido ao nosso estudo, tive a honra de apresentar á vossa consideração algumas emendas, que deixei de justificar, já por superveniente encerramento das discussões, já por não querer a cada passo estar distraindo a vossa attenção de oradores mais competentes sobre os assumptos em debate. (*Não apoiados.*)

Agora, porém, que nos achamos na segunda discussão e é dado a cada orador apreciar, indifferentemente, qualquer ponto do projecto, permitti-me que venha expôr ligeiras considerações sobre algumas emendas que enviei á Mesa, e manifestar o meu modo de pensar sobre outras, que têm sido apresentadas por distinctos membros deste Congresso.

Tenho abusado tão pouco da vossa attenção; tenho sido tão parcimonioso as vezes que vos hei dirigido a palavra, que espero isto me fará credor de vossa benevolencia na breve justificação que tenho a fazer.

A primeira dessas emendas refere-se á naturalização.

O Governo Provisorio, em novembro de 1889, naturalmente impulsionado por um pensamento de confraternização, e tocado pela indifferença com que a população estrangeira do paiz assistiu ao esboroamento do systema monarchico, baixou um decreto concedendo a nacionalidade brasileira a todos os estrangeiros aqui residentes por occasião da Revolução, e impondo a todo aquelle que quizesse conservar a sua nacionalidade de origem a obrigação de fazer uma declaração publica nesse sentido.

Essa mesma disposição acha-se consignada no projecto de Constituição, art. 68, § 4°. Parece-me que os auctores do projecto foram, bebel-a na antiga Constituição monarchica, que considerou brasileiros adoptivos todos os portuguezes residentes no Brazil no momento em que se proclamou a Independencia. Ha, porém, uma differença — e é que a Constituição monarchica não impôz condição de especie alguma a quem quizesse conservar a sua patria.

A disposição do projecto, parece-me que deve ser substituida.

Que se imponha uma condição, uma obrigação, um incommodo áquelle que tenha de adquirir um direito, de perceber uma vantagem, comprehende-se bem; mas que se sujeite a um onus, a um encargo a conservação de um direito e de um direito como o de nacionalidade que nos liga á terra em que nascemos, por todas estas idéas, por todos estes affectos, por todos estes sentimentos que a ausencia robora e fortalece; que si soffoque assim, quasi violentamente, o patriotismo individual, este sentimento elevado, profundo, capaz de todos os heroismos, de todas as abnegações e sacrificios, é o que não se póde justificar nem manter. (*Muito bem.*)

Que si obrigasse o estrangeiro a fazer aquella declaração para adquirir a nacionalidade brasileira com todas as vantagens que ella offerece e proporciona, seria muito natural; mas, obrigar-o a fazel-a para conservar a sua nacionalidade de origem, eis o que se me afigura um arbitrio, uma violencia, que não comporta defesa.

Nem se objecte que tornar a naturalização dependente dessa condição é, as mais das vezes, impossibilita-la, pelo escrúpulo, que tem o estrangeiro, de repudiar publicamente a sua patria. Que si a impossibilite, embora, nós não devemos animar a hypocrisia, nem galardoar a covardia moral (*Apoiados*): si o estrangeiro não tem bastante sinceridade em suas convicções para proclama-la publica e desassombradamente; si o estrangeiro não tem coragem civica bastante para assumir perante todos a responsabilidade de seus actos, e si a nacionalidade brasileira é cousa de tão somenos importancia, que, no seu entender, não supporta confronto com a sua nacionalidade de origem, de maneira que é preciso dissimular a sua acquisição com um acto vergonhoso, — então fechemos a porta de nossa communhão politica a esse estrangeiro, porque elle não é digno de ser nosso concidadão. (*Apoiados.*)

Por outro lado, si a nacionalidade brasileira já se acha tão depreciada que a sua acquisição nem merece o sacrificio de uma simples declaração perante uma auctoridade qualquer, então, barateemol-a ainda mais, e concedamol-a a todo mundo, sem condição de especie alguma.

Mas, qual a razão de ser deste artigo do projecto constitucional? Que auctoriza a concessão destes favores aos estrangeiros residentes no Brazil no momento em que se proclamou a Republica? Unicamente, o facto de terem-se quedado impassiveis ante os acontecimentos de 15 de novembro, de não terem creado embaraços á mudança da forma de governo, em uma patria que não era sua. Mas semelhante facto, de si tão insignificante, não constitue, mesmo, um in-

dício para afeirar-se o amor e a dedicação ao paiz, sentimentos que, entretanto, são as bases da naturalização. (*Apurtes.*)

Assim, o preceito constitucional importa, de um lado, a concessão immerecida de favores excessivos áquelles estrangeiros que de facto tiverem accedido a nacionalidade brasileira, por outro uma vexação, uma violencia á liberdade individual para aquelles que não tiverem accedido esta nacionalidade, mas que por uma circumstancia qualquer tenham deixado de fazer a declaração exigida.

Supponha-se que um estrangeiro, por ignorancia, por não se querer sujeitar a uma condição odiosa, ou por outra qualquer circumstancia, deixa de fazer a declaração no prazo legal.

Esse estrangeiro adquire, por força da lei, a nacionalidade brasileira e, por consequencia, todas as vantagens e todos os onus que esta aquisição acarreta; fica, portanto, sujeito ao serviço do jury, do Exército e da Armada.

Em um momento dado o Governo procura tornar effectivo um destes deveres, procura, por exemplo, sujeital-o ao serviço do Exército; eis o individuo sujeito a uma violencia para a qual não concorreu com manifestação alguma de sua vontade, eil-o sujeito a, talvez, empenhar-se em uma guerra contra a sua propria patria, sem ter de modo algum prestado a isto o seu assentimento.

Supponha-se, agora, que esse estrangeiro recusa-se a prestar o serviço do Exército, que recorre para sua patria, e esta apoia a recusa: qual será a posição do Governo? Ou acceita a reclamação, e, neste caso, terá soffrido uma offensa em sua soberania, ter-se-á sujeitado a uma imposição extranha, que tira todo o valor do decreto que elle baixou, ou não acceita a reclamação feita pela nação estrangeira, e, neste caso, leremos o Governo empenhado em um conflicto internacional, talvez em uma guerra.

Eis a que consequencias desastrosas nos pôde conduzir o dispositivo do projecto.

E note-se que esses possiveis conflictos internacionais já tiveram seu inicio, em reclamações apresentadas contra o decreto de naturalização, por alguns paizes da Europa, entre os quaes Portugal, Italia e Hespanha.

Allegaram esses paizes que a disposição do decreto (que é a mesma do projecto de Constituição, restringia a liberdade individual), que não estava de accordo com os principios geralmente adoptados no Direito das Gentes; que, finalmente, faltava-lhe base juridica, porque fazia deduzir do silencio do individuo a presunção infundada de que elle queria adoptar a nacionalidade brasileira.

A isto respondeu o nobre ex-Ministro das Relações Exteriores que o silencio tambem tem sido admittido como prova para a concessão da naturalização.

E' assim que, segundo o Codice Civil de Portugal, o individuo nascido alli de paiz estrangeiro, que não declara em tempo que não quer adoptar a nacionalidade portugueza, é considerado como portuguez; e identica disposição se encontra no Codice Civil Italiano.

E' assim que a lei ingleza determina que o cidadão inglez naturalizado em paiz estrangeiro, que não reclamar em tempo a nacionalidade ingleza, perdel-a-á, e será considerado como estrangeiro.

E' assim, finalmente, que a legislação da Hespanha preceitua que o filho de paes estrangeiros, nascido no territorio da Hespanha, será considerado estrangeiro, si em tempo não reclamar a nacionalidade hespanhola.

Mas semelhantes razões são de todo o ponto improcedentes.

O silencio é, de facto, um elemento apreciavel para a concessão da nacionalidade; mas, para isto é necessario que se funde em um facto, que tenha por base um indicio, do qual resulte a presumpção da vontade do individuo de adquirir a nacionalidade que se lhe procura conceder.

A argumentação do nobre ex-Ministro das Relações Exteriores vem confirmar o que acabo de enunciar.

De facto, o individuo nascido em Portugal, de paes estrangeiros, que não faz a declaração exigida peloCodigo, é considerado portuguez, porque o seu silencio vem corroborar a presumpção, já existente e muito natural, de que elle quer adoptar como patria o paiz em que nasceu: é a mesma razão pela qual estabelecemos na Constituição, como tínhamos estabelecido na antiga, que os filhos de estrangeiros, nascidos no Brazil são considerados cidadãos brasileiros.

Do mesmo modo que o inglez naturalizado em paiz estrangeiro, que não reclama em tempo a nacionalidade ingleza, é considerado estrangeiro, porque o seu silencio vem corroborar a presumpção, já existente, de que elle renuncia á nacionalidade britannica. — presumpção que consiste no facto de já se ter elle naturalizado em um paiz estrangeiro.

E note-se que, aqui, o silencio faz perder, e não adquirir a nacionalidade.

Finalmente, o individuo nascido em Hespanha, de paes estrangeiros, é considerado estrangeiro, si não reclama a nacionalidade hespanhola, porque o seu silencio vem reforçar a presumpção, já existente, e tambem muito natural, de que elle prefere a patria de seus paes. Tambem aqui o silencio auctoriza, não a concessão, mas a recusa da nacionalidade.

Mas, no caso que nos occupa, qual é o facto em que se possa fundar o silencio, que serviu de elemento para concessão da naturalização, no entender do Sr. Ministro das Relações Exteriores? Sómente o facto do estrangeiro ter-se achado aqui accidentalmente, casualmente, por occasião dos acontecimentos de 15 de novembro; mas este facto, por si só, não constitue, por certo, indicio algum de que o estrangeiro queira tornar-se cidadão brasileiro. (*Apoiados.*)

Assim, pois, penso que o projecto deve ser reformado nesla parte, exigindo-se a declaração para que o individuo adquira a nossa nacionalidade, mas não para conservar a sua, aquella que já pertence ao seu patrimonio juridico, e que não deve estar á mercê de illações infundadas e mal cabidas. (*Muito bem.*)

Uma outra emenda, por mim apresentada: é a que se refere ás leis de mão morta. O projecto reconhece a todos os individuos e confissões religiosas o direito de professarem livremente o seu culto, podendo associar-se para este fim e possuir bens; mas sujeitou estes a limitações, impostas pelas leis de mão morta.

E' essa limitação que não me parece razoavel; é essa limitação que importa uma contradicção relativamente á liberdade, que se quiz e deve conceder. (*Apoiados; muito bem.*)

Si hoje o culto já não recebe do Governo subvenção alguma; si o projecto mesmo estatue que nenhum governo, nem o dos estados nem o da União, poderá embaraçar o exercicio dos cultos religiosos; si não existe mais relação nenhuma de dependencia ou de alliança entre a Igreja e o Estado: não ha razão alguma para que a acquisição, posse e dominio dos bens das confissões religiosas fiquem sujeitos ás leis restrictivas e exceptioaes de mão morta, e não ao regimen commum.

Parece, pois, que tambem deve ser alterado o projecto nessa parte, para o fim de sujeitarem-se aquelles actos juridicos ás leis, aos principios, ás regras que regem a posse, a acquisição e o dominio dos bens de qualquer proprietario.

Ó SR. ZAMA E OUTROS — Apoiado; apoiado.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Senhores, na primeira discussão, tive a honra de apresentar e justificar uma emenda referente á egualdade das representações dos estados, pela qual chegava até a unidade do corpo legislativo.

Não venho restabelecer a emenda mas, sem querer fazel-o, peço, entretanto, licença para chamar, ainda uma vez, a vossa attenção sobre essa parte do projecto.

O projecto constitucional, a meu ver, labora em completa confusão e incoherencia. Si elle se funda na theoria de que a Camara representa o povo, e, por consequencia, o numero de seus membros deve ser proporcional ao numero da população, e que o Senado representa os estados, e, por consequencia, o numero dos senadores deve ser igual para todos os estados, porque estes têm eguaes direitos, perante a União, neste caso; si se póde estabelecer esta distincção tão clara e tão precisa entre interesses do povo e interesses dos estados, é consequencia logica que os representantes deseguaes do povo não possam decidir de assumptos relativos, exclusivamente, aos estados, cujos interesses são eguaes, e, vice-versa, os representantes eguaes dos estados não possam decidir de assumptos, exclusivamente, referentes ás populações, cujos interesses são deseguaes.

Si assim não se faz, temos por terra toda a ficticia theoria em que se funda o projecto: temos o direito das populações, que é desigual, dependente do voto igual do Senado, e o direito dos estados, que é igual, dependente do voto desigual da Camara dos Deputados.

Ora, supponha-se que se trata de uma questão de limites entre dois estados, por exemplo Minas Geraes e Goyaz: é uma questão que diz respeito, exclusivamente, aos interesses desses dois estados, e, portanto, devem elles ser ouvidos igualmente pelo poder competente, e ter em sua solução igual interferencia; entretanto, como o projecto dá a qualquer das Camaras a faculdade de ter a iniciativa de todas as leis, a não serem algumas excluidas, o resultado será que um projecto nesse sentido póde ser apresentado discutido e approvado pela Camara dos Deputados, onde Minas Geraes tem 37 representantes e Goyaz tem dois! Não póde haver mais completa subversão de todos os principios de equidade e de justiça.

Senhores, um distincto escriptor, creio que Stuart Mill, diz que tres são as condições indispensaveis para que uma

Federação possa conseguir os seus fins: a primeira é que haja a mais completa identidade de raça, de religião, de costumes, entre as populações federadas; a segunda é que nenhum dos estados esteja em condições de repellar por si só qualquer aggressão estrangeira, e a terceira é que não haja grande desigualdade de forças entre os diversos estados.

A respeito dessa ultima condição, diz elle que é essencial que não haja um Estado tão superior aos outros, que possa lutar com muitos delles reunidos: si ha um nestas condições, elle quererá dominar as deliberações communs; e, si existe mais de um, quando estiverem de accordo, tornar-se-ão irresistiveis; e quando não estiverem, haverá choque de interesses entre elles, haverá encarnizada luta pelo Poder publico,—e isto enforpecerá o progresso do paiz e dificultará a marcha dos negocios sociaes..

Pois bem, no Brazil, é o que se vae dar: os estados grandes disputarão entre si a gestão dos negocios publicos, e os estados pequenos, arrastando uma vida ingloria e obscura, não hão de ter a minima interferencia nos negocios de nossa Patria, hão de ser sempre esmagados pela enorme superioridade com que aos outros dotou a Constituição do paiz. (*Apoiados.*)

Sirvam as minhas palavras ao menos de um protesto contra esta injustiça.

Passemos a outro ponto.

Os arts. 7º e 9º do projecto tratam da discriminação de rendas; o art. 7º classifica os impostos da União: o art. 9º, os dos estados, e o art. 12 estabelece a competencia cumulativa da União e dos estados.

Depois da primeira violação do projecto pude obter o orçamento de alguns estados do Norte, e tive, então, ensejo de verificar a verdade das declarações aqui feitas por distintos collegas, de que com os recursos da Constituição será impossivel a muitos estados organizar-se e constituir-se, porque o acrescimo de receita fica muito áquem do acrescimo da despesa.

A Parahyba, por exemplo, tem de receita 539 contos, de despesa 521 contos, segundo o ultimo orçamento.

Da primeira temos de deduzir 45 contos de importação directa, que passam á União, 45 contos de importação de cabotagem, e, pelo menos, 75 contos de mercadorias entradas pelas barreiras, impostos estes prohibidos na Constituição. Ficamos reduzidos a 374 contos de receita.

Com a distribuição de rendas do projecto temos de augmentar esta receita com 74 contos de exportação geral, que passa para o Estado — 16 contos de industrias e profissões, 18 contos de transmissão de propriedade, e 90\$ de imposto predial: isto segundo os orçamentos de 1889 e 90, e em algarismos redondos. Temos, pois, que a receita total será de 482 contos, inferior á despesa existente. Calcule-se agora que essa despesa tem de ser grandemente augmentada com os novos servicos que passam aos estados, e veja-se si é possivel que se organize o Estado da Parahyba com os recursos que lhe proporciona a Constituição, nem sequer podendo augmentar as taxas de exportação, porque os seus principaes productos, o algodão e o assucar, estão inteiramente depreciados.

Não fallo no imposto territorial, porque não tem exequibilidade no Norte, e difficilmente se executará no Sul. Não fallo na faculdade cumulativa do art. 12, principio pernicioso e condemnado (*Apoiados*), que ha de nos conduzir, fatalmente, ás taxas excessivas, as quaes, no dizer de um economista, são difficeis de estabelecer com justiça e perceber com economia, e nos hão de produzir os mesmos males que causaram á Hollanda, no seculo XVIII, e á França, de 1871 para cá; e não fallo nas taxas cumulativas, porque a União, nas difficilissimas condições em que se acha pelo seu exaggerado orçamento, ha de exgottar toda a possibilidade dos estados taxarem sobre os productos não comprehendidos nos arts. 7º e 9º.

Fallou-se, aqui, no imposto adicional de 15 % sobre a importação, como verba de receita para os estados. A principio deixei-me seduzir por essa proposta; mas, hoje, reconheço que ella é inconveniente, inefficaz para alguns dos estados, e impraticavel para outros. Inconveniente, porque vai sobreacarregar, extraordinariamente, o povo, de tributos, vai dar aos impostos de importação, já de si tão elevados e ora aggravados com o pagamento em ouro, o caracter de prohibitivos. Inefficaz para certos estados porque, naquelles onde não se acha perfeitamente organizada a navegação directa, o adicional vem incidir, não sobre a importação real, mas sobre uma pequena parte. A Parahyba, pôde-se dizer que provê dois terços do seu commercio na praça do Recife, e um terço apenas no estrangeiro. Assim, o adicional, attingindo um terço só de sua importação, será para ella de 5 %, ao passo que para Pernambuco será de mais de 15 %.

O Sr. João de Siqueira — E' questão de porto. Está se modificando o porto da Parahyba.

O Sr. Epitacio Pessoa — O facto de um Estado ter bom porto não é condição unica para manter a navegação directa, que depende de muitas outras circumstancias.

A taxa adicional é inexequivel para certos estados, porque, naquelles que não possuem Alfandega, como o de Minas Geraes, é impossivel fazer-se uma discriminação exacta de todas as mercadorias que lá têm de ser consummadas. Estes estados, portanto, pouco aproveitarão daquelle auxilio.

Na questão financeira, o que, antes de tudo, deviamos fazer era supprimir o art. 12 do projecto, firando á União a faculdade de taxar, cumulativamente, com os estados.

Si isto enfraquece a União, deixando-lhe apenas o estritamente indispensavel para as suas despesas, tambem o systema da Constituição impossibilita a vida dos estados; e não ha União sem estados.

Poderiamos, talvez, conciliar as cousas reservando á União mais alguns impostos exclusivos, que lhe pudessem bastar para as suas despesas e para a conservação do nosso credito; comtanto que se deixasse aos estados o direito, tambem exclusivo, de explorar todas as fontes de renda não consignadas no projecto. Só assim me parece poderiamos encontrar meios para equilibrar as nossas finanças.

Outra emenda que eu e os meus distinctos companheiros de bancada tivemos a honra de apresentar, nesta discussão, refere-se ao restabelecimento da precedencia do casamento civil ao religioso.

O SR. COUTO CARTACHO — Menos eu.

O SR. EPITACIO PESSÔA — É verdade; com excepção do meu illustre collega, o Sr. Couto Cartacho.

Tornar facultativa aquella clausula é extinguir o casamento civil, é auctorizar a mancebia perante a lei.

Os padres, salvas honrosas excepções, não têm sido muito leaes...

UM SR. REPRESENTANTE — Nada leaes.

O SR. EPITACIO PESSÔA — ... na campanha sem treguas, de todos os dias, movida contra o casamento civil. Elles não dizem ao povo, como deveriam dizer: Casai-vos religiosamente, porque esta é a unica união santificada por Deus, mas casai-vos tambem civilmente, porque só assim podereis assegurar a legitimidade de vossa familia e os importantissimos interesses que se prendem a esta legitimidade. (*Apartes.*)

Os padres dizem, pelo contrario: Casai-vos religiosamente, e não vos caseis civilmente, porque o casamento civil é um concubinato. E por esta fôrma, abusando da ignorancia do povo, lançam no seio da sociedade o germen de sua desorganização.

O SR. ZAMA — A gratuidade do casamento civil quebra todas as armas, e o povo o preferirá, com certeza.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Foi o meu intuito apresentando esta emenda, porém ella não é bastante.

A precedencia do casamento civil, ao passo que dá ao Estado a certeza de que a legitimidade da familia será uma verdade, em nada prejudica o casamento religioso.

Si os nubentes são verdadeiramente catholicos, sairão da casa do juiz para a egreja; si não forem á egreja, é que não são catholicos, e, então, o padre não tem o direito de exigir delles o casamento religioso, porque não tem o direito de exigir delles uma mentira perante a religião. (*Apoiados.*)

Assim, espero que o Congresso, compenetrado do alcance desta medida, restabelecerá a disposição que mandava ser obrigatorio o casamento civil antes do religioso.

E o mesmo deveria fazer a respeito do registro civil.

O povo, em geral, é refractario ao registro.

Espiritos malfazejos têm se encarregado de espalhar, no seio da população ignorante, as maiores suspeitas, as maiores prevenções contra essa instituição, e o resultado é que o registro civil, no centro do paiz, existe apenas em nome.

O governo da Parahyba, o anno passado, em observancia a uma recommendação do Ministro do Interior, expediu circulares a todos os promotores, pedindo informações sobre aquelle serviço.

As informações não podiam ser mais contristadoras: em certos districtos não se havia ainda iniciado o registro, em outros havia só dous ou tres assentamentos; em quasi todos o serviço era o mais irregular possivel.

E a maior parte daquelles funcionarios attribuia esses máos resultados á propaganda movida pelos vigarios contra a instituição.

Pois bem, si estabelecermos o registro civil como obrigatoriamente anterior ás cerimoniaes religiosas, podemos ficar certos de que elle se tornará uma realidade. (*Apoiados.*)

Vou terminar, chamando, ainda, a vossa attenção para o ponto do projecto relativo ao arbitramento. O projecto dá

ao Congresso a attribuição de autorizar o Governo a declarar a guerra, exgollado o recurso do arbitramento. O emprego deste recurso deve ficar ao criterio e prudencia do Congresso e do Governo: a palavra — exgollado — dá-lhe um character de obrigatoriedade, que uma emenda aqui apresentada procurou tornar bem claro, estabelecendo o arbitramento como *meio obrigatorio* para a solução de todos os conflictos internacionaes. Isto seria um desastre.

E' sem duvida uma das mais nobres aspirações do Direito Internacional extinguir estas luctas tremendas e sanguinolentas que por vezes convulsionam as sociedades; mas no estado actual da civilização, isto não passa de uma utopia: poderemos difficulrar a guerra, mas não extingui-la; e quando mesmo o aperfeçoamento humano pudesse attingir tal *desideratum*, não seria para nossos dias; e nós não podemos, nem devemos, nos anteciper a conquistas que a evolução da Humanidade só depois de muitas dezenas de annos poderá conseguir. Actualmente, obrigar o paiz a solver todas as suas pendencias internacionaes por meio do arbitramento, é obrigar-o, muitas vezes, a um acto de pusillanidade e covardia.

UM SR. REPRESENTANTE — E senão produzir resultado? Deve ser preliminar.

O SR. EPTACIO PESSOA — Deve ser uma condição preliminar, mas não obrigatoria. (*Contestações.*) Supponha-se que, amanhã, recebemos um grave insulto á nossa bandeira, que é o symbolo da nossa Patria: que havemos de fazer? Em vez de nos desafirmarmos incontinenti do ousado que se atreveu a ultrajar o nosso pavilhão, o incentivo de nossa altivez e coragem, a testemunha de nossas glorias, vamos recorrer a um paiz estrangeiro, para solver a questão. Para que? Para que esse paiz, reconhecendo o nosso direito, condemne o offensor a dar-nos uma reparação, uma indemnização pecuniaria? Seria o esearneo após o insulto, a vergonha após o ultraje. (*Muito bem.*)

Não! Isso não é possível! E' preciso ter mais amor á nossa dignidade e aos nossos bríos.

Eu espero que o Congresso Constituinte brasileiro não adop'ará tão desastrosa medida.

Espero que o Congresso, por nossa honra e patriotismo, pelas nossas tradições gloriosas, não consentirá que no pacto fundamental dos nossos direitos se insira tal padrão de covardia.

(*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado.*)

O SR. ZAMA (*Signaes de attenção. Silencio*) — Repete-se, a todos os momentos, que a Nação precisa en'rar no regimen da legalidade: reconheço esta verdade, e ninguém mais do que eu deseja que cesse de uma vez este estado anormal, em que, sem a menor necessidade, temos vivido, ha perto de 15 mezes.

O Brazil está acostumado á liberdade e á legalidade, e não ha brasileiro patriota que não esteja ansioso por ver cessar uma fórma de governo que não póde, realmente, ser classificada entre as fórmas conhecidas e descriptas pelos publicistas.

E' rigoroso dever de todos nós concorrermos para que seja plenamente satisfeita esta aspiração nacional; mas receio muito, eu o confesso, que tal aspiração tão cedo se não realize, e que aqui estejamos discutindo e votando uma Constituição,

para vel-a quotidianamente violada pelos que se achem de posse do Poder publico. (*Apoiados e não apoiados.*)

Deus queira que me engane em minhas sinistras previsões; e crede, Senhores, que terei o mais vivo prazer em confessar e reconhecer, publicamente, o meu erro, si os factos posteriores conseguirem desmentir-me.

Serei o primeiro a applaudir aquelles mesmos dos quaes tanto desconfio hoje, si vir de uma vez reslabelecido e respeitado o regimen legal, de que a Republica não tinha precisão de ter sahido.

O Sr. ARISTIDES MAIA — Diga, antes — creado.

O Sr. ZAMA — Peço encarecidamente aos meus illustres collegas que me interrompam o menos possivel com os seus aparies, attendendo que muito tenho a dizer, e que me vejo adstricto ao prazo maximo de 60 minutos.

Quer na primeira, quer nesta discussão, apresentei á Mesa algumas emendas ao projecto que dentro em pouco teremos de votar; não nutro a pretensão de tornar perfeito o trabalho, que pelo Governo nos foi offerecido; mas cada um de nós tem a obrigação de procurar melhoral-o, na medida de suas forças.

As minhas crenças religiosas, porém, me ensinaram que Deus, em seus altos designios, muitas vezes, escolhe os mais humildes e obscuros para instrumentos de sua soberana vontade; e tanto é isto verdade, Sr. Presidente, que na 1.^a discussão fomos nós os humildes, os obscuros, que conseguimos obter a passagem de duas emendas da mais alta importancia, quaes a redução do tempo de duração do mandato presidencial, e a eleição do primeiro magistrado da Republica pelo suffragio popular directo, medidas a que, aliás, se oppunham com tenacidade os dominadores do dia.

Não tomarei tempo á Casa demorando-me na discussão de dous dos mais importantes assumptos que por nós têm de ser resolvidos — a discriminação das rendas e a reforma judiciaria.

Tenho sempre presente á memoria o conselho do poeta latino: "*Non falo mittenda est in messem alienam tibi*". Conto que os que possuem competencia, que não tenho, consigam resolver-as com sabedoria e prudencia, e com proveito geral para a Nação.

Com relação á distribuição das rendas desejo muito que os illustres collegas que melhor do que eu entendem da materia, nos offereçam, ao menos, um *modus vivendi*, que possa garantir aos estados sem recursos actualmente, meios de se manterem regularmente até que as suas condições financeiras possam melhorar.

Quanto a questão judiciaria, falta-me auctoridade para responder á critica feita pelo illustre representante da Bahia, que encetou, hoje, o debate ás emendas apresentadas pelo Sr. Amphiphio, e Senador José Hygino: aquelle acha-se ausente, e este não poudo obter um logar na inscripção dos oradores; qualquer delles responderia com vantagem ás accusações, que ouvimos, porque a verdade é uma: essas accusações só attingiram pontos secundarios, circumstancias accessorias, sobre as quaes transacções são possiveis e acceptaveis, mas não feriram o ponto capital da questão, que é a unidade do Poder Judiciario. (*Apoiados.*)

Talando-se destes dous assumptos, como da Constituição em geral, é indispensavel que os illustres membros deste Congresso se compenetrem da seguinte verdade, que nos ensina

distincto e moderno publicista: "São necessarias grandes qualidades de caracter para dotar de um systema de governo um grande paiz dividido entre interesses diversos. O talento não basta; a intelligencia e a habilidade sós não podem abraçar uma obra tal.

"Os homens chamados a trabalhar nella devem ser completos sob o ponto de vista moral. Não se trata sómente de imaginar planos, crear títulos, distribuir jurisdições e poderes. Trata-se de approximar, de ajustar entre si interesses contrarios, e conciliar pretensões oppostas. Cumpre saber reconhecer e acceitar como necessarios grandes expedientes; é mistér, muitas vezes, sacrificar pontos de predilecção, ou de interesse particular, ao grande fim de dar a maior felicidade possível ao maior numero possível. Segue-se que, para chegar com successo ao resultado desejado, esta vasta empreza exige um profundo sentimento de justiça, um grande espirito de condescendencia, uma alta dóse de magnanimidade e de patriotismo: ella exige, enfim, esta saude intellectual, por assim dizer, que exclue o fanatismo e a intolerancia tanto quanto o servilismo egoista dos interesses e da opinião."

A estas profundas e verdadeiras considerações devemos subordinar todas as nossas deliberações, no momento que atravessamos. Nada de idéas absolutas e exclusivas sobre ponto algum. Só por meio de sensatas e reciprocas concessões poderemos conseguir o nosso *desideratum*, porquanto todos nós, sómente, somos movidos pelo desejo nobre de organizar a Patria republicana do melhor modo possível.

E como, impellido por esse elevado intuito, formulei algumas emendas, corre-me o dever de fundamental-as, ainda que ligeiramente, pois que não disponho do tempo indispensavel para dizer tudo quanto sinto necessidade de dizer, hoje, ao paiz, aqui reunido.

No paragrapho unico do art. 18, approvado em primeira discussão, a Constituição confere à Camara dos Deputados e ao Senado, entre outros direitos, o de eleger a sua Mesa. Na eleição das mesas das assembléas politicas, a entidade — Presidente — é, sem a menor duvida, a de maior importancia.

Entretanto, depois de havermos reconhecido no Senado o direito de eleger a sua Mesa, no art. 31 mutilamos esse direito, determinando que o Vice-Presidente da Republica *ipso facto* seja o Presidente do Senado.

O SR. SEABRA — É uma excepção ao principio.

O SR. ZAMA — É uma excepção cujo alcance não comprehendendo, e cuja utilidade não achei ainda quem me explicasse. Si no art. 18, paragrapho unico, o redactor do projecto constitucional, que se discute, reconhece a conveniencia de conferir ao Senado plena liberdade de eleger a sua Mesa, por que razão, no art. 31, destringe logo essa liberdade? (*Apartes.*)

Perdóem-me os nobres representantes que me abafam a voz com tão numerosos *apartes*. Sou um ente racional, e um homem razoavel. Quero votar, mas sabendo o que voto e por que voto. Ficaí, pois, sabendo que tenho, como o Diogenes da antiguidade, andado com a minha lanterna acesa procurando entre os collegas mais competentes um que me explique as vantagens das disposições do art. 31. E quereis saber a resposta unica que tenho podido obter? Eis-a: — Esta disposição é litteralmente copiada da Constituição dos Estados Unidos da America do Norte!

Em certos assumptos a minha natureza é um pouco mais

exigente: eu não me sentiria satisfeito commigo mesmo si votasse aqui medidas só porque ellas existem nas constituições politicas de taes ou taes povos. (*Apoiados; apurtes.*)

O Sr. ESPÍRITO SANTO — V. Ex. quer a razão? Eu a darci.

O Sr. ZAMA — Não pude ainda atinar com a razão pela qual o Vice-Presidente da Republica, só por esta circumstancia, deva presidir o Senado.

O Sr. ESPÍRITO SANTO — Eu quero dar-lhe a resposta: ouça...

O Sr. ZAMA — Meu bom e prezado collega, seja caridoso commigo; lembre-se de que escapei miraculosamente da rolha de um general (*Riso*), que está a estragar a lamina afiada de sua espada em campanhas de encerramento, para as quaes, quando muito, se poderia empregar o sabre da praça de pref. (*Apurtes.*) Acrescer, ainda, que apenas posso dispor de tempo muito limitado, e o meu discurso terá, ainda, uma segunda parte, de que não me é licito prescindir.

Comprehendo perfeitamente que si o Vice-Presidente eleito fôr senador, possa o Senado, a seu turno, si o julgar capaz e digno, elegel-o seu Presidente.

Nesta hypothese, respeitadas serão as disposições do art. 18; mas si por qualquer circumstancia, o que é muito possível, o Vice-Presidente da Republica não fôr senador, por que motivo ha de occupar a presidencia do Senado? Seria confundir os poderes, o que é sempre grave em uma Constituição.

Ainda sendo senador, o Vice-Presidente pôde ter muitos dotes e qualidades, pelas quaes se recomende; mas pôde faltar-lhe competencia para presidir uma corporação de tão alta importancia politica, e, neste caso, teriamos o Senado e o Vice-Presidente collocados em situação muito esquerda.

Por estas considerações parece-me de conveniencia propor a suppressão do art. 31. E quando o Congresso julgar não dever attender ás minhas observações, rogo á Comissão de Redacção que supprima a phrase — *ipso facto* —, que nella se encontra. Uma Constituição politica deve ser, toda ella, escripta em lingua vernacula.

Eguae considerações cabem ao art. 32, § 1º, em que se determina que o Senado, quando tenha de deliberar como tribunal, seja presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não julgo o Senado brasileiro tão incapaz, que não possa o seu Presidente presidil-o convenientemente, quando tenha de funcionar como tribunal, para julgar os crimes de responsabilidade. Só podem surgir inconvenientes de intervenção de um dos membros do Poder Judiciario nas deliberações de um dos ramos do Legislativo. A separação e harmonia dos poderes é condição indispensavel para o seu regular funcionamento: pondero, ainda, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal é de nomeação do Presidente da Republica.

De mais, em todos os regimens livres, o Poder Legislativo é o Poder por excellencia: é, por assim dizer, *primus inter pares*; entretanto, na Constituição que nos offereceram nota-se o pensamento reservado de fazer descer este Poder, da altura em que deve sempre conservar-se.

E note-se, ainda, que o Congresso já approvou um additivo de um illustre representante do Estado de Minas Geraes,

que prohibe que funcções de um Poder sejam exercidas por membros de outro qualquer poder.

Penso, pois, que nada teremos a perder com a supressão do § 1º do art. 32, que, tambem, proponho.

O art. 30, approvado em 1ª discussão, dispõe que o mandato de senador durará nove annos, renovando-se o Senado pelo terço, triennialmente. Justificam este artigo, allegando que o Senado é, por assim dizer, um corpo moderador dos excessos do ramo popular da legislatura, e conservador das tradições parlamentares e legislativas.

Si habitassemos um paiz de melhores costumes eleitoraes, si o Governo se corrigisse do mau veso de intervir em eleições, o que não espero, porque, até na Republica, elle continuou os lamentaveis moldes do Imperio nesta materia, e tanto que, até mesmo neste recinto, tem cabalado, e cabala (*Apoiados e não apoiados*), tratando-se de uma eleição em que a espontaneidade do eleitor deve ser completa...

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — V. Ex. é injustissimo nesse ponto: pois que até o Ministro do Interior, que é deputado, não tem aqui vindo.

O SR. ZAMA — Não fallemos dos ministros, que querem tornar irresponsaveis. Outr'ora, sim; agora, não. Não me occuparei dos caixeiros, quando a responsabilidade só deve ser dos amos. São, hoje, apenas registradores dos actos do Poder, e não devo trazel-os ao tapete da discussão.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Mas V. Ex. está se referindo a elles.

O SR. ZAMA — Asseguro ao nobre representante que nem pelo pensamento me passou a pessoa do Ministro do Interior. Terminemos, porém, o incidente, e prosigamos no caminho em que iamós.

Eu dizia que, si os nossos habitos eleitoraes fossem outros, e si os nossos governos não fossem tão incorrigiveis, eu accitaria a renovação do Senado pelo terço, no fim do triennio. Nem faria questão por outra qualquer fórma de renovação; mas já tenho a cabeça branca, e larga experiencia das cousas de meu paiz.

Sei bem do que em materia eleitoral se tem passado, está se passando, e prevejo, desde agora, o que se ha de passar no futuro, na renovação do Senado.

Attendam os illustres congressistas: a renovação pelo terço significa que de tres em tres annos cada Estado terá de eleger um só senador. A lucta travar-se-á, corpo a corpo, entre um candidato protegido por todos os recursos officiaes, e outros, que disponham apenas de influencia pessoal. Comprehende o Congresso que em taes condições impossivel será triumphar do Poder, que dispõe de tantos meios de compressão e corrupção. A renovação far-se-á, pois, sempre ao bel-prazer dos governantes. (*Não apoiados e apoiados*.) Desenganem-se: qualquer que seja a influencia eleitoral e politica que tenha um homem em qualquer Estado, ser-lhe-á sempre impossivel luctar braço a braço com o Governo, entre nós sempre tão pouco escrupuloso em materia eleitoral.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Entretanto, V. Ex. aqui veio luctando assim.

O SR. ZAMA — A hypothese não é a mesma. A lucta que mantive a 15 de setembro não é igual á lucta que se ha de

travar no futuro. Reflecta V. Ex. que o povo bahiano conseguiu eleger-me, porque cada eleitor tinha o direito de escrever em sua cedula 22 nomes para deputados e tres para senadores. Si não fosse essa circumstancia, nem eu nem o Sr. Saraiva estaríamos aqui. Este teria, infallivelmente, succumbido em uma lucta singular, mesmo com o ex-Ministro das Finanças, que, como V. Ex. sabe, quasi que não tem influencia eleitoral na Bahia.

O povo bahiano tem, sem duvida, altivez e independencia; mas, si conseguiu fazer vingar minha eleição e a de mais dous illustres companheiros, foi isso devido á circumstancia de poderem os eleitores votar em 22 nomes.

Seria, com effeito, exigir de mais da paciencia bahiana pretender que aquelle Estado não honrasse com a sua confiança alguns de seus cidadãos que elle conhece, e julga dignos da nobre missão de zelar os seus interesses e defender os seus direitos. Em uma lucta singular, porém, por nulla que seja a individualidade protegida pelo Governo, sempre triumphará do seu adversario, ainda que este disponha da mais legitima influencia.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Vejamos, porém, qual o remédio que nos offerece.

O SR. ZAMA — O remédio que vejo para remover o inconveniente que indico é a renovação integral do Senado. Na medida que proponho, o mandato durará seis annos para todos. Si os primeiros votados a 15 de setembro perdem tres annos de duração de seu mandato os ultimos ganham tres annos. Os que conseguiram os primeiros logares no ultimo pleito, si os conseguiram por seu merito real, não podem recuar o resultado de novos pleitos. Ainda devo notar que nem sempre a urna confere o primeiro logar ao que realmente mais direito tem a essa distincção. Aqui mesmo, na sede federal, tivemos o exemplo com Saldanha Marinho, sem que, mencionando o facto, tenha por fim escurecer o merito dos outros eleitos. O eleitor, podendo dispôr de tres logares, encontra valvulas por meio das quaes pôde, sem collocar-se abertamente em opposição ao Governo, favorecer alguma outra candidatura, que lhe inspire sympathia, e haverá, assim, sempre esperanza que a opinião, não official, possa fazer-se representar.

O SR. LAURO MÜLLER — Mas, assim, o Governo, que pôde fazer um, poderá igualmente fazer eleger tres.

O SR. ZAMA — Tem razão o nobre representante, e nem contesto que, muitas vezes isso se dê; mas o que é fora de duvida é que, sendo tres os nomes em que o eleitor possa votar, será mais facil á opposição poder obter um logar. Agora mesmo tivemos o exemplo com a eleição do Sr. Saraiva.

Poder-se-ia, mesmo, adoptar, para a eleição do Congresso o voto incompleto, que, sem ser uma garantia segura para a opposição, difficulta, entretanto, a tarefa dos governos fazedores de eleições. Fallo como homem pratico, passe ou não a minha emenda. Pondero, ainda, que não vejo vantagem real nesta classificação de senadores de tres, seis e nove annos: como que se estabelece uma escala, em que uns têm menor importancia, que outros. Com o systema proposto, as portas do Senado brasileiro fechar-se-ão de uma vez para quantos se habituaram a pleitear eleições por conta e sob a responsa-

bilidade própria: pois que eu, pela minha parte, não nutro a esperança de que tão cedo o Governo de nossa terra deixe de envolver-se em eleições.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas o Presidente, sendo eleito por quatro annos, quando muito poderá fazer um terço do Senado.

O SR. ZAMA — Perdõe-me o nobre collega: a entidade Presidente ou Governo não desaparece jámais: si sabe um Presidente, entra outro; e os recursos officiaes são sempre os mesmos. Não sou tão optimista, que acredite que o nosso Governo mude rapidamente de habitos, principalmente depois do espectáculo que ha 14 mezes observei.

Passos ao Capitulo 4º, que se insereve — *Das attribuições do Congresso*. Ali, no art. 33, encontra-se, logo em principio, o adverbio — *privativamente* — seguindo-se 34 numeros, que especificam os assumptos sobre que, quer a Camara dos Deputados quer o Senado, podem legislar: mas sobre todos estes assumptos intervem o Presidente da Republica com a sancção, ou com o *veto*. Não pôde, pois, applicar-se a este artigo a expressão — *privativamente*, cuja significação, todos nós sabemos, é uma simples emenda de redacção, que, ainda quando não fosse votada pelo Congresso, a Commissão de Redacção deveria fazer. Seria desairoso para nós, si mais tarde alguem, lendo a nossa Constituição, nos julgasse tão descuidados que até estas faltas deixassemos passar. Ainda ha pouco fiz observação semelhante sobre a phrase — *ipso facto*.

UM SR. REPRESENTANTE — Entretanto, V. Ex. gosta tanto dos latinorios. (*Risos*.)

O SR. ZAMA — Gosto, com effeito, do latim, mas não para empregar-o nos artigos da Constituição de meu paiz.

Não penseim, porém, que ao fazer observações desta ordem tenha em vista censurar o auctor do projecto em discussão. Todos nós sabemos que elle conhece perfeitamente a lingua, que fallamos; são lapsos, inevitaveis para aquelles que, sobrecarregados de excessivos affazeres, vêm-se na necessidade de preparar um trabalho desta ordem em curto espaço de tempo. Pode-se, mesmo, dizer que este projecto de Constituição foi escripto a vapor, ou sobre a perna, o que de fórma alguma diminue o merito litterario e scientifico de seu auctor.

No Capitulo 5º, tratando-se das leis e resoluções, estabelece a Constituição, no art. 36, § 3º, o modo porque se deve proceder, quando a qualquer projecto for negada a sancção presidencial. Este methodo, além de moroso e complicado, não satisfaz, até porque não prevê, nem resolve todas as hypotheses que se podem dar e que, fatalmente, se darão. No projecto exige-se que em cada uma das camaras seja de novo discutida a lei, ou resolução, não sancionada, e que em cada uma dellas seja approvada, em votação nominal, por dous terços de votos dos presentes, para que possa ser lei do Estado. Do que está escripto e passou na 1ª discussão se deprehende que, si não houver a tal maioria de dous terços em ambas as camaras, prevalecerá o *veto* presidencial. Isso não me parece justo: será atar de mais a representação nacional á vontade presidencial. (*Apoiados*.)

No projecto em discussão já são cerceadas, demasiadamente, as regalias do Poder Legislativo; em vez de Poder por excellencia, já o transformaram em Poder subordinado; e as consequencias em breve experimentaremos.

Comquanto eu não comprehenda bem a exigencia de maiorias, maiores ou menores de dois terços ou — tres quartos, — porque no systema representativo delibera a maioria, qualquer que ella seja, respeito, todavia, a exigencia dos dous terços; mas proponho outro processo mais simples e abreviado: a fusão das camaras para resolverem sobre as leis não sancionadas. (*Apoiados.*)

Reunida a representação nacional, si por dous terços dos membros presentes for de novo approvada a lei, ou resolução, não sancionada, será declarada lei do Estado. (*Apoiados.*)

Vozes — Perfeitamente; perfeitamente.

UM SR. REPRESENTANTE — A questão deve até ser resolvida por simples maioria absoluta.

O SR. ZAMA — De accordo com o nobre collega que me honra com o seu aparte. Realmente, bastaria a maioria absoluta dos votos das duas camaras reunidas; e si não apresentei a emenda nestes termos, foi pelo receio de não vel-a passar com mais esta alteração, que, afinal de contas, é a verdadeira.

Eis os termos, em que redigi a emenda substitutiva (*lé*):

«Sobre o projecto de lei ou resolução não sancionada, resolverão os dous ramos do poder Legislativo reunidos, sob a presidencia do Presidente da Camara iniciadora da proposta; si o projecto for approvado ainda uma vez pelos dous terços dos membros presentes, voltará para o Poder Executivo, para a solennidade da promulgação.

a) A fusão das camaras terá logar no edificio da Camara dos Deputados, e presidil-a-á o Presidente da Camara iniciadora.

b) O Presidente 1º e 2º secretarios da outra Camara terão assento na mesa.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — Zama.”

A emenda, que apresento, mandando supprimir, no § 2º do art. 40 a palavra — *vice* — é a consequencia das idéas que sustentei sobre a presidencia do Senado.

O art. 43 determina que o Presidente da Republica pronuncie perante o Supremo Tribunal Federal a sua affirmação comprehendendo esta disposição, porque, sendo a posse a 15 de novembro, nesse tempo não se acha reunido o corpo legislativo. Mas, si por qualquer circumstancia, ou por uma convocação extraordinaria, ou porque a sessão se prorogue, porque razão não ha de vir o Presidente da Republica pronunciar a sua affirmação perante a representação nacional? (*Muitos apoiados.*)

Agora mesmo teremos de eleger o Presidente; o Supremo Tribunal ainda não funciona; perante quem ha de pronunciar a sua affirmação o Presidente que elegermos? Ha de ser perante o Congresso Constituinte, que celebrará uma sessão especial só para esse acto. (*Apoiados.*)

Proponho, pois, que se accrescente ao art. 43 a seguinte disposição (*lé*):

«Si por qualquer circumstancia achar-se funcionando o Congresso Nacional, o Presidente eleito pronunciará sempre a sua affirmação perante as camaras reunidas.”

Vozes — Apoiado, muito bem.

O SR. ZAMA — Na primeira discussão votei pela emenda do illustre representante do Espirito Santo, o Sr. Dr. Muniz Freire; era mister salvar o ponto principal — a eleição do Presidente da Republica — pelo suffragio popular directo; não podia, nem devia, então occupar-me do accessorio. Hoje, porém, a cousa é outra: é preciso consagrar em toda a sua plenitude a victoria do principio acceto. A eleição para Presidente da Republica trará sempre abalo ao paiz, não o con-testo.

Não descubro, porém, vantagem na exigencia da maioria absoluta, para que seja reconhecido o Presidente: antes, me parece, só desvantagens trará um segundo escrutinio, proposto no § 2º do art. 46. Proponho, pois, que neste artigo se diga — maioria relativa — em vez de — absoluta — e supprima-se todo o § 2º.

Deixemos, inteiramente, ao criterio popular a escolha do primeiro magistrado da Republica. O povo, diz Montesquieu, tem um tacto admiravel para escolher os mais dignos de sua confiança.

O SR. SEABRA — Tratando da eleição de senador, affirmou V. Ex. que o Governo podia intervir para fazer os senadores: entretanto, agora, tratando-se de eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Republica, julga que o povo tem independencia e bom senso.

O SR. ZAMA — Não me acho em contradicção commigo mesmo, conforme pensa o illustre collega, e basta ponderar-lhe a circumstancia de não poder ser reeleito o Presidente, para se comprehender que o caso é diverso. (*Trocam-se outros apertes, que foi impossivel tomar.*)

O honrado representante da Bahia com a intuição prompta que tem, e com a intelligencia de que dispõe, comprehende que a eleição do novo Presidente trará, como consequencia, Governo novo, e que o existente na occasião nem sequer será agulhoado pelo instinto da conservação. E', portanto, de esperar que o Governo, que vai saber se mantenha em certo gráo de neutralidade.

Acresce que se fará tal eleição, simultaneamente, em 21 estados, cujas opiniões e interesses, naturalmente, não serão uniformes; a tarefa de intervir officialmente tornar-se-ia muito mais difficiliosa.

Creio que com estas palavras tenho respondido á observação que se dignou fazer-me o illustre collega pela Bahia.

Passarei, agora, a tratar da organização do Poder Executivo; e sobre elle organizei varias emendas, que vou sub-metter á apreciação do Congresso.

Receio, Sr. Presidente, que em vez de uma Republica democratica, que a Nação deseja, não estejamos, aqui, organizando uma Republica autocrata, taes são os poderes conferidos ao Presidente, e tão illusoria e inexequivel é a responsabilidade que lhe attribuímos. (*Apoiados.*) Digamos sem reboço a verdade.

Na pratica não ha meio de tornar effectiva a responsabilidade do Presidente, que torna-se o senhor absoluto de todos os poderes.

O meio de conjurar o perigo, que diviso em futuro muito proximo, e que, infelizmente, já temos experimentado, consiste, em cercar todos os depositarios do Poder publico de certo gráo de responsabilidade. Não posso comprehender func-

cionarios de tão alta importancia politica e administrativa, como os ministros de Estado. isentos de responsabilidade, como quer creal-os o presente projecto. (*Apoiados.*)

Sou, todos o sabem, partidario decidido do systema parlamentar, e tão decidido, que chego a affirmar que fóra deste systema, não poderá haver governo livre, no rigor do termo. Respeito, porém, as opiniões que me são contrarias. E' dever meu acreditar que muito bons motivos os levam a combater o parlamentarismo, bem que me pareça que elles combatem, antes, os abusos deste systema do que o systema em si.

Proponho uma especie de transacção, um meio termo, em que airoosamente nos possamos encontrar de accôrdo. Creemos um systema mixto, que garanta os interesses e direitos da Nação, garantindo, ao mesmo tempo, as attribuições do Executivo.

O SR. ESPIRITO SANTO — Não gosto de meias medidas.

O SR. ZAMA — Entretanto, em politica ellas são frequentemente empregadas. A verdadeira sciencia politica consiste em saber fazer em tempo as concessões indispensaveis. Demais, não sou nenhum Alexandre, capaz de cortar com a minha espada os nós gordios que se me apresentem na vida publica. Procuro obter o que mais indispensavel se me afigura na occasião, sem abdicar o direito de exigir, no futuro, quando as circumstancias o permittirem.

Deixarei ao Presidente completa liberdade de nomear e demittir os seus ministros; mas estes, tanto poderão ser tirados do seio do Congresso, como, fóra delle: os ministros, deputados ou senadores, poderão ser reeleitos. (*Apoiados.*)

O que tenho como essencial é que sejam com o Presidente responsaveis perante a Nação pelas faltas, erros, ou crimes, que, porventura, commettam. (*Apoiados.*)

Não comprehendendo a vantagem de impedir-se o Ministro de comparecer perante o Congresso. Apello, neste momento, para os homens de bem deste Congresso: qual será o Ministro, zeloso de sua honra e dignidade, que accusado perante uma assembléa como esta, não sinta impetos de vir, immediatamente, defender-se e mostrar-se isento de qualquer responsabilidade? Quer me parecer que os homens de certa ordem recusarão sempre a posição de ministros, qual a querem crear. Simples secretarios, registradores apenas dos actos do Presidente, eis a que ficarão reduzidos os ministros de Estado! Nesta situação, de que força moral poderão elles dispôr, para se opporem aos excessos presidenciaes, si, por ventura, estes se derem? Um verdadeiro Ministro de Estado deve compartilhar com o Presidente da responsabilidade moral, politica e legal. Será o meio unico de termos moralidade e escrupulo na administração.

Reflicta-se ainda, Senhores, que por maior que seja a intelligencia, o zelo e a actividade do Presidente, ser-lhe-á materialmente impossivel tomar por si só conta dos multiplos e variados negocios que correm pelas diversas secretarias de Estado, que temos; muita cousa se ha de fazer só por conta e na fé dos ministros.

Como nestas condições isental-os da responsabilidade, como pretende o projecto em discussão? Creio que a taes observações não se responde com vantagem. (*Apoiados e apartes.*)

Levado por estas considerações, proponho que, na secção 2ª, Cap. 4º, art. 48, diga-se: referendam — em vez de — subscrevem — que, no art. 49, supprimam-se as palavras — deputado ou senador —, e que, no parographo unico deste artigo, supprima-se o adverbio — não.

Proponho, ainda, que o art. 50 seja substituído pelo seguinte (le):

“Os ministros que não forem deputados ou senadores poderão comparecer às sessões, quando discutir-se o orçamento da pasta que dirigirem, ou quando qualquer das duas camaras entender necessaria a presença de algum delles sobre qualquer assumpto; e poderão communicar-se, pessoalmente, ou por escripto, com as commissões do parlamento.

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica e ao Congresso Nacional.”

No art. 51, primeira linha, proponho a suppressão da palavra — não —, e no § 1º do mesmo artigo, que se substitua a expressão — porém — pela palavra — ainda.

No cap. 5º, é indispensavel, em obediencia ao plano, que concebi, que as palavras — da responsabilidade do Presidente, — se addicione — e dos ministros de Estado. — No art. 53, é preciso, tambem, acrescentar, logo depois das palavras — no Presidente da Republica — as seguintes: e nos ministros de Estado.

Feito isto, acredito que teremos o Poder Executivo melhor organizado, e menos hypotheses de abusos, quer por parte do Presidente, quer dos mesmos ministros.

Eis o meu termo, que imaginei, e neste terreno creio que serão possiveis e licitas concessões de lado a lado.

Passo ao título 4º, secção 1ª, art. 69.

Exporimeto sobre este ponto, confesso, um certo constrangimento, porque me parece que o Congresso não o tem encarado pelo seu verdadeiro prisma: é a questão do voto ás mulheres. Alguns dos illustres collegas consideram pelo lado alegre, quando eu a tenho por muito seria e grave.

Comprehendem todos que na minha idade não me posso arvorar em paladino do bello sexo, e muito menos pretendo fazer ruido em torno de meu nome. Para mim é uma questão de Direito, que tarde ou cedo será resolvida em favor das mulheres. Bastará que qualquer paiz importante da Europa confira-lhes direitos politicos, e nós o imitaremos. Temos o nosso traco pela imitação.

Nenhuma objecção séria tenho, até agora, ouvido contra a opinião, que sustentamos: os nossos adversarios limitam-se a asseverar que a concessão de direitos politicos ás mulheres trará, infallivelmente, a desorganização do lar e da familia; nenhum delles, porém, deu-se ao trabalho de explicar-nos o modo e os motivos dessa desorganização. Em assumptos desta ordem não basta affirmar, é preciso provar.

Ninguém contesta á mulher a egualdade de aptidões que tem o homem: quanto á differença de organização physica, pouco ou nenhum valor tem a objecção: é mais uma questão de educação. Nervosas e fracas! Porém ellas são, tambem, energicas e fortes, conforme as occasiões e meio social em que vivem; ellas se applicam á medicina e á jurisprudencia tão bem como nós; no magisterio, nos excedem; no exercicio dos empregos publicos não nos são inferiores; na administração de sua casa e bens, em regra geral, andam melhor do que nós.

A' excepção do imposto de sangue, concorrem também com o imposto para encher as arcas do thesouro; finalmente, podem desempenhar todos os deveres do homem. Porque se lhes ha de privar do exercicio do direito politico?

A familia não se desorganiza quando ella exerce a medicina, a advocacia, o magisterio e funcções publicas, que exigem muito mais tempo, trabalho e criterio: desorganizar-se-á, porém, pelo facto de ir ella, em dia de eleição, dar o seu voto! Não, isso não é verdade.

Quero crêr que ainda se lhes concedendo o direito de voto, a maior parte não se aproveitará da concessão, graças aos nossos habitos e educação.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — O direito de voto, concedido ás mulheres, nos Estados Unidos, deu máo resultado.

O SR. ZAMA — Façamos a experiencia...

UM SR. REPRESENTANTE — Póde ser perigoso.

O SR. ZAMA — Não tema. Começemos por pouco: limitemos o direito de voto ás casadas...

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Mas esta já é representada pelo marido, que tem a capacidade precisa.

O SR. ZAMA — Si o marido é por si só capaz, e á sua capacidade se roune a da esposa, nada perderá a sociedade, pois que duas capacidades concorrerão á urna: ampliemos o direito ás viúvas que gerirem estabelecimentos agricolas, industriaes ou commerciaes, ás que tiverem título scientifico ou litterario conferido por estabelecimentos de instrucção dos estados da União, e ás que exercerem o magisterio ou empregos publicos. O numero dellas será muito diminuto. Na massa geral dos votantes, e creio, até, que muitas não usarão tão cedo dos direitos que lhes concedermos.

Tenho profunda convicção de que a presença da mulher nos comicios eleitoraes será sempre um elemento de ordem e de paz, e muito concorrerá para afastar dos pleitos eleitoraes o cacete, o punhal e a navalha, tão usados entre nós.

E porque nem receto que se desorganize a base em que assenta a familia, e porque tenho esta convicção, proponho que no art. 69 acrescente-se a seguinte disposição:

“Inclusive as mulheres casadas, as viúvas, que dirigirem estabelecimentos commerciaes, agricolas ou industriaes, as que exercerem o magisterio ou outros quaesquer cargos publicos, e as que tiverem título litterario ou scientifico por qualquer dos estabelecimentos de instrucção publica da União ou dos estados.”

Sobre o disposto no n. 3 do § 1º deste artigo, ouvi a opinião autorizada de alguns officiaes generaes e superiores que nesta Casa têm assento, e, cingindo-me a ella, proponho a suppressão das palavras que se seguem, depois das palavras — praças de pref.

Comprehendo e, sem duvida, applaudo a homenagem que o auctor do projecto quiz prestar aos alumnos das escolas militares de ensino superior; mas as exigencias do serviço aconselham que a regra não soffra excepção.

Nem a suppressão, que proponho, póde parecer odiosa a quem quer que seja, porque a promoção desses alumnos a officiaes depende apenas de sua applicação, e, consequente-

mente, de sua vontade, e, além disso, faz-se em curto espaço de tempo.

Ponderarei ainda ao Congresso que o n. 4 do art. 69 não tem mais razão de ser, ou, antes, nunca teve. Em primeiro lugar, separada a Igreja do Estado, este nada tem que ver com os indivíduos, quaesquer que sejam as suas crenças religiosas: em todos, o Estado vê cidadão. (*Apoiados.*) Em segundo lugar, esta disposição é perfeitamente ociosa, porque "os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual", ainda que nós lhes conferissemos direitos políticos, não poderíamos exercel-os, porque a isto se oppõem os seus votos religiosos. (*Apoiados.*)

Lembrarei ainda, aos illustres collegas que na 1ª discussão, por votação quasi unanime, approvámos o additivo do Sr. Serzedello, que figura no § 26 do art. 71, e pelo qual ficou resolvido que — por motivo de crença, ou função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos políticos e civis, nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever cívico.

Approvando esse additivo, o nosso pensamento ficou clarissimo.

Conservar, pois, o n. 4 do § 1º do art. 69, seria apenas manter disposição inutil, odiosa, que somente revelaria o espirito de hostilidade contra a religião catholica, de que se deixava tomar o auctor do projecto na occasião em que o elaborava. Espero, pois, e tenho por certo, que nesta discussão desaparecerá esta disposição.

Passo ao art. 71, § 6º, e proponho que ahi substitua-se a palavra — leigo — por — livre.

O Congresso em diversas votações, tem demonstrado que não se deixa arrastar pelos sentimentos hostis aos catholicos, que influiram no espirito do auctor, ou auctores do projecto em discussão. Decretando a liberdade plena e completa de consciencia, os legisladores constituintes da Republica estão muito longe de pretender crear uma-nação de atheus. (*Opoiados.*)

As sociedades humanas não perduram sem religião, qual-quer que ella seja. (*Apoiados.*)

O proprio Voltaire exclamava: "*Si Deus não existisse, seria mister invental-o*". Pretender que o ensino entre nós seja leigo, no rigor do termo, penso eu, é pretender o impossivel.

Qualquer que seja o professor, este, naturalmente, professa uma religião qualquer, e, nas lições que fizer, ha de transmittir aos alumnos as opiniões que sustente: esta é a lei natural. O Estado não é o individuo: e por isto mesmo que o Estado não adopta, nem prefere religião alguma, tem o dever de não envolver-se, em circumstancia alguma, com assumptos religiosos. O papel do Poder publico deve limitar-se a garantir ao ensino plena liberdade, prestando sempre a mais devida attenção á corrente da opinião publica.

Já Washington, o immortal patriarcha da Republica norte-americana, que pretendemos imitar, estabelecia como principio essencial que *ninguém pôde dirigir opinião senão*

sob a condição de respeitar suas susceptibilidades, mesmo exaggeradas.

Deixe a Constituição que cada um ensine e aprenda como melhor lhe parecer. Ao Governo incumbe inspecionar e fiscalizar o ensino publico, de modo a reconhecer com segurança quaes as escolas preferidas pela população brasileira — si aquellas em que se risca de todo a idéa de Deus, ou si aquellas em que preceitos religiosos são ensinados, e, segundo a frequência de cada uma dellas, auxilia-as de preferencia.

Si pretendemos deveras seguir as pegadas da grande Republica, que sinceramente admiro, não basta que copiemos servilmente o texto escripto de sua Constituição: cumprenos, tambem imital-os em seus habitos e no senso pratico com que sabem alliar as disposições escriptas de sua Constituição com as exigencias do Governo e da opinião.

E' assim que se procede nos Estados-Unidos da America do Norte.

O Governo não estatue que o ensino nas escolas publicas seja dado por esta ou aquella fórma, mas verifica quaes as mais procuradas, e, na razão directa da frequência, presta a cada uma assistencia e soccorro.

Não quero outra cousa para a nossa Republica: sou um catholico pouco exigente; acceito a liberdade de consciencia: mas, como consequencia della, tenho o direito de exigir igual liberdade no ensino.

Sobre este ponto, poderia alongar-me; mas creio desnecessario fazel-o, porque me parece que o Congresso está convencido de que a doutrina, que sustento, é a unica compativel com a Republica democratica, que desejamos instituir, o a unica possivel para esta Nação, nova e avida de todas as liberdades, e já acostumada ás instituições livres.

Ia-me passando tratar do § 3º do art. 74 — Declaração de direitos. Este parographo determina que todos os individuos e confissões religiosas podem exercer, publica e livremente, o seu culto, associando-se para esse fim, e adquirindo bens — *observados os limites postos pelas leis de mão-morta, e guardadas as leis criminaes.*

Esta questão tem sido, aqui, tão brilhantemente discutida por outros, que mais competencia têm, do que eu, que hem poderia dispensar-me de adduzir considerações sobre ella. E antes de proseguir, agradecerei aos illustres seculares das escolas positivista e comtista que aqui têm assento, o auxilio leal, sincero e valioso que elles têm prestado a nós outros, que temos defendido os direitos dos catholicos.

Esses moços — por honra delles o digo —, desde que acceitam um principio, acceitam, rasolutos todas as consequencias que delle decorrem. (*Apoiados.*)

Recebam elles por meu intermedio os agradecimentos dos catholicos. (*Muito bem.*)

Separada a Igreja do Estado, a Igreja fica sendo uma pessoa juridica, que só deve estar sujeita ao Direito commum. (*Apoiados.*) Sahidos do systema de concordata, a applicação das leis de mão morta não pôde ter logar. (*Apoiados.*)

E' indispensavel, portanto, substituir as palavras — *observados os limites postos pelas leis de mão morta* — pelas

palavras — *observadas as disposições do Direito commum.*

Devem, igualmente, ser suppressas as palavras — *e guardadas as leis criminaes*, porque não é difficil calcular os abusos a que ellas podem dar lugar, segundo a interpretação das autoridades. Basta lembrar algumas das disposições do novoCodigo Penal.

Sou obrigado a andar a vapor sobre todos estes pontos. O ponteiro do relógio parece-me andar com vertiginosa rapidez; e eu tenho, ainda, a segunda parte do meu discurso, de que não posso prescindir. Direi mais algumas palavras sobre a Constituição, e passarei adiante.

Temos de eleger o Presidente effectivo e o Vice-Presidente da Republica. Tendo o Congresso acceito o principio de serem o Presidente e o Vice-Presidente effectivo eleitos pelo suffragio directo, occorreu-me a idéa de propôr que, em homenagem ao principio, nos limitássemos, agora, á eleição de um Presidente e Vice-Presidente provisorio, que exercessem as suas funcções até a eleição effectiva.

Não tenho esperanças de fazer vingar a emenda, pois vejo o pé em que se acham as cousas: todavia, submetto-a á apreciação do Congresso.

Ao § 1º do art. 1º das Disposições transitorias proponho que, depois da palavra — Vice-Presidente, — acrescente-se — Provisorios — e que o mesmo se faça no § 2º; e para completar o meu pensamento proponho que sob o numero 4º se addicione mais um paragrapho, redigido pela fórma seguinte: (18):

"O Presidente provisorio, e em sua falta o Vice-Presidente, exercerá as suas funcções até que, constituídos os estados, o Congresso decretar a lei eleitoral pela qual devem reger-se as eleições federaes.

"Decretada a lei no mais breve espaço possivel, proceder-se-á á eleição directa do Presidente e Vice-Presidente effectivos pelo corpo eleitoral da União."

A consequencia deste additivo será, sendo approvado, a suppressão dos paragraphos 4º e 5º do mesmo artigo, suppressão que proponho.

Concluirei a primeira parte do meu discurso lendo o seguinte additivo ás Disposições transitorias: "Na eleição das constituintes dos estados vigorarão as disposições da lei de 9 de janeiro de 1881, na parte relativa á organização das mesas, recebimento das cédulas, apuração dos votos e juntas apuradoras.

Não ha necessidade de alargar-me sobre este assumpto.

O regulamento — Cesario Alvim — ahí está, e explica tudo.

Com tal regulamento não haverá Constituição regular possivel para os estados. (*Apoiados e não apoiados.*)

Entro, agora, Senhores, na segunda e ultima parte do meu discurso, que, sendo politica, todavia, é constitucional ainda, porque se refere á eleição do Presidente da Republica — eleição que se ha de realizar dentro de alguns dias. Espero que o honrado Sr. Presidente permittir-me-á a mesma liberdade de tribuna que tem permittido a varios oradores em outras occasiões.

O terreno é espinhoso: direi, mesmo, incandescente; tai, porém, tem sido a benevolencia pessoal que me têm, sempre, dispensado os illustres collegas, que ousou contar com toda a tolerancia para os conceitos que vou emittir.

Antes de tudo, declaro que minhas palavras não terão applicação a nenhum dos nobres Congressistas, e que não tenho em mira fazer insinuações a quem quer que seja. O que vou dizer, sob a minha responsabilidade pessoal e por conta propria, é, apenas, o resultado da convicção profunda do meu espirito.

Ao entrar nesta Casa, Sr. Presidente, notei que alguns das meus collegas olhavam-me com certa desconfiança, não sei porque: julgavam-me suspeito, principalmente aquelles que vinham, como eu, da Monarchia, tanto liberaes como conservadores. Deus, porém, tem permitido que essas suspeitas se tenham, pouco a pouco, desvanecido, e quasi todos fazem-me, hoje, a justiça que mereço, e reconhecem que, apesar de obscuro, sou um collaborador sincero, leal e desinteressado da Republica principio. — Republica que, com dor o digo, ainda está muito longe de ser architectada. (Apoiados.)

Havia como que o proposito de fazer-me passar por inimigo intransigente e feroz das instituições democraticas, e, até, por um dos nobres ex-ministros fui chamado de — sebastianista. (Riso.)

Si sebastianista quer dizer homem que deseja uma Republica verdadeiramente democratica, firmada sobre a *virtude politica*, séria, moderada, economica, que realize, em uma palavra, o governo do povo pelo povo, eu sou realmente um sebastianista, e incorrigivel, porque não deporei as armas com que combato, a saber — a penna e a palavra —, enquanto não vir realizado este *desideratum* nacional.

Desde que me resolvi a acceitar o novo regimen, tenho procurado servil-o com a lealdade e o desinteresse com que soem proceder aquelles que comprehendem a politica como o mais nobre e elevado emprego das faculdades humanas. Durante um anno procurei doutrinar e republicanizar o povo bahiano: nunca combati a Republica: tenho combatido homens e actos officiaes, que me parecem incompativeis com o regimen da democracia.

Não sou dos que se contentam com a simples mudança de nome: si despedimos a Monarchia pela Republica, é mistér que a Republica seja uma realidade. (Apoiados.) Para manterem-se os erros e abusos do passado, não valia a pena fazer uma revolução.

A minha attitude no dia 15 de novembro de 1889 é conhecida, e nem eu procuro occultal-a. Uma vez, porém, triumphante a Revolução, o meu passado me impunha o dever de acceitar a Republica. Quem, nos tempos em que ninguém cogitava de derrubar a Monarchia, quem, na sessão da Camara dos Deputados, em 8 de abril de 1879, respondendo a Saldanha Marinho, dizia: "O nobre deputado pelo Alto Amazonas, de cujo patriotismo jámais duvidei, ha de convir commigo que a maior aspiração da democracia moderna é o governo da Nação pela Nação. A fórma republicana ou monarchica para os que querem o governo representativo em toda a sua pureza, deve ser uma questão de ordem secun-

daria. Sob as monarchias, como sob o regimen republicano, as nações prosperam, desde que ha systema parlamentar real. De um lado, a Inglaterra, a Belgica, a Italia e outras nações marcham desassombradas na vanguarda da civilização, sob o sceptro dos reis constitucionaes. Do outro, a Suissa, os Estados Unidos da America do Norte e, modernamente, a heroica França, constituidas em republicas, trilhão o mesmo caminho. As republicas do Prata e da America Central, com serem republicas, não são mais felizes do que o Brazil.

“Os nossos antepassados, a cujos esforços heroicos devemos um lugar entre as nações livres do globo, legaram-nos a Monarchia constitucional representativa, como a forma mais appropriada á conservação e ao desenvolvimento das liberdades conquistadas. Emquanto não me convencer de que no Brazil é impossivel o consorcio da democracia com o throno conservarei a herança que nos legou essa vigorosa geração, que quasi toda desapareceu já da face da terra.

“Quando for mistér que eu caminhe para a frente, caminharéi, porque o destino do homem é trabalhar e progredir — quem tal fez não podia, não devia, dez annos depois, declarar-se inimigo da Republica. (*Apoiados.*)

Si, porém, sebastianista quer dizer homem que cogita na restauração do throno e da dynastia bragançina, declaro que essa denominação não me póde ser applicada.

O que penso a respeito do passado, disse-o — franca e categoricamente, a 9 de fevereiro do anno passado, em numerosa e solenne assembléa do povo bahiano. Esse discurso corre impresso, e alguns dos illustres collegas o leram.

O SR. LOPES TROVÃO — Eu o li.

O SR. CHAVES — E eu também.

MUITOS OUTROS SRs. REPRESENTANTES — Nós também.

O SR. LOPES TROVÃO — E' um trecho que o honra sobremaneira.

O SR. ZAMIA — Não o lerei agora para os congressistas que não o conhecem, porque falta-me tempo, mas comprometto-me, desde já a publical-o integralmente com o meu discurso, para que a Nação inteira o fique conhecendo.

“Estou convencido que não teremos trabalho em combater pretenções á restauração da Monarchia e da dynastia deposita.

“O bom senso da Nação Brasileira sobre este ponto tem-se manifestado, posso dizer, universalmente. Desde o primeiro momento, comprehenderam todos que entre as cousas improvaveis havia uma que attingia quasi que as proporções de um impossivel moral — a volta dos Braganças ao throno do Brazil. Ninguém lueraria com ella, nem mesmo a dynastia. (*Apoiados.*)

Antes, todos teriam a perder.

“A Historia ali está, para demonstrar que as dynastias restauradas voltam sempre peores do que sahiram. Os reis no exilio, nem esquecem, nem aprendem cousa alguma. Si conseguem reapossar-se da corôa, respiram vingancas, autorizam represalias sangrentas, e a espada da justiça, cega

pela paixão, é vibrada com furor por todos os lados, colhendo culpados e innocentes. Nada lucrou a Inglaterra com a volta de Carlos II.

"A restauração dos Burbons foi um enorme desastre politico para a França. O vulto heroico e ensanguentado de Ney, ainda hoje protesta contra o erro politico dos francezes..

"Depois, por que não hei de dizer em publico o que tantas vezes tenho dito a mim mesmo, e aos meus amigos, on seio da amizade? Não ha o que aproveitar da dynastia decahida.

"D. Pedro de Alcantara, esse sim, terá sua pagina na Historia, que jámais deixa de ser justa: a posteridade reconhecerá suas virtudes e qualidades privadas; mas elle está inteiramente enfraquecido pela molestia e pela idade, e em sua consciencia de homem de bem será o primeiro a reconhecer-se impossibilitado para assumir de novo a suprema magistratura no seio de uma nação como esta.

"Podemos nos lembrar com veneração e saudade do ex-Monarcha, mas ninguem deve cogitar de repol-o no throno. (*Apoiados.*)

"A Condessa d'Eu é, sem duvida, uma mãe de familia exemplar, uma esposa modelo, dotada de todas as virtudes domesticas, mas não recebeu da Providencia os dotes e qualidades indispensaveis para o papel que lhe reservava a hereditariedade. E nem se diga que stas qualidades são dispensaveis no rei constitucional. A ficção não póde ir até lá. Por mais nuro que se pretenda suppôr o regimen parlamentar, o Monarcha ha de influir sempre sobre o destino da Nação. A Sra. Condessa d'Eu teve, ainda, a infelicidade de desposar o Sr. Gaston d'Orleans, o qual, não sei porque, incorreu na animadversão publica. E' possivel, penso eu, que haja excesso de severidade no julgamento deste homem pela opinião publica; o que, porém, é fóra de duvida é que elle jámais conseguiu crear adhesões e sympathias no paiz; e uma vez perdida a confiança e a estima popular, difficilissimo se não impossivel, é reconquistal-as. Os filhos da ex-Princeza imperial são creanças; e nós não estamos no caso de ser governados por meninos. (*Apoiados.*) Demais, quem nos responderia nella capacidade de qualquer delles?

"No ramo lateral, D. Pedro Augusto, ainda ha bem pouco, acaba de mostrar que nem mesmo é um homem. Os episodios a bordo do *Alagóas*, durante a viagem para a Europa, provam que lhe faltam coragem e energia, qualidades que, aliás, aos 25 annos sobram ao maior numero. (*Apoiados.*)

"O outro, o 2º ex-tenente da Armada D. Augusto, dizem todos que o conhecem de perto que é excellente rapaz, mas que nada toma a serio. Segundo me consta, sempre se declarou republicano. (*Riso.*)

"A verdade é, pois, uma e unica.

"Ainda que surgissem restauradores, não haveria o que restaurar.

"O nosso regimen politico futuro, pela força das circunstancias, necessaria e fatalmente, ha de ser o regimen republicano. Sobre este ponto podemos mesmo dizer: — Estava escripto. — No meu manifesto aos bahianos tornei patente que a posteridade não encontraria outra explicação para os acontecimentos de 15 de novembro, senão na lei do destino, que marca ás instituições o termo fatal de sua existencia pelo

proveito que dellas póde haurir a sociedade. No momento em que deixam de ser uteis, desapparecem deante do mais insignificante accidente.

"Foi de um Imperador tambem a opinião que citei, de Napoleão III, na sua Historia de Julio Cesar.

"A Republica, si não viesse pela Revolução, viria, um pouco mais tarde, pela evolução, já o disse. Não ha, pois, meio de evital-a, nem de remover-a. (*Apoiados.*) Esperar a volta dos Braganças equivaleria a esperar a volta do vencido de Alcacer-Kibir, e a época não é para sebastianistas. (*Muitos apoiados.*)

"Marche, pois, desassombrada a Republica. A restauração é um sceptro, uma alma do outro mundo, que não deve metter medo a ninguém.

"Admittamos, porém, que houvesse temerarios que a tentassem. Com quem haviam de fazel-a? Com o Exercito e com a Armada? Mas o Exercito e a Armada foram os auctores da Republica. Não representariam o papel do Saturno da fabula a devorar a propria filha.

"Com o povo? mas o povo nem sequer disso cogita. O que elle quer, o que elle exige é, apenas, um regimen de liberdade e de ordem, sob o qual possa, livremente, desenvolver-se e agir, dando maxima expansão ás faculdades que Deus a todos concedeu. Digamos uma verdade: Estas altas questões politicas não affectam as massas populares. Somos nós outros que nos consagramos, exclusivamente, á causa publica, que nos preoccupamos de theorias e doutrinas sobre as differentes fórmãs de governo.

"O que a massa geral da população quer e exige é um governo de liberdade e de ordem que lhe respeite os direitos, que lhe dê paz e tranquillidade e que administre o paiz com zelo e escriptura moralidade. (*Muito bem; vivos e numerosos apoiados.*) O povo não possui, em regra geral, grande instrução scientifica ou litteraria, mas está me parecendo que tem mais senso commum do que nós outros, os politicos. (*Muitos apoiados.*)

"Com a intervenção armada do estrangeiro? Mas seria o caso de todos nós empunharmos o fuzil do soldado, armando-nos para bradar aos intruzos: — Nada tendes que ver com o modo por que nos queremos governar. Aqui não imporeis a vossa vontade enquanto houver um ente humano que respire. (*Applausos geracs.*)

"Os proprios restauradores corariam de vergonha, si para realização dos seus planos tivessem de recorrer a bayonetas estrangeiras. (*Muito bem; muito bem.*)

"A Europa, porém, é muito pratica e muito sabida, para envolver-se em nossas questões domesticas; mas si, porventura, lhe faltassem o senso e o criterio para querer nos impôr pela força uma fórmula de governo que nós repellissemos, havia de, afinal, reconhecer que, por mais fraco que se supponha um povo, é invencivel quando combate pela liberdade da Patria. (*Estrondosos applausos.*)

"Não ha muito, o pobre Mexico, o fraco Mexico, deu ao Velho Mundo uma lição estrondosa. As bayonetas francezas, isto é, os melhores soldados do continente europeu, sob as ordens de um chefe como o Marechal Basaine, não puderam impôr áquella nação sem recursos um Hapsburgo. A cabeça do infeliz Maximiliano rolou ás mãos de Juarez — o advo-

gado de Juarez, que nunca foi homem de guerra, mas que com o seu patriotismo fez recuar o Exército francez.

«O sinistro acontecimento de Queretaro ensinou á Europa que na America os povos se governam segundo sua soberana vontade. O Brazil não ha de ser inferior ao Mexico em circumstancia alguma. (*Applausos geraes e prolongados.*)

“Repetindo, como Tacito, que a não ser que a paixão do mando supremo abafe no coração humano todos os outros sentimentos, direi que a honra e a propria dignidade da hynastia decahida não lhe permittem mais voltar ao Brazil. (*Apoiados.*)

“Ha scenas na vida que se não podem esquecer, e o bom senso aconselha que se evitem, por todos os meios e modos, occasiões de ellas se reproduzirem. E’ profunda a minha convicção sobre este ponto. A Monarchia morreu por uma vez para esta terra.” (*Apoiados; apartes.*)

Quem assim se exprimiua, então, perante um povo a quem deve toda a sinceridade, porque delle tem recebido innumeradas provas de confiança, dirá, hoje, perante o Congresso Nacional: — Sou homem da ordem, da paz e da legalidade; serei um propagandista, si quizerem, mas não sou revolucionario: preliro sempre os meios legaes á violencia e á força; até hoje só tenho manejado a penna e a palavra, mas, si tentarem restaurar a Monarchia e os Braganças, apesar do respeito profundo e da veneração que tenho pelo Sr. D. Pedro de Alcantara, não hesitarei, declaro-o, em ir para as barricadas das ruas, armado, como me for possível, para impedir que vingue a tentativa. Quero a Republica, como querem-a todos os republicanos sinceros, (*Muito bem; muito bem*); quero-a, porque esta forma de governo, na phrase do monarchista Guisot, é a mais compativel com a dignidade humana; quero-a finalmente, porque a Republica bem organizada, abrir-nos-á largos e vastos horisontes, e trar-nos-á o progresso, a grandeza e a prosperidade da Patria, que todos nós tanto prezamos. (*Muito bem.*)

Os que olham para o futuro, e, ainda, os que vêm com desgosto o presente, devem comprehender que restaurar o passado, será retrogradar, e as nações não têm esse direito.

A missão dos povos é progredir e progredir sempre. (*Muito bem; muito bem.*)

V. Ex. Sr. Presidente, tem visto que mais de um orador tem feito, nesta tribuna, o seu capitulo de historia; ha de permittir-me egual liberdade; quero, pela primeira vez, historiar, e historiarei — *sine ira ac studio* — na phrase do annalista latino. Como brasileiro, e representante da Nação, direi apenas o que me parece a verdade, e é o resultado de profunda convicção. Agora, mais do que em qualquer outra, preciso da tolerancia dos illustres collegas.

Um dia, quando o tempo tiver passado sobre as paixões e os interesses do momento, a Historia reconhecerá que o principal creador do elemento revolucionario foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães (*Muitos apoiados*), que fez a mais activa e efficaz propaganda no espirito das escolas: (*Apoiados*) a propaganda nos jornaes e nas conferencias publicas, por si só, todos o reconhecem, exigiria muito maiores esforços e muito mais tempo, para produzir seus fructos.

A Historia dirá que a Revolução foi feita, principalmente, pela mocidade das escolas arrastada por esse louco, que cha-

marei sublime, e que, no silencio do seu gabinete, abraçado com os livros, imbuído das doutrinas de uma escola, extranho ao Mundo e ás suas misérias, havia creado em seu vasto cerebro um ideal politico, sem cuja realisação entendia que a Patria nem podia ser grande, nem feliz.

Esse ideal era a Republica, qual elle a sonhava.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Ora, felizmente, vem V. Ex., agora, fazer justiça a Benjamin Constant, tendo, entretanto, votado contra a moção aqui apresentada, quando elle sahiu do Ministerio.

O SR. ZAMA — Eu não merecia nesta occasião um aparte destes. (*Numerosos apoiados.*) Si votei, ha dias, contra essa moção, foi, simplesmente, porque entendo que certas homenagens só devem ser feitas aos homens politicos depois da morte; mas, desde que uma campa se abriu e recebeu o cadaver do illustre sonhador, meu espirito recto impõe-me o dever de fazer á sua memoria a justiça a que elle tem direito. (*Muito bem; muito bem.*)

O primeiro factor da Republica — Benjamin; segundo — mocidade das escolas; terceiro — dil-o-hei com franqueza, porque esta é a minha convicção: o terceiro foi o General Floriano Peixoto, que, na posição que occupava, e com a sympathia que ao Exercito inspirava o seu nome, e com os recursos de que dispunha, si tivesse querido, podia ter feito abortar a Revolução. (*Sensação.*) Sem o auxilio deste General, a Republica não teria sido proclamada. (*Apoiados e não apoiados.*)

O SR. ESPIRITO SANTO — V. Ex., nessa apreciação, é injusto: não póde, não deve esquecer o nome do General Deodoro.

UM SR. REPRESENTANTE — Si não fosse o General Deodoro a Republica não se faria. (*Trocam-se muitos apartes, que interrompem o orador.*)

O SR. ZAMA — Ouvi com o respeito que devo á liberdade de pensamento as opiniões que acabam de emittir illustres collegas: tenho o direito de esperar que elles saibam ter igual tolerancia para o que me proponho dizer; mas, antes de chegar lá, sinto necessidade de scientificar o Congresso do procedimento que tive durante quasi um anno, na imprensa bahiana, para que se reconheça que não posso ser tido por suspeito sobre este assumpto. Sempre procurei isentar o General Manoel Deodoro da Fonseca da responsabilidade moral pelos erros e faltas commettidas pelo Governo, de que elle era chefe.

Homem de espada, e tendo vivido sempre afastado do scenario politico, eu, convictamente asseverava que a culpa deveria recahir, toda, sobre os ministros civis, que, como suppunha, o dirigiam.

Os meus adversarios de lá qualificavam até de esperteza politica o que era apenas sinceridade de minha alma: poucos dias antes da abertura do Congresso, cheguei a esta cidade, com a mesma convicção, e a ponto tal que no dia 16 de novembro vim á sessão, trazendo no bolso uma moção escripta para investir desde logo o Sr. Deodoro do cargo de Presidente

effectivo da Republica, com os poderes e pelo tempo que a Constituição determinasse.

Alguns de meus collegas viram essa moção, e entre elles o Sr. João de Siqueira.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — É verdade; mas já o tendo por vezes atacado em seu jornal.

O SR. ZAMA — V. Ex. não é justo na sua apreciação: ataquei muitos actos do Governo; ataquei alguns dos ministros, e, especialmente, o ex-Ministro das Finanças; mas sempre tratei com consideração a pessoa do General.

Os numeros do *Pequeno Jornal* não desapareceram, e por elle se pôde ver a que se reduziam os ataques a que se refere o nobre representante. Não convém, porém, prolongar este incidente, de pouco valor para a questão. Tudo quanto acabo de dizer tem por fim provar ao Congresso que não me movem as paixões na opinião que vou emitir.

Para mim a parte do General Deodoro no resultado da Revolução e na promulgação da Republica é apenas perceptivel. (*Muitos não apoiados; vivas contestações. Reina por alguns instantes grande sussurro.*)

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex. veio excitar os animos e perturbar a ordem do Congresso.

O SR. ZAMA — Não ha tal. Estava escrevendo um capitulo de historia á luz de minha consciencia.

O SR. ESPÍRITO SANTO — Mas este capitulo está errado.

O SR. ZAMA — Pois corrija o erro: não tolho a ninguém o direito de refutar a minha opinião.

O SR. RETUMBA — Eis o resultado de trazerem-se para aqui as opiniões pessoais.

O SR. ZAMA — Outros, antes de mim, já têm sustentado opinião, senão identica, ao menos, semelhante. Ainda ha poucos dias lemos no *Patz*, jornal que não pôde ser suspeito, em suas columnas editoriaes, um artigo, no qual o auctor, referindo-se a Benjamin Constant, dizia:

“Pobre, sem esperanza de riqueza proxima ou remota, tirando o pão de sua familia do seu trabalho unicamente, não tendo outros rendimentos senão os seus ordenados de lente e o seu soldo de militar, sendo o unico arrimo dos seus, arriscou tudo — o pão, o nome, a propria cabeça —, para salvar a Patria, e delineou, preparou e levou por deante, elle só, até a victoria, a Revolução de 15 de novembro; pois foi elle quem fez a Republica, visto como Benjamin Constant era o unico homem que dispunha do prestigio necessario para tão grandiosa obra.

“Venceu, é verdade: mas, si não vencesse, seria passado pelas armas, a não ser que a Monarchia, para mais seguro ter, na gratidão da Patria, o seu dominio, se dêsse ao luxo da infinita magnanimidade de perdoar-lhe.

“Pois, não é isso loucura?

“Mas a sua foi ainda mais longe.

“Sendo o nome de maior prestigio no Governo; tendo por seu a adoração da mocidade das escolas; sendo o organizador da

Republica, o seu patriarcha; dispondo, portanto, moralmente, do Poder, mais do que o proprio Dictador, não se aproveitou da sua posição e da sua força para impor a sua vontade; e tão verdade é isto que, ultimamente, si era enorme ainda, senão maior, o seu prestigio no paiz, era, no emtanto, quasi nullo no Governo.

"Podendo ter-se enriquecido e aos seus parentes e aos seus amigos, morreu tão pobre que só deixou dividas aos seus herdeiros — dividas, elle, que não tinha vicios, que não dava festas, que não tinha ostentações, que não frequentava o mundo que se diverte, e que nem sequer andava de carro !

"Pois, não é isso loucura ?

"Oh ! mas a delle foi maior, muito maior ainda.

"Reconhecendo que a sua obra falhara em parte, que esta Republica não era aquella que elle idéara e construiu, e para cujo exito sacrificou tudo, inclusive a repugnancia e a formal reprovação a muitos actos do Governo de que era parte, de tal modo se lhe confrangiu a alma, tão fundamente se sentiu golpeado no seu coração, onde nunca encontrara lugar o rancor ou o odio, que fez á Patria o maior, o mais sublime dos sacrificios — morreu da magoa infinita, da inexprimivel dor de não haver podido fazel-a feliz, e morreu como um derrotado, como um vencido, elle, o patriota sem macula, o mais bello heroe, o vencedor mais glorioso da campanha de 15 de novembro."

Em todo o artigo não se encontra a menor referencia ao nome do Sr. General Deodoro. Eu penso, ainda, que qualquer que fosse o official general que puzessem á frente do movimento, o resultado seria o mesmo. (*Os apartes cruzam-se; vivas contestações.*)

O SR. ESPÍRITO SANTO — Apesar de tudo quanto diz o orador, é indispensável fazer a correção que lembrei ha pouco.

O SR. RETUMBA — O orador omitta, ainda, um dos elementos que concorreram para a victoria da Revolução — a esquadra. (*Apoiados.*)

O SR. ZAMA — Tem razão o nobre representante: agradeço-lhe, mesmo, o auxilio, que neste momento me presta; não quero ser injusto para com ninguem; o concurso da esquadra foi sem duvida valioso: será o quarto elemento. (*Numerosos apartes.*)

Emfim, Senhores, terminarei o meu capitulo, affirmando que a Historia, mais tarde, com a sua infallivel justiça, ha de transmittir á posteridade o nome daquelles que, leal e desinteressadamente, se empenharam, ou se empenharem, ainda pela fundação da Republica no Brazil. (*Apoiados.*)

Passo ao ponto principal e ultimo da segunda parte de meu discurso — a eleição do Presidente da Republica, que teremos de realizar dentro de poucos dias: reputo constitucional a materia.

Já fiz sentir ao Congresso a minha boa fé e a lisura com que sempre procedi com relação ao chefe do Governo Provisorio.

Depois de minha estada nesta Capital, pelo estudo acurado dos factos, tenho-me visto na dolorosa necessidade de reformar as minhas opiniões, e, hoje, sem paixão, sem odio, sem

tancoor, sou obrigado a confessar que, infelizmente, não os ministros civis, como eu pensava, mas o proprio General Deodoro é o primeiro e o maior responsavel pelos grandes erros e faltas commettidas pelo Governo Provisorio. (*Vivas contestações; numerosos apartes.*)

Por caridade, Senhores, não me interrompam por essa fórmula.

Lembrem-se de que tenho o direito de ter minha opinião individual, cuja responsabilidade assumo, e que esta opinião, que, aliás, pôde ser erronea, desde que é o resultado de uma convicção sincera, merece ser respeitada. (*Apoiados; continuam os apartes.*)

Vejo-me na necessidade de appellar para o honrado Sr. Presidente, para que me mantenha a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Observo ao nobre representante que não lhe posso valer em cousa alguma, desde que se afasta do Regimento e encaminha a discussão para este terreno. (*Apoiados; apartes.*)

O SR. ZAMA — Entretanto, Sr. Presidente, estou tratando de um ponto, de que tratam as Disposições transitórias do projecto que discutimos.

Senhores, eu acho-me neste recinto em posição excepcional.

Tomei com o nobre e generoso povo bahiano o compromisso de dizer aqui, com a maior isenção de animo, tudo quanto eu tivesse por verdade, e de cumprir a todo o custo os arduos deveres de representante d'elle.

O factos accumulam-se por tal fórmula, desde a indemnisação da estrada Pedro II até o porto das Torres, que eu não posso mais recuzar ao Dictador toda a responsabilidade moral, politica e legal dos desastres que ha 14 mezes affligem a nossa infeliz Patria. (*Não apoiados; contestações.*)

A eleição do Presidente da Republica, por disposição escripta, clara e terminante, e que o Congresso não pôde revogar na hora, far-se-á por escrutinio secreto.

Desde que é secreto o escrutinio, sustento que não é licito á Mesa accceitar declarações de votos, permittidas, aliás, nas votações ordinarias; não se trata, com effeito, da votação de materias, mas da eleição do primeiro magistrado da Republica.

Tenho, portanto, o dever de declarar com antecedencia, do alto da tribuna, á Nação, que me julgo na obrigação rigorosa de não votar no General Deodoro, que reputo incompetente para tão elevadas funcções. (*Grande sussurro; apartes; não apoiados.*)

O SR. ROSA JUNIOR — O General Deodoro nada lucra, nem perde com o seu voto.

UM SR. REPRESENTANTE — Tambem não votarei nelle.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Declaro, tambem, que não votarei no General Deodoro. (*Apartes.*)

VOZES — Muitos outros, porém, votarão.

O SR. ZAMA — A que veio o aparte com que dahi me honrou o collega, que daqui não posso distinguir? A mania

da época ainda não me invadiu o espirito. Eu não cogito nem de meus lucros e perdas individuais, quanto mais nos do General Deodoro. Estou certo de que elle nada perderá perdendo o meu voto; tambem nada perderi ou lucrarei com elle. Preciso, talvez, de todo mundo, mas não preciso, nem quero precisar, do General, para cousa alguma.

O Sr. João de Siqueira — Mas não deve reputar indigno a acção daquelles que nelle votarem.

O Sr. ZAMA — De certo. Os nobres representantes podem collocar-se em ponto diametralmente opposto áquelle em que me colloco, impulsionados pelos mais nobres e patrióticos intuitos. (Apoiados.) Cumprirei o que me parece um dever meu: a mesma liberdade para os que commigo não pensarem.

O Sr. João de Siqueira — Quaesquer que sejam os erros que se queiram attribuir ao General Deodoro, elles desapparecerão doante dos grandes serviços que prestou, arriscando a propria vida, para proclamar a Republica.

O Sr. ZAMA — Isso é um ponto que ha de ser elucidado pelos historiadores futuros: hoje mesmo, alguns sabem já a quem se deve a proclamação da Republica. Eu tenho para mim que foi a ultima cousa em que o General pensou no dia 15. Não ventilemos, neste momento, este ponto.

Um Sr. REPRESENTANTE — Ha ainda outro candidato — o Sr. D. Pedro da Alcantara.

O Sr. ZAMA — Ha pouco disse que considerava o General Deodoro incompetente para o alto cargo a que pretendem eleval-o, e neste pensamento, ainda hoje, me veio confirmar a *Gazeta de Noticias*, com o editorial, que publicou sob a epigrapha *Presidencia da Republica*, onde se lêem conceitos, attribuidos, sem duvida com fundamento, a S. Ex., — conceitos que não se coadunam, nem com a sua posição presente, nem com a sua posição futura.

O Sr. João de Siqueira — O jornal tem o direito de critica.

O Sr. ZAMA — O mesmo direito assiste a todos, e principalmente aos representantes da Nação, constituídos pelo projecto constitucional, eleitores do primeiro Presidente da Republica.

O que li na *Gazeta de Noticias* entristeceu-me profundamente, e veio confirmar a resolução, em que já estava, de não votar no Sr. Deodoro.

O Sr. PRESIDENTE — O que está em discussão é a Constituição, e não a eleição do Presidente.

O Sr. ZAMA — Comquanto julguem que estou tratando de materia constitucional, sou prompto em attender as observações de V. Ex.; tratarei, pois, de terminar.

Eu nunca oppuz a menor contestação áquelles que aqui têm proclamado o General Deodoro homem necessario e imprescindivel para a organização da Republica.

VOZES — E é.

OUTRAS — Será uma eleição muito honrosa.

O SR. ZAMA — Senhores, permittam-me terminar. Com o mesmo direito com que os Senhores affirmam, nego eu. Os nobres collegas julgam que a razão está de sua parte; eu penso que está do meu lado.

Todos nós somos levados por motivos elevados. Respeitemo-nos reciprocamente, e esperemos que a opinião se pronuncie entre nós, ou que os factos posteriores venham provar quem melhor viu o futuro.

A incompetencia do General resulta de sua pouca instrução, da falta da indispensavel educação politica e administrativa, da ausencia de orientação democratica, e, até, de sua propria indole. (*Não apoiados; contestações.*) E', pura e simplesmente, um homem de espada, e desta especie de homens não precisamos, absolutamente, na época critica que atravessamos. (*Não apoiados.*)

Não lhe contesto glorias militares conquistadas nos campos de batalha: contesto-lhe, apenas, os titulos politicos. A alguns, parecerá inconveniente a linguagem rude e franca de que estou usando; a outros, espiritos mais fracos talvez, parecerá perigosa; mas hei de cumprir até o fim, sem a menor hesitação, e seja qual fôr o resultado, os arduos deveres do alto cargo de que me investiu a confiança do povo bahiano.

Já me têm chegado aos ouvidos vozes de ameaça: nem creio nellas, nem as temo, não obstante a certeza, que tenho, da má vontade do Dictador e de sua gente contra a minha obscura e insignificante individualidade.

Para que essas ameaças se realizem, será mister que das regiões officiaes tenha desapparecido de todo o mais rudimentar senso politico. Toda e qualquer violencia contra mim só me pôde aproveitar. Si me elevarem á altura da victima, a estima popular compensar-me-á amplamente. Depois, Senhores, ha na linguagem humana um vocabulo que não tem para mim a menor significação. Isso a que vulgarmente chamam — *morte*, que a tantos faz tremer, não existe. Tudo quanto Deus creou no Universo é eterno como Elle, e continuará eterno em quanto Sua vontade omnipotente não resolver o contrario. A propria materia não morre; transforma-se apenas; e o espirito immortal segue sempre, pela sobedoria das leis divinas, marcha progressiva, até que atinja a perfectibilidade a que é destinado. A morte é apenas uma passagem, e sempre para um estado melhor, desde que a bussola da vida tenha sido o dever. A morte é o *habeas-corpus*, é a liberdade ampla e completa; a morte é a vida! (*Sensação.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Bellas doutrinas para um representante do Partido Catholico !

O SR. ZAMA — E porque estas minhas crenças são profundas, e porque creio deveras na indefectivel justiça e inexgotavel bondade divina, e porque, ainda, a existencia, que arrasto neste planeta, já não tem para mim attractivos, e porque o meu espirito, desprezando as cousas terrenas, eleva-se de dia em dia para Deus, ainda quando este Congresso em peso me ordenasse de voar no General Manoel Deodoro da Fonseca, ainda quando se reunissem aos illustres collegas todos aquelles que costumo ouvir e respeitar, e todos juntos me dissessem: Vota ! eu me levantaria sósinho contra todos.

e com toda a energia de minha alma lhes bradaria; *Etiamsi omnes, ego, non!*

(Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado e abraçado por muitos Srs. representantes.)

O Sr. Cassiano do Nascimento (1) — Sr. Presidente, Srs. membros do Congresso Constituinte, ao subir pela primeira vez a esta tribuna, eu, que me não presumo historiador, nem tenho competencia para sel-o, sou obrigado como que a fazer uma justa reivindicação historica dos merecimentos do actual chefe do Governo Provisorio, cujos serviços immorredouros á Patria e á Republica pretendeu desconhecer o illustre representante que vem de dirigir a palavra ao Congresso.

Ao ouvil-o, Senhores, mais se accentuou em meu espirito uma convicção, que ha muito alimento, e é a de que o mau vezo da ingratidão vai ganhando por completo o coração dos brasileiros.

Pois que, quando se pretende fazer a historia da gloriosa jornada de 15 de novembro; quando com a maior eloquencia e talento se exalçam os grandes serviços dos propagandistas da Republica; quando se rememoram os feitos impereciveis do illustre general que ainda ha poucos dias descambou no occaso da vida, mas que não morreu, porque a sua sagrada memoria e immaculado nome viverão eternamente no coração dos patriotas; quando se enaltecem os serviços das escolas militares, onde fulge sempre vivaz o sentimento do patriotismo, — como desconhecer, ou olvidar, o civismo e o valor daquelle que, em um dia que podia ser o mais angustiado para o paiz, collocou-se á frente de seus camaradas para operar a justa reconquista dos direitos populares? Como esquecer o nome do Marechal Deodoro da Fonseca? (Apoiados.)

UM SR. REPRESENTANTE — Apoiado. Ninguém negará o seu merito; quer queiram, quer não, é o unico que tem a responsabilidade do movimento.

O SR. LAURO MÜLLER — Quem esteve no campo naquelle dia, sabe que elle se achava á frente das tropas.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Como desconhecer os serviços da Almirante illustre que soube conduzir a sua classe para apoiar os companheiros do Exército, nesse grandioso movimento em favor da Republica?

Sr. Presidente, foram muitos os batalhadores da grande causa; a mim cabe-me uma particula insignificante: alguns annos trabalhados nessa enorme cruzada, e, sendo assim, corte-me o dever de protestar, como faço, com dignidade e energia, contra essa obliteração proposital de serviços de homens eminentes como Deodoro e Wandenkolk, para a consecução daquelle *desideratum*, porque considero tal procedimento como uma injustiça e uma ingratidão.

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex. está levantando castellos para combater, elle não negou os serviços desses generaes.

(1) Este discurso, publicado no Appendice do terceiro volume da primeira edição, substitue o resumo que aqui se achava.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Negou: porque, fazendo a historia daquelle jornada gloriosa, recordou os serviços de outros, deixando em esquecimento o daquelle cujos nomes citei, negando, portanto, por exclusão.

Sr. Presidente, feita esta reivindicação, levantado este protesto de brasileiro amigo de seu paiz e reconhecido, protesto que foi tanto mais espontaneo quanto é certo que ao subir á tribuna não cumpri o dever de agradecer aos collegas que me antecederam hoje, a cuja benevolencia devo o poder dirigir a palavra ao Congresso antes do encerramento da discussão, que se tentou hoje, e se premedita para amanhã.

UM SR. REPRESENTANTE — V. EX. viu-se livre da rolha.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Não posso, tambem, deixar passar sem protesto esse facto, essa projecção do systema monarchico que se busca introduzir no primeiro Congresso republicano, onde deveria haver plena liberdade de palavra, obrigando-se o representante da Nação, para poder dizer o que pensa, a andar de bancada em bancada a solicitar de seus collegas o não encerramento da discussão.

Mas, qual o motivo de ordem superior para que se pretenda encerrar a discussão tão precipitadamente?

Porventura, a ordem publica corre perigo?

Nenhum: está perfeitamente garantida. Haverá alguma calamidade, que paiz sobre este paiz e que nos obrigue a prescindir do direito de discutir o nosso pacto fundamental, para votal-o de afogadilho, sem maior reflexão e cuidado? Certamente que não.

Lavrados, pois, estes dous protestos, entro, Sr. Presidente, propriamente na analyse do projecto de Constituição, e prometto fazel-a tão de corrida e succintamente quanto me seja possivel, de modo a não cançar mais a attenção de meus collegas em hora tão adeantada, e a não infringir o Regimento, pois que é uma nota dominante do meu caracter o mais absoluto respeito á lei.

O projecto de Constituição, que se discute, Sr. Presidente, pôde ser encerrado debaixo de dous pontos de vista, isto é, debaixo do ponto de vista republicano e debaixo do ponto de vista federal.

E tanto isto é verdade, que o proprio legislador constituinte disse, no art. 1.º da Constituição, que a Nação adoptava a fórma de governo republicano.

Debaixo do ponto de vista republicano, são muitas as materias que carecem de delido exame, e têm prendido a attenção dos illustres membros do Congresso que me têm precedido na tribuna.

As mais importantes, para mim, são as da eleição do primeiro magistrado da Nação e todas as theses ou principios consagrados no capitulo que se insereve sob a epigraphe — Da declaração de direitos.

Debaixo do ponto de vista federal as magnas questões, no meu modo de ver, são a questão da organização dos estados e dos municipios, a da dualidade da magistratura e consequente diversidade de legislação, e a questão da discriminação de rendas.

Ora, pretendendo externar a minha opinião sobre todas estas questões, e sendo escasso o tempo de que disponho, é claro que limitar-me-ei a affirmal-a e a produzir sobre cada uma dellas um ou outro argumento, para mostrar ao paiz que procurei cumprir o meu dever, e aos que me elegeram, que o

representante que para aqui enviaram é o mesmo propagandista que durante alguns annos teve a honra de, em conferencias publicas, dirigir-lhes a palavra.

Quanto á eleição do primeiro magistrado da Nação, appareceram, aqui, differentes systemas — o do projecto constitucional — systema indirecto: o da bancada paulista — tambem indirecto; o da Comissão dos 21 — systema, ainda, indirecto; e, em contraposição a todos esses, o systema radical da eleição directa.

Escuso dizer que, para mim, não ha systema eleitoral perfeito, escorrelho de vícios ou defeitos mais ou menos palpaveis; todo systema eleitoral pôde ser fraudado na execução, sobretudo quando se tratar de uma eleição tão importante como a do primeiro magistrado da Republica.

Mas vo'o e penso que é preferivel este ultimo systema: porque, si se attribue competencia ao povo para eleger os membros de suas assemblies: si se lhe attribue competencia para eleger os membros deste Congresso — senadores ou deputados — delegando-lhes a função de escolher um determinado cidadão para chefe da Republica, não se lhe pôde negar competencia para por si proprio fazer essa escolha.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS — O argumento resente-se de um vicio de logica.

O Sr. CASSIANO DO NASCIMENTO — Convenho que pôde resentir-se do vicio de concluir do menor para o maior, mas representa um elemento a mais para formar-se uma convicção que se robustece com as outras razões. (*Apartes.*)

Sr. Presidente, não admitto, como ia dizendo, nenhum dos outros systemas, porque entendo que aquellos que os propõem, para serem logicos, querendo, como querem, um eleitorado especial para a eleição do Presidente da Republica, não precisam crear uma nova mola no organismo da constituição do Poder publico, têm esse eleitorado especial no proprio Congresso Nacional, e nenhum em que se possa e deva presumir mais competencia para aquella escolha. (*Apoiados e apartes.*)

Além disso, os tres systemas indirectos resentem-se do gravissimo defeito de poder ser o primeiro magistrado da Nação escolhido ou eleito pela minoria do paiz, — defeito que reputo de grande monta e, até certo ponto, uma offensa ao proprio regimen democratico. A representação rio-grandense enviou á Mesa uma emenda para corrigir o vicio do vencido em primeira discussão, isto é, para o caso do segundo escrutinio, determinado pelo facto de não haver nenhum dos candidatos obtido maioria absoluta dos suffragios populares, — emenda que consiste em estabelecer que o corno eleitoral, para esse segundo escrutinio, seja o Congresso Nacional, e que, creio, merecerá a approvação da Casa, pois que se comprehende que tivemos em vista evitar o grande abalo que possam produzir no paiz duas eleições consecutivas para um cargo tão importante como seja o de Presidente da Republica.

Mas, Sr. Presidente, eu não queria senão deixar ligeiramente assignalado o meu modo de ver nesta questão. Não pretendo mesmo alongar-me sobre este ponto, porque o tempo é pouco, e eu não desejo abusar da boa vontade dos collegas; além de que, como republicano, ha para mim outro assumpto muito importante, sobre o qual desejo manifestar-me, e é aquelle que se refere aos direitos do cidadão!

Como republicano, voto sempre contra tudo quanto fôr, ou redundar, em restricções á liberdade dos cidadãos. Assim, não concorrerei jámais, com o meu voto para que se estabeleça na Constituição do meu paiz uma excepção odiosa em relação aos clérigos, e principalmente depois da separação da Igreja do Estado. Penso que cada um desses poderes deve ter a mais completa liberdade de acção; e, do mesmo modo que não quero que a Igreja intervenha nos negócios civis, também não quero que o Estado estabeleça restricções odiosas em se tratando da Igreja, tirando dos monges e frades de qualquer ordem o direito de voto, collocando, dest'arte, a Igreja Catholica fóra do Direito commum.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas os monges abriram mão da sua liberdade.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Mas isso por um voto moral de obediência á ordem a que pertencem; e nós, Poder civil, nada temos que ver com a vida e organização das ordens religiosas, por isso que nada têm o Poder temporal de commum com aquillo que é ao dominio das consciencias; e, si os frades, monges e religiosos de quaesquer ordens ou confrarias infringirem os juramentos que prestaram ao ser nellas admitidos, ficarão, por isso mesmo, sujeitos á penalidade que ellas, em suas proprias constituições, estabelecem. E' preciso, pois, apagar este borrão do projecto constitucional, tanto mais quanto essa disposição está em manifesto antagonismo com uma emenda do illustre representante Sr. Serzedello, approvada em primeira discussão, a qual estatue que por motivo de crença religiosa ninguem pôde ser privado dos direitos de cidadão, nem eximir-se dos deveres civicos.

Entendo, pois, que o Congresso procederá bem, de accordo com o espirito liberal do nosso seculo e com o pensamento triumphante da Revolução de 15 de novembro, extinguindo esta palpavel contradicção, com a suppressão do § 4º do art. 70 do projecto constitucional; e neste sentido enviamos nós, os representantes do Rio Grande do Sul, uma emenda que, estamos certos, merecerá a approvação da Casa. (*Muitos apoiados.*)

Voto, ainda, contra o artigo que restringe o direito das corporações de mão morta. Voto, votei e votarei para que se mantenha o artigo do projecto e inque se diz que a Republica só reconhece o casamento civil, e, portanto, contra a precedencia ou não deste ao casamento religioso.

E neste ponto estou em divergencia com o illustre representante da Parahyba, o Sr. Epitacio Pessoa, cujo talento admiro, que acabou de sustentar, nesta tribuna, a necessidade de cercear neste ponto o direito do clero catholico.

Penso de modo differente: entendo que, si o clero catholico faz propaganda contra a instituição do casamento civil, devemos combater essa propaganda com uma propaganda mais esclarecida em favor da legitima organização da familia e dos direitos da prole, mas nunca estabelecendo esta restricção odiosa. (*Apoiados.*)

Quando, no regimen passado, combatiamos a Monarchia, prégando a Republica, pela imprensa e pela tribuna, o que, embora prohibido pelas leis, era tolerado pelos costumes e bom senso publico, oppunhamos doutrina contra doutrina; e do confronto sahio victoriosa a verdadeira: é o que quero que se faça neste caso.

Isto é o que é racional e liberal. (*Muitos apoiados.*)

Porém, Senhores, como vos disse, não pretendia tocar nestes pontos senão ligeiramente; e, tendo em vista, antes de tudo, um ultimo esforço em favor da independencia e da autonomia dos estados, abandono o projecto sob o ponto de vista republicano, para passar a examinal-o sob o ponto de vista federal.

Disse que, quanto ao ponto de vista federal, as questões principaes eram tres: a organização dos estados e municipios; a dualidade da magistratura e diversidade da legislação, e a questão, para mim primordial, da discriminação das rendas.

Quanto á organização dos estados e municipios, estou de perfeito accordo com o que foi votado em 1ª discussão, isto é, que se supprimam as regras estabelecidas nos §§ dos arts. por attentatorios á liberdade e autonomia dos municipios e estados.

Quanto á dualidade da magistratura, direi sómente que não seria federalista si não admittisse uma magistratura nos estados a par da magistratura que compete á União. (*Apoiados, muito bem.*)

O SR. JOSÉ HYGINO — De accordo.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Folgo em reconhecer que até aqui vamos em perfeita harmonia de vistas; não entro na questão de soberania e autonomia da União e dos estados, porque considero isso uma questão mais academica do que outra cousa; dêem-lhe o nome que quizerem — autonomia, soberania, liberdade, independencia —, o que para mim é fóra de duvida é que a União tem poder dentro de uma certa esphera de acção, e os estados têm tambem poder dentro da esphera de acção que lhes é propria.

Ambos são autonomos, soberanos, livres e independentes. (*Apoiados.*)

Assim como o individuo é livre dentro da sua esphera de acção — esphera de acção que vai até o limite da esphera de acção do seu visinho —, assim tambem o Estado é livre, é autonomo, é independente dentro da sua esphera de acção, que vai até o limite da esphera de acção do Estado seu visinho; só assim se explica sufficientemente a coexistencia da liberdade dos individuos e dos estados.

O SR. JOSÉ HYGINO — Mas, qual é o limite ?

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — O limite é marcado na lei organica do paiz e na Constituição dos proprios estados.

O SR. FREDERICO BORGES dá um aparte.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Si eu fosse satisfazer ao meu illustre collega em tudo, me desviaria do fim que tenho em vista com estas considerações, que é, sobretudo, assinalar a minha opinião, rapidamente, sobre estas questões, para chegar á materia da discriminação das rendas, á qual julgo presa a autonomia dos estados.

O SR. FREDERICO BORGES E OUTROS SENHORES REPRESENTANTES dão apartes.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — A este respeito direi que não vejo em que o systema federal dependa do numero de magistrados que devam compor o Supremo Tribunal; porque, na organização desse Tribunal, não se procurou, nem se devia procurar, dar representação aos estados, como se fez no Senado, que, para mim, devo dizer de passagem, é uma

superfectação desnecessaria —, inutil, pois que, tendo a mesma origem da Camara, ha de, forçosamente, resentir-se dos mesmos vicios e defeitos desta, e jámais poderá servir de correctivo aos actos della emanados. (*Não apoiados.*)

O Sr. PINHEIRO MACHADO — Apoiado.

Um Sr. REPRESENTANTE — E' porque a organização é viciosa.

O Sr. CASSIANO DO NASCIMENTO — Imaginem a organização que quizerem, que ella ha de tender, sempre, a se converter em uma oligarchia.

Dizia eu que na organização do Poder Legislativo o legislador constituinte tinha procurado elemento de ser representado o Estado como si os membros da Camara não representassem o povo dos estados; mas quando tratou da organização do Poder Judiciario, não.

O Sr. FREDERICO BORGES — Mas olhe que o Supremo Tribunal tem attribuições politicas muito importantes.

O Sr. CASSIANO DO NASCIMENTO — Mas não se deve concluir dahi que se deva dar ao Supremo Tribunal representantes dos estados.

Pego ao meu illustre collega que me honra com os seus apartes, que não me desvie do meu proposito.

O Sr. FREDERICO BORGES — E' pelo prazer que tenho de ouvir-o a este respeito.

O Sr. CASSIANO DO NASCIMENTO — Agradeço-lh'o; até considero uma honra merecel-os.

Sr. Presidente, quanto á diversidade de legislação, direi que, admittindo a dualidade da magistratura, o meu federalismo vai até o ponto de admittir diversidade de legislação: primeiro, porque o argumento deduzido da unidade do nosso Direito não prevalece, pois que é certo que os tribunaes julgam de uns para outros estados, e têm julgado, sempre, differentemente, estabelecendo jurisprudencia diversa, até nos proprios tribunaes; uma turma de juizes julga de um modo, e outra de modo inteiramente opposto. (*Apartes.*)

Apresento esta consideração, unicamente para diminuir o valor do argumento proveniente da unidade do Direito, e não com o fim de illudil-o inteiramente.

O Sr. JOSÉ HYGINO — Mas não o destróe.

O Sr. CASSIANO DO NASCIMENTO — Admitto; nem eu poderia suppor que no meu fraco entendimento surgisse um argumento capaz de destruir uma doutrina tão bem defendida, como foi esta, pelo illustre representante que me honra com o seu aparte.

Mas o argumento capital não é este, é o seguinte: não admitto uma mesma lei civil, uma mesma lei criminal, uma mesma lei commercial para todas as variadas relações da nossa vida social.

Um Sr. REPRESENTANTE — E porque, si o nosso interesse é um? (*Ha outros apartes.*)

O Sr. CASSIANO DO NASCIMENTO — Porque não ha uniformidade de costumes, não ha uniformidade de character, não ha uniformidade de interesses; ha, pelo contrario, muita diver-

sidade; e quando ha muita diversidade de costumes, de caracter, de interesses e tendencias, é preciso que a tudo isso corresponda a diversidade na legislação. (*Muito bem.*)

E eu não estou só: penso como Donal que é de grande vantagem a diversidade de legislação em estados diversos de uma mesma nacionalidade que dá lugar á politica experimental; a lei que um Estado adoptar e que ali produzir bons resultados pôde ser adoptada por todos os outros, que disso não ficam impedidos; ao passo que, si a lei adoptada por um Estado é má e não produz resultados beneficios aos outros, estes, com a experiencia do primeiro, não a decretarão, pelo menos, se defenderão de ter uma disposição inutil em sua legislação.

Depois, ainda ha uma consideração importantíssima: o Direito tem principios subordinados ás conveniências e exigências da sociedade para a qual é estatuido, e tem principios que são universaes, que dominam todas as conselhecias, todos os espiritos; esses principios cardiaes de Direito são e serão estabelecidos em todos os codigos, diversificando, sómente, os corollarios delles na applicabilidade pratica; o homicidio ha de ser homicidio no Rio Grande do Sul, no Pará, no Amazonas, em toda a parte, e os crimes de roubo, de furto, hão de ser crimes de roubo, ou furto, no Rio Grande do Sul, em Minas, em todos os estados; mas a penalidade pôde diversificar.

No Rio Grande do Sul, onde o povo é dado á industria pastoril, infelizmente (no regimen antigo, porque, hoje, temos o Rio Grande melhor policiado), havia em abundancia o furto de gado, e nós precisavamos punir mais gravemente do que puniam os pernambucanos, os mineiros, os alagoanos esse delicto, para evitar-lhe a reproducção. (*Cruzam-se diversos apartes.*)

Mas tudo isso me tira do meu proposito; isto não é um discurso, são desconnexas considerações que me suggeriu o estudo do projecto de Constituição.

UM SR. REPRESENTANTE — O discurso vai muito bem.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Sr. Presidente, penso que de todo este projecto, sob o ponto de vista federativo, a questão capital é a da discriminação das rendas.

Não comprehendo meio republicanismo, como tambem não comprehendo meio federalismo, e, por conseguinte, quanto fór possibilidade de intervenção da União nos negocios peculiares dos estados; como verdadeiro federalista, não o posso admitir. Ora, o projecto de Constituição do Governo, apenas ligeiramente modificado pelo voto do Congresso na 1.^a discussão, não adopta systema nenhum quanto á materia de discriminação de rendas, como desta tribuna já teve occasião de demonstrar um dos mais illustres representantes da minha bancada, o Sr. Julio de Castilhos; porque, depois de discriminar, nos arts. 6.^o e 7.^o, quaes os impostos que cabe á União o direito de taxar, depois de firmar, no art. 8.^o, quaes os da competencia dos estados, no art. 12 baralha tudo e declara competentes a União e os estados, cumulativamente, para taxar sobre tudo mais que não esteja comprehendido nos artigos referidos, 6.^o e 8.^o.

Isto é que mata a Federação; porque, si a Constituição não dar aos estados meios de vida, elles só poderão ter, já o disseram aqui, a autonomia de miseria, não poderão pagar os proprios serviços que pela Constituição lhes são devolvidos.

Demais, não comprehendo equilibrio orçamentario com

o systema da Constituição, desde que a União tem o direito de taxar os productos dos estados. Por exemplo, o Rio Grande do Sul terá sobre um genero de produção qualquer direitos no valor de 300:000\$. Si a União taxar esse genero de produção em 10 ou 15 %, é claro que elle, no Rio Grande, diminuirá, diminuindo a receita proveniente desse imposto, e, consequentemente, produzindo o desequilibrio orçamentario no Estado.

Mas não quero propriamente combater o projecto, que não tem, talvez, neste Congresso 20 defensores dedicados, limitando-se os mais aferrados dos nossos antagonistas a dizer que a emenda rio-grandense não é completa, e si resolve a questão do futuro, não a resolve de presente. Basta, pois, numerar, rapidamente, os principaes inconvenientes do projecto, que reduz a tres: baralha o systema de discriminação das rendas; produz o desequilibrio dos orçamentos dos estados; consagra o mesmo centralismo que tinhamos no Imperio, com a competencia cumulativa do art. 12.

Estudemós, agora, o substitutivo que propomos. Surgiram aqui, contra a emenda da bancada rio-grandense, dous argumentos: o 1º é derivado do estado actual do Thezouro publico, isto é, das necessidades do orçamento da despesa geral da nação; o 2º, da pretensa dependencia em que fica a União para com os estados.

O nosso systema consiste no seguinte: deixar á União as mais abundantes fontes de receita, como sejam as do art. 6º; attribuir competencia aos estados para tributar todas as matérias, excluidas, unicamente, as que não forem da competencia exclusiva da União, e, finalmente, no caso de insufficiencia das rendas da União para attender a todas as despesas de caracter federal, conceder a esta o direito de lançar uma taxa proporcional sobre as rendas dos estados, a qual será cobrada por empregados seus, naquelles estados que se recusarem a contribuir com a quota que lhes competir.

Dizem os nossos antagonistas: O vosso systema não satisfaz: 1º, pelas necessidades do orçamento; 2º, porque deixa a União na dependencia dos estados.

Mas este segundo argumento não é real, encapa outro, que não se tem coragem de dizer.

O argumento real, alguém m'o disse na confiança de amizade, consiste em que o nosso systema dá independencia de mais aos estados.

Quanto ao primeiro argumento, direi sómente que não tenho de indagar, para estabelecer a Constituição do meu paiz, a quanto montam as despesas geraes da Nação; não tenho que me restringir ás exigencias orçamentarias de hoje, que podem ser diversas das de amanhã.

O Sr. JOSÉ HYGINO — Não estamos fazendo uma lei de orçamento. (Apoiados.)

O Sr. CASSIANO DO NASCIMENTO — E' claro; em uma lei de orçamento, eu reduziria as despesas.

Si nós tinhamos, no tempo da Monarchia, uma despesa de 150.000:000\$; si a Republica é um governo mais economico do que a Monarchia (pelo menos diziamos isto no tempo da propaganda republicana); si pelo systema federal passa um grande numero de serviços aos estados, é claro que estes 150 mil contos, entrando o paiz na vida normal, ficam muito e muito reduzidos.

O meu illustre collega, o Sr. representante Ramiro Barcellos, demonstrou, é verdade que com dados estatísticos extra-officiaes, que podia reduzir-se sem grande esforço a despesa geral em 22 mil contos.

Ora, si de 150 mil contos tirarmos esses 22 mil provenientes da redução de despesas, teremos um orçamento cuja cifra montará, unicamente, a 128 mil contos. E, si pelos impostos deixados á União no art. 6º, o mesmo Sr. representante provou exuberantemente que esta ficava com uma renda de 138 mil contos, sem contar com o augmento das taxas de importação, de correios e telegraphos, que o supportam perfeitamente, e tanto que a da importação está augmentada consideravelmente com o pagamento dos direitos em ouro, é claro que a União fica com recursos sobejos para fazer face ás despesas que lhes são proprias.

Mas dizem: O facto da proclamação da Republica e seus consecutarios naturaes trouxe consideravel augmento de despesas, de modo a elevar o orçamento provavel da Republica á enorme cifra de 200.000:000\$; e, sendo assim, os recursos que deixaes á União são visivelmente, insufficientes.

Ora, de duas uma: ou essas despesas têm caracter permanente, ou não; mas, quer em um, quer em outro caso, o que é certo é que o legislador não pôde, nem deve tentar cobri-las com os recursos ordinarios do orçamento, e sim por meio de uma operação qualquer de credito; vindo, portanto, o orçamento a ter somente o acrescimo com o serviço dos juros e amortização da divida para tal fim contrahida.

Assim sendo, o argumento deduzido das difficuldades orçamentarias não procede.

A este respeito, lenho de fazer uma censura á coherencia e logica daquelles collegas que sustentaram, desta tribuna, com o mais vivo ardor, o systema da dualidade da magistratura e fizeram argumento capital deste raciocinio: Não podemos deixar de votar a dualidade da magistratura, attendendo á circumstancia de serem pobres os Estados, porque isso seria sujeitar um systema a um facto de caracter transitorio, como seja o orçamento dos estados.

Mas, onde pára a coherencia e a logica de meus dignos collegas, que não querem sujeitar o systema da dualidade da magistratura a um facto de caracter transitorio e anormal, como sejam os parecos recursos de que dispõem os estados, e querem sujeitar o systema da discriminação das rendas, que é a propria vida da Federação, a um facto transitorio e anormal, como seja um orçamento, variavel de anno a anno?

A contradicção por parte dos nobres collegas de Minas ainda torna-se mais palpavel, pois que na propria Constituição mineira, proclamada antes deste debate, antes do estudo desta Constituição Federal, elles declararam, no art. 6º, o seguinte: São rendas do Estado de Minas todas aquellas fontes de receita não comprehendidas no art. 6º da Constituição Federal.

Lamento que os collegas que assim procederam não affirmassem aqui, com o seu voto, aquillo que affirmaram com a sua assignatura na Constituição de Minas. (*Trocam-se muitos apartes.*)

Para serem logicos, deviam ter affirmado: São fontes de receita para o Estado de Minas Geraes todas as não estipuladas no art. 6º da Constituição da Republica Federal, e aquel-

las em que pela referida Constituição se dê a taxaçoão cumulativa.

UM SR. REPRESENTANTE — Pelo caminho mais curto chegaram ao mesmo fim.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO — Supponho, portanto, que o orçamento da despeza actual da Republica seja de 200.000:000\$, quantia que podemos, e devemos, reduzir muito, cortando muitas despezas, com o que praticaremos, até, um acto de moralidade; ainda, assim, com a transferencia de serviços para os estados, pelo systema da Federação, é claro que o orçamento da União pôde, e deve, ficar muito reduzido; e terá esta, no art. 6º, bastante rendimento para collocar a Nação no estado de sustentar o seu credito, como todos desejamos.

Mas os antagonistas do systema apresentado pelos representantes do Rio Grande do Sul, vencidos neste terreno, porque já não prevalece o argumento deduzido da difficuldade do orçamento, vão-se acastellar no argumento da dependencia em que a União fica para com os estados.

Sustento que com o systema das quotas ou percentagens, não ha dependencia: a) União manda, e os estados não de obedecer.

Pois, os estados não de desrespeitar esta Constituição?

Admittir-o, seria admittir a possibilidade de que fosse desrespeitada o desobedeceida toda e qualquer lei federal, e, além disso, não comprehendendo como aquelle que manda fique na dependencia do que tem que obedecer.

Mas attendendo á repugnancia que nesse sentido manifestavam alguns membros do Congresso, que, no emtanto, confessavam ser o systema por nós proposto, quanto á discriminação das rendas, o mais completo sob o ponto de vista federal, — offerecemos, nesta 2ª discussão, uma pequena modificação á disposição do art. 12, que consiste em estatuir que, si os estados se recusarem a obedecer á União, deixando de contribuir com a quota que lhes competir, esta poderá ser empregados seus para fazer a respectiva cobrança.

Si os estados desobedecerem ás leis do Congresso, então podem desobedecer até á propria Constituição, e inutil estar aqui a legislar.

Mas este argumento não é real. Está na consciencia de todos que este argumento encobre um outro. Não é o receio de que os estados desobedeçam ás leis do Congresso, mas é o terror de que se affrouxem os laços de unidade, dando muita autonomia aos estados.

Srs. representantes. Filiado á escola republicana e federal, eu entendo que quanto mais arrocharem os laços da centralização, mais forte apparecerá nos estados uma força de reacção, em sentido contrario. Como republicano e federalista, não tenho medo da liberdade. Tenho, antes, receio de que a União fique armada do direito de perturbar a vida economica dos estados.

Senhores, não comprehendendo União sem estados, no mesmo modo que não comprehendo estados sem União, quero a vida partindo da peripheria para o centro, e não do centro para a peripheria.

Sr. Presidente, a minha hora está quasi terminada, e sinto que estou abusando da paciencia de V. Ex. e dos illustres collegas que fazem a honra de ouvir-me. (*Não apoiados.*)

Mas, antes de terminar, preciso, ainda, responder a uma censura, que não raro se nos faz.

Nós, da bancada rio-grandense, temos sido taxados de intransigentes, pelo calor e ardor com que sustentamos aqui uma doutrina pregada desde longos annos. Si isto é intransigencia, si intransigencia é o accôrdo perfeito do passado com o presente, é o accôrdo dos nossos votos com as palavras que aqui proferimos e com o que pregámos durante alguns annos; então, somos, com effeito, intransigentes.

Mas essa intransigencia é o que nós chamamos — integridade moral; e della, si possível, nos orgulhamos.

Estas doutrinas, que tive a honra de expor desta tribuna, já quanto á diversidade de legislação, já quanto ao systema de discriminação das rendas, nós, os representantes do Rio Grande do Sul, não as sagamos unicamente com a respeitabilidade dos nossos nomes e convicções, mas temos a fortuna de vel-as apoiadas pelas lições dos mestres.

Assim, si consultarem a politica experimental do Donat, verão consagrada, e brilhantemente defendida, a theoria da diversidade de legislação; e assim, tambem, si lerem o estudo por esse mesmo escriptor feito sobre o projecto de Constituição offerecido pelo Governo, trabalho publicado ha dous dias em um jornal da Capital de S. Paulo — *O Correio Paulistano*, verão, que quanto á materia da discriminação das rendas, elle sustenta o systema por nós aqui apresentado, e diz que admitir o art. 12 do projecto, em face do art. 8º, é tornar a disposição deste ultimo artigo inutil e, até, perigosa. (*Apoiados e apartes.*)

Senhores, a minha hora está terminada, e vou concluir fazendo um appello a este Congresso e um incitamento aos nossos adversarios.

Si quereis negar a Republica; si quereis negar a Federação, é preciso que sejaes logicos, votai desde logo contra o art. 1º da Constituição, proclamai esta Republica unitaria; porque a nós ficará o direito de protestar desta tribuna, como protestaremos até na praça publica; mas não sejaes illogicos e incoherentes, votando o art. 1º do projecto e sacrificando, não só os principios republicanos, como tambem os principios federaes.

Façamos uma Constituição de que o paiz se possa orgulhar, para que se não diga, mais tarde, que este Congresso não esteve na altura de sua missão, para que se não possa affirmar que estivemos muito áquem da nossa época e da civilização do nosso seculo; façamos uma Constituição que as gerações futuras possam receber como um legado honroso sem restricções odiosas, sem distincção de classes, sem titulos honorificos, sem condecorações e outras que taes bugigangas, sem privilegios, nem mesmo aquelles que provêm dos titulos scientificos; rasgai o meu, que vos applaudirei (*Muito bem*); façamos uma Republica federal, com inteira independencia e autonomia dos estados; façamos, antes de tudo, uma Republica igual, fraternal e humana! (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado e abraçado pelos Srs. representantes presentes.*)

Fica a discussão adiada pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Faço minha a emenda, do Sr. A. Stockler e outros, relativamente ao alistamento eleitoral e á eleição de deputados e senadores. — *França Carvalho.*

Faço meu o seguinte additivo ao art. 3º, do Sr. Baptista da Motta e outros — devendo, porém, a navegação de cabotagem ser feita por navios nacionaes.

Sala das sessões, 29 de janero de 1891. — *França Carvalho.*

O Sr. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Continuação da 2ª discussão do projecto de Constituição.

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

44ª SESSÃO, EM 30 DE JANEIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio dia faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Manoel Barata, Antonio Baena, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Tavares Bastos, Pedro Paulino, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Campos Salles, Ubaldino de Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Joaquim Felício, Cesário Alvim, Americo Lobo, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Martinho, Pinheiro Guedes, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fiatio, Nogueira Paranaçuá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, Gongalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel Castro, Amorim Garcia, Epitacio, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenio Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de

Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Theophilo dos Santos, Pontes de Miranda, Ottiliea, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Prisco Paraíso, Mouiz Freire, Athayde Junior, FONSECA e Silva, Fonseca Hermes, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Médeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessôa, Franca Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Erico Coelho, Lopes Trovão Jacques Ourique, Furquim Werneck, Vinhães, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicácio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, João Luiz, Barão de Santa Helena, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Buhões, Guimarães Natal, Azeredo, Caetano de Albuquerque, Marciano de Magalhães, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Anão de Faria, Julio de Castilhos, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs. : Frederico Serino, Raulino Horn, Generoso Marques, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, João Barbalho, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Amphilophio, Barão de Villa Viçosa, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Leonel Filho, João de Avelar, Cesario Motta Junior e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs. Ruy Barbosa, Rangel Pestana, José Bevilacqua, Annibal Falcão, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Nilo Pecanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Luiz Murat, Alberto Brandão, Alcindo Guanabara, Sampaio Ferraz, Aristides Lobo, Mayrink, Domingos Jesuino, Jacob da Paixão, Luiz Barreto, Antonio Prado, Bellarmino de Mendonça, Eduardo Gonçalves e Fernando Simas.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1.^o SECRETARIO procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 29 do corrente, transmittindo, por cópia, o seguinte officio de 26,

tambem do corrente, da Directoria do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Secretario de Estado dos Negocios do Interior — 3ª Seção.

Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, 26 de janeiro de 1891.

Exmo. Sr. Ministro do Interior — A directoria do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, reunida hontem, resolveu dirigir-vos esta representação, no intuito de chamar a vossa attenção e a do Governo para a critica situação em que os ultimos acontecimentos collocaram esta associação de beneficencia.

O Montepio foi creado por decreto do Governo de 10 de janeiro de 1835, para o fim de «beneficiar, sem gravame do Thesouro Nacional, as familias dos empregados publicos, que fallecessem sem lhes deixar meios de honesta subsistencia»; e no longo periodo de mais de 50 annos nunca desmentiu a sua instituição, e, graças ao poderoso auxilio que lhe deram os altos poderes do Estado, conseguiu possuir, hoje, fundo de capital, de 7.000:000\$, sem embargo de pagar sempre, pontualmente, a avultadissimo numero de pensionistas (actualmente excedem de 6.000, em todos os Estados Unidos.)

Nestas circumstancias, lembrou-se o Ministro da Fazenda de expedir o decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, creando o montepio obrigatorio para os seus empregados, com o fim «de prover a subsistencia das familias dos mesmos empregados, quando estes fallecessem», tornando-se, posteriormente, extensivo aos empregados civis dos outros ministerios.

Cessaram, pois, com essa creação, duas das principaes fontes de receita do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, quaes eram as joias e annuidades de novos contribuintes, porquanto ninguem mais se inscrevera como socio do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, pagando elevadas joias e annuidades, quando pôde conseguir o mesmo fim, que é deixar amparada a familia, por sua morte, concorrendo para o montepio obrigatorio com o pagamento de joias e annuidades insignificantes.

Abalados por esse modo os fundamentos da nossa instituição e quando a Directoria cogitava seriamente nos meios de conjurar a crise que se preparava, foi sorprendida com a approvação de uma emenda ultimamente apresentada no Congresso Constituinte, durante a 1ª discussão da Constituição da Republica. Essa emenda, breve na expressão (ficam abolidas todas as loterias), é, contudo, de effeitos desastrosos e amiquilladores para o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado e para outras associações de caridade e beneficencia, que tinham no beneficio das loterias do Estado o seu principal elemento de vida.

Attendendo ás difficuldades financeiras do paiz e não desejando aggravar-as por meio da concessão de subvenções pecuniarias, o Poder Legislativo adoptou, ha muitos annos, a pratica de applicar o beneficio das loterias ás associações de beneficencia e caridade que mais precisavam de auxilio para poderem cumprir a sua missão humanitaria. E que melhor applicação poderia ter, o dinheiro proveniente dessa origem? As-

sim, tornava-se fertilizante e moralizador um capital adquirido á custa da exploração, de uso e costume do povo.

Mas o Congresso Nacional entendeu que era materia constitucional a extincção desse costume do povo, e aboliu todas as loterias, sem, talvez, lembrar-se de que os costumes de um povo não se transformam de repente, e sim gradualmente e que as loterias do Estado podem, talvez, ser substituidas por vicios peores, taes como o abuso das rifas e das *poules* nas corridas de cavallos, e o excesso desordenado e perigoso dos jogos de azar, da Bolsa, etc.

Bem fiscalizadas as loterias, como são em Portugal na França, Italia, Hespanha e em outras nações da Europa, satisfazem a indole do povo e não offerecem perigo algum á communhão social.

A directoria do Monte Pio Geral dos Servidores do Estado, no desempenho dos seus deveres, limita-se a dirigir-vos esta representação, não como protesto, porque ella se considera incompetente para fazel-o, visto que esta instituição, creada pelo Governo e mantida sempre pelos poderes publicos no decurso de tantos annos, poderia ser taxada de ingrata si levantasse protestos contra os actos do Governo ou do Congresso Nacional, — não como protesto mas como lamentoso écho da sentida voz de milhares de pensionistas, cujo instincto os faz prever o triste desfecho que, em futuro proximo, está reservado para uma associação que, por mais de meio seculo, não deu senão provas de patriotismo e de honestidade.

Saude e fraternidade. — Ao Exmo. Sr. Ministro do Interior. — *Marquez de Paranaguá* Presidente. — *Antonio Luiz Fernandes da Cunha*, Secretario.

Conforme. — O director, *Pedro Gueaes*.

Confere. — *Carvalho e Souza*.

O Sr. Thomaz Delfino — Sr. Presidente, si por acaso visse facilidade de fallar na segunda discussão do projecto de Constituição, viria a esta tribuna fazer minha uma emenda apresentada, pela qual os empregados publicos não podem ser demittidos senão por motivos consignados em lei ordinaria.

Quando se formarem os grandes partidos na Nação, com suas exigencias, suas imposições, não desejo que aconteça o mesmo que se tem dado na America do Norte, em que se produzem demissões em massa dos servidores publicos pelo principio muito pouco moral de que os despojos pertencem aos vencedores.

Quero no empregado publico illesa e garantida toda a independencia do cidadão.

Viria, tambem, justificar outra emenda, que assignei, dando aos estudantes das faculdades e escolas superiores o direito do voto.

Que quer dizer votar? Significa intervir na gestão dos negocios publicos.

Para esta nobre funcção, não vejo quem tenha mais aptidão e capacidade, como classe, do que os estudantes das faculdades e escolas superiores.

O SR. FRÓES DA CRUZ — Já estão contemplados com esse direito.

O SR. THOMAZ DELFINO — Perdão, não estão tal. Exige o projecto de Constituição a idade de 21 annos para o exercicio desta funcção e eu na minha emenda dispenso a idade para todos os estudantes, quer civis, quer militares.

Ao menos o direito que quero dar á mocidade das escolas, á alma sempre nova da Patria, á dona do futuro, será uma prova de reconhecimento pelo muito que fizeram pela causa da Republica.

O SR. PEDRO AMERICO — Muito bem.

O SR. THOMAZ DELFINO -- Deixo estas questões coagido pela hora, para tratar de uma outra de grande magnitude: a divisão territorial.

Já dessa tribuna se disse, e á sociedade se repetiu, que não pôde haver Federação sem boa discriminação das rendas, sem regular organização da justiça.

Perguntaria si não é, para tal fim, tbm necessaria a autonomia do municipio. Mas, convicadamente, affirmo que nem discriminação de rendas, nem justiça, nem autonomia municipal podem existir sem boa repartição do territorio na Federação.

Soltremos ainda as consequencias da primitiva divisão da terra brazileira em quinze quinhões por doze donatarios, e des-equilibramos a Federação com estados grandes e pequenos.

Nesta eterna questao de Norte e Sul, na qual nao posso deixar de reconhecer que ha realidade e razão de ser pela intervenção das circumstancias meteorologicas, ha tambem muito de artificial e, sobretudo, de irritante, porque representa o toque de rebate para o predomínio, juntando os estados grandes ao redor de si, ora no Norte, ora no Sul, os estados pequenos.

Os estadistas que elaboraram o projecto de Constituição, com certeza cogitaram bem da divisão territorial. Do Sr. Quintino Bocayuva, chefe supremo do Partido Republicano na Monarchia, em conferencias ouvi e nos escriptos de jornal li, que a divisão territorial existente era uma das causas que contribuiam para a má governação do paiz.

O illustre representante chegou mesmo a apresentar um plano geral, ouvido com applausos, em conferencia de propaganda, de remodelação das provincias.

Wagnagen tambem teve igual idéa, e concebeu uma divisão do nosso enorme paiz, que suppoz mais racional do que a existente.

A *Revista do Instituto Historico* ainda pôde fornecer projectos de solução para o problema.

Mas sou obrigado a abandonar este terreno largo e geral, de interesse da communhão porque sinto, primeiramente, a carencia de autoridade e de qualidades necessarias (*Não apoiados*), depois, pela angustia do tempo. Limitar-me-ei a considerar o assumpto no meu ponto de vista particular de representante da Capital Federal.

Propriamente, não discutirei materia nova. Na 1ª discussão tive occasião de advogar a mudança da Capital da União para outro ponto, e de accentuar, ainda que muito rapidamente, o desejo de dar ao antigo Municipio Neutro a organização de Estado autonomo e federado.

A mudança da capital é uma antiga aspiração. Tinham-na os heroicos luconfidentes Mineiros, em 1789; teve-a War-

gnagen, e a justificou pela imprensa, em 1849; tiveram-na outros. E' uma urgente necessidade... (*Não apoiados*)

UMA VOZ — Naquelle tempo podia ser necessaria, hoje não. Querem mais despesas

O SR. THOMAZ DELFINO — E' urgente para a União, porque o Congresso fica sob a influencia dominadora de uma cidade como a nossa, agitada, tumultuaria, como grande centro que é. E' urgente para a União, porque, sobretudo Srs., os grandes, os mais direitos e interesses dos cidadãos que residem nesta circumscripção são sacrificados pela lei fundamental, ficam na mão do Governo unional, e os nossos direitos e interesses como cidadãos são eguaes aos de todos os cidadãos dos estados grandes e pequenos. (*Apoiados.*)

Eis o que dispõe o projecto de Constituição quanto a nós. Legisla o Congresso sobre a organização municipal do Districto Federal, bem como sobre a policia, o ensino primario e secundario.

Legisla o Congresso, e todas as medidas adoptadas ficarão, pelo menos, sob a vigilancia ministerial...

Já o Ministro nomea os distribuidores da justiça!

Só o povo desta cidade não intervém nos seus negocios!

Senhores, que situação é esta em que ficam 600.000 cidadãos, quando ha estados muito menos povoados e com toda a autonomia?

O SR. OLIVEIRA PINTO — Já tem seiscentos mil?...

UMA VOZ — Pela estatística a que se procedeu, calcula-se isso.

O SR. THOMAZ DELFINO — Quinhenlos mil, quatrocentos e cincoenta mil, que sejam.

O SR. PRESIDENTE — Sou forçado a observar ao nobre representante que está discutindo materia que não pôde ser tratada nesta hora.

O SR. THOMAZ DELFINO — V. Ex. permittirá que eu leia um paragrapho do Regimento Interno. (*Lê.*)

Vê V. Ex. que emendas assignadas pela maior parte da representação da Capital, carecem de approvação para que as possamos defender em 3ª discussão: se não as acompanharmos de algumas considerações rapidas, perderiamos, pelo desconhecimento do assumpto pelo Congresso, aquella occasião.

O SR. PRESIDENTE — Quando se abrir a 2ª discussão, o nobre representante poderá apresentar as emendas, mas, actualmente, ainda não está aberta essa discussão.

O SR. THOMAZ DELFINO — Então, V. Ex. consinta que eu conclua, em poucas palavras, de modo a deixar a tribuna sem que contrarie mais a V. Ex. o o Regimento.

Meus Senhores, trata-se, para nós do Districto Federal, de termos autonomia, de termos os mesmos direitos e regalias que qualquer Estado, de não continuarmos a ser soffocados pela centralização, como fomos na Monarchia.

Mudar a Capital é para nós uma questão vital, que pertence a todos quantos vivem em estados autonomos.

(Apoiados.) Esta questão não é só nossa, é vossa também.
(Apoiados.)

UMA VOZ—E' de todo o paiz.

O SR. FRANÇA CARVALHO — Em todo o caso, não ha urgencia.

O SR. THOMAZ DELFINO — Ha urgencia; não podem ficar amarrados ao poste da centralização mais de 500.000 cidadãos, dos mais adeantados, dos mais civilizados.

O SR. FRANÇA CARVALHO — E a questão financeira?

O SR. THOMAZ DELFINO — E que grande questão financeira é essa? Quanto póde custar a mudança da Capital?

O SR. FRANÇA CARVALHO — Centenas de milhares de contos. (*Ha outros muitos apartes.*)

O SR. THOMAZ DELFINO — Laboraes em um engano, porque fazeis da Capital unional uma idéa diversa do que deverieis fazer.

São bastantes as despesas com edificações para as secretarias dos ministerios e outras poucas mais.

Dois mil, tres mil contos? Não vale isto a independencia politica e administrativa da cidade? Em ultimo caso, sabeis que somos sufficientemente ricos para pagar a mudança. (*Continuam os apartes.*)

O SR. THOMAZ DELFINO — Estou apertado pelo Regimento, e sinto não poder dar todas as explicações aos nobres representantes. (*Continuam os apartes.*)

Mas temos historia, temos tradições (*Interrupções*), e vós não lendes tradições ou historia que não seja a nossa. Nós vos povoamos e fomos civilizar, luctando com o indio. (*Continuam as interrupções.*) No principio do seculo XVII creis pequenas populações esparsas pelo valle do rio Parahyba. (*Diversos apartes.*) Onde está a vossa historia? Quaes são as vossas tradições? Citai-me um só facto, um só desses grandes movimentos que são o orgulho de um povo! (*Apartes.*)

Nada tendes, dependestes sempre de nós, e ainda vindes aqui para o Congresso com essa pretensão anti-democratica de absorver a Capital Federal. (*Apartes.*) Pareceis desconhecer a Historia. Pois um de entre vós, aliás muito distincto, não affirmou desta tribuna que ao mudar-se a Capital do Brazil portuguez, da Bahia para o Rio de Janeiro, esta cidade constituia, modestamente, o Municipio Neutro? O municipio foi creado pelo acto adicional, art. 1°. Nem glorias, nem passado...

UM SR. REPRESENTANTE — Como não temos historia?

O SR. THOMAZ DELFINO — Qual é a vossa gloria na vida nacional? Dizei a esta Assembléa si tendes uma só. De todos os estados do Brasil, do Norte e do Sul, grandes e pequenos, vós sois talvez o unico que não tem tradições proprias, que não podeis apresentar um grande acto civico... (*Contestações.*)

Vós representaes, aqui, o odio rural contra a cidade das marchas civicas, das kermesses, contra a cidade abolicionista;

é isto que vós representaes, impenitentemente. Si quereis glorias, tomai-as de nós emprestadas. tomai um pouco do nosso 13 de maio, que chega para o Brazil inteiro.

O SR. ALMEIDA PERNAMBUCO—Mas isto é forte.

O SR. FRANÇA CARVALHO—V. Ex. é incoherente, não é logico. (*Apartes da deputação do Rio.*)

O SR. THOMAZ DELFINO—Tenho orgulho desta cidade, tenho orgulho do Brazil porque a historia delle, que é a do paiz em grande parte, só poudo despertar este sentimento.

Pela nossa historia pelas nossas tradições, pela nossa firme vontade, não podemos fazer parte do Estado do Rio, que nos quer absorver.

Um SR. REPRESENTANTE—Pois não faça parte, mas não se mude a Capital.

OUTRO SR. REPRESENTANTE—Reclamamos o que é nosso.

O SR. THOMAZ DELFINO—Não reclamais com a Historia na mão. Apontai factos, trazei para esta tribuna datas, si sois capazes. Eu vos desafio. Mostrai que não foi esta cidade que vos fez nascer e existir. Nem nome tendes. Como vos chamais? Estado do Rio de Janeiro. A cidade fundada por Estacio de Sá em 1 de março de 1565, e que desde o seu primeiro rancho foi logo cidade, deu-vos tudo, até o nome. (*Apartes.*) Estado rural em decadencia, cujo destino é problemático... (*Protestos e apartes dos representantes do Rio de Janeiro.*)

Não, enganae-vos. Como Montaigne, que amava Paris até nas suas verrugas, amo esta cidade até no Canal do Mangue; é justamente porque a amo, que a quero ver na posse dos seus poderes, vivendo independente na vida local e contribuinto para a vida de todos, que a quero ver melhorada materialmente, mais salubre do que é actualmente, e ella é uma das mais salubres do Mundo...

O SR. FRANÇA CARVALHO—Apoiado.

O SR. THOMAZ DELFINO—Ah! Confessaes isto? Já confessaes alguma cousa a nosso favor.

O SR. FRANÇA CARVALHO dá um aparte.

O SR. THOMAZ DELFINO—V. Ex. tem um pulmão de ferro, uma voz muito forte; abafa completamente a minha; mas a hora corre; permitta que eu a aproveite.

Quando a mortalidade na infancia na Europa (li nos trabalhos da secção de estatistica annexa á Secretaria do Imperio, em 1887) é de 43 %, no Rio de Janeiro é apenas de 25 %.

Os antigos escriptores consideravam a cidade como das mais saudaveis; era o herco dos velhos, dizia o povo; os inglezes, antes do apparecimento da febre amarella, a julgavam uma boa estação. (*Apartes.*)

Si temos uma cidade mal arruada, mal calçada, com toda a casta de aleijões architectonicos, sahidos da imaginação do mestre obras boçal; si temos uma cidade verdadeiramente feia, como affirmou o illustre representante e grande

pintor, meu amigo, que me ouve, o Sr. Dr. Pedro Americo, no seu romance *O holocausto*, é porque não ha poder local que tenha importancia e força para dar-lhe outra feição.

Foram os nossos poderes confiscados na Monarchia, e segue a Republica pelo mesmo caminho.

UM SR. REPRESENTANTE—No fim de tudo isto, si é tudo tão bom, não se deve mudar a Capital.

O SR. THOMAZ DELFINO—Mas póde ser muito melhor.

E é por acaso bom ter tantos mil habitantes sujeitos a esse regimen que está na Constituição?

Queríamos ter a peor de todas as cidades, uma cidade arruinada, em descalabro, em decadencia, sem ruas, sem tectos, morrendo quasi, mas queríamos ser cidadãos independentes nesta cidade, como são os de todos os outros estados. (*Muito bem; muito bem.*)

Senhores, legisladores que fazeis uma obra que deve perdurar, que deve vencer o tempo, notai que, cedendo ás imperativas exigencias que vos aponto, a Capital será mudada, e então seremos um Estado, e um Estado predial, de commercio e de industria.

Desequilibraremos a Federação e a União com as nossas leis, com as nossas deliberações, dirigidas todas em uma só corrente e em um só sentido; os outros estados, entretanto, compensarão uns com os outros os seus grandes interesses commerciaes, industriaes e agricolas.

Notai que, sendo um Estado autonómo, e continuando a ter, como temos, o nosso regimen das aguas preso ao Estado do Rio de Janeiro, e que, por mais que este Estado despreze o municipio de Iguaçu, de onde essas aguas descem para nós, não tratando de aproveitá-lo e de attenuar o seu paludismo, um dia virá em que o municipio será povoado, e, naturalmente, surgirão questões, e graves, entre os dois estados.

Para collocar ao lado da cidade o campo, para termos jurisdição, que desvie o conflicto provavel sobre as aguas, indispensaveis para a nossa existencia, nas emendas apresentadas pedimos cessão de uma pequena zona do Estado do Rio de Janeiro.

Dos seus 69.000 kilometros quadrados, pedimos uma pequena fracção, dos seus 36 municipios, um inteiro, o de Iguaçu, municipio pobre, nem assucareiro, nem cafeeiro, malarico, e retalhos de tres outros.

Não é como reivindicção que pedimos, mas com a satisfacção a uma necessidade indeclinavel. Fallamos em nome dos principios federativos, de união, de auxilio e de cooperação mútua.

Senhores, si eu fosse do Estado do Rio de Janeiro, si eu fosse um cidadão desse Estado, e si visse fazer a reclamação que vos fazemos aqui, si se apresentasse uma questão como a que me trouxe a esta tribuna, eu, immediatamente, cederia uns insignificantes kilometros quadrados de terra sem moradores e panlanosa, e creio que demonstraria assim, practicamente, que Federação quer dizer confraternização. (*Protestos; apertes.*)

O SR. THOMAZ DELFINO — A cidade do Rio de Janeiro, soffrendo toda a pressão monarchica, abrigando em seu seio com afan para o commercio e para todos os caminhos que vão dar á fortuna e á riqueza, pode resistir a tudo isto e conservar-se liberal e progressiva, mantendo firmes os seus creditos de patriotismo.

O Estado do Rio de Janeiro, sem historia, sem tradições, sem nome, com a lavoura perdida, com a terra cansada e exgotada pelo café, vai agora, tambem, naturalmente, como muitos outros, receber grandes levas de immigrants. Cumpre que tome cautelas para que, ao menos, possa salvar a lingua que falla.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que a hora está terminada.

O SR. THOMAZ DELFINO — Duas palavras e terminarei. Peço aos Srs. representantes do Sul e do Norte, em nome da Federação, em nome dos direitos dos seus estados, que tão bem têm defendido aqui, e que são tambem os desta cidade, — em nome, pois, destes nossos vitaes interesses, que façam sua a emenda apresentada pela representação da Capital, constituindo-nos, transferida a Capital para outro ponto, em um Estado com os limites que a emenda marca, e que vão buscar pequena zona ao Estado do Rio de Janeiro. (*Oh! Protestos.*)

Não queremos absorver nenhum Estado; nem se pôde chamar de divisão a uma diminuta cessão de terra... (*Apartes.*) Peço-vos que colloqueis entre as estrellas que formam a constellação brasileira mais uma, de pequena grandeza, mas do mais puro brilho. Para o futuro, quando o estrangeiro abordar a este formoso pedaço do nosso territorio nacional, que terá a denominação sonora e rimante de — Estado de Guanabara — dirá: Esta foi uma das mais bem pensadas e gloriosas obras daquelle Congresso de patriotas intercratos. (*Muito bem; muito bem. O orador é felicitado e abraçado.*)

ORDEM DO DIA

SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a 2ª discussão do projecto de Constituição, com as emendas apresentadas.

São lidas, apoiadas e entram conjunctamente em discussão as seguintes

Emendas

Ao additivo sobre eleições, offerecido pelo Sr. representante Alexandre Stockler e outros:

No final do § 1º do art. , accrescente-se:

Sem prejuizo do actual alistamento, que servirá para todas as eleições a que se houver de proceder, enquanto outro não fôr feito. — *Chagas Lobato. — Aristides Maia.*

Ao art. 71

Ao final do § 13, acrescente-se:

§ Nos casos em que a lei o permittir.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.—*Chagas Lobato*.

Ao art. 1.º das Disposições transitórias

Acrescente-se ao § 5.º:

Não podendo, em hypothese alguma, ser dissolvido.

§ 6.º Só por deliberação tomada pela maioria de seus membros poderá o Congresso adiar a inauguração de suas funções ordinarias.

Ao art. 17, Secção I

Acrescente-se:

§ 3.º Só por deliberação do Congresso poderá ser adiada a data, nesta Constituição marcada, para a abertura de suas sessões annuaes.

Ao cap. I, Secção II

Acrescente-se:

Art. Commetterá um crime e incorrerá nas disposições do art. 53, §. 3.º, o Presidente ou Vice-Presidente em exercício que adiar, ou dissolver, o Congresso.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.—*Barbosa Lima*.

Ao art. 49

Substitua-se pelo seguinte:

Os ministros de Estado não poderão accumular outro emprego ou função publica, nem ser eleitos Presidente ou Vice-Presidente, deputado ou senador da União. (E' reprodução do projecto primitivo.)

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.

Ao art. 17

Depois das palavras — O Congresso reunir-se-á, na Capital Federal, a 3 de maio de cada anno — acrescente-se: salvo si uma lei ordinaria designar outro dia.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.—*Campos Salles*. — *Costa Junior*. — *Moraes Barros*. — *Carlos Garcia*. — *Paulino Carlos*. — *A. Gordo*. — *Alfredo Ellis*. — *Rodrigues Alves*. — *Carvalho*.

Ao título 3º—Do município

Art. Restabeleça-se o projecto primitivo, que diz:

Nas eleições municipaes serão eleitores e elegiveis os estrangeiros residentes, segundo as condições que a lei de cada Estado prescrever.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.—*Carlos Garcia.* — *Moraes Barros.* — *Astolpho Pio.* — *Serzedello Corrêa.* — *Alfredo Ellis.* — *Carvalho.* — *Rodrigues Alves.*

Additivos ao art. 46

§ O systema eleitoral terá por base a representação proporcional das maiorias e minorias.

§ O exercicio do suffragio é um direito e um dever dos cidadãos da Republica, e não soffre a intervenção do Poder Executivo.

Sala das sessões, de dezembro de 1890.—*Marciano de Magalhães.* — *Almino Alvares Affonso.* — *Juvencio de Aguiar.* — *J. Simeão.* — *M. Prado Junior.* — *Caetano de Albuquerque.* — *Barbosa Lima.* — *F. Schmidt.* — *Baptista da Motta.* — *Bezerril.* — *A. Azeredo.* — *José Augusto Vinhaes.* — *Pedro Americo.* — *Nelson de Vasconcellos Almeida.* — *Serzedello Corrêa.* — *Indio do Brasil.* — *A. Milton.* — *Jesuíno de Albuquerque.* — *M. Valladão.* — *C. J. de Mello.* — *Carlos F. de Campos.* — *R. Horn.* — *Casimiro Junior.* — *José Bevilacqua.* — *Nilo Pecanha.* — *João de Siqueira.* — *Demetrio Ribeiro.* — *Abmeida Pernambuco.* — *Bellarmino Carneiro.* — *José Marianno.* — *Prisco Paraiso.* — *Alcindo Guanabara.* — *Garcia Pires.* — *Lopes Trovão.* — *Rosa Junior.* — *Mursa.* — *Cunha Junior.* — *Matta Bacellar.* — *José Avelino.* — *J. J. Seabra.* — *J. Ouriques.* — *Anfrísio Fialho.* — *Raymundo Bandeira.* — *Pires Ferreira.* — *F. P. Moyrink.* — *Pinheiro Guedes.* — *Aquilino do Amaral.* — *Espirito Santo.* — *J. Retumba.* — *Athayde Junior.* — *Domínas Vicente.* — *Pedro Paulino.* — *Belfort Vieira.* — *Ivo do Prado.* — *Felisbello Freire.* — *Oliveira Galvão.* — *Francisco de Paula Azevedo.* — *Garcia Pires.* — *Almeida Barreto.* — *Firmino da Silveira.* — *João Neiva.* — *Amorim Garcia.* — *Eduardo Wandelkolk.* — *Stockler.* — *Bezouro.* — *Rios.* — *Sodré.* — *Amphilophio.* — *Virgílio.* — *Santos Pereira.* — *Amaro Cavalcanti.*

Para collocar onde convier:

As garantias de juras concedidas pelo Governo Provisorio e não auctorizadas por lei ficam dependentes de approvação do Congresso ordinario.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.—*Martinho Prado Junior.*

Para ser collocado onde convier:

Os arts. 7º, 9º, 10, 11 e 12 poderão ser reformados pelo

actual Congresso em suas sessões ordinárias, sem os tramites do art. 88, por deliberação da maioria dos seus membros.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.—*Martinho Prado Junior.*

Para collocar onde convier:

Os contractos de concessões de terras devolutas feitos pelo Governo Provisorio podem ser rescindidos pelos estados onde esliverem situadas as mesmas, sem outra indemnização aos concessionarios, que o preço de aquisição, juros de 5 % ao anno sobre o capital empregado, e despesas de medição.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891.—*Martinho Prado Junior.* — *C. Paletta.* — *F. Amaral.* — *Barão de Santa Helena.* — *Aquilino do Amaral.* — *Pinheiro Guedes.* — *Cae-tano de Albuquerque.* — *Manoel Barata.* — *Antonio Baena.* — *Pedro Chermont.* — *Nina Ribeiro.* — *Astolpho Pio.* — *Dutra Nicacio.* — *Alvaro Botelho.* — *Chagas Lobato.* — *Antonio Olyntho.* — *Joaquim Breves.* — *Ferreira Pires.* — *Costa Machado.* — *F. Badaró.* — *C. Zama.* — *Serzedello Corrêa.* — *Bueno de Paiva.* — *Almeida Pernambuco.* — *França Car-valho.* — *Polycarpo Viotti.* — *Aristides Maia.* — *Americo Luz.* — *João Luiz.* — *Pacifico Mascarenhas.* — *Ferreira Rabello.* — *J. L. de Souza Coelho.* — *Joaquim Sarmiento.* — *Matta Bacellar.* — *Uchôa Rodrigues.* — *Almino Affonso.* — *Manoel Francisco Machado.* — *Belfort Vieira.* — *Indio do Brasil.*

Ao art. 2º

Substitua-se:

Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo Municipio Neutro constituirá o Districto Federal e continuará a ser a Capital da União durante dois annos.

Ao art. 3º

Substitua-se:

E' designada para Capital da União a cidade de Petro-polis.

Ao titulo 1º

Accrescente-se mais este artigo, immediatamente depois do precedente:

Mudada a Capital, o antigo Municipio Neutro, mediante cessão de pequena zona do Estado do Rio de Janeiro, passará a constituir um Estado, que terá por limites uma linha que, partindo do porto de Mengaratiba, da fóz do rio Sacco, seguindo por elle até ao alto das serras de Itangussú e Catumbý, e de extremidade desta, no rumo de Nordeste, até o encontro do rio Guandú, por esse rio até a fóz do rio Sant'Anna, e por esse acima até as cabeceiras, e dahi, pela linha das aguas, até á cabeceira mais proxima do rio Pilar, descerá com este rio até á bahia do Rio de Janeiro.

Paragrapho unico. Ficam pertencendo ao novo Estado, que tomará a denominação de Estado de Guanabara, todas as ilhas comprehendidas entre os meridianos da foz do rio Sacco e o que divide ao meio a barra da bahia.

Sala das sessões, 29 de janeiro de 1891. — E. Wandenkolk. — Saldanha Marinho.

O Sr. Thomaz Flôres (para uma explicação pessoal) — Pego-vos, Srs. do Congresso, alguns momentos de vossa attenção. Procurarei ser breve, porque também entendo que urge a entrada deste paiz em sua vida normal.

Sou um obscuro soldado (*Não apoiados*), do que aliás me desvanego, sem erudição; não tenho pretensões oratorias (*Não apoiados*): sou, antes, um homem de acção para o cumprimento do dever, acostumado a ter no exercicio d'elle toda a coragem moral de que me sinto capaz, custe o que custar — coragem moral, repito, que deve assistir sempre a quem está investido da confiança do generoso povo rio-grandense. Venho fazer uma reclamação ácerca da omissão de apartes por mim dados, quando, em sessões passadas, occupavam esta tribuna alguns membros deste Congresso — apartes que desejo ver publicados no *Diario Official*, — não pela vaidade (que não tenho) de ver minhas palavras lavradas nos *Annaes* da Constituinte brazileira, pois que me contento com a minha obscuridade, que muito prezo, de brasileiro republicano e soldado, mas pelo motivo de que os apartes por mim proferidos, cu o reputo de importancia moral para o julgamento de homens e cousas da actualidade politica.

Lastimo também as questões que se têm agitado no seio desta honrada Assembléa, alheias á materia constitucional. Sei bem que neste recinto se deve cogitar, especialmente, da confecção da lei fundamental da nossa Patria; sou igualmente, refractario á controversia de questões domesticas partidarias que não interessem ao Congresso Constituinte, sendo certo que, por indole, também afasto-me, quanto posso, de contendas pessoais, o que sempre escandaliza a respeitabilidade desta Casa.

Assim é que, bem a pezar meu, Sr. Presidente, fui levado, em bem da verdade e da justiça, a dar apartes ao Sr. Demetrio Ribeiro, em contraposição ao que dizia então esse meu comprovinciano. Taes apartes não figuram em seu discurso publicado no *Diario Official* de hoje.

Na occasião...

O SR. ALMEIDA BARRETO — Pego a palavra pela ordem.

O SR. THOMAZ FLÔRES — ... em que o cidadão Demetrio Ribeiro lançava um repto á deputação rio-grandense, para que fosse convidado o eleitorado republicano do Rio Grande do Sul á manifestação de sua confiança ácerca da conducta da maioria ou dissidencia da mesma representação, ficando dependendo do *veredictum* do mesmo eleitorado o caminho que a honra indicasse ao vencido, eu, em alto e bom som, com a educação que tenho, mas com firmeza e dignidade que jámais me fallecem, disse-lhe: «V. Ex. tem o direito de lançar o repto; é nosso dever acceital-o, e o acceitamos em

qualquer terreno, de qualquer modo, seja qual fôr o processo.»

Este aparte, dado por mim, bem como outros dados por meus companheiros de bancada, não figuram no seu discurso, o que importa uma omissão, que carece ser reparada.

O SR. ANTÃO DE FARIA — V. Ex. permite uma explicação ?

O SR. THOMAZ FLÔRES — Pois, não ?

O SR. ANTÃO DE FARIA — O Dr. Demétrio Ribeiro, no dia em que lhe mandaram as provas do discurso, notou isto; mas, não sabendo como collocar alguns apartes de V. Ex. e do Dr. Assis Brasil, deixou de fazel-o, tanto mais quanto não tinha o direito de introduzir no seu discurso apartes. Extranhou a omissão.

O SR. THOMAZ FLÔRES — Igualmente, por ocasião do desagradavel incidente, o meu companheiro de armas e digno representante do Ceará, Sr. Bevilacqua, em aparte, que consta do discurso do Dr. Demétrio, referindo-se á attitudo da deputação rio-grandense, classifica de *gauchada*, dando a esta expressão uma significação gratuitamente descortez, o que suscitou de nossa parte uma energica repulsa (o que não consta, aliás, do discurso referido), — repulsa que não podia deixar de soffrer uma phrase atirada com pouca reflexão aos seus companheiros, representantes da Nação.

UM SR. REPRESENTANTE — Este termo não pôde deixar de ser tomado á boa parte.

O SR. THOMAZ FLÔRES — Desejo que fique, pois, lavrado este protesto: nós, os representantes do Rio Grande do Sul, não deixamos sem repulsa essa phrase, que trazia em seu bojo uma allusão pouco criteriosa, pouco consoante com a linguagem delicada que devemos manter aqui uns para com os outros.

Permitta-me V. Ex., Sr. Presidente, e os dignos membros do Congresso que eu aproveite a oportunidade para deixar consignado que tambem dei um aparte quando aqui orava o illustre Deputado por S. Paulo, Sr. Costa Junior. Suscitava-se a controversia do papel que a força armada representara no dia 15 de novembro de 1889. Disse eu então: «O Exercito e a Armada foram os condensadores do sentimento nacional, das velhas aspirações republicanas.»

Finalmente, Sr. Presidente, quando, hontem, o Sr. Deputado Zama, com sua incontestavel, mas por vezes injusta eloquencia tribunica, occupava este posto, e apreciava, a seu modo, quem mais tinha concorrido para o estabelecimento da Republica, eu disse que quem havia tomado a suprema responsabilidade da acção revolucionaria tinha sido o marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

Já me occupei deste ponto, devo deixar aqui ditas algumas palavras com relação ao registro historico que aqui se tem feito acerca dos factores da Revolução.

Não posso ser acoinhado de suspeito na apreciação desta questão, que reconheço melindrosa.

Sou um velho republicano (*Apoiados*)...

Uma voz — E muito distincto.

O SR. THOMAZ FLÔRES — ...que nos tempos difficeis jámais mediu a extensão do perigo para o cumprimento do dever cívico, que nem sequer um momento desfaleceu deante das tropelias, nem se deixou subornar pelo engodo, ou promessa de satisfação de interesses subalternos; enfrontei, sem afrouxar, a Monarchia, ora violenta, ora corruptora.

Tenho sido e confio em mim, serei sempre escravo da minha consciencia forte, obedecendo, unicamente, aos dictames da minha razão livre. (*Muito bem.*)

A farda que envergo não esconde um coração poltrão; a espada que trago á cintura, bem como os meus galões, não significam o premio ignobil de um caracter fraco. (*Muito bem.*)

Não sou louvaminheiro, não sou commensal do illustre marechal; tenho, portanto, o direito de ser acreditado quando digo que não venho aqui levantar hosannas de bajulação, hymnos de servilismo, mas, ao contrario, não consentir, em nome da gratidão nacional, que se rasgue, sacrilegamente, a historia da Revolução, desconhecendo-se os serviços ao grande brasileiro, o glorioso General Manoel Deodoro da Fonseca. (*Muito bem.*)

O SR. THOMAZ FLÔRES — Sr. Presidente, as aspirações republicanas vêm de muito longe; através do tempo as manifestações de sede de liberdade, explodiram, ora aqui, ora alli, com maior ou menor vehemencia, sempre abafadas pelo guante de ferro da Monarchia, sempre irrompendo perseverantes e esperançosas até a victoria definitiva de 15 de novembro.

O sangue dos martyres da Republica creava para os sobreviventes a hypotheca do dever para a continuação da lucta pela liberdade até o triumpho final.

A propaganda da causa santa, na imprensa, na tribuna, no pamphleto, no lar da familia, nas casernas, nas escolas militares, onde se encontrava fonte preciosa, inexaurivel de sabedoria e civismo no apostolado de Benjamin Constant...

UMA VOZ — Os erros do Governo.

O SR. THOMAZ FLÔRES — ...os erros e os crimes da administração monarchica, tudo foram factores para o estabelecimento da Republica. (*Apoiados.*)

O SR. PRESIDENTE faz uma observação ao orador.

O SR. THOMAZ FLÔRES — A's ordens de V. Ex.; e como comprehendo que V. Ex. cumpre perfeitamente o Regimento, eu, que no Congresso encontro uma vontade soberana que pôde encampar o desejo, que tenho, de concluir a minha oração, peço a V. Ex. que consulte o Congresso si me permite mais 15 minutos.

Posto a votos, o requerimento é approvedo.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante pôde continuar.

O SR. THOMAZ FLÔRES — Agradeço ao Congresso e a V. Ex. a concessão que acabam de fazer-me.

Tinha tomado a resolução de não tomar a palavra nesta sessão, para não alongar-a, dando, apenas, o meu voto em tudo

quanto fosse em bem da Republica federativa; mas não to que si todos têm tido a liberdade de enunciar o seu pensamento, eu, um velho soldado da Republica, zeloso do meu caracter e da minha responsabilidade, também não poderia por mais alguns minutos explicar o meu modo de ver ?...

O SR. PRESIDENTE — A minha advertencia foi perfeitamente regimental. O nobre representante pediu a palavra pela ordem para uma explicação pessoal, quando entrava-se na ordem do dia. Subindo a tribuna e aproveitando-se da palavra pela ordem, tem feito um verdadeiro discurso. Não é que a Mesa tenha algum interesse em que o nobre representante, opportunamente, não manifeste o seu pensamento, mas não neste momento.

Para haver ordem é necessario que todos nós obedeçamos á lei.

O SR. THOMAZ FLÔRES — Sr. Presidente, por indole o pela natureza da instituição em que sirvo, estou acostumado á ordem e á lei. Passado este incidente, continuo.

Sr. Presidente, o illustre Deputado pela Bahia, Sr. Zama, hontem, aqui, se constituiu distribuidor, a seu talante, de papeis que couberam a cidadãos que fizeram a Republica. Indicou apenas tres nomes, esquecendo, injustamente, muitos outros. Para o eloquente Deputado bahiano, somente de tres entidades, tres unicos factores, em sua opinião, dependeu a transformação de nossa Patria, no memoravel dia 15 de novembro. «O General Benjamin Constant, o General Floriano Peixoto e a mocidade das escolas militares.»

Tambem digo que Benjamin Constant foi um factor preciosissimo, inestimavel, da Republica; o zelo de sua memoria querida é um compromisso de honra para a democracia; mas, noem bem, em respeito á santa lembrança do grande morto, não sirva ella jámais de exploração...

O SR. SEABRA — Apoiado.

O SR. THOMAZ FLÔRES — Sua memoria não sirva jámais de exploração sacrilega contra a inteireza de certos caracteres muito respeitaveis.

O SR. SEABRA — Apoiadissimo.

O SR. THOMAZ FLÔRES — Convenho que se deve muito e muito á mocidade das escolas militares, onde tambem fiz a cultura do espirito; tive a fortuna de haurir as lições do mestre amado no seio dessa mocidade, fonte creadora da elite de nosso Exercito. (Apoiados.)

Egualmente, convenho que o illustre General Floriano Peixoto, que muito considero, tenha prestado relevante serviço ao exito revolucionario.

Entretanto, outros factores não devem, não podem ser excluidos; a Historia protesta contra tão apaixonada opinião. (Apoiados.)

E a Marinha brasileira, tendo á frente Wandenkolk e seus companheiros? (Apoiados.) E onde fica Almeida Barreto com as forças sob seu commando? (Apoiados.)

Não foram egualmente factores todas as tropas arregimentadas que preferiram a Patria ao Rei?

Essa gloriosa 2ª brigada, nucleo de heróes promptos ao holocausto da vida pela liberdade, já está esquecida? (Muito bem.)

Todos, enfim, que confraternizaram, desde o General até o soldado, não foram factores da Revolução! (*Apoiados.*)

Si fôra vivo Benjamin Constant, aqui viria com solenne documento para protestar que tambem eram factores os heróes que firmaram o pacto de sangue, para morrer ou libertar a patria. Nessa lista se veria Sebastião Bandeira, Menna Barreto, Joaquim Ignacio e muitos outros companheiros. Tambem não são factores? Si, pois, toda a força armada tomou parte na patriótica obra, sob o commando de Deodoro, o grande soldado, todos são factores, cada qual dentro da esphera de acção que lhe coube, na memoravel Revolução.

Isso desgosta a força armada; estabelece a discordia, que não desejo plantada na classe militar.

Não é digno, é, antes, ignobil, ignominioso, é um opprobrio atirar generaes contra generaes, camaradas contra camaradas, explorar paixões (*Apoiados*), avivar ambições (*Apoiados*), fecundar despeitos (*Apoiados*).

UM SR. REPRESENTANTE — E' a maior desgraça que pôde acontecer.

O SR. THOMAZ FLÔRES — Reclamo, tambem, justiça, simplesmente justiça, para a conducta costumeira do Exército. Nas circumstancias afflictivas da Patria, ella sempre o encontrou a seu lado. Que o digam o 7 de abril, o 13 de maio, o 15 de novembro: sempre elle, de par com o sentimento nacional, — constante e tradicional companheiro da liberdade, não pôde ser suspeitado.

E' preciso terminar, de uma vez para sempre, com essas desconfianças mal veladas, que não são dignas, que não são honestas, que são ingratas.

O SR. ZAMA — Ah! Pela minha parte não ha, nem houve nunca a melhor desconfiança do Exército.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Na opinião do Sr. Zama a brigada que formou em frente do Quartel General no dia 15 de novembro e que depôz o gabinete Ouro Preto já desappareceu do Mundo. (*Ha outros apartes.*)

O SR. THOMAZ FLÔRES — Nem o Exército é composto de janizaros ou mercenarios para sustentar qualquer tyrannia, nem servirá jámais para acariciar a demagogia. (*Muitos apoiados.*)

(*Cruzam-se muitos apartes entre os Srs. Almeida Barreto, Zama, Espírito Santo e outros Srs. representantes.*)

O SR. PRESIDENTE — Attenção!

O SR. THOMAZ FLÔRES — Sr. Presidente, vou concluir, para acalmar animosidades. Só os perversos que têm saudades da nefasta Monarchia, podem ter gosto em levantar questões incandescentes para quebrar a fraternidade brasileira.

Eu bem comprehendo que por esse modo se apoderariam dos despojos do naufragio da Patria aquelles que não se conformam com o novo regimen, cujo traço característico é a pratica dos bons costumes.

Sr. Presidente, antes de deixar a tribuna devo, ainda, affirmar uma opinião franca: quero ser bem conhecido no meu modo de considerar o Exército como parte integrante da Nação; não sou amigo exclusivista do regimen da espada, quero a intervenção justa e precisa de todos os cidadãos, pelos meios regulares, nos negocios publicos; não admitto predo-

nínio exclusivo de nenhuma classe. Assim pensam todos os que têm bom senso. Estou armado, também, de uma opinião auctorizadíssima, a tal respeito: é a do Marechal Deodoro, o velho soldado que tomou a responsabilidade da Revolução de 15 de novembro...

UM SR. REPRESENTANTE — Responsabilidade tremenda.

O SR. MENNA BARRETO — Que nos livrou das garras do 3º reinado..

O SR. THOMAZ FLÓRES — Em 14 de maio de 1887, dizia elle, em manifesto publico aos poderes do Imperio, quando á testa da questão militar, considerada verdadeira questão nacional. Nesse grande documento, vereis o seu espirito civico aliado á altura do caracter do soldado, sem inclinação, todavia, ao predomínio exclusivo da classe militar; elle ali se revela um bom cidadão.

Affirmava elle, referindo-se á compressão dos nossos direitos: «Sob taes theorias, não ha Exército, não pôde haver patria, porque a primeira condição da Patria é o pundonor dos defensores profissionaes da sua honra. O que se agita não é, pois, uma questão de classe; o aviltamento do Exército envolveria a sociedade e daria triste medida do caracter nacional; não é, também, o predomínio militar que nos move; a consciencia publica tem certeza de que o Exército brasileiro é a mais notavel segurança da paz, da legalidade, da ordem civil do Estado.

Seja qual fôr a posição a que as circumstancias nos levem, a segurança individual, a tranquillidade publica, as tradições livres da Nação encontrarão sempre no Exército um baluarte inexpugnável, e em cada peito de soldado um cidadão».

E terminava do seguinte modo:

«Havemos de nos manter no posto de resistencia á illegalidade, que é do nosso dever, do qual nada nos arredará, enquanto o direito postergado não receber a mais plena satisfação. Havemos de ser consequentes, como quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra.»

Tenho confiança, Senhores do Congresso, na coherencia, na sinceridade do illustre brasileiro que tem, hoje, entre mãos os destinos da Patria.

Deposito inteira fé no seu caracter, na sua honra inconcussa. (*Apoiados.*)

Um homem da estatura moral do General Deodoro não falta nunca aos seus compromissos; mas quando o fizesse, para garantir a soberania da minha Patria, os seus direitos, a sua liberdade, a legalidade, não existiria fé, não haveria amigo, não haveria veneração, ainda que com violencia ao meu coração, que me detivesse deante da exigencia do meu dever civico. (*Apoiados; muito bem.*) Estou, porém, absolutamente descansado; eu conheço a estofa do eminente cidadão-soldado.

Com segurança de animo dou o meu apoio, pequeno mas sincero, ao General Deodoro. A lealdade impõe-me o dever de declarar que não é incondicional, porque entende que o apoio incondicional não honra a quem o dá, nem a quem o recebe; não existe a infallibilidade humana; a razão tem a faculdade, que lhe é exclusiva, do livre exame; o pensamento não pôde ter subordinação absoluta; a consciencia tem di-

reitos inalienáveis e intransferíveis, que jamais podem, dignamente, permittir o apoio absoluto a individuos ou cousas.

Dou o meu apoio consciente, racional, honesto, ao General Deodoro da Fonseca, porque estou profundamente convencido de que é um homem de bem, um patriota illustre. (*Apoiados; muito bem.*)

Não acompanho esse tufão de diffamações, essa campanha das calunias contra compatriotas que tiveram a vida inteira honrada e cheia de glorias.

Erros, desvios? São contingencias da natureza humana!

Quem tem a coragem de atirar a primeira pedra na adultera? dizia a velha lenda biblica.

Os homens devem ser julgados pelas grandes obras por elles operadas, e não por seus erros, — tambem disse um historiador.

Erros e desvios não dão direito a que ninguém, em tempo algum, possa apagar o brilho dos immortaes serviços que sempre, e especialmente em 15 de novembro de 1889, prestou á Patria brasileira o inclyto Marechal Manoel Deodoro da Fonseca! (*Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado por muitos Srs. representantes.*)

O SR. ALMEIDA BARRETO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, havendo eu, hontem, apresentado um requerimento para encerramento da discussão, que não poude ser votado, por não haver numero, faço-o de novo, hoje.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O SR. RETUMBA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, segundo li no *Diario Official*, existem, amontoadas sobre a mesa, trezentas e tantas emendas...

O SR. PRESIDENTE — Cerca de 700.

O SR. RETUMBA — ... razão pela qual sou levado a pedir a V. Ex. informações sobre si a Mesa está habilitada a proceder, hoje, ou amanhã á votação dessas emendas. Sei a difficuldade com que se lucta, apesar do espirito systemático e ordeiro que caracteriza a Mesa, para votar convenientemente as emendas apresentadas; e o sei de experiencia propria, porque tenho estado na mesa, onde já assisti a essas innumeras discussões pela ordem afim de pedir preferencias para esta ou aquella emenda. Tal é a razão pela qual apresento o meu requerimento, porque no caso de não estar a Mesa habilitada a fazer a votação hoje, ou amanhã, eu apresentaria um requerimento para que esse trabalho fosse adiado para domingo, ou segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE — Como o Congresso é testemunha, na 2ª discussão do projecto de Constituição, o numero de emendas enviadas á mesa e apoiadas, é extraordinario, excede de 600, sendo algumas dellas quasi substitutivos, pelo seu tamanho, ao projecto que se discute.

Essas emendas foram impressas e distribuidas, mas, na ordem de sua apresentação, não guardando a ordem dos artigos do projecto que se discute; de modo que será muitissimo difficil dirigir a votação, mesmo colleccionar de momento todas as emendas referentes a cada um dos artigos. (*Muitos apoiados.*)

Parece-me, consequentemente, que o Congresso utilizará melhor o seu tempo, si consentir que a votação dessas emendas fique adiada para o tempo sufficiente de que a Secretaria precisa para completar o trabalho, que já iniciou, e redigir o

projecto, tendo ao lado de cada um artigo as emendas respectivas.

Esse trabalho poderá ser impresso, distribuído aos membros do Congresso, que terão um roteiro para guiarem-se na votação de cada uma das emendas. (*Apoiados.*)

Entretanto, esta é a ocasião de submeter á deliberação do Congresso a indicação que o Sr. representante Francisco Veiga offereceu na sessão de hontem.

S. Ex. apresentou a seguinte indicação:

“Indico que da Comissão Especial dos 21 seja tirada uma outra, composta do Presidente da mesma e de mais dous membros, de sua escolha, para encarregár-se da redacção final do projecto de Constituição, devendo a mesma Comissão, antes de votarem-se as emendas offerecidas em 2.ª discussão, dar seu parecer sobre quaes das emendas que, em seu conceito, devam ou não ser approvadas.”

Em relação á nomeação da Comissão Especial, parece-me que esta indicação está prevenida pelo Regimento. (*Apoiados.*)

O Regimento dispõe, no artigo 63, que terminada a discussão do projecto constitucional, seja enviado á Comissão Especial para redigil-o, de accordo com o vencido.

Mas o Sr. representante Francisco Veiga propõe que a Comissão seja tambem encarregada de examinar e dar parecer sobre as emendas. (*Não apoiados.*)

Submetto á deliberação do Congresso a indicação: si julga conveniente que as emendas vão á Comissão dos 21 para redigil-as, ou si satisfaz-se com o trabalho que a Secretaria póde preparar e coordenar para o distribuir com as emendas.

O SR. ROSA JUNIOR — Este alvitre é o melhor.

O SR. FRÓES DA CUNHA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, para que V. Ex. possa ficar inteiramente senhor do plano que todos nós desejamos seja adoptado para a votação das emendas, seria conveniente que V. Ex. mandasse fazer isso por uma Comissão, da qual V. Ex. fizesse parte. Creio que assim conseguiremos o nosso fim. Assim, V. Ex. poderá escolher dous membros do Congresso para fazerem parte da Comissão. Assim, pouparemos tempo, e o trabalho será completo.

Vem á Mesa, é lida, apoiada e posta em discussão a seguinte

Indicação

“O Presidente do Congresso e dous membros do Congresso por elle designados classificarão as emendas apresentadas em 2.ª discussão. — *Fróes da Cruz.*”

O SR. FRANCISCO VEIGA — Peço permissão para acrescentar alguma coisa ás observações que acaba de fazer o meu honrado collega. O meu intuito apresentando a indicação foi, pura e simplesmente, facilitar a votação do Congresso. Ninguém mais do que eu reconhece a capacidade e illustração de V. Ex. para dirigir os nossos trabalhos. Assim, não serei quem impeça que V. Ex. preste o seu concurso no seio dessa Comissão. Nestas circumstancias, não tenho a menor duvida em aceitar a modificação proposta pelo meu honrado collega, porque acredito que a Mesa preencherá perfeitamente

a fim que o Congresso tem em vista. Trata-se de uma votação que deve ser feita com a maior calma e reflexão.

O Sr. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) pede permissão para discordar dos honrados collegas que o precederam na tribuna.

E' este o motivo pelo qual tinha pedido a palavra.

Assim lhe parece que a Mesa é a mais competente para fazer este trabalho, sem dependencia de reuniões da Comissão, podendo convocar o Congresso para o dia em que elle estiver prompto, para o domingo até, si isto fôr possível (*Muitos não apoiados*), de modo que se possa apressar a solução do projecto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Peço licença ao Congresso para expor o seguinte:

O trabalho da classificação das emendas, como informei ha pouco, está apenas iniciado. O seu numero é muito superior a 600.

Esse trabalho está se fazendo agora, como se fez na 1.^a discussão, pelo director da Secretaria do Congresso, sob a minha fiscalização. (*Muito bem.*)

Actualmente, está assim iniciado; mas, segundo me informa o director da Secretaria, só poderá estar concluido amanhã, e á hora tardia.

Esse trabalho deve ser impresso e distribuido (*Apoiados*), e, portanto, para que tenha logar a classificação, a impressão, a distribuição, de modo que os Srs. membros do Congresso possam receber um exemplar, examinal-o e estudai-o, em-hora ligeiramente, não será possível proceder-se á votação com conhecimento de causa senão na segunda-feira. (*Muitos apoiados.*)

Consequentemente, si não ha opposição da parte do Congresso, marcarei o dia de segunda-feira para esse trabalho. (*Apoiados; muito bem; muito bem.*)

Fica, portanto, prejudicada a indicação do Sr. Fróes da Cruz.

O SR. MARCIANO MAGALHÃES (*pela ordem*) — Sr. Presidente e Srs. membros do Congresso, venho em nome da viuva, dos filhos e dos parentes do General Benjamin Constant, agradecer do fundo d'alma as provas de apreço e de grande acatamento á sua memoria.

Homenagens dignas do respeito do paiz, porque, sendo um tributo de justiça ao verdadeiro merito de um Cidadão que em toda a sua vida soube dedicar-se á causa publica, é, ao mesmo tempo, tambem, um grande exemplo para aquelles que procuram dar boas contas de si na sociedade. (*Apoiados; muito bem, muito bem.*)

Si o talento de Benjamin Constant, si o seu character, si as suas grandes virtudes cívicas, si os seus grandes serviços ao paiz, quer na guerra, quer na paz, impuzeram a confiança e a estima dos seus concidadãos, pela mesma forma o illustre Congresso soube corresponder á expectativa de todos os brasileiros, fazendo-lhe justiça.

UM SR. REPRESENTANTE — Cumpriu o seu dever.

O SR. MARCIANO MAGALHÃES — Peço a V. Ex. para consignar na acta este reconhecimento em nome da familia do finado, — reconhecimento que dirijo ao Congresso e dirijo tambem, ao Governo da Republica. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante será attendido.

Vem á Mesa a seguinte

Declaração

Declaro que votei a favor do requerimento, hoje feito, para encerramento da segunda discussão do projecto constitucional, por julgar-o debatido devidamente, proficientemente, no Congresso Constituinte.

Achava-me inscripto para tomar parte no debate, não porque tivesse a velleidade de illustrar-o, mas no intuito exclusivo de justificar, quanto em mim coubesse, emendas, que tive a honra de apresentar, no tocante á autonomia dos estados.

Sobreleva que, ante a preciosidade do tempo, subindo ella de ponto e elevado alcance no grande movimento deste seculo, para a Republica Brasileira, não me era licito adoptar outro alvitre.

Na impossibilidade da alludida justificação, limito-me á presente declaração motivada de voto — facultada pelo Regimento.

Sala das sessões do Congresso Nacional, 30 de janeiro de 1891. — *A. de Amorim Garcia.*

O SR. PRESIDENTE dá para 2 de fevereiro proximo a seguinte ordem do dia:

Votação do projecto de Constituição e das emendas respectivas.

Levanta-se a sessão á 1 1/2 hora da tarde.

45ª SESSÃO, EM 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Antonio Euzebio, Vice-Presidente

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Paes de Carvalho, Manoel Barata, Antonio Bacna, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodoreto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino de Oliveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapôr, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim do Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho.

Ennes de Sousa, Tasso Fragoso, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaquá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Lopes Travão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olynho, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Matta Machado, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Nascimento Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Carfaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira de Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Officica, Gabino Bessouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felishello Freire, Augusto de Freifas, Paula Argollo, Gonçalves Chaves, Americo Luiz Feliciano Penna, Viófi, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, Ferreira Rabello, Bruno de Paiva, Ferreira Pires, João Luiz, Barão de Santa Helena, Martinho Prado Junior, Bernardino de Camnos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvathal, Angelo Pinheiro Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Tosta, Seabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcelino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton Amphiphio, Dionisio Cerveira, Leonvildo Figueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peçanha, Urbano Marcondes, Manhães Parreto, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgílio Pessoa, Franca Carvalho, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Pulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marcelino de Magalhães, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Goufinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Gasparino do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Prudente de Moraes, Frederico Serrano, Generoso Marques, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, João Parbalho, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Conde de Figueiredo, Leonel Filho, Ferreira Brandão, João de Avellar, Cesario da Motta Junior e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Santos Vieira, Luiz Murat, Luiz Barreto, Antonio Prado, Padaró e Sampaio Ferraz.

E' lida, anoiada, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1º Secretario proceda á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Comunicação do Sr. Prudente de Moraes, datada de hoje, de não poder, por doente, comparecer á sessão. In-teirado.

O Sr. Aristides Milton — Sr. Presidente, no ultimo dia de sessão, quando se pediu o encerramento na segunda discussão do projecto constitucional, votei contra o requerimento, e fil-o por circumstancias muito especiaes.

Quiz apresentar uma declaração de voto conveniente-mente motivada, mas a Mesa allegou-me que ella não podia ser acceita, em consequencia dos estylos ultimamente adopta-dos. E, como tenho necessidade de que fiquem registradas nos annaes desta Casa, as razões por que assim me pronuncitava, aproveito o ensejo de achar-me nesta tribuna, para aquella declaração, que será concebida nos termos seguintes:

“Declaro que votei contra o requerimento, em que se propoz o encerramento desta 2ª e ultima discussão.”

Achando-me inscripto para ella, como já tinha estado para a 1ª, em que tambem foi votado o encerramento, muito antes de ficar exgotada a lista dos representantes que haviam pedido a palavra, não podia concordar em que de novo se pri-vassem de um direito respeitavel os membros do Congresso, com os quaes, me parece, a Mesa não foi bastante gentil.

Tanto mais quanto cuido que no momento actual seria mais prudente e justo que todos expuzessem francamente as suas opiniões, e firmassem de modo inequívoco as suas responsabilidades.

O que se viu, porém, foi que alguns occuparam a tribuna duas vezes e mais, quando outros, a despeito de solicitações repetidas, nem uma vez, ao menos, o puderam fazer.

ALGUNS SRs. REPRESENTANTES — Essa é a verdade.

O Sr. ARISTIDES MILTON — De minha parte, considerava como um dever augusto protestar altamente contra a organi-zação judiciaria, que o projecto do Governo Provisorio en-gendrou. Outros teriam deveres eguaes.

Em todo o caso, nas differentes emendas que assignei, ficam consignadas muitas das minhas idéas, em cuja expla-nação deixei, no emtanto, de empenhar-me, pelo motivo ex-pellido, de todo alheio á minha vontade.

Cumpria-me lavar este protesto, como explicação aos meus electores, e para conhecimento do meu paiz.

Era, simplesmente, o que tinha a dizer.

O SR. CANTÃO E OUTROS — Fez muito bem.

O Sr. Zama (*Movimento de attenção*) — Eu tinha resolvido commigo mesmo, Sr. Presidente, não occupar mais a tribuna nestes ultimos dias de sessão; mas ainda uma vez me convenci de que o homem publico não é senhor de sua vontade, e é obrigado a sujeitar-se ás circumstancias e aos acontecimentos.

Sr. Presidente, creio que a maioria de meus illustres col-legas leu hontem um numero da *Tribuna*, que foi distribuido na vespera, trazendo a data de 10 de janeiro. Ahi o redactor dessa folha faz uma minuciosa descripção, sob a responsa-bilidade de seu nome, dos acontecimentos que precederam o

deploravel ataque feito á liberdade de pensamento no edificio da typographia da *Tribuna*.

São graves, são muito sérias, as revelações feitas pelo cidadão Antonio de Medeiros. Já não são boatos de rua, para os quaes se devem ter ouvidos mecos; ao contrario: são factos narrados com todas as suas circumstancias, e que precisam ser explicados á luz da evidencia, por aquelles que se acham envolvidos nelles.

Em outro tempo, um acontecimento identico ou semelhante, traria verdadeira commoção social.

UM SR. REPRESENTANTE — No Rio de Janeiro houve uma revolução social, quando foi apedrejada *A Republica*.

O SR. ZAMA — Não se toleraria que os que occupavam altas posições politicas se mostrassem indifferentes, cruzassem os braços ao monstruoso attentado que encheu de consternação toda a cidade do Rio de Janeiro, inclusive o então Ministro da Justiça, o Sr. senador por S. Paulo, Campos Salles, que sentiu-se profundamente angustiado.

Posso dar testemunho ao Congresso do pezar profundo que se notava na physionomia do então Ministro da Justiça, que vi no edificio da *Tribuna* na noite daquelle triste acontecimento; S. Ex. sentia-se profundamente abatido deante daquelle facto por todos lamentado, verificado em pleno regimen da democracia e quando elle occupava a pasta da Justiça, elle, que, estou certo, tudo daria para que semelhante facto se não desse na sua administração.

Sr. Presidente, hoje cumpria, mais do que a outro representante, ao Secretario do governo dictatorial, vir explicar todos estes factos, referidos no manifesto do cidadão Antonio de Medeiros, que não lerei todo por não ter tempo, mas que peço licença para inserir integralmente no meu discurso, afim de ficarem nos *Anuaes* elementos, de que o historiador futuro necessitará para ajuizar dos acontecimentos que nestes 14 mezes se tem desentrolado, 14 mezes que tão dolorosamente temos atravessado.

Sr. Presidente, tem-se notado, e com razão que, por mais de uma vez, pessoas intimamente ligadas á familia do dictador tenham ido ao edificio da *Tribuna* impôr ao seu redactor que se afastasse do caminho que seguia, traçando normas ao seu proceder.

UM SR. REPRESENTANTE — E' mister que essa asseveração da *Tribuna* seja provada.

O SR. ZAMA — Sr. Presidente, o nobre collega, que sempre me honra com seus apartes, e eu muito os aprecio, sabe do dictado vulgar — «quem cala, consente». — Enquanto não se provar que a allegação do Sr. Antonio de Medeiros não tem fundamento, ella por força ha de permanecer de pé e nós devemos prestar-lhe credito; esta é a verdadeira doutrina.

Sr. Presidente, si os sobrinhos do dictador julgarem-se com o direito...

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex. tem provas de que foram os sobrinhos?

OUTRO REPRESENTANTE — Fosse quem fosse, era preciso que a administração tomasse este facto muito em consideração.

O SR. COSTA SENNA — Outrora não se avisou o redactor d'A Republica, que foi assallada, e não houve commoção social alguma. Hoje ha esse escrupulo...

O SR. ZAMA (*Depois de ler uma parte do artigo da Tribuna, sendo-lhe dados alguns apartes*) — Eu não conheço nenhum destes cavalheiros, meus senhores. (*Continúa a ler.*)

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex. tambem estaria disposto a derramar o seu sangue pela honra da sua familia. Isso, portanto, nada prova.

UM SR. REPRESENTANTE — E note-se que são officiaes de alta consideração.

O SR. ZAMA — Já repeti ao nobre representante que não tenho a honra de conhecer estes officiaes, que não faço delles juizo nem favoravel nem desfavoravel; apenas refiro factos noticiados sob a responsabilidade do Sr. Antonio de Medeiros, factos que não foram contestados.

UM SR. REPRESENTANTE — Ha factos que não merecem contestação.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Quem affirma é obrigado a provar. (*Ha outros apartes*)

O SR. ZAMA — Ouçam-me e vejam que estou fallando com calma, sem paixão, sem pensamentos reservados.

Si com effeito esses factos não se deram, si estes Srs. officiaes não commetteram essas faltas, que a alguns podem até parecer um attentado flagrante, mas que por outros poderão ser apreciados de modo diverso, ainda discutir eu nesta tribuna esta questão lhes dá valvulas para elles desfazerem os boatos que porventura se tenham levantado a tal respeito; só lhes presto, pois, um servico, si elles estão realmente isentos de culpabilidade. Mas a cousa não parou nisto sómente.

A Tribuna noticia outros factos; noticia que fôra seu redactor avisado de que tinha sido expedida ordem de prisão contra elle, quando ainda era chefe de policia o Sr. Dr. Sampaio Ferraz, nosso illustrado collega, e Ministro o Sr. Dr. Campos Salles. Mas essa ordem de prisão não partiu da policia nem do Ministro, e, por circumstancias que não posso referir neste momento, não foi executada; e ha ainda a circumstancia de haver deixado a chefia de policia o Sr. Sampaio Ferraz, cujos servicos parece que ninguém contestará na administração policial.

Ha ainda o seguinte facto: no dia 29, ás 4 horas da tarde, o Sr. Antonio de Medeiros recebeu aviso de que a sua propriedade ia ser assallada naquella noite. O Sr. Antonio de Medeiros teve um procedimento que ninguém taxará de incorrecto; dirigiu-se immediatamente ao marechal dictador, primeira autoridade, em quem elle tinha confiança.

UMA VOZ — Devia ir procurar a policia (*Apoiados e outros apartes do mesmo teor.*)

O SR. ZAMA — Quem póde ir ao alto, vai logo ao ponto principal.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas quem é o competente para tomar as medidas de precaução é o chefe de policia. (*Ha outros apartes*).

O SR. ZAMA — Bem; mas procurou o general Deodoro, e este não se declarou incompetente, não lhe respondeu — dirige-se á policia; pelo contrario, tendo dirigido uma carta ao generalissimo, recebeu resposta, tranquilizando-o com a declaração de que estavam dadas todas as providencias. Eis o teor da carta e a resposta (*Lê*):

(*Trocem-se muitos apartes; o Sr. Presidente reclama attenção.*)

Seria uma fineza enorme dos meus illustres collegas não me interromperem tão repetidamente.

Historiar não é discutir, e as interrupções quando se expõem factos, só servem para que os ouvintes não comprehendam bem o alcance desses factos. (*Apoiados. O Sr. Zama continúa a ler.*)

E, neste ponto, Sr. Presidente, ainda o cidadão Antonio de Medeiros tinha toda a razão; porque desde que nós estávamos em um regimen dictatorial, o dictador podia dar remedio a tudo (*Apoiados*) independentemente da intervenção de quaesquer autoridades. (*Apoiados. Continúa a leitura.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Isso é muito sério.

O SR. ZAMA — Ora, Sr. Presidente quem, como Medeiros, fazia do caracter do chefe do Governo Provisorio o melhor juizo, quem confiou tanto na sua lealdade, e no cumprimento de sua palavra, teve dentro de pouco tempo de ver assaltada a sua propriedade por uma malta de sicarios; e o que mais é, diz elle que viu, que reconheceu á frente desses sicarios um coronel do exercito brasileiro, o coronel Piragibe. (*Ha alguns apartes.*)

Ora Sr. Presidente, não é a primeira vez que a imprensa faz estas allegações; já *A Republica*, de Campos, havia apontado o nome desse coronel, a quem tambem não conheço, como o principal promotor do attentado da *Tribuna*.

Pergunto aos officiaes que se sentam nesta Casa, os que prezam a honra militar, qual seria dalles o que sob o mais leve indicio, sob a mais leve accusação, não tratasse logo de vir justificar-se e provar ao publico que não tinha tido parte nenhuma em semelhante crime? crime tanto mais grave, porque não se limitou simplesmente á destruição de mesas, de tinteiros, etc., mas foi mais além, foi até ao roubo, porque desappareceram dous contos e trezentos mil réis; foi até ao ferimento e mais do que isto, foi até ao assassinato, porque lá está jazendo no seio da terra o desditoso Romariz, deixando na orphandade cinco crianças, para as quaes nós devemos ter lagrymas de profunda compaixão.

O SR. JACQUES OURIQUE — E V. Ex. suppõe capazes desta infamia officiaes do exercito? (*Muitos não apoiados.*)

O SR. CARLOS GARCIA — Elle não disse tal cousa. (*Apoiados e outros apartes no mesmo sentido.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Elle não disse tal cousa; isto é inverter tudo o que elle está dizendo.

O SR. ZAMA — Perdoem-me, Senhores, o illustre coronel que me honra com o seu aparte não interpretou o meu pensamento.

Deus me livre de querer lançar uma injúria sobre o exército brasileiro, ao qual também me sinto ligado por laços que me são caros ao coração.

O que sinto é que tenha podido haver uma accusação a um membro deste exército, e que essa accusação não tivesse sido immediatamente destruída pelo accusado.

O SR. JACQUES OURIQUE — Mas trata-se disso a o processo está em caminho.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas esse inquerito já está se demorando muito. *(Ha outros apertes.)*

O SR. ZAMA — Sr. Presidente, as defezas não se fazem sómente nos tribunaes judiciarios.

Ha questões em que o pundonor individual leva, immediatamente, o cidadão a revoltar-se contra os boatos, contra as noticias, que se espalham, em detrimento de sua dignidade. *(Apoiados.)*

O SR. COSTA JUNIOR — Muito apoiado, Sr. Zama; isso causa tristeza.

O SR. ZAMA — E desde logo, ainda quando a imprensa não tivesse tocado em tal questão, cumpria a esse official destruir os boatos que se lançavam nas ruas e nas praças desta cidade.

UM SR. REPRESENTANTE — Por honra sua.

O SR. PERNAMBUCO — Por honra de sua classe.

O SR. ZAMA — ...por honra da classe a que elle pertence.

Senhores, si eu for accusado de um crime infamante como membro deste Congresso, antes que o juiz togado tenha de pronunciar-se sobre a minha sorte, o meu dever, por honra da corporação a que pertença, é immediatamente procurar mostrar-me acima dessa accusação, para que os meus collegas nem por breve espaço de tempo possam olhar-me atravessadamente.

Ha, Sr. Presidente, posições que obrigam um homem a ser como a mulher de Cesar; não basta que seja honrado, é preciso que nem ao menos seja suspeitado de não sel-o. Nesta posição está o general Deodoro, nesta posição está o official do exército accusado, estão todos os de sua familia. *(Apoiados.)*

Senhores, serei o primeiro a rejubilar-me, si vir que o poder publico de meu paiz não tem a menor cumplicidade neste negocio *(Muito bem)*; serei o primeiro a bater palmas, si reconhecer que os galões de um official superior do nosso exército não se marearam por um crime, que infamaria mesmo o sicario da estrada, acostumado a derramar sangue para disso colher proventos pecuniarios. *(Apoiados.)*

Não ha no que digo a menor injúria ao exército; eu não seria capaz de fazel-o, e a minha linguagem é a que teria qualquer destes corações nobres desses moços que se sentam aqui entre nós e que tem o pundonor militar como o primeiro dos deveres da sua posição. *(Apoiados; muito bem.)*

O SR. COSTA JUNIOR — E si algum official desceu tanto, deve ser punido, por honra do exército. *(Apoiados.)*

UM SR. REPRESENTANTE — Devem ser punidos todos os criminosos.

O SR. ZAMA — Sr. Presidente, digam o que disserem: o que não se pôde occultar, porque não se tapa o sol com as mãos, é que um grande attentado foi aqui commetido; esse attentado teve autores; sobre esse crime abriu-se um inquerito policial, que se fez em segredo de justiça; sobre elle depuzeram testemunhas, entre as quaes Antonio de Medeiros; o que este disse na sua imprensa deve estar escripto nos autos; outras testemunhas provavelmente, disseram a mesma cousa.

Pergunto eu: Por que é que nada se tem feito? Por que é que todos os dias a opinião publica indaga onde paíra o inquerito sobre attentado da *Tribuna*?

Não, senhores, isto não está direito; é preciso dar uma satisfação ao paiz inteiro e aos povos civilizados, que devem sentir-se tomados de espanto por este attentado, que não pôde deixar de ser muito desfavoravelmente commentado sob o regimen republicano, sob o regimen democratico, que consigna como dogma sagrado a plena liberdade do pensamento humano.

O SR. PRESIDENTE — Observo ao nobre representante que a hora está finda.

O SR. ZAMA — Ainda hoje um orgão de publicidade, criterioso e respeitado, o *Correio do Povo*, fez considerações sensatas a este respeito, e ainda outro, si bem que veladamente, a *Gazeta de Noticias*, que tambem tem criterio e independencia, declarou muito solemnemente que a opinião não estava satisfeita e esperava que o poder publico cumprisse o seu dever.

Pois, senhores, eis o meu fim. Não podemos querer outra cousa, tanto mais quanto é necessario que eu dê noticia de outros factos.

E' preciso que o Congresso saiba que os attentados continuam, que ainda na noite de ante-hontem, Oscar de Macedo, redactor do diario *Rio de Janeiro*, levou um tiro em Nitheroy.

Senhores, isto é demais!

Pois ha de se resolver tudo á bala, á navalá e a cacete?

O SR. OLIVEIRA PINTO — Mas quem viu isso?

O SR. ZAMA — Posso citar uma testemunha, o nosso collega Fróes da Cruz, porque o facto deu-se nas proximidades de sua residencia.

Ora, Senhores, pretender-se Republica democratica, dizer que se quer fundar a liberdade, quando os homens da imprensa são lançados em prisões, levados a bala e a punhal, deixando-os á mercê dos sicarios, é uma cousa revoltante.

O SR. DEMETRIO RIBEIRO — Apoiado.

O SR. ZAMA — E' uma cousa tristissima que eu, que sou republicano de hoje, não quero e nem devo permittir para a minha patria. Factos desta natureza não hão de passar sem o meu protesto.

Senhores, o nosso digno Presidente já fez-me sentir que a hora achava-se exgotada. Eu sou escravo da lei, porque não quero ser escravo de homens. Portanto, vou terminar, decla-

rando que não quero outro cousa senão que a lei villipendiada seja cumprida em toda a sua integridade, e solemnemente desaffrontada. Não quero outra cousa senão que este Congresso vá ao encontro da opinião publica e com ella se abraço e fraternize.

UM SR. REPRESENTANTE — De outro modo não valia a pena para a Republica.

O SR. ZAMA — O que desejo é que façamos todos os esforços junto a este governo, para que factos como o de 29 de novembro não se reproduzam, nem fiquem impunes.

Para esse fim vou enviar á Mesa uma moção, que espero seja immediatamente votada e approvada. (*Lê a moção. Muitos apoiados; muito bem.*)

(O artigo da *Tribuna*, citado pelo orador, é o seguinte:)

«*A Nação Brasileira* — Devo toda a verdade ao meu paiz, e nenhuma consideração, por mais grave que ella seja, demover-me-á do que considero cumprimento stricto de dever.

Iniciando a publicação d'*A Tribuna* em 1 de julho de 1890, sabia de antemão os perigos a que me expunha.

Só e desajudado ao principio, rodeado apenas por um bloco de operarios patriotas, que commigo sempre compartilharam a parcimonia e os sacrificios da vida proletaria; tendo sido obrigado a romper laços de amizade cimentada nos duros dias das provanças, coube-me a ventura de em pouco tempo ver-me rodeado por um grupo de verdadeiros patriotas, que desinteressadamente vieram alentar-me com o auxilio de suas luzes e com a fé em melhores dias para a nossa Patria.

Desde o primeiro dia d'*A Tribuna* a junta revolucionaria que discrecionariamente dirigia e dirige os destinos de nossa terra, sentiu e comprehendeu que tinha um fiscal vigilante, que não esmorecia em analysar-lhe os actos, e não se detinha em considerações de conveniencias mal entendidas para profligal-os com energia, mas polidamente.

Ao poder certamente não sorria a impertinencia deste orgão da opinião publica, que vinha levantar o espirito dos brasileiros e mostrar-lhes que o governo illegal mais illegal se tornava com as attribuições legislativas que a si mesmo se conferira, e de que abusava abertamente, e com a pessima direcção, que imprimia aos destinos de nossa Patria, mais desgraçada hoje do que jámais o esteve.

Na vigencia dos decretos de 23 de dezembro de 1889 e de 29 de março de 1890 fui obrigado a ter uma conferencia com o chefe de policia interino, que ameaçou-me de prisão, si *A Tribuna* persistisse em atacar o governo revolucionario com a costumada vehemencia.

A resposta, que então dei á autoridade policial, é bem conhecida, para que neste momento eu a reproduza por inteiro.

Nunca me arreceei nem me arreceo do julgamento de um tribunal, por exclusivamente marcial que elle seja constituído, porque de antemão sei que, por mais rigoroso que elle se mostre, sob as fardas e sob os galões pulsará sempre o coração brasileiro, generoso, são, justo.

Promptificando-me, pois, a sujeitar-me ás penas da lei de excepção e afastado o incidente policial, cobrei novo alento e voltei a mourejar com os meus amigos, afim de ver si con-

seguíamos, pela nossa tenacidade, pelo nosso estudo, pelo nosso sacrifício, encaminhar a reconstrução da Pátria pela vereda única dos povos reservados a um grande logar na História — a honestidade, a tolerância e o patriotismo.



Intervindo com todo o desassombro nas multiplas questões que ha seis mezes teem assoberbado o espirito nacional, discutindo-as á luz do seu criterio — que pôde ser erroneo, mas que é puro — A *Tribuna* enfrentou com dous grandes problemas:

- a) o financeiro;
- b) o tratado das Missões.

O primeiro que respeita ao futuro e ao credito do Brazil tem sido estudado á luz dos actos do Sr. Ministro da Fazenda, e S. Ex., mag grado seu, de nossos artigos tem haurido ensinamentos e muitas vezes ha retrocedido da primeira intenção.

Ninguém imagina os males que o Sr. Ministro da Fazenda têm causado ao Brazil, e os effeitos dos desastres por S. Ex. accumulados só por muito pouco se teem feito sentir até agora.

Inapto para dirigir as finanças da Pátria, o Sr. Ministro ha accumulado sobre toda a sociedade brasileira uma revoadada de desastres, impossiveis de conjurar, e que fatalmente estarão dentro de muito pouco tempo.

O successor de S. Ex. ver-se-á forçado a decretar novos e pesados impostos e a contrahir grandes e onerosos empréstimos — porquanto impossivel lhe será continuar no declive das emissões de papel-moeda, ainda mesmo clandestinas.

Então todos darão razão á insistencia da *Tribuna*.

Até este momento S. Ex. tem tido a *chance* neste abjurar constante de theorias e neste renegar de doutrinas chocalhadas em opposição, de lançar mão de expedientes, que mais avolumam a catastrophe.

Neste, como em todos os outros pontos, A *Tribuna* cumpriu sempre o seu dever de órgão da opinião publica, pois estudando as medidas decretadas pelo Sr. Ministro da Fazenda, salientou-lhes os desacertos, indicou a S. Ex. repetidas vezes a boa doutrina, e defendeu os interesses da Nação Brasileira.

S. Ex., porém, está riquissimo, e a catastrophe imminente superal-a-á S. Ex. a pé enxuto, amornado nas pellucias das raposas azues ou das martas boreaes, mais custosas do que o ouro das nossas minas.

O povo, este pobre povo, que roube aos filhos o pão e á esposa as poucas alegrias que lhes proporcionava enquanto nas suas carruagens juvenescas S. Ex. affronta a pobreza e a miseria publica e que diga bem alto o que ora murmura:

— Esta republica é o pilha!

O tratado das Missões é uma odysséa de tristezas e de tergiversações, indigno do povo brasileiro.

Começou pe'a fraqueza estentosa do nosso Ministro das Relações Exteriores, que foi ao Rio da Prata levar em uma salva, como um pagem mediévo, o auto de doação de grande parte do territorio nacional, e veiu esbarrar-se na muralha gélida do silencio, que ainda não é o epilogo dessa desaggre-

gação do territorio nacional, mas que já é o indicio do des-acerto.

Bem sei que o tratado de Montevideo ha de ser approvado por grande maioria pelo Congresso, que está reunido na antiga Quinta imperial!

Os preparatorios para a homologação desse acto; as grandes concessões feitas para esse fim; o empenho, a cabala, o grande argumento das conveniencias politicas — tudo o está indicando.

Em todo o caso, e como o ultimo esforço de naufrago que se apegá á esperanza de uma illusão, *A Tribuna*, sem louçanias de estylo nem tropos de selectas expressões, tem aprofundado o assumpto de modo tal, com uma isenção politica tão elevada, que de todos os estados ha recebido as mais sinceras e as mais patrioticas felicitações.

Informando, elucidando os membros do Congresso, ella não ha poupado canceiras para evidenciar-lhes que a sanção desse tratado anti-patriotico é, além de um erro, a incidencia na cumplicidade de um crime lesa-patria.

Protestar contra a sua approvação é e será dever de todo o brasileiro.

Preoccupada com este e outros assumptos de grave relevancia, nunca se immiscuiu *A Tribuna* em negocios militares senão para defender os soldados dos castigos corporaes que lhes eram inflingidos por ordem superior e contra lei expressa.

A situação singular do nosso paiz indicava-me que neste ponto devia *A Tribuna* ser exclusivamente a mais cauta possivel.

A situação é, e será por muito tempo ainda, exclusivamente militar.

Factor da revolução de 15 de novembro do anno passado, perdurará por dilatados annos o predominio dessa classe, e debalde serão todas as tentativas para arrancar a nossa infeliz Patria do jugo inexoravel dos brasileiros armados em virtude da lei e pagos com o producto dos impostos arrecadados em toda a Nação.

Todos quantos andam bem informados não ignoram que varias tentativas teem sido feitas para que a Dictadura seja acclamada no Brazil, e, si no dia do primeiro anniversario do evante não o foi, deve-se isso á resistencia da briosa mocidade, que faz da Patria um culto e não os degrãos da esca-da que conduz á tyrannia e á caudilhagem.

O predominio militar na actualidade não abrange, porém, a collectividade marcial, como talvez se possa ainda suppôr.

As idéas, nesse ponto desconnexas, convergem em grande parte para o mais franco e para o mais horriavel cesarismo.

Vai o Brazil ficar sujeito por muito tempo á irresponsabilidade de facto da dictadura permanente.

Desse facto nem só as classes illustradas estão convencidas.

Os proprios ministros de Estado, nivelados á condição de titeres governamentais, vêm com assombros de impotencia e com remorsos de terror, verdadeiros galés do patriotismo, approximar-se o instante supremo, em que as suas utopias de uma republica séria, democratica, federal, conservadora, digna de nós e do nosso tempo, começarão a desmoronar-se

com fragor tetrico e sinistro, sem que elles possam salvar-a do naufragio e da destruição!

Impotentés para reagirem, prisioneiros do patriotismo, coactos, amarrados moralmente, procuram talvez no acaso, que o futuro sempre guarda, a solução providencial desta desoladora conjunctura!

Nada conseguirão, e o futuro dirá si neste momento não encaro com verdade e com infieira a atrocidade desse assassinio da democracia brasileira.

Coadjuvando o estabelecimento da Republica no Brazil, olvidaram-se os republicanos de que esta fórma de governo é incompativel com o cesarismo, e que, na lucta, este ha de ser o primeiro a vencer, porque é a força, e esta, uma vez de posse do poder, não o largará senão por um cataclismo, que virá inevitavelmente — ninguém o duvide.

Este, não o produzirá o povo brasileiro exclusivamente, e por infelicidade de nossa Patria!

Pugnando, assim, pela grandeza da Patria commum, nunca tentando explorar os serios e reaes desgostos de grande parte, senão da maioria do exercito, que assiste aborrecidissima á subida rapida e vertiginosa de alguns, com preterição de meritos e serviços comprovados de mais de dous terços, *A Tribuna* jámais se arreceou de ataques ou coacção material ao seu direito, á sua liberdade, á sua fé patriótica.

Por muitas vezes conheci de tristes novas de ataques e destruição, e só em 14 de novembro á noite, pelas instancias dos participantes, julguei-me obrigado a comunicar ao ex-chefe de policia desta capital, Dr. Sampaio Ferraz, o que me chegava ao conhecimento.

Essa autoridade, ao que me consta, incumbiu o Sr. 5º delegado Monteiro Manso de dar as precisas providencias para obstar a depredação.

Si o Sr. Manso cumpriu o seu dever, não o posso assegurar, porque dias depois, ao encontrar-se commigo, por acaso, na rua do Ouvidor, disse-me, gracejando, que eu andava a euxergar espectros e avantesmas e que ficasse tranquillo, que nada haveria contra a folha de minha propriedade.

Surpreso pelas seguranças que me proporcionava o Sr. delegado de policia, insisti nos meus receios e cheguei a indicar-lhe a residencia de um dos denunciantes da noite de 14 de novembro, solicitando instantemente de S. S. o interrogasse e agisse como lhe cumpria.

Nunca mais procurei o Sr. Manso, nem ouvi fallar delle, não tendo aliás observado providencia alguma da parte de S. S.

Passaram-se os dias, e creio que a 24 ou 25 recebi o ultimo numero da *Revista de Portugal*, excellente publicação dirigida pelo notavel escriptor Eça de Queiroz.

Nesse numero, de pags. 74 a 120, vem inserto notavel artigo intitulado *Praticas e theorias da Dictadura republicana no Brazil*, assignado por *Frederico de S.*, pseudonymo que occulta o elegante escriptor brasileiro Dr. Eduardo Prado, ha bastantes annos residente em Paris.

Resumindo os insuccessos politicos de nossa Patria depois de 23 de junho, data da publicação do 1º projecto da Constituição, o Sr. Dr. Eduardo Prado, *fundando-se, unicamente, em factos publicados por folhas brasileiras* e em actos da Dictadura, critica-os com espirito e com ironia, tirando delles as lições que o seu patriotismo lhe suggere.

A transcrição desse artigo assanhou todos quantos mal entendem que dizer-se a verdade sem insultar offende os icolos que o bamburrio de um acaso collocou no apice da pyramide social.

Que a *Revista de Portugal* publique quantos artigos escrever *Frederico de S.*, e que elles sejam enviados ao Brazil por muitos milheiros — pouco importa!

A *Tribuna*, porém, é vedado, sob pena de espancamento, de morte, de prisão e arrasamento, transcrever os em suas columnas e, portanto, vulgarizal-os.

A inconsequencia desse procedimento do poder é bastante visivel para que eu me demore em saliental-o perante os meus concidadãos, cumprindo-me sómente registrar que as livrarias estrangeiras que vendem aqui a *Revista de Portugal* nunca foram incomodadas por esse facto — naturalmente pórque os seus proprietarios são filhos de poderosas nações, que se apressariam, certamente, em tomar severas contas das violencias praticadas contra seus subditos per ordem do poder.

Lobo entre cordeiros — nada mais!

Iniciando a transcrição do artigo do Sr. Dr. Eduardo Prado, demorei-se ella, por absoluta carencia de espaço, por quatro ou cinco dias, durante os quaes não recebi aviso algum — *como era de costume*.

E vem a pello dizer aos leitores d'A *Tribuna*, e ao Brazil em geral, a humilhante contigencia em que se encontra, neste inclassificavel regimen, a missão da imprensa opposicionista.

No desempenho dos deveres de jornalista anti-governista, tive o ensejo de receber *trez intimações pessoais* de sobrinhos do Sr. generalissimo Deodoro da Fonseca, que vieram impôr-me silencio, em nome do senhor seu tio ou em seu proprio nome de successores presumptivos.

A primeira visita foi feita cerca de 9 horas da noite de 18 de dezembro de 1889, pelo então Sr. capitão e hoje tenente-coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão, que veio prohibir á *Tribuna Liberal* a menor noticia sobre os tristes acontecimentos desse dia, em que, devem todos estar lembrados, corporizou-se o mytho do homem de chapéo de Chile, barbado e bonito.

Com o meu collega de redacção repliquei ao Sr. capitão que a sua ordem não seria cumprida, não só pelo nosso dever e honra, como porque do gabinete do Sr. Benjamin Constant, Ministro da Guerra, recebemos carta explicando os factos que estavam aterrorizando a população do Rio de Janeiro.

E assim o fizemos — verdade é que correndo o risco de sermos degradados para Fernando de Noronha.

Na segunda missão foi portador o Sr. Tenente-coronel Hermes da Fonseca, que interveiu, por ordem do senhor seu

lio, na ridicula questão dos alamares mandados arrancar aos cocheiros de um carro de casamento.

Tomei a intimação de Sr. Tenente-coronel como uma rectificação, e nos *Saipicos* acceitei o que me dissera o futuro Marechal, como explicação que nada explica nem atenua, antes grava o objecto que se quer justificar a todo o transe.

A terceira visita foi mais seria.

D'A *Republica*, de Campos, redigida pelo meu velho amigo Pedro Tavares, ex-governador do Maranhão, transcreveu A *Tribuna*, na secção *Conversemos*, um espirituoso artigo intitulado *Falla do Throno*, e o Sr. major Clodoaldo da Fonseca, sobrinho do Sr. generalissimo Decdoro, julgou, sem haver lido toda a secção, que a dita *Falla* era nossa, como lhe informaram máos amigos.

S. S., ao entrar no escriptorio d'A *Tribuna*, exigiu que lhe dissesse qual dos meus collegas era o autor da *Falla* — “pois todos os sobrinhos do Sr. marechal Deodoro (textual) estavam dispostos a derramar o seu sangue em defesa dos brios e da honra de sua familia”.

— E' muito justo, respondi-lhe eu, tal attitudo da parte de V. S. Vamos, porém, ler toda a secção *Conversemos*, e V. S. verá que não tem razão e que A *Tribuna*, em vez de endossar o artigo, antes pelo contrario...

Acquiesceu o Sr. major; lemos o artigo, e S. S. ficou convencido de que os amigos que o haviam incitado não o fizeram de boa fé.

E como uma sympathia natural me impellia para o joven sobrinho da Dictadura, confabulámos longamente, atrevido-me eu até a dar-lhe amigaveis conselhos.

— Sr. major, disse-lhe eu, a posição de V. S. e de todos os seus é muito especial. Alvo de geraes olhares, mira de muitos olhos, os innumeros parentes da Dictadura tem, no fastigio em que se acham, a obrigação de ser moderados e tolerantes, porque, si alguma catastrophe houver, não tendo VV. SS. sido tolerantes, não poderão esperar dos que espinharam nem moderação, nem justiça. A vertigem do poder não deve deslumbra-los por tal fórma que não se lembrem de que sempre ha um dia depois do outro. Isso que hoje julgam irreverencia do senhor seu tio e parentes é cousa muito insignificante para ser castigada tão severamente como imaginam V. S. e os seus.

— O poder não tem tido para mim encantos, retorquiu-me o Sr. major, e o meu ardente desejo é... recolher-me á vida privada.

Depois de mais algumas palavras separamo-nos, acompanhando eu o sympathico meço até á escada, e despedimo-nos jovialmente.

Do Sr. Severiano Hermes, secretario do Sr. Alvim, não recebi visita alguma, mas, por dever de officio, vi-me obrigado a occupar-me de sua sobrinheza, que andou e talvez ande praticando estroinices, toleraveis em um rapaz qualquer, mas não em um sobrinho da Dictadura.

Nos nefandos tempos do monarchia, A *Republica*, dirigida pelo Sr. Quintino, não poupou o principe Felipe de Bourbon, sobrinho do Imperador, que desde então ficou conhecido pelo Cadete Felipe, de pandega memoria.

O dever de jornalista, neste regimen que a liberdade es-

píritual é castigada a tiros de revolver e a golpes de navalha, obrigou-me a simples referencia ao ex-official de gabinete do Sr. Cesario Alvim.

A 27 ou 28 de novembro tive noticia de que o Sr. ex-chefe de policia, Dr. Sampaio Ferraz, recebera ordem de me prender, e de que sobre tão grave incumbencia tivera longa conferencia com o Sr. Campos Salles, Ministro da Justica, que tambem se oppuzera ao cumprimento desse ukase, visto que entendia ser isto um desacerto injustificavel, e tanto maior quanto os decretos de 23 de dezembro e 29 de março haviam sido recentemente revogados.

A demissão do Sr. Sampaio Ferraz, as seguranças, que então tive, de que a ordem de prisão fôra transformada em um assalto, tudo isso me impressionara, como é de ver.

No dia 29, cerca de 4 horas da tarde, recebi aviso positivo de que o ataque á *Tribuna* se effectuaria ás primeiras horas da noite.

Sem perda de tempo chamei o meu companheiro de trabalhos e amigo Sr. Carlos Verran, e escrevi mais ou menos a seguinte carta ao Sr. generalissimo chefe do Governo Provisorio:

“Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1890 — Exmo. Sr. Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil — Sei que hoje á noite vae ser assaltado o edificio d'A *Tribuna*, e destruido tudo quanto nelle se encontrar.

“Não tendo absolutamente confiança alguma na autoridade policial, recorro a V. Ex., que é a summa autoridade.

“Sou de V. Ex. attencioso venerador — Antonio de Medeiros, redactor d'A *Tribuna*.”

Recebida a carta, partiu em um tilbury o Sr. Carlos Verran, que foi visto entrar no palacio Itamaraty, por quasi todos os *reporters* que ali se achavam então.

Procurando fallar ao Sr. generalissimo, afim de entregar-lhe pessoalmente a carta, que levava a nota *muito urgente*, levei que entregal-a ao Sr. coronel Lobo Botelho, um dos muitos ajudantes do Sr. chefe do Governo Provisorio, e esse cavalheiro passou-a instantes depois ao seu destinatario.

Insistindo o Sr. Verran para ser ouvido do Sr. generalissimo, foi admittido á presença de S. Ex., que mandou-o sentar-se e disse-lhe, depois de ler a carta:

“— Diga ao Sr. Medeiros que pôde ficar tranquillo, que nada succederá. JA' DEI TODAS AS PROVIDENCIAS, e elle esteja descansado. Quem, porém, devera ter vindo cá era elle...”

— Si V. Ex. quer, respondeu-lhe o Sr. Verran, elle virá e hoje mesmo.

“— Não, basta que venha amanhã, concluiu o Sr. Generalissimo.”

Minutos depois era-me essa resposta transmittida pelo meu companheiro e amigo, que compartiu do modesto jantar que estava á minha mesa.

Julguei-me, á vista desta resposta segura e precisa do Sr. chefe do Governo Provisorio, desobrigado de qualquer resguardo ou resistencia,

Todos estes luctuosos successos, entretanto, não se teriam dado, si o Sr. generalissimo chefe do Governo Provisorio não me houvesse mandado assegurar que nada succederia.

Fôra duvidosa a resposta de S. Ex., QUE CONHECIA provavelmente OS AUTORES DO ATTENTADO, e eu suspenderia incontinenti, por julgar-me coacto, a publicação d'A *Tribuna*, sem dar lugar á violencia, á liberdade de pensamento, que todos suppunham garantida pela lei e pela autoridade.

A violencia que foi praticada contra A *Tribuna*, e por meio da qual tentou-se abafar a liberdade espirital, destruindo-se pelo assalto todo o seu material e a vida de um chefe de familia, é um phenomeno tellurico-moral de facil apprehensão.

A situação actual do Brazil é a mais desgraçada para todos quantos teem brio, dignidade, patriotismo.

Desde que o poder não tem força moral, e só se pode fazer respeitado pela violencia material ou pela corrupção escancarada, esse poder está irremessivelmente perdido, e, como no solo vulcanico da Sicilia, os Malacubas hão de irromper e de sepultar nas suas ondas pastosas os dominadores e os seus janizaros.

Soffrear a liberdade de pensamento é um erro crasso, e só praticam os ignorantes e os conscientemente criminosos.

A plethora de poder, que neste momento ostentam os donos desta terra, ha de degenerar na mais profunda das misérias organicas.

Que delicto pratiquei eu no exercicio da profissão de jornalista?

Fui um opposicionista injusto?

Não; não o fui, diz-me a consciencia, porque ser vehemente não é ser injusto.

Si os artigos que A *Tribuna* publicava eram desconnexos, illogicos, caluniantes, que fazia a imprensa governista que não os pulverizava com a verdade e com os factos?

Nunca nos recusamos, eu e meus companheiros, a tergar com os collegas as armas da discussão, e sempre soubemos retribuir-lhes gentilezas com outras não menos cavalheirasas.

Mas o caso é muito outro, e cumpre-me dizel-o sem rubor.

Em sua critica e em seus debates A *Tribuna* estribou-se sempre na verdade dos factos officiaes, e, posso reiteral-o com desvanecimento, nem uma só vez foi desmentida.

A verdade, porém, nestes tristes dias, incommoda e importuna, e o vulgarisal-a é incorrer em penas materiaes e arbitrarías, indignas de um povo livre.

Tacitamente, é preciso confessal-o, está em vigor a lei que prohibe dizer a verdade e analysar os actos publicos do poder — por mais onerosos que elles sejam á Nação e por mais escandalosa que se ostente a fórma que elles revistam.

Nestas condições, a missão da imprensa é embaraçosa, e o jornalista não será mais o orientador de seus concidadãos.

A liberdade, de tangivel que era e que deve ser, transformou-se em uma miragem desconsoladora, e só se enganará quem o quizer.

Ey não.

Tinha a obrigação de confiar na lealdade, no cavalheirismo, na força moral da primeira e unica autoridade do meu paiz, a qual me dava a sua palavra de que nada aconteceria do que se premeditara.

Poderia eu, á vista de tal resposta, ter o direito de duvidar da efficacia da acção dessa autoridade, a mais elevada do Brazil?

Não; não o tinha, porque então, si a primeira autoridade nada valia, de que valeria a minha resistencia, por mais vigorosa que ella fosse?

Confiei, e acreditei sinceramente na palavra do Sr. Generalissimo chefe do Governo Provisorio, e tão sincera foi a minha creença, que não preveni a um só dos meus companheiros nem tampouco a qualquer das visitas que costumam á noite vir discretar na sala da redacção d'A *Tribuna*.

— Em todo o caso, disse eu ao caixa, Sr. Martins, antes de saber da resposta do Sr. generalissimo: ás 6 horas da tarde mande fechar as portas d'A *Tribuna*, e na do corredor colloque os porteiros, com ordem de deixar penetrar unicamente empregados e amigos.

O caixa, porém, que soubera da resposta do Sr. chefe do Governo Provisorio antes da minha volta — ás 7 horas da noite — lambem confiou nella, e, como era dia de pagamento, foi fazer o seu trabalho de contar o dinheiro necessario para as férias dos operarios.

O gerente, o Sr. Caldeira, que lambem soube das seguranças do Sr. generalissimo, insistiu com o caixa para mandar abrir todas as portas — lancha era a sua confiança na lealdade, no cavalheirismo e na efficacia da resposta que me fôra transmittida.

Às 7 1/2 da noite comecei a rever as provas de alguns editoriaes, e nesse trabalho achava-me entretido quando ouvi apitar e, chegando á janella, vi grande movimento na rua.

Recebido por uma descarga de revolvers de campanha, comprehendí logo que estava sendo assaltada A *Tribuna*.

Incontinenti dirigi-me ao corredor para fechar a porta da escada e apagar o gaz, mas ahí fui agredido por fircs e caratadas, e mal tive tempo de fechar uma porta e prevenir alguns companheiros.

O que se seguiu é inarravel.

Divididos os assaltantes em tres magotes, commandados todos pelo Sr. Coronel Antonio Carlos da Silva Piragiba, um delles invadia o pavimento terreo e destruiu tudo quanto encontrou em sua passagem, espancando empregados, quebrando moveis e apoderando-se do dinheiro que estava sobre o balcão — 2:300\$000.

Os outros grupos dirigiram-se ao 1º andar e praticaram todas as violencias, espancando redactores, revisores, conferentes, continuos, e até pessoas que estavam a negocio ou de visita!

A policia, avisada *incontinenti*, por alguns confrades, chegou cerca de... 40 minutos depois, e os Srs. Campos Salles e Agostinho Vidal viram a depredação, de que fôra alvo A *Tribuna*, e o sangue que coalhava-se nas salas do estabelecimento, e que ainda nellas se acha para ensinamento de nós outros, que queremos defender os direitos e os interesses dos nossos concidadãos contra as invasões e contra as violencias do poder.

Tal situação, como se vê, não pôde perdurar, porque é illogica e forçada.

As nacionalidades civilisadas conquistaram pelo sacrificio e pela abnegação o direito de não retrocederem.

Forçal-as a isso é desconhecer todas as leis historicas, e quem comprehende tão louca tarefa ou é um insensato ou um perverso.

Todas as machinas de vapor têm valvula de segurança, e ninguém com certeza, salvo algum selvagem, se animará a supprimil-as, sob pena de desastre.

O attentado contra *A Tribuna* ha de ficar impune.

O inquerito, que podia ser feito em oito dias, longe ainda está de seu termo, demonstra-o á saciedade.

Toda a nobre e correctissima attitudo da imprensa e da opinião publica não será efficaz para que a autoridade encontre e castigue os culpados.

A acção da autoridade judiciaria e policial será fatalmente nullificada, porque a absorpção de sua independencia nasceu com a subversão que transformou o Brazil.

A vida nacional, que nos parece tão cheia de encantos, não passa, neste instante deprimente, de uma illusão de optica, pois o cidadão só tem o direito de jogar e de... folgar — como ás levas de africanos obrigavam os traficantes, que semearam nesta terra infeliz os germens do servilismo e da humildade conjunctamente com o captivo de uma raça.

Quem se atrever a pensar, raciocinar, investigar, discutir, interessar-se seria e desassombradamente pelos destinos da Patria communis, a esse, estejam todos certos, estará reservada a reproducção das scenas de cannibalismo e de crua atrocidade de que foi victima *A Tribuna*.

E, entretanto, a nossa terra é digna de melhor sorte.

Com certeza a nossa indole, os nossos costumes, o nosso humanitarismo inegalavel não merecem tão dura recompensa.

Pessoalmente nunca tive nem tenho odio ao Sr. generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio.

S. Ex., porém, não está na altura, nem tem capacidade para dirigir os destinos do Brazil.

Si o seu prestigio militar foi o que decidiu da sorte da Nação a 15 de novembro de 1889, com certeza o tirocinio governamental de um anno a esta parte tem provado que, para guiar um povo, não basta ser-se valente e temerario.

A culminancia do Poder tem a muitos causado vertigens moraes de consequencias desastrosas.

Si S. Ex. foi impotente para impedir a asphyxia da liberdade de imprensa corporisada n' *A Tribuna*, que mal então será S. Ex. capaz de obstar em nossa Patria?

A sua eleição, portanto, com a Constituição que o Congresso votar, será o maior de todos os desastres para o Brazil, que ver-se-á, dentro de pouco tempo, convulsionado todos os dias e sem garantias para a liberdade e para a propriedade dos que o habitarem.

Si me fôra licito, nesta hora solemne de todas as franquezas, eu diria ao Congresso que o não elegesse.

Cumulem-no de todas as honras e proventos imagináveis, mas colloquem na periphéria social um brasileiro que tenha a comprehensão nítida de seus deveres, e que faça uso regular de suas prerogativas magistraes.

No apice da pyramide social colloquem um magistrado e não um *senhor*.

Bem sei que estas palavras equivalem para mim a um suicidio moral.

Que importa, porém, isso?

Estou disposto ao sacrificio, e daria por bem empregada a minha vida si visse que a terra em que eu nasci seria um dia feliz e venturosa.

Proscripta a liberdade, sopitada a valvula da expansão do pensamento pela certeza do *know* autocrata, é impossivel o exercicio do jornalismo opposicionista no Brazil.

E cada dia que se passa mais radica em mim esta desoladora convicção.

Não podendo exercer desassombrado a minha profissão, que considero verdadeiro sacerdocio, renuncio a ella com a alma despedaçada pelas compungentes scenas que presenciei a 20 de novembro de 1890.

Si a lei dominasse no Brazil, eu estaria prompto a sujeitar-me ás suas penas, desde que a transgredisse.

Mas a lei é um symbolo velado e vão, imagem mutilada da liberdade relegada ás goheunas.

No dominio do absoluto da força material, toda a coragem e todo o sacrificio espirital será baldado, e não haverá cidadão bastante doudo para manejar a penna tendo em perspectiva o bordão do sicario ou o ferro inconsciente do assecla automatico e que assassina porque isso lhe é ordenado.

Do assalto á *Tribuna*, que ha de passar á Historia como a pagina negra destes trevosos tempos, já uma victima dorme o ultimo somno, e cinco innocentes criancinhas ficaram orphanadas.

Não tenho o direito de sacrificar nem um dos meus amigos e companheiros de lutas e trabalhos, e prefiro emergir na obscuridade a que me acolhi e em que sempre vivi.

A *Tribuna* era a valvula deste grande motor social.

Supprimiram-na pela violencia e atopetaram as fornalhas de combustivel.

Sejam felizes, e que o pallido cadaver do meu saudoso companheiro não venha perturbar a placidez do somno de quem o fez morrer e de quem me assassinaria si por um milagre providencial não tivesse eu somente escapado com algumas contusões.

A liberdade de escrever está revogada.

A *Tribuna* suspende a sua publicação até que haja legalidade *de facto*.

Onde termina a liberdade, dil-o a Historia, começa um direito mais efficaz e mais prompto.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891. — Antonio de Medeiros."

Vem á Mesa, é lida, apoiada e posta em discussão a seguinte

Moção

O Congresso Constituinte espera e conta que o Governo da Republica não descansará enquanto não forem descobertos os auctores do attentado, no dia 29 de novembro do anno passado, contra a typographia da *Tribuna*.

Outrosim: conta o Congresso que, uma vez reconhecidos os criminosos, sejam elles punidos com todo o rigor das leis, e de modo que a sua punição sirva de exemplo a todos e prove ao mundo que a Republica Brasileira em tempo algum pactua com os crimes e com os criminosos.

Sala das sessões, 2 de fevereiro de 1891. — *Cesar Zama*.

O SR. JACQUES OURIQUE — Peço a V. Ex. consulte ao Congresso si me concede 15 minutos para tratar de negocio urgente.

O SR. PRESIDENTE — O que está em discussão é a moção.

O SR. JACQUES OURIQUE — Antes de discurrir-se a moção.

Consultado o Congresso, é concedida a urgencia requerida.

O SR. JACQUES OURIQUE — Sr. Presidente, muito de industria, até agora não me envolvi em questão alguma neste Congresso: aos mais aptos, deixei as discussões technicas e aos mais praticos as questões de expediente. Hoje, porém, vejo-me forçado a vir dar uma explicação a meus nobres collegas, em quem vejo o grande desejo, a grande aspiração de accerter em beneficio da Patria.

Sr. Presidente, não ha para mim posição mais legitima, desempenho mais completo do que aquelle que o nobre representante pela Athenas brasileira, o Sr. Zama, tem dado ao seu mandato, sob o ponto de vista em que se collocou.

Si ha tolerancia na democracia, essa tolerancia quero e devo ter.

S. Ex., desde o primeiro dia que aqui se apresentou, tem sabido honrar a pericia e o traquejo do proecto parlamentar, para levantar todas as questões de opposição ao Governo e ao chefe do Estado...

DIVERSAS VOZES — Esta é pequenina?

O SR. JACQUES OURIQUE — ...desempenhando assim o papel que em boa ou má hora se traçou. Mas, Senhores, si reconheço a legitimidade desse proceder, não me posso, tambem furtar ao dever imperioso de oppor ás considerações, que apresentou S. Ex., outras o que me parecem menos apaixonadas.

Daqui tenho ouvido, Sr. Presidente, levantarem-se questões movidas simplesmente pelas paixões da pequena politica.

Já aqui ouvi, com grande assombro meu, um representante da Nação dizer que as leis da Dictadura foram feitas sob as baionetas e as espadas do exercito.

Si ha, Sr. Presidente alguma cousa de grandemente ingrato, é esta asserção. Pergunto-vos, si por acaso pode o papel que em boa ou má hora se traçou. Mas, Senhores, si

lução, como a de 15 de novembro, se recolhessem pacificamente a quartéis e entregassem a direcção dos negocios publicos a quem de direito, com maior abnegação do que a do nosso exercito.

Poucos foram os militares que occuparam logares importantes, sendo que aquelles que foram investidos do governo dos estados, por muito tempo desempenharam esse cargo.

Entretanto, apenas decorridos 12 mezes, o exercito é atacado...

O SR. BAPTISTA DA MOTA — O exercito não, alguns militares.

O SR. JACQUES OURIQUE — ...inerepado de injustas e immerecidas suspeitas.

VOZES — V. Ex. acha immerecidas?

O SR. JACQUES OURIQUE — Immerecidas são, enquanto não forem justificadas.

UM SR. REPRESENTANTE — Trata-se da dignidade do exercito, da dignidade do Brazil.

O SR. JACQUES OURIQUE — Em França, em epocha não muito remota, o puritanismo foi causa de grande atraso e transtorno para o progresso do paiz, e esse mesmo puritanismo está enxergando, actualmente, entre nós, a desidia, o abuso, a prepotencia em toda a parte, quicá com grave prejuizo para a organização politica do paiz.

O SR. BAPTISTA DA MOTA — Neste Congresso houve, porventura, algum que se manifestasse contra a attitudo do exercito?

O SR. JACQUES OURIQUE — Houve o Sr. representante Badaró, que aqui declarou que as leis da Republica se tinham estribado sob as baionetas e espadas do exercito.

O SR. BAPTISTA DA MOTA — Mas um membro do exercito e um membro do Congresso não representam o exercito e o Congresso.

O SR. JACQUES OURIQUE — Fraco argumento, quando se trata de collectividades. A asserção foi aqui levantada sem um protesto.

O SR. LOPES TROYÃO — Mas, si ninguem accusou o exercito?

O SR. CUSTODIO DE MELLO — Faça o favor de reproduzir da tribuna as accusações que foram feitas ao exercito.

O SR. JACQUES OURIQUE — Já as repeti por duas vezes, vou fazel-o pela terceira; disse o Sr. Badaró que as leis da Dictadura tinham sido feitas sob as espadas e baionetas do exercito.

VOZES — V. Ex. está fugindo da questão; não foi o Congresso.

O SR. JACQUES OURIQUE — Nem eu disse isso; só affirmei que a proposição fôra lançada no seio do Congresso, sem que exista consignado protesto algum.

Dizia, Sr. Presidente, que S. Ex. tinha procurado levantar increpações contra a pessoa do chefe do Estado. Acredito que S. Ex. era a isso movido pelo que entendia um dever de patriotismo, mas comprehendeis facilmente que posso fallar com o mesmo intento quando pertenco a uma classe que commosco tanto trabalhou pelo advento da Republica; será talvez ingenua ou estulta pretensão julgar como julgo que, ao general Deodoro, que se collocou á frente do movimento revolucionario que fez cahir a Monarchia e levantou a instituição republicana neste paiz, fareis a justiça que lhe é devida, e por isso não posso deixar de entristecer-me vendo um representante levantar-se, 12 mezes apenas depois daquella empreza gigantesca, e lançar contra o velho soldado, que não venho defender, mas que muito merece da Patria e de todos nós, apaixonadas increpações.

Penso que essas accusações feitas ao chefe do Estado são prematuras, como prematuras as accusações feitas ao exercito, e ao Governo, por não ter ainda tomado providencias contra os individuos implicados no assalto á *Tribuna*.

Sabeis que ha um processo sobre este assumpto gravissimo, e esse processo ainda não chegou a seu termo. Para que, pois, com este agodamento, queremos forçar os factos sob a simples presumpção de que ha parcialidade no processo, presumpção que implica injustiça e ultraje ao digno chefe de policia, que soube, durante muitos annos, como general do nosso exercito, conservar immaculado o brilho de sua farda?

Esta suspeição não pôde, não deve ser levantada por nós, que devemos dar á Nação exemplo de criterio, de moderação. Não compete a nós vir aqui precipitar factos que estão sob a acção regular da justiça publica, sob a simples argumentação de uma das partes, e certamente a mais apaixonada no pleito, para lançar uma tal suspeição sobre um dos militares mais respeitados do exercito.

Pergunto: si fosseis juizes e tivesséis de julgar, formarieis a vossa opinião em vista do depoimento de uma unica das partes no processo? O Sr. Antonio de Medeiros ninguem sabe como tem procedido nesta questão; ninguem sabe como tem elle defendido os fóros da imprensa no Brazil, da qual se diz representante.

Terá este senhor se collocado em posição tão digna e saliente, que possa merecer o protesto vehemente que acaba de fazer o Sr. Dr. Zama com toda a força que lhe dá a sua posição neste Congresso?

Senhores, vindo a esta tribuna, foi meu intento reivindicar para o exercito o logar que lhe compete na Historia, protestando contra as insinuações da pequena politica.

Vejo no tardio apparecimento do numero da *Tribuna* de 10 de janeiro um certo e determinado motivo. Vejo mais do que um desabato de imprensa ultrajada; vejo um jogo da politica;em, das represalias e ambições menos nobres, de que nos devemos preservar, prevenindo-nos contra seus intuitos anti-patrioticos.

Tenho visto aqui, por mais de uma vez, Sr. Presidente, movida a luta contra o chefe do Estado, e eu, que não o venho defender, sem todavia deixar de confessar que elle carece de defeza, porque infelizmente não pôde deixar de carecer de defeza em nosso paiz qualquer cidadão que tenha

exercido cargo publico de importancia, — eu não posso deixar de declarar que, quando vi levantarem-se contra elle as imputações aqui proferidas, senti-me contristado ante tamanha injustiça, porque sempre o vi guiar-se pelo sentimento de bem cumprir o seu cargo, que lhe dera a revolução, e bem desempenhar seus deveres civicos.

Accusam-no de ignorancia da alta administração do Estado; mas pergunto: será acaso necessario que o chefe da Nação seja um espirito altamente illustrado para dirigir os negocios do paiz com acerto e patriotismo?...

Senhores, Washington não era um sabio, e bem dirigiu a politica americana em época bem difficil.

UM SR. REPRESENTANTE — Era um espirito superior.

O SR. JACQUES OUBIQUE — Mas não era um sabio, e dirigiu bem os negocios de seu paiz, guiando-os pela sua prudencia, criterio e patriotismo.

O general Deodoro, quando foi chamado ao poder, tinha por si o seu alto criterio, muito patriotismo e o desejo provado de cumprir o seu dever; elle procurou por todos os meios desempenhar-se desse mandato; talvez errasse, mas procurou, com os seus ministros manter a Patria dentro da ordem e da liberdade, não se deixando dominar pelas paixões do momento.

Acima das paixões daquelles que, por ellas cegos, o querem julgar agora, ha de ficar o juizo irrevogavel e sereno da Historia.

A nós congressistas compelle-nos agora eleger para chefe e sub-chefe da Nação homens que possuam todos os requisitos necessarios de criterio, prestigio e energico patriotismo, de modo a poder conservar unida e livre do jogo das ambições desenfreadas, esta Patria pela qual todos estamos promptos a derramar o nosso sangue.

VOZES — Muito bem; muito bem. (*O orador é cumprimentado.*)

Submettida a votos, é approvada a moção do Sr. Zama.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA (*pela ordem*) — Pedi a palavra, Sr. Presidente, em primeiro lugar, para requerer que se consigne na acta que votei contra a moção, por considerar o assumpto inteiramente extranho á esphera de acção de uma Constituinte no momento actual (*Apontado*). e em segundo lugar para declarar da minha cadeira que, fiscal da lei, julgo que a discussão da moção não correu os tramites regimentosaes, portanto, ao passo que V. Ex. annunciava a discussão da moção, um representante pediu a palavra para negocio urgente afim de fazer uma declaração pessoal, não para discutir a moção, mas para tratar de assumpto inteiramente diverso, o que fez sem que, entretanto, tivesse fallado sobre a moção.

Nestas condições, peço a V. Ex. que mande consignar na acta a minha declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE — Será satisfeito o desejo do nobre representante.

O SR. JUSTINIANO DA SERPA — Sim, Senhor.

O SR. PRESIDENTE — Entretanto, devo observar a V. Ex. o seguinte: quanto a ser a materia da moção extranha ao objecto para que se reuniu a Constituinte, os precedentes da Casa, que não foram estabelecidos por mim, autorizam-n'a, e não é a primeira vez que questões desta ordem se discutem neste Congresso. (*Apoiados.*)

Quando a não ter corrido regularmente o processo da discussão da moção, chamo a attenção do nobre representante para o art. 38 do nosso Regimento.

Diz este artigo:

“Estes requerimentos e indicações, depois de apoiados e postos em discussão, que não excederá da primeira meia hora da sessão, serão postos a votos, si não houver quem sobre elles peça a palavra.”

Eu declarei em discussão a moção, como era da minha obrigação.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Então o que era regular era a discussão e não a votação.

O SR. PRESIDENTE — Peço ao nobre representante que não me interrompa.

Quando declarei em discussão a moção, o Sr. representante Jacques Ourique pediu a palavra; dizendo-lhe eu então que estava adiada a discussão, por haver S. Ex. pedido a palavra, que é como determina o Regimento, o Sr. Jacques Ourique requereu 15 minutos de urgencia, a qual sendo-lhe concedida, subiu S. Ex. á tribuna e discutiu a moção.

Ora, podia o Sr. Jacques Ourique deixar de considerar que era a moção que estava em discussão? Neste caso, como é que pedia a palavra sobre materia extranha? (*Apoiados.*)

S. Ex. não pediu a palavra sobre materia extranha, S. Ex. pediu a palavra sobre a moção.

Depois que o Sr. Jacques Ourique acabou de fallar, eu declarei bem alto que, si não havia mais quem quizesse a palavra, encerraria a discussão da moção. (*Apoiados.*)

Portanto, si alguém nessa occasião tivesse pedido a palavra, ella ficaria adiada, por ter passado a hora.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — E' sobre o meu discurso que pede a palavra pela ordem? (*Riso.*)

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE — Mas, si eu ainda não acabei, como é que já pede a palavra?

Portanto, não houve infracção alguma do Regimento. (*Apoiados.*) E si o nobre representante, ou outro qualquer collega, não fallou sobre a moção, é porque não quiz. (*Apoiados.*)

Isto é muito claro, porque declarei alto e bom som que, si não havia mais quem pedisse a palavra, encerraria a discussão.

UMA VOZ — V. Ex. procedeu correctamente.

O SR. PRESIDENTE — Assim, em relação ao modo por que procedeu a Mesa, é improcedente a reclamação do nobre representante.

O Sr. Americo Lobo (*pela ordem*) diz que, quando Alarico foi surpreendido pela morte em sua marcha triumphal, os barbaros fizeram-lhe um funeral magnifico: assim a Republica brasileira, que nasce no meio de dores, porque perdeu o seu valente general, consagrou um dia á sua morte.

Na sessão de 28, á semelhança dos visigodos, votou o Congresso unanimemente que ficasse para sempre gravado no *Almanack Militar* essa gloria immortal, porque, sem contestação nenhuma, é o pae da Republica brasileira.

O orador pergunta si o Governo já teve conhecimento dessa votação unanime, que tanto honra a Nação brasileira, e, no caso affirmativo, si a Mesa já recebeu alguma resposta consoante com o grande acto que accentua.

O SR. PRESIDENTE — Acabo de ser informado pelo Sr. Secretario, que já foi remettido ao Governo a communicação, mas que ainda não veiu a resposta.

O SR. AMERICO LOBO — Bem.

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO, COM AS EMENDAS RESPECTIVAS

O Sr. Presidente annuncia que vai proceder-se á votação do projecto de Constituição.

Indo proceder-se á votação, reconhece-se não haver numero, pelo que o Sr. Presidente mandou fazer a chamada, á qual respondem os Srs.: Leovegildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Paes de Carvalho, João Pedro, Elyseu Martins, João Neiva, José Hyggino, Tavares Bastos, Coelho e Campos, Virgilio Damasio, Saraiva, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Joaquim Felício, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Julio da Frota, Belfort Vieira, Indio do Brasil, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Casemiro Junior, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, Justiniano de Serpa, José Avelino, Epitacio, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Meira de Vasconcellos, Oiticica, Gabino Besouro, Oliveira Valladão, Augusto de Freitas, Tosta, Antonio Muzebio, Zama, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Moniz Freire, Fonseca Hermes, Urbano Marcundes, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Virgilio Pessoa, França Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Lopes Trovão, Furquim Werneck, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Matta Machado, Costa Senna, Alvaro Botelho, Feliciano Penna, Dutra Nicacio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Paletta, Ferreira Pires, João Luiz, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Rodrigues

Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Guimarães Natal, Marciano de Magalhães, Eduardo Gonçalves, Carlos de Campos, Victorino Monteiro, Julio de Castilhos, Alcides Lima, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Cassiano do Nascimento e Fernando Abbott.

O Sr. Presidente declara que, por não haver numero legal, fica adiada a votação, e designa para amanhã a mesma ordem do dia.

Levanta-se a sessão á 1 hora e 45 minutos da tarde.

46ª SESSÃO, EM 3 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovegildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino de Oliveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldo do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Dellino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio da Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cautão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Ennes de Souza, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Baptista da Motta, Frôes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Dellino, Antonio Olyntho, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Relumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenio d'Aguar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira de Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Otício, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello

Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, João Luiz, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Muniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessôa, França Carvalho, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Cactano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Lauro Müller, Carlos Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Frederico Serrano, João Severiano, Generoso Marques, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, João Barbalho, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, João de Avellar, Cesario Motta Junior e Ernesto dos Santos; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Alberto Brandão, Luiz Murat, Sampaio Ferraz, Badaró, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Antonio Prado e Fernando Simas.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Couto Cartaxo — Quando, Sr. Presidente, em uma das sessões passadas, orava o distincto collega e companheiro de representação, o Sr. Epitacio Pessôa, dei alguns apartes, dos quaes apenas um foi publicado no *Diario Official*, em seu notavel discurso, de modo que se me faz preciso reproduzil-os.

Dizendo S. Ex. que, com seus companheiros de representação, havia assignado uma emenda restabelecendo a precedencia do casamento civil, em um aparte eu disse: — Menos eu.

O Sr. EPITACIO PESSÔA — Esse foi publicado.

O Sr. Couto CARTAXO — Foi tão somente este aparte que foi publicado.

Dizendo ainda S. Ex. que o clero conspirava todos os dias contra o casamento civil, ao qual movia guerra sem treguas, desnaturando assim a legitimidade da familia e os

seus importantes interesses, disse ainda: — Em geral o clero não procede desse modo.

O SR. EPITACIO PESSÔA — No meu discurso estava: — que o clero não havia procedido nada lealmente — e, como me pareceu que V. Ex. não havia dado esse aparte, risquei seu nome e puz — Um Sr. representante.

O SR. COUTO CARTAXO — Dizendo mais S. Ex. que os padres, abusando da ignorancia do povo, o aconselhavam para não praticar o acto civil, lançando dest'arte no seio da sociedade o germen de sua desorganização, respondi ainda: — E' uma injustiça que S. Ex. faz ao clero.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Salvei honrosas excepções.

O SR. COUTO CARTAXO — Esses apartes deixaram de ser publicados no discurso do meu distincto collega...

O SR. EPITACIO PESSÔA — Mas V. Ex. ha de fazer a justiça de não suppôr que fui eu quem os supprimiu.

O SR. COUTO CARTAXO — Sem duvida, por não haverem sido tomados pelo tachygrapho.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Nem é possível tomarem-se todos os apartes, mórmente pronunciados ao mesmo tempo, tumultuosamente.

UM SR. REPRESENTANTE — A tachygraphia não é a arte magica.

O SR. COUTO CARTAXO — Deixei, Sr. Presidente, de assignar a emenda da precedencia do acto civil, em materia de casamento, com meus companheiros de representação, não só porque entendendo que uma emenda, apresentada e rejeitada em 1.^a discussão, não pôde ser apresentada em 2.^a nos mesmos termos, seis ou oito dias depois da sua rejeição, como...

UMA VOZ — Porque não ?

O SR. EPITACIO PESSÔA — O Regimento não oppõe-se de modo algum.

O SR. COUTO CARTAXO — Mas, nós assim devemos entender, sob pena de contradizermos os nossos proprios actos.

Entendo que ao Poder Legislativo constituinte cabe estabelecer regras e preceitos geraes, e não descer a minucias, a detalhes, que são do dominio do direito positivo, que são da competencia do Poder Legislativo ordinario, como regular o modo por que deve ser feito o casamento, estabelecer as relações juridicas entre os conjuges e entre estes e seus descendentes e cercar a familia de garantias.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Dá licença para uma pergunta ?

O SR. COUTO CARTAXO — Pois não.

O SR. EPITACIO PESSÔA — V. Ex. deixou de assignar a emenda, por uma fôrma de exterioridade, não pelo valor intrinseco; por que não deve fazer parte de uma Constituição ?

O SR. COUTO CARTAXO — Perdão. Estou dando a razão pela qual deixei de combinar com os meus collegas, com os quaes desejo estar de accôrdo.

Neste sentido, Sr. Presidente, apresentei uma emenda que, resumindo toda a materia do n. 2 do art. 11 e dos §§ 3.^o, 4.^o, 5.^o, 6.^o e 7.^o do art. 71 do projecto de Constituição,

a qual dá a mais ampla, a mais plena liberdade a todos os cultos e ao mesmo tempo contém um preceito geral, um princípio fundamental, do qual decorrem corollarios que podem ser convertidos em lei pelo Poder Legislativo ordinario...

O SR. EPITACIO PESSOA — A precedencia do casamento civil não offende a liberdade de cultos.

O SR. COUTO CARTAXO — A emenda é nestes termos: A Republica, reconhecendo a religião catholica, apostolica romana como a da maioria dos brasileiros, garante e respeita todos os outros cultos que não repugnem á moral e á razão natural.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Reconhecer a religião do maior numero é reconhecer a religião do Estado.

O SR. COUTO CARTAXO — Dizer que a religião catholica é a da maioria dos brasileiros, não é reconhecer religião do Estado, é dizer a verdade, que está nos labios de todos, como passo a mostrar.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. está discutindo, quando a discussão está encerrada.

O SR. COUTO CARTAXO — Sei que a discussão está encerrada.

O SR. PRESIDENTE — Portanto, não deve, proseguir em uma discussão que está encerrada.

O SR. COUTO CARTAXO — Sabe bem a Mesa que, inscrevendo-me por diversas vezes, nunca coube-me a palavra, porque o Regimento, por nós votado, dera á Mesa a faculdade de organizar a inscripção dos oradores, quando existiam outros alvitres, que podiam tirar-lhe semelhante arbitrio.

Mas, obedecendo á ordem de V. Ex., Sr. Presidente, deixarei de tratar de outras emendas por mim offerecidas ao criterio e sabedoria deste Congresso.

Permitta-me, porém, V. Ex. dois minutos apenas para, do alto desta tribuna, agradecer aos meus concidadãos, aos paralyzbanos que me distinguiram com seus suffragios espontaneos, e ao mesmo tempo perdoar áquelles que na eleição do anno atrasado...

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Isso foi no tempo da Monarchia; o passado foi-se.

O SR. COUTO CARTAXO — ... que na eleição do anno atrasado, sciente ou inconscientemente, prestaram-se a ser instrumentos de uma politica corrupta e corruptora, contra aquelle que nascera entre elles, e que sempre recebera todas as provas de consideração; cumprindo-me acrescentar que, si tenho um coração bastante grande para o sentimento da gratidão, tenho tambem o coração bastante grande para perdoar aquelles que não souberam o que fizeram.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Isso é um preceito do Evangelho.

O SR. COUTO CARTAXO — Por ser catholico, assim concluo.

VOZES — Muito bem. (*O orador é cumprimentado e abraçado por muitos Srs. representantes.*)

O Sr. Nilo Peçanha — Começa lembrando um conceito de Thiers, que era sempre perigoso despertar o sonho de uma victoria nas assembleas parlamentares. A sua logica é, as vezes, as das inconsciencias, e a sua accção a das contramarchas e das contradicções.

Recorda a Convenção tradicional de França, que depois de proclamar a democracia, libertando o povo do privilegio, relutou uns dias na proclamação da Sciencia, que libertava a Nação do dogma. (*Apoiados.*)

Hontem, o Congresso solennizou mais um anniversario da morte de Nunes Machado, sagrando o principio de liberdade de pensamento; tinha a Republica o seu coração no Norte; era o caso da *Tribuna*. Hoje o Congresso não negará apoio ao seu requerimento, em face do attentado que soffreu o illustre jornalista Macedo Soares, crime que repercutiu dolorosamente em todo o Estado do Rio de Janeiro. (*Apoiados; Apartes.*)

O SR. FONSECA HERMES — Isso é parlamentarismo.

O SR. NILO PEÇANHA sabe que elle está desterrado; mas não se despoja do direito de representante. Protestará sempre contra este processo algebrico de eliminação aos homens de brio e de coragem civica, processo que a Republica herdou do antigo regimen. (*Apartes e protestos.*)

Para o orador não tem grande importancia a Constituição que se vota, como os innumeros decretos do Governo Provisorio. Elles não reformaram o caracter politico do paiz, nem fizeram o saneamento dos costumes publicos. A Constituição será uma escola de sacrificios, mas não a solução de todos os problemas sociaes e economicos. (*Protestos e apoiados.*)

O segredo da fortuna da Republica, o titulo de sua estabilidade e grandeza moral está na escolha do Presidente. Lembra a assemblea norte-americana, a Confederação Helvética e historia os seus fastos.

Entende que o glorioso chefe do Estado, marechal Deodoro da Fonseca, ao lado dos maiores serviços á causa publica, não tem qualidades de governo.

O SR. JOSÉ MARIANNO — E' bom que descubram as bacterias tratando-se da eleição presidencial.

O SR. NILO PEÇANHA — Sim. E' preciso que cada um de nós tenha a franqueza das convicções, e já porque é possível que alguém accete a empreitada de pedir votação nominal, que envolve accção ao Congresso. Não quer o orador para si a responsabilidade dos futuros desastres nacionaes, dos desvios administrativos, da politica de apostasias que o chefe do Estado traçou, despedindo do poder o partido republicano, antes de instituir-se a Republica. (*Não apoiados.*)

O novo ministerio não tem significação politica, não vem realizar um programma, não representa um partido, não tem compromissos moraes perante a opinião, que o recebeu com frieza e indifferença geral.

O SR. PRESIDENTE — Está terminada a sua hora.

O SR. NILO PEÇANHA — Vou mandar á Mesa o meu requerimento.

UM SR. REPRESENTANTE — Depois do inquerito verificar-se-á quem deu o tiro no Dr. Macedo Soares.

O SR. NILO PEGANHA não acredita em inqueritos quando os criminosos têm inspirações do poder publico. Pensa que esses processos são os meios mais difficeis de se chegar á verdade juridica. (*Apoiados.*) Póde-se comparal-os aos gestos impudicos dos grosseiros idolos phenicios, á sombra do movimento de pudor da Venus de Medicis. A impudencia se fazendo pudicicia. E' o poder publico, cumplice ou mandante nos delictos, agitando-se, movendo-se para, depois do longo segredo de justiça, fazer a impunidade.

E' lido e posto em discussão, a qual fica adiada por haverem pedido a palavra os Srs. José Mariano e João de Siqueira, o seguinte

Requerimento

Requeiro, por intermedio do Sr. Ministro da Justiça, informações sobre as providencias que tomou o poder publico em face do attentado de que foi victima o jornalista Dr. Oscar de Macedo Soares. — *Nilo Peganha.* /

O SR. AMÉRICO LOBO (*pela ordem*) requer cinco minutos de prorrogação da hora para justificar uma indicação relativa ao projecto de Constituição.

Consultado, o Congresso não concede a prorrogação pedida.

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

O SR. PRESIDENTE — Vai se proceder á votação do projecto de Constituição, na fórma do Regimento. O projecto será votado em globo, salvas as emendas, que serão votadas acompanhando os respectivos artigos. Mas, entre as emendas ha uma do Sr. Pinheiro Guedes, que me parece um verdadeiro substitutivo a todo o projecto. Consequentemente, si a approvação do projecto constitucional não prejudica as outras emendas, parece-me que prejudica esta.

Consequentemente, os Srs. membros do Congresso que derem preferencia ao substitutivo, devem votar contra o projecto para votar em seguida a favor do mesmo substitutivo. De modo que, si fôr approvado o projecto, considero prejudicado esse substitutivo.

O SR. AMPHILOPHIO pergunta si a sua emenda relativa ao Poder Judiciario acha-se no mesmo caso.

O SR. PRESIDENTE — Não, senhor.

E' submettido a votos e approvado o projecto de Constituição, salvas as emendas, sendo considerado prejudicado o substitutivo do Sr. Pinheiro Guedes.

Posto a votos o preambulo proposto pelo Sr. Américo Lobo para a Constituição, é rejeitado.

E' approvada a seguinte emenda do Sr. Lacerda Coutinho e outros ao art. 1º: «Accrescente-se depois da palavra — federativa — o seguinte: — proclamada a 15 de novembro de 1889.»

Ficam prejudicadas as emendas que no mesmo sentido offereceram os Srs. Serzedello, Luiz de Andrade e Meira de Vasconcellos.

E' rejeitada a emenda do Sr. Almino Affonso offerecida ao mesmo art. 1°.

O SR. PRESIDENTE — Vou submeter á votação as emendas offerecidas ao art. 2°.

O SR. AMERICO LOBO pede preferencia para sua emenda.

Consultado, o Congresso não concede a preferencia pedida.

O SR. PRESIDENTE — Vai se votar o substitutivo offerecido pelo Sr. Wandenkolk e outros.

O SR. ALMINO AFFONSO (*pela ordem*) — Quizera, Sr. Presidente, chamar a attenção desta augusta e illustrada assemblea de patriotas para a primeira parte do substitutivo que tive a honra de apresentar ao art. 2° do projecto de Constituição, que discutimos:

«Cada uma das vinte provincias fórma na União um Estado autonomo e indissolúvel.»

O artigo do projecto diz: «Cada uma das antigas provincias formará um Estado.»

No substitutivo que apresento ha, parece-me, um elemento novo, que supponho merece captar a ponderação do Congresso, por isso mesmo que tende a estabilizar e garantir a personalidade juridica, inalteravel, inamissivel e inalienavel dos estados.

Essa primeira parte coaduna-se logicamente, e parece-se com outro substitutivo, que offereci ao art. 4° da Constituição, o qual era terceiro no projecto do Governo.

Os seus artigos do primitivo projecto, submittido á critica e deliberação do Congresso, apreciados á luz da comprehensão de todos, não tranquilizam, nem satisfazem o espirito dos patriotas.

Ha ali alguma cousa de ameaçador, ou alterrador, que os desvela.

Por mim, sinto-me apavorado.

Filho da multidão, acostumado, por dezenas e dezenas de annos, a vel-a padecer injustiças, entre as mais largas promessas do governo livre, que nunca chegara a realizar a liberdade; ouvindo sempre declamação official da felicidade do povo: e a proclamação da proliberdade e partiotismo de todas as administrações; mas, soffrendo, de facto, o predomínio absoluto da hypocrisia governativa do *poder*, eu tenho muito medo dessas instituições dos arts. 2° e 4° do projecto votados, os quaes, reunidos e combinados com os demais, que vão pelo todo, constituem desde já uma ameaça bipotente, ou antes, uma ameaça omnipotente á independencia, á autonomia, á personalidade individual e juridica, dos pequenos estados.

A absorção destes quasi pariás da Nação encontra alli uma aberta para quasi todas as disposições do projecto.

O SR. PRESIDENTE — Sou levado a observar ao nobre representante, que não póde discutir os artigos. Pedindo a palavra pela ordem, só póde limitar-se ao seu requerimento.

O SR. ALMINO AFFONSO — Era, apenas, uma explicação do meu pensamento, que desejava ministrar a esta illustrada assemblea constituinte.

Quero, todavia, dar exemplo da mais inteira cordura e respeito á decisão de V. Ex.; mesmo porque só esse acatamento é que pôde dar consideração e valor á palavra do representante do povo.

O SR. PRESIDENTE — O nosso dever é, antes de tudo, obedeceer á lei interna deste Congresso.

O SR. ALMIRÃO AFFONSO — Exactamente. Quizera, porém, que os actuaes legisladores constituintes, antes de condemnar a emenda proposta, vissem reflectidamente que, quando proponho que fique cada Estado indestructivel, e autonomo no seio da União Brasileira, quero negar, quero tirar a quem quer que seja, no futuro, a pretensão em politica, á possibilidade despótica de apagar dos vinte, ou vinte e um estados brasileiros, o nome, a personalidade de qualquer d'elles.

O SR. PRESIDENTE — Convido o illustre representante a não insistir.

O SR. ALMIRÃO AFFONSO — Então, calo-me, Sr. Presidente. Mas fiquem todos certos: que a nossa Patria, a nossa querida Patria, é, ha de ser grande e forte, — com os seus vinte ou vinte e um estados autonomos e indestructiveis.

Ninguém apagará o Rio Grande do Norte, que tenho a honra de representar, do mappa da Nação brasileira, como um Estado autocéphalo.

Ninguém: nem deuses, nem homens!

Nós vivos, não!!

Eternos conspiradores no seio da Patria contra todo o poder que confiscar-nos a liberdade e pretender declarar-nos seus escravos, havemos de ser independentes, como qualquer outro; sem outro senhor, que nós mesmos, ou deixaremos de existir! (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. JOSÉ MARIANO (*pela ordem*) requer que se faça a votação da emenda do Sr. Almirão Affonso por partes, porque o primeiro trecho pôde ser uma consequencia natural do art. 2.

O SR. PRESIDENTE — Não posso acceitar o requerimento do nobre representante.

Em seguida é posta a votos e rejeitada a emenda substitutiva do Sr. Almirão Affonso.

O SR. PRESIDENTE diz que vae votar-se o substitutivo do Sr. Arthur Rios ao art. 2º e paragrapho unico. Entende que pôde-se votar separadamente, porque os assumptos são diversos.

Submettido a votos, é rejeitado o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação do substitutivo dos Srs. Guimarães Nalal e outros.

O SR. LEOPOLDO BULHÕES (*pela ordem*) diz que o seu substitutivo concilia disposições antinomicas.

O SR. PRESIDENTE diz que, além de outras, ha uma emenda do Sr. José Hygino.

Submettido a votos os substitutivos do Sr. Guimarães Nalal e outros, é rejeitado.

São rejeitadas as emendas dos Srs. Wandenkolk e outros, e do Sr. Americo Lobo.

E' egualmente posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Augusto de Freitas.

O SR. ERICO COELHO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, acho que ha duvidas nas bancadas a respeito da emenda que acaba de ser votada e que a Mesa declara rejeitada...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa já verificou a votação.

O SR. ERICO COELHO — Eu não contesto a verificação feita pela Mesa, mas declaro que ha duvida nas bancadas, alguns não votaram conscienciosamente.

O SR. CAMPOS SALLES — Votaram perfeitamente.

O SR. ERICO COELHO — V. Ex. está enganado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa contou 90 votos em um sentido e cento e tantos em outro. Já vê o nobre representante que não ha a menor duvida sobre o resultado da votação. Entretanto, si o nobre representante requer, vou consultar o Congresso afim de ver si este consente em uma nova votação.

O SR. ERICO COELHO — Não ponho em duvida a contagem feita pela Mesa, mas penso que não perduriamos coisa nenhuma em verificar a votação.

O SR. PRESIDENTE — O que V. Ex. quer é uma segunda votação, porque a verificação já foi feita.

O SR. ERICO COELHO — Não ponho em duvida, repito, a contagem feita pela Mesa, mas acho que, desde que ha duvida, deve proceder-se a nova votação, e neste sentido faço o meu requerimento.

Consultado, o Congresso rejeita o requerimento do Sr. Erico Coelho.

O SR. PRESIDENTE declara que se vai votar a emenda do Sr. José Hygino que manda supprimir algumas palavras do paragrapho unico do art. 2.º

O SR. LACERDA COUTINHO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, quando se votou o art. 1.º, foi preferida a emenda apresentada pelo Sr. Serzedello, quando a minha, que era identica, havia sido apresentada em primeiro lugar. Agora vejo que vai car-se o mesmo facto com relação á emenda do Sr. José Hygino, quando a minha está concebida nos mesmos termos.

O SR. PRESIDENTE — Para acabar com a questão e poupar-mos tempo, proponho uma consideração: vou submeter a votos as duas emendas ao mesmo tempo, a do Sr. José Hygino e a de V. Ex.

O SR. LACERDA COUTINHO — Perfeitamente. Aceito o alvitre.

Postas a votos, são approvadas as emendas dos Srs. José Hygino e Lacerda Coutinho, que mandam supprimir do paragrapho unico do art. 2.º, as palavras — escolhido — até — desmembrar-se.

Fica prejudicada a emenda suppressiva, do Sr. Erico Coelho e outros.

E' rejeitado o substitutivo do Sr. Cyrillo de Lemos. 7

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas offerecidas ao art. 3.º

O SR. ARTHUR RIOS (*pela ordem*) pede a retirada da emenda suppressiva que apresentou a este artigo.

Consultado, o Congresso concede a retirada da referida emenda.

O SR. ALMINO AFFONSO (*pela ordem*) declara que a emenda que apresentou ao art. 3º, do projecto, refere-se, agora, ao art. 4º.

O SR. AMERICO LOBO (*pela ordem*) pede para retirar todas as emendas que apresentou, visto que o Congresso rejeitou o preambulo.

Consultado, o Congresso concede a retirada pedida.

Procede-se á votação do substitutivo do Sr. Wandenkolk e outros ao art. 3º.

O SR. THOMAZ DELFINO pede que seja considerada como duas, e assim votada, a emenda dos Srs. Wandenkolk e outros.

E' posta a votos e rejeitada a primeira parte da referida emenda, que designava para Capital da União a cidade de Petropolis.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicada a segunda parte da mesma emenda.

O SR. ARISTIDES LOBO, obtendo a palavra pela ordem, faz considerações no sentido de mostrar que não está prejudicada a segunda parte.

O SR. PRESIDENTE insiste na sua opinião.

O SR. JACQUES OURIQUE (*pela ordem*) — Acha que ambas as cousas se harmonizam perfeitamente: o Congresso já determinou a mudança da capital, e nós apenas pedimos que elle determine os limites do novo Estado da Guanabara.

O SR. PRESIDENTE — Vou consultar o Congresso, para evitar contestações.

O Congresso, sendo consultado, resolve que está prejudicada a segunda parte da emenda.

O SR. PRESIDENTE — Considero prejudicadas as emendas dos Srs. Meira de Vasconcellos e Augusto de Freitas.

E' posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Correia Rabello.

E' posta a votos e rejeitada a primeira parte da referida emenda ao art. 4º.

E' tambem rejeitado o additivo do Sr. Athayde Junior ao mesmo artigo.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao art. 5º.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA (*pela ordem*) declara que foi apresentada uma emenda ao art. 5º que no impresso está subscripta com o seu nome.

O orador não apresentou emenda alguma a este artigo, e aquella a que se refere não traduz as suas idéas.

O SR. PRESIDENTE diz que, á vista da declaração que o Congresso acaba de ouvir, considera a emenda prejudicada.

Vai pôr a votos a emenda do Sr. Meira de Vasconcellos.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) requer que a emenda do Sr. Meira de Vasconcellos passe para as disposições transitórias.

O SR. ASSIS BRASIL (*pela ordem*) diz que, tratando-se da questão, talvez a mais importante da Constituição, qual a da discriminação de rendas, parece-lhe melhor que a emenda seja incluída nas disposições transitórias.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) diz que o primeiro requerimento apresentado foi o seu.

O SR. PRESIDENTE diz que não pôde deixar de pôr a votos o requerimento do Sr. Assis Brasil, porquanto esse requerimento importa um adiamento da votação; e que o Congresso resolverá como entender.

Consultado, o Congresso rejeita o requerimento do Sr. Assis Brasil.

O SR. PRESIDENTE annuncia que vai pôr a votos a emenda do Sr. Meira de Vasconcellos e outros.

O SR. UBALDINO DO AMARAL (*pela ordem*) diz que, á vista da deliberação do Congresso, tem de ser votada uma emenda que trata do pagamento da divida dos estados.

Toma a liberdade de lembrar á Mesa que nas disposições transitórias ha mais de uma emenda sobre o andamento do assumpto.

Nestas condições, parece-lhe que ellas deveriam ser submettidas á votação ao mesmo tempo. E foi por esse motivo que votou que a materia ficasse adiada, para ser incluída nas disposições transitórias.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante não requer preferencia?

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Não. Mas parece-lhe que estas emendas devem ser, pelo menos, lidas, visto como tratam do mesmo assumpto.

O SR. PRESIDENTE declara que o que parece razoavel é que, tendo de votar-se a emenda apresentada ao art. 1.º, o Congresso tome conhecimento nessa mesma occasião de outras que tratam do mesmo assumpto.

O SR. THEODURETO SOUTO requer preferencia para a emenda que apresentou, por ser mais completa.

O SR. ROSA JUNIOR pede preferencia para a emenda do Sr. Arthur Rios, que satisfaz mais.

Submettidos successivamente á votação estes requerimentos, são ambos rejeitados.

E' em seguida, posta a votos e rejeitada a emenda dos Srs. Meira de Vasconcellos e Espirito Santo.

O SR. PRESIDENTE considera prejudicada a emenda do Sr. Arthur Rios, que achá-se inserida na pagina 73 do impresso.

O SR. ARTHUR RIOS (*pela ordem*) diz que não está prejudicada a sua emenda.

Consultado, o Congresso rejeita a referida emenda.

E' posta a votos e egualmente rejeitada a emenda do Sr. Theodureto Souto, que vem inserida na pag. 75 do impresso.

O SR. ESPIRITO SANTO (*pela ordem*) diz que apresentou um additivo ao art. 5.º, para ser incluído com a numeração de art. 6.º e que achá-se, no impresso com a assignatura do Sr. Almeida Nogueira, quando ella foi assignada no verso pelo orador e mais dous dos seus collegas.

Posto a votos, este additivo é rejeitado.

São egualmente rejeitadas as emendas dos Srs. Custodio de Mello e outros, e Ghagas Lotato.

O SR. PRESIDENTE — Vão-se votar as emendas ao artigo 6°.

O SR. BARBOSA LIMA requer que o Sr. Presidente consulte o Congresso se consente que seja dada preferencia na ordem da votação ao substitutivo apresentado ao art. 6° pelo Sr. Demetrio Ribeiro e outros, substitutivo que, com os artigos 8° e 12°, forma um verdadeiro systema incompativel com a acceitação de qualquer outro, caso seja adoptado.

UM SR. REPRESENTANTE — Este substitutivo é ao art. 7°.

O SR. BARBOSA LIMA — Com effeito, verifica que a numeração está errada; o substitutivo é ao art. 7°, e seu requerimento ficará para quando se proceder á votação desse artigo.

E' posta a votos e rejeitada a emenda modificativa, do Sr. Francisco Veiga.

São successivamente rejeitadas as emendas offerecidas pelos Srs. Leovegildo Filgueiras, Meira de Vasconcellos e Gabriel de Magalhães.

O SR. PRESIDENTE annuncia que vai pôr a votos as emendas offerecidas ao art. 7° e que de preferencia vai submeter á votação o substitutivo do Sr. Oiticica, que é mais amplo, por abranger os arts. 7° a 12°.

O SR. BARBOSA LIMA requer preferencia para o substitutivo do Sr. Demetrio Ribeiro e outros.

Consultado, o Congresso não concede a preferencia pedida.

Procede-se a votação do substitutivo do Sr. Oiticica, o qual é rejeitado.

São igualmente rejeitados os substitutivos dos Srs. Demetrio Ribeiro e outros, e Chagas Lobato.

E' posta a votos e approvada a seguinte emenda dos Srs. Rosa e Silva e Annibal Falcão ao n. 6 do art. 7°:

“Accrescente-se: — não comprehendidos os de credito real.”

E' egualmente posta a votos e approvada a seguinte emenda do Sr. Arthur Rios ao § 3° do art. 7°:

“Accrescente-se: — nos actos e negocios da União”.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicada a emenda dos Srs. Oliveira Pinto e Viriato de Medeiros.

O SR. ELYSEU MARTINS (*pela ordem*) diz que a emenda não está prejudicada.

Posta a votos, a emenda dos Srs. Oliveira Pinto e Viriato de Medeiros é rejeitada.

Ficam prejudicados o substitutivo do Sr. Julio de Castilhos e outros, a emenda suppressiva, do Sr. Leovegildo Filgueiras, o additivo do Sr. Alexandre Stockler ao n. 3 do artigo 7°, e a emenda suppressiva do n. 6 do mesmo artigo, offerecida pelo mesmo Sr. Deputado.

São rejeitadas as emendas suppressivas parciaes, do Sr. Francisco Veiga, ao n. 1 do art. 7° e § 2.º do mesmo artigo.

E' posto a votos o additivo do Sr. Meira de Vasconcellos.

O SR. MEIRA DE VASCONCELLOS (*pela ordem*) diz que a palavra *venda* deve ser substituida pela palavra *venta*, visto ter havido engano na impressão de sua emenda.

E', em segundia, rejeitada a mesma emenda.

É posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Alexandre Stockler ao n. 4 do art. 7º, que manda accrescentar o seguinte: "Nos correios e telegraphos federaes."

O SR. BARBOSA LIMA (*pela ordem*) requer verificação da votação desta emenda.

Procedendo-se á verificação, é approvada a referida emenda.

Procede-se á votação das emendas ao art. 9º.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) requer que seja votada por esta occasião, vista a connexão do assumpto com o das emendas que ora se votam, uma emenda que faz parte das Disposições transitórias e acha-se á pag. 74 do impresso, referente aos 15 % additionaes.

O SR. PRESIDENTE — Sem deliberação do Congresso não posso fazel-o.

O SR. JOSÉ MARIANNO requer á Mesa que nesse sentido seja consultado o Congresso.

Submettido a votos, é rejeitado o requerimento do Sr. José Marianne por 87 votos contra 83.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) — Não desconfiando da contagem feita pela Mesa, mas sómente porque *errare humanum est*, pede a verificação da votação, si o Sr. Presidente julgar que isso convém; si julgar que não, retirará seu requerimento. Acredita que não queiram estrangular o Norte; mas pede que o deixem viver.

O SR. ELYZEU MARTINS — Os que votaram contra a emenda o fizeram impellidos por sentimentos tão bons como os de V. Ex.

O SR. VINHENS (*pela ordem*) — Recorda os precedentes havidos, mesmo a seu respeito, relativamente á verificação de votações.

UM SR. REPRESENTANTE — Tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE — Diz que os Srs. secretarios contaram os votos de um lado e de outro e verificaram 87 de um lado e 83 do outro; a verificação está, portanto, feita e annuciado o resultado.

O que o nobre representante requer é uma segunda votação, e a isto não pôde annuir. (*Muito bem.*)

O SR. JOSÉ AVELINO — O remedio é appellar para a Casa.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) diz que, si o Presidente acceita o seu requerimento, não como desconsideração ao resultado colhido pela Mesa...

O SR. PRESIDENTE — Nem podia ser por outra fórma. (*Muitos apotados.*)

O SR. JOSÉ MARIANNO — ... como uma duvida sobre o escrúpulo com que costuma a Mesa proceder, mas, simplesmente, como um possível engano de observação, que se desse, o orador apresentaria o requerimento ao Congresso. (*Grande sussurro abafa a voz do orador.*)

Admira-se agora do ardor com que estão a defender o Sr. Presidente milhes daquelles que o tem atacado, ao passo

que o orador não põe em duvida absolutamente a lealdade da Mesa.

O SR. RUBIÃO JUNIOR — Então, para que pede verificação?

O SR. JOSÉ MARIANNO — Já o disse, estou acostumado a acatar as decisões da Mesa, sempre pautadas pelas normas da maior rectidão. Poderia citar os nomes dos Srs. Virgílio Damazio, Zama, que se levantaram do seu lugar, tendo votado, e, entretanto, seus votos não foram contados; podia citar o nome do Sr. Serpa, que não se conservou no seu lugar, e cujo testemunho o orador invoca, portanto. Pedindo que se lhe permita appellar para o Congresso, não põe em duvida o recto proceder da Mesa, tanto que repete: Si o Sr. Presidente collocar a questão no terreno da confiança, retirará o seu requerimento, porque acredita nas luzes e patriotismo que caracterisam a Mesa deste Congresso.

Demais, o orador ainda poderia appellar neste momento, não para a benevolência, mas para a justiça da bancada paulista, quando o Congresso ficou suspenso por mais de um minuto á espera que os illustres representantes viessem tomar os seus lugares. (*Diversos protestos da bancada paulista.*)

O SR. CARLOS GARCIA — Ninguém foi chamado.

O SR. COSTA JUNIOR — Entravamos para votar; é um direito nosso.

O orador citou os factos. O illustre Sr. Presidente annunciou a votação e deu tempo para que chegassem os illustres representantes de S. Paulo.

O SR. COSTA JUNIOR — É uma censura que V. Ex. faz á Mesa.

O SR. JOSÉ MARIANNO observa o facto e agora o assiguala. Poderia mesmo citar o nome de seu illustre amigo o Sr. Francisco Glicerio.

O SR. COSTA JUNIOR — Nesta questão de rendas, V. Ex. está anarchisando as deliberações do Congresso.

O SR. ARTHUR RIOS (*dirigindo-se ao Sr. Costa Junior*) — O nobre representante, assim como todos nós, está aqui exercendo os direitos de representante da Nação.

O SR. JOSÉ MARIANNO — Vai terminar o incidente, sujeitando a questão á decisão do Sr. Presidente.

Não pôde deixar de responder ao seu illustre amigo e representante de S. Paulo, que acabou de dizer que o orador estava anarchisando a sessão. (*Apoiados; não apoiados; grande numero de apartes interrompe o orador por algum tempo.*)

Anarchisando, não a sessão, mas o paiz, estão aquelles... (*Apoiados; muita bem; protestos; o Sr. Presidente reclama attenção diversas vezes*)... que, na votação da Constituição, lançam os prodornos da separação. (*Immensos protestos levantam-se de todas as bancadas.*) A responsabilidade não cabirá sobre nós, porque lutamos pela vida. (*Muitos apartes.*)

O SR. TAVARES BASTOS — Estão semeando ventos, e hão de colher tempestades.

O SR. VINHAES — Esta questão não tem a importancia que V. Ex. lhe quer dar.

VOZES — Oh! Oh!

O SR. JOSÉ MARIANNO — Quem é V. Ex.?

O SR. VINHAES — Desde que V. Ex. se dirige a mim, dir-lhe-ei que contribui para melhorar as instituições, quando V. Ex. estava commodamente no seu Estagio.

VOZES — Oh! Oh!

O SR. JOSÉ MARIANNO diz que o que quer accentuar é que não está anarchisando as sessões do Congresso. Defende-se porque o illustre representante de S. Paulo atirou-lhe uma accusação injusta.

O SR. PRESIDENTE — Na impossibilidade de poderem continuar os nossos trabalhos, suspendo a sessão até que o Congresso colloque-se na posição de poder cumprir o seu dever. (*Numerosos apoiados; muito bem.*)

Suspende-se a sessão ás 3 horas e 30 minutos.

Às 3 horas e 55 minutos, o Sr. Presidente reabre a sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Congresso ouviu o requerimento do Sr. José Marianno para que fosse transportado para o corpo da Constituição uma disposição de natureza transitória. Consultado, o Congresso resolveu por 87 votos contra 83 não approvar esse requerimento. O Sr. José Marianno, allegando a pequena differença na votação pró e contra, pedia, sob o motivo de que se podia ter dado engano na contagem, que se verificasse a votação. Oppuz-me, por já haver sido feita essa verificação, uma vez, pela Mesa, com todo o cuidado.

O nobre representante, porém, insistiu em que se fizesse nova votação. Deu-se na sessão de hoje um precedente igual, tendo eu consultado o Congresso sobre si consentia em uma segunda votação.

Vou, pois, igualmente consultar o Congresso, e elle resolverá como entender sobre o requerimento do Sr. José Marianno: si consente em uma votação symbolica ou nominal.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) diz que, quando pediu a segunda votação não foi para que se consultasse o Congresso, e sim para que o Sr. Presidente decidisse por si. Uma vez que o não fazia e queria appellar para o Congresso para collocar-o na contingencia de manifestar-se a respeito do incidente, pedia a retirada de seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Não podia por mim, como fiz em relação ao incidente de igual natureza, deliberar; consultei o Congresso para que decidisse do modo que julgasse conveniente.

A mesma cousa faço agora.

O SR. PRESIDENTE diz que deveria proceder-se á votação das emendas ao art. 9º, mas que está dada a hora.

O SR. SERZEDELLO (*pela ordem*) requer prorrogação da sessão por mais uma hora.

Consultado, o Congresso não approva o requerimento. Vem á Mesa as seguintes

Declarações

Declaramos que votámos a favor dos additivos assignados pelos Srs. Arthur Rios e Theodureto Souto, que transferiam para a União a divida dos estados.

Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Ruy Barbosa.* — *Arthur Rios.* — *Barão de S. Marcos.* — *S. L. Medrado.* — *Prisco Paraizo.* — *Paula Guimarães.* — *Marcotino Moura.* — *Barão de Villa Viçosa.* — *Ignácio Tosta.* — *A. Milton.* — *Filgueiras.* — *J. J. Seabra.* — *Augusto de Freitas.* — *A. Eusobio.* — *Felisbello Freire.* — *Ivo do Prado.* — *Rosa Junior.* — *Santos Pereira.* — *Custodio de Mello.*

Declaro que votei contra as emendas dos Srs. Meira de Vasconcellos, Espirito Santo, Arthur Rios e Theodureto Souto ao art. 5º, e que se referem ao pagamento pela União das dividas dos estados.

Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues.*

Réqueiro que se consigne na acta a declaração, que faço, de que, hontem, quando o Sr. Presidente explicava um acto da Mesa, que motivava uma reclamação, não pedi a palavra como entendeu S. Ex. e consta do *Jornal Official* de hoje.

S. R. — *J. de Serpa.*

Declaramos que votámos contra a emenda dos Srs. Rosa e Silva e Annibal Falcão, por não sensiderar os bancos de credito real, como bancos de emissão, unicos exceptuados pelo n. 6 do art. 7º — *Serzedello Corrêa.* — *J. J. Seabra.*

Não foi dado por mim o aparte que me é attribuido no discurso do Sr. Martinho do Prado, publicado no *Diario Official* de 30 de janeiro.

Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *F. A. Rosa e Silva.*

Declaro que mesmo pela circumstancia occasional de não ter divida alguma o Estado do Ceará, que tenho a honra de representar, votei *a favor* da emenda que consignava á União o pagamentos das dividas de todos os estados e dei preferencia á do cidadão senador Theodureto Souto, por ser mais ampla.

Sala das sessões, — *José Bevilacqua.*

Declaro que, se estivesse presente á sessão de 30 de janeiro, votaria contra o encerramento da 2ª discussão da Constituição, por ter sido combinado que essa discussão seria

larga, afim de que pudessem ser ouvidos os membros deste Congresso, que, como eu, foram privados de fallar, em virtude dos repetidos encerramentos votados na 1.^a discussão.

Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Barão de Villa Viçosa*.

Votei pela emenda substitutiva ao art. 5.^o, assignada pelo representante Almino Affonso.

Sala das sessões, 3 de fevereiro de 1891. — *Amaro Cavalcanti*.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Continuação da votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na segunda discussão.

Levanta-se a sessão ás 4 1/4 horas da tarde.

47.^a SESSÃO, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia dos Srs. Antonio Eusebio e Prudente de Moraes

Ao meio dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Antonio Eusebio, Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Secundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joaquim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Joaquim Felício, Cesarino Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barboza Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra,

Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espírito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Scabra, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Dionysio Cerqueira, Leovigildo Figueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Muniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermines, Nilo Pecanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgílio Pessôa, França Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, João Pinheiro, Plácido Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamouzier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chagas, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira de Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Frederico Serrano, Generoso Marques, Raulino Horn, João Severiano, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Amphilophio, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, João de Avellar e Cesario Motta Junior; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Saldanha Marinho, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Luiz Murat, Domingos Jesuino, Badaró, Jacob da Paixão, Barão de Santa Helena, Bueno de Paiva, Luiz Barreto, Ernesto de Oliveira e Antonio Prado.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Vinhaes (*Movimento de attenção*) — Muito propositalmente não pedi a palavra durante a discussão do projecto de Constituição, visto meu fim não ser anarchisar o paiz, como

hontem se disse nesta Casa, mas pugnar para que elle entre quanto antes no regimen legal.

O que me trouxe a esta tribuna foi reclamar com toda energia contra o estado de cousas que actualmente opprime os habitantes desta vasta capital. Os generos de primeira necessidade augmentaram de 50 % e sob tão descommunal pressão as classes pobres são levadas a reclamar, como aliás estão fazendo.

Além da elevação dos generos, foram tambem augmentados os impostos indirectos com a cobrança em ouro nas alfandegas.

Não havendo commercio a retalho nacional, os pequenos negociantes, ávidos de lucros, lançam mão de qualquer pretexto para sobrearregar o consumidor, em sua maioria pobre. (*Muitos apoiados.*)

A fome já principia a sentir-se entre as classes menos favorecidas desta capital.

A quem se deve isto?

Não quero especificar; mas sou forçado a declarar que ao Sr. ex-Ministro da Fazenda se deve em grande parte semelhante estado anormal de cousas. (*Muitos apoiados; não apoiados e apertes.*)

O Sr. PEDRO AMERICO — As cousas são muito mais remotas.

O Sr. VINHAES — Não contente em ter sido o principal motor da elevação do preço dos generos de primeira necessidade, contribuindo em grande parte para isso o imposto em ouro, o Sr. ex-Ministro da Fazenda ainda estabeleceu nesta capital a celebre lei Torrens obrigatoria, tornando-a excepção odiosa, inconcebivel e que não se compadece com um regimen que se diz democratico. (*Apoiados; não apoiados; muitos apertes; sussurro.*)

Em que parte do mundo existe a lei Torrens obrigatoria?

Vozes — Em nenhuma.

O Sr. VINHAES — Em nenhuma, absolutamente. (*Apoiados.*)

Ainda não satisfeito em estabelecer semelhante lei especial, o Sr. ex-Ministro da Fazenda do gabinete demissionario a entregou ao monopolio odioso de uma companhia, que indirectamente vai explorar as classes pobres, que são as unicas a soffrer com seus effeitos perniciosos.

O Sr. FRANÇA CARVALHO — Essa gloria estava reservada ao Sr. ex-Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa.

O Sr. VINHAES — A lei Torrens provou muito bem na Australia, porque alli foi facultativa aos proprietarios ruraes, desde julho de 1858. Na Inglaterra, onde desde 1863 se têm feito diversos ensaios no intuito de estabelecer a lei Torrens afim de dar mais certeza á posse e facilitar a transmissão de propriedade, nada se ha conseguido até hoje, a não ser a apresentação, em 1874, de um *bill*, na Camara dos Communs, daquella lei, o qual, apesar de renhida discussão, foi rejeitado.

Este facto vem provar mais uma vez a efficacia da politica experimental: o que é bom para a Australia pôde trazer consequências graves para a Inglaterra e *vice-versa*.

Ives Guxof, em notavel exposição, apresentou ha tempos ao seu governo um projecto de lei Torrens, não para a França continental, mas para colonial, a Argelia, onde suppunha ter applicação, visto alli existirem vastas propriedades dominiaes, facilitando assim a colonisação.

Um dos principaes motivos que levaram o notavel homem publico a procurar estabelecer no norte da Africa a lei Torrens, foi a semelhança dos nomes, visto quasi todos os arabes chamarem-se Mohammed ou Ali. (*Riso.*)

E essa tentativa não teve até hoje perfeita acceilação entre os proprietarios agricolas. (*Apoiado.*)

Além das diversas colonias australianas, só a Tasmania, a Nova Zelandia, a Colombia britannica, as ilhas Edji e o Estado de d'Iowa da União Americana, é que conseguiram introduzir na sua legislação especial a lei Torrens.

Neste paiz, que acaba de sahir do regimen da escravidão e da Monarchia, tendo grande parte de seu territorio completamente inculto, não se procurou estabelecer a lei Torrens para as propriedades ruraes, pois a isso se oppõem os grandes senhores feudaes, mas procurou-se pol-a em execução na parte do Brazil onde o cadastro é uma realidade.

Sou levado a crer que a intenção do Sr. ex-Ministro da Fazenda, organizando a lei Torrens obrigatoria nesta capital, foi unicamente (é triste dizel-o) para dar um monopolio a uma companhia protegida, monopolio valioso e indigno de uma democracia que se preza. (*Apoiados; muitos não apoiados e apartes.*)

E' ainda ao Sr. ex-Ministro da Fazenda que cabe a triste honra de ter estabelecido neste emporio commercial a plutocracia, o jogo exaggerado da praça do Rio de Janeiro, que levarão este paiz, si o Congresso a isto não puzer embargos, ás mesmas difficuldades e vexames por que ora está passando a nossa vizinha do Prata. (*Muitos apoiados e numerosos apartes.*)

Os homens sensatos, verdadeiramente patriotas, que collocam acima do seu miseravel eu o progresso e adeantamento da Patria, vêem com tristeza a jogatina desenfreada que se estabeleceu nesta capital, e cujas consequências maleficas já vão apparecendo e se estendendo por S. Paulo e outros pontos da Republica. (*Muitos apoiados.*)

Os medicos abandonam a clinica para se aventurar aos azares da Bolsa; os caixeiros, que principiavam a encarreirar a vida, habituando-se ao trabalho, deixaram o balcão e entregaram-se de corpo e alma ao jogo da praça; os representantes, finalmente, de quasi todas as classes sociaes se lançaram de cabeça para baixo naquella voragem, na esperança de adquirir grossos cabedaes em limitadissimo tempo.

Quasi todos esses infelizes, dentro em pouco, soffrerão grandes desillusões e, descrentes, voltarão aos seus primitivos affazeres, tendo deixado o pouco que possuíam nas mãos dos harpagões plutocratas, que são os unicos a lucrar nesta nova Monaco. (*Apoiados e muitos apartes; sussurros e contestações.*)

Eis o motivo por que subi a esta tribuna, afim de reclamar em nome da população pobre desta capital, de que sou

um dos mais humildes representantes (*Não apoiado*), que seja quanto antes posto um paradeiro salutar, afim de serem poupados á collectividade brasileira embarços e difficuldades futuros.

E' mister não abusar da cordura e paciencia deste povo.

Não constitue elle excepção ethnographica; tem paciencia, é verdade, mas essa paciencia póde exgotar-se, e, como os illustres congressistas sabem, a *fome* tem quasi sempre arrasado os povos á revolução. (*Apoiados.*)

Dizem os optimistas ser impossivel ter o povo fome neste paiz.

Eu, que vivo em contacto com elle, penso exactamente o contrario, pois ao pobre um augmento de 10. ou 20 % nos generos de primeira necessidade acarreta, a maior parte das vezes, a miseria.

Aos mimosos da fortuna nada influe esse augmento, mas ao proletario, que ganha, com sacrificio de sua existencia, 2\$ ou 3\$ por dia, tendo de sustentar numerosa familia, influe muito tal augmento. Devo, por isso, reclamar dos poderes publicos medidas immediatas e salutaes, afim de que se possa evitar, emquanto é tempo, a miseria. (*Ha diversos apartes.*)

O SR. ALMEIDA PERNAMBUCO — Mas os salarios têm augmentado.

O SR. VINHAES — O salario não é aquillo que o operario recebe no fim da semana das mãos do industrial, mas o preço por que compra no mercado os generos de primeira necessidade. (*Muitos apoiados.*)

E' verdade que o salario augmentou; mas esse augmento foi como um, ao passo que os generos de primeira necessidade subiram como dez. Desejo que me expliquem como neste meio economico se póde resolver tão importante problema. (*Trocam-se muitos apartes.*)

Não venho aqui fazer rhetorica. Estou acostumado a dirigir-me ao povo em linguagem despretenciosa, mas verdadeira; por isso é que garanto ao Congresso que o pobre desta capital principia a ter fome. (*Apartes.*) Peço, portanto, ao novo Governo que diga como vai sanar semelhante difficuldade. (*Ha diversos apartes.*)

Dizem que as novas companhias, as industrias em geral têm nestes ultimos tempos tomado notavel desenvolvimento. Concorde; mas o que ninguem poderá garantir é que essas companhias, industrias e bancos possam continuar em semelhante pé de prosperidade, si o que agora é ficticio não se transformar, graças a medidas prudentes e energicas dos poderes publicos, em brilhantes verdades. (*Apoiados.*)

O que ninguem poderá tambem contestar é que as companhias que se têm ultimamente creado hão exaustido o meio circulante, lançando-se agora mão de meios artificiaes, quicá nocivos, para superar essas difficuldades. (*Trocam-se apartes.*)

Quanto aos bancos de emissão com plena autorização de emitir papel-moeda até somma fabulosa, não é descabido narrar uma anedota, que se lhe adapta perfeitamente.

Dous camponios em Portugal, moradores em um dos sub-urbios da cidade do Porto, foram incumbidos pelo amo de levar ao mercado daquella cidade um pichel de vinho.

Tendo de percorrer longa estrada, despida de casas e sob canicula das mais insupportaveis, bem depressa atacou-lhes a sede, a que não podiam satisfazer, visto não haver mananciaes proximos.

O camponio que carregava o pichel disse então ao companheiro: «Amigo, estou com uma sede insupportavel. Não ha agua perto; por isso peço-te que me deixes beber um pouco do vinho do pichel.»

— «Não, respondeu o outro: o patrão incumbiu-nos de levar o vinho ao mercado e alli vendel-o, trazendo depois o producto da venda. Si queres beber, dá-me um pataco e bebe a porção correspondente a essa quantia»; e que o outro fez, dando-lhe a moeda pedida. Pouco depois o pichel passou para as costas do outro camponio, que, mais adeante, atacado tambem pela sede, fez a mesma proposta ao companheiro, que impoz a mesma condigão, sendo-lhe entregue o pataco, recebido primeiro.

Para abreviar, direi que os camponezes beberam durante o trajecto todo o conteúdo do pichel, sempre com o jogo do mesmo pataco.

E' o que ha de se dar com a emissão dos bancos. (*Risos e apoiados.*)

O SR. SEABRA — A verbigem dos bancos arrastou tambem V. Ex.

O SR. VINHAES — Sou um homem desconhecido (*Não apoiados*), mas dotado de boa vontade e que tem a pretensão de querer rehabilitar e soerguer as classes laboriosas de seu paiz.

No principio da minha propaganda fui taxado de ambicioso vulgar, pois diziam que eu queria levar o operario para o lado politico, descurando o pratico e economico.

Procurando demonstrar praticamente que o meu fim era tão somente melhorar o estado das classes pobres, procurei fundar nesta cidade um estabelecimento de credito, á guiza do *Penny-Bank*, de Londres, o qual tem influido poderosamente para o bem-estar dos proletarios da *Babylonia* moderna. Com auxilio do banco aqui fundado os operarios terão dentro em pouco casas hygienicas e baratas, as quaes lhes pertencerão em limitado tempo.

Não almejei a honra de ser collocado á testa de semelhante empreza; fui a isso forçado pela gentileza de meus amigos, o que não me inibe de dizer a verdade, quer agrade ou não aos interessados.

Fui creado no trabalho, e elle não me assusta, estando sempre prompto a proceural-o, seja onde fôr, comtanto que conserve a minha independencia de pensar e de agir.

O Banco dos Operarios possui hoje 6.722 accionistas, dos quaes 4.134 são proletarios.

O dinheiro, que existia estagnado no fundo das arcas do trabalhador, veiu á luz por intermedio do banco, contribuindo assim para o augmento do meio circulante da nossa praça.

E' occasião azada de perguntar o que fez o Governo Provisorio em bom das classes proletarias, ao passo que distribuia ás mãos cheias garantias de juros, subsidios, melhora de ordenados, etc., ás outras classes?

O Governo sabia que o Banco do Operarios tinha por unico fim proteger o pobre.

O Sr. ex-Ministro da Fazenda negou pão e água a esse banco, a ponto de indeferir-lhe um requerimento identico aos de duas companhias fundadas para construcções de habitações proletarias, companhias essas que tiveram prompto deferimento, acintosamente publicado no *Diario Official* no mesmo dia em que era dado o indeferimento ao Banco dos Operarios.

UM REPRESENTANTE — V. Ex. tem bastante energia e dedicacão para superar todas essas pequeninas cousas e ir por diante em sua obra humanitaria e patriotica.

O Sr. VINHAES — Acredito, e isto sem pretensão, que os operarios vivem-se privados desse favor unicamente devido á má vontade do ex-Ministro da Fazenda á minha pessoa, que foi buscar unicamente como presidente desse banco o meio de resolver importante questão social.

O Sr. SEABRA — No Brazil ainda não ha proletariado.

O Sr. VINHAES — Pelo que vejo, V. Ex. é um daquelles optimistas que acreditam não existir entre nós proletariado.

Não sei o que se passa sobre tal assumpto nos outros pontos da Republica. Aqui, nesta capital, porém, cuja população é de 600 a 700 mil habitantes, já existe proletariado, que todos os dias avoluma-se com trabalhadores provenientes do norte e sul da Europa.

O Sr. LOPES TROVÃO — Não falle em nome do operario estrangeiro, porque esse é muito feliz aqui, sobretudo o italiano, que na sua terra natal ganha cincoenta centesimos por dia.

O Sr. VINHAES — V. Ex., longe de derrocar, vêm fortalecer o que eu estava dizendo, o que agradeço.

O operario italiano, diz o illustre representante, vem para aqui melhorar de situação. É verdade: essa melhoria, porém, não é tanto quanto ao cidadão se lhe afigura.

A moeda que os trabalhadores italianos percebem aqui relativamente á da sua patria, não é muito superior, ficando por isso muito aquiem daquillo que almejavam. O orador refere-se, já se vê, ao trabalhador urbano.

O Sr. LOPES TROVÃO — Não se entreguem a vicios, como, por exemplo, corridas de cavallos e outros, que terão grandes compensações.

O Sr. VINHAES — Com certeza esses vicios, aliás peculiares a todas as classes, não os vieram adquirir aqui.

UMA VOZ — São as consequencias do socialismo europeu.

O Sr. VINHAES — Está a par do movimento proletario na Europa e America do Norte, seguindo com especial attenção os esforços que fazem as classes laboriosas da peninsula italiana.

Não nego que seja sobremodo precaria a vida do operario no paiz de Manzini; o que, porém, posso assegurar, é que o trabalhador estrangeiro nesta capital pouco adianta, quer pelo lado pecuniario, quer pelo lado politico-social.

O Sr. LOPES TROVÃO — É a fome o principal motivo que obriga o trabalhador italiano a abandonar sua terra. Si V. Ex.

tivesse lido o que foi ultimamente publicado, devia saber que o operario de campo na Italia vive até em buracos cavados em montanhas, como se fossem bichos.

O SR. VINHAES — Com certeza os immundos cortigos que infestam esta cidade em nada levam vantagens ás taes moradas troglodytas, a que se refere V. Ex.

Quanto ao lado social, não vejo melhoras. Ainda ha poucos dias vi com desgosto uma autoridade suburbana, digna de eternas luminarias, invadir um alojamento de operarios italianos, maltratal-os physicamente, com o auxilio de seus esbirros e, não contente com isso, ainda dar saques nas mesquinhas economias, ganhas á custa de tantos sacrificios e trabalhos pelos infelizes trabalhadores.

Um destes declarou-me, em linguagem rustica, mas sincera, pouco mais ou menos o seguinte: « Vim para aqui na firme supposição de que melhoraria de sorte e de condição; por ora nada disso tenho alcançado. Depois de tres annos de laborioso trabalho em diversas estradas de ferro, vejo-me hoje espoliado, por quem se diz autoridade, do pouco que conseguí economisar. »

Desta tribuna dous oradores notaveis têm pedido providencias contra ataques a typographias e offensas physicas graves contra trabalhadores do pensamento. Si se atrevem a atacar jornalistas conhecidos, cidadãos importantes, com muito maior razão o fazem com miseras creaturas, que julgam não ter quem levante a voz para defendel-as.

UM SR. REPRESENTANTE — A hospitalidade do nosso paiz é proverbial, não se conhecendo ainda aqui a miseria.

O SR. VINHAES — Si o nobre representante tivesse entrado, como eu, em um desses tugurios que pullulam nesta capital, e examinado de perto a miseria em que vivem os italianos e outros infelizes trabalhadores, sem duvida não teria essa linguagem.

O SR. LOPES TROVÃO — O paiz não é culpado disso; porque, si aqui não ha hygiene publica, a particular tambem não existe. V. Ex. vê que aqui mesmo no Congresso cospe-se no chão.

O SR. VINHAES — Não pretendo levantar censuras a quem quer que seja, nem entrar com o nobre representante da Capital Federal em larga discussão sobre hygiene. Vim apenas perante o Congresso pedir aos poderes publicos attentem um pouco para o modo por que se absorve e esbanja o dinheiro do povo, procurando ao mesmo tempo, em nome das classes proletarias, pedir providencias afim de melhorar-lhes o estado precario em que vivem, visto serem ellas a base sobre a qual se procura levantar o monumento grandioso do progresso e da vitalidade desta Patria. (*Muito bem; muito bem; o orador é abraçado e cumprimentado.*)

O SR. JOSÉ MARIANNO (*para uma explicação pessoal*) diz que, muito embora não tenha a responsabilidade do seu discurso publicado hoje no *Diario Official*, porquanto traz a nota de que não foi revisto pelo orador, todavia pediu a palavra para rectificar um aparte referente ao honrado representante pela Capital Federal.

Quando respondia a um aparte que lhe fôra dado por um digno representante de S. Paulo, o honrado representante pela Capital Federal, por um equívoco, julgou que o orador se referisse a elle. E isso deu lugar a um incidente. Hontem mesmo teve occasião de dar esta explicação. Entretanto, no *Diário Official* vem um aparte concebido nos seguintes termos: — «Quem é V. Ex.?» — quando o aparte foi dado do seguinte modo: — «Não é com V. Ex.».

Diz o orador que não se podia referir a um membro do Congresso do modo por que se acha no *Diário Official*.

Ratificado o aparte, o orador senta-se satisfeito

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na segunda discussão.

O Sr. THOMAZ DELFINO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, hontem, uma emenda apresentada pelo Sr. representante Arthur Rios ao art. 2º foi dividida em duas partes. A segunda parte, paragrapho unico, foi por V. Ex. posta a votos e rejeitada pela Casa.

Ora, desde que esse paragrapho rejeitado encerra materia identica, egual por sua natureza a que se acha no art. 3º, está tambem este rejeitado.

Sobre isto pego esclarecimentos a V. Ex.

O Sr. PRESIDENTE diz que o paragrapho unico do art. 2º estava em desharmonia com o art. 3º. Desde que foi approvada a emenda do Sr. José Hygino suppressiva da parte do paragrapho unico, desapareceu a incongruencia que havia entre as duas disposições.

O Sr. Pinheiro Guedes — Sr. Presidente, pedi a palavra para ponderar aos distinctos membros do Congresso, meus illustres collegas, que me parece que nós, os eleitos do povo para o Congresso Constituinte, aqui nos reunimos para procurar dar ao povo brasileiro uma lei, um código fundamental, que possa tornal-o realmente feliz: um código fundamental em que se respeitem, principalmente, os direitos do homem.

Sr. Presidente, tendo em vista melhorar o projecto constitucional, offerecendo á consideração do Congresso pelo Governo Provisorio, inscrevi-me para discutir o capitulo I. Mas, em consequencia de ter-se encerrado intempestivamente a discussão, não me foi dada a palavra.

A' ultima hora, visto não me ser possivel fallar, dirigi-me á Mesa, afim de apresentar algumas emendas. V. Ex., Sr. Presidente, disse-me que não podia recebê-las, porque não tinham sido apresentadas em tempo.

Reservei-me em tempo para occupar a tribuna e elaborei as emendas que pareciam-me convenientes para melhorar o projecto de Constituição no sentido de firmar a Republica e a Federação na nossa terra, o que todos nós desejamos intimamente, como verdadeiros patriotas, afim de que a Constituição seja realmente republicana federativa.

Sendo este o nosso intuito, permittir-me-á V. Ex. que eu recorra do seu juízo para o do Congresso.

V. Ex., antes de pôr em votação emenda por emenda ao projecto de Constituição, fez considerações tendentes a mostrar que as emendas apresentadas por mim constituíam um verdadeiro substitutivo e, por consequencia, reputava-as prejudicadas, desde que fosse votado o projecto constitucional. (*Apoiados.*)

Em primeiro logar, as emendas que formulei ao projecto de Constituição, não constituem projecto substitutivo como V. Ex. entendeu.

As emendas corrigem varios artigos da Constituição, mas não constituem projecto no seu todo.

A maioria das emendas que tive a honra de submeter á consideração dos meus collegas são additivas e têm por fim firmar a base democratica da Republica; outras são: algumas restrictivas, outras suppressivas; emendas, enfim, de diferentes ordens. Entre ellas ha uma que cercêa as attribuições demasiado amplas do Presidente da Republica, transformado em Imperador, apenas sem vitaliciedade.

Uma das emendas que tive a honra de offerrecer a este Congresso, tem por fim cuidar da divisão territorial do nosso paiz. Ninguém deixará de convir que é um assumpto este constituinte e que merece a attenção de toda esta Casa.

Algumas das outras emendas dizem respeito ao voto das mulheres.

Sr. Presidente, foi esta questão enormemente debalida nesta Casa, mas ninguém justificou a razão por que não se devia dar á mulher o direito de voto. (*Não apoiados e apartes.*)

Ninguém externou os motivos por que se lhe devia negar esse direito. (*Apartes.*)

Meus senhores, o voto não é uma concessão, é um direito, dependente de uma função; e, desde que a mulher concorre com o homem por seu trabalho em favor da sociedade, ella tem de facto o direito do voto (*Apartes*); do contrario é esbulhal-a de um direito que lhe pertence. (*Apartes.*)

Dizem que estamos ameaçados de uma bancarrota. E', portanto, preciso tratar de economisar, e para isso é que apresentei emendas reduzindo os ministerios a cinco. E' grande essa economia, que proponho.

Sr. Presidente, entre as emendas que apresentei ha uma que supprime o logar de Vice-presidente da Republica (*Apartes*), porque julgo um cargo sem função.

As outras emendas tambem me parecem dignas desta Casa e para as quaes peço a attenção dos meus dignos collegas membros deste Congresso, que se acham reunidos aqui comigo, para dotarmos a nossa Patria de uma Constituição livre.

VOZES — E' o que estamos fazendo.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Peço, pois, ao Congresso que considere as emendas que tive a honra de submeter á sua consideração, e peço licença para recorrer do juizo de V. Ex., Sr. Presidente, para o do Congresso, porque, ainda quando as emendas que apresentei constituíssem um substitutivo, não encontro no Regimento artigo algum que mande supprimir as emendas que aqui são apresentadas.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. pediu a palavra pela ordem e, portanto, não pôde fazer um discurso.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Quiz apenas justificar o requerimento que dirijo á Mesa e que é o seguinte: (lê)

«Requeiro a V. Ex. que consulte o Congresso sobre si julga que essas minhas emendas devem ou não ser votadas conjuntamente com as outras».

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Pinheiro Guedes reclama, ou antes, appella da decisão da Mesa, proferida hontem, para o Congresso, em relação a uma emenda apresentada por S. Ex. ao juizo constitucional.

Ao começar a votação, antes mesmo de submeter a votos o projecto em globo, eu expuz ao Congresso que entre as emendas figurava a do Sr. Pinheiro Guedes, que havia sido contemplada. Tendo examinado essa emenda, verifiquei que era um verdadeiro substitutivo a todo o projecto: aceitando uma secção, substituindo outra, enfim, organizando um plano inteiramente novo.

Nestas condições, pareceu-me que devia prevenir o Congresso, afim de que este ficasse seicnte de que a approvação do projecto importaria ficar prejudicada a emenda do Sr. Pinheiro Guedes.

Este alvitree foi adoptado pelo Congresso por unanimidade de votos, e a Mesa declarou prejudicada a emenda do Sr. Pinheiro Guedes. Então S. Ex. não fez a menor reclamação.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Não estava presente.

O SR. PRESIDENTE — Hoje, S. Ex. appella da decisão da Mesa, e é dever nosso satisfazer ao nobre representante. Vou, portanto, consultar o Congresso sobre a decisão tomada hontem pela Mesa.

Consultado o Congresso, quasi por unanimidade, sustenta o acto da Mesa.

O SR. PRESIDENTE annuncia que vão ser votadas as emendas ao art. 9º.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) diz que, tendo de votar-se as emendas ao art. 9º, parece-lhe que não é fóra do propósito requerer preferencia para serem votados os dous additivos, um do Sr. Lauro Müller e outro do Sr. Serzedello, regulando a cobrança de 15 % additionaes.

Comprehendo-se que se precisa de uma orientação segura para votar as emendas ao art. 9º.

Da decisão de Congresso, sobre o imposto de 15 %, é que se póde saber qual o rumo que se deve seguir na votação.

Si for approved o addicional de 15 %, já os estados poderão deixar de reclamar outras tantas fontes de receita de que não poderão prescindir si não tiverem esse auxilio, embora provisório, que a Constituição lhes faculta.

Deve, entretanto, dizer ainda ao Congresso que a lealdade daquelles que não querem que os estados do Norte fiquem completamente reduzidos á miseria...

O SR. MORAES BARROS — Isso ninguém quer.

... O SR. JOSÉ MARIANNO — ... os leva a pedir esta votação, para não serem impellidos pela força imperiosa da necessidade de votar pela emenda da deputação do Rio Grande, porque, na alternativa de ficarem os estados sem renda, fiquem então sacrificadas as rendas da União

O orador manifesta-se deste modo, porque quer a guerra franca, em campo aberto.

Além disto, a cobrança do imposto adicional de 15 % facultativa vai estabelecer a lucta de tarifas entre os estados.

O SR. PRESIDENTE observa ao nobre representante, que pediu a palavra pela ordem e está discutindo a materia.

O SR. JOSE MARIANNO acha procedente a observação do Sr. Presidente e pede que se votem de preferencia os dous additivos:

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS (*pela ordem*) pede que, para maior esclarecimento do Congresso, se digne o Sr. Presidente mandar ler integralmente as emendas, quando tiverem de ser postas a votos, e não como hontem se fez, o que deu logar na volação a muitas duvidas.

Observa que nesta alluviação tem-se visto muito atrapalhado em procurar a emenda que se tem de votar.

UMA VOZ — Tem-se declarado a pagina.

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS responde que algumas vezes isto se tem feito, e desejaria que se fizesse sempre; entretanto, o Sr. Presidente decidirá como entender.

Posto a votos o requerimento do Sr. José Mariano, é approvedo.

O SR. PRESIDENTE annuncia que vai se votar a emenda do Sr. Lauro Müller.

O SR. LAURO MÜLLER (*pela ordem*) requer que a volação dessa emenda seja feita por parte.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

Submettidas successivamente a votos as tres partes em que se divide o seguinte additivo do Sr. Lauro Müller e outros, inserta na pagina 74 do impresso, são approvedos a primeira parte e o § 2º do referido additivo, ficando adiada a volação do § 1º, por ter havido empate:

“A União cobrará durante cinco annos, em beneficio dos estados, 15 % additionaes aos impostos de importação que em cada um delles fôr cobrado.

§ 1º Fica exceptuado desta disposição o Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2º O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a quota que deve pertencer a cada um dos estados de Minas Geraes, Goyaz e Rio de Janeiro, do que fôr arrecadado na Alfandega da Capital Federal, em virtude destas disposições.”

Fica prejudicado o additivo do Sr. Serzedello, inserto na mesma pagina do impresso, por conter materia identica á emenda do Sr. Lauro Müller.

São successivamente postas a votos e rejeitadas as emendas dos Srs. Julio de Castilhos, Demetrio Ribeiro, Meira de Vasconcellos e Augusto de Freitas.

Submettida a votos a emenda do Sr. Gabriel de Magalhães, é considerado prejudicado o § 1º da mesma emenda e rejeitado o § 2º.

O SR. TOLENTINO DE CARVALHO (*pela ordem*) diz que a emenda que apresentou é suppressiva do § 2º do art. 9º, e não do § 3º do mesmo artigo, como está impresso.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Tolentino de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação da emenda additiva do Sr. Arthur Rios.

O SR. STOCKLER pede preferencia na votação para uma emenda identica, que apresentou ao § 9°.

O SR. ARTHUR RIOS reclama contra o modo por que se acha impressa a emenda.

O SR. FRÓES DA CRUZ acha que todas essas emendas, bem como uma que apresentou sobre a materia, acham-se prejudicadas em vista da resolução tomada hontem pelo Congresso.

Posto a votos o requerimento de preferencia do Sr. Stockler, é rejeitado.

Posto a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. Arthur Rios.

Ao art. 9°

Accrescente-se: — taxas de sello nos actos emanados e em negocios de sua economia.

E' considerada prejudicada a emenda do Sr. Alexandre Stockler, por conter materia identica á do Sr. Arthur Rios.

E' approvada a seguinte emenda do Sr. Alexandre Stockler ao numero 6:

— contribuições postaes e telegraphicas nos correios e telegraphos do Estado.

São consideradas prejudicadas as emendas do mesmo senhor ao n. 5, e do Sr. Fróes da Cruz ao § 2°.

E' approvada a seguinte emenda do Sr. Augusto de Freitas.

Accrescente-se ao art. 9° o seguinte:

§ 3.º Fica salvo aos estados o direito de estabelecerem linhas telegraphicas entre os diversos pontos de seus territorios, e entre estes e os de outros estados, que se não acharem actualmente servidos, taxar as contribuições, podendo a União desapropriar-os, sempre que fôr de interesse geral.

E' rejeitada a emenda substitutiva do Sr. Gabriel de Magalhães ao art. 10.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicada a emenda do Sr. Demetrio Ribeiro e outros mantendo a suppressão do art. 11.

E' rejeitada a emenda suppressiva do n. 2 do Sr. Tosta e outros, ficando prejudicada a emenda identica do Sr. Santos Pereira.

E' rejeitada a emenda do Sr. Almino Affonso ao § 2° do art. 11.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação da emenda do Sr. Couto Cartaxo ao § 2° do art. 11 e §§ 3°, 4°, 5°, 6° e 7° do art. 71.

O SR. COUTO CARTAXO (*pela ordem*) diz que por occasião da votação do n. 2 do art. 10, hoje 11, fôra esta adiada para ser votado quando se votasse o art. 72, hoje 71. Do mesmo modo requer que se consulte o Congresso para serem votadas as emendas relativas ao n. 2 do art. 11, por occasião da votação do art. 71.

O Sr. PRESIDENTE — Não pôde ser accedido o requerimento do nobre representante, porque é contrario ao que succedeu na primeira discussão.

O projecto foi votado por artigos, e agora foi votado em globo, salvo as emendas. O que resta, pois, ao Congresso é votar unicamente as emendas.

Si o nobre representante requer o adiamento da votação de sua emenda para quando se tratar do art. 71, submeterei a votos o requerimento, mas adiar a votação do art. 11, não posso.

Vozes — Votos; votos.

O Sr. COUTO CARTAXO não requereu o adiamento do art. 11, mas sim das emendas relativas ao n. 2 do art. 11. Em todo o caso retira o requerimento.

E' em seguida posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Couto Cartaxo.

E' rejeitada a emenda suppressiva do Sr. Meira de Vasconcellos, e outra ao art. 12, ficando prejudicado o substitutivo do Sr. Julio de Castilhos.

E' igualmente rejeitado o substitutivo do Sr. Demetrio Ribeiro e outros.

E' posta a votos e approvada a seguinte emenda do Sr. Baptista da Motta e outros ao art. 13:

Propomos que se acrescente: — devendo, porém, a navegação de cabotagem ser feita por navios nacionaes.

São rejeitadas as emendas do Sr. José Hygino e outros e do Sr. Gil Goulart e outros ao art. 14.

E' em seguida posta a votos e approvada o seguinte aditivo do Sr. Gil Goulart e outros ao art. 14:

Acrescente-se no final deste artigo:

Os officiaes da armada e classes annexas terão as mesmas patentes e vantagens que os do exercito, nos casos de igual categoria.

E' posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Almino Afonso ao art. 15.

O Sr. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao art. 16.

O Sr. FREDERICO BORGES (*pela ordem*) diz que o modo moroso por que se está fazendo a votação, que exige muita attenção de espirito, cansa extraordinariamente os representantes da Nação e o seu Presidente (Apoiados), e por isso requer se suspenda a sessão por 20 minutos, indemnizando-se o tempo perdido, para que todos possam descansar.

Posto a votos, o requerimento é approvado.

Suspende-se a sessão ás 2 horas e 35 minutos da tarde.

Reabre-se a sessão ás 2 horas e 55 minutos.

São rejeitadas as emendas dos Srs. Julio de Castilhos e outros, e Francisco Voiga, ao art. 16.

O Sr. PRESIDENTE declara que se vai proceder á votação da emenda do Sr. Almino Afonso ao art. 16.

O Sr. Justiniano de Serpa, obtendo a palavra pela ordem, requer que se vote separadamente a mesma emenda.

O Sr. ALMIRAO AFFONSO (*pela ordem*) faz identico requerimento.

O Sr. ALMIRAO AFFONSO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, não digo hoje mais de uma palavra.

V. Ex. está muito mortificado, e o Congresso tanto, pelo menos, como V. Ex. (*Riso*.)

Como as emendas que têm de ser recebidas já o estão *a priori* (*Não apoiados*), antes de toda votação...

O Sr. JOSÉ MARIANO — É uma especie de criação do mundo.

O Sr. ALMIRAO AFFONSO — ...sem offensa nenhuma á dignidade e patriotismo dos respectivos collegas...

UM SR. REPRESENTANTE — Isso é até um elogio.

O Sr. ALMIRAO AFFONSO — Não ha duvida nenhuma; ha presciencia.

...requeria a V. Ex., si é possivel desta vez, como de outras o tem feito muito legitimamente, que proponha a votação por partes.

UM SR. REPRESENTANTE — Já está requerido.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Requer a desmembração.

O Sr. ALMIRAO AFFONSO — A desmembração, é verdade (*Riso*); perfeitamente, accedo a palavra.

Consultado o Congresso, é approvedo o requerimento do Sr. Justiniano de Serpa e prejudicado o do Sr. Almirao Affonso.

Submettida a votos, é rejeitada a primeira parte e approvada a segunda da seguinte emenda do Sr. Almirao Affonso:

Art. 16. (Para serem collocados entre os §§ 2º e 3º, ou onde mais convier.)

§ A Constituição declara absolutamente nulla toda a eleição em que intervier, directa ou indirectamente, o poder administrativo ou governamental da Federação ou Estado.

§ A União reconhece e garante a representação das minorias, que regulará por lei.

O Sr. PRESIDENTE declara prejudicada a emenda do Sr. Marciano de Magalhães.

O Sr. Marciano de Magalhães, obtendo a palavra pela ordem, faz considerações para mostrar que não está prejudicada a primeira parte da sua emenda, e neste sentido requer que seja consultado o Congresso.

Consultado, o Congresso considera prejudicada a primeira parte da emenda do Sr. Marciano de Magalhães.

Posta a votos, a segunda parte da mesma emenda é rejeitada.

É rejeitada a emenda, do Sr. Meira de Vasconcellos e outros, ao art. 17.

É posta a votos e approvada a seguinte emenda do Sr. Campos Salles e outros ao mesmo artigo:

Depois das palavras: — O Congresso reunir-se-á na Capital Federal, a 3 de maio de cada anno — acrescenta-se: — salvo si uma lei ordinaria designar outro dia.

O Sr. Quintino Bocayuva, obtendo a palavra pela ordem, diz que a emenda que acaba de ser votada, na sua opinião, não attendeu convenientemente á redacção do artigo.

O SR. CAMPOS SALLES — Mas está salva a redacção.

O SR. QUINTINO BOGAYUYA (*lendo*): «O Congresso reunir-se-á, na Capital Federal, aos 3 de maio de cada anno, independentemente de convocação, e funcionará quatro mezes, da data da abertura, podendo ser prorogado ou convocado extraordinariamente.»

Explica o seu pensamento, para que os seus collegas vejam si é ou não admissivel a resalva da redacção que propõe. O seu pensamento é que somente o Congresso tem a auctoridade necessaria para prorogar as suas sessões.

O SR. ARTHUR RIOS — Essa faculdade está estabelecida em uma emenda que offereci.

VOZES — Ha duas emendas nesse sentido.

O SR. QUINTINO BOGAYUYA, continuando, observa que o Poder Executivo terá a faculdade de convocar extraordinariamente o Congresso, mas a prorrogação dos trabalhos do Congresso só a este compete. (*Muito bem.*)

Requer, portanto, ao Sr. Presidente que se digne de submeter à votação do Congresso, conjunctamente com este artigo, as emendas que a elle se referem.

O SR. PRESIDENTE — Estão se votando as emendas relativas ao art. 17; foi approvedo este, salva a redacção, na forma da propria emenda.

O SR. ARTHUR RIOS — Pego a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Arthur Rios.

O SR. ARTHUR RIOS pediu a palavra para dizer ao nobre Senador e ao Congresso que a idéa que S. Ex. acaba de suscitar está prevista na emenda, que teve a honra de offerecer á disposição deste artigo da Constituição, no qual dava-se ao Poder Executivo a attribuição de prorogar as sessões do Congresso. Na emenda a que se refere, o orador passou esta attribuição ao proprio Congresso, acrescentando que a prorrogação e o adiamento da sessão do Congresso só poderão ser determinados por votação do mesmo Congresso.

São, successivamente, submettidas a votos e approvadas as seguintes emendas do Sr. Arthur Rios: Onde se diz: — podendo ser prorogado, acrescenta-se: — adiado.

Acrescenta-se, no fim do artigo: A prorrogação e o adiamento da sessão do Congresso só poderão ser determinados por deliberação do mesmo Congresso.

E' rejeitada a emenda, do Sr. Cyrillo de Lemos, ao § 1º do art. 17, ficando prejudicada uma identica, do Sr. Frederico Borges, e additivo do Sr. Barbosa Lima.

E' rejeitada a emenda do Sr. Francisco Veiga ao art. 18.

E' approvedo o seguinte substitutivo, do Sr. José Hygino e outro, ao art. 18:

Substituam-se as palavras — as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros — por estas: as deliberações serão tomadas por maioria de votos, actuando-se presente em cada uma das emendas a maioria absoluta dos seus membros.

Fica prejudicada a emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação da emenda, do Sr. Francisco Veiga, ao paragrapho unico do art. 18.

O Sr. GABRIEL DE MAGALHÃES requer adiamento da votação desta emenda, para quando forem votadas as emendas ao art. 31.

Consultado, o Congresso rejeita o requerimento de adiamento.

E' em seguida posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Francisco Veiga.

São rejeitadas as emendas do Sr. Alcindo Guanabara e outros, e do Sr. João Vieira, ao art. 19.

São rejeitadas as emendas, dos Srs. Francisco Veiga e Corrêa Rabello, ao art. 20.

O Sr. JOSÉ HENRIQUE (*pela ordem*) requer verificação da votação da emenda do Sr. Corrêa Rabello.

Procedendo-se á verificação, reconhece-se ter sido a emenda rejeitada.

O Sr. PRESIDENTE declara que se vai proceder á votação da emenda, do Sr. Fróes da Cruz, ao art. 20.

O Sr. FRÓES DA CRUZ (*pela ordem*) apresentou esta emenda, depois que o Congresso deu aos estados a faculdade de legislar. Compreende-se que a interpretação de um artigo constitucional não pôde estar á mercê de leis de processo votadas pelos estados.

Crime affiançavel e crime inaffiançavel, não é uma classificação scientifica.

Prefere que o Congresso determine qual é o caso em que cada um de nós pôde soffrer um constrangimento, a dizer — crime affiançavel, ou inaffiançavel —, pois isso não corresponde a classificação scientifica alguma. (*Apoiados.*)

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Fróes da Cruz e outros.

E', igualmente, rejeitada a emenda suppressiva, do Sr. Alcindo Guanabara e outros.

E' rejeitada a emenda suppressiva da palavra — igual — contida no art. 22 e offerecida pelo Sr. Arthur Rios, ficando prejudicadas as emendas dos Srs. Thomaz Delfino, e Almeida Barreto e outros.

E' rejeitada a emenda substitutiva, do Sr. Theodoretto Souto, aos arts. 24 e 26 do projecto.

São, igualmente, rejeitadas as emendas dos Srs. Leovigildo Filgueiras e M. Valladão, ficando prejudicada a do Sr. Azeredo.

E' rejeitada a emenda do Sr. Gil Goulart e outros.

São postas a votos e approvadas as seguintes emendas, do Sr. Meira de Vasconcellos e outro, ao art. 24:

Em vez das palavras — ser nomeado — diga-se: aceitar nomeação.

Accrescente-se ao final do mesmo artigo o seguinte: sob pena de perda do mandato.

E', igualmente, approvado o seguinte additivo, do Sr. Custodio de Mello e outros:

Accrescente-se ao art. 24 o paragrapho seguinte:

Para cargo diplomatico e commando militar, em caso de guerra, ou naquelles em que se ache comprometida a honra e integridade da União, poderá ser nomeado senador ou deputado independentemente de licença da respectiva camara.

Ficam prejudicadas as emendas suppressivas, dos Srs. Lacerda Coutinho e outros, e Augusto de Freitas.

São rejeitadas as emendas dos Srs. Almeida Nogueira, Augusto de Freitas e Francisco Veiga ao art. 26, ficando prejudicadas as emendas dos Srs. Leovigildo Filgueiras e Julio de Castilhos.

São rejeitadas as emendas ao art. 26, offerecidas pelos Srs. Aleindo Guanabara e Pedro Americo.

Estando dada a hora, o Sr. Presidente declara adiada a votação.

Vem á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Declarámos ter votado contra a emenda, do Sr. Lauro Müller e outros, que estabelece a taxa adicional de 15 % sobre o valor da importação, em favor dos estados.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *B. de Campos. A. Gordo. — Domingos de Moraes. — Almeida Nogueira. — Francisco Glicerio. — Costa Junior. — Alfredo Ellis. — Paulino Cardoso. — Mursa. — Rodolpho Miranda. — Angelo Pinheiro. — A. Moreira da Silva. — Carvalho. — Campos Salles. — M. Prado Junior. — Rubião Junior. — Carlos Garcia. — Rodrigues Alves.*

Declarámos ter votado contra a emenda que estatuiu, em beneficio dos estados, a cobrança, durante cinco annos, de 15 % additionaes aos impostos de importação, cobrados em cada um delles, por preferirmos a emenda que deixava facultativa essa taxação, o que melhor consultava os interesses dos estados.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Lauro Sodré. — Serzedello Corrêa. — Cantão. — Antonio Baena. — Matta Baccellar. — Manoel Barata. — Pedro Chermont. — Paes de Carvalho.*

Declarámos ter votado a favor do § 1º da emenda do Sr. Lauro Müller e outros, que isenta o Rio Grande do Sul dos 15 % additionaes.

Sala das sessões, 4 de janeiro de 1891. — *Luiz de Andrade. — João de Siqueira. — Espirito Santo. — José Marianno. — André Cavalcanti. — José Hygino. — Antonio de Carvalho. — José Sincão. — Almeida Pernambuco. — Belarmino Carneiro.*

Declarámos que si cedemos os nossos votos ao principio de egualdade de subsidio para as duas camaras, foi no sentido de não haver augmento algum no subsidio que corresponde aos deputados.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Joaquim Valladão. — Ivo do Prado.*

Declarámos que votámos contra a emenda que estatue a arrecadação de 15 % additionaes ao imposto de importação: 1º, porque julgamos essa medida summamente prejudicial aos interesses da União, pesando sobre a sua principal fonte

de receita e tirando-lhe a possibilidade de procurar nella recursos para os casos necessarios; 2º, porque, posta ella em pratica, mais difficil se tornará a vida do povo, já gravado por impostos pesadissimos; 3º, porque julgamos tal disposição perturbadora do systema federativo, marcando aos estados inferior tributavel, evidentemente da exclusiva competencia da União. Declaramos mais que votámos a favor da excepção quanto ao Estado do Rio Grande do Sul, além de muitas outras razões, pela de julgarmos impossivel a repressão do contrabando, desde que se eleve extraordinariamente o imposto de importação.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Pereira da Costa*. — *Thomaz Flôres*. — *Abreu*. — *Alcides Lima*. — *Victorino Monteiro*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Reniero Barcellos*. — *B. Osorio*. — *Menna Barreto*. — *Julio Frota*. — *Assis Brasil*. — *Fernando Abbott*. — *Pinheiro Machado*. — *Julio de Castilhos*. — *Borges de Medeiros*. — *Homero Baptista*.

Declaramos que votámos contra a emenda que supprime a liberdade da navegação de cabotagem, entendendo que em lei ordinaria devem ser equiparadas as condições da navegação nacional e estrangeira. — *Julio de Castilhos*. — *Homero Baptista*. — *Julio Frota*. — *Pereira da Costa*. — *Pinheiro Machado*. — *Borges de Medeiros*. — *Thomaz Flôres*. — *Fernando Abbott*. — *Assis Brasil*. — *Alcides Lima*. — *R. Osorio*.

Os representantes de S. Paulo votaram contra a emenda, do Sr. Baptista da Motta e outros, que supprimiu a liberdade de navegação de cabotagem, exigindo que só seja feita por navios nacionaes.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *B. de Campos*. — *A. Gordo*. — *Moraes Barros*. — *A. Moreira da Silva*. — *Campos Salles*. — *C. Garcia*. — *Angelo Pinheiro*. — *Costa Junior*. — *Carvalho*. — *Paulino Carlos*. — *Rodrigues Alves*. — *Almeida Nogueira*. — *Rubião Junior*. — *Alfredo Ellis*. — *Domingos de Moraes*. — *Lopes Chaves*. — *Glicerio*. — *Rodolpho Miranda*.

Declaro que votei a favor da emenda ao § 13 do projecto de Constituição, para que a navegação de cabotagem seja puramente nacional, conquanto me opponha, como demonstrei em sessão ordinaria, a qualquer monopolio de navegação nacional, como agora succede com a Companhia Lloyd Brasileiro, que reúne em si cinco companhias de navegação subvencionadas, percebendo todas essas subvenções, que montam a quasi 3.000.000\$000.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *J. Retumba*.

Requeiro que se consigne na acta que, tendo assignado a emenda, dos Srs. Baptista da Motta e outros, ao art. 13, five, depois, de votar contra, por verificar, por um estudo accurado do assumpto, que visava tal emenda um privilegio insustentavel. — *S. R.* — *J. de Serpa*.

Declaro que votei contra a emenda, do Sr. Serzedello, ao art. 1º do projecto, bem como contra as emendas, dos Srs. Arthur Rios e A. Stockler, aos ns. 3 e 4 do art. 7º.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *José Eygino*.

Declaro que votei pela emenda dos Srs. Baptista da Motta e outros, redigida nestes termos: — devendo, porém, a navegação de cabotagem ser feita por navios nacionaes.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*

Declaro que votei contra as emendas ao art. 24 do projecto de Constituição, em 2ª discussão, assignados pelos representantes Gil Goulart, Theodoro Souto, A. Azeredo, e a favor da emenda, ao mesmo artigo, do representante Meira de Vasconcellos.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891 — *Americo Luz.*

Declaramos, para evitar duvida, que as expressões — liberdade bancaria — empregadas na emenda ao art. 33, § 8º, significam pluralidade bancaria, isto é, que, embora regulados por lei federal sómente, hajam no paiz tantos bancos emissores quantos forem precisos, segundo o desenvolvimento economico deste, e dentro dos limites e condições legais estabelecidas.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891. — *A. Cavalcanti e outros.*

O Sr. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Continuação da votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 25 minutos.

48ª SESSÃO, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidência dos Srs. Antonio Eusebio e Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Antonio Eusebio, Paes de Carvalho, João Neiva, Costa Rodrigues, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Gueia Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Kalunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodoro Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmiano da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Montello de Barros, Quintino Bocayuva, Lapêr, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Sablanta Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Candeia, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Baccellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira,

Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Aufrasio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Congalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retunha, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguilar, André Cavaleanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Bezouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Testa, Seabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Viciato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, Franca Carvalho, Baptista da Molla, Frôes da Cruz, Aleino Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Thomaz Delfino, Antonio Olynthio, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicácio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Ernesto de Oliveira, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flôres, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demétrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão. 3

Deixam de comparecer, com causa os Srs.: Frederico Serrano, João Severiano, Generoso Marques, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Conde de Figueiredo, Matta Machado, João de Avellar, Cesario Motta Junior; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Luiz Murat, Domingos Jesuino, Vinhaes, Badaró, Fer-

reira Brandão, Bueno de Paiva, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto e Antonio Prado.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 2º SECRETARIO (*servindo de 1º*) procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 3 do corrente, communicando que na presente data se transmittie ao Ministerio da Guerra a resolução do Congresso Nacional, approvada em sessão de 28 do mez findo, propondo fosse indelida ao Governo Provisorio a conservação perpetua do nome do fallecido Dr. Benjamin Constant no *Almanack Militar*, no logar que lhe competia entre os generaes de brigada. — Inteiro.

O Sr. Cantão — Srs. do Congresso, sou obrigado a subir á tribuna neste momento, porque pertence ao numero daquelles que não tiveram o ensejo de occupal-a, nem na primeira nem na segunda discussão do projecto de Constituição, e começarei por levantar uma queixa contra V. Ex., Sr. Presidente, a quem, principalmente, é devida a preferença que eu e muitos outros collegas soffremos. (*Apoiados.*)

Quando tive a honra de occupar a tribuna por occasião da discussão da moção do illustre representante do Rio de Janeiro, Sr. Erico Coelho, declarei que precisava tratar de alguns pontos da Constituição, e, particularmente, para justificar uma emenda que apresentaria, como, de facto, apresentei, e para contestar algumas asserções que aqui haviam sido avancadas relativamente ao Estado do Pará, que tenho a honra de representar.

Nesse dia, deste logar, dirigi-me ao digno Presidente do Congresso, pedindo a bondade de reservar-me um logar na inscripção para a 2ª discussão.

Mas, infelizmente, para mim, no dia em que foi aberta essa discussão e feita a inscripção, não era o Sr. Presidente quem presidia os nossos trabalhos, mas sim V. Ex., como Vice-Presidente.

Então, fiz á V. Ex. um appello, em meu nome e no de todos aquelles que tinham sido preteridos na 1ª discussão, para que, no uso da faculdade, ou arbitrio, que ao Presidente do Congresso dá o art. 22 do nosso Regimento, senão por principio de rigorosa justiça, ao menos por equidade, dêsse precedencia na inscripção aos deputados e senadores que não tinham podido tomar parte na 1ª discussão.

O SR. MIGUEL CASTRO — O mesmo aconteceu a mim. —

O SR. CANTÃO — Este appello, que fiz ao espirito justiceiro de V. Ex., produziu effeito contrario do que era de esperar: foi tomado como offensa, e paguei a minha ousadia, sendo collocado no 42º logar, quando, entretanto, fui um dos primeiros a pedir a palavra, e quando, mesmo anteriormente, já eu tinha pedido ao nosso digno Presidente que tivesse a bondade de inscrever-me em logar em que me pudesse tocar a palavra, e estou certo de que o meu pedido seria satisfeito si elle estivesse presidindo os nossos trabalhos.

O SR. MIGUEL CASTRO — Console-se connigo, que fui collocado no 55°.

O SR. CANTÃO — Devido a insistentes pedidos, fui, por muito favor, transferido, depois, para o 20° lugar, mas, ainda assim, não pude usar da palavra, porque a discussão, como era previsto, foi encerrada antes de caber-me a vez de fallar.

O SR. BELFORT VIEIRA — Estamos votando emendas de que não tinhamos conhecimento e que nem foram sujeitas á discussão.

O SR. CANTÃO — Certamente, estão sendo votadas emendas que os seus auctores não puderam justificar. Eu precisava, como disse, justificar uma, que offereci, a qual julgo de provincia, hoje Estado do Pará tem sido oneroso ao Estado dos projectos de leis; mas não o pude fazer, porque a discussão foi encerrada.

Portanto, a mim e aos meus collegas que tambem foram preferidos, não nos resta outro remedio senão resignarmos-nos, queixando-nos, porém, de V. Ex., pela injustiça com que procedeu.

Mas o que não posso é deixar de desempenhar-me do compromisso, que tomei, de contestar algumas asserções, desta tribuna proferidas relativamente ao Estado do Pará, minha terra natal, e que tantas vezes me tem distinguido com o seu mandato, porque não quero que fique consignado nos *Annaes* deste Congresso, como se pôde inferir, que a antiga provincia e hoje Estado do Pará tem sido oneroso ao Estado Geral, usando da linguagem do tempo da Monarchia, e hoje á União, porque a verdade é, justamente, o contrario disso.

Vou, especialmente, apreciar a tabella, ou quadro, apresentado pelo illustre representante de Pernambuco, o Sr. Espirito Santo, com o qual pretendeu justificar o seu plano sobre a discriminação das rendas, e mostrarei que S. Ex. não leve razão em considerar o Pará como concorrendo para as despesas da União com menor quantia, ou porcentagem de suas rendas, do que a Bahia, Pernambuco e alguns outros estados, e, portanto, custando mais á União do que estes outros estados.

S. Ex. propõe que cada um dos estados deve contribuir para essas despesas com 30 % de suas rendas; mas, não sei por que operação ou calculo, sendo a contribuição a mesma para todos os estados, S. Ex. conclue que o Pará contribuirá com 69 %, ao passo que a Bahia concorrerá com 86 %, Pernambuco com 89 %, Alagoas com 84 % e a Parahyba com 81 %, etc.

Bastaria, Sr. Presidente, para contestar estas asserções do distincto representante, appellar para o quadro que aqui tambem nos apresentou o honrado ex-Ministro da Fazenda, pelo qual se vê que o Pará e S. Paulo são os dois unicos estados que têm saldo a seu favor, comparada a despesa que a União com elles faz, com as suas receitas...

O SR. ANTONIO BAENA — Apoiado.

O SR. CANTÃO — ... pois não é admissivel que um Estado que tem saldo a seu favor, deduzidas as despesas com elle feitas pela União, concorra para as despesas desta com menor quantia do que outros estados que têm *deficits* contra si.

Mas adduzirei outras considerações.

Si a contribuição dos estados tem a mesma base, 30 % segundo o plano do illustre representante, a mesma também deve ser a proporção guardada entre essa base e a renda de cada um delles (Apoiados); mas não é isso o que diz a tabella do honrado representante, e sim que uns estados concorrem com maior, e outros com menor porcentagem.

Ainda mais, a porcentagem com que cada Estado tem de concorrer para as despesas da União está na razão inversa das despesas feitas pela União com os mesmos estados; isto é, quanto maior for a despesa feita pela União com um Estado, tanto menor deve ser a porcentagem com que elle deve contribuir para a União, porque tal porcentagem é a differença entre a renda desse Estado e a despesa que a União com elle faz.

Ora, dizendo o illustre representante que o Pará concorre com 69 %, ao passo que a Bahia concorre com 36 %, Pernambuco com 89 %, importa dizer que o Pará onera mais a União do que a Bahia e Pernambuco, e, alé, outros estados em que ha grandes *deficits*, em que a receita não chega para occorrer ás despesas que elles custam á União.

S. Ex. apresentou diversas rubricas em sua tabella, como — rendas de cada Estado, — renda federal de accôrdo com o seu projecto, porcentagem da contribuição dos estados, etc.; mas esqueceu-se de uma, referente a um elemento essencial, qual é a da despesa que a União faz com cada um dos estados, porque só comparando a receita com a despesa é que se pôde ver si ha saldo a favor dos estados, ou a favor da União.

Mas o nobre representante não apresentou este elemento; portanto, ao seu calculo falta uma das bases mais importantes, e, mesma, indispensaveis.

O SR. LOPES TROVÃO — E' perfeitamente deficiente esse calculo.

O SR. CANTÃO — O nobre ex-Ministro da Fazenda apresentou o seu quadro mais bem organizado, por que nelle constam não só as rendas dos estados como as despesas feitas pela União com cada um delles, tomando por base de seu calculo o anno de 1889.

UM SR. REPRESENTANTE — E foi pena que não especificasse essas despesas.

O SR. CANTÃO — Especificou, mais ou menos. Ponderarei que S. Ex. tomou por base do seu quadro o anno de 1889, em que houve uma forte crise commercial no Estado do Pará, e por essa razão a renda neste exercicio foi apenas de 7.600 contos, como diz a tabella do nobre ex-Ministro, quando a receita ordinaria é de 10 a 11.000 contos. Por esse quadro apresentado pelo nobre ex-Ministro se vê que o Pará teve um saldo, excluida a quota de 3.600 contos, com que é fintado para as despesas com o servico da divida publica, amortização e juros, — teve um saldo, digo, a seu favor, de 5.153 contos; isto em um anno em que a renda foi escassa.

De sorte que em outros annos em que não haja crise commercial e, portanto, em que a renda suba a 10 ou 11.000 contos, como tem subido, o saldo será de 8.000 e tantos contos.

E, de facto, é este o saldo que o Pará tem tido, é com esta importante somma que elle, ha muitos annos, tem contribuido para as arcas do Thesouro Nacional.

Entretanto, por esse mesmo quadro verifica-se que a Bahia, sem fallar na quota para o serviço da divida publica, tem um saldo de 1.465 contos, Pernambuco 3.262 contos, S. Paulo 14.000 contos.

Refiro-me, especialmente, a Bahia, Pernambuco e Pará, por serem os tres mais importantes estados do Norte, e acaba o Congresso de ver que o saldo a favor do Pará é maior do que o da Bahia e de Pernambuco.

Attendendo-se, porém, para a quota com: que elles têm de concorrer para o serviço da divida publica, a qual é de 3.600:000\$ para cada um, desapparecem os saldos da Bahia e de Pernambuco, os quaes são substituidos pelos *deficits* de 2.134:000\$ para a Bahia e 337:000\$ para Pernambuco; entretanto, ainda nessas condições, o Pará conserva um saldo de 1.533:000\$000.

Isto, repito, em um anno de escassa renda, por effeito da crise commercial. Em outros annos, esse saldo elevar-se-á de 3.000:000\$ a 4.000:000\$000.

Ora, Senhores, de um Estado nestas condições, que dá á União recursos para pagar as despesas que faz com elle, e ainda deixa um excedente de 3 a 4.000:000\$, pôde dizer-se que concorre para a despesa da mesma União com menos porcentagem do que a Bahia e Pernambuco, quando estes dois estados apresentam *deficits*?

Quero, Sr. Presidente, que nos *Annaes* deste Congresso fique consignado, não que o Pará é oneroso á União, mas sim que o Pará, nem no tempo do Imperio nem actualmente, tem sido pesado aos cofres da Nação, nem tem concorrido para que o estado das finanças federaes não seja lisongeiro.

Elle tem realizado os seus melhoramentos e desenvolvimento, quer materiaes, quer intellectuaes, pelos seus proprios recursos, e com elles pôde viver desassombradamente.

UM SR. REPRESENTANTE — O mesmo se dá com o Amazonas.

O SR. CANTÃO — Sim, Senhor, o mesmo se dá com o Amazonas.

Devo, ainda, notar que o Estado Geral não tem auxiliado o Pará em cousa nenhuma; ao contrario, tem-se aproveitado de alguns melhoramentos feitos por aquelle Estado a expensas proprias.

E' assim, Sr. Presidente, que o cães de marinha, que é obra de natureza geral, e em todos os outros estados tem sido construido á custa dos cofres geraes, no Pará foi construido á custa da provincia, não só o cães como o aterro da parte que fica entre o cães e a terra.

O cães passa em frente do edificio da Alfandega; pois hem: o Governo geral utilizou-se não só dessa parte do cães, para nella collocar os dois guindastes da Alfandega, para embarque e desembarque de mercadorias, como da parte aterrada entre o cães e o edificio da Alfandega, para nella fazer assentar trilhos pelos quaes são transportadas as mesmas mercadorias.

O SR. ANTONIO BAENA — E' exacto.

O SR. CANTÃO — A provincia reclamou ao Estado Geral — que a indemnizasse, ao menos, dessa parte do cães e do terreno aterrado, de que o Governo se havia apoderado para seu exclusivo serviço: pois não foi attendida, e até hoje se

tem o Governo utilizado desse grande melhoramento, para o serviço aduaneiro, feito á custa da provincia.

Ainda mais: a provincia mandou construir uma bonita ponte, para embarque e desembarque. Logo que ficou prompta, um Presidente mandou entregal-a á Alfandega, e por ella a Guarda-Moria faz todo o seu serviço, tanto que é denominada e conhecida por — ponte da Guarda-Moria.

Entretanto, o Governo geral nem ao menos presta-se a mandar fazer os reparos de que ella ás vezes precisa. A provincia é que carrega ainda com essas despesas.

Do sorte que o Estado Geral utiliza-se della sem ter gasto, nem gastar, um real.

Parece-me, Senhores, que estes dois factos seriam bastante para mostrar não só que o Estado do Pará não precisa dos recursos da União, como, tambem, que esta tem-se utilizado dos proprios recursos delle. Acrescentarei, porém, outros.

A unica estrada de ferro que tem a provincia, e já conta 70 a 80 kilometros, foi construida, primeiramente, por uma companhia com garantia de juros da provincia, depois foi encampada pela mesma provincia.

Eu e os meus collegas de representação naquello tempo, muito trabalhamos para que o Governo, ao menos, desse garantia de juros; mostrou-se que ella satisfazia a todas as exigencias para que lhe fosse concedida essa garantia; mostrou-se que a estrada de ferro era de grande vantagem, porque dava 4 % de rendimento: pois nada foi sufficiente para que o Governo desse ao Pará essa unica garantia que se lhe pedia, ao passo que deu-se, e tem-se dado, em grande escala, a outros estados. Lá está sendo a estrada custeada pelo proprio Estado do Pará.

Ainda mais: todos os rios do Estado — posso dizel-o — são, hoje, navegados a vapor; umas linhas subvencionadas pelos cofres do Estado, outras devidas á iniciativa particular ou á propriedade de importantes negociantes; e isto ainda concorre para augmentar a renda da União indirectamente, nem preciso demonstrar, porque assim acontece.

Entretanto, Sr. Presidente, ha pouco, pediu-se ao Governo da Republica que concorresse com a quantia de 300 ou 400 contos para se augmentar a Alfandega, que já se vai tornando insufficiente para o grande trafego commercial e já não corresponde ás necessidades do florescente e sempre progressivo commercio do Pará, — do que resulta algum prejuizo para a arrecadação das rendas publicas, e grande para o commercio.

Aquella quantia não foi concedida; de sorte que o commercio lucia com milhares de difficuldades, o fisco da mesma maneira, porque não ha um edificio bastante espacoso em que as mercadorias sejam recolhidas e resguardadas do tempo.

O unico favor, ou beneficio, que dos poderes geraes tem o Pará recebido, é a creação da Companhia de Navegação do Amazonas, subvencionada pelos cofres geraes.

UMA VOZ — Não é favor; ao contrario, prejudica o nosso commercio. (*Ha outros apartes.*)

O SR. CANTÃO — É preciso ser justo. Hoje, a subvenção a essa Companhia póde ser dispensada, porque com ella...

O SR. SERZEDELLO — Tem sido a causa da morte de todas as companhias que se têm querido estabelecer no Pará.

O SR. CANTÃO — ... estabelece-se uma especie de monopólio, e difficulta-se a concorrência de outras companhias não subvencionadas. Mas até certo ponto esta Companhia prestou importantissimos serviços. Podemos dizer que o progresso do Pará e do Amazonas é devido a esta Companhia.

UM SR. REPRESENTANTE — Nos primeiros 25 annos.

O SR. CANTÃO — Só depois do seu estabelecimento foi que estes dois estados, então provincias, começaram a prosperar, com o desenvolvimento que hoje apresentam; só depois della foi que augmentaram as suas rendas, assim como as rendas geraes; e si o Governo tem feito despesas productivas, uma dellas é a subvenção que tem dado á Companhia do Amazonas, porque essa despesa tem produzido 1.000 por 1, ou talvez mais.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas, hoje, não ha mais razão de ser para essa subvenção.

O SR. CANTÃO — Não estou dizendo que haja razão, hoje, para a subvenção: estou dizendo que a despesa que o Estado tem feito com o estabelecimento desta Companhia tem sido fartamente compensada, na razão de 1.000 por 1, e, ao menos que me conside, creio não haver empresa alguma no paiz que dê tão grandes lucros, tanto rendimento ao Estado, como a Companhia de Navegação do Amazonas; creio mesmo que o Governo nunca fez despesa mais productiva do que com a subvenção a essa Companhia.

O SR. PRESIDENTE — Observo ao nobre representante que está finda a hora do expediente.

O SR. CANTÃO — Obedeço a V. Ex., Sr. Presidente, apesar de que ainda tinha alguma cousa a dizer; vou concluir.

E' força confessar que o progresso do Pará e do Amazonas é devido a essa Companhia, nos primeiros annos, e que a ella tambem é devido o augmento da renda geral.

Depois, estabeleceu-se, é verdade, a concorrência, crearam-se companhias subvencionadas pela provincia, mandaram-se construir vapores particulares, os quaes fazem, hoje, toda a navegação dos rios do Pará e do Amazonas; de maneira que se póde, hoje, dispensar á Companhia a subvenção geral; mas seria injustiça e ingratidão negar-se que muito se deve a ella, e que foi ella quem iniciou e deu impulso ao desenvolvimento e progresso dos estados do Pará e Amazonas. *(Ha um aparte.)*

Eu pretendia, Sr. Presidente, tratar de outros pontos, embora de passagem, do projecto de Constituição; não queria discurrir, queria servir-me delles como uma transição, para tratar de certos actos, que tenho visto praticar aqui neste Congresso. Eu queria sustentar a opinião, que já uma vez emittii, de que este Congresso, na qualidade de Constituinte, não póde tomar contas ao Poder Executivo *(Apoiados)*, porque elle não tem uma base, não tem o direito de o fazer, porque não ha lei alguma que a tanto o auctorize.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas, quem ha de fiscalizar os actos do Governo?

O SR. CANTÃO — Quem fiscalizava, antes, da nossa reunião? Que direito temos nós de fiscalizar, quando estamos ainda em plena Dieladura? Nós não temos esse direito, não temos essa attribuição. *(Apartes.)*

Em sessão ordinaria, sim, poderemos tomar contas ao Governo, porque, então, já temos leis em que fundar nosso procedimento; mas, actualmente, não, porque, repito, estamos ainda em plena Dictadura, o que não nos dá o direito de tomar contas ao Governo, perguntando-lhe daqui: Que providencias tendes tomado, por este ou aquelle motivo?

Elle poderia responder: Não é de vossa competencia, não é attribuição vossa fazer essa pergunta; e, portanto, não respondo.»

A Constituição é que vai estabelecer os poderes do Estado, e que vai collocar cada um desses poderes na esphera de suas attribuições; e, então, o Poder Legislativo terá a competencia e direito de indagar como o Executivo cumpre as leis por elle formuladas; antes disso, porém, não nos assiste esse direito.

Mas o tempo está terminado, e obedeco a V. Ex. retirando-me da tribuna. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — A queixa que o nobre representante reproduziu, já tive occasião de mostrar que não tem razão de ser. O próprio nobre representante reconheceu que o meu procedimento esteve de accôrdo com o Regimento, e isto me basta.

O SR. CANTÃO — V. Ex. não infringiu o Regimento, mas não foi justo.

Estando terminada a hora do expediente, o Sr. Ubaldino do Amaral requer prorrogação por 10 minutos, afim de tratar de negocios urgentes.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. representante Ubaldino do Amaral.

O SR. UBALDINO DO AMARAL (*Movimento geral de grande attenção*) — Sr. Presidente, o Congresso resolveu, hontem, de modo irrefratavel, e com o meu voto, que não podem ser senadores nem deputados aquelles que exercerem o cargo de Presidente ou director de companhia, que receba favores do Governo.

O SR. FRANCISCO VEIGA — Não de modo irrefratavel.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Foi, porque...

UMA VOZ — Ha uma terceira discussão.

OUTRA VOZ — Mas não para a hypothese.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — ... porque a materia do artigo já tinha sido approvada em 1.^a discussão, e o foi, agora, em segunda; e, portanto, não está sujeita á terceira. Só na votação de hontem é novo um additivo, mas que é consequencia logica do que já estava votado — isto é, a pena da perda do mandato, para a infracção de que trata o art. 24 (*le*):

«O deputado ou senador não póde ser presidente, ou fazer parte de companhia ou empreza, que gosar de favores do Governo Federal.»

Essa votação irrefratavel collocou muitos dos membros do Congresso em uma situação esquerda, e um dellos sou eu. E' verdade que a Constituição não está promulgada nem publicada: portanto, em regra, não está em execução. Mas

quando se trata dos membros desta Casa, parece que se pôde interpretar de modo diverso: ficarmos nós, pelo menos, na duvida si ainda somos membros do Congresso.

Vozes — Sem duvida que sim.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Alguns dos meus collegas levaram tão longe o seu escrupulo, que, apenas votado o artigo, se retiraram da casa.

O SR. ESPIRITO SANTO — Supponha que se retirassem da presidencia dos bancos.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Pego ao Sr. representante Espirito Santo que respeite mais a dignidade dos seus collegas, não entrando nas suas intenções.

O SR. ESPIRITO SANTO — Perdão! Quando houvesse incompatibilidade entre presidente de banco e membro do Congresso, eu ficaria como membro do Congresso. Não vejo o que ha de censura, ou offensa, no meu aparte.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — O Sr. representante não tinha que supôr.

O que devia era esperar o procedimento de seus collegas e não procurar fazer ensinamentos sobre o seu proceder.

O SR. ESPIRITO SANTO — Tenho o direito de pensar do modo que entender.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Quer elles se resolvam pelo mandado, quer pelo exercicio de uma profissão tão nobre como outra qualquer, estão perfeitamente no seu direito, e não têm de dar satisfação a pessoa alguma. (*Muito bem.*)

O SR. ESPIRITO SANTO — A missão de mandatario do povo é, sem duvida, superior.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Ha uma certa difficuldade, Sr. Presidente, neste artigo, porque, para bem conhecer o seu alcance, faz-se necessario saber, tambem, a intenção daquelles que votavam. Por minha parte, declaro que não posso formar juizo.

Sei que para uns este artigo não é mais do que um pre-conceito do antigo parlamentarismo. Suppuzeram muitos membros do Congresso que os ministerios ainda continuavam a ser comissões do parlamento, que continuavam a ser feitos e desfeitos por elle: estão illudidos.

Pensaram outros, que deviam incompatibilizar estas duas funções, porque assim entendiam combater a plutocracia, o que em termos vulgares significa odio ao capital.

E houve, tambem, quem dissesse que era um meio de arredar algumas pessoas, que prejudicavam a politica do seu Estado. (*Oh!*)

Si, com effeito, se pretende declarar guerra ao capital, e se entende que os directores de companhias e emprezas são os plutocratas, a razão prevalece desde já. Si o motivo da disposição constitucional é arredar pessoas que possam ser desagradaveis a alguns dos collegas, deve, tambem, prevalecer desde já. Por outros motivos, não.

O SR. RETUMBA — Devem, então, tambem incompatibilizar os accionistas.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Devo declarar que a minha pessoa e os meus interesses não estão em jogo, e por isso

respondi com certa altivez, de que não cōstumō usar, quando ha pouco fui interrompido. Não dependo, nesta questão, nem do Governo nem do Congresso. Quando se trata de mim, sou eu quem faz os decretos. (*Muito bem!*)

O SR. LOPES TROVÃO — E V. Ex. é homem honesto, para fazel-o. (*Apoiados.*)

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Ha de se me fazer a justiça de crer que eu não precisava de que alguém me indicasse o modo de proceder.

O SR. ESPIRITO SANTO — Não o indiquei a V. Ex.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Eu não iria fazer o confronto das funcções de legislador constituinte e, mesmo, de legislador ordinario com as funcções de um administrador de empresa particular.

V. Ex., Sr. Presidente, far-me-á a justiça, si alguma vez ouviu fallar a meu respeito, de crer que eu não iria, mesmo, pôr na balança as vantagens e proventos de um e outro cargo; só o que me competia era decidir de mim mesmo, para ver onde me acharia no meu logar, onde poderia prestar algum serviço (si é que serviço posso prestar)...

VOZES — Muito bem; muito bem.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — ... si no seio do Congresso, si no humilde escriptorio de uma empresa ou companhia. E, si levasse muito longe o exame, seria possível que chegasse a este resultado — que estava deslocado em um e em outro logar. (*Muitos não apoiados.*) Havia de continuar a ser traça de cartório, (*Muitos não apoiados*), simples legisleiro, advogado. Mas, declaro ao Congresso, para que se tranquillizem aquelles que têm tanto ciúme de minha dignidade, declaro, desde já, que, seja qual for a decisão do Congresso, quer eu esteja compativel, quer incompativel, que sou eu quem se desincompatibiliza. (*Muito bem.*)

Não é de mim que se trata, porque deixei de ser presidente de uma companhia; mas é preciso fazermos justiça a muitos dos nossos collegas que não têm a liberdade de proceder do mesmo modo, e isto por motivos muito dignos de respeito.

Ha alguns collegas a quem estão confiados interesses de tal monta, que não lhes é licito, na hora em que quizerem, cortar as relações em que se acham com as companhias, bancos e empresas; si o fizessem, procederiam mal.

E' necessario que o Congresso diga si está resolvido que os *plutocratas*, os homens da industria, estão incompativeis com o logar de deputado ou senador.

Não quero discutir o vencido. Dei o meu voto a favor da emenda, e dei-o, confesso, por um motivo que pôde ser censuravel, de franqueza: dei-o, justamente, porque era presidente de uma companhia que gosa de vantagens do Governo federal.

Não quero, mas lamento o facto que se deu entre nós.

Quando vi que alguns homens especialistas, financeiros, economistas e industriaes, procuravam obter logares no Congresso, dei a mim mesmo parabens. Havia ali um motivo que considero patriótico, e havia, tambem, um lado pratico.

Dizia eu — quando nós temos uma situação financeira difficillima, é necessario que os grandes financeiros entrem para o Congresso, porque, uma de duas, ou elles illustrarão

as discussões e nos darão a melhor solução ás questões financeiras, ou mostrarão a sua incapacidade, e não terão o direito de continuar a accusar o bacharelismo por todas as desgraças do paiz.

Não quero que as minhas palavras sejam tomadas á má conta. Parece-me, porém, que o Congresso revelou não querer ouvir os especialistas; encerrou as discussões sem ouvir as pessoas competentes sobre materia tão importante. (*Trocam-se muitos apartes.*)

Não me refiro só á inscripção, que era em tão grande abundancia, que, necessariamente, muita gente ficaria prejudicada: o Congresso mostrou muitas vezes que a ninguém queria ouvir.

Nas nossas discussões acontecia que quando esta tribuna era occupada — ou era circulada de um manto de gelo e de distração, ou o orador era cortado por apartes de uma tal intolerancia e incoherencia, que não podia fallar. (*Apoiados.*)

Ora, os homens acostumados a uma vida muito mais calma, acostumados a manejar quasi que só os algarismos, a dizer as cousas pelo seus nomes, quasi que por fórmulas arithmeticas, não têm o habito das discussões politicas. Podemos, nós outros, affrontar os tumultos, podemos suppor que estamos discutindo; elles não.

Ponhamos, porém, termo a estas considerações.

O que precisamos saber, o que peço é que o Congresso diga si o que se votou hontem está em vigor desde já (*Muitos não apoiados e apartes*), si se refere e applica aos actuaes membros do Congresso; porque, nesse caso, eu e collegas meus (estou aqui, neste momento, representando alguns d'elles, que tiveram a gentileza de fazer-me seu interprete), precisamos saber, desde já, si temos direito de continuar a votar ou não.

Um Sr. REPRESENTANTE — Enquanto não houver uma lei especial que defina as incompatibilidades, nenhum representante é incompativel.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — A propria Constituição resolve a questão. (*Ha outros apartes.*)

O Sr. UBALDINO DO AMARAL — Sr. Presidente, preciso justificar a razão por que consulto o Congresso (*Apartes*). — a razão por que não me reservei para pedir a palavra quando se votasse a Constituição. (*Apartes.*)

Entendo que estou perfeitamente na ordem. (*Apoiados.*)

Não costumo mesmo afastar-me della.

O artigo additivo hontem votado impõe uma pena ao representante que fôr ao mesmo tempo director ou presidente de companhia, empreza ou banco.

Si ha imposição de uma pena, deve haver quem a applique.

Esse alguém não pôde ser senão o Congresso.

Imaginei por um instante trazer uma lista dos réos que se acham incursoes nessa penalidade; resolvi, depois denunciar-me como o unico incurso na pena, e provocar uma votação para resolver o caso.

Estou incurso no artigo 24.

Sou presidente de uma companhia que gosa de favores federaes. A palavra favores pôde deixar no nosso espirito grandes duvidas.

Que é que se considera favor ?

É a garantia de juros ?

É o contracto bi-lateral em que a companhia dá e recebe omus?

É qualquer dessas concessões que se fazem a tantos em virtude de lei?

Será uma dessas vantagens que a lei estabeleceu de um modo geral?

Não sei, e por isso peço explicações.

Pergunto: Dada a hypothese de ser eleito um individuo pertencente a uma companhia que tenha obtido esses favores anteriormente, fica nulla a sua eleição?

Pelo motivo de que elle possa, porventura, influir nas decisões do Governo?

Não, porque a sua companhia já era beneficiada. Supponham, agora, o inverso: um membro do Congresso é convidado para fazer parte da directoria de uma companhia que já gosa de concessões.

Pergunto: Ficará nulla tambem a sua eleição?

Vê V. Ex., Sr. Presidente, quantas duvidasahi ficam nesse artigo 24.

Quanto a mim, sei como hei de proceder.

Mas os meus collegas têm necessidade de ser esclarecidos, afim de poderem optar por um dos dous logares, ou de membros desta Casa, ou de membros das companhias de que fazem parte.

Aguardamos a decisão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Ubaldino do Amaral apresenta um requerimento, que é perfeitamente um caso novo, no sentido de ser desde já interpretado um artigo da Constituição.

Parece que a materia do requerimento não pôde offerecer assumpto de duvida.

Trata-se de um caso novo, que não está previsto pelo Regimento; por isso peço ao Sr. representante Ubaldino do Amaral que mande á Mesa, por escripto, o seu requerimento, para sobre elle se tomar uma deliberação.

Vem á Mesa, é lido, apoiado, posto em discussão e adiado, por ter pedido a palavra o Sr. Justiniano de Serpa, o seguinte

Requerimento

Requeiro que o Congresso declare si o art. 24 da Constituição se applica aos actuaes membros do Congresso. — U. do Amaral.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) — Sr. presidente, estamos ainda na primeira parte?

O SR. PRESIDENTE — Já está exgotada; eu ia declarar — ordem do dia.

O SR. JOSÉ MARIANNO — Si não posso fallar sem requerer urgencia, peço a V. EX. que consulte a Casa si me concede cinco minutos.

UM SR. REPRESENTANTE — Peça 10.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Continue a fallar.

O SR. JOSÉ MARIANNO — Não, não quero quebrar os preceitos regimentaes.

Consultado o Congresso, é approved o requerimento do Sr. José Marianno.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. José Marianno.

VOZES — O requerimento não passou.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento foi, visivelmente, apoiado; mas, desde que ha reclamação, peço aos Srs. representantes que occupem as suas cadeiras, para verificar-se a votação.

Feita a verificação, reconhece-se ter sido approved o requerimento.

O Sr. José Marianno diz que seus illustres collegas que votaram a urgencia vão se convencer de que o Congresso ganhou mais tempo com os cinco minutos de urgencia que lhe foram concedidos, do que si elle não os concedesse.

Vai ter a honra de apresentar duas indicações.

Uma dellas é propondo que a primeira parte da ordem do dia seja limitada a um quarto de hora, e que o tempo das sessões se prolongue por mais uma hora. Esta indicação altera o Regimento.

O Regimento não é uma obra duradoura nem permanente.

A outra indicação é para facilitar a apresentação de emendas e sub-emendas depois da segunda votação.

O Congresso sabe que o Regimento não permite mais apresentação de emendas mas, como, pela multiplicidade de emendas apresentadas, verifica-se que têm sido, até, approvadas pelo Congresso emendas que se entrecrocão, que estão em antagonismos, porque contêm disposições contrarias; outras, que estão incompletas e precisam de modificação; outras, que precisam de ampliação; outras, que estão amplas de mais e precisam de restricção; e como, por outro lado, considerando que, não tendo podido acceitar a Mesa uma emenda firmada por illustres representantes, regulando a questão da legalidade financeira, vai-se cabir na contingencia de soffrer os horrores de uma prorrogação, ou de fugir, impatrioticamente, á convocação extraordinaria, que o Governo, talvez, entenda necessario fazer para não ser obrigado a continuar em dictadura financeira: pensa o orador que deve, tambem, aproveitar esta occasião, para apresentar uma emenda relativa a tal falla.

A indicação que o orador vai apresentar tem por fim reduzir a discussão do projecto constitucional.

O Congresso, na sua alta sabedoria, resolva como endender, tendo o orador, desta fórma, cumprido o seu dever.

Vêm á Mesa, são lidas e apoiadas as seguintes

Indicações

Proponho que o Regimento seja reformado para o fim de ficar limitada a um quarto de hora a meia hora do expediente, e as sessões durarem cinco horas.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891 — José Marianno.

Proponho que se refotme o art. 58 do Regimento para o fim de ser permittido que, por occasião da segunda discussão das emendas apresentadas em segunda discussão do projecto

constitucional, possam ser offerecidas emendas, que terão uma só discussão, ampliativas, restrictivas, modificativas ou suppressivas, e, bem assim, additivos contendo materia nova, devendo, neste caso, o Congresso, por votação previa, considerar-a importante e urgente para poderem ser acceitos.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *José Marianno*.

O SR. PRESIDENTE annuncia que vai pôr em discussão a moção do Sr. José Marianno relativa á diminuição da meia hora e prorrogação da sessão por mais uma hora.

O SR. ZAMA — Entra em discussão?

O SR. PRESIDENTE — Sim, Senhor.

O SR. ZAMA — Não, Senhor. Vai á Commissão de Policia, para dar parecer.

O SR. JOSÉ MARIANNO — Isso é pelo Regimento antigo.

O SR. PRESIDENTE — Attenção. Ao Sr. Deputado Zama peço que me indique qual o artigo do Regimento em que se funda.

O SR. ZAMA — Sr. Presidente, sou o homem do regimen passado. (*Riso.*)

O SR. MORAES BARROS — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Moraes Barros.

O SR. MORAES BARROS (*pela ordem*) diz que, em virtude do art. 27 do Regimento, não pôde entrar já em discussão a indicação do Sr. José Marianno, porque diz elle: "Não poderá ser dado para ordem do dia, nem constituir objecto de discussão, assumpto que não seja immediatamente ligado ao fim do Congresso como constituinte, salvo requerimento devidamente approved em sessão anterior pela maioria dos membros presentes".

Sr. Presidente, não pôde ser concedida a urgencia contra esta disposição expressa do Regimento; e, na fórma desta disposição, a indicação ha de entrar na ordem do dia, si assim decidir o Congresso, sem o que não pôde entrar na ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE — Tenho deante de mim, não só o art. 27, como o art. 38, assim concebido (*le*):

"Art. 38. Estes requerimentos e indicações, depois de apoiados e postos em discussão, durante a primeira meia hora da sessão, serão postos a votos, si não houver quem sobre elles peça a palavra."

Parecem-me que, deante deste artigo, o meu procedimento

Parecem-me que, deante deste artigo, o meu procedimento

O SR. ARISTIDES LOBO — Peço a palavra.

O SR. NILO PEÇANHA (*pela ordem*) — O Sr. Aristides Lobo pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. pediu a palavra pela ordem para dizer que o Sr. Aristides Lobo pediu a palavra? (*Riso.*)

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) — Requeri que fosse votada urgencia para ser incluída a indicação na ordem do dia

de amanhã; caso o Congresso julgue conveniente não votá-la hoje.

O SR. PRESIDENTE — Neste sentido é que estou procedendo. Agora, está adiada a discussão, por ter pedido a palavra o Sr. Aristides Lobo.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) requer ao Sr. Presidente que consulte o Congresso si concede urgencia para que as duas indicações que teve a honra de apresentar sejam dadas para a primeira parte da ordem do dia de amanhã, de preferencia a quaesquer outras materias.

Posto a votos este requerimento, fica empatada a votação.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) requer a verificação da votação.

Procedendo-se a verificação, reconhece-se ter havido empate na votação.

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Comparece o Sr. Prudente de Moraes, que occupa a cadeira da Presidencia.

Continúa a votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE — Na sessão de hontem ficou empatada na votação da emenda dos Srs. Lauro Müller e outros, relativa ao imposto adicional de 15 %. Na fórma do Regimento, a votação sobre este empate tem preferencia. Vai, pois, votar-se esta parte da emenda do Sr. Lauro Müller.

A votação ficou empatada no § 1º da emenda.

A emenda estabelece, na primeira parte:

“A União cobrará, durante cinco annos, em beneficio dos estados, 15 % additionaes aos impostos de importação que em cada um delles for cobrado.”

O § 1º exceptua desta disposição o Estado do Rio Grande do Sul.

Vai-se proceder, portanto, á votação sobre esta paragrapho.

O SR. ASSIS BRASIL (*pela ordem*) pede que o Sr. Presidente esclareça o Congresso sobre o ponto da votação, por isso que na votação anterior alguns representantes votaram sim ou não, por engano.

Tratando-se de uma excepção em relação ao Rio Grande do Sul, pôde parecer odioso; essa odiosidade desaparece logo que se attenda que a aggravação dos impostos do Estado do Rio Grande do Sul seria o mesmo que deixar a porta aberta ao contrabando.

O SR. PRESIDENTE — Eu já havia explicado ao Congresso, tanto quanto é permittido á Mesa, o assumpto sobre que ia versar a votação.

A emenda, na sua primeira parte, estabelece o imposto adicional de 15 % sobre a importação, em beneficio dos estados.

O § 1º exceptua desta disposição o Estado do Rio Grande do Sul.

Não posso ir além desta explicação. O Congresso tem o projecto, que lhe foi distribuído, e saberá resolver, em sua sabedoria.

Vozes — Votos ! Votos !

Procedendo-se á votação do § 1.º da emenda do Sr. Lauro Müller e outros, é rejeitada.

São, successivamente, postas a votos e rejeitadas as emendas dos Srs. José Hygino e outros, e Francisco Veiga, ao art. 27.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação da emenda, do Sr. Meira de Vasconcellos, e outros, ao § 1º do art. 27.

O SR. MEIRA DE VASCONCELLOS (*pela ordem*) pede que se proceda á votação da sua emenda em duas partes, por envolver materia differente: uma até ás palavras — dous deputados; outra, desde — acrescente-se até o fim.

O SR. PRESIDENTE diz que, realmente, a emenda contém duas partes: a 1ª substitutiva, a 2ª additiva; pelo que vai submeter separadamente á votação.

Postas, successivamente, a votos as duas emendas do Sr. Meira de Vasconcellos, são ambas rejeitadas.

E, egualmente, rejeitada a emenda, do Sr. Epitacio, ao § 2º do art. 27.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda, do Sr. Gabriel de Magalhães: "Em vez de — por estados — diga-se: — pelos estados".

O SR. PRESIDENTE diz que considera a outra emenda que o Sr. Gabriel de Magalhães apresentou como additiva, antes como substitutiva ao § 1º do art. 27, e neste sentido vai submeter-a á votação.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. Gabriel de Magalhães.

Acrescente-se o seguinte:

Parapho unico. O numero de deputados e a fórma de eleição serão regulados por lei ordinaria do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicadas as emendas dos Srs. Uchôa Rodrigues, Epitacio e outros, Lacerda Coutinho e outros e Julio de Castilhos e outros.

O SR. EPITACIO PESSÔA pediu a palavra pela ordem, para reclamar contra a decisão do Sr. Presidente considerando prejudicada a emenda que apresentou com outros collegas. O Congresso já votou o art. 27, onde se estabelece o minimo de quatro, bem como outra emenda do Sr. Gabriel de Magalhães, quasi identica á do orador, que o Sr. Presidente não considerou prejudicada. Pensa que a sua emenda, que estabelece, apenas, um limite entre o minimo de quatro e o maximo de vinte e cinco, não está prejudicada. Entretanto, o Sr. Presidente procederá como melhor entender.

O SR. PRESIDENTE — A mim, parece-me que, desde que o Congresso substituiu o § 1º do art. 27, ficaram prejudicadas todas as emendas relativas á materia. Desde, porém, que

V. Ex. reclama, vou consultar o Congresso, afim de que este decida si esta emenda e outras não estão prejudicadas á vista da emenda do Sr. Gabriel de Magalhães.

O SR. EPRACIO PESSÔA, obtendo a palavra pela ordem, diz que, si o Congresso não acceitar a sua reclamação, deseja que o Sr. Presidente o elucide si, approvada a emenda do Sr. Gabriel de Magalhães, acha-se prejudicada outra disposição da Constituição, aquella que estabelece o minimo de quatro.

O SR. PRESIDENTE — Não, Senhor.

Consultado, o Congresso considera prejudicadas todas as emendas relativas ao § 1º do art. 27.

E' approvada a seguinte emenda, do Sr. Arthur Rios, ao art. 28: "Depois da palavra — iniciativa — acrescente-se — do adiamento da sessão legislativa; — e o mais como está no projecto".

E' rejeitada a emenda, do Sr. Thodoreto Souto, ao art. 28.

E' rejeitada a emenda, do Sr. Meira de Vasconcellos, ao art. 29.

O SR. FRANCISCO VEIGA (*pela ordem*) — Tendo apresentado ao art. 28 uma emenda, baseada no art. 25, que foi rejeitado, considero a mesma emenda prejudicada.

O SR. PRESIDENTE — Si V. Ex. assim o julga, declaro-a prejudicada.

O SR. CYRILLO DE LEMOS — Tendo, tambem, apresentado um systema de emendas, das quaes uma foi reeitada, considero-as todas prejudicadas, porque deixam de obedecer ao plano de que faziam parte.

O SR. PRESIDENTE — A' vista da declaração de V. Ex., declaro-as prejudicadas, e, bem assim, por igual causa, a do Sr. Julio de Castilhos.

Vai-se votar a emenda do Sr. José Hygino.

O SR. JOSÉ HYGINO — Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE — Parecia-me que não; entretanto, si V. Ex. assim o julga, considero-a prejudicada.

São rejeitadas as emendas dos Srs. Zama e Leovigildo Filgueiras, ao art. 30, ficando prejudicada a do Sr. Cyrillo de Lemos.

E' annunciada a votação da emenda suppressiva, do Sr. Lacerda Coutinho, ao art. 31.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA (*pela ordem*) diz que, de accordo com os precedentes, deve ter preferencia na votação a emenda do Sr. Almino Afonso, que supprime os arts. 31 e 32 e § 1º deste ultimo.

O SR. PRESIDENTE diz que o nobre representante tem razão, e que submeterá a votos separadamente a suppressão de cada um dos artigos.

Posta a votos a emenda suppressiva do art. 31, offerecida pelo Sr. Almino Afonso, é rejeitada, ficando prejudicado o aditiyo do mesmo Senhor.

Ficam prejudicadas as emendas suppressivas offerecidas ao art. 31 pelos Srs. Lacerda Coutinho, Firmino da Silveira e outros, e a substitutiva, do Sr. Gil Goulart e outros.

E' rejeitada a emenda suppressiva do § 1º do art. 32, offerecida pelo Sr. Almino Affonso.

O SR. LACERDA COUTINHO (*pela ordem*) requer a retirada da emenda que apresentou aos §§ 1º e 2º do art. 32.

Consultado, o Congresso consente na retirada pedida.

E' rejeitada a emenda, do Sr. Schmidt e outros, ao § 2º do art. 32.

E' annunciada a votação da emenda do Sr. Cyrillo de Lemos ao art. 32.

O SR. CYRILLO DE LEMOS (*pela ordem*) diz que esta emenda está prejudicada, porquanto, sendo complemento de outras, que têm toda connexão com a organização das duas camaras, e havendo o Congresso conservado o artigo, não tem a emenda razão de ser, pelo que pede seja retirada.

O SR. PRESIDENTE— O Congresso acaba de ouvir a explicação que o nobre representante acaba de dar.

S. Ex. propõe a suppressão das palavras — o Presidente da Republica —, porque ha emenda ao art. 33 dando ao Congresso e não ao Senado a competencia para o julgamento do Presidente da Republica.

Pelo projecto, a Camara compete a accusação, ao Senado o julgamento. Pela emenda, o julgamento pertencerá ao Congresso.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Cyrillo de Lemos.

E', igualmente, rejeitada a emenda do Sr. José Hygino e outros, ficando prejudicadas as emendas dos Srs. Almeida Barreto e outros, Gil Goulart e outros, Julio de Castilhos e outros, e Zama.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA (*pela ordem*) pede que se suspenda a sessão por 15 minutos, para descanso dos Srs. representantes.

Posto a votos, é approvado o requerimento.

Suspende-se a sessão ás 2 horas e 45 minutos da tarde.

Reabre-se a sessão ás 3 horas e 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao art. 33.

O SR. FRANÇA CARVALHO — Sr. Presidente, á pagina 25 acha-se o seguinte:

Ao § 8º do art. 33

Accrescente-se: — guardando, quanto a esta, o regimen da liberdade bancaria. — A. Cavalcanti e outros.

Logo mais abaixo:

Sendo da competencia privativa do Congresso Nacional — art. 33, § 5º — propomos que sejam alfandegados os portos do Estado do Rio de Janeiro seguintes: Gargahú, S. João da Barra, Macahé, Busios, Nictheroy e Angra dos Reis.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — D. Mathães Barreto e outros.

Visivelmente, houve, aqui, um ligeiro equívoco: este § 5º deve ser votado em referência ao § 5º do art. 33, e não ao § 8º do art. 33, si bem que me parecesse mais cabível nas Disposições transitórias; mas pode ser votado agora e transportado, depois, para as Disposições transitórias.

Senhores, o Rio de Janeiro não tem portos. E' esta uma questão de vida; confio que o Congresso, quando a Capital Federal, separada, formar um Estado à parte, ha de votar esta medida, ora proposta, porque os portos são imprescindiveis para o nosso engrandecimento. E confio tanto no Norte como no Sul, que acompanhámos hontem, quando se allegou aqui a necessidade de vida, e se pedia o imposto dos 15 % additionaes sobre a importação. Entendemos que entre os interesses da União e dos estados não havia trépido. Ouso, pois, hoje, esperar que o Congresso vote pelo § 5º, a que me refiro, para ser, depois, transportado para as Disposições transitórias.

O SR. PRESIDENTE — As emendas ao art. 33 são avultadíssimas, e a pressa com que foram organizadas impediu que se fizesse a classificação regular, collocando as emendas aos respectivos paragraphos.

Mas, para evitar esta omissão, eu vou submeter a votos as emendas correspondentes aos paragraphos, na ordem em que estão impressas, embora não sejam correspondentes á ordem dos artigos, visto que essas emendas estão destacadas e nenhuma ligação têm.

Começo sujeitando a votos a emenda do Sr. Veiga, propondo a suppressão da palavra — *privativamente* —; outra, em igual sentido, do Sr. Zama.

Posta a votos a emenda do Sr. Francisco Veiga, inserta na pagina 24 do impresso, supprimindo a palavra — *privativamente* — do art. 33, é rejeitada, ficando prejudicada a emenda que no mesmo sentido offereceu o Sr. Zama e que se encontra na pagina 26 do impresso.

E' annunciada a votação da emenda suppressiva parcial do n. 1 do art. 33, offerecida pelo Sr. Leovigildo Filgueiras.

O SR. LEOVIGILDO FILGUEIRAS observa que, não lhe sendo possível fundamentar esta, como outra emenda que offereceu á sábia consideração do Congresso, porque, antes de caber-lhe a palavra pela ordem na inscripção feita pela Mesa, foi votado o encerramento da 2ª discussão do projecto constitucional, e podendo parecer paradoxal a idéa contida nessa emenda, visto como não poudo offerecer outra complementar ás attribuições do Poder Executivo, pede ao Sr. Presidente que consulte ao Congresso si consente na retirada, da votação, da mesma emenda.

Consultado, o Congresso consente na retirada pedida.

E' annunciada a votação da emenda substitutiva do § 1º do art. 33, offerecida pelo Sr. Meira de Vasconcellos.

Postas a votos, separadamente, as duas partes da emenda, é rejeitada a primeira, e considerada prejudicada a segunda.

Submettida a votos, é approvada a seguinte emenda, substitutiva dos ns. 10 e 11 do art. 33, offerecida pelo Sr. Felisbello Freire:

“Compete, *privativamente*, ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os limites dos estados entre si, os do Districto Federal e os do territorio nacional com as nações limitrophes.

E' rejeitada a emenda substitutiva do § 8º do art. 33, offerecida pelo Sr. Meira de Vasconcellos e outros.

E' considerada prejudicada a emenda additiva, do Sr. Thomaz Delfino e outros, ao § 11 do mesmo artigo.

E' approvada a seguinte emenda substitutiva do n. 12 do art. 33, offerecida pelo Sr. Serzedello:

"Auctorizar o Governo a declarar a guerra si não tiver logar, ou não puder produzir seus effeitos, o recurso do arbitramento, e a fazer a paz."

Fica prejudicada emenda identica, apresentada pelo Sr. Theodoro de Souza, e que se acha na pagina 24 do impresso.

O Sr. AUGUSTO DE FREITAS (*pela ordem*) pede a retirada da primeira parte da emenda que apresentou, substitutiva do n. 24 do art. 33.

Consultado, o Congresso concede a retirada pedida.

Posta, em seguida, a votos, é approvada a segunda parte da emenda do mesmo Senhor, que manda acrescentar ao n. 16 do art. 33 as palavras — da União.

O Sr. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) pergunta si havendo uma disposição que passa as minas para os estados, não fica, por isso, prejudicado o n. 33 do art. 33.

O Sr. PRESIDENTE diz que ha emendas que modificam essa disposição, mas que na redacção dellas não se podia fazer alteração nenhuma sem deliberação do Congresso; e que considera prejudicada a emenda offerecida pelo Sr. Adolpho Gordo e outros, substitutiva do n. 8 do art. 33, em virtude da rejeição de emenda identica do Sr. Meira de Vasconcellos e outros.

O Sr. CARLOS GARCIA (*pela ordem*) deseja saber si, approvada esta emenda, ficam prejudicadas as emendas do Sr. Julio de Castilho, e do Sr. Amaro Cavalcanti, insertas á pagina 25 do impresso.

O Sr. PRESIDENTE diz que a emenda do Sr. Julio de Castilhos, visivelmente, fica prejudicada, porque é substitutiva, e a do Sr. Amaro Cavalcanti é um additivo ao artigo do projecto.

O Sr. MARTINHO PRADO JUNIOR, obtendo a palavra pela ordem, requer que tenha preferencia na votação a emenda do Sr. Julio de Castilhos.

Consultado o Congresso, é rejeitado o requerimento.

O Sr. MORAES BARROS, obtendo a palavra pela ordem, declara que a bancada paulista votou contra a emenda do Sr. Meira de Vasconcellos, certa de que seria submittida a votos a do Sr. Adolpho Gordo, que a mesma deputação acceita.

O Sr. PRESIDENTE — A declaração de V. Ex. será tomada; mas a emenda está prejudicada.

O Sr. MORAES BARROS — E' enganão, que se declara em tempo, e facil de se rectificar.

O Sr. LAURO MÜLLER (*pela ordem*) — Já que a bancada do S. Paulo acaba de apresentar esta reclamação, pede-se consulte o Congresso sobre si julga, ou não, prejudicada a emenda do Sr. Adolpho Gordo, por isso que as bancadas de diversos estados votaram no mesmo presuppuesto da de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — As duas emendas estão assim concebidas:

A do Sr. Meira de Vasconcellos: "legislar sobre as condições de instituições de bancos de emissão," e a do Sr. Gordo: "legislar sobre bancos de emissão."

A emenda do Sr. Meira de Vasconcellos foi rejeitada: o Congresso vai resolver si a do Sr. Adolpho Gordo está prejudicada.

Vozes — E' claro que está.

Consultado, o Congresso julga prejudicada a emenda.

E' annunciada a votação da emenda, do Sr. José Hygino, ao n. 21 do art. 33.

O SR. JOSÉ HYGINO pondera que a sua emenda se refere a outra, que se acha na pagina 46 do impresso.

Tendo proposto a criação de uma milicia civil, como instituição dos estados, diz a sua emenda, posta em votação, que em vez de força policial, diga-se — milicia civil —, que é a reserva do Exército, ao passo que a força policial não o é.

Nos casos de defeza interna e externa, havendo milicia civil, o Governo deve mobilizal-a, e pertence aos estados.

Assim, pede que se vote esta sua emenda quando se votar a da pagina 46 ao art. 62.

O SR. PRESIDENTE diz que o Sr. representante José Hygino, pelas razões que expendeu, requer o adiamento da votação da emenda relativa ao n. 21 do art. 33, para quando se votar uma emenda additiva ao art. 62 sobre a policia civil.

Submettido a votos o adiamento, é approved, ficando adiada a votação da emenda.

O SR. PRESIDENTE diz que ha tres emendas, uma do Sr. José Hygino, outra do Sr. Leovigildo Filgueiras, e ainda uma outra do Sr. Theodureto Souto.

As duas primeiras referem-se ao n. 24 do art. 33; a ultima refere-se aos ns. 24, 25 e 26 do art. 33, e acha-se na pagina 24.

O SR. LEOVIGILDO FILGUEIRAS (*pela ordem*) requer que seja consultado o Congresso sobre si concede preferencia para a emenda que apresentou á consideração do Congresso, porque é mais ampla do que a do Sr. José Hygino.

O SR. PRESIDENTE diz que a mais ampla é a do Sr. Theodureto Souto, porque substitue os ns. 24, 25 e 26 do art. 33.

O SR. ARTHUR RIOS (*pela ordem*) pede ao Sr. Presidente uma explicação. Si fór votada, em primeiro lugar, a emenda do Sr. Theodureto Souto, e si, acaso, o Congresso não der sua acquiescencia, ficam prejudicadas as outras?

O SR. PRESIDENTE declara que, rejeitado o substitutivo do Sr. Theodureto Souto, procede á votação dos outros.

Accrescenta que, na fórma do Regimento, é forçado a submeter a votos a emenda do Sr. Theodureto Souto, que comprehende tres numeros.

O SR. OTICICA chama a attenção do Sr. Presidente para a emenda do Sr. José Hygino, que é a mais ampla no seu espirito.

O SR. PRESIDENTE, entretanto, vai submeter a votos a preferencia requerida pelo Sr. Leovigildo Filgueiras para o seu substitutivo ao n. 24 do art. 33.

Consultado, o Congresso não concede a preferencia pedida. Posto a votos, é rejeitado o substitutivo do Sr. Theodoreto Souto.

E' annunciada a votação das emendas dos Srs. José Hygino e Leovigildo Filgueiras.

O Sr. Meira de Vasconcellos acha que a emenda do nobre representante por Pernambuco, o Sr. José Hygino, é, com effeito, mais ampla.

A falta da disposição relativa ao Direito Processual não importa em que elle ali não esteja comprehendido. Ninguém comprehende que o Congresso tenha o direito de legislar sobre o Direito Civil, Commercial e Criminal, sem que tenha o direito de legislar, também, sobre o Direito Processual.

Nestas circumstancias, parece-lhe que, pelo facto de ser a emenda do nobre representante mais ampla, deverá ser votada em primeiro lugar, sem se considerar prejudicada a emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras em relação ao Direito Processual.

O SR. PRESIDENTE — Vou submeter a votos as emendas, na ordem em que estão collocadas.

O SR. FREDERICO BORGES diz que ha na pagina 24 uma emenda ao n. 24.

E' annunciada novamente a votação da emenda do Sr. José Hygino.

O SR. LEOVIGILDO FILGUEIRAS pergunta si, sendo rejeitada a emenda do Sr. José Hygino, fica prejudicada a que teve a honra de apresentar.

O SR. PRESIDENTE — Não, Senhor.

Procede-se á votação do substitutivo do Sr. José Hygino, que é rejeitado.

Posto a votos, é approved o seguinte substitutivo ao n. 24, apresentado pelo Sr. Leovigildo Filgueiras:

“Legislar sobre o Direito Civil, Criminal, Commercial e Processual da Republica.”

O Sr. Leopoldo de Bulhões diz que o assumpto de que se trata é de grande importancia: o projecto foi assignado por mais de 35 representantes, e S. Ex. o Sr. Presidente acabou de verificar que na votação dos substitutivos anteriores a maioria a favor do projecto foi muito notavel.

Muitos dos signatarios do projecto, entre elles os Srs. Zama e Baptista da Motla, sentaram-se quando se procedia á contagem, suppondo terem já sido contados seus votos.

Pede, portanto, o orador que o Sr. Presidente consulte á Casa se consente que se proceda á votação nominal sobre esta grave questão.

Considera a Constituição, que se está votando, muito importante, porque contém a solução de tres grandes questões: a das rendas, a da legislação e da magistratura. Si estas tres questões não forem resolvidas de accordo com os seus principios federativos, não teremos Republica federativa.

Pede, ainda, o orador, que nesta questão, de maior transcendência, o Sr. Presidente consulte á Casa si consente em que se proceda á votação nominal sobre o substitutivo apresentado pelo Sr. Leovigildo Filgueiras.

O Sr. PRESIDENTE diz que o Sr. representante Leopoldo de Bulhões, allegando que alguns membros do Congresso, que votaram a favor, ou contra, a emenda, sentaram-se antes de se fazer a contagem, requer por isso que se proceda á votação nominal, para se verificar aquella votação.

A Mesa, pela votação symbolica, tanto quanto foi possível, procedeu á contagem, fazendo a prova e a contra-prova.

O resultado foi 92 votos a favor da emenda, e 85 contra.

Consequentemente, a Mesa annunciou que a emenda tinha sido approvada; e neste caso o Congresso resolveria sobre a procedencia da votação nominal requerida, como meio de verificação da votação anterior.

O Sr. ESPIRITO SANTO lembra que já uma vez se havia negado essa verificação ao seu collega Sr. José Marianno, e, portanto, acha que devia haver unidade no procedimento.

O Sr. PRESIDENTE responde que o Sr. Espirito Santo, que, ordinariamente, se deixa levar por muito enthusiasmo, perdendo a palavra e usando della antes de obtel-a, acabava de fazer-lhe uma injustiça.

S. Ex. estava ao lado do Sr. José Marianno, e elle poderá dizel-o: requereu que a Mesa fizesse nova verificação da votação, e a Presidencia declarou que o não fazia, porque já se havia tirado a contra-prova, mas que *ia consultar* o Congresso. O Sr. José Marianno, então, retirou o seu requerimento. Tal foi o que se deu, e não o que disse o Sr. Espirito Santo.

S. Ex. pôde ficar certo de que não foi neste Congresso que (o Sr. Presidente) veio aprender normas de conducta de Direito e de justiça.

O Sr. ESPIRITO SANTO não vê razão para que o Sr. Presidente se mostre tão susceptibilisado. O orador, julgando o caso semelhante ao primeiro, apenas disse que devia ser julgado pela mesma forma. S. Ex., portanto, podia dizer que o caso era diverso; mas, daqui a julgar que o que elle orador disse era uma desatenção a S. Ex., vai grande differença, porquanto tambem não foi neste Congresso que veio aprender regras de conducta.

O Sr. JOSÉ MARIANNO diz que desde que o seu nome foi trazido ao incidente, cuja terminação deseja, dirá que o seu illustre collega de bancada não podia ter o pensamento de censurar o Sr. Presidente, porque S. Ex., nesta como em todas as questões, ha procedido com a mesma e costumeira isenção de animo.

S. Ex. na questão que se deu com o orador considerou-a de confiança á Mesa, e está bem certo que ainda a considera assim, porque por mais que o orador dêsse todas as demonstrações de que não o era, em todo o caso, pelos precedentes que o Sr. Presidente estabeleceu, seria desconsideração á Mesa, e por isso, quando o Sr. Presidente appellar para o Congresso, ainda quando o orador tivesse certeza de que este

se collocaria a seu lado, procederia, como procedeu, retirando o seu requerimento, porque a auctoridade do Presidente do Congresso deve estar acima de toda a suspeita.

Portanto, desde que o nobre representante, pedindo que a Presidência consulte ao Congresso, não colloca a questão em terreno differente, o orador não pôde deixar de applaudir a inflexibilidade do procedimento da Mesa, collocando-se a seu lado.

O SR. PRESIDENTE diz que tanto no facto presente como em relação ao incidente pelo pedido de verificação da votação, feito pelo Sr. José Marianno, o procedimento da Mesa foi o mesmo.

Tendo-se votado uma emenda, a Mesa ractificou a votação que foi annunciada. Um membro do Congresso reclamou, pedindo que a verificação fosse feita nominalmente. A Mesa por si não podia deliberar, e, por conseguinte, sujeitaria á votação do Congresso si devia proceder, ou não, a uma votação nominal.

Submettido a votos o requerimento do Sr. Leopoldo de Bulhões sobre votação nominal, é rejeitado.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA requer prorogação da sessão por meia hora.

Posto a votos, verifica-se não haver numero, pelo que o Sr. Presidente declara adiada a votação das emendas.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Si não estivesse presidindo a sessão do Congresso, votaria, hontem, contra a emenda, dos Srs. Lauro Müller e outros, estabelecendo o imposto adicional de 15 % sobre a importação, em beneficio dos estados: 1º, porque S. Paulo não precisa desse augmento de imposto; 2º, porque, determinadondo a emenda que o producto dos 15 % additionaes arrecadado na Alfandega da Capital Federal seja repartido entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e Goyaz, dará em resultado que S. Paulo contribuirá com o imposto, e o Thesouro daquelle Estado não receberá dous terços do seu producto correspondente á importação que para aquelle Estado é feita por intermedio da Alfandega desta Capital, visto que só um terço de sua importancia é feito directamente por Santos.

Votaria, egualmente, contra a emenda, dos Srs. Baptista da Motta e outros, que supprime a liberdade de cabotagem, que representa uma conquista liberal, feita ha cerca de 30 annos.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Prudente de Moraes.*

Declaro que, si estivesse presente na sessão de hontem, votaria contra a emenda dos representantes José Marianno e Lauro Müller, dos 15 % additionaes, porque os estados pequenos, como Sergipe, que não têm importação directa, nada lucraram com a a emenda. Ao contrario, ella é inconveniente,

porque sobrecarrega o contribuinte e auxilia sômente os grandes estados vizinhos, para onde vêem, directamente, as mercadorias.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891 — *Felisbello Freire*.

Declaro que votei a favor da emenda, do Sr. Gil Goulart e outros, suppressiva da incompatibilidade estabelecida no artigo 24 do projecto de Constituição, relativa aos membros de directorias de bancos, companhias ou empresas.

Sala das sessões, 4 de fevereiro de 1891.

Votei contra o artigo do projecto de Constituição que dispõe: «Será o vice-presidente da Republica *ipso facto* Presidente do Senado; e, bem assim, votei contra a disposição do projecto de Constituição que estabeleça a regra de ser o Senado presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando deliberar como tribunal de justiça, e que este não proferirá sentença condemnatoria senão por dous terços dos membros presentes.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges*.

Declaro que votei pela emenda do Sr. Arthur Rios, que manda supprimir a palavra — igual — do art. 22 do projecto de Constituição, redigido em 2ª discussão.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Declaramos que votámos contra a emenda ao art. 27 do projecto de Constituição, apresentada pelo Sr. Gabriel de Magalhães, no sentido de autorizar o Congresso Nacional a regular por lei ordinaria, o numero de deputados.

Sala das sessões, 5 de fevereiro de 1891. — *Manoel Francisco Machado*. — *Joaquim Leovigildo de Souza Carvalho*. — *Joaquim Sarmiento*. — *Uchôa Rodrigues*. — *Belfort Vieira*.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Continuação da votação das emendas offerrecidas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

Levantou-se a sessão ás 4 horas e 25 minutos da tarde.

49ª SESSÃO EM 6 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Paes de Carvalho, João Neiva, Costa Rodrigues, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sar-

mento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedrô, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Charmont, Matta Bacellar, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalves de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Werneck, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, Juvencio Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Vigosa, Prisco Paraizo Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, Franga Carvalho, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de mero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Simas, Lauro Muller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de

Faria, Julio de Castilhos, Ernesto de Oliveira, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Honório Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Matta Machado, Elyseu Martins, Frederico Serrano, João Severino, Generoso Marques, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Amphiloquio, Francisco Sodré, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, João de Avellar e Cesario Motta Junior; e, sem causa, os Srs. Rangel Pestna, Bernardo Mendonça, Santos Vieira, Alberto Brandão, Luiz Murat, Sampaio Ferraz, Mayrink, Domingos Jesuino, Vinhaes, Badaró, Bueno de Paiva, Barão de Santa Helena, Lopes Chaves, Antonio Prado e Theodoro Souto.

E' lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente.

O Sr. Espirito Santo — Sr. Presidente, segundo se vê da sessão acima, tomando a palavra na occasião do expediente, o distincto representante do Paraná, Sr. Ubaldino do Amaral, referiu-se a uma medida que passara neste Congresso em 2ª discussão, incompatibilizando os membros deste Congresso quando presidentes de quaesquer bancos ou empresas que recebam favor do Governo.

S. Ex., nessa occasião, disse que affectava essa medida diversos collegas, que já naquella occasião se deviam ter retirado do Congresso.

Declaro: conheço bastante as distinctas qualidades que ornou S. Ex....

O Sr. Presidente — Observo ao nobre representante que o que está em discussão é a acta, e V. Ex. está respondendo ao discurso do Sr. Ubaldino.

O Sr. Espirito Santo — Tem relação com a acta, e V. Ex. verá do seguimento.

Dizia eu, faço justiça a S. Ex., quanto á sinceridade de seu modo de pensar, quando disse que seus collegas se haviam retirado do Congresso. Mas, parecendo-me que essa supposição importava o principio de que, quando houvesse incompatibilidade entre as funções do mandatario do povo e presidente daquellas companhias, se deve propender por esta e deixar aquella, superior á qual não vejo posição social nenhuma, extranei o meu juizo, lançando um protesto.

O Sr. Ubaldino do Amaral — E' um engano de V. Ex.

O Sr. Espirito Santo — S. Ex., então, se dirigiu a mim com uma auctoridade immensa, e verberou-me de modo acerrimo, dizendo que offendi a dignidade dos meus collegas. Ao contrario, meu collega, eu sou quem pede a V. Ex. que, naquella phrase sua, respeite mais a dignidade dos seus collegas; porque quando houver a menor incompatibilidade entre os dois cargos de que trata, V. Ex. offende seus collegas suppondo que elles abraçarão os interesses de presidente de companhia, para renunciar o interesse da communhão brasileira.

O Sr. Ubaldino do Amaral — As notas tachygraphicas ahí estão.

O Sr. ESPÍRITO SANTO — E, fazendo appello para os elevados sentimentos de V. Ex., mas sem a menor allusão, digo que foi injusto para conmigo. Não tem o direito de suppôr que eu seja capaz de, sem ser ás claras, de frente, atacar de soslaio, ou socapa, quem quer que seja, porque quem falla neste momento, apesar da estatura minúscula, tem grandeza de coração e sentimentos tão elevados e illibados quanto quem mais os tenha. Portanto, eu, quando fallei, não tive um pensamento occulto, como nunca tive.

Pego aos meus collegas que nunca vejam nas minhas palavras sentimento occulto: encaro o inimigo, quando os ha, frente a frente, de vizeira erguida, e não os vou atacar de lo-caia. (*Muito bem.*)

Ninguém mais pedindo a palavra, é dada por approvada a acta.

O Sr. Oiticica — Sr. Presidente, o "Diário Official" publicou, hoje, o tratado de commercio celebrado entre o Governo Provisorio e o dos Estados Unidos da America, estabelecendo reciprocidade de isenção de direitos de importação, no nosso como naquelle paiz, para diversos generos, tanto da industria brasileira, quanto da americana.

Não quero trazer, como nunca trouxe, para esta tribuna a discussão dos actos que o Governo Provisorio tem praticado no exercicio da attribuição que nós, o Congresso Constituinte, demittimos de nós, investindo della o Poder Executivo.

Não desejo, portanto, apreciar as vantagens, ou desvantagens desse tratado, da sua conveniencia, ou inconveniencia; não procuro investigar, por ora, si ha compensação para a isenção dos impostos de importação dos objectos que vêm daquella região, na isenção de impostos dos productos da industria brasileira naquelle paiz. Mas permittir-me-á V. Ex. que eu extranhe que, estando reunido o parlamento, e o Congresso a terminar o seu trabalho constituinte, devendo começar em pouco tempo os seus trabalhos ordinarios, o Governo Provisorio esleja a expedir decretos que são verdadeiras leis, que consultam todo o problema economico do nosso paiz, que alteram, modificam profundamente toda a nossa vida economica, — decretos, cada um dos quaes exigiria estudo methodico, demorado, especial, de uma assembléa, e que, entretanto, são formulados por um Ministro e publicados com a responsabilidade de todo o Governo Provisorio. Extranho isto, porque sou de opinião que o Governo Provisorio, acceitando embora a gentileza do procedimento do Congresso, deveria demittir de si essa responsabilidade, que é muito grande, pedindo a opinião da representação nacional e a sua coparticipação para os effeitos, que taes leis vão produzir.

O Sr. BELLARMINO DE MENDONÇA — Já havia delegação legislativa anterior.

O Sr. Oiticica — O meu collega, que interrompe-me com o seu aparte, não attendeu ao que eu disse, ao começar o meu discurso.

Eu disse que o Governo Provisorio estava no goso da facilidade de legislar, por uma decisão do Congresso.

Extranho, unicamente, o seu procedimento, porque pareceu-me de boa pratica governamental que desde o momento em que o Congresso se reuniu, certas leis, que entendem com a economia nacional não fossem decretadas pelo Poder Exe-

cutivo, quando o Poder Legislativo está em pleno exercício de suas funções. (*Ha diversos apartes.*)

Oh! Senhores! estou acabando de dizer que reconheço a legitimidade do exercício das funções do Governo, mas que extranho unicamente esse procedimento. (*Apartes.*) Os meus collegas não levem o seu feticchismo ao ponto de querer prohibir que, na minha liberdade de representante da Nação, extranhe os actos que o Governo Provisorio pratica.

UM SR. REPRESENTANTE — Apoiado; nesse ponto, V. Ex. é acompanhado por muitos collegas.

O SR. OITICICA — V. Ex. permittirá que eu extranhe que o Governo Provisorio esteja com tendencias, hoje, embora a mudança de gabinete, de continuar a mover essa machina de fazer decretos, nessa febre de decretar, accetando toda a responsabilidade do abalo profundissimo que um tratado como o de hoje vem trazer á nossa vida economica.

UM SR. REPRESENTANTE — Aponte isso.

O SR. OITICICA — Basta dizer que o Governo Provisorio, em 14 mezes, tem expedido mil e trescentos e tantos decretos; a Monarchia em sessenta annos expediu dez mil.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. OITICICA — Para que está V. Ex. com esse excesso de zelo pelo Governo Provisorio...

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Não é excesso de zelo. Entendo que V. Ex. faz uma grave injustiça; dizer não é provar.

O SR. OITICICA — V. Ex. arrasta-me para uma discussão que não desejo, não quero, nem agora, cabe, desta tribuna.

Tenho a liberdade, como representante da Nação, de fazer o que acredito que fazem todos os meus collegas que se interessam um pouco pelo problema economico deste paiz.

Eu, na minha opinião humilde, sem merito e sem valor (*Muitos não apoiados*), extranho estes actos, e dou as razões por que o faço.

Dizia, Sr. Presidente, que V. Ex. me permittisse extranhar que o Governo Provisorio, mudando de Gabinete, continuasse nesta febre de decretar, vinda já do Gabinete antigo, accetando toda a responsabilidade dos abalos profundos que esse decreto hoje vai trazer ao nosso commercio.

V. Ex. e o Congresso sabem que a maior parte do commercio é feita, hoje, com os paizes da Europa, e esse commercio vai soffrer um abalo muito profundo desde que se estabeleça a protecção para todos os generos vindos dos Estados Unidos, livres estes de direitos, quando os outros continuam sobrecarregados dos impostos das tarifas de hoje.

UM SR. REPRESENTANTE — Lá tambem se protegem alguns generos nossos.

O SR. OITICICA — Não se argumenta sobre assumpto de tanta gravidade como este; deste modo ha outras facas por onde encasar este problema. (*Apoiados.*)

V. Ex., Sr. Presidente, vê que estou sendo constantemente interrompido.

O SR. PRESIDENTE — Peço aos nobres representantes que

não interrompam o orador, para que possa terminar o seu discurso.

O SR. ORTIGICA — Hoje, a maior parte do nosso commercio de importação é feita, principalmente, com os paizes da Europa.

Pergunto a V. Ex.; Do primeiro de abril em diante, que se vai dar? Todos os generos importados da Europa ficam sobrecarregados com os onerosos impostos de importação que existem hoje, e todos os generos capitulados neste decreto ficam isentos de impostos.

Póde-se dar a concorrência? Não.

E' muito natural que a corrente da importação passe da Europa para os Estados Unidos, procurando generos que não soffram impostos e deixando de importar aquelles que os pagam.

O que se dará é que todo o commercio que tem relações com a Europa terá de liquidar, e V. Ex. comprehende que abalo profundo essa liquidação virá trazer.

Mas eu não quero, agora, saber si o decreto é bom ou si é máo; limito-me, como tenho feito sempre nesta tribuna, a tratar da materia constitucional.

Pego aos meus nobres collegas que attendam ao seguinte: dada a concorrência da importação para os Estados Unidos livre de impostos, e deixada a importação da Europa, com a prohibição que os impostos impõem, a que ficam reduzidas as rendas da União, consagradas pela Constituição?

V. Ex. comprehende que o projecto de Constituição basêa a renda da União, principalmente, sobre impostos de importação, que por si sós, lhe dão 95.000:000\$ em uma renda de 136:000:000\$000.

UMA VOZ — São os principaes.

O SR. ORTIGICA — Passando todo este commercio de importação a ser feito livremente, sem pagamento de impostos, porque, naturalmente, a concorrência não se poderá dar e o commercio de importação terá de ser feito pelos Estados Unidos, onde vai a União buscar recursos para as despesas do seu orçamento? A que fica reduzida esta renda, que a Constituição estabeleceu e que a União terá de ir buscar, principalmente, nos impostos de importação, que não existem mais?

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — São muito poucos.

O SR. ORTIGICA — O nobre representante parece que não leu o decreto.

UMA VOZ — Não leu, não.

OUTRA VOZ — Com certeza.

O SR. ORTIGICA — Si o leu, não lhe prestou a devida attenção.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Ha uma grande compensação...

O SR. ORTIGICA — Quem duvida dessa compensação? Quem está entrando na apreciação do decreto?

Pergunto ao meu nobre collega qual é, ahi, a vantagem?

E' a exportação.

Esta augmentará.

UMA voz — Mas pôde, também, diminuir.

O SR. ORRICA — A exportação pertence á União, pelo projecto de Constituição?

Não; todo lucro que tiver a exportação pelo accrescimento destes impostos irá para os estados; a União não tem nem um real dessa renda.

A que ficam, portanto, reduzidas estas rendas da União?

E' claro que ella não terá com que satisfazer os enormes encargos do seu orçamento. (*Apoiados*)

Sr. Presidente, eu fui, até a leitura deste decreto, um propugnador, até, impertinente neste Congresso pela renda dos estados; e por mais de uma vez declarei da tribuna que pelo projecto da Constituição os estados do Norte, principalmente os da Bahia ao Maranhão, iam ficar, litteralmente, na miseria.

Eu o disse e sustentei da tribuna; não pude desenvolver, nem provar, essa proposição com algarismos, porque, infelizmente, tive a palavra em hora em que o Congresso não tinha representantes quasi nenhuns.

Hoje, porém, passei-me para o lado do nobre Senador pelo Paraná e do Sr. ex-Ministro da Fazenda, para dizer desta tribuna que fiquei aterrado com... não sei bem como qualificar: a palavra verdadeira é — roubo, mas creio que não devo usar della nesta tribuna, e, então, direi que fiquei alterado com o enorme *deficit* que se augmentou ao já extraordinario *deficit* que o Sr. ex-Ministro da Fazenda declarou existir para o orçamento da União.

Sem rendas sufficientes, dadas pela importação, sem poder tributar a exportação pelo projecto de Constituição, onde irá a União buscar recursos para satisfazer os encargos do seu orçamento? A resposta é uma unica: nos impostos cumulativos dos estados.

Ora, Sr. Presidente, hoje, dá-se o caso de perguntarmos com mais acrimonia do que hontem: A que ficam reduzidos estes pobres estados? (*Muitos apoiados.*)

Estes estados, que já tinham renda sufficiente no tempo da Monarchia para poder viver ficarão, na Republica federativa, com menores recursos, e, além disso, sobrecarregados da grande faculdade que se dá á União de empolgar com a garra do leão, por ser o mais forte, os pequeninos, os escassissimos recursos que, por misericórdia, lhes são deixados para satisfazerem a todos os novos necargos que lhes impõe a Republica federativa.

V. Ex. está vendo que eu tinha razão quando dizia que o mechanismo adoptado pela Constituição era gasto, tinha moedas enferrujadas, imprestaveis, que eram as mesmas do tempo do Imperio, que não produziram resultado algum senão o baqueamento das instituições, porque os estados vivem todo os dias a clamar contra essa partilha de impostos, que chamavam leonina, prejudicial, e que nem ao menos deixava que elles respirassem; e, hoje, prova-se que ella produz tão ruins resultados, que a primeira moeda em que se locou, o systema veio por terra.

O SR. ESPÍRITO SANTO — Mas o decreto, de que v. Ex. trata, é em favor das classes pobres, dos proletarios, refere-se aos generos de primeira necessidade.

UM SR. REPRESENTANTE — Não ha duvida alguma: de-
baixo desse ponto de vista, é de alta importancia.

O SR. OTTICICA — Mas, pergunto aos nobres representan-
tes; que me interrompem: Quem é que fallou nisso? Quem foi
que disse que o decreto tinha vantagens?

O SR. ESPIRITO SANTO — Não; V. Ex. teve o cuidado de
não fallar nisso.

O SR. OTTICICA — Eu disse que não entrava nessa ques-
tão, e julgo não ser esta a occasião de entrar na apreciação
do tratado, encarando desta tribuna, unicamente, a questão
constitucional. Vou fazer aos meus collegas uma declaração
franca; eu, habitante do Norte e productor de assucar, como
sou, applaudo o decreto.

Para mim, pessoalmente, elle é muito bom. Já vêem que
não estou defendendo interesses meus, mas os da União, que
vai ficar sem rendas.

V. Ex., Sr. Presidente, está vendo que o plano adoptado
pela Constituição e que, hoje, não pôde ser modificado, porque
passou em 2ª discussão, cahê por terra, desmancha-se, produ-
zindo para a União aquelle desastre, que os seus paladinos
queriam evitar, si bem que nós, os outros, que defendiamos
o projecto federalista, nunca nos incomodamos com a renda
da que a União ficava desfalcada, porque nós (eu, pelo menos,
no plano que apresentei) davamos á União rendas para que
que vivesse sem prejudicar os estados.

Agora, a que vem toda esta minha allegação? E' ainda
para formular outra pergunta ao Congresso: Será possível que
nós deixemos na Constituição, na lei fundamental, um plano
de discriminação de rendas que prejudica os estados, como
está, hoje, provado e os meus nobres collegas não podem
negar, pelo menos os representantes dos estados do Norte, e
deixar sem renda o Governo Federal?

Não podemos deixar que este plano de distribuição de
rendas vingue como disposição da lei fundamental, quando
sabemos que, amanhã, o Poder Executivo terá de vir pedir ao
Congresso ordinario que reforme a Constituição, que elle
proprio decretou. Supponho que não haverá duas opiniões
a este respeito.

A razão allegada para dar á União a faculdade de decretar
e cobrar para si os direitos de importação, assentava justa-
mente neste facto: é que a União deveria ficar com o direito
de fazer tratados commerciaes, tratados internacionaes, que
protegessem a sua industria, ou prohibissem a industria ex-
trangeira. Este direito, Sr. Presidente, era o que mais se me
afigurava de antinomico com o proprio projecto, porque a
União, ficando com os direitos de importação unicamente,
como base principal de sua receita, estes direitos podiam di-
minuir sensivelmente de um dia para outro, ficando o Poder
central desfalcado em suas rendas. Eu receava isto, princi-
palmente porque já se falla, ha muito tempo, neste tratado
internacional com os Estados Unidos.

Eu previa que a União, estabelecendo por qualquer tra-
tado de commercio a cessação ou diminuição de impostos para
as mercadorias importadas, a renda havia de diminuir, e
muito, e, então, a União ficaria sem rendas, o projecto ficaria
nullificado.

Agora, pergunto eu aos nobres representantes: Será de vantagem para o Congresso que fique consignado, como lei fundamental, um plano de discriminação de rendas que, amanhã, já de hoje vai trazendo a diminuição da receita? Com que fará face o Poder Executivo aos seus enormes gastos? Com que fará face ao pagamento de nossa dívida, que monta a mais de 50.000 contos?

Com que sustentará o credito do paiz? Com que, principalmente, irá fazer face a certos compromissos commerciaes da maior gravidade, — compromissos que não se impõem com a liquidação das relações com a Europa e que o Governo terá obrigação de encarar de face, para sustentar os creditos do mesmo paiz? (*Apartes.*)

Não procurei saber, Sr. Presidente, si este tratado, ou antes, si esta isenção de impostos para os productos dos Estados Unidos attendia ao desenvolvimento das nossas industrias nascentes, quando isentas de impostos certas mercadorias, que, por industria brasileira, póde produzir, principalmente hoje, a organização, em grande escala, de companhias, que se estão levantando todos os dias.

Eu não indaguei si o projecto protector da industria estrangeira é contrario á nossa industria. Não trato desta questão, Sr. Presidente, porque acho que ella não é propria para esta occasião. Não terei, entretanto, duvida em occupar-me della em outro momento mais opportuno. Mostrei-me, apenas, sorprendido deante de um decreto desta ordem.

UM SR. REPRESENTANTE — Isso é uma coisa sem pés nem cabeça.

O SR. OTTICIA — Sr. Presidente, eu não sei qual o motivo principal que nós temos, hoje, de adoptar o plano da Constituição modificado por este projecto.

Eu tive a honra de formular um projecto que no meu entender, resolvia, tanto quanto possível, a questão economica, ficando os estados bem aquinhoados, sem prejuizo da União, e vice-versa; ficando os estados e a União como bons amigos, membros de uma corporação federativa.

Acompanhei as observações que aqui foram feitas, hontem, pelo nobre representante pelo Paraná, e seguindo nessas queixas, S. Ex. Acho — força é confessal-o — que os nobres representantes, membros do Congresso, julgaram que era de pouca importancia a questão sobre materia economica, e continuam a assim proceder. E digo isto porque SS. EEx., quando se aborda esta questão, ou retiram-se da sala, ou não prestam attenção, levando a completo desanimo qualquer orador que cogite de semelhante assumpto.

Portanto, as disposições sobre rendas passou, aqui, como veio do projecto do Governo, que meus nobres collegas acharam muito bom sem examinal-o circumstanciadamente, como a questão merecia.

Cahiu o systema apresentado pela bancada rio-grandense; cahiu o systema que eu havia formulado, modificando o systema da bancada rio-grandense, e o que passou nem foi o proprio systema do Governo no projecto de Constituição porque foi falseado com os 15 % addicionaes, dos quaes resultará prejuizo no direito que tem a União de augmentar a receita proveniente da importação.

O SR. JOÃO SIQUEIRA — Não ha tal prejuizo.

O SR. OTICICA — O que ficou não satisfaz ás necessidades dos estados nem ás da União.

Cahiram os dous systemas denominados federalistas e que a opinião publica acceitou, e ficou de pé o systema unionista de finanças, do projecto de Constituição.

O SR. SERZEDELLO — Essa denominação é completamente arbitraria.

O SR. OTICICA — E' a minha opinião, e V. Ex. tem opinião contraria, que se ha de fazer?

Hoje, está provado que o systema adoptado pela Constituição não serve...

UM SR. REPRESENTANTE — Absolutamente, não.

O SR. OTICICA — ... nem mesmo a quem elle favorecia, na phrase de seus defensores; porque a importação vai diminuir, e as despesas da União vão augmentar. Pergunto: que se deve fazer?

Vou ter a honra de apresentar ao Congresso uma indicação, declarando, desde logo, que não a considero como o melhor remedio a dar; vou apresental-a como meio de ser possível modificar esse plano adoptado pela Constituição, ficando ao arbitrio de todo o Congresso resolver si ha ou não plausibilidade no desfalque que eu e alguns meus collegas, que me acompanham na mesma opinião, entendemos que resultará para a renda da União em consequencia desse tratado. V. Ex. dará á minha indicação o destino que julgar melhor. Entendo que cumprio o meu dever levantando esta questão no Congresso, para que elle delibere, desde logo, sobre os resultados que esse tratado vai trazer para o paiz. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Na sessão de hontem o Sr. representante José Marianno apresentou duas propostas para reforma do Regimento, e requereu urgencia afim de que ellas fossem dadas para a ordem do dia de hoje. A votação dessa urgencia ficou empatada, e adiada para hoje. Vai o Congresso, consequentemente, resolver sobre o requerimento de urgencia feito pelo Sr. José Marianno.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, a votação a que vai se proceder, é para a indicação entrar em discussão?

Quero prevenir o Congresso de que a segunda indicação por mim apresentada, permitindo a apresentação de emendas por occasião da 2ª discussão das emendas, não só não offerece os perigos, que a muitos se têm antolhado, como poderá ser, por mim mesmo ou por outros collegas, substituida por outra, que satisfaça perfeitamente os fins que foram tidos em vista.

Como o meu desejo é auxiliar, tanto quanto possível, a obra de connexão, que deve haver, no projecto de Consittuição, penso que não haverá inconveniente em submeter á discussão a minha indicação, e ahi corrigil-a, de modo que fique livre do perigo, que muitos vêm, de protellar a discussão; ao mesmo tempo, será satisfeito o fim que tive em vista.

Além disso, o Congresso tem o recurso do encerramento, e, logo após, o annunciar-se a 2ª discussão das emendas, nós, que já a conhecemos, podemos cortar perfeitamente o abuso da apresentação de qualquer numero de emendas encerrando a discussão, e não ficando, entretanto, o Congresso privado de fazer as correções de que precisam as emendas. *(Muito bem.)*

O SR. RAMIRO BARCELLOS *(pela ordem)* — Sr. Presidente, desejava saber si está em discussão, ou si se póde insinuar a votação da questão.

Vejo que V. Ex. concede que seja insinuada, sob pretexto de se fallar pela ordem, e, assim, eu, que voto contra a emenda, quero dar minha opinião, para dizer o modo por que julgo se deva votar.

E' facto que se tem repetido aqui, varias vezes, e, si se consente para uns, deve-se consentir para outros. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE — O facto a que se refere o nobre representante tem-se reproduzido aqui, por diversas vezes, motivado por quasi todos os nobres representantes.

Tenho feito esforços para manter a ordem e o Regimento, mas tem sido completamente improficua a minha intervenção; tenho feito esforços para que o Congresso cumpra o seu dever volando a Constituição, e, entretanto, na sessão de hontem, o Congresso gastou hora e meia em materia extranha, e na de hoje vai gastar mais de uma hora. Eu não sou o responsavel.

Em nome da ordem têm-se feito as maiores desordens. *(Apoiados.)*

As minhas advertencias têm sido impotentes, — razão pela qual deliberei não mais fazel-as.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Sinto que V. Ex. não faça cumprir o Regimento nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE — Quanto a dizer S. Ex. que eu tenho permitido a desordem, é uma injustiça, que não mereço.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Não disse tal.

O SR. PRESIDENTE — Não permitto a ninguem violar o Regimento.

O Sr. José Marianno, mais de uma vez, tem sido advertido e chamado á ordem nominalmente, V. Ex., pois, não tem razão.

O SR. JOSÉ MARIANNO — E' verdade, e tenho-me submettido. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação do requerimento de urgencia do Sr. José Marianno, para que as duas moções para reforma do Regimento sejam dadas para ordem do dia da sessão de amanhã.

Consultado, o Congresso rejeita a urgencia pedida.

Vem á Mesa e é lido o seguinte

Requerimento

Requeiro urgencia para ser votado amanhã o meu requerimento de hontem.

Em 6 de fevereiro de 1891. — *Ubaldo do Amaral*.

Submettido á votação, é approved este requerimento.

O SR. GIL GOULART (*pela ordem*) — Sr. Presidente, informo a V. Ex. que o nobre representante da Bahia, Sr. Amphilophio, por enfermo, deixa de comparecer á sessão.

E' lida e fica sobre a Mesa, aguardando pedido de urgencia para ser discutida, a seguinte

Indicação

Indico que o Congresso, aguardando o conhecimento do tratado celebrado entre o Governo Provisorio e o dos Estados Unidos da America e publicado, hoje, no *Diario Official*, e tendo em consideração a diminuição dos direitos de importação, base da receita da União pelo projecto da Constituição, e as disposições approvedas sobre discriminação das rendas para ser feita essa discriminação em lei organica na 1ª sessão ordinaria, quando serão conhecidos dados certos sobre a diminuição dos impostos de importação trazida por este tratado; reformado para isto o Regimento do Congresso.

Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Leite e Oiticica*

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a votação das emendas offercidas ao projecto de Constituição na segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE declara que vai votar-se a emenda suppressiva dos ns. 25 e 26 do art. 33, offercida pelo Sr. Leovigildo Filgueiras.

O SR. JOSE' MARIANNO acha que esta emenda está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE — Para que o Congresso votasse com perfeito conhecimento de causa, dei-me ao trabalho de ler a emenda do Sr. Filgueiras, os tres numeros do projecto que ella manda supprimir, assim como o substitutivo.

Ao Congresso, pois, compete o direito de conservar estes numeros, ou eliminá-los.

O SR. ESPÍRITO SANTO (*pela ordem*) — Antes de fazer a observação que pretendo dirigir, quizera, Sr. Presidente, que V. Ex. me explicasse o seguinte: no caso de serem aceitos estes dous numeros, que prevalecerá? Ellos ou a emenda?

Faço este pedido, porque sei que o Sr. Presidente, na direcção dos trabalhos, sempre que vê seguindo-se na votação

uma medida que vem prejudicar o vencido, declara-a desde logo, prejudicada.

Noto, porém, que, agora, S. Ex. pensa de modo contrario, porque diz que, apesar de ser a emenda contra o vencido, vai submettel-a á votação.

O SR. PRESIDENTE — Peço ao nobre representante que não me attribua aquillo que eu não disse.

Por sua conta e sob a sua responsabilidade pôde dizer o que quizer.

O SR. ESPÍRITO SANTO pede que o Sr. Presidente tome em consideração o que acaba de dizer.

O SR. PRESIDENTE — O n. 24 do art. 32 foi substituido pela emenda do Sr. Filgueiras, que diz o seguinte:

« Legislar sobre o Direito Civil, Criminal, Commercial e Processual da Republica. »

Os ns. 25 e 26 dispõem o seguinte:

« N. 25. Estabelecer leis uniformes sobre naturalização e fallencia; »

« N. 26. Definir e punir crimes politicos, os de falsificação de moeda e dos titulos publicos da União, e os commetidos no alto mar. »

Orá, aqui pôde haver uma redundancia, mas não me parece que haja antinomia: em todo o caso, para solver a questão, vou consultar o Congresso si a approvação da emenda do Sr. Leovegildo Filgueiras prejudicou as disposições dos artigos 25 e 26 do projecto.

Consultado, o Congresso manifesta-se em sentido contrario.

Posta a votos a emenda suppressiva dos ns. 25 e 26, apresentada pelo Sr. Leovegildo Filgueiras, é rejeitada.

E' approvada a emenda do Sr. José Hygino, supprimindo o n. 27 do art. 33.

Fica adiada a votação da emenda ao n. 21 do art. 33, apresentada pelo Sr. Adolpho Gordo e outros, para quando forem votadas as emendas ao art. 62.

E' rejeitada a emenda do Sr. Antonio Baena, suppressiva do n. 33 do art. 33, ficando prejudicadas as dos Srs. Antão de Faria e outro, Feliciano Penna e outro.

O SR. PRESIDENTE declara que vai sujeitar á votação a emenda additiva do Sr. Oliveira Valladão, ao n. 33.

O SR. OLIVEIRA VALLADÃO (*pela ordem*) diz que essa emenda, em cuja impressão foi supprimida a conjuncção e, tem por fim harmonizar a disposição do n. 33 com a do art. 63.

E' em seguida approvada a emenda do Sr. Valladão:

« A's palavras — sobre terras — accrescente-se — minas de propriedade da União. »

O SR. PRESIDENTE — Considera prejudicada a emenda, substitutiva do n. 33, do Sr. Meira de Vasconcellos, em consequencia da approvação da emenda do Sr. Oliveira Valladão.

O SR. MEIRA DE VASCONCELLOS diz que sua emenda não está prejudicada na ultima parte, que contém estas palavras,

que não se acham na emenda do Sr. Oliveira Valladão: "outros bens da União.»

O SR. PRESIDENTE — Vou consultar o Congresso.

Sendo consultado, o Congresso resolve que a emenda está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE — A emenda do Sr. Meira de Vasconcellos tem uma segunda parte supprimindo o n. 36 do art. 33, no caso de passarem as emendas que propõem a unidade da legislação e da magistratura.

Essa emenda depende de ulterior deliberação do Congresso, e, portanto, si não ha reclamação, adio a sua votação para quando se tratar das emendas relativas á organização do Poder Judiciario. (Apoiados.)

Fica prejudicada a emenda do Sr. Corrêa Rabello ao n. 33 do art. 33.

E' annunciada a votação da emenda, do Sr. Arthur Rios, ao art. 33.

O SR. GABRIEL DE MAGALHÃES diz que lhe parece estar prejudicada essa emenda.

O SR. PRESIDENTE diz que não se acha prejudicada a emenda do Sr. Arthur Rios, porque ella tem por fim harmonizar as disposições relativas ás attribuições do Congresso com as da Camara e do Senado.

Posta a votos, é approvada a emenda, do Sr. Arthur Rios, que manda acrescentar ao art. 33 o seguinte paragrapho: — Prorogar as suas sessões.

E' considerada prejudicada a emenda, do Sr. Felipe Schmidt e outros, substituindo os ns. 10 e 11 pelo n. 10 do projecto.

E' rejeitada a emenda, dos mesmos senhores, ao n. 14.

O SR. PRESIDENTE declara que vai submeter a votos a emenda, do Sr. Felipe Schmidt, ao n. 17, e diz: — Houve equívoco nesta emenda, de parte de seu auctor. Diz a emenda: — «Transfira-se para o capitulo III da secção 2ª, conforme o vencido em 1ª discussão. Não foi assim o vencido em 1ª discussão, e o n. 17 ficou permanecendo no art. 33. Pelo que considera essa emenda, apenas, como nova proposta naquello sentido.

E' em seguida posta a votos e rejeitada a mesma emenda.

São consideradas prejudicadas as emendas, do Sr. Felipe Schmidt e outros, ao n. 33, e, do Sr. Viriato de Medeiros, ao n. 24 do art. 33.

E' annunciada a votação da emenda additiva, do Sr. Cyrillo de Lemos, ao art. 33.

O SR. CYRILLO DE LEMOS diz que acha prejudicada esta sua emenda.

O SR. PRESIDENTE diz que, em vista da declaração do auctor, considera prejudicada a emenda.

São rejeitadas as emendas, do Sr. João Vieira, aos ns. 32 e 36 do art. 33.

E' annunciada a votação da emenda substitutiva do n. 8, offerecida pelo Sr. Julio de Castilhos e outros.

O SR. FRANÇA CARVALHO (*pela ordem*) diz que, em vista da magna importancia do artigo, pede ao Sr. Presidente que consulte o Congresso sobre se concede votação nominal.

Consultado, o Congresso rejeita o requerimento de votação nominal.

O SR. JOSE' MARIANNO (*pela ordem*) diz que, muito embora esteja a emenda concebida em um só periodo, entende, todavia, que a materia póde ser completamente destacada; e, portanto, requer ao Sr. Presidente que consulte o Congresso si convém em que seja dividida em duas partes, para a votação: a primeira legislar sobre bancos emissores de moeda papel convertivel sem monopolio, e a segunda — nem curso forçado.

Faz este requerimento na intenção de bem encaminhar a votação, mas, si, porventura, elle vai de encontro ao Regimento, está prompto a obedecer a qualquer decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A emenda substitutiva do § 8º está redigida por esta fórma (*lé*):

«Legislar sobre bancos emissores de moeda-papel convertivel, sem monopolio, nem curso forçado.»

Transfiram-se para o capitulo 3º os ns. 5, 16, 17 e 20 do art. 33.

O SR. representante José Marianno requer que se consulte o Congresso, afim de ver se este consente que a votação seja feita separadamente. A opinião da Mesa é conhecida. Esta emenda é formulada em um só periodo. A votação della por partes importaria numa sub-emenda. Sendo assim, a Mesa não póde annuir ao pedido do nobre representante. Em todo o caso, vou sujeital-o á deliberação do Congresso.

O SR. JOSE' MARIANNO (*pela ordem*) para dar uma prova do respeito e consideração que lhe merece o Sr. Presidente, retira o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A obediencia que V. Ex. presta não é á minha pessoa, é ao Regimento.

Posta a votos a emenda do Sr. Julio de Castilhos, é rejeitada.

E' rejeitada a emenda do mesmo Senhor, mandando transferir para o capitulo 3º os ns. 5, 16 e 20, ficando prejudicada a parte referente ao n. 17.

E' considerada prejudicada a emenda substitutiva, do mesmo Senhor, ao n. 33 do art. 33.

E' rejeitada a emenda, do Sr. Alexandre Stockler, suppressiva do n. 8, do art. 33.

E' considerada prejudicada a emenda additiva, do mesmo Senhor, ao n. 12.

E' annunciada a votação da emenda additiva, do Sr. Alexandre Stockler, ao n. 16.

O SR. PRESIDENTE diz que considera esta emenda prejudicada, mas que vai consultar o Congresso a respeito.

Consultado, o Congresso considera prejudicada a emenda.

E' rejeitada a emenda suppressiva, do Sr. Alexandre Stockler, ao n. 34, ficando prejudicada a que o mesmo Senhor offereceu, ao n. 33.

E' rejeitada a emenda additiva, dos Srs. Amaro Cavalcanti e outros, ao § 8º do art. 33.

O SR. PRESIDENTE declara que vai submeter á votação a emenda ao § 5º do art. 33, dos Srs. Manhães Barreto e outros.

O Sr. França Carvalho, obtendo a palavra pela ordem, repete o requerimento que já teve a honra de apresentar ao Congresso; e caso elle entenda que essa emenda deve ser approvada, pede ao Sr. Presidente que lhe consulte si permite que a mesma emenda seja transferida para as Disposições Transitorias.

Aproveita a occasião, para declarar que o Estado do Rio de Janeiro é o unico de todos os estados maritimos que não tem um porto alfandegado.

O SR. PRESIDENTE — Peço a attenção do nobre representante.

O SR. FRANÇA CARVALHO — Pois, não?

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante já fez o seu requerimento na sessão de hontem, e elle será tomado na devida consideração em tempo conveniente. Bem vê o nobre representante que não tem mais assumpto para continuar na tribuna.

O SR. FRANÇA CARVALHO vai sentar-se, declarando que o faz confiadamente, quer na justiça dos representantes do Sul, quer na justiça dos representantes do Norte. Estes apresentaram a razão de que os impostos addicionaes importavam para elles condições de vida, nós outros dizemos o mesmo; a emenda de que se trata importa para nós condições de vida.

Posta a votos, a emenda é rejeitada.

O SR. PRESIDENTE — Peço aos Srs. membros do Congresso que guardem um pouco mais de silencio, porque, neste estado, será impossivel continuar a votação. Vai se votar a emenda dos Srs. Luiz Murat e Leopoldo de Bulhões.

O SR. JOSE' HYGINO — Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE — Prejudicada, por que? O Congresso approvou os ns. 25 e 26, e esta emenda é additiva ao n. 26, mandando acrescentar, *in fine* — e os de contrabando.

Vou consultar o Congresso.

Sendo consultado, o Congresso resolve pela negativa.

Procede-se á votação da emenda e á verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Neste momento observa que na bancada da esquerda ha membros do Congresso que se têm conservado sentados, quer na votação, quer na verificação, e desta fórma é impossivel conferir o resultado. A emenda teve 100 votos a favor, e, agora, 48 contra; consequentemente, está approvada; mas, visivelmente, 149 votos não representam a totalidade do numero dos Srs. membros do Congresso que se acham presentes.

E' considerada prejudicada a primeira parte da emenda additiva, do Sr. Almino Affonso, ao art. 33, e rejeitada a segunda parte.

SR. PRESIDENTE — Estão terminadas as emendas ao artigo 33. Vai-se proceder á votação das emendas ao art. 34.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA requer, e é concedida pelo Congresso, a suspensão da sessão por 15 minutos, para descanso dos Srs. Presidente e membros do Congresso.

Suspende-se a sessão ás 2 horas e 5 minutos.

Reabre-se a sessão ás 2 e 35 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Vai-se proceder á votação das emendas ao art. 34; a que em primeiro logar porei a votos é a emenda substitutiva, do Sr. Francisco Veiga, ao mesmo artigo.

O SR. FRANCISCO VEIGA (*pela ordem*) — Entendo que a emenda a que V. Ex. se refere não deve ser votada.

Lendo as attribuições do Poder Executivo, entendi que as dadas ao Congresso pertenciam a elle cumulativamente com as do Presidente da Republica, a quem cabe o direito de sanção e do *veto*; por isso propuz que fosse tirada a palavra — primitivamente —, que não parecia applicavel ao caso; uma vez, porém, que o Congresso decidiu que essas attribuições, dadas ao Congresso, a este pertencem primitivamente, só resta-me pedir a V. Ex. que considere prejudicada essa emenda; e quando si tratar das attribuições do Presidente da Republica, V. Ex. terá a bondade de lembrar ao Congresso que o chefe do Poder Executivo não toma parte nas attribuições do Congresso Nacional, que, segundo, este decidiu, serão privativas do mesmo.

O SR. PRESIDENTE declara, em vista das considerações do Sr. representante, prejudicada a sua emenda.

São rejeitadas as emendas do Sr. Alexandre Stockler, supprimindo a palavra — immigração — do n. 2 do art. 34 e os ns. 3 e 4 do mesmo artigo.

Ao votar-se a emenda, do Sr. Felipe Schmidt, ao numero 4 do art. 34, o Sr. João de Siqueira requer preferencia para a emenda, do Sr. José Hygino, do mesmo numero.

O SR. LAURO MÜLLER (*pela ordem*) diz que houve engano na redacção do artigo.

O SR. THOMAZ DELFINO — (*pela ordem*) — Diz que, tendo sido rejeitada uma emenda, do Sr. Alexandre Stockler, mandando imprimir o n. 4 do art. 34, está *ipso facto* prejudicada a emenda do Sr. José Hygino. (*Protestos.*)

Posta a votos, é approvada a emenda do Sr. Felipe Schmidt, supprimindo do n. 4 do art. 34 as palavras — *primaria* e...

Ficam prejudicadas as emendas, dos Srs. José Hygino e outros, ao n. 4, e a, do Sr. Antônio de Faria, ao n. 2 em relação á suppressão da palavra — *immigração* —, sendo rejeitada a parte da mesma emenda relativa á suppressão da palavra — *agricultura*.

E' rejeitada a emenda substitutiva, do Sr. Julio de Castilhos e outros, ao n. 3 do art. 34.

Posto a votos o additivo, do Sr. Alexandre Stockler, ao art. 34, o Sr. Presidente diz que o considera inutil, attendendo a que identica disposição se encontra no paragrapho unico do art. 66, pelo que declara prejudicado o referido additivo.

O SR. PRESIDENTE põe a votos a emenda do Sr. Oliveira Pinto e outros, e declara que essa emenda constitue um ar-

tigo additivo para ser collocado depois do art. 34, ou onde convier.

E' rejeitada a mesma emenda additiva.

O Sr. JOSÉ HYGINO requer verificação da votação.

Verificada esta, reconhece-se ter sido rejeitado o additivo do Sr. OLIVEIRA PINTO e outros.

E' posta a votos e rejeitada a emenda substitutiva, do Sr. Julio de Castilhos e outros, ao art. 35.

E', egualmente, rejeitada a emenda modificativa do § 3º do art. 36, offerecida pelo Sr. Leopoldo de Bulhões e outros.

E' annunciada a votação da emenda substitutiva, do Sr. Zama, ao § 3º do mesmo artigo.

O Sr. Costa Machado (*pela ordem*) requer preferencia; na votação, para o substitutivo, que apresentou, por ser mais resumido, mais claro e terminante.

Consultado, o Congresso concede a preferencia requerida.

Posto a votos o substitutivo do Sr. Costa Machado, é rejeitado, sendo em seguida tambem rejeitada a emenda substitutiva, do Sr. Zama.

O Sr. OLIVEIRA PINTO pede verificação da votação.

Procedendo-se á verificação, reconhece-se ter sido rejeitada a emenda do Sr. Zama.

E' rejeitado o substitutivo, do Sr. Francisco Veiga, ao § 4º do art. 36.

O Sr. PRESIDENTE annuncia a votação do additivo, do Sr. Cantão, ao n. 3.

O Sr. OLIVEIRA PINTO diz que costuma poucas vezes sollicitar a attenção do Congresso, e, por isso, parece-lhe que deve merecer alguma neste momento.

O Congresso, na votação a que se procedeu, na realidade, contrariou-o vivamente, porque consignou uma verdadeira olygarchia, prevalecendo a medida como está.

O orador aproveita a oportunidade, tendo o Sr. Presidente annuciado a votação do additivo do Sr. Cantão, para declarar que vota a favor d'elle, porque salvará, ao menos em parte, a idéa que foi rejeitada, evitando que se possa estabelecer essa olygarchia dos 22 senadores unidos ao Presidente do Congresso.

Posto a votos, é approvedo o seguinte additivo, do Sr. Cantão:

Art. 36. Depois do § 3º — accrescente-se:

§ 4º. Si na outra Camara o projecto não for approvedo pelos dous terços dos membros presentes, reunir-se-ão as duas camaras em Congresso Nacional, e, ahi, será submettido a uma só discussão.

Si for approvedo pela maioria de dous terços, será considerado como lei, e de novo enviado ao Poder Executivo, para promulgar-o.

Si, porém, não obtiver aquella maioria, entender-se-á que foi rejeitado.

§ 5º. Ainda quando na Camara iniciadora o projecto não seja approvedo pelos dous terços de seus membros presentes, será remettido á outra Camara.

Si nessa tambem não for approvedo por aquelle numero de votos, será julgado rejeitado; mas, si o for, reunir-se-ão

as duas camaras em Congresso Nacional, para proceder-se na forma do parographo antecedente.

§ 6º. A reunião das duas camaras em Congresso Nacional será solicitada por aquella em que for iniciado o projecto.

O § 4º do artigo do projecto passará a ter a numeração de 7º.

VOZES — Muito bem! Muito bem!

O SR. MORAES BARROS E OUTROS — Derrotado o systema da Constituição. (*Muito bem*).

O SR. OLIVEIRA PINTO E OUTROS — Derrotada a olygarchia (*Muito bem*.)

—E' approvedo o seguinte substitutivo do Sr. Francisco Veiga:

"Modifique-se o art. 37 do modo seguinte: — Não sendo a lei promulgada pelo Presidente da Republica nos casos dos §§ 2º e 3º do art. 36, dentro de 48 horas, o Presidente do Senado, e si este não o fizer em igual prazo, o Vice-Presidente a promulgará, usando da seguinte formula: "F., Presidente (*ou Vice Presidente*) do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decretou e promulgou a lei (*ou resolução*) seguinte:"

São, successivamente, rejeitadas as emendas, do Sr. Gil Goulart e outros, ao art. 38, c, do Sr. Viriato de Medeiros e outros, ao art. 39.

O SR. PRESIDENTE considera prejudicadas as emendas do Sr. Schmidt e outro, do Sr. Epitacio e outros, e do Sr. Zama, offerecidas, todas, ao art. 40.

O SR. JOSÉ MARIANNO diz que ha uma emenda do Sr. Zama, que não foi agora lida e que lhe parece não estar prejudicada.

O SR. PRESIDENTE responde que a emenda do Sr. Zama trata da responsabilidade do Presidente e refere-se ao capitulo V.

O SR. ZAMA diz que a emenda que o Sr. Presidente acabava de ler parece que devia estar collocada no capitulo V, onde se trata da responsabilidade do Presidente.

E' a este titulo que a emenda se refere, e pede que se lhe acrescentem as palavras — e dos ministros de Estado.

Consequentemente, julga o orador que a votação da referida emenda, naquelle momento, não era opportuna.

O SR. PRESIDENTE diz que na pagina 39 do impresso está reproduzida a mesma emenda do Sr. Zama, que será votada por occasião de ser encelada a votação das emendas ao capitulo V.

E' rejeitada a emenda, do Sr. Almeida Nogueira, ao § 3º, n. 1, do art. 40.

E' egualmente rejeitada a emenda suppressiva do artigo 41, offerecida pelo Sr. Leovegildo Filgueiras.

E' approvada a seguinte emenda, do Sr. José Hygino, ao art. 41: "Em vez de dois terços, diga-se: metade.

E' rejeitada a emenda substitutiva, do Sr. Meira de Vasconcellos, ao art. 42.

E' approvada a seguinte emenda, do Sr. Francisco Veiga, ao art. 43:

Depois das palavras em sessão — diga-se: do Congresso, e, si este não estiver reunido. — O mais como está no projecto.

O SR. ZAMA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, á vista da votação que acaba de ter logar, me parece que é desnecessario submeter á votação a outra emenda (*Apoiados*), porque o pensamento é o mesmo, e não vale a pena estarmos perdendo tempo.

O SR. PRESIDENTE — A emenda do nobre representante está, realmente, prejudicada.

Vai se proceder á votação de um additivo, do Sr. Barbosa Lima, ao capítulo I.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS diz que lhe parece estar prejudicado o additivo do Sr. Barbosa Lima, uma vez que já se negou ao Presidente da Republica o direito de adiar, ou dissolver, o Congresso.

O SR. PRESIDENTE diz que justamente por esta razão lhe parece não estar prejudicada a emenda.

Si o Presidente da Republica tivesse essa attribuição, era que não se poderia considerar um crime o exercicio della.

A emenda qualifica o crime e estabelece a pena.

Entretanto, o Congresso decidirá si a emenda está ou não prejudicada.

O SR. BARBOSA LIMA diz que depois das palavras que o Sr. Presidente acabava de proferir, com o bom senso e criterio que o caracterizam, cre que nada mais seria necessario dizer para provar que a emenda não está prejudicada.

O Congresso pôde entender que é desnecessario legislar a proposito, mas não pôde esquecer que um publicista, e bastante notavel, James Bryce, diz que, a par da Constituição dos Estados Unidos da America, documento notavel por sua concisão, está uma nova Constituição, mais volumosa e mais explicita, formada por abusos de interpretação e por inferencias, que, muitas vezes, podem levar a verdadeiros crimes.

Foi por esta razão que o orador tratou de especificar os abusos, que o Presidente pudesse commetter quando infringisse a disposição do § 3º do art. 53, em que a Constituição declara crime de responsabilidade o impedir o livre exercicio dos direitos politicos.

Ora, não pôde haver maior abuso a este respeito do que adiar, ou dissolver, o Congresso dos representantes da Nação.

Concluindo, diz o orador que o actual Congresso decidirá como entender acertado, pensando nos futuros despotas, nos futuros chancellers de ferro, porventura accumulados nesle paiz.

Posto a votos, é rejeitado o additivo do Sr. Barbosa Lima.

Procedendo-se á votação da emenda substitutiva, do Sr. Francisco Veiga, ao art. 46, reconhece-se não haver numero, pelo que o Sr. Presidente manda proceder á chamada, á qual respondem os Srs. Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Paes de Carvalho, Joaquim Cruz, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Cesario Alvim, Prudente de Moraes, Campos Sales, Ubaldino do Amaral, Esteves Junior, Nina Ribeiro,

Nogueira Paranaguá, Nelson, Barbosa Lima, Bezerril, Miguel Castro, Amorim Garcia, Epitacio, Pedro Americo, Couto Cartazo, Retumba, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marrianno, André Cavalcanti, Meira de Vasconcellos, Luiz de Andrade, Espírito Santo, Pontes de Miranda, Gabino Besouro, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Paula Guimarães, Milton, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraizo, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Lopes Trovão, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Mursa, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Belarmino de Mendonça, Eduardo Gonçalves, Thomaz Flores, Cassiano do Nascimento.

O SR. PRESIDENTE declara que, por falta de numero legal, fica adiada a votação das emendas.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de votos

Declaramos que votámos contra a emenda, do Sr. Cantão, ao art. 36, depois do § 3º do projecto, visto como essa emenda é offensiva do principio da dualidade das camaras e tende a annullar o Senado. — *José Hygino.* — *Almeida Barreto.* — *Firmino da Silveira.* — *Pedro Americo.* — *Couto Cartazo.* — *Luiz de Andrade.* — *João Siqueira.*

Declaro ter votado pelo substitutivo do § 8º, apresentado pelos Srs. Julio de Castilho e outros.

Sendo vencido este substitutivo, votei pela emenda dos Srs. Amaro Cavalcanti e outros, que extinguiu com o monopolio bancario.

Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Angelo Pinheiro.*

Declaramos que votámos a favor das emendas dos Srs. Julio de Castilhos e Amaro Cavalcanti, que combatiam o monopolio de emissão.

Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Carlos Garcia.* — *Domingos de Moraes.*

Communico ao Congresso que por incommodo de saude deixei de comparecer ás sessões ultimas, desde o dia 29 de janeiro até 5 do corrente.

Aproveito o ensejo para declarar que si estivesse presente á sessão do dia 4, em que se votou a emenda de 15 % addicionaes aos impostos de importação, teria votado contra ella.

Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Fernando M. de Simas.*

Declaro que votei a favor da emenda apresentada pelo Sr. Theodureto Souto, mandando que uma lei do Congresso ordinario marcasse as incompatibilidades eleitoraes e parlamentares, e isto não só por me parecer injusta a incompatibilidade dos directores e de bancos e companhias, como por julgar a materia impropria da Constituição.

Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

1ª parte, até 1 hora da tarde

Discussão do requerimento do Sr. Ubaldino do Amaral.

2ª parte, á 1 hora ou antes

Continuação da votação das emendas ao projecto de Constituição, offerecidas na 2ª discussão.

Levantá-se a sessão ás 3 horas e 45 minutos da tarde.

50ª SESSÃO, EM 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Paes de Carvalho, João Neiva, Costa Rodrigues, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodurelo Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenolk, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesarino Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro,, Cantão, Pedro Chernmont, Matta Bacellar, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Baptista da Motta, Frôcs da Cruz, Alcino Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olynho, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos

das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espírito Santo, Belarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Scabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiloquio, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermetes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, França Carvalho, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Cactano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, participada os Srs: Frederico Serrano, João Severiano, Generoso Marques, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Conde de Figueiredo, Matta Machado e Ferreira Brandão; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Alberto Brandão, Luiz Murat, Mayrink, Badaró, Bueno de Paiva, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Cesario Motta Junior, Antonio Prado, Marciano de Magalhães, Ernesto de Oliveira e Theodoreto Souto.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Antônio de Faria — Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer uma rectificação, formular um reparo e levantar um protesto.

Quando, respondendo ao repto que desta tribuna lançou á maioria da representação rio-grandense o Sr. Demetrio Ribeiro, fallava o meu illustre comprovinciano Assis Brasil, eu, no momento em que S. Ex., referindo-se a um telegramma que daqui fôra passado para o Sul, dizia que, fazendo aquella revelação, não tinha o proposito de offender a quem quer que fosse, observei, em aparte, que o orador era incapaz de, sem motivo, dirigir offensa a qualquer de seus collegas. Este aparte foi de certo mal tomado, pois, no discurso de S. Ex. vejo substituida a palavra — offensa — pelo termo — injustiça.

Ora, Sr. Presidente, como V. Ex. sabe, qualquer de nós pôde, por circumstancias diversas, formular apreciações er-

roneas, emittir conceitos injusto, e, portanto facil é comprehendêr que, apesar da elevada consideração que me inspirá o meu patricio, eu não poderia julgar isento dessa fraqueza tão propria da natureza humana.

Está feita a rectificação.

O reparo refere-se, ainda, ao discurso de S. Ex. O digno representante disse que a dissidencia republicana no Rio Grande do Sul, (na opinião de meus illustres companheiros de representação, essa dissidencia é representada por Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, pelo orador que ora vos falla e por outros) "nascida hontem, já se atira hoje nos braços dos antigos inimigos da Republica."

Foi injusto o meu illustre comprovinciano.

Em primeiro lugar, nós não nos atiramos nos braços de ninguém. A nossa acção foi, é e continuará a ser publica. Tinhamos um passado de propaganda, que para nós representa um compromisso; tinhamos, e temos ainda, uma doutrina em nome da qual lutamos.

Fieis a essa doutrina, respeitando esse cumprimento, a nossa conducta tem sido invariavel e correctâ. Não procuramos, nem acceitaremos, apoio, quer de individuos, quer de collectividades, quer mesmo, do Poder publico, desde que esse apoio importe no esquecimento daquella doutrina, na modificação daquella conducta; acceital-o-emos, porém, quando elle surja espontaneamente, livremente, na opinião de nossos patricios, no seio da sociedade rio-grandense; acceital-o-emos quando elle signifique uma adhesão á nossa doutrina, quando elle exprima um applauso á nossa conducta. Mas este apoio, Sr. Presidente, que para nós será muito honroso, é, tambem, para os rio-grandenses que assim nos amparam e auxiliam, uma digna manifestação de civismo, porque demonstra que elles desprezam os proventos que poderiam colher prestando incondicional apoio ao Governo, e preferem collocar-se ao lado daquelles que nada lhes promettem, que nada lhes podem dar.

Em segundo lugar, creio que ha alguma cousa muito peor do que receber apoio dos *antigos* inimigos da Republica, que, hoje, podem ser seus leaes e dignos servidores, querel-a dignificada, amada no paiz, respeitada pelo estrangeiro; creio, Sr. Presidente, que é mais grave erro estar amparado e apoiado por aquelles que em nome da Republica a exploram, desvirtuam e sacrificam. Felizmente, o meu illustre patricio não nos poderá accusar por isto.

Era este o reparo que tinha a fazer, no intuito de mostrar que S. Ex. fôra injusto na sua apreciação.

Occupar-me-ei, agora, do protesto.

V. Ex. e o Congresso sabem, Sr. Presidente, que o Governo *de facto*, que temos, celebrou um tratado de commercio com a União Americana do Norte, pelo qual ficaram isentos dos direitos de importação nos mercados americanos alguns productos brasileiros e isentos, tambem, desses direitos no nosso mercado alguns productos daquella paiz.

Não venho, Sr. Presidente, discutir o tratado, examinando os seus effeitos sobre a inevitavel redução da renda das alfandegas, que é a principal fonte da receita da União Brasileira; não venho, tampouco, discutir a competencia ou incompetencia desse Governo *de facto* para a pratica de seme-

nelhante acto, muito embora eu esteja convencido de que essa competencia lhe falta, de que esse Governo nenhum caracter de legitimidade tem.

O Congresso, quando, por uma moção aqui approvada contra o meu voto e o de outros representantes, reconhecendo estar de posse de todos os poderes nacionaes, reservou para si apenas as attribuições do Poder constituinte, delegou ao Governo Provisorio, que era uma junta governativa, todas as outras. Esse governo, porém, desapareceu, essa junta dissolveu-se e consequentemente a delegação cessou.

Perante a boa razão, penso eu, esse Governo de facto que ahi está, não instituido regularmente pelo Congresso, mas imposto pela força das circumstancias, não é mais o delegado da representação nacional, não tem legitimidade, não tem, portanto, competencia para celebrar tratados.

Não quero, porém, discutir amplamente esta questão, trato apenas de justificar o meu protesto.

Sr. Presidente, os productos nacionaes que têm entrada livre nos mercados da União Americana são: o café, o assucar de todas as qualidades, que quanto á côr não se possam classificar acima do n. 16 do padrão hollandez, todas as qualidades de mel de tanque, melado de todas as qualidades, couros crús, pelles, etc.

UM SR. REPRESENTANTE — A materia prima, sómente.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Note V. Ex., Sr. Presidente, os Estados Unidos só isentam de direitos de importação os generos *de que carecem e que não podem produzir*.

E o que fazemos nós em compensação?

Deixamos entrar livremente nos nossos mercados quasi tudo quanto aqui produzimos, como se vai ver.

O SR. COSTA JUNIOR — Isso prova que os Estados Unidos da America do Norte são um grande paiz e nós um paiz de beócios.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Entram livres de direitos no Brazil os seguintes productos, americanos: trigo em grão, farinha de trigo, milho e manufacturas de milho, centeio e farinha de centeio, trigo mourisco e farinha de trigo mourisco, cevada, batatas inglezas, feijão, ervilhas, feno, aveia, carne de porco salgada, toucinho, peixe salgado, secco ou em safmoura, oleo de semente de algodão, e outros.

Sr. Presidente, li, hoje, no *Jornal do Commercio*, um telegramma onde se menciona a pessima impressão que a noticia desse tratado produziu em Londres, praça com a qual entretem o Brazil importantes relações commerciaese não sei mesmo, que juizo farão deste Governo, deste Congresso e deste paiz, os estrangeiros, em face de semelhante convenção aduaneira.

Que pensará de nós o povo americano cujo Governo, sem o pensar, talvez, nos está ludibriando?

O SR. COSTA JUNIOR — O Governo americano fez muito bem: encontrou diplomacia modelo.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Estou informado, Sr. Presidente, de que a principio a pretensão dos americanos não era tão ampla; elles contentavam-se com a isenção de direitos para as ferramentas, instrumentos e machinas destinados á agricultura, á mineração, á manufactura e á industria; para o material de estradas de ferro, livros de artes e sciencias e o kerose, que é, para nós, genero de primeira necessidade, tanto

quanto o café, o assucâr e os melados são para aquella Republica.

De cereaes e outros productos não cogitavam elles ao iniciarem a tentativa do convenio.

Não sou partidario dos tratados commerciaes, e nem vejo motivo de ordem superior que nos forçasse a estabelecer uma excepção em favor de um povo que nunca fez por nós, pelo nosso credito o que outros têm feito; não comprehendo, de momento, o que póde compensar a má vontade que, naturalmente, surgirá na velha Europa por parte da Inglaterra, Alemanha e outros povos com os quaes são antigas as nossos relações commerciaes, e temo, Sr. Presidente, que as represalias que estamos provocando nos tragam, dentro em breve, serias perturbações economicas; mas ainda mesmo que, deante da perspectiva de dar todo o desenvolvimento possivel á solidriedade americana, eu fosse levado a reconhecer a necessidade dos convenios commerciaes, por certo que eu teria sempre em vista não prejudicar as industrias nascentes de meu paiz, — preceito de cuja absoluta e completa observância resultou o rapido progresso dessa mesma Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

Ainda agora, no proprio tratado, o Governo americano se manifesta altamente proteccionista, pois que apenas deixa entrar livremente os generos de primeira necessidade que não produz, e as materias primas de que carece para as suas industrias; faz mais, Sr. Presidente: crea um escoadouro para os seus productos agricolas, inundando os nossos mercados com cereaes que nós produzimos já e que dentro em breve produziriamos muito mais do que os americanos si esse tratado não fosse celebrado.

Como se sabe, a proclamação da Republica trouxe, entre outras, esta vantagem: o capital que no tempo da Monarchia era timido foi, pouco a pouco, perdendo esta timidez. Crearam-se empresas por toda a parte, com favores do Governo ou sem elles. Ha pouco, ainda, foi lançada uma com o capital de 30.000 contos, podendo ser elevado a 60.000, para explorar; no Rio Grande do Sul, diversas industrias, entre as quaes — a agricola.

O SR. COSTA JUNIOR — No norte de S. Paulo levantou-se, ha pouco, uma empresa, sem favores do Governo, para a cultura do algodão.

O SR. ANTÃO DE FARIA — E é exactamente quando apparece a confiança nas empresas, quando a iniciativa particular vem auxiliar a industria com o capital, quando o Governo Provisorio acaba de fazer concessões para a creação de burgos agricolas em muitos estados, quando concede garantia de juros para engenhos que se destinam ao preparo da farinha de trigo, quando mantém contracto para a introdução de centenas de milhares de immigrants, que, na agricultura e na industria, vinham garantir a sua subsistencia, — é neste momento, Sr. Presidente (custa dizel-o), que se celebra um tratado, que vem golpear a industria de nosso paiz! (*Apoiados; muito bem.*)

UMA VOZ — E provocar represalias.

O SR. SEABRA — Não ha tal golpe.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Ha, e não pequeno, mas profundo. (*Apoiados e apartes.*)

O argumento, *único*, de que podem lançar mão aquelles que querem defender semelhante tratado, é este.

O SR. SEABRA — Já ha argumento?

O SR. ANTÃO DE FARIA — Ha, mas insustentavel, como mostrarei, porque não tem o valor que lhe querem attribuir os defensores do acto governamental.

O SR. LAURO MÜLLER — Ninguém defenderá esse tratado com logica.

O SR. ANTÃO DE FARIA — O argumento a que me refiro é este: a entrada livre de direitos, concedida aos cereaes e outros productos americanos, trazendo-os mais baratos aos nossos mercados, permite que as classes pobres, especialmente as do littoral do Brazil, tenham garantida a sua subsistencia com um onus muito menor do que teria sem a isenção de direitos que occasiona aquella baixa de preços.

VOZES — Oh! Oh!

E' o argumento, Senhores, aliás bebido na escola do livre cambio e, especialmente, nas doutrinas, um tanto poeticas, de Bastiat.

UMA VOZ — Doutrina que ninguem mais professa.

O SR. ANTÃO DE FARIA — O facto é verdadeiro; desde que libertemos dos direitos de importação aquelles productos, o seu custo nos nossos mercados baixará e o consumidor, em consequencia, ficará, no momento, em melhores condições.

Mas neste assumpto precisamos ver com clareza, e, sobretudo, ver longe.

Na actualidade temos, de um lado, as classes pouco favorecidas da fortuna, a pobreza, que pouco soffre graças aos nossos recursos, aos nossos costumes e á pouca densidade da população, e á qual se procura favorecer isentando dos direitos de importação tudo quanto ella deve consumir; de outro lado, estão as nossas industrias nascentes, fortemente amparadas pelo espirito de iniciativa individual, em visível periodo de desenvolvimento, mas lutando ainda com a falta de braços e com a rotina, e, por isso mesmo, mal preparadas para triumphar em uma concorrência como aquella que lhe veio crear o tratado a que alludo. Evidentemente, será vencida no primeiro encontro: o retrahimento dos capitães se dará, fatalmente, os productos americanos inundarão os nossos mercados, e a industria nacional será ferida de morte.

Amanhã, dentro de dois ou tres annos, talvez, com o augmento da produção e, consequentemente, da procura desses productos, com o monopolio que em favor dos generos americanos, naturalmente, se estabelecerá no nosso mercado pelo afastamento dos nossos productos, dar-se-á a elevação dos preços, em uma progressão crescente, cuja razão é impossível determinar agora; e é bem possível que, mais breve do que se pensa, em vez dessa pobreza a que se quer proteger, tenhamos a miseria, pela carestia dos generos e pela falta de trabalho, miseria irremediavel, porque só a industria nacional poderia evital-a, mas, então, já essa industria estará morta. (*Apoiados.*)

Que é melhor? Aceitar esse tratado, facilitando a baixa, por algum tempo, do preço dos generos de que carecem as classes pobres, votando-as á miseria em um futuro

não remoto, ou recusal-o, providenciando de modo que, pela affluencia de capitaes e pela concorrência dos esforços individuaes, as nossas industrias breve se desenvolvam, a produção augmente, superabunde o trabalho, haja abundancia para todos?

Um Sr. REPRESENTANTE — Além disso, as nossas industrias estão muito animadas.

O Sr. ANTÃO DE FARIA — As industrias estão muito animadas e os capitaes estão correndo em auxilio dellas.

O Sr. VINHAES — O Estado de V. Ex. será o mais prejudicado.

O Sr. ANTÃO DE FARIA — Assim é, Sr. Presidente, que o Rio Grande do Sul, Santa Catharina, e parte do Paraná, poderiam produzir trigo e farinha para toda a America, si preciso fosse. As nossas colonias podem abastecer com os seus cereaes todos os mercados do Brazil.

Que necessidade temos de maniatar, de golpear de morte a industria agricola, que constituirá a principal fonte de riqueza para nós, em um futuro tão proximo?

Além disso, pelo tratado, soffre uma redução de 25 % nos direitos de importação a banha americana.

Sr. Presidente, ninguem ignora que a banha fabricada nos Estados Unidos é inferior á nossa; todos dizem que não é, mesmo, um preparado sãõ; a que se fabrica no Sul e em outros pontos do Brazil é de primeira qualidade e tem, hoje, enorme procura nos mercados nacionaes. Desde que se estabeleça protecção ao producto americano, facilitando-lhe a entrada, as consequencias serão: primeiro, pear-se o desenvolvimento da industria do paiz; segundo, prejudicar-se a saude publica.

A mesma redução de direitos se estabelece para o taboado, madeiras e manufacturas de madeiras, inclusive obras de tanoaria, mobílias de todas as classes, camas, carros, carroças e carruagens, presuntos, manteiga e queijo, couro e manufacturas de couros, excepto calçados, carnes, peixe, fructas e legumes em latas e de conserva e, finalmente, as manufacturas de algodão, os tecidos, para o que temos já no paiz muitas fabricas...

VOZES — Em toda a parte.

O Sr. ANTÃO DE FARIA — ... que, neste momento, progredem espantosamente.

VOZES — Extraordinariamente.

O Sr. ANTÃO DE FARIA — Assim, além da industria agricola, todas as outras estão, tambem, em perigo.

E foi em um regimen que se diz republicano, quando a nossa industria tinha diante de si um futuro auspicioso, que o Governo se lembrou de nos *felicitar* com semelhante tratado!...

O Sr. VINHAES — Isso não é tratado, é entrega.

O Sr. ANTÃO DE FARIA — Eu não quero trazer para aqui o que se diz lá fóra, o que a imprensa revela, nem indago qual foi o movel que levou o Governo a realizar semelhante convenio.

Fosse, porém, qual fosse, esse acto demonstra, ou inepeia desse Governo, ou sua falta de patriotismo. (*Apoiados.*)

O SR. COSTA JUNIOR — As duas cousas juntas.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Ninguém pôde impunemente golpear um paiz novo como este, ferindo de morte as suas multiplas e variadas fontes de riqueza; ninguém tem o direito de expôr uma nação como esta ao ridículo; e isto acontecerá si semelhante tratado não fôr annullado.

Eu, portanto, em nome dos interesses do paiz, de que sou, neste Congresso, o mais obscuro representante (*Não apoiados*), em nome do Rio Grande do Sul, de que sou, também, delegado, protesto...

O SR. ROCHA OSORIO — Acompanho a V. Ex. nesse protesto.

O SR. ANTÃO DE FARIA — ... protesto, Sr. Presidente, contra a convenção aduaneira que se acaba de celebrar. (*Muito bem; O orador é cumprimentado.*)

O SR. VINHAES — Ha muitos annos que o Sr. Dr. Salvador de Mendonga trata de impingir este tratado aos ministerios da Monarchia, sem conseguil-o.

O SR. ZAMA — Pego a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre representante.

O SR. ZAMA — Pego a V. Ex. que consulte o Congresso si convém em que nós não trabalhemos na terça-feira. (*Apoiados; não apoiados e apartes.*)

Ha usos e costumes que devem ser respeitados (*Apoiados*), que são mais poderosos que as leis escriptas. (*Apoiados.*)

Além disso, pondero aos Srs. Congressistas que ainda que aqui venhamos na terça-feira, não teremos meios de transporte para a volta.

UMA VOZ — Temos.

O SR. ZAMA — Só os que tiverem seus carros particulares, e eu não o tenho.

Emfim, Sr. Presidente, eu faço este requerimento sob a minha responsabilidade; porque, para mim, dia de rir não é dia de legislar; portanto, dia de Carnaval não pôde ser dia de trabalho.

Posto a votos o requerimento, é rejeitado.

O SR. PRESIDENTE declara que está finda a hora do expediente.

O SR. CANTÃO (*pela ordem*) requer uma urgencia de 10 ou 15 minutos para dar uma explicação pessoal ao Congresso.

Consultado o Congresso, é concedida a urgencia pedida.

O SR. CANTÃO — Sejam minhas primeiras palavras, meus Senhores, um sincero agradecimento ao Congresso pela bondade que teve de conceder-me esta urgencia.

O SR. CESARIO ALVIM — Devia concedel-a a V. Ex., que é um distincto parlamentar.

O SR. CANTÃO — Senhores, a explicação pessoal que tenho de dar ao Congresso é determinada pela declaração do voto

que, hontem, mandaram á Mesa alguns Srs. Senadores, relativamente á emenda que offereci ao art. 36 do projecto de Constituição e que, hontem, foi approvada pelo Congresso.

A declaração é concebida nestes termos (le):

«Declaramos que volámos contra a emenda do Sr. Cantão, ao art. 36, depois do § 3º do projecto, visto como esta emenda é offensiva do principio da dualidade das camaras e tende a annullar o Senado».

Creio, Senhores, que ninguem deixará de vêr nestas expressões dos honrados representantes uma insinuação, senão directa, ao menos, indirecta, ás intenções que tive com a apresentação da minha emenda, fazendo-se crêr que eu quiz ferir a dualidade das camaras e annullar o Senado.

O SR. ZAMA — Não se pôdem motivar as declarações de voto.

O SR. CANTÃO — Essa declaração é grave, e, por isso, não posso deixal-a passar sem protesto.

Não tive em mente, quando formulei minha emenda, nenhuma dessas duas consequências que os nobres representantes dizem em sua declaração; pelo contrario, quem encaral-a com animo desprevenido ha de reconhecer que, longe de offender, ao contrario, respeitei e, mesmo, dei mais força á dualidade das camaras, e que a emenda não se presta a ser interpretada como uma annullação do Senado, como dizem os honrados signatarios da declaração de voto.

Digo que assim pensarão aquelles que desprevenidamente encararem a emenda, porque sei que da parte de alguns Srs. representantes ha uma desconfiança sobre a fusão das duas camaras, levados pelo receio de que o voto da Camara ha de prevalecer sempre sobre o do Senado, por isso que o numero dos deputados é muito maior do que o dos senadores; mas mostrarei daqui a pouco que esse receio não tem fundamento, não só pelo principio que deve reger a reunião das duas camaras, como pelos factos que se têm dado.

Para formular minha emenda, meus Senhores, parti de dois principios: primeiro, que as duas camaras devem ser ouvidas sobre as razões de não sanctão de um projecto, porque ambas tinham collaborado, antes, na organização do projecto primitivo; e, portanto, já vê o Congresso que a emenda, longe de ferir a dualidade das camaras, pelo contrario, a respeita e, ainda, a solidifica mais.

O outro principio é que na apreciação das razões de não sanctão pela maioria das duas camaras, pôdem dar-se divergencias entre ellas, podendo as razões ser julgadas procedentes por uma Camara, e improcedentes pela outra. Para a solução deste conflicto, o projecto de Constituição não cogitou de medida alguma. (Apoiados.) Entretanto, a minha emenda resolve a difficuldade.

O SR. OLIVEIRA PINTO — Evitando a olygarchia. (Apoiados.)

O SR. JOSÉ HYGINO — Não pôde haver olygarchia, com Senado temporario. (Ha outros apares.)

O SR. CANTÃO — Cogitou-se ali, apenas, da hypothése de ser o projecto devolvido sem sanctão, approvado pelas duas camaras, por dois terços. Mas, além desta hypothese, ha outras, para as quaes não se deu solução.

Por exemplo: um projecto que teve iniciativa na Camara dos Deputados é approvado por esta, vai ao Senado, lá tambem é approvado, sóbe á sancção do Poder Executivo, que a nega. Volta o projecto á Camara dos Deputados, por ser a iniciadora, esta o approva por dois terços.

O SR. OLIVEIRA PINTO — Diga mesmo por unanimidade.

O SR. COSTA JUNIOR (*referindo-se ao orador*) — V. Ex. enganou-me.

O SR. CANTÃO — Por que ?

O SR. COSTA JUNIOR — Porque votei para uma *explicação pessoal*, e V. Ex. está discutindo a sua emenda.

O SR. CANTÃO — Estou mostrando que a insinuação que me fizeram não tem razão de ser.

O SR. JOSÉ HYGINO — Insinuação ?

O SR. PRESIDENTE — Na verdade, a materia de que o nobre orador se occupa não tem a natureza *pessoal*. A primeira parte da ordem do dia, pelo Regimento, é para as questões de natureza urgente. Peço a V. Ex. que se cinja á materia.

O SR. JOSÉ HYGINO — Aliás, pedirei, tambem, a palavra.

O SR. COSTA JUNIOR — Ou se abra 2ª discussão.

O SR. CAMPOS SALLES — E' materia, além disso, vencida.

O SR. CANTÃO — Pois bem, vou terminar, reservando-me para em outra occasião, mais desenvolvidamente tratar do assumpto; mas V. Ex. permittirá, ao menos, que complete o meu raciocinio nesta parte.

Dizia eu: Volta o projecto á Camara, que o approva de novo, vai ao Senado, mas este não o approva por dois terços de votos. Pergunto eu: Qual será a sorte do projecto ? Será julgado rejeitado, ou será considerado como approvado e de novo remettido ao Poder Executivo, para promulgar-o ?

O SR. JOSÉ HYGINO — Facillima. Fica rejeitado, porque não teve em seu favor os votos de dois terços de ambas as casas.

O SR. OLIVEIRA PINTO — Isso é uma *oligarchia* ! (*Apoiados.*)

O SR. JOSÉ HYGINO — Já disse que não póde haver *oligarchia* com Senado temporario, renovado pelo terço periodicamente.

O SR. CANTÃO — Rejeital-o, não, porque a Camara onde elle teve inicio...

O SR. JOSÉ HYGINO — Rejeital-o, sim, porque não teve a annuencia do Senado.

O SR. CANTÃO — Isso seria dar supremacia ao Senado sobre a Camara dos Deputados. Isso é que seria offensa ao principio da dualidade das camaras.

O SR. JOSÉ HYGINO — E o contrario é dar preeminencia á Camara sobre o Senado.

O SR. CANTÃO — Pois, justamente para que a Camara dos Deputados não tenha supremacia sobre o Senado, é que deve

haver fusão das duas camaras, para, reunidas, decidirem da sorte do projecto.

Nestas circumstancias, não podem nem prevalecer nem o Senado nem a Camara; devem reunir-se as duas camaras, constituindo o Congresso, onde não ha deputados nem senadores, mas, sómente, representantes da Nação.

O SR. JOSÉ HYGINO — Esse é o systema da Convenção Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Observe ao Sr. representante, ainda uma vez,...

O SR. CANTÃO — Sr. Presidente, em attenção á observação de V. Ex., fico aqui, nas considerações que tinha a fazer, afim de mostrar que os nobres Senadores não têm razão. Em outra occasião concluirei. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado por muitos Srs. representantes.*)

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DA INDICAÇÃO DO SR. UBALDINO DO AMARAL

O SR. PRESIDENTE — A Mesa marcou para até uma hora a discussão da indicação do Sr. Ubaldino do Amaral. Mas o Congresso, concedendo a urgencia requerida pelo Sr. Cantão, inutilizou a primeira parte. Como não pôde ficar preterida a primeira parte da ordem do dia, ponho em discussão a indicação do Sr. Ubaldino do Amaral.

Tem a palavra o Sr. Justiniano de Serpa.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Sr. Presidente, quando o Congresso, na 1ª discussão do projecto constitucional, adoptou a doutrina do art. 26, considerando extranha á lei organica da nacionalidade a questão de incompatibilidades, fui obrigado a mandar á Mesa uma declaração de voto, protestando contra semelhante doutrina.

E fil-o, Senhores, em primeiro lugar, por me parecer que, importando as incompatibilidades verdadeiras restricções dos direitos politicos (*Muitos apoiados*), só podiam ser decretadas pelo Poder que fizesse a declaração e enumeração desses direitos (*Apoiados*), e, em segundo lugar, por não proceder, absolutamente, o argumento, então invocado, de não haver Constituição alguma que tratasse da materia. (*Ha alguns apartes.*)

Accrescentei, mais tarde, quando occupei a tribuna, que, ao contrario do que peremptoriamente affirmara o honrado e respeitavel Sr. Conselheiro Saraiva, eu conhecia muitas constituições que, tratando do assumpto, indicavam as condições de inelegibilidade, ao lado das condições de elegibilidade, precisamente como fizera o projecto.

Não obstante, Sr. Presidente, votei, na 2ª discussão, por uma emenda do illustrado Sr. Senador Theodoro Souto, substitutiva dos arts. 23 e 24, por entender que já então não me cumpria votar, systematicamente, de accordo com o principio que havia sustentado e defendido, mas harmonizar o meu voto com aquella deliberação do Congresso, de character obrigatorio para todos nós. (*Apoiados e apartes.*) Sim, já

então me pareceu que permanecer, obstinadamente, no campo opposto á doutrina vencedora, seria, talvez, obrigar o Congresso a praticar um absurdo, qual o de commetter ás legislaturas ordinarias o estudo e enumeração dos principios geraes de incompatibilidades e estabelecer, desde logo, as excepções, subordinadas, por sua natureza, á doutrina e aos principios consagrados na lei. (*Apoiados e contestações.*)

Muito diversamente, porém, Sr. Presidente, pensou a maioria do Congresso, que, depois de manter os arts. 23 e 24, rejeitou um substitutivo do art. 26, precisando todos os casos de incompatibilidades. Destas votações encontradas resultou o seguinte: o Congresso commetteu ás legislaturas ordinarias a enumeração de todos os principios geraes de incompatibilidades, por consideral-os assumpto extranho á Constituição, mas, contradictoriamente e por motivos que não conheço, estabeleceu, desde logo, as excepções! (*Muitos apoiados. Trocam-se alguns apartes.*)

Foi nessa situação, creada pelo Congresso, que subiu á tribuna, para apresentar a indicação que se discute, o nobre Senador pelo Paraná, Sr. Ubaldino do Amaral, um dos mais distinctos membros desta Casa, pela opulencia e cultivo do seu talento, pelo fulgor da sua palavra e, sobretudo, pela inatacabilidade do seu character. (*Muitos apoiados.*)

E' nesta situação também, Sr. Presidente, que agora occupo a tribuna.

Que pretende o nobre representante pelo Paraná com a indicação submettida á decisão do Congresso? Si bem pude comprehendel-a, S. Ex. deseja, nada mais, nada menos, uma interpretação do art. 24 do projecto, votado em 2.^a discussão. Mas, além da impropriedade do meio, a idéa suggerida por S. Ex. levanta muitas questões. (*Apoiados.*)

Surge, desde logo, a questão de saber si a interpretação é ou não necessaria. (*Apoiados.*)

O nobre representante pensa que a interpretação é imprescindivel, e pede que a respeito o Congresso se pronuncie. O Congresso pôde entender o contrario. Mas, nesta hypothese, não terá, pela indicação, meio de resolver a questão. Será obrigado a dizer — sim, ou — não, isto é, a declarar que o art. 24 se applica aos seus membros actuaes, o que é um absurdo, ou a declarar que não se applica, o que é uma inutilidade. (*Apoiados e não apoiados.*)

A redacção da indicação não permite outra sahida. (*Apoiados.*)

Será, porém, necessaria a interpretação? Antes de tudo, não comprehendo interpretação de uma lei que ainda não é lei (*Apoiados*), que não seguiu, sequer, os termos regimentaes. (*Apoiados.*) Toda interpretação é posterior á lei, sendo da sua natureza tornar-se contemporanea desta, parte componente de suas disposições, para produzir todos os resultados desde a data da lei interpretada, salvo o caso de direitos adquiridos no dominio da erronea interpretação. (*Apoiados e apartes.*) Aqui, porém, não temos lei, temos uma votação do Congresso, que pôde, por deliberação posterior, ser nullificada, desaparecendo o art. 24 do corpo da Constituição. (*Apoiados e não apoiados.*)

Diz-se-á, talvez, que, votada a Constituição, não terá o Congresso Constituinte ensejo de interpretar o art. 24. Mas quem sabe, como o nobre representante, que as disposições antagônicas e contradictorias podem ser retiradas do projecto.

até por occasião de votar-se a redacção (*Apoiados e não apoiados*), não tem o direito de invocar, em favor da indicação, o prestigio deste argumento.

UM SR. REPRESENTANTE — Na redacção, não pôde ser mais,

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Pôde, tratando-se de disposições antagonicas e contradictorias.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — E é, até regimental.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Não ha duvida. Desde que a Comissão de Redacção encontrar no projecto disposições contradictorias, que não se possam harmonizar, tem o dever de indical-as...

UM SR. REPRESENTANTE — A Comissão de Redacção não tem essa competencia.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Tem'na o Congresso.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — ... ao Congresso, para estê resolver definitivamente sobre o assumpto. (*Trocam-se alguns apartes.*)

Temos ainda, Sr. Presidente, a questão de meios. O Congresso, tendo de interpretar uma lei, só pôde fazel-o por outra lei. (*Apoiados.*)

Não ha outro processo na intervenção authentica, unica que é da nossa competencia. (*Apoiados.*)

As outras interpretações não dependem de nós, e podem ser feitas por todos os executores da lei, guardados os principios scientificos, que dominam a materia. (*Apoiados.*)

Mas, prescindindo da inoportunidade e da impropriedade do processo indicado, examinemos a questão de ser ou não necessaria a interpretação.

E' este o ponto culminante do debate.

Toda interpretação, Sr. Presidente, tende ao seguinte: á reconstituição do sentido da lei, do pensamento do legislador. E isto porque, como sabe V. Ex., não a palavra, mas o sentido da lei é que constitue a lei. (*Apoiados.*)

Duas são as hypotheses em que a interpretação se faz necessaria: quando a lei é duvidosa, ou quando é silenciosa a respeito de casos occurrentes.

Ora, temos, porventura, alguma lei nestas condições, que reclame interpretação authentica, sob pena de ser falseada em sua execução?

Absolutamente, não temos. (*Apartes.*)

O art. 24 está, visivelmente, subordinado á disposição do art. 26. (*Apoiados e não apoiados.*) A incompatibilidade ahi estabelecida depende, necessariamente, de uma lei ordinaria que precise e determine os favores que impossibilitam para o desempenho do mandato legislativo. (*Apoiados e apartes.*) Em outros termos: enquanto uma lei ordinaria não disser precisamente onde comecam e acabam os favores dispensados pelo Governo Federal a bancos e companhias, e que importam incompatibilidade parlamentar, o preceito do art. 24 não pôde ter execução. (*Apoiados e não apoiados.*) Pensar o contrario fôra suppôr o legislador constituinte capaz de um absurdo, hypothese sempre excluida em todos os processos de interpretação.

É claro, portanto, Sr. Presidente, que não ha necessidade de uma interpretação authentica da lei, maximé não estando concluido o processo da sua formação. (*Apoiados.*)

Nem ao menos, Senhores, se póde exigir esse pronunciamento do Congresso como uma necessidade para conhecer o elemento historico, que deve auxiliar a interpretação da lei. Esse elemento é, realmente, precioso, talvez um dos mais seguros; mas não resulta, simplesmente, de uma votação. Resulta, principalmente, das discussões a que foi submettida a lei, e que tornaram conhecido o pensamento do legislador. (*Apoiados.*)

Póde-se ainda, Sr. Presidente, considerar a questão por outro lado: a inconveniencia de um pronunciamento do Congresso a respeito dos seus membros. Lá fóra, onde são apreciadas as nossas deliberações, muita vez sem serem conhecidos os motivos que as determinaram, poder-se-á dizer que o Congresso, depois de votar a incompatibilidade, retrocedeu, para exceptuar os seus membros. Reproduzir-se-á, talvez, a accusação feita ao parlamento do antigo regimen, de haver creado na lei de incompatibilidades uma excepção para os deputados e senadores que occupavam logares na magistratura e dependentes do Poder Executivo.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Peço a V. Ex. que me deixe completar o argumento.

É certo, Senhores, que a isto se poderá responder, que a excepção não foi estabelecida pela lei, e sim que resultou de um certo numero de principios que ella não podia destruir (*Apoiados*), mas, em todo o caso, melhor seria evitar a accusação. (*Apoiados e apartes.*)

Ha, porém, Sr. Presidente, um lado da questão que não póde ser estudado á luz destes principios.

O nobre Senador pelo Paraná, ao fundamentar sua indicação, disse da tribuna que muitos dos seus collegas se sentiam mal collocados no Congresso depois de votado o art. 24, e que se retirariam caso não fosse declarado o verdadeiro sentido de semelhante disposição.

Acho exaggerados esses escrúpulos (*Apoiados e não apoiados*); mas, posta a questão neste terreno, não tenho o direito de exame e de critica. (*Apartes.*)

Parceu-me que a accitação do mandato popular inimpunha a obrigação de não deixar logares de confiança dos estados, com prejuizo destes, por excesso de melindre e de escrúpulos...

UM SR. REPRESENTANTE — Mas, neste caso, elles é que são os juizes.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA — Mas, como não me é dado ir além destas despretenciosas ponderações, penso que o Congresso, examinando a materia sob este aspecto novo, póde, e deve ir, ao encontro dos escrúpulos dos nobres representantes. (*Apoiados e não apoiados.*)

Neste caso, não temos mais uma questão de interpretação, sem fundamento algum á luz dos preceitos scientificos. (*Apoiados*). Temos uma questão de dignidade pessoal, que não podemos deixar sem solução. (*Apoiados e apartes.*)

Quanto a mim, não quero, nem devo, assumir a responsabilidade de privar o Congresso das luzes e do concurso de uma classe distincta e numerosa, empenhada, como nós, em dar ao paiz uma boa Constituição. (*Apoiados.*)

Resta uma difficuldade de outra ordem: os termos em que está concebida a indicação.

Ha, porém, um meio de vencel-a, e neste sentido formulei este substitutivo, que submetto á apreciação do Congresso (*Lê.*)

Desse modo, vamos ao encontro dos escrúpulos dos nossos illustrados collegas, e damos á questão a unica solução que pôde ter. Pelo menos, é esta a minha opinião. (*Muito bem; muito bem.*)

Vem á Mesa, é lido, apoiado e entra, conjunctamente, em discussão o seguinte

Substitutivo

O Congresso Nacional declara que a disposição do art. 24, não se entende com os actuaes membros do Congresso, cabendo á Commissão de Redacção harmonizar todas as disposições sobre incompatibilidades com o art. 26 do projecto de Constituição.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Justiniano de Serpa.*

O Sr. Serzedello — Sr. Presidente, não sei si é necessario; ao tomar parte neste debate, fazer uma declaração: não sei si é necessario declarar ao Congresso que não sou, absolutamente, director de banco ou empresa de ordem nenhuma.

Mas, quando assim não fosse, dignificado pela minha profissão, acobertado pelo meu nome e pelo meu passado, entraria neste debate como qualquer membro deste Congresso, como o illustrado representante do Paraná, com a consciencia tranquilla, com o espirito calmo, com a alma pura, como um homem que não pôde ser suspectado; entraria neste debate, exactamente, como S. Ex., cuja vida exemplar e escrupulosa traça uma orientação a seguir-se (*Apoiados*), traça sempre um exemplo a imitar-se. (*Muitos apoiados; muito bem; muito bem.*)

Sr. Presidente, trata-se da indicação do digno e illustre Senador pelo Paraná, referente ás incompatibilidades entre a função de legislador e as funções com empresas ou bancos que tenha favores de qualquer natureza dado pelo Governo Federal.

S. Ex. apresentou uma indicação...

O SR. TOLENTINO DE CARVALHO — Um requerimento.

O SR. SERZEDELLO —... ou um requerimento (acceito a emenda), ao Congresso, para que este, definitivamente, se pronuncie...

O SR. TOLENTINO DE CARVALHO — Na acta, não?

O SR. SERZEDELLO — ... sobre o art. 23, que estabelece incompatibilidade entre a função legislativa e a de director de banco ou de empresas, afim de saber si attinge elle aos actuaes membros do Congresso, que já estavam á testa de empresas antes de receberem o mandato.

UM SR. REPRESENTANTE — Deve attingir.

O SR. SERZEDELLO — Sr. Presidente, é claro que debaixo do ponto de vista do salutar principio da não retroactividade das leis, debaixo do ponto de vista de todas as praxes até hoje estabelecidas, esse artigo não póde, absolutamente, attingir os illustres representantes que estão com assento nesta casa. (*Apoiados, não apoiados.*)

E não póde attingir, especialmente, por esta razão: é que fallece a este Congresso a competencia necessaria para annullar o mandato, que lhes foi legalmente conferido pelo eleitorado de seus estados e reconhecido legitimo (*Apoiados*) por este Congresso.

Seria isso attentar contra a soberania do eleitor, contra a soberania do povo, contra a autonomia dos proprios estados, que elegeram esses representantes, e que entenderam que, apesar de serem elles presidentes de banco, apesar de estarem ligados a essas associações, eram os mais dignos, os mais aptos para defender os seus direitos, para advogar os seus interesses. (*Apoiados e apartes.*)

Mas, Sr. Presidente, inquestionavelmente, a questão não póde ser encarada por esta face, ou por este prisma. Trata-se, realmente, de uma incompatibilidade de caracter moral: e, si ella é de caracter moral, claro está que, si attinge aos futuros banqueiros ou presidentes e directores de associações que recebem favores do Estado, attinge *ipso facto* áquelles que se acham actualmente no Congresso.

O SR. ARISTIDES LOBO — Nesse terreno V. Ex. colloca mal a questão.

O SR. SERZEDELLO — Perdoe-me V. Ex.; não colloco mal a questão. V. Ex. não póde contestar que a questão, si é de caracter moral, si estabelece incompatibilidade moral (não póde haver duas opiniões a este respeito), si é moral para o futuro, tambem o é para o presente. (*Apoiados.*)

O SR. ARISTIDES LOBO — É que pretende V. Ex.? Que o Congresso retroceda?

O SR. SERZEDELLO — Vou mostrar a V. Ex. o que pretendo; e peço ao meu illustre amigo e chefe que não precipite a minha ordem de considerações. Depois V. Ex., com a hombridade e sabedoria com que costuma proceder, terá occasião de pronunciar-se sobre o assumpto.

O SR. RUY BARBOSA — V. Ex. está discutindo como um juriconsulto.

O SR. SERZEDELLO — Mas, Sr. Presidente, inquestionavelmente, a disposição, como está consignada no artigo, referente a favores, que não se diz quaes são, collocou toda uma classe, e classe importante, de cidadãos que empregam a sua actividade, em largas e reproductivas empresas, sob o estigma de uma condemnação moral. Naturalmente, este art. 26, de accordo com o art. 24, só poderá ter vigor, só poderá ter execução quando uma lei ordinaria precisar, clara, determi-

nada e positivamente, quaes são esses favores que constituem a incompatibilidade para a função de legislador. (*Apoiados.*)

Fôra d'ahi, Sr. Presidente, querer estabelecer essa generalização, querer dar essa latitude á idéa que esse artigo possa comprehender, é a condemnação da industria, é a condemnação do capital, é a condemnação do trabalho, é a condemnação da liberdade profissional. (*Apoiados e não apoiados.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Isso prova demais.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Estou vendo que não ha necessidade de interpretação, nem sei como o Congresso vai interpretar. (*Ha outros apartes.*)

O SR. SERZEDELLO — V. Ex. não tem razão nenhuma para dizer que não ha necessidade de interpretação. V. Ex. tem acompanhado toda a historia, toda a evolução desta questão no seio deste Congresso, e sabe, perfeitamente, que é justo, que é perfeitamente justificado o escrúpulo e melindre daquelles que, sobre esta questão, pediram aos seus co-religionarios que dessem uma interpretação clara e positiva, que não deixasse pairar duvida alguma sobre este artigo.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — O que digo é que V. Ex. demonstrou perfeitamente que não ha necessidade de interpretação; e nós não estamos aqui para attender aos melindres de ninguém.

O SR. SERZEDELLO — Mas, Sr. Presidente, é fôra de duvida que o art. 24, como está redigido, não poderá, absolutamente, ter execução depois do que ficou consignado ao art. 26, o qual de um modo geral estabelece que o Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral; por conseguinte, aquelle artigo não pôde ter execução com a emenda ultimamente approvada, sinão quando uma lei ordinaria tiver determinado qual a natureza dos favores que constituem a incompatibilidade.

Pego ao Congresso que me attenda; merecem-nos muito os dignos representantes que estão sob o stygma da votação de um artigo que não se comprehende bem quando falla de favores, porque sua interpretação é dubia, é duvidosa, a disposição pôde prestar-se a milhares de interpretações, e, portanto, parece-me que o Congresso deve frizar a doutrina, para que saiba o legislador ordinario que foi idéa da Constituinte, que essa disposição votada só poderá ter execução quando uma lei ordinaria precisar a natureza dos factores que constituem incompatibilidade.

Comprehendo que haja favores especiaes que constituem motivo de incompatibilidade, e respeito o movel dos que votaram o artigo. Por exemplo, nos paizes onde os bancos são uma especie de prolongamento da administração publica...

UM SR. REPRESENTANTE — Como aqui.

O SR. SERZEDELLO —... comprehendo, neste caso, que os directores de bancos, não sendo mais do que altos funcionarios publicos, vivendo em grande dependencia do Poder Executivo, fiquem, portanto, incompatibilizados, por considerações de ordem moral, exactamente como o governador de um Estado, ou como commandante de armas nesse mesmo Estado. Mas, neste paiz, como o Congresso sabe, não ha empresas de ordem importante, industrias de grande valor que

interessem a collectividade, que interessem a sociedade brasileira, que tenha favores do Governo, sem que em troca desses favores não acarretem para si grandes onus, não retribuindo os favores, por largos benefícios, á collectividade.

Portanto, proponho ao Congresso duas indicações: a primeira é relativa a este assumpto, — e pedirei aos meus illustres collegas o obsequio de evitarem, absolutamente, a discussão, porque cada um de nós já tem a este respeito a opinião completamente formada, seu espirito completamente esla-recido: é uma questão que deve ser decidida pelo voto, pelo — sim, ou pelo — não, approvando a doutrina, ou condemnando-a; é um appello que faço aos meus illustres collegas.

UM SR. REPRESENTANTE — E V. Ex. discutiui. Sua idéa é plenamente accetivel, mas não por essa razão.

O SR. SERZEDELLO — Não discuti, apenas procurei justificar a indicação, porque não comprehendendo, neste regimen de tolerancia e de liberdade, uma excepção odiosa e injustificavel.

O SR. SEABRA — Apoiado. Muito bem. E' odiosa.

O SR. SERZEDELLO — Esta indicação se refere a um assumpto que está, ha muitos dias, na tela da discussão, que é debatido nas conversas de todos os grupos, e, cada um de nós, tem perfeitamente determinada sua attitude, sua orientação; nestas condições, cada um de nós sabe perfeitamente si ha de votar — sim, ou — não.

Eis a indicação. (Lê.)

A segunda indicação, Sr. Presidente, que pretendo fazer, é de intuitiva e palpavel necessidade.

V. Ex. sabe perfeitamente que pela natureza destas assembléas, pelo modo por que têm corrido as votações, especialmente quando tivemos perto de 700 emendas, e sessão durante quatro ou cinco horas seguidas, exclusivamente entregues á votação — muitos artigos, apesar de terem passado por 1ª e 2ª discussão, encerram notaveis incongruências, antinomias e, mesmo, contradicções.

O SR. JOSÉ HYGINO — Redundancias, pelo menos, ha muitas.

O SR. SERZEDELLO — Acho, pois, que por obediencia a uma disposição regimental não se deve consentir que no nosso pacto fundamental figurem artigos contradictorios.

Para evitar isso, apresento uma indicação, que trará como resultado ser a obra constitucional, tanto quanto possivel, escoimada dessas faltas, tanto quanto possivel, perfeita, completa.

E, submettendo-a á consideração da Casa pego, ao mesmo tempo, aos illustres collegas que, abstendo-se da discussão, se pronunciam com o *sim* ou o *não*, porque, acima de tudo, é preciso votarmos a Constituição, e, neste assumpto, toda demora é um erro gravissimo, toda protelação um crime.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Para isso ha no Regimento a Comissão de Redacção.

O SR. SERZEDELLO — A Comissão de Redacção não tem o direito de tirar, ou pôr, artigos.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Tem-na a Comissão dos 21. (Ha outros apartes entre os dous Srs. representante.)

O SR. PRESIDENTE — O Sr. representante Serzedello, pedindo a palavra para apresentar uma indicação sobre a matéria em discussão, aproveitou a ocasião para apresentar uma indicação sobre matéria inteiramente diversa. Esta será amanhã submettida ao apoio do Congresso, e entrará na ordem do dia si assim o mesmo deliberar.

Vou, pois, submeter ao apoio do Congresso, somente, a primeira das indicações.

E' lida, apoiada e entra, conjunctamente, em discussão a seguinte

Indicação

Considerando que o art. 26 confere ao Congresso, em lei ordinaria, a determinação dos casos de incompatibilidade eleitoral;

Considerando, mais, que o art. 24 estabeleceu uma excepção, que para não ser antinómica ao art. 26 e para não attingir, odiosamente, uma classe numerosa de cidadãos, precisa, para ter execução, que uma lei ordinaria determine, claramente, a natureza dos favores que constituem motivo de incompatibilidade;

Considerando que essa disposição não póde ter por fim, neste regimen de liberdade e de tolerancia, quando o deputado e o senador são apenas legisladores, afastar do seio da representação nacional os directores e guias das classes industriaes, hoje que o ideal é a concorrência e a intervenção de todas as actividades competentes para a confecção das leis;

Considerando, finalmente, que a palavra — favores — não póde ter sentido dubio, e só poderá referir-se a clausulas que transformem os bancos, ou empresas, em prolongamentos da administração publica, de modo que os directores sejam, pela natureza mesma dos favores, por suas dependencias do Executivo, especie de funcionarios publicos — resolve este Congresso declarar que o art. 24 só poderá ter execução depois que uma lei ordinaria precisar e determinar, claramente, a natureza dos favores que serão causa de incompatibilidade.
— *Serzedello*.

O SR. PRESIDENTE declara encerrada a discussão, pela hora.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) requer prorogação da hora por cinco minutos, para continuação da discussão da indicação do Sr. Ubaldo do Amaral.

Consultado, o Congresso concede a prorogação pedida.

O SR. PRESIDENTE — Continúa a discussão.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) requer o encerramento da discussão.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

Os SRS. JOÃO DE SIQUEIRA E ESPIRITO SANTO pedem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) requer preferencia, na votação, para a indicação do Sr. Serzedello.

O SR. ESPIRITO SANTO (*pela ordem*) — Em primeiro lugar, protesto contra a preferencia que V. Ex. acaba de dar.

UMA VOZ — Não deu preferencia.

Vot. III

O SR. PRESIDENTE — Peço licença para observar que quando dous representantes pedem a palavra ao mesmo tempo, o Presidente não a pôde dar ao mesmo tempo a esses dous representantes, devendo preferir a um, e isso é direito da Mesa.

O SR. ESPIRITO SANTO — Mas eu tinha pedido a palavra em primeiro lugar; V. Ex. pôde não ter ouvido.

VOZES — Votos ! Votos !

O SR. ESPIRITO SANTO — Sr. Presidente, V. Ex. acabou de declarar que sujeitaria á aprovação do Congresso amanhã a moção do Sr. Serzedello, e, entretanto, vai pôr a votos outra.

Fazendo esta observação, que me parece estar de acôrdo com o respeito que devemos ter ao Regimento, affirmo, pela segunda vez, que pedi a palavra pela ordem em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE — Quanto á censura do Sr. Espirito Santo, devo fazer esta observação: que o Sr. representante Serzedello aproveitou da oportunidade para apresentar, além da moção, uma indicação sobre assumpto differente daquelle de que se trata. Essa indicação é que ficou para amanhã.

O SR. ESPIRITO SANTO — Agora é que o sei; mas deste lugar não se pôde ouvir.

O SR. PRESIDENTE — Mas é bom não fazer censuras aereamente, sem saber por que.

O SR. JUSTINIANO DE SERPA (*pela ordem*) — Antes de votar-se o requerimento, devo fazer, muito respeitosamente, uma observação, e é que o meu substitutivo refere-se a todas as incompatibilidades do art. 24, ao passo que o do Sr. Serzedello só se refere ás incompatibilidades de banqueiros.

Portanto, entendo que o meu substitutivo deve ser votado em primeiro lugar.

O SR. RAMIRO BARCELLOS (*pela ordem*) — Sr. Presidente, como se trata de abrir um precedente, que julgo funesto neste Congresso, de começar-se a fazer interpretações da Constituição antes de votada a mesma Constituição, peço a V. Ex. que faça consignar na acta que não assisto a esta votação, que retire-me do recinto até que o Congresso volte a tratar da votação da Constituição. (*Ha diversos apertes.*)

(*O Sr. Ramiro Barcellos retira-se do recinto.*)

O SR. VIRGILIO PESSÔA (*pela ordem*) diz que, tratando-se de materia muito importante, requer que a votação seja nominal.

Consultado o Congresso, é rejeitado o requerimento.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA insiste no seu requerimento de preferencia para a indicação do Sr. Serzedello.

Consultado o Congresso, é concedida a preferencia.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, uma vez que o Congresso acaba de dar preferencia na votação, para a indicação do Sr. Serzedello, lembro a V. Ex. a pagina 16 do projecto de Constituição, onde se acha a emenda do Sr. Theodoro Souto, concebida nos mesmos termos em que está a indicação do Sr. Serzedello.

A emenda diz o seguinte (*le*): “O Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral e parlamentar.”

Eis o motivo pelo qual votei para que em primeiro lugar se submettesse á casa a indicação do Sr. Serpa.

Posta a votos a indicação do Sr. Serzedello, é approvada.

O SR. PRESIDENTE — A indicação do Sr. Justiniano de Serpa parece que fica prejudicada.

O SR. BARBOSA LIMA — Pego a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre representante.

O SR. BARBOSA LIMA — Pego a V. Ex. que mande consignar na acta que votei, systematicamente, contra essa indicação, como votaria contra todas as outras, porque me parecem taes precedentes anarchicos (*Apoiados*), por isso que exorbitam das disposições regimentaes, uma vez que, tratando-se de materia vencida, taes precedentes não foram mais que artificios para que o Congresso volte atraz a proposito de questões vencidas em votações verificadas. (*Apoiados*.)

O SR. CHAGAS LOBATO (*pela ordem*) — Pego a V. Ex. que mande consignar na acta, por mim, a mesma declaração de voto que acaba de fazer o nobre representante.

O SR. PRESIDENTE — Pego aos nobres representantes que tenham de fazer declarações de voto, que as mandem por escripto á Mesa, para serem consignadas na acta, conforme determina o Regimento.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE diz que ao art. 46 foram offerecidas diversas emendas e substitutivos.

A approvação, porém, de um desses substitutivos importa prejuizo de todos os outros.

Em primeiro lugar submeterá a votos o do Sr. Francisco Veiga.

O SR. FRANCISCO VEIGA (*pela ordem*). diz que seria, talvez, mais conveniente submeter em primeiro lugar á votação o substitutivo apresentado pelo Sr. General Almeida Barreto e mais representantes da Parahyba.

A emenda apresentada pelo orador não é propriamente um substitutivo; pelo menos não está redigida como tal.

A do Sr. General Almeida Barreto é um substitutivo completo dos §§ 1º e 2º; é mais lata.

Nestes termos, requer que seja consultado o Congresso si consente que seja votado de preferencia o substitutivo do Sr. Almeida Barreto.

O SR. PRESIDENTE vai consultar o Congresso, mas, antes disto, observará que a emenda do nobre representante é um verdadeiro substitutivo, embora redigido com mais concisão.

Está formulada nos seguintes termos (*le*):

“O Presidente e o Vice-Presidente da Republica serão eleitos pelos membros do Congresso e por maioria absoluta de

votos. Uma lei, que deverá ser decretada na primeira reunião ordinária do Congresso, determinará o processo da eleição." E' um substitutivo completo do systema eleitoral do Presidente e Vice-Presidente (*Apoiados*), e como tal a Mesa o qualificou, porque, approvado elle, ficam inutilizados o artigo do projecto e todos os outros substitutivos.

Consultado o Congresso, é concedida a preferencia pedida.

Posto a votos, é rejeitado o substitutivo, do Sr. Almeida Barreto e outros, ao art. 46.

E' annunciada a votação do substitutivo do Sr. Francisco Veiga.

O SR. ASTOLPHO PIO (*pela ordem*) pede preferencia para o substitutivo do Sr. Almeida Nogueira.

Consultado, o Congresso não concede a preferencia.

E' posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Francisco Veiga.

O SR. ANTONIO AZEREDO pede que se dê preferencia a sua emenda, por ser mais complexa.

O SR. PRESIDENTE responde que a emenda do nobre representante é parcial e refere-se a um dos paragraphos. Vai submeter ao voto do Congresso, de preferencia, os substitutivos.

Posta a votos, é rejeitada a emenda substitutiva do Sr. Leovigildo Filgueiras.

E' annunciada a votação do substitutivo do Sr. Almeida Nogueira.

O SR. JOSÉ MARIANNO requer que a emenda substitutiva, do Sr. Almeida Nogueira, ao art. 46 seja votada por paragraphos.

Consultado, o Congresso não concede que a votação seja feita por partes.

Posto a votos, é rejeitado o substitutivo do Sr. Almeida Nogueira.

Consultado o Congresso sobre o pedido de preferencia feito pelo Sr. Antonio Azeredo para o seu substitutivo parcial, é negada a preferencia.

O SR. BARBOSA LIMA requer preferencia para a emenda, do Sr. Zama, ao § 2º, porque modifica as palavras — maioria absoluta — por — maioria relativa.

Consultado, o Congresso rejeita a preferencia.

E' approvada a segunda emenda substitutiva, do Sr. Bernardino de Campos e outros, ao § 2º do art. 46:

"Substitua-se o § 2º pelo seguinte:

"Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá, por maioria dos votos presentes, um, dentre os que tiverem alcançado as duas votações mais elevadas, na eleição directa."

Fica prejudicada a emenda substitutiva, do Sr. Julio Frota e outros, ao § 2º do art. 46.

O SR. PRESIDENTE — Vou consultar o Congresso relativamente a uma parte da emenda do Sr. Augusto de Freitas. A primeira parte está prejudicada, pois que diz o seguinte (*id*):

"Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta dos votos, o Congresso escolherá entre os dous mais votados para cada um dos cargos."

Esta parte da emenda está, manifestamente, prejudicada. A emenda, porém, tem uma segunda parte, assim concebida

(Lê): "Em caso de empate, considerar-se-á eleito o mais velho."
Vou consultar o Congresso si considera ou não prejudicada tambem esta segunda parte.

O Sr. ZAMA (*pela ordem*) pergunta que fim teve a emenda que apresentou, pois sobre ella nada se deliberou, quando o Sr. Presidente devia ter começado por ella, que era substitutiva.

Como S. Ex. não quiz e fez votar outras emendas, reclama contra este modo de proceder da Mesa.

Consultado o Congresso, não considera prejudicada a segunda parte da emenda do Sr. Augusto de Freitas.

Posta a votos, é approvada a segunda parte da emenda, do Sr. Augusto de Freitas, ao § 2º do art. 46.

Ficam prejudicadas as emendas substitutivas, offerecidas pelos Srs. Antonio Olynho e outro, Azeredo e Zama, ao § 2º do referido artigo.

E' posto a votos e rejeitado o additivo, do Sr. Gil Goulart e outros, aos arts. 44 e 46.

E' annunciada a votação das emendas aos artigos do capitulo III.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. representante Zama acaba de dirigir uma censura á Mesa...

O Sr. ZAMA — V. Ex. vê censura em tudo.

O Sr. PRESIDENTE — ... porque não dão conta da sua emenda.

Creio que o nobre representante não prestou a devida attenção ao que se passou.

O Sr. ZAMA — Isto, na minha linguagem não é uma censura á Mesa, é uma reclamação, de que eu, até, nem pedi deferimento.

O Sr. PRESIDENTE — Bem; o nobre representante fez uma reclamação, em que não tem razão.

A votarem-se as emendas parciaes ao art. 46, um dos Srs. membros do Congresso, creio que o Sr. Barbosa Lima, requereu preferencia em favor da emenda do Sr. Zama.

O Sr. BARBOSA LIMA — Sim, Senhor.

O Sr. PRESIDENTE — Por essa occasião li essa emenda, e fiz ver ao Congresso que ella modificava o artigo, substituindo, na eleição do Presidente, a maioria absoluta pela maioria relativa, e que propunha a suppressão do § 2º do art. 46.

Consultado o Congresso, este, por grande maioria, recusou a preferencia em favor da emenda do Sr. Zama. (*Applaudos.*)

Em taes condições, a Mesa, obedecendo á deliberação do Congresso, fez votar as emendas na ordem em que estavam collocadas, mencionando o numero dellas e notando os pontos de differença e semelhança, para maior esclarecimento do Congresso.

Feita a votação, foi adoptada uma emenda substitutiva do § 2º; esse substitutivo prejudicava a emenda do Sr. Zama, não só na parte em que propõe a suppressão do paragrapho, como tambem na parte em que propõe que se substitua a maioria absoluta pela maioria relativa; porque a emenda approvada dispõe o contrario.

Antes de passar adeante, não querendo, até, affirmar positivamente, declarei quaes as emendas que estavam prejudicadas; e em relação á do Sr. Zama, para ver si S. Ex. re-

clamava na ocasião, disse: Parece-me que também está prejudicada. (*Apoiados.*)

Passei adiante, porque não houve reclamação, o que apparece agora, em forma de censura; mas o Congresso julgará da procedência della, em vista da exposição que faço e da inteira recordação, que deve ter, das occorrencias. (*Apoiados.*)

Proseguindo na votação, declara que se vão votar as emendas ao art. 47, e que se procederá á votação si não houver deliberação do Congresso em contrario, na ordem em que ellas estão collocadas no impresso.

O Sr. LEONILDO FILGUEIRAS (*pela ordem*) requer que se adie a votação da emenda suppressiva parcial, que apresentou, ao n. 11 do art. 47, para quando se votarem as emendas relativas ao Poder Judiciario, com que tem relação.

O Sr. PRESIDENTE declara que, si não houver opposição do Congresso, ficará adiada a votação, não só dessa emenda, como das que foram offerecidas pelos Srs. Augusto de Freitas, Valladão, Bueno de Paiva e outros, e Schmidt e outros, ao n. 11 do art. 47; e assim a dos Srs. Serzedello e Bueno de Paiva e outros, suppressivas do n. 12 do mesmo artigo, as quaes serão submittidas a votos por ocasião de serem votadas as emendas referentes ao Poder Judiciario.

O Sr. PRESIDENTE declara também adiada a emenda, do Sr. Bernardino de Campos e outros, ao n. 3 do mesmo artigo, para quando forem votadas as emendas offerecidas ao art. 62.

(*O Sr. Presidente deixa a sua cadeira, que é occupada pelo Sr. Antonio Euzébio, Vice-Presidente.*)

E' rejeitada a emenda additiva, do Sr. Thomaz Delfino, ao n. 2 do art. 47.

E' approvada a seguinte emenda, do Sr. João Vieira o outros, ao n. 3 do mesmo artigo:

Redija-se assim:

"Exercer ou designar quem deva exercer o commando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brazil, quando chamados ás armas em defeza interna, ou externa, da União."

O Sr. EDUARDO GONÇALVES requer que se suspenda a sessão por 15 minutos, para descanso dos Srs. representantes. Consultado, o Congresso approva o requerimento.

Suspende-se a sessão ás 2 horas e 30 minutos.

Às 3 horas o Sr. Prudente de Moraes volta a occupar a cadeira da presidencia, e reabre a sessão.

O Sr. PRESIDENTE convida os Srs. membros do Congresso a occupar as suas cadeiras, para se proseguir na votação das emendas, e declara que se vai proceder á votação da emenda do Sr. Francisco Veiga, ao n. 4 do art. 47.

O Sr. ANISTIDES MAIA (*pela ordem*) requer que a votação seja feita por partes.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

Postas, successivamente, a votos, são approvadas as duas partes da seguinte emenda, do Sr. Francisco Veiga, ao n. 4 do art. 47.

"Ao n. 4º do art. 47: Acrescente-se. O exercicio destas attribuições fica sujeito ás seguintes restricções:

a) O Presidente não conservará qualquer contingente de forças federacs nos estados, desde que contra isso representem os respectivos governos.

b) Removerá, mediante representação dos mesmos poderes, os commandantes de laes forças."

São rejeitadas as emendas, modificativa, do Sr. Francisco Veiga, ao n. 9, e suppressiva do n. 6, offerecida pelo Sr. João Vieira.

E' approvada a emenda, do Sr. Arthur Rios, supprimindo do n. 10 do art. 47 as palavras — e prorogar-lhes as sessões ordinarias.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicada a emenda, do Sr. Uchôa Rodrigues e outro, ao n. 1 do art. 47, em virtude de votação anterior do Congresso.

O SR. PRESIDENTE — Depois de annunciar a votação das emendas ao art. 48, diz que ha tres emendas apresentadas a este artigo, uma do Sr. Americo Lobo, outra igual, do Sr. Zama, e uma terceira, do Sr. Almino Affonso.

A do Sr. Americo Lobo foi retirada por seu auctor, e vai pôr em votação a emenda do Sr. Zama.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Zama, ao art. 48.

E' considerada prejudicada a emenda do Sr. Almino Affonso.

O SR. PRESIDENTE declara que ao art. 49 foram offerecidas diversas emendas, e entre ellas uma substitutiva, assignada pelo Sr. Frederico Borges e outros, bem como outra, do Sr. Campos Salles. Depois do substitutivo serão votadas outras emendas, entre as quaes está uma do Sr. Almino Affonso.

O SR. ALMINO AFFONSO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, consulto a V. Ex. si me é permittido dizer alguma cousa que justifique o meu voto.

O SR. PRESIDENTE — Não, Senhor; V. Ex. só pôde motivar um requerimento de ordem.

O SR. ALMINO AFFONSO — Não obstante essa advertencia de V. Ex., que eu acato e respeito, tenho, constantemente, visto e ouvido que cada um dos meus collegas, pedindo a palavra pela ordem, tem feito verdadeiros discursos, justificando o seu modo de ver. E eu, que não tive a honra de dizer uma só palavra sobre a Constituição, julgava que V. Ex. me permitiria que eu pudesse dizer os motivos do meu voto. Contava para isso com a tolerancia de V. Ex.

O SR. PRESIDENTE — Não posso ser tolerante, nem com V. Ex., nem com qualquer outro. Aqui, tenho o dever de cumprir com o Regimento. Estamos votando, e V. Ex. não pôde justificar o seu voto do modo por que deseja fazer.

O SR. ALMINO AFFONSO — Obedeço a V. Ex., mas peço permissão para dizer como Themistocles: Esta lei poderá

fazer a felicidade da nossa Pátria, mas a organização do Governo que ali fica, leva no hoje a sentença de morte.

Eu não quero...

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante está fóra da ordem, está perturbando os trabalhos da Casa.

O SR. ALMIRÃO AFFONSO — Estou dentro da ordem; mas V. Ex. não é mais rigoroso para com os outros do que é para commigo.

O SR. PRESIDENTE — O rigor é igual para todos.

O SR. ALMIRÃO AFFONSO — V. Ex. tem sido benevolentíssimo para com outros.

O SR. PRESIDENTE — Por esta forma não podemos cumprir a nossa obrigação de votar. (*Apoiados.*)

Ha uma emenda, do Sr. Campos Salles e outros, que é substitutiva.

O SR. MONTEZ BARROS (*pela ordem*) diz que foi incumbido de explicar que a emenda assignada pelo Sr. Campos Salles e outros não é substitutiva, mas suppressiva unicamente, da primeira parte do artigo.

O SR. PRESIDENTE — Mas está redigida de modo que parece substitutiva.

Em seguida são postas a votos e rejeitadas as emendas que ao art. 49 offereceram os Srs. Frederico Borges e outro, e Zama.

E' annunciada a votação da emenda suppressiva, do Sr. Leovigildo Filgueiras, ao paragrapho unico do art. 49.

O SR. LEOVIGILDO FILGUEIRAS (*pela ordem*) requer o adiamento da votação desta emenda para depois da votação do art. 78.

Consultado, o Congresso approva o adiamento.

E' declarada prejudicada a emenda do Sr. Almirão Affonso.

O SR. PRESIDENTE diz que não póde considerar como substitutiva parcial, mas como substitutiva de todo o art. 49, a emenda do Sr. Campos Salles e outros; assim, si esta for approvada, ficará prejudicado o artigo do projecto.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda, do Sr. Campos Salles e outros, ao art. 49:

"Art. 49. Substitua-se pelo seguinte:

Os ministros de Estado não poderão accumular outro emprego ou função publica, nem ser eleitos Presidente ou Vice-Presidente, deputado ou senador da União."

São rejeitadas as emendas offerecidas ao art. 50 pelos Srs. Frederico Borges e outro, Custodio de Mello e outro, Zama, Almirão Affonso, Aristides Lobo e outros, e Oliveira Pinto.

Procede-se á votação da emenda do Sr. Julio de Castilhos e outros ao art. 50.

O SR. PRESIDENTE diz que votaram, de um lado, 85 Srs. representantes, e do outro lado, 27, não havendo, portanto, numero para proseguir a votação das emendas.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Declaramos que votámos contra o § 6º do art. 47, que confere ao Presidente da Republica a faculdade de dispensar na lei, pelo indulto e pela commutação.

Para corrigir os erros possíveis da justiça ordinaria, é preferivel investir os tribunaes superiores, ou o Supremo Tribunal Federal, da attribuição de rever os processos, mediante pedido da parte e nos casos e fórmás expressamente taxados em lei.

O contrario, é injusto e perturbador da independencia e harmonia que deve reinar entre os tres poderes.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Assis Brasil.*
— *Ernesto Alves.* — *M. Prado Junior.*

Declaro que votei contra a emenda do Sr. Campos Salles e outros sobre incompatibilidade dos ministros de Estado.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Epitacio Pessoa.*

Declaro que votei contra a indicação do Sr. Serzedello Corrêa, relativa ás incompatibilidades entre os presidentes de bancos e empresas e os membros do Congresso.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Espirito Santo.*

Declaramos que votámos contra a indicação do Sr. Serzedello, relativa á incompatibilidade de presidentes e directores de bancos, que gozarem de favores do Governo, por ser contrario ao que já decidiu o Congresso.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Viriato de Medeiros.* — *Miguel Castro.* — *Frões da Cruz.* — *Virgilio Pessoa.*

Declaro que votei por todas as emendas que consignavam poder o Ministro ser eleito senador ou deputado, ou qualquer destes poder ser Ministro.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues.*

Votámos contra a indicação do Sr. Serzedello, como votámos contra as moções dos Srs. Ubalino e Serpa, por nos parecer que, tratando-se de materia já vencida, não podiam ter cabimento emendas que levam o Congresso a reconsiderar sobre assumptos ácerca dos quaes deliberou, opportunamente de modo irretractavel, nem, tão pouco, interpretações de leis que ainda não existem.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Barbosa Lima.*
— *Chagas Lobato.*

Declaramos que votámos contra o additivo, do Sr. Barbosa Lima, ao art. 45 considerando crime a dissolução do Congresso pelo Presidente da Republica, sómente porque con-

sideramos ociosa essa medida, já comprehendida no art. 53, § 3º.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Epitacio Pessoa*. — *J. Retumba*.

Declaramos que votámos contra a indicação do Sr. representante Serzedello, relativa ao art. 24 da Constituição. Assim procedemos porque, entre outros motivos, julgamos absurdo votar indicações que interpretem disposições constitucionaes, antes de estar votada a Constituição.

S. R. — Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Julio de Castilhos*. — *Julio Tosta*. — *Menna Barreto*. — *Pereira da Costa*. — *Homero Baptista*. — *Alcides Lima*. — *Abreu*. — *Thomaz Flores*. — *Fernando Abbott*. — *Pinheiro Machado*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Alvaro Botelho*. — *José Marianno*. — *Guimarães Natal*. — *L. de Bulhões*. — *Borges de Medeiros*. — *Polentino de Carvalho*. — *J. Meira de Vasconcellos*.

Declaramos haver votado a favor da emenda do Sr. Almeida Barreto e outros, que equalava o eleitorado dos estados na eleição de Presidente da Republica.

Sala das sessões, 7 de fevereiro de 1891. — *Gil Goulart*. — *Domingos Vicente*. — *Athayde Junior*.

O Sr. PRESIDENTE designa para o dia 9 do corrente a seguinte ordem do dia:

Continuação da votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na 2ª discussão.

Levanta-se a sessão às 4 horas da tarde.

SESSÃO, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio dia faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodoro Souto, José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocagiva, Laper, Braz Carneiro, Eduardo Wandenolk, Joaquim Felicia, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murlinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Inno-

cencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermon, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonzalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Gareia, Epitacio Pessôa, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Relumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Faleão, Pereira de Lyra, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bollarmino Carneiro, Bernardo de Mendonça, Theophilo dos Santos, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcelino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphilio, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viosa, Prisco Paraiso, Muniz Freire, Alhayde Junior, Fonseca e Silva, Nilo Peçanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessôa, França Carvalho, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Cesario Motta, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Flcury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Ernesto de Oliveira, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto, Theophilo dos Santos.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Matta Machado, Serrano, Pedro Paulino, Paulino Horn, João Severiano, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Leandro Maciel, Francisco Sodré, Fonseca Hermes, Conde de Figuei-

redo, Ferreira Brandão, Bueno de Paiva, Cesario Motta Junior; e, sem causa, os Srs.: João Pedro, Cunha Junior, Oliveira Galvão, Rangel Pestana, Saldanha Marinho, Luiz Delgado, Pedro Americo, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Alberto Brandão, Luiz Murat, Oliveira Pinto, Cyrillo de Lemos, Domingos Jesuino, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Marciano de Magalhães e Fernando Simas.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. 2º SECRETARIO, servindo de 1º, procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Comunicação, datada de hoje, do Sr. Fonseca Hermes, de que, em consequencia de se terem aggravado os padecimentos de seu pae, ficou inhibido de comparecer ás ultimas sessões do Congresso; e, por estar de nojo, em virtude de seu infanso passamento, não poderá tomar parte nos trabalhos constituintes, enquanto não se ordenar que seja desanojado. — Mandou-se desanojar.

O Sr. Vinhaes — Releve o Congresso ao orador si por mais um momento vem occupar a sua attenção.

O assumpto de que vai tratar é sobremodo importante, visto influir, e muito, nas finanças e no desenvolvimento material do paiz.

Refere-se ao tratado ultimamente feito entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte, tratado esse que o orador considera um verdadeiro desastre para esta Patria.

Referindo-se a um aparte do Sr. Elyseu Martins, diz o orador que respeita muito as opiniões deste representante, o que, porém, o não inhihi de expender, como é direito seu, o que pensa relativamente ao assumpto.

Dissera o mesmo representante que não ha dados estatísticos que auctoreze tal affirmação. Si assim é, pergunta o orador em que se baseia S. Ex. para fazer uma objecção, procurando como que defender o tratado?

Já que o mesmo representante lança o orador em tal terreno, este lhe perguntará si os proprios membros do Ministerio demissionario tinham ou não conhecimento do tratado.

A uma resposta affirmativa do Sr. Elyseu Martins, garante o orador que não tinham.

Continuando, diz o orador que possui mais ou menos base para declarar que a maioria, ou a quasi totalidade do Ministerio demissionario sabiu do Poder sem ter conhecimento do tratado.

Tratou-se, por vezes, nas conferencias ministeriaes, de relatorios e combinações referentes ao Congresso de Washington, tocando-se por alto sobre a conveniencia da permuta de generos dos dous paizes, e estes foram: o petroleo e o assucar. O petroleo, como muito bem disse um representante de acreditada casa desta praça — era a luz do pobre.

Foi, naturalmente, por isso que o excluíram do tratado, ao passo que nelle contemplaram as carruagens de luxo e as mobílias custosas.

O orador vem declarar que os Estados Unidos da America do Norte, pelo vantajosissimo tratado que commosco fizeram, nos levam a reconhecer mais uma vez a maneira inepta e anti-patriotica com que são tratados no estrangeiro pelos nossos representantes os assumptos de mais vital interesse para nossa Patria.

Permilla os illustres collegas que o orador expendas suas opiniões com a franqueza e lealdade de que costuma usar. Está perfeitamente convencido ser o tratado nocivo ao Brazil. SS. EEx., depois, pedirão a palavra e illuminarão com suas luzes a questão, mostrando as pretensas vantagens que elle nos acarreta.

Ha muito tempo que os Estados Unidos da America do Norte desejam fazer um tratado de commercio com o Brazil, tornando, já se vê, a parte do leão para si.

Um dos principaes paranympchos do tratado, nos Estados Unidos, foi o Sr. Blaine, Secretario geral do Governo em Washington. Aquelle estadista é conhecido no mundo politico como um dos mais aterrorizados proteccionistas quando se trata de assumptos internos, tornando-se o mais exaltado livre-cambista logo que venha a pello assumpto de caracter externo.

Os americanos e seus apaniguados podem defender interesses que lhes dizem respeito; o que convem, porém, é que o Brazil seja mais providente, afim de o não laxarem de inepto e de desassissado.

Ha muito tempo que o Sr. Salvador de Mendonça, actual Ministro brasileiro em Washington, procurava por todos os meios levar por diante este tratado.

Tres ou quatro Ministerios da Monarchia soffreram assaltos do enlio Consul geral do Brazil em Nova York. O que aquelles ministerios relucaram pôr em execução, foi-o — triste é dizel-o — o Ministerio da Republica!

A um aparte do Sr. Baptista da Motta, dizendo que este Governo não é da Republica, o orador responde que como tal deve leonal-o, pois sabiu da immediata confiança do chefe de Estado.

O cidadão Blaine, continúa o orador, foi quem engendrou o ultimo Congresso internacional em Washington, com o unico fito de procurar por todos os meios protecção e salida para os generos americanos, que soffriam, e soffrem, valente concorrência, principalmente dos similares inglezes. Não podendo conseguir o seu intento por via diplomatica, e, projectando já a celebre lei, depois conhecida com o nome de seu representante no Congresso — Mac-Kier, resolveu reunir quanto antes as diversas nações da America, afim de que esta, abrindo seus portos aos generos norte-americanos, pudesse attenuar as represalias que, com justiça, tomariam as nações europeas.

Ao Brazil coube primeiro o desempenho do papel imposto pelo Sr. Blaine, chamado para sobre elle as antipathias e represalias das nações europeas.

O Congresso sabe como todos os estrangeiros, quer da America Central, quer da do Sul, se deixaram embaiar pelo

Sr. Blaine. Duas nações esquivaram-se de assignar o contracto, a Republica Argentina e o Chile, que declararam — ficariam na expectativa até que a reciprocidade da permuta dos generos fosse patente, especialmente no que dizia respeito à lã.

E tanto isso é verdade, que na informação dada pelo Sr. Blaine ao Presidente Harrison se lê: "Tomando em consideração as condições e os interesses de cada paiz, e visando sempre promover o seu bem estar"... E mais adiante acrescenta:

"Elles (refere-se ao Chile e á Republica Argentina) aqui tinham vindo julgando que o nosso Governo e o povo desejassem fazer quaesquer concessões que fossem necessarias ao desenvolvimento dos Estados Unidos com os dois referidos paizes."

O Brasil, pergunta o orador, deu, por acaso, um passo mais adiante com respeito ao seu bem-estar, fazendo semelhante tratado de commercio com os Estados Unidos? Creio que ninguém de boa fé poderá dizer que sim.

O Governo fez constar que a parte boa de tal tratado estava em facilitar elle entrada de generos de primeira necessidade nos diversos pontos da Republica, vindo, assim, favorecer as classes laboriosas da nossa collectividade. Contesta essa asserção, pois, longe de serem favorecidas as classes pobres, ficarão enormemente prejudicadas, pelo que vejamos: o tratado refere-se á tecelagem de algodão, fazendo um abatimento de 25 % ao de procedencia norte-americana. Como o Congresso sabe, em quasi todos os pontos do littoral do Brazil já existem fabricas de tecido de algodão, notando-se nesta Capital, em seus arrabaldes e no vizinho Estado do Rio de Janeiro fabricas que, affirma, rivalizam com as melhores de suas congeneres da Europa e dos Estados Unidos da America do Norte. Citando por alto, nomêa as de Macaeos, das Laranjeiras, Villa Isabel e S. Lazaro. — tendo esta ultima resolvido, tambem, um importante problema social, instituindo no seu estabelecimento *crèches* e escola infantil.

Os nossos industriaes, portanto, longe de estarem aquem de seus collegas da Europa e da America do Norte, podem competir com elles, quer pelo lado do desenvolvimento industrial, quer pelo lado altruistico. Podem examinar as tarifas da Alfandega desta Capital e a das dos estados, que nellas se verificará o notavel decrescimento da importação dos tecidos de algodão.

Franqueando-se, portanto, a entrada dos productos similares norte-americanos, tão florescente industria nacional minguará e, quiçá, desaparecerá, por falta de auxilio efficaz e patriotico. Soffrendo as fabricas, soffrerá ainda mais o operario, pois serão despedidos, por falta de trabalho.

O orador deixa ao illustrado criterio do Congresso para julgar da pretensa vantagem que trará o tratado a este genero importantissimo de industria.

Referindo-se á importação do peixe salgado, secco e em salmoura, o orador declara que esta industria, ora nascente, virá a soffrer mais do que a do tecido de algodão.

Como se sabe, a industria de pesca e salga está creada e relativamente desenvolvida, onde a garopa é preparada e,

depois, exportada pelo vizinho porto de Caravellas, que com isto tira grandes proventos. Temos ainda a industria pecuaria, que nestes ultimos annos se ha desenvolvido no Rio Grande do Sul e em Santa Catharina, onde os productos suinos podem já soffrer comparação com os seus similares norte-americanos. A banha de porco proveniente do Rio Grande do Sul é, hoje, no nosso mercado preferida á banha norte-americana. No Estado de Minas Geraes, que ha de ser, com certeza, o mais prejudicado, tem a industria pecuaria se desenvolvido, de modo extraordinario. O toucinho de Minas, como sabe o Congresso, é o mais procurado no nosso mercado.

E' tanto mais para extranhar semelhante medida, quando a França acaba de fechar seus portos aos productos suinos de procedencia americana, visto os especialistas terem declarado ser elles nocivos á saude publica, pois vinham eivados de parasitas (*strichinia*).

Referindo-se á barateza do transporte, diz que a marinha mercante, em consequencia da desmesurada protecção ás construcções nacionaes, não tem podido, até hoje, concorrer com as da Europa, especialmente com a ingleza, onde a construcção naval é sobre-modo barata.

A um aparte, responde o orador que o apartista vem provar serem as estatisticas por elle compulsadas preparadas *ad hoc*, para enganar a tolos, e não gente entendida. Está provado que o frete das mercadorias transportadas por navios americanos, quer á vela, quer a vapor, é maior 30 % sobre o de outras nações.

Vai provar a sua asserção: já por duas vezes, no espaço de 20 annos, tentou-se e elevou-se, com effeito, a organização de companhias de vapores fazendo o trajecto entre Nova York e Rio de Janeiro, locando em diversos pontos do littoral brasileiro. Apesar de fortemente subsidiadas pelos dous governos interessados e dos magnificos vapores que apresentaram, não lhes foi possível resistir á concorrência dos outros navios estrangeiros que faziam o celebre triangulo a que se referiu o Sr. Blaine em sua informação ao presidente Harrisson.

Si não se puzer cobro ás consequencias de semelhante tratado, em pouco tempo o Brazil terá de soffrer gravissimas consequencias, e isso quando principiar a tornar effectiva a descentralisação de suas rendas, proporcionando aos estados os maiores beneficios, sem prejuizo da União.

O proprio Estado de Pernambuco, que alguém affirma lucrar com o tratado, virá dentro em pouco a soffrer as consequencias maleficas que elle nos proporcionará.

Como se sabe, o padrão 16 do assucar não é o *supra-summo* da diffusão da canna. Pergunta si o fazendeiro e o industrial, podendo exportar assucar de qualidade inferior sem pagar imposto ás alfandegas da America do Norte, procurará por meio de machinismos aperfeigoados melhorar os productos de sua fabricação, quando estes, relativamente inferiores, encontram melhores vantagens no mercado estrangeiro?

Ao terminar declara o orador que está disposto, apesar da grita dos interessados, a cumprir á risca o seu dever, que é a defesa do paiz e dos seus interesses mais vitaes, sem se importar com os insultos e doestos de homens apaixonados que desejam tapar o sol com a peneira, sem se importarem com o bem estar da Republica.

Disse e repete: devemos em grande parte ao Sr. Salvador de Mendonça, actual ministro em Washington, este presente de gregos com que fomos mimoscados pela America do Norte, e declara bem alto desta tribuna que aquelle cidadão não soube corresponder á expectativa de alguns dos seus concidadãos, que ainda tinham fé nelle. O Sr. Salvador de Mendonça tentou ha tempos introduzir em sua patria uma verdadeira lepra — o coolie —, que viria amesquinhar ainda mais a nossa raça. Graças á benefica propaganda, esse mal foi evitado. Infelizmente, acima da tentativa nociva, o tratado de commercio foi levado a effeito, pelo que dá pezames ao Brazil. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE declara estar finda a hora do expediente.

O SR. ORICICA (*pela ordem*) requer prorogação da hora do expediente, por 10 minutos, para apresentar uma moção relativa á celebração do tratado de commercio entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte.

Consultado, o Congresso não concede a urgencia pedida.

E' lida, apoiada e fica sobre a Mesa, aguardando o pedido de urgencia para ser discutida, a seguinte

Indicação

Por occasião de serem impressas as emendas que devam soffrer nova discussão, ficará a Mesa autorizada a indicar os artigos ou emendas que, tendo passado em 1ª e 2ª discussão, encorrem, todavia, incongruencias ou contradicções, afim de serem, *sem discussão*, sujeitos a uma nova votação, que os eliminará ou manterá definitivamente. — *Serzedello Corrêa.*

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continuá a votação das emendas ao projecto de Constituição offerecidas na 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE — Na última sessão, ao votar-se uma emenda, dos Srs. Julio de Castilhos e outros, ao art. 50, verificou-se não haver numero e interrompeu-se a votação. Vai-se votar, pois, a emenda do Sr. Castilhos, que é substitutiva da ultima parte do art. 50.

Posta a votos, é approvada a seguinte

Emenda

Substitua-se a ultima parte:

“Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica e distribuidos por todos os membros do Congresso.”

São, successivamente, postas a votos e rejeitadas as emendas dos Srs. Almino Affonso e Frederico Borges e outros.

O SR. PRESIDENTE diz que a emenda do Sr. Oliveira Pinto ao art. 51 está prejudicada.

O SR. JOSÉ HYGINO — V. Ex. considera prejudicada essa emenda?

O SR. PRESIDENTE — Parece prejudicada, porque estabelece a responsabilidade dos ministros pelos conselhos que derem, quando o Congresso já rejeitou uma emenda neste sentido.

O SR. JOSÉ HYGINO — Parece-lhe que a emenda não está prejudicada.

A emenda, referindo-se ao art. 51, diz — “Supprima-se a primeira parte deste artigo, para que os secretarios de Estado fiquem sujeitos ás regras do direito commum, quanto á criminalidade resultante de conselhos.”

Portanto, diz o orador, o intuito da emenda é sujeitar ao direito commum a criminalidade resultante de conselhos; e na outra os ministros são responsaveis por questões politicas, emenda que o Congresso acaba de rejeitar.

O SR. PRESIDENTE continúa a entender que a emenda está prejudicada, em vista da rejeição da emenda do Sr. Frederico Borges.

Si a emenda do Sr. Oliveira Pinto propõe responsabilidade de ministros; si o Congresso acaba de dizer que os ministros não têm responsabilidade pelos conselhos que derem, como approvar uma emenda neste mesmo sentido?

Em todo o caso, vai submeter á deliberação do Congresso.

Consultado, o Congresso resolve que a emenda do Sr. Oliveira Pinto está prejudicada.

E' rejeitada a emenda do Sr. Laper ao § 2º do art. 51.

São consideradas prejudicadas as emendas do Sr. Zama ao art. 51.

São egualmente consideradas prejudicadas as emendas do mesmo senhor á secção 2ª, capitulo 5º, e ao art. 53.

E' rejeitada a emenda suppressiva do n. 3 do art. 53, offerecida pelos Srs. José Hygino e Amphilophio.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao art. 54.

O SR. AMPHILOPHIO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, ha um grande numero de emendas e substitutivos offerecidos a esta secção do projecto constitucional. Entre as que têm o nome de substitutivos figuram quatro: a primeira, do Sr. Pinheiro Guedes, a segunda, que está assignada por 49 representantes, a terceira, do Sr. Leovigildo Filgueiras, e a quarta, do Sr. Serzedello. Quanto á primeira emenda substitutiva, V. Ex. já declarou que, fazendo parte da reforma constitucional, estava prejudicada. Sendo assim, V. Ex. terá de decidir qual dos outros substitutivos ha de ser preferido na votação. Eu pediria que fosse preferido o meu, pois que é o mais amplo. Os outros referem-se a certa parte da organização judiciaria, por exemplo, á organização do Supremo Tribunal de Justiça, ao passo que o meu refere-se a toda a materia da secção judiciaria. Eu pediria, pois, que fosse o meu o preferido, por ser o mais amplo. Depois hei de fazer outro requerimento. Comprehende V. Ex., Sr. Presidente, que o meu substitutivo comprehende uma serie de disposições que, concatenadas entre si, formam um systema novo, podendo, por isso, algumas de suas disposições serem votadas deslacadamente.

Bem pôde acontecer que alguns membros do Congresso queiram votar por umas disposições, e por outras não. O meu substitutivo, por exemplo, refere-se á instituição do jury, do que não trata o projecto constitucional. Ainda mais: o meu projecto substitutivo confere ao Supremo Tribunal de Justiça a faculdade da revisão do direito privado.

UM SR. REPRESENTANTE — V. Ex., assim, está discutindo a materia.

O SR. AMPHILOPHIO — Isto é discutir a materia, quando eu peço simplesmente a separação?

O SR. PRESIDENTE — Eu consultarei ao Congresso opportunamente.

O SR. AMPHILOPHIO — Sim, Senhor. Mas eu preciso dizer alguma coisa para justificar o meu requerimento.

V. Ex. parece que procederia acertadamente submettendo á votação cada uma das disposições separadamente.

Eu concedo aos estados a justiça de primeira instancia...

O SR. PRESIDENTE — Eu observo ao nobre Deputado que está expondo o seu projecto, o que importa uma nova discussão. (*Apoiados.*) Limite-se ao seu requerimento de ordem, que será attendido opportunamente.

O SR. AMPHILOPHIO — Eu seria incapaz de abusar da palavra que V. Ex. me concedeu pela ordem para fallar sobre o projecto. Estou dizendo que ha diversas disposições no projecto substitutivo que podem ser votadas separadamente.

Fallei no jury, fallei na faculdade da revisão do direito privado, fallei na faculdade especial da justiça de primeira instancia dada aos estados...

O SR. PRESIDENTE — Mas o nobre representante deve suppor que o Congresso conhece o seu projecto e as suas disposições (*Muitos apoiados*), que não vai votar inconscientemente.

O SR. AMPHILOPHIO — E' que pôde um membro votar por uma disposição e não votar por outra. Eu requeiro a separação.

O SR. PRESIDENTE — A' secção 3ª, que trata do Poder Judiciario, foram offerecidos tres substitutivos, além das emendas parciaes referentes aos artigos da mesma secção.

Desses substitutivos o primeiro já foi considerado prejudicado.

Ha, porém, dous substitutivos, do Sr. Amphilophio e do Sr. Filgueiras, os quaes devem ser votados de preferencia, e o serão na ordem em que se acham collocados.

Em primeiro lugar está o do Sr. Amphilophio.

S. Ex. requer que a votação do seu substitutivo seja feita por partes.

A Mesa não pôde por si resolver isto, porque seria contra o Regimento, visto como o substitutivo de S. Ex. e assim tambem o do Sr. Filgueiras encerram um systema de organização (*Apoiados*), dependentemente, portanto, de todas as disposições que com elle se relacionam.

Em todo o caso, á vista das observações feitas pelo auctor do substitutivo, consulto o Congresso sobre si a votação deve ser feita por partes, como requer.

Posto a votos, o requerimento é rejeitado.

Procede-se á votação do substitutivo do Sr. Amphiphio, o qual é rejeitado.

E' igualmente rejeitado o substitutivo do Sr. Leovigildo Filgueiras aos arts. 54 a 61.

E' rejeitado o substitutivo do Sr. Bueno de Paiva e outros ao art. 55.

O SR. PRESIDENTE — Vai-se votar o substitutivo do Sr. Serzedello ao art. 55.

O SR. SERZEDELLO requer que se faça votação por partes, 1º quanto ao numero de juizes, 2º quanto ás vagas.

O Congresso, sendo consultado, não approva este requerimento.

Posto a votos, o substitutivo do Sr. Serzedello é rejeitado.

E' tambem rejeitado o substitutivo do Sr. Chaves e outros ao mesmo artigo.

E' annunciada a emenda do Sr. Amphiphio.

O SR. AMPHILOPHIO (*pela ordem*) diz que lhe parece que a sua emenda não está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE — Diz que realmente essa emenda não está prejudicada.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Amphiphio.

O SR. PRESIDENTE — Ha uma emenda do Sr. França Carvalho, que não se refere a artigo algum, e que não ha inconveniente em votar-se agora.

O SR. FRANÇA CARVALHO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, todas as legislações dos paizes cultos consignam esta importante instituição; seria deploravel que a nossa não a consignasse.

Este é o unico artigo que trata do assumpto.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. França Carvalho:

“Accrescente-se onde convier:

Art. Será mantida a instituição do jury.”

E' annunciada a votação da emenda do Sr. Chaves e outros ao § 2º do art. 56.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS diz que lhe parece dever ser submettida á votação primeiramente uma emenda que offereceu ao n. 11 do art. 47.

O SR. PRESIDENTE diz que tem annotadas as emendas cuja votação ficou adiada; que não ha inconveniente, depois de terminada a votação das emendas na ordem em que estão, serem submettidas a votos as emendas cuja votação ficou adiada. Accrescenta que vão se votar as emendas ao art. 47 e que se relacionam com o art. 55, que acaba de ser votado, emendas que se acham á pag. 35 do impresso.

E' approvada a seguinte emenda do Sr. Augusto de Freitas substituindo no n. 11 do art. 47 a palavra — approvação — por — proposta.

São consideradas prejudicadas as emendas dos Srs. Valadão, Schmidt, Serzedello e Bueno de Paiva, as duas primeiras ao n. 11 e as ultimas ao n. 12 do art. 47.

São successivamente rejeitadas as emendas dos Senhores Francisco Veiga, Chaves e outros ao art. 56.

E' rejeitada a emenda do Sr. Milton ao § 1º do art. 57.

São também rejeitadas as emendas offerecidas pelos srs. Schmidt e outros, Valladão e outros, e José Hygino e outros ao art. 58.

São rejeitadas as emendas offerecidas pelos Srs. Guimarães Natal á letra *a* do art. 59, e Valladão á letra *c* do mesmo artigo.

E' approvada a seguinte emenda additiva, do Sr. Leopoldo de Bulhões, á letra *a* do art. 59:

"Acrescente-se á disposição da letra — *a* do art. 59:

I. Julgar todas as causas propostas contra o governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis, regulamentos do Poder Executivo, em contractos celebrados com aquelle governo.

II. Julgar as causas provenientes de compensações, reivindicações, indemnização de prejuizos ou quaesquer outras propostas pelo governo da União contra particulares, ou vice-versa.

E' approvada a emenda do Sr. Adolpho Gordo e outros ao art. 59, substituindo a expressão — *decidir* — por estas: — *processar e julgar*.

E' rejeitada a emenda do mesmo Sr. Adolpho Gordo e outros á letra *g* do art. 59.

O Sr. Fróes da Cruz chama a attenção do Sr. Presidente para que sejam votadas duas emendas, que apresentou e acham-se mal e indevidamente collocadas na pag. 75, quando são referentes ao assumpto do art. 59.

O Sr. PRESIDENTE — Ha duas emendas relativas ao Poder Judiciario, que foram collocadas entre as disposições geraes, na pagina 75, que se devem votar agora.

O Sr. Fróes da Cruz (*pela ordem*) — Sr. Presidente, foi estabelecido que a instituição do jury fosse mantida. Mas parece-me que esta instituição é uma instituição dos estados. E para que os empregados federaes se não furtem aos deveres de jurado, apresentei ao Congresso uma emenda neste sentido.

A segunda emenda sujeita o estrangeiro ao serviço do jury, não podendo, embora, funcionar no julgamento dos crimes politicos, porque o estrangeiro tem o interesse da defesa da propriedade e dos attentados contra a pessoa.

Postas successivamente a votos as duas referidas emendas do Sr. Fróes da Cruz, são ambas rejeitadas.

E' também rejeitado o additivo do Sr. Theodureto Souto ao art. 62.

São successivamente rejeitadas as emendas offerecidas pelos Srs. Meira de Vasconcellos, Gil Goulart e outros, e Theodureto Souto.

O Sr. ALMEIDA BARRETO reclama que não ha numero.

O Sr. PRESIDENTE diz que vai verificar si ha numero, tornando a votar-se a emenda do Sr. Theodureto Souto.

Submettida a votos, a emenda é rejeitada.

O Sr. PRESIDENTE diz que ha 154 representantes, portanto ha numero; e prosegue-se na votação das emendas.

O Sr. PRESIDENTE, depois de annunciar a votação da emenda do Sr. Feliciano Penna e outros, diz que na pag. 48 do impresso ha uma emenda do Sr. Julio de Castilhos e outros

que, por lhe parecer mais comprehensiva, vai de prefereneia submeter a votos.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Julio de Castilhos e outros.

O SR. PRESIDENTE considera prejudicada a emenda do Sr. Feliciano Penna.

O SR. FELICIANO PENNA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, creio que a minha emenda não está prejudicada. O Sr. Julio de Castilhos quer que as terras devolutas e todas as minas fiquem pertencendo aos estados. Quero que as terras devolutas e as minas fiquem pertencendo aos estados, salvo aquellas que estiverem em terrenos particulares, que devem pertencer ao dono da superficie.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante reclama a votação da emenda?

O SR. FELICIANO PENNA — Acho que ella deve ser votada.

Consultado, o Congresso resolve não se achar prejudicada a emenda.

E' annunciada a votação da emenda do Sr. Feliciano Penna.

Procedendo-se á votação, pronunciam-se a favor da emenda 82 Srs. representantes e 48 contra.

O SR. PRESIDENTE — Não ha numero. Em todo o caso, verifica-se que, com os Srs. representantes que se não quizeram levantar, ha numero. Vai proceder-se á chamada, o que quer dizer que vamos perder uma hora.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA (*pela ordem*). — Sr. Presidente, embora a votação seja reconhecida, á vista do que V. Ex. acaba de expor, acho mais conveniente que se proceda á verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE — O que manda o Regimento é que se faça a chamada.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — Assim, pouparemos tempo.

O SR. PRESIDENTE — Vai-se proceder á verificação da votação, como meio de ver si ha ou não casa. Pego aos Srs. representantes que se pronunciem francamente.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. Feliciano Penna e outros ao art. 63:

“Redija-se deste modo:

As terras devolutas e as minas nestas existentes são do dominio dos estados (o mais como está no artigo).”

O SR. ALMEIDA BARRETO (*pela ordem*) requer que se consulte o Congresso, afim de conceder 15 minutos de descanso, suspendendo-se a sessão, sem prejuizo do tempo que esta deve durar.

O SR. PRESIDENTE diz que vai pôr a votos a emenda do Sr. Valladão, ficando assim terminada a votação do artigo, e que depois submeterá ao Congresso o requerimento do Sr. Almeida Barreto.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Valladão.

E' em seguida approvado o requerimento do Sr. Almeida Barreto.

Suspende-se a sessão ás 2 horas e 30 minutos.

Reabre-se a sessão ás 3 horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE declara que vai proceder-se á votação das emendas ao art. 64.

O SR. JOSÉ HYGINO (*pela ordem*) requer que, antes de serem submettidas á votação essas emendas, seja posta a votos a que apresentou sobre minas e que se acha á pag. 61 do impresso.

O SR. FELICIANO PENNA, obtendo também a palavra pela ordem, faz identico requerimento em relação á emenda que apresentou sobre o mesmo assumpto e que se acha á pag. 57.

São postos successivamente a votos e approvados ambos estes requerimentos.

O SR. PRESIDENTE — Vão se votar as duas emendas, mas uma dellas exclue a outra.

O SR. FELICIANO PENNA — A minha emenda é mais ampla e por isso requer a preferencia.

O Congresso, sendo consultado, nega a preferencia pedida. Posta a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. José Hygino:

“Additivo ao art. 71, para ser collocado depois do n. 17.

As minas pertencem aos proprietarios do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de industria.”

O SR. PRESIDENTE — A emenda do Sr. Feliciano Penna fica prejudicada.

São successivamente postas a votos e rejeitadas as emendas, dos Srs. Meira de Vasconcellos e Amorim Garcia, ao art. 64.

O SR. PRESIDENTE diz que vão ser votadas todas as emendas modificativas do art. 65, na ordem em que estão collocadas.

São successivamente postas a votos e rejeitadas as emendas dos Srs. Meira de Vasconcellos, João Vieira, Julio de Castilhos e outros.

E' em seguida posto a votos e rejeitado o additivo que ao titulo II offereceu o Sr. Fróes da Cruz, e que se acha á pag. 46, do impresso.

O SR. EDUARDO GONÇALVES requer a prorogação da sessão por mais uma hora, visto como amanhã, apesar da boa vontade do Congresso, não póde haver sessão, por falta de meios de transporte.

O SR. PRESIDENTE — Aproveito a oportunidade para informar ao Congresso que, tendo mandado indagar si terça-feira havia condução regular de *bonds*, o fiscal da Companhia respondeu que para a vinda era possível haver condução, mas que para a volta a Companhia não podia comprometter-se a ter condução regular.

Era, por consequente, occasião do Congresso determinar si devia ou não haver sessão terça-feira.

Os senhores que approvam a prorogação da sessão de hoje por mais uma hora, queiram levantar-se.

Consultado, o Congresso approva o requerimento de prorogação da sessão.

O SR. GABRIEL DE MAGALHÃES diz que, para compensar a falta de sessão amanhã, pedia ao Sr. Presidente que consul-

tasse o Congresso si concedia a suppressão da hora do expediente nas sessões de quarta, quinta e sexta-feira proximas.

O SR. PRESIDENTE observa não poder consultar o Congresso sobre o pedido do Sr. Gabriel de Magalhães, por importar infracção do Regimento.

O SR. QUINTINO BOCAYUVA pede licença para mandar á Mesa uma declaração de voto, afim de ser esta lançada na acta. Não tem a fortuna de estar de accordo com uma disposição que se acaba de votar. E acha-a de tamanha gravidade, que ao menos quer deixar assignalada a sua responsabilidade perante o Congresso e perante a Nação.

Vem á Mesa e seguinte

Declaração

Declaro que votei contra a disposição constitucional que transferiu da União para os estados o dominio das terras devolutas. Não sendo esta a unica divergencia do meu voto, com referencia a outras disposições, assignalo-a, comtudo, pela excepcional gravidade dessa deliberação, segundo a minha humilde opinião.

Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1894. — *Quintino Bocayuva.*

O SR. PRESIDENTE, antes de proseguir, deseja que o Congresso se manifeste com relação á sessão de amanhã. Si não houver reclamação, dará ordem do dia para depois de amanhã.

VOZES — Sim, sim.

E' annunciada a votação da emenda additiva ao título 2º offerecida pelo Sr. José Hygino.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS pede á Presidencia que consulte o Congresso si permite que seja volada já a emenda substitutiva que se acha á pag. 74, *in fin*, assignada pelo Sr. Campos Salles e outros, relativa á organização da guarda nacional.

E' assumpto que se prende directamente áquelle que objecto da nossa deliberação.

Posto a votos, o requerimento é rejeitado.

O SR. LAURO MÜLLER requer preferencia na votação para a emenda do Sr. Campos Salles.

O SR. JOSÉ HYGINO chama a attenção do Congresso para a antinomia que ha entre a emenda que apresentou e a dos Srs. Campos Salles e outros.

Aquella emenda determina que a organização da guarda nacional compete ao Congresso, ao passo que a outra dispõe que a mesma organização compete aos estados.

Si esta emenda passar, podem haver tantas organizações quantos forem os estados, sendo, entretanto, a guarda nacional a reserva do exercito e devendo ter uma organização uniforme.

Consultado, o Congresso rejeita a preferencia pedida pelo Sr. Lauro Müller.

E' annunciada a votação da emenda do Sr. José Hygino.

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO diz que não tem duvida em votar pela 2ª parte da emenda do Sr. José Hygino, mas não

póde votar pela 1ª parte, porque entende que, si a guarda nacional é guarda da Nação, é a reserva do exercito, não deve ser considerada uma instituição dos estados, como se diz na mesma emenda.

Requer, portanto, a votação por partes.

O SR. THEODURETO SOUTO considera esta questão muito grave; é a questão da reserva do exercito e, como bem acaba de dizer o honrado representante, desde que o exercito é nacional, é federal, a reserva é também nacional; mas, pretendendo votar pela segunda parte da emenda, que lhe parece perfeitamente correcta, pede que o Congresso seja consultado sobre s; permite que a votação seja por partes, sendo a primeira até as palavras — policia civil —, e a segunda até ao fim da emenda.

O SR. SAMPAIO FERRAZ julga que o pensamento capital desta emenda é somente aclarar que ao Congresso Nacional cumpre legislar sobre a Constituição da guarda nacional como reserva do exercito, a qual deve ter uma constituição unica e uniforme em todos os estados; por conseguinte, não ha duvida alguma.

O SR. PRESIDENTE diz que os dous Srs. representantes requereram que a votação da emenda do Sr. José Hygino fosse feita por partes. A seu ver, a emenda não póde ser dividida, porque a segunda parte tem connexão immediata com a primeira; vai, porém, consultar o Congresso.

Consultado o Congresso sobre os requerimentos dos Srs. Cassiano do Nascimento e Theodureto Souto, são ambos rejeitados.

O SR. BARBOSA LIMA diz que uma vez que se trata da guarda Nacional como reserva do exercito, uma vez que é sabido que nunca a organização do exercito foi commettida ao Ministerio da Justiça, e, por conseguinte, quer por esta consideração, quer por factos que estão na consciencia de todos os brasileiros, a actual guarda nacional, bem que pese áquelles cujo modo de ver vai offender por esta maneira, não é uma reserva do exercito; pede á Presidencia consulte o Congresso sobre si consente que seja votada em primeiro logar a seguinte emenda, que está nas *Disposições transitórias*, assignada por diversos Srs. representantes, entre os quaes o humilde orador.

O SR. PRESIDENTE diz que o Sr. deputado Barbosa Lima requer preferencia para que seja votada a emenda que está á pag. 73 do impresso, concebida nos seguintes termos:

“Fica abolida a guarda nacional, devendo, em substituição, ser creadas as reservas do exercito.”

Consultado, o Congresso não concede a preferencia pedida.

Em seguida é rejeitada a emenda do Sr. José Hygino.

E' igualmente posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Campos Salles e outros, que se acha á pag. 74 do impresso.

E' posta a votos e rejeitada, a emenda do Sr. Barbosa Lima, que se acha á pag. 73 do impresso.

O SR. JOSÉ HYGINO pergunta ao Sr. Presidente si, em vista das votações que acabam de ter logar, se acham prejudicadas as emendas, cuja votação havia ficado adiada, e que foram offerecidas ao § 21 do art. 33.

O Sr. PRESIDENTE diz que essas emendas, cuja votação ficou adiada, estão todas prejudicadas pela votação das emendas relativas á milícia civil e á guarda nacional.

O Sr. BERNARDINO CAMPOS diz que não entendeu bem si o Sr. Presidente havia declarado prejudicados os substitutivos que mandam mobilisar e utilizar a guarda nacional ou milícia civil dos estados, nos casos taxados na Constituição, e em vez de força policial diga-se milícia civil.

Entende que não estão prejudicados esses substitutivos, por isso que se destinam a modificar o § 21 do art. 33, no sentido de, em vez de immobilisar, mobilisar a guarda nacional ou milícia civil.

Neste sentido pede esclarecimentos, porque não se trata propriamente de substitutivos ou emenda que digam respeito á instituição da guarda nacional.

Trata-se de modificar a attribuição do Poder Executivo.

O Sr. PRESIDENTE declara que vai submeter a votos a emenda, do Sr. Adolpho Gordo e outros, ao n. 21 do art. 33.

O Sr. SERZEDELLO diz que, apesar da opinião do Sr. Presidente, lhe parece que a emenda de que se trata está visivelmente prejudicada.

Já ficou consagrado na Constituição que não é da competência dos estados a criação da guarda nacional.

Si se quer crear nos estados exercitos permanentes, é uma cousa. Mas, si se quer estabelecer a guarda nacional, isso só pôde ser feito pela União.

O Sr. Bernardino de Campos diz que o que a emenda pretendia, como ainda ha pouco havia explicado, era que o Congresso não mobilisasse a força policial dos estados, porque isso seria um facto em detrimento do serviço publico.

O que a emenda quer, pois, é que, em vez do Congresso dar a autorização de mobilizar-se a força policial dos estados, possam estes sómente mobilizar a guarda nacional.

Eis o fim da emenda.

A emenda se destina simplesmente a que a força policial dos estados não seja distrahida do serviço policial a que é destinada.

O Sr. SERZEDELLO — Apesar das observações do meu illustre amigo representante por S. Paulo...

O Sr. PRESIDENTE — Observo ao nobre representante que está infringindo completamente o Regimento. (*Apoiados.*)

Está se discutindo pró e contra a emenda, quando a discussão está encerrada. (*Apoiados.*)

Pego aos Srs. representantes que observem o Regimento do Congresso.

O Sr. SERZEDELLO — Não sei si realmente estou ou não infringindo o Regimento.

Vozes — Está.

O Sr. SERZEDELLO — O que sei é que se trata de um assumpto importante, que é preciso esclarecer completamente.

O Sr. PRESIDENTE — Mas, agora, não se trata de esclarecer o assumpto, trata-se de votar.

O Sr. SERZEDELLO — Apesar das observações do illustre representante de S. Paulo, persisto na minha idéa de que esta emenda está completamente prejudicada, desde que não se

quer dar aos estados o direito de crearem a sua milícia civil: pelo menos ella é capciosa, pode-se prestar mais tarde a attribuir-se ao Congresso a idéa de que, fallando este artigo em milícia civil dos estados, estes, *ipso facto*, terão o direito de creal-a.

Posta a votos a emenda do Sr. Adolpho Gordo e outros, reconhece-se não haver numero legal, pelo que o Sr. Presidente declara adiada a votação.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Declaro que votei contra o art. 55 do projecto de Constituição, que estabelece o modo de organização do Supremo Tribunal Federal, preferindo nesta parte as idéas contidas nos substitutivos offerecidos pelos Srs. Amphiphio Botelho e Leovegildo Filgueiras, assim como em uma emenda do Sr. Serzedello Corrêa, que, incontestavelmente, consultam melhor, não só interesses dos estados da União, que teriam representantes seus no primeiro tribunal do paiz, como as justas aspirações da classe da magistratura.

Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges.*

Declaro ter votado contra todas as emendas que transferem para os estados o dominio das terras e proprios nacionaes e minas.

Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Ruy Barbosa.*

Declaro que votei a favor da emenda que mandava restabelecer as disposições dos arts. 44, 45 e 46 do projecto primitivo, que prescreviam o systema eleitoral indirecto para a escolha do Presidente e Vice-Presidente da Republica, pelas seguintes razões:

1.^a, porque a eleição do primeiro magistrado da Republica directamente pelo povo poderá occasionar, nas épocas eleitoraes, perturbações de ordem publica, *maximé* neste paiz, onde a instrução não está generalizada, e os galopins eleitoraes facilmente arrastam as massas populares;

2.^a, porque um eleitorado escolhido pelo povo, do qual sejam excluidos os cidadãos que exerçam cargos retribuidos, e consequentemente suspeitos de dedicação e reconhecimento para com o Chefe da Nação, poderá com mais calma, isenção, independencia e acerto escolher o Presidente da Republica e seu substituto, que devem ser cidadãos notaveis pelo talento, saber, virtudes civicas e experiencia dos negocios publicos.

3.^a, finalmente, porque a França, os Estados Unidos e a Suissa, republicas modelos, onde a instrução está mais generalizada entre as diversas classes sociaes, adoptaram e mantiveram até hoje o systema da eleição indirecta, e a experiencia ainda não lhes aconselhou a instituição pela directa. — *Ignacio Tosta.*

Declaramos que votámos a favor da emenda do representante Aristides Lobo, que dava entrada aos ministros no seio do Congresso para responderem por seus actos á requisição de qualquer representante da Nação, votada pelo Congresso, não podendo em caso algum terminar a discussão parlamentar por moção ou acção que determinasse a retirada do ministro, pelas razões que se seguem:

1.^a Somos um povo de habitos parlamentares, acostumado a ver os actos mais importantes da administração examinados

é discutida, dos não seio da representação nacional. A transição rápida, sem gradação, do regimen parlamentear para o presidencial, chocará inevitavelmente a maneira de pensar geral da Nação e trará consequências diferentes, que poderão ser perigosas, conforme a capacidade e a índole do Presidente da Republica;

2.º Não sendo a escolha dos ministros dependente de approvação do Senado, o que aliás é exigido pela Constituição da America do Norte, a possibilidade das interpellações levaria o Presidente, zeloso de seu prestigio, a não collocar á frente das repartições ministeriaes, por mero patronato, individuos inhábéis, pouco aptos para o bom desempenho das arduas funções do cargo;

3.º O receio de que as interpellações se succedam frequente e caprichosamente, desviando o ministro dos trabalhos de sua repartição com o fim de desacreditá-lo, desmoralisá-lo e forçá-lo a pedir exoneração, desappareceria desde que as interpellações só fossem admissíveis á requisição de qualquer representante, votada pelo Congresso. Com esta limitação, a presença do ministro só seria exigida quando se tratasse de materias importantes.

4.º Finalmente, a experiencia dos povos cultos. Na Alemanha o Conselho Federal, cujo presidente — o Chanceller — é funcionario da confiança immediata do Imperador, tem entrada no Reichstag para discutir e dar explicações, apesar de não poderem seus membros fazer parte do Parlamento.

Na Suissa acontece o mesmo com os membros do Conselho Federal.

Nos Estados Unidos da America do Norte a Constituição não dá aos ministros o direito da palavra no Congresso, mas não ha lei que o prohiba, e cada camara póde convidar qualquer delles a assistir ás sessões, si deseja ouvir-o e sobre tal ou tal questão, como observam Adams e Cunningham na sua notavel obra — *A Confedereração Suissa*.

Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Ignacio Tosta*. — *Frederico Borges*.

Declaramos que votámos pelo substitutivo do Sr. representante Amphilophio á secção 3.ª do projecto de Constituição.

S. R. — Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Antonio Olympio*. — *Chagas Lobato*.

Declaramos que votamos pela emenda do Sr. Amphilophio sobre o poder judiciario.

Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Santos Pires*, — *Custodio de Mello*. — *Paula Argollo*. — *Henrique de Carvalho*. — *Garcia Pires*.

Declaro que, si estivesse presente, votaria contra a indicação do Sr. Serzedello. Em primeiro lugar, por julgar extravagante e extemporanea a interpretação de uma disposição tão recentemente votada e com conhecido intuito. Em segundo lugar, porque queria manter o meu voto anterior. Sem querer offender aos mais collegas do Congresso, declaro que votei pelas incompatibilidades, afim de segregar os representantes do povo de qualquer dependencia do Governo.

A subserviencia e corrupção politica neste paiz tomam taes proporções, que urgem medidas daquella natureza. — *Martinho Prado Junior*.

O Sr. PRESIDENTE designa para 11 do corrente a seguinte ordem do dia:

Continuação da votação das emendas offerecidas ao projecto de Constituição na segunda discussão.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 20 minutos da tarde.

52ª SESSÃO EM 11 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidência do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs. Prudente de Moraes, Paes de Carvalho, João Neiva, Reimha, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Kalunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simão, Floriano Peixoto, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgílio Damasio, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Saldanha Maranhão, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Luiz Dellina, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frola, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Maffa Bacellar, Costa Rodrigues, Cassimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anírsio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenção d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Anibal Faleão, Pereira Lyra, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Werneck, Vinhaes, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobo, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Malla Machado, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Bernardo de Mendonça, Pontes de Miranda, Oticeia, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosia, Seabra, Antonio Euzebio, Zama; Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino

Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraizo, Moniz Freire, Alhayde Junior, Fonseca e Silva, Nilo Pecanha, Urbano Marcondes, Maranhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, Franca Carvalho, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Domingos de Moraes, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schimidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Ernesto de Oliveira, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão:

Deixam de comparecer, com causa, os Srs. Frederico Serano, Pedro Paulino, Raulino Horn, João Severiano, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Meira de Vasconcellos, Leandro Maciel, Fonseca Hermes, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Buono de Paiva, Cesario Motta Junior; e, sem causa, os Srs. João Pedro, Campos Salles, Ruy Barbosa, Aquilino do Amaral, Bernardo de Mendonça, Belfort Vieira, Oliveira Pinto, Luiz Murat, Lopes Trovão, Sampaio Ferraz, Mayrink, Domingos Jesuino, Thomaz Delfino, Barão de Santa Helena, Martinho Prado Junior, Luiz Barreto, Lopes Chaves, Adolpho Gordo, Antonio Prado, Bellarmino de Mendonça e Monteiro de Magalhães.

E' lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente.

O Sr. Tosta — Sr. Presidente pedi a palavra para fazer uma pequena reclamação a respeito de duas declarações que tive a honra de apresentar á Mesa na sessão anterior, relativamente a duas questões importantes agitadas neste Congresso, sobre a eleição presidencial e sobre o regimen parlamentar.

Não tendo sido possível occupar a tribuna na segunda discussão sobre o systema das finanças, sobre o systema eleitoral presidencial e sobre o regimen parlamentar comparado com o presidencial, entendi formular, reduzidamente, em duas declarações, as razões principaes em que me fundava, para envia-las á Mesa.

Um dos illustres collegas, representante do Ceará, o Sr. Frederico Borges, a quem apresentei uma das duas declarações, achando-a procedente, prestou, tambem, sua assignatura.

Mas, como sahiram algumas incorrecções na publicação feita, pedi a palavra para que V. Ex. as mande reproduzir, amanhã, com as razões, que, particularmente, darei para não roubar tempo ao Congresso, cujos trabalhos devem quanto antes ser concluidos.

Não havendo mais quem peça a palavra sobre a acta, dá-se por approvada.

O Sr. Badaró — Sr. Presidente, venho tomar a attenção do Congresso por alguns minutos, para tratar de uma materia que julgo gravissima.

Mas do que ninguem, V. Ex. está no caso de intervir com sua alta auctoridade moral para a solução pacifica e legal do que diz respeito á questão que vou expor ao Congresso.

Sensores, existia na Capital de S. Paulo, desde 1827, um edificio do qual se achava de posse o governo civil. Eu me refiro ao edificio onde funcionava a antiga Congregação dos Jesuitas, alli localizados.

Em um annexo existe uma igreja vulgarmente conhecida por igreja do Collegio. Com a expulsão dos jesuitas em 1759...

O Sr. COSTA SENNA — Ordenada pelo Papa.

O Sr. BADARÓ — ... foram expedidos diversos actos pelo governo portuguez mandando arrecadar os bens das ordens.

Em 1760 o governo de então expediu um decreto, que é do seguinte teor (le):

"Outros, nos referidos bens, se achou, que consistiam nas *egrejas* das casas professas e collegios, que são contiguos ás mesmas egrejas; e nos ornamentos e alfaias dellas. E, porque estes bens, *sendo immediatamente dedicados ao culto divino, são ecclesiasticos por sua natureza*, manda a religiosissima piedade do mesmo monarcha *entregar, immediatamente, todos os referidos bens aos respectivos prelados ordinarios, das dioceses onde se acham sitos.*"

Ora, Sr. Presidente, V. Ex., como jurisconsulto, sabe que as cousas denominadas em direito religiosas ou sagradas têm estado fóra do commercio. Perante o direito canonico, as egrejas são edificios destinados exclusivamente ao culto divino; não são propriedade, nem do chefe visivel da igreja, nem do diocesano; a igreja é considerada, no sentido das *Institutas*, como *res nullius in bonis*, mas isto, referindo-se aos fideis; pertence a todos, não está sujeita á occupação estabelecida no que diz respeito á propriedade civil.

Ora, se o direito canonico coincide com o direito civil, pergunto: tendo sido confiscados os bens religiosos e tendo o governo absoluto daquelle tempo declarado que todos esses bens deviam ser encabeçados aos proprios nacionaes, com resalva das egrejas; pergunto a V. Ex.: aquella arrecadação, feita em 1827 em S. Paulo, cuja cópia V. Ex. peclamou da thesouraria a 4 de outubro do anno passado, póde prevalecer?

Um Sr. REPRESENTANTE — Os interessados proponham uma acção perante os tribunaes; o Congresso, neste momento, nada tem que ver.

O Sr. BADARÓ — Póde o Governo, hoje, como é publico e notorio, demolir a igreja para levantar o futuro Congresso que se tem de reunir em S. Paulo? Si o Governo actual póde lançar mão dos edificios religiosos e demolir-os, as nossas propriedades que devem ser consideradas como sagradas, não ficarão immunes. Sei que estamos sob o Governo dictatorial; e é por isso mesmo que sirvo-me desta tribuna para, em nome dos catholicos brasileiros, dirigir-me ao Sr. Marechal Deodoro, pedindo-lhe que, por intermedio do seu representante em S. Paulo, mande entregar esse templo ao diocesano respectivo.

E, Sr. Presidente, lá está esse templo segregado da pratica dos actos religiosos, está cercado por um gradil de ferro,

alli ninguém penetra, está completamente excluído da communhão religiosa.

UM SR. REPRESENTANTE — E' um proprio nacional.

O SR. BADARÓ — Acabo de provar que elle não é proprio nacional. Elle foi avaliado, em 1827, pela quantia de 40 contos, arrecadaram-se todas as imagens que depois foram entregues ás corporações religiosas, e o edificio continuou até ha bem pouco tempo entregue ao bispo diocesano.

(*Ha um aparte.*)

O Estado de S. Paulo subsidiava o culto alli, porque o primeiro vice-governador de S. Paulo, quando esse Estado era capitania de S. Vicente, lançou mão daquelle edificio para sua residencia e de sua familia e para o estabelecimento de diversas repartições, e assumiu este compromisso, que ainda era cumprido nestes ultimos tempos.

Eu, portanto, tendo lavrado o meu protesto, tendo mostrado os principios que regem a materia e feito um pedido, em nome dos catholicos, ao Marechal Deodoro, submetto em todo o caso ao Congresso, para legalizar a minha presença nesta tribuna, um requerimento, que vou enviar á Mesa.

Vem á Mesa, é lido, apoiado e fica adiado, por ter pedido a palavra o Sr. João de Siqueira, o seguinte

Requerimento

Requeiro que pelo Ministerio do Interior se remetta ao Congresso cópia das deliberações tomadas pelos governadores dos estados a respeito dos bens ecclesiasticos, out'ora per-tinentes aos jesuitas. — *F. Badaró.*

Vem á Mesa, é lido, apoiado e fica adiado, por ter pedido a palavra o Sr. João de Siqueira, o seguinte

Requerimento

Requeremos por intermedio da Mesa do Congresso ao Governo providencias para obstar as violencias de que está sendo victima a imprensa do Estado do Rio, como ainda hontem se deu em Macahé. — *Urbano Marcondes.* — *Erico Coelho.* — *França Carvalho.* — *Fróes da Cruz.* — *Baptista da Motta.*

E' tambem lida e apoiada, ficando adiado, por ter sobre ella pedido a palavra o Sr. João de Siqueira, a seguinte

Moção

Considerando que o Governo, isto é, o depositario da força social, para exercer-a legitimamente, só deve applical-a no sentido do bem publico;

que deste preceito se afastou a Dictadura assentindo na convenção commercial resolvida entre o representante do Brazil e o dos Estados Unidos do Norte, e confirmada por decreto n. de do corrente;

que essa convenção ou tratado golpeia profundamente a iniciativa individual, bem como muitas das industrias nascent-

tes, uma e outras, incontavelmente, em franco periodo de desenvolvimento em nosso paiz;

que contra um tal desacerto estão a protestar os interesses todos das classes produtoras da Nação;

que os deputados e senadores, aqui reunidos em Assembléa Constituinte, não corresponderiam á confiança publica e mal comprehendiam os deveres superiores da funcção que desempenham silenciando sobre acto tão inconveniente e não impedindo as suas prejudicialissimas consequencias;

O Congresso resolve recommendar ao chefe provisório do Governo que faça immediatamente declarar suspenso em seus effectos o referido tratado, até que sobre elle decida a representação nacional. — *Demetrio Ribeiro*. — *Erico Coelho*. — *Custodio de Mello*. — *José Simeão*. — *Antão de Faria*. — *Moniz Freire*. — *Annibal Falcão*. — *Alcindo Guanabara*. — *Barbosa Lima*.

O Sr. Assis Brasil (*Movimento de attenção*) — Sr. Presidente, todos estamos convencidos de que o fim principal e quasi unico que aqui nos congrega é a discussão e votação do codigo politico de nossa Republica. Entretanto, Sr. Presidente, o Congresso, em sua providencia, quando organizou o seu Regimento, lembrou-se, e com muita razão, que, reunidos os representantes do povo, era talvez possivel que as circumstancias lhe impuzessem o dever de tratar de questões de transcendente importancia e que para isso precisaria destinar algum tempo das sessões diarias ás materias que não fossem precisamente constitucionaes.

E' um destes importantes assumptos, senhores, que me traz á tribuna para pedir ao Congresso a votação da moção que passo a ler (*lé*):

"O Congresso Nacional conta que o Governo Provisorio não assignará tratado algum internacional sem a clausula de referenda do Poder Legislativo, e quanto ao recente convenio com os Estados Unidos da America, se não contiver tal clausula, espera que o Governo providenciara no sentido de ser ella admittida e de não ter execução o dito convenio, antes de pronunciar-se a respeito o Congresso ordinario."

VOZES — Muito bem; muito bem.

O Sr. Assis Brasil — Senhores, o Governo já conhece, porque já o demonstrou com factos, a gravidade destas questões internacionaes, assim como sabe que ellas não podem ser resolvidas exclusivamente por elle, independente da intervenção legislativa. No nosso tratado de limites com a Republica Argentina existe, segundo é publico, a clausula de que elle não terá effecto, si, porventura, não fór referendado pelo Poder Legislativo das duas nações.

No caso presente não se trata de resolver um conflicto em que haja possibilidade ou temor de se derramar sangue. Mas trata-se de resolver uma questão não menos grave, pois que refere-se á riqueza publica, e esta vale bem o sangue, porque tambem é condição de vida para as nações.

Sei que a questão é gravissima, e que nós mesmos, ainda movidos por esses arrancos tão naturaes e tão nobres do nosso patriotismo e talvez da nossa indignação, não devemos ser levianos, precipitados em julgar, sem conhecermos perfeitamente todos os dados e circumstancias que ladeiam o facto, que mal conhecemos.

Não devemos também encarar o Governo da nossa Patria como inimigo della (*Apoiados*); devemos aconselhal-o, devemos acompanhá-lo, devemos collaborar com elle, para que não erre (*Apoiados*), e, si erra, devemos ajudá-lo, para que corrija os seus erros. (*Apoiados; muito bem; muito bem.*)

Senhores, tanto quanto se pôde julgar pelas apparencias, tanto quanto se pôde conhecer pelo que é publico e está de baixo dos olhos, o tratado ou convenio que se assignou com a Republica Norte Americana parece uma cousa feita de proposito para aniquillar esta paiz. (*Apoiados; não apoiados e apartes.*)

Alli tratou-se de proteger o que não necessitava de protecção; alli tratou-se de esmagar o que precisava ser protegido. (*Apoiados.*)

Senhores, uma unica industria temos no nosso paiz, que pôde resistir a todos os azares, que pôde supportar impostos que outras não toleram: essa industria é a da cultura do café; pois bem, é esta a unica industria protegida pelo tratado.

Outras industrias, que ainda são pequenas e modestas, mas que reunidas fazem um grande vulto em beneficio da riqueza nacional, mas que precisam da mão protectora do poder publico, essas foram as que soffreram o golpe mortal, as que levaram o tiro de misericordia, pôde-se dizer. (*Apoiados; muito bem.*)

Dizia-me hontem um digno representante de Santa Catharina: Si se quizesse fazer uma cousa de proposito para esmagar, para matar a industria de Santa Catharina, não se conseguiria tão bem como com esse tratado.

UMA VOZ — Devia acrescentar: e tambem para desmoralisar a Republica.

OUTRA VOZ — Felizmente foi feito por um governo que não é republicano.

O SR. ASSIS BRASIL — Foi feito por um governo republicano, mas os governos republicanos são tambem sujeitos ao erro (*Muitos apoiados*), principalmente nestas épocas anormaes em que por mais sangue frio, por mais prudencia que tenha o homem, sempre tem de andar atropelladamente. (*Apoiados.*)

O SR. BARBOSA LIMA — Mas deve limbrar em não praticar os erros que condemnava na Monarchia.

O SR. ASSIS BRASIL — E tambem em corrigir aquelles que tiver praticado. (*Apoiados.*)

Pelo tratado que se assignou com a America do Norte, os americanos nos isentam dos seus impostos de importação apenas tres artigos: o café, o couro ou pelles e o assucar.

Propriamente isentado é o café (*Apoiados*), que aliás já gozava alli da isenção deste imposto. (*Apoiados e apartes.*)

Mas, si o café nos Estados Unidos era isento de impostos de importação, não é porque os Estados Unidos nos quizessem fazer favor, porque as nações não fazem favor umas ás outras (*Apoiados*), ellas não têm alma, só têm interesse uma para com as outras (*Apoiados*), e, portanto, si os Estados Unidos nos isentavam deste imposto era, entre outros motivos, porque lhes convinha proporcionar barato ao consumidor generos de primeira necessidade, que lá não se produzem. (*Apoiados e apartes.*)

Quanto ao assucar e ás pelles, eu, usando de um termo expressivo do camponez da minha terra, direi que nisto nós fomos *pealados*. (*Riso*.)

O SR. ZAMA — Bem lembrada !

(*Trocam-se muitos apartes. O Sr. Presidente reclama attenção.*)

O SR. ASSIS BRASIL — Senhores, o tempo é escasso e sou eu que tenho aqui o privilegio de falar neste momento. Pego aos meus distinctos collegas que me deixem dizer o mais resumidamente possivel o meu pensamento.

Não quero entreter discussões e muito menos discursos paralelos, que são intoleraveis e incomprehensiveis.

Sr. Presidente, o americano isentou os nossos assucares e as *nossas pelles* (*Riso*) do imposto de introdução, mas que assucares e que pelles ? Os assucares e as pelles que podem ser considerados materia prima da sua industria, apenas os assucares grossos e brutos, e os couros crus exportados do Brazil.

E que fizemos em compensação ? Isentámos de impostos os artefactos de couro, como exclusão unica do calçado produzido na America do Norte !

De maneira que duas vezes nos enganaram ou duas vezes nós nos deixámos enganar: a 1.^a isentando de direitos a materia prima que elles de nós recebem, e a 2.^a recebendo sem pagamento de direitos ou com grande redução os artefactos dessa materia prima, que elles de nós recebem. (*Apoiados; muito bem.*)

E nós, senhores, o que isentamos de impostos da produção americana, por esses tres artigos ? Quasi tudo !

Para mim seria um tratado sensato, um tratado proliquo, justo e de grandes resultados commerciaes o que isentasse de impostos a introdução do petroleo extrahido e preparado na America do Norte e, por um certo tempo, as machinas, especialmente as da lavoura, que nós ainda não produzimos e que são consideradas materia auxiliar de nossa industria; mas nós fomos isentar generos similares aos da nossa produção e que produzimos com vantagens sobre os americanos: os pannos de algodão, os cereaes, o proprio feijão, que se produz em todo o solo brasileiro. Não ha talvez um pedaço de área, que pareça esteril, que não possa produzir feijão, em toda a larga extensão do Brazil.

Isentámos até industrias que linhamos protegido com garantia de juros, de maneira que essa garantia de juros que vamos pagar ainda parece uma protecção á industria americana.

Isto não é um grito de opposição. Si eu entendesse que devia fazer opposição, eu a faria sem rebuço, como faço tudo que minha consciencia manda. Isto é um incitamento para que se entre no terreno da prudencia e das nossas legítimas conveniencias.

Sei que a questão é grave; não se faz um tratado hoje para revogar-o no dia seguinte; isto poderia dar idéa de levandade nossa e trazer justo desgosto aos nossos amigos da America do Norte. Mas o Governo deve meditar, deve entrar em negociações, si for caso disso, deve fazer ver a esses nossos amigos que o tratado por essa maneira é insustentavel; porque pôde até levantar uma verdadeira sublevação de todos os

homens que tiverem bom senso e patriotismo no Brazil. (*Apoiados.*)

E' preciso que não deixe nem que isto se vá encaminhando de maneira a se poder dizer que ha na Europa os portuguezes escravos dos inglezes e na America os brasileiros escravos dos norte-americanos. (*Apoiados.*)

Senhores, eu tinha dito que fomos perfeitamente embaçados quando fizemos esse tratado. Vou concluir com uma sentença de muito espirito, que ainda hoje ouvi, quando me encaminhava para o Congresso, de um de nossos collegas; disse elle: "O Governo foi tão infeliz, que até escolheu para começar a ter execução o seu tratado o dia 1 de abril." (*Muito bem; muito bem.*)

E' lida, apoiada, e fica adiada por ler a palavra o Sr. João Siqueira, a seguinte

Moção

O Congresso Nacional conta que o Governo Provisorio não assignará tratado algum internacional, sem a clausula da referenda do Poder Legislativo, e, quanto ao recente convenio com os Estados Unidos da America, si não contiver tal clausula, espera que o Governo providenciara no sentido de ser ella admittida e de não ter execução o dito convenio, antes de pronunciar-se a respeito o Congresso ordinario.

Sala das sessões, 9 de fevereiro de 1891. — *Assis Brasil.* — *Julio Prota.* — *Borges de Medeiros.* — *Thomas Flores.* — *Menna Barreto.* — *Pereira da Costa.* — *Julio de Castilhos.* — *C. Paletta.* — *Gonçalves Ramos.* — *Alcides Lima.* — *Casiano do Nascimento.* — *L. Müller.* — *Abreu.* — *Tavares Bastos.* — *E. Schmidt.* — *A. Stockler.* — *F. Viotti.* — *Dutra Nicacio.* — *Ferreira Pires.* — *Leonel Filho.* — *Pacifico Mascarenhas.* — *Urbano Marcondes.* — *Ramiro Barcellos.* — *Baptista da Motta.* — *Aristides Maia.* — *Pinheiro Machado.* — *Homerio Baptista.* — *Fernando Abbott.* — *Ernesto Alves.*

O Sr. ERICO CORELHO requer que as moções apresentadas pelos dignos representantes do Rio Grande do Sul, Demetrio Ribeiro e Assis Brasil, sejam dadas para a discussão na 1ª parte da ordem do dia da proxima sessão, visto conterem materia identica.

O Congresso, sendo consultado, concede a urgencia pedida.

O Sr. PRESIDENTE — Está finda a hora do expediente.

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS APRESENTADAS NA SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição.

O Sr. Quintino Bocayuva — Compartilho com todos os illustres collegas o desejo de ver, quanto antes, terminada a missão do Congresso Constituinte, e approvada definitivamente a Constituição, que promettemos ao paiz e que se acha em elaboração, no seio desta illustre Assembléa.

Comprehendo todas as altas razões políticas que aconselham a terminação breve da longa discussão deste projecto; comprehendo que, tanto o paiz, como esta illustre Assembléa estão justamente ansiosos por chegar ao termo de sua honrosa e gloriosa missão. Mas, á vista da multiplicidade de emendas, apresentadas na 2.^a discussão do projecto constitucional, ficando virtualmente prejudicados muitos dos artigos já definitivamente approvados, me parece que deveríamos, de common accordo, subordinar á perfeição do trabalho o justo desejo de apressar a sua adopção.

E' preferivel consumirmos alguns dias mais, tantos quantos forem necessarios para que, do seio desta Assembléa, saia o projecto constitucional elaborado, com aquella clareza e reflexão que o paiz tem o direito de esperar de seus representantes, a darmos á Nação, tomados do desejo de terminar quanto antes a nossa tarefa, sob a pressão das circumstancias, uma Constituição viciosa ou incongruente em muitas das suas disposições, de modo a reclamar uma séria revisão, em tempo mais proximo do que fôra para desejar. (*Apoiados.*)

Creio, portanto, corresponder aos patrioticos intuitos desta illustre Assembléa, e não offender por fórma alguma o milindre dos illustres collegas que apresentaram emendas ao projecto, requerendo a V. Ex., Sr. Presidente, se digne submeter á apreciação da Casa a indicação que tenho a honra de apresentar, para que, conjunctamente com as referidas emendas, sejam submettidos á votação os artigos a que ellas se referem.

Algumas destas emendas alteram substancialmente esses artigos, outras acham-se até em antinomia com as disposições nelles contidas: e em vez de nos submetermos á necessidade, que já foi reconhecida nesta Casa, de estarmos a fazer previamente interpretações de uma lei que ainda não está votada definitivamente, julgo corresponder aos elevados e patrioticos intuitos desta Assembléa, apresentando a medida que formulei na indicação que tenho a honra de enviar á Mesa. (*Muito bem.*)

Vem á Mesa e é lida a seguinte

Indicação

Indico que, além das emendas de que trata o art. do Regimento, sejam postos tambem a votos em 3.^a discussão os artigos do projecto a que essas emendas se referem. — *Quintino Bocayuva.*

O Sr. PRESIDENTE — A indicação do Sr. Quintino Bocayuva importa uma reforma do Regimento.

Pela disposição do art. 58, § 2.^o do Regimento, na 3.^a discussão são consideradas unicamente as emendas approvadas em 2.^a discussão. Estas emendas ou são approvadas ou rejeitadas nessa 3.^a discussão, sem sub-emendas.

Quanto ás incoherencias e contradicções que porventura se notem entre as diversas disposições da Constituição na redacção final, o art. 64 do Regimento autoriza a Comissão de Redacção a indicá-las, submettel-as ao Congresso, que neste caso, mediante uma discussão, poderá corrigir as incoherencias que porventura se notem no projecto de Constituição.

O SR. QUINTINO BOCAIYUVA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, perante as observações altamente judiciosas de que V. Ex. acaba de dar conhecimento sobre disposição do artigo regimental, que responde ao meu intuito e ao de todos os meus illustres collegas, que pretendiam esta especie de revisão, rogo consultar ao Congresso si permite a retirada da indicação que apresentei.

Consultado, o Congresso consente na retirada pedida.

O SR. PRESIDENTE — Na ultima sessão, ao votar-se a emenda do Sr. Adolpho Gordo e outros para substituir o § 21 do art. 33, cuja votação tinha ficado adiada, verificou-se não haver casa. Vai-se votar, hoje, essa emenda substitutiva do § 21 do art. 33.

O SR. GABINO BESOURO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, a emenda que se vai votar foi redigida com a emenda que o Congresso rejeitou do Sr. Bernardino de Campos, dando aos estados o direito de legislar e organizar a guarda nacional. Esta emenda, estando de accordo com as emendas rejeitadas, contém, entretanto, um pensamento aceitavel, pensamento que foi o do autor ou autores da emenda que se vai votar e que é substituir o § 21 por este outro: — mobilisar e utilizar a guarda nacional ou milicia civil dos estados.

Ora, V. Ex. comprehende que, realmente, a policia dos estados não deve estar á mercê da União; é a unica com que os estados ficam para garantir os direitos dos cidadãos, as liberdades publicas, a propriedade e a vida de todos.

Portanto, este § 21 do art. 33 não pôde subsistir como se acha, e a emenda do Sr. Gordo é de todo aceitavel.

E' uma simples questão de fórma, e parece-me que, em vista da votação de ante-hontem, rejeitando-se a emenda do Sr. Bernardino de Campos, essa emenda deve ser modificada de accordo com o pensamento do Congresso, eliminando-se as palavras — dos estados — porque aos estados foi negada tal competencia.

A emenda assim modificada eu darei o meu voto, bem como muitos dos meus collegas, si V. Ex., a Mesa ou a Comissão de Redacção tiver competencia para redigir a emenda de accordo com este pensamento, e si V. Ex. isso me declarar.

O SR. PRESIDENTE diz que a Comissão de Redacção pôde harmonisar a emenda de accordo com o pensamento manifestado pelo Congresso.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. Adolpho Gordo e outros, ficando salva a redacção:

"Substitua-se o § 21 do art. 33 pelo seguinte:

Mobilisar e utilizar a guarda nacional ou milicia civil dos estados, nos casos taxados na Constituição."

E' annunciada a votação da emenda do Sr. Bernardino de Campos e outros ao § 3º do art. 47, que se acha na pagina 34 do impresso.

O SR. GABINO BESOURO (*pela ordem*) — Parece-me, Sr. Presidente, que essa emenda está prejudicada por uma outra, que já foi votada, eliminando as palavras a que esta se refere.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante tem razão.

Foi approvada a emenda do S. Ex. para substituir o § 3º do art. 47, em que figura a policia local.

Portanto, a emenda do Sr. Bernardino de Campos ficou prejudicada.

Ao título 3º, art. 67, pagina 49, foram offerecidas diversas emendas, uma substitutiva do Sr. Meira de Vasconcellos, uma outra additiva do Sr. Azeredo, que é igual á dos Srs. Carlos Garcia e Lauro Müller.

São successivamente postas a votos e rejeitadas as emendas dos Srs. Meira de Vasconcellos e Azeredo, ficando prejudicadas as emendas dos Srs. Carlos Garcia e outros e Lauro Müller e outros.

São postas a votos, successivamente, e rejeitadas as emendas suppressivas dos ns. 4, 5 e 6 do art. 68, offerecidas pelo Sr. Alexandre Stockler.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. Milton:

Supprima-se, por ser a repetição do que está consignado no n. 25 do art. 33."

E' considerada prejudicada identica emenda do Sr. Julio de Castilhos e outros.

São successivamente postas a votos e approvadas as seguintes emendas do Sr. Epitacio Pessoa:

Alterem-se os §§ 4º e 5º do art. 68, do seguinte modo:

"Os estrangeiros que, achando-se no Brazil no dia 15 do novembro de 1889, declararem, dentro de seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de adoptarem a nacionalidade brasileira.

"Os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brazil e forem casados com brasileiras, ou tiverem filhos brasileiros, contando que residam no Brazil, si manifestarem a intenção de adquirir nacionalidade brasileira."

Ficam prejudicadas as emendas dos Srs. Francisco Veiga e José Hygino.

O Sr. Presidente, annunciando a votação das emendas ao art. 69, observa que foram offerecidas diversas emendas substitutivas e suppressivas parciaes.

Começa pondo a votos a emenda substitutiva, do Sr. Alexandre Stockler, que é mais ampla.

E' rejeitada a emenda suppressiva dos ns. 1, 2 e 4 do § 1º do art. 69, offerecida pelo Sr. Alexandre Stockler e outros.

E' igualmente rejeitada a emenda substitutiva, do Sr. Julio de Castilhos e outros, ao referido artigo.

São consideradas prejudicadas as emendas suppressivas do n. 4, § 1º do art. 69, offerecidas pelos Srs. Zama, Meira de Vasconcellos, Serzedello, Alcindo Guanabara e outros.

E' annunciada a votação da emenda additiva do Sr. Thomaz Delphino ao art. 69.

O SR. PRESIDENTE declara que ha duas emendas eguaes a esta: a do Sr. Stockler e a do Sr. Azeredo.

O SR. ALEXANDRE STOCKLER (*pela ordem*) pede preferencia na votação para a sua emenda.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Alexandre Stockler e outros, ficando prejudicada a do Sr. Thomaz Delphino.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. Azeredo:

"Depois das palavras — na fórma das leis — accrescenta-se: — e os estudantes das academias superiores maiores de 18 annos."

Fica prejudicada a emenda additiva do Sr. Zama, ao § 1º do art. 69.

E' rejeitada a emenda suppressiva do § 3º do art. 69, offerecida pelo Sr. Corrêa Rabello, e o additivo ao final do mesmo artigo, pelo Sr. Zama.

A emenda dos Srs. Sá Andrade e Zama, apresentada ao art. 701, mas que refere-se ao art. 69, é considerada prejudicada.

O SR. PRESIDENTE — Vai-se votar a emenda do Sr. Bulhões e outros ao § 2º, letra b, do art. 70.

O SR. GABINO BESOURO (*pela ordem*) requer que se adie a votação desta emenda para quando se tratar das emendas ao art. 71, por ter intima ligação com outra apresentada a esse art. 71, § 27.

Consultado o Congresso, votaram a favor 61 Srs. representantes e 56 contra.

O SR. PRESIDENTE declara que não ha casa e que se vai proceder á chamada.

O SR. PRESIDENTE diz que vai verificar si ha casa, reproduzindo a votação do requerimento do Sr. Gabino Besouro.

E' approvedo o requerimento.

E' rejeitada a emenda suppressiva da letra a do § 1º do art. 70, offerecida pelo Sr. Alcindo Guanabara e outros, e declarada prejudicada identica emenda do Sr. Alexandre Stockler e outros.

E' rejeitada a emenda substitutiva da letra a do § 1º do art. 70, offerecida pelo Sr. Zama.

E' posta a votos e rejeitada a emenda additiva do Sr. Alcindo Guanabara e outros ao n. 8 do art. 71.

E' rejeitada a emenda do Sr. Milton ao 2º periodo do § 2º do art. 71.

O SR. PRESIDENTE diz que a segunda parte da emenda do Sr. Milton refere-se ao § 4º e não ao 3º como está no impresso, e annuncia a votação das emendas offerecidas ao § 4º.

O SR. TAVARES BASTOS (*pela ordem*) diz que ao § 4º do art. 71 ha uma emenda assignada com o seu nome, quando é do Sr. general Almeida Barreto.

O SR. PRESIDENTE declara que a rectificação já está feita.

O SR. PRESIDENTE declara que se vão votar as emendas referentes ao § 4º.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) pede que seja posta a votos a emenda do Sr. Gil Goulart e outros, a qual se acha á pag. 59 do impresso, visto não achar-se prejudicada.

O SR. PRESIDENTE diz que, por deliberação do Congresso, que approvou o requerimento do Sr. Gabino Besouro, ficou adiada a votação dessa emenda.

O SR. JOSÉ MARIANNO dá-se por satisfeito.

O SR. CHAGAS LOBATO (*pela ordem*) diz que á pag. 61 do impresso ha um substitutivo ao § 4º do art. 71, assignado pelo Sr. Leovigildo Filgueiras, substitutivo que, si for approvedo, prejudica tudo quanto diz respeito a esta materia — casamento civil.

Esse substitutivo deixa á legislação ordinaria o regular a materia do casamento civil. Com effeito, o casamento civil, como um contracto, pertence á legislação ordinaria e não a uma lei constituinte, como aquella de que trata o Congresso.

Requer, portanto, que se consulte ao Congresso sobre si conceder que na votação tenha preferencia o dito substitutivo.

O Sr. Almino Affonso (*pela ordem*) — Sr. Presidente, supponho cumprir um dever de consciencia, chamando a obsequiosa attenção de V. Ex. para uma das emendas, que tive a honra de apresentar aos artigos da Constituição, por occasião de votar-se o n. 2 do art. 11 do projecto constitucional.

Offerecendo eu um substitutivo á disposição contida nesse fatídico n. 2, — a qual veda, sem democracia e sem gloria, que a União ou estados estabeleçam ou subvençionem o exercicio do culto religioso, ao passo que a Constituição Americana, que se pretende imitar, apenas prohibe ao Congresso que legisle sobre o estabelecimento de qualquer religião, com o fim benevolente e patriótico de não preferir a nenhuma, mas egualar e proteger equitativamente a todas, como lá se pratica, apovelei o ensino, para offerecer duas emendas, referentes uma ao casamento civil, isto é, á instituição d'elle formulada no projecto, e outra — á secularisação dos cemiterios; ambas com a clausula expressiva — de serem incluídas e, por conseguinte, votadas, *onde mais conviesse*.

A minha primeira emenda era: — A União reconhece e garante a mais plena liberdade espirital, e de cultos religiosos.

Não tendo eu, como não tenho, pratica parlamentar (*Muitos não apoiados*) — não a tenho, repito, agradecendo muito á benevolencia dos meus illustres collegas, pois que nunca fui depellido da provincia —, nem de cousa alguma, não me occorreu, como a outros, o expediente, ou tactica, de pedir a votação, dividida, ou por partes, a qual, absolutamente, se impunha, attenta a natureza de cada uma das ultimas duas emendas, referentes a materias sufficientemente distinctas.

E, não sendo especialmente votadas, como não foram, passaram como prejudicadas, e condemnadas pela maioria injusta, embora respeitavel, que condemnou a primeira.

Essas emendas eram as seguintes:

“E’ livre o casamento civil ou religioso, ficando obrigados os interessados neste ultimo a fazer immediatamente o registro civil.”

“E’ igualmente livre a cada culto religioso ler o seu cemiterio, sujeito á fiscalisação municipal, sem prejuizo dos cemiterios seculares, administrados pela autoridade publica.”

A primeira, como se vê, refere-se positivamente á disposição do art. 71, § 4º, do projecto, que diz: “A Republica só reconhece o casamento civil.”

A segunda, ao § 5º do mesmo artigo, cujas emendas actualmente se votam.

Ora, eu entendo, e supplico a V. Ex., Sr. Presidente, que entenda tambem como eu (*Riso*), que essas duas emendas não estão de modo algum prejudicadas.

Ellas não foram votadas; o Congresso não as tomou em consideração especial, como mereciam, e, por conseguinte, não as condemnou.

Como V. Ex. verá á pagina 10 do projecto, estão essas emendas para *ser incluídas, onde mais convier*.

O lugar adequado, que logicamente lhes cabe, é esse, onde se acharem as prescripções constitucionaes, a que ellas se referem; só ali ellas têm cabimento, só ali podem ser entendidas e apreciadas; só ali pôde, e deve esta augusta assembléa dos legisladores constitucionaes da Nação votar a sua acceitação ou rejeição, com pleno conhecimento de causa.

Entendo, pois, si tal é o seu fado, que aqui, e agora, é, que é tempo de malar essas duas pobres emendas, salvadoras dos escrúpulos e crenças das populações brasileiras.

Requeiro, pois, a V. Ex., que, assim opinando, digno-se de submettel-as á votação; mas, si entende o contrario, ao menos me faça a mercê de pôr a votos o meu requerimento á apreciação da Casa, para que decida si as julga ou não devidamente prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE — Esta emenda foi declarada prejudicada, com a acquiescencia do Congresso.

Pego ao nobre Deputado que não nos perturbe a votação com observações dessa natureza.

O SR. ALMIRAO AFFONSO — E eu... sempre a perturbar... eu, um dos mais pacíficos! *(Riso.)*

(O Sr. Presidente deixa a cadeira da Presidência, que passa a ser occupada pelo Sr. Vice-Presidente.)

Consultado, o Congresso nega a preferencia pedida pelo Sr. Chagas Lobato.

O SR. AMERICO LOBO *(pela ordem)* — Sr. Presidente, estando-se mais ou menos reproduzindo principios constitucionaes dos Estados Unidos da Norle-America, em materia de casamento, porque não se reproduzir?

Assim, requeiro preferencia para a emenda do Sr. Miguel de Castro, que dá plena liberdade matrimonial, mais consentanea talvez com as circumstancias do nosso paiz.

Consultado, o Congresso rejeita o pedido de preferencia.

São successivamente postas a votos e rejeitadas as emendas ao § 4º, offerecidas pelos Srs. Milton, Stockler, Miguel Castro e Nelson, á pag. 59, e Corrêa Rabello, á pag. 60.

E' igualmente rejeitada a emenda do Sr. Augusto de Freitas, ficando prejudicada a do Sr. Almeida Barreto e outros, as quaes estão á pag. 60 do impresso.

Posta a votos a emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras, á pag. 61, é rejeitada.

O SR. ALMEIDA BARRETO *(pela ordem)* — Sr. Presidente, ha emendas ao art. 71, que ainda não foram votadas e que não estão prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE — Pego ao nobre representante que queira indicar as que faltam.

O SR. ALMEIDA BARRETO — A pag. 59, a dos Srs. Gil Goulart, Domingos Vicente e Athayde Junior; á pag. 60, uma do Sr. Valladão e outros.

E ha mais ainda.

O Sr. Serzedello, obtendo a palavra pela ordem, requer que o Sr. Presidente consulte o Congresso sobre si concede 10 minutos de descanso, suspendendo-se a sessão.

Consultado, o Congresso resolve pela affirmativa.

Suspende-se a sessão ás 3 horas.

O SR. PRESIDENTE reabre a sessão ás 3 horas e 30 minutos.

E' posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Gil Goulart e outros, suppressiva do § 4º do art. 71.

O SR. PRESIDENTE — Considero prejudicadas as emendas dos Srs. Almeida Barreto e outros, á pag. 57, e do Sr. Miguel Castro, á pag. 55.

O Sr. EPIRACIO PESSÔA — Entendo que a emenda não está prejudicada, porque a do Sr. Milton mandava que se respeitassem os direitos adquiridos, e a dos Srs. Almeida Barreto e outros não só mantem as condecorações já existentes, como concede ao Governo autorização para continuar a concedel-as; por conseguinte, é mais ampla.

O Sr. PRESIDENTE diz que a argumentação do nobre representante é contraproducente, mas que em todo o caso vai submeter ao Congresso a decisão da questão.

O Congresso, sendo consultado, decide que a emenda está prejudicada.

E' annunciada a votação da emenda do Sr. Gil Goulart e outros, á pag. 59, a qual o Sr. Presidente declara prejudicada.

O Sr. José Marianno diz que, ha pouco, tinha feito uma reclamação a respeito desta emenda, quando pediu ao Sr. Presidente que a submettesse á votação. Então sustentou que ella não estava prejudicada.

Não importa que tivesse sido votada uma emenda que continha parte do pensamento desta emenda, mesmo porque o Sr. Presidente entende que as emendas formuladas em um só periodo não podem ser divididas. Ora, o Congresso podia exactamente ter rejeitado a emenda que mandou sómente respeitar os direitos adquiridos, por consideral-a incompleta, entretanto, acceitar esta, que, a par do respeito aos direitos adquiridos, determina que não estejam prejudicadas as medalhas de merito e bravura.

Entretanto, o Sr. Presidente decidiria o que entendesso de justiça.

O Sr. VIRGILIO DAMASIO diz que, incontestavelmente, a primeira parte da emenda está prejudicada pela votação da emenda do Sr. Milton, mas a outra parte, não.

Sana-se, porém, perfeitamente a duvida, desde que seja posta a votos a emenda do Sr. Stockler e outros. (*Apoiados.*)

Ora, esta parte, que não está prejudicada na emenda, é que diz respeito ás medalhas de merito e bravura, é a que está na emenda do Sr. Stockler e outros.

Assim, pede ao Sr. Presidente que submetta esta á votação.

O Sr. PRESIDENTE diz que a emenda do Sr. Gil Goulart, em sua parte principal, está prejudicada em relação aos direitos adquiridos.

Tem uma segunda parte, que não póde ser volada isoladamente, referente á medalha de merito e bravura.

Em todo o caso, submettel-a á ao Congresso, afim de que este delibere si ella está ou não prejudicada.

O Sr. GIL GOULART observa que, frequentemente, o Congresso vota contra uma emenda por não consideral-a bastante ampla (*Apoiados*), aguardando-se para votar a emenda ou as emendas de redacção mais correcta e que abrangem uma ou mais hypotheses.

Nestas condições, o orador tem dado o seu voto á emenda mais ampla, recusando-o á que é menos ampla. Entende que, apesar de opinião em contrario, a sua emenda não está prejudicada.

O Sr. RAMIRO BARCELLOS entende que o Congresso já votou, em sentido contrario, uma emenda ao n. 2 do art. 71, que é identica á que desejam agora ver approvada. Acredita

que a emenda está prejudicada, porque está concebida nos mesmos termos da que foi rejeitada.

O Sr. Gabino Besouro pensa que todas essas emendas relativas a condecorações e títulos estão prejudicadas.

Não comprehende que a Republica venha reconhecer direitos que estão em opposição a principios democraticos; laes são os direitos provenientes de titulos de nobreza e condecorações.

Esta emenda, pois, não tem razão alguma de ser, como succede a todas as outras. (*Trocam-se muitos apartes.*)

Perdão, senhores, diz o orador, não são os que mais gritam aquelles que mais razão têm.

Como dizia, o § 2º, que já foi votado por este Congresso, trata de ordens honorificas, e as medalhas de merito e de campanha não são ordens honorificas, não têm grãos de cavalleiros, de officiaes e de commendadores.

Portanto, esta parte, a unica sobre a qual ha duvida, está prejudicada pela propria letra do paragrapho que já foi votado. (*Apartes.*)

Si, porventura, o Congresso quizesse de preferencia votar uma emenda, deveria votar a do Sr. Valladão, que, sem reconhecer direitos, que a Republica não pôde reconhecer, porque são titulos de nobreza, entretanto respeita os titulos e condecorações já concedidos.

O SR. ESPÍRITO SANTO diz que ha de fazer um discurso sobre condecorações. (*Ha outros apartes.*)

O SR. GABINO BESOURO diz que a emenda dá a cada um a faculdade de usar ou não as condecorações concedidas.

O orador declara que votará pela emenda do Sr. Valladão si o Sr. Presidente não a julgar prejudicada, como o orador a julga.

O SR. PRESIDENTE responde que a Mesa considera prejudicada a emenda do Sr. Gil Goulart; entretanto, o Congresso decidirá si está ou não prejudicada.

Consultado, o Congresso resolve estar prejudicada a emenda do Sr. Gil Goulart e outros ao § 2º.

E' igualmente considerada prejudicada a emenda do Sr. Valladão e outros ao mesmo § 2º do art. 71, a qual se achia á pag. 60 do impresso.

E' posta a votos e rejeitada a emenda additiva do Sr. A. Stockler e outros ao § 2º do referido artigo.

O SR. PRESIDENTE — Vai-se votar a emenda do Sr. Milton ao § 5º do art. 71.

O SR. TOSTA pede a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre representante.

O Sr. TOSTA lembra que a emenda que teve a honra de apresentar tem por fim substituir completamente o § 5º do art. 71 do projecto votado em 1ª discussão, e a emenda do nobre representante Sr. Milton tem por fim apenas acrescentar o paragrapho votado em 1ª discussão.

Sendo, portanto, a sua emenda substitutiva da do nobre representante do Estado da Bahia additiva ao § 5º, pede ao Sr. Presidente que submeta em primeiro lugar á votação a emenda que o orador apresentou.

Consultado, o Congresso não concede a preferencia pedida.

São successivamente postos a votos e rejeitados os substitutivos ao § 5º offerecidos pelos Srs. Milton, Tosta e Santos Pereira.

O Sr. Barbosa Lima requer que o tempo da sessão seja prorogado por mais uma hora.

Consultado, o Congresso resolve pela affirmativa.

O Sr. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao § 12 do art. 71.

O Sr. Viuato de Almeida pede preferencia para a sua emenda ao § 12, que se achia á pag. 54 do impresso.

Consultado, o Congresso não concede a preferencia pedida.

E' posta a votos e rejeitada a emenda do Sr. Milton ao § 12 do art. 71, ficando prejudicada a do Sr. Francisco Veiga.

O Sr. PRESIDENTE annuncia a votação do additivo do Sr. Viriato de Medeiros e diz que esta emenda tem duas partes, as quaes submete separadamente a votos.

Posto a votos o § 1º da emenda, reconhece-se não haver numero legal, pelo que o Sr. Presidente declara adiada a votação.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Declaramos que votámos pela supressão do n. 4 do § 1º art. 69 negando aos religiosos os direitos políticos, por encerrar grande attentado á liberdade espirital.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Borges de Medeiros.* — *Fernando Abbot.* — *Assis Brasil.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Julio de Castilhos.* — *Julio Frota.* — *Thomas Flores.* — *Menna Barreto.* — *Homero Baptista.* — *Abreu.* — *Alcides Lima.* — *Ramiro Barcellos.* — *Victorino Monteiro.*

Declaro que votei para que fosse supprimido o n. 4 do § 1º do art. 69 do projecto de Constituição, porque entendo que todos os religiosos devem exercer o direito de voto, e mesmo os cidadãos mendigos e analphabetos; pelo que tambem votei pela supressão dos ns. 1 e 2 dos referidos §§ e art. 69.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Francisco Amaral.*

Declaramos haver votado pelas emendas que estabelecem a unidade da magistratura em todos os estados da União.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Barão de Villa Rica.* — *Firmino da Silveira.* — *Pedro Americo.* — *Barão de S. Marcos.* — *Amarim Garcia.* — *A. Milton.* — *Gil Goulart.* — *Athayde Junior.* — *Monteiro de Barros.* — *Domingos Vicente.* — *R. Guimarães.* — *Espirito Santo.* — *Tosta.* — *J. Bernardino.*

Declaramos ter votado pela emenda o Sr. Dr. Milton ao § 2º do art. 71 do projecto de Constituição, em que mandou

respeitar os direitos adquiridos. — *Francisco Argollo*. — *Es-
pírito Santo*. — *Rosa Junior*.

Declaro que votei pela emenda suppressiva do § 4º do
art. 69, e bem assim pela emenda do Sr. A. Azeredo, reco-
nhecendo o direito de voto aos alumnos das escolas supe-
riores.

Em 11 de fevereiro de 1891. — *J. Serpa*.

Declarámos que votámos a favor da emenda do Sr. Dr.
Milton, que mandava respeitar a propriedade dos cemiterios
actualmente existentes construidos por quaesquer irmandades
ou associações religiosas.

Em 11 de fevereiro de 1891. — *Ignacio Tosta*. — *Santos
Pereira*.

Declarámos ter votado contra as emendas do Sr. repre-
sentante Epitacio Pessoa aos §§ 4º e 5º do art. 68, porque
ellas importam a annullação de uma conquista liberal — a
naturalisação facilis — obtida através de uma propaganda
altamente conveniente aos interesses nacionaes.

Ellas importam a destruição de uma das mais gloriosas e
liberaes reformas instituidas após o advento da Republica,
difficillam o povoamento do sólo nacional e tornam extran-
geiros cidadãos que já são, por lei, brasileiros, e como taes
votaram na eleição que compoz este Congresso!

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *L. Müller*.
— *Estevés Junior*. — *Lacerda Coutinho*. — *F. Schmidt*. —
Carlos Campos. — *B. Campos*. — *Glicerio*. — *A. Ellis*. —
Paulino Carlos. — *Domingos de Moraes*. — *Rubião Junior*. —
Rodrigues Alves. — *Mursa*. — *Garcia*. — *Costa Junior*. —
Luiz Delphino. — *Moraes Barros*. — *A. Moreira da Silva*.

Declaro que votei pelas emendas que mantinham á União
o dominio sobre as terras devolutas.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *José Hygino*.

Declaro que votei contra a emenda que confere aos estu-
dantes das escolas superiores, maiores de 18 annos, o direito
de voto.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *José Hygino*.

Declarámos que votámos pela suppressão da disposição
que se contém no art. 69, § 1º, n. 4, a qual exclue do direito
de voto os membros de ordens religiosas.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Amphilo-
phio*. — *Santos Pereira*. — *B. Carneiro*. — *Custodio de Mello*.
— *Almeida Pernambuco*. — *José Simeão*. — *Gil Goulart*. —
Monteiro de Barros. — *Domingos Vicente*. — *Páula Guima-
rães*. — *Prisco Paraizo*. — *Almino Alves Affonso*. — *Thomaz
Coelho*. — *Palleta*. — *Ignacio Tosta*. — *Barão de Villa Vi-
cosa*. — *A. Milton*. — *Miguel Castro*.

Declarámos que si estivessemos presentes quando foi vo-
tada a secção 3ª do projecto de Constituição, teríamos votado
a favor do substitutivo dos Srs. Amphiphilophio e outros:

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Dionisio
Cerqueira*. — *Joaquim da Cruz*. — *F. Sodré*. — *Prisco Pa-
raizo*.

Declaramos que votámos contra a emenda que fez com que os militares perdessem as condecorações ganhas com o sacrificio proprios á profissão militar.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 1891. — *Coronel Pires Ferreira. — J. Retumba.*

O Sr. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

1ª parte, até 1 1/2 hora

Discussão das indicações sobre o tratado de commercio com os Estados Unidos da America.

2ª parte, á 1 1/2 hora, ou antes

Continuação da votação das emendas ao projecto de Constituição.

Levantá-se a sessão ás 4 horas e 20 minutos da tarde.

53ª Sessão, em 12 de fevereiro de 1891

Presidência do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Paes de Carvalho, Lamounier, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joaquim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Eduardo Wandenolk, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacelar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio, Pedro Americo, Couto Carriaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Theophilo dos Santos, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Au-

gusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraiso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peçanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, França Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Tróvão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Werneck, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Cesario Motta, Moraes Barros, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães, Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Ernesto de Oliveira, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto e Theophilo dos Santos.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Matta Machado, Frederico Serrano, Pedro Paulino, Raulino Horn, João Severiano, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Leandro Maciel, Fonseca Hermes, Ferreira Brandão, Cesario Motta Junior, Conde de Figueiredo, Bueno de Paiva; e, sem causa, os Srs. Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Theodureto Souto, Aquilino do Amaral, Bernardo de Mendonça, Marcolino Moura, Santos Vieira, Oliveira Pinto, Alberto Brandão, Luiz Murat, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Martinho Prado Junior, Lopes Chaves, Adolpho Gordo, Antonio Prado e Marciano Magalhães.

E' lida, posta em discussão, e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DOS SRS. ASSIS BRASIL E OUTROS E DEMETRIO RIBEIRO

Entram em discussão as moções hontem apresentadas pelos Srs. Assis Brasil e outros e Demetrio Ribeiro, relativa-

mente ao tratado de commercio entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte.

O SR. SEABRA — Sr. Presidente, tem-se levantado no seio do Congresso grandes e graves accusações ao tratado feito com a Republica dos Estados Unidos da America do Norte. Desde o dia immediato em que esse tratado foi assignado, que nesta tribuna se têm levantado diversos representantes para demonstrar que aquelle tratado trará a nossa ruina, e que é um verdadeiro desastre para o paiz.

Hontem mesmo ouvi a diversos affirmar que de ora em diante seríamos uma colonia dos Estados Unidos da America do Norte.

Antes de tudo, Sr. Presidente, devo declarar que é com profunda tristeza que vejo o desvirtuamento do caracter puramente constituinte que deve ter este Congresso (*Não apoiados e apoiados*), e desde o começo protestei contra semelhante anomalia.

O SR. ORTIGUA — Devia protestar tambem contra o procedimento do Governo, que excedeu suas attribuições (*Apoiados*.)

O SR. SEABRA — Não excedeu, porque, por espontanea deliberação do Congresso, este reconheceu, e não podia deixar de reconhecer, que era apenas um Congresso constituinte e que os poderes legislativo e executivo continuavam nas mãos do chefe do Estado, continuando a Dictadura até ser approvada a Constituição.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — Dictadura com o Congresso ?

O SR. BARBOSA LIMA — Onde se viu isso ?

UMA VOZ — O Congresso seria uma nullidade.

OUTRA VOZ — Que quer dizer a delegação do Congresso ? (*Ha outros apertes.*)

O SR. SEABRA — Não podia o Congresso fazer essa delegação, para a qual não tinha attribuições. Só pôde delegar quem tem o que, e o Congresso não podia delegar o que, por sua natureza, não tinha, isto é, os poderes em que se resolve a soberania nacional.

Os poderes publicos têm esphera de acção traçada pela razão natural, pela natureza das cousas, e cada um delles, dentro dessa esphera, é independente, devendo cada qual respeitar as attribuições dos outros.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — Nós agora é que estamos creando esses poderes: não ha poderes.

O SR. SEABRA — Extranha doutrina, Sr. Presidente.

Estariamos em plena anarchia si não tivéssemos poderes publicos; estes existem natural e logicamente, virtual e necessariamente.

Temos um Poder Legislativo...

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Onde está o Legislativo ?

O SR. SEABRA — Nas mãos daquelle que assumiu todos os poderes a 15 de novembro e com a sua espada gloriosa abriu novos horizontes á Patria Brazileira.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA E OUTROS — Nelle só, protesto.

OUTRAS VOZES — Delegou ao Congresso.

O SR. SEABRA — Não delegou; teve uma especie de deferencia para com o Congresso.

Não foi uma delegação, mesmo porque não tinha competencia para fazel-o.

Demais, o Congresso, como Constituinte, não pôde ter caracter legislativo ordinario, quando ainda não temos o Poder Legislativo, creado pela Constituição, e separado do Executivo.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Logo, não existe Poder nenhum. (*Apoiados.*)

UMA voz — Si o Generalissimo não podia delegar o Poder Legislativo, como diz V. Ex., então não o tinha, e, pois, com quem estava elle? (*Muito bem. Trocam-se outros apartes.*)

O SR. SEABRA — O Chefe de Estado não podia delegar os poderes ao Congresso, porque este, por seu caracter puramente Constituinte, não poderia, e nem pôde, exercel-os.

SR. PRESIDENTE — Esta minha attitudo, bem como a minha opinião a respeito, tenho-a mantido desde as primeiras sessões do Congresso, manifestando-me contra a moção do Sr. Aristides Lobo, que pretendia desvirtuar o caracter deste Congresso (*Não apoiados*), induzindo-o a arrogar a si o Poder Legislativo ordinario, que ainda não está, aliás, creado. (*Apoiados.*)

Existe de facto, um Poder Legislativo, mas este está concentrado nas mãos do chefe do Governo Provisorio.

UMA voz — Quem delega, pôde cassar. (*Muito bem.*)

O SR. SEABRA — Mas quem delegou? Quem se suppõe que delegou, não o podia fazer.

O SR. CARLOS GARCIA — Mas ahi está a moção. Então, não a comprehendendo. La se diz que: *o Congresso, senhor de todos os direitos, delegava*, etc. etc. (*Muito bem; trocam-se apartes.*)

O SR. SEABRA — Nós o que dissemos foi que esperavamos que o chefe do Governo continuaria a dirigir os negocios publicos até que o Congresso Constituinte resolvesse a respeito das bases fundamentaes da nossa Constituição.

Foi isto o que dissemos; isto é, o que o Congresso Constituinte, representando a Nação, podia dizer.

O Congresso Constituinte confiava que o Chefe de Estado mantivesse as deliberações do Congresso, com o mesmo prestigio com que manteve a paz e a ordem publicas durante todo este periodo dictatorial.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Isso é questão vencida. Queremos ouvir a opinião de V. Ex. sobre o tratado.

O SR. SEABRA — Hei de dar a minha opinião, mas não com a precipitação que os Srs. representantes entendem, porque nesta tribuna eu obedeco ao plano que tracei.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Perfeitamente; mas estamos ansiosos para ouvir-o sobre o tratado.

UM SR. REPRESENTANTE — A defesa é tão difficil, que estamos anciosos para ouvi-lo.

O SR. SEABRA — Mas, Sr. Presidente, a verdade é que, tendo eu protestado e votado sempre contra essas moções...

UM SR. REPRESENTANTE — Não votou contra a primeira.

O SR. SEABRA — Votei contra a do Sr. Aristides Lobo.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Mas não votou contra a do Sr. Ramiro Barcellos.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Nem contra a do Sr. Ruy Barbosa.

O SR. SEABRA — A do Sr. Ramiro sustentava a doutrina verdadeira; a do Sr. Ruy Barbosa foi um applauso do Congresso Constituinte a um acto meritorio e patriótico do Governo.

UM SR. REPRESENTANTE — Então o Congresso pôde applaudir, mas não pôde censurar?

O SR. SEABRA — Pôde applaudir, mas não pôde arrogar-se um direito que não tem. O applauso não é e nem constitue um acto de usurpação.

O SR. ASTOLPHO PIO — Reprovar é licito a qualquer de nós, e o faremos em nome do Congresso e não referindo-nos a individuos.

O SR. SEABRA — Todos os depulados, diariamente, aqui, leevantam-se para reprovar actos do Governo; mas o que não podemos, o que não é nosso direito, é, collectivamente, dizer ao Governo: Revogai tal ou qual acto vosso.

O SR. ASTOLPHO PIO — Então o Governo pôde praticar todos os actos de despotismo, e nós, o Congresso Constituinte, os representantes soberanos da Nação, devemos cruzar os braços?

O SR. SEABRA — O Governo, si, porventura, exorbita de suas attribuições, é responsavel perante o paiz.

O SR. TOLENTINO DE CARVALHO — Ora! Fallar-se em responsabilidade é, até, irrisorio.

UM SR. REPRESENTANTE — Existe um Congresso que representa o paiz.

O SR. SEABRA — Não para tomar contas ao Governo, na quadra actual, e como constituinte, Sr. Presidente, estabelecida esta preliminar, isto é, que o Congresso, como constituinte, parece-me, não pôde approvar estas moções, passo, propriamente, á discussão do tratado ou convenção simplesmente aduaneira, realizada pelo Governo com os Estados Unidos da America do Norte.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Ainda bem.

O SR. SEABRA — Devo dizel-o, em abono da verdade — tenho ouvido, desta tribuna, as invectivas mais severas contra o tratado ultimamente celebrado, mas não ouvi ainda uma razão poderosa, um motivo serio, de ordem economica ou politica, por força da qual se deva reputar desastroso aos

nossos interesses commerciaes e industriaes o tratado a que se tem alludido.

Ha motivos economicos e motivos politicos, que devem ser estudados, quando se trata do exame e da analyse desse tratado.

Fizemos um tratado com os Estados Unidos, em virtude do qual houve troca de interesses commerciaes.

De um lado os Estados Unidos da America fizeram concessões aos Estados Unidos do Brazil; estes, por sua vez, isentaram dos impostos de importação aquelles generos a que os nobres representantes chamaram de primeira necessidade.

Sr. Presidente, si houve isenção de impostos de importação com relação a estes generos de primeira necessidade, devo dizel-o, é a primeira vez que ouço affirmar que, baixando o genero de preço, em consequencia de isenção de direitos de importação, isso vem prejudicar as classes proletarias, as classes pobres.

Aquelles que supõem que esse tratado vem trazer o aniquelamento das nossas industrias, das nossas fabricas de algodão e das de trigo, não têm razão. Semelhantes supposições são phantasticas, porquanto, si é verdade que iniciamos, com relação ao trigo, por exemplo, uma era nova, uma era de progresso e de prosperidade; si, agora, se começa a fundar fabricas para manipulação e transformação do trigo, não é menos verdade que não produzimos trigo, que elle é muito falho em nosso mercado, e que, portanto, desde que esse producto fique isento do direito de importação, elle abundará no mercado, e, portanto, os capitalistas compravão o trigo mais barato, e desde então as fabricas se multiplicarão, tornando-se o producto mais barato, o que muito aproveitará as classes pobres.

Não vejo, pois, razão para se dizer que o tratado produz máos effeitos.

Desde que o trigo baixa de preço, está claro que ha mais facilidade na obtenção desse producto.

UM SR. REPRESENTANTE — E a classe pobre lucra.

O SR. SEABRA — E a classe pobre lucra, diz muito bem o nobre representante, muito principalmente tratando-se de um genero de primeira necessidade, que ella póde obter por preço mais barato.

Sr. Presidente, o verdadeiro principio economico é, exactamente, este — o da livre concorrência.

Só se póde comprar o genero mais barato quando este abunda no mercado.

Quando dá-se a abundancia; quando o numero de productores é inferior ao de consumidores, havendo pouca oferta e muita procura, o preço, necessariamente, sobe, ao contrario do que acontece quando ha muito quem produza.

Ora, Sr. Presidente, a isenção dos impostos de importação com relação a este genero, como a outros mencionados no tratado, vem tornal-os mais accessiveis ás classes pobres no nosso mercado pela facilidade que haverá de obter productos, e por preço commodo.

Em compensação, o Governo de Washington isentou dos direitos de importação nos Estados Unidos o café, o assucar e o couro, principaes productos (o café e o assucar) de nossa industria.

Sr. Presidente, a argumentação logica dos que combatem o tratado com a União americana deve demonstrar ser com algarismos, que, de facto, os nossos productos perdem neste negocio.

O que está, porém, demonstrado, segundo calculos feitos, irrecusaveis, é que nós perdemos 3.000 e tantos contos de réis, ao passo que os americanos perdem mais de quarenta mil.

Portanto, todas as vantagens resultantes desse tratado estão ao lado do Brazil.

O SR. ESPIRITO SANTO — Não acho o tratado vantajoso.

O SR. SEABRA — Ninguem ousará contestar que a isenção dos impostos sobre o café nos traz grandes vantagens.

Não é verdade que os Estados Unidos já tivessem isentado dos impostos de importação o nosso café.

UM SR. REPRESENTANTE — Pois, não ?

O SR. SEABRA — O café esteve isento durante algum tempo, mas, depois, foi restabelecido o imposto.

Com relação ao assucar Sr. Presidente, quem não comprehende que este tratado vem abrir novos horizontes á industria assucareira do Norte do Brazil, vem, por assim dizer, salvar a lavoura, convidando o nosso producto para um mercado vasto e rico ?

Tambem não é exco o que se diz, Sr. Presidente, que o typo 16 hollandez seja o assucar ordinario, o retame.

Ao contrario, é o assucar amarello, aquelle que muitos preferem para adoejar o café, é justamente esse o assucar que pôde ser fabricado pelas usinas de maior importancia. (*Não apoiados.*)

E' justamente o assucar que mais se fabrica no Norte em Pernambuco, principalmente na importante usina de São Lourenço da Malla. Ora, Senhores, sendo assim, onde a inconveniencia do tratado em relação a esse nosso genero ? Ao contrario, Sr. Presidente, como se vê, elle vem trazer uma grande vantagem para industria assucareiro do Norte.

Sr. Presidente, ha, além disso, considerações de ordem politica, que justificam plenamente o tratado.

Somos um paiz americano, estavamos da Europa dependentes, principalmente, do capital, e o meio de em breve livrarmo-nos desse jugo europeu, é, exactamente, iniciarmos uma politica completamente americana, uma politica nova.

Si o dia 15 de novembro derrubou a Monarchia, a data deste tratado marcará o inicio de uma politica verdadeiramente nova, verdadeiramente americana.

Sr. Presidente, aqui se disse que no tempo da Monarchia procurou-se e tentou-se a realização desse tratado, mas que os governos de então haviam sempre resistido a essa realiação.

Tenho semelhante argumento como contra producente.

Os interesses dynasticos da Europa impediam a realiação de uma politica americana.

Semelhante resistencia, pois, por parte da Monarchia brasileira indica e dá a prova do quanto andou acertado o Governo republicano entrando em franca convivencia de interesses com os nossos alliados naturaes, os americanos do Norte.

Além de tudo, para a realização de um tratado, é possível que motivos especiaes, e que não podem ser divulgados, tenham influido; cada um dos governos que contracta, fal-o por considerações que devem ser, muitas vezes, reservadas e respeitadas.

Conforme já affirmei e ponderei, somos uma republica americana; applaudo, pois, a iniciação de uma politica nova, em virtude da qual os generos brasileiros de maior procura, como são o assucar, o café e o couro, encontrem um vasto campo para o seu desenvolvimento, mesmo na America.

Nestas condições, si tivesse de dar o meu voto, seria pelo tratado; e acho inconveniente, acho, até, uma imprudencia, que o Congresso tome qualquer deliberação no intuito de vir perturbar negociações realizadas.

O tratado foi celebrado pelo Ministerio passado; si ha alguma responsabilidade, toda ella pertence a esse Ministerio; o Governo actual, apenas, mediu o alcance e as vantagens do tratado, e o approvou.

Eu continuo a negar o meu apoio e o meu voto a essa moção, porque acho que o Congresso não é competente para deliberar sobre ella.

Voto contra a moção, porque acho que, mesmo no terreno dos principios, o tratado, pelo menos por enquanto, não se póde dizer que seja prejudicial ao Brazil; voto contra a moção, porque seria um acto de precipitação, que poderia trazer perturbações, e nós não temos o direito de ser precipitados.

Si, porventura, a convenção com os Estados Unidos for prejudicial ao Brazil, o Governo terá bastante patriotismo para notificar aos Estados Unidos que o tratado não póde prevalecer (*Apoiados*), e, então, em tempo se tomarão as providencias.

Portanto, que significa esta precipitação do Congresso em votar moções de desconfiança, em dar conselhos ao Governo, quando este, apenas, continuou o que fez o seu antecessor?

Além disto, ha clausulas no tratado que não são conhecidas.

E desde então, como, sem um estudo aturado e consciencioso sobre o assumpto, o Congresso póde reprovar esse tratado, que nem ao menos começou a produzir suas consequências?!

O que é certo é que por elle ficam vantajosamente protegidos o café, principal industria do Sul, e o assucar, principal industria do Norte da Republica brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto individual — e é de suppór que seja o voto do Congresso, porque é um voto patriótico — será negar apoio a essa moção, que, inquestionavelmente, veio prejudicar os factos, que é precipitada e é apresentada, antes de tudo, por motivo de opposição (*Apoiados e não apoiados*.)

O SR. EDUARDO GONÇALVES — Não é questão de opposição pessoal ao Governo.

O SR. SEABRA — Que não tem razão de ser, que não se justifica, quando, no estado actual das cousas, o de que precisamos é de calma, e paz, para levarmos a bom caminho a obra patriótica iniciada em 15 de novembro de 1889. (*Apoiados*;

muito bem; muito bem. O orador é felicitado e abraçado por alguns Srs. representantes.)

DIVERSOS SRS. REPRESENTANTES pedem a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra pela ordem o Sr. Nilo Peçanha.

O SR. NILO PEÇANHA — Lamento, Sr. Presidente, que o nobre representante pela Bahia tenha vindo fazer a apologia da politica traçada pelo actual Governo.

O SR. SEABRA — Que é a continuação da do anterior.

O SR. NILO PEÇANHA — É a mesma politica, Sr. Presidente: o Brazil, exgoitado pelos impostos, o Brazil, sangrado pelos empréstimos, o Brazil, humilhado pelos tratados. *(Muitos não apoiados; sussurro.)*

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante pediu a palavra pela ordem, naturalmente para fazer algum requerimento, e não pôde entrar, como está fazendo, em largas considerações.

O SR. NILO PEÇANHA — Vou requerer a V. Ex. que consulte o Congresso no sentido de votar uma sessão secreta, nos dois dias de intersticio da discussão do projecto de Constituição, afim de resolvermos a proposito do contracto, que não é tratado, que é uma simples convenção aduaneira, que não foi assignado pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores, e sim pelo Sr. Ministro da Fazenda, — sessão secreta em que o Governo virá tomar parte, afim de nos fornecer os dados á sombra dos quaes elle celebrou essa convenção aduaneira.

O SR. PRESIDENTE — Chamo a attenção do Sr. Nilo Peçanha para o art. 40 do Regimento, que diz:

«O representante que pedir sessão secreta deve dirigir ao Presidente proposta assignada por elle e por mais sete representantes, á vista da qual o Presidente, consultado o Congresso e depois de deliberação affirmativa deste, declarará que a sessão secreta terá logar no dia util seguinte, segundo lhe houver sido pedido pelos proponentes, cujos nomes ficarão secretos.

O SR. NILO PEÇANHA declara ao Sr. Presidente que vai remetter á Mesa a proposta.

O SR. PRESIDENTE dá a palavra pela ordem ao Sr. Amaro Cavalcanti, enquanto o Sr. Nilo Peçanha prepara a sua proposta.

O SR. AMARO CAVALCANTI *(pela ordem)* — Sr. Presidente, desejo apresentar, tambem, ao Congresso um requerimento de ordem.

A excitação que se nota nos espiritos ácerca da momentosa questão do convenio com a Republica norte-americana, deixa, desde logo, ver a alta importancia da materia que prende em torno de si todas as attensões deste Congresso, posso assegurar a V. Ex., do paiz inteiro, neste momento. Mas, Sr. Presidente, a propria importancia da materia impõe a nós outros, como representantes da Nação, o dever de proceder com toda a moderação, com a maior reflexão possível,

tratando-se de uma causa cuja solução não se circumscreve só dentro dos limites deste paiz. (*Apoiados.*)

Assim, pois, Sr. Presidente, penso que presto serviço á boa solução de tamanho negocio offerecendo um requerimento para que seja em melhor ensejo discutida esta materia com os esclarecimentos de que carecemos, com a prudencia com que ella se recommenda, com respeito a alheios direitos nella envolvidos, e, até, direi mais, Sr. Presidente, com o respeito que devemos á Nação estrangeira a quem ella envolve.

E' uma questão que não se eleva sómente pelos interesses de ordem economica e financeira, mas pelos interesses de ordem politica em que nos achamos, relativamente, o Brazil e a America do Norte.

Meu requerimento cifra-se em propôr que a discussão fique adiada para quando o Congresso Constituinte julgar mais opportuno. Comprehende V. Ex. que o que ha de mais urgente é adiar a discussão; depois faremos o mais.

O SR. PRESIDENTE—O Sr. Amaro Cavalcanti submette á consideração do Congresso o adiamento da discussão.

O SR. JOSÉ AVELINO—Peço a palavra sobre o adiamento, para fazer um discurso.

VOZES — O adiamento tem discussão...

O SR. JOSÉ AVELINO—Neste caso, o Sr. Amaro Cavalcanti não podia fazer um discurso para justifica-lo.

O SR. PRESIDENTE—Vou submeter á votação do Congresso o requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti, de preferencia ao do Sr. Nilo Peçanha, que fica prejudicado si o primeiro fôr approved.

Peço aos Srs. representantes que occupem os seus lugares.

Posto a votos o requerimento, manifestam-se a favor 82 e contra 82.

O SR. PRESIDENTE—Está empatada a votação, continúa a discussão.

O Sr. Aristides Lobo não pretendia empenhar-se no presente debate conforme fez o orador que o precedeu na tribuna. Chega a conclusão inteiramente opposta: pensa que o Congresso não deve demorar, nem adiar, a solução desta questão, pois trata-se de um negocio grave, de um tratado que se liga aos maiores interesses do paiz, que se filia ás relações com o exterior, não só com a Nação com a qual se celebra esse tratado, como com todas as demais nações commerciaes.

O Congresso não póde preterir de seu maduro exame os elementos que possam esclarecel-o antes de tomar uma decisão prompta e immediata.

O orador pensára não ouvir mais, da tribuna, repetir-se a proposição de que o Congresso abdicou as suas attribuições investindo o Governo, não o actual, mas o passado, da faculdade legislativa e executiva, e preterido, *ipso facto*, o direito de critica, de exame, da analyse dos actos do Governo, para encaminhar os destinos do paiz.

Foi, portanto, com a maior surpresa que o orador ouviu repetir-se, hoje, aquella proposição.

Não, o Congresso fez uma simples delegação, que não importa a annullação de si mesmo, nem o exime do exame dos actos praticados pelo Governo. Si assim não fôra, em que situação ficaria o paiz? A todo momento o Congresso se acha em face de actos governamentais que reclamam a sua attenção.

A pretensão de que o Congresso foi chamado para fazer a Constituição não exclue, não pôde excluir, o grande principio de sua investidura de todos os poderes para reger os destinos do paiz.

As limitações a esta investidura foram pelo Congresso cedidas expontaneamente em presença de uma situação excepcional e grave, mas estas limitações de modo algum envolvem, como se pretende, a preterição do direito de fiscalização aos actos do Governo.

Que quer dizer delegar o Congresso poderes e ficar preterido no seu direito de exame? Isso seria a abdicação do Congresso, a annullação desta corporação, o repudio, até, do mandato que recebeu.

O orador não discutirá este tratado, por duas razões: primeiro, porque não conhece as instrucções que foram dadas aos seus negociantes, e, em segundo lugar, porque são tantos e tão numerosos os resultados para as industrias do paiz, que parece ao orador inutil discutir a razão, que se pôde allegar, justificando as clausulas desse tratado, que despoja as nossas industrias nascentes em proveito das estrangeiras.

Feitas estas e outras considerações de ordem economica e politica, o orador passa a encarar uma difficuldade pratica, que ha, de o Congresso entrar em relações com o Governo actual.

Principia por dizer que na consciencia do orador existem as maiores hesitações: este Governo organizou-se, mas nem sequer teve a deferencia de communicar ao Congresso a sua existencia.

O orador não sabe como uma Assembléa nacional, que está investida de organizar todos os poderes, possa assim ser posta á margem. O Governo é o primeiro a não olhar para o Congresso, a não dar a menor attenção aos representantes do povo, como si estes fossem uns membros imprestaveis da tarefa constitucional, ás pressas, ás carreiras para conjurar ameaças e perigos imaginaveis.

A difficuldade pratica oppõe-se á communicação deste Congresso com o Governo. O orador não sabe como se ha de resolver esta questão. Ou o Congresso toma a resolução firme de guardar a sua posição, de cumprir o seu dever, chamando o Governo a seu lugar, ou prosegue em seus trabalhos sem dar attenção á existencia desse Governo, mas nunca sem abrir mão de seus direitos de critica e de analyse. Estas moções de supplicas e de pedidos de recommendações são verdadeiras humilhações; são contrarias á dignidade dos membros do Congresso, aos quaes o paiz conferiu o seu mandato.

Começou por dizer que se devia ter nesta questão toda a calma e toda a consideração; para isso é preciso ouvir alguem, pois não se pôde julgar de um tratado que não se conhece em todos os seus elementos.

Consequentemente, a solução mais pratica é a que foi, ha pouco, expressa pelo Sr. Nilo Peçanha, de uma sessão secreta.

Respondendo a um aparte, o orador diz que lhe consta que esse tratado tem condições secretas, e por isso é que reconhece a necessidade de ser secreta a sessão requerida pelo nobre representante do Estado do Rio de Janeiro.

Só assim chegará o momento opportuno do Congresso occupar verdadeiramente a sua função, fazendo sentir a esse Governo que, além delle e acima delle, existe a representação nacional, que é a encarnação da soberania do povo.

O orador diz que esta é a questão principal e que mais deve preoccupar o Congresso; é preciso de uma vez por todas que se acabe com estas sombras de terrores e phantasmas.

Dir-se-á: si o Governo não comparecer perante o Congresso ?

Si o Governo desdenhar do Congresso e não quizer comparecer, o conflicto será levantado por elle e não pelo Congresso.

Para julgal-o estará ahi, então, a opinião publica.

Em todo o caso, a conclusão final é esta: si o Governo recusar-se, si não comparecer, si não quizer exhibir o seu tratado, si não quizer dar esclarecimentos ao Congresso, então este estará em pleno direito de assumir a posição resoluta e franca de analysar e discutir-lhe todos os actos, quebrando este açamo que o tem amordaçado até este momento.

O SR. JOSÉ AVELINO, obtendo a palavra pela ordem, requer prorrogação do tempo destinado á primeira parte da ordem do dia por mais uma hora.

O SR. PRESIDENTE declara que ainda faltam cinco minutos para ficar exgottado o tempo da primeira parte, e que submeterá o requerimento do Sr. José Avelino a votos, desde que o Sr. Assis Brasil, a quem dá a palavra, conclua o seu discurso.

O Sr. Assis Brasil diz que, quando chegou ao Congresso, já se discutiam as duas moções, e não ouviu os primeiros oradores, mas apenas o ultimo; por isso não vem á tribuna senão para esclarecer uma duvida, que lhe parece pendente.

Não ouviu pôr-se em duvida o merito das moções apresentadas, mas ouviu chamar de supplica a que foi apresentada pelo orador e assignada por muitos distinctos representantes.

Não ha nessa moção nenhuma supplica; o que ha é um encaminhamento para liquidar-se o assumpto com toda a calma.

O assumpto é gravissimo; trata-se de um caso que não é bem conhecido pelo Congresso; parece-lhe, pois, que o Congresso não procederia com a seriedade que lhe devia ser propria, si condemnasse o tratado sem exame, sem estudo e sem reflexão. Falta-lhe para isto competencia legal e competencia moral.

O orador não tem pretensões individuaes, mas quer lhe parecer que a sua moção encaminha a questão com a maior prudencia e moderação; e é por isso que lhe dá preferencia.

Assim, pois, desde já, adeantaré a sua opinião: si travar-se no Congresso a questão de saber qual das duas moções deve merecer a preferencia, votará pela que assignou com os seus collegas.

O SR. PRESIDENTE — A discussão fica adiada pela hora.

O SR. JOSÉ AVELINO (*pela ordem*), attendendo que a atenção do Congresso acha-se fatigada, limita-se a pedir que lhe conceda na 1ª parte da ordem do dia de amanhã meia hora, para que possa entrar no debate.

VOZES — Agora é melhor.

O SR. JOSÉ AVELINO — Pois peço prorrogação da hora por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Vou consultar o Congresso.

O Congresso, sendo consultado, não concede a prorrogação pedida.

O SR. JOSÉ AVELINO (*pela ordem*) requer urgência para que a materia continue amanhã, na 1ª parte da ordem do dia.

O SR. TOLENTINO DE CARVALHO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, parece-me que não pôde ser feito o requerimento que acaba de apresentar o Sr. representante José Avelino, porque, não tendo sido concedida a prorrogação da hora, que pediu...

VOZES — E' para amanhã.

O SR. TOLENTINO DE CARVALHO — Embora; o pedido deve ser feito na hora do expediente, e desde que se não concedeu a prorrogação desta, está ella exgotada.

O SR. PRESIDENTE — Parece-me que não procede o que allega o nobre representante: o Congresso pôde não conceder para hoje, e conceder para amanhã, ser tratada a questão na 1ª parte da ordem do dia.

E' uma questão de ordem dos trabalhos, que o Congresso resolverá.

Posto a votos, o requerimento é approvedo.

O SR. PRESIDENTE diz que a ordem do dia da sessão de amanhã será invertida. A 1ª parte constará da votação das emendas ao projecto de Constituição, e a 2ª, da discussão das moções dos Srs. Demetrio Ribeiro e Assis Brasil, relativas ao tratado de commercio com os Estados Unidos da America do Norte.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

O SR. PRESIDENTE diz que na sessão de hontem não se votaram as emendas, do Sr. Viriato de Medeiros, ao n. 11 do art. 71, por verificar-se não haver numero para a votação. Essas emendas, que estão á pag. 54, vão ser submettidas a votação.

A primeira parte da emenda do Sr. Viriato de Medeiros ficou prejudicada, por ter o Congresso rejeitado uma emenda no mesmo sentido. Vai ser votada a segunda parte da emenda.

Postas, successivamente, a votos as duas partes de que consta o additivo do Sr. Viriato de Medeiros e outros, são ambas rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao § 3º do art. 71.

O SR. TOSTA (*pela ordem*) — Pedi a palavra, Sr. Presidente, não para roubar tempo ao Congresso, mas para pedir a V. Ex. que ponha em primeiro logar a votos a minha emenda, por ser substitutiva e, consequentemente, mais ampla.

O SR. ZAMA — Não apoiado; a minha é mais ampla.

O SR. PRESIDENTE — A emenda do nobre representante é, realmente, substitutiva, mas, além desta, ha outras substitutivas. Em todo o caso, eu vou consultar o Congresso.

Consultado, o Congresso não concede a preferencia pedida.

Em seguida, posta a votos por partes, é approvada a seguinte emenda ao § 3º, offerecida pelo Sr. Zama:

«Supprimam-se as palavras — observados os limites postos pelas leis de mão morta — que serão substituidas pelas seguintes: observadas as disposições do Direito commum.

Supprimam-se, igualmente, as palavras — guardadas as leis criminaes.»

São consideradas prejudicadas as emendas que ao mesmo § 3º do art. 71 offereceram os Srs. Tosta (estas acham-se nas pags. 56 e 59 do impresso), Santos Pereira (pag. 59) e Leovigildo Filgueiras (pag. 61).

E' annunciada a votação das emendas ao § 18 do art. 71.

O SR. GONÇALVES CHAVES declara que a emenda que apresentou é ao § 17 do art. 71, e não ao § 18, como, por engano, foi impresso.

Posta a votos, é approvada a emenda, do Sr. Aristides Milton, ao § 18 do art. 71, mandando eliminar as palavras — postal e telegraphica.

E' declarada prejudicada identica emenda, do Sr. Bernardino de Campos e outros, que está á pag. 61 do impresso.

São, successivamente, postas a votos e rejeitadas as emendas que ao § 21 do art. 71 offereceram os Srs. João Vieira, Alcindo Guanabara e Almeida Barreto.

O SR. PRESIDENTE annuncia que se vão votar as emendas ao § 13.

O SR. GONÇALVES CHAVES (*pela ordem*) declara que na emenda que se acha á pag. 62, como offerecida ao § 14, ha erro de numero, devendo lêr-se — ao § 13.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda substitutiva, do Sr. Gonçalves Chaves e outros, ao § 13 do art. 71:

«Substitua-se pelo seguinte: — A' excepção do flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronuncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei, e mediante ordem escripta da auctoridade competente.»

E' considerada prejudicada a emenda, do Sr. Chagas Lobato, ao mesmo parographo.

Postas, successivamente, a votos, são rejeitadas as emendas, dos Srs. Custodio de Mello e José Hygino, também offerecidas ao § 13 do art. 71.

Posta a votos a emenda substitutiva, do § 6º do art. 71, offerecida pelo Sr. Tosta, é rejeitada, ficando prejudicada as dos Srs. Santos Pereira e Zama.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda, do Sr. Julio de Castilhos e outros, ao § 6º do art. 71:

«Depois de — leigo — accrescente-se: — e livre o ensino, etc.»

O SR. QUINTINO BOGAYUVA (*pela ordem*) diz que trata-se de uma emenda de alta importancia, e, por isso, requer verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE diz que, feita a votação, a Mesa verificou terem votado a favor da emenda 88 Srs. representantes, e contra 76, havendo a differença apenas de 12 votos; mas, desde que o nobre Senador requer uma segunda votação, vai consultar o Congresso.

Consultado, o Congresso não concede a segunda votação desta emenda.

Postas, successivamente, a votos, são rejeitadas as emendas, dos Srs. Julio de Castilhos e outros, Azeredo e Nelson de Vasconcellos, sobre liberdade de testar, ficando prejudicada a emenda do Sr. Nelson, letra c.

São, successivamente, postas a votos e rejeitadas as emendas, do Sr. Alexandre Stockler, offerecidas aos §§ 24 e 28 do art. 71.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicada a emenda, do Sr. Alexandre Stockler, ao § 29.

O SR. BARBOSA LIMA (*pela ordem*) com pesar dissente da interpegação do Sr. Presidente, pela qual esta emenda está prejudicada. Emenda que garante a todos os nascidos no Brazil a nacionalidade, mediante o registro civil, é esta uma disposição complementar do que votou o Congresso em relação ao casamento civil, etc., medidas congeneres.

Consultado, o Congresso resolve que a emenda está prejudicada.

E' posta a votos a rejeitada a emenda, do Sr. Tosta, ao § 7º do art. 71.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação do substitutivo, do Sr. Saldanha Marinho e outros, ao art. 71.

O SR. COSTA MACHADO (*pela ordem*) observa que a 2ª parte desta emenda acha-se prejudicada, em consequencia de ter sido votada uma emenda do Sr. Zama, que era identica; mas a primeira parte não está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE diz que a 1ª parte da emenda está prejudicada. Entretanto, como a materia é de gravidade, submeterá á decisão do Congresso, que se pronunciará sobre si a emenda está ou não prejudicada.

O SR. COSTA MACHADO (*pela ordem*) pede ao Sr. Presidente que consulte o Congresso sobre si julga ou não prejudicada a 1ª parte da sua emenda.

Consultado, o Congresso declara prejudicada a 1ª parte da emenda.

São, successivamente, postas a votos e rejeitadas as emendas, do Sr. Ramiro Barcellos e outros, ao § 8º do art. 71.

São, igualmente, rejeitadas as emendas dos Srs. Saldanha Marinho e outros, e Meira de Vasconcellos, ao art. 71.

São ainda rejeitadas as emendas, dos Srs. Pedro Americo e Thomaz Delfino e outro, ao § 12, art. 71.

E' tambem rejeitada a emenda, do Sr. Chaves e outros, ao § 17 do art. 71.

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas, dos Srs. Leopoldo Bulhões e Gabino Besouro:

Art. 70, § 2º b — Supprimam-se as palavras — condecorações ou titulo estrangeiro.

Ao art. 71, § 27 — acrescente-se — assim como os que aceitarem condecorações, titulos nobiliarchicos ou estrangeiros.

Ao proceder-se á votação da emenda additiva, do Sr. Veiga ao art. 71, § 2º, mandando acrescentar — que a lei não tem efeito retroactivo.

O SR. PRESIDENTE declara que julga esta emenda prejudicada, porque tal principio já se acha firmado em um dos artigos da Constituição.

Posta a votos, é rejeitada a emenda, do Sr. Leovegildo Filgueiras, ao § 15 do art. 71.

São considerados prejudicados: o substitutivo, do Senhor Leovigildo Filgueiras, aos §§ 26 e 27 do art. 71, e a emenda suppressiva do § 27, offerecida pelo Sr. Francisco Veiga.

E' posta a votos e approvada a parte da seguinte emenda additiva, do Sr. José Hygino ao § 25 do art. 71 :

§ Aos auctores de obras litterarias e artisticas é garantido o direito de repruzil-as pela imprensa ou por qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos auctores gosarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

§. A lei assegurará tambem a propriedade das marcas de fabricas.

Posta a votos, a segunda parte da mesma emenda é rejeitada.

O SR. JOSÉ HYGINO requer verificação da votação.

Procedendo-se á verificação, reconhece-se ter sido approvada a segunda parte da referida emenda.

E' posta a votos e rejeitada a emenda, do Sr. Almeida Barreto e outros, ao art. 72.

E', igualmente, rejeitada a emenda suppressiva do art. 73, offerecida pelo Sr. Cyrillo de Lemos.

E', ainda rejeitada a emenda, do Sr. Alexandre Stockler e outros, ao art. 74.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao art. 75.

O SR. RETUMBA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, ao art. 75 foram enviadas á Mesa duas emendas contraditorias, figurando ambas como firmados por mim.

Devo informar a V. Ex. que, recorrendo aos autographos, verifiquei que a segunda emenda era firmada pelo Sr. Carlos de Campos, e, bem assim, que a primeira não é sómente firmada por mim, mas sim pela maioria dos militares que têm assento neste Congresso.

Posta a votos, é approvada a emenda suppressiva do art. 75, offerecida pelo Sr. Retumba.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicada a emenda do Sr. Carlos de Campos.

O SR. FRANCISCO VEIGA diz que a emenda que o Sr. Presidente declarou estar prejudicada não o está. O proprio auctor da emenda suppressiva é o signatario della.

O SR. PRESIDENTE diz que, desde que o Congresso resolveu eliminar o artigo, não ha o que substituir.

O SR. FRANCISCO VEIGA responde que ha uma differença. Este art. 75 falla vagamente em crimes infamantes, e a emenda apresentada pelo illustre representante da Parahyba declara que a sentença condemnatoria por crimes infamantes, previstos nos codigos militares, faz perder a patente.

Na emenda ha um limite, ao passo que no artigo se diz: A sentença condemnatoria por crimes infamantes, previstos nos codigos militares ou leis civis, faz perder a patente, qualquer que seja o tempo da sentença".

O nobre auctor da emenda, que pediu a suppressão deste artigo, claramente exprimiu o seu pensamento, que era restringir o artigo.

Parece, por conseguinte, que não ha aqui paridade, e que o facto de ser a emenda apresentada pelo auctor da emenda suppressiva, mostra que houve, apenas, da sua parte um equívoco, porque, em vez de ter pedido a suppressão, devia pedir a substituição.

O SR. PRESIDENTE diz que o Sr. Retumba declarou que as emendas eram contradictorias.

Consultado, o Congresso resolve estar prejudicada a emenda substitutiva do art. 75, offerecida pelo Sr. Carlos de Campos e outros.

E', em seguida, posta a votos e approvada a seguinte emenda substitutiva do art. 76, offerecida pelo Sr. Retumba:

Substitua-se:

«Art. 76. Os militares de terra e mar terão fôro especial, constituído por tribunaes militares, para delictos militares.

E', igualmente, approvado o seguinte additivo, dos Srs. Valladão e Gabino Besouro, ao art. 76.

Acrescente-se:

§ 1º Este fôro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalícios, e dos conselhos necessarios para a formação da culpa e julgamento dos crimes.

O Congresso, por lei ordinaria, regulará a composição do Supremo Tribunal Militar, suas attribuições e outras circumstancias inherentes ao fôro de que se trata".

E' annunciada a votação do artigo additivo do Sr. Alexandre Stockler e outros, á Secção II do tit. IV.

O SR. VINHAES requer preferencia para uma emenda sua, que se acha á pagina 73, sobre o mesmo assumpto, e é mais lata.

Procedendo-se á votação do requerimento de preferencia, o Sr. presidente declara não haver numero legal, e que fica adiada a votação.

Vêem á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Declaro que votei pela adopção das emendas que concediam direito de voto aos estudantes das escolas superiores, inclusive as militares, e pelas emendas suppressivas do § 1º do art. 70, na parte em que suspende direitos de cidadão por incapacidade physica ou moral.

Declaro, outrossim, que votei pela manutenção dos §§ 2º e 4º do art. 71 contra todas as disposições restrictivas da liberdade espirital e da responsabilidade individual.

Sala das sessões, 12 de fevereiro de 1891. — *Bellarmino Carneiro*.

Declaro que, mais uma vez, votei contra a pena de morte no Exército e Armada, mesmo em tempo de guerra. — *Coronel Pires Ferreira*.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

1ª parte (até 3 1/2 horas) — Continuação da votação das emendas à Constituição.

2ª parte (das 3 1/2 horas em diante) — Discussão das indicações sobre o tratado de commercio com os Estados Unidos da America.

Levantá-se a sessão ás 3 horas da tarde.

54ª SESSÃO EM 13 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovegildo Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuya, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonzalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Werneck, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães,

Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Euzébio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, João de Avelar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Francisco Sodré, Dionysio Cerveira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Muniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgílio Pessôa, Franca Carvalho, Luiz Murat, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Mracianno de Magalhães, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Ernesto de Oliveira, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto e Theophilo dos Santos.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Frederico Serrano, Pedro Paulino, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Amphiphilio, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Bueno de Paiva e Cesario Motta Junior; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Aquilino do Amaral, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Marcolino Moura, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Mayrink, Domingos Jesuino, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Adolpho Gordo e Antonio Prado.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada, a acta da sessão antecedente.

O Sr. 1º SECRETARIO procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Ministerio dos Negocios do Interior, de 11 do corrente, declarando que na mesma data foi transmittida ao da Justiça cópia da resolução do Congresso Nacional, relativamente ao attentado da Tribuna. — Inteirado.

O Sr. Antão de Faria — Sr. Presidente, por poucos momentos occuparei a attenção do Congresso.

Quando tive occasião de protestar, em nome dos interesses do paiz, e especialmente dos interesses do Rio Grande do Sul, contra o convenio, ou tratado commercial, realiado entre o Governo do Brazil e o dos Estados-Unidos da America do Norte, fiz sentir os desastrosos effeitos que esse tratado iria produzir no Estado que represento e em alguns outros, principalmente os de Santa Catharina e Paraná. (*Apoiados e apartes.*)

Hontem, recebi de S. Leopoldo, que, por assim dizer, é o centro da região colonial, um telegramma de applauso á iniciativa que aqui havia tomado, e, posteriormente, outros telegrammas da praça do Commercio da capital vieram reforçar a reclamação constante daquelle.

Os meus illustres comprouvicianos General Osorio e Dr. Demetrio Ribeiro receberam, como eu, telegrammas nos mesmos termos.

A praça do commercio de Porto Alegre dirige-se ao Congresso e, por nosso intermedio, tambem se dirige ao Governo.

Na qualidade de representante do Rio Grande do Sul, e entendendo que não me posso dirigir ao Governo tão bem como fazendo-o desta tribuna, daqui lhe dirijo a minha reclamação.

Limitar-me-ei, neste momento, a ler os telegrammas recebidos, deixando ao Congresso e ao Governo da Republica que julguem dos effeitos que o convenio está produzindo no Rio Grande do Sul.

Os telegrammas da praça do commercio da Capital do Rio Grande do Sul, dirigidos a mim, ao Dr. Demetrio e ao General Osorio, são concebidos nos seguintes termos (*lê*):

Porto Alegre, 12.

A Associação Commercial, em nome do commercio e industrias do Rio Grande, applaudindo a vossa patriotica attitudo em relação á convenção americana, roga-vos sejaes interprete dos seus sentimentos perante o Congresso e o Governo, afim de que seja annullada essa odiosa e iniqua convenção. — *João Aretz*, Presidente.

O meu illustre amigo Sr. Dr. Demetrio Ribeiro recebeu outro, de industrialistas de Porto Alegre, assim concebido (*lê*):

Porto Alegre, 12.

Fabricantes da banha pedimos promover a annullação do tratado americano prejudicial aos interesses brasileiros e, principalmente, ás industrias deste Estado. A industria suina é importante, e será a principal no futuro, devido ao desenvolvimento agricola.

"A banha americana, propria para o Brazil, é adulterada, afim de se tornar consistente, e é denominada em norte-americano *banha artificial*, por lei do Congresso americano. — *Alves Marystany*. — *Mattarazzo*. — *Barros*. — *Miranda & Comp.* — *Lopes*."

Isto conforme o que eu já disse desta tribuna. — a banha que recebemos dos Estados Unidos é adulterada. Os proprios americanos reconhecem que a banha que exportam é *artificial*.

O telegramma que recebi de pessoas importantes da cidade de S. Leopoldo, diz o seguinte (*lê*):

Porto Alegre, 42.

Applaudimos a attitude energica em defesa da região colonial, ferida pelo tratado com os Estados Unidos. Promovemos uma representação ao Governo, pedindo a exclusão dos productos colonias prejudicados. S. Leopoldo, 11 de fevereiro de 1891. — *Guilherme Hoffmann*. — *Guilherme Luiz Presser*. — *João Dutra*. — *Ernesto Silvan*. — *Fernando Fellippe Presser*. — *Henrique C. Bastian*."

Está cumprida a minha missão, e, não querendo, agora, occupar por mais tempo a attenção do Congresso, abandono esta tribuna. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Baptista da Motta — Sr. Presidente, tambem pertenço ao numero daquelles que desejam ver, o mais breve possível, nosso paiz entrar no regimen da legalidade, porque receio que, quando a Constituição for promulgada, não haja mais Brazil para a adoptar; pois, a toda a hora, estamos vendo vender-se o paiz, e os actos do Governo Provisorio, não digo bem, os actos da Dictadura são verdadeiros disparates (*Apoiados*), que vêm offender, não só a dignidade do paiz, como a nossa propria dignidade (*Apoiados*.)

Acaba de ser publicado um decreto do Governo, que vou ler, para que o Congresso fique perfeitamente habilitado a julgar si tenho razão na affirmativa que acabo de fazer (*lé*):

"Tabella das continencias, guardas de honra e salvas que se devem observar no Exercito. De dia ou de noite

"Ao Santissimo Sacramento, em procissão, Sagrado Viatico. Reliquia do Santo Lenho, imagens de Jesus Christo e da Virgem Maria, em procissão do culto catholico.

§ 1º. As guardas e as tropas deverão abrir fileiras, perfilar as armas, tirar as barretinas, pôr os joelhos em terra, abatendo-se as bandeiras horizontalmente, e as musicas, cornetas e tambores baterão a marcha.

Aos symbolos de correspondente significação do culto religioso seguido por povos civilizados.

§ 2º. As guardas e as tropas deverão abrir fileiras, perfilar as armas, tirar barretinas, e as musicas, cornetas e tambores baterão a marcha.

A's imagens dos santos e aos terços ou communidades religiosas do culto catholico, quando passarem precedidas da cruz alçada.

§ 3º. Tirar barretinas, continencias de espada e marcha batida; as armas ficarão no braço.

A's procissões de qualquer culto seguido por povo civilizado, quando precedidas de symbolos correspondentes.

§ 6º. Quando as procissões passarem por qualquer guarda, o comandante destacará uma parte da sua força, da qual lhe seja possível dispôr, para as acompanhar; mas, si a procissão já vier acompanhada, não deverá então destacar força alguma para aquelle fim. Si passar o Sagrado Viatico, não em procissão, ou a Santa Uneção, os mandará acompanhar até ao meiro posto militar, por uma força menor."

Ora, Sr. Presidente, é manifesto que já passou aqui em 1ª e 2ª discussão, e só lhe falta promulgação nossa, o artigo que separa completamente a Igreja do Estado (*Apoiados*); e mais, quando isso não fosse, já o Governo da Revolução

de 15 de novembro havia separado do Estado a Igreja. Como é, pois, que se obriga o Exército e a Armada a fazerem continências a um culto? (*Apoiados.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Que diz a isso o Sr. Badaró?

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — Eu, que sou atheu, quando nas fileiras, seria obrigado a fazer continências a um culto! (*Continúa a lêr.*)

«§ 13. Armas apresentadas, continencia de espada e marcha batida. As salvas serão de dezeseite tiros.

«Aos vice-almirantes, generaes de divisão, grã-cruzes da ordem do Cruzeiro e effectivos da de Christovão Colombo.

«§ 14. Armas apresentadas, continências de espada, tres rufos ou tres floreios. As salvas serão de quinze tiros.

«Aos contra-almirantes, generaes de brigada, grã-cruzes honorarios da ordem de Christovão Colombo e dignatarios da do Cruzeiro.

§ 15. Armas apresentadas, continências de espada, dois rufos ou dois floreios. As salvas de artilharia serão de treze tiros.

«Aos capitães de mar e guerra e coroneis, capitães de fragata e tenentes-coroneis, dignatarios da ordem de Christovão Colombo e officiaes dessa ordem e das do Cruzeiro e Rosa.»

UM SR. REPRESENTANTE — Parece que o Governo quer provocar um conflicto com o Congresso. (*Apoiados.*)

O SR. GONÇALVES CHAVES — Quem referendou esse decreto?

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — Também é sabido e notorio que nós votamos em 1ª e 2ª discussão, e só falta promulgação nossa, o artigo que extingue todas as ordens honorificas, assim como suas regalias e prerogativas; portanto, a disposição que acabo de lêr é um verdadeiro menosprezo ao Congresso. Esse acto mostra, ou imbecilidade do chefe do Estado e de seus ministros actuaes, ou elles pensam que somos aqui uma carneirada. (*Apoiados; muito bem.*)

O SR. BARBOSA LIMA — Sr. Presidente, faço timbre, tanto como quem mais o fizer nesta occasião, em economizar o tempo, tão util ás nossas deliberações; mas assumpto da mais alta importancia, assumpto ao qual devemos dedicar toda a consideração de que formos susceptiveis, traz-me á tribuna.

Neste sentido apresento o seguinte requerimento (*lê*):

«Requeiro que sejam pedidas ao Governo as seguintes informações:

1º, qual o numero de operarios empregados nas reparações e officinas mantidas pela Republica;

2º, quaes as distincções creadas pelos regulamentos entre esses operarios e os chamados empregados do quadro.»

VOZES — Muito bem!

O SR. BARBOSA LIMA — Nós acabamos de votar, em 1ª e 2ª discussão, que, na Republica, regimen que vamos instituir e consolidar, todos os cidadãos, todas as classes são eguaes perante a lei. (*Apoiados.*)

Nós não podemos admittir, consequentemente, excepções tão odiosas como aquellas que estão consignadas nos actuaes regulamentos entre empregados do quadro e jornalheiros.

O proletario, o cidadão que contribue dia a dia com a melhor parte do seu esforço nas officinas da Republica, si acontece adoecer, si por um destes accidentes domesticos é forçado a não comparecer á officina, perde todos os seus vencimentos, o que não se dá, absolutamente, com quaesquer outros empregados do quadro (*Apoiados*), com o amanuense, por exemplo, que tem o direito de faltar á repartição, uma vez que um medico mais ou menos condescendente possa fornecer-lhe attestado de doença mais ou menos imaginavel. (*Apoiados e alguns apartes.*)

Eu não posso, porque seria ir de encontro ao regimento, disculpir questão tão importante, mas vim fazer este apello a um Congresso, que, estou convencido, é um Congresso republicano, que ha de votar por unanimidade a emenda do cidadão Alexandre Stockler, acabando com todas estas distincções, deixando os demais detalhes para a legislação ordinaria. (*Apoiados; muito bem; muito bem!*)

Vem á Mesa, é lido, apoiado e, sem debate, approved o seguinte

REQUERIMENTO

Requeiro que sejam pedidas ao Governo as seguintes informações:

- 1.º Qual o numero de operarios empregados nas reparações e officinas mantidas pela Republica?
- 2.º Quaes as distincções creadas pelos regulamentos entre esses operarios e os chamados empregados do quadro?

S. R. — *Barbosa Lima.*

O Sr. PRESIDENTE — Está finda a hora do expediente.

O Sr. LAURO MÜLLER (*pela ordem*) requer prorrogação da hora, por cinco minutos.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O Sr. LAURO MÜLLER — Pedi a palavra, para apresentar uma indicação, que se refere ao art. 58 e seus paragraphos.

Sei que o Congresso já rejeitou uma indicação, permitindo que fossem apresentadas em 3ª discussão as emendas já apresentadas em 2ª, e não apresentaria a minha, si não fosse mais restricta, e não poupasse mais o tempo do Congresso.

Pela minha indicação, a Mesa é auctorizada a modificar o art. 58 e seus paragraphos, no sentido de poderem ser acceitas em 3ª discussão emendas approvadas em 2ª, não havendo uma 4ª discussão, e tudo somente quanto ás disposições transitorias, onde, por exemplo, existe uma disposição approvada e por mim formulada, que desejo modificar, para não se darem suppostas injustiças, já allegadas, e que não estava em meu animo.

Vem á Mesa, é lida e apoiada, a seguinte

INDICAÇÃO

Indico que a Mesa do Congresso seja auctorizada a modificar o art. 58 e seus paragraphos, no sentido de poderem ser acceitas em 3ª discussão, restrictivas ou am-

pliativas das approvadas em 2.^a discussão do projecto e contidas nas Disposições transitórias, sem que por isso haja 4.^a discussão.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *L. Müller.*

O SR. PRESIDENTE — Na fórma do Regimento entrará em discussão quando algum Sr. representante requerer e fór concedida urgencia para entrar na 1.^a parte da ordem do dia.

O SR. LAURO MÜLLER (*pela ordem*) requer urgencia para que a sua indicação seja discutida amanhã.

Consultado, o Congresso não concede a urgencia.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

O SR. PRESIDENTE — Hontem, quando ia votar-se uma emenda do Sr. Alexandre Stockler, o Sr. Vinhaes requereu preferencia para que fosse votada uma sua emenda, relativa ao mesmo assumpto, o que se acha á pagina 73 do impresso. Por essa occasião verificou-se que não havia numero, e ficou suspensa a sessão.

O SR. VINHAES — A preferencia que eu pedi foi referente, sómente, á segunda parte da emenda, aquella que diz respeito aos operarios.

O SR. PRESIDENTE — Vou, pois, consultar o Congresso sobre a preferencia pedida pelo nobre representante.

Consultado, o Congresso não concede a prorogação pedida.

Posta a votos, é rejeitada a emenda do Sr. Alexandre Stockler.

O SR. PRESIDENTE considera prejudicada a emenda do Sr. Nelson de Vasconcellos, e a segunda parte do additivo do Sr. Vinhaes.

O SR. BARBOSA LIMA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex. que submettesse á votação a segunda parte da emenda do Sr. Vinhaes, que não me parece prejudicada, visto como, tratando de uma mesma disposição, trata de modo diverso. E tanto isso é verdade, que a emenda do Sr. Alexandre Stockler refere-se aos estados, ao passo que a do Sr. Vinhaes refere-se á União. E é bem possivel que alguns deputados que não quizeram votar pela emenda do Sr. Alexandre Stockler queiram, entretanto, votar pela segunda parte da emenda do Sr. Vinhaes.

O SR. PRESIDENTE entende que a segunda parte está prejudicada...

VOZES — Está.

O SR. PRESIDENTE ... entretanto, vai submeter a votos a emenda.

Posta a votos, é rejeitada a segunda parte do additivo do Sr. Vinhaes.

O SR. PRESIDENTE observa que ao art. 78 foram offerecidas diversas emendas. Uma dellas, substitutiva, do Sr. Gil Goulart, que está á pagina 63, por engano foi numerada como referindo-se ao art. 76. Ha outra, do Sr. Campos Salles e outros, nas mesmas condições.

Ha mais tres outras emendas substitutivas: uma do Sr. Augusto de Freitas, outra do Sr. Tolentino de Carvalho e outra do Sr. Bernardino de Campos e outros.

As emendas dos Srs. Campos Salles, Augusto de Freitas e Tolentino de Carvalho são identicas; a emenda dos Srs. Bernardino de Campos e outros modifica o projecto; uma incompatibiliza o cargo, ao passo que as outras apenas incompatibilizam o exercicio.

Vai-se votar a emenda do Sr. Gil Goulart.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) requer que o Sr. Presidente consulte ao Congresso si concede preferencia para a emenda do Sr. Campos Salles.

Consultado, o Congresso concede a preferencia pedida.

Submettida a votos, é approvada a seguinte emenda do Sr. Campos Salles:

Ao art. 78

Substitua-s

O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes federaes não poderá exercer as de outro.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicadas as emendas dos Srs. Gil Goulart e outros, Bernardino de Campos e outros, Aristides Milton, Tolentino de Carvalho e outro, e Augusto de Freitas.

O SR. PRESIDENTE declara que vai submeter a votos a emenda apresentada pelo Sr. Leovigildo Filgueiras e que se acha á pagina 36 do impresso, a qual, por deliberação do Congresso, ficou para ser votada depois do art. 78.

O SR. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, obtendo a palavra pela ordem, diz que lhe parece estar prejudicada essa emenda, desde que a disposição do art. 78 foi modificada pela emenda do Sr. Campos Salles.

O SR. PRESIDENTE declara que vai consultar ao Congresso si considera prejudicada a referida emenda.

O SR. LEOVIGILDO FILGUEIRAS requer, neste caso, a retirada da sua emenda.

Consultado, o Congresso consente na retirada da emenda.

E' annunciada a votação das emendas ao art. 79.

O SR. SAMPAIO FERRAZ (*pela ordem*) requer, em seu nome e de alguns collegas de bancada, que o Sr. Presidente consulte ao Congresso si a emenda do Sr. Gil Goulart está prejudicada. Essa emenda, mais ampla, mais comprehensivel do que a do distincto representante de S. Paulo, nella a incompatibilidade é absoluta, ao passo que na outra é relativa.

O SR. PRESIDENTE — Creio que em occasião alguma o Congresso votou mais conscienciosamente do que agora. Li todas as emendas, mostrei a differença entre ellas; o artigo

do projecto estabelecia a incompatibilidade absoluta, e as emendas, com excepção da do Sr. Gil Goulart, estabeleciam a incompatibilidade do exercicio: ora, si o Congresso accceitou unicamente as incompatibilidades das funcções e exercicio, está prejudicada a emenda do Sr. Gil Goulart, como prejudicada ficou a disposição do projecto; não ha nada mais claro. (*Muitos apoiados.*) Entretanto, vou consultar o Congresso.

Consultado, o Congresso resolve achar-se prejudicada a emenda do Sr. Gil Goulart e outros.

O Sr. PRESIDENTE diz que ha uma emenda, do Sr. Gil Goulart, á pagina 64, que refere-se ao art. 70 e não ao art. 79, como está no impresso.

E' posta a votos e rejeitada a emenda modificativa, do Sr. João Vicia, ao art. 80.

E' egualmente rejeitada a segunda parte da emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras, ficando prejudicada a primeira parte da emenda do mesmo Sr. representante, e a emenda ao art. 81, do Sr. Nelson.

E' posta a votos e approvada a emenda suppressiva ao art. 82, offerecida pelo Sr. Leovigildo Filgueiras, ficando prejudicado o substitutivo que ao mesmo artigo offereceram o Sr. Antonio Baena e outros.

O Sr. PRESIDENTE diz que vão votar-se as emendas ao art. 86.

O Sr. RETUMBA (*pela ordem*) requer que a sua emenda seja posta a votos por partes.

O Sr. GABRIEL DE MAGALHÃES (*pela ordem*) pede que de preferencia seja posta a votos a emenda do Sr. Julio da Frota.

Consultado, o Congresso rejeita a preferencia pedida.

Posto a votos, é approvado o requerimento do Sr. Retumba para que a sua emenda seja submettida á votação por partes.

Submettidas, successivamente, a votos as tres primeiras partes da seguinte emenda ao art. 86, do Sr. Retumba, são approvadas:

Substitua-se:

Art. 86. O Exercito federal compôr-se-á de contingentes que os estados e o Districto Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei annua de fixação de forças.

§ 1.º Uma lei federal determinará a organização geral do Exercito, de accordo com o § 19 do art. 33.

§ 2.º A União se encarregará da instrucção militar dos corpos e armas, e da instrucção militar superior.

§ 3.º Fica abolído o recrutamento militar forçado.

O Exercito e a Armada nacionaes compôr-se-ão por sorteio, mediante prévio alistamento, não se admittindo a isenção pecuniaria, nem substituição pessoal.

§ 4.º As patentes, os postos e os cargos inamoviveis são garantidos em toda a sua plenitude.»

O Sr. PRESIDENTE annuncia a votação da terceira parte da emenda do Sr. Retumba.

O SR. BELLARMINO DE MENDONÇA pede que a votação seja feita por partes.

Postas, successivamente, a votos as duas partes do § 3º da emenda do Sr. Retumba, é approvada a primeira e rejeitada a segunda.

E' igualmente, posío a votos e approvedo o § 4º da mesma emenda do Sr. Retumba.

O SR. GABINO BESOURO (*pela ordem*) pergunta si a rejeição da segunda parte do § 3º da emenda do Sr. Retumba prejudica a segunda parte do art. 86.

O SR. PRESIDENTE — Prejudica, porque é substitutivo do que lá se acha.

O SR. GABINO BESOURO pondera que o Congresso fazia questão apenas da *substituição pessoal*; entretanto, mostrava disposição para manter a parte que se refere á isenção pecuniaria. Ha uma lacuna e a emenda fica incompleta. Requer, pois, que nesse sentido se consulte o Congresso.

O SR. PRESIDENTE — A emenda do Sr. Retumba, conforme eu declarei e o Congresso verificou, bem como a do Sr. Julio Frota, eram dois substitutivos. Requeru-se preferencia em favor da do Sr. Frota, e foi negada.

Ao votar-se a emenda do Sr. Retumba, o auctor da emenda requereu que a votação fosse feita por partes, si bem que eu entendesse que, por ser um systema, devia ser votada em globo. Deferido o requerimento, procedeu-se á votação por partes. A Mesa entende que a emenda é substitutiva: substitue tudo o que se acha no art. 86. Si ha absurdo, ou não, a responsabilidade é do Congresso.

Consultado, o Congresso resolve que a segunda parte do art. 86 não está prejudicada.

O SR. BELLARMINO DE MENDONÇA (*pela ordem*) diz que, indo-se votar a segunda parte do art. 86, requer ao Sr. Presidente que consulte ao Congresso si concede preferencia para a emenda do Sr. Julio Frota e outros, que é, exactamente, substitutiva da segunda parte deste artigo.

Consultado, o Congresso concede a preferencia pedida.

O SR. SERZEDELLO (*pela ordem*) acredita que esta votação precisa ser rectificada, porque á pagina 66 ha uma emenda substitutiva, do Sr. Julio Frota, e outra, do Sr. Nelson, tendo sido esta por muita gente confundida com a do Sr. Julio Frota. Acredita que não é intenção do Congresso determinar que os claros do Exercito sejam preenchidos pelo voluntariado, não se querendo, muito menos, estabelecer a isenção pecuniaria, que é prejudicial.

O SR. PRESIDENTE observa que o Sr. representante não póde discutir o assumpto das emendas, e muito menos criticar as decisões do Congresso.

O SR. OTTICICA (*pela ordem*) pergunta: Si fôr rejeitada a emenda do Sr. Julio Frota, será votada a segunda parte do artigo?

O SR. PRESIDENTE diz que o Congresso acaba de dar preferencia para a emenda do Sr. Julio Frota, substitutiva da segunda parte do art. 86. Si fôr rejeitada a emenda, pre- valece o artigo.

O Sr. GABINO BESOURO (*pela ordem*) observa que, visto o Congresso ter rejeitado uma emenda substitutiva, do Sr. Retumba, julga que a primeira parte da emenda do Sr. Julio Frota está prejudicada e, portanto, não deve ser submettida a votos, como substitutiva da segunda parte do artigo.

O Sr. BELLARMINO DE MENDONÇA (*pela ordem*) pensa que o nobre congressista que acaba de fallar está discursando sobre o vencido.

Tendo sido, porém, o orador quem propôz que se votasse de preferencia a emenda do Sr. Julio Frota, em substituição á segunda parte do artigo do projecto, entende que pelo facto de ter sido rejeitada a emenda do Sr. Retumba o Congresso não fica inhibido de acceitar outra emenda, mais conducente.

O Sr. PRESIDENTE — Diz que si a emenda do Sr. Julio Frota fôr rejeitada prevalecerá a segunda parte do art. 86.

Procedendo-se á votação da segunda parte da seguinte emenda do Sr. Julio Frota, é approvada.

«O Exercito e a Armada compôr-se-ão pelo voluntariado, sem premio, e, em falta deste sorteio, préviamente oriado, sem premio, e, em falta deste pelo sorteio, préviamente organizado.

Concorrem para o pessoal da armada, as escolas Naval, de Aprendizizes Marinheiros e o sorteio de marinhagem mercantil.»

Ficam prejudicadas as emendas dos Srs. Bernardino de Campos e Nelson.

E' annunciada a votação das emendas ao art. 88.

O Sr. VIRGILIO DAMASIO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para dizer a V. Ex. que houve inversão na impressão destas duas emendas.

Eu considerava como o ultimo artigo este 88, de preferencia ao penultimo, cuja disposição é nada mais nada menos do que a disposição constitucional do antigo art. 178.

Pego, portanto, a V. Ex. que submeta á votação o meu additivo antes das emendas referentes ao art. 88.

Procedendo-se á votação deste requerimento, reconhece-se não haver numero legal, pelo que o Sr. Presidente diz que vai se fazer a chamada.

O Sr. JOSÉ MARIANNO dá toda a razão ao Sr. Presidente, mas acha que o processo da chamada é um processo muito demorado, quando se podia empregar um processo mais sumario, qual é o da verificação da votação.

O Sr. PRESIDENTE — A votação está verificada.

Para mim, não ha processo mais incommodo, mais impertinente do que o de estar pedindo aos Srs. membros do Congresso que se conservem nos seus logares, para que trabalhemos com regularidade, embora façamos dislo o maximo sacrificio (*Apoiados*), que será tanto maior quanto mais tempo nós perdermos neste trabalho.

Porém os meus pedidos têm sido todos inuteis; hoje, tenho feito diversos, que têm sido completamente desrespeitados, e não ha supplicio maior do que o de pedir e ser desattendido, quando os Srs. representantes têm o dever de attender ao Presidente.

Declaro que vai-se repeler a votação do requerimento do Sr. Virgílio Damasio, como meio de verificar si no Congresso ha numero legal.

Submettido de novo a votos, é approvedo o requerimento. E' posto a votos e approvedo o seguinte additivo, do Sr. Virgílio Damasio, que se acha á pag. 67:

"Accrescente-se como penultimo artigo das Disposições geraes:

Art.... São constitucionaes tão sómente as disposições que se referem ás attribuições e limites dos poderes politicos e aos direitos individuaes e politicos dos cidadãos.

Paragrapho. As disposições desta Constituição que não estiverem nestas incluidas, poderão ser alteradas, ou reformadas, pelos tramites e com as formalidades das leis ordinarias.

E', egualmente, posta a votos e approveda a seguinte emenda do mesmo Sr. representante, ao art. 88:

"No art. 88 modifique-se o principio, do seguinte modo:

Art. Nas disposições de ordem constitucional, sómente poderá ser reformada a Constituição, mediante", etc.

E' posta a votos e rejeitada a emenda suppressiva do § 4º do art. 88, offerecida pelo Sr. Alexandre Stockler e outros, ficando prejudicada a emenda suppressiva, do Sr. José Hygino e outros.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação das emendas ao art. 89.

O SR. BARBOSA LIMA diz que o Congresso acaba de declarar que na Constituição ha disposições constitucionaes e outras não constitucionaes; este artigo declara que a Republica não joga, não lança impostos sobre este vicio, não faz delle fonte de receita; o orador deseja saber si esta disposição, sendo excluida na actual votação, será de novo submettida á consideração da Casa na 3ª discussão das emendas, isto é, si o Congresso terá ainda de decidir definitivamente que ficam abolidas as loterias, ou se continúa esse cancro social.

O SR. PRESIDENTE — Si a suppressão do artigo fôr approveda, a respectiva emenda terá, como as outras emendas approvedas, 3ª discussão.

O SR. SERZEDELLO (*pela ordem*) requer que se consulte ao Congresso si permite que antes da votação das emendas suppressivas do art. 89 se vote uma emenda que respeita direitos adquiridos, sem prejudicar o artigo que prohibe as loterias.

A emenda consigna o respeito a direitos que a lei conferiu a estabelecimentos importantes e a instituições de grande utilidade, como o Montepio Geral dos Servidores do Estado, que não poderão existir sem esse auxilio, pelo menos temporariamente.

O SR. PRESIDENTE diz que não póde pôr a votos o requerimento do Sr. representante, porque é contrario ao Regimento, que manda votar de preferencia as emendas suppressivas. (*Muitos apoiados.*)

Posta a votos, é approveda a emenda suppressiva do art. 87, offerecida pelo Sr. Almeida Barreto e outros, ficando prejudicadas as emendas dos Srs. Gil Goulart e outros, Fre-

derico Borges, Tolentino de Carvalho, Aristides Milhon e Francisco Veiga.

Passando-se às Disposições transitórias, o Sr. Presidente diz que foram offerecidas ao art. 1º diversas emendas. Além das que se acham á pagina 68, ha tres emendas, do Sr. Zama, que estão mal collocadas na pagina 69.

A' pagina 70 ha uma emenda do Sr. Cyrillo de Lemos.

A' pagina 68 ha uma emenda, do Sr. José Hygino, propondo a suppressão da primeira parte e do § 4º, porque estão prejudicados.

E' approvada a emenda do Sr. José Hygino supprimindo a primeira parte e o § 1º do art. 1º das Disposições transitórias, porque estão prejudicados.

E' egualmente, approvada a seguinte emenda, do mesmo Sr. representante, ao § 2º:

"Modifique-se o § 2º, do seguinte modo:

Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em Assembléa geral, elegerá... (O mais como está.)"

O Sr. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) requer que se suspenda a sessão por 15 minutos. Consultado, o Congresso não approva este requerimento.

E' posta a votos a rejeitada a emenda, do Sr. Gil Goulart e outros, ao § 6º do art. 1º.

E', egualmente, posta a votos e approvada a seguinte emenda, do Sr. Bernardino de Campos e outros, ao § 6º:

"Accrescente-se o seguinte ao final: — no dia 15 de junho do corrente anno".

Ficam prejudicadas as emendas dos Srs. Arthur Rios e Julio de Castilhos.

O Sr. JUSTINIANO DE SÉRPA (*pela ordem*) requer verificação de votação.

O Sr. PRESIDENTE — Vou proceder á verificação da votação; entretanto, posso assegurar a V. Ex. que a emenda foi approvada, talvez por dous terços do Congresso. (*Apoiados.*)

Não se fez a contraprova, porque era visível a maioria de votos a favor da emenda. (*Muitos apoiados.*)

Procedendo-se á verificação, reconhece-se ter sido a emenda approvada.

O Sr. PRESIDENTE diz que a emenda do Sr. Barbosa Lima refere-se ao § 6º do art. 1º e não ao § 5º, como está no impresso, e que a segunda parte da mesma emenda está prejudicada, por votação anterior.

Posto a votos, é approvado o seguinte additivo, do Sr. Barbosa Lima, ao § 6:

"Não podendo em hypothese alguma ser dissolvido".

O Sr. PRESIDENTE declara que se vai proceder á votação das emendas do Sr. Zama.

O Sr. ZAMA, obtendo a palavra pela ordem, diz que as suas emendas se acham prejudicadas, em vista das deliberações tomadas pelo Congresso.

O Sr. PRESIDENTE diz que não lhe parece estarem prejudicadas.

O Sr. ZAMA requer a retirada dessas emendas.

Consultado, o Congresso concede a retirada pedida.

O SR. PRESIDENTE entendia que a emenda do Sr. Frederico Borges, ao § 7º do art. 1º está prejudicada, porque se refere a outras já rejeitadas, de cujo systema este é parte; mas seu auctor insiste na votação da emenda. Pelo que, vai pol-a a votos.

O SR. FREDERICO BORGES (*pela ordem*), á vista das observações do Sr. Presidente, requer a retirada da sua emenda. Consultado, o Congresso concede a retirada pedida.

E' considerada prejudicada a emenda modificativa, do Sr. Cyrilo de Lemos, aos §§ 7º e 8º do art. 1º.

Posta a votos, é approvada a emenda suppressiva do art. 2º, offerecida pelo Sr. Bernardino de Campos e outros, ficando prejudicadas as que lhe são identicas, dos Srs. Francisco Veiga, Leovigildo Filgueiras, Gil Goulart e outros, Asolpho Pio, Domingos (?) e outros, e Theodoreto Souto.

E' posta a votos e approvada a emenda suppressiva do art. 3º, offerecida pelo Sr. Augusto de Freitas e outro, ficando prejudicadas as identicas que ao mesmo art. 3º offereceram os Srs. Gil Goulart, Leovigildo Filgueiras, Theodoreto Souto, Epitacio e outros, Oliveira Pinho, Cyrillo de Lemos, Alcindo Guanabara e outros.

O SR. PRESIDENTE diz que a emenda do Sr. Amorim Garcia refere-se á suppressão do art. 4º e não do art. 3º, como está no impresso.

E' em seguida rejeitada a referida emenda.

E' annunciada a votação do additivo ao art. 7º, offerecido pelo Sr. José Hygino.

Procedendo-se á votação, reconhece-se não haver numero.

O SR. PRESIDENTE — Convida os Srs. membros do Congresso a occuparem os seus logares, para repetir-se a votação e ver si no recinto ha numero ou não. No edificio, sabe que ha, mas no recinto verificou-se que não ha.

Submettida de novo a votos, é rejeitada a emenda, do Sr. José Hygino e outros, ao art. 7º.

O SR. PRESIDENTE diz que a votação fica adiada, pela hora.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

Discussão da moção dos Srs. Assis Brasil e Demetrio Ribeiro sobre o tratado de commercio americano.

(O Sr. Presidente deixa a cadeira, que passa a ser occupada pelo Sr. Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE diz que acha-se sobre a mesa um requerimento pedindo sessão secreta.

O SR. SAMPAIO FERRAZ (*pela ordem*) pede licença ao Sr. Presidente para fazer-lhe uma observação, com todo o respeito que ao orador merece a pessoa que dirige os trabalhos do Congresso.

Si não ha numero para a votação, ha assumpto cuja discussão foi adiada e que, pela inversão da ordem do dia, deve proseguir agora.

O SR. PRESIDENTE annuncia a discussão das moções hontem apresentadas, e dá a palavra ao Sr. José Avelino.

O Sr. José Avelino, obtendo a palavra, diz que, si contasse que a Mesa do Congresso converteria em uma solennidade da tarde assumpto que tem sido objecto do expediente no começo das sessões, não teria pedido a palavra e nem fatigaria no ultimo momento da sessão a attenção dos seus illustres collegas.

Sempre considerou o uso da tribuna parlamentar um dos postos mais difficeis de serem occupados, e essa difficuldade cresce para o orador em proporção, desde que coleja a extensão de seu direito e dever com a insufficiencia da sua posição no Congresso.

Discutindo, por conseguinte, a questão do tratado americano, diz o orador que sempre considerou que assumptos desta ordem deviam ser tratados pelos mestres e pelos profissionaes, e foi, justamente, isso que o obrigou, na sessão anterior, a assistir ao discurso do illustre representante pela Bahia, que tinha direito a ser ouvido, pela sua proficiencia, como mestre.

Referindo-se ao discurso que proferiu o seu illustrado collega Sr. Vinhaes, diz o orador que não comprehende o modo porque o seu nobre collega encarou a questão tão grave do tratado em discussão, debaixo do ponto de vista com que o fez, isto é, pelo seu lado economico. Nota que o seu collega havia encaminhado a questão debaixo do ponto de vista socialista; e pergunta a razão por que não tratou de outro assumpto, que não tivesse de certo modo relação com a causa dos operarios?

Fazendo o orador largas considerações com referencia ao assumpto e ao discurso pronunciado por seu collega Sr. Vinhaes, conclue, dizendo que não é ainda occasião de pedir-se, do alto da tribuna, a revogação de um acto que ainda depende de tempo para entrar em execução.

Pede, ainda, ao Congresso que não precipite soluções, para as quaes não está habilitado, por falta de esclarecimentos, e, por isso, apresenta a seguinte moção:

"O Congresso recommenda ao Governo a conveniencia de trazer ao seu conhecimento, na sua proxima reunião ordinaria, a correspondencia e documentos relativos ao convenio aduaneiro, celebrado com a Republica dos Estados Unidos da America do Norte, affirm de que, em devido tempo, sejam apreciadas e estudadas as vantagens do dito convenio."

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Votamos pelas emendas dos Srs. Stockler, Vinhaes e outros, propondo que os operarios empregados no serviço da União ou dos estados gozem de todas as vantagens conferidas aos empregados publicos.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Serzedella*.
— *Paes de Carvalho*. — *Antonio Baena*. — *Matta Bacellar*.
— *Cantão*. — *Nina Ribeiro*.

Declaramos que votámos contra a emenda do Sr. General senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, Julio Frota, estabelecendo, para preenchimento das fileiras do Exército o voluntariado *sem premio*, de preferencia ao sorteio, por julgar-o de nenhum resultado pratico, contrario ás boas

regras de organizações militares, perigosa á propria composição do Exercito, e por ter tido o inconveniente de substituir a ultima parte do artigo em que era prohibida a isenção pecuniaria.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *G. Bezouro. — M. Valladão. — Paula Argolo. — Barbosa Lima. — Espírito Santo. — Ivo do Prado. — Joaquim da Cruz. — Athayde Junior. — Serzedello Corrêa. — José Bevilacqua. — Cunha Junior. — Caetano de Albuquerque. — F. Schmidt. Bezerril.*

Declaro que votei contra a primeira parte da emenda do Sr. Relumba, substitutiva do art. 86, porque faz depender a composição do Exercito do fornecimento de contingentes pelos estados, o que, além de attentatorio dos direitos da União, desde que o Exercito é uma instituição puramente nacional, pôde acarretar sérias difficuldades á formação do mesmo Exercito.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*

Declaro que votei contra a emenda, do Sr. Virgilio Damasio, que distingue as disposições da Constituição em *constitucionaes e não constitucionaes* para o effeito de serem estas alteradas ao reformadas pelos tramites ordinarios.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*

Declaro ter votado em favor das emendas dos Srs. Stockler e Vinhaes, conferindo aos operarios em serviço da União e dos estados os mesmos direitos de que gosam os empregados publicos.

Tambem votei, porém, contra as emendas tendendo a abolir as isenções pessoal e pecuniaria, contra a primeira parte da do Sr. Frota, tirando o premio ao voluntario do Exercito e Armada, e a favor da dos Srs. Gil Goulart e M. de Barros ao § 6º do art. 1º das Disposições transitorias.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Uchôa Rodrigues.*

Declaramos ter votado em favor da emenda do Sr. Stockler e, em seguida, pela do Sr. Vinhaes, extinguindo as distincções entre jornaleiros e empregados do quadro.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Barbosa Lima. — Chagas Lobato. — França Carvalho. — José Augusto Vinhaes. — Cesar Zama. — Annibal Falcão. — José Simeão. — Almeida Pernambuco. — João Pedro. — Custodio de Mello. — Santos Pereira. — Lopes Trovão. — Aristides Mata. — Leonel Filho. — J. Avellar. — Ferreira Pires. — Dr. Furquim Werneck. — Thomaz Delfino. — Serzedello Corrêa. — Belfort Vieira. — Cunha Junior. — Casimiro Junior. — Caetano de Albuquerque. — Julio de Castilhos. — Casiano do Nascimento. — Alcides Lima. — Thomaz Flores. — Saldanha Marinho. — Nilo Peçanha. — L. Bulhões. — F. Peixoto. — A. Azeredo. — Joaquim Murinho. — Raymundo Bandeira. — Antônio de Faria. — A. Stockler. — Victorino Monteiro. — Leite Otizica. — Dutra Nicacio. — Fróes da Cruz. — G. Paletta.*

Nós abaixo assignados declaramos que votámos para que não fosse considerada prejudicada a emenda, do Sr. Dr. Gil Goulart, ao art. 76 do projecto constitucional, visto como entendemos que a incompatibilidade absoluta entre as funções dos tres poderes attende melhor ás aspirações geraes do pensamento republicano, com a vantagem suprema da boa marcha e da regularidade em todos os ramos de administração.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Sampaio Ferraz*. — *Julio de Castilhos*. — *Ramiro Barcellos*. — *Pineiro Machado*. — *Victorino Monteiro*. — *Gonçalves Ramos*. — *Antonio Olyntho*. — *Aristides Maia*. — *Leonel Filho*. — *J. Avellar*. — *C. Paletta*. — *Paizão*. — *Dutra Nicacio*. — *Aristides Lobo*. — *Thomaz Delfino*. — *R. Osorio*. — *Lopes Tropicão*. — *Thomaz Flores*. — *Cesar Zama*. — *José Simeão*. — *Baptista da Motta*. — *Fróes da Cruz*. — *Alcindo Guanabara*. — *J. Augusto Vinhaes*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Fernando Abbott*. — *Borges de Medeiros*. — *Homero Baptista*.

Declaramos que votámos contra a emenda suppressiva do art. 89, que determinava a abolição das loterias.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Manoel Barata*. — *Matta Bacellar*. — *Nina Ribeiro*. — *Lauro Sodré*. — *Casimiro Junior*. — *Pedro Chermont*. — *Serzedello Corrêa*, por preferir que ficasse o art. 89, com a emenda que mandava respeitar os direitos adquiridos por certas instituições. — *R. Osorio*, idem. — *Antonio Baena*, idem. — *Cantão*. — *Cassiano do Nascimento*. — *Victorino Monteiro*. — *F. Badaró*. — *Espírito Santo*. — *Baptista da Motta*. — *Paes de Carvalho*.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

1ª parte (até ás 3 1/2 horas)

Continuação da votação das emendas ao projecto de Constituição.

2ª parte (ás 3 1/2 horas)

Continuação da discussão das indicações sobre o tratado de commercio americano.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 20 minutos da tarde.

55ª SESSÃO, EM 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José

Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermon, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaçu, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Sá Andrade, Refumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Pontes de Miranda, Oiticica, Gabino Bessouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tostá, Seabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcelino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Muniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Nilo Pecanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, França Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Wernneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Saraiva, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, João Luiz, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Ernesto de Oliveira, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro, Menna Barreto, Lopes Chaves e Theophilo dos Santos.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Frederico Serrano, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Frederico Borges, Couto Cartaxo, Leandro Maciel, Theophilo dos Santos, Amphilophio, Conde de Figueiredo, Alvaro Botelho, Ferreira Brandão, Bueno de Paiva, Cesario Motta e Fonseca Hermes; e, sem causa, os Srs.: Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Amaro Cavalcanti, João Severiano, Aquilino do Amaral, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Mayrinek, Luiz Murat, Vinhaes, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto e Antonio Prado.

E' lida, posta em discussão e sem debate, approvada, a acta da sessão antecedente.

O SR. 1º SECRETARIO procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Pastor da Igreja Evangelica Brasileira enviando a seguinte

Representação

Alto Congresso.

Como cidadão brasileiro, e cuja vida tem sido, até hoje, e continuará a ser, de um combate firme a favor da liberdade e das garantias individuaes e sociaes, permittir-me-eis que chame a vossa illustrada e patriótica attenção para o art. 71, § 3º, da Constituição, cuja redacção precisa tornar-se mais clara para que seja impossivel toda e qualquer má interpretação futura.

No tempo da Monarchia, um senador, confundindo Igreja com irmandade, e mal interpretando leis bem claras, apesar de ser legista, accusou-me perante o Senado, sem que nem uma voz se erguesse em defesa da lei, do Direito ultrajado e da justiça torturada, de ser eu pastor de uma Igreja, sem que previamente constituisse uma associação munida de estatutos approvados pelo Governo, e sob pena de prisão, multa e fechamento da Igreja, que, aliás, estava garantida pela velha Constituição; e estando eu, além disso, reconhecido pelo Governo imperial, pelo registro igualmente feito no Ministerio do Imperio.

A exdruexula hermeneutica de um senador advogado deu-me um anno e tanto de horriavel, atroz e iniqua perseguição, que percorreu todos os seus tramites, desde a policia subalterna até o Conselho de Estado, succumbindo, finalmente, á força da verdade levada á evidencia.

A Republica deve offerecer perfeita garantia em tudo, e por isso mesmo torna-se indispensavel não só a confecção de boas leis, mas, tambem, que sejam redigidas de modo a não deixar margem a hermeneuticas obtusas, capciosas, ou apaixonadas.

Pego venia para transcrever o artigo como se acha formulado, e, em seguida, apresentar-vos como penso dever ser redigido para traduzir fielmente o vosso pensamento. Não discuto.

Art. 71, § 3º da Constituição: "Todos os individuos e confissões religiosas *podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim*, e adquirindo bens, observados os limites postos pelas leis de mão morta, e guardadas

as leis criminaes.” Eu supprimiria as palavras: observados, etc.

O grypho é meu. A redacção deve ser: “Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto; reunir-se, associando-se ou não, para esse fim; e adquirir bens, observados os limites postos pelas leis de mão-morta e guardadas as leis criminaes.”

Saúde e fraternidade.

Capital Federal, aos 12 de fevereiro de 1891. — Dr. *Miguel Vieira Ferreira*, pastor da Igreja Evangelica Brasileira.

O Sr. Jacob da Paixão — Sr. Presidente, Srs. do Congresso, venho fazer uma declaração e um protesto.

Sei que o Congresso recebe com desgasto os oradores que sobem á tribuna para tratar de negocios alheios á Constituição, ou que, pelo menos, se lhe não filiam directamente.

Entretanto, sirva-me de desculpa a esta falta o facto de ter eu concorrido, bem como a dissidência de Minas, para a maior celebridade na discussão e votação da Constituição, tanto assim que, nos temos, systematicamente, abstinido de tomar parte na discussão.

Accresce, ainda, outra circumstancia, que deve sevir de escusa, qual é o facto de nos acharmos collocados em uma situação deprimente, attenta a votação que se deu hontem, relativamente ao adiamento das eleições para a constituição dos estados (*Apoiados e não apoiados*); estado deprimente. Senhores, porque os nossos amigos do Estado de Minas entendem que nós devemos occupar frequentemente a tribuna para denunciar os factos illegaes e arbitrarios alli commettidos a proposito da eleição realizada. (*Apoiados e não apoiados*.)

O SR. PALETTA — A' sombra das maiores violencias. (*Apoiados e não apoiados*.)

O SR. ARISTIDES MAIA — A fraude mais vergonhosa.

O SR. JOÃO PINHEIRO — V. Ex. foi presidente de uma das intendencias; todas as auctoridades foram mantidas no Rio Novo, o que prova a maior isenção. (*Apoiados e não apoiados*.)

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Os nobres collegas estão interpretando mal as minhas palavras. Eu disse que os nossos amigos de Minas entendem que devemeos vir á tribuna constantemente, para profligar os abusos. Não estou, por enquanto, dizendo que houve abusos, e, quando o disser, hei de proval-o.

O SR. AMERICO LOBO — Não houve abusos; a eleição foi uma vestal! (*Riso*.)

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Senhores, para eu poder chegar á conclusão que tenho em vista, preciso fazer perfunctoriamente o historico dos incidentes que se deram nas eleições de Minas. Convém que se saiba disto por meudo, para que o Congresso e o paiz possam julgar perfeitamente.

Ac chegarem os representantes de Minas á Capital Federal para fazerem parte do Congresso, propalou-se entre a deputação mineira o boato de que ella devia reunir-se afim de indicar os candidatos para a eleição que se devia realizar

em breve tempo. Fui um dos primeiros ouvidos a este respeito, e declarei peremptoriamente, que não me julgava com o direito a constituir-me arbitro e director da politica de Minas, porque não era mais do que simples mandatario para approvar a Constituição e fazer parte do Congresso ordinario; e não só por esta razão, mas, tambem, porque sempre profligui, na adversidade, o systema de individuos altamente collocados, devida ou indevidamente, chamarem a si a direcção politica da então provincia de Minas, quando o povo é que devia dirigir a politica; que, por isso, entendia que se devia deixar correr livremente as eleições, já que não era possível fazer consultas por meio do escrutinio prévio, afim de formar-se o Congresso republicano.

Nos Congressos parciaes, que se reuniram em S. Paulo e Minas, ainda no tempo da Monarchia, foi estabelecido o systema de indicações por escrutinio prévio.

UM SR. REPRESENTANTE — E' disposição da lei organica do Partido Republicano.

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Demais, não sendo eu chefe politico no Estado de Minas Geraes, não tinha o dierito, pelo facto de fazer parte do Congresso, de arvorar-me em arbitro da politica daquelle Estado. Esta idéa foi acceita por diversos collegas. Estando eu em Minas Geraes por occasião da Commissão dos 21 dar parecer sobre o projecto de Constituição, recebi um telegramma pedindo a minha assignatura para a convocação de uma reunião em Juiz de Fóra, afim de escolherem-se os candidatos, porque não havia tempo de fazer-se a eleição por escrutinio prévio.

Auctorizei a assignatura para essa convocação, por parecer-me que era o meio de proceder mais regular em tal conjunctura.

Assim, não só respeitavam-se as normas estabelecidas pelos congressos, como prestava-se obediencia á vontade popular, que é tudo nos governos republicanos.

UM SR. REPRESENTANTE — Muitos municipios não se fizeram representar. (*Ha outros apartes.*)

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Era este, Senhores, um meio de respeitar a vontade do povo, tanto quanto era possível naquella occasião. (*O orador é interrompido por muitos apartes, que se cruzam entre diversos Srs. representantes.*)

Ao passo, Sr. Presidente, que um grupo de representantes de Minas, organizava uma chapa em Juiz de Fóra, outra chapa confeccionava-se aqui, ou em Minas. (*Continuam os apartes.*)

O que sei é que essa chapa governista custou muito a fazer-se, e só foi publicada na vespera ou no dia da reunião marcada para Juiz de Fóra. (*Continuam os apartes.*)

Na reunião do congresso alli, attendemos a duas circumstancias. A primeira era que os candidatos indicados deviam ser divididos o mais possível pelos antigos districtos da então provincia de Minas. Foi o que se fez; procurou-se, tanto quanto possível, fazer divisão equitativa de deputados e senadores pelos diversos districtos; mas não era possível haver perfeita egualdade nessa divisão, porque o numero dos antigos districtos não estava em relação com o numero dos candidatos.

A outra circumstancia foi attender-se, tanto quanto era possivel, á recommendação de candidatos, vinda de diversos pontos de Minas.

UMA VOZ — Ora, isso era impossivel e irrealizavel.

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Era tanto possivel e realizavel, que se realizou. (*Continuam os apartes.*)

Digo, em resposta aos nobres representantes, que não houve consulta; houve convocação dos respresentantes dos directorios dos districtos para virem a Juiz de Fóra afim de tomarem parte na confecção da chapa, e os nobres representantes devem saber que nestas condições o individuo que não comparece accêita a resolução tomada por aquelles que se acham presentes.

UMA VOZ — Que logica !

O SR. JACOB DA PAIXÃO — E' contra isto que reclamo, porque comprehende-se que não se ha de impossibilitar um Estado de eleger os seus representantes, porque, casual ou systematicamente, deixam de comparecer dous ou mais eleitores.

A minoria submette-se sempre á maioria.

Confeccionou-se a chapa, e foi publicada.

Até aqui não póde haver contra nós nenhuma censura: nós entendiamos não dever fazer indicação de candidatos, dar caracter official a uma chapa.

Procedendo deste modo, não desrespeitámos a intensão dos outros, que entendiam de modo diverso e que estavam no seu pleno direito de confeccionar a sua chapa.

Portanto, nós não podemos ser censurados; cumprimos o nosso dever do modo por que entendemos.

E, consequentemente, que se devia dar ? Devia correr a eleição com infleira liberdade, para ver qual das chapas tinha maior accettazione — si a dos dissidentes, si a do Governo. (*Ha alguns apartes.*)

Mas assim não aconteceu. O Governo, embora se diga republicano o Estado de Minas, e, si me dão licença, direi tambem os membros que tomaram parte na indicação da chapa, não querem as eleições livres, não querem que o povo indique os seus candidatos (*Não apoiados e apartes*); querem, por força que triumphem aquelles individuos com cujas opiniões e votos contam de antemão, com os seus amigos, emfim. (*Apartes.*)

E a prova está nas demissões, que se deram em diversos municipios, de intendencias que foram nomeadas pelo governador de Minas ha muito tempo, na occasião de fazerem-se as eleições geraes, e contra as quaes nenhuma reclamação houve.

O SR. JOÃO PINHEIRO — Mas V. Ex. é presidente da intendencia do Rio Novo, e não foi demittido.

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Não fui demittido apesar dos esforços do illustre artista.

O SR. JOÃO PINHEIRO — Não póde proval-o.

O SR. ARISTIDES MAIA — Mas não nega o facto.

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Invoco o testemunho do Sr. Cesário Alvim, que em um telegramma daqui enviado dizia que não fizessem essa demissão porque não se justificava.

O SR. CESARIO ALVIM — Não é exacto; V. Ex. é deputado, não podia exercer o cargo de presidente da intendencia do Rio Novo. Consultado a esse respeito, declarei que não convinha a demissão do nobre deputado, que o reputava um homem sério e, além disso, desejava que o pleito de Minas corresse com a maior regularidade possível.

Eu disse que não convinha essa demissão; mas sobre ella não houve consulta da parte do Sr. João Pinheiro. Entretanto, sou immensamente calumniado.

O SR. ARISTIDES MAIA — Mas atira tambem.

O SR. CESARIO ALVIM — Não é exacto.

O SR. ARISTIDES MAIA — Atirou.

O SR. CESARIO ALVIM — A quem?

O SR. ARISTIDES MAIA — A nós todos.

O SR. CESARIO ALVIM — Qual foi a calúnnia?

O SR. ARISTIDES MAIA — A dos syndicatos politicos

O SR. JOÃO PINHEIRO — Não me referi a VV. EEx.

O SR. PALETTA — Ainda bem que V. Ex. declara perante o Congresso que a insinuação dos syndicatos politicos não se entende com a dissidencia mineira. (*Trocam-se violentos e repetidos apartes. Grande sussurro.*)

O SR. JACOB DA PAIXÃO — O certo é que esteve resolvida a minha demissão quando o Sr. Pinheiro estava em Ouro Preto, e foi talvez assignada pelo vice-governador, quando o Sr. Alvim telegraphou.

UM SR. REPRESENTANTE — Fica, portanto, claro que V. Ex. não se referiu á dissidencia (*Continua a cruzar-se apartes entre diversos Srs. representantes. Sôam os tympanos durante algum tempo.*)

O SR. PRESIDENTE — Attenção! Quem tem a palavra é o Sr. Jacob da Paixão. (*Continuam os apartes.*)

O SR. JACOB DA PAIXÃO — Sr. Presidente, vou concluir, até porque estou convencido de que o Congresso não quer ouvir-me. (*Não apoiados.*) Fica, porém, provado que os nossos amigos mostram-se queixosos, allegando que não tratamos aqui de seus interesses (*Apartes*); vejo que a maioria da representação de Minas não quer, absolutamente, que a verdade se apure (*Contestações*); não quer consentir que eu enumere os factos e exhiba os documentos que demonstram as fraudes verificadas nas eleições de Minas.

Consequentemente, Sr. Presidente, vou concluir remetendo á Mesa esta declaração (*lê*):

Nós abaixo assignados, declaramos ter votado contra a emenda suppressiva do art. 2º das Disposições provisórias, por entendermos que as eleições para a organização dos estados não deviam effectuar-se senão depois de approvada a Constituição Federal e quando o paiz tivesse já entrado no regimen legal, sendo irregulares as feitas anteriormente áquella approvação e realizadas no intuito de falsear a von-

tade popular, como aconteceu em Minas, em que a compressão e a fraude foram a mola predominante, apesar da abstenção, quasi em massa, dos republicanos sinceros.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Aristides Maia*. — *Paletta*. — *J. Avellar*. — *Paizão*. — *F. Badaró*. — *Gonçalves Ramos*. — *A. Olyntho*. — *Ferreira Pires*. — *A. Stockler*. — *Leonel Filho*. — *J. Felício*. — *Americo Lobo*. — *Chagas Lobato*.

O SR. PALETTA — Não é abafando a voz do orador que se defenderá a pureza da eleição de Minas; entretanto, ahí fica o protesto da dissidência mineira na declaração de voto.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Continúa a votação das emendas ao projecto de Constituição, na 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE — Vai se votar a emenda da Sr. Feliciano Penna.

O SR. FELICIANO PENNA requer que sua emenda seja votada por partes.

O Congresso, sendo consultado, approva o requerimento.

O SR. BARBOSA LIMA (*pela ordem*) julga que a emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras deve ser votada de preferencia á do Sr. Feliciano Penna, não só pela maneira por que se têm posto a votos as diversas emendas, como, ainda, porque é mais ampla, e, sendo rejeitada, dá lugar a que depois se vote a primeira.

O SR. PRESIDENTE acha que a emenda do Sr. Feliciano Penna é um substitutivo completo ao art. 8º, caracter que não tem a do Sr. Filgueiras. Por essa razão entende que a emenda do Sr. Feliciano Penna deve ter preferencia. Em todo o caso, vai consultar o Congresso.

Consultado o Congresso sobre a preferencia da emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras, não a concede.

E' posta a votos e rejeitada a primeira parte da emenda do Sr. Feliciano Penna.

O SR. PRESIDENTE observa que, rejeitada a primeira parte da emenda, ficam prejudicadas as outras.

O SR. FELICIANO PENNA (*pela ordem*) diz que a segunda parte está prejudicada, não pelo facto da rejeição da primeira, mas porque encerra igual disposição á que se acha no texto da redacção approvada; e, mais, que a terceira parte da referida emenda é que deve ser agora votada.

O SR. PRESIDENTE — Procede a observação do nobre representante; vou pôr a votos a terceira parte.

Posta a votos, é rejeitada a terceira parte.

O SR. PRESIDENTE declara que a quarta parte contém disposição textualmente igual á outra já approvada na redacção para a 2ª discussão; está, portanto, prejudicada.

Vai-se votar a primeira parte da emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras, que refere-se a tudo quanto diz respeito á aposentadoria.

O SR. LEOVIGILDO FILGUEIRAS (*pela ordem*) declara que a emenda que acaba de ser lida não foi apresentada nem por S. Ex. assignada.

O SR. PRESIDENTE diz que a emenda está redigida de modo que parece um complemento de uma outra emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras. (*Pausa.*)

Declara que não se pôde encontrar com facilidade o autographo, e que, em todo caso, vai submeter a emenda a votação.

Posta a votos, a emenda é rejeitada.

São, igualmente, postas a votos e rejeitadas as emendas dos Srs. Leovigildo Filgueiras e Bernardino de Campos, ao art. 8º das Disposições transitórias.

São também rejeitadas as emendas suppressivas do art. 10, offerecidas pelos Srs. Almeida Pernambuco, Cyrillo de Lemos e Rosa Junior.

E' annunciada a votação das emendas ao art. 11.

O SR. LUIZ DE ANDRADE (*pela ordem*) requer a retirada da sua emenda.

Consultado, o Congresso concede a retirada pedida.

O SR. THOMAZ DELFINO (*pela ordem*) pede preferencia para a emenda que apresentou.

Consultado, o Congresso concede a preferencia pedida.

E' posta a votos e approvada a seguinte emenda, do Sr. Thomaz Delfino e outro:

"Art 11. Substitua-se: "Approvada que seja a Constituição, será assignada pelos representantes do Congresso e promulgada pela Mesa".

O SR. PRESIDENTE consulta o Congresso si a emenda do Sr. José Marianno está ou não prejudicada.

Consultado, o Congresso resolve que acha-se prejudicada a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE — Vão-se votar os additivos ás Disposições transitórias.

E' posto a votos e rejeitado o additivo do Sr. Bernardino de Campos e outros, inserto na pagina 71 do impresso.

O SR. PRESIDENTE consulta o Congresso sobre si o additivo do mesmo Sr. representante, á pagina 75, está ou não prejudicado.

Consultado, o Congresso resolve que o referido additivo está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação do additivo do Sr. Francisco Veiga.

O SR. FRANCISCO VEIGA (*pela ordem*): — Sr. Presidente quando apresentei o additivo para ser submettido á approvação do Congresso, declarando que era para ser collocado onde conviesse, não pensei jámais que pudesse ser collocado nas Disposições transitórias.

Quem classificou as emendas para a votação, a que estamos procedendo, não comprehendeu bem o meu pensamento.

O additivo que apresentei não tem, nem podia ter, character transitorio, porque, si fosse transitorio, como a palavra está dizendo, deixaria de ter effeito em prazo mais ou menos longo.

O meu pensamento é que fique consignado na Constituição da Republica, como synthese do systema representativo, o que está declarado no additivo.

E' verdade que alguns collegas me têm dito que póde parecer ocioso esse additivo.

Mas V. Ex. sabe que si esse additivo póde parecer ocioso por ser, em resumo, o principio fundamental do systema representativo, perante o qual um vintem não se deve gastar sem o consentimento do Constituinte (*Apoiados.*) a verdade historica é que, tendo nós, ha 60 annos, o systema representativo, não obstante, o Poder Executivo gastou, repetidas vezes, milhares de contos sem conhecimentos do Poder Legislativo.

Ainda mais: o Poder Executivo desfalcava as rendas do Thesouro Nacional, com concessões, que, se diria, não onerariam directamente o Thesouro, mas, de facto, o prejudicavam, desfalcando-lhes os creditos.

O meu fim é que fique declarado na Constituição — que nenhum acto do Poder Executivo, que importe despesa ou diminuição de receita, poderá produzir seus effeitos sem approvação do Congresso.

Nestas condigões, comprehende V. Ex. que está mal collocado nas Disposições transitorias o additivo, e dessa má collocação pódem resultar duvidas, e estas influirem sobre o resultado da votação.

Peço, portanto, a V. Ex. que o additivo seja collocado nas Disposições geraes da Constituição, caso mereça a approvação do Congresso.

O SR. PRESIDENTE diz que, si a emenda do Sr. representante Francisco Veiga for approvada, a Comissão de Redacção collocar-a-á onde S. Ex. deseja.

Posto a votos o additivo do Sr. Francisco Veiga, é rejeitado.

E' igualmente, posto a votos e rejeitado o additivo do Sr. Martinho Prado Junior, com referencia ás garantias de juros concedidas pelo Governo Provisorio.

E' annunciada a votação do additivo do Sr. Martinho Prado Junior, referente aos arts. 7º, 9º, 10 e 11.

O SR. PRESIDENTE declara que á pagina 75 do impresso ha um additivo igual, do Sr. Amaro Cavalcanti.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS (*pela ordem*) pede ao Sr. Presidente consulte o Congresso, afim de que este delibere si julga ou não prejudicados os additivos apresentados pelos Srs. Martinho Prado e Amaro Cavalcanti, em vista da emenda do Sr. Virgilio Damasio, hontem approvada, determinando que são constitucionaes, tão sómente, as disposições que se referem ás attribuições e limites dos poderes publicos.

O SR. PRESIDENTE — Vou fazer a consulta, mas lembro ao nobre Deputado que a emenda do Sr. Virgilio Damasio

ainda não é definitiva, pois que depende de uma terceira votação. Em todo o caso, vou consultar o Congresso.

Consultado, o Congresso considera prejudicados os referidos additivos.

E' posto a votos e rejeitado o additivo do Sr. Martinho Prado (á pagina 73).

O SR. CARLOS GARCIA manda á Mesa a seguinte

Declaração de voto

Declaro que votei contra as emendas do Sr. Deputado Martinho Prado Junior relativas ás concessões de terras e garantias de juros, pelas razões seguintes:

Porque, tendo votado pela suppressão do art. 2º das Disposições transitorias do projecto do Governo Provisorio por entender que ao Congresso ordinario compete o exame e estado dos actos do Governo, não julgo conveniente delegar essa attribuição aos Estados, que em nada contribuíram para a confecção desses contractos, quando pela possível rescisão dos mesmos pôde resultar um acrescimo de despesas aos estados.

Acerescendo que ha boa ou má execução dessa faculdade dada pelos estados, pôde resultar, tambem, uma completa desorganização do serviço publico.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Carlos Garcia.*

E' posta a votos e rejeitada a primeira parte do additivo do Sr. Vinhaes.

E' igualmente, rejeitado o additivo do Sr. Theodureto Souto.

São, ainda, rejeitados os additivos do Sr. Francisco Veiga.

O SR. PRESIDENTE declara prejudicados os additivos dos Srs. José Simeão e Demetrio Ribeiro, sendo o deste em relação á primeira parte.

Posta a votos, é rejeitada a segunda parte do additivo do Sr. Demetrio Ribeiro.

E' considerado prejudicado, por votação anterior, um additivo do Sr. Demetrio Ribeiro, tornando accessiveis os cargos civis ou militares, a todos os brasileiros, quaesquer que sejam as suas opiniões.

E' posto a votos e approvedo o seguinte additivo do Sr. Nelson de Vasconcellos:

«Será adquirida a casa em que falleceu o Dr. Benjamin Constant, na qual se collocará uma lapide em homenagem á memoria do grande patriota — o fundador da Republica.

Paragrapho unico. A' viuva será concedido o usufructo durante a sua vida, passando ao depois, para a Nação, como propriedade nacional.»

O SR. TOSTA (*pela ordem*) pede a retirada do seu additivo.

O SR. TOSTA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, começo formulando os termos do meu requerimento nesta questão de ordem. A idéa consignada na minha emenda não é nova, está consignada no art. 6º do decreto do Governo Provisorio, de 9 de janeiro ed 1890, que separou a Igreja do Estado.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado não póde discutir o assumpto da emenda.

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — Não estou discutindo a emenda, mas fundamentando o requerimento de ordem que vou apresentar. V. Ex. seja, ao menos, tolerante para commigo, que não tenho abusado da benevolencia do Congresso, discutindo impertinentemente contra o Regimento...

VOZES — Votos; votos.

O SR. PRESIDENTE — Sou tolerante, mas não posso consentir que pela ordem V. Ex. discuta a emenda.

O SR. TOSTA — V. Ex. não tem sido tolerante para com outros Srs. representantes, que a proposito de votação de emendas tem explicado o seu pensamento.

VOZES — Votos; votos.

O SR. PRESIDENTE — A todos tenho feito igual observação, e não posso ter, aqui, preferencias.

O SR. TOSTA — Dizia eu...

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — ... que a emenda apresentada...

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — ...tinha por fim...

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — ... não innovava a legislação revolucionaria de 15 de novembro...

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — ... mas dava ao Congresso..

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — ... uma occasião para manifestar..

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — ... que não é hostil, nem tem prevenção contra o clero catholico.

VOZES — Votação. A emenda não está em discussão.

O SR. TOSTA — O Congresso já se manifestou a favor da liberdade religiosa, contra algumas restricções odiosas contidas no projecto de Constituição.

VOZES — Votos; votos.

O SR. PRESIDENTE — Convido o nobre representante a não insistir neste terreno, porque, do contrario, obriga-me a cassar-lhe a palavra.

VOZES — Votos; votos.

O SR. TOSTA — Sr. Presidente, vou offerecer á consideração do Congresso o seguinte requerimento: Requeiro a V. Ex. a retirada da minha emenda, visto como a idéa já está consignada no art. 6º do decreto do Governo, de 9 de janeiro de 1890.

Portanto, desnecessario se torna reproduzir a materia nas Disposições transitorias da Constituição.

Consultado, o Congresso concede a retirada pedida.

O SR. PRESIDENTE considera prejudicado o additivo do Sr. Couto Cartaxo.

E' annunciada a votação do additivo do Sr. Augusto de Freitas.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS (*pela ordem*) requer a retirada do seu additivo, deante de votação anterior do Congresso.

E' concedida a retirada da emenda.

E' considerado prejudicado o additivo do Sr. Aristides Milton.

E' annunciada a votação do additivo do Sr. Alexandre Stockler.

O SR. BARBOSA LIMA (*pela ordem*) pede que seja submettido á votação conjunctamente com o additivo, um sub-additivo do Sr. Chagas Lobato.

O SR. PRESIDENTE diz que si o additivo do Sr. Alexandre Stockler for approvado, será, então, em seguida votado o sub-additivo.

E' posto a votos e rejeitado o additivo do Sr. Alexandre Stockler, ficando prejudicado o sub-additivo do Sr. Chagas Lobato.

O SR. PRESIDENTE declara que lhe parece achar-se prejudicado o additivo do Sr. Zama; mas, para evitar duvidas, vai consultar o Congresso.

Consultado, o Congresso considera prejudicado o referido additivo.

E', igualmente, considerado prejudicado o additivo do Sr. Athayde Junior.

O SR. PRESIDENTE — Está terminada a votação das emendas ao projecto de Constituição, votado em 2ª discussão.

Na forma do Regimento, as emendas approvadas em 2ª discussão, soffrem uma terceira. Estão dadas as providencias, afim de que os Srs. membros do Congresso recebam amanhã, com o *Diario Official*, um novo impresso, onde virá o projecto de Constituição, segundo o vencido, tendo á margem as emendas approvadas. Consequentemente, na segunda-feira, será iniciada a 3ª discussão.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DOS SRS. ASSIS BRASIL E DEMETRIO RIBEIRO SOBRE O TRATADO DE COMMERCIO AMERICANO

Continúa a discussão das moções dos Srs. Assis Brasil e Demetrio Ribeiro sobre o tratado com os Estados Unidos da America do Norte.

O Sr. Sampaio Ferraz, depois de dar as razões por que tem estado afastado da tribuna, diz que um constrangimento pessoal collocára-o na contingencia de, a primeira vez que dirigiu a palavra ao Congresso, dizer, ainda que enigmaticamente: «A minha intenção é resignar o meu mandato, porque entraram elementos suspeitos, que enfraqueciam o serviço dos bons e leaes republicanos; e é por isso que tendo uma circumstancia pessoal, tenho um motivo de preocupação

quasi individual, porque, como um dos melhores collaboradores da Republica, o orador tinha sido obrigado a sequestrar e a tomar a liberdade de um dos seus companheiros, como suspeito á Republica.

Passando desta explicação, vai occupar-se com a materia que se discute.

Diz que o tratado encerra interesses gravissimos, que já foram estudados anteriormente pelos tres gabinetes que antecederam a proclamação da Republica, sem que nenhum delles o quizesse celebrar.

Si assim é, como e com que auctoridade o Governo celebrou tal Convenio?

Sabe-se que a formação ou constituição do actual Governo escapara a todas as previsões, porquanto o Governo Provisorio não podia ser dissolvido, porque formava uma parte do todo.

O orador reconhece que, si não fosse o Exercito e a Armada, os propagandistas civis ainda que trabalhassem por mais 50 annos, não conseguiriam implantar no espirito do povo, ainda ignorante, o amor e o respeito a esta forma de governo; e a prova se tem todos os dias.

Os melhores trabalhadores da Republica não conseguiam um posto saliente, um mandato na representação nacional: eram os proscriptos...

E mesmo do Congresso foram retirados impudentemente varios companheiros que tanto fizeram e se arriscaram pela causa que tão ardentemente abraçaram.

Passando a occupar-se do tratado, diz que foi elle muito mal recebido por todas as classes, e collocou o paiz em posição embaraçosa, mesmo em relação aos Estados Unidos.

O procedimento do Governo parece de todos governos prepotentes que não dão satisfação, nem á consciencia dos seus representantes, nem á consciencia do paiz.

Este Ministerio não existe para o Congresso; o que existe, até aqui, é, meramente, o representante de uma revolução.

Portanto, não existindo cousa alguma constituída, não podia existir até, o chefe do Governo Provisorio, si, porventura, o Congresso tivesse a opinião e a força comsigo, porque essa opinião e força poderiam em momento dado, dizer:

«Vós, que sois representante de uma revolução, abatei-vos deante de um outro poder deante de uma outra força revolucionaria, que surge».

O Congresso não podia delegar de si cousa nenhuma, porque são poderes que foram dados a elle só.

Si assim é, não existe de facto o actual Governo, porque o Governo é o poder que existia, é o poder revolucionario, composto da entidade do Governo Provisorio e do chefe do mesmo Governo.

Entende que o Governo actual veio trazer a perturbação, o panico a todas as relações, sacrificando os interesses da União.

Depois de varias considerações, diz que as duas moções apresentadas têm ambas o mesmo pensamento; por isso o Congresso deve votal-as, dizendo ao Governo que reflecta, que veja que o tratado offendeu os melindres do Congresso, foi mal recebido pela imprensa, pelo commercio, causando geral indignação, e que deve ser estudado pelo Congresso.

Termina dizendo que para elle tudo perde de importancia deante da Republica,

O Sr. Henrique de Carvalho sobe á tribuna para uma explicação pessoal, e diz que o silencio que tem guardado ha tres mezes, demonstra, cabalmente o interesse que tem em entrar na legalidade com os seus collegas do Congresso. Confia que a Constituição seja feita pelo orador que o precedeu na tribuna, o Sr. Sampaio Ferraz, e por todos os republicanos que têm assento no Congresso. O orador tem dado exuberantes provas de que ha todo o interesse de sua parte em que os trabalhos do Congresso cheguem a seu termo, na melhor ordem possivel.

Ainda não deu, sequer, um aparte, nem tão pouco, solicitou a palavra em occasião alguma. Nestas condições, vê-se contudo, o orador na obrigação de dar uma resposta ao discurso enigmatico do orador que o precedeu, o Sr. Sampaio Ferraz. Proseguindo, diz que só deseja que o Congresso saiba que o orador não é suspeito ao paiz, nem á sua Patria. Nunca pertenceu ao Partido Republicano, é verdade, mas isso não quer dizer que seja, actualmente, inimigo da Republica.

Não se julga, portanto, insultado pelo seu collega, o Sr. Sampaio Ferraz, que o considerou suspeito, e que, no entretanto, sendo por tanto tempo Chefe de Policia, nunca encontrou um acto na vida do orador digno de punição.

Pertenceu a um dos partidos monarchicos, durante, largo periodo, merecendo sempre a consideração e a estima dos seus amigos politicos, sem nunca ter exercido o mais insignificante cargo, a mais pequena funcção. Continuará no proposito de manter o seu sentimento firme, que tanto o animou desde o dia em que tomou assento no Congresso, isto é, de não concorrer, com uma só palavra ou pesamento, para que se deixe de promover a legalidade da Republica.

O Congresso, que tem em seu seio um cidadão suspeito, preste um grande serviço ao paiz, chamando aquelle que o suspeita, a apresentar contra o orador provas, quer da sua vida privada, quer da vida publica; mas nunca o orador, que tem a sua consciencia tranquilla.

Terminando, assevera que nasceu pobre, e foi sempre filho do trabalho; viveu e vive, actualmente, na democracia, sem subir as escadas dos ministerios, quer da Monarchia, quer da Republica, para pedir empregos, porque tem sabido procurar, por meio da sua intelligencia e de sua actividade, o pão quotidiano, para si e sua numerosa familia.

O Sr. Lapér — Sr. Presidente, tenho sido daquelles que têm guardado silencio, já considerando a incompetencia com que, deante dos talentos privilegiados desta Casa, eu viria para esta tribuna (*Não apoiados*), já pelo motivo pessoal de molestia no meu orgão vocal, e, ainda mais, Sr. Presidente, porque, velho republicano, tendo deixado o meu nome firmado no manifesto republicano de 1870 que foi o acto predecessor do grande trabalho politico afinal coroado pelo movimento revolucionario de 15 de novembro, eu — seja permitido dizel-o — me deixava ganhar pela inercia do desvanecimento, que trazia, á vista da influencia, calma e serena, com que penetravam as idéas republicanas na alma nacional, guardando-me para um momento em que o interesse publico mais accentuado, ou interesse do Estado, que eu immediatamente represento, me coagisse a tomar este posto. E' o caso.

Neste momento, Sr. Presidente, trata-se de uma questão magna para o Estado do Rio de Janeiro. Productor importante do café brasileiro, o Estado do Rio de Janeiro, desde que no

estrangeiro se impuzessem taxas onerosas sobre a sua produção, ver-se-ia ameaçado de sossobrar na lucta pelas suas culturas.

Não é, Sr. Presidente, que eu venha aqui defender a maneira por que se promulgou, ou se trouxe á luz do paiz o tratado que faz objecto da discussão presente.

Sou dos primeiros a reconhecer que seria mais regular, e assentaria melhor que, no momento em que este Congresso se reunisse como Assembléa Legislativa ordinaria, se sujeitassem á sua observação e a seu exame todas as condições que pudessem formar o conjunto de um convenio, ou de um tratado, onde pudesse prevalecer o interesse publico, o interesse nacional.

Não obstante isso, Sr. Presidente, agitada a questão, tenho empenho em provar que, pelas clausulas estabelecidas nesse tratado, não se fere o interesse do paiz, e, ao contrario, se procura collocar-o em um pé, que lhe possa trazer prosperidade e vantagem, no grande commercio internacional. (*Apoiados.*)

Ditas estas palavras, Sr. Presidente, entro, propriamente, na questão pratica, isto é, vou referir-me a algarismos e a estatisticas, que definam com segurança as affirmações que venho de fazer.

O SR. VIRGILIO PESSÔA — V. Ex. acha bom o tratado?

O SR. LAPÉR — Sem duvida alguma.

O SR. ERICO COELHO — Eu o acho pessimô.

O SR. LAPÉR — A vantagem do tratado, Sr. Presidente, deve pesar-se em relação ao interesse nacional e em relação ao interesse que possa haver para o progresso das differentes industrias, cuja prosperidade, com quanto merecedora de attenção, não diz intimamente com a riqueza publica e recursos indispensaveis para a vida do paiz.

Sem querer contestar a legitima defesa, que aqui fizeram diversos Srs. representantes, da nascente industria nacional dos tecidos, da industria pecuaria, das fabricas de moveis e outras, entendo que, deante da industria superior, que é a lavoura, sobre tudo do café e do assucar, devem desapparecer os interesses menores, que representam as outras todas reunidas, e que não podem trazer as grandes receitas que devem fazer face ás despesas publicas.

UM SR. REPRESENTANTE — E cujo prejuizo é ainda problematico.

O SR. LAPÉR — O café representa, no movimento do commercio internacional, uma importancia que leva vantagem a todos os outros productos reunidos, importando elle na enorme somma de 200.000.000\$, proximamente. No convenio que se acaba de estabelecer com os Estados Unidos da America do Norte teve-se, sobre tudo, em vista evitar que no futuro aquelle paiz tribute nosso café, como acontece nas nações da Europa, trazendo-nos o aniquilamento dessa produção. É sabido que na Europa o café é tributado em valor superior a seu custo em nossos mercados; em França elle paga direitos na razão de 1 franco e 50 centimos por kilo, de maneira que se vende naquelle paiz o café por um preço dobrado ou quasi triplo do que custa nas nossas praças.

Si fosse possivel continuar a fazer nossa exportação de café sem que se desse a eventualidade de vir a pagar direitos

nos Estados Unidos, evitava-se essa grande duvida que se apresenta sobre o tratado, pois que sempre se daria logar para que as outras industrias continuassem a prosperar sem a contingencia da entrada dos geeros americanos. Estavamos, entretanto, sob a ameaça de imposição de taxas pela entrada do café no mercado americano, uma vez que não libertassemos dos onus com que eram sobrecarregados alguns artigos americanos nos portos do Brazil. Nem se venha averbar de futil a nossa reflexão, pois só a instancias dos nossos representantes da União Americana, e na esperança de ganhar compensação para a sua exportação, contemporizou o governo da grande Republica, sem tributar o café brasileiro. Era manifesto, porém, que, tratados tão desegualmente na troca commercial, cuja vantagem sempre esteve, e continuaria a estar, do nosso lado, não se resignariam os americanos do norte a olhar placidamente para o perenne escoamento do seu ouro, que para elles não revertia, indo, ao contrario, alentar as industrias europeas, suas rivaes e superiores pelo abundante proletariado que as alimenta. Não se justifica, deante da equidade, e menos se comprehende ainda com as idéas positivas do saxonio, o desprendimento que pretendem tivesse a União americana os impugnadores do tratado.

Deante do valor que representa o capital da lavoura do café e da canna, e do capital das outras industrias reunidas, pôde-se calcular o grande peso que exercem as primeiras sobre as outras. Pôde-se calcular as zonas do café em dez milhões de calcular o grande peso que exercem as primeiras sobre as outras. Pôde-se calcular as zonas do café em dez milhões de hectares; que representam o capital de 3.000.000:000\$, ao passo que as outras industrias reunidas não representam mais de 300.000:000\$000.

Ora, pergunto: Poder-se-ia dar maior apreço e consideração, em um tratado internacional, ás industrias que não são principaes e não envolvem os verdadeiros interesses do paiz, podendo comprometter as que mais valem nas difficuldades que sobreviessem para sua entrada no mercado americano?

Certamente que não, Sr. Presidente.

A entrada do café nos Estados Unidos, desde que o governo desse paiz tributasse essa mercadoria, já não digo na importancia em que as nações da Europa a tributam, mas em menos e na metade da menor taxa nellas estabelecida, em 3\$ por 15 kilos, traria para a exportação de 12 a 15 milhões de arrobas, que é a feita para aquelle paiz, a quantia de 36 a 45 mil contos. A importação dos generos americanos para o Brazil monta a 15 a 20 mil contos, cujos direitos pagos na Alfandega, ficam, mais ou menos, em 3.000:000\$000.

Ora, o Sr. Presidente, não ha duvida que com a enorme differente que reverte para o paiz, entre 36 a 45 mil contos de imposto de café e 3 mil contos de importação dos generos americanos, o Brazil é favorecido, nesta troca de vantagens.

Em relação ao consumo, dizem os antagonistas do tratado que não é natural que a procura do café nos Estados Unidos possa diminuir pelo facto de estar o paiz habituado ao uso do genero e não poder de um momento para outro retirar-o do seu mercado, dando prejuizo ao Brazil. As estatísticas commerciaes provam, exactamente, o contrario.

De entre alguns quadros do movimento commercial do café, os quaes peço licença para transcrever em meu discurso, vêm dous comprehendendo 25 annos da exportação,

em que os Estados Unidos figuram com 2 1/2 milhões de saccas, ao passo que a Europa, com a sua enorme população de 300 milhões de habitantes, consumidores todos do café brasileiro, ainda que a sua distribuição comprehendera accentuadamente, um grupo de paizes — a França, a Allemanha, a Belgica, a Hollanda, a Austria, a Italia etc. — com cerca de 200 milhões de consumidores, não excede a proporção da procura dos Estados Unidos que apparecem nos comprando 2 1/2 milhões de saccas.

Tal facto attesta que a sobrecarga dos direitos de importação é a causa da menor expedição de café para a Europa, não se podendo allegar a falta de habito da preciosa bebida, pois que a Europa a conhece desde tão longo tempo quanto a America, e pela riqueza e civilização tenderia a se collocar parallelamente a este paiz na adopção dos seus usos.

Mais curiosa ainda é a estatística relativa ao consumo por habitante de cada paiz e é ella reveladora da depressão que soffre o gasto sempre que os direitos de entrada do genero se elevam.

Avantaja-se a todos a Hollanda, cujo habitante consome 8k,40 de café, sendo a entrada do genero livre, seguindo-se a Belgica com o consumo de 5k,40 por habitante e direitos de 13,20 francos por 100 kilos, e a Suissa com a contribuição de 3 francos por 100 kilos e consumo de 3k,60.

Nos Estados Unidos, onde até 1872 persistiu a taxa de 5 e de 3 centesimos, era a média, então, de 2,k79 por pessoa, passando a ser de 3k,3 com a entrada livre.

Em escala decrescente, seguem-se a Allemanha com o consumo de 2k,32 por habitante e 50 francos de direitos por 100 kilos; a França com taxa quasi prohibitiva de 156 francos por 100 kilos, tomando cada pessoa 1k,05; a Austria com 16 florins de ouro por 100 kilos, dando 0k,9 por habitante. e a Italia cobrando 100 francos por 100 kilos reduzido o consumo a 0k,47 por habitante.

Resumo, em saccos de 60 kilogrammas, da exportação de café nos últimos 25 annos, de 1 de janeiro a 31 de dezembro, do porto do Rio de Janeiro.

	ESTADOS UNIDOS	EUROPA, ETC.	TOTAL
1866.....	1.028,604	1.339,710	2.368,314
1867.....	1.501,402	1.754,135	3.255,537
1868.....	1.403,972	1.368,614	2.772,586
1869.....	1.526,666	1.613,363	3.139,529
1870.....	1.680,040	1.024,334	2.704,374
1871.....	1.657,719	1.228,473	2.886,192
1872.....	1.383,954	1.077,744	2.461,698
1873.....	1.424,208	1.008,942	2.433,150
1874.....	1.521,499	1.151,782	2.673,281
1875.....	2.041,995	1.110,301	3.152,296
1876.....	1.448,424	1.317,498	2.765,922
1877.....	1.710,073	1.136,482	2.846,555
1878.....	1.670,383	1.360,816	3.031,190
1879.....	2.283,545	1.251,638	3.535,183
1880.....	1.886,857	1.676,197	3.563,054
1881.....	2.241,976	2.135,442	4.377,418
1882.....	2.459,132	1.741,458	4.200,590
1883.....	2.314,650	1.339,861	3.654,511
1884.....	2.401,105	1.496,008	3.897,113
1885.....	2.712,990	1.493,921	4.206,911
1886.....	2.198,269	1.382,696	3.580,965
1887.....	1.460,078	781,677	2.241,755
1888.....	2.025,509	1.304,676	3.330,815
1889.....	1.797,530	1.112,795	2.910,325
1890.....	1.871,519	861,081	2.733,600

Tabella de consumo, em saccos de 60 kilos, de café em alguns paizes da Europa

ANOS	ESTADOS UNIDOS			INGLATERRA			HOLLANDA (a)			BELGICA (a)			FRANÇA (a)			ITALIA (e)			ALLEMANHA (a)			AUSTRIA (a)			SUISSA (a)		
	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos (e)	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos	Consumo em saccos de 100 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos	Consumo em saccos de 60 kilos	Consumo por individuo	Média em 5 annos
1852	1.406.434	3.23		—	—		348.934	3.4		312.656	—		332.613	—		738.354	—		338.757	—		119.945	—		—	—	
1854	1.135.814	2.58		282.369	0.59		103.065	1.5		307.155	—		362.000	—		930.089	—		230.397	—		100.903	—		—	—	
1855	1.324.116	2.32		270.375	0.55		254.333	2.5		386.133	—		445.876	—		1.020.365	—		313.977	—		135.459	—		—	—	
1856	1.680.679	3.62		264.565	0.55		331.550	3.6		303.411	—		387.040	—		953.620	—		315.665	—		119.133	—		—	—	
1857	1.637.393	3.39		259.705	0.55		463.934	4.6		367.909	—		466.624	—		1.017.257	—		323.367	—		109.426	—		—	—	
1858	—	—		—	—		—	—		—	—		—	—		—	—		—	—		—	—		—	—	
1859	1.319.177	2.62		386.175	0.55		—	—		356.822	—		470.171	—		1.118.836	—		356.947	—		123.323	—		—	—	
1860	1.865.936	3.62		259.522	0.54		177.317	2.5		302.135	—		505.606	—		1.051.836	—		325.447	—		116.521	—		—	—	
1861	1.376.272	2.98		363.360	0.55		212.533	5.1		316.330	—		572.609	—		91.193	0.23 (a)		333.435	—		107.097	—		—	—	
1862	1.344.981	2.85		266.123	0.54		130.334	2.6		343.535	—		626.335	—		157.097	7.48		337.462	—		120.149	—		—	—	
1863	854.370	1.58		260.451	0.50		244.216	3.5		317.213	—		629.850	—		153.671	0.42 (b)		311.012	—		119.200	—		—	—	
1864	565.545	1.01		247.635	0.46		229.050	3.3		297.143	—		661.667	—		180.612	0.48		338.103	—		121.246	—		—	—	
1865	965.458	1.65		237.031	0.45		252.033	3.6		320.620	—		674.233	—		241.213	0.65		335.927	—		117.311	—		—	—	
1866	637.419	1.97		230.621	0.45		122.616	1.3		314.539	—		725.022	—		126.291	1.33		351.665	—		125.653	—		—	—	
1867	1.325.988	2.11		231.583	0.45		210.917	3.0		322.567	—		747.346	—		203.324	0.54		319.374	—		121.656	—		—	—	
1868	1.370.394	2.62		236.458	0.45		347.850	3.0		353.202	—		787.763	—		193.165	0.45 (c)		357.911	—		133.090	—		—	—	
1869	1.822.557	2.94		229.494	0.44		368.017	5.3		393.312	—		871.719	—		204.317	0.48		336.589	—		142.865	—		—	—	
1870	1.840.041	2.88		218.019	0.41		357.133	5.2		342.181	—		933.935	—		211.323	0.40		393.906	—		132.374	—		—	—	
1871	1.747.644	2.71		228.539	0.42		292.116	4.2		371.015	—		1.266.825	—		210.250	0.48		437.522	—		108.061	—		—	—	
1872	2.364.240	3.57		231.383	0.42		332.333	4.9		330.504	—		669.245	—		218.540	0.48 (d)		503.157	—		143.450	—		—	—	
1873	2.383.723	3.30		255.658	0.43		171.334	2.5		371.372	—		278.474	—		206.203	0.45		530.374	—		125.357	—		—	—	
1874	2.135.403	6.12		240.338	0.44		636.250	10		377.043	4		747.223	1.2		215.907	0.47		538.723	00.81		193.362	2.9		—	—	
1875	2.131.022	2.98		236.264	0.43		411.767	6		317.081	3.5		645.142	0.7		173.215	0.39		502.031	0.7		103.471	2.3		—	—	
1876	3.352.155	3.17		242.279	0.44		705.033	10.3		384.365	3.9		830.220	1.3		226.330	0.49		527.810	0.8		154.377	3.3		—	—	
1877	2.501.593	3.30		243.679	0.44		241.123	3.5		441.213	4.3		891.445	1.4		217.838	0.53		541.352	0.30		164.767	3.5		—	—	
1878	2.232.383	4.10		243.078	0.44		563.241	8.2		329.758	3.7		796.849	1.2		203.672	0.44		563.676	0.30		125.530	2.7		—	—	
1879	2.245.745	2.83		248.188	0.44		365.650	5.3		334.657	4.1		901.751	1.4		211.615	0.45		664.132	1.3		137.396	2.9		—	—	
1880	2.742.383	3.35		257.953	0.46		469.543	9.8		416.032	4.5		740.067	1.6		203.245	0.55		321.516	0.5		159.390	3.4		—	—	
1881	3.327.820	3.93		240.922	0.44		675.050	9.8		379.266	4		963.221	1.5		177.537	0.39		526.320	0.8		139.475	2.9		—	—	
1882	3.199.918	3.76		241.455	0.44		672.717	9.8		422.741	4.6		1.073.266	1.7		235.640	0.5		595.972	0.9		161.622	3.4		—	—	
1883	3.292.926	3.76		—	—		731.033	11.9		470.102	5		1.063.982	1.7		237.847	1.5		680.100	0.96		157.603	3.3		—	—	
1884	—	—		—	—		957.733	14.4		475.112	5.1		1.137.506	1.8		—	—		560.422	0.86		158.556	3.2		—	—	

(a) Entrada livre de café desde 14 de julho de 1832.

(b) Imposto de 4 cents.

(c) Imposto de 5 cents.

(d) Entrada livre.

(a) Enquanto a média de consumo de café na Inglaterra baixa, a de chás subiu, em 25 annos, de 1k.10 a 2k.02.

(a) Entrada livre de café.

(a) Direitos de 13.20, por 100 kilos.

(a) Direitos de 156 francos por 100 kilos.

(a) Exclusiva a Sicilia, Veneza a Roma.

(b) Exclusive Veneza e Roma.

(c) Exclusive Roma.

(d) Italia actual.

(e) Direitos de 100 francos por 100 kilos.

(a) Direitos de 50 francos por 100 kilos.

(a) Direitos de 1 florin de ouro por 100 kilos.

(a) Direitos de 3 francos por 100 kilos.

(a) Direitos de 3 francos por 100 kilos.

Neste balanço não vêm comprehendidos a Suecia, Noruega, Portugal e Hespanha, que muito pouco consomem, e a Rússia, que consumiu em um periodo de 10 annos, de 1873 a 1883, somente 1.197.179 saccas, ou 0,08 por habitante em um anno.

Isto vem provar que só pôde ser devido ao enorme tributo, que se paga na Europa.

Outro motivo que faz considerar como valioso o tratado que se acaba de celebrar com os Estados Unidos é o enorme crescimento da produção do café, porque só o Estado de São Paulo teve um augmento sextuplo de 1866 a 1890, e duplicou de 1880 a 1890, regulando dar um augmento annual médio de 200 mil saccas em sua produção, de modo que o embarque da sahida do genero trará estagnação nos mercados brasileiros.

Si de accordo com a estatística de Santos se verifica nestes cinco ultimos annos o augmento de 200 mil saccas por anno, chegar-se-á, infallivelmente, no prazo de 25 annos, a ter, só da zona de S. Paulo, uma produção de 8 milhões de saccas, computados os 3 milhões do presente, o que quasi bastará para supprimento dos mercados dos Estados Unidos e Europa dado o augmento de 80 % de consumo, na proporção no mesmo prazo, conforme a tabella exhibida.

Ora, addicionemos as colheitas dos estados de Espirito Santo, Rio de Janeiro, Minas, e ampliemos o calculo das futuras colheitas de S. Paulo, attenta a grande copia de inimigrantes que de preferencia lá se collocam, não sendo inverosimil a estimativa de 400 mil saccas de augmento annual, só por S. Paulo, e ver-se-á que temos de enfrentar, em tempo talvez proximo, o mo disequilibrio da produção e do consumo.

Em taes condições, o tratado é medida de grande previsão, empenhando-se em dilatar a exportação do nosso principal producto.

E, em relação ao assucar, eu teria de produzir quasi o mesmo argumento.

O SR. VIRGILIO PESSOA — Ah! é difficil.

O SR. MORAES BARROS — Ah! o defeito está na restricção.

O SR. LAPÊR — As nações productoras de assucar são em grande numero, pelo facto de extrahir-se o assucar de muitas plantas, quando o café constitue quasi um monopolio de produção do Brazil.

Nos Estados Unidos, já está iniciada a cultura da beterraba, existindo, tambem, fabricas já montadas, para aperfeiçoamento do assucar baixo.

Comprehende-se que si deixar a grande União de tributar algumas qualidades de assucar, facilmente ellas terão entrada nos mercados americanos, ao passo que si alli for tributado o assucar brasileiro, brevemente deixará de entrar nos ditos mercados.

Não nutro esperança de salvação para a lavoura do assucar do Brazil, sem a franquia para os seus productos, dos portos americanos; e consultadas as tabellas de exportação se verifica o decrescimento gradual das entradas no mercado dos Estados Unidos.

A canna de assucar não pôde alimentar a pretensão de em pequeno prazo supplantar a sua rival, a beterraba, ser-

vida pela barateza da industria européa e tão propiciada pelo cultivo que elevou a sua riqueza em porcentagem saccharina, a 14 e 16 %, havendo, mesmo, exemplo, na Allemanha, de 18 %, quando, em principio, só tinha 6 % ao passo que aquella desceu de 18 a 14 %.

Em relação á industria dos tecidos, é sabido que o algodão produz no Brazil em muito maior cópia do que em qualquer outro paiz.

As fabricas de Minas, eu o sei por dados que me foram fornecidos e pelas publicações feitas na imprensa, tiram um lucro de 30 %, e isso se deduz dos preços por que o algodão é adquirido.

Em Minas colhem-se 400 arrobas de algodão por alqueire, e vende-se a 3\$ com caroço, ou então a 12\$, desde que seja descaroçado, trazendo, assim, uma renda de 1:200\$ a 4:000\$, para os productores de algodão.

O SR. MORAES BARROS dá um aparte.

O SR. LAPÉR — Tenho o testemunho de dignissimos representantes mineiros, e, naturalmente, em S. Paulo deve se dar a mesma cousa.

O SR. MORAES BARROS — Tanto assim, não; a média de S. Paulo é inferior.

O SR. LAPÉR — Mas, mesmo assim sendo, 200 arrobas por alqueire, temos 2 contos por cada alqueire ou 2 1/2 hectares de terreno.

Entretanto, na fabricação dos tecidos ainda avulta mais a renda que vem do trabalho industrial. Quatro arrobas de algodão reduzidas a tecido grosso para o consumo ordinario, desse algodão, chamado americano, dão, nas fabricas de tecidos, 500 metros, mais ou menos.

O preço de cada peça de 10 metros é de 2\$ a 2\$500, o que vem importar em 100 a 125\$, mais ou menos; de modo que esses industriaes de Minas e, talvez, de S. Paulo chegarão a ter uma renda avultada, uma renda superior á que resulte de qualquer outro producto nacional.

Fallar-se-á, naturalmente, dos capitais das fabricas, mas relativamente á compensação, são elles insignificantes. Cada tear regula dar annualmente o resultado de 1:000\$ liquido, na provincia de Minas, custando uma fabrica que póde ter 100 teares a quantia de 250:000\$, ou pouco mais.

O SR. MORAES BARROS — Não ha duvida alguma que as fabricas de tecidos estão prosperando em Minas e S. Paulo.

O SR. LAPÉR — Não sei si em S. Paulo dá-se o mesmo; mas tenho os dados colhidos das fabricas de Minas, que demonstram que temos uma grande vantagem em competencia com o algodão dos Estados Unidos.

Além dos exaggerados salarios que alli ha, da menor produção da materia prima e dos onus do transporte para o Brazil, não posso conceber como lutar-á elle com o nosso algodão, que apenas terá de pagar o custo do transporte por pequenas extensões das nossas estradas de ferro, ou, então, terá de ser manufacturado nos proprios centros de cultura, quando as fabricas ali existam, como acontece no interior.

As fabricas desta Capital estabeleceram-se em condições menos economicas, com a aquisição de terrenos e predios

caros, e não dispõem de motores hydraulicos, como quasi todas as do centro do paiz.

Quanto á industria pecuaria, não podem os Estados Unidos sobrepujar o Brazil, porquanto o nosso clima e a nossa terra são, para tanto, especialmente favorecidos. Quasi que por todos os outros paizes em que se faz a criação deve ella ser rodeada de precauções para a alimentação e protecção dos animaes, contra a inclemencia das estações.

Não conhecemos inverno que obrigue a guardar, em estabulos caramente edificadlos, todos os animaes, por uma terça parte do anno, prejudicando a engorda, que não se compadece com o frio; não precisamos de preparar pastagens, nem amontoar forragens, e, ainda, dispensa-se a circumscripção em espaços apertados do gado, o qual vive á solta nos nossos campos, distinguida a propriedade, tão pouco dispendiosa é ella, por simples marca, que vede a confusão do dominio.

Por toda a parte do Brazil — no Pará, em Minas, no Ceará, no Paraná, no Rio Grande —, cresce o gado, pôde-se dizer espontaneamente, e é incontestavel que o uso da carne é geral em toda a nossa população, o que não se dá na Europa nem nos Estados Unidos.

Em resultado dos elementos que a favorecem, custa tão pouco a criação, que uma cabeça de gado vaccum pôde valer no Ceará e em Matto Grosso 20\$, e no Paraná, Rio Grande e Pará, quando muito, 50\$, emquanto que nos Estados Unidos, pela deficiencia de pastagens, pela necessidade de abrigo para os animaes e por outras circumstancias, custa de 130\$ a 150\$, e 250\$ a 300\$ na Europa.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Peço permissão a V. Ex. para dar-lhe um aparte.

O SR. LAPÉA — Pois, não?

O SR. ANTÃO DE FARIA — Note o nobre representante que o gado no Rio Grande do Sul pesa 150 kilos a 200, emquanto que nos Estados Unidos pesa 600.

O SR. GABINO BEZOURO — E' um facto.

O SR. LAPÉA — Pôde apparecer um ou outro de raça especial, mas isso não constitue o normal.

O gado dos Estados Unidos, segundo informações que tenho, pesa, quando muito, 200 a 250 kilos.

Pôde bem acontecer que algum gado especial tenha o peso apontado pelo nobre representante, mas este não é destinado para o consumo ordinario.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Mas ainda tem o custo.

O SR. LAPÉA — Apesar disso, não pôde concorrer com-nosco, admitindo-se todas as condições favoraveis.

Temos depois, Sr. Presidente, a questão das madeiras, que diz respeito á importação do pinho com o abatimento de 25 % nos direitos de importação.

A esse respeito vejo aqui o seguinte: (Lê) Pagava, até a data do tratado actual, o pinho 23 réis por pé, e importámos no exercicio ultimo 22.085.158 pés, que redundam em uma differença, apenas, de 126.000\$000.

Notem os nobres representantes que a derrubada das madeiras no Brazil não se faz com as mesmas facilidades que

se tem na America. As nossas florestas não offerecem condições taes, de modo que se possa fazer o trabalho seguido e de modo a dar vantagens. Como lavrador, conheço bem as difficuldades com que se lucta nas nossas terras para poder-se aproveitar as arvores e para poder haver a madeira que sirva para a construção.

Na America as florestas de pinho constituem um serrado de vegetação, e ainda mesmo que esta madeira não possa valer tanto quanto a nossa para a construção, marcenaria e moveis, dá um resultado vantajoso na exploração, pela grande quantidade de madeiras que em um espaço dado se tira para abastecer os mercados, quer nacionaes, quer estrangeiros.

Temos pinheirões no Paraná e em Minas Geraes, mas é preciso notar que o nosso pinho não pôde comparar-se com o dos Estados Unidos, não sendo de resina, todo elle é da especie chamada — branca: não pôde resistir ao tempo de modo que se façam habitações que não venham a apodrecer e a desfazer-se em poucos annos.

Ora, querer-se-á, á custa do interesse publico e da economia da construção, edificar casas com o pinho podre das nossas florestas do Paraná e outras? Certamente que não.

O SR. ALEXANDRE STOCKLER — O de Minas é excellente.

O SR. LAPÊR — Mas não é esse o pinho de resina, destinado ás construcções, é um pinho branco.

O SR. ALEXANDRE STOCKLER — É muito superior ao do Paraná.

O SR. LAPÊR — Abandonando, porém, esta questão, não ha negar, em relação á exploração de madeiras propriamente, que é por enquanto inexequivel, desde que tenhamos de abater arvores raramente semeadas nas mattas, sobre carregado o serviço com carretas de dous e, ás vezes, mais kilometros de distancias, por exemplo. Não haverá quem queira entregar-se a trabalho tão ingrato e tão pouco compensador do esforço humano, para vencer, além disso, o oneroso transporte das estradas de ferro, das quaes depende a solução do problema do commercio indigena, vedados os proprios generos do consumo, como o milho, o feijão, o arroz e tantos productos alimenticios do interior do paiz, mesmo do interior do Estado do Rio de Janeiro, de poderem chegar aqui, ao mercado, pela difficuldade do transporte, a ponto de sermos obrigados a receber supprimentos do estrangeiro.

Em relação ao kerosene, clama-se contra a excepção aberta para este liquido, sujeito a direitos de entrada, que o seria em prejuizo das classes pobres.

Falha, ainda no caso, a razão para se combater o tratado, pois por disposição anterior das tarifas das nossas alfandegas, está exceptuado do imposto de entrada o kerosene bruto.

E, ainda, uma providencia que veio trazer vantagens e rendas para as nossas fabricas, proporcionando ao trabalho nacional com a distillação do petroleo vindo das jazidas dos Estados Unidos um lucro, que teriamos em menor escala com a entrada do kerosene limpo.

Ao envez de encarecer a luz do pobre, só pôde barateal-a (Apartes diversos) a entrada do kerosene bruto.

Já me referi ao pequeno consumo do café na Europa, observando ser, realmente, extraordinário que, contados os consumidores desta producto na Europa em perto de 200 milhões de habitantes, ao passo que a União Americana tem 60 milhões, não tinha fundamento o que se tem dito em relação ao consumo de café que se faz na America, pelo habito, que alli constituíram, do uso da bebida.

Realmente, seria de pasmar tal dissimilitude, em contradição com as leis da Biologia, de sorte que, dando-se entrada do café na Europa, ao mesmo tempo que se deu na America, não se entregasse o europeu ao consumo do mesmo café, ao passo que o americano, em desharmonia com a melhor parte do mundo civilizado, desordenou-se em receber o nosso producto, embora em proporção muito mais minguada fosse de seu interesse fazel-o, encurada a exigua troca que de seus productos faziamos, em comparação com os largos abastecimentos do nosso mercado pelos artigos inglezes, francezes e allemães.

Vem a bello recordar o que em nossa praça deu-se, ha poucos annos, pelo facto da elevação artificial do preço do café, tentado aqui por capitalistas que quizeram lutar com o colosso dos capitalistas americanos.

UM SR. REPRESENTANTE — O syndicato.

O SR. LAPÊR — Sim, o syndicato organizado para elevar o preço do café. Elles paralyzaram, procuraram impedir as exportações para a America, de maneira que dahi resultou, Sr. Presidente, pela elevação do preço, persistente retração e fugida dos compradores dos mercados do Rio e Santos, reflectindo-se nas sahidas do café em Nova York, onde, apesar dos grandes depositos que lá existiam, reduziram-se de 50 a 60 mil saccas, que se vendiam ordinariamente por semana, a 15 ou 20 mil. Isto prova que, a dar-se o caso de se elevarem os preços do café, o que redundaria no augmento dos preços, a sahida deste para a America ficaria muito reduzida. (Apoiados.)

Tendo-me referido, Sr. Presidente, mais ou menos, ás condições praticas da questão, e tendo pesado, quanto em minhas forças coube, as vantagens que nos traz o tratado com os Estados Unidos, e sem que venha tomar a defesa da maneira por que o Governo do paiz entendeu dever fazel-o, sem consultar a opinião do Congresso...

UM SR. REPRESENTANTE — Ahi é que está o erro do Governo.

O SR. LAPÊR — ...que sobre elle devia dizer a ultima palavra, parece-me, Sr. Presidente, que o mesmo tratado só pôde trazer beneficios para o paiz, protegendo as unicas industrias que são a fonte de toda a sua renda, e que, pelo monopolio que de uma dellas têm, a do café, gozará por muitos annos da supremacia contra qualquer outra industria que possa concorrer com os mercados estrangeiros.

Depois, perguntaria eu, aos que defendem nossas pequenas industrias: Onde conseguiriamos consumo para os moveis, para a banha, cereaes, farinha, tecidos e tudo mais que na especie pudesse produzir nosso paiz?

Não seria nos mercados estrangeiros: a America não precisa; a Europa desde muito os exporta; as colonias aus-

tralianas de muitos delles superabundam; seria necessario que o consumo se fizesse no proprio Brazil; mas não seria facultado senão com os capitães derivados dos outros productos de exportação.

Si o café e o assucar não dessem a renda, o dinheiro, quem havia de consumir moveis, tecidos, productos ceramicos e o mais que o Brazil produzisse? Não creio que os defensores das industrias brasileiras possam, em um futuro mesmo longinquo, levar esses productos a um mercado estrangeiro.

Nestas condições, entendo, Sr. Presidente, presto o curso de reflexões praticas, dos dados estatísticos, provando ao Congresso que qualquer tratado, este ou outro que o Congresso ordinario approve, facilitando o commercio com os Estados Unidos, seria favoravel aos interesses do Brazil, (*Muito bem; muito bem.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Defendeu perfeitamente; isso é o fructo de um estudo consciencioso.

VOZES — É unico discurso pratico sobre a materia.

Fica a discussão adiada, pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de votos

Declaro que votei pela approvação da emenda do Sr. representante Bernardino de Campos, considerando approvadas as nomeações feitas para a justiça federal.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Rosa Junior.*

Declaramos que votámos a favor da emenda do Sr. Martinho Prado Junior que dava aos estados a faculdade de rescindirem as concessões de terras devolutas.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Baptista da Moita.* — *Fróes da Cruz.* — *Antão de Faria.*

Declaro que votei contra a emenda do Sr. representante General Julio Frota, em que estabelece o voluntariado sem premio para preenchimento das fileiras do Exercito, de preferencia ao sorteio, por ser, positivamente, nullo o seu resultado pratico, e o julgar contrario ás boas regras da organização militar.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1891. — *Rosa Junior.*

Declaro que votei a favor da emenda dos Srs. Gil Goulart e Monteiro de Barros, que propunha a dissolução do Congresso, depois de approvada a Constituição, porque sempre considerei o presente Congresso, como uma Constituinte, cuja missão devia terminar pela promulgação da Constituição e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica, mas nunca com poderes de camaras ordinarias.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Almeida Barreto.*

Declaramos que votámos em favor dos additivos ao projecto de Constituição assignados pelos Srs. Francisco Veiga e Martinho Prado Junior, fazendo depender da approvação do Congresso todas as concessões do Poder Executivo que importem em augmento de despesa e diminuição de receita,

assim como as de garantia de juros e auctorizando os estados a rescindirem os contractos de concessão de terras, mediante determinadas indemnisações.

Sala das sessões, 15 de fevereiro de 1891. — *Manoel Francisco Machado*. — *Almino Affonso*. — *Uchôa Rodrigues*.

Declaro que votei contra a emenda do Sr. Bernardino de Campos e outros pela qual o Congresso, em vez de encetar suas funções ordinarias logo após a promulgação da Constituição, só as encetará a 15 de junho.

Julgo inconveniente esta emenda, porque das concessões feitas pelo Governo, muitas que agora podiam ser annulladas sem onus para o Thesouro, só o poderão ser mais tarde mediante indemnização aos concessionarios.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Antão da Faria*.

Declaração

Para evitar duvidas que se queiram suscitar sobre a verdadeira intelligencia a dar-se ás emendas approvadas pelo Congresso aos arts. 49 e 78 da Constituição, os abaixo assignados, como auctores das mesmas emendas, apresentam a seguinte declaração:

No art. 49, conforme dispõe o texto, tratava-se, particularmente, de incompatibilizar o *exercício simultaneo* do cargo de *Ministro de Estado* com o de outro emprego ou função publica.

A emenda approvada, ampliando essa disposição, estatuiu que a incompatibilidade resultará, não do exercício sómente, mas do simples facto da accumulção desse cargo com algum emprego publico. Assim, o cidadão que acceitar o cargo de *Ministro de Estado*, perderá, *ex-vi* desse preceito, o emprego ou função publica em que se achar investido.

O art. 78, abrangendo a generalidade dos casos, dispunha sobre a incompatibilidade relativa aos cidadãos investidos em funções de qualquer dos tres poderes, sem cogitar do caso particular relativo ao *Ministro de Estado*, pois que este já ficára previsto e regulado pelo art. 49.

A emenda, corrigindo o rigor do texto (em virtude do qual nem sequer o deputado, ou senador, poderia ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Republica), estabeleceu, simplesmente, a incompatibilidade do *exercício simultaneo* das funções.

Em conclusão, dos preceitos constitucionaes consagrados, em virtude da approvação das emendas, resulta que:

1º. O cidadão que acceitar o cargo de *Ministro de Estado* perderá, só por esse facto, o emprego publico em que se achar investido.

2º. O cidadão que, estando investido em funções de qualquer dos tres poderes federaes, acceitar outro emprego publico, *que não seja o cargo de Ministro de Estado*, sómente deixará o exercício daquellas funções.

Não existe, portanto, antinomia, nem contradicção entre as disposições das duas emendas; ao contrario, dispondo sobre

hypotheses diversas, ellas se harmonizam perfeitamente, res-tabelecendo, com a propria letra, o systema do projecto de Constituição, apresentado pelo Governo Provisorio.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Campos Salles.* — *B. de Campos.* — *Carlos Garcia.* — *A. Moreira da Silva.* — *Moraes Barros.* — *Lopes Chaves.* — *Paulino Carlos.* — *Domingos de Moraes.* — *Rodolpho Miranda.* — *A. Gordo.* — *Almeida Nogueira.* — *Glicerio.* — *J. A. Rubião Junior.* — *A. Pinheiro.*

Declaramos que votámos a favor dos additivos do Sr. Martinho Prado Junior, já tornando dependentes de approvação do Congresso ordinario as garantias de juros concedidas pelo Governo Provisorio e não autorizadas por lei, já concedendo aos estados a faculdade de rescindirem os contractos de concessões de terras devolutas, situadas nos mesmos estados, sem outra indemnização aos concessionarios que o preço da aquisição, juros de 5 % ao anno sobre o capital empregado e despesas de medição.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Homero Baptista.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Thomaz Flores.* — *Rojos de Medeiros.* — *Menna Barreto.* — *Pereira da Costa.* — *Ramiro Barcellos.* — *Assis Brasil.* — *Dutra Nicacio.* — *Abreu.* — *Antonio Olympio.* — *C. Paletta.* — *F. Pires.* — *Paizão.* — *J. Avellar.* — *F. Badaró.* — *Sampaio Ferraz.* — *Abbot.* — *Pinheiro Machado.* — *Julio de Castilhos.*

Declaramos ter votado a favor do additivo do Sr. Francisco Veiga que torna dependente de approvação do Congresso todas as concessões que importarem em augmento de despesa ou diminuição de receita.

Sala das sessões, 14 de fevereiro de 1891. — *Aristides Maia.* — *Gonçalves Ramos.* — *Antonio Olympio.* — *J. Avellar.* — *Aristides Lolo.* — *Dutra Nicacio.* — *Murquim Werneck.* — *Jesuíno de Albuquerque.* — *Thomaz Delfino.* — *Sampaio Ferraz.* — *R. Osorio.* — *Homero Baptista.* — *Victorino Monteiro.* — *Alcides Lima.* — *Abreu.* — *Pereira da Costa.* — *Assis Brasil.* — *Abbot.* — *Ramiro Barcellos.* — *Lopes Troad.* — *C. Paletta.* — *F. Badaró.* — *F. Pires.* — *Paizão.* — *Martinho Prado Junior.* — *Cassiano do Nascimento.* — *Borges de Medeiros.* — *Thomaz Flores.* — *Julio de Castilhos.* — *Menna Barreto.* — *Pinheiro Machado.* — *Bulhões.* — *Natal.* — *Canedo.* — *Francisco Amaral.* — *João Luiz.* — *Manoel Fulgencio.* — *Ferreira Rabello.* — *Gabriel de Magalhães.* — *Carlos Chagas.* — *F. Penna.* — *Lamounier Godofredo.* — *Americo Lobo.* — *Baptista da Motta.* — *Frões da Cruz.* — *Belfort Vieira.* — *Santos Pereira.* — *Saraiva.* — *Raimundo Bandeira.* — *José Simão.* — *Bellarmino Carneiro.* — *João Pedro.* — *Serzedello Corrêa.* — *Antão de Faria.* — *Chagas Labate.* — *França Carvalho.*

O Sr. PRESIDENTE designa para 16 do corrente a seguinte ordem do dia:

1ª parte — Discussão das emendas ao projecto de Constituição, approvadas na 2ª discussão, até 3 1/2 horas.

2ª parte — Continuação da discussão das indicações sobre o tratado de commercio americano.

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

Confrontação das emendas approvadas em 2ª discussão, com o projecto, approvado na mesma discussão

Redacção, approvada em 2ª discussão, do projecto
de Constituição dos Estados Unidos do Brazil

Emendas approvadas em 2ª discussão

TITULO PRIMEIRO

DA ORGANIZAÇÃO FEDERAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Nação Brasileira adopta como forma de governo, sob o regimen representativo, a Republica federativa, e constitue-se por união perpetua e indissolúvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brazil.

Art. 2º. Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo municipio neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto o Congresso não tomar outra deliberação.

Paragrapho unico. Si o Congresso resolver a mudança da capital, escolhido, para este fim, o territorio, mediante o consenso do Estado ou Estados de que houver de desmembrar-se, passará o actual Districto Federal de per si a constituir um Estado.

Art. 3º. Fica pertencendo á União uma zona de 400 leguas quadradas, situada no planalto central da Republica, a qual será opportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal.

Art. 4º. Os Estados podem encorporar-se entre si, subdividir-se, ou desmembrar-se, para se annexa-

Ao art. 1º. Acrescente-se depois da palavra — Federativa — o seguinte: — proclamada a 15 de novembro de 1889. — *Lacerda Coutinho e outros.*

Ao art. 2º, paragrapho unico. Supprimam-se as palavras — escolhido para este fim o territorio, mediante o consenso do Estado ou Estados de que houver de desmembrar-se — (para que o mesmo paragrapho se harmonize com o art. 3º). — *José Hygino.*

rem a outros, ou formarem novos Estados, mediante aquiescencia das respectivas assembléas legislativas em dous annos successivos, e approvação do Congresso Nacional.

Art. 5º. Incumbe a cada Estado prover, a expensas proprias, as necessidades de seu governo e administração; a União, porém, o subsidiará em caso de calamidade publica, quando o Estado ou Estados solicitarem.

Art. 6º. O Governo Federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo:

1º. Para repellir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2º. Para manter a fórma republicana federativa;

3º. Para restabelecer a ordem e a tranquillidade nos Estados, á requisição dos respectivos governos;

4º. Para assegurar a execução das leis do Congresso e o cumprimento das sentenças federaes.

Art. 7º. É da competencia exclusiva da União decretar:

1º. Impostos sobre a importação de procedencia estrangeira;

2º. Direitos de entrada, sahida e estada de navios, sendo livre o commercio de costeagem ás mercadorias nacionaes, bem como ás estrangeiras que já tenham pago imposto de importação;

3º. Taxas de sello;

4º. Contribuições postaes e telegraphicas;

5º. A criação e manutenção de alfandegas;

6º. A instituição de bancos emissores.

§ 1º. Os impostos decretados pela União devem ser uniformes para todos os Estados.

§ 2º. As leis, actos e sentenças das auctoridades da União executar-se-ão, em todo o paiz, por funcio-

Ao art. 7º, § 3º

Accrescente-se:

Nos actos e negocios da União. — *Arthur Rios.*

Ao n. 4. Nos correios e telegraphos federaes. —

A. Stockled e outro.

Ao art. 7º

Ao art. 7º, n. 6º, accrescente-se — não comprehendidos os de credito real. — *F. A. Rosa e Silva.*
— *Annibal Falcão.*

nários federaes, ficando facultado ao Governo da União confiar a execução aos dos Estados mediante annuência destes.

Art. 8º. E' vedado ao Governo Federal crear, de qualquer modo, distincções e preferencias em favor dos portos de uns contra os de outros Estados.

Art. 9º. E' da competencia exclusiva dos Estados decretar impostos:

1º. Sobre a exportação de mercadorias que não sejam de outros Estados;

2º. Sobre a propriedade territorial e sobre predios;

4º. Sobre industrias e profissões.

§ 1º. E' isenta de impostos, no Estado por onde se exportar, a producção dos outros Estados.

§ 2º. Só é licito a um Estado tributar a importação de mercadorias estrangeiras quando destinada a consumo no seu territorio, revertendo, porém, o producto do imposto para o Thesouro Federal.

Art. 10. E' prohibido aos Estados tributar bens e rendas federaes, ou serviços a cargo da União, e reciprocamente.

Art. 11. E' vedado aos Estados, como á União:

1º. Crear impostos de transito pelo territorio de um Estado, ou na passagem de um para outro, sobre productos de outros Estados da Republica, ou estrangeiros, e bem assim sobre os vehiculos, de terra e agua, que os transportarem;

2º. Estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercicio de cultos religiosos.

Art. 12. Além das fontes de receita discriminadas nos arts. 7º e 9º, é licito á União, como aos Estados, cumulativamente, ou não, crear outras quaesquer, não contravindo o disposto nos arts. 7º, 9º e 11, § 1º.

Accrescente-se:

5º. Taxas de sello nos actos emanados do seu governo e em negocios de sua economia. — *Arthur Rios*.

6º. Contribuições postaes e telegraphicas nos correios e telegraphos do Estado. — *A. Stockler* e outros.

Accrescente-se ao art. 9º o seguinte:

§ 3º. Fica salvo aos Estados o direito de estabelecerem linhas telegraphicas entre os diversos pontos e seus territorios, e entre estes e os de outros Estados, que se não acharém actualmente servidos, taxar as contribuições, podendo a União desapropriar-os, sempre que for de interesse geral.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891.
— *Augusto de Freitas*.

Art. 13. O direito da União e dos Estados de legislarem sobre viação ferrea e navegação interior, será regulado por lei do Congresso Nacional.

Art. 14. As forças de terra e mar são instituições nacionaes permanentes, destinadas á defesa da Patria no exterior e á manutenção das leis no interior.

Dentro dos limites da lei, a força armada é essencialmente obediente aos seus superiores hierarchicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionaes.

Art. 15. São órgãos da soberania nacional os poderes Legislativo, Executivo e Judiciario, harmonicos e independentes entre si.

Secção I

DO PODER LEGISLATIVO

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 16. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, com a sancção do Presidente da Republica.

§ 1º. O Congresso Nacional compõe-se de dois ramos: a Camara dos Deputados e o Senado.

§ 2º. A eleição para senadores e deputados far-se-á simultaneamente em todo o paiz.

ao art 13

Propomos que se acrescente — devendo, porém, a navegação de cabotagem ser feita por navios nacionaes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Baptista da Motta* e outros.

Ao art. 14

Accrescente-se, no final deste artigo:

Os officiaes da Armada e classes annexas terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exército nos cargos de igual categoria.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart*. — *Domingos Vicente*. — *Monteiro de Barros*. — *Athayde Junior*.

Ao art. 16

§. A União reconhece e garante a representação das minorias, que regulará por lei. — *Almino Afonso*.

§ 3º. Ninguém pôde ser, ao mesmo tempo, deputado e senador.

Ao art. 17. O Congresso reunir-se-á, na Capital Federal, aos 3 de maio de cada anno, independentemente de convocação, e funcionará quatro mezes, da data da abertura, podendo ser prorogado, o ou convocado extraordinariamente.

§ 1º. Cada legislatura durará três annos.

§ 2º. O Governo do Estado em cuja representação se der vaga por qualquer causa, inclusive renuncia, fará proceder immediatamente á nova eleição.

Art. 18. A Camara dos Deputados e o Senado trabalharão separadamente e em sessões publicas, quando não se resolver o contrario por maioria de votos. As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

Paragrapho unico. A cada uma das camaras compete:

Verificar e reconhecer os poderes de seus membros;

Eleger a sua Mesa;

Organizar o seu Regimento interno;

Regular o serviço de sua policia interna;

Nomear os empregados de sua secretaria.

Art. 19. Os deputados e senadores são inviolaveis por suas opiniões, palavras e votos no exercicio do mandato.

Art. 17. Depois das palavras — O Congresso reunir-se-á, na Capital Federal, a 3 de maio de cada anno — acrescente-se: — salvo si uma lei ordinaria designar outro dia. — S. R.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891. — *Campos Salles* e outros.

art. 17

Onde se diz — podendo ser prorogado, acrescente-se: adiado.

Acrescente-se, no fim do artigo: a prorrogação e o adiamento da sessão do Congresso só poderão ser determinados por deliberação do mesmo Congresso. — *Arthur Rios*.

Ao art. 18

Substituam-se as palavras — as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros — por estas:

As deliberações serão tomadas por maioria de votos, achando-se presente em cada uma das camaras a maioria absoluta dos seus membros. — *José Hygino*. — *Amphilophio*.

Art. 20. Os deputados e os senadores, desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Camara. E, neste caso, levado o processo até pronuncia exclusiva, a auctoridade processante remetterá os autos á Camara respectiva, para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato.

Ar. 21. Os membros das duas camaras, ao tomar assento, contrahirão compromisso formal, em sessão publica, de bem cumprir os seus deveres.

Art. 22. Durante as sessões vencerão os senadores e deputados um subsidio pecuniario igual, além da ajuda de custo, fixado pelo Congresso, no fim de cada legislatura, para a seguinte.

Art. 23. Desde que tenham sido eleitos, os membros do Congresso não podem celebrar contractos com o Poder Executivo, nem d'elle receber empregos, ou commissões, remunerados, salvo missões diplomaticas, commissões militares, ou cargos de accesso ou promoção legal.

Parapho unico. O mandato legislativo é incompativel com o exercicio de qualquer outra função durante as sessões.

Ao art. 24. O deputado ou o senador não póde ser nomeado para cargo diplomatico, ou commando militar, sem licença da respectiva Camara, nem ser presidente ou fazer parte de directoria de bancos, companhias ou empresas que gozem de favores do Governo Federal.

Art. 25. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

Ao art. 24

Em vez das palavras — ser nomeado — diga-se — aceitar nomeação.

Accrescente-se ao final do mesmo artigo o seguinte: — sob pena de perda do mandato.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *A. Cavalcanti*.

Acrescenta-se ao art. 24 o paragrapho seguinte:
Para cargo diplomatico e commando militar, em caso de guerra, ou naquelles em que se ache commettida a honra e integridade da União, poderá ser nomeado o senador, ou deputado indepenentemente de licença da respectiva Camara.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Custodio de Mello*. — *A. Azeredo*. — *Dionisio Cerqueira*.

1°. Estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro, e ser alistavel como eleitor;

2°. Para a Camara, ter mais de quatro annos de cidadão brasileiro, e mais de seis para o Senado.

Esta disposição não comprehende os cidadãos a que refere-se o n. 4 do art. 68.

Ar. 26. O Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral.

CAPITULO II

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 27. A Camara dos Deputados se compõe dos representantes da Nação, eleitos por Estados e pelo Districto Federal, mediante suffragio directo.

§ 1°. O numero de deputados será fixado pelo Congresso, em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse numero ser inferior a quatro por Estado.

Ao art. 27

Em vez de — por estados — diga-se: — pelos estados. — *Gabriel de Magalhães*.

§ 2º. Para este fim mandará o Governo Federal proceder, desde já, ao recenseamento da população da Republica, o qual se reverá decennialmente.

Art. 28. Compete á Camara a iniciativa de todas as leis de impostos, das leis de fixação de forças de terra e mar, da discussão dos projectos offerecidos pelo Poder Executivo e a declaração da procedencia ou improcedencia da accusação contra o Presidente da Republica nos termos do art. 52, e contra os secretarios de Estado nos crimes connexos com os do Presidente da Republica.

CAPITULO III

DO SENADO

Art. 29. O Senado compõe-se de cidadãos elegíveis, nos termos do art. 25 e maiores de 35 annos, em numero de tres senadores por cada Estado e o Districto Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o são os deputados.

Art. 30. O mandato de senador durará nove annos, renovando-se o Senado pelo terço triennialmente.

Paragrapho unico. O mandato do senador eleito em substituição de outro durará o tempo restante ao do substituido.

Art. 31. O Vice-Presidente da Republica será *ipso facto* o Presidente do Senado, onde só terá o

Accrescente-se o seguinte:

Paragrapho unico. O numero de deputados, e a forma da eleição, serão regulados por lei ordinaria do Congresso Nacional.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gabriel de Magalhães.*

Ao art. 28

Depois da palavra — iniciativa — accrescente-se: — do adiamento da sessão legislativa —, e o mais como está no projecto. — *Arthur Rios.*

voto de qualidade, e será substituído, nas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente dessa Câmara.

Art. 32. Compete privativamente ao Senado julgar o Presidente da República e os demais funcionários federais designados pela Constituição, nos termos e pela forma que ella prescreve.

§ 1º. O Senado, quando deliberar como tribunal de justiça, será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º. Não proferirá sentença condemnatoria senão por dous terços dos membros presentes.

§ 3º. Não poderá impor outras penas mais que a perda do cargo e a incapacidade de exercer qualquer outro, sem prejuizo da acção da justiça ordinaria contra o condemnado.

CAPITULO IV

DAS ATTRIBUIÇÕES DO CONGRESSO

Art. 33. Compete privativamente ao Congresso Nacional:

1º, orçar a receita e fixar a despesa federal, annualmente, tomando as contas da receita e despesa de cada exercicio financeiro;

2º, auctorizar o Poder Executivo a contrahir empréstimos e fazer outras operações de credito;

3º, legislar sobre a divida publica, e estabelecer os meios para o seu pagamento;

4º, regular a arrecadação e distribuição das rendas federaes;

5º, regular o commercio internacional, bem como o dos estados entre si e com o Districto Federal, alfandegar portos, crear, ou supprimir, entrepostos;

6º, legislar sobre a navegação dos rios quando banhem mais de um Estado, ou extendam-se a territorios estrangeiros.

7º, determinar o peso, valor, inscripção, typo e denominação das moedas;

8º, crear bancos de emissão, legislar sobre ella, e tributá-la;

9º, fixar o padrão dos pesos e medidas;

10, approvar os tratados de limite celebrados pelos estados entre si, e resolver os conflictos que se suscitem entre elles a tal respeito;

11, resolver definitivamente sobre os limites do Districto Federal e os do territorio nacional com as nações limitrophes.

12, auctorizar o Governo a declarar a guerra, extinguir o recurso do arbitramento, e a fazer a paz;

13, resolver definitivamente sobre os tratados e convenções com as nações estrangeiras;

14, designar a Capital da União;

15, conceder subsidios aos estados na hypothese do art. 5º;

16, legislar sobre o serviço dos correios e telegraphos;

17, adoptar o regimen conveniente á segurança das fronteiras;

18, fixar annualmente as forças de terra e mar;

Aos ns. 10 e 11

O § 1º do art. 33, que trata das attribuições do Congresso, substitua-se pelo seguinte: Compete privativamente ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os limites dos estados entre si, os do Districto Federal e os do territorio nacional com as nações limitrophes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Felizbello Freire*.

Do art. 33, n. 12

Substitua-se pelo seguinte:

Auctorizar o Governo a declarar a guerra si não tiver logar, ou não puder produzir seus effeitos, o recurso do arbitramento, e a fazer a paz. — *Serzedello Corrêa*.

Accrescentem-se ao n. 16 do art. 33 as palavras — da União. — *Augusto de Freitas*.

19, legislar sobre a organização do Exército e da Armada;

20, conceder, ou negar, passagem a forças estrangeiras pelo território do país, para operações militares;

21, mobilizar e utilizar a força policial dos estados, nos casos taxados pela Constituição;

22, declarar em estado de sítio um ou mais pontos do território nacional, na emergência de aggressão por forças estrangeiras, ou de commoção interna, e approvar, ou suspender, o sítio que houver sido declarado pelo Poder Executivo ou seus agentes responsáveis, na ausencia do Congresso;

23, regular as condições e o processo da eleição para os cargos federaes em todo o país;

24, decretar as leis processuaes da justiça federal;

25, estabelecer leis uniformes sobre naturalização e fallencia;

26, definir e punir os crimes politicos, os de falsificação de moeda e dos titulos publicos da União, e os commettidos no alto mar;

27, fixar os vencimentos dos ministros de Estado;

Substitua-se o § 24 do art. 33 pelo seguinte:

Mobilizar e utilizar a Guarda Nacional ou milicia civil dos estados nos casos taxados na Constituição. — *A. Gordo.* — *B. de Campos.* — *A. Moreira da Silva.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.* (Approvada, salva a redacção.)

Substitua-se o n. 24 pelo seguinte: Legislar sobre o Direito Civil, Criminal, Commercial e Processual da Republica. — *Leovigildo Figueiras.*

Accrescente-se ao n. 26 do art. 33 (*in fine*): — e os de contrabando.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891 — *Luiz Murat.* — *L. de Bulhões.*

Ao art. 33, n. 27

Supprima-se o n. 27, cuja disposição está comprehendida na do n. 28. — *José Hygino.*

28, crear e supprimir empregos publicos federaes, fixar-lhes as attribuições, e estipular-lhes os vencimentos;

29, organizar a justiça federal nos termos do do art. 54 e seguintes da Secção III;

30, legislar contra a pirataria e os attentados ao Direito das Gentes;

31, conceder amnistia;

32, commutar e perdoar as penas impostas por crimes de responsabilidade, aos funcionarios federaes;

33, legislar sobre terras de propriedade nacional e minas;

34, legislar sobre a organização municipal do Districto Federal, bem como sobre a policia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o Governo da União;

35, submeter a legislação especial os pontos do territorio da Republica necessarios para a fundação de arsenaes, ou outros estabelecimentos e instituições de conveniencia federal;

36, regular os casos de extradição entre os estados;

37, decretar as leis e resoluções necessarias ao exercicio dos poderes que pertencem á União;

38, decretar as leis organicas para a execução completa da Constituição.

Ao art. 33, n. 33

A's palavras — sobre terras — acrescente-se: — minas de propriedade da União. — *M. Valladão.*

Art. 33, paragrapho. — Prorogar suas sessões. — *Arthur Rios.*

Art. 34. Incumbe, outrosim, ao Congresso, mas não privativamente:

1º, velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de character federal;

2º, animar, no paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, industria e commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locaes;

3º, crear instituições de ensino superior e secundario nos estados;

4º, prover a instrucção primaria e secundaria no Districto Federal.

CAPITULO V

DAS LEIS E RESOLUÇÕES

Art. 35. Salvas as excepções do art. 28, todos os projectos de lei podem ter origem, indistinctamente, na Camara, ou no Senado, sob a iniciativa de qualquer dos seus membros.

Art. 36. O projecto de lei, adoptado n'uma das camaras, será submettido á outra; e esta, si o approvar, envia-o-á ao Poder Executivo, que, acquiescendo, o sancionará e promulgará.

§ 1º. Si, porém, o Presidente da Republica o julgar inconstitucional, ou contrario aos interesses da Nação, oppor-lhe-á o seu *vêto* dentro em dez dias uteis, daquelle em que recebeu o projecto, devolvendo-o, nesse mesmo prazo, á Camara onde elle se houver iniciado, com os motivos da recusa.

§ 2º. O silencio do Poder Executivo no decendio importa a sancção.

O Poder Executivo dará publicidade ás suas razões, no caso de recusa de sanctão, quando estiver encerrado o Congresso.

§ 3º. Devolvido o projecto á Camara iniciadora, alli se sujeitará a uma discussão e a votação nominal, considerando-se approved, si obtiver dous terços dos suffragios presentes; e, neste caso, se remetterá á outra Camara, de onde, si vencer, pelos mesmos trmites, a mesma maioria, voltará, como lei, ao Poder Executivo para a solennidade da promulgação

Additivos

Art. 36, depois do § 3º — accrescente-se:

§ 4º. Si na outra Camara o projecto não for approved pelos dous terços dos membros presentes, reunir-se-ão as duas camaras em Congresso Nacional, e ahí será submettido a uma só discussão.

Si for approved pela maioria de dous terços, será considerado como lei, e de novo enviado ao Poder Executivo, para promulgá-lo.

Si, porém, não obtiver aquella maioria, entender-se-á que foi rejeitado.

§ 5º. Ainda quando na Camara iniciadora o projecto não seja approved pelos dous terços de seus membros presentes, será remettido á outra Camara.

Si nessa também não for approved por aquelle numero de votos, será julgado rejeitado; mas, si o for, reunir-se-ão as duas Camaras em Congresso Nacional, para proceder-se na fórma do paragrapho antecedente.

§ 6º. A reunião das duas Camaras em Congresso Nacional será solicitada por aquella em que for iniciado o projecto.

O § 4º do artigo do projecto passará a ter a numeração de 7º.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891.
— *Cantão*.

§ 4º. A sanção e a promulgação effectuam-se por estas formulas:

1º. O Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte lei (ou resolução)."

2º. "O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, a seguinte lei (ou resolução)."

Art. 37. Não sendo a lei promulgada pelo Presidente da Republica nos casos dos §§ 2º e 3º do art. 36, dentro de 48 horas, o Presidente do Senado a promulgará, usando da seguinte formula:

"O Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei (ou resolução)".

Ao art. 37.

Modifique-se o art. 37, do modo seguinte: — Não sendo a lei promulgada pelo Presidente da Republica nos casos dos paragraphos 2º e 3º do art. 36, dentro de 48 horas, o Presidente do Senado, e si este não o fizer em egual prazo, o Vice-Presidente a promulgará, usando da seguinte formula: «F. Presidente (ou vice-presidente) do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decretou e promulgou a lei (ou resolução) seguinte:»

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891 — *Francisco Veiga*.

Art. 38. O projecto de lei de uma Camara, emendado na outra, volverá á primeira, que, si aceitar as emendas, envia-o-á, modificado em conformidade dellas, ao Poder Executivo.

§ 1º. No caso contrario, volverá á Camara revisora, onde só se considerarão approvadas as alterações, si obtiverem dous terços dos suffragios presentes; e, nesta hypothese, tornará á Camara iniciadora, que só as poderá reprovar mediante dous terços dos seus votos.

§ 2º. Rejeitadas deste modo as alterações, o projecto submeter-se-á sem ellas á sancção.

Art. 39. Os projectos rejeitados, ou não sancionados, não se poderão renovar na mesma sessão legislativa.

SECÇÃO II

DO PODER EXECUTIVO

CAPITULO I

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 40. Exerce o Poder Executivo o Presidente dos Estados Unidos do Brazil, como chefe electivo da Nação.

1º. Substitue o Presidente, no caso de impedimento, e succede-lhe, no de falta, o Vice-Presidente, eleito simultaneamente com elle.

§ 2º. No impedimento, ou falta, do Vice-Presidente, serão successivamente chamados á presidencia o Vice-Presidente do Senado, o Presidente da Camara e o do Supremo Tribunal Federal.

§ 3º. São condições essenciaes, para ser eleito Presidente, ou Vice-Presidente, da Republica:

1º. Ser brasileiro nato;

2º. Estar no exercicio dos direitos politicos;

3º. Ser maior de trinta e cinco annos.

Art. 41. Si, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidencia ou Vice-Presidencia, não houverem ainda decorrido dous terços do periodo presidencial, proceder-se-á a nova eleição.

Ao art. 41

Em vez de — dous terços — diga-se: metade. —
José Hygino.

Art. 42. O Presidente exercerá o cargo por quatro annos; não podendo ser reeleito para o periodo presidencial immediato.

§ 1º. O Vice-Presidente, que exercer a presidencia no ultimo anno do periodo presidencial, não poderá ser eleito Presidente para o periodo seguinte.

§ 2º. O Presidente deixará o exercicio de suas funcções, improrogavelmente, no mesmo dia em que terminar o seu periodo presidencial, succedendo-lhe logo o recem-eleito.

§ 3º. Si este se achar impedido, ou faltar, a substituição far-se-á nos termos do art. 40, §§ 1º e 2º.

§ 4º. O primeiro periodo presidencial terminará a 15 de novembro de 1894.

Art. 43. Ao empossar-se no cargo, o Presidente pronunciará, em sessão publica, ante o Supremo Tribunal Federal, esta affirmação:

"Prometto manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da Republica, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independencia".

Art. 44. O Presidente e o Vice-Presidente não podem sahir do territorio nacional sem permissão do Congresso; pena de perderem o cargo.

Art. 45. O Presidente e o Vice-Presidente perceberão subsidio, fixado pelo Congresso no periodo presidencial antecedente.

CAPITULO II

DA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Art. 46. O Presidente e o Vice-Presidente da Republica serão eleitos por suffragio directo da Nação, e maioria absoluta de votos.

Ao art. 43

Depois das palavras — em sessão — diga-se: — do Congresso, e si este não estiver reunido. — O mais como está no projecto.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Fran-*
cisco Veiga.

§ 1º. A eleição terá lugar no dia 1 de março do ultimo anno do periodo presidencial, procedendo-se na Capital Federal e nas capitães dos estados á apuração dos votos recebidos nas respectivas circumscripções. O Congresso fará a apuração final até o dia 20 de maio do mesmo anno, com qualquer numero de presentes.

§ 2º. Si nenhum dos votados houver alcançado a maioria absoluta, o Congresso mandará proceder a nova eleição, entre os dous mais votados para cada um dos cargos, designando dia para essa eleição, dentro dos tres mezes seguintes. A nova apuração se realizará em dia marcado pelo mesmo cidadão que houver presidido á primeira, sendo declarados eleitos os dous cidadãos que houverem obtido a maioria relativa. Para esse fim poderá reunir-se o Congresso em qualquer tempo e com qualquer numero.

§ 3º. O processo da eleição e da apuração será dado em lei ordinaria.

§ 4º. São inelegiveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente os parentes consanguineos e affins, nos 1º e 2º grãos, do Presidente ou Vice-Presidente que se ache em exercicio no momento da eleição, ou que tenha deixado até seis mezes antes.

CAPITULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO

Art. 47. Compete privativamente ao Presidente da Republica;

1º, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos, instrucções e regulamentos para a sua fiel execução;

Ao art. 46

Substitua-se o § 2º pelo seguinte:

Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá, por maioria dos votos presentes, um dentre os que tiverem alcançado as duas votações mais elevadas na eleição directa.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *B. de Campos* e outros.

Em caso de empate, considerár-se-á eleito o mais velho.

Sala das sessões. 26 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

2º, nomear e demittir livremente os ministros do Estado;

3º, exercer o mando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brazil, assim como das de policia local, quando chamada ás armas em defesa interna, ou externa, da União;

4º, administrar e distribuir, sob as leis do Congresso, conforme as necessidades do Governo nacional, as forças de mar e terra;

5º, prover os cargos civis e militares de caracter federal, salvas as restricções expressas na Constituição;

6º, indultar e commutar as penas nos crimes sujeitos á jurisdicção federal, salvo nos casos a que se referem os arts. 33, n. 32, e 51, § 2º;

7º, declarar a guerra, e fazer a paz, nos termos do art. 33, n. 12;

8º, declarar immediatamente a guerra, nos casos de invasão ou aggressão estrangeira;

9º, dar conta annualmente da situação do paiz ao

Art. 47, n. 3

Redija-se assim:

Exercer, ou designar, quem deva exercer o commando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brazil, quando chamados ás armas em defesa interna, ou externa, da União.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891.
— João Vieira. — Dr. Valladão. — G. Besouro.

Ao art. 47, n. 4

Ao n. 4º do art. 47, accrescente-se: — O exercício destas attribuições fica sujeito ás seguintes restricções:

a) O Presidente não conservará qualquer contingente e forças federaes nos estados, desde que contra isto representem os respectivos governos;

b) Removerá, mediante representação dos mesmos poderes, os commandantes de taes forças. — F. Veiga.

Congresso Nacional, indicando-lhe as providencias e reformas urgentes, em uma mensagem que remetterá ao Secretario do Senado no dia da abertura da sessão legislativa;

10, convocar o Congresso extraordinariamente, e prorogar-lhe as sessões ordinarias;

11, nomear os magistrados federaes mediante aprovação do Supremo Tribunal.

12, nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os ministros diplomaticos, sujeitando á aprovação do Senado; podendo, na ausencia do Congresso, designar-os em comissão, até que o Senado se pronuncie;

13, nomear os demais membros do corpo diplomatico e os agentes consulares;

14, manter as relações com os estados estrangeiros;

15, declarar, por si ou seus agentes responsaveis, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira, ou grave commoção intestina (Art. 6, n. 3; Art. 33, n. 22 e art. . .)

16, entabular negociações internacionaes, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e approvar os que os estados celebrarem na conformidade do art. 64, submettel-os, quando cumprir, á auctoridade do Congresso.

Ao art. 47, n. 10

Supprimam-se as palavras — e prorogar-lhe as sessões ordinarias.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Arthur Rios*.

Substitua-se, no n. 11 do art. 47, a palavra — aprovação — por — proposta. — *Augusto de Freitas*.

CAPITULO IV

DOS MINISTROS DE ESTADO

Art. 48. O Presidente da Republica é auxiliado pelos ministros de Estado, agentes de sua confiança, que lhe subscrevem os actos, e presidem cada um a uma das secretarias, em que se divide a administração federal.

Art. 49. Os ministros de Estado não poderão accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos Presidente ou Vice-Presidente da União, deputado, ou senador.

Paragrapho unico. O deputado, ou senador, que acceitar o cargo de Ministro de Estado perderá o mandato, procedendo-se immediatamente a nova eleição, na qual não poderá ser votado.

Art. 50. Os ministros de Estado não poderão comparecer ás sessões do Congresso, e só se communicarão com elle por escripto, ou pessoalmente em conferencias com as commissões das camaras.

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica, e communicados por este ao Congresso.

Art. 51. Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso ou aos Tribunaes, pelos conselhos dados ao Presidente da Republica.

§ 1º. Respondem, porém, quanto aos seus actos, pelos crimes qualificados na lei criminal.

§ 2º. Nos crimes communs de responsabilidade serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e nos connexos com os do Presidente da Republica, pela auctoridade competente para o julgamento deste.

Art. 49. Substitua-se pelo seguinte:

Os ministros de Estado não poderão accumular outro emprego ou função publica, nem ser eleitos Presidente ou vice-Presidente, deputado ou senador da União. (E' reprodução do projecto primitivo.)

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891. — *Campos Salles* e outros.

Ao art. 50. Substitua-se a ultima parte:

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica, e distribuidos por todos os membros do Congresso. — *Julio de Castilhos* e outros.

CAPITULO V

DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE

Art. 52. O Presidente dos Estados Unidos do Brazil será submettido a processo e julgamento, depois que a Camara declarar procedente a accusação, perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes communs e nos de responsabilidade, perante o Senado.

Paragrapho unico. Decretada a procedencia da accusação, ficará o Presidente suspenso de suas funções.

Art. 53. São crimes de responsabilidade, no Presidente da Republica, os que attentam contra:

- 1º, a existencia politica da União;
- 2º, a Constituição e a forma do Governo Federal;
- 3º, o livre exercicio dos poderes politicos;
- 4º, o gozo e exercicio legal dos direitos politicos, ou individuaes;
- 5º, a segurança interna do paiz;
- 6º, a probidade da administração;
- 7º, a guarda e emprego constitucional dos dinheiros publicos;
- 8º, as leis orçamentarias voladas pelo Congresso.

§ 1º. Esses delictos serão definidos em lei especial.

§ 2º. Outra lei lhes regulará a accusação, o processo e o julgamento.

§ 3º. Ambas essas leis serão feitas na primeira sessão do primeiro Congresso.

SECÇÃO III

DO PODER JUDICIARIO

Vol. III

Art. 54. O Poder Judiciario da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da Republica, e tantos juizes e tribunaes federaes, distribuidos pelo paiz, quantos o Congresso crear.

Art. 55. O Supremo Tribunal Federal compor-se-á de quinze juizes nomeados na forma do art. 47, n. 12, dentre os cidadãos de notavel saber e reputação, elegiveis para o Senado.

Art. 56. Os juizes federaes são vitalicios, perdendo o cargo, unicamente, por sentença judicial.

§ 1º. Os seus vencimentos serão determinados por lei do Congresso, que não os poderá diminuir.

§ 2º. O Senado julgará os membros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade, e este os juizes federaes inferiores.

Art. 57. Os tribunaes federaes elegerão de seu seio os seus presidentes, e organizarão as respectivas secretarias.

§ 1º. Nestas a nomeação e demissão dos respectivos empregados, bem como o provimento dos officios de justiça nas respectivas circumscripções judicarias, competem respectivamente, aos presidentes dos tribunaes.

§ 2º. O Presidente da Republica designará dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da Republica, cujas attribuições se definirão em lei.

Art. 58. Ao Supremo Tribunal Federal compete:

— 657 —

I. Processar e julgar, originaria e privativamente:

a) o Presidente da Republica nos crimes comuns, e os ministros de Estado nos casos do art. 51;

b) os ministros diplomaticos, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

c) as causas e conflictos entre a União e os Estados, ou entre estes uns com os outros;

d) os litigios e reclamações entre nações estrangeiras e a União ou os Estados;

e) os conflictos dos juizes ou tribunaes federaes entre si, ou entre estes e os dos Estados, assim como os dos juizes e tribunaes de um Estado com os juizes e tribunaes de outro Estado;

II. Julgar, em grão de recurso, as questões resolvidas pelos juizes e tribunaes federaes, assim como as de que trata o presente artigo, § 1º e o art. 60;

III. Rever os processos findos, nos termos do art. 78.

§ 1º. Das sentenças da justiça dos Estados em ultima instancia haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal;

a) quando se questionar sobre a validade, ou a applicabilidade, de tratados e leis federaes, e a decisão do tribunal do Estado for contra ella;

b) quando se contestar a validade de leis, ou actos, dos governos dos Estados em face da Constituição, ou das leis federaes, e a decisão do tribunal do Estado considerar validos os actos, ou leis impugnados.

§ 2º. Nos casos em que houver de applicar leis dos Estados, a justiça federal consultará a jurisprudencia dos tribunaes locais, e, vice-versa, a justiça dos Estados consultará a jurisprudencia dos tribunaes federaes, quando houver de interpretar leis da União.

Art. 59

Compete aos juizes ou tribunaes federaes decidir:

a) as causas em que alguma das partes fundar a acção, ou a defesa, em disposição da Constituição Federal;

b) os litigios entre um Estado e cidadãos de outro, ou entre cidadãos de Estados diversos, diversificando as leis destes;

c) os pleitos entre Estados estrangeiros e cidadãos brasileiros;

d) as acções movidas por estrangeiros e fundadas, quer em contractos com o Governo da União, quer em convenções, ou tratados da União com outras nações;

e) as questões de Direito Marítimo e navegação, assim no oceano como nos rios e lagos do paiz;

f) as questões de Direito Criminal, ou Civil Internacional;

g) os crimes politicos.

Ao art. 59. Substitua-se a expressão — decidir — por estas — processar e julgar. — *Adolpho Gordo e outros.*

Ao art. 59. Acrescente-se á disposição da lettra a do art. 59:

I. Julgar todas as causas propostas contra o Governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis, regulamentos do Poder Executivo, em contractos celebrados com aquelle Governo.

II. Julgar as causas provenientes de compensações, reivindicações, indemnização de prejuizos, ou quaesquer outras, propostas pelo Governo da União contra particulares, ou vice-versa.

Sala das sessões, 20 de janeiro de 1891. — *Leopoldo de Bulhões.*

§ 1º. É vedado ao Congresso commetter qualquer jurisdição federal ás justças dos Estados.

§ 2º. As sentenças e ordens da magistratura federal são executadas por officiaes judiciais da União, aos quaes a policia local é obrigada a prestar auxilio, quando invocado por elles.

Art. 60

As decisões dos juizes ou tribunaes dos Estados, nas materias de sua competencia, porão termo aos processos e questões, salvo quanto

1º, *habeas-corpus*, ou

2º, espolio de estrangeiro, quando a especie não estiver prevista em convenção, ou tratado.

Em taes casos haverá recurso voluntario para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 61

A justiça dos Estados não póde intervir em questões submettidas aos tribunaes federaes, nem annullar, alterar, ou suspender, as suas sentenças, ou ordens. E, reciprocamente, a justiça federal não póde intervir em questões submettidas aos tribunaes dos Estados, nem annullar, alterar ou suspender as decisões ou ordens destes, exceptuados os casos expressamente declarados nesta Constituição.

Na secção III — Do Poder Judiciario.

Acrescente-se, onde convier:
Art. Será mantida a instituição do jury.
Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *França*
Carvalho e outros.

TITULO II

Dos Estados

Art. 62

Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adoptar, respeitados os principios constitucionaes da União.

Art. 63

As minas e as terras devolutas são do dominio dos Estados, sem prejuizo dos direitos da União e toda a porção de territorio de que precisar para a defesa das fronteiras, para fortificações, para construcções e, em geral, para qualquer serviço publico que dependa directa e exclusivamente de sua auctoridade.

Paragrapho unico. Os proprios nacionaes, que não forem necessarios para serviços da União, passarão ao dominio dos Estados em cujo territorio estiverem situados.

Ao art. 63 — Substitua-se:

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios, cabendo á União, sómente a porção de territorio que for indispensavel para a defesa da fronteira, para fortificação, construcção militar e estradas de ferros federaes.

Conserve-se o paragrapho unico. — *Julio de Castilhos* e outros

Ao art. 63. Redija-se deste modo:

As terras devolutas e as minas neslas existentes são do dominio dos Estados.

(O mais como está no artigo.)

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Feliciano Peanha*, — *Chaves*.

Art. 64

E' facultado aos Estados:

- 1º. Celebrar entre si ajustes e convenções sem caracter politico; (Art. 47, n. 16).
- 2º. Em geral, todo e qualquer poder, ou direito, que lhes não for negado por clausula, expressa ou implicitamente contida nas clausulas expressas da Constituição.

Art. 65

E' defeso aos Estados:

- 1º. Recusar fé aos documentos publicos, de natureza legislativa, administrativa, ou judiciaria, da União, ou de qualquer dos Estados;
- 2º. Rejeitar a moeda, ou a emissão bancaria em circulação por acto do Governo Federal;
- 3º. Fazer, ou declarar, guerra entre si, e usar de represalias;
- 4º. Denegar a extradicação de criminosos reclamados pelas justicas de outros Estados, ou do Districto Federal, segundo as leis do Congresso, por que esta materia se reger. (Art. 33, n. 36).

Art. 66

Salvas as restricções especificadas na Constituição e nas leis federaes, o Districto Federal é administrado pelas autoridades municipaes.

Paraphrasis unico. As despesas de caracter local, na Capital da Republica, incumbem, exclusivamen^t á auctoridade municipal.

TITULO III

D e m u n i c i p i o

Art. 67

Os Estados organizar-se-ão por forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em todo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

TITULO IV

Dos cidadãos brasileiros

SECÇÃO I

DAS QUALIDADES DO CIDADÃO BRAZILEIRO

Art. 68. São cidadãos brasileiros:

1º. Os nascidos no Brazil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo esta a serviço de sua nação;

2º. Os filhos de pae brasileiro e os illegítimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica;

3º. Os filhos de pae brasileiro, que estiver noutro paiz ao serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se;

4º. Os estrangeiros, que, achando-se no Brazil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis mezes depois de entrar em vigor a Consti-

Alterem-se os §§ 4º e 5º do art. 68 do seguinte modo:

«Os estrangeiros que, achando-se no Brazil no dia 15 de novembro de 1889, declararem, dentro de seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de adoptar a nacionalidade brasileira.

tução o animo de conservar a nacionalidade de origem;

5°. Os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brazil, e forem casados com brasileiras, ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brazil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;

6°. Os estrangeiros por outro modo naturalizados.

Paragrapho unico. São da competencia privativa do Poder Legislativo Federal as leis de naturalização.

Art. 69

São eleitores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1°. Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados:

1°. Os mendigos;

2°. Os analfabetos;

3°. As praças de prel, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior;

4°. Os religiosos de ordens monasticas, companhias, congregações, ou communidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediencia, regra ou estatuto, que inporte a renuncia da liberdade individual.

§ 2°. A eleição para cargos federaes reger-se-á por lei do Congresso.

§ 3°. São inelegiveis os cidadãos não alistaveis.

“Os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brazil e forem casados com brasileiras, ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brazil, si manifestarem a intenção de adquirir nacionalidade brasileira”.

S. R. — *Epitacio Pessoa*.

Ao art. 68, paragrapho unico:

Supprima-se, por ser a repetição do que está consignado em o n. 25 do art. 33. — *Milton*.

Ao art. 69. Depois das palavras — na forma das leis — acrescente-se: — e os estudantes das academias superiores, maiores de 18 annos. — *A. Azeredo*.

Art. 70

Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem, ou perdem, nos casos aqui particularizados.

§ 1º. Suspendem-se:

- a) por incapacidade physica, ou moral;
- b) por condemnação criminal, enquanto durarem os seu efeitos.

§ 2º. Perdem-se:

- a) por naturalização em paiz estrangeiro;
- b) por acceitação de emprego, pensão, condecoração, ou titulo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo Federal;

§ 3º. Uma lei federal estatuirá as condições de reacquirição dos direitos de cidadão brasileiro.

Ao art. 70, § 2º, b — Supprimam-se as palavras condecorações ou titulo estrangeiro. — *Bulhões* e outros.

SECÇÃO II

DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Art. 71

A Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º. Ninguém pôde ser obrigado a fazer ou deixar de fazer, alguma coisa, senão em virtude de lei.

§ 2º. Todos são eguaes perante a lei.

A Republica não admitte privilegios de nascimento, desconhece foros de nobreza, e extingue as ordens honorificas existentes, e todas as suas prerogativas e regalias, bem como os titulos nobiliarchicos e de conselho.

§ 3º. Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se, para esse fim, e adquirindo bens, observados os limites postos pelas leis de mão-morta, e guardadas as leis criminaes.

§ 4º. A Republica só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º. Os cemiterios terão caracter secular e serão administrados pela auctoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral publica e as leis.

§ 6º. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos.

§ 7º. Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia, ou alliança, com o Governo da União, ou o dos Estados.

§ 8º. A todos é licito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a policia, senão para manter a ordem publica.

§ 9º. É permittido a quem quer que seja representar, mediante petição, aos poderes publicos, denunciar abusos das auctoridades e promover a responsabilidade dos culpados.

§ 10. Em tempo de paz, qualquer póde entrar e sahir, com a sua fortuna e bens, quando e como lhe convenha, do territorio da Republica, independentemente de passaporte.

Ao § 3º

Supprimam-se as palavras — observados os limites postos pelas leis de mão morta — que serão substituidas pelas seguintes: — observadas as disposições do Direito commum.

Supprimam-se, egualmente, as palavras — guardadas as leis criminaes. — *Zama*.

Ao art. 71, § 6º

Depois de — leigo — acrescente-se: — e livre o ensino, etc. — *Julio de Castilhos* e outros.

§ 11. A casa é o asylo inviolavel do individuo; ninguem pôde penetrar-o, de noite, sem consentimento do morador, senão para acudir a victimas de crimes, ou desastres, nem de dia, senão nos casos e pela fórma prescriptos na lei.

§ 12. É livre a manifestação das opiniões, em qualquer assumpto, pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetta, nos casos e pela fórma que a lei taxar, não sendo admittido o anonymato.

§ 13. A excepção de flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se, senão por ordem escripta da auctoridade competente.

§ 14. Ninguem poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvas as excepções instituidas em lei, nem levado á prisão, ou nella detido, si prestar fiança idonea, nos casos legais.

§ 15. Ninguem será sentenciado, senão pela auctoridade competente, em virtude de lei anterior e na fórma por ella regulada.

§ 16. Aos accusados se assegurará, na lei, a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciaes a ella, desde a nota de culpa, entregue em 24 horas ao preso e assignada pela auctoridade, com os nomes do accusador e das testemunhas.

§ 17. O direito de propriedade mantem-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade, ou utilidade publica, mediante indemnização prévia.

Ao § 13 do art. 71. Substitua-se pelo seguinte: — A excepção do flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronuncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei, e mediante ordem escripta da auctoridade competente. — *Chaves* e outros.

Additivo ao art. 71, para ser collocado depois do n. 17:

As minas pertencem aos proprietarios do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei, a bem da exploração deste ramo de industria. — *José Hygino* e outros.

§ 18. É inviolavel o sigillo da correspondencia, postal e telegraphica.

§ 19. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente.

§ 20. Fica abolida a pena de galés e de banimento judicial.

§ 21. Fica egualmente abolida a pena de morte, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra.

§ 22. Dar-se-á o *habeas-corpus*, sempre que o individuo soffrer violencia, ou coacção, por illegalidade, ou abuso de poder, ou se sentir vexado pela imminencia evidente desse perigo.

§ 23. A excepção das causas, que, por sua natureza, pertencem a juizos especiaes, não haverá fóro privilegiado.

§ 24. É garantido o livre exercicio de qualquer profissão moral, intellectual e industrial.

§ 25. Os inventos industriaes pertencerão aos seus auctores, aos quaes ficará garantido por lei um privilegio temporario, ou, na falta deste, será concedido pelo Congresso um premio razoavel, quando hajam de vulgarizar o invento.

Ao art. 71, § 18. Eliminem-se as palavras — postal e telegraphica. — *Milton*.

Ao art. 71 (para serem collocados depois do § 25).

Aos auctores de obras litterarias e artisticas é garantido o direito de reproduzi-las pela imprensa ou por qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos auctores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

§. A lei assegurará tambem a propriedade das marcas de fabrica. — *José Hygino* e outro.

§ 26. Por motivo de crença, ou de função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e políticos, nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever cívico.

§ 27. Os que allegarem motivo de crença religiosa, com o fim de se isentarem de qualquer onus, que as leis da Republica imponham aos cidadãos, perderão todos os direitos politicos.

§ 28. Nenhum imposto, de qualquer natureza que seja, poderá ser cobrado, senão em virtude de uma lei, que o auctorize.

Art. 72. Os cargos publicos, civis ou militares, são accessiveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial, que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as accumulações remuneradas.

Art. 73. A aposentadoria só poderá ser dada, aos funcionarios publicos, em caso de invalidez no serviço da Patria.

Art. 74. Os officiaes do Exercito e da Armada só perderão suas patentes por sentença maior de dous annos de prisão, passada em julgado nos tribunaes competentes.

Art. 75. A sentença condemnatoria por crimes infamantes, previstos nos codigos militares, ou leis civis, faz perder a patente, qualquer que seja o tempo da sentença.

Art. 76. Os militares de terra e mar terão fôro especial, constituido por membros de sua classe, para crimes militares.

Ao art. 74, § 27. Acrescenta-se: assim como os que aceitarem condecorações ou titulos nobiliarchicos estrangeiros.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leopoldo de Bulhões*. — *G. Besouro*.

Ao art. 75. Supprima-se. — *Retumba*.

Ao art. 76. Substitua-se:

"Art. 76. Os militares de terra e mar terão fôro especial, constituido por tribunaes militares", para delictos militares. — *Retumba*.

Ao art. 76. — Acrescenta-se:

"§ 1º. Este fôro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalicios, e dos

Art. 77. A especificação dos direitos e garantias expressos na Constituição não exclue outras garantias e direitos, não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ella estabelece, e dos principios que consigna.

TITULO V

Disposições geraes

Art. 78. O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes, não poderá ser nomeado, nem eleito, para as de outro.

Art. 79. Poder-se-á declarar em estado de sitio qualquer parte do territorio da União, suspendendo-se ali as garantias constitucionaes por tempo determinado, quando a segurança da Republica o exigir, em caso de aggressão estrangeira, ou commoção intestina. (Art. 33, n. 22.)

§ 1º. Não se achando reunido o Congresso e correndo a Patria imminente perigo, exercerá essa attribuição o Poder Executivo Federal (Art. 47, n. 15.)

§ 2º. Este, porém, durante o estado de sitio, res-

conselhos necessarios para a formação da culpa, e julgamento dos crimes.

§ 2º. O Congresso, por lei ordinaria, regulará a composição do Supremo Tribunal Militar, suas attribuições e outras circumstancias inherentes ao fóro de que se trata."

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891.
— M. Valladão. — G. Besouro.

Art. 78. Substitua-se:

O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes federaes não poderá exercer as de outro.
Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — Campos Salles e outros.

tringir-se-á, nas medidas de repressão contra as pessoas:

1º. A' detenção em lugar não destinado aos réos de crimes communs;

2º. Ao desterro para outros sitios do territorio nacional.

§ 3º. Logo que se reuna o Congresso, o Presidente da Republica lhe relatará, motivadas, as medidas de excepção, a que se houver recorrido, respondendo as autoridades, a que ellas se deverem, pelos abusos em que, a esse respeito, se acharem incursas.

Art. 80. Os processos findos, em materia crime, poderão ser revistos, a qualquer tempo, em beneficio dos condemnados, pelo Supremo Tribunal Federal, para se reformar, ou confirmar a sentença.

§ 1º. A lei marcará os casos e a forma de revisão, que poderá ser requerida pelo sentenciado, por qualquer do povo, ou *ex-officio* pelo Procurador Geral da Republica.

§ 2º. Na revisão não se podem aggravar as penas de sentença revista.

§ 3º. As disposições do presente artigo são extensivas aos processos militares.

Art. 81. Os funcionarios publicos são strictamente responsaveis pelos abusos e omissões em que incorrerem no exercicio de seus cargos, assim como pela indulgencia, ou negligencia, em não reponsabilizarem effectivamente seus subalternos.

Paragrapho unico. Todos elles obrigar-se-ão, por compromisso formal, no acto da posse, ao desempenho dos seus deveres legais.

Art. 82. Nenhum funcionario poderá ser demittido a bem do serviço publico sem que se especifi-

— 671 —
Ao art. 82. Suprima-se este artigo, por envolver materia administrativa. — Leovigildo Filgueiras..

quem as razões de ordem publica que determinaram a exoneração, sempre que o demittido assim o requerer.

Art. 83. Continuam em vigor, emquanto não revogadas, as leis do antigo regimen, no que, explicita ou implicitamente, não for contrario ao systema de governo firmado pela Constituição, e aos principios nella consagrados, sendo vedado aos Estados, como á União, prescrever leis retroactivas.

Art. 84. O Governo Federal affiança o pagamento da divida publica interna e externa.

Art. 85. Todo o brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Patria e da Constituição, na forma das leis federaes.

Art. 86. Fica abolido o recrutamento militar.

O Exercito e a Armada nacionaes compôr-se-ão por sorteio, mediante prévio alistamento, não se admitindo a isenção pecuniaria.

Ao art. 86. Substitua-se:

« Art. 86. O Exercito federal compôr-se-á de contingentes que os Estados e o Districto Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei annua de fixação de forças.

« § 1.º Uma lei federal determinará a organização geral do Exercito, de accôrdo com o § 19 do art. 33.

« § 2.º A União se encarregará da instrucção militar dos corpos e armas, e da instrucção militar superior.

« § 3.º Fica abolido o recrutamento militar forçado.

« § 4.º As patentes, os postos e os cargos inamoviveis são garantidos em toda a sua plenitude.»

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *João Retumba.*

Emenda substitutiva ao art. 86

O Exército e Armada compôr-se-ão pelo voluntariado, sem premio, e, em falta deste, pelo sorteo, previamente organizado.

Concorrem, para o pessoal da Armada, as escolas Navaes, de Aprendizes Marinheiros, e o sorteo da marinhagem mercantil. — *Julio Freta*.

Art. 87. Em caso nenhum, directa ou indirectamente, por si ou em alliança com outra nação, os Estados Unidos do Brasil se empenharão em guerra de conquista.

Art. 88. A Constituição poderá ser reformada, mediante iniciativa do Congresso Nacional, ou das legislaturas dos Estados.

§ 1.º Considerar-se-á proposta a reforma, quando, apresentada por uma quarta parte, pelo menos, dos membros de qualquer das camaras do Congresso Federal, fôr aceita, em tres discussões, por dois terços dos votos, numa e noutra Casa do Congresso, ou quando fôr solicitada por dois terços dos Estados, representados cada um pela maioria dos votos de suas legislaturas, tomados no decurso de um anno.

§ 2.º Essa proposta dar-se-á por approvada, si no anno seguinte o fôr, mediante tres discussões, por maioria de dois terços dos votos nas duas camaras do Congresso.

§ 3.º A proposta approvada publicar-se-a com as assignaturas dos presidentes e secretarios das duas camaras, incorporando-se á Constituição como parte integrante della.

§ 4.º Não se poderão admitir como objecto de

Acrescente-se, como penultimo artigo das Disposições geraes:

Art. São constitucionaes tão sómente as disposições que se referem a attribuições e limites dos poderes politicos e aos direitos individuaes e politicos dos cidadãos.

Parapho. As disposições desta Constituição, que não estiverem nesta incluídas, poderão ser alteradas, ou reformadas, pelos tramites e com as formalidades das leis ordinarias. — *Virgilio Damasio*.

No art. 88, modifique-se o principio, do seguinte modo:

Art. Nas disposições de ordem constitucional, sómente poderá ser reformada a Constituição, mediante, etc.

S. R. — Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Virgilio Damasio*.

deliberação, no Congresso, projectos tendentes a abolir a forma republicana-federativa, ou a egualdade da representação dos Estados no Senado.

Art. 89. Ficam abolidas todas as loterias.

Art. 90. É instituido um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa, e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso.

Os membros deste Tribunal serão nomeados pelo Presidente da Republica com approvação do Senado, e sómente perderão os seus logares por sentença.

Disposições transitorias

Art. 1.º Ambas as camaras do primeiro Congresso Nacional, convocado para 15 de novembro de 1890, serão eleitas por eleição popular directa, segundo o regulamento decretado pelo Governo Provisorio.

§ 1.º Esse Congresso receberá do eleitorado po-

deres especiaes, para exprimir acerca desta Constituição a vontade nacional, bem como para eleger o primeiro Presidente e Vice-Presidente da Republica.

§ 2.º Reunido o primeiro Congresso, deliberará em Assembléa geral, fundidas as duas Camaras, sobre esta Constituição, e, approvando-a, elegerá, em seguida, por maioria absoluta de votos, na primeira votação, e, si ninguem a obtiver, por maioria relativa

Ao art. 89. Supprima-se, por não tratar de materia constitucional. — *Almeida Barreto e outros.*

Ao art. 1.º das Disposições transitorias.

Supprimam-se a primeira parte e o § 1.º deste artigo, porque estão prejudicados. — *J. Hygino.*

Modifique-se o § 2º, do seguinte modo:

Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em Assembléa geral, elegerá — (o mais como está). — *José Hygino.*

na segunda, o Presidente e o Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brasil.

§ 3.º Essa eleição será feita em dois escrutínios distintos, para o Presidente e Vice-Presidente respectivamente, recebendo-se e apurando-se em primeiro lugar as cédulas para Presidente, e procedendo-se, em seguida, do mesmo modo para o Vice-Presidente.

§ 4.º O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, occuparão a presidencia e vice-presidencia da Republica durante o primeiro periodo presidencial.

§ 5.º Para essa eleição não haverá incompatibilidades.

§ 6.º Concluida ella, o Congresso dará por terminada a sua missão constituinte, e, separando-se em Camara e Senado, encetará o exercicio de suas funcções normaes.

§ 7.º No primeiro anno da primeira legislatura, logo nos trabalhos preparatorios, discriminará o Senado o primeiro e segundo terços de seus membros, cujo mandato ha de cessar no termo do primeiro e segundo triennios.

§ 8.º Essa discriminação effectuar-se-á em tres listas, correspondentes aos tres terços, graduando-se os senadores de cada Estado e os do Districto Fe-

Ao art. 1º, § 6º. Acrescente-se o seguinte ao final:

No dia 15 de junho do corrente anno.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *B. de Campos.* — *Carvalho.* — *Mursa e outros.*

Ao art. 1º das Disposições transitorias.

Accrescente-se ao § 6º:

Não podendo em hypothese alguma ser dissolvido. — *Barbosa Lima.*

deral pela ordem de sua votação respectiva, de modo que se distribua ao terço do ultimo triennio o primeiro votado no Districto Federal e em cada um dos Estados, e aos dois terços seguintes os outros dois nomes, na escala dos suffragios obtidos.

§ 9.º Em caso de empate, considerar-se-ão favorecidos os mais velhos, decidindo-se por sorteio, quando a idade for egual.

Art. 2.º Os Estados serão convocados a realizar a eleição dos congressos constituintes, sómente depois de approvada a Constituição Federal, e no prazo maximo de tres mezes, ficando sem effeito as eleições que antes tiverem sido realizadas em algum dos Estados.

Art. 3.º São incompativeis para os cargos de governadores eleitos dos estados da Republica, na sua proxima organização, não só os cidadãos que quatro mezes antes da eleição dos congressos houverem occupado o governo dos Estados, como, tambem, os cidadãos que os presidirem por occasião do pleito eleitoral.

Art. 4.º O Estado que até o fim do anno de 1892 não houver decretado a sua Constituição, será submettido, por acto do Poder Legislativo Federal, á de um dos outros, que mais conveniente a essa adaptação parecer, até que o Estado sujeito a esse regimen a reforme, pelo processo nella determinado.

Art. 5.º A proporção que os Estados se forem organizando, o Governo Federal entregar-lhes-á a administração dos servigos, que pela Constituição lhes competirem, e liquidará a responsabilidade da admi-

Art. 2.º Supprima-se. — *B. de Campos* e outros.

Ao art. 3.º das Disposições Transitorias. Supprima-se.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*. — *V. Damasio*.

nistração federal no tocante a esses serviços e ao pagamento do pessoal respectivo.

Art. 6º. Enquanto os Estados se occuparem em regularizar as despesas, durante o periodo de organização dos seus serviços, o Governo Federal, para esse fim, abrir-lhes-á creditos especiaes, em condições fixadas pelo Congresso.

Art. 7º. Nos Estados que se forem organizando, entrará em vigor a classificação das rendas estabelecidas na Constituição.

Art. 8º. Nas primeiras nomeações para a magistratura federal e para os Estados serão preferidos os juizes de direito e desembargadores de mais nota.

Os que não forem admittidos na nova organização judiciaria e tiverem mais de 30 annos de exercicio serão aposentados com todos os seus vencimentos.

Os que tiverem menos de 30 annos de exercicio continuarão a perceber seus ordenados, até que sejam aproveitados, ou aposentados, com o ordenado correspondente ao tempo de exercicio.

As despesas com os magistrados aposentados, ou postos em disponibilidade, serão pagas pelo Governo Federal.

Art. 9º. Enquanto não se achar perfeitamente organizado o regimen do sortcio militar, praticar-se-á o voluntariado na composição das forças de mar e terra.

Art. 10. É concedida a D. Pedro de Alcantara, ex-Imperador do Brazil, uma pensão que, a contar de 15 de novembro de 1889, garanta-lhe, por todo o tempo de sua vida, subsistencia decente; ficando ao

Congresso ordinario fixar, em sua primeira reunião, a cifra daquella pensão.

Art. 11. Approvada que seja a Constituição, será promulgada pela Mesa do Congresso.

Ao art. 11. Substitua-se:

Approvada que seja a Constituição, será assignada pelos representantes, e promulgada pela Mesa do Congresso.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Thomaz Delfino*. — *A. Azeredo*.

Additivos.

Accrescente-se:

Art. Será adquirida a casa em que falleceu o Dr. Benjamin Constant, na qual se collocará uma lapide em homenagem á memoria do grande patriota — o fundador da Republica.

Parapho unico. A' viuva será concedido o usufructo durante a sua vida, passando, ao depois, para a Nação, como propriedade nacional.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Nelson de Vasconcellos*.

Art. A União cobrará durante cinco annos, em beneficio dos Estados, 15 % addicionaes aos impostos de importação que em cada um delles fôr cobrado.

.....
§ 2.º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a quota que deve pertencer a cada um dos Estados de Minas Geraes, Goyaz e Rio de Janeiro, do que fôr arrecadado na Alfandega da Capital Federal, em virtude destas disposições. — *L. Müller e outros*.

56ª SESSÃO, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joaquim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barrêto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesário Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Theophilo dos Santos, Pontes de Miranda, Oticeica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphilophio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, França Carvalho, Luiz Murat, Baptista da Motta, Frões da Cruz, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Furquim Werneck, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandra Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Carlos Garcia, Moreira

da Silva, Almeida Nogueira, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Cacerano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Fernandes Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abhoff, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Matta Machado, Paes de Carvalho, Frederico Serrano, Coelho e Campos, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Frederico Borges, Leandro Maciel, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Domingos Porto, Bueno de Paiva, Cesario Motta Junior, Alfredo Ellis e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs.: Theodureto Souo, Saraiva, Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Aquilino de Amaral, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Nilo Pecanha, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Mayrink, Domingos Jesuino, Alberto Brandão, Alcindo Guanabara, Aristides Lobo, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Fonseca Hermes e Martinho Prado Junior.

E' lida, posta em discussão e, sem debate approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Badaró — Sr. Presidente, já no ultimo dia de sessão eu me havia inscripto para tratar de um assumpto importantissimo para o Estado de Minas Geraes. V. Ex. deve ter visto um telegramma, reproduzido em varias folhas desta Capital, dando conta do procedimento do Governo, mandando sustar a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Itabira do Matto Dentro.

Foi, Sr. Presidente, para nós representantes de Minas, uma surpresa. Não contavamos que o Governo, que sem tem mostrado tão prodigo em concessões de estradas de ferro, que tem animado de modo até inconveniente essas emprezas, viesse dar golpe tão profundo, justamente em estrada de ferro que tem deante de si um futuro muito risonho; porque, Sr. Presidente, como V. Ex. sabe, quando o Governo do extinto Imperio resolveu que a Estrada de Ferro Central levasse os seus trilhos além de Ouro Preto, viu com muito prazer, nas razões do engenheiro-chefe daquella estrada, aconselharem-se as vantagens que havia em prolongar a dita estrada de ferro até as margens do rio Suassuby, no riquissimo valle denominado Pecanha.

Antes de lá chegar tinha de passar pelos importantes municipios de Guanhões e Santa Anna do Ferro, onde as terras são fertilissimas.

E parece-me, Sr. Presidente (não tenho certeza, por falta de dados), que o ultimo acto do Governo, contra o qual a imprensa de Minas e a população da Capital acaba de reclamar, reunida em concição, prende-se ao facto de ser o Pecanha um valle demandado por innumeras estradas de ferro concedidas pelo penultimo Ministro da Agricultura.

Sr. Presidente, o fertilissimo valle do Pecanha é considerado uma Mesopotamia. A estrada de ferro que partia de Philadelphia, passando por Minas Novas e S. João Baptista, demandava o Pecanha. Ha uma de Victoria ao Pecanha, ha

outra no sertão do Araxá ao Paganha, a de Leopoldina ao Paganha, em demanda ao Jatobá. Finalmente, esta estrada de ferro, que era um ramal da Central e fazia parte do systema de viação central, vê-se neste embarago. O ramal de Ouro Preto é um complemento da Central.

Suspeito que seja, Sr. Presidente, um brama que interessados nas diversas estradas de ferro particulares venham urdir para arredar o fragado do seu objectivo. Animo-me, á vista das considerações expostas, a apresentar um requerimento; e espero da benevolencia do Congresso que me fará o favor, ou, por outra, ao Estado de Minas, de approval-o, para que o Governo nos dê as informações precisas, ou cópia das razões em que se fundou para praticar esse acto, que vai offender, grandemente, os interesses de Minas e da Central.

O Sr. FRANCISCO VEIGA.—Da propria Federação, porque a Estrada Central é prejudicada si o ramal não continuar.

O Sr. BADARÓ—Teria, assim, cumpido o meu dever, si não me trouxesse á tribuna mais outro motivo.

No ultimo dia de sessão, cheguei um pouco mais tarde e não pude assistir ao discurso do illustre representante do Rio de Janeiro. O nobre representante apreciava da tribuna os ultimos regulamentos expedidos pelo Ministerio da Guerra sobre as continencias, guardas de honra, etc.

Durante o seu discurso um Sr. representante, cujo nome não foi escripto, deu o aparte seguinte, quando o orador emittiu este juizo:—“Ora, Sr. Presidente, é manifesto que já passou aqui, em 1.^a e 2.^a discussão, e só lhe falta a promulgação nossa, o artigo que separa completamente a Igreja do Estado (*Apoiados*); e mesmo quando isso não fosse, já o Governo da Revolução de 15 de novembro havia separado do Estado a Igreja; como é, pois, que se obriga o Exército e a Armada a fazer continencias a um culto? (*Apoiados*).”

UM SR. REPRESENTANTE—Que diz a isto o Sr. Badaró? (*Riso*.)

O Sr. BADARÓ—Sr. Presidente, si eu estivesse presente, teria attendido ao reclamo desse meu illustre collega, dizendo o que pensava a respeito.

Mas li, e cumpri o meu dever vindo responder, embora não sabia a quem deya dirigir-me.

Sr. Presidente, uma vez que está resolvida a separação da Igreja do Estado, uma vez que a Assembléa nacional, na sua alta sabedoria, votou esta medida, somos obrigados a arriar bandeira e obedecer, evitando, mesmo, que neste Congresso appareçam medidas tendentes a neutralizar os effeitos deste principio.

UM SR. REPRESENTANTE—Assim não pensou o Governo.

O Sr. BADARÓ—Parece-me que o Governo Provisorio devia ser o primeiro a cumprir a disposição constitucional (*Apoiados*); parece-me que os catholicos não tinham, até aqui, manifestado desejos de voltar ao antigo regimen...

O Sr. SERZENELLO—Parece que o Ministerio actual quer entrar no regimen da concordata.

O Sr. BADARÓ—... nem querem privilegios;

Entretanto, o Sr. Ministro da Guerra, por esse regulamento, obriga o Exército...

O SR. SERZEDELLLO — O decreto violando a Constituição não pôde ser cumprido pelo Exército e Armada, que só são obedientes dentro da lei.

O SR. BADARÓ — ... a fazer continências aos cultos religiosos.

Sr. Presidente, não fallo em nome do partido Catholico, que já declarei não existir; fallo em nome da minha fé religiosa e declaro a V. Ex., sem medo de errar, não devemos aceitar o principio consignado nesse regulamento. Si o Exército pôde ser composto de individuos alheios a crenças religiosas, pôde, tambem, ser composto, em sua maioria, de catholicos. Assim como não quero obrigar os positivistas das fileiras do Exército a porem os joelhos em terra nas ceremonias religiosas, assim tambem não quero que o regulamento obrigue os catholicos a fazerem continências ao boi Apis ou a outro symbolo profano.

O SR. ZAMA — Muito bem, Sr. Badaró.

O SR. BADARÓ — Quero ver a liberdade garantida aos ministros do catholicismo; que a um soldado catholico sejam permitidos os recursos espirituais por elle solicitados.

Quero a liberdade pela liberdade; e fiquo V. Ex. certo de que a nossa Patria vai ganhar muito com alguns principios consignados na Constituição.

O que é preciso é que os catholicos não se deixem explorar por quem quer que seja. Não é com estas fingidas barretadas que os catholicos hão de esquecer as feridas profundas que receberam da Dicladura.

V. Ex. não ignora, porque tem visto as publicações, e apesar desse propalar, alto e bom som, que o catholicismo está decadente, nas nomeações dos bispos, ha quem deseje impôr á sede vacante do Rio de Janeiro um bispo.

Ora, V. Ex. comprehende, Sr. Presidente, que, estando, hoje, a Igreja separada do Estado, é esta materia exclusivamente da competencia do Summo Pontifice, com quem o Governo secular nada tem que ver. Deixe, pois, a nós catholicos tranquillos, deixe-nos o Governo viver em paz. (*Muito bem.*)

Vem á Mesa, é lido e apoiado o seguinte

Requerimento

“Requeiro que, pelo Ministerio da Agricultura, se remetta ao Congresso cópia das razões em que se fundou o Governo para suspender a construcção do prolongamento do ramal da Estrada de Ferro de Ouro Preto a Itabira de Mallo Dentro.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de de 1894. — *F. Badaró.*

O SR. IVO DO PRADO — Sr. Presidente, o art. 64 do Regimento diz que “redigida a Constituição, será apresentada á Mesa, que a fará ler e imprimir, submettendo, depois, a redacção á revisão do Congresso, que sómente poderá emendá-la si reconhecer que envolve incoherencia, contradicção ou absurdo manifesto”. Neste caso, o Presidente abrirá discussão, que será a unica”.

Nestas condições, ha uma emenda, e esta é do Sr. Lauro Müller e outros, com relação aos 45 % addicionaes nos impostos de importação.

Que quer dizer a emenda do Sr. Lauro Müller e outros? Não é, sem duvida, um favor que deve dispensar a União a alguns dos estados que não têm forças para atravessar o periodo de transição que nos impõe o systema de discriminação de rendas approvado em segunda discussão?

Considerando desta maneira a emenda do Sr. Lauro Müller e outros, julgo que si, apparentemente, ella não envolve um absurdo, envolve-o, entretanto, no seu espirito, por isso que não satisfaz a todos os interesses dos diversos estados.

UM SR. REPRESENTANTE — Satisfaz os interesses de muito poucos.

O SR. IVO DO PRADO — Segundo a minha opinião, apenas ella satisfaz os interesses da Bahia, de Pernambuco, da Capital Federal e, talvez, do Pará, com detrimento dos interesses dos outros estados.

Tomando, por exemplo, o meu Estado, que é o de Sergipe, temos o seguinte quadro: o consumidor sergipano pagará 15 % de impostos additionaes, que serão sómente aproveitados pelo Estado da Bahia, porque o nosso commercio é feito, indirectamente, com o estrangeiro por intermedio da praça daquelle Estado. (*Ha diversos apartes.*)

A emenda estabelece excepção clara e manifesta para os estados de Minas Geraes, Goyaz e Rio de Janeiro, enquanto que a Bahia, Senhores, nos cohrará 15 % additionaes.

Eis porque, Sr. Presidente, ousou apresentar a V. Ex., com relação aos 15 %, uma indicação, que não tem por fim augmentar o numero de dias do nosso trabalho, mas resolver, tanto quanto possível, as questões que ferem de freio o nosso futuro economico.

Convém dizer que, revertendo os 15 % em beneficio do Pará, Bahia, Pernambuco e Capital Federal, elles não significam sómente um sacrificio não remunerado e sim alguma coisa mais, que ha de recahir sobre o Estado que tenho a honra de representar. E' que nesta medida, Senhores, não se encontra o espirito de justiça que deve presidir a todas as nossas deliberações.

E' por isso, Sr. Presidente, que entendo que deve apresentar a indicação a que me referi, posto que V. Ex. julgue-a em desacordo completo com o Regimento; e insisto em apresental-a á consideração dos meus collegas, porque tenho a convicção de que acima da letra do Regimento, nós devemos collocar os interesses nacionaes.

Pelo facto de um artigo regimental dizer isto ou aquillo, talvez impensadamente, não devemos sacrificar os interesses do paiz; ao contrario, devemos collocal-os acima de tudo. Vou dar um exemplo a V. Ex., Sr. Presidente.

No antigo regimen o meu Estado e alguns outros tinham uma renda de 1.000 e tantos contos, os quaes podiam, salvando as despesas ordinarias, 900 e tantos, guardar, até, algum saldo.

Actualmente, com a transição do antigo para o moderno regimen, o Estado de Sergipe ficará com o rendimento de 400 e tantos contos, porque nós não devemos contar com o imposto territorial, até certo ponto inexequivel no periodo que atravessamos, e cujo rendimento não conhecemos.

Pois bem, não contando com este imposto, temos apenas 400 e tantos contos para fazer uma despesa necessaria, imprecindível, de 900 e tantos contos, o que quer dizer — a Constituinte decreta, nas suas Disposições transitorias ou

coisa que o valha um *deficit*, para Sergipe ou para outros estados pequenos, de 500 e tantos contos!

O SR. BELFORT VIEIRA — Ficam os estados na miséria, contando que a União tenha dinheiro para gastar á larga.

O SR. IVO DO PRADO — Ora, como pôde ser a União feliz quando os seus principaes órgãos não podem ter movimento, não têm nenhuma energia que caracterize a vida?

O SR. ZAMA — Apoiado.

O SR. IVO DO PRADO — Entendo que, nestas condições, a emenda dos Srs. Lauro Müller e outros, posto que involuntaria e intencionalmente, foi demasiado infeliz, porque não consulta todos os interesses. (*Applaudos e apartes.*)

Pois, como é que, promulgada a Constituição, vai-se encontrar já um defeito tão nocivo dentro da sua organização?

Como é que, apesar de accumularem-se as despesas tanto dos pequenos como dos grandes estados, reduzem-se as fontes de receita, e tem-se esperança de que esta União seja feliz?

O SR. BELFORT VIEIRA — É uma Federação unitaria.

O SR. IVO DO PRADO — Acho que as leis da logica se opõem, completa e radicalmente, a um fim como este.

O SR. ZAMA — Apoiado.

O SR. IVO DO PRADO — Não quero nada da Bahia, como vizinho, mas não quero, tambem, que se dê á Bahia aquillo que é de Sergipe; quero que a Bahia, Sergipe, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Alagoas e outros estados tenham o que é seu.

O SR. BELFORT VIEIRA — Applaudo o protesto que V. Ex. está fazendo, porque aqui se disse que isso é exigencia do Norte.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao pobre representante que está finda a hora do expediente.

O SR. IVO DO PRADO — Sr. Presidente, eu já disse que tinha uma indicação a apresentar, e não posso deixar de o fazer; por isso peço a V. Ex. que consulte a Casa sobre si me concede dez minutos, para justificar a minha indicação.

Consultado, o Congresso concede a prorrogação pedida.

O SR. PRESIDENTE — O nobre representante pôde continuar.

O SR. IVO DO PRADO — Pois bem, Sr. Presidente, euerei, talvez, mais breves do que supõem os nobres collegas do Congresso que me fizeram a gentileza de consentir no meu pedido.

Entendo que, como sergipano e, portanto, como filho de um Estado pequeno, não devia deixar sem protesto...

O SR. BELFORT VIEIRA — Era o que eu tambem pretendia fazer, si me fosse possível occupar a tribuna.

O SR. IVO DO PRADO — ... e tão energico quanto permitirem as minhas forças, uma medida tão dura, uma medida que, não consultando as condições em que nos achamos (*Muito bem*), não consultando as nossas condições economicas, enfim, vai decretar que os consumidores dos pequenos estados tornem-se tributarios dos consumidores daquelles que tiverem grandes praças commerciaes; quero dizer — que de uma Con-

stituído como esta sabe o seguinte, mais ou menos: os consumidores dos pequenos estados ficam escravizados aos consumidores de alguns dos grandes estados, como acontece entre os consumidores de Sergipe e da Bahia e os da Parahyba e Pernambuco.

Isto é o resumo do que quer a emenda dos Srs. Lauro Müller e outros; este é o verdadeiro espirito della.

O SR. FRÓES DA CRUZ — No mesmo caso estão os consumidores do Estado do Rio.

O SR. IVO DO PRADO — É verdade, os consumidores do Rio de Janeiro pagarão 45 % em proveito, sómente, dos habitantes desta Capital.

Acho, Sr. Presidente, que, deante do Regimento, a emenda dos Srs. Lauro Müller e outros está em condições especiaes, e julgo que ella deve ser collocada nos termos do art. 64.

Parece-me que esta emenda envolve absurdo manifesto...

O SR. BELFORT VIEIRA — Pelo menos importa a morte de alguns estados, ou os atrophia.

O SR. IVO DO PRADO — ... e este absurdo poderá ser apparente, como já disse, mas está consignado no espirito da mesma emenda; porque, Senhores, que quer ella dizer?

Quer dizer que se deve favorecer aos Estados que não têm força para atravessar o periodo de transição, que nos é imposto. Esta emenda não dá as forças necessarias...

UM SR. REPRESENTANTE — Não satisfaz a seus fins.

O SR. IVO DO PRADO — ... não satisfaz aos seus fins, bem diz o nobre representante.

O SR. BELFORT VIEIRA — O fim é negativo, é atrophizador.

O SR. IVO DO PRADO — Apoiado. O fim é inteiramente negativo, porque, em lugar de favorecer, de consultar os interesses de todos os Estados, sómente dá forças a alguns, com prejuizo de muitos, como acabo de dizer.

É por isso, Sr. presidente, repito que, si não considero, na forma, a emenda dos Srs. Lauro Müller e outros como um *absurdo manifesto*, a considero, em todo o caso, em seu verdadeiro espirito, como absurdo; e, nestes termos, faço subir a V. Ex., para ser apresentada, por sua vez, ao Congresso, uma indicação que torna facultativa a sua substituição, em virtude das condições especiaes em que ella se acha.

É lida, apoiada e fica sobre a mesa, para ser discutida, quando for concedida urgencia, a seguinte

Indicação

Congresso Nacional:

Considerando que o systema de discriminação de rendas entre os Estados e a União, approvedo ultimamente, tem todas as probabilidades de se tornar o definitivo;

Considerando que este systema só poderá produzir os seus bons effeitos, depois de um periodo de tempo mais ou menos longo;

Considerando que os Estados federados, com raras excepções, não têm actualmemente os recursos precisos para se tornar

effectivo o mesmo systema, sem grave desequilibrio entre as respectivas receitas e desposas;

Considerando que a emenda relativa aos 15 % addicionaes aos impostos de importação, assignada pelos Srs. Lauro Müller e outros, não satisfaz os interesses de todos os Estados, e, ao contrario, levanta grandes difficuldades á economia de muitos, attendendo ao modo por que é feito o nosso commercio interno;

Resolve collocar a referida emenda nos termos do art. 64 do Regimento, por encontrar-se nella "absurdo manifesto", e admittir outras emendas que tenham "exclusivamente por fim" substitui-la; podendo conter, cada uma dellas, systemas radicalmente differentes do proposto pelos Srs. Lauro Müller e outros.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *Ivo do Prado.*

E' posto a votos e rejeitado o requerimento do Sr. Badaró.

O Sr. Zama (*pela ordem*) — Sr. Presidente, V. Ex. e o Congresso hão de relevar-me que eu occupei sua attenção por dous minutos. Todos lembram-se, dolorosos, do desagradavel incidente que se deu no começo da semana transacta. Devemos ser generosos para com as fraquezas dos nossos semelhantes.

Não vejo nenhuma utilidade em permanecer nos *Annaes* a historia desse incidente. Ainda mesmo quando elle tivesse sido relatado com toda a exactidão...

O Sr. SEABRA — Peço a palavra para uma explicação.

O Sr. ZAMA — ... não aproveitaria a ninguém constar que entre dous deputados se trocaram semelhantes palavras neste Congresso; não aproveita nem a mim nem ao nobre representante que estava com a palavra.

Pelo que venho pedir ao Congresso que auctoreze o Sr. Presidente a mandar supprimir a parte relativa a esse incidente, dos *Annaes* dessa Assembléa. Creio que não ha homem de senso que não comprehenda a delicadeza do meu procedimento neste momento, pedindo que se apague qualquer vestigio de um incidente que eu daria alguma coisa de valor para que se não tivesse dado na minha vida parlamentar. (*Muito bem.*)

UMA VOZ Isso depõe muito honrosamente a favor do caracter de V. Ex. (*Apoiados.*)

O Sr. SEABRA (*pela ordem*) — Pedi a palavra, simplesmente, para declarar ao Congresso que não só não me opponho ao requerimento do nobre representante, como não alterei o meu discurso; foi publicado tal como se achia nas notas tachygraphicas.

O Sr. ZAMA — Nem eu disse que foi alterado.

O Sr. PRESIDENTE pede ao Sr. Zama que faça o seu requerimento por escripto.

Submettido a votos o requerimento do Sr. Zama para ser retirado dos *Annaes* o incidente havido entre o mesmo e o Sr. representante Seabra, é approvado.

O Sr. BEVILAQUA (*para uma explicação*) — Sr. Presidente, trata-se, tambem, de um pequeno incidente desagradavel por

ocasião das discussões vehementes entre os illustres representantes do Rio Grande do Sul.

Quando orava o Dr. Demetrio Ribeiro, deixei escapar uma palavra bem adequada ao momento e que da minha parte não visava a minima offensa aos illustres representantes do Rio Grande do Sul, como logo após em conversa com alguns delles tive occasião de explicar.

Muitos dias depois o meu caro amigo Sr. Thomaz Flores referiu-se de modo pouco agradavel, pelo menos para mim, no seu discurso publicado no *Diario Official* de 8 do corrente.

Em deferencia ao illustre collega e amigo, reproduzo a minha explicação, por que o que eu dissera, como disse então um illustre representante, pois que eu me achava ausente, só poderia ser tomado em bom sentido.

O illustre representante fez justiça ás intenções que eu só poderia ter em relação a tão distincto companheiro de representação.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Quintino Bocayuva — Sr. presidente, não estive presente á sessão de ante-hontem, quando o meu digno collega, o Sr. João de Siqueira, assegurou, em um aparte, que os ministros demissionarios do Governo Provisorio haviam solicitado do honrado Sr. Barão de Lucena que acceitasse a incumbencia de organizar o novo Ministerio.

Pela parte que me toca, sem ter occasião de consultar os meus collegas, posso assegurar que isso não é exacto.

O Sr. Campos Salles — Já mandei á Mesa uma declaração por escripto nesse mesmo sentido, para que isso fique consignado.

O Sr. Quintino Bocayuva — Na organização do novo gabinete eu não tive occasião de intervir nem junto do chefe do Estado, nem junto aos cavalheiros que o formam, quer por informações, quer por conselhos, e muito menos por solicitações.

Era tudo quanto tinha a declarar.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO DAS EMENDAS OFFERECIDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

O Sr. Presidente annuncia a 3ª discussão das emendas approvadas na 2ª discussão do projecto de Constituição, e declara que a discussão deverá ser restricta ás emendas approvadas, não podendo nenhum orador apresentar sub-emendas.

Tem a palavra o Sr. Felisbello Freire.

O Sr. Felisbello Freire (*Silencio. Movimento de attenção*). — Sr. Presidente e Srs. membros do Congresso, é esta a primeira vez que subo a esta tribuna e tenho a honra de ser ouvido pelo Congresso Constituinte brasileiro.

Propositalmente me tenho della desviado, convicto das difficuldades que a rodeam. Compreendi, e comprehendi

muito bem, que não devia privar o Congresso das luzes de oradores competentes, para esclarecerem as importantes questões que se têm agitado neste recinto. Compreendi, e comprehendi muito bem, que nenhum esclarecimento podia eu trazer, quanto ao espirito pratico e á competencia profissional para discutir assumptos constitucionaes. (*Não apoiados*). E continuaria, por certo, nesta posição e a manter esse programma de silencio, si não fôra o dever, que me assiste hoje, de justificar uma emenda que apresentei na 2ª discussão do projecto de Constituição, a qual mereceu a acquiescencia dos nobres collegas.

A emenda a que me refiro dá ao Congresso attribuições para resolver definitivamente questões de limites dos estados.

Compenetrado da capital importancia da questão territorial do Brazil, a que affecta a questão financeira e a questão politica, e que, além disso, é a causa mais poderosa da desproporção que existe actualmente nos estados, relativamente á sua civilização, sua riqueza, sua interperencia historica, pelo caracter arbitrario que presidiu á primeira divisão territorial, — compenetrado, como dizia, da importancia capital dessa questão, fui levado a offerecer a emenda que dá ao Congresso attribuições para resolver as questões de limites, retirando-as dos Estados, conforme estatuiu a Comissão dos 21.

E as razões que me fizeram assim proceder, e que servem de base e justificam a emenda, são razões de ordem pratica e theorica.

Estudando o espirito da emenda da illustre Comissão e as causas que levaram-na a retirar do Congresso as attribuições para resolver as questões de limites, convengo-me de que influíu, poderosamente, no espirito de seus membros, apressar o mais possivel o inicio de regimen constitucional, desviando da attenção do Congresso questões que, como as de limites, prolongariam as sessões constituintes, adiando, assim, o termo de regimen dictatorial, que é preciso quando antes acabar.

Como a Comissão, penso eu e pensam todos os membros do Congresso: em todos nós deve haver a sincera deliberação de, por um accordo patriotico, contribuímos para que o paiz entre no regimen legal.

Entretanto, ha questões que se impõem ao nosso estudo e que não podem, nem devem, ser adiadas.

A questão territorial é uma dellas.

Senhores, permanecendo as attribuições que a Comissão dos 21 deu aos estados, de resolverem as questões de limites, parece-me que ficará ella adiada, si não se der cousa peor, isto é — ficar sem solução.

UM SR. REPRESENTANTE — Apoiado.

O SR. FELISBELLO FREIRE — Quando digo que a questão ficará adiada appello para os precedentes historicos. Estas questões têm uma vida secular, vêm de longa data. Por muitas vezes as antigas provincias, que se julgavam prejudicadas, reclamaram. Entretanto, permanecem as luctas, os litigios.

O MESMO SR. REPRESENTANTE — Nunca chegaram a um accordo.

VOZES — Nunca chegaram a um accordo.

O SR. FELISBELLO FREIRE — E é, justamente, esse adiamento que quero evitar, porque com elle vêm inconveniencias incalculaveis, que podemos prever.

Estamos em vespera de entrar em uma nova vida politica e administrativa, dirigida por principios inteiramente differentes daquelles que até aqui têm direito os negocios publicos do paiz e no qual a questão territorial é de capital importancia, porque com ella vêm as questões de riqueza publica, de augmento de população, em summa, a questão da autonomia dos estados.

Na nova vida em que vamos entrar, as auctoridades locais precisam saber até onde chega sua jurisdicção, para que os principios de justiça tenham ampla execução e os interesses da fazenda não sejam lesados pela allegação de incompetencia tributaria da auctoridade. (*Muito bem.*)

E essas inconveniencias existem, e continuarão a existir enquanto a questão de limites não fôr resolvida. E pergunto eu: Permanecendo a emenda da Commissão dos 21, que dá aos estados attribuições para resolver a questão de limites...

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Não dá tal. Leia os ns. 10 e 11 do art. 33.

O SR. FELISBELLO FREIRE — Dá.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Não dá.

O SR. FELISBELLO FREIRE — Pego ao meu illustre mestre que leia com attenção a emenda dos 21.

O SR. VIRGILIO DAMASIO — Dividiu um numero em dous.

O SR. FELISBELLO FREIRE — Dividiu um numero em dous, de accôrdo; mas fica provado o que eu disse. Chamo a attenção do Congresso para o seguinte (*tendo*): "aprovar os tratados de limites, celebrados pelos estados entre si..."

Logo, os estados têm attribuições para resolver a questão de limites.

Foi o que eu disse; parece-me que estou interpretando perfeitamente o espirito da emenda dos 21. (*Apoiados.*)

E' verdade que depois se diz que, havendo divergencia, o Congresso resolverá essas divergencias; porém o que eu disse é que os estados têm attribuições para resolver a questão de limites.

E é essa a attribuição que acho inconveniente, e cujas consequencias acabo de apontar. (*Apartes.*)

Chamo a attenção de meu illustrado mestre para o seguinte fallo: Disse eu que o adiamento da questão de limites é prejudicial á prosperidade do paiz, porque os estados vão constituir-se, constituir-se-ão, e a questão não ficará resolvida. Teremos, então, uma anomalia: veremos os estados já constituídos, gosando de soberania e autonomia, sem, entretanto, saber sua auctoridade o limite de sua jurisdicção, e até onde chega o direito de sua posse territorial.

O SR. LAURO MÜLLER — Como se dá actualmente.

O SR. FELISBELLO FREIRE — Como se dá actualmente, de accôrdo; é contra isso que fallo.

O SR. BELFORT VIEIRA — Outra questão importante é saber quando começa a autonomia dos estados.

O Sr. FELISBELLO FREIRE — Além dos inconvenientes de que tenho falado, chamo a atenção do Congresso para inconvenientes de outra ordem, e é que, si estas questões de limites existem, é porque os Estados, que as têm originado, não respeitam a verdade da historia, o direito adquirido pela colonização, intervindo em territorios que lhes não pertencem.

Ora, si isto é verdade, como é que se pôde entregar aos estados a attribuição de resolver a questão de limites? Elles são partes litigantes, não podem resolver-a de accordo com os precedentes da Historia e com o direito que a colonização lhes dá.

Eis a razão por que eu apresentei a emenda para que fique esta attribuição conferida ao Congresso.

Outra razão, para a qual chamo a atenção do Congresso, é a origem territorial dos actuaes estados. Esta é, para mim, de capital valor.

Por uma falta de clareza na primeira divisão territorial, que não obedeceu a nenhum espirito intelligente, as questões de limites são levantadas em geral contra os pequenos estados.

Assim, vemos que ella se tem agitado entre Piahy e Ceará, Parahyba do Norte e Pernambuco, Pernambuco e Alagoas, Sergipe e Bahia, Espirito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catharina, etc.

Um dos estados cujos limites não estão tragados pela sua fronteira occidental é Sergipe, que aqui tenho a honra de representar.

E' real que todos os historiadores e geographos traçam-lhe os limites por aquella fronteira.

Desconheço, porém, um acto official que o legalize. Desde 1839 procura Sergipe resolver com a Bahia essa questão, que, não obstante as successivas reclamações das assembleas e camaras, permanece de pé. E em identicas condições acham-se muitos estados.

Vemos Piahy em successivas reclamações contra sua limitrophe do Ceará, por causa do Porto de Amarração, sobre o oceano, e da divisa da comarca de Principe Imperial.

Vemos, ainda, o conflicto entre Paraná e Santa Catharina, provocado pela ambição do Paraná, que contesta o direito de posse de Santa Catharina sobre o territorio comprehendido entre o rio Negro, Ignessú, Pepiyguassú, Uruguay, Canóas e Murembas.

A mesma lucta entre Parahyba e Pernambuco, dando-se o facto anormal da rua principal de Pedras de Fogo pertencer uma metade á Parahyba, e outra a Pernambuco.

Senhores, os grandes estados de hoje, nos tempos coloniaes, eram os principaes focos de população e colonização.

Delles irradiava-se a força colonial. E os pequenos estados eram os rebentos dessa colonização.

Por isso mesmo que estes tinham feito parte integrante daquelles que foram colonizados á custa dos esforços dos grandes centros, que seu governo era uma delegação do governo dos grandes centros, comprehende-se, perfeitamente, Senhores do Congresso, que as pequenas circumscripções não podiam arcar contra os arbitrios das grandes capitánias, que ingeriam-se em seus negocios, em seus destinos, e penetravam, impunemente, em seus territorios.

Assim, vemos o territorio de Piahy não ser respeitado pelos seus vizinhos, por isso mesmo que obedecia á tutela

administrativa da Bahia, ou Maranhão; o da Parahyba não ser respeitado por Pernambuco, a que ficou subordinado desde 1775, não obstante ter sido considerado como uma capitania independente, desde 1684; o de Sergipe não ser respeitado pela Bahia, a que ficou sujeito como comarca, desde 1696, não obstante ser considerado capitania independente desde o começo do século XVII.

O mesmo verificamos relativamente ao Paraná, como parte integrante de S. Paulo e Santa Catharina, como capitania tributaria do Rio de Janeiro.

Si, pois, Senhores do Congresso, a falta de clareza dos limites era em prejuizo das pequenas circumscripções; si ellas, nos tempos coloniaes, não alcançaram uma hegemonia nos destinos da colonia, não passando sua contribuição de uma contribuição muito restricta e secundaria, o mesmo facto verificamos nos sessenta e tantos annos de politica imperial.

Realmente, as grandes circumscripções continuaram a dominar, a ser os factores mais poderosos de desenvolvimento da Nação, ficando em plano muito secundario a influencia das pequenas provincias. (*Apoiados.*)

Essas continuam sempre a reclamar em favor de sua integridade territorial, e nunca foram attendidas.

Ora, procurando nós estudar as ultimas consequencias destes factos, isto é, da má divisão territorial dos estados, nos convencemos do seguinte: que a causa mais poderosa que tem havido neste paiz para haver differença profunda na riqueza, no desenvolvimento, na civilização dos estados é a divisão territorial que temos.

Esta divisão affecou a formação de riquezas, sua distribuição, e affecou o poder politico das pequenas capitalias.

E' nestas condições que appello para o patriotismo do Congresso. Acho de mais vantagens que o Congresso tome a si resolver essas questões de limites, do que entregal-as aos estados, que não a resolverão.

UM SR. REPRESENTANTE — E' o unico meio de chegar a uma solução satisfactoria.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Deve ser o Congresso ordinario.

O SR. FELISBELLO FREIRE — Nós, os republicanos, que temos o interesse real pelo futuro da Republica, não devemos poupar esforços para que se estabeleça uma organização federal estavel, que lhe sirva de poderoso pedestal.

E a questão territorial traz um contingente importante ao grão de estabilidade desta organização.

Senhores do Congresso, posso estabelecer dois principios, que são outras tantas verdades incontestaveis: 1º, não existem actos officiaes que legalizem os limites dos estados; 2º, muitos destes estados não têm linhas divisorias. (*Muito bem.*)

Passo a ler estas notas, inspiradas na importante memoria do illustre militar Major Augusto Fausto de Souza.

Os limites entre Amazonas e Pará são traçados por uma linha imaginaria, na extensão de 80 leguas, do monte Parintins a um ponto do rio Tapajoz, quando este rio é que devia servir de diviza.

Sobre as outras linhas divisorias que a separam do Pará e Matto Grosso não ha acto official nenhum.

Em identicas condições está o Pará, relativamente a Goyaz e Matto Grosso, cujos limites não estão determinados em lei, não obstante a provisão de 24 de agosto de 1748 ler mandando proceder ás demarcações.

Piauhy, além das luctas que sustenta com o Ceará, quiz penetrar pelo territorio do Maranhão, até a barra da Tutoya, por possuir sómente uma pequena nesga de terra sobre o oceano. Eguamente seus limites não se acham determinados em lei.

Desconhecem-se as linhas divisorias do Rio Grande do Norte, não obstante as disposições officiaes que o desmembraram de Pernambuco e Parahyba e o decreto de 31 de outubro de 1831.

Em identicas condições está a Parahyba, cujos limites são traçadas por linhas imaginarias, impossiveis de ser determinadas.

Os limites de Pernambuco com Alagoas tambem são traçados por uma linha imaginaria de 40 leguas de extensão, das vertentes de Taquara á foz do Chanory.

Quando as ilhas de S. Francisco forem colonizadas, não se saberá a quem pertençam, si a Pernambuco, si á Bahia.

Não existe lei que determine estes limites, nem tão pouco os de Sergipe com a Bahia, que, além disto, sustenta luctas com o Espirito Santo, pretendendo a zona entre os rios Doce e Mocury, e com Minas Geraes, Goyaz, Pernambuco e Piauhy, por falta de leis que firmem os direitos de posse.

Os limites do Espirito Santo com Minas e Rio de Janeiro foram determinados pelos actos de 29 de julho de 1813 e 31 de agosto de 1832 e 10 de janeiro de 1853, porém com caracter provisorio.

Em identicas condições acha-se o Rio de Janeiro, cujos limites com Minas, Espirito Santo e S. Paulo não foram demarcados senão provisoriamente, pelo decreto de 19 de maio de 1843.

Os limites de S. Paulo com Minas foram determinados pela provisão de 30 de abril de 1747, documento que veio a tornar-se publico, como diz Candido Mendes, 28 annos depois, *quando já não podia servir, por estarem os mineiros de posse do terreno.*

Todos conhecem as luctas entre o Paraná e Santa Catharina, pela posse da zona comprehendida entre os rios Iguaçu e Uruguay, comprehendendo o Campo de Palmas.

Além disto, os limites de Santa Catharina com o Rio Grande não se acham determinados.

Em identicas condições acham-se Minas, Goyaz e Matto Grosso, sem lei que determine seus limites.

Eis, Senhores, nossas condições territoriaes.

Si minha opinião pudesse ter prestigio, si ella pudesse inspirar uma deliberação do Congresso, eu levantaria, por certo, a questão de uma nova divizão territorial. (*Apartes.*)

Compenetrado dos defeitos da actual divizão territorial, que foi feita desde remotos tempos, sem obedecer a nenhum principio racional, eu levantaria a questão.

Não posso comprehender que possamos estabelecer uma organização federal estavel, permanecendo as condições em que nos achamos, de ver estados pobres e pequenos, como

Sergipe, e estados opulentos e grandes, como S. Paulo. Dizia Munarel, o creador do ensino administrativo em França (Lê):

“A divizão territorial é a unica base sobre que devem levantar as principaes instituições constitucionaes».

E a historia nos dá o exemplo de que os paizes que soffrem abalos profundos em suas instituições tiveram de proceder a nova divizão territorial, como medida radical que servisse de base ás novas constiuições.

Assim, vemos a França, que se compunha de 32 provincias, acceitando os principios sociaes de 1791, ter seu territorio dividido em 83 departamentos. Vemos a Hespanha, que dividia-se em 15 provincias, soffrer uma nova divizão territorial, pelo decreto de 1833, que a dividiu em 49 governos ou intendencias. Vemos, ainda, Portugal, que no começo do seculo actual compunha-se de seis provincias, augmentar mais duas e, posteriormente, dividir-se em 21 districtos ou governos civis.

Ora, não ha paiz que reclame mais uma medida identica do que o Brazil actualmente. Por meio desta medida, já disse um illustre escriptor, harmonizam-se e nivelam-se a força e os poderes de que dispõem os differentes administradores parciaes, equilibram-se os varios elementos de cada uma das partes integrantes da Nação, neutralizam-se quaesquer tendencias de separação ou preponderancia, geradas pela propria riqueza, e, finalmente, evita-se o nascimento de rivalidades e descontentamentos entre aquelles que, por suas circumstancias peculiares, não podem progredir com egual celeridade.

E isto é tanto mais importante, quando trata-se da organização de uma Federação, que, para ser estavel, precisa attender a tres condições capitaes: uma refere-se, indirectamente, á questão territorial, porque refere-se ao grão de poder e de riqueza dos estados.

A este respeito, diz Stuart Mill. (Lê):

“A terceira condição é que não haja desigualdade de força muito sencivel entre os estados”.

Antes de concluir, não posso deixar de referir-me á emenda do Sr. José Marianno sobre os 15 % addicionaes, que considero de alta inconveniencia, e contra a qual devo protestar, pois que, além de não ser medida federalista, tem o grande inconveniente de gravar o contribuinte, que vai pagar um duplo imposto.

Tem, além disso, outras desvantagens. Si póde servir para ampliar a renda de alguns estados apenas, prejudica muitos outros. (Apoiados.) Assim, em Sergipe a importação é de 6.000 e tantos contos, da qual sómente vêm pela navegação de longo curso 400 e tantos contos, e o resto por cabotagem.

Em 1883 foi essa a renda da importação; em 1884 subiu a 5.500:000\$, sendo a da navegação de longo curso cento e tantos contos; em 1885 subiu mais, sendo o imposto da importação pelos de longo curso 127:000\$000.

Isso demonstra, perfeitamente, que os 15 %, para Sergipe, nada valem; e como Sergipe estão muitos outros estados.

Acho inconveniente esta emenda; e como representante de Sergipe não podia deixar de consignar o meu protesto.

UM SR. REPRESENTANTE — Era preferivel que fosse facultativa.

O SR. FELISBELLO FREIRE — Quando occupou esta tribuna o Sr. Ministro da Fazenda, disse que as disposições tributarias do projecto constitucional eram muito mais federalistas do que as da Constituição dos Estados Unidos.

Pego licença para examinar as condições dos dous paizes; ellas são diversas, debaixo de todos os pontos de vista.

Nos Estados Unidos — dizia Laboulaye — a Republica não foi uma invenção revolucionaria, um desses governos de papel, que a primeira tempestade leva: ella foi o producto natural dos costumes, das idéas e das necessidades do tempo. Em um paiz sem nobreza, sem soldados, sem ociosos, habituado ao suffragio universal e ao regimen das reuniões, onde tudo era democratico, a organização municipal, as leis, as condições de solo, o genero de vida, o proprio culto — que outra fórma politica seria viavel? Republicanos, os Estados Unidos ficaram fieis ao seu passado; estabelecer a Monarchia seria romper violentamente a cadeia dos tempos.

Nos Estados Unidos todos os espiritos deviam dirigir-se a prestar elementos de vida para manter a União, como um direito e uma medida revolucionaria, contra a ambição da Inglaterra.

Lá, as tendencias divergentes eram em maior numero e muito mais poderosas, quer pelo solo, pelo clima, pelo elemento ethnico, pelas instituições politicas, desde as mais remotas épocas. Tornava-se preciso antepôr á acção divergente destas causas a idéa da União bem consolidada, afim de não produzir-se a separação. Consolidar a União foi o principal poder da Revolução.

Lá, as organizações politicas eram diversas, e diversas as leis municipaes. Entre as organizações politicas, vemos existindo, conjuntamente, a organização de provincia, a organização pelos proprietarios e a organização pelas cartas de Governo.

No Brasil as cousas são muito diversas.

Emquanto lá as causas divergentes eram innumeradas e poderosas, entre nós ellas não existem, porque existe unidade e homogeneidade em nossos antecedentes. Tendencias centralizadoras presidiram sempre ao nosso desenvolvimento.

Nossa organização politica era uma só em todo o paiz. Nella não existia o menor vestigio de um governo autonomo (*Muito bem*), de um governo proprio, emquanto que na America os cidadãos criaram-se á sombra das liberdades e do livre governo, protegidos, na fraqueza de sua origem, pela indifferença da Inglaterra. Lá o patriotismo inspirava aos homens o dever de consolidar a União, cá o patriotismo manda que consolidemos os estados. (*Muito bem*.)

Eis porque não se póde tomar como termo de comparação as attribuições tributarias da Constituição dos Estados Unidos.

Entre nós existia a centralização. Ora, parece que a trajectoria historica dos Estados Unidos vai da periphéria para o centro, do organismo para a cellula, do municipio para o Estado; no Brazil a trajectoria historica é inversa, vai do centro para a periphéria, do organismo para a cellula, do

centro para o municipio. Portanto, não se pôde estabelecer comparação.

Não querendo roubar mais tempo ao Congresso, chamo sua attenção para a questão territorial do Brazil, base da organização politica federal, para que seja esta questão resolvida o mais cedo possivel.

Devemos ser federalistas, afim de mantermos coherencia com o nosso passado, em que faziamos a propaganda á custa de sacrificios, nós os republicanos.

Tenho a honra de pertencer á brilhante fileira que não olhava o sacrificio para plantar a idéa republicana no espirito (*Muito bem; muito bem. O orador é felicitado.*)

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Ouso, Sr. Presidente, tomar algum tempo ao Congresso, persuadido de que os assumptos que vou submeter á sua reconsideração assumem a mais alta relevancia, e que, desafiando sua reflexão, hão de, sem duvida alguma, receber uma solução diversa daquella que tiveram na 1ª discussão.

Entro desde logo em materia, sem preambulos, porque desejo que as minhas considerações tenham um cunho essencialmente positivo e pratico.

Occupar-me-hei, Sr. Presidente, das emendas approvadas em 2ª discussão, relativas á nacionalização dos estrangeiros, á liberdade de cabotagem e á taxa adicional dos 15 %.

Sr. Presidente, quando tive a honra de occupar a tribuna, por occasião da 1ª discussão, lembrei ao Congresso Nacional os deveres que a Nação Brasileira, por intermedio do Governo Provisorio, e em consequencia da Revolução de 15 de novembro, havia contrahido para com os estrangeiros que se achavam no paiz naquella data memoravel. Eu lembrei que os cidadãos de paizes extranhos, residentes no Brazil, sil por occasião de proclamar-se a Republica, haviam demonstrado a solidariedade dos seus sentimentos para com a Nação Brasileira, compartilhando, sinceramente, das idéas que no momento dominavam este paiz; elles levaram a sua demonstração de solidariedade para conosco até ao ponto de declararem que estavam promptos, desde aquella data, a desconhecer differenças entre estrangeiros e brasileiros, deixando apagada para sempre a denominação de colonias estrangeiras.

O Governo Provisorio, correspondendo, não só ás aspirações que nesse momento dominavam o paiz, como, tambem, compenetrando-se dos seus deveres deante das verdadeiras conveniencias publicas, pelo decreto de 14 de dezembro de 1889, estatuiu que o estrangeiros existentes no Brazil naquella data gloriosa, que dentro de seis mezes não declarassem preferir a nacionalidade de origem, seriam brasileiros.

V. Ex., Sr. Presidente, sabe que os governadores dos diferentes estados onde existem cidadãos estrangeiros em grande numero e exercendo benefica influencia no seio da sociedade, os acolheram nas intendencias onde elles prestaram relevantissimos serviços nos cargos policiaes, onde se desvelaram pelo bem publico, e até nos cargos interinos da judicatura, nos quaes serviram como supplentes de juizes municipaes e substitutos de juizes de Direito.

UM SR. REPRESENTANTE — Esses não perdem o direito de brasileiros.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Pego permissão para, abrindo um parenthesis, declarar ao nobre representante por Alagôas, que em pouco demonstrarei que S. Ex. labora em equivoco. Mas, Sr. Presidente, em consequencia desta situação creada no paiz pelo patriotico decreto de 14 de dezembro, gozariam os cidadãos estrangeiros que o quizessem, mediante tacita acquiescencia, da plenitude do direito politico, independentemente de qualquer prazo que não fosse o estabelecido para a acceitação da nacionalidade; assim, foram elles incluídos nos alistamentos, tornando-se eleitores e elegiveis. Esta ordem de cousas correspondia ao que, em 1824, creou a Carta outorgada por Pedro I, em relação aos portuguezes existentes no Brazil em 1822. Foram declarados brasileiros os que expressa, ou tacitamente, acceitavam a Independencia.

O SR. OITICICA — Foi um dos mais bonitos actos do Governo Provisorio.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Não era possivel conceber que se pudesse excluir das urnas aquelles mesmos cidadãos que ligavam-se ao paiz com deliberação e lealdade, prestando serviços nos cargos de administração, policia e judicatura, aquelles que, deante do movimento revolucionario, não hesitaram em proclamar a excellencia do regimen republicano. Foi assim que muitos dignos collegas, assim como os representantes de S. Paulo, temos em nossos diplomas o voto significativo das colonias estrangeiras.

E, pelo que vos diz respeito, temos a honra de declarar que os nossos diplomas mereceram, e trazem, esses suffragios.

O SR. BADARÓ — Entretanto, eu já ouvi dizer que os eleitores dessa natureza só votavam por dinheiro.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Posso assegurar a V. Ex. que as suas palavras envolvem uma revoltante injustiça áquelles estrangeiros, tanto mais iniqua quanto generica, indistincta e gratuitamente offensiva.

Por occasião de discutir-se pela primeira vez o projecto constitucional, eu tive o cuidado de propôr um additamento ao art. 26, nas disposições relativas aos eleitores e elegiveis, no sentido de garantir aos nacionalizados pelo decreto de 14 de dezembro o exercicio do direito politico, independentemente do prazo de 4 a 6 annos, instituido quanto á elegibilidade, pondo, assim, a Constituição de accôrdo com as disposições anteriores do Governo Provisorio. Tive a fortuna de ver acolhido o meu additivo pelo Congresso, e assim acha-se hoje definitivamente, no art. 26, a isenção do prazo para os nacionalizados de 15 de novembro de 1889, porque esta disposição foi approvada tambem na 2ª discussão, e eu não sei como harmonizal-a agora com o recente voto do Congresso, que, a respeito do art. 68, reformou o que resolvera na 1ª discussão, pois revogou a naturalização tacita do decreto de 14 de dezembro e marcou novo prazo de seis mezes para a declaração expressa, a contar da approvação da Constituição.

Assim, essas disposições, que não faziam mais do que

collocar a Constituinte de 1890 em um plano que não fosse inferior ao da Constituição outorgada por Pedro I em 1824; essas disposições, nós tivemos o desgosto de as ver cabir aqui, em 2ª discussão. (*Muitos apoiados; muito bem*).

UMA VOZ — Quer dizer: recuamos 70 annos.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Quer dizer que o Congresso de 1890 collocou-se abaixo da Carta outorgada por Pedro I (*Apoiados; muito bem*); quer dizer que o Congresso de 1890 não correspondeu ás exigencias da época, aos dictames da civilização do nosso tempo, ás imposições do progresso actual. (*Muitos apoiados. Muito bem! Muito bem!*)

O SR. OTICICA — E' a opinião publica que sagrou a reforma do Governo Provisorio.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Não é só isto, Sr. Presidente; revogando actos publicos, pelos quaes a Revolução quiz dizer aos cidadãos estrangeiros que as portas da nossa nacionalidade lhes eram abertas, para que elles pudessem aqui exercer os direitos politicos, nós vamos até ao ponto de faltar com a fé devida aos actos officiaes em relação a estrangeiros. (*Muitos apoiados. Muito bem! Muito bem!*)

Que credito, Sr. Presidente, quereremos nós que d'ora avante mereçam os actos do nosso Governo, os nossos proprios actos em relação a estrangeiros, quando nós em um dia negamos até os direitos adquiridos em virtude dos nossos proprios decretos de outro dia? (*Muitos apoiados; muito bem!*)

UMA VOZ — Não se negam.

OUTRAS VOZES — Negam; leia a emenda. (*Continuam os apartes.*)

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Sr. Presidente, a época revolucionaria de 1889 correspondia ás circumstancias anormais em que o Brazil se achava collocado em 1824 por occasião da Independencia?

Si então um governo monarchico não tinha duvida em declarar, por tacita annuencia, cidadãos brasileiros, os que adheriam á Independencia, como é que nós, governo republicano, nós que estamos sob a pressão das grandes conquistas da actualidade, fugimos á necessidade de reconhecer o direito de cidadão aos estrangeiros que acceitaram a Republica? (*Muitos apoiados.*)

E' preciso que saibamos corresponder aos deveres que assumimos ao proclamar a Republica, abolindo a unica Monarchia da America. (*Apoiados; muito bem.*)

Passarei a demonstrar que o acto do Congresso importa a revogação completa de todos os actos anteriores; demonstrarei que a revogação do § 4º, art. 68, do projecto Constitucional importa negar aos estrangeiros até o direito adquirido.

Que é que diz a emenda do nobre representante pela Parahyba, que foi approvada pelo Congresso?

A emenda do nobre representante pela Parahyba, acceita pelo Congresso, dispõe o seguinte (*lê*):

"Altere-se o § 4º do art. 68, do seguinte modo:

"Os estrangeiros que, achando-se no Brazil no dia 15 de novembro de 1889, declararem, dentro de seis mezes, depois de approvada a Constituição, o animo de adoptar a nacionalidade brasileira. — *Epitacio Pessoa.*"

O SR. OITICICA — Exige o renegamento publico da Patria.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Portanto, Sr. Presidente, a consequencia forçosa desta proposição é a seguinte: é necessario que os estrangeiros que fizeram parte de intendencias, que exerceram cargos policiaes e cargos de judicatura, que concorreram ás urnas, que suffragaram os candidatos republicanos no dia 15 de setembro, — que todos esses estrangeiros, a despeito de tudo isto, para serem brasileiros, dentro de seis mezes, depois de approvada a Constituição, por um acto positivo, por uma declaração expressa, renunciem á nacionalidade de origem, e aceitem a nacionalidade brasileira.

UM SR. REPRESENTANTE — Nenhum fará isso.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — E', ou não é, Sr. Presidente, essa disposição revogatoria absolutamente, dos actos do Governo Provisorio e da disposição constitucional approvada em 1ª discussão?

Inquestionavelmente, é. (*Muito bem.*)

Mas, Sr. Presidente, si esta conclusão é logica, inelutavel, como, de facto, é, pergunto eu: Que ficam sendo, a que ficam reduzidos os actos desses intendentes, os despachos e as sentenças dessas auctoridades policiaes e desses juizes? (*Apoiados.*)

Ficam em vigor actos providos do exercicio de cargos publicos por estrangeiros?

E, Sr. Presidente, os mandatos dos representantes que, deduzida a votação dos estrangeiros, não alcançaram o numero preciso para constituir a representação, estes mandatos serão annullados? Teremos nós de proceder a um novo reconhecimento de poderes?

E' preciso, Sr. Presidente, tirar a conclusão dos nossos actos; é preciso reflectir no que fazemos, porque não temos o direito de recuar deante das consequencias daquillo que praticámos.

O SR. MORAES BARROS — Esses diplomas são todos nullos. (*Apartes e não apoiados.*)

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Quero saber si esses actos de intendencias, si esse actos de policia e de judicatura, si esses diplomas de deputados estão nullos.

O SR. MORAES BARROS — Tudo é nullo. (*Ha outros apartes.*)

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Ao concluir, Sr. Presidente, invocarei o patriotismo do Congresso no sentido de pedir-lhe a reconsideração do seu acto.

Ainda é tempo. Nós podemos, na 3ª discussão fazer cahir essa emenda, e restaurar o direito patriotico, constituido pelo Governo Provisorio, e que corresponde ás verdadeiras aspirações da época. (*Muitos apoiados.*)

Por esta forma teremos prestado fé inteira e completa aquillo que nós mesmos fizemos; porque é preciso, Sr. Presidente, que, por muito que os actos do Governo Provisorio devam ser submettidos ao nosso criterio e á nossa approvação, nós saibamos até onde é possível chegar sem ferir isso que constitue a propria dignidade da Nação. (*Muito bem.*)

UM SR. REPRESENTANTE — E interesses da maior importancia.

OUTRO SR. REPRESENTANTE — Argumentou perfeitamente bem.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Não é possível, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional de 1890, como eu disse, se colloque em plano inferior á Constituição imperial de 1824.

Eu espero que o Congresso, como tantos outros, dará, mais uma vez, exemplo de patriotismo e de verdadeira comprehensão dos deveres publicos e das verdadeiras conveniencias nacionaes.

Passarei a outro assumpto, Sr. Presidente, e, no empenho de não tomar demasiado tempo á Assembléa, serei succinto e breve.

Póde-se dizer, Sr. Presidente, que á suppressão dos direitos adquiridos pelos estrangeiros em virtude do decreto do Governo Provisorio e da primeira votação do Congresso corresponde, dignamente, o acto do Congresso que institue o privilegio da navegação da cabotagem. Si o Congresso brasileiro tivesse feito o proposito de entrar em uma via reaccionaria, não teria cousa melhor a fazer do que, depois de expellir os estrangeiros, fechar os nossos mares.

Eu não preciso fazer o historico da questão da liberdade da cabotagem: seria injustiça á illustração dos membros do Congresso si eu pretendesse rememorar as differentes phases desta questão; apenas direi que longos annos o Brazil, em relação a sua navegação de cabotagem, viveu no regimen restricto da protecção, no regimen do mais absoluto privilegio.

UM SR. REPRESENTANTE — E depois da liberdade dessa navegação desaparecerão todos os estaleiros, todas as industrias que se ligam á navegação de cabotagem; a liberdade matou tudo isso.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — As estatisticas, os estudos mais assiduos e acurados dos homens competentes daquella época, vencendo a reluctancia da rotina, conseguiram derrocar os reductos do privilegio, que assentava, além de outras bases, nesse grande elemento de conservação descuidosa, indifferença da população para tudo quanto diz respeito ás cousas publicas e á indole passiva do nosso povo. Mas, por que conseguiram os homens competentes daquella época derrocar o privilegio? Porque mostraram á toda a luz, de modo a não haver contestação possivel, que o privilegio da navegação de cabotagem sómente tinha colhido, como resultado do seu imperio, o atrophamento, a insufficiencia e carestia da industria dos transportes maritimos, absoluta ausencia de qualquer progresso ou desenvolvimento e a de-

cadencia, a penuria, a insubsistencia de todas as industrias dependentes della.

O SR. CUSTODIO DE MELLO—Não temos, hoje, um estaleiro; a liberdade da navegação de cabotagem foi a morte da Marinha mercante, que deve ser o viveiro da Marinha de guerra.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Peço permissão para concluir meu raciocinio, a exposição de meu pensamento, assegurando que no momento em que me sentir convencido pelos argumentos em contrario, serei obediente aos dictames de minha consciencia, si levarem a collocar-me do lado dos nobres representantes.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu que os estudos feitos naquella época conseguiram levar as classes pensantes do paiz á necessidade de estabelecer a liberdade de navegação. (*Apartes.*)

A perduração do regimen protector durante longos annos, tanto foi insufficiente para crear a Marinha nacional, que, uma vez abolido o privilegio, estabelecido o regimen da concorrência, notou-se, não só a ausencia do que propriamente pudesse denominar Marinha mercante nacional, capaz de substituir a estrangeira e de competir com ella na navegação...

O SR. RETUMBA—Setecentos e tantos navios.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — ... mas, ainda, que todas as industrias dependentes do transporte marítimo prosperassem, demonstrando, assim, que só uma cousa fazia seu atrazo—o privilegio da cabotagem, visto que a Marinha nacional não era sufficiente para dar vassão ás necessidades do transporte. Adormecida sob a desnecessidade de esforço, não tendo concorrência, não sentindo os estímulos que fecundam o progresso, ella acalentava-se no goso das facilidades do privilegio, jazia na mais profunda inercia, nada emprehendendo para sahir do estado rudimentar em que se achiava.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA—V. Ex. leu as estatisticas? Sabe quantos navios existiam?

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS—As estatisticas condemnam o privilegio. Admitto a protecção em condições excepçionaes, com a maior restricção, sob o mais apurado criterio. E' necessario que a industria tenha elementos naturaes de vida, para poder manter-se e luctar com a concorrência. Do contrario, é um erro conceder a protecção; porque não só não consegue ella levantar a industria protegida, como vai ferir gravemente todas as outras. (*Muitos apotados.*)

Tal o que se deu com a cabotagem, onde a protecção não conseguiu levantar a industria nacional, feriu a riqueza publica, e atrophiou as outras industrias.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA—Ao contrario, desenvolveu.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS—O paiz ainda não offerece as condições determinantes da viabilidade para a Marinha mercante.

O SR. CUSTODIO DE MELLO — Compare as condições com as de 62.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Não temos população, e a que ha não basta para prover as indústrias que exercem-se em terra.

Emquanto isso fôr assim, difficilmente as populações aventurar-se-ão ao mar.

Emquanto o brasileiro encontrar recursos nas indústrias terrestres, não procurará o mar. (*Apartes.*)

Si se acha que o paiz tem condições para desenvolver a navegação, nesse caso, a Marinha mercante não tem necessidade do privilegio; ao contrario, devemos abrir os mares á livre concorrência, a todas as actividades, porque, assim, teremos as vantagens da lucta, a lição fecunda do exemplo e da experiencia, os estímulos salutares de esforços communs.

Temos dotado largamente a industria dos transportes maritimos, e, entretanto, ella conserva-se estacionaria: isto prova que esta industria não tem os elementos necessarios para desenvolver-se.

O SR. CUSTODIO DE MELLO — Mostre um exemplo nos paizes estrangeiros.

Nos Estados Unidos, na Inglaterra, a cabotagem não é livre. A' excepção da Italia nos portos do Mediterraneo...

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — O meu grande argumento é que não possuímos o grande capital primario — o homem —, este factor é decisivo, não temos população, ou a que temos é insufficiente para alimentar o trabalho nacional.

Actualmente, ella procura as indústrias mais commodas e mais remuneradoras. Emquanto não superambudar e não houver o desequilibrio, fugirá ás rudes provanças do mar.

O SR. RETUMBA — Por isso, fechemos a porta da Constituição.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Fechemos a porta da Constituição ao privilegio; deixemol-a, porém, aberta á solução mais conveniente, a tomar em lei ordinaria, quer pela liberdade, quer pela protecção.

O SR. CAMPOS SALLES — Não é problema para ser resolvido em uma Constituição.

O SR. BADARÓ — Ha disposições de posturas de camaras municipales, que os Senhores puzeram na Constituição.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Não fizemos nós tal. Mas, dizia eu — nesta época, em que se proclama a lei da solidariedade humana, quando para este ideal convergem todas as aspirações, reconhecendo-se que a sua approximação é o caminho seguro para realização das melhores conquistas e reformas, quando procurámos ligar-nos a todo o mundo civilizado, pelos laços da mais intima convivência, da mais sábia connexão, a nossa lei fundamental estabelece o privilegio da cabotagem, isto é, fecha os nossos mares á navegação estrangeira! (*Trocam-se muitos apartes.*)

Pego aos meus illustres contradictores que permitam-me expôr o meu pensamento.

Uma voz—Mas nem todos têm a liberdade de subir a essa tribuna. (Ha outros apertes.)

Mas, diga eu, Sr. Presidente, o privilegio da cabotagem nos dá os portos nacionaes aos navios estrangeiros. Dito os nobres deputados auctores da emenda: Nós deixamos livre a navegação de longo curso.

E' verdade; mas essa limitar-se-a muito, e talvez possa desaparecer no dia em que vier a soffrer esta restricção; porque sabemos que os navios que fazem carteira para o Brazil contum com o trafego da cabotagem. (Apertes.) Os paqueletes que fazem o serviço do Brazil, percorrendo os portos desde paiz, desastregam as suas mercadorias, e tornam a frete as mercadorias nacionaes, para conduzi-las de uns portos a outros. (Apertes.)

Dizem os nobres Deputados que não nos importemos com isso; mas queremos, então, o isolamento dos nossos portos, a impossibilidade do transporte das mercadorias entre os diversos estados?

Um Sr. Representante—O serviço far-se-a por meio da cabotagem nacional.

O Sr. BERNARDINO DE CAMPOS—Mas não existe a cabotagem nacional.

Vozes—Existirá.

O Sr. BERNARDINO DE CAMPOS—Mas, enquanto não existe e durante esse interregno, quando não houver navegação alguma, que faremos nós neste vasto paiz, sem meio algum de navegação? (Apertes.)

Os nobres representantes pedem privilegio para uma cousa que não existe ainda; e direi mais que não existiu ainda. Citarei a opinião de escriptores abalizados, entre elles Tavares Bastos, que demonstraram, com dados estatísticos, que não tinhamos Marinha nacional, que os navios eram estrangeiros, que não havia padrões nem commandantes nacionaes, dando-se a necessidade de simular que esses padrões, commandantes, navios e marinheiros eram nacionaes. (Apertes.)

De modo que os nobres representantes pedem privilegio para uma cousa que não existiu, que não existe, estabelecendo um privilegio, que apenas nos obrigará a simular a existencia de Marinha mercante nacional. (Apertes.)

Pergunto, Sr. Presidente, a que ficará reduzido o assucar de Pernambuco quando não puder ser transportado para os mercados consumidores? A que ficará reduzidos a carne e os productos do Rio Grande quando não puderem vir aos mercados consumidores? Porque não vivemos, simplesmente, de café e de borracha: temos um grande commercio interno, nos proprios mercados brazileiros o seu consumo.

O Sr. RETUMA—Im Pernambuco ha uma companhia de vapores costeiros, bem como na Bahia e no Para.

O Sr. BERNARDINO DE CAMPOS—Pelo menos os fretes hão de se elevar muito.

UM SR. REPRESENTANTE — Com o pagamento em ouro, ócio.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Além do pagamento em ouro, temos o augmento do frete.

O SR. OTTICICA — Isso e o tratado de commercio com os Estados Unidos podem se casar perfeitamente.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — A que ficarão reduzidos, Sr. Presidente, os nossos contractos com as companhias estrangeiras? Nós temos, no actual momento, algumas companhias que fazem o serviço mediante fortes subvenções. A que ficarão, pois, reduzidos esses contractos?

Como já tive occasião de dizer, não sou em absoluto infenso a um regimen de protecção. Si as costas brasileiras podem fornecer o pessoal e o material necessarios, para que possamos manter um serviço de cabotagem completo, tanto quanto possível, isto é, si pudermos lutar com a concorrência estrangeira, então estabeleçamos a protecção directa a essa industria, sem ferir as outras.

Mas os factos demonstram que não estamos preparados, absolutamente. E, depois, Senhores, si se quer estabelecer esta medida com relação ao transporte marítimo, por que não extendel-a ao commercio? por que não extendel-a ás demais industrias?

Pois, é nesta occasião em que precisamos de uma forte corrente immigratoria, em que precisamos de homens validos para robustecer as nossas industrias, — é justamente agora que nos lembramos de vedar ao estrangeiro o accesso a uma industria, aliás, fóra do nosso alcance?

Si necessitarmos de braços, si os que existem são insufficientes para o serviço agricola e para o desenvolvimento de outra ordem de trabalho, como lançar mão de semelhante medida?

Direi mais que o regimen da liberdade e da livre concorrência é o que me parece preferivel. E a este respeito posso lembrar factos.

As nossas estradas de ferro, a principio construidas com capitães estrangeiros e sob a direcção de engenheiros tambem estrangeiros, hoje são construidas com capitães nacionaes e sob a direcção de engenheiros nacionaes. Com relação á lavoura do café dá-se o mesmo facto.

V. Ex. sabe, Sr. Presidente, que a cultura do café depende de utensilios custosos, engenhos e fabricas de alto custo.

Que fazia o Estado de S. Paulo? Importava todos os seus machinismos do estrangeiro; hoje, o Estado de S. Paulo constróe todas as machinas e utensilios de que precisa para o seu café, sem ter gosado de privilegios para taes fabricas. *(Apoiados dos representantes de S. Paulo.)*

O SR. CUSTODIO DE MELLO — E' preciso encarar a questão pelo lado estatístico, e isso é o que V. Ex. ainda não fez.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Pelo lado da estatística ha o seguinte. Durante o regimen do privilégio havia trezentos e tantos navios em trafico.

O SR. RETUMBA — Setecentos e tantos.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Depois do privilegio continuaram esses mesmos navios; mas, como elles eram incapazes para lutar com a concorrência, tiveram de ceder o campo aos mais industriosos, áquelles que dispunham de mais capitães, de mais recursos e actividade.

No dia em que o Brazil tiver uma população superabundante, em que dispuzer do capital necessario para construir estaleiros e armar navios, nesse dia nós teremos uma Marinha mercante poderosissima. (*Apoiados; cruzam-se muitos apartes.*)

Sr. Presidente, eu vou fugir desta questão incandescente, pela escassez do tempo (*Riso*). afim de occupar-me com os 15 % additionaes: vou dizer em nome de meus amigos que não podemos, de modo algum, tomar a responsabilidade desse tributo lançado sobre o povo.

Nós o condemnamos, Sr. Presidente, porque é um tributo desnecessario, injusto, vexatorio e desproporcionalmente distribuido: é um tributo desnecessario, porque grava populações que não precisam delle; é um tributo injusto, porque é arrecadado dos haveres de uns e applicado em beneficio de outros; é um tributo vexatorio, porque agrava sobremaneira o imposto de importação, actualmente já muito pesado. (*Apoiados.*)

O SR. OTTICICA — Póde dizer o mesmo sobre o plano de toda a Constituição.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Diz-se que não ha estados que não poderão viver sem o imposto de importação.

Mas, si isto é uma razão para se decretar o imposto de importação, então, elle deveria affectar, simplesmente, aquelles estados que necessitam delle. (*Apoiados.*)

E nesse sentido eu e os meus amigos estavamos deliberados a dar o nosso voto pelo imposto facultativo.

O SR. OTTICICA — Alto lá! Este imposto facultativo é um laço.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Si é uma razão a necessidade dos estados que precisam do imposto de importação, tambem deve ser procedente a razão da desnecessidade dos estados que de semelhante imposto não carecem, em relação aos quaes fica sendo apenas um *onus*, perturbador de suas finanças.

No encontro dessas duas forças, que se chocam, parece-me que não poderá achar-se solução justa, no alvitre que faça prevalecer uma sobre outra, ao passo que o imposto facultativo, ferindo unicamente zonas que entenderem necessario lançar-o, será um imposto legitimo, justificavel, bem fundado, e, além de tudo, cobrado em beneficio dos que o paguem.

A taxa adicional dos 15 %, pelo modo por que está estabelecida, dá o seguinte resultado: como o paiz se acha dividido em diferentes zonas, em relação á cobrança dos impostos aduaneiros de importação, como estas zonas podem ser assim classificadas — Belém, S. Luiz, Recife, S. Salvador, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul —, e como de cada uma dellas são tributarios diferentes estados, segue-se que a arrecadação feita na séde aduaneira aproveitará unicamente ao Estado em que se acha a mesma séde (*Muito bem*), ficando todos os outros estados onerados, sem participar dos resultados do imposto.

UM SR. REPRESENTANTE — E os estados pequenos serão sacrificados. (*Ha outros apartes.*)

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Assim, tomemos o Rio de Janeiro. Da zona aduaneira, que tem por séde a cidade do Rio de Janeiro, são tributarios Goyaz, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Espirito Santo.

Pois bem, pelo projecto, a taxa aduaneira será arrecadada em beneficio do Rio de Janeiro, de Minas e de Goyaz; segue-se que todos os outros estados serão onerados igualmente, sem que, entretanto, recebam um ceílil das conveniencias resultantes da cobrança desta taxa os excluidos da partilha. (*Apoiados.*)

UM SR. REPRESENTANTE — E' uma verdadeira extorsão para esses estados. (*Ha outros apartes.*)

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — E' possivel estabelecer o imposto facultativo, isto se póde fazer por lei ordinaria.

Ha uma outra razão, Sr. Presidente, e é a seguinte: os nossos impostos de importação acham-se grandemente onerados com a cobrança em ouro; nós sabemos que, valendo no mercado doze mil e tantos réis uma libra sterlinga, e sendo recebida na Alfandega pelo valor legal de 8\$890, resulta d'ahi um prejuizo de 33 %; adicionemos a isto os 15 %, e teremos 48 %.

Segue-se que o consumidor vai pagar a mais quasi 50 % de imposto de importação. (*Apoiados.*)

Entendo, Sr. Presidente, que devem ser attendidas as reclamações dos estados que allegam não poder viver sem o imposto de importação, mas o unico meio de attendel-os é o imposto facultativo.

O SR. OITICICA — Não, Senhor.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — Não vejo razão para que os estados que precisam desse imposto não façam entre si uma liga e não o estabeleçam, determinando por meio de convocações as disposições aduaneiras consentaneas com o plano, que julgarem melhor.

Que difficuldade ha nisto? Por que onerar a todos, estabelecendo o vexame do imposto forçado sobre aquelles estados que não vivem da importação? Ha estados que vivem da exportação e estados que vivem da importação; os estados que vivem da importação que lancem a taxa adicional. (*Apartes.*)

Nestas condições, Sr. Prêsidete, tendo enunciado, ligeiramente, minhas idéas e lavrado meu protesto em nome de meus companheiros, refiro-me, invocando mais uma vez o patriotismo do Congresso, para que remate a bellissima obra que até este omento tem construido, expurgando a Constituição dos grandes senões que acabo de indicar. (*Muito bem. O orador é cumprimentado.*)

TERCEIRA DISCUSSÃO DAS EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA

O Sr. Serzedello — Sr. Presidente, comprehendendo perfeitamente bem a anciedade do Congresso por ver votada a Constituição; comprehendendo perfeitamente bem a anciedade do paiz inteiro por ver definitivamente promulgada a lei organica de nossa sociedade, de nossa Pátria, e que deve presidir aos des-

lhos da Republica Brasileira; e comprehendendo essa grande aniedade, porque é necessario dar á nossa vida a estabilidade, que é a paz, que é a ordem; porque é necessario entrarmos de uma vez para sempre no regimen da legalidade (*Apoiados*); é necessario que de uma vez para sempre saibamos perfeitamente bem em que lei vivemos, quaes os direitos que serão garantidos; é necessario, Senhores, é extraordinariamente necessario, que seja definitivamente eleito o Presidente da Republica, de modo que possamos saber qual é o Ministerio, qual é o Governo que está incumbido de dirigir os destinos da Republica; de modo que possamos ter a felicidade de ver perfeitamente comprehendido pelo Governo o pensamento republicano, obedecendo todos aos altos intuitos da Revolução honesta, justa, moralizadora (*Apoiados; muito bem*), já na organização dos ministerios, já nos actos procedentes do Poder publico, acabando-se de uma vez para sempre com este divorcio constante entre a opinião publica e os actos do Governo, entre aquillo que determina, que indica este Congresso, que é a Nação, que é o Poder soberano (*Apoiados geraes*), e aquillo que faz o Governo, hoje um delegado deste mesmo Congresso. (*Apoiados; muito bem*.)

VOZES — V. Ex. está fallando brillantemente e com grande independencia.

O SR. SERZEDELLO — Não sou, Sr. Presidente, absolutamente, suspeito fallando desta fórma.

V. Ex. sabe, como todo este Congresso, sabe-o todo paiz, que ninguém tem dado maiores provas de consideração, de alta estima, de dedicação e apreço pessoal ao chefe do Governo do que o humilde orador. E o fiz desde as primeiras agitações, e o fiz visando os grandes e superiores interesses moraes de minha Patria, jámais recebendo cousa alguma, dando sempre todo o meu esforço, satisfeito e alegre com o cumprimento de meu dever, vendo sempre deante de mim a imagem serena da Patria, a imagem serena da Republica. (*Apoiados; muito bem*.)

Mas tambem é verdade que não posso dar o meu apoio e a minha palavra a todos os erros, a todos os abusos, a todas as fallas e a todos os desvios que entende o Governo commetter. (*Apoiados*.)

O SR. OTTICICA — Isso dito por V. Ex. tem muita força.

O SR. SERZEDELLO — Seria isso attestar uma subserviencia, um tal estado de corrupção, um servilismo, contra o qual revoltam-se o meu passado, o meu espirito, a minha alma e todas as energias de meu coração.

Seria isso o esquecimento de meu dever e a deshonra de meu mandato. (*Apoiados; muito bem*.)

VOZES — Essa posição honra muito a V. Ex.

O SR. SERZEDELLO — Mas a verdade, Sr. Presidente, é que estamos em uma situação completamente anormal; a verdade é que não sabemos si realmente este Governo existe ou não; a verdade é que não sabemos que attitude mantem elle deante deste Congresso, porque nem ao menos soube cumprir o comessinho dever de participar sua organização a este mesmo Congresso, que é o Poder soberano, que é a propria Nação. (*Apoiados geraes*.)

O SR. OTTICICA — O Governo existe sem se lembrar que o Congresso existe tambem.

O SR. SERZEBELLO — *Pois commette um erro, um crime, esquece-se de seu dever, divorcia-se da Nação. (Apoiados geraes; apartes.)*

O que vejo é que á proporção que vamos votando a Constituição, que vamos firmando doutrina inabalavel, que fica definitivamente assentada, como por exemplo a plena liberdade espirital, o respeito á consciencia e á crença de cada um, vemos o Governo ultimamente nomeado afastar-se dessa norma de proceder, fugir dessa orientação e, a pretexto de regularizar promoções, fazer cousa contraria ao principio da liberdade espirital. *(Apoiados; muito bem)*, — principio que foi consagrado pelo Congresso, estabelecido pelo Governo Provisorio, principio estabelecido pela propria Revolução. *(Apoiados.)*

De modo que, Sr. Presidente, parece-me que o Ministerio actual, que é um erro do chefe do Governo, — Ministerio, que não exprime, pelo seu passado, o pensamento republicano, que não exprime, pelo seu passado e pelos seus serviços, o pensamento revolucionario, não podia divorciar-se do Governo passado no que elle praticou de melhor, de util, de salutar, desfazendo e contrariando alevantadas idéas democraticas *(Apoiados; muito bem)*, em opposição á opinião soberana do povo, em opposição ao Congresso, em opposição ao Governo da Revolução, que, embora houvesse commettido erros, esteve no Poder pela Revolução e em nome da Revolução, recebendo a investidura da propria Revolução porque elle representava, encarnava a propria Republica na sua vida de sacrificios e nos serviços á Revolução triumphante. *(Apoiados; muito bem.)*

Como patriota, grito, pois, a esses limoneiros, vindos dos arraiaes que tantas vezes combatemos, que vão errados, que vão caminho do mal, porque o regimen é outro e outros methodos e outros processos são necessários para governar este povo. *(Apoiados; apartes.)*

Comprehendo, pois, Sr. Presidente, perfeitamente, a posição deste Congresso deante do paiz, que anseia, antes de tudo, por sua lei organica, para que possa cada cidadão saber qual o regimen em que vamos viver. Eu, que pertenco a uma corporação que consubstancia a força publica, que é a garantia da ordem, que tem sido, e será sempre, para honra sua e do Brazil, a garantia de todas as liberdades publicas; vi, ha pouco, votar-se, definitivamente, neste Congresso, que a força armada só era obediente dentro da lei. De modo que o acto do Governo estabelecendo um regimen especial, contrario á liberdade espirital, que já está consagrada como lei, pôde-se assim dizer, contrario ao que a propria Revolução estabeleceu creou para todos os officiaes uma situação difficil, porque sem violação da Constituição, não podem o não deverão, para bem servir á Patria, cumprir semelhante ordem. *(Muito bem; apoiados.)*

Sr. Presidente, não pretendo, absolutamente, occupar a attenção do Congresso com questões extranhas, mas não posso deixar de referir-me, ainda que perfunctoriamente, ao celebre decreto, em relação ás sociedades anonymas, — decreto que reputo escandaloso, subversivo das boas normas de governo; decreto que, a par de uma ou duas medidas de alguma utilidade, vem facilitar ainda mais o estabelecimento de novas emprezas, vem introduzir o socialismo do Estado; decreto que tem por intuito soffrear a jogatina da bolsa, tomando o proprio Governo parte no jogo. *(Apoiados geraes)*, cobrando percen-

tagens. (*Muito bem.*) As disposições de 3 % sobre a venda de accções a prazo, e de 2 % sobre a renda superior a 12 % das diferentes empresas, são immoraes, — revelam a preocupação, antes, de fazer dinheiro para o Governo á custa do trabalho do particular do que a de diminuir a jogatina da bolsa.

UM SR. REPRESENTANTE — O Governo lucra o bapato.

O SR. SERZEDELLO — Ha, portanto, a respeito dos ultimos actos do Governo, facto e largo campo para observações profundas e que hão de trazer tristes cogitações aos verdadeiros patriotas, a todos aquelles que, não estando cegos pelas nuvens da adulção, vêem largo o horizonte.

Deixarei, porém — sempre com o intuito de apressar a nossa Constituição — de lado todas essas questões, e entrarei na apreciação de algumas emendas, que espero da sabedoria do Congresso serão supprimidas.

A primeira emenda de que vou occupar-me foi estabelecida pelos illustres e dignos representantes de Pernambuco, os Srs. Rosa e Silva e Annibal Falcão, ao art. 7º, mandando acrescentar ao n. 6, que dá á União a competencia exclusiva para a instituição de bancos emissores, o seguinte: não comprehendidos os de credito real.

Ora, Sr. Presidente, não comprehendo como possa ficar consignado em nossa Constituição essa violação da technologia economica, essa infracção da classificação acceita em Economia Politica para os bancos.

Não comprehendo por que motivos querem os nobres representantes consignar em nossa Constituição essa confusão entre bancos de emissão e bancos de credito real, cujas operações sobre hypotheças, penhores, etc., são perfeitamente determinadas, e cujas letras hypothecarias, cujos titulos emitidos, por maior que seja a sua circulação, não são representativos, ou succedancos, da moeda metallica, não têm o caracter dos bilhetes de banco á vista e ao portador, verdadeira moeda, porque o publico os dá e os recebe nessa qualidade, havendo, apenas, entre uma e outro esta differença: é que a moeda metallica tem valor intrinseco, em si mesmo, e o bilhete de banco não o tem senão pela corteza de que será pago pelo banco. (*Apoiados; muito bem.*)

Eu não comprehendo, pois, esta confusão, que economista algum faz, e que em parte alguma se encontra. (*Apoiados.*)

Si o artigo, em vez de bancos de emissão ou emissores, dissesse — bancos de circulação, ou ainda comprehenderia os escrúpulos dos nobres representantes, porque ha bancos de circulação que são, exclusivamente, encarregados de emissão da moeda-papel, e outros se encarregam disso e de outras operações, como depositos, emissão de letras hypothecarias, cauções, hypotheças, etc., e são verdadeiros bancos de commercio; mas o projecto, sábio e criteriosamente, usou da expressão bancos emissores, o que é preciso, claro e não se presta a duas interpretações. SS. EEX. deixaram-se tomar pelo terror, — supuseram logo os abusos, e ao Governo da União a absorpção, e dahi a consignação da emenda restrictiva, que reputo desnecessaria e que peço licença para affirmar encerra um erro de officio. Espero, pois, que o Congresso supprima a emenda.

Outro artigo acceito pelo Congresso como substitutivo ao que dá á União a attribuição de mobilizar, em occasião de

guerra ou de crises mais ou menos graves para o paiz, a força policial dos estados, é o seguinte: mobilizar e utilizar a Guarda Nacional ou milícia civil dos estados, etc.

Espero, e só com essa condição votarei por tal disposição, que a Comissão de Redacção, depois do que disse sobre esse assumpto o meu collega e amigo Dr. Gabino Besouro, cumprirá o seu dever, supprimindo as palavras — dos estados. Isto é necessario para que não fique na Constituição uma disposição que se preste a interpretações contrarias áquillo que foi aqui acceto, contraria á doutrina aqui estabelecida, a disposição que possa ser sophismada —, parecendo que foi nossa intenção dar aos estados o direito de terem uma milícia civil ou guarda nacional.

O Congresso sabe que varias vezes foram propostas emendas neste sentido; entretanto, quer na primeira, quer na segunda, foram sempre recusadas.

Portanto, o pensamento do Congresso foi sempre contrario, foi sempre condemnar a idéa dos que pretendiam dar aos estados tal faculdade ou semelhante attribuição, e isso foi feito, não com o intuito de ferir a autonomia dos estados (*Apoiados; muito bem*), mas sim com o louvavel empenho de resguardar os estados de graves conflictos que possam surgir entre essas milicias sujeitas a regulamentos, a leis, a regimen especial, e os corpos pertencentes ao Exército permanente, unico guarda e garantia da ordem e de todas as liberdades publicas (*Apoiados, apertes*, de modo a evitar a pollicagem pequena e estreita de governadores ou de mandões de aldeia que não comprehendam a seu dever e que se esqueçam do respeito que devem áquelles que sacrificam sempre a vida para segurança de todos e a paz publica. (*Apoiados; apertes*.)

Espero, pois, que a Comissão de Redacção ha de supprimir as palavras — dos estados. — As milicias civis ou a Guarda Nacional devem ser consideradas como reservas do Exército, devem estar sujeitas a uma lei uniforme, a uma regulamentação unica, e com o Exército devem ser uma instituição federal.

Só assim será possível utilizal-as convenientemente, mobilizal-as, na occasião precisa com utilidade, passando-se do pequeno pé de guerra para o grande pé de guerra si as circunstancias o exigirem. (*Apoiados*.)

Outro ponto a que ligo a maxima importancia é relativo ao art. 47 e a umas duas emendas apresentadas pelo illustre representante de Minas, o Sr. Veiga.

Não fallo, Sr. Presidente, neste assumpto, como militar; V. Ex., todo o Congresso, com certeza, ha de attribuir-me intenções mais patrióticas do que essa de defender interesses pessoais ou particulares á minha classe com sacrificio de principios. E para prova disto começo declarando ao auctor das emendas que sou bastante justo e bastante leal para não attribuir a S. Ex. intenção alguma offensiva, hostil ao Exército, para não acreditar que S. Ex. como todos os que votaram por essas emendas queiram-se armar de uma perigosa arma de guerra contra os commandantes de corpos.

O Sr. FRANCISCO VEIGA — Não ha duvida; não podemos ter essa intenção.

O Sr. SERZENDELLO — Estou certo, mesmo, de que o Congresso votou sem ter ponderado bem quanto ha de perigoso,

quanto ha de perturbador e de destruidor nessas emendas, que em apparencia encerram disposição innocente. (*Apoiados e apartes.*)

Propoz S. Ex. ao art. 47, n. 4, acrescentar-se:

"(a) O Presidente não conservará qualquer contingente de forças federaes nos estados desde que contra isso representem os respectivos governos.

(b) Removerá mediante representação dos mesmos poderes os commandantes de taes forças."

Ora, a primeira parte é completamente inutil em nossa Carta constitucional, salvo si ha a intenção de deixar o Exército, instituição nacional, instituição federal, sem logar no grande territorio brasileiro, ou joguete de paixões partidarias e pequenas, em uma contradança continua, prejudicial á disciplina, mais prejudicial ainda aos cofres publicos. (*Apoiados geraes; muito bem.*)

Si não é por simples capricho dos governadores, mas por consideração de ordem e de tranquillidade publicas nos estados, que as forças serão removidas mediante a representação convenientemente fundamentada, repito, ella é inutil, porque no Exército ha verdadeiro patriotismo: elle tem sido e ha de ser sempre entre nós a ordem e a garantia da liberdade, elle não tem sido outra coisa senão a encarnação de todas as grandes aspirações nacionaes (*Apoiados geraes*), crescendo sempre na Historia e no seio da Patria ao lado do povo, balendo-se em nome dos grandes principios. (*Apoiados; muito bem.*)

VOZES — Isso é uma grande verdade.

O Sr. SERZEDELLO — A' vista disso não nos é dado soppôr. Sr. Presidente, que o Exército, em um Estado qualquer possa contrapôr-se á ordem estabelecida, á paz publica. Mas, si, por ventura, não o Exército, nem mesmo um corpo inteiro, mas um contingente de forças, for capaz de violar a disciplina, de transviar-se de sua missão, triste Presidente de Republica, miseravel Presidente de Republica, o que não tiver a coragem de tomar providencias energicas castigando os discoloos, mantendo a disciplina, removendo a força que é um elemento de perigo á ordem, um elemento de perturbação á tranquillidade do Estado! (*Apoiados; muito bem.*)

O que devemos evitar, o que é preciso não consentir, é que a força publica seja joguete de paixões pequenas e locaes, nas mãos de qualquer governador, que seja instrumento dessa politicagem, de que tanto se abusou no regimen passado.

O Sr. FRANCISCO VEIGA — E quando a politicagem partir do Centro para os estados?

O Sr. SERZEDELLO — Quando for assim, tenhamos nós a coragem de condemnar semelhante procedimento, tenhamos nós a coragem de denunciar ao paiz e destituir a suprema autoridade que assim proceda, por inepta, immoral e indigna da confiança publica. (*Apoiados.*)

O segundo ponto é o que se refere á remoção dos commandantes de corpos, deixando-se no esquecimento o General commandante de armas ou de guarnição.

Esta disposição é anti-militar e injusta porque pôde ser responsavel por tudo o que se der o General commandante da

força; e contra elle nada se estabeleceu; por outro lado, em um Estado será sempre de boa disciplina e conforme as leis militares, e necessario ouvir o General commandante das forças sobre quaesquer movimentos, ou mudanças, que nella se queira fazer.

Mas, Sr. Presidente, protesto com todas as minhas forças, com toda a energia de que posso dispor, contra essa segunda parte da emenda; porque, e é necessario que este Congresso saiba, um dos moveis que nos levaram ao campo da Revolução, foi, muito especialmente, esta falta de garantia que não encontravam os officiaes deante dos caprichos dos poderes publicos! (*Apoiados.*)

A idéa republicana, Senhores, convem dizer, não estava no cerebro de todo o Exercito, e foi essa falta de garantia, a grande injustiça nas promoções, o esquecimento, finalmente, de direitos e de serviços, que levaram a muitos camaradas a abraçar a nova ordem de cousas, em que esperavam encontrar mais justiça, mais moralidade e mais garantia do que tinham.

O SR. GABINO BESOURO — Note V. Ex. que agora mesmo estão sendo removidos officiaes.

UM SR. REPRESENTANTE — Chegarão 8 do Rio Grande do Sul, e outros tantos de Pernambuco.

O SR. SERZEDELLO — Eis, Senhores! A Constituição não está ainda votada, e já o governo, esquecido do respeito que nos deve, esquecido, talvez, dos serviços de bons e leaes companheiros continúa a praticar aquillo que foi um dos moveis principaes da Revolução. Não crei eu quem louve semelhante proceder. (*Apoiados; muito bem.*)

Lastimo que tão depressa se tenha esquecido o passado! Eu, pois, jámais darei a governo algum semelhante arma de perseguição contra os meus camaradas.

UM SR. REPRESENTANTE — A emenda é odiosa. V. Ex. tem razão; ella ha de cahir.

O SR. SERZEDELLO — Passemos, Senhores, a outro ponto: passemos á questão das incompatibilidades.

Espero, Sr. Presidente, que este Congresso manterá o artigo 49, como propoz o meu illustre amigo Dr. Campos Sales, estabelecendo a incompatibilidade absoluta entre o cargo de Ministro de Estado e outro cargo qualquer, e muito especialmente o de membro do alto Tribunal de Justiça. Isso é moralizador, isso é consóante aos bons principios de administração. (*Apoiados; muito bem.*)

Espero que não se entenda por accumulção de cargos a accumulção de exercicios, e espero-o—porque desejo vêr mais uma vez salva por este Congresso a causa da moralidade.

Votado o artigo, a interpretação verdadeira é a que lhe deu a declaração de voto da bancada paulista, de modo que os representantes do Poder Judiciario, uma vez promulgada a Constituição, ou deixarão os cargos da magistratura ou deixarão as redeas do Governo, indo, neste caso, para o Tribunal Supremo onde não deve entrar senão a calma, a reflexão, a meditação, a imparcialidade e não os odios, os despeitos, as fraquezas adquiridas no borborinho das paixões politicas, nas luctas partidarias. (*Apoiados geraes; muito bem.*)

Desejo fazer, ainda umas ligeiras observações sobre a emenda que meu collega, representante da Bahia, o Sr. Doutor Virgílio Damasio, propoz estabelecendo distincções entre artigos constitucionaes e artigos não constitucionaes.

Acho perigosa essa emenda, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS SALLES — E' destruidora.

O SR. SERZEDELLO — E' perigosa e destruidora: perigosa, porque vem nos trazer as luctas constantes sobre reforma constitucional: a continuação do regimen passado, onde o parlamento vivia eternamente occupado com esta sybilina questão de saber quaes os artigos que eram constitucionaes e quaes os que não eram e podiam ser reformados por lei ordinaria. Destruidora, porque nos vem obrigar, a todo o momento, conforme as tendencias do Governo, a querer accommodar a Constituição, em seus artigos não constitucionaes aos interesses pesosaes deste ou daquele.

Quero, pois, que a Constituição fique redigida de modo que se estabeleça a doutrina de que tudo o que ella contenha seja constitucional (*Apoiados*); de que as suas disposições de caracter permanente e sem prazo para a sua annullação só possam ser alteradas por uma Constituinte (*Apoiados*), isto é, por um Congresso investido dos mesmos poderes soberanos de que estamos nós de posse, de que fomos nós mesmos investidos. (*Apoiados; muito bem.*)

Não terminarei, Sr. Presidente, sem referir-me a esta incandescente questão dos 15 % addicionaes aos impostos de importação, votados pelo Congresso de accôrdo com a emenda apresentada pelo Sr. Lauro Müller, illustre e digno representante de Santa Catharina, sendo rejeitada a indicação que tive a honra de apresentar. Não sou absolutamente suspeito em relação a essa importante questão.

O Congresso sabe perfeitamente bem que procurei, constantemente, sustentar esta idéa como uma solução para alguns estados do Norte, especialmente Pernambuco, cujos representantes, com callor e com energia, declaravam que, alli, eram impossiveis as condições de vida sem esse recurso.

Sabe, mesmo o Congresso que fiz um appello aos illustres representantes de S. Paulo e de Minas, para que não recusassem a Pernambuco e Bahia um recurso que só sobre elles ia pesar, e que era pedido como indispensavel.

Houve, mesmo, uma occasião em que sobre este assumpto me encontrei com os illustres representantes de Pernambuco, apresentando a indicação dos 15 % addicionaes: SS. EEExs. pedindo taxativo e eu facultativo, por entender que melhor consultava, assim, os interesses de todos os estados, dando aos que precisassem desse recurso os meios de augmentar a sua renda sem sobrecarregar os que delle não necessitassem, não podendo, porisso, supportar tal imposição, como o meu proprio Estado. (*Apoiados; muito bem.*)

Por consideração pessoal aos illustres representantes de Pernambuco, depois de largas discussões com o illustre representante Dr. José Marianno, resolvi, contra os meus companheiros de bancada, retirar a minha emenda, votar na emenda de SS. EEExs., para não crear-lhes embarço, mas certo de que ella havia de cahir, reservando-me o direito de apresentar de novo a minha, na 2ª discussão, onde S. Ex. me

declarou aceitar os 15 % facultativos, caso não passassem taxativos. E assim procedia porque entendia que a minha emenda tinha maior aceitação, era geralmente bem recebida, consultava melhor os interesses de todos os estados, inclusive os do meu, servindo aos de Pernambuco, que não podia prescindir d'aquelles recursos. (*Apoiados.*)

SS. EEExs. apresentaram, aqui, constantemente, como unico argumento em favor dos 15 % taxativos, a idéa de que, si elles não fossem taxativos, trariam a guerra das tarifas, trariam a desigualdade nessas mesmas tarifas e, por consequente, um grande mal. Mas, Sr. Presidente, jámais pude comprehender a attitude de SS. Exs., que, a meu ver, eram completamente illogicos e incoherentes, porque viveram sempre no regimen dos impostos addicionaes, e no dia em que houve um Ministro que quiz supprimil-os para estabelecer a egualdade das tarifas, os homens politicos de Pernambuco protestaram, não se sujeitaram ao Governo; e continuou o regimen dos addicionaes para Pernambuco!!

Nestas condições, Sr. Presidente, quando SS. EEExs. declararam que não podem prescindir desse recurso, como não aceitarão facultativo? Si é uma medida de caracter transitorio, si tem por fim equilibrar, nestes primeiros annos, o orçamento e dar aos estados que d'elle precisam um recurso de caracter temporario, por que impol-o como um vexame a todos quantos d'elle não precisam, e quando muitos acarreiam apenas os onus, sem as vantagens? (*Apoiados; muito bem.*)

Qual a razão, pois, dessa exigencia do imposto taxativo?

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Que ha de ser sophismado.

O SR. SERZEDELLO — Que, como bem diz o illustre e digno representante do Rio Grande do Sul, ha de ser sophismado, porque os estados que não precisarem deste imposto, e que forem bastante conscienciosos para não onerar o povo, sem necessidade, cobrarão da União as quantias e as restituirão nas thesourarias dos estados, mediante simples guias, apresentadas pelos negociantes.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — E mandarão fazer a restituição, muito legalmente.

O SR. SERZEDELLO — E, como muito bem disse o illustre representante, mandarão fazer, legalmente, a restituição, ficando huilada completamente a idéa da taxa egual para todos os estados. (*Apoiados e apartes.*)

O SR. ROSA E SILVA — V. Ex. não deve repetir esse argumento; não comprehendo como se possa fazer isso. V. Ex. tem bastante talento para comprehender que esse argumento não procede. (*Trocam-se varios apartes.*)

O SR. SERZEDELLO — Sr. Presidente, sem fazer questão disto, a verdade é que, na minha opinião, não tenho duvida em affirmar, sem de leve querer fazer injustica, antes, ao contrario, invocando o alto patriotismo dos representantes de Pernambuco, — o que vejo é que SS. EEExs., antes de tudo, querem os 15 % addicionaes, mas o querem em condições de continuar a ser Pernambuco o emporio do commercio dos pequenos estados, que lhe ficam nas vizinhanças. (*Apoiados e não apoiados.*)

Pernambuco está em condições muito especiaes; tem um porto de mar magnifico, de facil accesso, perfeitamente bem

colocado, de grande calado, ponto obrigado de todos os navios que demandam o Sul e o Pacifico; e, por conseguinte, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Parahyba, Alagoas, etc., só poderão fazer concorrência ou melhor tornar-se independentes, por meio de recursos que obriguem o negociante, pelas vantagens que pôde ter, a ir despachar os generos nesses portos, onde terão de ser consumidos, e não preferir vir ao mercado de Pernambuco abastecer-se.

Pernambuco parece que tem receio de que esses estados procurem os meios de importar directamente, não vindo comprar os generos no mercado do Recife, desde que não lancem mão dos impostos de 15 % como medida de recurso para independência de seu commercio, ao passo que Pernambuco não pôde prescindir desse meio.

O SR. ROSA E SILVA — Ao contrario. A taxa facultativa facultaria tudo para o lado de Pernambuco. A taxa fixa e uniforme favorece os pequenos estados.

O SR. SERZEDELLO — A' vista, pois, do que venho de expender e ante um accordo que me foi proposto pela bancada rio grandense, accordo que importa a acceitação da emenda do representante da Bahia, o digno Dr. Arthur Rios, e que SS. EExs. haviam, segundo ouvi dizer, preferido aos 15 %, votarei contra a emenda do Dr. Lauro Müller.

O SR. ROSA E SILVA — Votam, hoje, contra os 15 % additionaes taxativos, e applaudiram o pagamento de direitos em ouro, que importam uma aggravação de 15 a 20 %.

O SR. SERZEDELLO — Pois esses direitos em ouro ainda são uma razão contra os 15 % additionaes taxativos. Compute V. Ex. as taxas elevadas que temos, adicionem-lhes os 20 % em ouro, mais 15 %, e veja onde iremos parar: como se tornará impossivel a vida do pobre, a vida do povo, e ella se tornará tão difficil, que em toda a parte, em Pernambuco, ha de provocar as mais energicas e sérias reclamações. (*Apoia-dos. muito bem.*)

VOZES — Em todo o paiz.

O SR. ROSA E SILVA — São outros os impostos vexatorios.

O SR. SERZEDELLO — Nestas condições, pareceu-me acerado o alvitre lembrado pelo Sr. representante Ramiro Barcellos, e que, auctorizado por S. Ex., apoiado na honestidade de sua palavra e na adhesão de toda a bancada Rio-grandense, torno aqui claro: SS. EExs. me auctorizam a declarar que, si forem supprimidos os 15 % additionaes taxativos, desapparecendo da Constituição essa disposição, que é, por sua natureza, contraria ao que foi estabelecido quando se considerou como privativos da União os impostos de importação, como a sua maior fonte de renda, como o seu maior recurso para attender a eventualidades e as despesas normaes, — si forem, repito, supprimidos os 15 % taxativos, SS. EExs. tomam o compromisso de votar o pagamento das dividas dos estados, como meio de favorecer a sua organização financeira.

Deste modo, tomando todos nós o compromisso de votar pelo pagamento das dividas dos estados, entrarão elles no novo regimen desassombrados, desonerados de grandes compromissos, e em condições de egualdade.

O SR. OTTICICA — Igualdade com differença de cifra?!

O SR. SERZEDELLO — De egualdade, sim: livres todos das dividas que muitos delles contrahiram pelos erros do governo geral, pelos esbanjamentos feitos, ora por presidentes pouco escrupulosos, ora pela inexperiencia de moços que iam fazer a sua apprendizagem administrativa á custa dos estados.

Meu Estado deu sempre um saldo, e muito grande, para a União, — saldo sufficiente para cobrir os *deficits* de outros; e, no entanto, o Pará não poudo escapar ao regimen da divida, não porque não tivesse grandes recursos, mas porque era impossivel attender de outra fórma aos largos esbanjamentos que a má administração fazia. (*Apoiados, apartes.*)

Eis, Senhores, as observações que pretendia fazer.

Retirando-me da tribuna, vou seguro de que este Congresso ha de votar a suppressão dos artigos apontados, para que nossa Constituição saia escoimada de erros, saia perfeita, completa, de modo que possamos entrar no regimen da legalidade, vivendo no dominio da lei, que será para nós o baluarte contra a tyrannia, a grande fortaleza sob cuja protecção saberão viver todos os homens de bem, todos os homens dignos. (*Apoiados geraes, muito bem. O orador é muito comprimentado e abraçado por muitos collegas.*)

Vozes V. Ex. fallou brilhantemente.

O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — Sr. Presidente, não venho fazer um discurso. O Congresso, ansioso por votar a Constituição e terminar os seus trabalhos, não ouvirá, por certo, com a benevolencia com que acompanhou sempre os oradores que subiram a esta tribuna, aquelle que neste momento, nesta discussão especial, que se acaba de abrir, vier aqui expôr doutrinas, desenvolver argumentos pró ou contra as emendas offerecidas na 2ª discussão, e ora sujeitas á approvação definitiva.

Seria o primeiro a desistir da palavra, votando pelo encerramento da discussão, tão almejado pelo Congresso, si não visse o systema do projecto de Constituição truncado, e fal-seado em ponto essencial á Federação, com a adopção da emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras, substitutiva do n. 24 do art. 33.

Essa emenda restabelece a unidade da legislação, já condemnada, por grande maioria, no seio deste Congresso, e restabelece-a completa, abrangendo, no seu exaggero uniformista, até as proprias leis processuaes da justiça local.

O Congresso, Sr. Presidente, que nesta materia adeantou-se, na 1ª discussão, até a legislação separada, na segunda, por inexplicavel movimento de reacção, retrocedeu para aquem do projecto elaborado pelo Governo Provisorio.

O SR. AMPHILOPHIO — Que ficou aquem do projecto formulado pela Commissão de Constituição.

O SR. JOSÉ HYGINO — A emenda do Sr. Filgueiras só faz referencia ás leis processuaes da justiça federal.

O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — Onde o legislador não distingue não é dado ao interpretador distinguir. A expressão vaga — processual — comprehende a justiça federal e a local.

Assim procedendo, Sr. Presidente, o Congresso parecia querer voltar á legislação uniforme, que já havia abandonado;

mas, ao mesmo tempo, conservando, por grande maioria, os ns. 25 e 26 do art. 33, que consagram a pluralidade de legislação, e votando, posteriormente, uma emenda complementar ao n. 26, referente ao contrabando, e, depois, aceitando a dualidade de magistratura, revelou, claramente, o propósito de, nesta discussão, rejeitar a emenda que combato, transformada, hoje, no projecto, em uma verdadeira exerescencia.

O Sr. JOSÉ HYGINO — Exerescencia foi a de V. Ex., propondo que compete ao Congresso legislar sobre contrabando, quando ao Congresso compete legislar sobre materia criminal.

O Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES — Espero e conto com o voto de V. Ex., para que o Congresso não sancione a emenda do Sr. Filgueiras, que anarchizará o projecto de Constituição, consignando nelle a unidade de legislação de par com a pluralidade, o que é um absurdo.

O Sr. JOSÉ HYGINO — Seria uma incoherencia de minha parte.

O Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES — Com effeito, Sr. Presidente, os ns. 24, 25 e 26 do art. 33 do projecto encerram um systema completo — o da pluralidade de legislação; nelles se define a competencia legislativa da União, ou do Congresso Nacional, em materia civil, criminal e processual.

O Sr. Filgueiras, querendo restabelecer a unidade de legislação, apresentou duas emendas — uma substitutiva do n. 24, e outra suppressiva dos ns. 25 e 26. Ora, o Congresso aceitando a primeira e rejeitando a segunda, consignou doutrinas inconciliaveis; e, como a diversidade de legislação está, pelo voto do Congresso, irretroactivamente firmada no projecto, a conclusão logica é, inevitavelmente, a rejeição da emenda substitutiva.

Acresce que a dualidade de magistratura, combatida por inconciliavel com a unidade de legislação, uma vez adoptada, impõe aos que professavam tal opinião o imperioso dever de suffragal-a.

O Sr. AMPHILOPHIO — Sim, Senhor; isso é que é o systema.

O Sr. JOSÉ HYGINO — É um golpe na integridade do paiz. Acima dos systemas colloco o meu paiz.

O Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES — E eu acima dos preconceitos de V. Ex., que declarou aceitar a Republica a beneficio de inventario, colloco a Federação, que é, para mim, a garantia unica da integridade da Patria.

O Sr. JOSÉ HYGINO — O que eu disse foi que recebia a beneficio de inventario a descentralização resultante da organização judiciaria do projecto do Governo.

O Sr. PRESIDENTE — Quem tem a palavra é o Sr. Leopoldo de Bulhões.

O Sr. AMPHILOPHIO — Não me deixaram fallar na 2ª discussão; estou vendo si posso agora explicar-me em aparies.

O Sr. PRESIDENTE — Peço ao nobre representante que consinta que o orador prosiga.

O Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES — Sr. Presidente, a questão de que me occupo, e de que já se occuparam diversos oradores, é da mais alta importancia.

Não se trata de uma exaggeração federalista, nem, tampouco, de excesso de radicalismo. Não, trata-se tão somente de dar aos estados aquillo que lhes pertence — a autonomia legislativa; trata-se de estabelecer em segura base a obra que fomos chamados a realizar.

O SR. JOSÉ HYGINO — O que V. Ex. está fazendo é uma Confederação de repubblicas.

O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — Admira-me que V. Ex., mestre de Direito, sabendo distinguir Federação de Confederação, venha dar-me semelhante aparte.

O SR. JOSÉ HYGINO — V. Ex. não confunde uma coisa com outra, mas estabelece um principio que é compativel com a Confederação e não o é com a Federação.

O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — O que caracteriza o governo federativo é que a sua acção se exerce directamente sobre os individuos e nunca sobre os estados. O que nós desejamos é estabelecer um governo federativo, forte e poderoso, como existe nos Estados Unidos. A diversidade de legislação tanto não é incompativel com a Federação, que existe nos Estados Unidos, modelo no genero, e typo da Federação, na phrase de V. Ex.

Sr. Presidente, sem pretender de modo algum reproduzir as considerações que já tive occasião de submeter á apreciação do Congresso, devo, entretanto, encerrar o problema da autonomia legislativa dos estados sob tres aspectos.

Sob a sua face historica, a pluralidade de legislação se nos apresenta como o corramento do estorço incessante da democracia brasileira, como a victoria mais fecunda e significativa do movimento sempre crescente em favor das franquezas provinciaes ou do *self government*.

Nos tempos coloniaes tivemos as municipalidades electivas; em 1823 os conselhos de provincias, creados pela Constituinte; em 1824 os conselhos geraes electivos, creados pela Constituição.

Dez annos mais tarde estes conselhos se transformaram, pelo Acto Adicional, nas assembléas legislativas provinciaes, de uma esphera de acção tão ampla, que, ainda decorrido mais de meio seculo, tenta-se conservar.

Em 1831 acariciavam os democratas a idéa de estabelecer no paiz a Monarchia federativa; em 1834 conseguiram o Acto Adicional, agigantado passo para a Federação, e que salvou naquelle tempo a integridade nacional.

Absolutamente inconciliavel com o regimen monarchico, por sua natureza unitario e centralizador, o Acto Adicional, desde que entrou em vigor, começou a ser golpeado e desnaturalado pelas intolerancias do Poder central, que, finalmente, conseguiu triumphar, nullificando completamente as franquezas provinciaes.

Hoje, que tratamos de rehabilitar o organismo enfraquecido da provincia, reconstituindo-lhe e alargando-lhe as franquezas já conquistadas, manteremos o seu Poder Legislativo nas condições em que o encontramos no regimen monarchico?

Não incorreremos em contradicção, dando aos estados o direito de organizarem com plena liberdade o seu Poder Executivo, o seu Poder Judiciario, a sua Constituição, e conservando nas mesmas condições em que funcionava o seu Poder

Legislativo no tempo em que os estados eram feitorias do imperialismo?

O SR. JOSÉ HYGINO — Por que não cunhará moeda e não definirá direitos políticos?

O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — Digo a V. Ex. que estes assumptos são de interesse nacional, não podem pertencer aos estados; e V. Ex., que conhece mais do que eu a theoria federativa, sabe perfeitamente disso. (*Apartes do Sr. José Hygino.*)

Não, Sr. Presidente, a reconstrução da provincia ha de começar pela reabilitação do seu Poder Legislativo, abatido e vilipendiado pelo regimen monarchico. Dê-se a esse Poder a maxima largueza, compativel com a Federação, que ha de transformar a provincia em Estado autonomo e forte. (*Apartes.*)

Si, porventura, triumphasse o principio da unidade de legislação, seria ella fonte perenne de conflictos entre os estados e a União; ella fomentaria uma agitação inconveniente, ella desenvolveria esse antagonismo que já existe entre o centro e as unidades federaes.

Leon Donat, em um trabalho que corre impresso nos jornaes de S. Paulo, no qual elle aprecia e critica o projecto de Constituição, que nós aqui discutimos e votamos, admira-se de que nesse projecto se estabelecesse a unidade de legislação, quando o nosso paiz é tão vasto e contém regiões tão differentes.

O SR. BERNARDINO DE CAMPOS — É verdade.

O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — Mais admirado ficaria o illustre publicista francez si soubesse que ha aqui espiritos lucidos e illustrados como o nobre representante de Pernambuco, que temem que a pluralidade de legislação determine a desintegração do paiz, quando ella é a maxima garantia da integridade nacional na Suissa, nos Estados Unidos, etc.

Mais admirado ainda ficaria o escriptor francez si soubesse que neste paiz se teme uma confusão nas relações de familia, no Direito Privado, si ficar sob a acção dos estados.

Para serem logicos aquelles que impugniam a legislação separada, deviam, tambem, protestar contra a descentralização do Direito Publico, deviam exigir que as constituições dos estados fossem formuladas ou approvadas pelo Congresso Nacional, porque só assim poderiam evitar que a organização do Poder publico no Estado ficasse sob a acção *perturbadora, demolidora e anarchica* das calumniadas assembleas provinciaes.

O SR. JOSÉ HYGINO — As bases estão dadas na Constituição Federal, e ficam sob a protecção da justiça federal.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre representante que está dada a hora de passar-se á segunda parte da ordem do dia.

O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — Vou já terminar.

Si os estados precisam ainda de tutela do Centro em materia de Direito Privado, tambem precisarão della em materia de Direito Publico.

Pensam alguns que esta questão de pluralidade de legislação é uma méra questão theorica, sem resultado pratico e sem vantagens reaes para o Estado.

Vou fazer a demonstração do contrario, e o farei em breves termos, tomando alguns exemplos.

Sr. Presidente, estão na memoria de todos as difficuldades que a legislação uniforme, em materia eleitoral, nos trazia. Si se tratava, por exemplo, do alistamento eleitoral, os prazos marcados para os recursos eram demasiadamente curtos, pelo que elles se tornaram illusorios nos estados interiores. (Apoiados.)

Si se tratava do processo eleitoral, as difficuldades subiam de ponto: em alguns districtos do interior com extraordinario sacrificio se conseguia a reunião, não digo da totalidade, mas da maioria das authenticas, no prazo marcado pela lei; e, si não se podia verificar a maioria absoluta, ou o quociente eleitoral exigido, tornava-se o segundo escrutinio inevitavel, devendo-se fazer no prazo improrogavel de 20 dias; e esse segundo escrutinio era um horror: as communicações das juntas apuradoras mal podiam chegar, conduzidas por positivos, ás parochias mais proximas das sedes dos districtos.

As leis processuaes quantas iniquidades occasionam, quantos embaraços cream á acção da justiça, por serem uniformes!

A lei exige, por exemplo, que para um réo entrar em julgamento sejam notificadas todas as testemunhas que depuzeram no processo; os tribunaes, por decisões constantes, têm considerado materia de nullidade o facto de não ter-se notificado uma só testemunha; e isto tem dado lugar a que muitos réos fiquem encarcerados por dous, tres, quatro e mais annos, á espera de julgamento, quando a pena a que estavam sujeitos não podia exceder de tres, quatro e cinco annos.

Si considerarmos, Sr. Presidente, as leis de natureza diversa, chegaremos á mesma conclusão.

A uniformidade prejudica a lei em sua acção e nullifica os seus effeitos.

Por exemplo, a lei que estabelece o registro civil exige que dentro de tres dias sejam as communicações feitas ao escriptão; e creio que este preccito só tem sido observado nas cidades, apesar da lei comminar multas aos retardatarios ou faltosos.

Recordarei, ainda que muito depressa, as leis sobre a locação de serviço de 1831 e de 1837, que foram substituidas por outra, em 1879.

Nós todos somos testemunhas de que essas leis não produziram os resultados que dellas se esperavam.

O Sr. BERNARDINO DE CAMPOS — Apoiado.

Posso dar testemunho, em relação a S. Paulo.

O Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES — E como, Sr. Presidente, poderemos regular uniformemente relações que variam tanto, de Estado a Estado?

Pois o Pará, com a sua industria extractiva, Pernambuco e Bahia, com a sua industria assucareira, Rio de Janeiro e S. Paulo, com as suas grandes plantações de café, o Minas e Rio Grande, com a sua industria pecuaria, poderão basear os seus contractos sobre uma mesma lei votada no parlamento? (Apoiados.)

Ainda um exemplo, que vem *ad hoc*: esse ultimo decreto do Governo Provisorio sobre as sociedades anonymas. Porque a praça do Rio de Janeiro, que tem capitaes e facilidades extraordinarias, tem abusado do credito, fundando com-

paullas sobre companhias, sem base séria, o Governo decreta embarços extraordinarios á fundação de sociedades anonymas, embarços que vão reflectir sobre toda a Republica, como se fossemos culpados dos abusos da praça do Rio de Janeiro ? (*Apoiados; muito bem.*)

Denire os resultados magnificos que tem produzido a legislação separada, um avulta, e que tem sido acolhido com favor — a lei Torrens.

O Governo Provisorio, aneioso por dotar o nosso paiz com essa notavel conquista social, deu-se pressa em introduzi-la na nossa legislação.

A lei Torrens, Sr. Presidente, destinada a' operar no Brazil a revolução extraordinaria que operou na Australia, onde se originou, e nos Estados Unidos, onde foi logo adoptada, será entre nós letra morta, pelo facto de ter sido vasada nos moldes da uniformidade.

Os processos estabelecidos para a medição e registro das terras apresentam difficuldades taes que impossibilitam a execução da lei em muitos dos estados da Republica.

No entanto, Sr. Presidente, quando o Governo Provisorio chamou a si a decretação da lei Torrens, muitos estados, entre os quaes o que tenho a honra de representar, a estudavam e tratavam de adaptal-a ás suas condições peculiares; mas a mania da legislação symetrica tudo avassala !

Maxwell, na sua *Exposição da theoria e pratica do systema Torrens*, diz que — "na Australia variam de colonia a colonia as leis e a pratica, si bem que conservem os traços principaes do instituto juridico."

Entretanto, no Brazil ella ha de ser uma para todo o paiz !

E' o que fazia dizer a Tavares Bastos: — "A uniformidade nos mafa ! leito de Procusto, a legislação symetrica é um sonho enganoso; effeito da paixão niveladora, ella só gera decepções."

Sr. Presidente, V. Ex. já me observou que o tempo está findo, e obedecendo-o, vou retirar-me da tribuna.

Permitta-mê, porém, V. Ex. que ainda faça uma ultima consideração: a legislação separada é compativel em qualquer escola de Direito. Si, com Savigny, acceptaes o principio da *nacionalidade* como base do Direito, vos direi que a pluralidade de legislação se conforma com a vossa escola. Si pretendes, com Ihering, que o Direito tenha por base o principio da *universalidade*, ainda vos direi que a legislação separada facilita, incomparavelmente, a assimilação dos principios juridicos extranhos ao nosso meio e a que se refere o profundo jurisculto allemão. Si admittis, com as escolas metaphysicas, os principios absolutos da justiça, principios que, na phrase de Bacon, são virgens consagradas ao Senhor, e que permanecem eternamente estereis — ainda accrescentarei, que com esta doutrina não podeis combater seriamente a legislação separada.

Sr. Presidente, ao retirar-me da tribuna, faço um appello a este Congresso, para, que não condemne a autonomia legislativa dos estados.

Aos republicanos historicos lembrei que desde 1871 elles prégam o systema da Federação.

A meus collegas, liberaes e conservadores, lembrei que esses partidos monarchicos já haviam accellido e propagado a Federação nos ultimos dias da Monarchia.

Aos militares, que tão dignamente têm representado neste recinto a sua classe, direi, Sr. Presidente: Vossa espada fez a Revolução de 1831, e dessa Revolução surgiram as assembleas legislativas provinciaes; vossa espada fez a Revolução de 15 de novembro e dessa Revolução hão de sahir as assembleas estaduais, perfeitamente autonomicas; vossa espada interveiu na campanha abolicionista; vossa espada, lá fóra, é a garantia mais segura da liberdade; sejam, pois, vossa palavra e vosso voto, neste recinto, a garantia da liberdade e da autonomia dos estados. (*Muito bem; muito bem; o orador é cumprimentado.*)

A discussão fica adiada, pela hora.

(*O Sr. Presidente deixa a sua cadeira, que passa a ser occupada pelo Sr. Vice-Presidente.*)

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DOS SRS. ASSIS BRASIL E DEMETRIO RIBEIRO SOBRE O TRATADO DE COMMERIO AMERICANO

Continúa a discussão das moções dos Srs. Assis Brasil e Demetrio Ribeiro sobre o tratado de commercio entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte.

E' lida e apoiada, e entra, conjunctamente, em discussão a seguinte

Moção

O Congresso recommenda ao Governo a conveniencia de trazer ao seu conhecimento, na sua proxima reunião ordinaria, a correspondencia e documentos relativos ao convenio aduaneiro celebrado com a Republica dos Estados Unidos da America do Norte, afim de que em devido tempo sejam apreciadas e estudadas as desvantagens do dito convenio.

S. R. Sala das sessões, 12 de fevereiro de 1891. — *José Avelino.*

O Sr. Garcia Pires — Sr. Presidente, peço permissão para lembrar aos illustres representantes signatarios das moções que se discutem, a grande necessidade de usar da maior prudencia na discussão de um tratado que entende com a amizade de uma nação a quem devemos toda a attenção.

UM SR. REPRESENTANTE — Amigos, amigos, negocios aparte. (*Riso.*)

O Sr. Garcia Pires — Não me parece conveniente, Senhores, que este tratado seja trazido á discussão em uma Assembléa desta ordem, quando os sentimentos que nos agitam não permitem a calma indispensavel para bem apreciá-lo.

Faço, entretanto, justiça aos nobres signatarios das moções. Sei que elles foram levados pelo sentimento de patriotismo, que estremeceram receando a concorrência do estrangeiro e a morte das industrias dos estados que tão dignamente representam. Mas parece que SS. EEx. não têm razão nesse receio.

Não temos ainda conhecimento perfeito do tratado; não sabemos das suas condições: si as ha particulares, e que destruam completamente os seus temores.

O SR. OTTICIGA — Mas temos a palavra do Governo, pelo *Diario Official* de hoje.

O SR. GARCIA PIRES — Que diz o *Diario* ?

O SR. OTTICIGA — Não leu ?

O SR. GARCIA PIRES — Perdão; não nos traz a letra do tratado.

O SR. OTTICIGA — Mas traz a defeza do Governo, que é, simplesmente, desastrosa.

O SR. GARCIA PIRES — Desde que o Governo não julgou conveniente publicar a integra do convenio, sua defeza não podia deixar de limitar-se aos pontos que não considerou imprudente publicar.

Senhores, os nobres representantes allegam que o convenio vae prejudicar as industrias, ainda nascentes, de alguns estados.

E eu peço permissão a SS. EEx. para perguntar-lhes qual o phenomeno que se observará, sendo executado o convenio, como porque morrerão as industrias, nascentes, desses estados si, porventura, o tratado fôr posto em execução ?

Como sabeis, os representantes do Rio Grande do Sul allegam que a isenção dos direitos de importação para a banha, farinha, cereaes, etc., virá matar, incontestavelmente, a industria, que alli se vai estabelecendo, desses productos. Mas por que ?

Não podemos concorrer em preços com os generos americanos trazidos para o mercado.

E' a resposta de SS. EEx.

Portanto, que pretendem SS. EEx. ?

Que se estabeleça um monopolio, em beneficio dessas industrias, que se prohiba ou, pelo menos, se embarace a entrada, nos nossos mercados, dos generos similares, para que pela elevação do preço se possam manter e desenvolver essas industrias.

Que resultará dessa theoria ? A industria se desenvolverá, é certo, o rico fabricante, o proprietario terão grandes lucros, mas esses lucros, essa riqueza sahirão, inevitavelmente, de grande classe dos consumidores, do povo, que será obrigado a comprar o genero indispensavel á vida por preço muito mais elevado do que o poderia obter, admittida a concorrência.

Senhores, si a industria nacional não póde sustentar a concorrência estrangeira, estudemos as causas, e achal-a-emos no seu atrazo.

E, então, o remedio não é repellir o concorrente, devemos buscal-o no melhoramento dos processos, devemos procurar produzir mais, melhor e mais barato.

Si, ainda assim, aperfeiçoando os processos, não fôr impossivel fazer frente ao estrangeiro, aconselha a prudencia, aconselha o interesse, que abandonemos e vamos levar a nossa actividade a outro trabalho mais remunerador.

E será serio esse receio, de que se mostravam possuidos os nobres representantes ?

E' necessario, Senhores, que me provei que mesmo com a isenção dos impostos de importação os productos da industria americana entram em nosso mercado em melhores condições de barateza do que os da nacional.

O SR. ANTÃO DE FARIA — A banha está sujeita a direitos de importação e é vendida por preço inferior á do Rio Grande do Sul.

UM SR. REPRESENTANTE — O povo é que lucra.

O SR. GARCIA PIRES — Diz o nobre representante que o povo é que lucra, e diz bem — é a grande massa da população, com prejuizo, talvez, de um pequeno numero de industriaes.

Estude o nobre representante as causas desse phenomeno, o porque a banha vinda da America do Norte, não obstante sujeita a impostos de importação, ás pesadas despesas de transporte, de seguros, á demora do capital, é vendida mais barato do que a do Rio Grande, que não paga esses impostos, que é sujeita a menor frete, que não soffre prolongada demora na venda, e encontrará facil explicação no atrazo da industria. Desenvolva o Rio Grande a sua industria, e com essas vantagens, que aponte, facilmente se apoderará do mercado. O que não posso conceder, o que um governo patriotico não póde consentir, é que soffra o povo, pague mais caro, soffra privações para proteger um numero limitado de cidadãos, que não soube escolher o ramo de industria a que dedicou sua actividade, ou não tem os elementos necessarios para auferir lucros razoaveis della.

O SR. OITICICA — A riqueza do paiz está em produzir muito, e não em importar muito.

O SR. GARCIA PIRES — Mas, quem diz ao nobre representante que ha intenção de embaraçar a producção? S. Ex. deve lembrar-se de que a importação está na razão directa da exportação.

O que S. Ex. póde dizer é que não podemos competir com quem produz mais do que nós; é que precisamos augmentar os factores da producção.

Sr. Presidente, si tomarmos para nosso estudo qualquer outro genero de producção da America do Norte, isento de imposto pelo convenio, observaremos o mesmo facto. A causa dos temores é sempre a mesma — o atrazo dos nossos processos.

O Rio Grande do Sul, que levantou o primeiro brado contra o convenio, não tem a menor razão.

Allegam que, além da banha que produz esse Estado, insufficiente para o abastecimento dos nossos mercados, virão a soffrer o trigo e outros cereaes.

Sabem os nobres representantes que o Rio Grande do Sul, que outr'ora produziu o trigo em larga escala, abandonou essa cultura, por causas muito justas, e entregou-se á industria pastoril. Hoje, quer, segundo affirmam os seus illustres representantes, restabelecer a industria da plantação do trigo e preparação da farinha. Mas, Senhores, isso é ainda uma aspiração, e não é justo que desprezemos as vantagens do convenio esperando que o Rio Grande do Sul possa produzir o trigo necessario ao consumo da Republica.

Esses temores são precoces!

Não creio mesmo, Sr. Presidente, que o convenio faça repellir do nosso mercado os productos da industria européa.

O que faz o convenio é favorecer a producção dos Estados Unidos, que soffria maiores despesas de transporte, mais pesados fireles, para que possa ella entrar nos nossos mercados

em egualdade de condições com a industria da Eurôpa que paga fretes mais reduzidos.

E então, si os nossos velhos freguezes, que até hoje nos têm explorado, julgarem de sua conveniencia acceitar a lucta com a grande Republica, os unicos a ganhar serem nós, que teremos os generos que até hoje lhes compramos, por mais baixo preço. Si não acceitarem a lucta nossas condições não peorarão.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas o proprio Governo, hoje, diz o contrario. (*Ha outros apartes.*)

O SR. GARCIA PIRES — Mas, perguntarei: Estamos, porventura, habilitados a conhecer qual a differença do frete entre os Estados Unidos e o Brazil e entre a Inglaterra e o Brazil?

O commercio dos Estados Unidos estava quasi que fechado para nós, pelos fretes caros a que se via sujeito; e era esta differença que fazia com que não pudesse concorrer com os outros paizes; e foi esta differença que o Governo fez desaparecer com o tratado. (*Apartes.*)

Ouvi, aqui, em uma das sessões passadas um illustre representante do Ceará, tambem receoso do seu Estado na industria do algodão.

Si a banha e o trigo que projecta produzir o Rio Grande do Sul não podem soffrer por este tratado, muito menos pôde soffrer a industria da plantação do algodão, que encontraria nos Estados Unidos da America do Norte um novo e poderoso consumidor. Quanto ás fabricas de tecer algodão, essas se acharão em melhores condições para a concorrência; porque, si o americano do Norte vier ao nosso mercado comprar o algodão para manufacturar e, depois, nos remetter a materia prima, algodão, chegará á fabrica com despesas, que não fazem as fabricas nacionaes, e o algodão manufacturado virá a nós com as mesmas despesas de transportes e outras, offerecendo isso á industria nacional valiosas vantagens.

UM SR. REPRESENTANTE — Quer comparar a industria dos Estados Unidos com a nossa?

O SR. GARCIA PIRES — O remedio não é embaraçar a introdução desse genero dos Estados Unidos; si alli a industria está muito adiantada, o que devemos fazer é procurar conhecer qual o processo empregado na manipulação do algodão e implantal-o em nosso paiz; mas até lá não devemos deixar de favorecer os consumidores que terão o genero mais barato..

UM SR. REPRESENTANTE — Os Estados Unidos não se lembraram de proteger o consumidor quando lá tinham a necessidade; nós não a temos, mas estamos procurando manter as industrias, fazendo com que venha a miseria pela falta dellas e pelo augmento da população.

O SR. GARCIA PIRES — E' uma illusão do nobre representante. Os Estados Unidos adoptaram a escola proteccionista, estabelecendo taxas prohibitivas; mas esse processo de desenvolver a industria trouxe-lhes consequencias fataes, a miseria das classes operarias.

Sabem os nobres representantes que a consequencia fatal da escola proteccionista é a perda para a Nação que a adopta dos mercados consumidores dos seus productos, e os Estados Unidos passaram por uma crise, vendo estagnados os seus productos, sendo forçados os industriaes a despedir operarios,

a reduzir o trabalho, a fechar manufacturas. Os socialistas americanos, na maior parte allemães, levantaram a cruzada contra essa escola.

O facto, porém, que se observa é que, não obstante o prodigioso desenvolvimento que leve a industria nos Estados Unidos da America do Norte, o operario, lá, não enriqueceu, quem enriqueceu foi o grande industrial, o proprietario.

E observo aos nobres representantes que, com a theoria que defendem, a classe que mais soffre é a dos operarios. Reflectam SS. REEX. que o operario é consumidor, que compra, até, o genero produzido pelo seu trabalho, e que está sujeito á elevação do preço determinadô por esse monopolio. *(Ha um aparte.)*

Perdõe-me o nobre representante; não accetto essa escola — a imposição do soffrimento para ensinar o trabalho.

Sr. Presidente, si por este lado, si pela importação, o tratado não traz desvantagem, pelo contrario, vem favorecer o consumidor, pelo lado da exportação, o tratado é de uma grande vantagem para os estados do Norte.

UM SR. REPRESENTANTE — Para a exportação do café e do assucar.

O SR. GARCIA PIRES — Para o café, para o assucar.

UM SR. REPRESENTANTE — O assucar augmentou.

O SR. GARCIA PIRES — ... e para o algodão, que são as industrias maiores e de mais importancia e riqueza. Desejo ao facto. Na antiga provincia da Bahia, hoje Estado que tenho a honra de representar, estabeleceram-se treze fabricas de fiação de algodão. Em conego, esta industria deu um grande resultado, porque existiam apenas duas ou tres fabricas e ellas tinham um grande consumo, suppriam o mercado de Sergipe, de Pernambuco, do Rio e, até, de S. Paulo.

O SR. OTICICA — Alagôas tem duas fabricas, e importa de Sergipe.

O SR. GARCIA PIRES — O nobre representante consinia que eu refira um facto.

A Assembléa provincial da Bahia, por proposta do nosso collega, Sr. Tosta, desejando proteger a industria da fiação de tecidos, votou um imposto. (Eu era deputado, e oppuz-me á medida.) Lançou-se um imposto sobre todos os productos que fossem enfiados em fazenda estrangeira.

Dias depois de sancionado o orçamento provincial, as poucas fabricas de algodão que lá existiam, pelas suas respectivas directorias, reuniram-se no salão da Associação Commercial, e o sacco de algodão, que custava 400 réis elevou-se a 500 ou 560 réis.

A aniagem que existia subiu de preço, e as fabricas não podiam dar vencimento no fornecimento da fazenda necessaria para enfiamento do fumo, do café e do assucar.

Sou lavrador de canna, e vi-me em serias difficuldades.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas essa difficuldade pôde corrigir-se.

O SR. GARCIA PIRES — Aconteceu que os agricultores que compravam a aniagem por baixo preço, viram-se obrigados a

compra-a por preço elevadissimo. E apesar disso não vi que as fabricas de fiação da Bahia tivessem desenvolvimento.

UM SR. REPRESENTANTE — Pelo contrario.

O SR. GARCIA PIRES — Dizem os nobres representantes que o nosso algodão vai ter um concorrente poderoso; pois que tenha, si, apesar das vantagens que lhe proporcionam a barateza da materia prima. e a nenhuma despesa de transporte, não pôde repellir do mercado o estrangeiro, ceda o logar a outra industria.

Peço ao nobre representante que me diga si, em vista disto, as fabricas podem reear a concorrência si, porventura, forem dirigidas intelligentemente, si os seus proprietarios entenderem que devem propugnar pelos seus interesses?

O SR. ESPÍRITO SANTO — Por certo que não.

O SR. OTICICA (*para o orador*) — Responderei a V. Ex.

O SR. GARCIA PIRES — O que vai acontecer é que a classe dos plantadores de algodão tendo um vasto mercado como o dos Estados Unidos, ficará em melhores condições.

O SR. OTICICA — Si fosse assim o augmento da produção, teriam de augmentar as fabricas.

O SR. GARCIA PIRES — Perdõe-me. Pois então, S. Ex. quer negar um facto economico, que se ha de realizar impreterivelmente? Si o mercado de algodão encontrar um concorrente da ordem dos Estados Unidos, não vê que é um beneficio para a classe dos productores, dos plantadores de algodão?

Não sei por que razão ha de merecer mais protecção dos poderes do Estado o industrial que transforma a materia prima do que aquelle que a produz. (*Apartes.*)

Si passarmos da industria do algodão para a do assucar, os nobres representantes verão ainda a excellencia do tratado.

Senhores, no exercicio de 1888 o commercio da Bahia não mandou um só carregamento de assucar para a Europa; a protecção dada por diversos Estados da Europa ao assucar da beterraba, cujo preço era extraordinariamente reduzido, fez com que os nossos antigos freguezes desprezassem o mercado do assucar do Brazil.

O SR. OTICICA — Logo, hoje, nós abandonamos o mercado da beterraba.

O SR. GARCIA PIRES — Não entendo os apartes de V. Ex.

O SR. ESPÍRITO SANTO — Confesso a minha insufficiencia, tambem não comprehendi.

O SR. OTICICA — Eu justificarei.

O SR. GARCIA PIRES — O aparte que o nobre representante me poderia dar seria o seguinte: Abandonai a cultura da canna e o fabrico do assucar.

Mas perguntarei a S. Ex. si o facto de nos terem sido fechados os mercados da Europa era sufficiente para fazer-nos abandonar uma cultura, na qual temos empregado milhares de contos de réis?

Acho que não, desde que podemos haver outros mercados, que substituam aquelles.

O SR. OTTICICA — Mas protesto contra a obrigação que nos impõe de produzir assucar ruim.

O SR. GARCIA PIRES — Não impõe

O SR. OTTICICA — V. Ex. não sabe que é muito mais vantajoso fazer o assucar ruim?

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Ruim, não é.

O SR. OTTICICA — V. Ex. falla assim porque é dono de uma usina.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Fallo por experiencia propria. Tenho de um e de outro.

O SR. GARCIA PIRES — O tratado não impõe a ninguem a obrigação de só produzir assucar ordinario (*Apartes*); o tratado facilita a entrada nos Estados Unidos de assucar até o typo 16 hollandez. (*Apartes*.)

Esta é uma questão que interessa, particularmente, o productor de assucar; é elle que tem de consultar os seus interesses; si lhe convém produzir o assucar branco de primeira qualidade ou si convem mais aos seus interesses produzir o assucar mascavado.

O SR. OTTICICA — Perdão: é questão de capital: porque não se produz assucar bom sem ser com muito dinheiro; é preciso montar machinismos aperfeiçoados.

O SR. GARCIA PIRES — O nobre representante está enganado; a fabrica que póde produzir comapparelhos aperfeiçoados o assucar branco é a mesma que vai produzir sem nova despesa o assucar mascavado; e a razão é muito simples — é porque a claridade do assucar, a sua pureza depende de uma operação de segunda ordem, que é a turbinção, que póde ser mais ou menos apurada.

O SR. OTTICICA dá um aparte.

O SR. GARCIA PIRES — Ouça-me o meu illustre amigo, tenha paciencia. Sou lavrador, e tenho procurado estudar esta questão.

Desde que o mel chega a um certo preço, desde que o lavrador de canna póde vender o melão, aquelle que escorre das fôrmas do assucar, pelo preço de 60\$, vale mais a pena, convém mais, que elle purgue, que aperfeiçoe o assucar

O SR. OTTICICA — Está enganado V. Ex.

O SR. GARCIA PIRES — Isso é questão de cifras; é questão que depende do preço que tem no mercado o mel, e do que tem o assucar branco.

O SR. OTTICICA — Ouça, agora, V. Ex. a consequencia; desde que se libertar do imposto o producto do assucar ruim, elle fica em muito melhores condições do que o producto do assucar bom.

O SR. GARCIA PIRES — Por que?

O SR. OTTICICA — Porque o preço augmenta.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Mas não se diminue o preço do assucar branco.

O SR. GARCIA PIRES — Não xê V. Ex. que, desde que a maior parte principiar a fabricar o assucar bruto, o assucar fino torna-se mais raro no mercado e, necessariamente, ha de subir de preço?

O SR. ORTIGUEIRA — Não, isso dá lugar á invasão do assucar de beterraba, que já está vindo para o Brazil. E' justamente o phenomeno que temo.

O SR. GARCIA PIRES — O assucar de beterraba não pôde vir aqui fazer concorrência ao nosso; na Bahia, por exemplo, o assucar de beterraba apresenta-se, unicamente, como amonstra.

Nós temos ahí funcionando quatro fabricas centraes e ellas dão o assucar necessario para o consumo do Estado.

Devo, ainda, observar que em relação ao assucar, o convenio vem libertar o agricultor da posição esquerda, excepcional, em que sempre achou-se.

O preço do nosso assucar nunca foi dado pelo productor; este o recebia da Inglaterra.

O preço regulava-se pela cotação da praça de Londres, e o exportador que comprava o assucar ao fabricante deduzia, do valor que dava ao genero na praça, todos os impostos, não só os nossos de exportação, como o de importação, nos portos em que elle entrava.

E' isso pela razão muito simples da concorrência que elle soffria.

Demais, o nosso assucar branco não ia para a Europa, finhamos como freguezes as republicas do Prata, freguezia que tambem perdemos.

Nós não temos receio nenhum da paralyzação da industria, porque o tratado isenta sómente o assucar sem purgar; é, até, uma grande vantagem.

Bastava-nos esta consideração de se nos abrir um mercado, quando nosso assucar não tem mercado nenhum na Europa.

Nós estavamos obrigados, como ainda aconteceu este anno, a conservar em deposito as safras de um anno para outro, e vender para alambiques; as duas ultimas safras da Bahia foram completamente vendidas para as destilarias, no começo da safra seguinte.

Quanto ao café, os nobres representantes sabem que foi aqui appellidado — El-Rei café.

O SR. ORTIGUEIRA — E' é. A que vem uma protecção a *el-rei* café?

O SR. GARCIA PIRES — A questão não é a protecção á industria: desde que El-Rei café enriquecer, a riqueza não é sómente de El-Rei café, mas é da Republica inteira, onde ella se tem de derramar; e nunca ninguem condemnou um governo por ter obliido favores de outro para os productos de sua industria.

Procurem egualar El-Rei café; procurem apurar as outras industrias; procurem concorrer com vantagem no mercado com as industrias similares. Isso de querer obrigar a população inteira desta Republica a consumir o genero nacional, pelo simples facto de ser nacional, por preço superior e em condições inferiores dos generos estrangeiros, é a mais terrivel das doutrinas.

Não venho sustentar, em absoluto, as doutrinas de Bastiat; mas não posso comprehender que em uma Republica que se diz fundada nos principios mais largos da liberdade, nos principios verdadeiramente democraticos, se queira estabelecer a theoria do protecçionismo.

O SR. OTICICA — O tratado não é livre cambista nem proteccionista.

O SR. GARCIA PIRES — Peço a V. Ex. que me diga como o considera.

O SR. OTICICA — Não é uma coisa nem outra.

O SR. GARCIA PIRES — Não pertence a nenhuma das escolas?

O SR. OTICICA — Não; em Economia Politica elle é especial, excepcional. Discutirei da tribuna a questão economica.

O SR. GARCIA PIRES — Estimarei muito que V. Ex. discuta a questão economica; desejo que me venha provar que deve ser preferido o beneficio de uma classe reduzida de industrias ao beneficio á massa total da população.

UM SR. REPRESENTANTE — Essa massa é constituída pelos pequenos lavradores.

O SR. GARCIA PIRES — Ainda maior razão para merecer a protecção dos poderes publicos.

UM SR. REPRESENTANTE — E' preciso provar que o tratado não prejudica nenhum dos estados da Federação, porque o facto de ser favoravel á Bahia, S. Paulo e Rio de Janeiro, não era razão para ser feito.

O SR. GARCIA PIRES — O tratado tem duas faces, pelas quaes deve ser encarado: na primeira, favorece á Republica toda, porque, trazendo concurrentes no fornecimento dos generos que consumimos, toda a população da Republica virá a gosar da vantagem do preço que essa concorrência proporciona. Na segunda parte, o tratado protege a industrias pertencentes mais ao Norte do paiz.

UM SR. REPRESENTANTE — Ao assucar e ao café, que são industrias agricolas do Norte e do Sul.

O SR. GARCIA PIRES — V. Ex. livra-me, até, do trabalho de tirar a conclusão. O tratado protege as industrias agricolas do Norte e do Sul; logo, protege á Republica inteira.

O SR. BARBOSA LIMA — O Rio Grande do Sul não produz café.

O SR. GARCIA PIRES — Perdôe-me; não vamos fazer politica geographica, de localidades; V. Ex. comprehende que na União, desde que as riquezas se expandirem em um dos seus membros, hão de reflectir sobre a União inteira.

A riqueza do café não tem trazido beneficio, simplesmente, ao Rio de Janeiro.

A riqueza do café não tem servido unicamente, para o Rio de Janeiro, reflectiu em todo o paiz.

Vou concluir; a hora está adeantada e os nobres representantes cansados. (*Não apoiados.*) Disse o que penso a

respeito do tratado; tenho a convicção de que elle veio trazer grande beneficio a este paiz; tenho a convicção, ainda, que é do maximo interesse da Republica dos Estados Unidos do Brazil fazer a mais inteira alliança com os Estados Unidos da America do Norte.

O SR. OTTICICA — Até ser sua colonia.

O SR. GARCIA PIRES — E vou dizer-vos um sonho que alimento, e que tenho, embora não seja, na minha vida, esperança de que se realizará um dia. Não quero só a Federação do Brazil, quero a Federação da raça latina na America do Sul. A America formará duas grandes federações ligadas pelos mais estreitos laços de fraternidade. (*Muito bem.*)

UM SR. REPRESENTANTE — Nós vamos além: queremos a Federação do planeta.

O SR. GARCIA PIRES — E porque assim penso, entendendo que os Estados Unidos são um dos povos mais amigos do nosso paiz, julgo da maior gravidade a discussão desse tratado, que convém ser feita mais calmamente, tendo-se em vista, unicamente, o bem desta nossa Patria, que tudo espera de nós.

O SR. OTTICICA — Esse sentimento, temol-o todos nós. (*Apoiados.*)

O SR. GARCIA PIRES — A felicidade actual da nossa Patria depende dos nossos actos neste Congresso; a ordem da Republica depende da circumspecção e criterio com que procedemos, do patriotismo de que dermos provas. (*Muito bem.*)

Por estas razões, Sr. Presidente, julgo que devemos calar todos os sentimentos neste momento solenne, e aguardar a oportunidade, que nós teremos, inevitavelmente, discutindo sem paixão, calma e serenamente, unicamente guiados pelos estímulos do patriotismo, de que tem o Congresso dado sobejas provas. *Muito bem; muito bem. O orador é muito felicitado e abraçado pelos Srs. representantes presentes.*)

Fica a discussão adiada, pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações

A emenda relativamente a funcionários publicos e operarios do quadro e jornalheiros foi assignada pelos cidadãos Demetrio Ribeiro, Annibal Falcão, Antão de Faria, Alcindo Guanabara, Barbosa Lima e eu.

A estes cidadãos cabe, em grande parte, a iniciativa de tal emenda, pois fizeram-na chegar ao conhecimento da Commissão dos 21.

O cidadão Demetrio Ribeiro, quando ministro da Agricultura, chegou a esboçar decreto consagrando a idéa nella contida. Ao mesmo cidadão devem os operarios a licença annual de 15 dias, sobremodo altruista e hygienica.

Apresso-me, portanto, a fazer tal declaração, pois desejo que todos os operarios conheçam os que pugnam pelos seus interesses e bem estar.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — José Augusto Vinhaes..

Declaração

(Não tendo estado presentes na ocasião em que o Sr. João de Siqueira, digno representante por Pernambuco, disse, em aparte "que os ministros demissionarios instaram para que o nobre Barão de Lucena fizesse parte do novo Ministerio", cumpre-nos declarar, que não intervimos de modo algum, directa ou indirectamente, na organização que succedeu ao Ministerio de 15 de novembro, do qual fizemos parte.

Devemos, igualmente, declarar, em contestação ao referido aparte, que a proposito de tal organização não tivemos a honra de formular pedidos ou indicações ao nobre marechal Deodoro, nem a qualquer dos honrados cavalheiros que actualmente occupam as pastas de ministros.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *F. Peixoto*. — *Wandenkolk*. — *Glicerio*. — *Campos Salles*. — *Ruy Barbosa*.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

1ª parte, até ás 3 1/2 horas — Continuação da 3ª discussão das emendas ao projecto de Constituição.

2ª parte — Continuação da discussão das indicações sobre o tratado de commercio americano.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 20 minutos da tarde.

57ª SESSÃO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidência do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs. Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Secundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Saldanha Marinho, Joaquim Felicio, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Marques, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de

Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Beviláqua, Gongalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Relumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Burbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernaambuco, Juvenio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Thomaz Deifino, Antonio Olyntho, Bardaró, João Pinheiro, Placido Masearenbas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Belharmino Carneiro, Pontes Miranda, Oiticica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphitophio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo, Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Vigosa, Prisco Paraizo, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, França Carvalho, Luiz Mural, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Cesario Motta, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Belharmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Anfão de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.:

Frederico Serrano, Coelho e Campos, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Theophilo dos Santos, Leandro Maciel, Saraiva, Conde de Figueiredo, Alvaro Botelho, Ferreira Brandão, Bueno de Paiva, Cesario Motta Junior, Alfredo Ellis e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs.: Ruy Barbosa, Aquilino do Amaral, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Oliveira Pinto, Aleindo Gunanabara, Mayrink, Vinhaes, Domingos Porto, Lamounier, Barão de Santa Helena, Luiz Barreto, Martinho Prado Junior, Almeida Nogueira e Antonio Prado.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. LEOVIGILDO FILGUEIRAS pede a palavra para offerecer e fundamentar um requerimento, que julga estar nos termos do art. 37 do Regimento, visto como se refere a materia do projecto de Constituição, a que se acha em discussão.

Depois da leitura do requerimento, o orador faz varias considerações, e conclue pedindo ao Congresso, no qual observa de um lado muitos radicalistas, e do outro o contrario, que faça com que não venha, nesta questão de organização judiciaria, a ser condemnada nas custas a liberdade.

Vem á Mesa o seguinte

Requerimento

Tendo sido o de restaurar a disposição do n. 24 do art. 33 do primitivo projecto de Constituição, substituindo a expressão — *codificar* pela expressão — *legislar* — o pensamento, que presidiu á emenda que offereci, na 2ª discussão do mesmo projecto, ao correspondente n. 24 do art. 33, requeiro, para evitar-se incoherencia entre os termos dessa emenda approvada e o systema de organização do Poder Judiciario federal adoptado pelo Congresso, que seja auctorizada a Comissão encarregada da ultima redacção da Constituição, a redigir nos seguintes termos, ou nos que melhores lhe parecerem, a disposição do n. 24 do art. 33, si fór de novo approvada aquella emenda:

“Legislar sobre o Direito Civil, Commercial e Criminal da Republica e o Processual da justiça federal.”

S. R. — Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras.*

O Sr. José Hygino (*para uma explicação*) — Sr. Presidente, não tendo eu podido inserir-me para fallar sobre as emendas offercidas ao projecto de Constituição em 2ª discussão, sou forçado a aproveitar-me deste ensejo, para explicar e rectificar alguns apartes dados por mim, quando orava, hontem, o nobre representante por Goyaz, Sr. Leopoldo de Bulhões, cujo discurso vem hoje publicado, em resumo, no *Diario Official*.

Referindo-se a mim, disse S. Ex.:

“Espero e conto com o voto do nobre representante para que o Congresso não sancione a emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras.

“O Sr. José Hygino — Seria uma incoherencia da minha parte.

“O Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES — O Congresso, acceitando o principio da dualidade da magistratura, não póde deixar, hoje, de suffragar a pluralidade de magistratura.

“O Sr. AMPHILOPHIO — Isso é que é systema.

“O Sr. JOSÉ HYGINO — E' um golpe na integridade do paiz. Acima dos systemas colloco o meu paiz.

“O Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES — Como?

"O SR. JOSÉ HYGINO — O que eu disse foi — que recebia a beneficio de inventario a descentralização resultante da organização judiciaria do projecto do governo".

Este aparte, como se vê, está desligado, não se refere ao que precede; não se sabe a que veio nem o que eu quiz com elle significar.

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — O discurso do Sr. Leopoldo de Bulhões vem com a nota de que não foi revisto pelo orador.

O SR. JOSÉ HYGINO — Sei disso. Estou apenas completando e explicando apartes dados por mim.

O aparte a que alludo foi provocado por me ter attribuido o Sr. Leopoldo de Bulhões uma proposição que eu não me proferi, isto é, S. Ex. attribuiu-me ter dito que acceitava a Republica a *beneficio de inventario*.

Segundo supponho, S. Ex. alludiu a um topico do discurso que proferi nesta Casa por occasião de discutir-se a organização do Poder Judiciario, estabelecida no projecto de Constituição. Tratando, então, do decreto organico da justiça federal, que baixou o nobre ex-Ministro da Justiça, eu disse que recebia a beneficio de inventario as apregoadas vantagens da descentralização resultante daquella organização, e procurei demonstrar que della resultava, pelo contrario, uma centralização, praticamente inexequivel.

Vê V. Ex. que entre a proposição por mim proferida e a que attribuiu-me o orador, vai grande differença.

S. Ex. foi injusto commigo, pondo-me a pécha de incoherente porque concorro com o meu voto para apoiar a emenda do nobre representante pela Bahia, Leovigildo Filgueiras, referente á unidade do Direito.

S. Ex. sabe, tanto quanto qualquer dos nossos collegas membros da Comissão dos 21, que, no seio dessa Comissão, pronunciei-me sempre pelo principio da unidade do Direito, e que, neste Congresso, o sustentei e defendi, dando, desenvolvimento, as razões em que me firmava.

S. Ex. não ignora que fiz mais: tendo passado em 1ª discussão, por inadvertencia, surpresa ou qualquer outro motivo, o systema da diversidade das legislações, eu apresentei uma emenda restabelecendo o systema contrario, o mesmo que consagra a emenda do Sr. Filgueiras. Emfim, V. Ex., sabe que, segundo a minha desauetorada opinião (*Muitos não apoiados*), o Direito uno, producto da nossa historia, é um dos mais fortes vinculos da nossa união nacional (*Muito bem*), e que considero o rompimento desse vinculo um crime de lesa-patriotismo. (*Muito bem! Muito bem!*)

Sendo essa a minha convicção, como posso ser taxado de incoherente pelo facto de permanecer fiel ao principio que defendi, e que vejo consignado na emenda em questão?

E, si sou incoherente por continuar a defender a unidade do Direito, embora o Congresso tenha acceito o systema da dualidade da magistratura, parece-me que S. Ex. incorreu na mesma falta, quando, no seio da Comissão dos 21, não impugnou esse principio, ou, pelo menos, não apresentou emenda á disposição do projecto que o consagrava ao passo que impugnou, calorosamente, o systema da unidade judiciaria.

Pois, si S. Ex. conformou-se, alli, com a disposição do projecto, que mantinha o Direito nacional, e, ao mesmo tempo defendia, a dualidade do Poder Judiciario, como exige, agora,

de mim, em nome dessa dualidade, que vote contra a emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras?

Versatil e incoherente seria eu votando contra as minhas convicções e o princípio que defendi. (*Apoiados.*)

Adeante diz S. Ex.:

"Trata-se, Sr. Presidente, de dar aos estados aquillo que lhes deve pertencer.

"Trata-se, simplesmente, de estabelecer com base a obra a que fomos chamados.

"O Sr. JOSÉ HYGINO — O que V. Ex. está fazendo é uma Confederação de republiquetas.

"O SR. LEOPOLDO DE BULHÕES — Admiro que V. Ex., mestre de Direito, sabendo distinguir Federação de Confederação, venha dar-nos semelhante aparte.

"Admira que V. Ex., sabendo, ou devendo saber, o que caracteriza a Confederação e o que caracteriza o governo federativo, avance semelhante proposição."

Segue-se a explicação do que sejam a confederação e a Federação.

Sr. Presidente, esta proposição do Sr. Leopoldo de Bulhões, de que, sendo eu mestre de Direito, devera saber o que é Federação, encerra uma offensa pessoal, que não deixarei passar em silencio.

A divergencia entre mim e o nobre representante de Goyaz é de idéas, de doutrinas, de pontos de vista, não ha entre nós questão alguma pessoal. Eu sempre o tratei com a delicadeza e a attenção que o cavalheirismo, as funções que exercemos e os talentos de S. Ex. me impunham. Por que razão insinua S. Ex. a que, sendo eu mestre de Direito, não sei o que é Federação?...

O SR. AUGUSTO DE FREITAS — Não apoiado. Não vejo aqui intenção de offensa.

O SR. JOSÉ HYGINO — Essa insinuação é tanto mais injusta quanto S. Ex. sabe que procurei sempre distinguir cuidadosamente a Confederação e a Federação, e que, justamente sobre essa distincção, assentei os meus raciocínios e argumentos em relação á unidade do Direito e da justiça no regimen federal.

O SR. AMARO CAVALCANTI — Desde o tempo da Commissão assim se fez.

O SR. JOSÉ HYGINO — A lição que me deu S. Ex. me poderia ser proveitosa si eu já não tivesse distinguido uma cousa da outra, nos termos claros e precisos no meu discurso, que corre impresso.

Por outro lado, o meu aparte não tem a significação que S. Ex. parece lhe ter dado. O que eu quiz dizer é que, quanto S. Ex. distinga a Confederação de Federação, todavia, quando raciocina, o que tem em vista é o typo da Confederação.

Assim, S. Ex. parte do principio que a unidade do direito é incompativel com a Federação. Ora essa proposição pôde ser verdadeira com relação á Confederação, que é uma união de estados soberanos, mas não com relação á Federação, que é uma união nacional e se compõe de estados não soberanos.

Si a Federação é uma união nacional é si a unificação do povo acarreta a unidade do direito, como se pôde dizer que entre estes (os estados) e a Federação ha incompatibilidade?

Pelo contrario, a unidade do Direito, como da lingua, é a base mais solida de uma união federal (*Apoiados*); e ali está, além da Allemanha, a Federação helvetica, que tanto se empenha por obter um Direito nacional. Entretanto, entre nós, apresenta-se com um ideal o esphacelamento do nosso Direito?

S. Ex. disse— e é este o seu principal argumento—que privar as assembléas dos estados da faculdade de legislar sobre o Direito é negar-se-lhes o que lhes deve pertencer, é offender á sua autonomia legislativa.

Contestei essa proposição, com apartes repetidos, e como nenhum foi tomado, releve-me V. Ex. que eu restabeleça a minha contestação.

Não posso comprehender que o Direito seja classificado com os negocios, ou interesses, de mero caracter local.

Que é que o Direito assegura? As condições da existencia social. Que é que elle regula? Aquellas relações entre as pessoas, que devem ser asseguradas, coactivamente, pela lei e pelo Poder publico.

Ora, essas relações juridicas são as da vida civil e se estabelecem entre quaesquer cidadãos do paiz, e não somente entre os que habitam o mesmo ponto ou a mesma secção do territorio: são, por consequencia, relações que pedem uma regulamentação uniforme, afim de que o cidadão gose, por toda a parte em sua Patria, dos mesmos direitos e das mesmas garantias. (*Apoiados*.)

O direito é, pois, por sua natureza, um interesse de caracter nacional e da competencia do Poder Legislativo nacional. (*Apoiados; muito bem*.)

Ainda mais: em relações juridicas que fazem objecto do Direito Privado, não se estabelecem somente entre os nacionaes, mas, tambem, entre estes e os estrangeiros.

Note-se a distincção importantissima e imperecivel que ha entre os direitos politicos e os direitos civis.

Aquelles supõem a qualidade de nacional; o estrangeiro não pôde ter outros direitos politicos senão aquelles que a lei do paiz onde elle se acha, expressamente, lhe confere.

Porque razão? E' que não se pôde ser cidadão de duas patrias: os deveres para com uma dellas seriam incompativeis com os deveres para com a outra. (*Apoiados; muito bem*.)

Mas o caso é inteiramente diverso no campo do Direito Privado. Este não conhece senão a pessoa, não vê senão o homem com as suas qualidades originarias, as suas faculdades, a sua capacidade para constituir-se termo de uma relação juridica. (*Apoiados*.)

O homem, onde quer que esteja, pôde ter e adquirir direitos civis, e não deixa de ser pae ou esposo, ou de ter capacidade para contractar, porque se acha em um paiz estrangeiro.

A lei civil lhe assegura os mesmos direitos que pôde ter o nacional, de modo que no dominio do Direito Privado se estabelece uma communhão juridica entre o nacional e o estrangeiro.

Si tal é a funcção e a indole do Direito, como podemos nós catalogar-o com os interesses, meramente locais, e dizer,

como disse o Sr. Leopoldo de Bulhões, que o Direito deve entrar na competencia legislativa dos estados, sob pena de offender-se á sua autonomia?

Para impugnar essa asserção de S. Ex. não preciso de melhor argumento do que aquelle que tiro da emenda, pela qual S. Ex. estabelece a diversidade ou pluralidade das legislações.

Essa emenda reserva para o Congresso Nacional a faculdade de legislar, por exemplo, sobre fallencia.

Por que razão, pergunto, pertence ao Congresso legislar, privativamente, sobre essa materia, que é assim retirada á autonomia legislativa dos estados?

Quaesquer que sejam as razões que me possam ser dadas pelo illustre orador, applical-as-ei a outros casos, numerosissimos.

Si o Congresso legisla sobre fallencia, por que não ha de legislar sobre a letra de cambio, que é o instrumento mais commum e vulgar das transacções entre as praças? Porque não ha de legislar sobre o Direito Maritimo que affceta a navegação e as relações com as praças estrangeiras? Por que não legislará, tambem, sobre o casamento, que é a base da familia?

E, legislando sobre o casamento, por que não legislará, ainda, sobre o regimen dos bens entre os conjuges, sobre o divorcio e a indissolubilidade do laço conjugal, o patrio poder e todos os direitos da familia? E, assim, de excepção em excepção, ficará destruido o principio de S. Ex., e o que para elle é a excepção, passará a ser a regra. (*Apoiados; muito bem.*)

O meu illustre adversario, pois, inverte os principios, estabelece como regra o que deve ser a excepção. Em these e como principio geral, as relações juridicas pedem uma regulamentação uniforme, e, portanto, competem ao Poder Legislativo da União. (*Apoiados.*)

O radicalismo, Sr. Presidente, é que deita a perder as revoluções. Os defensores da pluralidade das legislações esquecem-se de que a extrema dispersão, como a concentração excessiva das forças, póde causar a morte do corpo politico e social. (*Apoiados.*)

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Moraes Barros — Pedi a palavra, Sr. Presidente, para communicar ao Congresso um telegramma, que acabo de receber de S. Paulo, e que demonstra que, alli, toda a população nacional e estrangeira, se interessa pelas deliberações do mesmo Congresso.

Diz assim o telegramma (*lê*):

“Partido Teuto-brazileiro levanta protesto solenne, por intermedio de V. S., contra resolução do Congresso exigindo dos estrangeiros residentes no paiz antes de 15 de novembro declaração formal de adoptar nacionalidade brazileira, pois, em virtude da lei de 14 de Dezembro, effectivamente, são brazileiros. Da mesma fórma protesta contra a suppressão de cabotagem livre, por ser anti-liberal. Pedimos levar nossos protestos ao conhecimento do Congresso, defendendo direitos adquiridos. — Burchard. — Heinritz. — Gerpe.”

...E' natural e legitimo este protesto, Sr. Presidente, porque, quanto á naturalização dos cidadãos estrangeiros que estavam no Brazil, por occasião da revolução de 15 de novembro, é certo que elles se achavam no pleno gozo e exercicio dos direitos da nacionalidade brasileira. (*Apoiados.*)

Pelo decreto de 14 de dezembro, menos de um mez depois da Revolução, foi declarado que todos os estrangeiros que então se achavam no Brazil ficavam sendo brasileiros, em perfeito pé de igualdade com os nacionaes, salvo declaração em contrario.

A unica excepção feita foi a restricção de não poderem ser eleitos Presidente da Republica.

Fazia gosto ver, Senhores, as festas entusiastas que se fizeram em todos os pontos de São Paulo, por aquellas colonias, ao saberem que iam gosar das prerogativas de cidadão brasileiro, ao saberem que estavam naturalizados neste paiz, em que já residiam e no qual já ganhavam meios de subsistencia; quasi todos declararam-se brasileiros e começaram a ser aproveitados para os cargos publicos.

O governador de S. Paulo, que era V. Ex., passou a aproveitá-los nas intendencias, nos cargos policiaes, como juizes municipaes supplentes, e, com o applauso de todos, começaram elles a exercer esses cargos.

Veu logo, porém, o projecto de Constituição trazer-lhes um sobresalto: nesse projecto dizia-se que para ser senador ou deputado era necessario o prazo de 4 e de 6 annos de cidadão brasileiro, o que importava uma restricção ao direito conferido pelo decreto de 14 de dezembro, e, por isso, todos retiraram-se desses cargos, entendendo que essa disposição era uma negação do que lhes tinha sido concedido.

O SR. OTICICA — Violação, pelo contracto feito, que elles acceitaram.

O SR. MORAES BARROS — ...uma falta de fé publica.

Depois de abrirem-se as discussões do Congresso, passou, aqui, uma emenda declarando que essa exigencia de prazo não se referia aos cidadãos naturalizados pelo decreto de 14 de dezembro, e foi essa noticia para todas as colonias uma verdadeira restituição. Elles se tinham feito alistar como eleitores e concorreram para as eleições; toda a deputação paulista, e creio que posso assegurar que toda a representação sulista, acha-se neste Congresso com dezenas de milhares de votos das ex-colonias estrangeiras. (*Apoiados.*)

Estavamos nestas circumstancias, estavam os estrangeiros no gozo dos direitos do cidadão brasileiro, e exercendo-os por essa fórma, quando, repentinamente, é approvada pelo Congresso uma emenda exigindo que façam declaração expressa e formal de que acceitam a nacionalidade brasileira, sem o que não poderão ficar sendo cidadãos brasileiros aquelles que estavam desde mais de um anno no pleno exercicio desse direito! Ora, isso é faltar á fé nacional, é romper o contracto! celebrado pelo decreto de 14 de dezembro, e é alguma cousa mais: é um retrocesso de sessenta e tantos annos.

Pelo art. 4º da Constituição imperial de 1824, foram declarados cidadãos brasileiros os portuguezes residentes no Brazil, que *expressa, ou tacitamente*, notar bem, adherissem á Independencia do Imperio. Portuguezes eram, então, quasi os unicos estrangeiros no paiz.

O SR. OTTICICA — E os mais perigosos, por terem sido a nação que nos dominava.

O SR. MORAES BARROS — Portuguezes, eram aquelles que tinham combatido a nossa Independencia, portuguezes, eram nossos inimigos.

Pois bem, Senhores, o Brazil foi bastante grande, leal, generoso, para acolher esses cidadãos no seu seio, fazendo delles brasileiros.

O SR. LOPES TROVÃO — Mais ainda, acceitaram o portuguez como chefe do Estado, na pessoa do Sr. D. Pedro I. (*Riso.*)

O SR. MORAES BARROS — E dessa generosidade o Brazil parece que não teve motivos para arrepender-se. Figuraram entre elles alguns dos homens mais notaveis pelos serviços prestados ao paiz, taes como Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, que foi senador e regente do Imperio, o Visconde de Abaeté, que occupou os mais elevados cargos, José Clemente Pereira, e tantos outros.

E é no fim de sessenta e tantos annos após, que um Congresso republicano ha de voltar atraz e ser menos liberal do que foi a Monarchia?! Espero que essa emenda, que passou talvez, despercebida, por falta de attenção de muitos Srs. representantes, será varrida da nossa Constituição.

E' com razão que os colonos teuto-brazileiros de S. Paulo protestaram energicamente contra a exigencia dessa declaração, dizendo que é isso uma violação de seus direitos já adquiridos.

O SR. PRESIDENTE — Observo a V. Ex. que a hora está finda.

O SR. MORAES BARROS — Duas palavras apenas, e terminarei.

Quanto á liberdade de cabotagem, sendo uma liberdade da qual toda a Nação gosa ha quasi 30 annos, qual a razão por que se pede a sua revogação?

Para que a industria da navegação seja exercida por nacionaes, para que as rendas provenientes dahi não vão para o estrangeiro?

O SR. RETUMBA — E para ser um viveiro para a Marinha de guerra.

O SR. MORAES BARROS — Si é assim, fazei então, como a lei portugueza, que prohibiu a exportação da moeda do reino de Portugal, punindo com penas severas aquelles que a violassem. Si vós quereis nacionalizar a industria da cabotagem, de viação marítima, por que não nacionalizar tambem a da viação terrestre?

O SR. RETUMBA — Ha idéas disso; no Ministerio passado tratou-se...

O SR. MORAES BARROS — Eu vos denuncio que em S. Paulo ha uma companhia ingleza da estrada de ferro, de Santos a Jundiahy, que, mensalmente, remette para Londres quantias avultadas de dinheiro, que muito bem podiam ficar no paiz; como em S. Paulo ha em outros estados eguaes companhias.

Portanto, nacionalizai tambem a viação terrestre.

O SR. RETUMBA — De accordo; contem commigo.

O SR. MORAES BARROS — Na mesma torrente de idéas nacionalizai o commercio a retalho, como já foi programma do partido Liberal em Pernambuco; nacionalizai o solo brasileiro, para que o estrangeiro não possa possuir bens de raiz neste paiz, — e nisto tendes o exemplo na nação mais liberal da Europa, a republicana Suissa. Vamos mais adeantes: nacionalizemos a lavoura, as industrias, o commercio brasileiro.

Sejamos logicos e consequentes: ou levantemos uma muralha chinesa que impeça a entrada de tudo quanto for estrangeiro no Brazil, ou, então, sejamos francamente liberaes, aceitando sem restricções odiosas, sem monopolio algum, o concurso do capital e do braço estrangeiro, de que tanto precisa a nossa Patria para que seja grande, prospera e feliz. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Quintino Bocayuva (*para uma explicação*)—Sr. Presidente, dentro de alguns momentos, talvez, com certeza dentro de poucos dias, estará quasi ultimada a tarefa do Congresso Constituinte Brasileiro e eleito o primeiro magistrado da Republica. Terá cessado, então, o periodo do Governo revolucionario, e os seus actos passarão á Historia depois de submettidos á critica, ao contraste e á sentença da opinião nacional representada pelos seus legítimos mandatarios, aqui reunidos.

Nestas circumstancias, qualquer que seja a impaciencia legitima e de que eu proprio partilho para chegarmos á ultimação da nossa gloriosa tarefa, sinto necessidade imprescindível de occupar, por momentos, a vossa attenção, não tanto para salvaguarda da minha pessoa, mas para salvar a responsabilidade minha e de meus collegas do Governo Provisorio, a qual envolve um principio fundamental e, ao mesmo tempo, um grande interesse nacional. E' essa a razão pela qual careço deixar registrada nos *Annaes* da Constituinte e na acta dos nossos trabalhos a declaração que vou ter a honra de fazer perante os meus illustres collegas.

Quando, ainda ha pouco tempo, partilhava com os meus illustres collegas, membros do Governo Provisorio, a responsabilidade do Poder, solicitei, em uma das sessões do Conselho de Ministros, que fosse presente ao Congresso Constituinte, na sua primeira reunião, o tractado de limites celebrado com a Republica Argentina, e celebrado por accordo unanime e ordem do Governo Provisorio,—tratado qual tive a honra de ser o negociador, ou, antes, o simples signatario, por força do cargo que exercia. (*Apoiados.*)

A essa solicitação oppuzeram-se, com excellentes razões. os meus illustres collegas, ponderando a inconveniencia de interromper a tarefa do Congresso constituinte com a discussão de um assumpto mal conhecido e mal apreciado, por uma parte da opinião publica, justamente por não ser conhecido, e ser explorado da maneira a mais perfeira e violenta pelos adversarios do Governo e da Republica. (*Apoiados.*)

Na exaggeração desse máo recurso de opposição, Senhores, procurou-se, até, inferir uma offensa, que fere menos a minha pessoa do que a dignidade do Congresso Nacional.

Escreveu-se, com a solennidade que lhe dava, não o documento escripto, mas a sensação occasional que elle produziu, que os ministros do Governo Provisorio importunavam os membros deste Congresso implorando a sua protecção, pe-

dindo a sua complacencia para a approvação do referido tratado.

E' numeroso, Senhores, este Congresso; nelle conto alguns amigos...

VOZES — Tem muitos.

O SR. QUINTINO BOCAIYUVA — ...e mantenho relações de cortezia com quasi todos; pois bem, é em face de todos elles que affirmo, por mim e pelos meus collegas, que nem um só dentre tantos poderá dizer que a elle me tivesse dirigido para tratar deste assumpto, ou para prevenir o seu animo. (*Muitos apoiados.*)

Em uma questão desta ordem, esse proceder fôra mais do que incorrecto, porque tal questão é da natureza daquellas que não podem nem devem ser julgadas e resolvidas sob a influencia do espirito da camaradagem ou das conveniencias pessoasas, mas, exclusivamente, sob a influencia do mais são patriotismo e dos mais elevados principios para salvaguarda dos interesses nacionaes. (*Muitos apoiados.*)

Mas a declaração que tenho necessidade de deixar consignada é esta: que, insistindo pela segunda vez, perante os meus collegas, ponderando-lhes a alta conveniencia de fazer resolver e decidir pelos representantes da Nação essa questão, até certo ponto incandescente, os meus collegas, acceitando as ponderações que tive a honra de fazer, concordaram commigo, e em Conselho de Ministros foi isso adoptado e resolvido.

Dessa deliberação demos conhecimento á Nação por meio do *Diario Official*.

Hoje, nem eu nem meus collegas temos mais a responsabilidade do Governo: não compete, portanto, a nós, a iniciativa desse assumpto, nem temos o direito de traçar normas de conducta aos nossos illustres successores.

Si aos membros do Governo actual parecer que ha conveniencia e oportunidade em acceitarem para si, sem solução de continuidade, a responsabilidade moral e effectiva das delibreações tomadas em Conselho pelos seus antecessores, presumo, — e para mim será isso de alta relevancia —, presumo que esses illustres cidadãos, em cumprimento da palavra empenhada pelo Governo, se darão pressa em convidar o Congresso Constituinte Brasileiro a celebrar uma sessão, na qual se occupe, exclusivamente, deste assumpto. (*Apoiados.*)

VOZES — Muito bem, muito bem.

O SR. QUINTINO BOCAIYUVA — Devo, ainda, declarar, para pôr termo de uma vez a todas as duvidas (declaração, aliás, desnecessaria, porque já foi publicada), que o referido tratado-foi feito *ad referendum* do Congresso Constituinte, com a clausula de só ter valor e efficiencia depois de approvado pelo corpo legislativo (*Muito bem*); sem essa approvação, portanto, o tratado não terá valor nem effeito algum. (*Muito bem.*)

Em honra do Governo Provisorio, é necessario que eu assignale esta circumstancia: que fomos nós os que iniciámos essa fecunda reforma na nossa jurisprudencia politica.

Todos vós, Senhores, quantos conheceis a indole do regimen passado e as disposições da Constituição que nesse tempo imperava, sabeis que por aquella Constituição o Po-

der Executivo nacional tinha a faculdade suprema de ultimar os ajustes internacionais, sem a clausula da dependencia da approvação dos representantes do povo, salva a excepção alli determinada.

Mas, desde os primeiros dias do Governo Provisorio, em Conselho de Ministros do Governo revolucionario, ficou ajustado que nenhum contracto desse genero se faria sem a clausula da sua sujeição ao juizo e á deliberação dos representantes da Nação. (*Muito bem.*)

Consequentes com essa doutrina foi assim que celebrámos o tratado cuja apresentação ao Congresso solicito neste momento, como desempenho de um supremo dever, a cuja responsabilidade não queremos eximir-nos.

Nestas condições, portanto, pedindo desculpa ao Congresso pelo tempo que lhe estou roubando (*Não apoiados*), peço a V. Ex., Sr. Presidente, que se digne, fazer consignar na acta esta declaração de que está no meu interesse, do mesmo modo que está no interesse de todos os meus illustres collegas, que esse trabalho seja trazido ao conhecimento dos representantes da Nação Brasileira, não se inferindo da nossa attitude qualquer pensamento de hostilidade aos actuaes responsaveis pelo Poder publico, nem ao pouco desejo de coarctar a sua liberdade de acção. Nem eu nem os meus illustres companheiros podemos, hoje, ser os juizes da conveniencia ou inconveniencia desse acto. O que procuro com estas palavras é firmar, bem solennemente, perante o Congresso, que me ouve e perante a Nação, que me ha de ler, que eu e os meus companheiros mantemos a nossa responsabilidade por esse acto, que por elle desejamos, quanto antes, responder a esta assembléa, onde se acham os nossos juizes naturaes; aguardando com a devida serenidade a sua deliberação, a sua sentença; porque seja essa qual fôr, estamos certos de que ella será sempre inspirada pelo patriotismo, pela justiça e pela intuição do bem geral da Nação Brasileira. (*Apoiados; muito bem.*)

O que desejo é que não se procure tirar argumento da circumstancia excepcional em que nos achamos collocados, nem que se pense que queremos guiar-nos por uma evasiva, abrigando-nos no silencio e tirando proveito desse mesmo silencio, como si nos receassemos de comparecer ante os nossos juizes.

Na hora opportuna, hoje ou amanhã, havemos de comparecer ante a Nação, aqui representada pelos seus legitimos mandatarios. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado e abraçado por muitos Srs. Senadores e Deputados.*)

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DAS EMENDAS APPROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

Entram em 3ª discussão as emendas ao projecto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Devo observar ao Congresso, que na collecção das emendas publicadas deu-se uma omissão relativa á que o Sr. Schmidt offereceu ao n. 4 do art. 34; mas isso já foi rectificado, hoje, no *Diario Official*.

O Sr. Thomaz Delfino (*Movimento de atenção*) — Sr. presidente: A' vista do manifesto cansaço dos representantes, e da natural anciedade, que todos possuímos, de entrar no regimem legal, nesta ultima vez que occuparei a tribuna, abreviarei o mais que puder a minha argumentação.

Não pretendia tratar da emenda ao art. 13, relativa á nacionalização da cabotagem; mas distincto collega da bancada do Rio de Janeiro, que conhece perfeitamente bem o assumpto, que o estudou por todas as faces, que é o seu maior propugnador, prevendo um encerramento de discussão, pediu-me que sobre elle dissesse algumas palavras. E' é o que vou fazer.

E', na verdade, e a minha boa fé manda que o affirme, um ataque ao principio cardeal da liberdade o abrangeamento, por lei, da navegação costeira; não se regem, porém, as nações, na sua vida economica, pelos principios emanados da philosophia, antes se curvam, fatalmente, ás proprias necessidades e interesses, no grande combate pela conservação.

Dos paizes da Europa o unico que não tem o monopolio da cabotagem é a Inglaterra, que, aliás, o manteve durante largos annos, e que, absolutamente, não teme concorrência.

A França e a Italia permutam as vantagens daquella navegação.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — Só nos portos do Mediterraneo.

O SR. THOMAZ DELFINO — Nos seus portos do Mediterraneo apenas.

O anno passado demandaram o porto do Rio de Janeiro 1.000 navios, que costeavam terras nossas; delles, sómente, 40 eram nacionaes.

Ainda ha pouco, um illustre representante pelo Estado de S. Paulo nos dizia não comprehender como é que se reclamava para a cabotagem o monopolio, e não se pretendia, logicamente, fazer o mesmo com as estradas de ferro e outras grandes exigencias publicas.

A razão do reclamo parece-me tão simples quanto justa. E' que, além de ser uma imposição economica, é uma questão de patriotismo; é o modo pratico de estabelecermos a defesa repentina das mil e tantas leguas do litoral do Brazil contra uma aggressão estrangeira.

Sabe S. Ex. bem que a America do Norte tem a sua Marinha de guerra constituida, subitamente, pela sua Marinha mercante. Exactamente, visa o monopolio nacional este fim — uma grande esquadra para nossa defeza.

Si não ha maruja brasileira, que já houve, surgirá do povo trabalhador e corajoso que habita este paiz tão largamente banhado pelo oceano.

A industria e o capital, que se agitam febrilmente, farão nascer os navios.

E, depois, si ha contractos e mutuas obrigações entre o Governo e potencias estrangeiras, na lei ordinaria que regulará a materia, consequencia e corollario do preceito constitucional, haverá meio de sanar e vencer o embaraço, o que não supponho extraordinariamente difficil.

Terminadas estas ligeiras considerações, occupar-me-ei do que, especialmente, me obrigou a vir occupar a benevolenta attenção dos Srs. representantes.

Sr. Presidente, o art. 3º do projecto de Constituição, no meu entender, não devia ter figurado no lugar em que se acha.

Notava-se, na 2ª discussão, entre este artigo e o paragrapho unico do art. 2º, antithese e contraste.

Ao passo que o art. 2º o Congresso affirmava poder achar conveniente, no futuro, collocar em outro ponto a séde do Governo central, do Governo unional, mudar a Capital Federal, no art. 3º dava-se já como deliberada, como já resolvida a mudança, determinado o local.

Para obviar a antinomia e a opposição, um meu nobre amigo, que veio aqui, dignamente, representar o Estado da Bahia, apresentou uma emenda, que comprehendia duas partes.

Na primeira estava o art. 2º com o seu paragrapho, modificado de modo a ficar inteiramente harmonico e concorde com a segunda, que era o art. 3º.

Vou ler a emenda (lê).

“O art. 2º seja assim redigido:

Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo Municipio Neutro constituirá o Districto Federal, que passará á categoria de Estado, logo que o Congresso julgue opportuna a transferencia da Capital da Republica.

Paragrapho unico. Logo que esta transferencia for deliberada, será a Capital estabelecida no planalto central da Republica, para o que fica pertencendo á União uma area de 400 leguas quadradas nelle situadas. — *Arthur Rios.*”

Posta a votos, em partes separadas, a primeira foi rejeitada. Por conseguinte, affirmava o paragrapho primitivo, e o Congresso de novo, que não estava tomada a resolução de mudar a Capital Federal, e, *ipso facto*, tambem não existindo e ficando sem effeito o art. 3º, que a dava como tal.

Mais robustece a minha opinião o facto de ter sido posta a votos a segunda parte da emenda, e rejeitada.

Ora, que continha a segunda parte da emenda? Exactamente a mesma cousa que o art. 3º, isto é, a determinação de transferencia da Capital para um ponto designado.

Por consequencia, chamo e peço a attenção da futura Commissão de revisão do projecto de lei fundamental para este facto. Penso que o Congresso mais de uma vez já, claramente, se manifestou contra o que encerra o artigo, que é dado como definitivo.

Sr. Presidente, si não pelas votações repetidas do Congresso, me convenceria de que elle não deveria permanecer na redacção, quando, essencialmente, contém o principio monarchico.

Não que eu seja capaz de suppôr que os dignos signatarios da emenda apresentada na 1ª discussão, queiram de qualquer fórma accentuar perante o Congresso e o paiz tendencias monarchicas; não que eu imagine que de qualquer maneira elles desejem a volta a terras brasileiras desses principes que vagueiam na Europa como espectros agoureiros ao redor de thronos vacillantes, mas porque elles se deixaram dominar, completamente, pelo espirito que durante tantos annos predominou no Brazil inteiro, a centralização.

Sinto, tambem, em mim proprio esta tendencia para centralizar, tendo de combater-a muitas vezes, e acredito que

o longo espaço que durou o regimen da realza infiltrou-a em todos, insidiosamente, larvadamente, como na extensa costa do Brazil o veneno tellurico invade o individuo, e elle soffre de um mal de que não tem conhecimento.

A emenda que foi approvada na 1.^a discussão, e que é o art. 3.^o actual, vinha acompanhada de longa justificação de um homem que tinha uma alevantada intelligencia, uma grande capacidade, e que era um convicto monarchista de vistas largas e firmes, Wagnagen, o Visconde de Porto Seguro.

Nessa justificação ha um topico que é a confirmação clara e formal da tendencia que o artigo contém (*lê*):

“Uma paragem, porém, da importancia desta, que pelo seu clima recommendaria no estrangeiro o Brazil todo, e que pela sua posição favorecia, notavelmente, o desenvolvimento do commercio inteiro de todas as provincias, e, até, quando viesse a ser a séde do Governo, afiançaria nos seculos futuros a segurança e unidade do Imperio...”

Era o monopolio politico, o monopolio administrativo e, mais ainda, o monopolio da riqueza nacional, tendo tudo em vista como objectivo principal — a *unidade e segurança do Imperio*.

Sr. Presidente, diversos são os requisitos exigiveis para uma Capital de Monarchia ou de Republica, — e tal fórma de governo, tal sua séde.

Não invento, nem fantasio condições para o estabelecimento de capitães, urgido pela argumentação, nesta tribuna: encontro-os na Historia; ahí deparo com largas messes de factos, que as caracterizam.

Quando, ao findar a Edade Média, começou a transformação do regimen feudal para o monarchico, pouco a pouco foi se enfeixando nas mãos de alguns senhores feudaes a força e o prestigio.

Pela intriga, pelo suborno, pela corrupção, por toda a casta de alliança, as monarchias foram-se estabelecendo e fundando. Ao redor do rei, como circulos concentricos, que abrangiam, por fim, a massa popular, elle collocava, politicamente, os seus elementos de dominio e preponderancia.

Era assim que a Capital, a residencia do antigo senhor feudal, do rei agora, predominava pelas letras, pelas sciencias, pelas artes, pela moda, pelo luxo, pelo brilho das armas, e era, enfim, o centro de onde tudo irradiava e para o qual todos se voltavam.

Esse processo de formação das monarchias, mais ou menos ou o mesmo em toda a Europa, é, sobre tudo, muito manifesto na França, onde os historiadores nol-o mostram desenvolvendo-se desde Luiz XI até Luiz XIV, em cujo reinado se completou.

A Capital da Monarchia é a *Côrte* com todo o seu brilho e esplendor. Como o romano, que dizia: — *civis romanus sum*, o brasileiro affirmava durante o Imperio: — Todo o Brazil é o Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ AVELINO — Nunca deixei de ser bom cearense.

O SR. THOMAZ DELFINO — Não duvido, e cada vez melhor.

Sr. Presidente, ao abordar ao Brazil, D. João VI encontrou umas tantas liberdades e tradições de autonomia local que a divisão da terra em capitánias tinha creado e mantido. Fixando a séde do governo no Rio de Janeiro, começou de central-as ahí. A tenacidade neste proposito

dos 40. annos do reinado de Pedro II terminou com perfeição a obra, e foi esta, sem duvida, uma das suas maiores faltas, senão a maxima.

Um governo de força, de conquista e de guerra, o governo romano, por exemplo, é por essencia centralizador; toda a Republica, e todo o Imperio romano, era Roma; nas monarchias todo o governo é o Centro, o lugar onde está o rei; ainda nas republicas unitarias, como a França, o governo é a Capital, Pariz, a Cidade-luz.

Mas nas republicas federativas, a America do Norte e a Suissa, diversa é a influencia da sede do governo. Na Suissa varias vezes tem sido mudada. Esse facto, por si só, vale toda uma longa série de argumentos. Na America, todos sabem, como centro, como população, nenhuma acção exerce Washington sobre os estados.

Colloco-me, Sr. Presidente, nas minhas observações, no ponto de vista superior das relações e mutuas dependencias entre a União e os estados.

Nos governos monarchicos, o impulso civilizador é centrifugo, vae do Centro para a periphéria; nos governos republicanos federativos é centripeto, vai da periphéria para o centro.

Como chegar até os poderes Legislativo e Executivo, aprisionados em uma grande cidade, a vontade nacional, as aspirações dos estados, si encontram deante de si a formidavel barreira de cerca de 700 mil habitantes, multidão que um instante de paixão faz tumultuar si ella encontra deante de si os banqueiros que podem de um momento para outro dizer: Nós temos o commercio, a industria, o credito do paiz nas mãos: queremos o curso forçado, o monopolio da emissão —, si encontram deante de si a imprensa, um dos órgãos da opinião publica, sem duvida respeitavel, mas que é uma classe, e que existe para a Capital, especialmente, e com a qual mantém estreitas ligações?!

No terreno em que discuto, não perco de vista aquelle em que me tenho apaixonado neste lugar, que me é pessoal, como deputado da Capital Federal: a perda dos direitos politicos dos habitantes desta cidade, o rebaixamento das suas antonomias locais, sob a pressão centralizadora do Governo, — pressão que soffremos só e unicamente porque somos a Capital da Republica.

Sr. Presidente, si praticamente examino o art. 3º, encontro-o cheio de difficuldades para ser uma realidade e para receber execução.

Quatro centas legoas quadradas correspondem á 4ª parte da Suissa. Não terão, por acaso, no planalto central possuidores estas quatrocentas leguas quadradas? Não haverá reclamantes?

Mas imaginemos que é devoluta toda a area. Começa a ser povoada. A União entrega os seus habitantes á direcção e governo de um Estado proximo, ou envia-lhes um preposto seu. Mais: toda a região se cobre de fogos, levanta-se uma grande cidade, um centro poderoso, como queria Wurnhagen. Está nelle a capital politica, e é, ao mesmo tempo, a sua capital commercial, ou pelo menos, uma das grandes metropoles do paiz.

Desloca-se, simplesmente, a questão: não seremos nós nessas circumstancias, a fazer reclamações em nome da Fe-

deração, offendida e falseada por tantos modos, mas a nova Capital central.

Esta situação, a equidistancia de Norte e Sul, é, não ha negar, significando a cooperação de todos para ideal progressivo que se procura attingir, uma condição desejavel.

Mas outra existe, egualmente importante, a ser attendida: é a proximidade do litoral, pelo menos no momento presente.

Não surgem subitamente vias de communicação entre os estados, não se poderão elles repentinamente ligar uns aos outros, nem ser a Capital no interior, de um instante para outro, o ganglio nervoso que recebe as impressões de todos esses nervos.

E' forçoso aproveitar o oceano que a prenderia a muitos estados, e a rede de ferro-vias, de estradas, etc., que parte desta cidade.

Este foi o motivo por que a maioria da sua representação formulou e apresentou a emenda que transportava a Capital da União para Petropolis, como o poderia ter feito, apoiada na mesma razão, para Therezopolis, Friburgo, Barbacena, Juiz de Fóra.

O art. 3º, pois, não dá a solução do problema, antes o embaraça e complica, ou, melhor adia indefinidamente.

A solução achada serviria perfeitamente bem para uma Monarchia, para uma Republica unitaria, ou que de federativa apenas tivesse o nome, mas nunca para uma Republica legitimamente federal, como o Brazil quer ser e ha de ser.

Por estas considerações todas, chamarei mais uma vez a attenção da Commissão de revisão para o artigo, que não pôde permanecer, e foi repellido pela Assembléa.

Sr. Presidente, foi approvada uma emenda, que mandava entregar a instrucção primaria desta cidade á sua municipalidade.

A digna Commissão dos 21, que funccionou sob a presidencia de um notavel e prestimoso representante, conhecedor dos negócios da Capital, de cuja intendencia foi presidente, deixou no projecto de Constituição a instrucção primaria, como a secundaria, a cargo do Governo geral.

A emenda approvada trazia a assignatura de illustres representantes, mas ignorantes das nossas condições.

Concordo que a primeira instrucção pertença á municipalidade, mas os recursos do nosso municipio são de tal ordem, quanto ás suas applicações immediatas, que, si a emenda fosse logo posta em observancia, teriamos de ver fechadas grande numero de escolas.

Não tenho o direito de pensar que o intuito do Congresso foi chegar a este resultado.

Ha de, pois, caber no caso o art. 5º das Disposições transitorias, que lerei (lê):

"A' proporção que os estados se forem organizando, o Governo Federal entregar-lhe-á a administração dos serviços que pela Constituição lhes competirem, e liquidará a responsabilidade da administração federal no tocante a estes serviços e ao pagamento do pessoal respectivo."

Como não somos Estado a constituir, mas temos o regimen municipal na dependencia quanto á organização da lei do Congresso, na qualidade de Capital Federal, o artigo se refere, na intenção geral, á nossa municipalidade.

Legalisada ella na posse e gestão dos seus redditos, será occasião de ter actualidade a emenda.

A municipalidade, Sr. Presidente...

Quando, após o appello ás urnas, as assembléas constituintes dos estados tiverem estabelecido as suas leis, quando todos os municipios entregarem a administração aos seus eleitos, quando, enfim, for, por todo o paiz, normalizada a existencia politica dos cidadãos, encetando o Congresso seus trabalhos em junho, encontrar-nos-á, nós como excepção unica neste Brazil inteiro, sob a plena dictadura.

E' tanto mais inquietadora essa presistencia da dictadura na Capital Federal, quanto a sua intendencia é tão sem qualificativo, que já por tres vezes foi modificada completamente.

Sendo os unicos representantes do municipio, pelos votos e pela escolha do povo, os que tomam parte neste Congresso, parece-me rasoavel que, findo o Governo dictatorial, lhes fiquem a responsabilidade da administração local.

Na intendencia municipal tenho amigos, a quem de longa data respeito e considero, mas senti, e lamentei, que della fizessem parte quando tive ensejo de ver, pelas folhas publicas, accusações e insinuações, que não foram, força é dizel-o, sufficinemene rebatidas.

Factos singulares e anomaes...

O SR. PRESIDENTE — Observo ao nobre representante que o que está em discussão são as emendas ao projecto de Constituição.

O SR. THOMAZ DELFINO — Em duas palavras terminarei. E depois, V. Ex. sabe, o meu pequeno abuso tem desculpa: a Capital Federal é tutelada da União; si os cidadãos têm queixas, si têm reclamações, a quem leval-as, a quem fazel-as senão agora a este Congresso e, em tempo opportuno, ao Congresso ordinario.

Têm sido feitos contractos e concessões pela intendencia, tão provisora e tão instavel, que não tem responsabilidade perante o povo, que a não conhece, de character permanente e definitivo, pelos quaes durante muito tempo as rendas da Capital vão ficar alienadas. Por exemplo, contractou-se (*lê*): o recalçamento e conservação do calçamento da cidade pelo tempo de tres annos, aos preços da sua directoria de obras, sendo o pagamento feito por unidade metrica, e o estabelecimento de um mercado novo, extinguindo-se o antigo."

São contractos definitivos, que compromettem as rendas municipaes por largo praso, lavrados por uma intendencia sem competencia, que nem ao menos dá á opinião publica a satisfacção usual da chamada dos concurrentes.

E' o caso, penso, de uma interferencia poderosa da Dictadura; é necessario que o Governo diga: A intendencia não fará mais contractos, nem concessões da natureza dessas, em que são tão sem cerimonia tratadas as rendas do municipio, emquanto não lhe fôr dada uma organização pelo Congresso, e emquanto não tiver á sua frente os delegados responsaveis dos cidadãos. Basta que cuide do que fôr absolutamente indispensavel para a continuação dos serviços locais.

E' doloroso que se precise pedir isto desta tribuna, quando é uma questão de mero escrupulo pessoal.

Em tempo proprio, serão trazidos á discussão no Congresso alguns dos actos praticados pela intendencia sem competencia, que gravam com grande lesão os bens do municipio.

Os eleitos do povo saberão corrigir, por sua vez, outros, e terminará assim a dictadura no municipio.

Vou deixar a tribuna, mas antes peço permissão ao Ministro da Justiça do Governo Provisorio de 15 de novembro, illustre patriota, uma das glorias da tribuna da propaganda, para fazer algumas considerações sobre a organização que ideou, da justiça, na Capital Federal. Faço-as, não como censura, critica ou ataque, mas como simples interrogações e duvidas, que desejaria ver por S. Ex. respondidas e esclarecidas. Discipulo, acataria as lições do mestre abalizado.

S. Ex. deu, no seu plano, attribuições aos pretores, que me parecem exaggeradas para a sua maioria.

Em algumas freguezias o pretor poderá desempenhar a sua missão nos limites que o decreto do nobre ex-Ministro lhe traçou.

São as suburbanas. Em muitas do centro da cidade ser-lhe-á, absolutamente, isto impossivel.

O SR. CAMPOS SALLES — Dá licença para um aparte ?

O SR. THOMAZ DELFINO — Terei grande prazer em ouvir o aparte de V. Ex.

O SR. CAMPOS SALLES — O assumpto de que V. Ex. se occupa não é constitucional. No Congresso ordinario poderá ser tomada qualquer medida de ordem a fazer cessar os inconvenientes que o nobre representante apresenta.

O SR. THOMAZ DELFINO — Bem, attenderei ao aparte de V. Ex., e deixarei de formular outras duvidas.

Apenas direi que si tivesse prestigio sufficiente modificaria a rigidez do principio constitucional, admittido sem discussão, que repelle a magistratura electiva. Reconheço que a magistratura sahida das urnas trouxe para a America do Norte os peores resultados e vergonhas sem nome. Mas no Brazil inteiro o juizado de paz tem fundas raizes nos habitos das populações, e deixa boas tradições.

Conservaria, pois, singularmente o juizado de paz. Os cidadãos, escolhendo dentre si os que lhe parecessem melhores para decidir nas pequenas causas, educando-se nesta escola de liberdade, apprendendo a amal-a e respeit-a, começariam a ter a noção precisa da sua força e obrigações, dos seus direitos e deveres. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado e abraçado por muitos Srs. representantes.*)

O Sr. Lopes Trovão, depois de justificar com largas razões o seu silencio, discute alguns artigos ainda por approvar, da Constituição. Elogia o Congresso por haver confeccionado uma lei para o paiz, superior em muitos pontos ás leis congeneres da Suissa e dos Estados Unidos. Cita esses pontos, e os explora com minudencia. Censura a Constituição em outros pontos, com razões que desenvolve largamente. Sustenta a politica de conciliação nacional. Falla sobre a eleição presidencial, e depois de censurar, acremente, o chefe actual do Governo, promette dar-lhe o seu voto, por motivos que expugna detidamente.

O SR. SERZEDELLO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, acabou de fallar o grande democrata, o distincto republicano Dr. Lopes Trovão. Acredito que interpreto os sentimentos patrioticos republicanos deste Congresso pedindo a V. Ex. que o consulte sobre si consente no encerramento da discussão.

VOZES — Apoiado; muito bem.

O SR. ALMEIDA BARRETO — Isso é que é ser benemerito da Patria.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O SR. ZAMA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, o Congresso acaba de encerrar a discussão da Constituição. Ao encerramento segue-se a votação das materias: é a praxe; entretanto, parece-me que commetteria um erro si não propuzesse ao Congresso que retardassemos para amanhã essa votação. (*Ha diversos apartes.*)

Eu explico: V. Ex., Sr. Presidente, declarará a segunda parte da ordem do dia, e quero, por minha vez, tambem, propôr o encerramento da moção de modo que votemos amanhã ambos os assumptos. (*Apartes.*)

Adiemos a votação da Constituição para amanhã; V. Ex. declara a 2ª parte da ordem do dia, e eu requeiro o encerramento da moção.

Consultado, o Congresso rejeita o adiamento requerido. Submettidas, successivamente, a votos, são approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 1º. — Accrescente-se, depois da palavra — Federativa — o seguinte: — proclamada a 15 de novembro de 1889. — *Lacerda Coutinho* e outros.

Ao art. 2º, paragrapho unico — Supprimam-se as palavras — escolhido para esse fim o territorio, mediante o consenso do Estado ou estados, de que houver de desmembrar-se — (para que o mesmo paragrapho se harmonize com o art. 3º). — *José Hygine*.

Ao art. 7º, § 3º — Accrescente-se:

Nos actos e negocios da União. — *Arthur Rios*.

Ao n. 4. Nos correios e telegraphos federaes. — *A. Stockler* e outros.

Posta a votos, é rejeitada a seguinte emenda:

Ao art. 7º, n. 6º, accrescente-se: não comprehendidos os de Credito real. — *F. de A. Rosa e Silva*. — *Annibal Falcão*.

São, successivamente, submettidas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 9º — Accrescente-se:

5.º Taxas do sello nos actos emanados do seu governo e em negocios de sua economia. — *Arthur Rios*.

6.º Contribuições postaes e telegraphicas nos correios e telegraphos do Estado. — *A. Stockler* e outros.

Accrescente-se ao art. 9º o seguinte:

§ 3.º Fica salvo aos estados o direito de estabelecerem linhas telegraphicas entre os diversos pontos de seus territorios, e, entre estes e os de outros estados que se não acharem actualmente servidos, taxar as contribuições, podendo a União desapropriar-os, sempre que fôr de interesse geral.

S. R. — Sala das sessões, 25 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

Indo proceder-se á votação da seguinte emenda ao art. 13 "Propomos que se accrescente — devendo, porém, a navegação

de cabotagem de ser feita por navios nacionaes. Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Baptista da Motta* e outros.”

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — (*pela ordem*) observa que não ha numero legal para se votar.

O SR. PRESIDENTE — Diz que a votação é o meio de verificar si ha numero.

Procedendo-se á votação da emenda, é ella approvada.

São, depois, tambem, approvadas as emendas seguintes:

Art. 14. — Accrescente-se, ao final deste artigo:

Os officiaes da Armada e classes annexas terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exército, nos cargos de igual categoria.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gil Goulart*. — *Domingos Vicente*. — *Monteiro de Barros*. — *Athayde Junior*.

Ao art. 16. — § — A União reconhece e garante a representação das minorias, que regulará por lei. — *Almino Affonso*.

Art. 17. Depois das palavras — O Congresso reunir-se-á, na Capital Federal, a 3 de maio de cada anno — accrescente-se: — salvo si uma lei ordinaria designar outro dia. — S. R.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 1891. — *Campos Salles* e outros.

Ao art. 17

Onde se diz: — podendo ser prorogado, accrescente-se: — adiado.

Accrescente-se, no fim do artigo: — a prorrogação e o adiamento da sessão do Congresso só poderão ser determinados por deliberação do mesmo Congresso. — *Arthur Rios*.

Ao art. 18

Substituam-se as palavras — as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros — por estas: — As deliberações serão tomadas por maioria de votos, achando-se presente em cada uma das camaras a maioria absoluta dos seus membros. — *José Hygino*. — *Amphilophio*.

O SR. PRESIDENTE annuncia a votação da seguinte emenda, do Sr. Meira de Vasconcellos e outro, ao art. 24:

Em vez das palavras — ser nomeado — diga-se: — aceitar nomeação.

Accrescente-se ao final do mesmo artigo o seguinte: — sob pena de perda do mandato.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*. — *A. Cavalcanti*.

O SR. JOÃO LOPES (*pela ordem*) requer que a votação desta emenda se faça por partes.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

Postas, successivamente, a votos as duas partes da emenda, são ambas approvadas.

Em seguida são, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Accrescente-se ao art. 24 o paragrapho seguinte:

Para cargo diplomatico e commando militar em caso de guerra ou naquelles em que se ache compromettida a honra e integridade da União, poderá ser nomeado senador ou deputado, independentemente de licença da respectiva Camara.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Custodio de Mello*. — *A. Azeredo*. — *Dionisio Cerqueira*.

Ao art. 27 — Em vez de — por estados — diga-se: — pelos estados. — *Gabriel de Magalhães*.

Posta a votos, é rejeitada a seguinte emenda:

Ao art. 27 — Accrescente-se o seguinte:

Paragrapho unico. O numero de deputados e a fôrma da eleição serão regulados por lei ordinaria do Congresso Nacional.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Gabriel de Magalhães*.

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 28 — Depois da palavra — iniciativa — accrescente-se: adiamento da sessão legislativa — e o mais como está no projecto. — *Arthur Rios*.

Aos ns. 10 e 11 — O § 1º do art. 33, que trata das attribuições do Congresso, substitua-se pelo seguinte: — Compete privativamente ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os limites dos estados entre si, os do Districto Federal e os do territorio nacional com as nações limitrophes.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Felisbello Freire*.

Ao art. 33, n. 12. Substitua-se pelo seguinte:

Autorizar o Governo a declarar a guerra si não tiver lugar, ou não puder produzir seus effeitos, o recurso do arbitramento, e a fazer a paz. — *Serzedello Corrêa*.

Accrescente-se ao n. 16 do art. 33 as palavras — da União. — *Augusto de Freitas*.

Submettida á votação a emenda, do Sr. Adolpho Gordo e outros, ao § 24 do art. 33, reconhece-se não haver numero legal, pelo que o Sr. Presidente declara adiada a votação.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DOS SRS. ASSIS BRASIL, DEMETRIO RIBEIRO E JOSÉ AVELINO, SOBRE O TRATADO DE COMMERCIO AMERICANO

Continúa a discussão das moções apresentadas pelos Srs. Assis Brasil, Demetrio Ribeiro e José Avelino sobre o tratado de commercio com os Estados Unidos da America do Norte.

O Sr. Pinheiro Guedes (*Movimento de attenção*) — Liberdade, egualdade, fraternidade! Trindade bendicta, que ex-primis syntheticamente todas as aspirações da Humanidade; trindade bendicta que resumis todo o ensinamento do Philo-sopho Nazareno, do homem Deus, do Christo, Redemptor e Salvador desta Humanidade!

Trindade bendicta! Quando sereis uma realidade no Mundo? Quando sereis uma verdade na minha Patria? Luz de minha alma; luz que deve illuminar os cerebros dos meus concidadãos na aspiração ao bem e á felicidade da Patria!

Sr. Presidente, Srs. membros do Congresso! As palavras que acabo de proferir poderiam induzir-vos ao erro de aere-ditar que eu venho fazer um discurso academico; devo, por isso, declarar que entendo que estes discursos devem ser banidos dos parlamentos: primeiro, porque afugentam da tribuna os homens praticos, que têm idéas mas não conhecem a arte do palanfforio; em segundo lugar, porque considero a rhetorica oratoria como a arma da velhacaria contra a boa fé, como um instrumento de corrupção, muito perigoso, porque corrumpo sem deixar perceber; considero-a mais como o guarda-roupa onde a mentira vai buscar alavios para dis-fargar-se em verdade. Já vedes que eu não venho perorar.

O meu pensamento dominante é a felicidade da Patria. As minhas palavras tomaram a fórma invocativa, mas a alma está attribulada; por isso a phrase foi uma apostrophe e uma impreciação, que traduzem o grito de revolta da consciencia opprimida.

Estas palavras são expansões de desabafo de uma alma que se sente torturada por tudo quanto observa em torno de si; são o echo, repetem o grito de todo aquelle que se sente abatido no seio da Republica, onde deveria imperar só — a liberdade, a egualdade e a fraternidade.

Senhores! Ha tres mezes que, assiduamente, compareço ás sessões do Congresso; entretanto, só hoje e a esta hora me cabe a vez de ascender a esta tribuna; sêdo por isso bene-volos e tolerantes, permittindo-me dizer o que penso, o que sinto e o que desejo para nossa Patria.

E' certo que obtive a palavra para discutir as moções que se referem ao convenio aduaneiro celebrado, ha pouco, pelo Governo Provisorio com o da Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

Mas, Senhores, nós somos ás vezes obrigados pela força das circumstancias a proceder de modo diverso daquelle que queremos.

Nós todos, sem o saber, sem o querer, somos instrumen-tos dos despotismos de uma vontade extranha.

O facto de só agora vir occupar esta tribuna, apesar de me haver inscripto para tomar parte na 1.^a discussão do projecto de Constituição, e, depois, na segunda, em que fui dos primeiros a pedir a palavra, prova-o exuberantemente.

Não quero ser esse instrumento, antes me revolto contra tal despotismo, que me colloca na contingencia em que me acho;

Mas, meus Senhores, isto succede; consenti que vol-o diga, porque o homem não é liberal ou conservador, pro-gressista ou retardatario porque elle o queira ser, porque elle supponha ou acredite que o é, filiando-se a este ou áquelle partido; muitas vezes é o contrario do que julga e acredita ser; porque de facto e realmente, o homem só é o que é, em virtude das tendências de seu espirito e das disposições de

sua alma. Muitos factos de nossa historia politica passada provam a verdade dessa observação.

E' por isso que nem todos os que têm assento neste Congresso, embora se acreditem republicanos e democratas, o são na realidade.

Contra as suas presumpções protestam os factos; e para prova citarei apenas o encerramento despotico e intempesitivo das 1.^a e 2.^a discussões do projecto de Constituição, quando muitos membros do Congresso se achavam inscriptos para tomar parte nellas e centenas de emendas acabavam de ser apresentadas. A liberdade pereceu ás mãos da tyrannia do numero.

E prova-o tambem, Senhores, a sorte dada pelo Sr. Presidente ás emendas que eu tive o trabalho de elaborar e a honra de submeter á consideração desta illustre Assembléa.

E o espectáculo que se offerece agora ás nossas vistas é bastante significativo, Senhores. A sala quasi vazia! Apenas alguns illustres e dignos representantes da Nação me honram com a sua attenção.

Este facto só por si é bastante eloquente; elle demonstra que a maioria dos membros do Congresso, com pezar o digo, não possui as qualidades que caracterizam o republicano, o democrata, que são a exactidão no cumprimento do dever, a reciprocidade e o respeito ao direito de seus pares ao menos.

Um SR. REPRESENTANTE — Quer então o nobre representante que sob esta temperatura os membros do Congresso fiquem aqui quatro longas horas?

O SR. PINHEIRO GUEDES — O Congresso não póde, porque não tem esse direito, condemnar assim de antemão, pelo abandono destas cadeiras, a opinião, as idéas do mais obscuro, do mais humilde dos seus membros, como o que ora occupa a tribuna.

Mas, Senhores, por honra do Congresso, quero crer que semelhante facto seja devido em grande parte ao calor que nos opprime, á alta temperatura desta sala, capaz de fazer evaporar o amor ao dever.

Senhores, as emendas que tive a honra de elaborar e offerer á consideração do Congresso foram postas á margem, foram annulladas pela auctoridade do Presidente que dirigiu os nossos trabalhos.

Permitta o Congresso que eu levante aqui um protesto contra o modo por que S. Ex. tem procedido.

Lamento que tenha se ausentado, porque desejava dizer a S. Ex. de viva voz o que disse em um artigo que publiquei no *Journal do Commercio*; S. Ex., em vez de ser um apostolo da liberdade, como eu suppunha, em vez de ser garantidor dos direitos de seus pares, tem se revelado um liberticida. (*Não opoiados.*)

E' assim que, por um procedimento incoherente e illogico, S. Ex., que sempre submetteu á votação emendas substitutivas, annullou todas as minhas emendas, considerando-as substitutivas, quando entre ellas ha muitas que são additivas.

O SR. PRESIDENTE. — V. Ex. não está na materia.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Estou apenas lavrando um protesto; estou fazendo ver que não existe liberdade, nem aqui, no seio do primeiro Congresso republicano de minha Patria.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. está falando sobre o vencido.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Não estou discutindo as emendas.

O SR. PRESIDENTE — O Congresso deliberou que as suas emendas eram substitutivas; V. Ex. deve conformar-se com essa decisão.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Estou protestando contra o modo irregular por que procedeu o Sr. Presidente collocando o Congresso na contingencia de considerar prejudicadas as minhas emendas, para não desautorar a S. Ex.

E mais convencido fiquei da iniquidade de S. Ex. depois que ouvi de muitos illustrados membros desta Assembléa os mais lisongeiros conceitos sobre essas emendas, por muitas das quaes votariam, segundo me disseram.

Assim, pois, Senhores, vós vedes que não venho tratar do vencido, mas erguer um protesto solenne contra o modo de entender e praticar os preceitos da liberdade, egualdade e fraternidade, no seio do primeiro Congresso republicano brasileiro.

Nem me era licito deixar, em taes circumstancias, de profligar o processo mediante o qual foram inutilizadas as emendas com que procurei melhorar o projecto de Constituição, apresentado pelo Governo Provisorio, que reputo imperfeito na forma e máo na essência, como demonstrei no artigo publicado no *Journal do Commercio* de 3 do corrente, no qual esforcei-me por justificar as minhas emendas rapidamente, *per summa capita*, urgido pela pressa, pelo agodamento: uma das caracteristicas do nosso tempo.

Os auctores do projecto não cogitaram, absolutamente, da divisão territorial igualitaria, necessidade que se impõe a um governo republicano federativo; porque, si um governo monarchico é indifferente que os estados sejam desiguaes em população e territorio, no regimen federativo a egualdade territorial se impõe, para impedir o predomínio de um estado sobre outro.

Uma das minhas emendas (additiva) preenchia a lacuna.

Muitos erros do projecto não foram emendados e ficam na Constituição, fazendo com que o regimen dos privilegios continue, porque é o que convém aos egoistas, aos ambiciosos, espartalhões, que só cuidam do seu bem estar, fingindo occupar-se com as necessidades do povo.

Hypocritas refinados, tiveram a liberdade de disfarçar a Monarchia em Republica, para mais livremente dar pasto ao sensualismo.

A organização do Poder Judiciario e as attribuições conferidas ao Poder Executivo, reduzido na Constituição, que votastes, simplesmente ao Presidente da Republica, tem por fim entregar a Nação inteira submissa á vontade do chefe do Governo.

Algumas das minhas emendas cerceavam (estas eram suppressivas) esses poderes magestáticos, entre os quaes sobresahe o de nomear e demittir livremente os ministros.

Ora, si durante o Governo Provisorio, quando os ministros eram eguaes ao chefe, este fazia valer a sua vontade, o que não succederá, Senhores, quando o chefe do Governo fôr o Presidente da Republica, e não simplesmente o *primus inter pares*?

É para se lamentar, Senhores, que as lições da Historia de nada nos sirvam neste caso; e nem, tão pouco, os exemplos entristecedores do que se passa com os nossos vizinhos das republicas Argentina e do Chile.

A sanção das leis, meus Senhores, embora aqui na America e na Europa tambem seja conferida ao chefe do Governo, é uma attribuição que devia ser confiada ao Supremo Tribunal de Justiça, — não só porque os principios de justiça e o Direito seriam melhor resguardados, a coberto de paixões, como, tambem, porque é da propria natureza da disposição, pela razão de ser generica, e pelos fins que ella viza, o que não escapa ao espirito observador, que ella compita ao Tribunal e não ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. assim, altera a ordem do dia.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Estou apenas apontando os erros da nossa futura Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Chamo a attenção do nobre representante para a materia em discussão.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Si V. Ex. me tolher a liberdade de dizer o que penso em relação a esse projecto de Constituição, que reputo o instrumento do desmembramento da familia brasileira, calar-me-ei, suffocado, e descerei desta tribuna indignado contra a hypocrisia, que é a feição do nosso tempo.

Mas, Sr. Presidente, após o desabafo, submisso á boa razão, eu attendo á observação de V. Ex., porque sinto a posição esquerda em que me acho; espero, porém, que me fará a justiça de reconhecer que ella é devida ás circumstancias que actuaram sobre o Congresso para proceder, com acodamento inexplicavel, ao encerramento das discussões.

Senhores, não venho disculpir o convenio aduaneiro, celebrado pelo Governo Provisorio com os Estados Unidos da America do Norte; venho apenas propor uma moção, que, melhor do que as outras, apresentadas anteriormente, me parece satisfazer aos intuitos de attender aos nossos interesses, sem faltar á consideração de amizade e boas relações, por indicar o alvitre de estudarmos promptamente, não só o convenio, mas, tambem, o tratado de limites ajustado com a Republica Argentina.

Antes, porém, de apresentar essa moção, Sr. Presidente, tenho necessidade de formular mais um protesto, e este contra os actos do Governo Provisorio; actos que demonstram, evidentemente, a sua falta de orientação republicana democratica, como se vê pelos decretos, que surgem á luz constantemente; por sua desattenção para com este Congresso, e sobretudo, por suas offensas aos principios de justiça.

Senhores, como representante do Estado de Matto Grosso, não posso deixar de profligar o acto impolitico, injusto e attentatorio do principio de auctoridade e da soberania dos estados praticado pelo Governo: refiro-me á demissão do General Antonio Maria Coelho, dos cargos de governador e de commandante das armas do Estado de Matto Grosso.

Senhores, essa demissão é injustificavel, póde-se dizer que foi iniqua. O governador, homem austero, velho militar, severo observador da disciplina, não commettera, durante q

exercício do cargo a que foi elevado por aclamação do povo, acto algum que merecesse increpação é de que possa ser accusado seriamente; foi demittido, porque, por um telegramma, talvez de origem suspeita, o Governo Provisorio fôra informado de alguma cousa contra elle governador.

Senhores, lamento profundamente um tal facto; nem sei que haja quem o não lamente; porque vejo nelle o symptoma da medonha decadencia moral em que nos deixou a Monarchia.

Que, Senhores! Os membros do Governo Provisorio, que não eram simples portadores de pastas, mas os eguaes ao chefe, porque collaboraram na obra da Revolução, não tiveram a energia necessaria para se oppor, cada um, ou todos juntos, á imposição, ou ordem irregular, sem justificativa; segundo ouvi do proprio que assignou a exoneração do governador de Matto Grosso, que não era um simples proposto do Governo, mas o escolhido e aclamado pelo povo!

O SR. ANTONIO AZEREDO — Mas era nomeado pelo Governo.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Isso foi uma confirmação, hem a contra-gosto de V. Ex. e de outros, que queriam e sollicitavam a sua propria nomeação ou a de outro, como se pôde verificar dos jornaes daquelle época, V. Ex. sabe perfeitamente que o General Antonio Maria Coelho foi aclamado pelo povo.

O SR. ANTONIO AZEREDO — Antes da proclamação já estava elle nomeado.

O SR. PINHEIRO GUEDES — O Governo devia ter em attenção que essa demissão podia determinar uma conflagração naquelle Estado; tanto mais quanto o governador era demittido, por haver cumprido o seu dever, mandando prender alguns perturbadores da ordem publica, como consta do inquerito policial, publicado na gazeta official do Estado em data de 24 de dezembro.

O SR. ANTONIO AZEREDO dá um aparte.

O SR. PINHEIRO GUEDES — V. Ex. sabe que nenhum rancor tenho contra o individuo que foi o motor daquelles disturbios, sendo 1º vice-governador, e cuja prisão determinou a demissão do governador. Alé lamento o facto, mas não posso deixar da protestar contra o acto do Governo Provisorio.

O SR. ANTONIO AZEREDO — O governador de Matto Grosso não mandou prender um só individuo.

O SR. PINHEIRO GUEDES — Nem é isso o que digo, e consta do inquerito.

O SR. ANTONIO AZEREDO — Mandou prender o redactor chefe do *Matto Grosso*, o proprietario do *Matto Grosso*, e mais dois sujeitos pertencentes ao directorio do partido.

O SR. PINHEIRO GUEDES — E' isso; foram presos alguns individuos, os cabeças de motim.

Meus Senhores! E' preciso que o saibaes: o telegramma não foi mais do que um pretexto, porquanto em principios de dezembro, supponho que no dia 7, soube-se em Cuyabá, por telegramma expedido daqui, que o governador ia ser demittido!

UM SR. REPRESENTANTE — Não está em discussão a convenção aduaneira?

O SR. PINHEIRO GUEDES — Perdõe-me V. Ex.; a convenção aduaneira não está em discussão; pois que o Congresso Constituinte não tem competência para discutil-a. O que está em discussão são as moções propondo ou indicando alternativas para sustar a sua execução. Mas, a meu ver, não era isso que o Congresso devia lembrar ao Governo, e sim, attendendo á época marcada para começo da execução desse accôrdo, apressar a promulgação da Constituição (isto sim, é patriótico) e reunir-se, immediatamente, em sessão extraordinária, para discutir a convenção, com conhecimento de todas as suas clausulas, á vista dos documentos a ella relativos.

Agora, o Congresso não está habilitado para discutil-a, até porque, como foi dito desta mesma tribuna, esse convenio foi ajustado com clausulas secretas, as quaes não conhecemos. (*Apoiados.*)

Sr. Presidente, subi a esta tribuna para ter a honra de offerrecer á consideração dos meus illustrados collegas, membros do Congresso, uma moção ou proposta, que me parece satisfazer da maneira mais completa a todos esses intuitos patrióticos, a qual, supponho, não carece de justificação; e vós o julgareis, ouvindo a sua leitura, Senhores; e peço-vos licença para fazel-a (*lé*):

“Considerando que a Republica Federal Representativa é a consubstanciação do governo do povo pelo proprio povo; e que, por isso não pôde ou, pelo menos, não deve o Governo deliberar sem a sancção do povo; porque não pôde ter intuitos, ou interesses, contrarios; e convicto de que os membros do Poder Executivo, como hrazileiros patriotas, reconhecem e acatam estas verdades; e, ainda mais, que, mesmo exercendo a magistratura suprema, são servidores e não senhores da Nação;

Considerando que faltaria ao cumprimento de seu dever, conservando-se indifferente ao clamor geral contra o convenio aduaneiro ou accôrdo, ultimamente celebrado com o Governo da União americana do Norte; e porque lhe falta a clausula da referenda do Poder Legislativo;

O Congresso Constituinte resolve:

1º. Appellando para o patriotismo do Governo Provisorio, convidal-o a fazer sustar, entendendo-se com o Governo dos Estados Unidos do Norte, a execução do accôrdo, afim de dar-lhe a sancção que lhe falta e é essencial — approvação do Congresso Nacional;

2º. Terminados os trabalhos constituintes, passar immediatamente ao exercicio das funções legislativas ordinarias, para cujo fim os seus membros acham-se investidos dos necessarios poderes, reunindo-se em sessão extraordinaria, unicamente para tomar conhecimento do referido accôrdo e do tratado de limites celebrado com a Republica Argentina;

3º. Que estas resoluções sejam levadas ao conhecimento do Governo, para os devidos effeitos.

Sala das sessões, 14. de fevereiro de 1891. — Pinheiro Guedes.

Todos vós, meus Senhores, sabeis perfeitamente a repulsa que o convenio tem soffrido; de toda a parte se levantam protestos; dahi a necessidade indeclinavel de impedir, ou sustar, ao menos, sua execução; mas tambem comprehendes a difficuldade de se realizar esse *desideratum*; não vós são estranhos os mil impedilhos e embaraços que se levantam e se oppoem a isso.

Assim, creio que nenhum de vós escapa o alcance da moção que acabo de submeter á vossa illustrada apreciação e criterio.

Estou certo de que, apreciando devidamente o que vos expuz nestas ligeiras considerações, nenhum de vós, meus Senhores, terá duvida, mesmo com sacrificio de vossas conveniencias e das dos estados que representaes tão dignamente, nenhum de vós, terá duvida, repito, em dar o vosso assentimento ás indicações da moção; porque ellas visam o bem commum e o bom nome da nascente Republica.

Para terminar, Sr. Presidente, peço desculpa aos meus dignos e illustrados companheiros do Congresso, para as palavras um tanto rudes que proferi (*Não apoiados*) e lhes agradeço a attenção com que me honraram.

Senhores! Faço votos para que se torne uma realidade tudo quanto ha de anhelos pela grandeza moral da Patria e felicidade do povo, no coração de cada um dos membros deste Congresso; porque tenho certeza de que não ha um só que não deseje que ella seja tão grande como grande ha de ser a America no Mundo pela União de todos os seus povos.

Vem á Mesa, é lida, apoiada e entra, conjunctamente, em discussão a moção apresentada

O Sr. Barão de Villa Viçosa — Si eu não contasse Sr. Presidente, com a indulgencia deste Congresso; si não esperasse a benevolencia que os espiritos que têm consciencia de sua superioridade sempre prodigalizam áquelles que della necessitam, como eu neste momento, com certeza não subiria a esta tribuna (*Não apoiado*), ainda illuminada pelos brilhantes oradores que me precederam, para discutir um assumpto de tanta transcendencia, de tanta magnitude, como é o convenio celebrado pelo Governo Provisorio com a Republica norte-americana.

Lavrador, embora, obscuro (*Não apoiados*), no meio desta constellação fulgurante de oradores, tenho, não obstante, precissão de manifestar a minha humilde opinião sobre tão importante convenio; porque ouvi o illustre representante do Rio Grande do Sul o Sr. Assis Brasil dizer desta tribuna, que os lavradores dos estados do Norte eram contrarios ao convenio, e o consideravam prejudicial á lavoura do assucar.

Um Sr. REPRESENTANTE — É a cultura do algodão.

O Sr. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Não tenho necessidade de insistir sobre a inopportunidade e inconveniencia da discussão das moções apresentadas por adversarios do convenio, no momento actual; porque VV. EEx. já reconheceram não estar ainda o Congresso habilitado a emitir um juizo seguro sobre tão grave assumpto; dizendo-nos que o convenio encerra disposição ainda ignorada, clausulas secretas, ainda inacessiveis ao commum dos mortaes, e só reveladas aos que paitam nas regiões superiores, onde se convive com os deuses...

UM SR. REPRESENTANTE — ... lá pelo Olympo... (*Riso.*)
OUTRO SR. REPRESENTANTE — ... pelas ethereas regiões... (*Riso.*)

UMA VOZ — ... de Jupiter Ionante! (*Riso.*)

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Si assim é, Sr. Presidente, V. Ex. comprehende quão temerario será o procedimento do Congresso reprovando o convenio, quando o seu juizo pôde ser modificado, e o conhecimento das clausulas secretas ainda pôde patentear a sem razão dos que o contrariam agora.

O SR. OTTICICA — Ao Governo, pelo *Diario Official*, cumpria declarar isso. Si não declarou, é porque não ha.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Perdão. O illustre representante pelas Alagoas não ignora que já se propoz uma sessão secreta, atin de serem discutidas pelo Congresso essas clausulas do convenio, que constituem segredos da diplomacia e não convém por ora ser divulgados.

O SR. OTTICICA — Não ha tal; não se affirmou nada. Parece que estamos sendo mystificados. (*Apartes.*)

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Além disto, não devemos esquecer as relações amistosas que mantemos com a União norte-americana, onde, sabemos, existe, de ha muito, o grandioso pensamento de realizar a integração do continente, estabelecendo-se entre todas as nações americanas a unidade das tarifas, a da moeda, e uma politica completamente independente da politica européa. (*Apartes.*)

Si tão glorioso empenho ainda não realizou-se, devemos acreditar que foi a circumstancia de ser o Brasil uma Monarchia a causa desse retardamento; os nobres representantes comprehendem o desequilibrio produzido por nossa antiga forma de governo no meio de tantas republicas.

Mas, hoje, semelhante obstaculo tendo desaparecido, deve ser tambem o nosso pensamento a realização daquelle empenho, para que não despertemos desconfianças e desagradados de uma nação poderosa, nossa irmã, nossa amiga, com a qual temos o maior interesse de viver nas mais cordiaes relações de amizade.

Entretanto, Senhores, tanto quanto possamos discutir o convenio dentro dos limites que nos assignatam as suas clausulas secretas, vou delle occupar-me afim de mostrar aos illustres representantes que a elle se oppõem que SS. EEx. não têm razão.

Devo dizer ao Congresso que, defendendo o convenio, defendendo minhas idéas na qualidade de lavrador, posso faltar sem suspeição, porque não advogo o meu interesse individual, e sim o da importante e numerosa classe de infelizes que tenho a honra de representar. (*Muito bem.*)

Quando, Sr. Presidente, occuparam esta tribuna os illustres adversarios do convenio, notei dar-se um phenomeno singular, que, aliás, era a consequencia fatal das erroneas doutrinas economicas que SS. EEx. sustentavam: os argumentos de uns oradores destruíam os de outros, apesar de dirigirem-se ao mesmo fim.

O SR. BELFORT VIEIRA—As cobras de Munckausen. (*Grande hilaridade.*)

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—O nobre representante das Alagôas, que rompeu o debate no mesmo dia em que foi publicado o decreto do Governo no *Diário Official*, manifestou-se seriamente apprehensivo sobre a diminuição que elle ia causar á receita da União.

O SR. OTICICA—Não discuti o tratado

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—S. Ex., que tinha sido um dos mais valentes paladinos da Federação, e sustentara com sua palavra vigorosa, que a distribuição das rendas feita pelo projecto de Constituição depauperava os estados e tornava-lhes impossivel a vida, veio declarar-nos que ia atirar-se aos bracos do illustre Senador pelo Paraná que havia advogado os interesses da União, em opposição ás idéas de S. Ex.

O SR. OTICICA—Isto prova que neste Congresso não defendendo os interesses pessoas nem do meu Estado.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—Mas, si é certo que o Governo Provisorio, pelo decreto n. 1.338, de 5 de fevereiro corrente, isentando de direitos de importação varios productos procedentes dos Estados Unidos da America, e estabelecendo a redução de 25 % em outros de igual procedencia, diminue a renda da importação, que é a principal fonte de receita da União...

O SR. OTICICA—Naturalmente.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—... tambem é certo que a cifra constante da tabella publicada pelo nobre Senador pela Bahia, ex-Ministro da Fazenda, não é exacta.

O SR. OTICICA—Absolutamente, não. Elle tomou por base o orçamento de 1888, quando devia tomar a média dos tres ultimos exercicios.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—Exactamente. De sorte que eu devo considerar a estatistica que aqui tenho, mais perfeita, porque foi extrahida de accôrdo com essa média, dos tres exercicios ultimos.

O SR. OTICICA—Não pôde ser inferior a 160.000 contos, no anno de 1889.

O SR. ANTÃO DE FARIA—O total da renda de importação, é o que queremos saber.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—Pois bem: a differença para mais é de 21.000 contos.

O SR. OTICICA—O total da renda de importação, segundo o calculo do Sr. Ministro da Fazenda, é de 95.000 contos.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—E o total desta mesma renda, pelos dados que tenho, é de 116.000 contos.

O SR. ANTÃO DE FARIA—Approxima-se da verdade.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA—Já vê, portanto, o nobre representante por Alagôas que, tendo sido já calculada em

75.000 oentos a diminuição da renda da importação occasionada pelos favores do convenio, ainda resta, sobre o calculo do nobre ex-Ministro da Fazenda, a differença de 16.000 contos, para que S. Ex. não continue a nutrir suas apprehensões a respeito da renda da União.

O SR. OTTICICA — A despesa da União, segundo o Sr. ex-Ministro da Fazenda, é de 138.000 contos.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Mas nós não estamos, agora, tratando de fazer o orçamento da Republica; e, si quizessemos examinar as tabellas do nobre ex-Ministro da Fazenda sobre renda dos estados, ainda veriamos que ellas são inexactas, quando se consideram que quasi todas ellas têm deixado *deficits*, ao passo que dos dados que tenho em mão se verifica que o Estado do Rio de Janeiro deixou um saldo de 1.491:750\$, o da Bahia, de 6.087:430\$, o de Alagoas, de 105:080\$, o de Pernambuco, de 1.591:360\$, o da Parahyba, de 173:580\$, o de Maranhão, de 1.215:850\$, o do Pará, de 10.781:230\$, o de Amazonas, de 559:340\$, e o de S. Paulo, de 17.700:000\$090.

O SR. OTTICICA — Mas V. Ex. não pôde discutir commigo o que disse o Sr. ex-Ministro da Fazenda; isso não é possível.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Perdão. Eu apenas estou mostrando que as tabellas do nobre Senador pela Bahia não são exactas, e que si o nobre Deputado pelas Alagoas não tinha receios pela sorte da União, quando julgava menor a sua renda calculada pelo nobre ex-Ministro da Fazenda, não tem, agora, razão de nutrir esses receios, quando sabe que é ella muito maior.

O que posso dizer com franqueza aos illustres adversarios do convenio é que, ao passo que as vantagens que obtemos d'elle são immensas, principalmente para a lavoura do Norte, as concessões que fazemos aos Estados Unidos da America são, na maior parte, illusorias. (*Muitos apartes.*)

Senhores, eu, em Economia Politica, entendo que proteccionistas são os homens mais perigosos da sociedade. (*Muitos apartes.*)

Os illustres collegas estão só a dizer-me que a grandeza dos Estados Unidos da America veio do protecționismo, qua lá foi sempre o systema economico seguido.

Eu não nego que a protecção ás industrias faça prosperar algumas dellas por certo tempo; mas a consequencia da protecção é, sempre, o atrazo dellas. (*Apartes.*)

O nobre representante pelo Districto Federal, Sr. Vinhaes, occupando-se do convenio, disse que elle era a morte das industrias nascentes, e a miseria dos operarios das fabricas, que iriam ser asphyxiadas pela concurrencia dos productos americanos.

O Congresso ha de permittir-me que eu leia, para responder a S. Ex., uma pagina da Historia dos Estados Unidos da America, escripta por Nolte. (*Lê*):

«Desde algum tempo, diz este notavel escriptor, observa-se grande effervescencia entre os operarios. O mal-

estar que nestes ultimos annos feriu a industria é das causas mais poderosas.

O regimen proteccionista e quasi prohibitivo, adoptado pelos Estados Unidos após a guerra da separação, é a causa dominante de todo o mal.

Em consequencia dos direitos excessivos em que são gravadas as mercadorias estrangeiras, as industrias do paiz desenvolveram-se além de todas as previsões, livres de toda a concorrência durante um certo periodo; mas, em um momento, a cifra da producção excedeu as necessidades do consumo, e foi então necessario exportar. Foi difficil fazel-o, porque o regimen protector tem como resultado, precisamente, fechar á Nação uma parte dos mercados que ella mesma repelliu.

Os productos manufacturados não achando sufficiente sahida, foi preciso *reduzir o fabrico, diminuir os salarios, despedir os operarios das fabricas.*

Dahi uma agitação, que cada dia torna-se mais ameaçadora.

Os americanos commoveram-se com o perigo apresentado pela união do *Labor Party*, ou Partido do trabalho, com os socialistas.

Para satisfazer as necessidades e acalmar as miserias do povo, pensaram na revisão da tarifa das alfandegas.

Apresentaram, na Camara dos Deputados, um primeiro projecto, que foi rejeitado por fraca maioria; desde então a idéa de uma reforma economica fez grandes progressos. Um dos indicios caracteristicos da mudança das opiniões é, seguramente, a petição dirigida ao Congresso pelo club dos *libre-cambistas* de Nova York, quando tratava-se da revisão das tarifas.

Citaremos um extracto:

«A verdade é que de todos a quantos opprime o systema protector, é o operario o mais opprimido. Elle não recebe um atomo de protecção, e, entretanto, é pecuniariamente attingido por cada dôse de protecção concedida aos productores que satisfazem suas necessidades.

«Por cada objecto que compra, alimentos, vestimentas, cobertura, etc., é obrigado a pagar, graças ao systema protector, de 20 a 100 % mais do que o custo natural da producção.

«Eis o que o esmaga: eis o que faz sua sorte precaria e miseravel, neste paiz de recursos illimitados; eis, enfim, o que semeou, no curso destes ultimos doze annos, os germens do *communismo* entre as classes operarias, e encheu os corações de milhares de homens de odio cego contra uma ordem social, que, funcionando para a satisfação de um pequeno numero de privilegiados, não gera para a massa da comunidade, em seu jogo monotono, regular e quasi desesperador, senão fadigas, privações, pobreza e miseria».

O SR. OITICICA — Amanhã, respondendo a V. Ex., vou lêr isso mesmo, dessa tribuna, para combater a sua opinião.

O SR. BARÃO DE VILLA VICOSA — E' que os illustres defensores do protecționismo se esquecem de que o operario

é consumidor e não productor, e que, quando uma fabrica alcança o monopolio, vai tambem soffrer-lhe a acção, gastando mais do seu salario, e, portanto, tornando-o mais exiguo.

UMA VOZ — Mas gasta porque ganha.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Mas ganha menos do que o seu salario, porque paga esse imposto, que é só proveitoso ao productor. (*Apartes.*)

Sr. Presidente, o nobre representante das Alagôas considera o convenio prejudicial porque diminui a renda da União; o illustre representante do Districto Federal condemna-o porque vai matar as industrias nascentes e reduzir os operarios á miseria; censura o Governo por não ter isentado o kerozene, que é a luz do pobre, isto é, por não ter diminuido mais a renda da União. De sorte que o convenio ha de ser sempre inconveniente.

O SR. OTICICA — Considero-o inconveniente por tantos motivos, que não posso dizel-os neste momento.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Mas, que queriam SS. EEx.? Que se deixasse de fazer um convenio vantajoso ás grandes industrias existentes no paiz por causa desta ou daquella empresa ainda de existencia problematica? (*Apartes.*)

Chamam os nobres representantes nas fabricas de algodão que vão morrer por não poderem concorrer com a producção americana. Senhores, no Estado da Bahia, que eu tenho a honra de representar, existem 13 fabricas de tecidos de algodão, mas, á excepção de uma só, todas ellas têm sempre sido protegidas pelas assembléas provinciaes, sendo que, apesar disso, nunca se desenvolveram.

O SR. BARBOSA LIMA — Não é verdade quanto ao meu Estado.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — A razão é que a fabrica protegida dorme á sombra da protecção, que é sempre a arvore da mancenilha dos que não querem desenvolver a sua industria para entrar em franca concorrência com as similares de outros paizes.

O SR. OTICICA dá um aparte.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Senhores, as duas industrias que mais contribuem para a riqueza nacional, os dois maiores factores de sua grandeza, são e hão de ser sempre o café e o assucar.

O SR. OTICICA — De sorte que, segundo a opinião de V. Ex., devemos ser eternamente productores do café e do assucar?

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — O nobre representante quer encarregar-se de tirar todas as minhas conclusões. Mas note que o Regimento não permite discutirmos em dueto. (*Riso.*)

O SR. OTICICA — Si o interrompo, é porque tenho todo o interesse nesta discussão, e V. Ex. me mereça muito.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Dizia eu, Sr. Presidente, que os nossos mais importantes productos agricolas eram o café e o assucar.

Todos sabemos que o café tem sempre vivido prosperamente, gosando de preços elevados nos mercados; mas não tem acontecido assim com o assucar, victima de causas complexas e sempre constantes, que têm occasionado a ruina de tão importante industria.

Dentre essas causas avulta a do insignificante preço desse genero nos mercados estrangeiros.

Ha dois annos quasi todos os engenhos do Estado da Bahia que fabricam o assucar bruto foram forçados a perder, uns as cannas que tinham, outros a fabricar mel para as destillarias de aguardente; porque o unico mercado que tinhamos, o da Inglaterra, só o comprava para estrume.

O SR. OTICICA dá um aparte.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Ora, o convenio favorece o assucar, que necessita de mercado, e sem esse auxilio não pôde viver.

O SR. OTICICA — A industria do assucar ruim?

O SR. BARBOSA LIMA — Porém, si fôr auxiliada?

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Tomo em consideração e respondo a cada um dos apartes.

Quanto ao auxilio, não é o da escola protecconista que os nobres collegas sustentam; porque esse auxilio não nos vem do nosso paiz, pelo que não prejudica os outros generos de nossa producção nem os nossos consumidores.

Quanto, porém, ao assucar ruim, de que trata o aparte do nobre representante por Alagoas, que diz o convenio?

Fica isento de imposto de entrada nos Estados Unidos da America o assucar até o typo 16, hollandez, que é o mascavo louro, que se fabrica em Java.

O SR. OTICICA — V. Ex. se esqueceu da beterraba.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Não me esqueci da beterraba, que ha de, fatalmente, morrer no dia em que a industria assucareira do Brazil receber dos poderes publicos a protecção que não tem tido em justa compensação dos prejuizos que ella tem soffrido.

O SR. OTICICA — Com o assucar bruto?

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Perdão. O assucar ha de progredir, hão de se crear muitas usinas que o façam de excellente qualidade; mas convém que não se esquegam os illustres collegas que me honram com os seus apartes que o assucar não é só genero alimenticio; elle ha de soffrer todos os aperfeiçoamentos que recebe já nas fabricas centraes, mas todo elle não ha de ser de primeira qualidade; porque, além de que todo o assucar, como já disse, não se destina á alimentação, accresce que ainda os mais perfeitosapparelhos não conseguem tornar crystallizavel a parte saccharina inerstallizavel, que, pela turbinacão, é eliminada e se destina á fabricacão do alcool.

Além disso, os nobres representantes, que tanto se occupam da beterraba, se esquecem de que o assucar extrahido desse tuberculo e que vem ao nosso mercado em pequenos pães não é o que fabricam as usinas, mas o que, depois de passar por ellas, vai soffrer novo processo de refinação. (*Cruzam-se diversos apartes.*)

Mas, que é dessas fabricas que nos podem fazer dispensar os Estados Unidos e a Europa? Pois, Senhores, não estamos nós agora mesmo vestidos pela Europa e pelos Estados Unidos?

O SR. ESTEVES JUNIOR — E não seria melhor que tudo nos fosse feito no nosso paiz?

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — É muito louvavel o desejo que nutre o nobre representante, mas que não pôde servir de base á nossa argumentação. Queria acaso S. Ex. que calçassemos alpercatas á espera de fabricas de sapatos que satisfizessem o nosso consumo? que nos vestissemos de pelles de cabra á espera das fabricas de tecidos de algodão, de linho e de seda? Não nos podemos resignar a isto. Deixemos que a industria nasça e cresça por si.

O SR. ESTEVES JUNIOR — Não ha de ser assim, não.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Basta que não entendamos dever protegê-la, porque, aí a protegermos, a faremos vegetal e morrer.

O SR. ESTEVES JUNIOR — E a concorrência não mata?

O SR. OTICICA — O convenio protege a industria dos Estados Unidos contra a nossa.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Si o convenio protege a industria dos Estados Unidos porque nós isentamos do imposto de importação certos productos seus, porque V. Ex. não ha de dizer, tambem, que o convenio protege a industria do Brazil porque os Estados Unidos, egualmente, isentam do imposto de importação certos productos nossos?

UMA VOZ — Que productos?

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Pois, então, o café, o assucar, o couro cru, a madeira, a borracha, etc., não são productos?

O SR. ANTÃO DE FARIA — Não: a madeira nossa não entra lá, a delles é que entra aqui.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — A delles só ha de entrar aqui quando os nobres representantes quizerem comprar as mobílias que de lá vierem, como compram as de procedencia européa.

O SR. EDUARDO GONÇALVES — Ha estados que não têm a menor compensação com o convenio, só têm prejuizos. O Paraná exporta pinho, e acaba de soffrer um pouco com a passagem da cabotagem nacional; o convenio veio dar-lhe outro golpe. (*Ha outros apartes.*)

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — O nobre representante

pelo Rio Grande do Sul, Sr. Antão de Faria, disse-nos que ia morrer, com o convenio, a industria da banha no seu Estado.

O SR. OTICICA — Ora, lá vem a banha ! pobre banha, que tem sido tão discutida !

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Eu quero tomar em consideração tudo quanto disserem os nobres adversarios do convenio.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Não foi isso justamente o que eu disse.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — V. Ex. nos disse que a industria da banha não podia soffrer a concorrência da banha americana; mas eu digo que pôde, com muita vantagem, desde que ouvi V. Ex. dizer que a banha do seu Estado é muito melhor que a americana, e os fretes mais baratos.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Não ha duvida que é muito melhor.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Logo, não pôde tener a concorrência, com essa vantagem.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Não ha duvida.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — E os fretes ?

O SR. ANTÃO DE FARIA — Não fallei em fretes.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — É verdade: quem fallou foi o Sr. Vinhaes.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Ah ! bem.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Mas não importa quem fallou; desde que é isso exacto, o nobre representante não pôde negar que o Rio Grande tem as duas vantagens para a concorrência com a banha americana: a superioridade do producto e a barateza do frete.

Si o assucar destinado á exportação estivesse nas mesmas condições da banha, os fabricantes daquelle genero não se receavam da concorrência, desde que tivessem mercados abertos a seu producto.

Mas, diz o nobre deputado por Alagoas: o assucar bruto nada vale; fabrique-se assucar branco, e vamos concorrer com a Europa —, sem recordar-se de que, á excepção da Inglaterra, que só quer o mesmo genero para tintas, e, por isso, só nos paga muito barato, a França fecha-nos os seus portos, mantendo no seu orçamento annual a cifra de 68 milhões destinados a bonificações ás suas fabricas de assucar de beterraba, que lhes garantem um juro rasoavel aos capitaes nellas empenhados, a Allemanha sustenta um imposto de entrada para o assucar estrangeiro, altamente prohibitivo, dando-se que estes dous paizes, unidos á Russia e á Austria Hungria, já exportam grande quantidade desse producto, com o qual é impossivel a concorrência do nosso.

Nós, pois, estamos na contingência de não termos mercados para os nossos generos, e é esta uma das vantagens que nos traz o convenio que os illustres collegas tanto combatem. (*Apartes.*)

E' esta, tambem, a grande difficuldade dos Estados Unidos; e vêem Ss. EEx. que, achando-se os dous paizes nas mesmas difficuldades, nada mais natural e conveniente do que proporcionarem ambos um mercado seguro a seus productos, como acabam de obter pelo convenio. (*Apartes.*)

Mas os nobres representantes de alguns estados acreditam, em suas phantasias, que o advento da Republica ha de fazer brotar fabricas, como cogumelos; entendem que não devemos acceitar o convenio, porque devem ser sacrificadas as grandes industrias do paiz ás lisongeiras esperanças que alimentam.

O SR. GABINO BESOURO — Acho que V. Ex. tem razão quando diz que tudo isso vai errado.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Com certeza, mórmente quando vejo que me querem convencer da inconveniencia do convenio, o qual, garantindo um mercado seguro a nossos productos, não prejudica a nenhuma das industrias nascentes do paiz. (*Apartes.*)

Aes nobres representantes do Rio Grande pergunto: vosso Estado não exporta para a Europa couros secos e salgados?

O SR. ANTÃO DE FARIA — Si quer que responda, ha de dar-me tempo.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Basta dizer — sim, ou — não.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Responderei amanhã.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Porque não responde agora?

O SR. ANTÃO DE FARIA — Exportamos.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Si exportam, é porque VV. EEx. não podem aperfeiçoar a industria do couro.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Está ali o engano de V. Ex.: podemos.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Mas, si podem e não melhoram esse producto, não é melhor exportarem para os Estados Unidos sem imposto, do que para a Europa, sujeito á imposição?

O SR. DEMETRIO RIBEIRO — Exportamos tambem para aqui.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Mas eu me refiro á exportação para o estrangeiro.

Em todo o caso, Sr. Presidente, a verdade é esta: si o convenio, na pratica, demonstra que nos é inconveniente, está em nossas mãos revogal-o, visto que não está sujeito a prazo determinado.

O SR. OTICICA — Mas, por que não o revogamos desde já?

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Porque nada ainda nos prova que é elle inconveniente.

O SR. BEVILAQUA — O Sr. Barão crê que é bom o tratado porque favorece ao assucar.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Eu podia responder ao nobre representante — que S. Ex. tambem julga que o convenio é prejudicial, porque suppõe que as fabricas do paiz

fecham-se e os operarios, privados dos salarios, vão morrer de fome.

Mas S. Ex. deve lembrar-se de que a producção, augmentando acima do consumo e não encontrando mercados para sua sahida, é que produz aquelle resultado.

O SR. BELFORT VIEIRA — Quando ha pléthora,

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Mas, si isso ainda não se póde dar entre nós, é porque não temos ainda fabricas senão em phantasia.

O SR. BELFORT VIEIRA — O Maranhão tem oito fabricas de fição.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Mas que só fabricam fazenda grossa, sacco, e torcem fios para exportar para o Sul.

O SR. BELFORT VIEIRA — A fabrica de Caxias fornece para o consumo do interior.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Seja assim. Mas, que são oito fabricas de tecidos para o consumo de 14 milhões de habitantes da Republica, quando nem sequer podem satisfazer as necessidades do seu Estado?

UM SR. REPRESENTANTE — Exportam para outros estados.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Isso nada prova; porque, tendo uma só fabrica central (?), manda para a Bahia o açúcar que produz e não chega para seu consumo. (*Apertes.*)

O SR. BELFORT VIEIRA — Nós, que temos o algodão, não precisamos do algodão americano.

O SR. BEVILACQUA — A protecção ao algodão, depois de trabalhado, posto em obra, prejudica fortemente a industria nacional, que, apesar de incipiente, é já bastante florescente.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Mas, V. Ex. acha que já satisfaz a industria nacional do algodão as precisões do nosso consumo?

O SR. BEVILACQUA — Ainda não.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — E como nos querem privar da concorrência estrangeira?

UM SR. REPRESENTANTE — O meio de ella satisfazer não é o mal-a. (*Apertes diversos.*)

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Nem restringir o consumo dentro dos limites da producção.

Temos muito milho. Porventura, possuímos uma só fabrica de malzena?

O SR. ESTEVES JUNIOR — Temos companhias organizadas para explorar essa industria.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — E por conta dessas companhias, ainda duvidosas, vamos já privando o consumidor de ter esse producto do estrangeiro.

UMA VOZ — Porque não temos certas industrias, não é razão para matarmos as que temos.

O SR. BARÃO DE VILLA VIGOSA — Mas, quem as quer matar?

UMA VOZ — V. Ex. tem discutido o convenio no ponto de vista do interesse do seu Estado, mas não encara o problema em relação aos outros estados.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Não, Senhor. Encaro o problema no interesse do consumidor, que representa a massa geral da população, enquanto os nobres representantes do Sul o encaram no proveito exclusivo do productor, que representa uma classe de privilegiados.

Encaro o problema queccendo a garantia de todas as indústrias, e SS. EEx. o encaram exigindo o sacrificio de dous principaes generos da producção nacional — o assucar e o café, em proveito de pequenas indústrias, algumas ainda problemáticas.

UMA VOZ — O Paraná e Santa Catharina têm grande prejuizo.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — E' sempre o Sul querendo matar o Norte. (*Não apoiados; protestos.*)

O SR. ANTÃO DE FARIA — Não nos faça essa injustiça.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Entretanto, Sr. Presidente, V. Ex. acaba de prevenir-me de que a hora está dada, e sinto não poder continuar, porque ainda tinha algumas considerações a fazer.

O SR. DEMETRIO RIBEIRO — Ouvimos a V. Ex. com muito prazer. (*Apoiados.*)

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Sr. Presidente, antes de terminar, V. Ex. me permita externar com franqueza o que penso sobre a opposição ao convenio, feita pelos nobres representantes.

SS. EEx. não são tão contrarios ás clausulas do convenio quanto á circumstancia de ser elle publicado pelo Governo Provisorio.

Ha neste Congresso um attrito constante contra o Governo, um prurido de opposição, uma especie de estentação contra os actos do Governo, que me desagrada muito.

O SR. BEVILACQUA — Os melhores governistas impugnam o tratado.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Eu acho que o nosso patriotismo nos aconselha a que sejamos mais condescendentes para com o Governo; porque, si elle tem errado, tambem o Congresso tem commettido muitos erros.

O SR. ORTICICA — Da parte do Governo é que ha prurido de fazer opposição ao Congresso e ao paiz.

O SR. BARÃO DE VILLA VIÇOSA — Senhores, esta guerra ao convenio ha de produzir um resultado negativo.

Unidos, podemos ser grandes e fazer a felicidade de todos nós; em lucta constante de interesses egoisticos, havemos de ser sempre pequenos.

Estou convencido de que os meus illustres collegas, quando reflectirem sobre o interesse geral que o convenio garante, modificarão o seu juizo.

Nem hão de nutrir mais apprehensões sobre a diminuição da renda de importação, nem sobre a morte das fabricas, nem sobre a miseria dos operarios. Não de se convencer de que o protecţionismo, que SS. EExs., agora, defendem, é o

monopólio de poucos, é a vegetação das indústrias, é a restrição a uma de nossas liberdades, a liberdade de commercio, sem a qual não poderemos caminhar para o futuro com essa confiança a que nos dão direito os nossos gloriosos destinos.

Tenho concluído.

(Muito bem; muito bem. O orador é abraçado e felicitado por muitos Srs. representantes.)

Fica adiada a discussão, pela hora.

Vêm à Mesa as seguintes

Declarações de voto

Declaro que votei, e votarei sempre, systematicamente, por todas as emendas tendentes ao beneficio das classes proletarias, assim como fiz por todas aquellas que garantiam a plena liberdade e independencia espirituaes.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *José Bevilacqua.*

Declaro que votei contra a emenda, do Sr. Baptista da Motta, propondo que a navegação de cabotagem seja feita por navios nacionaes.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *Alcides Lima.*

O Sr. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

1ª parte (até 3 1/2 horas) — Continuação da votação das emendas ao projecto de Constituição.

2ª parte — Continuação da discussão das indicações sobre o tratado de commercio americano.

Levantam-se a sessão ás 4 horas e 20 minutos da tarde.

38ª SESSÃO EM 18 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Retumba, Francisco Machado, Leovegildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Kalunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodorico Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Generoso Mar-

ques, Esteves Junior, Luiz Deltino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermonf, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano do Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Telentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenio d'Aguilar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Aníbal Falcão, Pereira de Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espírito Santo, Bellarmino Carneiro, Theophilo dos Santos, Ponte de Miranda, Otiliea, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argolo, Tosta, Seabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcelino Moura, Santos, Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovegildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Vicosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Albayde Junior, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Deltino, Antonio Olyotho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Ferreira Pires, João Luiz, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Fonseca e Silva, Fonseca Hennes, Nilo Peganha, Urbano Maccondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgílio Pessoa, Franca Carvalho, Luiz Murat, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Ilomero Baptista, Rocha Ozorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa os Srs.: Frederico Serrano, Coelho e Campos, Saraiva, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Leandro Maciel, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Bueno de Paiva, Cesarino Motta Junior, Alfredo Ellis, Ernesto de Oliveira, e, seu

causa, os Srs.: Rangel Pestana, Aquilino do Amaral, Santos Vieira, Bernardo de Mendonça, Barão de Santa Helena, Domingos Porto, Martinho Prado Junior, Antonio Prado, Luiz Barreto e Almeida Nogueira.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O Sr. Antônio de Faria — Sr. Presidente, Srs. membros do Congresso, aproveito a liberdade que o Regimento permite ás discussões na hora do expediente, para, ainda uma vez, occupar-me com o convenio aduaneiro, celebrado entre o nosso Governo e os dos Estados Unidos da America do Norte.

E aproveito esta oportunidade, principalmente porque não quero, na parte da ordem do dia que tem sido destinada á discussão nas moções apresentadas sobre este assumpto, imitar os diversos oradores que têm occupado esta tribuna, deslocando a questão e vindo, não discutir essas moções, mas o proprio tratado commercial!

Não posso, Sr. Presidente, nem deixo, deixar de fazer algumas considerações com relação a diversos argumentos exhibidos pelos defensores do acto governamental.

Começarei pela defesa apresentada pelo *Diario Official* em nome do Governo, — defesa que, na minha opinião, mais compromette ainda esse Governo.

Assim é que o Sr. Ministro das Relações Exteriores, ou o Sr. Ministro da Fazenda (eu não sei bem a qual dos dois devo tornar responsavel, porque, além de serem estas duas funções exercidas pelo mesmo individuo, o Congresso ignora, em vista do sigillo que guarda o Governo sobre a data e os termos do tratado, si foi da Secretaria do Exterior que partiu a iniciativa, si da Secretaria da Fazenda). — assim é que S. Ex., ingenuamente, nos diz que o convenio traz resultados vantajosos, porque, em primeiro lugar, nós exportamos para os Estados Unidos um valor muito maior do que aquelle que importamos, e, em segundo lugar, procura demonstrar que a sua influencia sobre os preços dos generos nos *mercados do Rio de Janeiro*, não tem o alcance que se lhe tem attribuido. Com os outros mercados não se preoccupa S. Ex....

Na defesa official a que me refiro encontra-se o seguinte:

"Consideremos, por exemplo, uma mercaderia cujo custo de factura seja de uma libra esterlina, e que esteja sujeita a direitos de importação na razão de 10 a 15 % — supponhamos com a taxa de 1200. O preço de tal genero no mercado brasileiro será, com os direitos em ouro, quando de origem européa, ao cambio

	Par	21	18 3/4
Custo	88890	108000	125800
Direitos	18200	18500	18728
	108090	118500	144528
e de procedencia americana, de ora em diante			
Custo	88890	108000	128000
Direitos	8900	18125	18296
	98790	118125	146096

Isto é, menos 3 %, apenas, do preço de igual producto importado da Europa. No caso mais commum, porém, o de ser mais elevada a proporção dos direitos, a percentagem da differença dos preços não excede de 9 %.

Tomemos um genero do mesmo custo de factura, mas sujeito a direitos de 40 a 60 %, digamos — a média de 58 %. Vindo da Europa, ao cambio

	par	21	18 3/4
Custo	8\$890	10\$000	12\$800
Direitos	5\$000	5\$625	7\$200
	13\$890	15\$925	20\$000
Sendo de produção americana, pelo tratado, ao cambio			
	par	24	18 3/4
Custo	8\$890	10\$000	12\$800
Direitos	3\$750	4\$219	5\$400
	12\$640	14\$219	18\$200

Portanto 9 % menos do que os valores precedentes."

Depois disto, S. Ex. affirma que esta vantagem de 3 ou de 9 % em favor do custo dos generos americanos no nosso mercado, não é sufficiente para afastar delle o similis europeu, cujo preço de manufactura é muito baixo.

O illustre Ministro esquece que a sua proposição não é verdadeira em todos os casos, pois que esse preço, dependendo do custo da mão de obra, que na Europa é inferior ao dos Estados Unidos, depende, tambem, da materia prima, em regra mais barata na America do que no velho Continente. Attendendo-se a esta consideração, claro fica que aquellas differenças de preço podem subsistir, sem redução, em muitos casos, com grave prejuizo do consumidor brasileiro.

Mas não é tudo, Sr. Presidente.

O estudo feito e publicado no *Diario Official* não está completo. A comparação é estabelecida sómente entre o preço, no nosso mercado, dos generos americanos cujos direitos foram reduzidos de 25 % e os similares europeus; o caso da isenção de direitos foi esquecido. Entretanto, têm entrada livre, no Brazil — as farinhas e os oleos americanos, generos estes que, procedentes da Europa, pagam, nas nossas alfandegas, de 15 a 48 % de seu valor. O consumidor, pois, comprará estes generos, quando importados dos Estados Unidos, por 15, 20, 30 e 48 % menos do que os compraria quando de procedencia européa.

Esta differença de preços é de ordem tal, que os generos europeus serão inevitavelmente expellidos do nosso mercado, que se constituirá monopolio exclusivo dos americanos. E, deste modo, ao passo que vamos ferir de morte as nossas industrias, provocamos, tambem, as justas represalias aduaneiras dos povos do velho Continente.

Além desta defeza de caracter official, outra pretendeu fundamentar, desta tribuna, o digno representante pelo Estado do Rio de Janeiro, Sr. Lapér.

S. Ex. julgou com quadros estatísticos, e formulou diversos argumentos, aos quaes eu desejaria responder, o que não posso fazer agora, por não ter sido ainda publicado em

integra o seu discurso, cujo resumo foi muito incompleto. Entretanto, estou convencido de que esses argumentos podem, um por um, ser todos revestidos contra o proprio tratado que S. Ex. procurou defender.

Tomando por ponto de partida a falsa supposição de que o café será sempre a grande e principal fonte de riqueza do nosso paiz, o illustre representante mostra-se satisfeito com o convenio, porque nós exportamos para os Estados Unidos dous terços do café produzido annualmente, representado por um valor muito maior do que o da importação daquella procedencia.

Mas este argumento, depois reproduzido no *Diario Official*, só teria valor si S. Ex. demonstrasse que, sem o convenio, a nossa exportação diminuiria.

Ora, isto não se dá, é o honrado representante quem o affirma quando declara que o consumo do café brasileiro tem augmentado sempre, quer na Europa, quer nos Estados Unidos, tendo apenas havido uma diminuição, por occasião do syndicato aqui estabelecido e por causa desse mesmo syndicato.

Demais, o Brazil não pôde ser, nem deve ser, simplesmente, um productor de assucar e de café (*Muito apoiados*): e, si nós insistirmos nesse mau systema de proteger exclusivamente estas duas industrias com prejuizo de todas as outras, dentro de poucos annos teremos de atravessar uma crise economica das mais deploraveis.

OS SRS. VINHAES E BAPTISTA DA MOTTA — Já estamos atravessando.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Ha, ainda, uma consideração, que vem reforçar os meus argumentos, e é que a cultura do café não se pôde localizar de modo definitivo no mesmo sólo, na mesma região (*Apoiados*); de tempos em tempos ella se desloca, e a zona que era grande produtora de café passa a produzir pouco, assim como outra que pouco produzia vem a produzir muito, (*Apoiados*).

Por este lado aquelles que, hoje, defendem o tratado porque têm interesse em augmentar a exportação do café que os seus estados produzem, podem, dentro de 15 ou 20 annos, passar por uma profunda e amarga decepção quando essa produção for muito reduzida ou nulla. (*Apoiados*).

O SR. VINHAES — Como está acontecendo aqui no Rio de Janeiro.

O SR. ANTÃO DE FARIA — E' verdade.

Com relação ao assucar, devo restabelecer o meu argumento, que não foi contestado.

O SR. VINHAES — Nem pôde ser.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Eu disse que permittir a entrada livre de direitos nos Estados Unidos ao nosso assucar de inferior qualidade, unico que goza deste favor, em vez de ser uma protecção a esta industria, era pelo contrario, prejudicial-a, obstando o seu aperfeiçoamento.

O SR. GARCIA PIRES — Illude-se V. Ex.

O SR. ANTÃO DE FARIA — O illustre apartista sabe que no seu proprio Estado, na Bahia, ha industriaes que fabricam assucar de tão boa qualidade, que pôde entrar, victoriosamente, em qualquer dos mercados conhecidos; e este facto é uma demonstração categorica da possibilidade de aperfeiçoar-se a nossa industria assucareira.

A esses industriaes, defensores do convenio, eu diria, si me fosse desculpada a franqueza, que, si SS. Exs. se collocassem em um ponto de vista mais elevado, esquecidos de seus interesses pessoaes e preoccupados, exclusivamente, com os interesses da Patria, haveriam de reconhecer que o tratado é inconvenientissimo...

O SR. VINHAES — Apoiado.

O SR. ANTÃO DE FARIA — ... porquanto, si por um lado elle vem abrir um mercado ao nosso assucar de inferior qualidade, por outro, esta industria deixará de aperfeiçoar-se. E si aquelles que conseguiram já este *desideratum* defendem o acto governamental, é, exactamente, porque nelle encontram uma garantia em favor do monopolio que querem manter, fabricando só elles o assucar de boa qualidade. (*Apoiados e apartes.*)

Além disto, ha uma consideração de ordem capital, que não deve ser posta de parte nesta questão, e que é a seguinte: — o Governo não pôde celebrar tratados, não pôde legislar, desde esses tratados, ou leis, que venham prejudicar, determinadamente, o Estado A ou o Estado B.

Quem legisla em um paiz como este deve fazal-o tendo em vista os interesses geraes (*Apoiados; muito bem*); quem faz convenios ou tratados internacionaes deve ter em vista e desenvolvimento das industrias da Republica, e não, exclusivamente, os d'este ou daquelle Estado. (*Muitos apoiados.*) E si os illustres representantes que querem ver protegida pelo Governo federal a sua industria assucareira ou a sua cultura de café entenderem que por isto mesmo o tratado deve ser mantido, cumpre-lhes, respeitados os preceitos da coherencia, pronunciar-se francamente pelo desmembramento do paiz, propondo a sua divisão em duas patrias, uma, constituindo a Federação Brasileira, outra, a Federação do Assucar e do Café. Isto é que é logico, Senhores! (*Apartes.*)

Atacada a questão por este lado, devo ir ao encontro daquelles que a encaram sob ponto de vista menos pratico.

Aqui se disse que, si protegessesmos com o auxilio de medidas prohibitivas a nossa agricultura e as nossas industrias, teriamos, futuramente, uma crise economica por excesso de producção, como aconteceu nos Estados Unidos. Mas essa crise por excesso de producção quer dizer crise por excesso de riqueza e para essa, Senhores, ha sempre remedio.

Devo, tambem, responder á quelles que aqui vêm, fazendo a apologia do livre cambio e pretendendo condemnar em absoluto o protecçionismo, justificar esse tratado porque entendem que elle consagra os principios que defendem. (*Não apoiados.*)

Senhores, esse tratado é altamente protecçionista para os americanos, e nem podia deixar de ser, porque aquelle povo, desde sua independencia, só tem procurado proteger as suas industrias. E vai tão longe o respeito a esta preocupação,

que elles até agora prohibem, de modo absoluto, a entrada de productos que tenham, alli, similares.

Quando, desta tribuna, se disse que devíamos imitar a grande Republica, ou, em aparte, contestei, affirmando que devíamos imital-a, fazendo o protecçionismo como ella fez, e applicando o livre cambio como ella applicou. (*Apoiados*).

O segredo do desenvolvimento dos Estados Unidos, nós o vamos encontrar em sua historia.

Em 1808 o Secretario de Estado Gallatin, apresentando ao Congresso o plano geral de viagem para a Republica, insistia pela sua accelleração, e lembrava a conveniencia de ser elle executado de prompto, embora fossem as diversas vias de communicação realizadas sem os aperfeiçoamentos da arte então moderna.

O que elle tinha em vista era facilitar, com a maxima presteza, o desenvolvimento das relações commerciaes, e promover o povoamento do solo americano.

Esse plano foi pouco a pouco sendo realizado sabio e prudentemente. Assim, abriu-se a estrada de rodagem, melhoraram-se as condições de navegabilidade do rio, estabeleceu-se o canal á proporção que o augmento da população e da produção ia exigindo esses melhoramentos, e só mais tarde, quando o movimento commercial se tornou grande, quando esta ou aquella região produzia bastante, ou, ainda, quando taes productos sob um pequeno volume eram de grande valor e podiam, portanto, supportar altos fretes, — só então foi lançada a estrada de ferro.

Além disso, o Governo americano protegeu a industria nacional, estabelecendo elevados direitos sobre productos estrangeiros que tinham similares no paiz, e essa medida trouxe para a Republica uma corrente immigratoria de agricultores, industrias e operarios, que na joven Confederação viam seguras garantias para sua subsistencia presente e seu bem estar futuro.

Assim se explica essa immigração extraordinaria, até para a Pensylvania, em cuja Constituição se estipulava uma taxa de entrada para o estrangeiro, que procurava o paiz. Pois bem, apesar desse imposto, a população da Pensylvania augmentou rapida e espantosamente, sua industria desenvolveu-se, o que, aliás, era natural, porque o immigrante que ella recebia não lhe trazia semente o brago, trazia-lhe tambem capital, o que demonstrava sujeitar-se ao pagamento da taxa a que alludi.

E, si mais alguma cousa fosse necessario referir para tornar patente o empenho dos americanos em proteger as suas industrias, bastaria recordar essa lei pela qual o Congresso prohibiu o transporte de mercadorias pelo canal Erié, obrigando o commercio a utilizar-se da via-ferrea nacional, que servia a mesma região.

O SR. GARCIA PIRES — Si uma lei idêntica fosse aqui apresentada, os nobres representantes teriam razão de levantar a voz combatendo-a.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Abordo, agora, Senhores, a questão de doutrina.

A verdade em sciencia economica não está nem com os partidarios do livre cambio nem com os protecçionistas em absoluto (*Apoiados*), a verdade está com aquelles que sus-

tentam que cada um desses systemas póde ter applicação conveniente, conforme as condições do problema a resolver.

Nos paizes novos, como o Brazil, onde as industrias não estão ainda desenvolvidas, onde a população é pouco densa, onde ha necessidade de importar operarios e artistas habéis, onde as fontes de riqueza publica não estão devidamente exploradas, deve-se ser francamente proteccionista; naquelles em que ha sufficiente desenvolvimento industrial, operarios intelligentes, abundancia de capitães e grande população, cumpre estabelecer o livre cambio, a mais ampla concorrência, porque, garantida a industria, essa competencia vem, por um lado, aperfeiçoal-a ainda mais e, por outro, trazer vantagens ao consumidor.

Mas querer estabelecer o livre cambio em um paiz como o nosso, sem industrias, sem grandes capitães, sem braços, com os salarios elevados que temos, é, Senhores, um verdadeiro absurdo.

Não podemos, nas condições em que nos achamos, entrar em lucta com a industria americana, forte e robustecida pela riqueza daquelle povo, e tão adiantada como a do Velho Mundo.

O SR. VINHAES — V. Ex. esquece-se de dizer — em um paiz onde as industrias estão nascentes, adoptar uma medida destas é matar a iniciativa.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Outro illustre representante da Bahia apresentou aqui um argumento, que prova, exactamente, o contrario daquillo que pretendeu demonstrar.

Disse S. Ex.:

“Quando dá-se a abundancia, quando o numero de productores é inferior ao de consumidores, havendo pouca offerta e muita procura, o preço, necessariamente, sobe, *ao contrario do que acontece quando ha muito quem produza.*”

Entretanto, esse illustre representante, que reconhece a necessidade de augmentar-se o numero de productores, vem defender um tratado que fere de morte a nossa agricultura e as nossas industrias em geral, e que por isso mesmo, fará diminuir, consideravelmente, o numero de productores brasileiros.

Bem vê o Congresso quão fraca tem sido a defeza aqui produzada pelos amigos da situação. Não temos, pois, nós, os impugnadores do tratado, motivos para desalento, principalmente depois que em nosso auxilio veio o illustre representante pelo Ceará, Sr. José Avelino. S. Ex., que, na minha opinião, é o mais habil e intransigente dos opposicionistas, simulando defender o Governo, fez-nos uma revelação de caracter grave e que muito compromette a respeitabilidade dos altos representantes do Poder Publico. E eu lamento que, senhor dessa arma poderosa, não quizesse usar della o meu illustre collega, abandonando esta tribuna ao orador, o mais obscuro membro do Congresso. (*Muitos não apoiados.*)

O SR. VINHAES — Fez como os Parthos: atirou a setta e desapareceu.

O SR. ANTÃO DE FARIA — S. Ex. nos disse que esse tratado fôra celebrado em virtude da auctorização legislativa, constante da lei de 24 de novembro de 1888. (*Apertes.*)

No art. 2º, § 4º, dessa lei, eu encontro, entre as auctorições dadas ao Governo, a seguinte:

"A manter, relativamente á importação dos generos para cuja producção já existem, e funcionando no paiz, fabricas que empregam nas respectivas industrias materia prima nacional; tarifa movel da Alfandega, acompanhando a elevação do cambio acima da 2 1/2 por 1\$000.

Isto quer dizer que o Poder Legislativo aconselhava o Governo a cuidar da nossa industria, protegendo-a. Mais adeante, encontro, ainda:

"Bern como a elevar os direitos de importação sobre artefactos de algodão e de juta, para o fim de não soffrerem com a concorrência eguaes productos de fabricas nacionais."

Como se vê, esta auctorização é de uma clareza perfeita.

No § 5º está a auctorização para a celebração do tratado com o fim de se obterem vantagens, *pelo menos* reciprocas. E, como si o Poder Legislativo não quizesse deixar duvidas sobre os seus intuitos de protecção á agricultura do paiz, pelo § 7º ficava o Governo auctorizado:

"A rever as tarifas com o fim de abaixar as taxas cobradas sobre productos chimicos ou outras mercadorias applicaveis como adubo ou correctivos na industria agricola, ficando dispensados dos direitos alfandegaes e dos 5 % addicionaes as seguintes, fertilisantes ou adubos chimicos, destinados á lavoura."

E vem em seguida a lista desses productos chimicos.

Como V. Ex. vê, Sr. Presidente, era tão grande o empenho do Poder Legislativo da defunta Monarchia em proteger a nossa industria agricola, que até o adubo, de que quasi não carecemos, elle queria que entrasse livremente.

Veiu a Republica, surge o imprevisto e inesperado Governo dos Lucenas e Araripes, e em vez de se observar a disposição legislativa, faz-se exactamente o contrario.

De duas uma: ou o Governo queria cumprir a lei, e, nesse caso, devia fazel-o com fidelidade, ou não queria e, nestá hypothese, devia ter evitado a celebração de semelhante tratado. *(Apoiados.)*

Alguns illustres representantes da Bahia affirmam, hontem, que nós combatemos o convenio por causa da banha que se fabrica no Rio Grande do Sul.

Posso garantir a SS. EExas. que não é só por causa da banha, nem tão pouco pelos interesses exclusivos do Rio Grande do Sul; affirmo-lhes, ainda, que, no dia em que fosse preciso, para garantia de uma industria só nossa, matar as outras industrias da Republica, nós teriamos o patriotismo e o desprendimento necessarios para sacrificar essa industria em proveito do bem geral.

Mas, no Rio Grande do Sul, em Santa Catharina e em Minas, além da banha, fabricam-se outros preparados de porco, e a este respeito devo dizer que ainda hoje, nas folhas da manhã, li uma noticia, vinda da Europa e que vem revelar a falta de criterio do nosso Governo.

No parlamento allemão, a 21 do mez passado, o deputado Barth, inquirindo dos motivos por que se prohibia a entrada dos preparados de porco procedentes dos Estados Unidos, obtinha de um dos ministros esta resposta:

«Não se trata de protecçãoismo, e sim de uma questão de hygiene, porque esses preparados são nocivos.»

O SR. VINHAES — A França já tinha feito a mesma cousa.

O SR. ANTÃO DE FARIA — O Ministro accrescentou, ainda, que 70 % dos porcos criados nos Estados Unidos soffrem de trichinose.

O SR. AMARO CAVALCANTI — A Allemanha não recebe esses preparados em certos mezes do anno.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Pois bem, o nosso governo, pelo tratado, facilita a entrada delles no Brazil. Por ahi se póde ver como somos governados.

Mas, Sr. Presidente, no Rio Grande do Sul, além desta industria, ha outras, como a do fabrico de farinhas e cultura de cereaes, que não são um privilegio exclusivo seu, e foi por isto que, quando pela primeira vez discuti o convenio, eu disse que protestava contra elle em nome do meu Estado e em nome dos interesses do paiz.

São, pois, injustos aquelles que nos accusam de exclusivistas e exigentes com relação aos negocios economicos do Rio Grande do Sul, que, aliás, é o Estado que mais tem soffrido depois que foi proclamada a Republica.

E, si fôssemos julgar pelas apparencias, seriamos levados a affirmar que o Governo procura, dia por dia, anniquilar a industria rio-grandense.

Ainda na ultima revisão de tarifas, o illustre ex-ministro da Fazenda, que logo depois de 15 de novembro prometteu a entrada livre para o sal e para o acame, elevou, espantosamente, os direitos sobre estas mercadorias e taxou, tambem extraordinariamente, as aniagens e a folha de Flandres, generos indispensaveis ao desenvolvimento de nossas industrias. O povo rio-grandense, entretanto, recebeu este acto resignado e tranquillo.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre representante que está finda a hora do expediente.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Não foi tambem com intuito de fazer opposição systematica que impugnei o tratado; não sou, nem serei, jamais, opposicionista por systema...

O SR. BARÃO DE VILLA VICOSA — Prurido de opposição foi o que eu disse.

O SR. ANTÃO DE FARIA — ... mas devo confessar ao Congresso que, na minha opinião, o actual Governo não presta.

Combatendo o convenio, eu estava certo de ser interprete fiel do pensamento da maioria da Nação e, especialmente, do Rio Grande do Sul. E não enganei-me. Os telegrammas recebidos da praça do commercio de Porto Alegre e dos industriaes de S. Leopoldo já são conhecidos do Congresso. Outras reclamações estão chegando.

De Santa Cruz, uma das mais prosperas colonias do Rio Grande, recebemos, o Dr. Demetrio e eu, o seguinte telegramma:

«A Associação Commercial de Santa Cruz, em nome do commercio e industrias deste Estado, appella para o patriotismo da imprensa da Capital Federal, afim de auxilliar vossos

esforços no sentido da annullação do convenio americano, tão iníquo quanto ruinoso.”

Este telegramma está assignado pelos seguintes e importantes industriais. — *Felippe Hauser & Comp.* — *Abrahão Tatsch.* — *Ricardo Zuther.* — *Adolpho Evers.* — *F. Strohschou.* — *G. Jul.* — *Eichenberg.* — *João Schilling.* & C. — *João Pedro Kaelzer.* — *F. de Borja Ritcher.* — *Luiz Bernhard.* — *João Otto Zeschel.* — *Moritz Berglein.* — *Bernardo Prische.* — *Jacob Dôm.* — *Francisco Daring.* — *Theodoro Schilling.*»

A praça do commercio da cidade do Rio Grande, dirigindo-se ao General Osório, ao Dr. Demétrio e a mim, diz:

«Em nome do commercio deste Estado, esta Associação Commercial pede vos digneis ser o interprete de seus energicos protestos contra a odiosa e iníqua convenção aduaneira celebrada com os Estado Unidos da America do Norte. — *Arnaldo José Pereira*, presidente. — *Francisco Campello*, secretario.»

E não é só o Rio Grande do Sul que protesta, S. Paulo vai fallar tambem.

E' Santos, a terra da liberdade...

O SR. MORAES BARROS — Da liberdade commercial e da liberdade humana, porque foi o foco do abolicionismo.

O SR. ANTÃO DE FÁRIA — ... que, por intermedio de sua classe operaria, se dirige ao nosso companheiro Dr. Demétrio, nestes termos:

«Cidadão — A União Operaria de Santos vem, respeitosamente, agradecer-vos os vossos esforços no Congresso Nacional contra o decreto n. 4.338, de 5 de fevereiro deste anno, que isenta de direitos de importação alguns artigos da America do Norte. Semelhante decreto é o descalabro das finanças do nosso paiz, é a morte inevitavel da industria nacional, unico arrimo da classe operaria e do proletariado brasileiro. Por isso, Cidadão, a União Operaria de Santos, respeitosamente, vem pedir-vos que não abandoneis essa causa, afim de não ser consummado semelhante convenio, que é a maior das afrontas de um governo anormal, lançada á face de um povo que tem representantes no Congresso.

Cidadão, a União Operaria de Santos toma, ainda, a liberdade de pedir-vos que sejaes o seu interprete junto de vossos dignos collegas que tem combatido e combatem tão vexatorio decreto.

Cidadão, a União Operaria de Santos vos sauda como verdadeiro representante da democracia brasileira. — *Leonardo Antonio da Costa*, presidente. — *Benedicto de F. Ramos*, secretario.»

Telegramma no mesmo sentido recebemos do Centro Operario de Porto Alegre. E, para que se comprehenda o interesse que o commercio do Rio Grande do Sul tem nesta questão, para que se saiba que o povo rio-grandense vê no tratado commercial a ruína imminente da industria daquelle Estado, para que todos se convençam do justo clamor que elle tem levantado, passo a ler um telegramma bastante significativo, dirigido pela praça do commercio de Porto Alegre ao chefe do Governo (tê):

«A Associação Commercial, em nome do commercio e da industria do Rio Grande do Sul, protesta contra a convenção feita com os Estados Unidos, por iniqua e altamente prejudicial aos interesses mais importantes deste Estado. Espera que o patriotismo do Governo, melhor inspirado, consiga adiar tão odiosa convenção.»

O SR. PEDRO AMÉRICO — Isso é muito significativo.

O SR. ANTÃO DE FARIA — Sr. Presidente, o discurso que acabo de pronunciar é uma resposta áquelles que pretenderam defender o convenio aduaneiro, e, ao mesmo tempo, uma reclamação que faço ao Congresso e que dirijo tambem a esse Poder que ahí está e que se diz — Governo da Republica. *(Muito bem; muito bem. O orador é felicitado e abraçado por alguns Srs. representantes.)*

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES, obtendo a palavra pela ordem, requer que se prorogue por 10 minutos a hora do expediente, afim de lhe ser dada a palavra.

Consultado, o Congresso concede a prorrogação pedida.

O SR. Marciano de Magalhães — Sr. Presidente, Srs. representantes da Nação. Não posso dissimular a emoção que sinto neste momento, já porque me punge ainda a dor aguda da perda irreparavel de um compânheiro da Revolução de 15 de novembro, o General Benjamin Constant, meu venerando irmão, já porque me não reconheço com forças sufficientes para, competentemente desempenhar-me do objectivo que tenho em vista.

Senhores, pertenço ao numero dos amigos do Governo, pela classificação do distincto cearense, Sr. Barbosa Lima, e amigo do Governo porque entendo que a segurança da Republica depende da justiça e do respeito á autoridade, sem a qual não ha Estado e não ha Patria, na opinião do notavel democrata, o grande americano Hamilton.

Sinto-me, por isso, na obrigação de manter constantemente o meu ideal.

Sou conservador na Republica, mas comprehendo os grandes inconvenientes e os grandes perigos dessas mutações continuas de governo, porque com isso soffrem, continuamente, não só o trabalho, como o capital e a propria liberdade.

Eu, portanto, não pertenço ao grupo dos espiritos inquietos, que exploram, constantemente, as phantasias populares em busca das glorias e do heroismo. Entendo que no actual regimen precisamos mais de virtude do que de heroismo. *(Muito bem.)* A virtude na Republica é tudo; o heroismo nada vale.

Sei, tambem, que toda a sciencia politica repousa, seguramente, na brandura e moderação dos grandes patriotas que sabem ceder a tempo em prol das grandes idéas, da paz e do conragamento geral. *(Muito bem.)*

Não me esqueço um só instante de que pertenço a uma sociedade politica que o mundo civilizado admirou, pelo immortedouro commettimento de 15 de novembro de 1889; fago, portanto, todo possível para manter a correção necessaria, afim de que a Republica dos Estados Unidos do Brasil se imponha á consideração, á estima dos brasileiros e á confiança dos estrangeiros, que nos observam. *(Muito bem.)*

Sei que a virtude do povo americano, na sua grandiosa obra constitucional, consistiu no sacrificio reciproco de idéas

e princípios por parte dos seus grandes patriotas, que tudo empenhavam por seu devotado amor á ordem, á liberdade e á estabilidade da Republica.

Que se traduzam em factos os exemplos de lealdade e de civismo, para que a moral democratica presida a todos os actos, não só dos governantes, como dos governados.

Estamos, portanto, no começo da grande obra, na qual os republicanos brasileiros têm a unica responsabilidade: a edificação da Republica é dos republicanos.

O SR. SERZEDELLO — Muito bem.

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES — De accordo com estas idéas, até ha poucos dias procurei manter-me com o maior criterio e com o maior devotamento.

Eu trabalhava instantemente, eu combatia, mesmo, aquelles que entendiam que o General Deodoro não estava em condições de dirigir os destinos deste paiz.

Não sei si fui fraco, si fui patriota. A verdade é que procurei justificar todos os seus erros e fraquezas, porque via acima de seu nome o nome do nosso paiz.

Eu esperava o correctivo a todo o tempo e, ainda hoje, que estamos com a lei e com o Direito.

O SR. SERZEDELLO — A situação, hoje, é outra.

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES — Mas, Senhores, fui dolorosamente surprehendido com a publicidade de um decreto que dava honras militares aos santos do Catholicismo,

O SR. LAURO MÜLLER — Não existe.

O SR. BAPTISTA DA MOTTA — Foi publicado no *Diário Official*; está assignado pelo Sr. Ministro da Guerra.

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES — Necessariamente, o Governo tem em vista a demolição do maior monumento de gloria da Republica: a liberdade de cultos.

UM SR. REPRESENTANTE — Não ha nada no *Diário Official*. (*Ha outros apartes.*)

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES — Senhores, disse que sou militar; devo ser franco: não ha duvida alguma; mas affirmo que esse decreto existe na redacção do *Diário Official*, e que espera ordem de publicidade.

Vozes — Essa declaração é importantissima.

O SR. LAURO MÜLLER — E eu affirmo que não existe tal decreto. (*Ha muitos outros apartes.*)

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES — Senhores, eu deixaria de ser patriota, vindo abalar o espirito deste Congresso e, portanto, da nossa Nação com este procedimento, que é todo legal, justiceiro e verdadeiro. (*Apoiados e apartes.*)

Tenho responsabilidade, tenho consciencia de que devo manter-me de accordo com o objectivo que me trouxe aqui. E tanto é verdade que se pretende demolir o maior padrão de

glórias da Republica, a independencia da Igreja do Estado, a liberdade de cultos, que o Governo até agora não desmentiu esse decreto. *(Apoiados e muitos apertes.)* Não posso admitir Republica sem liberdade; e o reinado da liberdade é o reinado das leis e da justiça.

A submissão ás leis é o dever mais elemental de todos os brasileiros, e muito principalmente do chefe do Estado, a quem não confiaremos tranquilos a lei das leis — a Constituição politica do paiz, si a sua unica vontade estiver acima da vontade nacional. O decreto de contingencias aos santos é, portanto, um desacato, porque não foi derogado o decreto de separação da Igreja do Estado, que o Generalissimo assignou, e só a soberania do povo poderá revogal-o, por seus legítimos representantes.

Continuo a affirmar que esse decreto existe no *Diario Official*, para ser publicado.

UM SR. REPRESENTANTE — Então o *Diario Official* não cumpre o seu dever.

OUTRA VOZ — Recebeu ordens. *(Ha muitos outros apertes.)*

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES — Que parece isto, Senhores? Quando a responsabilidade é dos republicanos, por que é que não havemos de continuar o trabalho progressivo da Republica? Por que havemos de voltar para traz? Como? Com que direito? Que quer dizer, Senhores, a nomeação de uns cidadãos que, dizem, estão como secretarios do Generalissimo e que não representam senão um retrocesso no regimen das idéas? *(Apartes.)*

Diz isto o jornal. Eu não sei. Mas, de onde vêm? Para onde vão? Mas, por que caminho passaram, para vir tomar a deanteira aos republicanos? *(Trocum-se muitos apertes.)*

A questão não é de moções ao Governo, pois a todas desapprovei. Pretendo significar ao governo que este Congresso saberá cumprir o seu dever. *(Muitos apoiados.)* que este Congresso não voltará para traz *(Muitos apoiados.)*; que caminhará sempre para seu destino patriótico. *(Muitos apoiados.)*

Direi que o Generalissimo só serve á sua vontade; si o Generalissimo não se inspira na confiança do povo brasileiro, declaro desde já que retiro-lhe a minha confiança e nego-lhe o meu voto. Sou um amigo severo de S. Ex.; cumprio o meu dever. *(Cruzam-se diferentes apertes.)* O Sr. Presidente reclama a attenção.

Estamos ainda em tempo de cumprir o nosso dever. O Generalissimo deve dar provas de respeito ás leis do paiz, por ser^o o seu primeiro magistrado.

Os nossos antepassados conquistaram para nós a liberdade, conquistaram a grande somma de bem estar de que gozamos hoje, e o direito em nome do qual estou aqui invocando o patriotismo dos meus concidadãos.

Trabalhemos nós em favor dos nossos successores, fazendo propaganda do dever cívico. Si os republicanos responsaveis foram aliçados do Governo para darem seu lugar a uma junta demolidera das liberdades publicas, então é preciso chamar de novo a postos os antigos trabalhadores, porque é chegado o momento de bradar: — Alerta, republicanos! A Patria está em perigo!

Mas, Senhores, não posso admitir este governo, que nem sei de onde saiu e que pretende dirigir os destinos do paiz em transformação radical. Isto é, simplesmente, iniquidade e incompatível com os bríos da Republica nascente.

Desconheço esse Governo. Pois, então, os nossos inimigos de hontem são os encarregados de nos traçar o caminho do futuro? Nego meu voto, nego meu apoio, porque desconheço semelhante Governo. Hei de combatel-o em toda a parte, pois que é um Governo que não se impõe ao respeito e á confiança dos amigos da liberdade e do Direito.

Senhores, eu bem quero o paiz constituido, façamos a nossa Constituição.

O grande Franklin, no Congresso americano, pedia, em uma oração religiosa, que se appellasse para o Congresso, afim de que este se inspirasse na bondade, no civismo e na felicidade da Patria. Eu, Senhores, invoco os martyres da liberdade, e em nome delles fallo ao Congresso brazileiro. Eu tenho, no Norte, memoria de Nunes Machado...

O SR. TEIXEIRA DE CARVALHO — Não era republicano.

O SR. MARCIANO DE MAGALHÃES — ... de Frei Caneca. Temos no Sul Bento Gonçalves e o grande Tiradentes. Pois bem, é em nome delles que fallo. E, fitando aquella estatua que representa a Republica, peço-lhe que inspire muito e muito o animo deste Congresso, que lhe dê forças, valor e civismo, para bem cumprir com o seu dever. *(Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado por varios Srs. representantes.)*

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

O SR. PRESIDENTE annuncia que vai continuar a votação das emendas ao projecto de Constituição, approvadas em 2ª discussão.

O SR. NILO PEÇANHA *(pela ordem)* requer a inversão da ordem do dia.

Consultado, o Congresso rejeita o requerimento.

O SR. LAURO MÜLLER — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre representante.

O SR. LAURO MÜLLER — Peço a V. Ex. que consulte o Congresso si me concede 10 minutos de prorogação da hora do expediente.

O SR. PRESIDENTE — O expediente está findo; já estamos na ordem do dia.

O SR. LAURO MÜLLER — Não tinha ouvido V. Ex. annunciar a ordem do dia; foi por isso que pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Annunciei a ordem do dia *(Apoiados)*, dizendo que a era a continuação da votação das emendas approvadas em 2ª discussão, e, por isso, o S. Nilo Pecanha

requereu a inversão, afim de se encerrarem as moções sobre o tratado norte-americano.

O SR. LAURO MÜLLER—Neste caso, no correr da discussão, expirei alguns apartes que dei.

Posta a votos, é aprovada a seguinte emenda:

Substitua-se o § 21 do art. 33 pelo seguinte:

Mobilizar e utilizar a Guarda Nacional ou milícia cívica dos estados, nos casos taxados na Constituição. — *A. Gordo.* — *B. de Campos.* — *A. Moreira da Silva.* — *Rodrigues Alves.* — *Lopes Chaves.* — *Domingos de Moraes.* — *Rubião Junior.* — *Almeida Nogueira.* (Aprovada, salva a redacção.)

E, egualmente, posta a votos e approvada a seguinte emenda:

Substitua-se o n. 24 pelo seguinte:

Legislar sobre o Direito Civil, Criminal, Commercial e Processual da Republica. — *Leovigildo Filgueiras.*

O SR. PRESIDENTE diz que não submeterá á deliberação do Congresso o requerimento nontem apresentado pelo Sr. Leovigildo Filgueiras, por que, propriamente, o seu assumpto prende-se a redacção, a cuja Commissao vai ser elle enviado, para tomar-o em consideração ao ter de redigir o n. 24 do art. 33.

Segundo o seu auctor, deve ser assim redigido o referido n. 24: — Legislar sobre o Direito Civil, Criminal e Commercial da Republica e o processo da Justiça Federal.

Posta a votos, é rejeitada a seguinte emenda:

Accrescente-se ao n. 26 do art. 33 (*in fine*): — e os de contrabando.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *L. Murat.* — *L. de Bulhões.*

Em seguida são, successivamente, approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 33, n. 17:

Supprima-se o n. 27, cuja disposição está comprehendida na do n. 28. — *José Hygino.*

Ao art. 33, n. 33 — As palavras — sobre terras — accrescente-se — minas de propriedade da União. — *M. Vattidão.*

O SR. PRESIDENTE — Vai se votar a emenda do Sr. Arthur Rios.

O SR. NASCIMENTO entende que esta emenda está prejudicada pela disposição do art. 14.

O SR. PRESIDENTE observa que a emenda tem por fim harmonizar essa disposição, e, portanto, não está prejudicada.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda:

Art. 33, paragrapho — Prorogar suas sessões. — *Arthur Rios.*

O SR. PRESIDENTE — Ao n. 4 do art. 34, como já informei ao Congresso, foi approvada uma emenda, que não figura no impresso distribuido, emenda offerecida pelo Sr. Schmidt, na 2ª discussão; vai se votar, agora, essa emenda.

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda:

Ao n. 4 do art. 34

Supprimam-se as palavras — *primaria e.* — Schmidt e outros.

Fôr posto a votos e rejeitado o seguinte additivo:

Art. 36, depois do § 3º — acrescenta-se:

§ 4.º Si na outra Camara o projecto não fôr approvado pelos dois terços dos membros presentes, reunir-se-ão as duas camaras em Congresso Nacional, e ali será submittido a uma só discussão.

Si fôr approvado pela maioria de dois terços, será considerado como lei, e de novo enviado ao Poder Exectutivo, para promulgar-o.

Si, porém, não obtiver aquella maioria, entender-se-á que foi rejeitado.

§ 5.º Ainda quando na Camara iniciadora o projecto não seja approvado pelos dois terços de seus membros presentes, será remettido á outra Camara.

Si nessa também não fôr approvado por aquelle numero de votos será julgado rejeitado; mas, si o fôr, reunir-se-ão as duas camaras em Congresso Nacional, para proceder-se na fórma do paragrapho antecedente.

§ 6.º A reunião das duas camaras em Congresso Nacional será solicitada por aquella em que fôr iniciado o projecto.

O § 4º do artigo do projecto passará a ter a numeração de 7º.

S. R. Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Cantão.*

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Modifique-se o art. 37, do modo seguinte:

Não sendo a lei promulgada pelo Presidente da Republica nos casos dos §§ 2º e 3º do art. 36, dentro de 48 horas, o Presidente do Senado, e si este não o fizer em igual prazo o Vice-Presidente a promulgará, usando da seguinte fórmula: F., Presidente (ou Vice-Presidente) do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a lei (ou resolução) seguinte).

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga.*

Ao art. 41

Em vez de dois terços — diga-se: metade.

Sala das sessões, 26 de Janeiro de 1891. — *José Hygino.*

Ao art. 43

Depois das palavras — em sessão — diga-se: do Congresso e si este não estiver reunido. O mais como está no projecto.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga*.

Ao art. 46

Substitua-se o § 2º pelo seguinte:

Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá, por maioria dos votos presentes, um, dentre os que tiverem alcançado as duas votações mais elevadas, na eleição directa.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *B. de Campos* e outros.

Em caso de empate, considerar-se-á eleito o mais velho.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas*.

Ao art. 47, n. 3

Redija-se assim:

Exercer ou designar quem deva exercer o commando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brasil, quando chamadas ás armas em defesa interna, ou externa, da União.

S. R. — Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *João Vieira*. — *Dr. Valladão*. — *G. Besouro*.

E' posta a votos e rejeitada a seguinte emenda:

Ao art. 47, n. 4

Ao n. 4 do art. 47, accrescente-se: O exercicio destas attribuições fica sujeito ás seguintes restricções:

a) O Presidente não conservará qualquer contingente de forças federaes nos estados, desde que contra isto representem os respectivos governos;

b) removerá, mediante representação dos mesmos poderes, os commandantes de taes forças.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Francisco Veiga*.

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 47, n. 10

Supprimam as palavras — e prorogar-lhe as sessões ordinarias.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Arthur Rios*.

Substitua-se, no n. 11 do art. 47, a palavra — approvação — por — proposta. — *Augusto de Freitas*.

Posta a votos, é rejeitada a seguinte emenda:

Ao art. 49

Substitua-se pelo seguinte:

Os ministros de Estado não poderão accumular outro emprego ou função publica, nem ser eleitos Presidente ou Vice-Presidente, Deputado ou Senador da União. (E' reprodução do projecto primitivo.)

Sala das sessões, 30 de Janeiro de 1891. — *Campos Salles* e outros.

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 50

Substitua-se a ultima parte:

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica e distribuidos por todos os membros do Congresso. — *Julio de Castilhos* e outros.

Ao art. 59

Substitua-se a expressão — decidir — por estas — processar e julgar. — *Adolpho Gordo* e outros.

Ao art. 59

Accrescente-se á disposição da letra a, do art. 59:

I. Julgar todas as causas propostas contra o Governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis, regulamentos do Poder Executivo, em contractos celebrados com aquelle Governo.

II. Julgar as causas provenientes de compensações, reivindicação, indemnização de prejuizos, ou quaesquer outras, propostas pelo Governo da União contra particulares, ou vice-versa.

Sala das sessões, 20 de Janeiro de 1891. — *Leopoldo de Bulhões*.

Na secção III — Do Poder Judiciario.

Accrescente-se onde convier:

Art. Será mantida a instituição do jury.

Sala das sessões, 27 de Janeiro de 1891. — *França Carvalho* e outros.

Ao art. 63

Substitua-se:

Pertencem aos estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios, cabendo á União, só-

mente, a porção de territorio que fôr indispensavel para a defesa da fronteira, para fortificação, construcção militar e estradas de ferro federaes.

Conserve-se o paragrapho unico. — *Julio de Castilhos* e outros.

E' annunciada a votação da seguinte emenda:

Ao art. 63

Redija-se deste modo:

As terras devolutas e as minas nestas existentes são do dominio dos estados:

(O mais como está no artigo.)

Sala das sessões, 27 de Janeiro de 1891. — *Feliciano Penna*. — *Chaves*.

O SR. PRESIDENTE — Chamo a attenção do Congresso para confrontar esta emenda com uma outra, do Sr. José Hygino, que está na pagina 23.

A emenda do Sr. Castilhos bem como a do Sr. Feliciano Penna devem ser redigidas formando um todo, porque ellas se completam.

Posta a votos, é approvada a emenda do Sr. Feliciano Penna.

E' annunciada a votação da emenda do Sr. Epitacio Pessoa.

O SR. JOSÉ MARIANNO (*pela ordem*) esperava que o Sr. Presidente submettesse a votação a emenda do Sr. José Hygino; por isso não apresentou requerimento, o que vai fazer agora. Já uma vez teve occasião de pedir ao Congresso preferencia para uma emenda, que se referia aos 15 % addicionaes.

Tratando-se do Titulo 2º, que se refere aos estados, pensa o orador que não é fóra de proposito pedir ao Congresso preferencia para esta emenda, sem prejuizo da sua collocação nas Disposições transitorias. Isso para obedecer a um certo methodo. Está persuadido de que o Congresso não julgará inopportuno o seu requerimento.

Pede, portanto, ao Sr. Presidente que consulte o Congresso sobre, se convém na preferencia para ser votada neste Titulo a emenda do Sr. Deputado por Santa Catharina, Lauro Müller, que manda applicar 15 % aos estados.

O SR. MORAES E BARROS — Não ha razão alguma para essa preferencia.

VOZES — Apoiado.

O SR. PRESIDENTE — Vai se votar o requerimento do Sr. José Marianno, para que se vote de preferencia a disposição dos 15 %, que é de natureza transitoria, antes de continuar a votação do Titulo 4º.

O SR. RAMIRO BARCELLOS (*pela ordem*) diz que o Titulo 4º, que se está votando, trata das qualidades do cidadão brasileiro, e não comprehende como nesta occasião se possa votar a emenda referente aos 15 %. (*Muitos apoiados.*)

Entende que o requerimento é contra o Regimento, e, como tal, deve ser rejeitado.

Posto a votos o requerimento de preferencia, é rejeitado.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Sr. Presidente, não pude explicar o pensamento desta emenda quando foi apresentada, e, por isso, peço a V. Ex. para fazel-o agora, em breves palavras.

VOZES — Votos ! Votos !

O SR. PRESIDENTE — A discussão está encerrada; agora, trata-se de votar.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Não vou discutir a emenda...

VOZES — Votos ! Votos !

O SR. PRESIDENTE — A discussão está encerrada.

O SR. EPITACIO PESSÔA — Não vou discutir a emenda...

O SR. PRESIDENTE — Não posso consentir...

VOZES — Votos ! Votos !

O SR. EPITACIO PESSÔA — ... quero dizer, apenas, qual o meu intuito ao apresental-a.

VOZES — Votos ! Votos !

O SR. LAURO MÜLLER — Tem-se feito isto tantas vezes.

O SR. PRESIDENTE — Mas é um abuso (*Muitos apoiados*), contra o qual tenho protestado sempre. (*Muitos apoiados.*)

O SR. EPITACIO PESSÔA — Eu queria dizer...

VOZES — Votos ! Votos !

O SR. EPITACIO PESSÔA — Não ia discutir a emenda...

VOZES — Votos ! Votos !

(*O orador senta-se.*)

São, successivamente, postas a votos e rejeitadas as duas partes da seguinte emenda:

«Alterem-se os §§ 4º e 5º do art. 68, do seguinte modo:

«Os estrangeiros que, achando-se no Brasil no dia 15 de novembro de 1889, declararem, dentro de seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de adoptar a nacionalidade brasileira.

«Os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brasil e forem casados com brasileiras, ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brasil, si manifestarem a intenção de adquirir nacionalidade brasileira

<S. R. — *Epitacio Pessoa.*>

Posta a votos, é approvada a seguinte emenda:

Ao art. 68, paragrapho unico

Supprima-se, por ser a repetição do que está consignado em o n. 25 do art. 33. — *A. Milton*.

Posta a votos, é rejeitada a seguinte emenda:

Ao art. 69

Depois das palavras — na forma das leis —, acrescente-se: e os estudantes das academias superiores, maiores de 18 annos. — *A. Azeredo*.

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 70, § 2º, b

Supprimam-se as palavras — condecorações ou titulo estrangeiro. — *Bulhões* e outros.

Ao § 3º

Supprimam-se as palavras — observados os limites postos pelas leis de mão morta —, que serão substituidas pelas seguintes: observadas as disposições do Direito commum.

Supprimam-se, egualmente, as palavras — guardadas as leis criminaes. — *Zama*.

Em seguida é rejeitada a seguinte emenda:

Ao art. 71, § 6º

Depois de — leigo —, acrescente-se — e livre o ensino —, etc. — *Julio de Castilhos*.

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Ao § 13 do art. 71

Substitua-se pelo seguinte:

A' excepção do flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronuncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei, e mediante ordem escripta da autoridade competente. — *Chaves* e outros.

Additivo ao art. 71, para ser collocado depois do n. 17:

As minas pertencem aos proprietarios do sólo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a hem da exploração deste ramo de industria. — *José Hygino* e outros.

Ao art. 71, § 18

Eliminem-se as palavras — postal e telegraphica. — *A. Milton*.

Ao art. 71 (para serem collocados depois do § 25).

§ Aos auctores de obras litterarias e artisticas é garantido o direito de reproduzir-as pela imprensa ou qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos auctores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

§ A lei assegurará, tambem, a propriedade das marcas de fabrica. — *José Hygino* e outro.

Ao art. 71, § 27

Accrescente-se: assim como os que acceptarem condecorações ou titulos nobiliarios, ou estrangeiros.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Leopoldo de Bulhões*. — *G. Bezouro*.

Ao art. 75

Supprima-se. — *Retumba*.

Ao art. 76

Substitua-se:

Art. 76. Os militares de terra e mar terão fôro especial, constituido por tribunaes militares, para delictos militares. — *Retumba*.

Ao art. 76

Accrescente-se:

§ 1.º Este fôro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalicios, e dos conselhos necessarios para a formação da culpa e julgamento dos crimes.

§ 2.º O Congresso, por lei ordinaria, regulará a composição do Supremo Tribunal Militar, suas attribuições e outras circumstancias inherentes ao fôro de que se trata.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *M. Valladão*. — *G. Besouro*.

Ao art. 78

Substitua-se:

O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes federaes não poderá exercer as de outro.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Campos Salles* e outros.

Ao art. 82

Supprima-se este artigo, por envolver materia administrativa. — *Leovigildo Filgueiras*.

Ao art. 86

Substitua-se:

Art. 86. O Exercito federal compor-se-á de contingentes que os estados e o Districto Federal são obrigados a fornecer,

constituídos de conformidade com a lei annua de fixação de forcas.

§ 1.º Uma lei federal determinará a organização geral do Exercito, de accordo com o § 19 do art. 33.

§ 2.º A União se encarregará da instrucção militar dos corpos e armas e da instrucção militar superior.

§ 3.º Fica abolído o recrutamento militar forçado.

§ 4.º As patentes, os postos e os cargos inamoviveis são garantidos em toda a sua plenitude.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Retumba.*

Substitutiva ao art. 86

O Exercito e Armada compor-se-ão pelo voluntariado sem premio, e em falta disso pelo sorteio, previamente organizado.

Concorrem para o pessoal da Armada as escolas Naval, Aprendiziz Marinheiros, e o sorteio da marinhagem mercantil. — *Julio Frota.*

E' posto a votos e rejeitado o seguinte additivo:

Accrescente-se, como penultimo artigo das Disposições geraes:

Art. São constitucionaes tão sómente as disposições que se referem a attribuições e limites dos poderes politicos e aos direitos individuaes e politicos dos cidadãos.

Paragrapho. As disposições desta Constituição que não estiverem nestas incluídas, poderão ser alteradas, ou reformadas, pelos tramites e com as formalidades das leis ordinarias. — *Virgilio Damasio.*

Fica prejudicada a seguinte emenda:

No art. 88, modifique-se o principio, do seguinte modo:

Art. Nas disposições de ordem constitucional, sómente poderá ser reformada a Constituição mediante —, etc.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Virgilio Damasio.*

São, successivamente, postas a votos e approvadas as seguintes emendas:

Ao art. 89

Supprima-se, por não tratar de materia constitucional. — *Almeida Barreto* e outros.

Ao art. 1.º das disposições transitorias:

Supprimam-se a 1.ª parte e o § 1.º deste artigo, porque estão prejudicados. — *J. Hygino.*

Modifique-se o § 2.º, do seguinte modo:

Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em Assembléa Geral, elegerá (o mais como está). — *J. Hygino.*

Ao art. 1º, § 6º

Acrescente-se o seguinte, ao final:

No dia 15 de junho do corrente anno.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *B. de Campos.*
— *Carvalho.* — *Mursa* e outros.

Ao art. 1º das Disposições transitorias:

Acrescente, ao § 6º:

Não podendo em hypothese alguma ser dissolvido. —
Barbosa Lima.

Art. 2º

Supprima-se. — *B. Campos* e outros.

Ao art. 3º das Disposições transitorias:

Supprima-se.

Sala das sessões, 27 de janeiro de 1891. — *Augusto de Freitas.* — *Virgilio Damasio.*

O SR. NILO PEÇANHA (*pela ordem*) diz que, havendo duvidas sobre a votação desta ultima emenda, requer contra-prova de votação.

O SR. PRESIDENTE diz que os Srs. Secretarios, com todo o escrúpulo, verificaram que tinham votado 95 Srs. congressistas a favor e 91 contra; mas que, em todo o caso, procederá como em outras occasiões tem feito, desde que a votação se decidiu por pequeno numero, e, portanto, consultará o Congresso sobre si concede a verificação pedida pelo Sr. Nilo Peçanha.

O SR. ALMEIDA BARRETO (*pela ordem*) diz que acabam de entrar o Sr. Pedro Americo e outros Srs. representantes, que não tomaram parte na votação, e, por isso, pede ao Sr. Presidente que, no caso de proceder-se á votação, os convide a retirarem-se do recinto.

O SR. PRESIDENTE — Como disse, a votação foi feita e verificada, mas, tendo a Mesa estabelecido como precedente consultar o Congresso sobre si admite uma segunda votação, consulto-o-ei, mas declaro que a verificação foi feita pela Mesa. O Congresso, porém, decidirá se quer uma nova votação sobre o mesmo assumpto.

O SR. NILO PEÇANHA não duvida, absolutamente, da sinceridade dos Srs. Secretarios, e della dá testemunho; si faz o seu requerimento é porque a emenda está assignada por mais de 100 representantes.

Consultado, o Congresso rejeita o requerimento do Sr. Nilo Peçanha.

E, em seguida, nesta a votos e approvada a seguinte emenda:

Ao art. 11

Substitua-se:

Approvada que seja a Constituição, será assignada pelos representantes e promulgada pela Mesa do Congresso.

Sala das sessões, 28 de janeiro de 1891. — *Thomas Del-
fino.* — *A. Azeredo.*

E' posto a votos e approved o seguinte additivo:

Accrescentem-se:

Art. Será adquirida a casa em que falleceu o Dr. Benjamin Constant, na qual se collocará uma lapide em homenagem á memoria do grande patricio — o fundador da Republica.

Paragrapho unico. A' viuva será concedido o usufructo durante sua vida, passando, depois, para a Nação, como propriedade nacional.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1891. — *Nelson de Vasconcellos.*

E' annunciada a votação do seguinte additivo:

A União cobrará, durante cinco annos, em beneficio dos estados, 15 % additionaes aos impostos de importação que em cada um delles fôr cobrado.

.....
§ 2.º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a quota que deve pertencer a cada um dos estados de Minas Geraes, Goyaz e Rio de Janeiro, do que fôr arrecadado na Alfandega da Capital Federal, em virtude destas disposições. — *L. Müller* e outros.

O SR. CHAGAS LOBATO (*pela ordem*) requer votação nominal.

Consultado, o Congresso approva que a votação do referido additivo seja nominal.

Procedendo-se á votação nominal, respondem *sim* os Srs. Francisco Machado, Joaquim Sarmento, José Segundino, Joaquim da Cruz, Elyseu Martins, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, Almeida Barreto, José Hygino, José Simão, Pedro Paulino, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Braz Carneiro, João Severiano, Cesario Alvim, Santos Andrade, Esteves Junior, Uchôa Rodrigues, Costa Rodrigues, Henrique de Carvalho, Anfrísio Fialho, Nogueira Paranaçu, Nelson, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Ave-
lino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Pedro Americo, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcante, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira de Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Bel-larmine Carneiro, Theophilo dos Santos, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Testa, Seabra, Antonio Euzebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Medrado, Barão de Villa

Vicosa, Prisco Paraíso, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Luiz Murat, Alcindo Guanabara, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Francisco Veiga, Matta Machado, Costa Scuna, Gonçalves Chaves, Feliciano Penna, Manoel Fulgencio, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Ferreira Rabello, João Luiz, Lauro Müller, Lacerda Coutinho (92).

Respondem *não* os Srs.: Leovigildo Coelho, Paes de Carvalho, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Firmiano da Silveira, Floriano Peixoto, Tavares Bastos, Thomaz Cruz, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Americo Lobo, Prudente de Moraes, Campos Salles, Silva Canedo, Silva Paranhos, Pinheiro Guedes, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Indio do Brasil, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Barbosa Lima, Bezerril, Couto Cartaxo, Retumba, Espirito Santo, Officica, Gabino Bezouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Muniz Freire, Athayde Junior, Urbano Marcondes, Cyrillo de Lemos, Virgilio Pessoa, Franca Carvalho, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Aristides Lebo, Furquim Werneck, Vinhaes, Antonio Olyntho, Badaró, Chagas Lobato, Alexandre Stockler, Alvaro Botelho, Viotti, Dutra Nicacio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Paletta, João de Avellar, Ferreira Pires, Bernardino de Campos, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Carlos Garcia, Moreira da Silva, Rubião Junior, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azevedo, Caetano de Albuquerque, Marciano de Magalhães, Fernando Simas, Schmidt, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Menna, e Barreto (110).

E' rejeitado por 110 votos contra 92 o additivo do Sr. Lauro Müller e outros.

O SR. PRESIDENTE — Está terminada a votação das emendas ao projecto de Constituição em 3ª discussão.

Na forma do Regimento, o projecto e as emendas approvadas vão á Comissão Especial de Redacção Final, de accordo com o vencido. Como naturalmente a commissão dependerá de dous ou tres dias, no minimo, para organizar o trabalho definitivo do projecto de accordo com o vencido, não poderei marcar o dia de sessão para discussão da redacção, visto que depende do tempo de que necessita para esse trabalho e publicação da redacção final. Consequentemente, si não houver deliberação em contrario do Congresso, só convocarei a sessão depois que obtenha da commissão o projecto redigido de accordo com o vencido.

Passamos á 2ª parte da ordem do dia.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DAS MOÇÕES SOBRE O TRATADO DE COMMERCIO COM OS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE

Continúa a discussão das moções dos Srs. Assis Brasil, Demetrio Ribeiro e José Avelino sobre o tratado de commercio americano.

O Sr. Oiticica (*Movimento de attenção*) — Parecerá a muitos uma impertinencia, Sr. Presidente, que o Congresso Constituinte se esteja distrahir da sua tarefa constitucional para occupar-se com os actos praticados pelo Governo; parecerá uma impertinencia que a missão na qual está empenhado o Congresso seja, uma e muitas vezes, interrompida com a analyse de decretos expedidos pelo Governo Provisorio, no exercicio pleno do Poder Legislativo, de que foi investido por esta Assembléa.

Delegando ao Poder então existente a attribuição de legislar, solicitando do Governo Provisorio a continuação do exercicio de todos os poderes em cuja posse o encontrou, o Congresso Nacional queria, e o manifestou por um acto publico, ficar em uma esphera de acção completamente livre das perturbações occasionadas pelas necessidades do Governo do paiz, tranquillo no desempenho das funções constituintes, libertado das paixões politicas, pairando em plano elevado, onde a sua unica preocupação fosse—dotar a Republica, apenas proclamada, de uma Constituição que firmasse as novas instituições, entregando o paiz a um Governo legal, expressão da vontade nacional manifestada com a Revolução de 15 de novembro de 1889.

Era de esperar que, reconhecendo a legitimidade do Poder que fez a delegação, aceitando a investidura do unico Poder emanado da soberania nacional, o Governo comprehendesse como havia mudado, desde então, a plenitude de funções dada pela Revolução, quão restricta, moralmente, fôra a dictadura de que a Assembléa Nacional o investira, exercendo o Poder, do qual era apenas o depositario, por estar o seu legitimo dono em face do proprio Governo, simples delegado do outro Poder, que representa a Nação soberana.

E, assim, mudasse de plano, agindo livremente sobre assumptos administrativos, mas abstando-se de decretar sobre materia da competencia do Poder Legislativo, guardando a plenitude das funções, unicamente, para os casos excepcionaes de salvação publica, mesmo para quando necessidades urgentes, gravissimas, não permittissem o adiamento das providencias exigidas para a consulta ao Congresso ordinario.

Isso mesmo para não perturbar a Assembléa Constituinte, cuja attenção estava seriamente occupada com a elaboração da Carta constitucional, a lei das leis, que deve crear e regular o proprio Poder Executivo, nas mãos do Governo revolucionario.

Feita a delegação por esta Assembléa, aceita a delegação, e, portanto, reconhecida a legitimidade do mandante, o Congresso entrou, francamente, no estudo do projecto de Constituição; e V. Ex. tem visto, manifestou-se, da parte de todos o maior empenho, o maximo interesse na discussão dos problemas diversos offerecidos a sua apreciação, sem intentar,

uma vez só, exceder o limite das funções que a si próprio se traçou: disse-se, lá fóra, que o Congresso tivera a velleidade de se converter em Convenção; mas, V. Ex. sabe como é falsa essa accusação, como é infundado esse boato, levantado de proposito, para ser thema de accusação á correção do nosso procedimento! (*Apoiados.*)

Nem uma só vez o Congresso Nacional manifestou a resolução de exercer funções legislativas ordinarias, nem mesmo quando, assoberbado pela perda irremediavel do grande cidadão Benjamin Constant, se conservava indeciso no modo de paten-tear á Nação a co-participação na dor immensa que a todos assaltava; nessas occasiões de indecisão, no modo de parecer, o Congresso accceitou sempre a opinião mais avisada, que lhe deu a orientação para agir, sem reassumir a função legisla-tiva delegada ao Governo Provisorio.

Para corresponder a esse procedimento altamente conveniente, da maior correção possivel, que tem feito o Governo Provisorio, quanto aos poderes delegados?

Podemos dizel-o com os factos trazidos á discussão neste recinto e a perturbar, constantemente, a missão a que restringimos as nossas funções: o Governo usou e abusou largamente do Poder delegado, expedindo decretos, verdadeiras leis, que alteram profundamente a vida da Nação, legislando como si fosse elle o unico Poder ainda existente, ou, digo mais, ainda, como si a Nação fosse propriedade sua, de que pudesse elle dispor como lhe aprouvesse, sem peias, desordenadamente, em manifesta contradicção com os interesses da communhão nacional e, até, ás vezes, em contradicção consigo mesmo em actos anteriores.

Será necessario citar factos para prova desta verdade?

Não temos a verdade destas proposições na série de actos dos actuaes secretarios de Estado, nomeados e investidos das funções sem que, ao menos, se dignassem de trazel-os ao nosso conhecimento, actos em contraposição aos do gabinete anterior, a revogal-os, a inutilizal-os, a constituir novos di-reitos, como si fossem um poder legal, emanando de uma lei constitucional, que os fizesse os arbitros supremos dos des-tinos da Nação?

Emquanto o Congresso dá o exemplo da maior calma, provas do desejo, que o possui, de dotar o paiz com a sua lei fundamental, o Governo abusa do Poder Legislativo, perturbando todas as relações existentes no paiz, dando e tirando direitos, nem respeitando, mesmo, as deliberações do Con-gresso, confiado na sua omnipotencia.

Podemos nós, representantes da Nação, os depositarios dessa soberania que nos reúne aqui para a elaboração da lei constitucional, e nos reunirá, amanhã, para as leis que hão de reger os cidadãos brasileiros, podemos nós assistir, mudos, impassiveis, a esse descalabro em que vai o paiz, quando a opinião nacional se levanta para condemnar a leviandade o desaso com que se expedem, todos os dias, decretos contra os interesses da Nação, sem consultar as necessidades publicas?

Não se deve condemnar, portanto, o Congresso Consti-tuinte, Sr. Presidente, por estas interrupções constantes ao assumpto que, unico, deveria occupar a sua attenção; culpa é do Governo, que, de posse de um deposito confiado em con-dições excepçionaes e para ser usado em possiveis occasiões tambem excepçionaes, abusa, largamente, das circumstancias, e

dispõe do paiz como senhor absoluto, a bem de interesses de uns ou de outros, mas sempre contra os interesses publicos.

Teremos de entrar, quando em sessão ordinaria, na apreciação desses actos do Governo, e será essa a occasião de discutil-os todos, demonstrando o nenhum cuidado na distribuição larga do cofre das graças.

Façamos, porém, desde logo, sentir que o proprio Governo se tem incumbido de provar a inconveniencia de muitos desses actos; podemos ver no bojudado corpo da legislação da Republica, entre os innumerados decretos expedidos pelo Governo Provisorio em 14 mezes, muitos revogatorios e modificativos de outros anteriores, alguns synthetizando theorias e systemas completamente oppositos; e mais é de admirar que não houvesse mudado o responsavel unico por esses diversos actos, que tenham sido todos elles, antagonicos entre si, embora expedidos pelo mesmo chefe do Governo sempre em bem do interesse publico.

Nutrimos a esperanza de que mudasse esta situação com a mudança de ministros ou dos simples secretarios de Estado; masahi temos novos decretos, novas deliberações, novos systemas e theorias, exploradas até duas fontes de graças que já suppunhamos gastas desde o tempo da Monarchia: as remoções dos juizes de Direito e as reformas e nomeações para a Guarda Nacional. E isto se faz em nome da pureza da doutrina republicana, em consequencia de uma Revolução que teve como causa e para justificativa a corrupção estabelecida na mais larga escala pelo regimen decabido.

Nós não podemos conservar-nos silenciosos perante tudo quanto se tem feito, a não querermos ser accusados de nem haver lavrado aqui o nosso protesto contra esses erros, das mais graves e das mais funestas consequencias para o futuro do nosso paiz.

Surgiu-nos ultimamente, este convenio, Sr. Presidente, feito ás pressas, sem o estudo e sem o exame exigidos por assumpto de tanta magnitude, sem ser ouvida a opinião do Poder Legislativo, facil de ser consultado si havia tanta urgencia, sendo mais conveniente de esperar a consulta por tres mezes apenas, na sessão ordinaria proxima. (*Apoiados.*)

No dia em que esse convenio foi publicado, antes de ouvir a opinião da imprensa sobre elle, após apenas uma leitura rapida das clausulas ahi estatuidas, eu levantei-me nesta Casa e clamei desta tribuna contra uma ds consequencias desastrosas, trázidas por esse novo acto do Governo dictatorial — a diminuição da receita reservada á União para poder acudir aos innumerados encargos do seu orçamento de despesa.

Não disuti o tratado em si, porque não houvera tempo de estudar essas clausulas e conhecer quanto de prejudicial ellas trariam para a economia nacional, com a protecção dada ás industrias do paiz favorecido, em gravame ás industrias do nosso paiz.

V. Ex. e o Congresso têm visto, Sr. Presidente, como a opinião publica tem condemnado, quasi unanimemente, esse convenio em que, como se vê de todos os órgãos da opinião nacional, esta tribuna, a imprensa, a manifestação do pensamento das classes productoras da riqueza publica, o Brazil, emfim, foi completamente enganado deixando-se o seu Governo fascinar pelas vantagens de occasião, postas sob os seus olhos pelos interessados na assignatura do convenio.

Legisladores do presente, os membros do Governo Provisorio não attenderam ao futuro do paiz e julgaram o convenio bom, porque, desde logo, o Brazil auferia lucros maiores que a Republica Americana, com quem contractava. E' do *Diario Official* esta affirmação, que eu apreciaria d'aqui a pouco: "O convenio faz-nos perder 4.000 e tantos contos, ao passo que os Estados Unidos perdem, desde logo, 11.000 e tantos."

Eu começo a censurar o tratado, Sr. Presidente, logo ao desconhecer a legitimidade para contractar, das duas partes que figuram no convenio. De um lado figura o Governo *provisorio* de um paiz que se está reorganizando, que já elegeu a sua representação, que tem o seu Poder Legislativo anda occupado com a sua carta constitucional; o tratado de commercio é feito por um Governo de revolução deste paiz, com o seu periodo dictatorial já findo, e usando de attribuições delegadas, sim, mas de que elle só deveria usar para a urgencia da salvação publica, em medidas inadiaveis.

Devia esse governo apressar-se em celebrar convenio que tanto vai affectar as relações economicas do seu paiz, mesmo com o estrangeiro, com as nações excluidas da preferencia, na protecção dada aos generos de uma só?

Devia esse governo ser tão pressuroso em annullar a consulta ao parlamento, ao Poder Legislativo, quando, constituido como estava, elle se poderia manifestar em menos de tres mezes, estudando, elucidando a questão, compartilhando com o Governo legal a responsabilidade das consequencias resultantes do convenio?

Do outro lado, temos a Nação Americana, a Republica por excellencia, aquella que temos procurado para nos servir de modelo, digna de ser imitada como o exemplo da liberdade e da soberania nacional; alli se deve saber que o Governo soberano da Nação é o Congresso Nacional e sómente este é o competente para a celebração de tratados de commercio. Entretanto, o seu governo apressa-se a vir tratar com um poder da Revolução, nas vespuras de entrar a Nação no regimen legal, contra as disposições da sua propria Carta constitucional, synthese do systema republicano, em que a soberania reside no povo, representado nos seus eleitos.

Vê V. Ex., Sr. Presidente, que falta a este tratado a legitimidade dos contractantes, o elemento moral para a legalidade do acto que não tem a sancção do povo, da representação do paiz, unico competente para acceitar essas clausulas, que vão reger as relações da sua vida economica.

UM SR. REPRESENTANTE — Era preciso a clausula *ad-referendum*.

O SR. ORICRICA — Censuro, justamente, o tratado, por lhe faltar esta clausula, devendo ter elle execução a 1 de abril, antes da reunião do Poder Legislativo; dispensou-se, portanto, a sua approvação, nullificou-se o Poder legitimo, como tem tem sido nullificado este Congresso, nas deliberações do Governo Provisorio.

Verificada, assim, a primeira falha que tem esse tratado, estudando as suas clausulas em relação aos dous paizes, reconhece-se, facilmente, Sr. Presidente, que é uma verdade, tristissima para o Brazil, o que disse desta tribuna o nobre representante do Rio Grande do Sul: O Brazil foi perfeitamente enganado nesse convenio; direi mais: o governo deixou-se se-

duzir pelas vantagens do momento, encarecidas pelos interessados na assignatura do convenio.

Os paizes, Sr. Presidente, fazem tratados de commercio em circumstancias excepcionaes para ambos os contractantes: quando um delles é grande e ás vezes unico productor de um genero de consumo, faltando-lhe outro genero que outro paiz produz em quantidade e talvez como productor unico; dá-se entre esses paizes contractantes a troca do superfluo de um pelo superfluo do outro, accudindo ao necessario, sentido por ambos elles para o seu consumo.

Essa troca subordina-se sempre, entretanto, á condição essencial da não produção dos generos, objecto da protecção de um convenio, pelas duas partes contractantes, uma em relação ao producto da outra.

Um paiz que produza vinhos em quantidade superior ao seu consumo, mas não possa produzir o trigo, ou o produza em quantidade minima, faz um tratado de commercio com outro paiz em circumstancias oppostas ás suas, o qual produza trigo em excesso, mas não possa produzir a uva, ou produza-a em quantidade insufficiente ás necessidades da sua população. Assim para outros generos.

Dessa troca de productos resulta que o genero entrado como necessario em troca do superfluo exportado, goza da isenção de impostos, ou de redução consideravel, que o torne accessivel aos consumidores, como esse superfluo entra no paiz contractante protegido por isenção de direitos equivalente.

Da isenção, ou augmento, dos impostos para os generos trocados pelos diversos paizes entre si, proveem dous systemas — proteccionista ou livre cambista; o primeiro entende que devem ser protegidas as industrias dos paizes productores que a importação deve ser grandemente taxada, afim de dar consumo, valorizando aos generos produzidos pelas industrias nacionaes, de modo a só poderem ter entrada os generos estrangeiros quando produzidos a preço infimo, ou para serem adquiridos a preço elevado, por parte diminuta da população: a classe rica; o segundo julga injusta essa protecção á industria, seja qual fór, e sonha a Humanidade inteira trocando livremente os seus productos, sem taxas de importação ou de exportação, sem obstaculos ao livre cambio das mercadorias, sonho difficil de realizar entre todos os paizes do Mundo, e fonte de ruina para aquelle que o quizesse acceitar isoladamente, em concorrência com as tarifas aduaneiros de todas as outras nações.

Attendamos, porém, meus Senhores, que essa maior ou menor applicação do systema proteccionista visa, sempre, proteger as industrias existentes em um paiz contra a invasão das dos outros productos de generos similares, sempre com o fim de concitar a produção indigena, para não vel-a morta pela concorrência dos generos estrangeiros.

Não ha, porém, em Economia Politica systema algum que admitta protecção aos productos de industrias estrangeiras que tenham similares ou possam ser alcançadas no paiz protector, levando o cumulo da protecção a restringil-a a certo e determinado paiz, matando a concorrência de todos os outros tambem productores e exportadores.

Esse systema original, que reúne tudo quanto os dous systemas têm de mais prejudicial na sua extrema applicação, foi o adoptado pelo Governo Provisorio em relação aos Es-

tados Unidos da America. Esse tratado, que dá protecção aos productos da terra, a cercaes, a manufacturas de algodão, a indústrias generalizadas em todos os paizes e nascentes, em pé de florescimento, no Brazil, é feito pelo Governo deste paiz, de solo imenso e uberrimo, capaz de produzir todos os generos alcançados pela protecção, deste paiz eminentemente productor, que começa a tornar-se industrial. — paiz já chamado, ao tempo da monarchia, — de *essencialmente agricola*. E o tratado dá protecção, não a todos os paizes, não accesso a todas as manifestações da actividade productora de todos os povos, de modo a que todos elles venham dar a grande batalha da concurrencia com a barateza dos productos offereidos ao mercado consumidor, — não: dá protecção, isentando de impostos a uns e reduzindo-os consideravelmente para outros, aos generos importados de um só paiz, estabelecendo o monopolio para esse, excluindo todos os outros de trazer o producto estrangeiro para os portos do paiz protector e monopolizado.

Eu ouvi, admirado, Sr. Presidente, os poucos oradores que defenderam o convenio, desta tribuna, e que sinto não estejam presentes ouvindo-me com a attenção que eu lhes prestei... (*Apoiados.*)

O SR. ASSIS BRASIL — Fui orador, e protesto.

O SR. OTTICICA — Mas S. Ex. não defendeu o tratado, e eu me refiro aos defensores. Ouvi delles que nós, aquelles que atacavam o convenio commercial, não tinhamos razão de fazel-o, porque a isenção dos impostos quanto aos Estados Unidos, traria a abundancia, e dahi a barateza consequente para os generos vindos ao mercado, lucrando com isto o povo, as classes menos favorecidos da fortuna.

Este argumento, Sr. Presidente, é inteiramente falso, porque a protecção dada a um paiz traz consigo o monopolio para os generos desse paiz, prohibindo a concurrencia, que é a grande determinadora da barateza dos generos. (*Apoiados.*)

Desde que a Nação Americana fica em melhores condições de mercado sobre todos os outros paizes do Mundo, quanto a essa enorme tabella de generos que constituem a quasi totalidade da nossa importação, acontecerá que, desapparecendo a concurrencia dos outros paizes hoje senhores do nosso mercado, por não poderem compellir no preço da venda com a nação favorecida, esta tornar-se-á senhora, por sua vez, do mercado, excluindo a importação de generos europeus e americanos do Sul, tal como, actualmente, se acha a Nação Americana, em inferioridade de condições nos mercados brasileiros.

Essa exclusão de todos os outros, essa preponderancia sobre as demais nações, produzirá o phenomeno economico fatalmente decorrido de todo o monopolio, da existencia dos generos de uma só procedencia: o augmento do preço da mercadoria para dar maior lucro ao productor, ao exportador, ao importador e aos intermediarios, até ao consumidor, o unico que não terá aproveitada cousa alguma dos favores outorgados á nação protegida.

De modo que, Sr. Presidente, allegando vantagens a auferir do convenio aduaneiro pela grande classe dos proletarios, do povo que menos ganha e sobre o qual pesa a maior parte

dos impostos, a encarecer o genero, os defensores do tratado de commercio com os Estados Unidos da America defendem, de facto, o monopolio de quasi todas as mercadorias necessarias á subsistencia dessa classe, esquecidos de que o monopolio traz o arbitrio do preço, e o vendedor não tem condescendencia, não attende a movimentos de piedade, não se lembra das desvantagens da usura quando pôde auferir mais lucro da revenda por preço, mesmo, exorbitante, da mercadoria importada a preço infimo.

O SR. ASSIS BRASIL — O monopolio mata as industrias, e, faltando estas, o povo não terá meios com que comprar.

O SR. OITICICA — E' outra face da questão e que eu terei de encarar. Temos, actualmente, exemplo do que acabo de enunciar, no facto conhecido de aproveitarem-se os vendedores de qualquer circumstancia, por menos justificavel, para elevar o preço dos generos, neste momento mesmo, nesta capital, augmentados de 100 %, a pretexto do pagamento de mais 40 % dos direitos em ouro, por causa da baixa do cambio.

Demais, Sr. Presidente, a lei universal da riqueza de um paiz não é outra senão o augmento constante, progressivo, da sua produção; esse augmento não se dá, não se dará senão subordinado á necessidade que tenha esse povo de produzir para viver. Não se acredite que o augmento da importação, unicamente, constitua para um paiz a sua riqueza; isto é principio absurdo em Economia.

A riqueza de um paiz está em produzir tanto quanto basta para que a sua população viva á farta e sobre-m-lhe, ainda, generos para ser permutados por aquelles que essa população não possa produzir; quanto maior o excesso da produção, mais permite a troca dos productos nacionaes pelo estrangeiro; é essa maior ou menor permuta que determina a riqueza do paiz que a entretém.

E' claro, Sr. Presidente, que a facilidade de obter os productos necessarios á vida, o baixo, o infimo preço desses generos imprescindiveis ao consumo, quer por habito contrahido, quer por serem os unicos conhecidos da população, levarão esta a procurar o trabalho remunerador, tanto quanto lhe basta para haver as mercadorias a preço baixo, sempre nas industrias differentes das mercadorias importadas, e que não podem ser remuneradoras de trabalho mais caro do que o valor infimo destas.

E, então, as industrias tendem a definir no paiz importador, começam a ser abandonadas pelos que podiam desenvolvê-las e começaram a fazel-o; porque, ninguém contestará, mais vale haver o genero barato do que produzi-lo mais caro, de modo a não compensar as despesas da produção.

Eis a razão, Sr. Presidente, porque os paizes que se constituem, os paizes chamados novos, antes de serem ricos, antes de poderem apresentar-se como emporios de commercio, centros de prosperidade e grandeza, são todos proteccionistas, taxando grandemente as industrias estrangeiras e que podem ser desenvolvidas similarmemente no proprio paiz, obrigando o povo, a nação, a produzir quanto seja necessario ao consumo, sobrando-lhe, ainda, o necessario para ser exportado em troca de mercadorias que não possa ou não lhe convenha produzir.

UM SR. REPRESENTANTE — Elles só admittiram o livre cambio depois de se conhecerem em condições favoraveis.

O SR. OITICICA — Nenhuma das actuaes nações chamadas ricas chegou á prosperidade sem auferir as vantagens economicas do protecçionismo talvez da quasi prohibição aduaneira: a Inglaterra, a França e, mesmo, os Estados Unidos da America assim fizeram, e fazem, ainda hoje.

Ha, Sr. Presidente, no proprio ponto a que chegaram as grandes nações do antigo e do novo Continente, um phenomeno economico resultante da protecção dada por essas nações ás suas industrias: a excessiva producção, enormemente superior ás necessidades do consumo, a exigir mercados novos onde tenha extracção esse excesso que deve ser exportado.

Si estudarmos como puderam os Estados Unidos e os outros paizes chegar a esse grande resultado, reconheceremos, facilmente, que a difficuldade do transporte, antes da invenção dos dous approximadores das distancias — o vapor e o telegrapho —, obrigaram-nas, pela grande lei da lucta pela vida, a tirar do proprio sólo os recursos da existencia, sem poder importar-os de outras procedencias, carissimas, como viriam a chegar a essas populações aggreemiadas em centros longinquos uns dos outros; todas as industrias desenvolveram-se de tal modo que, ao chegarem os dous maiores promotores da riqueza universal, quando o barco a vapor fez a união dos continentes, quando a locomotiva invadiu os sertões, supprimindo as distancias, as riquezas já adquiridas por essas populações permittiu-lhes augmentar de muito mais ainda a producção, com a facilidade da permuta universal do excesso de producção de uma nação pelo superfluo obtido em outra.

Um factor ainda mais poderoso veio concorrer para esse progredir extraordinario das nações em nossos dias: a união das pequeninas quantias, avolumando-se pela reunião dos muitos poucos e formando o grande capital para a organização das sociedades anonymas. V. Ex. sabe, Sr. Presidente, que esta descoberta é de muito poucos annos, e como a substituição das sociedades em commandita pelas sociedades anonymas permittiu multiplicarem-se os capitães na exploração de todas as industrias. Já no Velho Mundo, alli no Estado Americano do Norte, para onde a corrente de immigração se estabeleceu desde logo, augmentada a população, e com esta a producção imprescindivel á sua vida.

Exploradas todas as industrias, augmentada enormemente a producção, multiplicados os capitães, sem acharem mais a que se applicarem, o Velho Mundo e os Estados Unidos da America do Norte olham para os paizes novos que possam offerecer campo ao emprego desses capitães e dessas mercadorias em excesso; e o Brazil, paiz novo, immenso, despovoado, uberrimo, inexplorado, é um dos pontos que todos têm em mira para a collocação das suas sobras, volumosas demais para serem guardadas, mas muito capazes de fomentar a riqueza dos paizes inexplorados, augmentando a dos seus possuidores.

Nós havíamos sido acostumados pela ex-metropole a ser apenas cultivadores da canna de assucar e do algodão, fornecedores das madeiras abundantes no littoral, havendo alcançado a mais, em meio seculo de vida independente, produzir o café, e extrahir a borracha, no extremo Norte. A extensa

costa de mar facilitava a remessa desses limitadíssimos generos e o recebimento de todos os cereaes, de todos os mais generos precisos, desde o alpista para os passaros captivos em nossas casas, até a bataia chamada ainda hoje ingleza e que se pôde alcançar no Brazil superior á que importamos.

Que bellissimo e vasto campo para o emprego de capitaes existentes na Europa apenas com a retribuição minima de 1/2 % ! E não faltaram boa vontade e espirito commercial, patriotismo e interesse pessoal que, aliados, fizessem descobrir a boa applicação para esses capitaes no fomento de todas as industrias em um paiz de tanto futuro.

Surgiram as companhias industriais, montaram-se estabelecimentos fabris de diversos generos, organizaram-se bancos innumerados a fornecer dinheiro a preço commodo a todos os productores, inaugurou-se, enfim, era nova para esta Patria rica mas inexplorada, grande, mas despovoada, de immenso futuro mas desdeixada no presente pela falta do grande, do enorme, do poderosissimo fertilizador: o capital.

Ninguém acreditará, Sr. Presidente, que os capitaes com que se tem organizado toda essa aluvião de companhias e bancos, sejam capitaes nacionaes e não, muitos delles, estrangeiros, os quaes procuram applicação proveitosa em um paiz de horizontes claros e abertos ao futuro.

O Brazil estava, portanto, a esperar os resultados prodigiosos dessa concorrência de capitaes, todos a affluir pressurosos em bem dos interesses dos seus possuidores, que viam, de todos os lados, dar a batalha do melhor lucro em todos os ramos da actividade industrial.

E o convenio, restringindo essa concorrência, apparece, Sr. Presidente, justamente nesta occasião, apanhando nas malhas da sua rede proteccionista em favor de um estrangeiro unico, todas as fontes de producção que poderiam ser abertas á riqueza nacional.

Exclue os paizes da Europa, de salto, com o limitadissimo prazo de mez e meio, da possibilidade de concorrerem ao consumo, não para incitar o desenvolvimento das nossas industrias, mas para que os Estados Unidos da America se possam tornar senhores unicos, absolutos, do nosso mercado, de modo a não ser permittido ás nossas industrias viver.

E seremos eternamente os productores, sómente, do asucar até o n. 16 do padrão hollandez, do café, do couro e da borracha !

Cortamos as relações com a Europa, e limitamos as nossas relações aos Estados Unidos da America, é verdade; mas pergunto: De quem é, a quem pertence a grande maioria dos capitaes existentes neste paiz e que são os fomentadores da nossa riqueza ? Não são outros senão os capitaes europeus; e não julgo de forma alguma aceitavel a politica que tenda a desprezar capitaes de que precisamos, para restringir-nos aos de um paiz que nol-os offerece com a condição de lhe darmos uma preferencia favorecida.

Vê V. Ex., Sr. Presidente, que o tratado de commercio, quanto ás condições economicas dos dous paizes contractantes, não resiste á analyse. Preciso abreviar as considerações que estou fazendo, porque abuso da benevolencia dos collegas, poucos, que me ouvem (*Não apoiados*), e não quero prolongar esta hora adeantada da sessão.

Disse-se aqui, Sr. Presidente, que o tratado era muito bom porque favorecia a industria assucareira, digna de protecção; allegou-se que o assucar subira de preço nos estados do Norte, sómente com a noticia da celebração do convenio aduaneiro.

Sr. Presidente, é profundamente lastimavel que, quando se trata de estudar assumpto como este, que entende com a economia de todo o paiz, haja quem o defenda, encarando-o, não em face dos interesses geraes affectados, mas pelo lado particular dos interesses de uma ou de outra classe.

Ainda quando eu reconhecesse, como productor de assucar, que sou, que o tratado era immensamente proveitoso á industria que eu exercito, não tenho o direito, como representante da Nação, de subordinar os interesses geraes a esse proveito particular da classe a que pertenco; o meu dever é verificar si ha a mesma vantagem para as outras classes, e condemnar, como condemnno, o acto do Governo do meu paiz, que favorece uma ordem de interesses, sacrificando todas as outras. (*Applaudos.*)

Sou productor de assucar no meu Estado, tenho acompanhado com o maximo interesse o desenvolvimento desta industria e as causas da decadencia em que ella se acha.

Não entendo que seja esse meio, o da isenção de impostos para certa qualidade de assucar, o favor de que a industria assucareira precisa para sahir do triste estado em que se acha: lastimo que o Governo do meu paiz não tenha escludo convenientemente este assumpto, para vir dizer, como o declarou pelo *Diario Official*, em defeza ao tratado, que essa industria é favorecida com o accôrdo celebrado.

No principio da vida deste paiz, Sr. Presidente, havia na Europa e nos Estados Unidos muito pequena quantidade de assucar; a grande prosperidade da canna de assucar no Brazil fez com que começasse a exploração da preciosa graminea, fabricando-se assucar de superior qualidade, branco, crystallizado, embora por processos rudimentares. A carestia do producto no mercado importador facultava aos productores a producção, sustentando preços compensadores do fabrico, caro embora, mas vantajosamente remunerado. Era então, e o foi por muito tempo, a industria do assucar, uma das mais prosperas no paiz, senão a mais prospera, fazendo ricos os centros populosos que a desenvolviam, nem deixando pesar a qualquer outra cujos lucros fossem mais farrós.

O bom assucar achava preço remunerador bastante para não dar preferencia ao fabrico do assucar máo, do bruto, cujo maximo de perfeição é o classificado no n. 16 do typo hollandez, fixado no tratado como limite para a isenção dos direitos.

Os residuos do bom assucar eram convertidos em assucar bruto, digamos pelo nome, o qual achava mercado proprio na manufactura de outras industrias que exigem o seu emprego. Este estado de cousas continuou, nada tendo a lamentar os productores de assucar de canna, cuja industria os animava á continuacção da profissão vantajosa por elles adoptada.

De alguns annos para cá principiou a ser rejeitado nos mercados estrangeiros o assucar branco do Brazil, ou a obter preços tão baixos que não compensavam, ao menos, as despesas da producção; ao mesmo tempo só podiam obter preço possivel de acceitar os assucares inferiores. Consequencia

fatal desse phenomeno é que foi, pouco a pouco, sendo descurado o fabrico do bom assucar, augmentando o do inferior, com uma imprevidencia sem nome, com um descuido inqualificavel pela investigação das causas que nos levavam a ser máos productores de genero outr'ora remunerador. Tanto mais era abandonado o bom assucar, mais e mais procurava tornar máo o bruto, já ruim, porque mais e mais decrescia o preço, mesmo para esse, que baixára de 38566 a 18200 e 18000 por 15 kilos.

Não era possivel á industria saccharina permanecer assim e indagaram-se as causas desse depreciamento do genero; reconheceu-se, então, que nos mercados consumidores apparecera uma competidora para a canna: a beterraba, que, embora produzisse em menos quantidade, tinha melhores condições de ser transformada em assucar, com a extracção mais facil, menos dispendiosa, da parte saccharina nella contida. Reconheceu-se, tambem, que, ao passo que a nossa desidia abandonava o bom assucar pelo de qualidade inferior, a industria da beterraba aproveitava as boas condições do meio em que ella se desenvolvia, aperfeiçoava os machinismos extractivos, augmentava as vantagens da producção e tornava-se, pouco a pouco, senhora dos mercados abandonados por nós. Não esqueçamos que as possessões inglezas, Cuba, o Egypto, aperfeiçoavam os machinismos para a producção mesmo do assucar de canna, ao mesmo tempo que nós desleixavamos a cultura, mantendo o regimen do fabrico primitivo.

Despertamos então e convergimos os nossos esforços para aperfeiçoar, tambem, o assucar de canna, reformando os machinismos, diminuindo as despesas, de modo a poder ir dar batalha á beterraba, reconquistando os mercados que ella nos havia tomado; foi esta a nossa resolução depois que analyses chimicas provaram não poder a beterraba supportar a concorrência da canna, muito mais rica, de muito mais facil cultivo, não estragando tanto os terrenos como aquella graminica.

Dahi os favores do Governo aos engenhos centraes, as garantias de juros e a convicção em que estão, hoje, os productores de assucar de que é muito melhor produzir bom assucar do que o producto infimo de agora.

Dahi tambem, da lucta travada entre as duas inimigas, a série de favores, de premios, que os governos dos paizes productores de beterraba concedem aos cultivadores della, auxiliando-a para não parecer, como está condemnada, em futuro não muito remoto.

O nosso empenho qual deve ser, Sr. Presidente? Favorecer a producção do bom assucar, augmentando este até poder ir procurar os mercados, obrigando-os a preferirem-no á sua mortal inimiga. Quando isso succeder, a industria remunerará todos os sacrificios feitos para este resultado.

Um Governo que se interessasse seriamente pela prosperidade do paiz, nada mais tinha a fazer que collocar os productores de assucar em condições de produzir melhor e mais barato, auxiliar a producção, de modo a vencer, nesta grande campanha da concorrência, vital para a canna.

Que fez o convenio?

Favorece a introducção do assucar brasileiro em um mercado muitissimo favoravel ao consumo, limitando, porém, esse favor ao assucar até o n. 16 do typo hollandez, o que quer dizer: favorece o assucar bruto, ruim, esquecendo o assucar

branco, o bom, o unico que tem necessidade de combater a invasão da beterraba nos mercados do Mundo.

Essa protecção, as melhores condições daquelle assucar sobre este, arrastarão a preferencia para o fabrico do mau assucar; dar-se-á o facto denunciado por mim, ha pouco: retrogradaremos ao abandono do aperfeiçoamento do genero, deixando que, pela necessidade do consumo, a beterraba se aposse dos poucos mercados restantes ainda á canna, invadindo, até, ao proprio paiz, e condemnando as nossas fabricas a produzir sómente o assucar bruto.

Já não quero lembrar a que ficam reduzidas as uzinas e engenhos contraes existentes no paiz, nem as garantias de juros concedidas pelo Governo para auxiliar o aperfeiçoamento da industria saccharina, nesse plano perfeitamente concebido, traçado apoz o estudo acurado das causas concurrentes á decadencia da industria, tão remuneradora outr'ora.

Quero apreciar, Sr. Presidente, as consequencias dos factos resultantes do tratado: quando a beterraba houver invadido todo o Mundo, auxiliada pelos premios e favores concedidos pelos governos dos paizes que a produzem, augmentados com a improvidencia nossa que condemna as nossas fabricas a produzir mau genero, sem comprehender que a salvação da industria está na boa produção, melhor que a da beterraba; quando a Republica Americana houver enchido os nossos mercados com os productos de todas as suas fabricas, assenhoreando-se do bom mercado em que ella deposita as esperanças para a salvação dos seus excessivos productos, não precisando mais de protecção para impôr-se, como acontece actualmente aos productos europeus, a industria riquissima do assucar brasileiro, uma das mais importantes para a riqueza deste paiz colossal, onde ella se pôde desenvolver até um maximo que possa garantir-lhe a preferencia em todo o Mundo, com a uberdade extraordinaria da grande zona da Nação Brasileira, estará reduzida a productora de genero de infima especie, morta, incapaz de erguer-se, em condições muito mais desoladoras do que está hoje, no momento em que fôr denunciado esse tratado de commercio, e retirarem-se os favores de que as industrias americanas não precisarem mais.

O SR. JOSÉ MARIANNO — Pelo que vejo, o nobre representante quer que fiquemos sem competidores na Europa.

O SR. OTTICICA — Admira-me este aparte do nobre representante. Quizera que fosse este o nosso unico objectivo, e disse que o Governo deveria proceder de modo a auxiliar a industria da canna, para ser obtido melhor assucar, com despesas reduzidas, e, assim, ganharmos os mercados europeus e do Mundo inteiro.

E' esta a aspiração de todos os fabricantes, para salvar a principal industria dos nossos estados.

O SR. JOSÉ MARIANNO — V. Ex. o que está fazendo á defender os interesses do toucinho e da banha de porco.

O SR. OTTICICA — E acredita V. Ex. que está defendendo os interesses do assucar?

O SR. JOSÉ MARIANNO — Fique V. Ex. certo de que nós do Norte damo-nos por muito felizes com este tratado.

O SR. OTTICICA — Naturalmente; porque V. Ex. pensa como o Governo, e deixa-se levar pelas vantagens ficticias e de occasião, esquecendo o futuro.

Sr. Presidente, a protecção ao assucar até o n. 16 do padrão hollandez, que é o melhor do assucar bruto, fará com que os agricultores prefiram fabricar esse, deixando de cultivar o melhor, dispensados do trabalho e da despesa que a clarificação reclama.

Para obter preço compensador, já os actuaes agricultores preferem o producto infimo, muito mais facil de obter, estando bem desenvolvido nos estados exportadores de assucar e processo da mistura dos peores com os melhores especimens, para obter o assucar regular, typo que constitue a quasi totalidade da exportação para os Estados Unidos e para a Inglaterra.

Recursos de industria decadente, Sr. Presidente, que não adeantam á riqueza de paiz algum, porque, convençam-se os legisladores de occasião, o aperfeçoamento das industrias, a obtenção das melhores qualidades de productos é que constitue a riqueza dos povos.

E leio no tratado, ainda numa clausula a mais para o completo abatimento da industria saccharina no Brazil, para o deperescimento, em futuro proximo, dessa bella fonte de vida no nosso paiz: o convenio isenta de impostos o melão, que deve ser exportado para o Brasil sob fórma de aguardente e de alcool, não comprehendidos na isenção, porém fabricados lá em condições vantajosas sufficientemente, para extinguir a produção entre nós.

Levados pela seducção do bom preço das vantagens da venda do melão, livre de impostos, podendo augmentar de valor na compra, porque elle será remunerado na venda da aguardente e do alcool importados, os fabricantes brasileiros não deixarão de reduzir a essa especie, facilissima de obter, toda a sua produção, deixando que fiquemos reduzidos a productores da materia prima para a manufactura das industrias dos Estados Unidos.

E são estas as vantagens do tratado para o assucar: reduzir o á sua peor qualidade, enquanto os productos americanos se tornam senhores deste paiz, matando todas as nossas industrias nascentes e possiveis de se desenvolver.

Dos nossos generos foram protegidos mais: o café, o Rei café, que se impõe lá com ou sem impostos, que não precisa da protecção de quem quer que seja para entrar naquelle paiz, onde, já hoje, não soffre impostos, e os couros cruús; nem sei como nos deixaram este producto!

Em compensação a esses pequenos favores, quasi nullo nos seus resultados, organizámos uma lista de todos os productos possiveis de obter no paiz, alguns já em via de grande florescimento, havendo o cuidado de excluir, ou de incluir, aquelles que entendem com o melhor da riqueza da outra parte contractante.

Por que não foi incluido no convenio o kerozene, a luz do pobre, como é vulgarmente chamada, e que representa para nós tanto como o nosso café para os Estados Unidos?

Comprehende-se que o convenio consagrasse a permuta livre dos dous generos de que as duas nações são quasi as unicas productoras, não tendo o Brazil o kerozene, os Estados Unidos não produzindo o café.

Seria isto perfeitamente explicavel e acceito pela sciencia economica.

Como foi incluido no convenio o oleo de caroço de algodão, a industria nascente nos estados algodoeiros, fonte de renda já com o aproveitamento do caroço que era antigamente inaproveitado?

Nem escapou a manufactura de algodão, de que não tratarei, porque teve nesta tribuna oradores que demonstraram quanto foram descuidados os interesses das fabricas innumerables existentes em quasi todos os estados do Brazil. (*Apoiados.*)

Vejo na defesa publicada pelo Governo no *Diario Official*, ha poucos dias, nessa palayra official que acudiu em defesa do acto do Governo Provisorio, a fascinação de que elle foi victima, quando assignou esse convenio: "Nós perdemos apenas 4.000 contos, ao passo que a Republica Americana perde 11.000 e tantos contos.

Digamos desde logo ao Governo que não ha paridade entre a perda de 11.000 contos em um orçamento de 900 e tantos mil, liquidado com saldo enorme, e a de 4.000 em orçamento apenas de 168.000:000\$, liquidado sempre com *deficit* enorme, segundo as melhores previsões para o nosso ultimo; relativamente perdemos muito mais, desapparecendo a unica vantagem achada pelo Governo para o seu acto.

Lembremo-nos, tambem, Senhores, de que, accetando esse convenio com essa disparidade apparente de vantagens, o Governo americano considerou, e muito bem, que, a datar do começo de execução do tratado, os papeis iam ser invertidos: a cifra da sua perda tenderia a diminuir, e a nossa a augmentar.

A Nação Americana é composta de homens industriaes e industriosos, que pensam no futuro, cousa que não se faz neste paiz; nós temos o defeito de pensar unicamente no presente, nas considerações e vantagens de momento, esquecendo o futuro, a situação em que ficaremos adiante.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — As despesas de transporte, a que estão sujeitos os productos dos Estados Unidos, fazem com que os productos privilegiados no Brazil sejam mais baratos.

O SR. OTTICICA — V. Ex. é, justamente, um dos mais adeaniados discipulos deste erro economico de que estou fallando.

Falla nas grandes despesas do transporte dos Estados Unidos para o Brazil, agora, quando são poucas as relações commerciaes, em pequeno numero os generos a transportar, e não se lembra de que o transporte encarece com a falta de generos.

No momento em que se estabelecer a corrente da importação, a navegação ha de augmentar, surgindo logo depois a concorrência, que ha de trazer a barateza, sua immediata consequencia.

Está V. Ex. laborando no mesmo erro de que eu accuso o Governo do meu paiz; a imprevidencia, o descuido de estudar as questões economicas, para accellar vantagens apparentes, de momento, esquecido de que essas não devem de-

crescer na proporção directa da execução do tratado assignado.

O Sr. João de Siqueira — O tratado não tem prazo; pôde ser annullado em qualquer época.

O Sr. Ottonica — E, justamente, o que eu receio, meu caro collega. Começa a ter execução o convenio e a ser invalido o nosso mercado com productos da industria americana: a nossa nascente industria não poderá sustentar a lucta e virá a definhar até morrer; morta ella, passado o perigo de se tornar este paiz grande productor da materia prima, que a tem toda para todas as industrias, e de manufactureiro, com o desenvolvimento, que já começa, da fabricação de todos os objectos necessarios ao consumo, o tratado será denunciado pela Nação a quem a protecção não seja mais necessaria; ao contrario, prejudicará com a prohibição dos impostos sobre os generos importados lá.

Haverá vantagem, Sr. Presidente, em pôr em execução um convenio já condemnado, sómente para denunciá-lo depois? Si elle não presta, si nos prejudicará no futuro, não esperemos por esse prejuizo para inutilizá-lo; façamol-o desde logo.

Quer S. Ex. ver até onde vai a ingenuidade do Governo na defesa do seu acto? Diz-nos pela imprensa official que tal preferencia não ha para os generos americanos sobre os europeus, porque as mercadorias d'alli importadas terão apenas a redução de 3 até 9 % sobre os da Europa.

Para o Governo deste paiz a percentagem de 3 até 9 % para o commercio de importação, no valor de centenas de milhares de contos de réis, nada vale, em nada influe, cousa alguma é.

E corrobora os seus argumentos com uma differença de cambio, facto accidental, que não tem valor para o futuro das transacções reguladas pelo convenio. Argumenta-se com o pagamento dos direitos em ouro, justamente quando se trata de isenção de direitos, que não terão de ser pagos, em papel, ou em ouro.

Perante a situação como aquella a que está reduzido o paiz, Sr. Presidente, quando o Governo perturba as nossas condições economicas com um convenio como este, em que tudo temos a perder; quando o Ministro da Fazenda atira a praça novo decreto relocando a já relocada lei das sociedades anonymas, coberia de retalhos, que servem sómente para perturbar as relações commerciaes do paiz, produzindo o panico e fazendo o mercado assustar-se com as oscillações de pensamento do Governo; quando o Governo entra como agiota na praça, exigindo um barato desproporcional de todas as operações do jogo, representando o papel dos iniciadores da jogatina, contando que lhe paguem, isto com o fim de impedir o vicio que ameaça levar-nos á bancarrota, a um desastre financeiro; nós, membros do Congresso Constituinte, não podemos ficar mudos ante factos que provam esse desconhecimento completo da sciencia economica, lá pelas regiões officiaes, por parte dos homens a quem estão entregues os destinos da Nação.

Não comprehendendo como, desejando matar o jogo na praça, entre o Governo por ella, anime os jogadores a continuar a sua faina viciosa, contando que lhe deem o barato de 3 %,

não do valor real das transacções effectuadas, mas, ainda, do valor nominal das acções, tenham estas 10, 20 ou 30 %, unicamente, de entrada.

Não se procuram os meios de evitar a especulação que visa o lucro immediato, embora com a ruina de quem confiou no passador dos títulos; não se quiz evitar a morte do credito, deixando viver as boas industrias, as que tendem ao desenvolvimento, tão necessario ao paiz.

Bom ou máo, ruinoso ou de vantagens, todos podem especular, arruinar-se, enriquecer, sobre os destroços das economias alheias; ganhe o Governo os seus 3 %, auferidos *com arte*, e siga adiante a vertigem de ganancia, do jogo audacioso.

E' justificavel, Sr. Presidente, que suspendamos por algum tempo o exercicio da nossa missão constituinte, para pedir ao Governo que nos deixe trabalhar com calma, tranquillamente, não abusando dos poderes que não são seus, para levar este paiz a esse deploravel estado financeiro em que se acha, com o cambio em baixa arruinadora para o commercio, com a previsão de um *deficit* colossal, ainda não sentido pelo paiz e que irá affectar o nosso credito, principalmente quando os actos do Governo provam a evidencia que elle anda ás apalpadellas, sem orientação, verdadeiros apprendizes em materia financeira.

Voltámos já, infelizmente, aos antigos tempos, a todos os erros condemnados ao tempo do regimen extinto. Contenta-se o Governo com as nomeações de officiaes para uma Guarda Nacional hypothetica e de que estão cheias as columnas dos jornaes; era veso antigo abusar dessa arma de corrupção eleitoral.

Entretinha-se com isso, sem abusar das funções legislativas, que nos pertencem, de que é apenas depositario, — funções que não dispensam o concurso de muitos, a discussão e o estudo acurado de homens alheios á influencia da politica.

Coronelize mais o paiz, mas não arruine-lhe o credito, é o nosso voto. E revogue, ou suspenda, esse tratado funestissimo para a sua Patria.

Eu concluo, Sr. Presidente, agradecendo aos meus collegas a benevolencia com que me permittiram abusar da sua bondade em hora tão adeantada, e pedindo permissão para ler ou dous telegrammas que me foram entregues pelos seus destinatarios. Um é dirigido ao Sr. Dr. Assis Brasil pela Associação Commercial de Porto Alegre, e é concebido nos seguintes termos. (*lê*):

"Associação Commercial, nome commercio, industrias Rio Grande, applaudindo vossa attitude relação convenio americano, espera do patriotismo V. Ex. e demais representantes Estados esforços perante Congresso, Governo, annullação odiosa, iniqua convenção. — João Aretz, presidente."

O outro, também de Porto Alegre, é dirigido aos nossos illustres collegas Assis Brasil, Demetrio, Antônio e Osorio, e é assim redigido (*lê*):

"Commissão nomeada habitantes municipio, reunidos representar Congresso contra tratado americano, roga-vos apresentar Congresso protesto agricultores industrialistas S. Leopoldo, enormemente prejudicados, isenção, diminuição

impostos, importação todos productos municipio. — *Carlos Frederico Bier.* — *Jacob Sperb.* — *Miguel Becker.* — *Henrique Brietzke.* — *Valentin Kieling.* — *Henrique Guilherme Panitz.* — *Franz Von Heimbürg.* — *João Dutra Mathias Daudti.* — *Fernando Felipe Presser.* — *Guilherme Hoffmann.* — *Franz Luiz Weinmann.* — *Nicoláo Schürmer.* — *Felippe Jacob Sperb.* — *João Henrique Fischer.* — *Augusto Schaly.*"

Fica adiada a discussão, pela hora.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações

Accompanhando os meus illustres collegas do Ministerio que se demittiu na declaração de que nenhuma parte livemos na organização do que nos succedeu, devo, entretanto, acrescentar, a bem da verdade, que, conversando por vezes com o digno Sr. Barão de Lucena sobre a possibilidade de nos retirarmos antes de concluida a obra da organização legal da Republica, appellei sempre para o seu patriotismo, afim de induzi-lo a não recusar o seu concurso ao nobre chefe do Governo, caso, como a todos nós parecia, delle carecesse e o exigisse no Governo.

Sala das sessões, 17 de fevereiro de 1891 — *Cesario Alvim.*

Declaro ter votado em favor da emenda, do Sr. Campos Salles e outros, substitutiva do art. 49, por parecer-me illicito e immoral que ministros e secretarios do Presidente da Republica pretendam accumular as funções de juizes desta auctoridade, quando é certo que aquelles serventuarios participam sempre da responsabilidade dos actos porventura delictuosos sobre que hajam de decidir quando trasladados do gabinete ministerial para o Tribunal Federal.

Sala das sessões, 19 de fevereiro de 1891. — *Barbosa Lima.* — *Marciano de Magalhães.*

Declaramos que votámos a favor da emenda, do Senhor A. Azeredo, ao art. 69, e que concede o direito de voto aos estudantes maiores de 18 annos das academias superiores, por acreditarmos que na mocidade das escolas ha competencia bastante para o exercicio desse direito, e como uma homenagem aos seus grandes servigos á causa da liberdade.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Serzedello Corrêa.* — *José Augusto Vinhaes.* — *Fleury Curado.* — *Alexandre Stockler.* — *Aristides Lobo.* — *Furquim Werneck.* — *Lopes Provão.* — *Polycarpo Viotto.* — *C. Paletta.* — *Pedro Chermont.* — *Alberto Brandão.* — *Dutra Nicacio.* — *Ferreira Pires.* — *J. Avellar.* — *G. Ramos.* — *Aristides Maia.* — *Moniz Freire.* — *Alvaro Botelho.* — *Thomas Flores.* — *Homero Baptista.* — *Ramiro Barcellos.* — *Guimarães Natal.* — *Leopoldo de Bulhões.* — *Victorino Monteiro.* —

Rocha Osorio. — Antonio Olyntho. — Schimidt. — Esteves Junior. — Pinheiro Guedes. — Lacerda Coutinho. — Matta Bacellar. — Cesar Zama. — José Bevilacqua. — Antônio de Faria. — F. Peizoto. — G. Besouro. — A. Azeredo. — Manoel Valladão. — Casimiro Junior. — Ruy Barbosa. — A. Guanabara. — Raymundo Bandeira. — Fonseca Hermes. — Luiz Murat. — Dionisio Cerqueira. — Cantão. — Paes de Carvalho.

Declaro que votei contra a emenda suppressiva do art. 82 do projecto constitucional, approvado em 2ª discussão.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *A. Garcia.*

Declaro que votei contra a emenda, do Sr. Lauro Müller, estabelecendo a taxa adicional de 15 % sobre os direitos de importação, porque convenci-me que a medida consignada nessa emenda atacava de frente os interesses da maioria dos estados do Norte, em lugar de favorecel-os, como suppoz quando subscrevi a referida emenda.

Sala das sessões, 19 de fevereiro de 1891. — *F. Schimidt.*

Declaramos haver votado contra a emenda, do Sr. Bulhões e outros, ao art. 70, § 26, porque ella favorece aos brasileiros perderem sua qualidade de cidadãos brasileiros para libertarem do serviço militar obrigatorio e de outros deveres civicos. — *Gil Gentart. — Domingos Vicente. — Athayde Junior. — Thomaz Cruz.*

Declaramos ter votado a favor da emenda que concede o direito de voto aos estudantes das academias superiores, maiores de 18 annos.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Aristides Maia. — Homero Baptista. — Thomas Flores. — Ramiro Barcellos. — Antonio Olyntho. — J. Avellar. — Alvaro Botelho. — Gonçalves Ramos. — Victorino Monteiro.*

Votámos contra a emenda, do Sr. Leovigildo Filgueiras, supprimindo o art. 82.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Antonio Baena. — Matta Bacellar. — Cantão.*

Declaramos que votámos a favor da emenda dos Srs. Campos Salles e outros, ao art. 49 do projecto da Constituição, estabelecendo a incompatibilidade do cargo de ministros com quaesquer outros e contra, a emenda, do mesmo Senhor ao art. 78.

Sala das sessões, 17 de fevereiro de 1891. — *Astolpho Pio. — Ferreira Rabello.*

Declaramos ter votado pela emenda, do Sr. A. Azeredo, dando aos alumnos das academias superiores, maiores de 18 annos, o direito de voto.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Luiz de Andrade. — João de Siqueira.*

Declaro que votei contra os 15 %, por ter a emenda prendido a cobrança deste imposto, no prazo de cinco annos.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1881. — *Aristides Lobo*.

Declaro que votei pela emenda, do Sr. Azaredo, que reconhece o direito de voto aos estudantes das academias superiores, maiores de 18 annos.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Declaro, ainda uma vez, que votei contra a emenda do Sr. Virgílio Damasio, pela qual se distinguem em constitucionaes e não constitucionaes as disposições da Constituição, para o effeito de serem as ultimas reformadas pelos traizites ordinarios.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Declarámos haver votado contra a emenda ao art. 13, por attendermos que não era materia constitucional, nem liberal.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Thomaz Cruz*. — *Gil Goulart*. — *Domingos Vicente*. — *Monteiro de Barros*.

Declaro que, tendo votado, na 1.^a discussão, contra a emenda, que concedia aos estados 15 % additionaes aos impostos de importação, votei, agora, a favor da emenda dos Srs. Lauro Müller e outros, por não se ter conseguido dar á questão outra solução mais vantajosa e ser essa dos 15 %, ainda que defeituosa, a unica que restava aos estados do Norte.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Declaro que votei contra as emendas suppressivas dos arts. 2.^o e 3.^o das Disposições transitorias, por ter sido signalario dos additivos approvados em 1.^a discussão.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges*.

Declarámos ter votado a favor da emenda, dos Srs. Campos Salles e outros, apresentada ao art. 49.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Baptista da Motta*. — *Fróes da Cruz*.

Declaro que votei pela emenda que doou o direito de voto aos estudantes das academias superiores, maiores de 18 annos.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Frederico Borges*.

Declaramos ter votado a favor da emenda do Sr. A. Aze-
redo, dando direito de voto aos estudantes de curso superior,
maiores de 18 annos.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1891. — *Baptista da
Motta.* — *Urbano Marcondes.* — *Erico Coelho.*

O SR. PRESIDENTE observa que só marcará sessão pelo
Diário Official quando a Commissão Especial tiver concluido
o seu trabalho.

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 20 minutos da tarde.

59ª SESSÃO, EM 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio dia, faz-se a chamada á qual respondem os Srs.:
Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João
Neiva, Retumba, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joa-
quim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro,
Cunha Junior, José Segundino, Joaquim Cruz, Theodoro Pa-
checo, Elyseu Martins, Joaquim Katunda, Bezerra de Albu-
querque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira
Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Sil-
veira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Pau-
lino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz
Cruz, Virgilio Damasio, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Gil
Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz
Carneiro, Eduardo Wandenkolk, Saldanha Marinho, Joaquim
Felicio, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim
de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral,
Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral,
Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcel-
los, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Ro-
drigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello,
Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa
Rodrigues, Casemiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso
Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa
Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, José Bevi-
laqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro
Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pe-
dro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Tolentino de Carva-
lho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, José
Mariano, Almeida Pernambuco, Juvenio d'Aguilar, André
Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira Lyra,
Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de
Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Theophilo dos
Santos, Pontes de Miranda, Oticeica, Gabino Besouro, Ivo do
Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Frei-
tas, Paula Argollo, Tosta, Antonio Euzebio, Seabra, Zama,
Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira,
Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio,
Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras,
Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco
Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fon-
seca Hermes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Bar-
reto, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Virgilio Pessoa,
França Carvalho, Baptista da Motta, Frôes da Cruz, Alcindo
Guanabara, Eurico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão,

Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mairynk, Furquim Verneck, Vinhaes, Thomaz Dellino, Antonio Olynho, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos Chagas, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Paletta, João de Avelar, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, João Luiz, Francisco Glycério, Moraes Barros, Domingos de Moraes, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Eduardo Gonçalves, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Mdeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Frederico Serrano, Coelho e Campos, Saraiva, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Frederico Borges, Leandro Maciel, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Gonçalves Chaves, Domingos Porto, Cesario Motta Junior e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, João Severiano, Generoso Marques, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Domingos Jesuino, Alberto Brandão, Cyrillo de Lemos, Joaquim Breves, Luiz Murat, Badaró, João Pinheiro, Americo Luz, Francisco Veiga, Costa Machado, Barão de Santa Helena, Martinho Prado Junior, Bernardino de Campos, Lopes Chaves, Adolpho Gordo, Costa Junior, Carlos Garcia, Rubião Junior e Antonio Prado.

E' lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente.

O Sr. Casemiro Junior reclama contra a exclusão do seu nome da lista dos que votaram sobre os 15 % adicionais. Esteve presente e respondeu — não —; entretanto, não vê o seu nome na acta publicada.

Ninguém mais fazendo observações, é dada a acta por approvada.

O SR. 1º SECRETARIO procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Representação de industriaes brasileiros contra o convenio commercial celebrado entre o Brazil e os Estados Unidos da America do Norte.

O Sr. Vinhaes — Sr. Presidente, releve-me o Congresso occupar mais uma vez sua attenção, em momento tão importante, em que a Nação deseja ver votada a Constituição.

O assumpto, porém, que traz-me á tribuna é de tal importancia, que vejo-me forçado a ir de encontro ao meu desejo, prendendo a attenção do Congresso por poucos momentos.

Sr. Presidente, nestes ultimos dias a Capital Federal tem presenciado factos anormaes: dos quatro pontos cardiaes surgem *grêves*, ou, por outra, protestos das classes proletarias contra o estado precario a que se acham reduzidas.

Qual o principal motivo da situação que atravessamos? Não relucto em dizer que o Governo tem em grande parte a responsabilidade desses factos. (*Apoiados.*)

Com o advento da Republica, as classes, não só proletarias como as outras, da sociedade, suppunham que as suas condições de vida viriam a melhorar, e muito.

Hoje, passados 16 mezes do facto auspicioso, essas classes estão mergulhadas no mais triste e desconsolador desengano.

Os homens que vieram substituir aquelles que dirigiram durante 70 annos os destinos do paiz, em nada melhoraram o estado desta praça; ao contrario, têm peorado muito suas condições de viver e progredir.

Senhores, sei que as classes que se dizem conservadoras da sociedade me taxam de subversivo; de querer arrastar as classes proletarias para a anarchia, para o nihilismo. Mas, Senhores, nesta propaganda, a que tenho dedicado meus esforços, tenho consciencia de estar prestando serviços ao meu paiz. (*Apoiados.*)

No dia 15 de novembro contribui um pouco para o advento da Republica. Suppunha que as classes proletarias melhorariam nas suas condições de vida. Mas, de um lado, vejo as finanças peorarem, e com ellas o mal-estar do povo; do outro lado surgem mentiras, como cogumelos em noite de chuva; sem precedentes, alguns arrogam-se o direito de vir dirigir o paiz, que quer progredir.

O SR. MANGEL FULGENCIO — São homens conhecidos no paiz.

O SR. VINHAES — Não sei si são homens conhecidos; não os conheço com as idéas que desejo ver terem os homens do meu paiz. Sei, perfeitamente, que são homens que viviam ainda ha bem pouco tempo nos quartos baixos do palacio imperial, que não tinham, absolutamente, contribuido, nem podem contribuir ainda para o progresso deste paiz; pois são collocados, justamente, á testa da governação do Estado homens cujas idéas são reconhecidamente retrogradadas.

O resultado principal de tudo isso já se está vendo: Um dos principaes estabelecimentos publicos acha-se completamente interrompido em seus trabalhos, com real prejuizo da população.

Os empregados, operarios e trabalhadores desse estabelecimento foram, pelas injustiças, levados a reagir, pacifica, mas resolutamente.

Os opifinistas já por ali dizem que esses homens foram levados a occupar semelhante posição pelos socialistas e nihilistas.

Dirigem-se com a costumada covardia a mim; mas eu declaro que tenho muito prazer em ser petroleiro e nihilista, desde que esteja ao lado dos meus concidadãos, defendendo os seus direitos. (*Muitos apoiados.*)

Senhores, hontem, cerca das 5 horas, dirigi-me á estação da Estrada de Ferro Central do Brazil. Encontrei o trafego completamente interrompido; o povo aglomerado nas plataformas, á espera de conducção para os arrabaldes, indignava-se, dando, não obstante, razão aos empregados; e vi mais um

apparato de força publica, de espingardas carregadas e, naturalmente, promptas a fazer victimas e chamar á ordem os vilões que ousavam perturbar a digestão do Sr. Lucena e outros.

Soube logo que o Sr. Ministro da Agricultura tinha ido em trem especial a S. Diogo para chamar á ordem os ousados grevistas, e logo que lá chegou, S. Ex. deu ordem para que fosse feito fogo sobre o povo, que, dizem, estava arrancando trilhos...

UM SR. REPRESENTANTE — Devia fazel-o, desde que se arrancavam trilhos.

O SR. VINHAES — Não arrancavam, absolutamente, trilhos. Os empregados da Estrada de Ferro Central reagiram, mas pacificamente.

Pugno e continuo a pugnar, pelos seus direitos. Desde que não encontráram justiça da parte de quem devia distribuil-a, só lançaram mão daquelle meio violento quando viram completamente perdida a esperança de serem attendidos.

A Estrada de Ferro Central do Brazil é uma estrada de ferro modelo, que nada tem a desejar a qualquer outra do estrangeiro; é uma das principaes fontes de receita, de que o Estado pôde lançar mão em caso de bancarrota, que não está longe, para fazer face ao descalabro financeiro.

Por acaso, homens que ha trinta e tantos annos trabalham ao sol e á chuva em beneficio da collectividade não têm o direito de ser ouvidos, nas suas mais justas reclamações, pelo director e pelos seus companheiros de directoria? Entretanto, a pasta do secretario acha-se cheia de petições de empregados gravemente enfermos, que não merecem sequer um olhar de tal director!!

Hontem, uma dessas pobres victimas abeirou-se do Sr. de Lucena, afim de solicitar uma licença, visto achar-se gravemente doente e não ser attendido pelo seu superior. Quando fallava, foi interrompido por uma golfada de sangue.

A estes homens que prestam serviços ao Estado e que mandam um attestado medico, o director diz não acreditar em taes documentos, obrigando o peticionario a vir á sua presença, para examinal-o!!

Como esta, innumeradas queixas ha, que não quero, absolutamente, especificar para não cansar a vossa attenção. (*Não apoiados.*)

Já o disse, e repito: O povo está cansado de ser espesinhado. Tem o direito de exigir, neste regimen, que se diz democratico, que a lei seja igual para todos, que não haja aqui uma justiça para o pobre e outra para o rico.

E é, exactamente, porque não se lhe faz esta justiça que elle pergunta, e com toda a razão, si está ou não em um paiz democratico, que deve expandir o verdadeiro direito da egualdade.

O Sr. Lucena encontrou-se commigo depois da sua volta da estação de S. Diogo, quando lhe fiz ver os motivos por que tinham sido levados os operarios e trabalhadores da Estrada de Ferro Central a lançar mão daquelles meios violentos.

S. Ex., em minha presença, deu-lhes razão, pois já sabia pelas informações que lhe tinham dado que, effectivamente, os trabalhadores e empregados da Estrada de Ferro Central justificavam a sua conducta tomando aquella attitude contra os seus chefes e por isso me garantiu que ia dar promptas pro-

videncias, affirm de que fosse melhorado o estado actual das cousas.

Mas, Senhores, eu estou perfeitamente descrente das promessas dos nossos governos.

Na occasião do perigo elles declaram-se os homens mais benignos, uns philantropos de primeira ordem, mas, passado o perigo, retomam de novo a sua primitiva arrogancia, continuando a espesinhar o pequeno, o desprotegido.

Eis o motivo por que tomei a responsabilidade de aconselhar aos empregados e operarios da Estrada de Ferro Central, para não cederem uma linha sequer enquanto o Governo não começasse a cumprir o seu dever.

O SR. ELYSEU MARTINS — Mas não para arrancar trilhos.

O SR. VINHAES — V. Ex. me faz uma injustiça, suppondo que eu fosse aconselhar aos empregados e operarios da Estrada de Ferro Central uma medida violenta.

O SR. ELYSEU MARTINS — Não estou fazendo essa injustiça.

O SR. VINHAES — Eu aconselhei a resistencia pacifica, affirm de que não se perturbasse a ordem.

O SR. ELYSEU MARTINS — A minha observação foi em auxilio do nobre representante.

O SR. VINHAES — Assim, não o entendo.

O SR. ELYSEU MARTINS — Então, desculpe-me.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. VINHAES — Ah! vem V. Ex., com o seu aparte, fazer crer ao General Deodoro que é aqui um dos seus maiores defensores!

V. Ex. sabe uma cousa? Eu tenho consciencia de que estou aqui defendendo mais o General Deodoro que V. Ex. com a sua observação; porque, sem me approximar delle, vejo que tem a infelicidade de achar-se rodeado, com raras excepções, de pessimos amigos. (*Apartes.*)

Estou pugnando pela defesa do povo, com o que presto maior defesa ao General Deodoro do que V. Ex. dando esse aparte.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Não estou defendendo aqui a quem quer que seja.

O SR. VINHAES — A ordem publica é perturbada por aquelles que não sabem fazer justiça, quando a têm em suas mãos.

V. Ex. me dirá quem occasionou a carestia de generos com que actualmente está a braços a população desta Capital? Não foi, com certeza, o pobre.

Eis o motivo por que tomei a responsabilidade de acon-

Não, elle recebeu com applausos a Republica, porque suppunha que nova era de prosperidades ia surgir; hoje, está perfeitamente desenganado; a Republica não lhe trouxe esse bem estar que tanto almejava.

Hoje elle vê-se desenganado, por tantas injustiças.

Quem tem a culpa do actual estado de cousas?

O SR. LOPES TROVÃO — Peço ao meu nobre amigo que não responsabilize por isso o regimen democratico republicano, porquanto o que temos não é uma Republica; caminhamos para

ella, é verdade, mas ainda estamos mais approximados da Monarchia, que destruímos, do que da verdadeira Republica.

O SR. VINHAES — Si V. Ex. tivesse chegado antes, havia de ver que não crimino absolutamente o regimen republicano, porque sou um dos mais infimos soldados d'elle, e estou perfeitamente convencido de que os estados hão de se transformar completamente em republicas, que é o ideal de todos.

O que digo a V. Ex. é que nós precisamos acabar de uma vez com esse espirito retrogrado, com esse espirito inconcebivel, que se vira para o passado e que quer por força transmittir-nos as suas idéas e as suas crenças.

Disse, e repito, que o maior mal do General Deodoro é ter-se rodeado de homens que não têm sabido corresponder á sua expectativa e á sua confiança, impopularizando-o, cavando cada vez mais fundo o fosso que já o separa do povo...

O SR. BEVILAQUA — Muito apoiado.

O SR. VINHAES —... de homens que o estão atraíndo, e elle parece que não vê isso. O resultado, Senhores, é que os homens sinceros, aquelles que estiveram a seu lado no dia 15 de novembro, todos elles, com rariissimas excepções, se têm afastado de S. Ex. ou pela intriga dos bastidores, dos quartos baixos (*Apoiadores*), ou por outro qualquer motivo, apesar de serem amigos particulares e pessoas de S. Ex.; porque elles dizem, e repetem, sempre: Nós não queremos tomar a responsabilidade dos acontecimentos, para que o publico não possa dizer com acerto que essa responsabilidade recahe sobre os verdadeiros democratas.

Sr. Presidente, antes de me retirar da tribuna, tenho de chamar a attenção do Congresso para um ponto importantissimo, que tambem vem photographar, perfeitamente, este Governo anormal: refiro-me ao decreto n. 1.341, de 14 de fevereiro deste anno, que annexa a ilha de Fernando Noronha ao Estado de Pernambuco.

Não é isso uma sem razão, uma verdadeira descabida?

Em vespas de se promulgar a Constituição, quando se sabe que o art. 63 reza, e muito bem, que todo territorio da Republica que for necessario e indispensavel para a defesa della, pertencerá a União, é nesta occasião que o Sr. Lucena ulgou-se autorizado a annexar a Pernambuco a ilha de Fernando Noronha!

O SR. ALMEIDA PERNAMBUCO — Perdão; neste ponto não tem razão: Fernando de Noronha pertence a Pernambuco ha muitos annos.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — O nobre Deputado é insuspeito a V. Ex.: elle que lhe responda. (*Ha outros apartes.*)

O SR. VINHAES — Peço que não me interrompam: ha um nobre representante que deseja fallar depois de mim, e quero ser breve.

Quem conhece um pouco o estado physico do nosso Continente ha de ulgar que é de um disparate perfeito querer-se tirar da União a ilha de Fernando. E' o ponto mais strategico do Atlantico sul. (*Apartes.*)

Deixem-me fallar, porque quero ser breve, afim de deixar a outro este logar.

A ilha de Fernando Noronha é o ponto mais strategico do Atlantico sul: quero dizer que qualquer potencia euro-

pôa que queira fazer um desacato ao Brazil, ao declarar-lhe guerra, necessita de um ponto de apoio afim de hostilizar-nos. Ora, uma nação cujas bases de operações estejam a 1.200 ou 2.000 leguas, precisa de arranjar nas proximidades desta costa um lugar onde possa depositar o seu trem bellico e de depositos de carvão; e a ilha de Fernando de Noronha é, como já disse, um ponto importantissimo da costa do Brazil.

O SR. JOSÉ HYGINO — O nobre Deputado permite-me um aparte?

O SR. VINHAES — Pois não!

O SR. JOSÉ HYGINO — Porque a ilha de Fernando Noronha pertence ao territorio de Pernambuco segue-se que deixa de pertencer ao territorio da União?

O SR. VINHAES — Desde que Pernambuco se comprometter a fortificar Fernando de Noronha a ponto...

O SR. JOSÉ HYGINO — Isso está nas faculdades do Governo.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — O decreto salvou isso.

O SR. ALMEIDA PERNAMBUCO — Pego licença ao meu correligionario, para declarar-lhe que, neste ponto, não tem razão.

O SR. VINHAES — É uma praça de guerra importantissima, que deve ser fortificada pela União e não pelo Estado, que, naturalmente, não tem meios para fazel-o como exige a sciencia da guerra moderna.

Pergunto a VV. EExs.: Pernambuco pôde desde já dispor de 2.000 ou 3.000 contos para fortificar a ilha de Fernando Noronha? Não pôde, absolutamente, fazel-o.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Mas pôde ser demarcada parte desse territorio, em que for necessario fazer fortificações.

O SR. VINHAES — V. Ex., bem se vê que é militar amator.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Militar, o que?

O SR. VINHAES — Militar amator. Si V. Ex. fosse effectivo, não me daria essa resposta. S. V. Ex. tivesse estudado a arte da guerra, saberia que, em uma ilha como a de Fernando Noronha, a defesa não pôde ser feita por uma só parte.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA dá um aparte.

O SR. VINHAES — Não posso comprehender como é que o nobre representante, que aqui votou que, toda vez que fosse necessario, para a defesa da União, um territorio qualquer dos estados, esse fosse, deslocado, hoje pensa de modo differente.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — A hypothese não é a mesma.

O SR. VINHAES — Eu, pelo contrario, é que não faço questão de pequenos trechos de minha Patria.

Antes de tudo sou brasileiro, e desejo ver o Brazil grande e unido. Mas, Senhores, considero muito mais estrategica a ilha de Fernando Noronha do que a fronteira do Paraguay.

Portanto, não me parece justo que essa ilha fique pertencendo ao Estado de Pernambuco.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas sempre pertenceu.

O SR. VINHAES — Não estou contestando isso.

Sou ainda forçado, Sr. Presidente, a dizer aos nobres representantes que a ilha de Martin Garcia é fortificada, sómente, do lado de fóra, o que não acontece com o ilha de Fernando Noronha.

O SR. ALMEIDA PERNAMBUCO — O Sr. Campos Salles, a principio, quiz deslocar de Pernambuco a ilha de Fernando Noronha, e, afinal, convenceu-se de que commetteria um grave erro.

O SR. VINHAES — Sr. Presidente, estou satisfeito, já lavrei o meu protesto, quer com relação á *grève*, quer com relação á ilha de Fernando Noronha. Sirvam estas observações para demonstrar que, antes de tudo, sou um brasileiro que deseja o bem estar e a grandeza de sua Patria.

Tenho concluído. (*Muito bem; Muitos applausos. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE declara finda a hora do expediente.

O SR. VICTORINO MONTEIRO (*pela ordem*) pede que seja consultado o Congresso afim de ver si este concede 5 ou 10 minutos de urgencia para que o orador justifique a sua posição no Congresso.

Consultado o Congresso, é concedida a urgencia pedida.

O Sr. Victrino Monteiro — Sr. Preidente, Srs. do Congresso, immensamente vos agradeço a prova de delicadeza com que acabais de distinguir-me. — delicadeza, aliás, justa, por ser esta a primeira vez que ousou occupar a vossa preciosa attenção.

Senhores, só deante de um duplo dever, que reputo imprecioso, imprescindivel, me animaria a occupar a attenção deste Congresso durante alguns minutos. Trata-se de vir levantar um protesto, em nome dos interesses da fronteira do Rio Grande do Sul, de que sou immediato representante, e, principalmente, de definir a minha posição deante da bancada rio-grandense, declarando o que penso sobre os acontecimentos politicos da actualidade.

Senhores, poucos mezes depois do advento da Republica, o illustre Ministro da Fazenda, o Sr. Conselheiro Ruy Barbosa, decretou medidas fiscaes de tal natureza, que vieram de alguma maneira entorpecer o progresso e desenvolvimento da fronteira do Rio Grande do Sul, em grande parte, ainda, da futura região serrana, estabelecendo zonas fiscaes, que reputava necessarias para reprimir o contrabando, e essas medidas eram de tal modo vexatorias e coercitivas da liberdade commercial, ferindo direitos muito respeitaveis, que o proprio ex-Ministro da Fazenda foi o primeiro a reconhecer a necessidade de sua revogação, tendo reduzido a decreto o projecto apresentado pela representação riograndense. — decreto que, aliás, não teve realidade pratica, porque S. Ex. sahio do Ministerio quando menos esperava, pois só lhe faltava a assignatura do chefe do Estado.

Depois da retirada de S. Ex., eu e meu patricio Sr. Assis Brasil tivemos uma conversa com o actual Sr. Ministro da

Fazenda, o qual, com a delicadeza que o distingue, disse-nos que ia estudar o assumpto, mas nada disso aconteceu.

S. Ex. deixou o projecto dormir no pó do seu gabinete, esperando a palavra do Sr. Henrique de Lucena, o dictador de facto.

UMA VOZ — Barão.

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Sou coherente com o voto do Congresso, e declaro que não reconheço barões, nem titulares de especie alguma.

A MESMA VOZ — Mas elle assigna-se — barão.

O SR. SERZEDELLO — Mas não póde, nem deve assignar-se.

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Mas, Senhores, diz-se que a limitação de zonas veio abrir uma nova era de prosperidades para o Rio Grande do Sul, porque as suas rendas cresceram de um modo sensivel. Este augmento, porém, não foi produzido por essa medida, mas sim pela revogação da tarifa especial, que elevou os direitos a mais 5 % além dos 20 %, resultado da cobrança do imposto em ouro.

O que veio diminuir o contrabando foi a fiscalização rigorosa estabelecida na linha divisoria do Estado Oriental com o nosso paiz. Mas eu desejo perguntar a S. Ex. si, hoje, que está approvada a Constituição, pretende, ou não, levantar essas medidas contra as quaes protestam o Direito e altos interesses daquellas regiões?

Senhores, o projecto que a deputação rio-grandense submetteu á consideração do nobre Ministro resguardava os interesses do fisco, conciliava as constantes reclamações das praças do littoral, e, por isso, espero vel-o traduzido em lei dentro do mais curto prazo.

Feito este protesto, entro constrangido e, ao mesmo tempo, sem receios nem temores, na apreciação dos ultimos acontecimentos politicos.

E' exacto que concorri para a proclamação da candidatura do Marechal Deodoro, a qual foi acceita pelas comissões executivas de algumas localidades, não significando essas manifestações um desejo, porquanto a grande maioria do eleitorado ignorou semelhante proclamação.

Mas, quando essas manifestações traduzissem a vontade do eleitorado, que contesto, eu direi que não accitaria, de modo algum, um mandato incondicional, porque acima de tudo está a minha consciencia, o meu livre exame e o meu patriotismo.

UM SR. REPRESENTANTE — Está a salvação da Patria.

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Deante da salvação da Republica nada temo, e tudo envidarei em sua defeza.

O SR. ZAMA — V. Ex. bem mostra que é irmão de Severino Ribeiro.

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Eu, que tive a necessaria coragem de romper com todos os preconceitos de familia, filiando-me ao Partido Republicano, desde os tempos academicos, com extremada dedicação, não recuando deante de ne-

nhum *sacrifício*, hoje, com a independência que a firmeza dá caracter sabe dar, não poderia cruzar os braços, curvando-me reverente diante da força e das conveniências de momento. (*Apoiados.*)

Cheguei a esta Capital convencido de que o Marechal Deodoro devia ser o Presidente da Republica, e a Camara pensava do mesmo modo. Mas os acontecimentos e tudo quanto observei impressionaram-me desagradavelmente, e cheguei a dolorosa conclusão de que o Marechal Deodoro não está tachado para occupar o primeiro logar da Republica, falta-lhe a capacidade, a illustração, a firmeza das convicções. (*Apoiações e apurtes.*)

E creio que nada poderia dizer a este Congresso que fosse uma novidade. Ainda ultimamente, por um capricho, despediu do Poder o patriótico Ministerio que consigo tinha iniciado o Governo republicano. (*Apoiados.*)

Esta é a realidade, que está na consciencia de todos do Congresso e do Paiz.

E si, porventura, este Congresso tivesse a convicção de que a candidatura do Marechal Deodoro não fosse, por assim dizer...

UM SR. REPRESENTANTE — Não é occasião de discutir a candidatura do Marechal Deodoro aqui.

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Estou em meu direito de trazer-a á discussão nesta tribuna; declino da competencia do nobre representante.

Mas não houve um cidadão, um individuo sequer, que fosse o primeiro a reconhecer... (*Trocam-se muitos apurtes.*)

E' a primeira vez que subo a esta tribuna; portanto, é preciso que sejam tolerantes; tenham a coragem necessaria para ouvir a critica, e depois venham fazer a defeza.

Mas, deante dos factos que se têm passado confesso que o meu patriotismo me impoz o dever de não suffragar o nome daquelle cidadão, porque não está na allura do cargo. (*Apurtes.*)

V. Ex. manifesta, continuamente, a pouca consideração que vota ao Congresso; parece que conta com o servilismo do povo brasileiro. Mas é em nome da energia desse povo que eu protesto.

Um facto veio caracterizar perfeitamente as qualidades do Marechal Deodoro como chefe do Governo.

Foi a escandalosa concessão do Porto das Torres, contra a qual a representação riograndense em peso protestava energeticamente.

O que não resta duvida é que a sahida do Ministerio passado foi pela solidariedade que desejava manter para com a representação rio-grandense.

Entendo que me cabe uma parte dessa responsabilidade, e deante deste presente regio, feito ao Sr. Dr. Trajano Viriato de Medeiros, venho protestar em nome do Rio Grande.

O Sr. Dr. Trajano Viriato de Medeiros, incontestavelmente, é o filho *mais dilecto* da Republica; entretanto, é sabido que esse cidadão, no dia da proclamação da Republica, retirou-se para uma chacara proxima a Porto Alegre, e lá foi chorar sobre o tumulo da Monarchia.

E esse homem conseguiu da Republica tudo, o que nunca pôde conseguir da Monarchia.

O que é mais escandaloso e, até mesmo, degradante é que o Sr. Ministro da Agricultura, que tambem o é da Justiça descesse ao ponto de ir contractar com o concessionario do Porto das Torres, que, aliás, é dependente de seu Ministerio, como desembargador da Relação de Porto Alegre! O que é facto é que o Porto das Torres tornou-se uma medida necessaria, estrategica e inadiavel sómente depois de haver penetrado na Secretaria da Agricultura o requerimento do Sr. Trajano, que, aliás, preferiu a outros que anteriormente haviam feito o mesmo pedido!

Deante de tantos factos, em que o marechal Deodoro parece visar mais os interesses de seus amigos do que os da Nação, o que demonstra, axiomaticamente, sua incapacidade administrativa, declaro, terminantemente, que não votarei no Sr. Marechal Deodoro da Fonseca.

UM SR. REPRESENTANTE — Mas 101: elle quem fez a Republica. (*Contestações.*)

O SR. BARBOSA LIMA — Quem fez a Republica foi Benjamin Constant. (*Ha outros apartes.*)

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Respondo ao nobre representante, que parece nesta Casa querer primar pela defeza extremada do Marechal Deodoro.

Senhores, sou o primeiro a reconhecer que elle tem serviços, não só ao paiz como á Republica: mas nós não devemos, nem podemos, preferir esses serviços aos grandes interesses da liberdade e da Patria.

UM SR. REPRESENTANTE — Sim, que venha um outro que seja capaz de fundar a Republica.

O SR. ZAMA — Nós não estamos aqui para satisfazer os desejos de quem quer que seja.

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Senhores, pela primeira vez que occupo esta tribuna, sou o primeiro a reconhecer que fiquei muito aquem da expectativa dos meus amigos.

O SR. ZAMA — V. Ex. está honrando o Estado que o elegu.

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Resumindo, digo, simplesmente, que, ante a posição em que estamos collocados, considero como um dever patriótico expender francamente a nossa opinião nessa eleição, a que vai proceder-se, para o primeiro magistral da Republica, não nos preoccupando com o má vontade de quem quer que seja.

O SR. ANFRISIO FIALHO — Si a votação fosse nominal...

O SR. ZAMA — Não votamos nominalmente porque não queremos. (*Ha outros apartes.*)

O SR. VICTORINO MONTEIRO — Não respondo ao aparte do nobre representante, porque seria isso uma offensa ao Congresso.

Senhores, vou terminar. Acabo de ser prevenido pelo illustre cidadão que dirige os nossos trabalhos de que o meu

tempo acha-se exgotado, pelo que não posso dar maior des-
envolvimento, como desejava, ás razões pelas quaes acabo de
assumir esta posição.

Fique, portanto, registrado que não votarei, em caso al-
gum, no Sr. Generalissimo Deodoro da Fonseca, quer a vota-
ção seja por scrutinio secreto, quer nominal.

Estou certo de que ninguém terá medo de dar o seu voto
nominalmente. (*Apoiados e apartes.*)

Suffragarei o nome de um cidadão que, pela sua illus-
tração, perfeito conhecimento dos negocios publicos, probi-
dade e energia, possa concorrer poderosamente para a gran-
deza e a prosperidade que está reservada á Republica Brazi-
leira. (*Muito bem; muito. O orador é cumprimentado por
muitos Srs. representantes.*)

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DA REDACÇÃO DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

O SR. PRESIDENTE declara que entra em discussão a reda-
ção do projecto de Constituição.

São lidas, apoiadas, e entram, conjunctamente, em discus-
são as seguintes

Emendas

Ao art. 18.

Redija-se assim:

A Camara dos Deputados e o Senado trabalharão separa-
damente e em sessões publicas, quando não se resolver, por
maioria de votos, que sejam se

As deliberações, etc.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Thomaz
Delfino. — Nina Ribeiro.*

Substituam-se, no n. 23 do art. 35, as palavras — da Repu-
blica — por estas — da justiça federal.

No art. 24, supprimam-se as palavras — e fallencia —,
porque a attribuição de legislar sobre esta materia já está
comprehendida no numero antecedente.

Supprimam-se os ns. 25 e 28, por superfluos, á vista do
princípio geral estabelecido no n. 23.

Estas emendas têm por fim pôr a redacção da Consti-
tuição de accordo com o vencido, fazendo desaparecer dis-
posições redundantes.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *José Hygino.
— Manoel Francisco Machado. — Manoel Ignacio Belfort
Vieira. — Casemiro Junior. — A. Milton. — Costa Junior.
— André Cavalcanti. — Joaquim Sarmiento. — Manoel Uchêa
Rodrigues. — Leovigildo Coelho. — Prisco Paraizo. — M. J.
Vieira. — Couto Cartaxo. — Amaro Cavalcanti. — Firmino
da Silveira. — J. J. Seabra. — João Neiva.*

Ao art. 50

Substitua-se a palavra — Secretaria — por — Ministerio.

das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *José Hygino.*

Ao art., 3º

Accrescentem-se ao final do paragrapho as palavras: — de conformidade com o artigo seguinte.

Ao art. 35, n. 10

Substitua-se:

Resolver sobre conflictos de limites, dos estados entre si, do territorio nacional com as nações limitrophes, e traçar os do futuro Districto Federal, definitivamente.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Erico Coelho.*

Ao art. 35

Redija-se assim o n. 1: — Orçar a receita e fixar a despesa da União annualmente, e, bem assim, tomar as contas da receita e despesa de cada exercicio financeiro federal.

Depois das palavras — divida publica — do n. 3º — accrescente-se — da União.

No n. 11, em vez de — tiver logar — diga-se: si puder tentar.

Redija-se assim o n. 23: — Legislar sobre o Direito Civil, Criminal e Commercial da Republica, e sobre o Processual da justiça federal.

Supprimam-se do n. 24 as palavras — e fallencia.

Supprimam-se os ns. 25 e 28.

Para pôr de accôrdo o n. 37 com o disposto no § 1º do art. 17, ou supprima-se o n. 37, ou seja elle conservado, accrescentando-se-lhe, depois da palavra — prorogar — as seguintes: e adiar.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos.*

Aos arts. 23 e 24

Sejam reunidos em um só artigo e redigidos do seguinte modo:

Art. Nenhum membro do Congresso, desde que tenha sido eleito, poderá celebrar contractos com o Poder Executivo, nem d'elle receber commissões ou empregos remunerados.

§ 1.º Exceptuam-se desta prohibição:

1.º As missões diplomaticas;

2.º As commissões ou commandos militares;

3.º Os cargos de accesso e as promoções legais.

§ 2.º Nenhum deputado ou senador, porém, poderá aceitar nomeação para as missões, commissões ou commandos,

de que tratam os numeros um e dous do paragrapho antecedente, sem licença da respectiva Camara, quando da acceitação resultar privação do exercicio das funções legislativas, salvo nos casos de guerra, ou naquellas em que a honra e a integridade da União se acharem empenhadas.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1891. — *G. Besouré*. — *M. Valladão*. — *Gil Goulart*. — *L. Müller*. — *Aquilino do Amaral*. — *Lauro Sodré*. — *Uchôa Rodrigues*. — *Serzedello Corrêa*. — *Paula Guimarães*. — *Casemiro Junior*. — *Julio de Castilhos*.

Ao art. 28

Redija-se assim: — O Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral, e garantirá a representação das minorias.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 29

Supprimam-se as palavras — garantirá a representação das minorias.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 77

Em vez de — sentença maior de dous annos — diga-se: condenação em mais de dous annos.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 60, § 1º, letra b

Substituam-se as palavras — os actos ou as leis impugnados — por — esses actos ou essas leis.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 39

Transponham-se as palavras — dentro de 48 horas — para depois da palavra — promulgada.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 25, paragrapho unico

Em vez de — nos tres artigos antecedentes — diga-se: neste artigo e nos dous antecedentes.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

art. 12

[de § 1º, diga-se: n. 1º.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

art. 7º, princip., II

Depois das palavras — art. 9º — acrescente-se: — § 1º.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 2º

Substituam-se as palavras — fôr observado o — pelas seguintes: — si der execução ao —.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Meira de Vasconcellos*.

Ao art. 35

Redija-se nos seguintes termos o n. 23, de accôrdo com o meu requerimento approvado pelo Congresso, conjunctamente com a respectiva emenda, quando submittida á 2ª votação:

Legislar sobre o Direito Civil, Commercial e Criminal da Republica e o Processual da justiça federal.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Aos arts. 78 e 82, § 3º

A materia do § 3º do art. 82 deve constituir disposição de mais um paragrapho do art. 78, redigindo-se do seguinte modo, por parecer que foi esse o pensamento do Congresso:

Os processos militares findos poderão ser revistos, a qualquer tempo, em beneficio dos condemnados, pelo Supremo Tribunal Militar, para confirmar, ou reformar, a sentença, sem que possam ser aggravadas as penas da sentença revista, nos casos e pela fórma que a lei determinar.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*. — *Botumha*.

Ao art. 35

Supprimam-se os ns. 25 e 28, assim como a palavra — fallencia — do n. 24, por serem redundantes, em vista do venciado sobre a unidade do Direito Civil, Commercial e Criminal.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras*.

Art. 2º Fica pertencendo á União, no planalto central da Republica, uma zona de 14.400 kilometros quadrados, a qual..., etc.

Art. 6º, § 4º. Das leis e sentenças federaes.

Art. 7º, n. 3... restricção do art. 9º, § 1º, n. 1.

Art. 17... mandará, immediatamente, proceder á nova eleição.

Art. 22.... e uma ajuda de custo.

Art. 30.... e contra os ministros (para art. 49, n. 2) nos crimes, etc.

Art. 35, § 23. Legislar sobre o Direito Civil, o Criminal e o Commercial da Republica, e o Processual da justiça federal.

Art. 35, §§ 24 e 25. Supprimam-se, por superfluos, em vista do § 23 do mesmo artigo.

Art. 35, §§ 27 e 28. Supprimam-se, por superfluos, em vista do mesmo § 23.

Art. 37, § 2º... Elle dará publicidade ás suas razões, no caso de recusa de sanção, ainda que esteja encerrado o Congresso.

Art. 40, § 1º... que só as poderá—, etc.

Art. 43... proceder-se-á á nova eleição, pelo resto desse periodo, para preencher-se a vaga.

Art. 49, n. 2. Nomear e demittir, livremente, os ministros.

Cap. IV. Titulo. Dos ministros — substituindo essa expressão a de — Ministros de Estado —, adoptada no projecto.

Art. 54. O Presidente dos Estados Unidos do Brazil, nos crimes communs, será submettido a processo e a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, e, nos de responsabilidade, perante o Senado, depois que a Camara declarar procedente a accusação.

Paragrapho unico. Como está.

Art. 55, § 8º. Supprima-se, por superfluo, em vista do § 7º do mesmo artigo.

Art. 59, § 1º. Diga-se: ... dos empregados destas.

Art. 61, letra d — Supprima-se, por ter sido decretada a unidade da legislação.

Art. 7º, § 3º. Supprimam-se as palavras finais de — podendo — até ao fim, em vista da disposição do art. 61, §§ 1º e 2º. — Antonio Euzebio. — Arthur Rios.

O SR. JOSÉ HYGINO — Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador.

O Sr. José Hygino — Sr. Presidente, acaba de ser lida uma emenda, apresentada por diversos membros desta Casa, que são, também, membros da Commissão dos 21, na qual se pede a supressão do n. 23 do art. 35 da Constituição.

Chamo a attenção de V. Ex. para essa emenda, porque parece-me que, nos termos do art. 64 do nosso Regimento, ella não pôde ser accepta, por ser contra o vencido.

O n. 23 do art. 35 firma a competencia do Congresso para legislar, privativamente, sobre o Direito Civil, Criminal e Commercial, isto é — firma o principio da unidade da legislação sobre o Direito, principio que, como V. Ex. sabe, venceu nesta Casa em 2ª e 3ª votações.

A disposição do n. 23 não está em contradicção com nenhum outro artigo ou disposição da Constituição. (Apoiados.)

Si a redacção da Constituição fosse approvada, tal como se acha, nenhuma duvida se poderia suscitar, na pratica, sobre a competencia exclusiva, privativa, do Congresso para legislar sobre as materias do Direito.

Supprimido, porém, o n. 23 do art. 35, é claro que ficará *ipso facto* prevalecendo o systema contrario, que a Casa rejeitou em duas votações, pela regra de que as faculdades que não forem conferidas ao Congresso pertencem ás assembleas dos estados. (*Apoiados.*)

Vê, portanto, V. Ex. que, sob a apparencia de uma questão de redacção, a emenda substitue o principio adoptado pelo Congresso, pelo systema opposto, e é contra essa preferida alteração do vencido que reclamamos.

Sei que os signalarios da emenda se fundam no n. 24 do art. 35, em que a Constituição confere ao Congresso a faculdade de *legistar sobre fallencias*; e citam, tambem, os ns. 25 e 28 do mesmo artigo, em que é reservada ao Congresso a faculdade de legistar sobre crimes politicos, de *falsificação de moeda* e de *títulos publicos da União*, a pirataria e os attentados ao Direito das Gentes. Mas as disposições contidas nestes numeros são meras redundancias (*Apoiados.*), são repetições escusadas. (*Apoiados.*) Tendo o legislador reservado para o Congresso a faculdade privativa de legistar sobre o Direito, fez a enumeração escusada de algumas faculdades referentes ao mesmo assumpto.

Firmado o principio geral contido no art. 23, todas aquellas outras disposições devem desaparecer, por superfluas. O que se deve propôr é, pois, a suppressão de taes disposições, mas nunca a do principio geral. (*Apoiados.*)

Agitou-se esta questão no seio da Comissão, que dividiu-se em dous campos oppostos — o dos defensores e o dos adversarios do principio da unidade juridica. Mas, não podendo a Comissão converter uma questão de redacção em uma questão de principios (*Apoiados.*), desde que ella deliberou não redigir a Constituição nesta parte de accordo com o que estava vencido, abandonei os seus trabalhos, e aproveitei o ensejo para fazer esta declaração...

UM SR. REPRESENTANTE — E mais alguns.

O SR. JOSÉ HYGINO — ... e do mesmo modo procederam outros membros da Comissão.

O art. 23 precisa de ser corrigido, sómente, na ultima parte, que trata do Direito Processual.

Tendo o Congresso adoptado o principio da dualidade de Poder Judiciario, e competindo aos estados, exclusivamente, organizar as suas justicas e, por consequencia, decretar as suas leis do Processo, a expressão — *Processual da Republica* — que se lê no n. 23 do art. 35, deve ser substituida por esta: *Processual da justica federal*; neste sentido mandei uma emenda.

Os auctores da emenda a que me tenho referido não querem corrigir, nem emendar, o n. 23; o que querem é supprimil-o, servindo-se, assim, de um meio indirecto, para de novo trazerem á tela da discussão o systema vencido. (*Apoiados.*)

Reclamamos, pois, contra a admissão dessa emenda, que é offensiva do vencido, e invoco a auctoridade de V. Ex., affin de que seja observado o Regimento da Casa, não podendo abrir-se uma nova discussão sobre uma questão já decidida por duas votações do Congresso. (*Apoiados.*)

O SR. PRESIDENTE—O Sr. Senador José Hygino reclama contra a apresentação da emenda que propõe a supressão do n. 23 do art. 35 do projecto de Constituição.

S. Ex. allega que esta supressão não pôde ter lugar, porque é contra o vencido.

Parece-me que S. Ex. tem toda a razão. (*Apoiados.*)

Quando se votavam os diversos números do art. 33, actualmente 35 do projecto, o Congresso accitou uma emenda do Sr. representante Leovigildo Filgueiras, que veio substituir a disposição do n. 23, onde se consagrava a idéa da legislação separada para os estados (*Apoiados*), substituindo aquella disposição, alli consagrada pela da emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras, que estabelecia a unidade da legislação. (*Apoiados.*)

Votada essa emenda, recordei ao Congresso que iam-se votar os ns. 24 e 25 do art. 33, ora 35, onde se estabelecia competência para o Congresso legislar sobre fallencias, crimes políticos, etc. Por essa occasião o mesmo Sr. Senador José Hygino reclamou que essas disposições estavam prejudicadas pela violação da emenda do Sr. Leovigildo Filgueiras; respondi, então, a S. Ex. que não me pareciam prejudicadas essas disposições, apesar de reconhecer que envolviam redundancias, que só ao Congresso competia obviar. (*Apoiados.*)

Por occasião de votarem-se as emendas em 3ª discussão, o Sr. Leovigildo Filgueiras, antes da emenda approvada em 2ª discussão, obtendo a palavra, explicou ao Congresso que tinha havido erro no modo de formular essa emenda; que a idéa de S. Ex. era estabelecer a unidade na legislação civil, criminal e commercial, mas não da processual; S. Ex. mostrou que a emenda estava mal redigida, e provou que sua intenção era essa, fazendo o confronto com o systema de organização judiciaria que offerecera.

Ao votar-se a emenda ao n. 23, tornei bem claro ao Congresso que se ia approvar a emenda, salva a redacção, para poder harmonizar a redacção desse numero com o que estava vencido quanto á unidade de legislação. (*Apoiados.*)

Consequentemente, está bem claro que a these estabelecida no n. 23 é, em todo caso, deliberação do Congresso. (*Muito bem.*) E essa deliberação não pôde, absolutamente, ser alterada hoje, quando só se trata da redacção; pôde-se modificar a fôrma, mas sem alterar a deliberação do Congresso. (*Apoiados.*)

Por isso, o que o Congresso poderá fazer hoje é, mantendo a disposição do n. 23, modificar-lhe a redacção, de accordo com a declaração do auctor da emenda, e supprimir, si quizer, os ns. 24 e 25, por conterem disposições redundantes. (*Muitos apoiados.*)

Nessas condições, a Mesa não pôde submeter á discussão a emenda que propõe a supressão do n. 23. (*Muito bem! Muito bem!*)

VOZES—Não esperavamos outra cousa de V. Ex.

O SR. PRESIDENTE antes de começar o debate, lembra aos oradores que se têm de occupar com a redacção do projecto, que a discussão é restricta: devem limitar-se a fazer a critica da redacção; fóra deste terreno não consentirá discussão. (*Apoiados.*)

O Sr. ERICO COELHO — Tomo por testemunha a V. Ex., Sr. Presidente, de que fiz altas diligencias, afim de tomar parte nos debates do projecto constitucional, quer na 1ª, quer 2ª, quer 3ª discussão.

Si não consegui fazer-me ouvir pelo Congresso sobre a materia, na intenção, simplesmente, de desempenhar o mandado segundo os dictames do meu obscuro entendimento, foi porque as discussões foram trancadas antes que me tocasse, nem uma vez, defalhar. Faço esta declaração solenne, afim de a todo tempo resalvar-me de censuras por parte do elitorado fluminense, que poderia extranhar meu silencio a respeito de varios pontos que forem os interesses do Estado do Rio de Janeiro, que represento, como os da União.

Venho á tribuna, tarde, para criticar o projecto constitucional naquillo que se me afigura adaptação inconveniente das instituições de outros povos ao nosso paiz, mas ainda a tempo de denunciar, nesta 4ª discussão, flagrantes contra-dições, a par daquellas que foram apontadas pela consideravel Comissão do Congresso, podendo ser corrigidas com poucas palavras.

Venho ainda a tempo, Sr. Presidente, para lavrar um protesto contra as arguições injuriosas que um illustre representante pelo Districto Federal atirou ao povo fluminense, em frente da bancada onde occupo o ultimo logar.

O SR. OLIVEIRA PINTO — Não apoiado; logar muito saliente.

O SR. ERICO COELHO — Com a emenda suppressiva do parographo do art. 2º, como foi votado pelo Congresso em 1ª discussão, eu e outros illustres companheiros de bancada tivemos em vista revigorar os principios consignados nos arts. 2º e 4º do projecto: o art. 2º, que consagra a unidade territorial, segundo a conformação geographica das antigas provincias do Imperio, ao proclamar-se a Republica, a 15 de novembro de 1889, afim de definirem os actuaes estados; o art. 4º, que consigna os preceitos a que deve cingir-se a formação de novos estados.

O Congresso recusou a eliminação proposta por mim e outros representantes fluminenses, da suppressão do parographo unico do art. 2º, isto é, o Congresso legistlou para a hypothese que talvez não venha a se realizar, e, o que é mais, abriu uma excepção odiosa no art. 4º, a qual fere as tradições politicas do Estado que represento nesta Casa.

Ao passo que, pelo n. 13 de art. 35 do projecto, o Congresso confere ao Legislativo ordinario a faculdade de mudar a Capital Federal quando e como entender, no art. 3º dá por decidida a transferencia da Capital. Ao passo que no art. 4º a formação de futuros estados fica dependente do assentimento das assemblies estaduais, por duas sessões consecutivas, no art. 35, n. 10, o Congresso confere ao Legislativo ordinario o poder de delimitar, de traçar limites relativamente aos actuaes estados da União, — assumpto este sobre o qual o art. 2º não admite dvidas.

Senhores, como vos disse, o art. 2º estabelece, em termos peremptorios, que os actuaes estados terão as mesmas linhas geographicas que tinham as antigas provincias no momento em que foi proclamada a Republica, a 15 de novembro de 1889,

e o art. 61 faz da unidade territorial o característico dos estados, sem referir-se á hypothese do art. 3.^o, relativa á mudança da Capital.

Atendendo-se á hypothese do art. 3.^o, em vista do art. 65, vê-se que estas disposições não se combinam, podem, mesmo, dar lugar a conflicto entre o Congresso, de um lado, e as assembleas legislativas, de outro, na questão do desmembramento do territorio para se estabelecer a Capital Federal.

O art. 4.^o é frisante determinando que os estados não podem se dividir, incorporar-se, ou desmembrar-se sem a audiência das respectivas assembleas, em duas sessões consecutivas, e a approvação do Congresso.

Tanto o artigo a que acabo de me referir, quanto o art. 65, occupam-se da indivisibilidade territorial, segundo os limites que as antigas provincias tinham no acto de se proclamar a Republica; portanto, o disposto no n. 10 do art. 35 não se casa com os principios extrahidos nos arts. 2.^o e 65 do projecto constitucional, e estes estão em antinomia com a materia do art. 3.^o.

Extranho que o Congresso se tenha abstrahido de ouvir a Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a qual incumbe, segundo os principios consagrados no art. 4.^o, dar, ou negar, aquiescencia á formação do Estado que, de futuro, resultará da transformação de Districto Federal.

O SR. FRANÇA CARVALHO — A Capital Federal nunca se ha de organizar como Estado, porque basta dizer que até falta-lhe agua.

O SR. ERICO COELHO — Dir-se-ia que o Districto Federal nunca fez parte da antiga provincia do Rio de Janeiro.

Mas, pergunto: Desde quando? Desde 15 de novembro de 1889?

O SR. PRESIDENTE — Observo ao nobre representante que está infringindo o Regimento.

O SR. ERICO COELHO — Peço perdão a V. Ex.

O SR. PRESIDENTE — A discussão deve ser restricta á critica da redacção apresentada pela commissão. (*Apoiados.*)

O SR. ERICO COELHO — Com o respeito que V. Ex. me merece, já como cidadão, já como Presidente do Congresso, peço-lhe que não leve a mal que eu procure dar a maior latitude á minha argumentação relativa ás incongruencias que acabo de assignalar na redacção de projecto constitucional, visto como fiz grande empenho para desempenhar neste particular o mandado que me foi confiado, e, entretanto, só á ultima hora é que consegui vir á tribuna.

Peço, pois, licença a V. Ex. para me explicar o melhor possível, como o caso exige.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado vem discutir o vencido, vem apreciar as disposições da Constituição, vem se envolver em questões diversas das a que o Congresso está adscripto.

Ora, estabelecido o precedente, depois do nobre Deputado, virão outros oradores discutir a Constituição, e, assim, será completamente burlado o fim que se tem em vista, que é discutir a redacção. (*Apoiados.*)

O SR. ERICO COELHO — V. Ex. tenha paciência.

O SR. PRESIDENTE — Embora com muito pesar, sou obrigado a chamar o nobre Deputado ao terreno da discussão.

O SR. ERICO COELHO — Estou apenas estabelecendo as preliminares de meu argumento, para, depois, concluir com respeito à redacção do projecto, porque é d'isto que se trata, eu sou o primeiro a reconhecer, e não me afastarei uma linha deste proposito.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Então discuta logo a redacção. (Apoiados.)

O SR. ERICO COELHO — Sr. Presidente, si eu conseguir demonstrar que a cidade de S. Sebastião, hoje Districto Federal, era parte integrante da ex-provincia do Rio de Janeiro, farei *ipso facto* provado que as incongruências que se notam na redacção do projecto constitucional devem ser sanadas, da mesma maneira que outras, apontadas pela Comissão dos 21, no sentido das emendas que vou levar á Mesa.

Sou obrigado a alludir, rapidamente, aos termos em que o nobre Deputado a que ha pouco me referi se dirigiu ao Estado do Rio de Janeiro.

S. Ex., que veio aqui discutir a conveniencia da mudança da Capital Federal, e justificar a transfiguração do Districto Federal em novo Estado autonómico, disse do Estado do Rio de Janeiro, que tenho a subida honra de representar, o que ninguém neste Congresso ouviu de orador algum com relação a este ou outro Estado.

O SR. FRANÇA CARVALHO — Apoiado.

O SR. ERICO COELHO — Peço licença ao Congresso para reproduzir suas palavras, e, á vista da gravidade das proposições offensivas ao povo fluminense, ha de fazer justiça á insistência com que procuro rebatel-as.

O illustre representante, que é um moço muito distincto a todos os respeitois, e a quem tributo sincera amizade, disse o seguinte, que muito me magoou (*de*):

«Vós não tendes tradições ou historia que não seja a nossa.

«Nós vos povoamos e fomos civilizar-vos, lutando com o indio.

«Onde está a vossa historia?

«Quaes são as vossas tradições?

«Cital-me um só facto, um só desses grandes movimentos que são o orgulho de um povo?

«Nada tendes, dependentes sempre de nós, e ainda vindes aqui para o Congresso com essa pretensão anti-democratica de absorver a Capital Federal.

«Qual é a vossa gloria na vida nacional?

«De todos os estados do Brazil, do Norte e do Sul, grandes e pequenos, vós sois, talvez, o unico que não tem tradições proprias, que não póde apresentar um grande acto civico.

«Vós representaes o odio rural contra a cidade das marchas civicas, das kermesses, contra a cidade abolicionista é isto o que vós representaes, impenitentemente.

« Si quereis glorias, tomal-as de nós emprestadas, tomal um pouco do nosso 13 de maio, que chega para o Brazil inteiro.

« Não reclamaes com a historia na mão. Apontai factos, trazei para esta tribuna datas, si sois capazes. Eu vos desafio.

« Mostrái que não foi esta cidade que vos fez nascer e existir.

« Nem nome tendes. Como vos chamaes? Estado do Rio de Janeiro. A cidade fundada por Estacio de Sá, em 1 de março de 1565, e que desde o seu primeiro rancho foi cidade, deu-vos tudo, até o nome.

« Estado rural em decadencia, cujo destino é problemático.»

Concluiu o citado orador, que confessou amar a Capital Federal até o canal do Mangue (*riso*), como está no seu discurso, e, que, entretanto, abalancou-se a offender aos representantes fluminenses naquillo que temos de mais caro, nas tradições politicas do Estado do Rio de Janeiro...

O SR. FRANÇA CARVALHO — Apoiado: foi uma verrina sem razão contra o povo fluminense.

O SR. ERICO COELHO — ... do seguinte modo:

« O Estado do Rio de Janeiro, sem historia, sem tradições, sem nome, com a lavoura perdida, com a terra cansada e exgollada pelo caté, vai agora, tambem, naturalmente como muitos outros, receber grandes levas de imigrantes. Cumpre que tome cautellas, para que, ao menos, possa salvar a lingua que falla.»

Sr. Presidente, é minha a vez de perguntar ao illustre representante do Districto Federal, que labora na supposição de que a cidade de S. Sebastião foi que combateu o indio e civilizou o Estado do Rio de Janeiro, com que forças Estacio de Sá repelliu os francezes no seculo XVI, senão foi com os indios do outro lado da bahia de Guanabara, tendo á sua frente Martin Affonso de Souza?

Perguntarei ao illustre representante com que elementos se formou a cidade, não de Estacio de Sá, como está no discurso de S. Ex., mas de Mem de Sá, que fundou a cidade de S. Sebastião no morro do Castello, — Mem de Sá, e não Estacio de Sá, que apenas levantou uma fortificação entre o Pão de Assucar e a Praia Vermelha?

Pergunto com que gente se povoou a cidade de Mem de Sá, e se manteve, já não digo no seculo XVI, mas no principio do seculo XVIII?

Com que tropas Francisco de Castro repelliu a invasão Duclerc, senão com os fluminenses, por uma parte, e os mineiros, por outra, sob o commando de Antonio de Albuquerque Coelho?

O illustre representante do Districto Federal, que é bastante instruido, não consultou, certamente, a Historia quando fez tão grande carga de accusações ao povo fluminense. Eu abro a Historia na mesma pagina que S. Ex. não quiz ler. Quero chamar a sua attenção, para um facto heroico, que se deu na minha terra natal, e de que eu muito me orgulho. Tratava-se ainda de repellir os francezes e holandezes colligados, quando Constantino de Menelau, á testa dos indios da serra da Sepiatiba, das vizinhanças da

cidade de Cabo Frio, e não de Sepetiba, como dizem alguns historiadores por equívoco, deu combate na embocadura da lagôa Araruama aos inimigos da colonia, que exerciam toda a sorte de depredações.

O Sr. THOMAZ DELFINO — Mas, quem era esse Constantino Menelau ?

O Sr. ENICO COELHO — Senhores, o illustre representante do Rio de Janeiro mostra-se despercebido das condições sociologicas que presidiram ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, como presidem á formação de todas as cidades.

As cidades formam-se no meio social, como os pontos de ossificação no organismo animal, na phrase de um notavel escriptor; desenvolvem-se absorvendo, de proximo e proximo, tudo quanto existe de bom no territorio adjacente, selecção que se caracteriza por tudo quanto ha de melhor como sexo, idade, vigor, riquezas; é assim que as cidades se constituem, e dahi concluo que a cidade do Rio de Janeiro, que é originaria e essencialmente fluminense, foi obra das familias abastadas da ex-provincia do Rio de Janeiro, foi obra dos Soares de Souza, dos Carneiros, dos Teixeira Leites e de outras illustres familias fluminenses, que, com seus capitães, com sua actividade, animaram, desenvolveram, a cidade de Mem de Sá, e, em ultima analyse, povoaram-na, porque está provado, é das leis sociologicas, que o desenvolvimento numerico da população nas cidades se faz, não por uma progressão natural, pelo augmento dos nascimentos sobre os obitos, mas por uma emissão, parte vinda do estrangeiro, parte dos campos circumvisinhos.

Senhores, o Districto Federal fazia parte da ex-provincia do Rio de Janeiro; apenas divergia pela administração municipal, constituindo um municipio *sui generis*, chamado por isso mesmo *neutro*; porém havia unidade de territorio, havia a mesma origem da população e, sobretudo, unidade politica e judiciaria.

Portanto, si vamos respeitar, pela disposição do art. 2º (e é este ponto que quero pôr em relevo), o principio da unidade territorial, da unidade politica e da unidade judiciaria, em observancia ás considerações que acabo de fazer ao projecto constitucional, que consagra o principio da integridade das antigas provincias, transformadas, hoje, em estados da União, deve ser reolocado o art. 3º, e no caso que seja mudada a Capital da Republica e o Districto Federal pretenda constituir-se Estado autonomo, deve ser consultada a Assembléa Legislativa do Rio de Janeiro, afim de dizer si consente ou não na cessão dessa porção de seu territorio.

O Sr. PRESIDENTE — Isso nada tem com a redacção.

O Sr. ENICO COELHO — Estou discutindo a autonomia dos principios, consignada no projecto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE — Lembro ao nobre representante que isso nada tem com a redacção do projecto.

O Sr. ENICO COELHO — V. Ex. vê que de vez em quando applico á redacção as considerações que estou fazendo. (Riso.) Vou terminar, com poucas considerações mais.

O illustre representante do Districto Federal, que, a proposito da transferencia da Capital da Republica, quiz apurar primarias com o povo fluminense no terreno das tradições historicas, no terreno do abolicionismo e da propaganda republicana, commetteu graves injustiças.

A verdade é que a cidade de S. Sebastião sempre foi a cidade das kermesses, das marchas cívicas e das festas abolicionistas; mas não é menos verdade — e si preciso fôr invocarei o testemunho do illustre fluminense José do Patrocínio, que foi a alma do abolicionismo — que mais do que aqui travou-se em Campos de Goytacazes a lucta em favor dos captivos, graças ao destemido cidadão Carlos de Lacerda, alvo de odios e perseguições.

Si eu quizesse reportar-me á época mais remota da nossa chronica negra, referiria por miudo ao Congresso um episodio que muito honra ao povo fluminense, e a mim particularmente.

Depois da lei de 7 de novembro de 1850, quando ainda não se tinha feito na costa do Brazil nenhum aprisionamento de navio traficante de negros, a não ser pela Marinha estrangeira, um magistrado pobre, que exercia seu cargo na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, — desses mocos briosos, da tempera de Viveiros de Castro, que collocam o cumprimento do dever acima das condescendencias, do empenho e de toda a sorte de intimidações —, o bacharel Jacintho José Coelho, cujo nome cito com orgulho, porque trata-se de meu proprio pae, aprisionou o primeiro navio negroiro chegado da costa d'Africa. Este facto que abriu a série dos feitos que a nossa Marinha de guerra praticou, sempre é uma circumstancia que honra o Estado do Rio de Janeiro, no tocante á campanha contra a escravidão.

No terreno da propaganda republicana, posso dizer ao Congresso que ao tempo em que o illustre representante do Districto Federal ainda não tinha assentado praça nas fileiras da Republica, no Estado do Rio de Janeiro existia um nucleo, que luctava, á custa de todos os sacrificios, pelas idéas que vingaram a 15 de novembro. Esse grupo, que tinha á sua frente Francisco Vieira de Almeida, hoje juiz de Direito na Limeira de S. Paulo, Virgilio Pessoa e o obscuro orador, organizou um club, formou um partido e manteve um jornal, em guerra aberta com os partidos da Monarchia, no município de S. Fidelis, 7º districto, centro do conservatorismo fluminense.

Pugnávamos pela Republica, e abríamos claros nas fileiras contrarias, sem olhar sacrificios, por amor á idéa.

Nesse tempo, o Partido Republicano da Capital Federal estava disperso, e a prova é que Quintino Bocayuva cahira do pedestal da propaganda, envolvido no *Globo*, a sua clâmide, como elle escreveu, sem que seus companheiros politicos lhe estendessem a mão.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. está muito longe de discutir a redacção.

O SR. ERICO COELHO — Vou terminar, Sr. Presidente.

Nesse tempo, um illustre representante por Pernambuco nesta Assembléa veio desse Estado entender-se com os republicanos da Capital do Imperio, por parte de seus correli-

gionarios comprovincianos, e debalde fez diligencias para encontral-os.

Na cidade de S. Sebastião havia, sómente, um club republicano platónico, que limitara-se a entreter uma escola, denominada da Cancellia.

No terreno da abolição, das luctas republicanas, como das tradições coloniaes, em tudo isso, o Estado do Rio de Janeiro ganhou somma de victorias, Sr. Presidente, conforme acabo de mostrar, e é isso que vim dizer do alto da tribuna, lavrando um protesto contra os improperios que o orador a que me tenho referido ousou atirar á face dos representantes que se sentam na bancada fluminense.

Vozes — Muito bem; muito bem. (*O orador é cumprimentado.*)

O SR. RETUMBA (*pela ordem*) — Sr. Presidente, por ser muito breve o que tenho a dizer, peço a V. Ex. que me dispense de ir á tribuna: fallarei mesmo de minha bancada.

De uma ligeira leitura que fiz da Constituição elaborada pela Comissão de Redacção, conclui que havia uma certa incongruencia entre o art. 78, que se acha no titulo 4º, quando trata das — *qualidades de cidadão brasileiro*, e o artigo 82, que se encontra nas *Disposições geraes*. — incongruencia, que mais me despertou attenção por dizer respeito a assumptos militares sobre os quaes tive a honra de apresentar diversas emendas, que vi approvadas pelo Congresso.

O art. 78 diz que os militares de terra e mar terão fóro especial nos delictos militares, que esse fóro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalícios, e dos conselhos necessarios para a formação da culpa e julgamento dos crimes, sendo sua organização e attribuições reguladas por lei especial; o art. 82, tratando da revisão de processos findos, em materia criminal, permite que o Supremo Tribunal Federal possa, em beneficio dos condemnados, e em qualquer tempo, reformar, ou confirmar, as sentenças, dizendo, em um dos seus paragraphos, que suas disposições são extensivas aos processos militares.

Parece-me, Sr. Presidente, que, creados, na Constituição, dois tribunaes superiores, um civil e outro militar, ambos devem, sómente, occupar-se de assumptos que lhe disserem respeito.

Si o art. 82 faculta ao Supremo Tribunal Federal a revisão de processos findos, o art. 78 tambem o deve fazer, tratando de processos militares; não só a boa logica isso aconselha, como, principalmente, haverá uniformidade na lei.

Pego, portanto, a V. Ex. que remetta á Comissão de Redacção do projecto a emenda que tive a honra de apresentar a este illustrado Congresso, mandando supprimir o § 3º do art. 82, para ser collocado, tambem, como § 3º no art. 78, ficando, assim, ambos os tribunaes, civil e militar, com poderes, conferidos pela Constituição, para rever processos, podendo em qualquer tempo, e sómente em beneficio dos condemnados, reformar, ou confirmar, as sentenças nelles lavradas.

São estas, Sr. Presidente, as considerações que finha a fazer; e agradeço a V. Ex. e ao Congresso o ter-me permitido dizel-as. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. GABRIEL DE MAGALHÃES — Assim é que eu quizera que todos procedessem: fallou sómente sobre a Constituição, não se perdeu uma só de suas palavras.

O Sr. Leovigildo Filgueiras — Sr. Presidente, depois de approvar, por occasião da 2ª votação do projecto constitucional, a emenda que offereci á disposição do n. 24 do art. 33, com o intuito de restaurar a do correspondente n. 24 do art. 33 do projecto primitivo, substituído, na 1ª votação, pelo principio da legislação separada, o Congresso, em sua sabedoria, adoptou, definitivamente, ao votar a Secção III, o systema americano de organização do Poder Judiciario federal, rejeitando a emenda substitutiva que apresentei e em que procurei conciliar o mesmo systema americano com o suíço, modificado pelo modo de composição desse Poder, consagrado nas constituições dos Estados Unidos, da Colombia e de Venezuela, e rejeitando, tambem, a emenda substitutiva, dos illustres representantes o Sr. Amphiphio e outros, que estabelecia o systema allemão de magistratura do paiz.

Podendo, entretanto, parecer ao Congresso que exista uma certa incoherencia entre os termos da emenda que offereci e foi approvada, restabelecendo a unidade do Direito Civil, Criminal e Commercial da Republica, e o systema americano de organização do Poder Judiciario, já definitivamente adoptado pelo Congresso, pelo equívoco a que pôde dar lugar, ficando redigida essa emenda tal qual se acha, porque poderá parecer que eu propunha nessa emenda, tambem, a unidade do Direito Processual, pedi a V. Ex. a palavra para offerecer um requerimento em ordem a ficar a Comissão encarregada da ultima redacção da Constituição, autorizada a redigir a respectiva disposição, de modo que se harmonize com as da Secção III do projecto, relativas á organização do Poder Judiciario federal adoptada pelo Congresso, requerimento que repulo nos termos do art. 37 do nosso Regimento, para o fim de, submettida a nova votação a minha emenda, seja votada, salvando-se a redacção, que proponho no mesmo requerimento, que é o seguinte (16):

“Tendo sido o de restaurar a disposição do n. 24 do art. 33 do primitivo projecto de Constituição, substituindo a expressão *codificar* pela expressão *legislar*, o pensamento, que presidiu á emenda que offereci, na 2ª discussão do mesmo projecto, ao correspondente n. 24 do art. 33, requiero, para evitar-se incoherencia entre os termos dessa emenda approvada e o systema de organização do Poder Judiciario federal adoptado pelo Congresso, que seja autorizada a Comissão encarregada da ultima redacção da Constituição a redigir nos seguintes termos, ou nos que melhores lhe parecerem, a disposição do n. 24 do art. 33, si fôr de novo approvada aquella emenda:

“Legislar sobre o Direito Civil, Commercial e Criminal da Republica e o Processual da justiça federal.”

S. R. — Sala das sessões, 16 de fevereiro de 1891. — *Leovigildo Filgueiras.*”

Sendo-me permitido, Sr. Presidente, fundamentar o requerimento que acabo de ler, utilizo-me desse direito, para combater certas proposições hontem avancadas nesta tribuna pelo illustre congressista o Sr. Leopoldo de Bulhões, refor-

çadas por apartes de meu distincto collega de deputação bahiana, o não menos illustre congressista o Sr. Amphiphio Botelho, dos quaes o primeiro pretendeu demonstrar a preferencia do systema da legislação separada, como mais consentaneo com o principio do regimen federalista, e o segundo, em apartes, procurou salientar a incompatibilidade entre o systema da unidade do Direito e o da organização dualista do Poder Judiciario, consagrado pela Constituição dos Estados Unidos da America do Norte e adoptado por este Congresso.

Proponho-me, por isso, Sr. Presidente, em defeza da doutrina de minha emenda, demonstrar:

1.º Que nenhuma incompatibilidade ha entre o systema da unidade do Direito privado, em um paiz qualquer, que se tenha já organizado ou venha a organizar-se pelo regimen federativo, e, particularmente, em o nosso, attentas as suas especiaes condições organicas de existencia social, e o systema americano de organização dualista do Poder Judiciario, como o interpretam todos os publicistas que o estudaram e o applaudem;

2.º Que é preferivel mantermos a unidade do Direito Privado, o mais valioso legado de nosso passado politico, fucelo do systema de colonização em que encontramos as raizes da brilhante evolução sociologica porque, em pouco mais de meio seculo de vida politica autonoma, podemos, por uma merenda Revolução, iniciar a mais bella e a mais pujante das formas de governo, a irmos, agora, por mero espirito de imitação, tentar uma experiencia de diversidade de legislações, segundo os caprichos ou tendencias, talvez inconvenientes, das legislaturas dos estados, facilmente sujeitas ao predomínio de paixões ou ephemeros interesses da politica local, podendo converter-se em um elemento de dissolução desta grande Patria, que nunca aspirou á federação senão para fortificar cada vez mais os laços de união do povo brasileiro pela mais solida e fructifera fraternidade, cooperando todos, quer individual, quer collectivamente, já nas funções da vida municipal, já nas funções da vida provincial, já nas funções da vida nacional, para o seu engrandecimento e progresso commum. (*Apoiados.*)

Passo a demonstrar, Sr. Presidente.

O Poder Judiciario federal, organizado como o organizou a Constituição dos Estados Unidos da America do Norte, e cujo systema já foi definitivamente adoptado por este Congresso na Constituição Federal que, em poucos dias, será a nossa grande lei fundamental, é uma entidade meramente politica, isto é, o orgão da lei suprema do paiz, o director da justiça, que é a mais elevada função dos governos, o *centro de gravidade* de todo o systema de governo que estamos organizando, o arbitro, enfim, entre o Governo Federal e os governos dos estados, porque a sua missão principal é determinar os limites do Poder entre o Governo Federal e os dos estados, assim como os limites dos poderes de cada um delles.

E' por isso que se diz, com razão, que a instituição do Poder Judiciario, como entidade politica, foi uma invenção dos americanos, porque a Europa, nem mesmo a Inglaterra, jamais o instituiu com essa jurisdicção.

E' verdade que os juizes inglezes, apesar da conhecida e tão criticada omnipotencia do parlamento, sempre defenderam,

sobre todas as leis, a supremacia do que elles chamam a *Common law*, que consiste, antes, nas garantias da *Grande Charta* aos direitos individuaes e sociaes do que, mesmo, nos precedentes judicarios adoptados pela consciencia publica.

Mas os americanos, dando á tradição ingleza o caracter de uma instituição, fizeram do Poder Judiciario um verdadeiro poder politico, com os meios legaes necessários, para fazer triumphar a soberania nacional sobre a pretendida soberania de cada Estado, e manter o equilibrio da Constituição, oppondo barreiras ás usurpações dos outros dois poderes politicos, Legislativo e Executivo, e dando força positiva aos direitos dos cidadãos.

Assim, o Poder Judiciario, organizado segundo o systema americano, como um poder de jurisdicção politica, não administra, em caso algum, a justiça ordinaria, isto é, não intervem em negocios da competencia do Poder Judiciario administrativo, cuja organização compete a cada Estado, senão quando esses negocios affectam ás leis politicas da União ou aos tratados por ella celebrados com juizes estrangeiros.

Em summa, a competencia do Poder Judiciario politico limita-se a manter a legislação politica da Nação contra as violações dos outros poderes, federaes e locais, oppondo um freio pratico ás violações do Direito Publico, e fortificando os direitos dos cidadãos; a competencia do Poder Judiciario administrativo, organizado em cada Estado segundo sua lei constitucional, limita-se a administrar e applicar as leis de Direito Privado, para terminar por decisões equitativas as contendas entre os cidadãos, a proposito de seus direitos.

Dahi se vê, como bem pondera Lastarria, que nenhum inconveniente haveria, apesar de só se haver, até o presente, constituído o Poder Judiciario como poder politico nos paizes de regimen federal, em constituí-lo, tambem, em paizes consolidados ou unitarios, onde é, ás vezes, mais conveniente e necessario, ainda, que um Tribunal Supremo tenha jurisdicção politica, para manter a Constituição, oppondo-se ás violações das leis ordinarias e dos actos do Governo aos direitos garantidos na mesma Constituição.

Já desta reflexão podemos, logicamente, concluir que nenhuma incompatibilidade ha entre a unidade do Direito e a instituição de um Poder judiciario como Poder politico, independentemente da instituição do Poder Judiciario administrativo, destinado a applicar as leis do Direito Privado.

Mas ahí estão Story, Brice, Kent e outros publicistas americanos, a reclamar para cada um dos estados da União Americana, que, em seu Governo especial, são unitarios, a instituição desse Poder Judiciario politico, afim de manter o Direito Constitucional de cada um delles contra as violações dos direitos individuaes e sociaes dos cidadãos nelles residentes e consagrados em cada uma dessas constituições locais, provenientes de alguma lei de seu Poder Legislativo, de algum acto de seu Governo ou, mesmo, de alguma decisão do seu Poder Judiciario administrativo.

Gra, si os que descobrem que incompatibilidade entre a unidade do Direito Privado e a dualidade do Poder Judiciario fundou-se no systema de organização politica dos Estados Unidos da America do Norte, porque ali é dualista todo o systema de governo e só se justifica a dualidade da magistratura por se haver mantido a cada Estado competencia para le-

gislar sobre o seu Direito Privado. — devem ser logicos, convindo em que a opinião daquelles notaveis publicistas americanos, que commentaram a Constituição dos Estados Unidos, é absurda, porque, si o Direito Privado é unitario em cada Estado da União, seria incompativel com esse Direito unitario de cada Estado a instituição de um Poder Judiciario politico em cada um delles ao lado de seu Poder Judiciario administrativo, que nelles applica aos casos particulares as suas leis ordinarias.

Mas, não, ... o que é absurdo é suppor que exista tal incompatibilidade entre a unidade de legislação civil, commercial e Criminal do paiz e a divisão do Poder Judiciario em Poder Judiciario politico, órgão da lei suprema da União ou da de cada Estado, e Poder Judiciario administrativo, órgão da justiça ordinaria em cada Estado. (*Muitos apoiados.*)

Quanto, porém, ao Direito Processual, Senhores, é que não pôde deixar-se de dividir a competência para legislar sobre elle, competindo ao Congresso Nacional legislar sobre o Direito Processual da justiça federal, e, competindo á legislatura de cada Estado legislar sobre o Direito Processual da justiça ordinaria, attendendo-se a que, competindo-lhe organizar, como melhor lhe parecer, o seu Poder Judiciario administrativo, e, até, si assim o julgar conveniente, o seu Poder Judiciario politico, para manter o equilibrio de sua constituição, é necessario que lhe compita o direito de legislar sobre a jurisdição e competência de seus tribunaes, sobre os recursos das decisões destes, sobre as fórmulas dos processos, etc., em summa, sobre o que disser respeito a este ramo de legislação em harmonia com a organização do Poder Judiciario, que cada um adoptar em sua lei fundamental.

Por isso foi que propuz no requerimento, que acabo de apresentar, fosse a respectiva disposição constitucional redigida, de accordo com o venido quanto á organização do Poder Judiciario federal, nos termos em que o foi no n.º 24 do art. 33 do projecto primitivo.

Passo, agora, a demonstrar a conveniencia de mantermos para a União Brasileira a unidade do Direito Civil, Commercial e Criminal.

Sou dos que pensam, Senhores, que não ha laço mais poderoso de solidariedade de um povo, que não ha um principio mais fortificador da unidade nacional do que o Direito, qualquer que seja o regimen de governo adoptado por esse povo ou essa nação, republicano ou monarchico, unitario ou federativo.

Mas temos o Direito Publico, que concerne ás condições da existencia social dos cidadãos de um paiz, considerado como povo, em suas funções communs, e o Direito Privado, que concerne ás condições da vida moral dos individuos, considerados como pessoas, em seus actos particulares, embora ligados aos interesses geracs da sociedade, mas com relação immediata á satisfação de suas necessidades.

O Direito Publico de um povo deve ser uno ou duplo, segundo a organização politica da forma de governo que elle adopta: mas, qualquer que seja essa organização de forma do governo, e por mais apaixonado que seja o amor pelas experiencias politicas, o Direito Privado, sobretudo em um paiz, como o nosso, onde as origens historicas, as tradições da vida moral, os costumes, os habitos, os principios da condueita geral, a raça, a lingua, em summa, o espirito de nacionalidade são

os mesmos em qualquer porção de seu, aliás vastíssimo, território — o Direito Privado, que regula os phenomenos mais importantes da vida social do individuo, deve ser unitario, deve constituir um dos laços mais estreitos da união, um dos estímulos da cooperação de todos os associados para o progresso moral geral, uma das condições *sine qua non* da integridade de uma nação. (*Apoiados e apartes.*)

Os proprios defensores da doutrina experimentalista da diversidade de legislações civis, commerciaes e criminaes, nos diferentes estados da União Brasileira, reconhecem a necessidade de deixar-se á competência do Congresso Federal legislar sobre diversos assumptos do Direito Privado. Assim, com relação ao Direito Civil, votaram pela instituição do casamento civil, como lei federal, e offereceram emendas sobre a liberdade de testar e adoptar. Com relação ao Direito Commercial, assignaram emendas, e votaram pela competência do Congresso Federal para legislar, uniformemente, sobre a fallencia e sobre o Direito Marítimo.

Com relação ao Direito Criminal, tambem assignaram emendas, e por ellas votaram, para que fossem leis federaes as relativas aos crimes politicos, aos de falsificação de moeda e dos titulos publicos da União, aos communs commettidos no alto mar, aos attentados ao Direito das Gentes e á pirataria.

Mas, Senhores, si deve ser uniforme uma lei sobre o casamento, base juridica da familia, que é para o organismo social o que a medulla é para o organismo individual, uniformes devem ser todas as leis reguladoras das relações juridicas que resultam desse importante phenomeno sociologico, e, por consequente, todas as leis cujo conjuncto constitue o Direito das pessoas.

Tambem admittir que sejam uniformes as leis relativas á fallencia, e não admittir que o sejam todas as outras prescrições do Direito Commercial, pois que todas ellas, desde as que estabelecem as qualidades precisas para ser-se commerciante, até as que regulam as transacções mercantis, as obrigações dos contractantes e as condições das sociedades e companhias commerciaes, não podem deixar de ter intima conexão com as que regularem a fallencia, é uma incongruencia manifesta.

E, finalmente, violar o supremo preceito da justiça, que é a relação dos actos humanos com a sua recompensa ou a sua pena, e em virtude do qual uma acção commettida por homens diferentes mas semelhantes como agentes deve ter um resultado semelhante, no ponto de vista do castigo ou da recompensa, o pretender que certos crimes affectem a todo o organismo social, e certos outros, apenas, aos seus órgãos, para o fim de serem punidos os primeiros com penas eguaes, e os outros poderem selo com penas diferentes, segundo a legislação local de cada um desses órgãos.

Senhores, não é subtil, como pensam alguns, a distincção entre o regimen confederativo e o regimen federativo, e das republicas de regimen federativo propriamente dito, apenas os Estados Unidos da America do Norte e a Suissa mantiveram, não por tentativa de experiencia politica, mas em respeito ás tradições e ao direito constituido dos estados annexados, a diversidade de legislação sobre o Direito Privado, mesmo porque ambas tiveram origens confederativas.

Entretanto, ninguém ignora a desordem de costumes que resulta, nos Estados Unidos, da desordem das leis particulares

dos differentes estados; e si com relação a todo o Direito Privado ainda não foi, lá, applicado o remedio, que já foi applicado contra os incessantes conflictos de jurisdicção entre os diversos estados, pela multiplicidade de leis relativas á fallencia, que foram todas submettidas por uma lei federal, é porque na Constituição da União Americana ha disposições que embaraçam essa providencia, de modo que seria necessario, previamente, reformar-a, e nós sabemos que é quasi impossivel uma reforma qualquer dessa Constituição.

Na Suissa, porém, em cuja Constituição não ha tantos embaraços para medidas de tal ordem, desde que se justificarem por uma razão de interesse federal, sabemos que já está unificado de todo o Direito das Obrigações, e ha pronunciada tendencia á unificação de todo o Direito Privado.

Pois, quando paizes cujas origens historicas, tradições, crengas, lingua, raças, costumes e hábitos são essencialmente differentes das nossas, estão comprehendendo a necessidade, para manter a sua integridade e unidade nacionaes, de converter o Direito Privado em um de seus mais solidos laços federaes, havemos nós de desprezar essa instituição congenita de nossa civilização, para tentar uma experiencia de diversidade de legislação, com todas as probabilidades de virmos a nos arrependor, em muito pouco tempo, desse irreflectido ensaio?

Não imitemos, Senhores, o florimano, que obtém artificialmente uma flor mais bonita, duplicando uma e muitas vezes uma flor selvagem por meio da multiplicação das pétalas, mais cujo producto não passa de um monstro, e de um monstro estéril, porque as pétalas se desenvolveram á custa dos estames!

“Os phenomenos sociaes, diz Spencer, têm sua origem nos phenomenos da vida humana individual, que, por sua vez, têm suas raizes nos phenomenos vitaes em geral.”

As sociedades são organismos vivos e, como todos os organismos, têm suas leis biologicas, que presidem aos seus destinos, e constituem, por isso, uma força de resistencia aos tentames dos legisladores empiricos. Ellas não se podem emancipar de seu passado, porque todos os seus phenomenos estão, forçosamente, ligados á sua estrutura, á sua constituição e á natureza dos elementos anatomicos de que se compõem. Evoluem, mas de accordo com as suas leis naturaes; e as reformas politicas não produzem a sua acção benéfica sobre seus destinos si ellas não se baseam nas legítimas aspirações do povo e não se conformam com os dados da experiencia.

Neste Congresso, o radicalismo, de um lado, e o tradicionalismo, de outro, em um pleito caprichoso, que faz lembrar a fabula dos dous cavalleiros que se bateram por divergencia sobre a cor de um osculo, de que cada um, no ponto em que estava enforcado, só via uma face, ameaçam comprometter a causa da Revolução, e eu só faço votos por que seja decidido esse pleito em ordem a não vir a pagar as custas... a liberdade!

VOZES — Muito bem; muito bem.

(O orador é cumprimentado por muitas Srs. congressistas.)

Consultado, o Congresso consente na retirada da emenda. Ninguém mais pedindo a palavra, é encerrada a discussão.

O SR. AMARO CAVALCANTI (*pela ordem*) — Sr. Presidente, sendo innumeras as emendas offerecidas á redacção do projecto, requiero a V. Ex. que submeta ao Congresso o seguinte: que as mesmas emendas sejam desde logo remettidas á Comissão de Redacção, a qual, recolhendo-se a uma das ante-salas, poderá dar desde logo seu parecer, e sendo invertida a ordem do dia, isto é, entrando-se já na 2ª parte da ordem do dia.

Assim, haverá tempo para que a mesma Comissão dê o seu parecer, e o Congresso approve hoje mesmo a redacção definitiva.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. representante Amaro Cavalcanti acaba de fazer o requerimento que o Congresso ouviu.

Ha sobre a mesa mais de 20 emendas. Muitas destas emendas versam sobre o mesmo assumpto, ou procuram corrigir os mesmos defeitos de redacção. Todas estas emendas não estão impressas, foram apresentadas hoje.

Parece-me que o Congresso procederia acertadamente constituindo tribunal das emendas a Comissão de Redacção. (*Apoiados*). Esta examinará as emendas, e as que forem por ella aceitas, serão attendidas, e a redacção será logo alterada, de accordo com ellas.

Desta maneira, talvez, com o intervallo de uma hora, a Comissão de Redacção possa apresentar-nos ainda hoje o seu trabalho reflectido, e o Congresso tomará em consideração, e approvará, as emendas aceitas pela Comissão.

Este trabalho, sujeito ao Congresso, será approved definitivamente, evitando o processo, aliás inconveniente e que pôde produzir máo resultado, de se votarem uma por uma as vinte e tantas emendas offerecidas. (*Apoiados*.)

Interpretando neste sentido o requerimento do Sr. representante Amaro Cavalcanti, para que, encerrada, como está, a discussão, vão as emendas á Comissão de Redacção, afirmo de que está, examinando-as, veja as que deve aceitar e, aceitando-as, modifique, desde logo, a redacção, de accordo com as mesmas emendas, e apresente a redacção definitiva, para ser approvada pelo Congresso, vou submeter o mesmo requerimento a votação.

Consultado, o Congresso approva o requerimento do Sr. S. Amaro Cavalcanti.

O projecto, com as emendas, é remettido á Comissão de Redacção.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

Continúa a discussão das moções apresentadas sobre o convenio celebrado com a Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

O Sr. Barbosa Lima — Sr. Presidente, já desta tribuna tem se dito tudo quanto é possível resultar de um exame mais ou menos superficial do convenio recentemente feito entre os Estados Unidos do Brazil e os Estados Unidos da America do Norte.

Não venho insistir nessas observações especiaes das vantagens ou desvantagens do tratado em relação a esta ou aquella industria; não pretendo demonstrar que o Governo, acceptando semelhante convenio, soube vir ao encontro das necessidades das diversas industrias que florescem em nosso paiz.

Mas, independentemente de habilitações profissionais, sem que seja preciso, sem que se faça imprescindivel ter passado annos e annos na lavoura, na industria fabril ou em qualquer outro ramo da actividade humana, é possível estar-se habilitado, no ponto de vista supremo do patriotismo, a condemnar *in limine* semelhante convenio; e, quando mais não fosse, bastariam estas duas considerações capitais: primeiro, que mesmo das ponderações aqui adduzidas pelos profissionais resulta que o convenio vem proteger a quem não precisa de protecção, vem favorecer as industrias fortes, vem favorecer o café e o assucar, e, ao mesmo tempo, em contraposição a esse auxilio a quem de auxilio não precisa (*Não apoiados*); vem collocar em condições de inferioridade as industrias nascentes, aquellas que constituem outros tantos ramos em que se ha de exercer, d'ora em diante, a actividade de nossos concidadãos; e tanto mais é preciso frizar esta consideração quanto sabemos que no vastissimo territorio de nossa Patria nem só para café, nem só para assucar pôde dar a actividade de nossos concidadãos.

E ainda quando estivesse fóra de duvida que, de facto, o convenio favorece aquelles que se entregam a essas duas industrias, e ainda quando ficasse incontestavel que o convenio favorece a 19 estados brasileiros, não podia ser accepto e ratificado pelo Poder Executivo, e sim pelo Poder Legislativo que tem a iniludivel obrigação de satisfazer as necessidades, não de 19 estados, mas de todos, e um só que ficasse fóra desse quadro poderia reclamar, com justiça.

A outra consideração em virtude da qual sou levado a alistar-me na corrente da opposição em contrario a este convenio, vem a ser que elle apresentou ensejo, mais uma vez para que o Governo, que no momento actual pretende dirigir os destinos da nossa Patria, manifestasse o menosprezo mais completo pela collaboração consciente, pela approvação indispensavel, pela consulta, da qual não ha fugir, ao corpo dos representantes da Nação Brasileira (*Apoiados*), agora ou em futuro mais ou menos proximo, sobre este convenio, tratado ou que melhor nome tenha, que ahi está sem a clausula *ad referendum*.

Si tal clausula existisse, o Governo, que tantas vezes tem feito declarações no seu órgão official, viria explicar a opinião publica os *motendits* que resultam do não conhecimento completo deste convenio: affirmaria que essa clausula existe e, conseguintemente, ao Congresso ordinario competeria impedir que semelhante convenio produzisse os males que grande numero de profissionais e a quasi unanimidade de diversos órgãos da opinião publica ahi estão a vaticinar.

O SR. BARÃO DE VILLA VICOSA — E os factos hão de demonstrar que são exaggerados.

O SR. BARBOSA LIMA — Ouvi a diversos representantes que desta tribuna sustentaram as vantagens deste convenio. Com pesar confesso que os discursos favoraveis a elle, ainda

mais radicaram a opinião, que no meu espirito se tinha formado, contraria a este convenio, porque taes discursos provaram que os meus dignos collegas que sustentaram as vantagens deste convenio, para taes e taes industrias, em uma porção da nossa Patria, deixaram ver que para outra porção muito maior, desta mesma Patria, nem uma voz houve que defendesse os seus interesses.

No ponto de vista federativo, portanto, o tratado não podia ser referendado pelo Poder que se suppõe competente para executal-o.

Senhores, nós não temos tido, até hoje, a Dictadura na acceção positiva de semelhante termo; nós temos tido a autocracia, o despotismo illimitado, que não dá de seus actos a menor satisfação aos re clamos da opinião publica. E não se pôde pretender, absolutamente, como se tem pretendido aqui e fora deste recinto, pelos órgãos diversos da opinião publica, pela imprensa e em outros pontos, — não se pôde imputar á doutrina do philosopho de Montpellier a responsabilidade desta autocracia com a denominação de Dictadura.

Este philosopho, que tantas vezes tem sido, injustamente acrimado de pregar uma doutrina que não respeita os progressos do espirito humano no seu marchar continuo para as idéas da liberdade; este philosopho nunca auctorizou a quem quer que fosse a que da sua esclarecida doutrina, mais que nenhuma outra, humana, da sua politica, mais que nenhuma outra, humanitaria, se tirassem pretensas bases, pretensos argumentos, para justificar esta politica teratologica que ahí está proliferando.

Porque Dictadura que elle julgava compativel com a phase revolucionaria que vamos atravessando, essa Dictadura, pregada do ponto de vista das preoccupações da philosophia que sabia haurir a verdade na observação conscienciosa dos phenomenos sociais, — essa doutrina encontra-se com o motto, com o lema que serviu de base a todos os verdadeiros representantes das aspirações daquelle tempo, em que James Otis proclamava como melhor interprete da gloriosa Revolução donde nasceu a Republica dos Estados Unidos, o principio salutar — *no representation, no taxation*.

Quer isto dizer que só o povo, pelos seus representantes legitimos, pôde crear impostos, crear novas taxas, crear novas fontes tributarias; só o povo, pelos seus representantes legitimos, é que pôde consentir em que tal ou tal industria mais ou menos florescente possa ser taxada e transformada em fonte de receita publica. E isto é bem de ver, porque só taes individuos, representando aspirações diversas, os variados interesses de multiplas zonas, poderão verificar a conveniencia, ou não conveniencia, de se crear, ou deixar de crear impostos, de tornal-os mais ou menos pesados sobre tal ou tal industria.

E é o que vemos. As manifestações da opinião publica, as aspirações de todos os brasileiros que aninham nos seus corações patrioticos o ideal de uma verdadeira Republica, as reclamações de todos aquelles mesmos que menos têm cogitado das condições elementares do Governo para constituir uma republica, dizem que isto que ahí temos não é uma Dictadura republicana, mas, sim e unicamente, a autocracia.

E' a situação a mais hybrida de que dão noticia os annaes da Humanidade.

Todos nós temos conhecimento de que em diversas phases da evolução da Humanidade se tem encontrado um Poder central, fortemente organizado, dirigindo-se e inspirando-se politicamente na vontade de um chefe de estirpe, real ou não.

Eu sei, tambem, que situações têm havido em que as assembléas dos representantes do povo têm avocado a si a suprema direcção da sociedade.

De um lado basta nomear um Frederico, um Cesar, um Luiz XIV. de outro lado, a Convenção Franceza, a Assembléa americana.

Sera algum destes o caso brasileiro? De modo algum.

Não falta a verdade, não se inspira nas lições da historia, não constata as forças da Patria, aquelle que diz das columnas anonymas dos *apellidos* que o fundador da Republica brasileira não é Benjamin Constant, mas o General Deodoro da Fonseca.

Póde-se dizer que Benjamin Constant representou, no 15 de novembro, o mesmo que José Bonifacio ceante de D. Pedro I; a sua intervenção lembra a do Marquez de Pombal junto a D. José. A força amoldou-se nas mãos do genio, inspirado nos sagrados interesses da Patria.

Ha uma verdade, Senhores, que nos está assoberbando a cada momento, que está a crispá-los os labios, dando-lhes a expressão da suprema descrença. Esta dolorosa verdade reage por modo diverso sob o espirito tacaño e mesquinho daquelles que pretendem ver nos erros da actual autocracia a condemnação do ideal republicano.

Essa verdade, Senhores, é que se tentou fazer a Republica no dia 15 de novembro. Deu-se o primeiro passo: afastou-se uma familia privilegiada, e... mais nada! Em lugar disto, que vemos agora? Deveremos fechar os olhos para não termos a dor de ver o que se passa?

De um lado, a critica livre e altiva... não se exerce, não se tem exercido senão raramente, por meio de um ou outro espirito mais ou menos temerario, sem a liberdade que fôra para desejar.

Por outro lado, ahí tendes o que pretende-se fazer passar por um regimen republicano, que não vem crear situação excepcional para que uma pequena fracção da sociedade se constitua em um grupo de privilegiados, para que a fortuna pessoal de um pequeno numero de cidadãos se avolume, se arredonde em detrimento do bem estar colectivo.

A Republica, que não é isso, absolutamente, vê-se conspurcada, polluida, prostituida, com a pretensão de adaptarem o seu nome glorioso a esta nefanda realidade.

E, no entanto, a Republica, que todos nós aninhavamos nos nossos corações, lá está no artigo da nossa Constituição que declara abolidos todos os privilegios, proclamando todos os individuos eguaes perante a lei.

Entretanto, tanto quanto era possivel esperar da interferencia diuturna dos poderes publicos, tanto quanto era possivel esperar da collaboração governamental, tanto quanto se podia esperar da acção de decretos, de regulamentos, de portarias, ella deveria crear, para a grande massa dos cidadãos, para a grande maioria dos nossos compatriotas, o maior bem estar possivel. Uma situação tal, que, não só não fosse egual aquella de onde vinhamos, como tínhamos o rigoroso dever de exigir que fosse superior aquella que acabavamos de de-
guir.

Mas, desgraçadamente, quão longe nós estamos desse *de-sideratum* ?

Que significação têm essas manifestações, essas explosões da mais humilde, da mais disciplinada das classes, como é a classe operaria de todos os paizes civilizados ?

Que significam essas *grèves*, em que o operario, depois de ter deprecado, respeitosa e sollicitada, providencias de um Poder inepto, de um Poder incapaz e altamente corrupto e immoral (*Sensação*), vem, unido-se com a consciencia da força que tem em mãos, lembrar que tambem um dia os conselhos de Turgoi e, mesmo, os de Necker foram postos á margem, e aquella secular realza ruíu por terra, apesar do enorme orgulho de todos os apaniguados, de todos os privilegiados que iam haurir nella recursos para manterem a exploração do proletariado ?!

O SR. ELYSEU MARTINS — O proletariado é uma cousa que não existe no Brazil.

UM SR. REPRESENTANTE — Existe, sim, Senhor.

O SR. BARBOSA LIMA — Lamento que o meu nobre collega ignore a significação desta palavra. Proletario não quer dizer pé rapado, não quer dizer farroupilha.

O proletario não é um individuo que não tem de que subsistir, e viva mendigando; não é um individuo que anda arrastando a sua miseria pelas ruas da Capital; não: o proletario, esse factor de toda a civilização, esse factor sem o qual o meu digno collega, absolutamente, não poderia subsistir, esse factor sem o qual a vida de meu collega seria impossivel, é providencia material da especie humana.

O SR. ELYSEU MARTINS — Ora! isso é romance.

O SR. BARBOSA LIMA — Sei que isto pôde ser romance, porque muitas vezes os arroubos de um coração que se inspira em um ideal glorioso, para as almas terrenas, podem ter a fôrma de romance; mas esta é a verdade, que ha de vir bater-nos ás portas, primeiro sob a fôrma do bastão humilde do peregrino que pede auxilio, mas que, um dia, continuará as glorias da Revolução de 1793, e, aproveitando-se da suprema ineptia daquelles que não se quizeram pôr no ponto de vista humanitario, daquelles que não têm consciencia do que seja Republica, — ha de vir um dia, romance ou não romance, repulando a obra gloriosa dos seus predecessores, e, assim como a burguezia levantava-se impavida contra os fidalgos, contra a Monarchia franceza...

O SR. ELYSEU MARTINS — São cousas que não existem na nossa sociedade — burguezia e fidalguia.

(*Ha outros apartes.*)

O SR. BARBOSA LIMA — ...assim tambem, o proletariado, esse quarto Estado, ha de explodir, eliminando a burguezia. (*Cruzam-se muitos apartes, que não deixam ouvir o orador.*)

Senhores, em respeito, tenho a deferencia que é possivel, ás opiniões do meu collega...

O SR. ELYSEU MARTINS — E sabe que sempre o considerei, e muito.

O SR. BARBOSA LIMA — Sei que isso não é mais do que a manifestação de uma opinião que meu distincto collega

formou em consequencia da leitura sem meditação dos expósitos deficientes de um socialismo mal comprehendido, porque a classe operaria difficilmente encontra tratadistas que queiram dedicar os seus talentos a expôr aos poderosos do dia a terrivel e precaria situação do proletariado. Mas a meditação das noticias que, tumultuariamente, aggravando-se dia a dia, chegam-nos de todos os pontos do occidente, ora sob a fórma de *grèves* pacificas, e ora sob a fórma de sublevações sangrentas, bastaria para nos fazer ver bem claro a gravidade deste problema, mais que nenhum outro momentoso.

Senhores, não acredito que nossa Patria esteja a passar o balente por onde se entra para esse solo vulcanico das manifestações nihilistas e communistas. Estou intimamente convencido de que este humilimo proletariado brasileiro, só impulsionado pelo terrivel agulhão da fome, só como aquelles que se acharam sobre o desesperado tablado da jangada da medusa...

UM SR. REPRESENTANTE — Ou pelos caprichos de um chefe potentado.

O SR. BARBOSA LIMA — ...poderia tomar as armas e arrancar aquillo que é seu, porque é incontestavel que todos nós, todos os que não são proletarios, é sobre proletariado que temos baseado a nossa existencia.

Seja-me licito lamentar que o Congresso Constituinte brasileiro não quizesse dar entrada na Constituição a uma emenda tão modesta quanto aquella que foi apresentada a esta Casa por diversos representantes, entre os quaes o orador. Essa emenda que não era mais do que um corollario, do qual não havia fugir, da disposição que acabou com todos os privilegios, convidava o Governo, convidava a autocracia do dia a acabar com a distincção odiosa entre o operario e o empregado publico.

Senhores, não ha negar, aqui que não ha romance, não ha phantasia, e, si phantasia ha, nós só poderíamos lembrar o conceito que tão bem cabe a esta situação e que resulta daquelle celebre conto oriental.

Conta a sultana Scheerazada, que uma princeza, a quem se tinha deparado para morada, que ella disfructaria no meio de todos os gosos, formosissimo palacio, havia sido aconselhada a que, sendo-lhe dado percorrer todas as salas ornamentadas com os esplendores da maior riqueza, jamais se lembrasse de penetrar em certo quarto.

Um dia, porém, agulhoada pela curiosidade, esquece-se ella da prohibição: passa os balentes do nefando quarto, e todos vós sabeis qual a surpresa e a dor da desventurada princeza: deparou-se-lhe o espectáculo da pobreza primitiva donde tinha surgido, constituindo o que havia de mais desolador, de mais desanimador, deante da belleza do palacio, que se esvahiria.

Nós os republicanos estamos na mesma situação: contemplavamos no nosso cerebro uma Republica bellissima, em que houvesse lugar para todos e para cada um, e não a continuação da jogatina desenfreada, uma Republica em que não fosse common ver-se, ao lado do *châlet* opulento, construido da noite para o dia á custa de notas de banco mais ou menos ficticio, o operario mendigando, para poder viver.

Passo a referir-me a essas malsinadas moções, sem nem de longe querer magoar aquelles que em sua boa fé as subserveram. Posso dizer que fui um dos poucos que votaram contra, porque entendia que o Governo Provisorio devia limitar-se ao expediente commum, abandonando o prurido de legislar. Digo isto, pouco me importando de incorrer na pecha de despeitado; aquella mesma pecha que atirava-se aos que tinham a velleidade de ser republicanos no reinado do Sr. D. Pedro II; sem receio de incorrer, tambem, na pecha de temerario.

Neguei á moção Ramiro o meu voto, como o negaria á do meu distincto collega Aristides Lobo, porque não me parecia que aquelle que tanto tinha abusado da maior somma de poderes que jamais brasileiro algum reuniu em suas mãos, fosse capaz de continuar a gerir os caros interesses da nossa Patria, fosse capaz de impedir a especulação de todas as harpias que tomaram parte no banquete da democracia, consurgando a sua obra.

O SR. LAMOUNIER GODOFREDO — Na Republica faltam patriotas. Ha muitas aves de rapina.

O SR. BARBOSA LIMA — E' necessario que tomemos esse facto como um ensivamento para o futuro, que se vai abrir, para esse futuro cujas portas entreabriram-se já, e que tanto depende da escolha que tenhamos de fazer do supremo magistrado, do primeiro magistrado da Republica.

Senhores, não nos esqueçamos de que devemos escolher um cidadão que deve fazer alguma coisa pela Republica, um supremo magistrado que deve dirigir os destinos de uma Nação que aspira a ser uma Patria grande e feliz, onde não haja um pequeno numero de fortunas fabulosas para embasbacar os beócios, mas haja um grande numero de cidadãos felizes, em um bem estar relativo. Não nos esqueçamos disso.

E para que cheguemos a um tal fim é necessario, é indispensavel, que esse cidadão seja capaz de cumprir o seu dever, em todo o rigor dessa expressão.

Tem-se dito, aqui Costa tribuna, que a Nação está anciosa para entrar no regimen da legalidade.

Mas, Senhores, entraremos no regimen da legalidade, porque temos uns tantos artigos escriptos em um papel? A Constituição, é certo, trata dos assumptos mais bellos. — os mais democraticos e os mais republicanos. Mas, que será essa Constituição nas mãos de um individuo que não tenha a mais pequena noção do verdadeiro ideal republicano? nas mãos de um individuo que seja um preposto de sua propria familia, e viva cercado de runs cidadãos, os quaes, mettendo as mãos nas arcas do Thesouro, não ficam, desgraçadamente, com ellas presas pela indignação da Patria? (*Apartes.*)

Eu não sei a quem me referi. Acho, pois, destituída de todo o fundamento a interrupção do meu collega. Que será essa Constituição, continuo, nas mãos de um individuo que se aproveita da força para amordaçar a opinião publica? nas mãos de um individuo que não comprehenda que deve ser o continuador da obra de Benjamin Constant?

Senhores, o momento é grave. E' preciso escolhermos um cidadão que seja capaz de fazer a Republica, de exercer o Governo.

E como repillo as suggestões que promanam do meu instincto de conservação própria, e porque devo dar uma lição a quem suppoz que a pusilanimidade póde ter entrada em um coração republicano (*Apoiados; muito bem*), digo: Nós não podemos votar para Presidente da Republica no General Manoel Deodoro da Fonseca. (*Apoiados, muito bem! muito bem!*)

O Sr. Assis Brasil, occupando-se das moções, pede ao Congresso que sobre ellas decida, hoje mesmo.

Faz varias considerações relativamente ás moções, e apresenta uma representação de muitos industriaes, com relação ao tratado.

Discorda, em alguns pontos, da representação, e dá razões por que o faz.

Combate a theoria do livre cambio, e mostra que, hoje, o proteccionismo impera no Mundo inteiro.

Por que, nós, que precisamos proteger nossas industrias, que não temos riquezas, que não temos productos, nos havemos de, por simples espirito de macaqueação, fazer livre-cambistas?

Isso só o poderia fazer um Governo que procede lavianamente; isso, porém, não fará o Congresso. Por esta razão, o orador quer que a questão venha decidir-se no seio do Congresso.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. João de Siqueira.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Cedo.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais nenhum orador inscripto, vou declarar encerrada a discussão.

O SR. ZAMA — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra.

O Sr. Zama começa dizendo que o dia de hoje tem sido fertilissimo: o Congresso tem sabido, por órgãos competentes de seus membros, cousas curiosissimas; mas estamos, desgraçadamente, em uma época em que não ha motivo para a gente admirar-se de cousa alguma. Parece que estamos condemnados pela Providencia a nos perder, si não quizermos realmente tomar a posição que compete a representantes da Nação.

Não vem discutir o convenio, que está sufficientemente discutido por aquelles que procederam na tribuna o orador. A opinião publica tem-se formado; o que não se conseguiu obter é que o Governo forme a sua opinião.

Como acabou de dizer o nobre representante que occupou a tribuna, e não é suspeito, o Governo não sabe o que faz, não sabe o que assigna.

Que pretende o Governo com esse convenio? Pretende excutal-o por deliberação propria depois que houvermos promittido a Constituição, que temos em mãos?

Será verdade o que o orador disse, ha poucos dias, na tribuna — Esta Constituição será violada por aquelles que estão de posse do poder?

Mas, si confiam violal-a com esta sem-cerimonia, devem contar que ainda existem homens que lhes hão de tomar contas, porque não fizemos uma Republica para sermos es-

cravos de poder algum, e menos de ministros representantes da vontade do ditador, sem intervenção da vontade nacional.

Não pôde, discutindo no Congresso Constituinte, tomar contas a ministros cuja existência ignoramos, porque chegámos a um estado, em que são desrespeitadas as regras que devem ser observadas em um Governo livre.

O ditador nomeou seus secretarios de Estado para auxiliar-o em sua missão. Pois bem; aquillo que se faz com os subdelegados, camaras municipaes, ou que se fazia quando taes individuos eram investidos em seus cargos, não se fez com o Congresso Constituinte, que é a soberania nacional.

Não temos a honra de receber a communicação do ditador, de que havia mudado seu ministerio; e estas entidades que andam ministrando, não representam o Poder publico que, pela Constituição, é o organo da vontade nacional.

UM SR. REPRESENTANTE — Está fallando pela cartilha antiga.

O SR. ZAMA falla pela cartilha antiga, appella para o parlamento um homem que diz que o parlamento nada tem de ver com os ministros; mas falla em nome da Constituição, que acaba de ser votada, a qual diz: ao presidente da Republica cabe toda a responsabilidade que devia abranger todos os funcionarios publicos, desde a mais elevada até a mais baixa posição.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — *Ergo.*

O SR. ZAMA — Conclua. V. Ex. sabe que um tratado feito entre nações é, por sua natureza, um acto de grande alcance politico. Ora, diz o n.º 16 do art. 49 (16):

"Entabular negociações internacionaes, ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e approuvar as que os estados celebrarem na conformidade do art. 66, submettendo-os, quando cumprir, á auctoridade do Congresso."

Portanto, si é condição *sine qua non* pela Constituição, para ter execução depois de approvado pelo Congresso, a clausula *ad referendum*, claro está que o tratado norte-americano não pôde ser posto em pratica em 4 de abril.

Mas, porque chegámos a esta situação? Porque, na phrase do Sr. Aristides Lobo, nós procuramos sarnas para nos coçar.

Quem tem uma disposição desta ordem, hem poderia remover todas as difficuldades, sob a condição de que se submetteria á letra da Constituição, fazendo-se ver ao mesmo tempo, que o convenio não poderia ser posto em pratica senão depois de ser sujeito á apreciação do Congresso ordinario. Isso é o que faria qualquer Governo, mas que não faz o Governo actual, que julga que a sua maior honra é tratar com desprezo qualquer manifestação deste Congresso.

Mas, quem perde com isso? Esse ditador, esse Governo, que todos os dias tem deante dos olhos o symptoma de um mal-estar geral, o symptoma do mal-estar da sociedade, que sente-se todos os dias ferida em seu direito.

Estas gréves, que se suppõem ser obra dos operarios, não exprimem outra coisa senão o mal-estar geral.

E' preciso que o Governo se convença de que a Republica não se fez para gozo e voluptuosidade dos jogadores da bolsa e outros afortunados, mas para melhorar-se a sorte popular, o que deve ser a primeira preocupação do Governo, mas de um Governo que, porventura, comprehenda a sua missão.

Nós não temos tido governo de especie alguma. O que temos tido é um serie de erros. Dir-se-ia que todos esses homens estão cegos, e, por isso, não vêem que caminham para um abysmo.

O SR. SAMPAIO FERRAZ — A proposito da grêve, nem sequer foram postos em pratica os meios suaserios.

O SR. VINHAES — Apoiado.

O SR. ZAMA diz que chegámos a um tal ponto de infelicidade, que já é um crime o direito de petição: os operarios da Estrada de Ferro Central, quasi com humildade, reclamavam providencias que melhorassem os seus males, males que todas as classes sentem, excepto a dos felizardos da rua da Alfândega (*Apoiados.*) e o Governo, como si a Providencia lhe arrancasse a ultima dôco de senso commum, nada diz a esses operarios; o Governo tem forças para suffocal-os, para mandar buscar estrangeiros, e pagal-os pelo duplo ou pelo triplo. (*Muito bem.*)

Mas é até onde pôde chegar a protecção do Poder publico deante das massas populares afflictas. (*Muito bem.*) E esse Governo ignora que é um poder ephemero, que ao menor sopro de vento pôde desaparecer? (*Apoiados.*)

Que triste engano! O Governo, que suppõe-se forte, dá, todos os dias, demonstração da sua fraqueza, de sua pusillanimidade, porque, todos os dias, se afasta do coração nacional, que é a unica base que pôde fazer perdurar os governos livres. (*Apoiados; muito bem.*)

Não vistes, hoje, já o symptoma do estado de enfraquecimento, de molestia, por assim dizer incuravel, do actual Governo? Pois elle ouviu, hoje, neste Congresso, verdades duras, verdades como o orador nunca teve a coragem de dizer, e que obrigaram os intimos do Governo a conservar-se silenciosos, não tendo, ao menos, a coragem do protesto, que é o ultimo recurso dos augustinos do dia. (*Apoiados; muito bem.*)

Não, já não lhe inspira aversão esse Governo, já não lhe inspira sentimento de mover-se contra elle. Esse Governo é para o orador um cadaver, que começa a decompor-se e que só lhe inspira piedade e compaixão, porque vê que vai perder-se nos abysmos do nada, sem deixar de si nem, sequer, uma pagina na historia.

O orador já não é um adversario do Marechal Deodoro, é um homem que tem compaixão de outro, que, recebendo da Providencia os meios de transmitir o seu nome á posteridade, dentro de pouco ha de sentir o vazio immenso, que ha de formar-se para tragal-o.

Não, o Marechal Deodoro é um homem morto; qualquer que seja o resultado da eleição a que se vai proceder, deixando de ser eleito Presidente, é um cadaver politico, que não surgirá, porque ha erros tão graves, tão crucis, que uma vida inteira de expiação não seria bastante para fazel-os perdoar a uma Nação.

O SR. ROSA JUNIOR dá um aparte.

O SR. ZAMA diz que, si pudesse voltar atraz, si fosse homem capaz de renunciar principios lealmente accetitos, tornaria a ser sebastianista, porque só um Governo destes, deante dos erros, das faltas e dos crimes commettidos, seria capaz de promover a restauração desta paz.

O SR. ROSA JÚNIOR — Pois perea as esperanças; porque, seja como fôr o Governo, a Republica. não voltará atrás. (*Apoiados e outros apertes.*)

O SR. ZAMA diz ao nobre representante de Sergipe não pretende, de fôrma alguma, diminuir as suas crenças, pelo contrario, augmenta-as de dia em dia; mas fique certo de que, si se approximar do Itamaraty, ha de afastar-se da Nação.

O SR. ROSA JÚNIOR — Nunca precisei subir as escadas do Itamaraty para occupar o posto que tenho, hoje, no Exército.

O SR. ZAMA acredita perfeitamente, pois que mesmo a Escriptura manda que julgemos os outros por nós (*Riso*), e o orador não costuma julgar os outros homens senão pelo mesmo modo por que se julga a si mesmo.

O convenio não pôde ser executado, em consequencia do numero 16 do art. 49; e si esse Governo quizer executal-o, apesar desta disposição constitucional, fique certo de que uma terra, em que os officiaes superiores e officiaes subalternos do Exército, sentados neste Congresso, têm o procedimento sobranceiro, altivo e independente, que têm tido, essa terra não é uma terra de cadaveres (*Apoiados*); e que, no dia em que fôr preciso fazer valer os direitos do povo, qualquer que seja o preço do sacrificio, esse direito se ha de fazer valer, em primeiro lugar, pelos meios legais, e, depois, pelos meios extraordinarios, si obrigarem á Nação a lançar mão desses meios. (*Apoiados.*)

Não ha dous caminhos; ou o Governo entra na legalidade, ou o Governo sahe da legalidade.

O SR. ESPÍRITO SANTO — V. Ex. não espere que esses militares o acompanhem nesse plano de inimizade systematica ao Governo; é uma illusão de sua parte. Elles serão indignos se assim proceder.

O SR. ZAMA só espera uma cousa, e isto não lhe contatarão os homens de farda; espera que, em circumstancias anormaes, o Exército não ha de abandonar o posto de honra e de dever, que allia a farda do soldado ao coração brasileiro, que palpita debaixo dessa farda.

O SR. ROSA JÚNIOR — Não é preciso dizer isso; elles têm dado sobejas provas. (*Ha outros apertes.*)

O SR. ZAMA diz que o que abunda não vicia: si esta é a verdade, que o nobre representante tem na sua consciencia, não pôde levar a mal que o orador a repita da tribuna, deante do Congresso Nacional.

UM SR. REPRESENTANTE — Nós não precisamos de conselheiros.

O SR. ZAMA não dá conselhos, apenas exprime uma convicção, que eleva o Exército brasileiro; porque não comprehendendo homem publico, quer traga casaca, quer traga farda, que não seja escravo da lei, escravo do dever, escravo da honra; e o Exército brasileiro ha de ser, hoje, como tem sido em todos os tempos, o defensor da lei, o defensor dos direitos do povo e dos verdadeiros e legitimos interesses nacionaes. (*Apoiados.*)

Mas, como dizia, ou o Governo entra no caminho da legalidade, ou sahe do caminho da legalidade. Si entra no ca-

minho da legalidade, nós só teremos que o applaudir; mas, si sahir do caminho da legalidade...

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — E qual o acto illegal que elle já praticou? (*Ha outros apartes.*)

O SR. ZAMA diz que é. exactamente, em nome do Direito, que o nobre representante de Pernambuco invocou, que o orador está na tribuna.

Si tivesses consciencia de que, ascendendo a ella, não poderia exprimir-se com a isenção, com a franqueza, que julga do seu dever, não subiria tacs escadas, porque, como aquelle celebre orador francez, diz que á tribuna, que não é livre, só póde subir um orador sem dignidade; e não pretende, emquanto for representante do povo, sacrificar a dignidade d'elle, em circumstancia alguma.

Subiu á tribuna porque tem o direito de dizer aquillo que pensa que é a verdade, e ha de dizel-o até ao fim. (*Apoia-aos.*)

Si o Governo sahe da legalidade, dá a cada um deste paiz, egualmente, o direito de sahir della (*Apoiados*), porque é preceito velho de Direito, e muito conhecido — *vis vi repellitur*. Nós não podemos ser escravos senão da lei, porque a lei é a unica soberana absoluta que conhecemos. O Governo deve comprehender que foi organizado para defender os interesses populares e não para postergal-os; que a sociedade existia antes que elle surgisse, e que elle não é senão uma delegação da sociedade, que póde retirar essa delegação, quando elle fallar á sua missão.

Esta é a verdadeira doutrina; e o povo não está ainda tão bestificado que não vá comprehendendo aquillo que elle tem o direito e o dever de fazer. (*Apartes.*)

Em poucos dias veremos o valor dessa aureola que querem dar ao actual chefe do Estado; verificál-o-emos, e de modo a não poder ser quebrado o prestigio que o cerca nas condições actuaes. Não é uma eleição qualquer que póde bastar ao Marechal Manoel Deodoro da Fonseca; essa eleição precisa um certo cunho.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Si elle tivesse a unanimidade, esta o deshonraria.

VOZES — Oh! Oh!

O SR. VINHAES — V. Ex. não póde dizer isso, insultando o Congresso. V. Ex. mede o Congresso pela sua bitola.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — A unanimidade podia ser interpretada como filha da oppressão.

O SR. ZAMA diz que, si essa eleição tiver certo cunho, investirá um homem de uma certa fracção de poder, mas exprimirá sempre uma derrota moral, e fará sentir a este paiz que não são sómente as massas populares, os descontentes com o estado actual das cousas, poque ainda assiste a ellas justiça, ainda ha uma somma de homens que estão dispostos a defender os interesses nacionaes á custa de todos os sacrificios, e a tarefa não ha de ser esteril, desenganem-se, — a causa da justiça, a causa do Direito, ha de triumphar, mais tarde ou mais cedo, e aquelles que combatem pelo Direito e pela justiça tem a grande vantagem de não desanimar no caminho,

quaesquer que sajam as derrotas que, porventura, possam soffrer.

Si o marechal Deodoro for investido do alto cargo de primeiro magistrado da Republica, os bons ventos o acolham, si conseguir melhorar este estado de cousas.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que se cinja ao assumpto.

O SR. ZAMA diz que vai concluir.

Siga o general Deodoro o seu caminho —, e não será o orador o unico a applaudil-o —, de uma reforma moral e politica, que, aliás, julga impossivel, porque, na idade, não ha reforma possivel.

Depois de havermos entrado na estrada louca dos esbanjamentos e outros erros, peie a Deus que afaste deste paiz a maior das calamidades.

O SR. ROSA JUNIOR — No dia do perigo seu posto deve ser na vanguarda.

O SR. ZAMA diz que o nobre representante é infeliz em seus apartes.

Não vê que, apesar da sua posição militar, não lhe compete designar seu posto de honra?

Acaso duvida que no momento do perigo da Patria o orador não esteja na vanguarda? Só pede a Deus que na vanguarda se encontrem ambos, este homem de palefot e o illustre coronel, para cumprirem seu dever.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA — Em 15 de novembro abandonaram o Imperador, excepto V. Ex., honra lhe seja feita.

O SR. ZAMA pode abandonar tudo, mas não ha de abandonar a causa das suas promessas. Estimará muito que S. Ex. se ache na vanguarda connosco no dia desse movimento.

O orador pôde abandonar tudo, mas não ha de abandonar a causa de sua Patria; ha de combater o inimigo da Patria, por enquanto, com a palavra na tribuna, com a penna na imprensa; e quando for necessario ha de tomar a sua espingarda velha de paisano, pois o homem que morre pela Patria torna-se immortal, como os deuses da antiguidade.

(Muito bem.)

O SR. JACQUES OURIQUE — Sr. Presidente, Srs. membros do Congresso, si ha na vida de um homem posição difficil é a que occupo neste momento. Si ha na vida de um soldado um momento arrojado é aquelle em que me acho.

Afé agora, nesta tribuna, sob o pretexto de combater o convento aduaneiro, vi discutir-se a pessoa do chefe do Estado com maior ou menor paixão, devendo, por isso, ser-me permitido que, continuando fiel ao meu velho amigo, ao prestigioso militar que a 15 de novembro de 1889 era a alma da revolução, era o seu heroe, saliente seus importantes serviços á causa republicana. (Apoiados.)

Assim como não está na minha indole deixar-me levar pelas paixões politicas, não está, tambem, esquecer-me que, quando eu chegava com esse digno chefe, de Matto Grosso, vendo a Nação acabrunhada deante dos actos do Governo, que, com guante de ferro, comprimia a classe militar, elle animava com inteira dedicacão o trabalho de resistencia e punha-se, denodadamente, á sua frente.

O SR. MARCOLINO MOURA — Sempre foi um grande patriota.

O SR. JACQUES OURIQUE — Servi com o General Deodoro durante 12 mezes de governo dictatorial, com toda a abnegação; saí pobre e com uma patente de accessão. Esta patente, já a entreguei ao Exército, e sou, agora, simples official reformado. Por consequencia, posso fallar sem ser suspeito.

Durante o tempo que servi com o General Deodoro, vi cercarem-me muitos amigos dedicados. Acompanhei com o maximo interesse os seus actos tendentes a evitar luctas e paixões, nas quaes o sangue brasileiro pudesse ser derramado, ou desenvolverem-se as perseguições politicas.

Pergunto a esses que hoje accusam o General Deodoro: Admittindo augmento de despesas accidentaes na sua administração, admittindo os seus erros politicos em época tão anormal, não estão sobejamente compensados uns e outros por um anno de progresso, de paz e de liberdade, de que esta tribuna acaba de ser palpitante prova? (*Apoiados.*)

Si, em vez de estar nas mãos do militar justo e tolerante, estivesse em mãos mais ferrenhas, os oradores que me precederam nesta tribuna teriam, porventura, podido levantar a voz para fazer accusações ao dictador, com a liberdade e isenção com que o fizeram?

VOZES — Teriam! Teriam!

O SR. SAMPAIO FERREZ — Teriam. Não se recda nem diante da morte.

O SR. JACQUES OURIQUE — Eu não me fiz comprehender. Julgo por mim o nobre collega que me honrou com o seu aparte. Acima de tudo eu tambem zelo a posição que occupo neste Congresso.

Mas, dizia eu, si a Dictadura estivesse em mãos tyrannicas, ou que a tivessem levado á tyrandia logo após a Revolução, a mais livre manifestação de pensamento nesta tribuna estaria garantida, como está?

O SR. SERZEDELLO — Seria uma deshonra para a Republica.

O SR. JACQUES OURIQUE — Julgo que ainda não me fiz comprehender, e isso não admira, principalmente para quem não tem o habito da tribuna, o que faz com que o orador não se possa bem explicar.

Si nós tivessemos uma Revolução feita como succedeu em França em 1789, Revolução que dependeu de muito sangue e de muita lucta —, poderíamos ter formado um Congresso como este e manter nelle todas as garantias de que tem gosado, e onde discutimos com a maxima liberdade?

O SR. BAPTISTA DA MOTA — V. Ex. me dá licença para um aparte?

O SR. JACQUES OURIQUE — Pois não?

O SR. BAPTISTA DA MOTA — Hoje V. Ex. mostra-se um extremado defensor do General Deodoro.

E por que motivo, ainda hontem, creou com o Sr. Conde d'Eu um circulo de ferro, para bater o mesmo General?

O SR. JACQUES OURIQUE — Eu poderia responder a V. Ex. Mas, attendendo a que nem o logar é proprio para semelhante discussão, nem tão pouco as discussões pessoais interessam ao Congresso, deixo de fazel-o.

O SR. BARBOSA LIMA — Não está fazendo a critica pessoal do Sr. General Deodoro, mas a de sua pessima administração.

O SR. JACQUES OURIQUE — E eu estou mostrando que a sua administração não foi pessima, e que, si elle errou, os serviços que tem prestado á Republica, principalmente a moderação dos seus actos nas difficeis circumstancias em que se achou, o tornam digno da estima dos seus concidadãos.

O SR. ZAMIA — Toda a manifestação de dedicação merece sympathia; o nobre Deputado está procedendo como um homem de coração, devemos dar-lhe completa liberdade de tribuna.

O SR. JACQUES OURIQUE — Não me parece de justiça supôr, nem por um momento sequer, que colloco o General Deodoro acima da vontade da Nação, representada por este Congresso. Nunca. (*Muito bem.*)

Elle preza, respeita este Congresso, e tem dado provas disso. (*Apoiados; muito bem.*)

O Congresso comprehende que não podia calar-me, de modo algum, nesta occasião, em que vejo duramente atacado aquelle com quem servi durante 12 mezes de bastantes difficuldades.

Defendo os actos do General Deodoro, porque os reputo, na maioria, bons e bem intencionados. (*Apoiados.*)

Isto não quer dizer que approve o convenio e outros actos censurados pelos meus collegas. Opportunamente se discutirão esses assumptos, e terei occasião de manifestar-me, francamente, sobre elles.

O General Deodoro, entre as muitas qualidades de homem e de cidadão, tem a de respeitar a opinião de seus amigos, os quaes jámais o pretendem guiar ou coagir, com mão de ferro. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Ramiro Barcellos diz que, discutindo-se a moção do seu illustre amigo e companheiro de bancada, Sr. Dr. Assis Brasil, sobre o convenio, assignado pelo Governo Provisorio, com o Governo norte-americano, e, bem assim, mais duas moções, que ha, no mesmo sentido, não faz o orador mysterio das suas opiniões, que, no caso, são as opiniões de toda a representação rio-grandense no seio do Congresso. Não podiam concordar com o convenio, sob pena de faltarem ao seu dever, attendendo ás circumstancias especiaes do convenio, não só em relação ás industrias do paiz, mas, particularmente, ás industrias do Estado que representam.

Pede permissão ao Sr. Presidente para responder, pela ultima vez, a ataques successivos que se têm feito no Congresso a uma moção apresentada pelo orador, mas que já não lhe pertence, desde que teve o assentimento da maioria do Congresso.

Refere-se o orador a essa moção, a que se tem dado o nome de — moção Ramiro — e que disso se tem feito um

cavallo de batalha, sendo até attribuido á moção o falseamento da Republica.

Pergunta, portanto, o orador si, examinando-se o pensamento que leve, não o auctor da moção, mas o Congresso, que a adoptou; examinando-se, ainda, os motivos reaes que levaram o Congresso a dirigir semelhante moção ao Governo, pôde-se attribuir á referida moção falseamento da Republica?

O orador entende que o Congresso deve ter em vista este facto, porque elle contribue, além de outros, para honrar-o, e que ha de dar-lhe na Historia o nome de Congresso patriótico e ordeiro.

O Sr. Presidente e o Governo são testemunhas de que outros não foram os intuitos do Congresso ao acceitar a moção do orador, senão o fazer reduzir á sua acção aquillo que era absolutamente necessario na occasião, isto é, — fazer a lei fundamental, a lei constituinte, sem perturbar-se, desviando-se, como se poderia desviar.

Depois de muitas outras considerações com referencia ao assumpto, o orador conclue, dizendo que vota pela moção do Sr. Dr. Assis Brasil, não que ache descabida a outra moção, mas, como se trata de uma questão que toca aos interesses internacionaes, julga mais prudente a moção do Sr. Dr. Assis Brasil, quando considera, ainda, que ambas podem chegar ao mesmo resultado.

O SR. PRESIDENTE — A discussão das moções fica encerrada, por não haver mais orador inscripto.

O Sr. ROSA JUNIOR requer que o Sr. Presidente consulte o Congresso si concede prorogação por mais meia hora, tempo sufficiente para que a Comissão de Redacção apresente seu trabalho.

Consultado, o Congresso approva o requerimento.

O SR. PRESIDENTE declara que se vão votar as moções apresentadas sobre o tratado com os Estados Unidos da America do Norte, na ordem em que foram apresentadas.

O Sr. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) diz que o requerimento que acaba de ser votado em relação á prorogação da hora, foi feito no intuito de poder a Comissão de redacção apresentar hoje mesmo o seu trabalho, afim de ser votado pelo Congresso, e não para votação das moções apresentadas sobre o convenio americano.

O orador chama a attenção do Sr. Presidente para este ponto, pede que seja consultado o Congresso, afim de ver si este consente que taes moções sejam votadas desde logo.

O SR. PRESIDENTE diz que, effectivamente, a prorogação da hora pedida foi para dar tempo a que o Congresso pudesse tomar conhecimento da redacção final do projecto de Constituição. Este trabalho, porém, ainda não está concluido, segundo informação que acaba de receber. Para não estarmos aqui paralyzados, entendia que podia pôr a votos o assumpto cuja discussão ficou encerrada.

Em todo o caso, e á vista da reclamação do nobre representante, consultara o Congresso. Si porventura o Congresso não consentir em que sejam votadas agora as moções, suspenderá a sessão por meia hora, até que a Comissão apresente o seu trabalho.

Ao ser consultado o Congresso, reconhece-se não haver numero para votar; pelo que o Sr. Presidente declara suspensa

a sessão até que seja apresentado pela Comissão Especial o parecer sobre as emendas offercidas á redacção do projecto Constituição.

Suspende-se a sessão ás 4 horas e 5 minutos.

As 5 horas e 15 minutos reabre-se a sessão.

Vem á Mesa e é lido o seguinte

Parecer

A Comissão Especial, a que foram presentes diversas emendas offercidas á redacção da Constituição, adoptou as seguintes, que submette á deliberação do Congresso:

Ao art. 2º:

Em vez de — fôr observado o — diga-se: não se der execução.

Ao art. 3º:

Transfiram-se as palavras — no planalto central da Republica — para depois da palavra — União.

Ao rt. 7º, § 3º:

Substituam-se as palavras finais — podendo a respectiva —, até o final, por estas -- podendo, todavia, a execução das principaes ser confiada aos governos dos estados, mediante annuencia destes.

Ao art. 17:

Diga-se: — mandará — em vez de — fará — e transfira-se -- proceder — para depois de — immediatamente.

Aos arts. 23 e 24:

Sejam reunidos em um só artigo, e redigidos do seguinte modo:

Art. Nenhum membro do Congresso, desde que tenha sido eleito, poderá celebrar contractos com o Poder Executivo, nem d'elle receber commissões, ou empregos remunerados.

§ 1º. Exceptuam-se, desta prohibição:

1º, as missões diplomaticas;

2º, as commissões, ou commandos militares;

3º, os cargos de accesso e as promoções legaes.

§ 2.º Nenhum deputado ou senador, porém, poderá aceitar nomeação para missões, commissões, ou commandos, de que tratam os ns. 1 e 2 do paragrapho antecedente, sem licença da respectiva Camara, quando da accitação resultar privação do exercicio das funções legislativas, salvo nos casos de guerra, ou naquelles em que a honra e a integridade da União se acharem empenhadas.

Ao art. 35, n. 23.

Substitua-se pelo seguinte:

Legislar sobre o Direito Civil, Criminal e Commercial da Republica, e o processual da justiça federal.

Ao n. 24:

Supprimam-se as palavras — e fallencia.

Aos ns. 25 e 28:

Supprimam-se.

Ao n. 37:

Accrescente-se — adiar — depois de — prorogar.

Ao art. 38, § 2º:

Redija-se assim:

O silencio do Presidente da Republica, no decendio, importa a sancção: e, no caso de ser esta negada, quando já estiver encerrado o Congresso, o Presidente dará publicidade ás suas razões.

Ao art. 40, § 1º:

Redija-se assim:

No caso contrario, volverá á Camara, e si as alterações obtiverem dous terços dos votos dos membros presentes, considerar-se-ão approvadas, sendo, então, remettidas com o projecto á Camara iniciadora, que só poderá reprová-las pela mesma maioria.

Ao § 2º do mesmo artigo:

Redija-se assim:

Rejeitadas deste modo as alterações, o projecto será submettido sem ellas á sancção.

Ao art. 41:

Redija-se assim:

Os projectos rejeitados, ou não sancionados, não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa.

Ao art. 50:

Substituam-se as palavras — o presidente —, até final, por estas — e cada um delles presidirá a uma dos ministerios, em que se dividirá a administração federal.

Ao art. 72, § 2º, b):

Depois da palavra — pensão — accrescente-se — de governo estrangeiro.

Ao art. 77:

Em vez de — sentença maior de dous annos — diga-se: condemnacção em multas de dous annos.

Ao art. 8º das Disposições transitórias:

O Governo Federal adquirirá, para a Nação, a casa em que falleceu o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e nella mandará collocar uma lapide, em homenagem á memoria do grande patriota — o fundador da Republica.

Paragrapho unico. A viuva do mesmo Dr. Benjamin Constant, terá, enquanto viver, o usufructo da casa mencionada.

Sala da commissão. 23 de fevreiro de 1891. — *U. do Amaral*. — *Lauro Sodré*. — *Lauro Müller*. — *Leopoldo de, Bulhões*. — *Julio de Castilhos*. — *José Hygino*. — *Theodoro Alves Pacheco*. — *M. Valladão*. — *Lopes Trovão*. — *Amaro Cavalcanti*. — *Manoel Francisco Machado*. — *João B. Lapér*. — *João Soares Neira*. — *Gabino Besouro*. — *Virgilio, Damazio*. — *Aquilino do Amaral*. — *Gil Goulart*. — *Casemiro Junior*.

O Sr. PRESIDENTE diz que a discussão das emendas apresentadas ficou encerrada.

O Sr. Antonio Euzébio pediu a palavra, para que a Commissão de Redacção lhe informe si não julga procedente uma emenda, que apresentou á redacção do art. 20. Parece-lhe que a questão é tão clara que não pôde attribuir a falta senão a esquecimento.

O art. 20 está redigido deste modo (*le*):

“Os deputados e os senadores, desde que tiverem recebido diploma, até a nova eleição, não poderão ser presos, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Camara. Levado o processo até pronuncia, exclusive, a autoridade processante remetterá os autos á Camara respectiva, para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato”.

Ora, este “sem prévia licença de sua Camara” não pôde referir-se á prisão em flagrante, porque está claro que para a prisão em flagrante não se poderia esperar licença de ninguém.

Assim, pela redacção da Commissão, o deputado pôde ser preso em crime de flagrante inafiançavel, mas não pôde ser processado sem licença da Camara. Isto é absurdo.

Entende o orador que o pensamento do Congresso não foi este; preso o deputado, não pode deixar de ser, immediatamente, processado.

O orador chama, por conseguinte, a attenção do Congresso para este ponto, que lhe parece interessantissimo.

Em todo o caso, o Sr. Presidente deliberará como melhor entender.

Mas lhe parecia que o meio mais regular seria submeter esta emenda á votação do Congresso.

O Sr. Ubaldino do Amaral (*pela ordem*) diz que não se deu por equívoco da Commissão a rejeição da emenda do nobre representante da Bahia. A disposição constitucional pareceu-lhe melhor, muito mais garantidora dos direitos do representante da Nação do que aquella apresentada pelo nobre representante da Bahia.

Segundo a opinião da Commissão, o representante da Nação não pôde ser processado sem licença de sua Camara, e só pôde ser preso em flagrante delicto, tratando-se de crime inafiançavel.

Para a Commissão, esta hypothese, de que cogitou o nobre representante, resolve-se do seguinte modo:

Preso um representante da Nação, em virtude de crime inafiançavel, quando não esteja aberto o parlamento, a autoridade nada mais pôde fazer senão lavar o auto de flagrante, e satisfellas as primeiras formalidades, esperar pela abertura do parlamento, visto como o representante não deve ser processado sem licença de sua Camara. (*Apartes.*)

Si o Congresso lhe der o direito de explicar-se, elle dirá o que pensa. Depois, cada um dirá por sua vez o que pensa. O orador e a maioria da Comissão entenderam que, na ausencia da Camara, o representante da Nação só podia ser preso em flagrante por crime inafiançavel, isto é, para satisfação das primeiras formalidades legais. Si adoptassem o systema apresentado pelo nobre Deputado, iriam collocar o representante da Nação em condições muito inferiores ás de qualquer cidadão, porque, preso em flagrante, não estando aberta a sua Camara, elle ficaria preso, e o processo não poderia continuar; ficaria, portanto, em condições inferiores ás de qualquer cidadão.

E' verdade que a um representante da Nação fica o direito de optar pela continuação do processo, mas a disposição da lei tem por fim proteger, especialmente, o representante da Nação, fim este que não era conseguido, porque elle ficaria, quando muito, equiparado a qualquer outro cidadão.

O que se teve em vista foi proteger, efficaçmente, o representante da Nação, para que não possa ser perseguido (*Apoiados*), para que em caso nenhum possa haver a continuação do processo, nem mesmo nos casos de pronuncia, nem mesmo verificada a sua culpabilidade, sem que a respectiva Camara seja ouvida. (*Apoiados.*)

Era nisso que o deputado, ou senador, ficaria em condições inferiores a qualquer outro cidadão: preso sem que pudesse ser pronunciado e, portanto, sem que se pudesse defender.

Ora, a disposição da lei não podia ser simplesmente o deixar a esse cidadão o direito de se equiparar a qualquer outro, de, por sua opção, ter aquillo que todos têm, mas sim de protegê-lo, efficaçmente.

Si a sua Camara está funcionando, é, immediatamente, investida do facto, e garante, ou não, como entender; si não está, é necessario que continue a ter as suas immuniidades, affin de que os seus pares se pronunciem sobre a continuação do processo.

Ou isto é uma garantia, ou é uma inutilidade; si é uma garantia, não pôde ser de outra forma senão assim si é uma inutilidade, para que figura na Constituição? (*Apoiados.*)

Portanto, a Comissão comprehendeu, perfeitamente o pensamento do Congresso, que estava no primeiro projecto, que passou em primeira discussão, e que, na Comissão, foi discutido antes de ser apresentada a objecção do Sr. representante pela Bahia. (*Apoiados.*)

Portanto, não foi por equívoco, nem por omissão; pôde ter sido, antes, um erro da interpretação.

O Sr. Antonio Euzebio diz que não ha duvida que o artigo 29 tem por fim estabelecer uma garantia para o deputado ou senador: mas essa garantia, como está determinada no referido artigo, é completamente illusoria. (*Apoiados e não apoiados.*)

E a prova de que tem razão na reclamação que fez é que o honrado representante não veio ler o artigo, para nos convencer de que não havia motivo para essa reclamação.

Elle interpretou o artigo, deu-lhe uma idéa que não está, de fórma nenhuma, consignada, isto é, que o deputado ou senador, que for preso em flagrante de crime inafiançavel, é preso, sómente, para ser solto.

Por que? Quando em uma desordem se apanha um homem no acto de commetter um crime, não é preciso que elle seja preso para se tomarem sobre o facto os esclarecimentos necessários. *(Ha alguns apartes.)*

Como estava no projecto primitivo, para dar-se o processo e a prisão, era necessaria licença da Camara; de modo que o representante, sendo preso, era processado, e quando chegava a occasião da pronuncia, elle tinha dous meios: ou esperar que a sua Camara se reunisse, ou requerer, immediatamente, o julgamento.

Pela disposição novamente redigida, que é que temos? Temos que o representante é preso por crime inafiançavel, mas não pôde ser processado senão quando houver licença da sua Camara; nem ao menos tem o direito de pedir o julgamento immediato. *(Apoiados.)*

O SR. UBALDINO DO AMARAL — Pelo seu systema, qual é a protecção ao representante da Nação?

O SR. ANTONIO EUZEBIO diz que a primeira protecção é unica, está no projecto, é de não poder ser preso senão em flagrante, sendo o crime inafiançavel.

Crê que essa protecção não é pequena, porque qualquer outro crime não dá logar a prisão, mesmo em flagrante, do representante da Nação.

O SR. UBALDINO DO AMARAL — No crime inafiançavel fica em posição inferior a qualquer cidadão.

O SR. ANTONIO EUZEBIO — Mas, como é que fica em posição inferior?

Não pôde ser preso, ainda em flagrante, senão em crime inafiançavel, ao passo que qualquer outro cidadão pôde ser preso em qualquer outro crime, mesmo sem ser flagrante.

O orador faz estas observações, sómente para ver se livra a Constituição disso, que lhe parece uma coisa irregular; entretanto, não pense o nobre representante que o orador ficará muito apaixonado si o Congresso entender que assim como está no artigo é que está direito.

O SR. PRESIDENTE diz que o Congresso acaba de ouvir a reclamação do nobre representante pela Bahia e a resposta que deu o Presidente da Comissão de Redacção.

La submeter a votos o parecer da Comissão, em globo, si não houvesse reclamação, e, adoptado o projecto, consideraria prejudicadas as outras emendas. Tendo, porém, havido essa reclamação, submeterá a votos o parecer da Comissão, com prejuizo de todas as emendas, excepto a do Sr. Antonio Euzebio, que terá votação especial. *(Apoiados.)*

Posto a votos, é unanimemente approved o parecer da Comissão de Redacção.

Em seguida, é posta a votos e approved a seguinte emenda, do Sr. Antonio Euzebio:

Art. 20. Os deputados e os senadores, desde que tiverem recebido diploma até á nova eleição, não poderão ser presos,

nenh processados criminalmente, sem prévia licença de sua Camara, salvo caso de flagrancia, em crime inafiançavel. Neste caso, levado a processo, etc. — A. Euzebio.

Tendo sido enviados á Commissão Especial composta dos Srs. Ubaldino do Amaral, Lauro Sodré, Lauro Müller, Leopoldo de Bulhões, Julio de Castilhos, José Hygino, Theodoro Pacheco Oliveira Valladão, Lopes Trovão, Amaro Cavalcanti, Manoel Francisco Machado, Lapér, João Neiva, Gabino Besouro, Virgilio Damasio, Aquilino do Amaral, Gil Goulart e Casimiro Junior, o parecer e a emenda approvados, afim de serem tomados em consideração, e, depois, offerecida pela mesma Commissão a redacção final, que, posta a votos, é approvada.

O SR. PRESIDENTE diz que, na fórma do Regimento, estando definitivamente approvada a redacção, declara adoptada a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil. (*Applausos prolongados.*)

A Commissão de Redacção vai incorporar, agora, a emenda do Sr. Antonio Euzebio, e vão preparar-se os autographos que têm de servir de base á promulgação. Sobre isto desejava ouvir a opinião do Congresso. A Secretaria informa que seria difficil preparar tres autographos, de modo a servirem amanhã. Lembra o recurso de serem impressos.

Ha na nossa historia politica um precedente neste sentido, que se realizou com oCodigo Criminal. Desde que as folhas do impresso sejam numeradas e rubricadas, e tenha cada impresso a assignatura de todos os membros do Congresso, pensa que, de tal modo, ficará firmada a authenticidade.

Em todo caso, não quer assumir a responsabilidade desse procedimento, e pede ao Congresso que resolva a questão.

Consultado, o Congresso resolve que a promulgação se faça por meio de impressos.

O SR. PRESIDENTE pede á Commissão de Redacção que destaque de seu seio um ou dois membros, para fazer, hoje, a revisão do impresso da Constituição, na Imprensa Nacional.

O SR. SERZEDELLO (*pela ordem*) requer que seja consultado o Congresso sobre si deve ser declarado de festa nacional o dia da promulgação da Constituição; e que a sessão de amanhã seja, solennemente, destinada a este acto.

O SR. ZAMA (*pela ordem*) requer prorogação da hora para serem votadas as moções sobre o tratado americano.

O SR. JOÃO DE SIQUEIRA (*pela ordem*) pede que sejam successivamente, postos a votos os requerimentos dos Srs. Serzedello e Zama.

Consultado, o Congresso approva o requerimecio do Sr. Serzedello.

Ao ser consultado o Congresso sobre o requerimento do Sr. Zama, verifica-se não haver numero para se votar, pelo que o Sr. Presidente declara adiada a votação das moções sobre o tratado americano.

Vem á Mesa a seguinte declaração de voto:

Declaro que votaria contra o additivo do Sr. Lauro Müller e outros — mandando cobrar, em beneficio dos estados, 15 %

adicionaes aos impostos de importação — si estivesse presente à sessão de 18 do corrente.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1891. — *Lamounier Godofredo*.

O SR. PRESIDENTE designa para amanhã a seguinte ordem do dia:

Assignatura e promulgação da Constituição.

Levantá-se a sessão ás 6 horas da tarde.

60ª SESSÃO EM 24 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidência do Sr. Prudente de Moraes

Às meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Malta Machado, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Refumba, Costa Rodrigues, Francisco Machado, Leovegildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Mangel Batara, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodoreto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Távares Bastos, Rosa Junior, Thomaz Cruz, Virgílio Damasco, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Gil Coullart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murtinho, Pinheiro Guedes, Ubaldino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Brota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Szzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Malta Bacellar, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerra, João Lopes, Justiniano de Serpa, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Vello, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartacho, Sá Andrade, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguir, André Cavalcanti, Raymundo Bançeira, Annibal Falcão, Peçena de Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espírito Santo, Bellarmino Carneiro, Theophilo dos Santos, Pontes de Miranda, Otília, Gabino Bezouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paulo Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Euzébio, Zana, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcelino Moura, Santos Pereira, Custodio d' Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphobio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Peganha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgílio Pessoa, França Carvalho, Luiz Murat, Baptista da Motta, Frões da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Domingos Jesuino,

Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Leonel Filho, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos Chagas, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, Francisco Gibecio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Carvalho, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Cactano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Tibiciro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Frederico Serrano, Coelho e Campos, Saraiva, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Frederico Borges, Leandro Maciel, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Gonçalves Chaves, Americo Luz, Cezario Motta Junior e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs. Rangel Pestana, Generoso Marques, Cesario Alvim, Bernardo de Mendonça, José Marianno, Santos Vieira, Alberto Brandão, Badaró, João Pinheiro, Francisco Amaral, Domingos Rocha, Costa Machado, Domingos Porto, João Luiz, Barão de Santa Helena, Martinho Prado Junior, Luiz Barreto, Bernardino de Campos, Adolpho Gordo, Carlos Garcia, Antonio Prado e Rubião Junior.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. Leopoldo de Bulhões -- Sr. Presidente, hontem, logo depois de aberta a sessão, achava-me na Secretaria tomando notas de alguns erros que me haviam escapado na revisão da Constituição, quando fui informado de que o Sr. José Hygino reclamava da tribuna contra uma emenda apresentada á Mesa por mim, assignada pela maioria da Comissão Especial e por varios outros membros do Congresso. Chegando ao recinto, já S. Ex. havia terminado as suas observações, e V. Ex. respondia.

Verifiquei, logo, que a Mesa escrupulizava em sujeitar á emenda á discussão e approvação do Congresso. Calei-me, porque estou habituado a acatar as decisões de V. Ex. e por comprehender que devia evitar discussões, quando todos nós ansiavamos por ver a Constituição definitivamente adoptada e em execução, mas, intimamente convencido de que, pela primeira vez, tinha a queixar-me de uma injustiça por parte da Mesa.

Com effeito, tendo sido apresentadas varias emendas, umas interpretativas e outras suppressivas de varias disposições da Constituição, não podia a Mesa, sem grave injustiça, deixar de receber a que eu havia apresentado, e que tinha por si a maioria da Comissão Especial e muitos membros desta Casa.

V. Ex., com intuito, louvavel sem duvida, de economizar tempo, remetteu todas as emendas á Comissão Especial, para

o seu parecer, exceptuando, entretanto, sem razão, aquella a que me refiro.

Hoje, Sr. Presidente, que a Constituição está definitivamente adoptada e vai ser promulgada, devo explicar ao Congresso os motivos que levaram a Comissão dos 21 a trazer para este recinto a questão que fazia objecto da emenda. V. Ex. sabe as difficuldades que encontrou a Comissão para redigir a Constituição.

Essas difficuldades, pelo Regimento, não podiam ser resolvidas, por decisão da Comissão, mas pelo Congresso. O Regimento é expresso: a Comissão redigirá a Constituição de accordo com o vencido; mas, si do vencido resultar incoherencia, contradicção ou absurdo, o Congresso, por occasião de approvar a redacção definitiva, emenda-a-a, para o que o Presidente da Mesa abrirá uma discussão especial.

Consequentemente, não podia a Comissão dos 21, a seu bel prazer, supprimir disposições, ou alteral-as, para harmonizar o vencido; devia proceder como procedeu: trazer á consideração do Congresso as suas duvidas, e aguardar a solução deste. *(Apoiados.)*

A Comissão foi, pois, correcta respeitando o voto do Congresso e mantendo-se nos limites traçados pelo Regimento á sua competencia. E ainda que tivesse a Comissão o direito de alterar o vencido para conciliar as disposições da Constituição, não o devia fazer neste caso, attenta á importancia do assumpto sobre o qual versavam as suas duvidas. *(Apoiados.)*

Não se tratava, Sr. Presidente, de uma questão de detalhe, de uma questão secundaria, mas de materia que affectava altamente o systema constitucional e o futuro do regimen federativo em nosso paiz. *(Apoiados.)*

Por essa razão, trouxe-mol-a para este recinto, certos de que cumpriamos um dever, mantendo-nos dentro dos limites postos á nossa competencia, pelo Regimento.

Sr. Presidente, ouvi commentarios desagradaveis relativamente ao procedimento que tivemos, e, em parte, V. Ex. acorçoou esses commentarios, abrindo para a emenda a que me tenho referido uma excepção menos justa. V. Ex. comprehende que nós tínhamos razão de esperar que o Congresso, que em diversas votações tinha-se pronunciado pela pluralidade de legislação, substituísse uma só disposição perturbadora da harmonia do projecto, a do n. 23 do art. 35, em vez de supprimir tres e alterar outras, para conseguir uma perfeita systematização das disposições constitucionaes.

Teria sido mais facil, Sr. Presidente, para se estabelecer a unidade do systema constitucional, firmar-se a legislação separada, do que a unidade de legislação.

V. Ex. bem sabe que todos aquelles que subscreveram a emenda ao n. 23 do art. 35 eram incapazes de trazer para as discussões do Congresso questões capriciosas ou de sustental-as com sophismas. *(Apoiados.)*

Estando irremediavelmente sacrificada a questão, permitto-me V. Ex. que diga, para que o Congresso nos faça justiça, e comprehenda que, si lutamos com todo o esforço pelo triumpho do principio da diversidade de legislação, foi porque estavamos plenamente convencidos de que, não sendo elle acceito, esta Constituição não corresponderia ás aspirações do paiz *(Apoiados)* e não poderia traduzir em realidade o regimen federativo. *(Apoiados.)*

A proposito, seja-me permitido recordar profundos e

sabios conceitos de Tocqueville. No dizer deste illustre publicista, o que ha de mais grave e melindroso na organização federativa é a partilha da soberania entre a União e os estados.

Ha assumptos de caracter genuinamente nacional, como a diplomacia, a Armada e o Exercito, etc.; ha outros de natureza puramente local, como os orgamentos provinciaes, etc.; ha outros, finalmente, mixtos, isto é, nacionaes, por um lado, porque interessam a todos os habitantes do paiz, e locais, por outro, porque podem ficar a cargo dos estados.

Esses assumptos mixtos são o direito de regular as relações dos individuos entre si, o Direito Civil, Commercial e Criminal.

Si conferis á União ou ao Governo nacional, observa Tocqueville, além das suas attribuições, o direito de regular os assumptos mixtos, investil-o-eis de um poder extraordinario, que porá em perigo as prerogativas naturaes e necessarias dos estados; si aquelle direito é conferido aos estados, uma tensarias dos estados; si aquelle direito é conferido aos estados, uma tendencia inversa domina a sociedade.

A applicação deste principio depende muito das circumstancias especiaes de cada paiz. Quando diferentes povos tratam de se reunir em uma Federação, para que se mantenha a integridade nacional, que se deseja formar, é indispensavel dar-se ao Governo nacional uma organização bastante forte, devendo-lhe competir, neste caso, não só os assumptos propriamente nacionaes, como os mixtos.

Dando-se, porém, o inverso, isto é, uma nação compacta e unificada querendo constituir-se em Federação, neste caso, discriminados os negocios nacionaes e locais, aos estados deve competir o direito de regular as questões mixtas.

O Brazil acha-se nestas condições; e, no entanto, que fizemos nós? Conferimos á União todas as attribuições que lhe eram proprias, e, ainda não contentes, lhe entregámos as de natureza mixta, sem fazer conta das tradições, dos costumes, dos sentimentos ercados pela centralização, em que temos vivido e que por muito tempo serão obstaculo á realidade do systema federativo no nosso paiz.

A União está armada de todos os poderes para sophismar completamente as prerogativas dos estados. Não nos illudamos.

Não podemos dizer que a Constituição tenha resolvido no seu todo o problema da Federação.

Este continúa de pé, impondo a necessidade da discriminação das rendas, e a da autonomia legislativa dos estados.

Por isso eu disse e repito — ella não pôde satisfazer a este paiz, e sinto, profundamente, que, antes de assignal-a, me veja forçado a declarar a V. Ex. que ella carece de revisão. (*Apoiados.*)

A revisão virá mais breve do que se suspeita, consagrando:

A liberdade bancaria;

A liberdade de navegação de costegem;

A incompatibilidade absoluta de cargos;

A discriminação real e completa das rendas; e, antes de tudo, e sobre tudo: —

A liberdade de legislação, isto é, o direito de cada Estado decretar as suas leis civis, commerciaes e criminaes, —

principio este que foi hontem, summariamente, executado nesta Casa.

O dia de hoje, Senhores, é um dia de festa nacional, mas não é, por certo, de alegria para os federalistas. (*Muito bem.*)

O Sr. Urbano Marcondes — Sr. Presidente, Srs. representantes, muitos cidadãos, estrangeiros e brasileiros, residentes em Pariz, enviaram ao Congresso, por meu intermedio, uma mensagem de pezar pelo passamento prematuro do Sr. Benjamin Constant.

Peço licença para ler essa mensagem, antes de a enviar á Mesa (*Id.*):

A Messieurs les membres du Congrès National de la République du Brésil, à Rio de Janeiro — Paris, le 29 janvier 1891 (1er Houdre, 103).

Messieurs — Nous venons nous associer aux regrets qu'a dû nécessairement inspirer la mort prématurée, et pour nous si imprévue, de l'un des plus éminents fondateurs de la République du Brésil.

Adhérents d'une doctrine qui a pris pour devise — *Ordre et progrès*, nous avons été tous frappés de la manière si remarquable dont s'est accomplie, non pas votre Révolution, mais votre évolution. Pour la première fois peut-être dans l'histoire une transformation politique du premier ordre s'est accomplie sans convulsion violente. Vous avez lentement préparé le passage capital du régime monarchique au régime républicain; vous l'avez accompli quand il était opportun et non moins nécessaire pour l'ordre que pour le progrès.

Suivant notre belle formule, le progrès n'a été pour vous que le développement même de l'ordre.

Nous sommes glorieux de penser que c'est un positiviste, M. Benjamin Constant, qui a été un des principaux agents d'une transformation ainsi opérée; et que, placé au point de vue relatif en conservant la plénitude de ses opinions systématiques, il a surtout cherché à en appliquer ce qui était opportun et possible.

Une mort prématurée nous le ravit, mais son nom vivra parmi ceux qui contribueront à l'évolution d'une portion importante de notre espèce.

Notre affliction légitime sera adoucie en pensant que l'esprit qui avait animé Benjamin Constant perpétuera son action, et que vous continuerez à donner l'exemple de cette marche ferme et toujours modérée dans la voie d'un progrès toujours organique.

Recevez, Messieurs, je vous prie, avec l'expression de nos sentiments de condoléances, nos salutations respectueuses et fraternelles. — P. Laffitte.

(Seguem-se outras assignaturas.)

O Sr. Gonçalo de Lagos — Sr. Presidente, tendo sido designado por V. Ex. o dia de hoje para a promulgação da Constituição que nos ha de reger, votada por este Congresso, pergunto si a Mesa fez convites ao Governo, para que esse acto tivesse a maior solemnidade.

O Sr. Presidente — Ainda não se fez.

O Sr. Pinto Guebes — Estou satisfeito.

O Sr. Amaro Cavalcanti — Sr. Presidente, o momento parece-me o mais opportuno para apresentar um requerimento.

relativo á conclusão dos nossos trabalhos de legisladores constituintes, fazendo-o acompanhar de certa ordem de considerações, sem duvida alguma cabíveis ou, mesmo, inevitáveis nas circunstancias. E como nenhum outro membro deste Congresso, de melhor competencia e auctoridade (*Não apoiados*), me quizesse preceder nesta tarefa, resolvi desempenhá-la por mim mesmo, ainda que seja o mais obscuro e humilde que occupa lugar neste recinto. (*Não apoiados geraes.*)

Pego ao Congresso que me ouça com a sua costumada benevolencia.

Senhores, por entre difficuldades innumeradas, que se interpõem á fundação constitucional de um grande povo, vencendo obstaculos frequentes dos interesses contrariados, das ambições descomedidas, dos sentimentos diversos, que animam os individuos e as differentes classes sociais, a sómente proseguir em busca do ideal da Patria eis-nos, enfim, chegados ao Capitellio da lei e da liberdade. E neste ponto elevado, onde tem assento e dominio a praeza soberania nacional, já podemos contemplar um primeiro momento immarredouro de verdadeiro patriotismo, capaz de servir de base solida á maior elevação e engrandecimento futuro do povo brasileiro.

Este monumento é, como sabeis, a Constituição Política dos Estados Unidos da Republica Brasileira.

Considero-a penhor certo e seguro do bem commum, politico e social, porque nella vejo consignadas, de um lado, a integridade do sólo sagrado da Patria, e, do outro, a autonomia dos estados federados, sem prejudicar a confraternização e a unidade da familia brasileira. — duas condições basicas essenciaes, da grandeza moral e material do paiz no interior, e de maior consideração e respeito, e da continuação de seu grande credito entre as nações extrangeiras.

Nella, tambem, vejo consignados, sabiamente, os direitos do cidadão, publicos e privados, os meios effectivos da ordem, da paz publica e da justiça social, os elementos de real prosperidade e a garantia certa das liberdades publicas, de que gozam os povos mais livres e democraticos que conhecemos.

E, Senhores, é mister que fique bem accentuado: obra tamanha e tão complexa foi elaborada por este Congresso no periodo limitado, patrioticamente limitado, de 55 dias de suas sessões, aliás interrompidas por frequentes discussões de objectos e materias extranhas.

E hoje, que já proferimos a respeito desta Constituição o nosso ultimo voto, e, consequentemente, cessaram todas as divergencias de opinião acerca do disposto nestas ou naquellas de seus artigos, porque, para nós outros, ella já é a lei fundamental da Nação Brasileira, seja-me licito dizel-o com toda imparcialidade e franqueza: que jámais se viu em povo algum um proceder mais correcto, nem mais digno, nem mais elevado, do que este que teve o primeiro Congresso nacional brasileiro.

Senhores, a Carta constitucional que vamos promulgar, a muitos respeitoes se avanta das constituições mais livres e democraticas que se conhecem; nem pelas theorias que consagra, nem pela forma que adoptou, cede ella, sequer, a esse modelo de bom senso e patriotismo, que lhe serviu de texto, e que tem feito a grandeza do povo norte-americano durante mais de um seculo; embora de passagem, talvez fosse prudente recordar: lá, um seculo antes, podemos supprir que o seu trabalho seria, relativamente, mais facil. Estados já

Com esse intuito, elegeram delegados seus a uma Convenção, os homens mais competentes, mais sábios, aquelles mesmos que o paiz inteiro apontava como devendo ser os directores da opinião publica e da politica nacionaes: mas, tudo isso não obstante, esses delegados, apenas em numero de 55, quasi o 5º do numero total deste Congresso, se viram, desde logo, deante de obra tamanha e tão complexa, que, encetando seus trabalhos a 14 de maio de 1787, e proseguindo nelles, a portas fechadas, com todo o sigillo, para facilitar as suas deliberações, como que extranhos ás censuras vindas do fóra, só a 17 de setembro, mais de quatro mezes depois, é que puderam chegar a um accordo definitivo, ao qual, ainda assim, só 39 desses delegados prestaram as suas assignaturas.

E, para avaliar das difficuldades com que luctavam, bastará dizer que o proprio Washington, que presidia á Commissão, chegou a escrever que, quasi desesperado de ver a Convenção alcançar o fim proposto, já estava arrependido de se ter mettido em semelhante negocio; e o sabio octogenario Benjamin Franklin, ao dar o seu ultimo voto, dissera a um dos companheiros (alludindo a um painel do Sol nascente, que se via na *Independence Hall*): “No correr das nossas fastidiosas e longas discussões, muitas vezes inquiri de mim mesmo si alli estava o Sol nascente ou Sol poente... Hoje vejo que é o Sol que se levanta.”

Fôra, com effeito, o Sol da liberdade, á cuja luz medraram e cresceram todas essas instituições, que têm feito a felicidade daquelle grande povo.

Bem desejo que, com a promulgação da Constituição republicana brasileira, possamos augurar semelhantes destinos para a nossa Patria, porque nas sabias disposições desta Lei estão fundados todos os meios e elementos para a futura grandeza da Nação.

Quanto a mim, não desejo para minha vida de homem publico gloria maior do que a de ter dado o meu voto e a de ter prestado o meu trazo esforço para a sua confecção.

O que importa é que cada um de nós se compenetre de que esta gloria não é maior do que a somma de responsabilidade, contrahida para respeitar e fazer respeitar a execução fiel da nossa Magna Carta.

O que importa é que todos os membros deste Congresso, como um só corpo, um só pensamento, uma só vontade, uma só força, sabedores, á semelhança dos patriarchas da Constituição Americana, prestar obediencia effectiva e fiel ás sabias disposições estatuidas.

Senhores, todos os escriptores são accóordes em firmar que a grandeza do povo norte-americano tem sido, em grande parte, devida á reverencia constante pela propria Constituição, bello exemplo dado pelos seus auctores e seguido por todos aquelles a quem tem cabido as funções do Governo no paiz.

Cumpra imitar tão sabia conducta. Seja réu de lesa patriotismo todo aquelle que attentar contra a lei fundamental estabelecida.

Como ultimo acto do Poder constituinte, nos resta a eleição do primeiro Presidente da Republica Brasileira. ligados entre si pelos laços de uma Confederação democratica, procuraram, apenas, estabelecer, em artigos de maior garantia e efficacia, as normas desse regimen de liberdade, em que queria continuar a existir, para sua maior prosperidade, e maior importancia e segurança da União.

Nenhuma consideração menos elevada, nenhuma hesitação menos reflectida, deve influir em negocio de tanta monta, do qual depende a primeira consequencia, boa ou má, da grande obra de que vimos de elaborar.

E' myster, neste momento, que cada um attenda, sómente, aos conselhos da razão e do patriotismo, affim de que o Presidente eleito, aquelle que vai encetar o regimen da legalidade, esteja na altura das circumstancias.

Precisamos, antes que tudo, de um patriota leal e sincero. E, tambem, seria myster que o primeiro Ministerio da Republica fosse composto de homens que, pelo seu saber, pelas suas virtudes pessoais, pelos seus precedentes e pelo seu devotado amor á nova ordem de cousas, fossem capazes de impôr-se á confiança publica e, tambem, a deste Congresso, o qual, sem menor idéa de intervenção em Poder extranho, fóra de todo o regimen parlamentar, nem por isso, deixa de ter a missão suprema e elevada, de dar as leis de meio e administração, ou de negal-as, ao Governo, quando este estiver abaixo das exigencias patrióticas do paiz. (*Apoiados.*)

Mas, Senhores, a boa razão manda esperar que o primeiro Presidente da Republica terá todo o bom senso, sentir-se-á, mesmo, obrigado, em consciencia, a não estabelecer uma conducta governamental divorciada das vistas deste Congresso; porque seria o maior absurdo suppôr alguém que este Congresso, eleito para restabelecer o regimen constitucional do paiz ao eleger, nos termos deste, o primeiro Presidente, o primeiro executor da Lei fundamental, fosse elle proprio escolher para tão elevado posto a um individuo que viesse desde logo desrespeitar a Constituição, e desprestigiar o Congresso, seu elector. Semelhante hypothese deve ser posta de lado, como inadmissivel; porque, em qualquer emergencia, bem espero que cada um de nós, como co-auctor da Constituição e co-Responsavel pelo bem publico, que a Nação nos confiou, saberá cumprir o seu dever em bem da legalidade, custe o que custar.

Agora, Senhores, para concluir com um acto de justiça, chamo a attenção do Congresso para o requerimento que vou apresentar.

Todos sabemos, e somos testemunhas, do modo correto, condigno e elevado, por que a Mesa do Congresso soube dirigir os nossos trabalhos. Seria injusticia que, depois de votada a Lei fundamental, não praticassemos, tambem, mais este acto de inteira justiça.

Sem mais palavras, passo a lêr o meu requerimento (*tê*):

Requeiro que se consigne na acta de hoje um voto de solenne reconhecimento ao Presidente e mais membros da Mesa deste Congresso, pelo modo condigno, leal e patriótico, por que esta soube dirigir os nossos trabalhos, facilitando-os sobremaneira, pelas suas deliberações e expedientes da maior ponderação, imparcialidade e justiça.

Sala das sessões, 24 de fevreiro de 1891. — *Amaro Cavalcanti.*

Antes de descer da tribuna, ainda vos direi: De nada valerá este grande padrão da Lei de liberdade, que acabamos de erigir, em nome da soberania nacional, si nós formos os primeiros a deixal-o, desde logo, ao abandono, ou confiar a sua guarda a individuos menos aptos ao aspecto das circum-

stancias, ou menos dignos aos olhos do patriotismo. (*Muito bem; muito bem.*)

Vem á Mesa, é lido, apoiado e, sem debate, approved o seguinte

Requerimento

Requeiro que se consigne na acta de hoje um voto de solenne reconhecimento, ao Presidente e mais membros da Mesa deste Congresso, pelo modo condigno, leal e patriótico, por que esta soube dirigir os nossos trabalhos, facilitando-os sobremaneira, pelas suas deliberações e expedientes da maior ponderação, imparcialidade e justiça.

Sala das sessões. 24 de fevereiro de 1891. — *Amaro Cavalcanti.*

ORDEM DO DIA

ASSIGNATURA E PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

O SR. PRESIDENTE convida os Srs. representantes a assignar os tres autographos da Constituição.

São assignados os autographos, pela Mesa e pelos membros do Congresso presentes á sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (*levantando-se, e com elle todo o Congresso e todos os espectadores*) proferir as seguintes palavras:

"Nós, os representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte para organizar um regimen livre e democratico, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição.

Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil

TITULO PRIMEIRO

DA ORGANIZAÇÃO FEDERAL.

Disposições preliminares

Art. 1.^o A Nação Brasileira adopta como forma de governo, sob o regimen representativo, a Republica Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitue-se, por união perpetua e indissolúvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brazil.

Art. 2.^o Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo municipio neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Art. 3.^o Fica pertencendo á União, no planalto central da Republica, uma zona de 11.000 kilometros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal.

Paragapho unico. Effectuada a mudança da Capital, o actual Districto Federal passará a constituir um Estado.

Art. 4.º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se, ou desmembrar-se, para se annexar a outros; ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas assembléas legislativas, em duas sessões annuas successivas, e approvação do Congresso Nacional.

Art. 5.º Incumbe a cada Estado prover, a expensas proprias, as necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará soccorros ao Estado que, em caso de calamidade publica, os solicitar.

Art. 6.º O Governo Federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo:

- 1.º Para repellir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;
- 2.º Para manter a forma republicana federativa;
- 3.º Para restabelecer a ordem e a tranquillidade nos Estados, a requisição dos respectivos governos;
- 4.º Para assegurar a execução das leis e sentenças federaes.

Art. 7.º E' da competencia exclusiva da União decretar:

- 1.º Impostos sobre a importação de procedencia estrangeira;
- 2.º Direitos de entrada, sahida e estada de navios, sendo livre o commercio de cabotagem ás mercadorias nacionaes, bem como ás estrangeiras que já tenham pago imposto de importação;
- 3.º Taxas de selio, salvo a restricção do art. 9º, § 1º, 4º;
- 4.º Taxas dos correios e telegraphos federaes.

§ 1º. Tambem compete privativamente á União:

- 1º. A instituição de bancos emissores;
- § 2º. Os impostos decretados pela União devem ser uniformes para todos os Estados.
- § 3º. As leis da União, os actos e as sentenças de suas autoridades serão executadas, em todo o paiz, por funcionarios federaes, podendo, todavia, a execução das primeiras ser confiada aos governos dos Estados, mediante annuência destes.

Art. 8º. E' vedado ao Governo Federal crear, de qualquer modo, distincções e preferencias em favor dos portos de uns contra os de outros Estados.

Art. 9º. E' da competencia exclusiva dos Estados decretar impostos:

- 1º. Sobre a exportação de mercadorias de sua propria produção;
- 2º. Sobre immoveis ruraes e urbanos;
- 3º. Sobre transmissão de propriedade;
- 4º. Sobre industrias e profissões.

§ 1º. Tambem compete exclusivamente aos Estados decretar:

- 1º. Taxa de sello quanto aos actos emaneados de seus respectivos governos e negocios de sua economia;
- 2º. Contribuições concernentes aos seus telegraphos e correios.

§ 2º. É isenta de impostos, no Estado por onde se exportar, a produção dos outros Estados.

§ 3º. Só é licito a um Estado tributar a importação de mercadorias estrangeiras quando destinadas ao consumo no seu territorio, reverendo, porém, o producto do imposto para o Thesouro Federal.

§ 4º. Fica salvo aos Estados o direito de estabelecerem linhas telegraphicas entre os diversos pontos de seus territorios, e entre estes e os de outros Estados que se não acharem servidos por linhas federaes, podendo a União desapropriar-as quando for de interesse geral.

Art. 10. É prohibido aos Estados tributar bens e rendas federaes, ou serviços a cargo da União, e reciprocamente.

Art. 11. É vedado aos Estados, como á União:

1º. Crear impostos de transito pelo territorio de um Estado, ou na passagem de um para outro, sobre productos de outros Estados da Republica, ou estrangeiros, e, bem assim, sobre os vehiculos, de terra e agua, que os transportarem;

2º. Estabelecer, subvencionar, ou embarçar o exercicio de cultos religiosos;

3º. Prescrever leis retroactivas.

Art. 12. Além das fontes de receita discriminadas nos arts. 7º e 9º, é licito á União, como aos Estados, cumulativamente ou não, crear outras quaesquer, não contravindo o disposto nos arts. 7º, 9º e 11, n. 1.

Art. 13. O direito da União e dos Estados de legislarem sobre viagem ferrea e navegação interior será regulado por lei federal.

Paraphrasis unico. A navegação de cabotagem será feita por navios nacionaes.

Art. 14. As forças de terra e mar são instituições nacionaes permanentes, destinadas á defesa da Patria no exterior, e á manutenção das leis no interior.

A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierarchicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionaes.

Art. 15. São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmonicos e independentes entre si.

SECÇÃO I

O PODER LEGISLATIVO

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 16. O Poder Legislativo é exercido pela Congresso Nacional, com a sancção do Presidente da Republica.

§ 1º. O Congresso Nacional compõe-se de dois ramos: a Camara dos Deputados e o Senado.

§ 2º. A eleição para senadores e deputados far-se-á simultaneamente em todo o paiz.

§ 3º. Ninguém pôde ser, ao mesmo tempo, deputado e senador.

Art. 17. O Congresso reunir-se-á na Capital Federal, independentemente de convocação, a 3 de maio de cada anno, si a lei não designar outro dia, e funcionará quatro mezes da data da abertura, podendo ser prorogado, adiado, ou convocado extraordinariamente.

§ 1º. Só ao Congresso compete deliberar sobre a prorrogação e adiamento de suas sessões.

§ 2º. Cada legislatura durará tres annos.

§ 3º. O Governo do Estado em cuja representação se der vaga, por qualquer causa, inclusive renuncia, mandará immediatamente proceder a nova eleição.

Art. 18. A Camara dos Deputados e o Senado trabalharão separadamente e, quando não se resolver o contrario por maioria de votos, em sessões publicas. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, achando-se presente em cada uma das camaras a maioria absoluta dos seus membros.

Paragrapho unico. A cada uma das camaras compete:

Verificar e reconhecer os poderes de seus membros;

Eleger a sua Mesa;

Organizar o seu Regimento interno;

Regular o serviço de sua policia interna;

Nomear os empregados de sua Secretaria.

Art. 19. Os deputados e senadores são inviolaveis por suas opiniões, palavras e votos no exercicio de mandato.

Art. 20. Os deputados e os senadores, desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Camara, salvo caso de flagrancia em crime inalienavel. Neste caso, levado o processo até pronuncia exclusiva, a auctoridade processante remetterá os autos á Camara respectiva, para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato.

Art. 21. Os membros das duas camaras, ao tomar assento, contrahirão compromisso formal, em sessão publica, de bem cumprir os seus deveres.

Art. 22. Durante as sessões venerão os senadores e os deputados um subsidio pecuniario egual, e ajuda de custo, que serão fixados pelo Congresso no fim de cada legislatura, para a seguinte.

Art. 23. Nenhum membro do Congresso, desde que tenha sido eleito, poderá celebrar contractos com o Poder Executivo, nem d'elle receber commissões, ou empregos, remunerados.

§ 1º. Exceptuam-se desta prohibição:

1º. As missões diplomaticas;

2º. As commissões, ou commandos, militares;

3º. Os cargos de accesso e as promoções legaes.

§ 2º. Nenhum deputado ou senador, porém, poderá aceitar nomeação para missões, commissões, ou commandos, de que tratam os ns. 1 e 2 do paragrapho antecedente, sem licença da respectiva Camara, quando da acceptação resultar privação do exercicio das funções legislativas, salvo nos casos de guerra, ou naquelles em que a honra e a integridade da União se acharem empenhadas.

Art. 24. O deputado ou senador não pôde, tambem, ser Presidente, ou fazer parte de directorias de bancos, compa-

nhias, ou emprezas que gozem dos favores do Governo Federal definidos em lei.

Paragrapho unico. A inobservancia dos preceitos contidos neste cargo e no antecedente importa perda do mandato.

Art. 25. O mandato legislativo é incompativel com o exercicio de qualquer outra função durante as sessões.

Art. 26. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

1º. Estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistavel como eleitor;

2º. Para a Camara, ter mais de quatro annos de cidadão brasileiro, e para o Senado, mais de seis.

Esta disposição não comprehende os cidadãos a que se refere o n. 4 do art. 69.

Art. 27. O Congresso declarará, em lei especial, os casos de incompatibilidade eleitoral.

CAPITULO II

DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Art. 28. A Camara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Districto Federal, mediante o suffragio directo, garantida a representação da minoria.

§ 1º. O numero dos deputados será fixado por lei, em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse numero ser inferior a quatro por Estado.

§ 2º. Para este fim, mandará o Governo Federal proceder, desde já, ao recenseamento da população da Republica, o qual será revisto decennialmente.

Art. 29. Compete á Camara a iniciativa do adiamento da sessão legislativa e de todas as leis de impostos, das leis de fixação das forças de terra e mar, da discussão dos projectos offerecidos pelo Poder Executivo, e a declaração da procedencia, ou improcedencia, da accusação contra o Presidente da Republica, nos termos do art. 53, e contra os ministros de Estado nos crimes connexos com os do Presidente da Republica.

CAPITULO III

DO SENADO

Art. 30. O Senado compõe-se de cidadãos elegiveis, nos termos do art. 26 e maiores de 35 annos, em numero de tres senadores por Estado e tres pelo Districto Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os deputados.

Art. 31. O mandato de Senador durará nove annos, renovando-se o Senado pelo terço triennialmente.

Paragrapho unico. O Senador eleito em substituição de outro exercerá o mandato pelo tempo que restava ao substituido.

Art. 32. O Vice-Presidente da Republica será Presidente do Senado, onde só terá voto de qualidade, e será substituído, nas ausencias e impedimentos, pelo Vice-Presidente da mesma Camara.

Art. 33. Compete privativamente ao Senado julgar o Presidente da Republica e os demais funcionarios federaes designados pela Constituição, nos termos e pela fórma que ella prescreve.

§ 1º. O Senado, quando deliberar como tribunal de justiça, será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º. Não proferirá sentença condemnatoria senão por dous terços dos membros presentes.

§ 3º. Não poderá impor outras penas mais que a perda do cargo e a incapacidade de exercer qualquer outro, sem prejuizo da acção da justiça ordinaria contra o condemnado.

CAPITULO IV

DAS ATTRIBUIÇÕES DO CONGRESSO

Art. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional:

§ 1º. Orçar a receita, fixar a despesa federal, annualmente, e tomar as contas da receita e despesa de cada exercicio financeiro;

2º. Auctorizar o Poder Executivo a contrahir empréstimos, e a fazer outras operações de credito;

3º. Legislar sobre a divida publica, e estabelecer os meios para o seu pagamento;

4º. Regular a arrecadação e a distribuição das rendas federaes;

5º. Regular o commercio internacional, bem como o dos Estados entre si e com o Districto Federal, alfandegar portos, crear, ou supprimir, entrepostos;

6º. Legislar sobre a navegação dos rios que banhem mais de um Estado, ou se extendam a territorios estrangeiros;;

7º. Determinar o peso, o valor, a inscripção, o typo e a denominação das moedas;

8º. Crear bancos de emissão, legislar sobre ella, e tribuall-a;

9º. Fixar o padrão dos pesos e medidas;

10. Resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Districto Federal, e os do territorio nacional com as nações limitrophes;

11. Auctorizar o Governo a declarar guerra, si não tiver logar, ou malograr-se, o recurso do arbitramento, e a fazer a paz;

12. Resolver definitivamente sobre os tratados e convenções com as nações estrangeiras;

13. Mudar a Capital da União.

14. Conceder subsidios aos Estados, na hypothese do art. 5º;

15. Legislar sobre o serviço dos correios e telegraphos federaes;

16. Adoptar o regimen conveniente á segurança das fronteiras;
17. Fixar annualmente as forças de terra e mar;
18. Legislar sobre a organização do Exército e da Armada;
19. Conceder, ou negar, passagem a forças estrangeiras pelo territorio do paiz para operações militares;
20. Mobilizar a Guarda Nacional ou milícia civil, nos casos previstos pela Constituição;
21. Declarar em estado de sitio um ou mais pontos do territorio nacional, na emergência de aggressão por forças estrangeiras, ou de commoção interna, e approvar, ou suspender, o sitio que houver sido declarado pelo Poder Executivo; ou seus agentes responsaveis, na ausencia do Congresso;
22. Regular as condições e o processo da eleição para os cargos federaes em todo o paiz;
23. Legislar sobre o Direito Civil, Commercial e Criminal da Republica, e o Processual da justiça federal;
24. Estabelecer leis uniformes sobre naturalização;
25. Criar e supprimir empregos publicos federaes, fixar-lhes as attribuições, e estipular-lhes os vencimentos;
26. Organizar a justiça federal, nos termos do art. 55 e seguintes da Secção III;
27. Conceder amnistia;
28. Commutar e perdoar as penas impostas, por crime de responsabilidade, aos funcionarios federaes;
29. Legislar sobre terras e minas de propriedade da União;
30. Legislar sobre a organização municipal do Districto Federal, bem como sobre a policia, o ensino superior e os demais servicos que, na Capital, forem reservados para o Governo da União;
31. Submeter a legislativo especial os pontos do territorio da Republica necessarios para a fundação de arsenaes, ou outros estabelecimentos e instituições de conveniencia federal;
32. Regular os casos de extradição entre os Estados;
33. Decretar as leis e resoluções necessarias ao exercicio dos poderes que pertencam á União;
34. Decretar as leis organicas para a execução completa da Constituição;
35. Prorogar e adiar suas sessões.

Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

- 1º. Velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de caracter federal;
- 2º. Animar no paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a industria e o commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locais;
- 3º. Criar instituições de ensino superior e secundario nos Estados;
- 4º. Prover a instrucção secundaria no Districto Federal.

CAPITULO V

DAS LEIS E RESOLUÇÕES

Art. 36. Salvas as excepções do art. 29, todos os projectos de lei podem ter origem, indistinctamente, na Camara, ou no Senado, sob iniciativa de qualquer dos seus membros.

Art. 37. O projecto de lei adoptado numa das camaras será submettido á outra; e esta, si o approvar, envia-o-á ao Poder Executivo, que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

1º. Si, porém, o Presidente da Republica o julgar inconstitucional, ou contrario aos interesses da Nação, negará sua sancção dentro de dez dias uteis, daquelle em que recebeu o projecto, devolvendo-o, nesse mesmo prazo, á Camara onde elle se houver iniciado, com os motivos da recusa.

§ 2º. O silencio do Presidente da Republica no decennio importa a sancção; e, no caso de ser esta negada quando já estiver encerrado o Congresso, o Presidente dará publicidade ás suas razões.

§ 3º. Devolvido o projecto á Camara iniciadora,ahi se sujeitará a uma discussão e a votação nominal, considerando-se approvado si obtiver dous terços dos suffragios presentes. Neste caso, o projecto será remettido á outra Camara, que, si o approvar pelos mesmos tramites e pela mesma maioria, o enviará, como lei, ao Poder Executivo, para a formalidade da promulgação.

§ 4º. A sancção e a promulgação effectuam-se por estas formulas:

1º. "O Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte lei (ou resolução)".

2º. "O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo a seguinte lei (ou resolução)".

Art. 38. Não sendo a lei promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da Republica, nos casos dos §§ 2º e 3º do art. 37, o Presidente do Senado, ou o Vice-Presidente, si o primeiro não o fizer em igual prazo, a promulgará, usando da seguinte formula: "F., Presidente (ou Vice-Presidente) do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei (ou resolução)".

Art. 39. O projecto de uma Camara, emendado na outra, volverá á primeira, que, si aceitar as emendas, envia-o-á, modificado em conformidade dellas, ao Poder Executivo.

§ 1º. No caso contrario, volverá á Camara revisora, e si as alterações obtiverem dous terços dos votos dos membros presentes, considerar-se-ão approvadas, sendo então remettidas com o projecto á Camara iniciadora, que só poderá reprová-las pela mesma maioria.

§ 2º. Rejeitadas deste modo as alterações, o projecto será submettido, sem ellas, á sancção.

Art. 40. Os projectos rejeitados, ou não sancionados, não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa.

SECÇÃO II

DO PODER EXECUTIVO

CAPITULO I

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 41. Exerce o Poder Executivo o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, como chefe electivo da Nação.

§ 1º. Substitue o Presidente, no caso de impedimento, e succede-lhe, no de falta, o Vice-Presidente, eleito simultaneamente com elle.

§ 2º. No impedimento, ou falta, do Vice-Presidente, serão, successivamente, chamados á Presidencia o Vice-Presidente do Senado, o Presidente da Camara e o do Supremo Tribunal Federal.

§ 3º. São condições essenciaes para ser eleito Presidente, ou Vice-Presidente, da Republica:

1º. Ser brasileiro nato;

2º. Estar no exercicio dos direitos politicos;

3º. Ser maior de trinta e cinco annos.

Art. 42. Si, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidencia, ou Vice-Presidencia, não houverem ainda decorrido dous annos do periodo presidencial, proceder-se-á a nova eleição.

Art. 43. O Presidente exercerá o cargo por quatro annos, não podendo ser reeleito para o periodo presidencial immediato.

§ 1º O Vice-Presidente que exercer a Presidencia no ultimo anno do periodo presidencial, não poderá ser eleito Presidente para o periodo seguinte.

§ 2º O Presidente deixará o exercicio de suas funcções, improrogavelmente, no mesmo dia em que terminar o seu periodo presidencial, succedendo-lhe logo o recém-eleito.

§ 3º Si este se achar impedido, ou faltar, a substituição far-se-á nos termos do art. 41, paragraphos 1º e 2º.

§ 4º O primeiro periodo presidencial terminará a 15 de novembro de 1894.

Art. 44. Ao empossar-se do cargo, o Presidente pronunciará, em sessão do Congresso, ou, si este não estiver reunido, ante o Supremo Tribunal Federal, esta affirmação:

“Prometto manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da Republica, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independencia.”

Art. 45. O Presidente e o Vice-Presidente não podem sahir do territorio nacional sem permissão do Congresso, sob pena de perderem o cargo.

Art. 46. O Presidente e o Vice-Presidente perceberão subsídio, fixado pelo Congresso no periodo presidencial antecedente.

CAPITULO II

DA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Art. 47. O Presidente e o Vice-Presidente da Republica serão eleitos por sufragio directo da Nação, e maioria absoluta de votos.

§ 1.º A eleição terá logar no dia 1 de março do ultimo anno do periodo presidencial, procedendo-se na Capital Federal e nas capitães dos Estados á apuração dos votos recebidos nas respectivas circumscripções. O Congresso fará a apuração na sua primeira sessão do mesmo anno, com qualquer numero de membros presentes.

§ 2.º Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá, por maioria dos votos presentes, um dentre os que tiverem alcançado as duas votações mais elevadas na eleição directa.

Em caso de empate, considerar-se-á eleito o mais velho.

§ 3.º O processo da eleição e da apuração será regulado por lei ordinaria.

§ 4.º São inelegiveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente os parentes consanguineos e affins, nos 1º e 2º grãos, do Presidente, ou Vice-Presidente, que se achar em exercicio no momento da eleição, ou que o tenha deixado até seis mezes antes.

CAPITULO III

DAS ATTRIBUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO

Art. 48. Compete privativamente ao Presidente da Republica:

1.º Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos, instrucções e regulamentos para a sua fiel execução;

2.º Nomear e demittir, livremente, os ministros de Estado;

3.º Exercer, ou designar quem deva exercer, o commando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brazil, quando forem chamadas ás armas, em defesa interna, ou externa, da União;

4.º Administrar o Exercito e a Armada, e distribuir as respectivas forças, conforme as leis federaes e as necessidades do Governo Nacional;

5.º Prover os cargos civis e militares de caracter federal, salvas as restricções expressas na Constituição;

6.º Indultar e commutar as penas, nos crimes sujeitos á jurisdicção federal, salvo nos casos a que se referem os artigos 34, n. 28 e 52, § 2º;

7.º Declarar a guerra, e fazer a paz, nos termos do artigo 34, n. 11;

8.º Declarar immediatamente a guerra, nos casos de invasão ou aggressão estrangeira;

9.º Dar conta annualmente da situação do paiz ao Congresso Nacional, indicando-lhe as providencias e reformas

urgentes, em mensagem, que remetterá ao Secretario do Senado no dia da abertura da sessão legislativa;

10. Convocar o congresso extraordinariamente;

11. Nomear os magistrados federaes, mediante proposta do Supremo Tribunal;

12. Nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os ministros diplomaticos, sujeitando a nomeação á approvação do Senado.

Na ausencia do Congresso, designar-os-á em commissão, até que o Senado se pronuncie;

13. Nomear os demais membros do corpo diplomatico, e os agentes consulares;

14. Manter as relações com os Estados estrangeiros;

15. Declarar, por si, ou seus agentes responsaveis, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira, ou grave commoção interna (art. 6º, n. 3; art. 34, n. 21, e art. 80);

16. Entabular negociações internacionaes, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e approvar os que os Estados celebrarem na conformidade do art. 65, submettendo-os, quando cumprir, á auctoridade do Congresso.

CAPITULO IV

DOS MINISTROS DE ESTADO

Art. 49. O Presidente da Republica é auxiliado pelos ministros de Estado, agentes de sua confiança, que lhe subscrevem os actos; e cada um delles presidirá a um dos ministerios em que se dividir a administração federal.

Art. 50. Os ministros de Estado não poderão accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos Presidente, ou Vice-Presidente, da União, Deputado ou Senador.

Paragrapho unico. O Deputado, ou Senador, que aceitar o cargo de Ministro de Estado, perderá o mandado, e proceder-se-á immediatamente a nova eleição, na qual não poderá ser votado.

Art. 51. Os ministros de Estado não poderão comparecer ás sessões do Congresso, e só se communicarão com elle por escripto, ou, pessoalmente, em conferencias com as commissões das camaras.

Os relatorios annuaes dos ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica, e distribuidos por todos os membros do Congresso.

Art. 52. Os ministros de Estado não são responsaveis perante o Congresso, ou perante os tribunaes, pelos conselhos dados ao Presidente da Republica.

§ 1.º Respondem, porém, quanto aos seus actos, pelos crimes qualificados em lei.

§ 2.º Nos crimes communs e de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e nos connexos com os do Presidente da Republica, pela auctoridade competente para o julgamento deste.

CAPITULO V

DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE

Art. 53. O Presidente dos Estados Unidos do Brazil será submettido a processo e julgamento, depois que a camara declarar procedente a accusação, perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes communs, e, nos de responsabilidade, perante o Senado.

Paragrapho unico. Decretada a procedencia da accusação, ficará o Presidente suspenso de suas funcções.

Art. 54. São crimes de responsabilidade os actos do Presidente da Republica que attentarem contra:

- 1.º A existencia politica da União;
 - 2.º A Constituição e a forma do Governo Federal;
 - 3.º O livre exercicio dos poderes politicos;
 - 4.º O gozo e exercicio legal dos direitos politicos, ou individuais;
 - 5.º A segurança interna do paiz;
 - 6.º A prohibidade da administração;
 - 7.º A guarda e emprego constitucional dos dinheiros publicos;
 - 8.º As leis orçamentarias votadas pelo Congresso.
- § 1.º Esses delictos serão definidos em lei especial.
- § 2.º Outra lei regulará a accusação, o processo e o julgamento.
- § 3.º Ambas essas leis serão feitas na primeira sessão do primeiro Congresso.

SECÇÃO III

DO PODER JUDICIARIO

Art. 55. O Poder Judiciario da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com séde na Capital da Republica, e tantos juizes e tribunaes federaes, distribuidos pelo paiz, quantos o Congresso crear.

Art. 56. O Supremo Tribunal Federal compor-se-á de quinze juizes, nomeados na forma do art. 48, n. 12, dentre os cidadãos de notavel saber e reputação, elegiveis para o Senado.

Art. 57. Os juizes federaes são vitalicios, e perderão o cargo, unicamente, por sentença judicial.

§ 1.º Os seus vencimentos serão determinados por lei, e não poderão ser diminuidos.

§ 2.º O Senado julgará os membros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade, e este os juizes federaes inferiores.

Art. 58. Os tribunaes federaes elegerão de seu seio os seus presidentes, e organizarão as respectivas secretarias.

§ 1.º A nomeação e a demissão dos empregados de Secretaria, bem como o provimento dos officios de justiça nas circumscripções judicarias, compete respectivamente aos presidentes dos tribunaes.

§ 2.º O Presidente da Republica designará, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da Republica, cujas attribuições se definirão em lei.

Art. 59. Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I. Processar e julgar, originaria e privativamente:

a) o Presidente da Republica, nos crimes communs, e os ministros de Estado, nos casos do art. 52;

b) os ministros diplomaticos, nos crimes communs e nos de responsabilidade;

c) as causas e conflictos entre a União e os Estados, ou entre estes uns com os outros;

d) os litigios e as reclamações entre nações estrangeiras e a União ou os Estados;

e) os conflictos dos juizes, ou tribunaes, federaes, entre si, ou entre estes e os Estados, assim como os dos juizes e tribunaes de um Estado com os juizes e tribunaes de outro Estado;

II. Julgar, em gráo de recurso, as questões resolvidas pelos juizes e tribunaes federaes, assim como as de que tratam o presente artigo, § 1.º, e o art. 60.

III. Rever os processos findos, nos termos do art. 81.

§ 1.º Das sentenças das justicas dos Estados em ultima instancia, haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal:

a) quando se questionar sobre a validade ou a applicação de tratados e leis federaes, e a decisão do tribunal do Estado for contra ella;

b) quando se contestar a validade de leis ou de actos dos governos dos Estados em face da Constituição, ou das leis federaes, e a decisão do tribunal do Estado considerar validos esses actos, ou essas leis impugnadas.

§ 2.º Nos casos em que houver de applicar leis dos Estados, a justica federal consultará a jurisprudencia dos tribunaes locais, e, vice-versa, as justicas dos Estados consultarão a jurisprudencia dos tribunaes federaes quando houverem de interpretar leis da União.

Art. 60 Compete aos juizes, ou tribunaes, federaes processar e julgar:

a) as causas em que alguma das partes fundar a acção ou a defesa em disposição da Constituição Federal;

b) todas as causas propostas contra o Governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis e regulamentos do Poder Executivo, ou em contractos celebrados com o mesmo Governo.

c) as causas provenientes de compensações, reivindicações, indemnização de prejuizos, ou quaesquer outras, propostas pelo Governo da União contra particulares, ou vice-versa.

d) os litigios entre um Estado e cidadãos de outro, ou entre cidadãos de Estados diversos, diversificando as leis destes;

e) os pleitos entre Estados estrangeiros e cidadãos brasileiros;

f) as acções movidas por estrangeiros e fundadas, quer em contractos com o Governo da União, quer em convenções, ou tratados, da União com outras nações;

g) as questões de Direito Marítimo e navegação, assim no oceano, como nos rios e lagos do paiz;

h) as questões de Direito Criminal, ou Civil Internacional;

i) os crimes politicos.

§ 1.º E' vedado ao Congresso commetter qualquer jurisdicção federal ás justicas dos Estados.

§ 2.º As sentenças e ordens da magistratura federal são executadas por officiaes judiciais da União, aos quaes a policia local é obrigada a prestar auxilio, quando invocada por elles.

Art. 61. As decisões dos juizes, ou tribunaes, dos Estados, nas materias de sua competencia, porão termo aos processos e ás questões, salvo quanto a:

1º, *habeas-corpus*, ou

2º, espolio de estrangeiro, quando a especie não estiver prevista em convenção, ou tratado.

Em taes casos, haverá recurso voluntario para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 62. As justicas dos Estados não podem intervir em questões submittidas aos tribunaes federaes, nem annullar, allerar, ou suspender, as suas sentenças, ou ordens. E, reciprocamente, a justica federal não póde intervir em questões submittidas aos tribunaes dos Estados, nem annullar, allerar, ou suspender, as decisões, ou ordens, destes, exceptuados os casos expressamente declarados nesta Constituição.

TITULO II

DOS ESTADOS

Art. 63. Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adoptar, respeitadas os principios constitucionaes da União.

Art. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios, cabendo á União, sómente, a porção de territorio que for indispensavel para a defesa das fronteiras, fortificações, construcções militares e estradas de ferro federaes.

Paragrapho unico. Os proprios nacionaes que não forem necessarios para serviços da União, passarão ao dominio dos Estados em cujo territorio estiverem situados.

Art. 65. E' facultado aos Estados:

1.º Celebrar entre si ajustes e convenções sem caracter politico (art. 48, n. 16);

2.º Em geral, todo e qualquer poder, ou direito, que lhes não for negado por clausula expressa ou implicitamente contida nas clausulas expressas da Constituição.

Art. 66. E' defeso aos Estados:

1.º Recusar fé aos documentos publicos, de natureza legislativa, administrativa, ou judiciaria, da União, ou de qualquer dos Estados;

2.º Rejeitar a moeda, ou a emissão bancaria em circulação por acto do Governo Federal;

3.º Fazer, ou declarar, guerra entre si, e usar de represalias;

4.º Denegar a extradição de criminosos reclamados pelas justicas de outros Estados ou do Districto Federal, segund as leis da União, por que esta materia se reger (art. 34, n. 32).

Art. 67. Salvas as restricções especificadas na Constituição e nas leis federaes, o Districto Federal é administrado pelas auctoridades municipaes.

Paragrapho unico. As despesas de caracter local, na Capital da Republica, incumbem, exclusivamente, á auctoridade municipal.

TITULO III

Do Municipio

Art. 68. Os Estados organizar-se-ão de fórma que fique assegurada a autonomia dos municipios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

TITULO IV

Dos cidadãos brasileiros

SECÇÃO I

DAS QUALIDADES DO CIDADÃO BRAZILEIRO

Art. 69. São cidadãos brasileiros:

1.º Os nascidos no Brazil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;

2.º Os filhos de pae brasileiro, e os illegítimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica;

3.º Os filhos de pae brasileiro que estiver noutro paiz ao serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se;

4.º Os estrangeiros que, achando-se no Brazil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem;

5.º Os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brazil e forem casados com brasileiras, ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brazil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;

6.º Os estrangeiros por outro modo naturalizados.

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem, na fórma da lei.

§ 1.º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados:

1.º Os mendigos;

2.º Os analphabetos;

3.º As praças de pret, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior;

4.º Os religiosos de ordens monasticas, companhias, congregações, ou comunidades, de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediencia, regra, ou estatuto, que importe a renuncia da liberdade individual.

§ 2.º São inelegiveis os cidadãos não alistaveis.

Art. 71. Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem, ou perdem, nos casos aqui particularizados.

§ 1.º Suspendem-se:

a) por incapacidade physica, ou moral;
b) por condemnação criminal, enquanto durarem os seus effeitos.

§ 2.º Perdem-se:

a) por naturalização em paiz estrangeiro;
b) por acceitação de emprego, ou pensão, de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo federal.

§ 3.º Uma lei federal determinará as condições de reacquisição dos direitos de cidadão brasileiro.

SECÇÃO II

DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade, nos termos seguintes:

§ 1.º Ninguém pôde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer, alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2.º Todos são eguaes perante a lei.

A Republica não admitta privilegio de nascimento, desconhece fóros de nobreza, e extingue as ordens honorificas existentes, e todas as suas prerogativas e regalias, bem como os títulos nobiliarchicos e de conselho.

§ 3.º Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim, e adquirindo bens, observadas as disposições do Direito commum.

§ 4.º A Republica só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5.º Os cemiterios terão caracter secular, e serão administrados pela auctoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam á moral publica e ás leis.

§ 6.º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos.

§ 7.º Nenhum culto, ou igreja, gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia, ou alliança, com o Governo da União, ou o dos Estados.

§ 8.º A todos é licito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a policia senão para manter a ordem publica.

§ 9.º E' permittido a quem quer que seja representar, mediante petição, aos poderes publicos, denunciar abusos das auctoridades, e promover a responsabilidade dos culpados.

§ 10. Em tempo de paz, qualquer póde entrar no territorio nacional, ou delle sair, com a sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte.

§ 11. A casa é o asylo inviolavel do individuo; ninguem póde ahi penetrar, de noite, sem consentimento do morador, senão para acudir a victimas de crimes, ou desastres, nem, de dia, senão nos casos e pela fórma prescriptos na lei.

§ 12. Em qualquer assumpto, é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter, nos casos e pela fórma que a lei determinar. Não é permittido o anonymato.

§ 13. A' excepção do flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronuncia do Indiciado, salvos os casos determinados em lei, e mediante ordem escripta da auctoridade competente.

§ 14. Ninguem poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvas as excepções especificadas em lei, nem levado á prisão, ou nella detido, si prestar fiança idonea, nos casos em que a lei a admitir.

§ 15. Ninguem será sentenciado senão pela auctoridade competente, em virtude de lei anterior, e na fórma por ella regulada.

§ 16. Aos accusados se assegurará, na lei, a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciaes a ella, desde a nota de culpa, entregue em vinte e quatro horas ao preso, e assignada pela auctoridade competente, com os nomes do accusador e das testemunhas.

§ 17. O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade, ou utilidade, publica, mediante indemnização prévia.

As minas pertencem ao proprietarios do sólo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de industria.

§ 18. E' inviolavel o sigillo da correspondencia.

§ 19. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente.

§ 20. Fica abolida a pena de galés, e a de banimento judicial.

§ 21. Fica, igualmente, abolida a pena de morte, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra.

§ 22. Dar-se-á o *habeas-corpus* sempre que o individuo soffrer, ou se achar em imminente perigo de soffrer, violencia, ou coacção, por illegalidade, ou abuso de poder.

§ 23. A' excepção das causas que, por sua natureza, pertencem a juizos especiaes, não haverá fóro privilegiado.

§ 24. E' garantido o livre exercicio de qualquer profissão moral, intellectual e industrial.

§ 25. Os inventos industriaes pertencerão aos seus auctores, aos quaes ficará garantido, por lei, um privilegio temporario, ou será concedido pelo Congresso um premio razoavel, quando haja conveniencia de vulgarizar o invento.

§ 26. Aos auctores de obras literarias e artisticas é garantido o direito exclusivo de reproduzir-as, pela imprensa ou por qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos auctores gosarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

§ 27. A lei assegurará, tambem, a propriedade das marcas de fabrica.

§ 28. Por motivo de crença ou de função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e politicos, nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever civico.

§ 29. Os que allegarem motivo de crença religiosa com o fim de se isentarem de qualquer onus que as leis da Republica imponham aos cidadãos, e os que acceitarem condecorações ou titulos nobiliarchicos estrangeiros, perderão todos os direitos politicos.

§ 30. Nenhum imposto, de qualquer natureza, poderá ser cobrado senão em virtude de uma lei que o auctorize.

§ 31. E' mantida a instituição do Jury.

Art. 73. Os cargos publicos civis, ou militares, são accessiveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as accumulações remuneradas.

Art. 74. As patentes, os postos e os cargos inamoviveis são garantidos em toda a sua plenitude.

Art. 75. A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionarios publicos em caso de invalidez no serviço da Nação.

Art. 76. Os officiaes do Exercito e da Armada só perderão suas patentes por condemnação em mais de dois annos de prisão, passada em julgado nos tribunaes competentes.

Art. 77. Os militares de terra e mar terão fôro especial nos delictos militares.

§ 1.º Este fôro compôr-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalicios, e dos conselhos necessarios para a formação da culpa e julgamento dos crimes.

§ 2.º A organização e attribuições do Supremo Tribunal Militar serão reguladas por lei.

Art. 78. A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclue outras garantias e direitos não enumerados mas resultantes da forma de governo que ella estabelece, e dos principios que consigna.

TITULO V

Disposições geraes

Art. 79. O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes federaes não poderá exercer as de outro.

Art. 80. Poder-se-á declarar em estado de sitio qualquer parte do territorio da União, suspendendo-se ahi as garantias constitucionaes, por tempo determinado, quando a segurança da Republica o exigir, em caso de aggressão estrangeira, ou commoção intestina (art. 34, n. 21).

§ 1.º Não se achando reunido o Congresso, e correndo a Patria imminente perigo, exercerá essa attribuição o Poder Executivo federal (art. 48, n. 15).

§ 2.º Este, porém, durante o estado de sitio, restringir-se-á, nas medidas de repressão contra as pessoas, a impôr:

1.º, a detenção em logar não destinado aos réos de crimes communs;

2.º, o desterro para outros sitios do territorio nacional.

§ 3.º Logo que se reunir o Congresso, o Presidente da Republica lhe relatará, motivando-as, as medidas de excepção que houverem sido tomadas.

§ 4.º As auctoridades que tenham ordenado taes medidas, são responsaveis pelos abusos commettidos.

Art. 81. Os processos findos, em materia crime, poderão ser revistos, a qualquer tempo, em beneficio dos condemnados, pelo Supremo Tribunal Federal, para reformar, ou confirmar, a sentença.

§ 1.º A lei marcará os casos e a forma da revisão, que poderá ser requerida pelo sentenciado, por qualquer do povo, ou *ex-officio* pelo Procurador Geral da Republica.

§ 2.º Na revisão, não podem ser aggravadas as penas da sentença revista.

§ 3.º As disposições do presente artigo são extensivas aos processos militares.

Art. 82. Os funcionarios publicos são estritamente responsaveis pelos abusos e omissões em que incorrerem, no exercicio de seus cargos, assim como pela indulgencia em não responsabilizarem effectivamente os seus subalternos.

Paragrapho unico. O funcionario publico obrigar-se-á por compromisso formal, no acto da posse, ao desempenho dos seus deveres legais.

Art. 83. Continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis do antigo regimen, no que explicita ou implicitamente não for contrario ao systema de governo firmado pela Constituição, e aos principios nella consagrados.

Art. 84. O Governo da União afiança o pagamento da divida publica interna e externa.

Art. 85. Os officiaes do quadro e das classes annexas da Armada terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exercito nos cargos de categoria correspondente.

Art. 86. Todo o brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Patria e da Constituição, na fórma das leis federaes.

Art. 87. O Exercito federal compôr-se-á de contingentes que os Estados e o Districto Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei annua de fixação de forças.

§ 1.º Uma lei federal determinará a organização geral do Exercito, de accordo com o n. 18 do art. 34.

§ 2.º A União se encarregará da instrucção militar dos corpos e armas, e da instrucção militar superior.

§ 3.º Fica abolido o recrutamento militar forçado.

§ 4.º O Exercito e a Armada compôr-se-ão pelo voluntariado, sem premio, e, em falta deste, pelo sorteo, previamente organizado.

Concorrem para o pessoal da Armada a Escola Naval, as de Aprendizizes Marinheiros e a Marinha mercante mediante sorteo.

Art. 88. Os Estados Unidos do Brazil em caso algum se empenharão em guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou em alliança com outra nação.

Art. 89. É instituido um Tribunal de Contas, para liquidar as contas da receita e despesa, e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso.

Os membros deste Tribunal serão nomeados pelo Presidente da Republica, com approvação do Senado, e sómente perderão os seus logares por sentença.

Art. 90. A Constituição poderá ser reformada, por iniciativa do Congresso Nacional, ou das assembleas dos Estados.

§ 1.º Considerar-se-á proposta a reforma quando, sendo apresentada por uma quarta parte, pelo menos, dos membros de qualquer das camaras do Congresso Nacional, fór accelta, em tres discussões, por dois terços dos votos numa e noutra Camara, ou quando fór solicitada por dois terços dos Estados, no decurso de um anno, representado cada Estado pela maioria de votos de sua Assembléa.

§ 2.º Essa proposta dar-se-á por approvada si no anno seguinte o fór, mediante tres discussões, por maioria de dois terços dos votos nas duas camaras do Congresso.

§ 3.º A proposta approvada publicar-se-á com as assignaturas dos presidentes e secretarios das duas camaras, e incorporar-se-á á Constituição, como parte integrante della.

§ 4.º Não poderão ser admittidos como objecto de deliberação, no Congresso, projectos tendentes a abolir a fórma republicana federativa, ou a egualdade da representação dos Estados no Senado.

Art. 91. Approvada esta Constituição, será ella promulgada pela Mesa do Congresso, e assignada pelos membros deste.

Disposições transitórias

Art. 1.º Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em assembléa geral, elegerá, em seguida, por maioria absoluta de votos, na primeira votação, e, si nenhum candidato a obtiver, por maioria relativa, na segunda, o Presidente e o Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brazil.

§ 1.º Essa eleição será feita em dois escrutínios distinctos, para o Presidente e o Vice-Presidente respectivamente, recebendo-se e apurando-se em primeiro logar as cédulas para Presidente, e procedendo-se, em seguida, do mesmo modo, para o Vice-Presidente.

§ 2.º O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na fórma deste artigo, occuparão a Presidencia e a Vice-Presidencia da Republica durante o primeiro periodo presidencial.

§ 3.º Para essa eleição não haverá incompatibilidades.

§ 4.º Concluida ella, o Congresso dará por terminada a sua missão constituinte, e, separando-se em Camara e Senado, encetará o exercicio de suas funcções normaes a 15 de junho do corrente anno, não podendo, em hypothese alguma, ser dissolvido.

§ 5.º No primeiro anno da primeira legislatura, logò nos trabalhos preparatorios, discriminará o Senado o primeiro e segundo terço de seus membros, cujo mandato ha de cessar no termo do primeiro e do segundo triennios.

§ 6.º Essa discriminação effectuar-se-á em tres listas, correspondentes aos tres terços, graduando-se os senadores de cada Estado e os do Districto Federal pela ordem de sua votação respectiva, de modo que se distribua ao terço do ultimo triennio o primeiro votado no Districto Federal e em cada um dos Estados, e aos dois terços seguintes os outros dois nomes na escala dos suffragios obtidos.

§ 7.º Em caso de empate, considerar-se-ão favorecidos os mais velhos, decidindo-se por sorteio quando a idade for egual.

Art. 2.º O Estado que até o fim do anno de 1892 não houver decretado a sua Constituição, será submettido, por acto do Congresso, á de um dos outros, que mais conveniente a essa adaptação parecer, até que o Estado sujeito a esse regimen a reforme, pelo processo nella determinado.

Art. 3.º A proporção que os Estados se forem organizando, o Governo Federal entregar-lhes-á a administração dos serviços que pela Constituição lhes competirem, e liquidará a responsabilidade da administração federal no tocante a esses serviços e ao pagamento do pessoal respectivo.

Art. 4.º Enquanto os Estados se occuparem em regularizar as despesas, durante o periodo de organização dos seus serviços, o Governo abrir-lhes-á para esse fim creditos especiaes, segundo as condições estabelecidas por lei.

Art. 5.º Nos Estados que se forem organizando, entrará em vigor a classificação das rendas estabelecida na Constituição.

Art. 6.º Nas primeiras nomeações para a magistratura federal e para a dos Estados, serão preferidos os juizes de Direito e os desembargadores de mais nota.

Os que não forem admittidos na nova organização judiciaria, e tiverem mais de 30 annos de exercicio, serão aposentados, com todos os seus vencimentos.

Os que tiverem menos de 30 annos de exercicio, continuarão a perceber os seus ordenados, até que sejam aproveitados, ou aposentados, com ordenado correspondente ao tempo de exercicio.

As despesas com os magistrados aposentados, ou postos em disponibilidade, serão pagas pelo Governo Federal.

Art. 7.º E' concedida a D. Pedro de Alcantara, ex-Imperador do Brazil, uma pensão que, a contar de 15 de novembro de 1889, garanta-lhe, por todo o tempo de sua vida,

subsistência decente. O Congresso ordinario, em sua primeira reunião, fixará o *quantum* desta pensão.

Art. 5.º O Governo Federal adquirirá para a Nação a casa em que falleceu o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e nella mandará collocar uma lapide em homenagem á memoria do grande patriota — o Fundador da Republica.

Paragrapho unico. A viuva do mesmo Dr. Benjamin Constant terá, enquanto viver, o usufructo da casa mencionada.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencerem, que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como nella se contém.

Publique-se e cumpra-se em todo o territorio da Nação.

Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte, na cidade do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de fevereiro de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica.

Provedor J. Moraes Barros, Provedor
do Congresso, assinado por S. Paulo.
Antonio Carlos de Almeida, Vice-presidente
do Congresso, deputado pela Bahia
Dr. J. de Moraes Barros, 1.º Secretário do
Congresso, deputado pelo Rio Grande
do Sul, 2.º Secretário do
Congresso, deputado pela Paraíba
Luis Carlos de Moraes Barros, 3.º Secretário
do Congresso, deputado pelo Rio Grande
do Sul, 4.º Secretário do Congresso,
deputado pela Paraíba

[illegible]

Paulo Thales de Figueiredo, Senador por Alagoas

Barbosa C. Thome Bastos, idem

Thiery de Figueiredo e Silva, idem

Tudo por Alagoas -

Joaquim Porto de Almeida, idem

Francisco de Paula Leite Leite, idem

Gabriel Resende, idem

Francisco de Paula (Mozart) de Almeida, por
Alagoas

Dr. de Paulo Affonso, por (do Senado representado por
Alagoas)

Demétrio Pinheiro de Almeida, idem

Alfredo Pinheiro de Almeida, idem. Representado por Alagoas.

Vigilante de Almeida - Senador pela Bahia

Paulo Barbosa, idem

Dr. Augusto de Almeida, idem

Francisco de Paula e Aguiar, idem

Joaquim Soares Costa, idem

Dr. João Joaquim de Almeida, idem

Dr. Augusto de Almeida, idem

Dr. Arthur de Almeida, idem

Carneiro de Almeida, idem

Marcelino de Almeida, idem

Dr. Francisco de Almeida, idem

Carlos de Almeida, idem

Francisco de Almeida, idem

Aristides de Almeida, idem

Amphithéâtre de Paris, Sépulture.

Franc. de Lodi de Lodi, Deputado.

Dominio de Sebastião Berquira, idem
Leopoldo da Ypiranga Amosim Filgueiras
Lep. de Lodi e Juven. Barros. D. T. Moraes
Sebastião Ludovico da Rocha Almeida

Barão de Vilela Vieira

Franc. de Lodi de Lodi, Deputado.

Dominio de Sebastião Berquira, idem, Senador pelo Lep. de Lodi.

Gil Pinheiro Goulart.

José Carlos de Miranda Monteiro de Barros.

José de Mello e Silva, Moniz de Lodi, Deputado pelo Lep. de Lodi.

Platão Borges de Lodi e Juven. Barros, idem

Lygia de Lodi e Juven. Barros, Senador pelo Lep. de Lodi.

Marquês de Mello e Silva, idem

Francisco de Lodi de Lodi e Juven. Barros, idem

Deputado pelo Lep. de Lodi e Juven. Barros

José de Lodi e Juven. Barros, idem

Deputado pelo Lep. de Lodi e Juven. Barros.

Melo e Silva - idem

Dr. Urbano de Lodi e Juven. Barros, idem

Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro.
Contra Administrador Theodorico Manuel Barreto,
Gonçalves de Barros e Sousa Figueiredo, idem
Dr. Augusto de Oliveira Brito, idem
João Gonçalves Pinheiro de Almeida, idem.

João José de S. Moraes Aguiar de Almeida
Virgílio de Almeida Pereira, idem
Carlos Antonio de França Guimarães, idem
João Baptista da Mota, idem
~~Alcides Antonio da Silva~~ idem
Alcides Lucena Bara, idem
Erico Marinho da Gama Caillio, idem
~~Camello da Silva~~ Senador para o Congresso Nacional
~~de Pernambuco~~ idem
Francisco Tullio de Almeida
João Baptista de Souza
Suplente de deputado
Alfredo Costa de Aguiar, Ourega
Miguel de Almeida
F. de Aguiar - deputado
Francisco Figueiredo Almeida de Almeida.

Domíngos Joaquim de Albuquerque Jos
José Augusto Pinheiro.

Thomaz Alfons

Américo Leite Reis, remissor para Estado de Minas Gerais
Antônio Clemente dos Santos Pires, deputado por Minas
for Paulo Gomes da Silva Machado Costa
Gabriel de Paula Almeida Moz = Deputado por Minas
João das Chagas Leal - Idem
Antônio Jacot de Pauze Idem
Alexandre Wockler Pinto de Abreu "
Francisco Luiz da Veiga deputado por Minas

Dr. José Cândido da Costa Lima - Deputado por Minas Gerais
Antônio Appare Lamounier Godofredo - Idem
Athan de Chaves Botelho Idem
Felixiano Augusto de Oliveira Pinheiro
Elycio Proença Botelho
Antônio Butra Meira (Idem)
Francisco Gomes Ferreira Nabello
Abraão Fulgencio Alves Pires
Aristides de Almeida Almeida
Augusto de Almeida Almeida
Joaquim Gonçalves Pinheiro - Idem
Carlos Antônio Pinheiro Idem
Constantino Luiz Paqueta
Dr. José Antônio de Almeida

José Joaquim Ferreira Pinheiro

Francisco Alves de Almeida e Sousa, Deputado p.
Alvaro Mendes.

Dr. José Carlos Pereira da Silva

Manoel Faria de Campos e Silva - Senador pto. eleito de S. Paulo.

Francisco Glicerio Deputado " "

Manoel de Moraes Barros - " " "

José de Almeida e Sousa

José de Almeida e Sousa

José de Almeida e Sousa " " "

Adolpho de Almeida e Sousa Deputado " "

Portugal e Almeida e Sousa " " "

Angelos e Almeida e Sousa

Antônio de Almeida e Sousa

Antônio de Almeida e Sousa

Alfonso de Almeida.

Antônio de Almeida e Sousa

José de Almeida e Sousa

Antônio de Almeida e Sousa, Senador pto. eleito

Antônio de Almeida e Sousa

Antônio de Almeida e Sousa

Sebastião de Almeida e Sousa, Deputado pto. eleito

José de Almeida e Sousa, Deputado pto. eleito

José de Almeida e Sousa, Deputado pto. eleito

Antônio de Almeida e Sousa, Senador pto. eleito

José de Almeida e Sousa

D^o Antonio Pinheiro Guimarães, 2^a de " " "
Antonio Francisco de Aguiar, deputado pelo
Estado de Mato Grosso.

Cleto M. de Faria e Albuquerque,
Deputados por Mato Grosso

Waldomiro da Mural Fontoura, senador pelo Paraná
José Pereira Santos Andrade, senador pelo Paraná.

Gulmarino Augusto de Almeida, deputado pelo " "

Marcelino Augusto de Almeida, deputado pelo " "

Antonio Justino de Almeida, deputado pelo " "

Dr. Luiz, deputado pelo " "

Barão de Foz de Iguaçu, deputado pelo " "

Felipe Schmidt, deputado pelo " "

Dr. Carlos de Almeida, deputado pelo " "

Raimundo Foz de Almeida, senador
pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Julio Emanuel Foz de Almeida.

Jose Gomes Pinheiro Foz de Almeida -
Victorino Foz de Almeida, deputado pelo Rio Grande do Sul

Caetano Foz de Almeida " " " " "

Antônio Foz de Almeida " " " " "

Julio de Almeida " " " " "

Victorino Foz de Almeida " " " " "

Alfredo de Almeida Lima " " " " "

Está assignado. (*Applausos prolongados. Vivas á Republica.*)

Está promulgada a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil (*Muito bem!*); e a nossa Patria, após 15 mezes de um governo revolucionario, entra, desde este momento, no regimen da legalidade.

E é forçá confessar que, graças aos esforços e á dedicação deste Congresso, legitimo representante da Nação (*Apoitados!*), aliás recebido com desfavor e prevenção pela opinião, a quem conseguiu vencer, e que termina os seus trabalhos rodeado da estima e consideração publica, o Brazil, a nossa Patria, de hoje em diante tem uma Constituição livre e democratica, com o regimen da mais larga Federação (*Muito bem! Muito bem!*); — unico capaz de mantel-a unida, de fazer com que possa desenvolver-se, prosperar e corresponder, na America do Sul, ao seu modelo da America do Norte. (*Muito bem! Muito bem!*)

Sandemos, meus concidadãos, ao Brazil e á Republica Brasileira.

Viva a Nação Brasileira! (*Applausos prolongados, do recinto, das tribunas e das galerias.*)

UMA VOZ — Viva o Presidente do Congresso! (*Applausos.*)

OUTRA VOZ — Viva a Republica!

VOZES — Viva! Viva!

UMA VOZ DAS GALERIAS — Viva o cidadão Prudente de Moraes!

VOZES — Viva! Viva!

OUTRA VOZ — Viva o Congresso Nacional!

VOZES — Viva! Viva!

O Sr. Serzedello (*pela ordem*) (*Atenção*) — Eu não podia, não devia mesmo, como o mais humilde dos membros deste Congresso (*Muitos não apatados*), interromper a solemnidade deste acto; mas, Sr. Presidente, eu julgo que nos achamos no momento mais extraordinario, mais solenne da nossa Patria.

Acalma V. Ex. de declarar que está promulgada pela soberania nacional, que está promulgada pelos representantes da Nação a Constituição que vai reger os destinos da Republica Brasileira.

Senhores, si esta Constituição é o fructo da sabedoria, si esta Constituição coordena, si ella concretiza em si tudo que o espirito humano tem produzido de mais elevado e de mais pratico, na sciencia social, dil-o-á o futuro, dil-o-ão, com certeza, as gerações que nos succederem.

Mas, heá ou não, a verdade é que, hoje, só nos cumpre um dever: o de respeit-a, o de acat-a, e de defendel-a, á custa da nossa propria vida. (*Numerosos apoiados; muito bem.*)

Senhores do Congresso, estou profundamente certo, profundamente seguro, de que jamais esta Constituição, que é a

obra da Nação, que é a obra deste Congresso, ha de ser violada. (*Apoiados.*) Estou certo, profundamente certo, porque seria isso, com certeza, um crime—seria a deshonra da Revolução (*Apoiados*), dessa Revolução que fez a immortalidade de Benjamin Constant, dessa Revolução que fez a immortalidade do soldado glorioso que a encarnou e que a personificou nestes mezes de dictadura (*Apoiados*).

Nestas condições, acredito interpretar os sentimentos deste Congresso, pedindo a V. Ex. que sujeite á votação a indicação que, hontem, apresentei, e que é a seguinte:

“O Congresso Nacional, hoje unico poder soberano, porque cessou a Revolução, porque cessou a dictadura, porque tudo desapareceu deante da Nação, aqui reunida, decreta que é um dia de festa nacional o dia de hoje, 24 de fevereiro, o mais extraordinario de nossa Patria. (*Numerosos apoiados; muito bem; muito bem.*)

O SR. ZAMA, obtendo a palavra pela ordem, diz que promette, por sua honra, defender á custa da propria vida, a Constituição que acaba de ser votada.

VOZES — Todos nós.

O SR. PRESIDENTE — O Congresso acaba de ouvir o requerimento do Sr. representante Serzedello. S. Ex., na sessão de hontem, propoz que o dia da promulgação da Constituição fosse pelo Congresso, considerado dia de festa nacional. Na hora em que foi apresentada a proposta, não poudo ser submettida á deliberação do Congresso. Agora S. Ex. requer que o dia de hoje, em que se promulgou a Constituição, o Congresso o declare, por deliberação sua, dia de festa nacional. Está em discussão a indicação.

VOZES — Votos! Votos!

O SR. MEIRA DE VASCONCELLOS — Permitta o Congresso que o mais obscuro de seus membros levante-se para propôr que a proposta do Sr. Serzedello seja votada por aclamação.

VOZES — Votos! votos!

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais quem peça a palavra, encerra-se a discussão.

Os Senhores que entendem que o dia 24 de fevereiro deve ser considerado dia de festa nacional no Brazil, por ser o dia da promulgação da Republica Brasileira, queiram levantar-se.

O Congresso approva, unanimemente, o requerimento do Sr. Serzedello.

O SR. PRESIDENTE — A ordem do dia de amanhã será a eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes da Republica.

Não havendo mais nada a tratar-se, encerra-se a sessão.

(*Applausos prolongados. Vivas á Republica, dados do recinto e das galerias.*)

Levanta-se a sessão ás 4 horas e 30 minutos da tarde.

61ª SESSÃO, EM 25 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidência do Sr. Prudente de Moraes

Ao meio-dia, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmento, Manoel Barata, Antonio Bague, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Bezerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernardo, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgílio Damasio, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Laper, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvim, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino Amaral, Joaquim Murтинho, Pinheiro Guedes, Ubaldo do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Prota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Cantão, Pedro Chermont, Matta Bacellar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Frederico Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonzalo de Lagos, Nascimento, Almino Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Retumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvenio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira de Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Careniro, Theophilo dos Santos, Pontes de Miranda, Otília, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felishello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraizo, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Pecanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgilio Pessoa, Franca Carvalho, Luiz Murat, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nicacio, Corrêa Rabello, Manoel Fulgencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ra-

mos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Paletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Fernando Simas, Lauro Müller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antônio de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Frederico Serano, Ccelho e Campos, Saraiva, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Leandro Maciel, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Cesario Motta Junior e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Generoso Marques, João Barbalho, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Leonel Filho, Americo Luz, Costa Machado, Domingos Rocha, Domingos Porto, João Luiz, Barão de Santa Helena, Martinho Prado Junior, Luiz Barreto, Bernardino de Campos, Adolpho Gordo, Carlos Garcia, Rubião Junior e Antonio Prado.

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

O SR. 1º SECRETARIO procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Offícios:

Do chefe do Governo Provisorio, datado de 25 do corrente, declarando ter recebido o autographo da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, promulgada em sessão do Congresso Nacional Constituinte. — Inteirado.

Do mesmo chefe, de igual data, declarando estar sciente de que a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil foi promulgada pela Mesa do Congresso Nacional. — Inteirado.

ORDEM DO DIA

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA

O SR. PRESIDENTE — Vae proceder á eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica.

Em attenção á importancia desta eleição, a Mesa do Congresso, para obviar qualquer irregularidade que, por ventura, se possa dar, estabeleceu o seguinte processo: será feita a eleição mediante chamada nominal; e cada um dos membros

do Congresso terá o trabalho de vir á Mesa depositar a cedula na urna, entrando pela direita e sahindo pela esquerda.

O SR. ZAMA — A cedula é fechada?

O SR. PRESIDENTE — O Regimento nada dispõe sobre a formula da cedula; esta pode ser fechada ou aberta; é indifferente.

O SR. QUINTINO BOCAYUVA (*pela ordem*) — Rogo a V. Ex. se digne de submeter á apreciação do Congresso, antes de proceder-se á eleição do primeiro magistrado da Republica, a seguinte indicação, firmada por mim e meus collegas, e que peço licença para ler. (*Lê.*)

VOZES — Muito bem; muito bem.

Vem á Mesa, é lida, apoiada e, sem debate, approvada, unanimemente, a seguinte

MOÇÃO

Considerando que a veneração pelos grandes patriotas fallecidos é um sentimento que concorre para a elevação moral do homem e aperfeiçoamento dos costumes publicos, tanto é verdade que “somos sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos”;

Considerando que as maiores homenagens rendidas aos que bem mereceram da Patria e da Humanidade, em nada, absolutamente, deslustram o brilhantismo dos feitos que assignalaram de modo glorioso aquelles que ainda estão servindo objectivamente;

Considerando que, ao contrario, estas homenagens dignificam aos que as tributam, e constituem o melhor estimulo a novas e crescentes benemerencias;

Considerando, finalmente, que este pensamento synthetiza os justos sentimentos e as manifestações unanimes externadas nesta Casa e no paiz em geral;

O Congresso Nacional Constituinte, consubstanciando nesta moção a gratidão devida a todos os patriotas que pugnaram pela Republica, resolve lançar na acta da sessão solemne de hoje o seguinte:

“O fundador da Republica Brasileira, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, passou da vida objectiva para a immortalidade a 22 de janeiro de 1891, tendo nascido a 18 de outubro de 1837.

O Povo Brasileiro, pelos seus representantes no Congresso Nacional Constituinte, se desvaneca de lhe ser facultada a gloria de apresentar este bello modelo de virtudes aos seus futuros presidentes.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.
— Quintino Bocayuva. — Aristides Lobo. — Campos Salles.
— Saldanha Marinho. — Francisco Glicerio. — Demetrio Ribeiro. — Mursa. — Lauro Sodré. — Paes de Carvalho. — Nina Ribeiro. — Matta Bacellar. — Nelson de Vasconcellos.

Almeida. — Rodolpho Miranda. — Angelo Pinheiro. — Alfredo Ellis. — Paulino Carlos. — Almeida Nogueira. — Domingos de Moraes. — A. Azeredo. — Ivo do Prado. — Serzedello Corrêa. — R. Osorio. — Victorino Monteiro. — Aníbal Falcão. — Alcindo Guanabara. — Ruy Barbosa. — Sampaio Ferraz. — Urbano Marcondes. — Moniz Freire. — Coutão. — Nilo Pecanha. — Bellarmino Carneiro. — Índio do Brasil. — Esteves Junior. — F. Schmidt. — Lacerda Coutinho. — Carlos de Campos. — Felisbello Freire. — Luiz Delfino. — A. Moreira da Silva. — Manoel Bezerra de Souza. — Athayde Junior. — Baptista da Motta. — José Simeão de Oliveira. — Custódio de Mello. — João Pedro. — Cunha Junior. — Barbosa Lima. — Bezerril. — Manoel Uchôa Rodrigues. — Antonio Olyntho. — Casimiro Junior. — Erício Coelho. — Gonçalves Ramos. — Alexandre Stockler. — Jonquim de Arellar. — Frêres da Cruz. — Raymundo Bandeira. — Floriano Peixoto. — Anílo de Faria. — Theodoro Neto. — Americo Lobo. — Aristides Maia. — Dionisio Cerqueira. — João Lopes. — Pedro Chermont. — Constantino Paletta. — Ferreira Pires. — C. Zama. — Lapér. — Santos Andrade. — Belfort Vieira. — Santos Pereira. — M. Valtadão. — Frederico Borges. — José Bevilacqua."

O SR. PRESIDENTE — Vai-se proceder á eleição do Presidente da Republica.

Procede-se á chamada dos Srs. membros do Congresso, os quaes, successivamente, depositam na urna as suas cedulas.

O SR. PRESIDENTE — Votaram 234 Srs. representantes; vai-se abrir a urna, para se verificar o numero das cedulas. (Depois da verificação.) Estavam na urna 234 cedulas.

Apesar de não ter sido candidato á eleição a que o Congresso vai proceder, constando-me que meu nome está envolvido nessa eleição, convido o Sr. Vice-Presidente do Congresso a occupar esta cadeira.

VOZES — Confiamos em V. Ex.; temos plena confiança.

OUTRAS VOZES — E' correcto o procedimento de V. Ex.

O SR. VICE-PRESIDENTE (depois de occupar a cadeira) — Vai-se proceder á apuração.

Apuradas as 234 cedulas, é obtido o seguinte resultado:

	Votos
Manoel Deodoro da Fonseca.	129
Prudente de Moraes Barros	97
Florianio Peixoto.	3
Joaquim Saldanha Marinho.	2
José Hygino Duarte Pereira.	1
Cedulas em branco.	2

O SR. PRESIDENTE — Está eleito Presidente da Republica dos Estado Unidos do Brasil o Sr. Manoel Deodoro da Fonseca. (Applausos prolongados e rivas de muitos Srs. representantes e das galerias.)

Vai-se proceder á eleição para Vice-Presidente da Republica. (*O Sr. Prudente de Moraes reassume a cadeira da presidência, e este acto é acolhido com prolongadas salvaes de palmas, e vivas de grande numero de membros do Congresso, e dos espectadores*.)

Procedo-se á eleição para vice-presidente da Republica, e recolhem-se 232 cedulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Florianio Peixoto.	153
Eduardo Wandenkolk.	57
Prudente José de Moraes Barros.	12
Coronel Piragibe.	5
José d'Almeida Barreto.	4
Custodio José de Mello.	1

O SR. PRESIDENTE — Em virtude do resultado da eleição, proclamo Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil o Sr. Florianio Peixoto. (*Applausos de Srs. representantes, e vivas das galerias.*) Na fórma do disposto na Constituição, o Presidente e o Vice-Presidente eleitos devem tomar posse de seus cargos perante o Congresso.

Amanhã, á 1 hora da tarde, reunir-se-á o Congresso, em sessão solenne, para empossar o Presidente e o Vice-Presidente da Republica, e encerrar o Congresso Constituinte.

Vêm á Mesa as seguintes

Declarações de voto

Declaramos ter votado para Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil no Dr. Prudente de Moraes.

Rio, 25 de fevereiro de 1891. — *José Simeão. — R. Osorio. — Victorino Monteiro. — Sampaio Ferraz. — Antão de Faria. — João Pedro. — Alcides Lima. — Santos Pereira. — Amphilophio. — Leite Otícioa. — Alcindo Guanabara. — Demetrio Ribeiro. — Custodio de Mello. — Pereira Lyra.*

Nós, representantes do Rio Grande do Sul, declaramos que votámos no Dr. Prudente José de Moraes Barros, para presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1891. — *Victorino Monteiro. — R. Osorio. — Alcides Lima. — Antão de Faria. — Demetrio Ribeiro.*

Declaramos haver dado nossos votos para o elevado cargo de primeiro Presidente da Republica Brasileira ao cidadão Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Salá das sessões, 25 de fevereiro de 1891. — *F. Badaró. — Dutra Nicacio. — Alvaro Botelho. — Gabriel de Paula Almeida. Magalhães. — Astolpho Pio. — Polycorpo Rodrigues Viotti. — G. Avellar. — Antonio Olyntha. — Chagas Lobato. — Aristides Maia. — Ferreira Pires. — C. Paletta. — Gonçalves Ramos. — Americo Loba. — Erica Coelho. — Thomas Delfino.*

Tendo sempre pugnado pela conducta *das claras*, devo declarar que votei para Presidente da Republica no cidadão Prudente de Moraes, e para Vice-Presidente, no cidadão Floriano Peixoto.

Quem me conhece sabe que o sentimento de ingratidão não se aninha em meu coração, e, portanto, só o dever civico em face dos acontecimentos poderia ter sobrepujado a gratidão pessoal que nunca desconheci a quem devo.

Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte, 25 de fevereiro de 1891, 3^a da Republica. — *José Bevilacqua*.

Declaramos que votámos no Sr. Prudente José de Moraes e Barros para Presidente da Republica do Brazil.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1891. — *Nilo Peçanha*, — *Urbano Marcondes*.

Declaro que votei para Vice-Presidente da Republica no Dr. Prudente de Moraes.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1891. — *Victorino Monteiro*.

Declaramos que não votámos no Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca para o cargo de Presidente da Republica, em que elle acaba de ser investido pela maioria dos suffragios do Congresso, levados pelas seguintes razões:

1^a. Para a verdade da installação do regimen republicano, tal como elle deve ser pela intuição scientifica de sua organização, e tal como ficou estabelecido na lei fundamental do paiz, o chefe da Nação precisa impor-se ás opiniões como o chefe real e effectivo do Governo, pela sua superioridade moral e intellectual, tomando sempre a iniciativa do conselho, a parte mais energica na acção, e a mais directa nas responsabilidades. Sem estas condições, o Governo republicano será uma ficção perfeitamente congenere das monarchias constitucionaes, que se caracterizam por uma direcção nominal attribuida á maior somma de poder;

2^a. Para honra da Republica Brasileira, e para gloria das classes armadas da Nação, que tomaram a si o papel culminante e decisivo da Revolução, por uma fatalidade historica, apenas, cuja confissão, que mais as ennobrece, porque liberta a Historia do feito revolucionario da injustiça que se lhe faz, pintando-o como uma surpresa armada, importa a passividade do espirito nacional, parece que o nosso dever seria testemunhar a Nação e ao Mundo as exuberancias de uma organização politica forte, francamente apotada na confinça irreductivel de todas as classes, extreme de todas as oppressões internas, acceita como uma condição de progresso, e não como uma transacção humilhante com o espirito de manutenção da ordem material, e, sobretudo, assente no magnanimo desinteresse das classes armadas, que tinham o direito de exigir de nós esse tributo de justiça historica que seria o melhor penhor de sua gloria, de seu civismo, de seu incomparavel patriotismo. — *Montez Freire*. — *Barbosa Lima*. — *Frederico Borges*. — *Annibal Falcão*. — *Demétrio Ribeiro*.

Declaração de renuncia do mandato

Declaro que não votei no Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca para Presidente da Republica.

Pessoalmente, eu lhe devo provas de affecto, e distincções muito acima do meu merecimento.

Patriota e antigo propagandista da Republica federativa, devo-lhe immensa gratidão, por haver contribuido, decisivamente, para a definitiva destruição da Monarchia.

Estes sentimentos, porém, não me tiram a razão a sua natural serenidade e inteireza, para reconhecer, auxiliado pela observação de longa série de factos, que faltam a tão digno cidadão as qualidades elementares do homem de governo.

A convicção, que tenho — de que a sua administração será funesta só é egualada pelo intimo e patriótico desejo que alimento — de que o futuro não dê razão ás minhas preocupações.

Não se pagam dividas de gratidão, nem servem-se sentimentos pessoaes, por nobres que sejam, com o sagrado interesse da Patria.

Nem me impressiona a supposta necessidade de evitar possíveis exhibições de força, legalizando-se com o voto o que se teria de impôr pelas armas.

Si o despotismo militar existe, de facto, elle que se implante sem a capa mal cosida de suffragios extorquidos ao temor; e a Nação, deante da evidencia, que se disponha a ser livre ou escrava.

Mas, antes de tudo, faço idéa bastante justa e digna do Exército brasileiro, para crer que elle, em qualquer emergencia, saberá conservar-se o que sempre foi — nobre instrumento da soberania nacional.

Declaro mais que, sendo representante de eleitores que em tempo acceitaram a candidatura que agora repudio, corre-me o dever de honra de resignar, como resigno, o meu mandato.

Si não observei este procedimento antes da votação, foi por estar firmemente persuadido de que agi de conformidade com os verdadeiros sentimentos de quem me elegeu.

E, si ficar demonstrado que assim não foi, espero que não me negarão a justiça de reconhecer que agora, como sempre, fui superior a toda e qualquer consideração que não fosse o bem da Patria e da Republica.

Sala das sessões do Congresso Nacional, 25 de fevereiro de 1891. — *J. F. de Assis Brasil.*

Levanta-se a sessão á 4 horas da tarde.

62ª SESSÃO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 1891

Presidencia do Sr. Prudente de Moraes

A' 1 hora, faz-se a chamada, á qual respondem os Srs.: Prudente de Moraes, Matta Machado, Paes de Carvalho, João Neiva, Eduardo Gonçalves, Francisco Machado, Leovigildo Coelho, Joaquim Sarmiento, Manoel Barata, Antonio Baena, João Pedro, Cunha Junior, José Segundino, Joaquim da Cruz, Theodoro Pacheco, Elyseu Martins, Joakim Katunda, Be-

zerra de Albuquerque Junior, Theodureto Souto, José Bernárdó, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Almeida Barreto, Firmino da Silveira, José Hygino, José Simeão, Floriano Peixoto, Pedro Paulino, Tavares Bastos, Rosa Junior, Coelho e Campos, Thomaz Cruz, Virgílio Damasio, Ruy Barbosa, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Quintino Bocayuva, Lapér, Braz Carneiro, Eduardo Wandenkolk, João Severiano, Saldanha Marinho, Joaquim Felício, Cesario Alvino, Americo Lobo, Campos Salles, Joaquim de Souza, Silva Canedo, Silva Paranhos, Aquilino do Amaral, Joaquim Murinho, Pinheiro Guedes, Ubalino do Amaral, Santos Andrade, Esteves Junior, Luiz Delfino, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado, Julio Frota, Belfort Vieira, Uchôa Rodrigues, Indio do Brasil, Lauro Sodré, Innocencio Serzedello, Nina Ribeiro, Pedro Chermont, Matta Paçellar, Costa Rodrigues, Casimiro Junior, Henrique de Carvalho, Anfriso Fialho, Nogueira Paranaguá, Nelson, Pires Ferreira, Barbosa Lima, Bezerril, João Lopes, Justiniano de Serpa, Francisco Borges, José Avelino, José Bevilacqua, Gonçalo de Lagos, Nascimento, Almiro Affonso, Pedro Velho, Miguel de Castro, Amorim Garcia, Epitacio Pessoa, Pedro Americo, Couto Cartaxo, Sá Andrade, Relumba, Tolentino de Carvalho, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, José Marianno, Almeida Pernambuco, Juvencio d'Aguiar, André Cavalcanti, Raymundo Bandeira, Annibal Falcão, Pereira de Lyra, Meira de Vasconcellos, João de Siqueira, João Vieira, Luiz de Andrade, Espirito Santo, Bellarmino Carneiro, Theophilo dos Santos, Pontes de Miranda, Otiteica, Gabino Besouro, Ivo do Prado, Oliveira Valladão, Felisbello Freire, Augusto de Freitas, Paula Argollo, Tosta, Seabra, Antonio Eusebio, Zama, Arthur Rios, Garcia Pires, Marcolino Moura, Santos Pereira, Custodio de Mello, Paula Guimarães, Milton, Amphiphio, Francisco Sodré, Dionisio Cerqueira, Leovigildo Filgueiras, Barão de S. Marcos, Medrado, Barão de Villa Viçosa, Prisco Paraíso, Moniz Freire, Athayde Junior, Fonseca e Silva, Fonseca Hermes, Nilo Pecanha, Urbano Marcondes, Manhães Barreto, Cyrillo de Lemos, Alberto Brandão, Oliveira Pinto, Viriato de Medeiros, Joaquim Breves, Virgílio Pessoa, França Carvalho, Luiz Murat, Baptista da Motta, Fróes da Cruz, Alcindo Guanabara, Erico Coelho, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Jacques Ourique, Aristides Lobo, Mayrink, Furquim Werneck, Domingos Jesuino, Vinhaes, Thomaz Delfino, Antonio Olyntho, Badaró, João Pinheiro, Pacifico Mascarenhas, Gabriel de Magalhães, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Alexandre Stockler, Francisco Veiga, Costa Senna, Lamounier, Alvaro Botelho, Gonçalves Chaves, Feliciano Penna, Viotti, Dutra Nieacio, Correia Rabello, Manoel Eugencio, Astolpho Pio, Aristides Maia, Gonçalves Ramos, Carlos das Chagas, Francisco Amaral, Palletta, João de Avellar, Ferreira Rabello, Bueno de Paiva, Ferreira Pires, Francisco Glicerio, Moraes Barros, Lopes Chaves, Domingos de Moraes, Adolpho Gordo, Carvalhal, Angelo Pinheiro, Mursa, Rodolpho Miranda, Paulino Carlos, Costa Junior, Rodrigues Alves, Alfredo Ellis, Moreira da Silva, Almeida Nogueira, Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões, Guimarães Natal, Antonio Azeredo, Caetano de Albuquerque, Bellarmino de Mendonça, Marciano de Magalhães, Fernando Simas, Lauro Muller, Carlos de Campos, Schmidt, Lacerda Coutinho, Victorino Monteiro, Pereira da Costa, Antão de Faria, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Assis Brasil, Thomaz Flores, Abreu, Homero Baptista, Rocha Osorio, Cassiano do Nascimento, Fernando Abbott, Demetrio Ribeiro e Menna Barreto.

Abre-se a sessão.

Deixam de comparecer, com causa, os Srs.: Francisco Serano, Coelho e Campos, Saraiva, Raulino Horn, Rodrigues Fernandes, Martinho Rodrigues, Leandro Maciel, Conde de Figueiredo, Ferreira Brandão, Cesario Motta Junior e Ernesto de Oliveira; e, sem causa, os Srs.: Rangel Pestana, Generoso Marques, João Barbalho, Bernardo de Mendonça, Santos Vieira, Leonel Filho, Americo Luz, Costa Machado, Domingos Rocha, Domingos Porto, João Luiz, Barão de Santa Helena, Marinho Prado Junior, Luiz Barreto, Bernardino de Campos, Carlos Garcia, Rubião Junior e Antonio Prado.

É lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão antecedente.

ORDEN DO DIA

POSSE DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA

Achando-se na ante-sala os Srs. Presidente e Vice-Presidente, o Sr. Presidente nomeia para recebel-os as seguintes comissões:

Para receber o Sr. Presidente da Republica, os Srs. Campos Salles, Cesario Alvim, Quintino Bocayuva, Amaro Cavalcanti, José Segundino, Elyseu Martins, Arthur Rios, Rectimba e Indio do Brasil.

Para receber o Sr. Vice-Presidente da Republica, os Srs. Almeida Barreto, Ruy Barbosa, Luiz Delfino, Bezerra de Albuquerque Junior, Rosa Junior, Glicerio, Gonçalves Chaves, Serzedello e Astolpho Pio.

Sendo introduzidos no recinto, pelas comissões acima nomeadas, os Srs. Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente, eleito, da Republica, e Floriano Peixoto, Vice-Presidente eleito da Republica, tomam assento á Mesa, o primeiro á direita e o segundo á esquerda do Sr. Presidente do Congresso.

Prestada a affirmação pelos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica, o Sr. 1º Secretario procede á leitura da seguinte

Termo de posse e affirmação do primeiro Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Aos 26 do mez de fevereiro de 1891, 3º da Republica, reunido o Congresso Nacional em numero de 235 representantes da Nação, na sala de suas sessões, no Palácio da Quinta da Boa Vista, da Capital da União, sob a presidencia do Sr. Prudente José de Moraes Barros, á 1 hora da tarde, perante o mesmo Congresso compareceram os cidadãos Generalissimo Deodoro da Fonseca e General Floriano Peixoto, eleitos, por maioria absoluta na sessão de assembléa geral realizada aos 25 do corrente mez e anno, o primeiro Presidente da Republica e o segundo seu Vice-Presidente, para servirem no primeiro periodo presidencial, na forma do art. 43 da Constituição pro-

mulgada, foi pelos referidos cidadãos proferida a seguinte afirmação, constante do art. 44 da Constituição:

“Prometto manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da Republica, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independencia.”

“E para constar a todo o tempo, lavrou-se esse termo, que vai assignado pelos mesmos cidadãos e pelos membros da Mesa do Congresso Nacional. — *Manoel Deodoro da Fonseca.* — *Floriano Peixoto.* — *Prudente J. de Moraes Barros.* — *Dr. João da Motta Machado,* 1º Secretario. — *Dr. José Paes de Carvalho,* 2º Secretario. — *Tenente-coronel João Soares Neiva,* 3º Secretario. — *Eduardo Mendes Gonçalves,* 4º Secretario.”

O SR. PRESIDENTE — Estão empossados os dous primeiros magistrados da Nação, eleitos pelo Congresso Nacional Constituinte, na fórma da Constituição promulgada.

Neste momento solemne, eu, fiel interprete do Congresso Nacional, legitimo representante da Nação, faço os meus fervorosos votos pela felicidade da Patria, e pela felicidade dos mesmos elevados magistrados deste paiz, certo de que cumprirão seus deveres, procurando fazer com que a Patria caminhe para a consecução de seus altos destinos. (*Applausos geraes.*)

Convido as commissões a acompanhar os Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica.

Os Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica retiram-se, acompanhados das respectivas commissões.

O SR. PRESIDENTE suspende a sessão até ser lavrada a acta.

A' 1 hora e 20 minutos reabre-se a sessão.

E' lida e approvada a acta.

O SR. PRESIDENTE — Meus collegas, deixamos, ao retirar-nos, promulgada a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Esta Constituição, elaborada durante o periodo de tres mezes e alguns dias, com trabalho assiduo, naturalmente terá defeitos, porque não ha obra humana perfeita; entretanto, é força reconhecer que o Congresso Brasileiro esforçou-se por conseguir, e conseguiu, consignar no pacto fundamental com que dotou o paiz todos os principios cardeaes da Republica Federativa.

E elles ahi ficam bem claramente consignados; a pratica poderá desenvolvê-los, e trará ao nosso paiz a prosperidade e a felicidade de que é elle digno.

Cumprimos o nosso dever; o Congresso póde retirar-se satisfeito, porque, como tive occasião de dizer deste mesmo logar, este Congresso, recebido com despavor pela opinião publica, com muita prevenção, procedeu de modo a destruir, a combater, pelo menos, essa prevenção, e a ganhar prestigio e confiança na estirpa publica, que o rodêa ao terminar os seus trabalhos. (*Muito bem; muito bem.*)

Entretanto, não está tudo feito; é preciso que todos os poderes estabelecidos pela Constituição, que o Congresso promulgou, colloquem-se na altura de seus deveres, procurem cumprir-lhes fiel e religiosamente, afim de que as idéas cardeaes alli

consignadas sejam praticamente realizadas, como é necessário para a felicidade da Nação. (*Muito bem; muito bem.*)

São estes, meus colegas, os votos que externo, em nome do Congresso, ao encerrar os seus trabalhos.

Por minha parte, ainda uma vez tenho de agradecer-vos, penhoradíssimo, a posição em que me collocastes sem merecimento. (*Não apoiados.*)

VOZES — Com muito merecimento honrou a cadeira.

O SR. PRESIDENTE — Como vos disse, ao assumir esta cadeira, nunca me passou pelos meus sonhos de propagandista a idéa de, um dia, caber-me a extraordinaria honra de ser o Presidente do Congresso Constituinte da Republica Brasileira; e, si acceitei o posto, apesar de que era extraordinariamente superior ás minhas forças...

VOZES — Occupou-o brilhantemente.

O SR. PRESIDENTE — ...foi contando, como disse então, com o vosso concurso, com o vosso auxilio, os quaes, felizmente, nunca faltaram-me durante o periodo da sessão.

VOZES — Era o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço, ainda uma vez, este testemunho de estima e consideração.

Si, em uma ou outra occasião, usei de alguma phrase um pouco energica, ou impertinente, desculpai-me; ella tinha por movel o fiel cumprimento do dever, tinha por unico fim fazer com que o Congresso não se afastasse de sua linha de conducta, fazer com que o resultado a que chegou com a calma e reflexão, para chegar ao resultado a que chegou, de dotar o nosso paiz com uma Constituição, cujo confronto com as dos paizes mais ajeantados faz honra. (*Muito bem; muito bem.*)

Assim, reiterados os meus agradecimentos do alto desta cadeira, que vossa generosidade me confiou, tenho a honra de declarar concluidos os trabalhos do Congresso Brasileiro, no seu caracter de Constituinte. Está encerrada a sessão. (*Applausos; palmas e vivas prolongados.*)

Levanta-se a sessão á 1 hora e 55 minutos da tarde.